



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2968

Sexta-feira - 01 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Faxinal dos Guedes.....	333	Marema.....	817
Água Doce.....	7	Formosa do Sul.....	334	Massaranduba.....	818
Águas Frias.....	11	Forquilha.....	335	Matos Costa.....	833
Alto Bela Vista.....	12	Fraiburgo.....	340	Meleiro.....	834
Anchieta.....	13	Galvão.....	357	Mirim Doce.....	841
Antônio Carlos.....	14	Garopaba.....	358	Monte Carlo.....	842
Apiuna.....	15	Garuva.....	392	Morro da Fumaça.....	844
Arroio Trinta.....	16	Gaspar.....	394	Morro Grande.....	847
Ascurra.....	17	Governador Celso Ramos.....	398	Navegantes.....	848
Atalanta.....	22	Gravatal.....	401	Nova Erechim.....	855
Balneário Arroio do Silva.....	23	Guaraciaba.....	404	Nova Itaberaba.....	859
Balneário Gaivota.....	27	Guaramirim.....	405	Nova Trento.....	863
Balneário Rincão.....	30	Guarujá do Sul.....	412	Nova Veneza.....	866
Barra Bonita.....	31	Guatambú.....	415	Orleans.....	873
Barra Velha.....	34	Herval d'Oeste.....	418	Otacílio Costa.....	880
Bela Vista do Toldo.....	35	Ibiam.....	424	Ouro.....	884
Benedito Novo.....	36	Ibicare.....	426	Palhoça.....	885
Biguaçu.....	46	Ibirama.....	427	Palma Sola.....	904
Blumenau.....	53	Ilhota.....	431	Palmitos.....	919
Bom Jardim da Serra.....	72	Imarui.....	434	Passo de Torres.....	922
Botuvera.....	73	Imbituba.....	436	Passos Maia.....	923
Braço do Trombudo.....	90	Indaial.....	444	Paulo Lopes.....	924
Brusque.....	156	Iomerê.....	447	Penha.....	925
Caçador.....	164	Iporã do Oeste.....	448	Peritiba.....	927
Caibi.....	179	Ipuacú.....	454	Pescaria Brava.....	928
Camboriú.....	180	Irineópolis.....	457	Pinheiro Preto.....	929
Campo Alegre.....	182	Itá.....	461	Piratuba.....	936
Campo Erê.....	191	Itapema.....	465	Pomerode.....	939
Campos Novos.....	214	Itapiranga.....	472	Ponte Alta do Norte.....	941
Canelinha.....	226	Itapoá.....	475	Ponte Serrada.....	942
Canoinhas.....	227	Ituporanga.....	491	Porto Belo.....	945
Capinzal.....	240	Jaborá.....	500	Porto União.....	950
Catanduvas.....	243	Jacinto Machado.....	502	Pouso Redondo.....	1030
Caxambu do Sul.....	244	Jaraguá do Sul.....	503	Praia Grande.....	1031
Chapadão do Lageado.....	245	Joaçaba.....	701	Princesa.....	1032
Chapecó.....	279	José Boiteux.....	755	Quilombo.....	1035
Cocal do Sul.....	283	Lacerdópolis.....	756	Rancho Queimado.....	1040
Concórdia.....	287	Lages.....	779	Rio do Campo.....	1042
Cordilheira Alta.....	292	Laguna.....	781	Rio do Oeste.....	1043
Coronel Freitas.....	296	Lajeado Grande.....	783	Rio dos Cedros.....	1101
Coronel Martins.....	297	Lauro Muller.....	790	Rio do Sul.....	1045
Correia Pinto.....	299	Lebon Regis.....	792	Rio Negrinho.....	1109
Corupá.....	301	Lindóia do Sul.....	793	Santa Rosa do Sul.....	1111
Curitibanos.....	302	Lontras.....	794	Santiago do Sul.....	1112
Descanso.....	305	Luiz Alves.....	796	Santo Amaro da Imperatriz.....	1113
Dionísio Cerqueira.....	309	Luzerna.....	803	São Bento do Sul.....	1127
Doutor Pedrinho.....	310	Macieira.....	804	São Bernardino.....	1133
Entre Rios.....	323	Mafra.....	806	São Carlos.....	1135
Ervai Velho.....	332	Maracajá.....	807	São Domingos.....	1141

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2968

Sexta-feira - 01 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

São Francisco do Sul.....	1143	Serra Alta .....	1277	Tunápolis .....	1324
São João Batista.....	1192	Sombrio.....	1281	União do Oeste .....	1329
São João do Oeste .....	1197	Sul Brasil .....	1283	Urussanga .....	1334
São João do Sul .....	1201	Tangará .....	1285	Vargem Bonita .....	1337
São Joaquim .....	1209	Tijucas .....	1287	Videira.....	1338
São José.....	1222	Timbé do Sul .....	1290	Vitor Meireles.....	1344
São José do Cedro.....	1234	Timbó .....	1292	Witmarsum .....	1345
São Lourenço do Oeste.....	1240	Três Barras .....	1300	Xanxerê.....	1347
São Miguel do Oeste.....	1249	Treviso .....	1314	Xavantina .....	1350
São Pedro de Alcântara.....	1253	Treze de Maio .....	1317	Xaxim.....	1353
Schroeder .....	1257	Treze Tílias .....	1318		
Seara .....	1271	Trombudo Central.....	1319		

## Associações

AMAI.....	1355	AMMVI .....	1359	AMREC .....	1362
-----------	------	-------------	------	-------------	------

## Consórcios

AGIR .....	1363
CIGA .....	1363
CIMVI.....	1366
CINCATARINA .....	1383
CIS/AMVI .....	1418
CITMAR.....	1420
CVC.....	1420
CIAPS.....	1421
CISAM-SUL .....	1423
CIM-AMUREL .....	1424



# Agronômica

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2017 FMS

Publicação Nº 2211554

03 º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2017 de 10/07/2017

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONOMICA, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede a Rua XV de Novembro, 402, centro em Agronômica / SC, inscrita no CNPJ sob n.º 11.387.359/0001-80, neste ato representada pelo Diretor de Departamento de Saúde, Sr OSMAR FREDERICO KORB, inscrito no CPF nº 222.490.449-53, adiante denominado CONTRATANTE, e a empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, com Sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Cidade Monções, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada pelos Senhores Monica de Lima Silva, gerente, RG: 0821159909/SSPBA; CPF: 780.775.085-53, E Sérgio Cherez Pavia, gerente, RG: 336045050/SSPSP, CPF: 272.784.788-20, a seguir denominada CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a alteração do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 65, Inciso I, letra "b", previstos no Processo Licitatório n.º 10/2017, na Modalidade Pregão Presencial 05/2017, do dia 23/05/2017, e homologado no dia 10/07/2017.

a) Fica alterada a quantidade dos itens 1 e 11, passando de 8 unidades para 9 unidades, devido à necessidade de adicionar mais uma linha ao plano.

b) Fica acordado entre as partes a troca dos aparelhos em comodato, sem custo adicional, do modelo SAMSUNG J-5 em uso, para o modelo SAMSUNG A30.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor do contrato fica adicionado em R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), devido ao acréscimo na quantidade do item (cláusula primeira item a), totalizando R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais) mensais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência ate 10 de JULHO de 2020.

As demais cláusulas e disposições do contrato original nº 10/2015, de 10 de Julho de 2017, permanecem em vigor.

#### CLAUSULA QUARTA: - DO FORO

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca da Contratante, para dirimir duvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 16 de setembro de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONOMICA

Osmar Frederico Korb

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Contratada

Contratante

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

CPF : 595.245.459-34

JULIA FLOR SILVA TONON

CPF: 071.059.899-80

### Nº 469/2019

Publicação Nº 2211904

PORTARIA Nº 469/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade,

impressoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido o servidor municipal Sr. JIAN CARLOS BRIGNOLI, matrícula n.º 974 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA TSA -3.02 e lotação no Departamento de Obras,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 10 (dez) dia, iniciando-se em 30/10/2019 até 08/11/2019, ao servidor municipal Sr. JIAN CARLOS BRIGNOLI, matrícula n.º 974 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA TSA -3.02 e lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.  
AMARILDO JOSÉ DEMARCHI  
Prefeito Municipal em exercício

## Nº 470/2019

Publicação Nº 2211928

PORTARIA Nº 470/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal exercício usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto no processo administrativo disciplinar Nº 001/2019 instaurado através da portaria Nº 470/2019 de 31 de maio de 2019,

Considerando o a decisão de Processo Administrativo Disciplinar Nº 001/2019 emitida em 18 de outubro de 2019,

RESOLVE:

1) Resolve de acordo com o que consta o processo administrativo disciplinar Nº 001/2019, aplicar a servidora municipal Sra. ELISETE SEVEGNANI ANDREATTA, matrícula Nº 321, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento Educação, a penalidade de suspensão pelo período de 90 (noventa) dias, sem remuneração, a partir de 01/11/2019 (primeiro de novembro de dois mil e dezenove), nos termos do artigo 105, inciso II, por ter infringido os incisos II,III, IX e X do artigo 101 c/c inciso XV do artigo 102 da Lei Complementar Nº 01/90 de 31 de outubro de 1990.

2) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.  
AMARILDO JOSÉ DEMARCHI  
Prefeito Municipal em exercício

**Nº 471/2019**

Publicação Nº 2211981

PORTARIA Nº 471/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal exercício usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto no processo administrativo disciplinar Nº 001/2019 instaurado através da portaria Nº 470/2019 de 31 de maio de 2019,

Considerando o a decisão de Processo Administrativo Disciplinar Nº 001/2019 emitida em 18 de outubro de 2019,

RESOLVE:

1) Resolve de acordo com o que consta o processo administrativo disciplinar Nº 001/2019, aplicar a servidora municipal Sra. ELISETTE SEVEGNANI ANDREATTA, matrícula Nº 371, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA e lotação no Departamento Educação, a penalidade de suspensão pelo período de 90 (noventa) dias, sem remuneração, a partir de 01/11/2019 (primeiro de novembro de dois mil e dezenove), nos termos do artigo 105, inciso II, por ter infringido os incisos II,III, IX e X do artigo 101 c/c inciso XV do artigo 102 da Lei Complementar Nº 01/90 de 31 de outubro de 1990.

2) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI

Prefeito Municipal em exercício

**Nº 472/2019**

Publicação Nº 2212011

PORTARIA Nº 472/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.

Considerando concurso público Nº 001/2019 efetuado por esta municipalidade, objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.

Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica homologado este ato a partir de 01/11/2019 (primeiro de novembro de dois mil e dezenove), nomeada a Sra. CARLA KORB, brasileira, portadora do RG Nº 3.279.294, inscrita no CPF/MF sob o Nº 935.654.969-91, que se encontra em dia com as obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – ANOS INICIAIS do quadro de carreira e lotação no Departamento de Educação, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais, submetido a acompanhamento em estágio probatório pelo período de três anos á contarem da posse na vaga alcançada.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.  
AMARILDO JOSÉ DEMARCHI  
Prefeito Municipal

## **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 05/2019**

Publicação Nº 2211558

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL  
Contrato 05/2019

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Cesar Luiz Cunha, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 215 – Centro CNPJ N.º 83.102.590/0001-90, denominado de CONTRATANTE de outro lado o Sr. BELMIRIO PEREIRA, inscrito sob CPF nº 021.390.689-98, residente à Estrada Geral Rod. 442 Ribeirão Café, denominado de CONTRATADO, nos termos do Edital de Credenciamento n.º 01/2019 pelas seguintes cláusulas:

Considerando que o Contratado foi credenciado através do processo licitatório nº 01/2019, na modalidade de credenciamento 01/2019, para a prestação de serviços de trator, na qual o contrato gerado teria vigência até 30 de Junho de 2020;

Considerando que a cláusula VIII alínea “e” do contrato prevê: “O credenciado poderá descredenciar-se, devendo comunicar 30 (trinta) dias de antecedência o Município”;

Considerando que o contratado informou em prazo hábil ao Departamento de Agricultura sua intenção de descredenciar-se;

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RESCISÃO**

Nos termos do contrato administrativo nº 05/2019, nos termos do artigo 79, inciso II da Lei nº 8666/93, rescindem o presente contrato de prestação de serviços na data de 23.10.2019. E dando plena e rasa quitação, nada havendo a reclamar.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORO COMPETENTE**

Fica determinado, nos termos da cláusula VIII do contrato administrativo nº 05/2019, o foro da comarca de Rio do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente termo.

Agronômica- SC, 23 de outubro de 2019.

.....  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE AGRONÔMICA  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

.....  
BELMIRIO PEREIRA  
CPF nº 021.390.689-98

Testemunhas

.....  
Miguel Crescencio Neto  
Cpf nº 020.555.679-50

.....  
Leide Daiana Espindola  
Cpf nº 037.718.569-81

Visto: \_\_\_\_\_  
Advogado: JOEL KORB  
OAB/SC Nº 32561

# Água Doce

## PREFEITURA

### **NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº103/2016**

Publicação Nº 2211404

#### **NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 103/2016**

Termo Aditivo Ao Contrato n. 103/2016, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a empresa GENTE SEGURADORA S.A. pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º90.180.605/0001-02 com sede Rua marechal Floriano Peixoto nº450, Centro, CEP 90480-000- Porto Alegre - RS neste ato representado pelo Sr. MARCELO WAIS, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do contrato acima identificado, com vigência a partir de 10/11/2019 e término em 10/11/2020.

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total deste aditivo é de R\$ 44.486,79 (quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos), conforme proposta em anexo.

Cláusula Aditiva Terceira: As despesas correção por conta da seguinte dotação orçamentária:

**03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**

**01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS**

2.005 – Manutenção Secretaria Adm. Fazenda e Deptos.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/13 – Aplicações Diretas

**04 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**01 – DEPTO. DE AGRICULTURA**

2.011 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

**05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES**

**01 – DEPTO. DE ENSINO**

2.019 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/83 – Aplicações Diretas

**07 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**01 – DEPTO. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

2.043 – Manutenção do Departamento de Comércio e Indústria

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/119 – Aplicações Diretas

**08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

**01 – DEPTO. DE INFRAESTRUTURAL RURAL**

2.072 – Manutenção do Depto. de Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/134 – Aplicações Diretas

**04 – DEPTO. DE URBANISMO**

2.039 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

**13 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

**02 – DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL**

2.049 – Manutenção do Depto. de Promoção Social

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/170 – Aplicações Diretas

**9 – FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

**16 – COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

**01 – COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

2.053 – Manutenção Fundo Mun. de Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0213/4 – Aplicações Diretas

Cláusula Aditiva Quarta: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.



Água Doce, 31 de outubro de 2019  
ANTONIO JOSÉ BISSANI MARCELO WAIS  
Prefeito Municipal Gente Seguradora S.A.  
Contratante Contratada

**TESTEMUNHAS:**

Cristiano Savaris da Silva                      Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 005.614.419-95                      CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28.339

**QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº10/2016 FMAS**

Publicação Nº 2211391

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 10/2016**

Termo Aditivo Ao Contrato n. 10/2016, que entre si celebram de um lado o Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 13.612.607/0001-74 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, e de outro lado a empresa GENTE SEGURADORA S.A. pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º90.180.605/0001-02 com sede Rua marechal Floriano Peixoto nº450, Centro, CEP 90480-000- Porto Alegre - RS neste ato representado pelo Sr. MARCELO WAIS, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do contrato acima identificado, com vigência a partir de 10/11/2019 e término em 10/11/2020.

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total deste aditivo é de R\$ 692,18 (seiscentos e noventa e dois reais e dezoito centavos), conforme proposta em anexo.

Cláusula Aditiva Terceira: As despesas correção por conta da seguinte dotação orçamentária:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/5 – Aplicações Diretas

Cláusula Aditiva Quarta: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 31 de outubro de 2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO MARCELO WAIS  
Gestora do FMAS Gente Seguradora S.A.  
Contratante Contratada

**TESTEMUNHAS:**

Cristiano Savaris da Silva                      Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 005.614.419-95                      CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28.339

**QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº15/2016 FMS**

Publicação Nº 2211400

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 15/2016**

Termo Aditivo Ao Contrato n. 15/2016, que entre si celebram de um lado o Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 11.430.533/0001-20 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, e de outro lado a empresa GENTE SEGURADORA S.A. pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º90.180.605/0001-02 com sede Rua marechal Floriano Peixoto nº450, Centro,

CEP 90480-000- Porto Alegre - RS neste ato representado pelo Sr. MARCELO WAIS, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do contrato acima identificado, com vigência a partir de 10/11/2019 e término em 10/11/2020.

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total deste aditivo é de R\$ 12.543,00 (doze mil quinhentos e quarenta e três reais), conforme proposta em anexo.

Cláusula Aditiva Terceira: As despesas correção por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
2.059 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

Cláusula Aditiva Quarta: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 31 de outubro de 2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO MARCELO WAIS  
Gestora do FMS Gente Seguradora S.A.  
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva                      Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 005.614.419-95                      CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28339

## SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº14/2016 FMS

Publicação Nº 2211395

### SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 14/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 14/2016, que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 11.430.533/0001-20, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pela sua Gestora Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, e de outro lado, SEGUROS SURA S/A pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 33.065.699/0001-27 com sede Av. das Nações Unidas, nº 12.995, 4º andar São Paulo –SP Bairro: Brooklin Novo CEP- 04578-000, de ora em diante denominada de Contratada, representada pelo seu procurador Sr. MARCELO POZZI PESTANA, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 28.011.836-3 – SSP/SP, inscrito no CPF 295.882.928-67, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do contrato acima identificado, com vigência a partir de 10/11/2019 e término em 10/11/2020.

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total deste aditivo é de R\$ 13.433,47 (treze mil quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e sete centavos), conforme proposta em anexo.

Cláusula Aditiva Terceira: As despesas correção por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
2.059 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas  
  
2.061 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.06.0720/87 – Aplicações Diretas  
  
2.073 – Manutenção dos Programas de Vigilância Sanitária  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/43 – Aplicações Diretas

Cláusula Aditiva Quarta: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 31 de outubro de 2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO	MARCELO POZZI PESTANA
Gestora do FMS	Seguros Sura S.A
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT  
OAB/SC 28339

# Águas Frias

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 276/2019

Publicação Nº 2212286

DECRETO Nº 276/2019

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONTENÇÃO DE DESPESAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido no Município de Águas Frias -SC, no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura e na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, turno único contínuo de 06 (seis) horas diárias no serviço público municipal, mediante expediente das 06:30 às 12:30 horas, para atendimento ao público em geral, visando a contenção de despesas.

§ 1º - O turno único instituído vigorará pelo período de 60 (sessenta) dias, que compreende entre o período do dia 01/11/2019 a 31/12/2019, podendo ser prorrogado uma vez em caso de interesse público.

§ 2º - Ficam excluídos do horário especial estabelecido no caput as demais Secretarias Municipais e seus respectivos departamentos, que por sua natureza já desempenham atividades finalísticas, considerados serviços essenciais ao interesse público.

Art. 2º - Fica suspenso a prestação de serviços extraordinários, ressalvando os casos de necessidade de urgência, avaliadas e autorizadas previamente pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 01/11/2019.

Art. 3º - Fica suspenso também o pagamento de Função Gratificada – FG, salvo autorização prévia pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 01/11/2019.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 31 de outubro de 2019.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.898, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211357

EXONERA AGENTE PÚBLICO NO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO: Pedido de exoneração protocolado sob o nº 0472/2019 de 29/10/2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, JULIANE KATIA SCHUCK LERNER, ocupante do cargo de provimento em comissão de ENCARGADO DE CULTURA, matrícula 846, a partir da presente data.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando os efeitos do Decreto nº 2.479 de 17 de agosto de 2017 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 29 de outubro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas Publicações

### PORTARIA Nº 228, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211356

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
742	MAIKEL CRISTIANO HOFFMANN	1/2 dia (manhã)	21/10/2019
503	BIBIANE APARECIDA DA ROSA ARRUDA	1/2 dia (tarde)	24/10/2019
472	NEDIO LEONIR GASTMANN	01 dia	25/10/2019
498	LILIAN KRUG JUNG GASTMANN	01 dia	25/10/2019
113	JOSI VITORIA LERMEN FINGER	1/2 dia (manhã)	29/10/2019
494	NADIA ELIANI FISCHER RECH	1/2 dia (manhã)	29/10/2019
742	MAIKEL CRISTIANO HOFFMANN	1/2 dia (tarde)	29/10/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 30 de outubro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável Pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 195/2019

Publicação Nº 2212506

DECRETO Nº 195/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EXAME DE CONHECIMENTO DE LOCALIZAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2019 DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO E DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final do exame de conhecimento de localização de logradouros públicos do Município de Anchieta – SC conforme Edital nº 001/2019, conforme segue:

NOME	NOTA
Acilino Contini	10,00
Soeli Fatima de Vargas	6,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta – SC, 31 de outubro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Camila Baronio Secretária de Administração e Gestão

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 032/2019

Publicação Nº 2211409

PORTARIA Nº032/2019

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica municipal, pelo regimento interno da câmara, resolução nº011 de 16 de dezembro de 2010 e decreto nº002/2014:

Resolve:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias proporcionais para a Servidora Pública Jussara Santin, ocupante do cargo de Diretora Geral do Legislativo, lotada na Câmara Municipal de Vereadores, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em lei, para serem gozadas no primeiro período de 04/11/2019 à 13/11/2019.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, em 31 de outubro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARIA HELENA TRENTIN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta

Certifico que a presente Portaria

Foi publicada na forma da Lei

Em 31 de outubro de 2019

Edemar Griebler

Contador do Legislativo

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 147/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 90/2019

Publicação Nº 2212662

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 147/2019; Pregão Presencial nº 090/2019; Tipo: Menor Preço por Lote; Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada em locação de materiais, incluindo serviço de montagem e desmontagem de equipamentos luminosos para decoração de espaços públicos, praças e congêneres para as festividades natalinas do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 13 de novembro de 2019, às 14h00min na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 31 de outubro de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 523/2019

Publicação Nº 2212169

#### PORTARIA Nº 523/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 30 dias a servidora CHRISCHELLE WEBER MENDES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALISTA 20H, a partir de 23 de outubro de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23/10/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 31 de outubro de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de novembro de 2019.

# Apiuna

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0752/2019

Publicação Nº 2212084

PORTARIA Nº 0752/2019

De 09 de outubro de 2019

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE FREQUÊNCIA DE  
JEAN CARLOS HINCKEL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o § 2º E 6º do artigo 33 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01 de setembro de 2008, e § 3º do artigo 3º da Instrução Normativa CI 07/2018 de 11 de outubro de 2018, RESOLVE

Art. 1º Determinar ao servidor cedido JEAN CARLOS HINCKEL, ocupante do cargo de MOTORISTA, a registrar sua frequência em ponto eletrônico biométrico em local designado pelo SAMU – Serviço de Atendimento de Móvel de Urgência, e consequentemente ficando a cargo do MUNICÍPIO DE ASCURRA (local no qual se encontra a sede física do referido órgão) a operacionalização do sistema de controle de ponto do servidor, em cumprimento aos ditames da CLAUSULA SEGUNDA, 2.4 do Convênio de Cooperação nº 001/2014.

Art. 2º Determinar a permanência do servidor na sede do SAMU em Ascurra durante o período de seu expediente, ou conforme sua escala, no caso de, por qualquer motivo, a ambulância encontrar-se impossibilitada de funcionamento para atendimento de ocorrências.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de Novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 09 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0105/2019

Publicação Nº 2212175

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0188/2019 - DL  
Dispensa por Justificativa Nº 0105/2019 – DL

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Contratação de seguro de responsabilidade civil dos veículos de passageiros, placas: QHS 9176, MJM 9095 e MEG 4898., nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seus respectivos itens:

3113 - Essor Seguros S.A. (14.525.684/0001-50)

Item	Serviço	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33621 - Seguro para veículo de passageiros placas: MEG 4898	Un	1	1.893,31	1.893,31
2	33626 - Seguro para veículo de passageiros placas: MJM 9095	Un	1	1.296,46	1.296,46
3	33624 - Seguro para veículo de passageiros placas: QHS 9176	Un	1	1.893,31	1.893,31
Total (R\$):					5.083,08

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 22 de outubro de 2019.

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta.

**Ascurra****PREFEITURA****LEI ORDINÁRIA Nº 1568**

Publicação Nº 2211589

LEI ORDINÁRIA Nº 1568 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

INCLUI AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2018-2021.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e Promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a Alterar o Plano Plurianual/PPA 2018-2021, Lei Nº 1.489, de 11 de Outubro de 2017, mediante inclusão das Ações "2037 - MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL, 2038 - MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO, no Programa 40 – Desenvolvimento do Ensino e; 2039 - MANUTENÇÃO CENTRO EVENTOS – DESPORTO, 2040 - MANUTENÇÃO CENTRO EVENTOS – CULTURA" no Programa 60 – Apoio ao Esporte e Cultura.

Órgão:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA	
Unidade:	001	Secretaria de Educação	
Funcional:	0012.0361.0040.2037	Manutenção Transporte Escolar – Ensino Infantil	
Órgão:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA	
Unidade:	001	Secretaria de Educação	
Funcional:	0012.0361.0040.2038	Manutenção Transporte Escolar – Ensino Médio	
Órgão:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA	
Unidade:	002	Esporte e Cultura	
Funcional:	0027.0812.0060.2039	Manutenção Centro de Eventos – Desporto	
Órgão:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA	
Unidade:	002	Esporte e Cultura	
Funcional:	0013.0392.0060.2040	Manutenção Centro de Eventos – Cultura	

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogados os dispositivos em contrário.

Ascurra/SC, 29 de outubro de 2019.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6712, DE 29/10/2019**

Publicação Nº 2212392

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 6712 de 29 de Outubro de 2019.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o resultado do Concurso Público nº 001/2019, homologado pelo Decreto n.º 3324 de 14/05/2019;

CONSIDERANDO, a vaga em aberto para ocupar o cargo de Atendente de Educação Infantil; e

CONSIDERANDO, a décima candidata aprovada na ordem de classificação do certame regido pelo Edital nº 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear por Concurso Público MARIA CLARA DOS SANTOS em caráter efetivo para o cargo de Atendente de Educação Infantil, sigla - AAU, constante do Anexo II, Grupo III, Atividades Auxiliares, nível salarial IV-01, com carga horária de 40 horas semanais, da Lei Complementar n.º 118 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Ascurra) de 19/12/2011, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 29 de Outubro de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 29 de Outubro de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

### **PORTARIA Nº 6713, DE 30/10/2019**

Publicação Nº 2212393

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 6713 de 30 de Outubro de 2019  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 154 e 157, da Lei Complementar n.º 117 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pelo servidor junto ao setor de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio em pecúnia ao servidor ARIEL RICARDO DA SILVA ocupante do cargo de Motorista, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, referente período aquisitivo de 02/06/2014 à 01/06/2019, pagos em parcela única no mês 07/2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 30 de Outubro de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra/SC, em 30 de Outubro de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

### **PORTARIA Nº 6714, DE 30/10/2019**

Publicação Nº 2212396

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 6714 de 30 de Outubro de 2019  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 154 e 157, da Lei Complementar n.º 117 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pelo servidor junto ao setor de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio em pecúnia ao servidor THADEU BADALOTTI ocupante atualmente do cargo em comissão de Assessor de Controle Interno, da Secretaria de Administração e Planejamento, referente período aquisitivo de 05/05/2014 à 04/05/2019, pagos em parcela única no mês 10/2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 30 de Outubro de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra/SC, em 30 de Outubro de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

## **PORTARIA Nº 6715, DE 30/10/2019**

Publicação Nº 2212397

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 6715 de 30 de Outubro de 2019  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 154 e 157, da Lei Complementar n.º 117 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pelo servidor junto ao setor de Recursos Humanos;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio em pecúnia a servidora CACILDA VENANCIO ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, referente período aquisitivo de 02/05/2013 à 01/05/2018, pelo período de 45 dias em gozo domiciliar em 06/11/2019 à 20/12/2019 e 45 dias pagos em pecúnia no mês 10/2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 30 de Outubro de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra/SC, em 30 de Outubro de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 6716, DE 30/10/2019**

Publicação Nº 2212399

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA Nº 6716 de 30 de Outubro de 2019.  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES DIVERSOS NO MÊS DE OUTUBRO.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 121, da Lei Complementar n.º 117 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
BARBARA CORADINI DE MORAIS	03/09/2018 a 02/09/2019	23/10/2019 a 01/11/2019
DANIEL SANTANA	04/10/2018 a 03/10/2019	PECÚNIA
DEBORA JULIANE POLIDORO	17/11/2017 à 16/11/2018	16/10/2019 a 25/10/2019
FRANCISCO VALDECIR DEMARCH	01/11/2017 a 31/10/2018	07/10/2019 a 05/11/2019
GILMAR FERRARI	08/05/2018 a 07/05/2019	01/10/2019 a 08/10/2019 PECÚNIA (10 dias)
JESSICA FERNANDA PREILIPPER	21/03/2018 a 20/03/2019	23/10/2019 a 01/11/2019
MARILENE ODORICO DA SILVA	09/10/2017 a 08/10/2018	14/10/2019 a 23/10/2019
MARLI APARECIDA CARDOSO MACHADO	13/02/2018 a 12/02/2019	PECÚNIA
SALETE APARECIDA DE LIMA	06/10/2018 a 05/10/2019	PECÚNIA

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 30 de Outubro de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 30 de Outubro de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PORTARIA Nº 6717, DE 30/10/2019**

Publicação Nº 2212401

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 6717 de 30 de Outubro de 2019.

DEMITE SERVIDOR POR TÉRMINO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1053 de 23 de Março de 2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, e ainda em observância ao artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, e,

CONSIDERANDO, o término do contrato de trabalho temporário por prazo determinado em 29/10/2019, em relação ao servidor ALCIONE MULLER,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Demitir ALCIONE MULLER, do cargo temporário de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, em virtude do término do contrato temporário de trabalho, conforme Portaria n. 5873, de 26/09/2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 30 de Outubro de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra em, 30 de Outubro de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

# Atalanta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 32 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2211504

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ATALANTA – SC  
P.L.32/2019–T.P.2/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL), PARA EFETUAR A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SENDO ELAS: ATA 025 (EXTENÇÃO: 9.496,00 METROS) E ATA 060 (EXTENÇÃO: 6.009,00 METROS), COM FORNECIMENTO MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, MÁQUINAS, CAMINHÕES E DEMAIS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS QUE NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO, ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 104067/2017 – CONVÊNIO Nº 866449/2017 ENTRE O MUNICÍPIO DE ATALANTA E O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, QUADRO DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS, QUE FAZEM PARTE DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

CONTRATO Nº 32/2019

CONTRATADO: BREITAL LTDA CNPJ 04.427.143/0001-35.

VALOR TOTAL: R\$ 260.771,30 (DUZENTOS E SESSENTA MIL E SETECENTOS E SETENTA E UM REAIS E TRINTA CENTAVOS). VIGÊNCIA: 31/10/2019 A 31/12/2019.

# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 220/2019

Publicação Nº 2212497

Decreto nº 220, de 31 de outubro de 2019.

EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSORA JURÍDICA PARA A DÍVIDA ATIVA, O SENHOR ANDERSON DA SILVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto nos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor ANDERSON DA SILVEIRA, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 25 de setembro de 1977, portadora do RG nº 2.917.332 - SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 016.646.649-20, OAB/SC nº 26.359, matrícula funcional nº 6.296, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Jurídica para a Dívida Ativa, do Poder Executivo Municipal, com admissão em 20 de março de 2019, para o qual foi nomeada através do Decreto Municipal nº 47/2019.

Parágrafo único. O ocupante do Cargo de Provimento em Comissão ora exonerado, deverá apresentar Declaração de Bens, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº TC-02/2006.

Art. 2º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 31 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de outubro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 221/2019

Publicação Nº 2212498

Decreto nº 221, de 31 de outubro de 2019.

EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO, A SENHORA MARCIANA DOS ANJOS DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto nos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora MARCIANA DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, maior, em união estável, nascida em 15 de março de 1989, portadora do RG nº 4.939.978 - SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 064.766.719-36, matrícula funcional nº 6.107, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Planejamento Econômico, do Poder Executivo Municipal, com admissão em 1º de novembro de 2018, para o qual foi nomeada através do Decreto Municipal nº 132/2018.

Parágrafo único. A ocupante do Cargo de Provimento em Comissão ora exonerada, deverá apresentar Declaração de Bens, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº TC-02/2006.

Art. 2º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei

Orçamentária vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 31 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de outubro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 222/2019

Publicação Nº 2212499

Decreto nº 222, de 31 de outubro de 2019.

EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTOS DE ESPORTES, O SENHOR MAYKON VIANA DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto nos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor MAYKON VIANA DOS SANTOS, brasileiro, maior, casado, nascido em 30 de março de 1989, portadora do RG nº 5045077 - SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 072.879.789-54, matrícula funcional nº 5.841, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamentos de Esportes, do Poder Executivo Municipal, com admissão em 12 de janeiro de 2019, para o qual foi nomeado através do Decreto Municipal nº 16/2019.

Parágrafo único. O ocupante do Cargo de Provimento em Comissão ora exonerado, deverá apresentar Declaração de Bens, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº TC-02/2006.

Art. 2º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 31 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de outubro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 223/2019

Publicação Nº 2212501

Decreto nº 223, de 31 de outubro de 2019.

EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, O SENHOR ZOROASTRO BARRETO JUNIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto nos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor ZOROASTRO BARRETO JUNIOR, brasileiro, maior, casado, nascido em 12 de setembro de 1948, portador do RG nº 1219592 - SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 154.805.189-68, matrícula funcional nº 6.412, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Meio Ambiente, do Poder Executivo Municipal, com admissão em 15 de agosto de 2019, para o qual foi nomeado através do Decreto Municipal nº 169/2019.

Parágrafo único. O ocupante do Cargo de Provimento em Comissão ora exonerado, deverá apresentar Declaração de Bens, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº TC-02/2006.

Art. 2º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 31 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de outubro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 224/2019

Publicação Nº 2212502

Decreto nº 224, de 31 de outubro de 2019.

NOMEIA O SENHOR GUILHERME PEREIRA DE OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE Diretor de Departamento de AGRICULTURA E PESCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor GUILHERME PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 14 de novembro de 1997, portador do RG nº 6.242.639 – SSP/SC, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 087.238.499-32, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Agricultura e Pesca, vinculado à Secretaria de Turismo, Pesca, Agricultura e Meio Ambiente, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constantes dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com jornada de trabalho de tempo integral, de 40 horas semanais, e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Ao Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Agricultura e Pesca nomeado nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder as anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 31 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de outubro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 225/2019

Publicação Nº 2212503

Decreto nº 225, de 31 de outubro de 2019.

NOMEIA A SENHORA DAYANE FREITAS DA ROSA LEONARDELI, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PEDAGÓGICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 1º de novembro de 2019, a Senhora DAYANE FREITAS DA ROSA LEONARDELI, brasileira, maior, casada, nascido em 02 de abril de 1983, portador do RG nº 4.278.757 – SSP/SC, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 007.398.889-86, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Pedagógico, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constante dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com jornada de trabalho de tempo integral, de 40 horas semanais e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Ao Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Pedagógico nomeada nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 31 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de outubro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 226/2019**

Publicação Nº 2212505

Decreto nº 226, de 31 de outubro de 2019.

NOMEIA A SENHORA PRISCILA DARÓS BOSCH PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Juscelino da Silva Guimarães, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a Senhora PRISCILA DARÓS BOSCH, Brasileira e Neo-Zelandesa, maior, casada, nascida em 8 de março de 1977, portadora do RG nº 3.145.440 - SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 951.402.129-00, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Saúde, vinculado a Secretaria de Saúde, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constantes dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com Jornada de Trabalho de tempo integral, 40 horas semanal e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º A Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Saúde nomeada nos termos deste Decreto é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 31 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de outubro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### DECRETO 074/2019

Publicação Nº 2211683

DECRETO Nº 074, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BEM IMÓVEIS PARA EXTINÇÃO DE DÉBITOS, DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, os artigos 68, XI e 91-B, 91-C, 91-D e 443 da Lei Municipal nº 073 de 23 de dezembro de 1997, bem como da Lei Complementar nº 1030, de 30 de outubro de 2019.

Considerando que o artigo 156 do Código Tributário Nacional (CTN) apresenta as hipóteses de extinção do crédito tributário e, dentre elas, está prevista, no inciso XI, incluído pela Lei Complementar 104/2001, a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei;

Considerando que o Código Tributário Municipal, em seu artigo 68, XI, 91-B, 91-C e 91-D também prevê a Dação em Pagamento como meio para extinção do crédito tributário.

Considerando que Lei Complementar nº 1030, de 30 de outubro de 2019, disciplinou a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção da obrigação tributária no município de Balneário Gaivota, prevista no inciso xi do artigo 156 do Código Tributário Nacional e inciso xi do artigo 68 do Código Tributário Municipal;

Resolve, editar o presente Decreto com o fito de regular critérios e procedimentos para dação em pagamento de bem imóveis para extinção de débitos, de natureza tributária, inscritos em dívida ativa do município de Balneário Gaivota:

Art. 1º - Os débitos inscritos em dívida ativa do Município de Balneário Gaivota, de natureza tributária, ajuizados ou não, poderão ser extintos mediante dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º - A dação em pagamento de bens imóveis pode abranger parcial ou integralmente o débito que se pretende liquidar, com atualização, juros, multa e encargos legais, sem desconto de qualquer natureza, assegurando-se ao devedor a possibilidade de complementação em dinheiro de eventual diferença entre o valor da totalidade da dívida e o valor do bem ofertado.

Parágrafo único. Não se aplica o que dispõe o caput do presente artigo, quanto a atualização, juros, multa e encargos legais, quando a Lei que dispuser acerca da concessão de benefícios de recuperação fiscal para contribuintes que desejam quitar seus débitos, inclua a hipótese da Dação em Pagamento nos termos da referida Lei.

Art. 3º - Somente será autorizada a dação em pagamento de bem imóvel:

I - cujo domínio pleno ou útil esteja regularmente inscrito em nome do devedor, junto ao Cartório de Registro Imobiliário competente;

II - que esteja livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

III - que não seja imóvel único do devedor, utilizado para fins de residência própria;

IV - localizado no perímetro urbano do Município.

§1º - Em relação ao inciso I, de acordo com o artigo 304 do Código Civil, a dação em pagamento poderá ser formalizada através de imóvel de terceiro, em benefício do devedor, desde que este intervenha como anuente na operação, tanto no requerimento, quanto na respectiva escritura.

§ 2º - Não serão aceitos os imóveis de difícil alienação, inservíveis, ou que não atendam aos critérios de necessidade, utilidade e conveniência, a serem aferidos pela Administração Pública.

§ 3º - A dação em pagamento se dará pelo valor do laudo de avaliação do bem imóvel, quando houver interesse do Município em receber o imóvel oferecido pelo devedor;

§ 4º - Se o bem ofertado for avaliado em montante superior ao valor consolidado do débito inscrito em dívida ativa do Município que se objetiva extinguir, sua aceitação ficará condicionada à renúncia expressa, em escritura pública, por parte do devedor proprietário do imóvel, ao ressarcimento de qualquer diferença;

§ 5º - O laudo de avaliação do bem imóvel de que trata este Decreto deverá ser emitido por profissional cadastrado no Conselho competente, a ser contratado pelo Município;

§ 6º - O Município arcará com os custos da avaliação do imóvel.

Art. 4º - Quando a extinção versar sobre débitos ajuizados, após a decisão pela autoridade competente, o processo será remetido à Procuradoria-Geral do Município, que formalizará o procedimento em termo próprio, assinado pelas partes, e homologado pelo Juiz competente:

§ 1º - Somente será considerada a desistência parcial de ação judicial proposta se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos na ação judicial.

§ 2º - A desistência e a renúncia de que trata o caput não eximem o autor da ação do pagamento das custas judiciais e das despesas processuais.

§ 3º - Caso não exista ação de execução fiscal ajuizada, a dação em pagamento ficará condicionada ao reconhecimento da dívida pelo devedor e pelo corresponsável, se houver.

§ 4º - Os depósitos vinculados aos débitos objeto do requerimento de extinção serão automaticamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda do Município.

Art. 5º - O requerimento de dação em pagamento será apresentado perante o Gabinete da Prefeitura, endereçado ao Prefeito Municipal, a qual determinará a abertura de processo administrativo para acompanhamento, e deverá ser:

I – formalizado, do qual constem os débitos a serem objeto da dação em pagamento ou solicitando a apuração dos mesmos;

II - assinado pelo devedor ou representante legal com poderes para a prática do ato; e

III - instruído com:

a) documento de constituição da pessoa jurídica ou equiparada, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis por sua gestão, ou documento de identificação da pessoa física, ou documento do procurador legalmente habilitado, conforme o caso;

b) certidão, extraída há menos de 30 (trinta) dias, do Cartório do Registro de Imóveis competente, que demonstre ser o devedor o legítimo proprietário e que ateste que o imóvel, a ser oferecido em dação em pagamento, está livre e desembaraçado de quaisquer ônus, exceto aquelas apontadas junto ao Município de Balneário Gaivota, e cujo valor, apurado em regular avaliação, seja compatível com o montante do crédito fiscal que se pretenda extinguir

Parágrafo único. Não constando os débitos no requerimento, e havendo solicitação para sua apuração, o Prefeito Municipal despachará no procedimento administrativo, solicitando averiguação do montante da dívida ao órgão competente.

Art. 6º - O procedimento destinado à formalização da dação em pagamento compreenderá as seguintes etapas, sucessivamente:

I - análise do interesse e da viabilidade da aceitação do imóvel pelo Município;

II - avaliação administrativa do imóvel, quando houver interesse do Município em receber o imóvel oferecido pelo devedor;

III - lavratura da escritura pública de dação em pagamento, que acarretará a extinção das ações, execuções e embargos relacionados ao crédito tributário que se pretenda extinguir.

Art. 7º - Atendidos os requisitos formais indicados no artigo 5º e 6º, o Prefeito Municipal deverá se manifestar sobre a conveniência e oportunidade da dação em pagamento do bem imóvel para a recuperação do crédito tributário inscrito ou não em Dívida Ativa do Município.

Parágrafo Único. Caso existam depósitos ou bloqueios judiciais vinculados aos débitos objeto do requerimento de extinção, o mesmo ficará em garantia até o término dos procedimentos necessários para a consecução da Dação em pagamento.

Art. 8º - O devedor será intimado acerca da decisão que aceitar a proposta, para:

I - apresentação do termo de renúncia expressa, referida no art. 3º, § 4º, no prazo máximo de 30 dias, contados da intimação, sob pena de cancelamento da aceitação da proposta;

II - complementação de eventual diferença entre o valor da totalidade da dívida e o valor do bem ofertado, mediante pagamento em dinheiro, se assim o quiser;

Art. 9º - A extinção dos débitos inscritos ou não em Dívida Ativa do Município está condicionada:

I - ao cumprimento dos requisitos formais;

II - à manifestação favorável do Prefeito Municipal quanto à possibilidade de incorporação do imóvel ao patrimônio público ou de sua alienação;

III - ao recolhimento do valor correspondente à dação em pagamento e do complemento em dinheiro, se for o caso; e

IV - à homologação do termo protocolado nos Processos Judiciais.

Art. 10 - O pedido de aceitação de dação em pagamento não gera direito à sua realização, assim como não suspende a exigibilidade do crédito fiscal nem interrompe a fluência dos acréscimos moratórios previstos na legislação tributária.

§ 2º - O levantamento de garantias eventualmente existentes somente poderá ser realizado após a extinção da dívida pela dação em pagamento.

Art. 11 - O devedor responderá pela evicção, nos termos do artigo 359 do Código Civil.

Art. 12 - A extinção do crédito só se dará com a averbação da escritura pública de dação em pagamento no Registro de Imóveis.

Balneário Gaivota, 31 de outubro de 2019.

Ronaldo Pereira da Silva

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

Jeferson Raupp

Secretario de Administração e Finanças

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/PMBR/2019

Publicação Nº 2212533

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/PMBR/2019.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 14/11/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de EPI'S e Uniformes, para uso dos servidores da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, Polícia Militar, Fundo Municipal de Saúde e SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site [www.balneariorincao.sc.gov.br](http://www.balneariorincao.sc.gov.br) no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 31 de Outubro de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 418, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2212387

PORTARIA N.º 418, de 31 de outubro de 2019.

“Prorroga contrato temporário de servidor e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato temporário da servidora, Joana Gabriela Bianchi, , ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com jornada de trabalho de 40 horas semanais com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 31 de outubro a 31 de dezembro de 2019.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 31 de outubro 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

### PORTARIA N.º419, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2212628

PORTARIA N.º419, de 31 de outubro de 2019

Exonera servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 047/2013.

Resolve,

Art.1º. Exonerar o servidor, Jose Felipe Bernat, ocupante do cargo de Chefe Geral de Divisão, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 31 de outubro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº.416 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212634

PORTARIA Nº.416 DE 22 de outubro de 2019.  
Autoriza a realização e pagamento de horas extras.

Moacir Piroca, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, de acordo com o Decreto nº1036/2018.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizado a realização, bem como o pagamento de eventuais horas extras, para atender situações excepcional e necessidade de interesse publico aos servidores públicos municipais, no período de 21 de outubro a 20 de novembro 2019, conforme previsão em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, em 22 de outubro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

**ANEXO II****AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Nome do Servidor: JEFERSON CANEPPELE	Função: Operador/designado a serviço da Casan.	
Período previsto para realização das horas extras: De: 21/10/2019 à 20/11/2019 _____.		
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas		
Opção pelo banco de horas	X	Opção pelo pagamento
Justificativa: Manutenção da rede de abastecimento, dosagem de cloro, regulagem de bomba de água e afins..		
Autorização Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.		
Cargo/Assinatura do autorizador		
Cargo		
Assinatura		

-----  
Ciente do servidor

**HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS**

Pela presente, autorizo o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. (Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).

**ANEXO II****AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Nome do Servidor: ARTEMIO ALVES DE OLIVEIRA	Função: AGENTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
Período previsto para realização das horas extras: De: 21/10/2019 à 20/11/2019 _____.		
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas		
Opção pelo banco de horas	X	Opção pelo pagamento

## Justificativa:

Manutenção de redes de abastecimento de água do município.

## Autorização

Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.

Cargo/Assinatura do autorizador

Cargo

Assinatura

-----  
Ciente do servidor

## HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, autorizo o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. (Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).

# Barra Velha

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2019 PMBV

Publicação Nº 2212398

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 069/2019 PMBV  
REPUBLICAÇÃO EDITAL CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 001/2019 PMBV

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 18/09/2019, Edição 181, pag. 228, seção: 3. O Prefeito de Barra Velha/SC, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, e demais legislações pertinentes. Torna Público que realizará Concorrência Pública para alienação de imóvel de propriedade do Município de Barra Velha, constituído de um terreno urbano sem edificações, constantes nas Matrícula nº 23.983 e 23.984 ficha 01, livro 02, registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, localizado no Município de Barra Velha (SC), conforme especificações contidas no Anexo I- Termo de Referência. Data/horário recebimento envelopes: 02/12/2019 até 09:00 horas. Data/horário abertura envelopes: 02/12/2019 às 09:15 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 25 de outubro de 2019. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

# Bela Vista do Toldo

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO N.02/2019

Publicação Nº 2211519

DECRETO LEGISLATIVO N. 02 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

REPROVAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017 DO PREFEITO DE BELA VISTA DO TOLDO, SR. ADELMO ALBERTI.

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, faz saber a todos que o Poder Legislativo reprovou as contas do ano de 2017, e eu promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º- Ficam reprovadas as contas do Prefeito Sr. Adelmo Alberti, do Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício do ano de 2017, relativas ao processo n. @PCP 18/00124446 do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art. 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, 30 de outubro de 2019.

Sandro Mielke  
Presidente

Valdecir Krauss  
1º secretário

Este Decreto Legislativo foi publicado e registrado na Secretaria da Câmara de Vereadores na data supra.

**Benedito Novo****PREFEITURA****ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 149/2019**

Publicação Nº 2211621

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

DATA: 31/10/2019 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 149/2019

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 149/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL TERCILIO LONGO

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI, todos nomeados através da Portaria nº 002/2019. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas JOCIMAR FIGUEIREDO e PEKA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
JOCIMAR FIGUEIREDO	JOCIMAR FIGUEIREDO
PEKA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ALEXANDRE SANTOS DOS SANTOS

Todas as empresas apresentaram comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram os seus conteúdos e em seguida disponibilizaram as propostas para que os representantes presentes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Verificou-se que a licitante PEKA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA não cotou todos os subitens, em sendo a forma de julgamento de menor preço por lote, a mesma foi considerada desclassificada. A proposta da licitante JOCIMAR FIGUEIREDO foi considerada classificada. Na sequência foram inseridos os valores da proposta classificada no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo a licitante efetuado lances e atingido seus limites máximos de desconto. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e o respectivo vencedor. A seguir, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio procederam à abertura do envelope de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante esta HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU o item do certame a empresa vencedora. Solicita-se a empresa vencedora que apresente nova proposta de preços readequada ao valor global atingido no certame. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	------------------------------------------	----------------------------------------------

**LICITANTES PRESENTES:**

JOCIMAR FIGUEIREDO

PEKA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

## ATO 08 - CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019

Publicação Nº 2211394

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2019**  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

O Senhor **Jean Michel Grundmann**, Prefeito em Exercício de Benedito Novo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público conforme segue:

1. A Classificação Final dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado nº 005/2019, já considerando os critérios de desempate e os recursos impetrados, consta divulgada no **Anexo I** deste ato.

Benedito Novo, 31 de outubro de 2019.

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**  
 Prefeito

**ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**ASSISTENTE SOCIAL**

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português Acertos	Português Nota	Matemática Acertos	Matemática Nota	Gerais Acertos	Gerais Nota	Específicas Acertos	Específicas Nota	Total de Acertos	Nota Final	Situação
1	133	27/06/1978	Raquel Helena Gaulke Leal	5	2,00	3	1,20	5	2,00	5	2,00	18	7,20	Classificado
2	132	04/01/1963	Marina Rodrigues da Silva	2	0,80	4	1,60	3	1,20	7	2,80	16	6,40	Classificado
-	57	16/03/1966	Roseli Maria Alvize Bona	0	0,00	3	1,20	5	2,00	6	2,40	14	5,60	Desclassificado
-	86	01/08/1990	Josiani Bruning Peggau	1	0,40	2	0,80	3	1,20	6	2,40	12	4,80	Desclassificado
-	23	18/05/1989	Ana Paula Lira	3	1,20	1	0,40	3	1,20	4	1,60	11	4,40	Desclassificado

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO I**

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português Acertos	Português Nota	Matemática Acertos	Matemática Nota	Gerais Acertos	Gerais Nota	Específicas Acertos	Específicas Nota	Total de Acertos	Nota Final	Situação
1	72	03/03/1992	Willian Wellington Ax	3	1,20	5	2,00	5	2,00	8	3,20	21	8,40	Classificado
2	144	20/10/2000	Rafaela de Oliveira	4	1,60	4	1,60	5	2,00	8	3,20	21	8,40	Classificado
3	18	04/05/2001	Naiara Cardoso	3	1,20	4	1,60	4	1,60	9	3,60	20	8,00	Classificado
4	179	06/05/2001	Tainara Taiele Morauer	4	1,60	3	1,20	4	1,60	9	3,60	20	8,00	Classificado
5	170	06/06/1989	Edson Maas	2	0,80	5	2,00	4	1,60	8	3,20	19	7,60	Classificado
6	90	22/11/1999	Giovana Milena Koslowski	2	0,80	4	1,60	3	1,20	9	3,60	18	7,20	Classificado
7	142	17/11/1988	Maurício Severgini Lima	3	1,20	4	1,60	4	1,60	7	2,80	18	7,20	Classificado
8	46	18/02/1990	Aline Debiecker Panoeh Nau	3	1,20	5	2,00	2	0,80	8	3,20	18	7,20	Classificado
9	143	15/03/1996	Adriana Steuck	4	1,60	4	1,60	2	0,80	8	3,20	18	7,20	Classificado

10	104	30/04/1997	Alana Mileny Lickfeld		4	1,60	3	1,20	3	1,20	8	3,20	18	7,20	Classificado
11	97	04/09/1989	Ketlen Cristiane Hinsching Georg		2	0,80	5	2,00	3	1,20	7	2,80	17	6,80	Classificado
12	60	20/11/1991	Maíke Dias de Oliveira		3	1,20	3	1,20	2	0,80	8	3,20	16	6,40	Classificado
13	117	11/01/1971	Sandra Regina Hinkeldey Holdorf		3	1,20	4	1,60	3	1,20	6	2,40	16	6,40	Classificado
14	43	15/04/1980	Kathia Dulcinea Witthoef Klitzke		3	1,20	3	1,20	4	1,60	6	2,40	16	6,40	Classificado
15	120	18/09/1980	Ester Seraphim da Silva Soares		4	1,60	3	1,20	3	1,20	6	2,40	16	6,40	Classificado
16	169	26/10/1994	Kevin Wilson de Arruda Souza		2	0,80	3	1,20	3	1,20	7	2,80	15	6,00	Classificado
17	5	01/04/2001	Daniel Wisniewski		2	0,80	3	1,20	3	1,20	7	2,80	15	6,00	Classificado
18	171	20/01/1991	Adriano Steuck		2	0,80	4	1,60	3	1,20	6	2,40	15	6,00	Classificado
-	157	14/11/1995	Ayrton José Tonelli		1	0,40	3	1,20	4	1,60	8	3,20	16	6,40	Desclassificado
-	109	17/02/1997	Lilian Henschel		2	0,80	1	0,40	4	1,60	8	3,20	15	6,00	Desclassificado
-	105	28/06/2019	Igor Rian Wisniewski Muller		3	1,20	5	2,00	1	0,40	6	2,40	15	6,00	Desclassificado
-	53	07/05/1984	Andrieli Pereira da Silva		0	0,00	3	1,20	3	1,20	3	1,20	9	3,60	Desclassificado
-	172	25/02/1976	Marlon Ferreira			0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente
-	1	28/11/1998	Jefferson Filastro			0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente
-	115	08/03/1999	Brenda Taina Vandal			0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente
-	20	27/05/2000	Jackson Geier Moraes			0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente

## AUXILIAR DE CRECHE

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português Acertos	Português Nota	Matemática Acertos	Matemática Nota	Gerais Acertos	Gerais Nota	Específicas Acertos	Específicas Nota	Total de Acertos	Nota Final	Situação
1	118	28/09/1992	Tamires Pachter de Moraes	3	1,20	3	1,20	5	2,00	9	3,60	20	8,00	Classificado
2	148	22/09/1998	Jackeline Schuler de Araújo	4	1,60	5	2,00	4	1,60	7	2,80	20	8,00	Classificado
3	177	15/08/1983	Tatiana Cristina Kloehn	3	1,20	3	1,20	5	2,00	8	3,20	19	7,60	Classificado
4	2	03/08/1984	Maria Cristina Miguel Hennich	3	1,20	3	1,20	5	2,00	8	3,20	19	7,60	Classificado
5	176	31/05/1999	Gabrieli Luz Brol	3	1,20	4	1,60	3	1,20	8	3,20	18	7,20	Classificado
6	91	08/01/2000	Luciana Koslowski	3	1,20	3	1,20	4	1,60	8	3,20	18	7,20	Classificado
7	167	28/02/1972	Elaine Otto	3	1,20	5	2,00	3	1,20	7	2,80	18	7,20	Classificado
8	47	04/05/1985	Jozeane Aparecida Martins Siqueira Hennich	3	1,20	5	2,00	2	0,80	7	2,80	17	6,80	Classificado
9	121	23/05/2001	Julia Franco Rodrigues	2	0,80	2	0,80	2	0,80	10	4,00	16	6,40	Classificado
10	163	08/12/1986	Patricia Hochsprung Barbosa	2	0,80	2	0,80	4	1,60	8	3,20	16	6,40	Classificado
11	155	26/04/1990	Franciele Fátima Zonta	2	0,80	2	0,80	4	1,60	8	3,20	16	6,40	Classificado
12	25	27/06/1998	Bruna de Castilho Coelho	2	0,80	3	1,20	3	1,20	8	3,20	16	6,40	Classificado
13	134	16/03/1994	Maria Marciana Carvalho	2	0,80	2	0,80	2	0,80	8	3,20	14	5,60	Classificado
14	62	27/04/1999	Wanderleia Engel	2	0,80	3	1,20	2	0,80	7	2,80	14	5,60	Classificado
-	27	27/12/1996	Helena Luisa Schmidt	1	0,40	3	1,20	5	2,00	8	3,20	17	6,80	Desclassificado
-	48	31/05/1980	Marcia Adriana Witthoef Schaade	1	0,40	3	1,20	3	1,20	9	3,60	16	6,40	Desclassificado
-	85	05/04/1985	Solange Stein	3	1,20	1	0,40	3	1,20	7	2,80	14	5,60	Desclassificado
-	151	02/09/1990	Elaine Oliveira Nascimento	1	0,40	2	0,80	4	1,60	7	2,80	14	5,60	Desclassificado
-	75	18/08/1990	Maria Eduarda Benicio	0	0,00	2	0,80	4	1,60	7	2,80	13	5,20	Desclassificado

-	44	24/04/1998	Marisa Grankow	1	0,40	3	1,20	2	0,80	7	2,80	13	5,20	Desclassificado
-	166	05/09/1984	Maria Aparecida Pereira	2	0,80	1	0,40	2	0,80	7	2,80	12	4,80	Desclassificado
-	114	25/07/1984	Eliane Norato	0	0,00	2	0,80	1	0,40	8	3,20	11	4,40	Desclassificado
-	113	08/12/1971	Mari de Araújo Sousa	3	1,20	2	0,80	2	0,80	4	1,60	11	4,40	Desclassificado
-	68	13/07/1993	Ingrid Pereira da Silva	1	0,40	1	0,40	2	0,80	6	2,40	10	4,00	Desclassificado
-	65	19/08/1999	Cristiane da Silva Hochsprung Klug		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Desclassificado
-	173	04/12/1999	Bruna Danielli Loppnow		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Desclassificado

## AUXILIAR DE SALA

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	108	21/11/1996	Marinice Maas	4	1,60	5	2,00	2	0,80	7	2,80	18	7,20	Classificado
2	37	28/03/1998	Raquel Rocha dos Santos	3	1,20	5	2,00	4	1,60	5	2,00	17	6,80	Classificado
3	122	06/06/1988	Lais Cristina Florencio da Silva	4	1,60	3	1,20	4	1,60	4	1,60	15	6,00	Classificado
4	61	05/07/1997	Camila Batista	2	0,80	5	2,00	2	0,80	5	2,00	14	5,60	Classificado
-	94	10/05/1992	Gesiele Samantha dos Santos	1	0,40	3	1,20	3	1,20	8	3,20	15	6,00	Desclassificado
-	125	20/06/1987	Franciele Aparecida Pasquali Bilão	1	0,40	4	1,60	4	1,60	3	1,20	12	4,80	Desclassificado
-	136	22/02/1983	Elenir Wetzel Lickfeld		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente
-	129	08/10/1990	Amanda Kuzava		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente

## AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	14	27/05/1997	Anailse Amaral	3	1,20	5	2,00	3	1,20	10	4,00	21	8,40	Classificado
2	16	03/11/1975	Marileia Bilão Karmenber	3	1,20	3	1,20	4	1,60	10	4,00	20	8,00	Classificado
3	137	30/06/1992	Vanessa Rodrigues dos Santos	2	0,80	5	2,00	2	0,80	10	4,00	19	7,60	Classificado
4	30	31/08/1987	Jader Oslim Cactano	2	0,80	5	2,00	4	1,60	8	3,20	19	7,60	Classificado
5	111	30/07/1998	Lidiani Araújo Fagundes Dias de Oliveira	2	0,80	3	1,20	2	0,80	8	3,20	15	6,00	Classificado
-	135	13/05/1982	Leonice Ferreira de Melo	3	1,20	1	0,40	2	0,80	8	3,20	14	5,60	Desclassificado
-	26	23/09/1987	Tracema Alves Gumz	1	0,40	5	2,00	2	0,80	6	2,40	14	5,60	Desclassificado
-	101	01/12/1979	Joelma Dorli Ternopilskei	1	0,40	5	2,00	1	0,40	6	2,40	13	5,20	Desclassificado
-	24	01/11/1968	Juçara Gonçalves Rodrigues	0	0,00	4	1,60	4	1,60	5	2,00	13	5,20	Desclassificado
-	138	19/09/1985	Elenice Nascimento dos Santos	2	0,80	1	0,40	1	0,40	2	0,80	6	2,40	Desclassificado
-	168	28/03/1969	Marlene Capstrano da Silva	0	0,00	3	1,20	2	0,80	1	0,40	6	2,40	Desclassificado
-	34	13/04/1994	Marevane de Ramos Bertoldi		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente
-	33	07/04/1998	Lucimara Pinto		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente
-	32	30/07/2000	Maria Dirlene Venancio Nunes		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente

## AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
1	39	19/06/1994	Clarisse de Lima Tambosi	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	8	3,20	Classificado
2	130	11/09/1991	Andreia Osti	2	0,80	2	0,80	3	1,20	3	1,20	10	4,00	Desclassificado

## ESTÁGIO – ENSINO MÉDIO

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos		Nota Final	Situação
1	174	17/07/2002	Ana Nicole Oliveira	4	3,20	5	4,00	3	1,20	12	8,40	Classificado	
2	158	18/12/2002	Tiphane Liriel Giacomozzi	3	2,40	5	4,00	4	1,60	12	8,00	Classificado	
3	82	06/12/2002	Mathews Fernando Luchtenberg	3	2,40	2	1,60	3	1,20	8	5,20	Classificado	
-	123	14/11/2002	Kathrine Eduarda Kannenberg	1	0,80	3	2,40	5	2,00	9	5,20	Desclassificado	
-	49	16/06/2002	Mairo Josemar Martins	1	0,80	3	2,40	4	1,60	8	4,80	Desclassificado	
-	141	12/04/2003	Kelli Chaiani Begalke Wolter	2	1,60	2	1,60	3	1,20	7	4,40	Desclassificado	
-	6	30/07/2003	Duane Rafaela Klemann	2	1,60	2	1,60	3	1,20	7	4,40	Desclassificado	

## ESTÁGIO – TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Total de Acertos		Nota Final	Situação
1	12	16/08/2001	Ana Julia Uler	3	2,40	2	1,60	5	2,00	10	6,00	Classificado	

## MÉDICO I

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
1	178	08/12/1965	Marcos Bonmann	3	1,20	3	1,20	5	2,00	6	2,40	17	6,80	Classificado

## MOTORISTA

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
1	3	02/12/1986	Douglas Peyerl	3	1,20	5	2,00	3	1,20	7	2,80	18	7,20	Classificado
2	140	12/01/1970	Jens Wolter	4	1,60	4	1,60	4	1,60	6	2,40	18	7,20	Classificado
3	182	05/05/1983	Gilson Bloedorn	3	1,20	5	2,00	4	1,60	5	2,00	17	6,80	Classificado
4	64	25/08/1975	Paulo Sérgio Alves Reis	2	0,80	3	1,20	3	1,20	6	2,40	14	5,60	Classificado
-	15	21/08/1998	Cleiton Cristiano Parcy	1	0,40	5	2,00	4	1,60	6	2,40	16	6,40	Desclassificado
-	70	04/05/1986	Jean Ariel Bona	1	0,40	5	2,00	2	0,80	4	1,60	12	4,80	Desclassificado
-	187	05/02/1965	Ditmar Schade	2	0,80	0	0,00	2	0,80	4	1,60	8	3,20	Desclassificado
-	10	07/10/1976	Mauni Pereira		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente

## MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	184	22/05/1979	Jacson André Peyerl	4	1,60	4	1,60	5	2,00	9	3,60	22	8,80	Classificado
2	180	19/09/1988	Alex de Souza Rodrigues	3	1,20	5	2,00	4	1,60	8	3,20	20	8,00	Classificado

## OPERADOR DE MÁQUINA

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	38	24/01/1992	Geziel Rodrigo Gadotti Zumach	3	1,20	4	1,60	4	1,60	9	3,60	20	8,00	Classificado
2	88	15/09/1989	Alexandre Kowalski	2	0,80	5	2,00	3	1,20	9	3,60	19	7,60	Classificado
3	84	24/11/1992	Maiko Sauter	2	0,80	5	2,00	3	1,20	8	3,20	18	7,20	Classificado
-	126	10/02/1990	Daniel Ribeiro Marafago	1	0,40	5	2,00	2	0,80	8	3,20	16	6,40	Desclassificado
-	153	20/01/1998	Maycon Pablo da Cruz	1	0,40	5	2,00	3	1,20	6	2,40	15	6,00	Desclassificado
-	80	01/09/1974	Edomar Henschel		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente
-	145	08/05/1994	Felipe Schon		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente

## OPERÁRIO

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	40	22/03/1965	Arnaldo Bunese	4	1,60	5	2,00	4	1,60	10	4,00	23	9,20	Classificado
2	13	22/09/1984	Werner Maas	4	1,60	5	2,00	4	1,60	10	4,00	23	9,20	Classificado
3	154	01/12/1996	Marcos Eduardo Hammermeister	4	1,60	5	2,00	5	2,00	9	3,60	23	9,20	Classificado
4	93	31/05/1994	Alexandre Felipe Maus	2	0,80	4	1,60	3	1,20	10	4,00	19	7,60	Classificado
5	161	26/10/1986	Marcio Uber	3	1,20	3	1,20	3	1,20	8	3,20	17	6,80	Classificado
-	55	22/08/1982	Rodrigo Bitencourt	1	0,40	5	2,00	3	1,20	6	2,40	15	6,00	Desclassificado
-	17	22/10/1960	Waldemar Parey	0	0,00	4	1,60	3	1,20	5	2,00	12	4,80	Desclassificado
-	83	06/02/1967	José Joaquim Castro de Andrade		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente

## ORIENTADOR PEDAGÓGICO I

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	175	02/02/1971	Cleonice Aparecida Luz	1	0,40	0	0,00	4	1,60	6	2,40	11	4,40	Desclassificado

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	149	27/10/1983	Alessandra Petri	4	1,60	3	1,20	7	2,80	18	7,20	7	7,20	Classificado

2	185	28/01/1988	Patricia Slomp	3	1,20	3	1,20	5	2,00	6	2,40	17	6,80	0,25	7,05	Classificado
3	52	25/07/1996	Andrea Engel	3	1,20	2	0,80	4	1,60	7	2,80	16	6,40		6,40	Classificado
4	9	07/06/1997	Igor Roberto Girardi	3	1,20	2	0,80	4	1,60	7	2,80	16	6,40		6,40	Classificado
5	69	15/05/1996	Thais Zeczkowski	2	0,80	2	0,80	3	1,20	7	2,80	14	5,60		5,60	Classificado
6	103	31/12/1997	Micheli Cristina Lazzarini	2	0,80	3	1,20	4	1,60	4	1,60	13	5,20		5,20	Classificado
-	96	11/10/1999	Pâmela Schroeder da Cruz	3	1,20	3	1,20	4	1,60	3	1,20	13	5,20		5,20	Desclassificado

## PROFESSOR DE INGLÊS

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	87	10/12/1995	Sintia Nunes	4	1,60	2	0,80	4	1,60	8	3,20	18	7,20	Classificado
2	89	01/04/1999	Eduarda Regina Cardoso Arnaboldi	3	1,20	2	0,80	3	1,20	8	3,20	16	6,40	Classificado
-	92	09/11/1963	Darci Longo		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente

## PROFESSOR I-20

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Escrita	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	146	23/01/1966	Nilza Maria Nones	5	2,00	3	1,20	5	2,00	9	3,60	22	8,80	8,80	Classificado
2	45	19/06/1975	Neide Girardi Longo	3	1,20	2	0,80	4	1,60	9	3,60	18	7,20	7,20	Classificado
3	7	01/03/1995	Patricia Luana Mayer Weitzel	3	1,20	3	1,20	3	1,20	9	3,60	18	7,20	7,20	Classificado
4	11	17/05/1971	Jaleiria Elisete Martins Zatti	2	0,80	3	1,20	5	2,00	8	3,20	18	7,20	7,20	Classificado
5	22	17/11/1989	Marize Muller Mayer	2	0,80	3	1,20	5	2,00	8	3,20	18	7,20	7,20	Classificado
6	128	09/01/2000	Paloma dos Santos	4	1,60	3	1,20	3	1,20	8	3,20	18	7,20	7,20	Classificado
7	116	15/04/1994	Fabiana Cristina Martins Schutze	3	1,20	4	1,60	4	1,60	7	2,80	18	7,20	7,20	Classificado
8	79	08/07/1969	Iraci Schuster Pereira	2	0,80	2	0,80	3	1,20	7	2,80	14	5,60	5,60	Classificado
9	106	10/09/1979	Shirley Regina Kroenke Nones	2	0,80	3	1,20	2	0,80	6	2,40	13	5,20	5,45	Classificado
-	21	31/12/1966	Noeli Scheffer Castilho	1	0,40	4	1,60	3	1,20	8	3,20	16	6,40	6,65	Desclassificado
-	160	06/12/1988	Aline Schmitt	4	1,60	1	0,40	4	1,60	7	2,80	16	6,40	6,40	Desclassificado
-	152	03/11/1976	Simone Steuck Maunizenz	1	0,40	1	0,40	4	1,60	7	2,80	13	5,20	5,20	Desclassificado
-	112	29/07/1972	Maria Eunice Buzzi de Castilho		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	Ausente

## PROFESSOR I-40

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Escrita	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	50	15/05/1996	Samara Stein Beyer	5	2,00	3	1,20	5	2,00	9	3,60	22	8,80	8,80	Classificado
2	74	13/03/1995	Andressa Caroline Arendt	5	2,00	3	1,20	4	1,60	8	3,20	20	8,00	8,00	Classificado
3	81	20/12/1979	Rosângela Wölter	4	1,60	3	1,20	4	1,60	8	3,20	19	7,60	7,85	Classificado
4	164	31/05/1984	Roselcia Hochsprung Adam	4	1,60	2	0,80	4	1,60	9	3,60	19	7,60	7,60	Classificado
5	150	16/02/1987	Izana Silva Souza Machado	2	0,80	3	1,20	5	2,00	9	3,60	19	7,60	7,60	Classificado

6	100	16/08/1986	Silvana Regina Vargas Erdmann	2	0,80	4	1,60	4	1,60	8	3,20	18	7,20	7,20	Classificado
7	110	11/07/1996	Greici Luana Rodrigues	2	0,80	2	0,80	3	1,20	10	4,00	17	6,80	6,80	Classificado
8	156	28/04/1973	Evanieldes Silva Freitas	2	0,80	5	2,00	4	1,60	6	2,40	17	6,80	6,80	Classificado
9	42	11/03/1976	Andrea Regina da Silva Valcannia	3	1,20	3	1,20	4	1,60	6	2,40	16	6,40	6,40	Classificado
10	67	17/03/1999	Maiara Luiza Bertram	2	0,80	3	1,20	3	1,20	7	2,80	15	6,00	6,00	Classificado
11	29	25/04/1984	Janaina Goes Carvalho	4	1,60	2	0,80	3	1,20	6	2,40	15	6,00	6,00	Classificado
-	99	10/11/1982	Suelen Nucci Alves Nogueira	4	1,60	4	1,60	1	0,40	7	2,80	16	6,40	6,40	Desclassificado
-	28	01/06/1994	Pamela Micaelle Schoen	1	0,40	4	1,60	3	1,20	7	2,80	15	6,00	6,00	Desclassificado
-	31	01/12/1974	Marcia Martins Metzger	4	1,60	0	0,00	2	0,80	7	2,80	13	5,20	5,20	Desclassificado
-	124	01/07/1997	Ianca Maiara Pereira	1	0,40	0	0,00	3	1,20	6	2,40	10	4,00	4,00	Desclassificado
-	181	26/02/1984	Cintia Thiersch Baldo Ferrari	1	0,40	2	0,80	1	0,40	4	1,60	8	3,20	3,20	Desclassificado
-	8	30/10/1995	Marleia Trento		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	Ausente

## PSICÓLOGO

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	162	24/09/1982	Diana dos Passos Reinhold	3	1,20	4	1,60	4	1,60	5	2,00	16	6,40	Classificado
2	78	29/10/1975	Tania Mara Correia Linshalm	3	1,20	3	1,20	4	1,60	4	1,60	14	5,60	Classificado
-	56	15/04/1997	Nagula Lany Oliveira Santos	4	1,60	3	1,20	4	1,60	3	1,20	14	5,60	Desclassificado
-	95	01/06/1990	Angela Adriana Vansuit	3	1,20	1	0,40	5	2,00	4	1,60	13	5,20	Desclassificado
-	102	17/09/1959	Osmar Caxocira		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente
-	183	09/11/1993	Kriscia Jamile Baumann		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente
-	147	28/12/1994	Barbara Baldo Zuanazzi		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente

## PSICOPEDAGOGO

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	139	27/08/1991	Sezinanda Aline de Moraes Machado	4	1,60	4	1,60	4	1,60	5	2,00	17	6,80	Classificado
2	159	22/08/1987	Luana Alice Tonolli	2	0,80	0	0,00	3	1,20	6	2,40	11	4,40	Desclassificado

## SERVENTE

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	77	04/04/1990	Aline Eliza Iner	5	2,00	5	2,00	4	1,60	9	3,60	23	9,20	Classificado
2	35	18/07/1963	Jurema Goreti Girardi Santiago	5	2,00	5	2,00	5	2,00	7	2,80	22	8,80	Classificado
3	165	20/09/1983	Jocelia Correa	3	1,20	4	1,60	2	0,80	9	3,60	18	7,20	Classificado
4	54	24/04/1980	Claudia Regina de Oliveira	2	0,80	3	1,20	3	1,20	9	3,60	17	6,80	Classificado
-	107	03/05/1972	Vulmir Alves de Lima	1	0,40	5	2,00	3	1,20	9	3,60	18	7,20	Desclassificado
-	59	18/09/1974	Elza Nascimento dos Santos Ramalho	1	0,40	1	0,40	3	1,20	8	3,20	13	5,20	Desclassificado

-	131	15/08/1971	Marcia Kohls Osti	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Desclassificado
---	-----	------------	-------------------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	-----------------

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	41	09/11/1999	Petra Angela Langa	3	1,20	5	2,00	5	2,00	7	2,80	20	8,00	Classificado
-	66	01/01/1983	Juliana Meira Genske	1	0,40	1	0,40	5	2,00	8	3,20	15	6,00	Desclassificado
-	119	04/04/1990	Graciele Konell Cristofolini	3	1,20	1	0,40	4	1,60	5	2,00	13	5,20	Desclassificado
-	19	27/10/1975	Fernando Carlos Borinelli	4	1,60	3	1,20	4	1,60	2	0,80	13	5,20	Desclassificado
-	127	09/02/1976	Juçara Aparecida Antunes de Moraes	2	0,80	2	0,80	3	1,20	5	2,00	12	4,80	Desclassificado
-	73	16/05/1996	Gabrieli Carolini Ribas	2	0,80	0	0,00	2	0,80	3	1,20	7	2,80	Desclassificado
-	63	19/05/1992	Fabiola Odorizzi Uber		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	Ausente

VIGIA

Posição	Nº da Inscrição	Data de Nascimento	Candidato	Português		Matemática		Gerais		Específicas		Total de Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	98	16/09/1973	Marcio Luiz Zanetti	3	1,20	5	2,00	3	1,20	8	3,20	19	7,60	Classificado
2	4	24/12/1995	Ingo Henschel	2	0,80	5	2,00	2	0,80	9	3,60	18	7,20	Classificado

**EXTRATO DE CONTRATO 139/2019**

Publicação Nº 2211551

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 139/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2019

Contratada: MASTER COMERCIO DE VEICULOS E SERVICOS EIRELI

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO FURGÃO TRANSFORMADOS EM AMBULÂNCIA REMOÇÃO BÁSICA TIPO A

Valor do Contrato: R\$ 257.400,00

Vigência: 25/10/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 25/10/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS TP140/2019-PMB

Publicação Nº 2212124

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO  
E PROPOSTA DE PREÇOS TP140/2019-PMB

ÀS 14:00 HORAS DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2019, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESIGNADA PELA PORTARIA 54/2019, PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA EPP, QUE NÃO SE FEZ PRESENTE NA SESSÃO.

DANDO INÍCIO À SESSÃO FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA REFERIDA EMPRESA. OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O EXIGIDO NO EDITAL.

DANDO CONTINUIDADE AOS TRABALHOS FOI ABERTO O ENVELOPE DE PROPOSTA DE PREÇOS. OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL.

O VALOR APRESENTADO PELA EMPRESA FOI O SEGUINTE:  
R\$ 149.839,14.

DIANTE DO EXPOSTO A EMPRESA PARTICIPANTE ENCONTRA-SE HABILITADA PARA CERTAME.

NADA MAIS A CONSTAR, ENCERRA-SE A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E MEMBROS E PELOS REPRESENTANTES PRESENTES.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:

NABEL ANA M. DE CAMPOS ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA  
PRESIDENTE MEMBRO

MARISTELA LIRA B. DE ÁVILA  
MEMBRO

### DECRETO Nº 236/2019

Publicação Nº 2212507

DECRETO Nº 236/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora MARIZETE MARIA PERES NIENKOTTER, a partir de 31/10/2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República à servidora MARIZETE MARIA PERES NIENKOTTER, detentora da matrícula funcional nº 14.502-01, portadora do CPF nº 560.081.049-00, inscrita no PASEP nº 1084965514-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais - 20h, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 2.215,63 (dois mil duzentos e quinze reais e sessenta e três centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 31/10/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu (SC), 31 de outubro de 2019.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

## DECRETO Nº 237/2019

Publicação Nº 2212508

DECRETO Nº 237/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2006, declara a vacância do cargo público da servidora MAURA COELHO FRAGA, a partir de 01/11/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora MAURA COELHO FRAGA, detentora da matrícula funcional nº 338-01, portadora do CPF nº 803.648.889-20, inscrita no PASEP nº 1702894263-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I - 30h, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.677,22 (um mil seiscentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu (SC), 31 de outubro de 2019.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

## DECRETO Nº 238/2019

Publicação Nº 2212510

DECRETO Nº 238/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Pensão por Morte, em face do óbito do servidor inativo LINDOLFO PEDRO MAIS, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente presumida MARIA LUZIA JUNKES MAIS, com efeitos a partir de 02/07/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art.1º Conceder, Pensão por Morte, em face do óbito do servidor inativo LINDOLFO PEDRO MAIS, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 378.198.289-00, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente presumida MARIA LUZIA JUNKES MAIS (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Pensão por Morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 02/07/2019 – data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de outubro de 2019.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

## DECRETO Nº 239/2019

Publicação Nº 2212509

DECRETO Nº 239/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público da servidora SANDRA RODRIGUES JACINTO, a partir de 01/11/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, à servidora SANDRA RODRIGUES JACINTO, detentora da matrícula funcional nº 310-01, portadora do CPF nº 593.958.429-20, inscrita no PASEP nº 17033119338, ocupante do cargo de provimento efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais - 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância R\$ 9.933,20 (nove mil novecentos e trinta e três reais e vinte centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de outubro de 2019.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

**CONVOCAÇÃO Nº 22 EDITAL 004/2018**

Publicação Nº 2212522



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**CONVOCAÇÃO Nº 022– Edital 004/2018**

A Secretaria Municipal de Administração, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato **aprovado no Processo Seletivo SEMAD Edital 004/2018, abaixo relacionado para comparecer na Rua:** Praça Nereu Ramos, Nº 90 - Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia **09/11/2019**, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

**O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.** Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 31 de outubro de 2019.

**RAMON WOLLINGER**  
Prefeito Municipal

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL – 30HS**

**0004 – SARAH JUNCES DUARTE - Chamada de acordo com o Art. 2º da Lei Nº 1528 DE 02 DE MAIO DE 2001.**

Rua: Praça Nereu Ramos, nº 90,  
Bairro: Centro – Biguaçu – CEP 88160-000  
Telefone (48) 3094-4100

**CONVOCAÇÃO Nº 30 EDITAL 002/2018**

Publicação Nº 2211755



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**CONVOCAÇÃO Nº 030 – Edital 002/2018**

A Secretaria Municipal de Saúde, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato **aprovado no Processo Seletivo SESAU Edital 002/2018, abaixo relacionado para comparecer na** Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, Nº 114 - Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – SC, até o dia **08/11/2019**, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

**O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.** Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 30 de outubro de 2019.

**RAMON WOLLINGER**  
Prefeito Municipal

CARGO: ENFERMEIRO II – 40HS

003 – DJOSI VIEIRA – (**Chamada justificada pelo item 13.7 do edital 002/2018 - SESAU**) – Chamada de acordo com o Art. 2º da Lei Nº 1528 DE 02 DE MAIO DE 2001

006 – PAOLA FINKLER DA SILVA - (**Chamada justificada pelo item 13.7 do edital 002/2018 - SESAU**) – Chamada de acordo com o Art. 2º da Lei Nº 1528 DE 02 DE MAIO DE 2001

Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, nº 114,  
Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – CEP 88160.000  
Telefone (48) 3039 8500



**CONVOCAÇÃO Nº 31 EDITAL 002/2018**

Publicação Nº 2211756



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**CONVOCAÇÃO Nº 031 – Edital 002/2018**

A Secretaria Municipal de Saúde, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato **aprovado no Processo Seletivo SESAU Edital 002/2018, abaixo relacionado para comparecer na Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, Nº 114 - Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – SC, até o dia 09/11/2019, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.**

**O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.** Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 31 de outubro de 2019.

**RAMON WOLLINGER**  
Prefeito Municipal

CARGO: ENFERMEIRO II – 40HS

008 – FRANCIELLY MAYARA DA SILVA - (**Chamada justificada pelo item 13.7 do edital 002/2018 - SESAU**) – Chamada de acordo com o Art. 2ª da Lei Nº1528 DE 02 DE MAIO DE 2001

Rua: Vereador Emídio Amorim Verissimo, nº 114,  
Bairro: Rio Caveiras – Biguaçu – CEP 88160.000  
Telefone (48) 3039 8500



**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019 (REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 009/2019)**

Publicação Nº 2212532

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019 (REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 009/2019)

A Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar no dia 13 de Novembro de 2019, com a entrega dos envelopes até às 13h30min, e abertura às 14h00min horas, também no dia 13 de Novembro de 2019, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Sala 101, Centro – Biguaçu – SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 012/2019 na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES, COMPOSTO DE INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA SIP IP COM LOCAÇÃO DE TELEFONES IP, LINK FULL DUPLEX DE ACESSO WEB, SISTEMA DE MONITORAMENTO E PLANO DE MINUTAGENS VOIP, PARA O ATENDIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Local para obtenção do edital: site da Câmara Municipal de Biguaçu, [www.cmb.sc.gov.br](http://www.cmb.sc.gov.br) (Transparência – Licitações – Pregão) ou através do e-mail: [cmb.licitacao@yahoo.com.br](mailto:cmb.licitacao@yahoo.com.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 – Ramal 217.

Biguaçu/SC, 1º de Novembro de 2019.

Salmir da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.387/2019

Publicação Nº 2212251

DECRETO Nº 12.387, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 11.308, DE 22 DE MAIO DE 2017, QUE "INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS INTEGRADAS SOBRE DROGAS, RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - PLAMIPED, DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com a Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 e com o Decreto Federal nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, e Lei Estadual nº 13.641, de 27 de dezembro de 2005, e na forma da Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, e de conformidade com a solicitação emitida pelo Gabinete do Prefeito, através do Memorando GAPREF nº 112/2019:

#### DECRETA:

Art. 1º Os dispositivos abaixo, constantes do Decreto nº 11.308, de 22 de maio de 2017, que "Institui a Comissão permanente de Políticas Intersectoriais Integradas sobre drogas, responsável pela elaboração do Plano Municipal Intersectorial de Políticas sobre Drogas - PLAMIPED, do Município de Blumenau e dá outras providências", passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º [...]"

§1º Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, a coordenação da Comissão Permanente de Políticas Intersectoriais Integradas Sobre Drogas.

[...]

Art. 7º [...]"

I - Secretaria Municipal de Defesa Civil (SEDECI);

[...]"

III - Secretaria Municipal de Promoção da Saúde (SEMUS).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 25 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 12.388/2019

Publicação Nº 2212252

DECRETO Nº 12.388, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

DELEGA COMPETÊNCIA À DIRETORA GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

#### DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência à Diretora Geral da Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, SABRINA ALMEIDA DUTRA DE MORAES, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 04 de novembro de 2019 a 08 de novembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de outubro de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 12.389/2019**

Publicação Nº 2212254

DECRETO Nº 12.389, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

### **DECRETA**

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor Geral da Secretaria Municipal de Comunicação Social, FELIPE GABRIEL RODRIGUES, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 04 de novembro de 2019 a 08 de novembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de outubro de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 23.520/2019**

Publicação Nº 2212258

PORTARIA Nº 23.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNA PATRICIA OLIVEIRA DIONISIO PARA ATUAR, EXCLUSIVAMENTE, NA TRAMITAÇÃO DO PAD Nº 022/2019, QUE TRAMITA PERANTE A PRIMEIRA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR – 1ª CPASD,

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII e 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com supedâneo no art. 214, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

DESIGNAR, a contar do dia 25 de outubro de 2019, a servidora pública municipal PATRICIA OLIVEIRA DIONISIO, matrícula nº 229666, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria-Geral do Município – PGM, para atuar, exclusivamente na tramitação do PAD nº 022/2019, que tramita perante a Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar – 1ª CPASD, em substituição a DEISI EMANUELE KRAEMER TROIAN, designada pela Portaria nº 22.832, de 17/04/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de outubro de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 23.521/2019**

Publicação Nº 2212259

PORTARIA Nº 23.521, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVETE MUELLER DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 140/2019, de 23/10/2019, da Secretaria Municipal de Administração – Diretoria de Pessoal, resolve:

DISPENSAR, a contar de 31 de outubro de 2019:

IVETE MUELLER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretária Escolar do CEI "Osvaldo Deschamps", designada pela Portaria nº 19.425/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de outubro de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.522/2019**

Publicação Nº 2212260

PORTARIA Nº 23.522, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVETE MUELLER PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 141/2019, de 23/10/2019, encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de novembro de 2019:

IVETE MUELLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretária Escolar do CEI "Frieda Zadrozny", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, equivalente a 20% (vinte por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de outubro de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.523/2019**

Publicação Nº 2212261

PORTARIA Nº 23.523, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

PROMOVE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TATIANA ROEDER GURGEL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com os arts. 6º, 8º, II, 28 e 29, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e de conformidade com o Decreto nº 8.603, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

READAPTAR, a contar de 01 de novembro de 2019, TATIANA ROEDER GURGEL, servidora pública municipal desde 01 de fevereiro de 1996, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, com jornada de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no cargo de provimento efetivo de Analista de Políticas Públicas, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, Faixa de Vencimento II, Padrão de Vencimento 'C', do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, sem prejuízo de sua remuneração e carga horária, de conformidade com o Expediente emitido pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal - SESOSP, nos autos do Processo de Readaptação nº 2019/10/735.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de outubro de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.526/2019**

Publicação Nº 2212263

PORTARIA Nº 23.526, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRUNO OCTAVIANO BEDUSCHI NETO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, por meio do Memorando SEPLAN/GAD nº 060/2019, de 21/10/2019, resolve:

DISPENSAR, a contar de 10 de novembro de 2019, o servidor público municipal BRUNO OCTAVIANO BEDUSCHI NETO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Desenvolvimento de Projetos de Acessibilidade - FGC de 60%, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, designado pela Portaria nº 23.235, de 16/08/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2019.  
MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.527/2019**

Publicação Nº 2212264

PORTARIA Nº 23.527, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RAFAEL VIEIRA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, por meio do Memorando SEPLAN/GAD nº 060/2019, de 21/10/2019, resolve:

DESIGNAR, a contar de 11 de novembro de 2019, o servidor público municipal RAFAEL VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Desenvolvimento de Projetos de Acessibilidade - FGC de 60%, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.528/2019**

Publicação Nº 2212267

PORTARIA Nº. 23.528, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DEMITE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E.R.O.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, resolve:

DEMITIR

E.R.O., matrícula nº 22897-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, por infringir o art. 177, XXIV, combinado com o art. 204, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 023/2018, que tramitou na 1ª CPASD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 23.530/2019**

Publicação Nº 2212268

PORTARIA Nº 23.530, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE – SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio dos Memorandos nºs 840 e 842, de ambos de 25/10/2019, resolve:

DESIGNAR, a contar de 05 de novembro de 2019, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, para o exercício de Funções Gratificadas de Confiança – FGC's, concedidas com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e na forma dos respectivos percentuais e quantidades estabelecidas no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19:

CAMILA HUNCKEL SCHIOCHET, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Atenção Básica de Saúde - FGC de 50%;

RICARDO RAMOS DE ARAÚJO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Informação em Saúde - FGC de 50%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 23.531/2019**

Publicação Nº 2212272

PORTARIA Nº 23.531, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CASSIA HELUISE KOEHLER DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 845, de 28/10/2019, resolve:

DISPENSAR, a contar de 28 de outubro de 2019, a servidora pública municipal CASSIA HELUISE KOEHLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador da Diretoria de Programas e Projetos Integrados - FGC de 50%, na Secretaria Municipal de Educação, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, designada pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 23.532/2019**

Publicação Nº 2212273

PORTARIA Nº 23.532, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICHARD ZWICKER PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando SEURB/DAF nº 342/2019, de 23/10/2019, resolve:

DESIGNAR, a contar de 10 de outubro de 2019, o servidor público municipal RICHARD ZWICKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Fiscalização dos Serviços Realizados por Empresas Terceirizadas pela DMB - FGF 40%, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, concedida com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 23.533/2019**

Publicação Nº 2212275

PORTARIA Nº 23.533, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CÉLIO DIAS, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE GUARDA DE TRÂNSITO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e atendendo ao Memorando SEDEAD nº 789/2019, de 24/10/2019, resolve:

CONCEDER, a contar de 01 de outubro de 2019, ao servidor público municipal CÉLIO DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT, a Gratificação de Condução - GC de 10% (dez por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2018**

Publicação Nº 2212277

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 078/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A TRANSPORTES RODOPAS EIRELI ME.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA RUA ANANIAS DA SILVA, BAIRRO VORSTARD

PROCESSO: Pregão Presencial nº 214/2014

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 37.436,12 (trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e doze centavos), ou seja, 20,48% a mais que o valor inicialmente previsto; Suprime a quantia de R\$ 33.472,54 (trinta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), ou seja, 18,31% a menos que o valor originário do contrato; Totaliza-se o valor do contrato em R\$ 186.739,46 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 23 de outubro de 2019.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2019**

Publicação Nº 2212279

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 085/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SERCOMPE COMPUTADORES LTDA.

OBJETO: Aquisição e instalação dos equipamentos referentes à expansão e readequação do DATA CENTER da Prefeitura Municipal de Blumenau para a implantação da Central de Controle Operacional de Trânsito de Blumenau. Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Projeto nº. BR-L1272, Contrato de empréstimo 2746/OC-BR) - SEMOB.

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 002/2019

VALOR: Acrescenta a quantia R\$ 22.757,62, ou seja, cerca de 1,78% a mais que o valor original do contrato, totalizando o valor do contrato em R\$ 1.299.518,01

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 25 de novembro até 24 de dezembro de 2019.

DATA DE ASSINATURA: 22 de outubro de 2019.

**EXTRATO CONTRATO Nº 181/2019**

Publicação Nº 2212280

EXTRATO – CONTRATO Nº. 181/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SÊNIOR SISTEMAS

OBJETO: Serviços de consultoria, horas técnicas de consultor de implantação para os novos cálculos relacionados à Avaliação de Desempenho no sistema Vetorh - SEDEAD.

PROCESSO: Inexigibilidade nº. 09-72/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, da lei 8.666/93 e alterações.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 16 de outubro de 2019 até 15 de outubro de 2020

VALOR: R\$ 17.362,40 (dezessete mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 19 de agosto de 2019.

**EXTRATO CONTRATO Nº 248/2019**

Publicação Nº 2212283

EXTRATO – CONTRATO Nº. 248/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A IPANEMA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

OBJETO: Locação das salas 801, 802, 803 e 804, 8º andar, do edifício Master Center, localizado na Avenida Martin Luther, nº 111, para servir de sede para o Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU.

PROCESSO: Dispensa nº 08-78/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, da lei 8.666/93 e alterações.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia da homologação do processo, isto é, 19 de setembro de 2019 até 18 de setembro de 2020

VALOR: R\$ 111.019,32 (cento e onze mil, dezenove reais e trinta e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 16 de outubro de 2019.

**EXTRATO CONTRATO Nº 250/2019**

Publicação Nº 2212287

EXTRATO – CONTRATO Nº. 250/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SRA. TERESA BACHMANN.

OBJETO: Locação de imóvel na Rua Antonio Treiss, n. 55, Bairro Vorstadt, destinado ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – FMAS - SEMUDES.

PROCESSO: Dispensa nº 08-115/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso X, da lei 8.666/93 e alterações.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 16 de outubro de 2019 até 15 de outubro de 2020

VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 16 de outubro de 2019.

**EXTRATO CONTRATO Nº 251/2019**

Publicação Nº 2212290

EXTRATO – CONTRATO Nº. 251/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPREITEIRA KJ LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa em caráter emergencial para prestação de serviços de montagem e desmontagem - Oktoberfest 2019.

PROCESSO: Dispensa nº. 08-106/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da lei 8.666/93 e alterações.

PRAZO: 30 (trinta) dias, contados do dia 30 de setembro de 2019 até o dia 30 de outubro de 2019

VALOR: R\$ 37.880,00 (trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 274/2015**

Publicação Nº 2212292

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 274/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização viária, na Rua Ananias da Silva, Bairro Vorstard.

PROCESSO: Concorrência nº. 008/2018.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 37.436,12 (trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e doze centavos), ou seja, 20,48% a mais que o valor inicialmente previsto; Suprime a quantia de R\$ 33.472,54 (trinta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), ou seja, 18,31% a menos que o valor originário do contrato; Totaliza-se o valor do contrato em R\$ 186.739,46 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 23 de outubro de 2019.

**EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 320/2015**

Publicação Nº 2212294

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 320/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A TRANSPORTES RODOPAS EIRELI ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, ESTABELECIDO POR REGIÕES COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS (LOTE 01 – ROTEIROS 01 A 05 e 09 E LOTE 02 – ROTEIROS 06 A 08)

PROCESSO: Pregão Presencial nº 214/2014

VALOR: Renova-se o valor da prestação de serviços que se mantém em R\$ 1.666.088,56 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 10 de dezembro de 2019 até 09 de dezembro de 2020

DATA DE ASSINATURA: 16 de outubro de 2019.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2019**

Publicação Nº 2212296

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2019

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Serviços de Limpeza (auxiliar serviços gerais) nas unidades educacionais que servem de alojamento para atletas e membros de apoio da Secretária Municipal de Esporte, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - SME. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 13 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 13 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: [taianamello@blumenau.sc.gov.br](mailto:taianamello@blumenau.sc.gov.br) e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portal/transparência>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 01/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**PROCESSOS DE DISPENSA - 2019**

Publicação Nº 2212312

PROCESSO DE DISPENSA - 08-117/19

ARTIGO: 24 INCISO IV. DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - SME

CONTRATADA (O): PANIFICADORA E CONF. SANTELMO LTDA. (CNPJ:95.754.859/0010-93)

VALOR: R\$ 8.240,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-119/19

ARTIGO: 24 INCISO IV. DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - SME

CONTRATADA (O): SUPERMERCADOS CEREAL LTDA.

VALOR: R\$ 33.086,36

PROCESSO DE DISPENSA - 08-118/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: SERVIÇOS DE COZINHEIRO(MAÃO DE OBRA) - SME  
CONTRATADA (O): DP GESTÃO E COBRANÇAS EIRELI. (CNPJ: 26.721.490/0001-09)  
VALOR: R\$ 4.760,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-106/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EVENTO - PROEB  
CONTRATADA (O): EMPREITEIRA KJ LTDA.(CNPJ: 15.004.0525/0001-30)  
VALOR: R\$ 37.880,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-86/19  
ARTIGO: 24 INCISO X; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS - SEMUDES  
CONTRATADA (O): HMEW2 PARTICIPAÇÕES LTDA. (CNPJ:07.752.301/0001-10)  
VALOR: 432.000,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-73/19  
ARTIGO: 24 INCISO X; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS - SEMUS/FMS.  
CONTRATADA (O): BERMO EMPREENDIMENTOS LTDA ME.  
VALOR: R\$ 57.600,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08116/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: FORNECIMENTO DE MÃO COZINHEIRO - SME  
CONTRATADA (O): DP GESTÃO E COBRANÇAS EIRELI.  
VALOR: R\$ 4.284,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-105/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS  
CONTRATADA (O): CRISTÁLIA PROD. QUIM. FARMACEUTICOS LTDA.  
VALOR: R\$ 144.000,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-78/19  
ARTIGO: 24 INCISO X; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS - ISSBLU  
CONTRATADA (O): IPANEMA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME.  
VALOR: R\$ 111.019,32

PROCESSO DE DISPENSA - 08-102/19  
ARTIGO: 24 INCISO XXVI; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: REALIZAÇÃO DE EXAMES - SEMUS  
CONTRATADA (O): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI  
VALOR: R\$ 349.962,20

PROCESSO DE DISPENSA - 08-92/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: SERVIÇO DE FISIOTERAPIA - SEMUS  
CONTRATADA (O): DAIANE BECKER.  
VALOR: R\$ 2.040,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-76/19  
ARTIGO: 24 INCISO X; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS - SEMUS  
CONTRATADA (O): BERMO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME.  
VALOR: R\$ 141.600,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-110/19  
ARTIGO: 24 INCISO XIII; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: RECRUTAMENTO DE PESSOAL - SEDEAD  
CONTRATADA (O): FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - SEDEAD

PROCESSO DE DISPENSA - 08-114/19  
ARTIGO: 24 INCISO XXVI; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

CONTRATADA (O): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI  
VALOR: R\$ 119.489,92

PROCESSO DE DISPENSA - 08-101/19  
ARTIGO: 24 INCISO X; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS - SEDEAD  
CONTRATADA (O): F.M.G S/A.  
VALOR: R\$ 5.521,20

PROCESSO DE DISPENSA - 08-93/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: SERVIÇO DE FISIOTERAPIA - SEMUS  
CONTRATADA (O): DAIANE BECKER.  
VALOR: R\$ 1.440,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-61/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: SERVIÇO DE FISIOTERAPIA - SEMUS  
CONTRATADA (O): CENTRO FISIOTERAPEUTICO FONTE LUMINOSA LTDA.  
VALOR: R\$ 2.160,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-108/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: ROÇADA MECÂNICA - SEURB  
CONTRATADA (O): RACLI LIMPEZA URBANA LTDA.  
VALOR: R\$ 2.045.936,04

PROCESSO DE DISPENSA - 08-107/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS - SEURB  
CONTRATADA (O): RACLI LIMPEZA URBANA LTDA.  
VALOR: R\$ 2.581.872,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-109/19  
ARTIGO: 24 INCISO IV; DA LEI 8.666/963.  
OBJETO: SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA - SEURB  
CONTRATADA (O): RACLI LIMPEZA URBANA LTDA.  
VALOR: R\$ 2.417.244,00

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29/2019 - SEFAZ**

Publicação Nº 2212315

Instrução Normativa nº 29, de 31 de outubro de 2019.

Dispõe sobre o recadastramento anual obrigatório das sociedades uniprofissionais sujeitas à tributação fixa do ISSQN "RE-Fixo" para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, no uso de suas atribuições,

Considerando o teor do Art. 20 do Decreto 8.664/2008 que permite determinar, em caráter geral ou setorial, a atualização do Cadastro Mobiliário, mediante recadastramento;

Considerando a expressa obrigatoriedade de recadastramento anual pelas sociedades uniprofissionais que tenham o ISSQN calculado por meio de importâncias fixas nos termos do § 3º do Art. 272 da LC 632/2007, dispositivo acrescido pela LC 1025, de 18 de dezembro de 2015;

Considerando ainda os termos da Instrução Normativa nº 20, de 21 de novembro de 2016 que "Dispõe sobre o recadastramento anual obrigatório das sociedades uniprofissionais sujeitas à tributação fixa do ISSQN, sobre o cadastramento para ingresso no regime, cria as ferramentas "RE-Fixo" e "D-Fixo" e dá outras providências";

Resolve aprovar a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA:

Art. 1º O procedimento para o recadastramento anual obrigatório das sociedades uniprofissionais que tenham o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN calculado por meio de importâncias fixas conforme Art. 272 da LC 632/2007 obedecerá ao disposto nesta Instrução Normativa para o exercício de 2020 e prazos constantes no Anexo Único.

Art. 2º O "RE-Fixo 2020" vincula todos os estabelecimentos inscritos junto ao Cadastro Mobiliário Municipal a partir do CNPJ raiz, com as seguintes declarações obrigatórias:

I - dados cadastrais gerais da sociedade, inclusive:

- a) o registro público em que arquivado o documento societário;
- b) órgão regulador da profissão em que arquivado o documento societário;
- c) forma societária.

II – informações sobre os profissionais que prestam serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal:

- a) nome e demais dados de identificação e contato;
- b) profissão e órgão regulador da profissão;
- c) data da primeira habilitação para o exercício da profissão;
- d) percentual de participação na sociedade, se sócio;

III - número de funcionários atuando em atividades de apoio;

IV – confirmação do preenchimento dos requisitos legais do regime.

§ 1º Para os fins da alínea c do inciso II, deverá ser informada a data da primeira habilitação em órgão regulador da profissão, ainda que expedida em outra região do território nacional.

§ 2º As atividades de apoio a que se refere o inciso III são aquelas auxiliares à atividade fim e relativas à administração, conservação, segurança e congêneres.

Art. 3º Todos os procedimentos referentes ao recadastramento “RE-Fixo 2020” serão efetuados em ferramenta digital específica disponível no Portal do Cidadão, no endereço eletrônico <[www.blumenau.sc.gov.br/cidadao](http://www.blumenau.sc.gov.br/cidadao)> no link ISS-FIXO, inclusive a resposta da Administração Tributária quanto à manutenção no regime de tributação fixa do ISSQN e o pedido de reconsideração.

§ 1º O disposto no caput não impede a comunicação através do endereço eletrônico (e-mail) informado pelo contribuinte, em caso de inviabilidade de comunicação através da ferramenta.

§ 2º Considerar-se-á efetuada a comunicação nos termos do caput e § 1º, iniciando-se o prazo de resposta no primeiro dia útil seguinte:

I - na data da confirmação de leitura da mensagem enviada;

II - cinco (05) dias úteis após o envio no caso de não retorno da confirmação de leitura.

§ 3º O acesso à ferramenta digital poderá ser feito pelo próprio contribuinte ou pela Contabilidade/Contador responsável.

Art. 4º Para o recadastramento “RE-Fixo 2020” serão exigidos os seguintes documentos:

I - contrato social consolidado vigente ou documento equivalente devidamente arquivado no registro público ou órgão regulador da profissão;

II - declaração com assinatura do administrador designado no documento societário ou de mandatário com poderes específicos.

Parágrafo único. Sendo assinada por procurador, a declaração de que trata o inciso II do caput deverá vir acompanhada de cópia do documento de identificação do mandatário e da procuração com poderes específicos conforme modelo disponível no sistema, dispensado o reconhecimento da assinatura em Cartório.

Art. 5º Concluído o “RE-Fixo 2020” serão verificados os requisitos formais exigidos e, constatada irregularidade, o contribuinte será informado pelo e-mail cadastrado para que proceda a regularização através do envio da documentação requerida para <[issfixo@blumenau.sc.gov.br](mailto:issfixo@blumenau.sc.gov.br)>, obedecendo às datas fixadas.

Parágrafo único. Considerar-se-á não efetuado o recadastramento se não atender os requisitos formais no prazo estabelecido pela Administração Tributária.

Art. 6º No recadastramento, o regime de tributação fixa será cancelado e o ISSQN lançado por homologação a partir de 1º de janeiro de 2020, para o contribuinte que:

I - não realizar o “RE-Fixo 2020”;

II – declarar não atender aos requisitos próprios do regime de tributação fixa do ISSQN;

III – não atender aos requisitos próprios do regime de tributação fixa do ISSQN de acordo com os documentos apresentados e outros

elementos apurados em verificação material.

§ 1º O contribuinte que tiver o regime cancelado deverá apurar e recolher o imposto mensalmente no prazo legal com a aplicação da alíquota prevista na legislação tributária sobre o preço do serviço.

§ 2º O cancelamento do regime a partir de 2020 não impede a produção de efeitos dos fatores impeditivos desde o momento em que ocorridos, verificados em procedimento fiscal.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no § 2º, o contribuinte recadastrado poderá solicitar o cancelamento da tributação fixa do ISSQN se entender que não satisfaz ou deixou de cumprir as condições para a manutenção do regime.

Art. 7º O contribuinte que tiver o regime de tributação fixa do ISSQN cancelado poderá solicitar reconsideração apresentando razões e documentos:

I - até a data limite constante do Cronograma anexo a esta Instrução Normativa, se o cancelamento ocorrer de forma automática a partir das respostas prestadas na declaração eletrônica;

II - 10 (dez) dias úteis após a ciência, no caso de cancelamento por decisão da Administração quando da análise formal ou material do recadastramento.

§ 1º A procedência do pedido de reconsideração impõe a confirmação do regime de tributação fixa a partir de 1º de janeiro de 2020.

§ 2º Se da demora na solução do pedido de reconsideração resultar pagamento a maior do ISSQN referente competências abrangidas no regime de tributação fixa, o valor será devolvido ou compensado.

§ 3º O pedido de reconsideração do cancelamento do regime no "RE-Fixo 2020" terá efeito suspensivo até a decisão, sem prejuízo da exigência dos acréscimos decorrentes da mora no caso de confirmação do cancelamento.

§ 4º O pedido de reconsideração deverá ser assinado pelo administrador designado no documento societário ou pelo mandatário que tiver assinado a declaração do recadastramento.

Art. 8º As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável não implicam em sua aceitação pelo Fisco, que poderá revê-las a qualquer tempo, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Art. 9º A inveracidade das declarações, ou omissão de informações, impõe o cancelamento do regime de tributação fixa do ISSQN com efeitos desde o momento do descumprimento os seus pressupostos, sem prejuízo da aplicação de penalidade por infração à legislação tributária e representação ao Ministério Público pelo crime tipificado no Art. 1º, I, da Lei 8.137/1990.

Art. 10. A Administração Tributária, em caso de impossibilidade de acesso ou erro que inviabilize a remessa do "RE-Fixo 2020" através da ferramenta eletrônica, poderá determinar o recadastramento através de processo administrativo com apresentação dos mesmos documentos e declarações requeridos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Estão dispensados do recadastramento através do "RE-Fixo 2020" os contribuintes que tenham ingressado no regime de tributação fixa do ISSQN por apresentação do D-Fixo durante o último trimestre de 2019.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

CÉSAR DOMÊNICO POLTRONIERI  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA  
Anexo Único da Instrução Normativa 29/2019

CRONOGRAMA RE-FIXO 2020  
Recadastramento ISS Fixo

Procedimento	Prazo
Início prazo para recadastramento	04/11/2019
Fim prazo para recadastramento	22/11/2019
Fim prazo para Pedido de Reconsideração (Art. 7º inciso I)	02/12/2019

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2221/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2212324

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL 06-2221/2019.

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de móveis, para uso na reestruturação de diversas seções da autarquia, conforme especificações constantes no edital – SAMAE.

**HOMOLOGAÇÃO**

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelos Pregoeiros, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

**EMPRESA:**

FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA

CNPJ : 11.943.540/0001-25

Valor Total R\$ 183.074,50

ADL COMERCIAL EIRELI EPP

CNPJ: 15.267.298/0001-78

Valor Total: R\$ 19.650,00

SUPRIMÓVEIS EIRELLI EPP

CNPJ: 04.563.256/0001-68

Valor Total: R\$ 147.502,00

RIO FLEX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME

CNPJ: 31.075.213/0001-06

Valor Total: R\$ 278.500,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 22 de outubro de 2019.

André Espezim

Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 519/2019 - FURB**

Publicação Nº 2212331

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 519/2019

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****Prof. Dr. Fernando Vieira Luiz**

**OBJETO:** contratação de professor para atuar no Curso de Especialização Lato Sensu em Direito Processual Civil, promovido pelo Instituto FURB.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação nº 357/2019 e Contrato nº 228/2019 firmado em 07 de outubro de 2019.

**PREÇO:** Pelo objeto, a **CONTRATANTE** pagará o preço de **R\$ 6.787,60 (seis mil setecentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos)**, conforme constante dos autos do processo de **Inexigibilidade de Licitação nº. 357/2019**, especialmente quanto a Proposta de **folhas 17** que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Pós-Graduação em Esp. Direito Processual Civil Nível: Especialização Carga Horária: 20hs Disciplina: Precedentes Judiciais: Teoria Geral e formação dos Precedentes. Modalidade: Presencial	<b>R\$ 6.787,60</b>
<b>Preço Total (em R\$)</b>				<b>R\$ 6.787,60</b>	
<b>Preço Total (em reais, por extenso)</b>				<b>(seis mil setecentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos)</b>	

**PAGAMENTO:** O pagamento será em até **15 (quinze) dias consecutivos** após a efetiva conclusão da disciplina, com entrega do diário de classe, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do **CONTRATADO**) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

**DATA:** 29/10/2019.

**EXTRATO Nº 542/2019 - FURB**

Publicação Nº 2212333

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 542/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

DRH ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

ADITIVO DE SUPRESSÃO

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº. 289/2017.

OBJETO: Locação de imóvel para o curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB e para setores de suporte às suas atividades.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº. 549/2017 e Contrato nº. 289/2017 firmado em 1º de novembro de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto no Item 1.3, da Cláusula Primeira do Contrato nº. 289/2017 fica prorrogado por mais doze (12) meses, a partir de 1º de novembro de 2019 até 31 de outubro de 2020, o que totalizará 36 (trinta e seis) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica alterado o Item 1.4, da Cláusula Primeira do Contrato nº. 289/2017, que passa a ter a seguinte redação:

“1.4. Pelo objeto contratado, a LOCATÁRIA pagará à LOCADORA, o preço mensal de R\$ 23.080,00 (vinte e três mil e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA:

Altera-se a Cláusula Sexta em virtude da substituição do gestor do Contrato, definido a seguir:

“A fiscalização do serviço ora contratado será exercida pelo servidor Fábio Luis Peres, denominado no presente instrumento contratual de GESTOR, com poderes para transmitir à LOCADORA as determinações que julgar necessárias”.

CLÁUSULA QUARTA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de Dispensa de Licitação nº. 549/2017.

DATA: 31 de outubro de 2019.

**EXTRATO Nº 545/2019 - FURB**

Publicação Nº 2212335

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 545/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

INTERATIVA SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº. 203/2016.

OBJETO: serviços de impressão (outsourcing), com técnico residente (runner), incluindo o fornecimento de equipamentos, peças, suprimentos (exceto papel e grampos), manutenção preventiva e corretiva para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: PP nº. 206/2016 e Contrato nº. 203/2016 firmado em 10 de janeiro de 2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 203/2016, fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 10 de janeiro de 2020 até 09 de janeiro de 2021, totalizando 48 (quarenta e oito) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O Item 1.2 da Cláusula Primeira do Contrato nº. 203/2016 passa a partir da assinatura do presente Termo Aditivo, a ter a seguinte redação: “Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total estimado de R\$ 203.050,00 (duzentos e três mil e cinquenta reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	32465	4.150.000	Folha	Serviço de impressão de páginas monocromáticas (tamanho A4)	0,048	199.200,00
2	32466	45.000	Folha	Serviço de impressão de páginas coloridas (tamanho A4)	0,28	12.600,00
Preço Global (em R\$)				211.800,00		
Preço Global (em reais, por extenso)				Duzentos e onze mil e oitocentos reais		

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Altera-se a Cláusula Terceira, em virtude da solicitação de inclusão de mais um gestor do Contrato, que passa a ter a seguinte redação:

**“CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores Jomar Alberto Andreato, Felipe Eduardo Christ e Hélio Ricardo Naumann, os quais serão denominados neste instrumento como Gestor e Gestores Substitutos, sendo especialmente designados para tanto na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93”.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 203/2016 e aditivos nº 01, 02 e 03, que não colidirem com o presente documento.

DATA: 31 de outubro de 2019.

**EXTRATO Nº 557/2019 - FURB**

Publicação Nº 2212337

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 557/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

**ADITIVO DE SUPRESSÃO**

TERMO ADITIVO Nº 002 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2019.

OBJETO: Registro de preços para aquisições futuras de materiais médico hospitalar e de higiene e beleza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Pública nº. 489/2018 e ARP nº. 002/2019 firmada em 17 de janeiro de 2019.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica alterada a Cláusula Primeira, Item 1.3, da Ata de Registro de Preços nº. 002/2019, acrescentando o Item 307 no rol de itens registrados para a empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda., com as seguintes características:

Item	Cód. FURB	Quantidade Estimada (Saldo)	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)	
307	37280	60	Bisnaga	Protetor solar (FPS-30) com filtro UVA-UVB hipoalergênico e não comedogênico / Bisnaga de 120g	NUTRIEX	11,50	690,00	
Valor total por extenso				Seiscentos e noventa reais				

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas na Ata de Registro de Preços nº 002/2019 e Termo Aditivo nº001, que não colidirem com o presente documento.

DATA: 31 de outubro de 2019.

**EXTRATO Nº 564/2019 - FURB**

Publicação Nº 2212339

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 564/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
MICRO FOCUS BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO  
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº. 316/2018

OBJETO: Prestação de Serviços de suporte técnico do software Data Protector, instalados na FURB".  
FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº. 541/2018 e Contrato nº. 316/2018, firmado em 1º de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 316/2018, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 1º de dezembro de 2019 até 30 de novembro de 2020, totalizando 24 (vinte e quatro) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:**

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do Contrato nº. 316/2018, que passa a ter a seguinte redação a partir de 1º de dezembro de 2019: [...]Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 7.537,01 (sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e um centavo) e acordo com a Proposta Técnica/Comercial, apresentada pela CONTRATADA, para a vigência do presente aditivo.

Código Do Produto	Qtde	Descrição do Produto	Início	Término	Identificador De Contrato (SAID)
B6963AAE	6	DP drive extn WIN/Netware/Linux E-LTU	01/12/2019	30/11/2020	104710965305
B6963AAE	1	DP drive WIN/Netware/Linux E-LTU	01/12/2019	30/11/2020	103826878204
B6965BAE	1	DP on-line Backup for windows E-LTU	01/12/2019	30/11/2020	103826878204
B6965BAE	2	DP on-line Backup for windows E-LTU	01/12/2019	30/11/2020	103826878204
B6961BAE	1	Data Prot Stater Pack Windows E-LTU	01/12/2019	30/11/2020	103826878204

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 316/2018 que não colidirem com o presente documento.

DATA: 29 de outubro de 2019.

**EXTRATO Nº 570/2019 - FURB**

Publicação Nº 2212344

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 570/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
ZFM Administradora e Incorporadora Ltda  
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 014 AO CONTRATO Nº 048/2015

OBJETO: contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Centro de Inovação, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentárias.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 168/2014 e Contrato Nº 048/2015, de 25 de junho de 2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Prorrogação do prazo de vigência contratual.**

O prazo de vigência contratual, previsto na Cláusula Segunda do Contrato nº 048/2015 e aditivos nº 01, 03, 06, 09, 11, 12 e 13, fica prorrogado da seguinte forma:

a) Vigência do prazo contratual por mais 30 dias, a contar de 1º de novembro de 2019 até 30 de novembro de 2019, totalizando 53

(cinquenta e três) meses e 06 (seis) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da manutenção das demais Cláusulas Contratuais e aditivos.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 048/2015 e aditivos nºs 01 a 13, que não colidirem com o presente Termo.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

## EXTRATO Nº 571/2019 - FURB

Publicação Nº 2212346

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 571/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e  
MAJ LAB COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA-EPP

OBJETO: Contratação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva em Equipamentos da marca MINDRAY em uso no Laboratório de Análises Clínica da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inex nº 390/2019 e Contrato nº 239/2019, com validade a partir de 28 de outubro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 13.744,80 (treze mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 390/2019, especialmente quanto a Proposta de folha 17, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Cód. FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	33916	12	mes	Despesa com serviço de manutenção preventiva e corretiva e calibração de equipamentos de laboratório.	1.145,40	13.744,80
Preço Total (em R\$)					R\$ 13.744,80	
Preço Total (em reais, por extenso)					(treze mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 25 (vinte e cinco) dias do mês seguinte a realização do serviço após, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogados por até 60 (sessenta) meses, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/10/2019

## EXTRATO Nº 572/2019 - FURB

Publicação Nº 2212348

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 572/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 421/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para AQUISIÇÃO E ANÁLISES DE SEQUENCIAMENTO DE DNA PARA AMOSTRAS DE KOMBUCHA PRODUZIDAS NO LABORATÓRIO DE ENGENHARIA BIOQUÍMICA DA UNIVERSIDADE. Setor solicitante: INSTITUTO FURB. Pedido de Compra: 4658/2019. Contratada: NEO-PROSPECTA PESQUISA E CONSULTORIA S/A (CNPJ: 13.281.130/0001-91). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 28 dias após a entrega dos materiais com NF. Prazo de Entrega: Em até 30 dias após o recebimento da Ordem de Compra. Local de Entrega: Almoxarifado DAM, Sala K-004, Bloco K, Campus I da Universidade. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: RR\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta reais)/ 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas)/ 3.3.90 (Outros Despesas de Investimento)/3.3.90.39.51 (Serviços de análises e pesquisas científicas).

Blumenau, 31 de outubro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**EXTRATO Nº 574/2019 - FURB**

Publicação Nº 2212350

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 574/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 417/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 529/2019/PROGEF e demais alterações, para CONTRATAÇÃO DA PROFª ROSANE BONESSI DIAS PARA LECIONAR NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE NEGÓCIOS EMPRESARIAIS, DE PESSOAS E DE MARKETING PROMOVIDOS PELO INSTITUTO FURB. Setor solicitante: INSTITUTO FURB. Pedido de Compra: 4682/2019. Contratada: ROSANE BONESSI DIAS (CPF: 890.814.129-49). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 529/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 10 dias após o término da disciplina com entrega do diário de classe e recebimento da NF. Prazo de Entrega: Conforme cronograma do curso. Local de Entrega: Campus III - Instituto FURB. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 3.884,52 (três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)/ 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas)/ 3.3.90 (Outros Despesas de Investimento)/3.3.90.36.06 (Serviços técnicos profissionais).

Blumenau, 31 de outubro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**EXTRATO Nº 575/2019 - FURB**

Publicação Nº 2212357

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 575/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 422/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO DO PROFESSOR SÉRGIO VIDAL GARCIA OLIVEIRA NO CURSO PERMANENT MAGNET MACHINE DESIGN BOOT CAMP - INTERNAL PM, SURFACE PM AND BRUSHLESS DC QUE OCORRERÁ NOS ESTADOS UNIDOS. Setor solicitante: CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS. Pedido de Compra: 4852/2019. Contratada: UNIVERSITY OF WISCONSIN-MADISON. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Forma de Pagamento: Através de cartão internacional. Prazo de Entrega: Conforme Cronograma do Congresso de 11 a 14/11/2019. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 6.779,15 (seis mil, setecentos e setenta e nove reais e quinze centavos)/ 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção de Atividades de Plano de Trabalho-Custeio)/ 3.3.90.00.00 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.48 (Serviços de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 31 de outubro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### PR 39/2019 DECISÃO

Publicação Nº 2212314

Bom Jardim da Serra/SC

Processo/Ano 55/2019

Pregão presencial 39/2019

Forma de julgamento: menor preço por item.

Recorrentes: Sueli Nezi Dos Santos-MEI CNPJ 32.017.106/0001-94

Lucas Dos Santos Salgados-ME CNPJ 22.094.428/0001-83

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE QUITUTES E GULOSEIMAS PARA EVENTOS, CAMPANHAS (não eleitoral) E FESTIVIDADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. O Pregoeiro juntamente com a autoridade competente no uso de suas atribuições legais, participam os recorrentes decide por julgar ambos os recorrentes DESCLASSIFICADOS, por infringirem o item 14.8.4 do Edital. Na oportunidade declara o processo licitatório em epígrafe FRACASSADO. Intime-se Publique-se. Bom Jardim da Serra, 31 de outubro de 2019.

Serginho Rodrigues de Oliveira/Prefeito

Cléber Ávila Garcia/Pregoeiro

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA N. 08/2019

Publicação Nº 2211990

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CNPJ: 73.590.937/0001-38

Rua Prudente Luiz Vieira, 104 Fone: (49)3232-0288

CEP: 88.640-000 - camaravereadoresbjs@gmail.com

#### PORTARIA Nº 08/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, Ademir Nunes de Jesus, no uso de suas atribuições, nos termos dos incisos II e XX do Artigo 27º do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ANALISTA PARA O SISTEMA DE GESTÃO DE TRILHAS DE AUDITORIA – SGTA representante da Câmara de Vereadores a servidora GISELE DE LIMA.

Art. 2º - A analista é responsável por justificar as inconsistências geradas pela trilha. Sua função é analisar as informações apresentadas e verificar se elas apresentam inconsistências cadastrais e/ou revelam outras situações incompatíveis com o ordenamento legal.

Parágrafo primeiro: Caso isso seja constatado, deve-se informar quais as atitudes corretivas foram ou estão sendo tomadas para sanar o problema, inclusive a realização de auditorias e inspeções

Parágrafo segundo: Documentos comprobatórios devem ser anexados.

Parágrafo terceiro: O analista deve estar atento aos prazos estabelecidos em norma a fim de evitar cobranças ou penalidades ao seu órgão/unidade administrativa.

Art. 3º - Fica instituída Função Gratificada de 20% (vinte por cento) para a Analista nomeada, em função das atribuições acima mencionadas e não constantes do cargo de Assessora Jurídica.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra, 21 de outubro de 2019.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

Ademir Nunes de Jesus

Presidente

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2388 2019**

Publicação Nº 2212365

**DECRETO Nº 2388/2019****“Abre Crédito Suplementar Por  
ANULAÇÃO NO  
ORÇAMENTO DE 2019”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais), conforme abaixo especificado:

<b>03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>	
<b>002 - Divisão de Finanças</b>	
<b>0004 - Administração</b>	
<b>0123 - Administração Financeira</b>	
<b>0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA</b>	
<b>8 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, CONTABILIDADE E TESOUREARIA</b>	
Cód. 26 - 3449000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	235,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>	
<b>002 - Divisão de Finanças</b>	
<b>0004 - Administração</b>	
<b>0123 - Administração Financeira</b>	
<b>0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA</b>	
<b>8 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, CONTABILIDADE E TESOUREARIA</b>	
Cód. 25 - 3339000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	235,00

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme abaixo especificado:

<b>10 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>	
<b>001 - Divisão de Turismo</b>	
<b>0023 - Comércio e Serviços</b>	
<b>0695 - Turismo</b>	

<b>0023 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>	
<b>48 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DAS GRUTAS DE BOTUVERÁ</b>	
Cód. 159 - 3339000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00

Art. 4º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 3º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>10 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>	
<b>001 - Divisão de Turismo</b>	
<b>0023 - Comércio e Serviços</b>	
<b>0695 - Turismo</b>	
<b>0023 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>	
<b>48 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DAS GRUTAS DE BOTUVERÁ</b>	
Cód. 160 - 3319000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00

Art. 5º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 6.142,66 (seis mil, cento e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos), conforme abaixo especificado:

<b>09 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	
<b>001 - Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente</b>	
<b>0018 - Gestão Ambiental</b>	
<b>0541 - Preservação e Conservação Ambiental</b>	
<b>0021 - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE</b>	
<b>44 - PROGRAMAS E PROJETOS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>	
Cód. 147 - 3337100000000000000 - Transferências a consórcios públicos	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	6.142,66

Art. 6º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 5º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>09 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	
<b>001 - Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente</b>	
<b>0018 - Gestão Ambiental</b>	
<b>0541 - Preservação e Conservação Ambiental</b>	
<b>0021 - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE</b>	
<b>44 - PROGRAMAS E PROJETOS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>	
Cód. 146 - 3317100000000000000 - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	6.142,66

Art. 7º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>002 - Divisão de Projetos e Estudos</b>	
<b>0015 - Urbanismo</b>	
<b>0451 - Infra-Estrutura Urbana</b>	
<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>	
<b>38 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PROJETOS E ESTUDOS</b>	
Cód. 117 - 3339000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00

Art. 8º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 7º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>002 - Divisão de Projetos e Estudos</b>	
<b>0015 - Urbanismo</b>	
<b>0451 - Infra-Estrutura Urbana</b>	
<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>	
<b>38 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PROJETOS E ESTUDOS</b>	
Cód. 116 - 3319000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	1.000,00

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 31 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 31 de outubro de 2019.

**JOSE LUIZ COLOMBI**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2389 2019**

Publicação Nº 2212367

**DECRETO Nº 2389/2019****“Abre Crédito Suplementar Por  
Superávit Financeiro No  
Exercício De 2019”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme abaixo especificado:

<b>05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO</b>	
<b>001 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>	
<b>0008 - Assistência Social</b>	
<b>0244 - Assistência Comunitária</b>	
<b>0009 - GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS</b>	
<b>26 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS</b>	
Cód. 353 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 03000300 - Superávit - Recursos Ordinários	1.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03000300 - Superávit - Recursos Ordinários	1.000,00
---------------------------------------------------------------	----------

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 5.380,00 (cinco mil e trezentos e oitenta reais), conforme abaixo especificado:

<b>04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>	
<b>001 - Divisão de Educação</b>	
<b>0012 - Educação</b>	
<b>0361 - Ensino Fundamental</b>	
<b>0004 - GESTÃO EM EDUCAÇÃO</b>	
<b>89 - CAPACITAÇÃO CONTINUADA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO</b>	
Cód. 364 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 03360336 - Superávit Salário Educação	5.380,00

Art. 4º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 3º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03360336 - Superávit Salário Educação	5.380,00
----------------------------------------------------------	----------

Art. 5º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 2.320,00 (dois mil e trezentos e vinte reais), conforme abaixo especificado:

<b>10 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>
<b>001 - Divisão de Turismo</b>
<b>0023 - Comércio e Serviços</b>
<b>0695 - Turismo</b>
<b>0023 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE</b>
<b>47 - FOMENTO DA ATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO</b>
Cód. 351 - 3449000000000000000 - Aplicacoes diretas
Fonte de recurso - 03000300 - Superávit - Recursos Ordinários

2.320,00

Art. 6º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 5º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03000300 - Superávit - Recursos Ordinários	2.320,00
---------------------------------------------------------------	----------

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 31 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 31 de outubro de 2019.

**JOSE LUIZ COLOMBI**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2390 2019**

Publicação Nº 2212374

**DECRETO Nº 2390/2019****“Abre Crédito Suplementar Por  
Excesso de Arrecadação No  
Exercício De 2019”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 46.969,72 (quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>002 - Divisão de Projetos e Estudos</b>	
<b>0015 - Urbanismo</b>	
<b>0451 - Infra-Estrutura Urbana</b>	
<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>	
<b>38 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PROJETOS E ESTUDOS</b>	
Cód. 365 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	46.969,72

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2019

Fonte de recurso - 01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	46.969,72
--------------------------------------------------------------------------------	-----------

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 31 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 31 de outubro de 2019.

**JOSE LUIZ COLOMBI**  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CTR45/2019-OSNIR JORDÃO**

Publicação Nº 2211475

Extrato de Contrato nº45/2019

Contratante: Município de Botuverá-CNPJ: 83.102.350/0001-96

Contratada: OSNIR JORDÃO. Brasileiro, casado, portador do RG 2.833.250 SSP-SC e CPF 705.607.579-72, residente na Estrada Geral Águas Negras, na cidade Botuverá(SC).

Objeto: Imóvel localizado na Estrada geral de Águas Negras, Botuvera/SC, com área total de aproximadamente 750m2, código imóvel nº10.023, Livro 2-A, do registro de imóveis da comarca de Brusque/SC.

Valor: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Vigência: 31/12/2020

Fundamento Legal: Dispensa nº09/2019 - Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93.

**PL/PA Nº407/2019-PP48/2019-CABOS DE AÇO**

Publicação Nº 2212439

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO/PA Nº407/2019-PREGÃO PRESENCIAL Nº48/2019-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, SC, torna público o Processo Licitatório para aquisição de CABOS DE AÇO, para manutenção e implantação de pontes pênsis municipais, executadas pela secretaria de obras. Recebimento da documentação e propostas até o dia 14/11/2019, às 14:00 Horas. Abertura da sessão 14/11/2019, 14:30 horas, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá-SC. Edital completo e informações no setor de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170, e-mail, licitacao@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 31 de Outubro de 2019.

ANGELO LUIZ VENZON

Secretário de Obras

**PORTARIA\_160 2019**

Publicação Nº 2211516

PORTARIA Nº 160/2019

"Nomeia servidor efetivo para função gratificada de chefe da sala do cidadão (FG2)".

O Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, considerando:

· A Lei complementar 47/2019 de 02/10/2019.

Resolve:

Art.1º- Nomear a servidora efetiva Fabiane Maria Betinelli para função gratificada de "Chefe da Sala do Cidadão (FG2)".

Art. 2º - Fica revogada a portaria nº 64 de 16/04/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor em 01 de Novembro de 2019.

Botuverá(SC), em 30 de Outubro de 2019.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA A.R.P. 33/2019 - MATERIAL DE BRITAGEM FINISA**

Publicação Nº 2211465

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 399/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019 – SRP**  
**A.R.P. 33/2019**

Aos Vinte e Nove dias do mês de Outubro de 2019, presentes de um lado o **Município de Botuverá**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Luiz Colombi, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 455.167.669-15, residente e domiciliado na Rua 09 de Junho, nº s/nº, Centro, Botuverá/SC, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro a(s) empresa(s):

**MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA - CNPJ** sob nº 78.266.566/0001-57, situada na Rodovia Germano Barni, SC-486, Nº 2001, bairro Lageado, CEP: 88295-000, cidade de Botuverá/SC, fone: (47) 3359-1148 – 3359-1314, e-mail: [contato@calcariobotuvera.com.br](mailto:contato@calcariobotuvera.com.br)

Doravante simplesmente denominadas **FORNECEDOR(as)**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório nº 399/2019, Pregão Presencial nº 44/2019, Registro de Preços, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 1.142/07, nº 1.660/14 e Demais Leis Aplicáveis consoante as seguintes cláusulas e condições:

**1 - DO OBJETO**

1.1 - O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para o fornecimento de **MATERIAIS DE BRITAGEM**, para a Secretaria Municipal de Obras e demais órgão interessados da administração pública do Município de Botuverá.

1.2 - A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

**2. DO PREÇO**

2.1 O preço registrado proposto pela proponente vencedora, para fornecimento dos itens abaixo especificados será de:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE	R\$ UNT	TOTAL
2	<b>BRITA GRADUADA</b> , estabilizada granulometria padrão DNIT (usinada), com serviços de carregamento pela contratada. - <b>*material retirado pela prefeitura na sede da contratada até no máximo 15km.</b>	ton.	4.000	R\$ 26,50	R\$ 106.000,00

2.2 - Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

**3. DO REAJUSTE e REVISÃO DE PREÇOS**

3.1 - A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

3.2 - A CONTRATADA, deverá formular a CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

3.3 - A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

3.4 - Com o requerimento, a CONTRATADA, deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta, e do momento do pedido de revisão do contrato, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor global pactuado; e

3.5 - O CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3.6 - Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

3.7 - Os efeitos financeiros da Revisão de Preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

3.8 - Se observada a normalidade do andamento do contrato, não serão permitidos quaisquer tipos de reajuste do valor do mesmo.

3.9 - As alterações decorrentes de Revisões de Preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

#### 4. DOS PRAZOS e CONDIÇÕES

4.1 O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 2(dois) dias, a contar da convocação expedida pelo MUNICÍPIO, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo MUNICÍPIO.

4.2 O prazo de validade e retirada dos produtos licitados do registro de preços será 12 (doze) meses, contado da assinatura da presente ata.

4.3. Emitida Ordem de Compra pela **CONTRATANTE**, o **FORNECEDOR (CONTRATADO)** terá o prazo de até **10 (dez) dias** para disponibilizar os produtos solicitados.

4.4 - Caso a licitante se recuse a entregar o bem proposto ou venha a fazê-lo fora das orientações ou especificação, a contratante, poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, optar pela convocação dos demais licitantes na ordem de classificação, ficando sujeita as penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93.

4.5 – A presente licitação não gera a obrigação da retirada total da quantidade licitada por parte da Prefeitura de Botuverá, não cabendo a contratada quaisquer indenização pelos saldos.

#### 5. DOS PAGAMENTOS e da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

5.1. O pagamento será efetuado no **prazo de 15 (quinze) dias, sendo fechamento da quinzena**, mediante apresentação da Nota Fiscal atestada por servidor responsável, comprovando a conformidade da entrega.

5.2. O preço a ser pago será o vigente na data da requisição, conforme valores registrados na Ata de Registro de Preço.

5.3. Os recursos para a aquisição do objeto desta licitação estão previstos na Lei Orçamentária do exercício de 2019, conforme abaixo descritas, podendo ainda serem incluídas de acordo com a execução da ata de registro de preços:

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**Unidade: 001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos**

**Tipo Ação: Atividade - Ação: 0035 - Funcional: 0026.0782.0013 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Elemento: 3449000000000000000 - Aplicações diretas**

**112 01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas**

**113 01000100 - Recursos Ordinários**

**\*Demais dotações consignadas no orçamento de 2019 e conforme necessidade podendo ser remanejados para o exercício seguinte.**

## **6. DA CONTRATAÇÃO**

6.1. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o município e o fornecedor, serão formalizadas através de contrato ou outro equivalente, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. O município poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do par. 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

6.3. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até apuração de uma que atenda ao edital (Art. 4º, XVI da lei 10.520/02).

6.4. Observados os critérios e condições estabelecidos no presente Edital, a Administração poderá contratar mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observado as condições do Edital e o preço registrado.

6.5. As autorizações de fornecimentos deverão ser formalizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

## **7. DAS PENALIDADES**

7.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, o FORNECEDOR sujeitar-se-á às penalidades de advertência, multa, impedimento temporário de licitar com a Administração Pública Municipal e declaração de idoneidade, que poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual ou cancelamento do registro.

7.1.2. Advertência, que será aplicada sempre por escrito e encaminhada via e-mail;

7.1.3. Multas;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

7.1.4. Rescisão unilateral do Contrato, sujeitando-se a **CONTRATADA** ao pagamento de indenização ao Município de Botuverá por perdas e danos;

7.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Botuverá, prazo de até 2(dois) anos;

7.1.6. Indenização ao Município de Botuverá da diferença de custo para contratação de outro licitante;

7.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no prazo não superior a 5(cinco) anos.

7.2. A multa será aplicada à razão de **1% (um por cento)** sobre o valor total da Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho, por dia de atraso da entrega e demais irregularidades.

7.3. **Multa compensatória de 10%(dez por cento)** sobre o valor da Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho, pelo inadimplemento após 10(dez) dias.

7.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho.

7.5. O atraso na execução do objeto e/ou a não regularização das falhas superior a 10(dez) dias, sem apresentação de justificativa fundada, aceita pela contratante, enseja na rescisão da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato com aplicação das penas previstas.

7.6. As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

7.7 A(s) multa(s), e demais penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, e após esgotados os prazos de apresentação de defesa.

7.8. O valor da multa e demais penalidades poderão ser descontados de valores devidos a contratada ou em documento oficial de recolhimento.

## 8. DA RESCISÃO

8.1 Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2 Caso o MUNICÍPIO não utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital e na Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

8.4 - O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão previstos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

## 9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação nas seguintes hipóteses:

**I – Pelo MUNICÍPIO, quando:**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

- a) O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou ata de registro de preços;
- b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 06 de julho de 1994;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 06.07.94.

**II - pelo FORNECEDOR**, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato.

9.2 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

9.3 - A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 10.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

9.4 - No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

9.5 - A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório caso não aceitas as razões do pedido.

9.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderá ser realizado novas licitações para execução de serviços constantes do registro de preços.

## 10. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brusque/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Botuverá, 29 de Outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
**JOSÉ LUIZ COLOMBI**  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA**  
Eduardo Barni  
CONTRATADO

\_\_\_\_\_  
**Angelo Luiz Venzon**  
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
Gestor da Ata

\_\_\_\_\_  
**Vilson J. Giancesini**  
Secretário de Transportes  
Fiscal da Ata

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 399/2019** **PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019 – SRP** **A.R.P. 33/2019**

Aos Vinte e Nove dias do mês de Outubro de 2019, presentes de um lado o **Município de Botuverá**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Luiz Colombi, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 455.167.669-15, residente e domiciliado na Rua 09 de Junho, nº s/nº, Centro, Botuverá/SC, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro a(s) empresa(s):

**CALWER MINERAÇÃO LTDA - CNPJ Nº 78.994.456/0001-01**, situada na Rodovia Germano Barni, SC-486, s/nº, bairro Ribeirão do Ouro, CEP: 88295-000, cidade de Botuverá/SC, Fone: (47) 3359-1105, e-mail: [calwer@terra.com.br](mailto:calwer@terra.com.br)

Doravante simplesmente denominadas **FORNECEDOR(as)**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório nº 399/2019, Pregão Presencial nº 44/2019, Registro de Preços, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 1.142/07, nº 1.660/14 e Demais Leis Aplicáveis consoante as seguintes cláusulas e condições:

#### **1 - DO OBJETO**

1.1 - O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para o fornecimento de **MATERIAIS DE BRITAGEM**, para a Secretaria Municipal de Obras e demais órgão interessados da administração pública do Município de Botuverá.

1.2 - A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

#### **2. DO PREÇO**

2.1 O preço registrado proposto pela proponente vencedora, para fornecimento dos itens abaixo especificados será de:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTDE	R\$ UNT	TOTAL
1	<b>RACHÃO</b> - Proveniente de britagem de rocha sã de 4" a 5", com serviços de carregamento pela contratada. <b>*material retirado pela prefeitura na sede da contratada até no máximo 15km.</b>	ton.	3.500	R\$ 21,50	R\$ 75.250,00

2.2 - Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

#### **3. DO REAJUSTE e REVISÃO DE PREÇOS**

3.1 - A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

3.2 - A CONTRATADA, deverá formular a CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

3.3 - A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

3.4 - Com o requerimento, a CONTRATADA, deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta, e do momento do pedido de revisão do contrato, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor global pactuado; e

3.5 - O CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3.6 - Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

3.7 - Os efeitos financeiros da Revisão de Preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

3.8 - Se observada a normalidade do andamento do contrato, não serão permitidos quaisquer tipos de reajuste do valor do mesmo.

3.9 - As alterações decorrentes de Revisões de Preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

#### 4. DOS PRAZOS e CONDIÇÕES

4.1 O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 2(dois) dias, a contar da convocação expedida pelo MUNICÍPIO, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo MUNICÍPIO.

4.2 O prazo de validade e retirada dos produtos licitados do registro de preços será 12 (doze) meses, contado da assinatura da presente ata.

4.3. Emitida Ordem de Compra pela **CONTRATANTE**, o **FORNECEDOR (CONTRATADO)** terá o prazo de até **10 (dez) dias** para disponibilizar os produtos solicitados.

4.4 - Caso a licitante se recuse a entregar o bem proposto ou venha a fazê-lo fora das orientações ou especificação, a contratante, poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, optar pela convocação dos demais licitantes na ordem de classificação, ficando sujeita as penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93.

4.5 – A presente licitação não gera a obrigação da retirada total da quantidade licitada por parte da Prefeitura de Botuverá, não cabendo a contratada quaisquer indenização pelos saldos.

#### 5. DOS PAGAMENTOS e da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

5.1. O pagamento será efetuado no **prazo de 15 (quinze) dias, sendo fechamento da quinzena**, mediante apresentação da Nota Fiscal atestada por servidor responsável, comprovando a conformidade da entrega.

5.2. O preço a ser pago será o vigente na data da requisição, conforme valores registrados na Ata de Registro de Preço.

5.3. Os recursos para a aquisição do objeto desta licitação estão previstos na Lei Orçamentária do exercício de 2019, conforme abaixo descritas, podendo ainda serem incluídas de acordo com a execução da ata de registro de preços:

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**Unidade: 001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos**

**Tipo Ação: Atividade - Ação: 0035 - Funcional: 0026.0782.0013 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Elemento: 34490000000000000000 - Aplicações diretas**

**112 01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas**

**113 01000100 - Recursos Ordinários**

**\*Demais dotações consignadas no orçamento de 2019 e conforme necessidade podendo ser remanejados para o exercício seguinte.**

## **6. DA CONTRATAÇÃO**

6.1. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o município e o fornecedor, serão formalizadas através de contrato ou outro equivalente, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. O município poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do par. 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

6.3. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até apuração de uma que atenda ao edital (Art. 4º, XVI da lei 10.520/02).

6.4. Observados os critérios e condições estabelecidos no presente Edital, a Administração poderá contratar mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observado as condições do Edital e o preço registrado.

6.5. As autorizações de fornecimentos deverão ser formalizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

## **7. DAS PENALIDADES**

7.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, o FORNECEDOR sujeitar-se-á às penalidades de advertência, multa, impedimento temporário de licitar com a Administração Pública Municipal e declaração de idoneidade, que poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual ou cancelamento do registro.

7.1.2. Advertência, que será aplicada sempre por escrito e encaminhada via e-mail;

7.1.3. Multas;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

7.1.4. Rescisão unilateral do Contrato, sujeitando-se a **CONTRATADA** ao pagamento de indenização ao Município de Botuverá por perdas e danos;

7.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Botuverá, prazo de até 2(dois) anos;

7.1.6. Indenização ao Município de Botuverá da diferença de custo para contratação de outro licitante;

7.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no prazo não superior a 5(cinco) anos.

7.2. A multa será aplicada à razão de **1% (um por cento)** sobre o valor total da Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho, por dia de atraso da entrega e demais irregularidades.

7.3. **Multa compensatória de 10%(dez por cento)** sobre o valor da Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho, pelo inadimplemento após 10(dez) dias.

7.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho.

7.5. O atraso na execução do objeto e/ou a não regularização das falhas superior a 10(dez) dias, sem apresentação de justificativa fundada, aceita pela contratante, enseja na rescisão da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato com aplicação das penas previstas.

7.6. As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

7.7 A(s) multa(s), e demais penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, e após esgotados os prazos de apresentação de defesa.

7.8. O valor da multa e demais penalidades poderão ser descontados de valores devidos a contratada ou em documento oficial de recolhimento.

## 8. DA RESCISÃO

8.1 Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2 Caso o MUNICÍPIO não utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital e na Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

8.4 - O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão previstos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

## 9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação nas seguintes hipóteses:

**I – Pelo MUNICÍPIO, quando:**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone(47)3359-1170

- 1 - O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou ata de registro de preços;
- b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 06 de julho de 1994;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 06.07.94.

**II - pelo FORNECEDOR**, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato.

9.2 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

9.3 - A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 10.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

9.4 - No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

9.5 - A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório caso não aceitas as razões do pedido.

9.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderá ser realizado novas licitações para execução de serviços constantes do registro de preços.

## 10. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brusque/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Botuverá, 29 de Outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
**JOSÉ LUIZ COLOMBI**  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**CALWER MINERAÇÃO LTDA**  
José Augusto Werner  
CONTRATADO

\_\_\_\_\_  
**Angelo Luiz Venzon**  
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
Gestor da Ata

\_\_\_\_\_  
**Vilson J. Ganesini**  
Secretário de Transportes  
Fiscal da Ata

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 116/2019.

Publicação Nº 2211861

DECRETO Nº 0116/2019

Renuncia de Conselheira Tutelar

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Municipal nº 0794/2014 de 12/05/2014.

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o pedido de Renuncia da Conselheira Tutelar KATIA KARINA HOLLER, a partir de 30/10/2019, nos termos do requerimento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 30 de Outubro de 2019.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 104/2019

Publicação Nº 2211841

PORTARIA Nº 104/2019

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº 086/2019 que concede licença para tratamento de saúde, a servidora CÉLIA DA COSTA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, até 30/04/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de Outubro de 2019

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 105/2019

Publicação Nº 2211849

PORTARIA Nº 105/2019

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99, Art. 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido, a servidora GABRIELA PIAZZA SASSI, ocupante do cargo de MÉDICO(A), do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a partir de 04.10.2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 04.10.2019.

Braço do Trombudo, em 30 de Outubro de 2019.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 106/2019**

Publicação Nº 2211853

## PORTARIA Nº 106/2019

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora MARA ELIANE DE BRITTO DA ROSA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-MER./SERV., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pelo período de quinze dias, a partir de 25/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 25.10.2019.

Braço do Trombudo, em 30 de Outubro de 2019  
Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 107/2019**

Publicação Nº 2211857

## PORTARIA Nº 107/2019

## Altera Carga Horaria

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Compl. 09/99 de 17/11/1999, Art. 27, parágrafo 2º, etc .....

## RESOLVE:

Art.1º- Alterar a carga horária da servidora Joelma Antunes dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais- Mer./Serv., de 44(quarenta quatro) para 22(vinte duas) horas semanais, a partir de 01/11/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de Novembro de 2019.  
Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 108/2019**

Publicação Nº 2211859

## PORTARIA Nº 108/2019

## Concede Progressão Horizontal

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 80 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

## RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão Horizontal, nos termos do artigo 80 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo:

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	ROSELI MUELLER TIETJEN	20 horas	06.02.1997	Professor 02-C	Professor 02-D
02	ROSELI MUELLER TIETJEN	20 horas	04.02.2002	Professor 02-B	Professor 02-C

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.10.2019.

Braço do Trombudo, em 30 de Outubro de 2019.  
Nildo Melmestet  
Prefeito Municipal

**EDITAL Nº 001/2019 – ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO 005/20019**

Publicação Nº 2212244

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
PROCESSO SELETIVO 005/2019****EDITAL Nº 001/2019 – ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO 005/20019****MUNICÍPIO: BRAÇO DO TROMBUDO****DATA: 31/10/2019**

**NILDO MELMESTET**, Prefeito de Braço do Trombudo/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, **TORNA PÚBLICO** que realizará **PROCESSO SELETIVO**, para contratação por tempo determinado, sob os Regimes Estatutários vigentes, em especial a Lei Complementar nº, 09/1999 de 17 de novembro de 1999, Lei Complementar nº 97/2011 de 07 de julho de 2011, e Lei Complementar nº 107/2012 de 11 de abril de 2012, bem como suas alterações e/ou complementos, para o provimento de vagas do quadro dos servidores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/SC, com a execução técnico-administrativa da empresa Atena Assessoria Educacional, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e seus anexos.

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital dar-se-á com a afixação no **Mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo**, bem como, na internet, pelos sites [www.bracodo-trombudo.sc.gov.br](http://www.bracodo-trombudo.sc.gov.br) e [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) e no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Os demais editais relativos às etapas do Processo Seletivo Público serão publicados no **Mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo**, bem como, na internet, nos sites acima mencionados.

O Processo Seletivo seguirá o seguinte Cronograma de Execução:

31/10/2019	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
01 e 02/12/2019	Prazo para impugnações do Edital de Inscrições
04/11/2019	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital de Abertura de Inscrições (caso houver recursos)
<b>04/11 à 03/12/2019</b>	<b>Período de Inscrições</b>
04/12/2019	Último dia para pagamento da taxa de inscrição
09/12/2019	Publicação do Rol dos Insritos e divulgação dos pedidos de atendimento e vaga especial
10 e 11/12/2019	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição e do não deferimento do pedido de atendimento e vaga especial
12/12/2019	Publicação do julgamento dos recursos do não deferimento do pedido de inscrição e do atendimento e vaga especial (caso houver recursos), Homologação das Inscrições e dos pedidos de atendimento e vaga especial e convocação para Prova Objetiva.
<b>15/12/2019</b>	<b>Realização da Prova Objetiva e de Títulos</b>
15/12/2019	Divulgação do Gabarito da Prova Objetiva – Após 18hs
16 e 17/12/2019	Prazo para recursos da formulação das questões e da discordância com o gabarito da Prova Objetiva
20/12/2019	Publicação do Gabarito Definitivo, Notas da Prova Objetiva, prova de títulos e a respectiva classificação.
23 e 24/12/2019	Prazo para recursos da nota da Prova Objetiva, prova de títulos e classificação
02/01/2020	Homologação do resultado final

As datas definidas neste Edital poderão sofrer alteração em virtude da necessidade de ajustes operacionais, mediante a publicação de Edital nos meios de comunicação acima estipulados. Todos os





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

horários definidos neste Edital, seus Anexos e demais publicações oficiais referentes ao andamento deste certame têm como referência o Horário de Brasília-DF.

É importante destacar que todos os interessados em participar deste Processo Seletivo deverão obrigatoriamente ler na íntegra este Edital e seus Anexos. É de inteira responsabilidade dos candidatos conhecer todas as normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Efetuada inscrição, o candidato manifesta tacitamente o conhecimento e aceitação das regras editalícias, bem como quanto à realização das provas nos prazos estipulados, não cabendo qualquer alegação de desconhecimento.

Por se tratar de Processo Público, concretizada a inscrição, o candidato manifesta tacitamente ciência de que seus dados (nome e número de inscrição) e resultados também serão públicos, anuindo assim com a sua publicação nos meios acima referidos.

As informações prestadas pelo candidato e eventuais documentos entregues por ele são de sua inteira responsabilidade, podendo responder, no caso de falsidade, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do certame.

Durante todo o curso deste certame, é assegurado ao candidato o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos deste Edital.

É de inteira responsabilidade do candidato, seguir estritamente as instruções contidas neste Edital, bem como acompanhar os comunicados e os Editais referentes ao andamento deste processo, divulgados nos meios acima mencionados.

Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela **Comissão Municipal Coordenadora Processo Seletivo** em conjunto com a **Atena Assessoria Educacional**.

#### **CAPÍTULO I - DOS CARGOS E DAS VAGAS**

1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas para os cargos mencionados na tabela 1 deste capítulo, atualmente vagos e dos que vierem a vagar.

1.2. Os candidatos aprovados em todas as fases do Processo Seletivo e convocados para nomeação estarão sujeitos conforme regulamentação dos Regimes Estatutários sob Lei Complementar nº, 09/1999 de 17 de novembro de 1999, Lei Complementar nº 97/2011 de 07 de julho de 2011 e Lei Complementar nº 107/2012 de 11 de abril de 2012, bem como suas Alterações, Legislações Complementares e/ou Regulamentadoras e pelas demais normas legais.

1.3. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 1 (um) ano, contados a partir da data da homologação do resultado final.

1.4. Os candidatos habilitados serão nomeados segundo a necessidade de pessoal e disponibilidade orçamentária da **Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo**, obedecendo à ordem de classificação final, a habilitação e as vagas abertas, podendo os remanescentes serem aproveitados dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, à medida que forem surgindo novas vagas.

1.5. Os cargos, vagas e requisitos de habilitação e exigência para contratação, estão estabelecidos na tabela 1 deste capítulo especificados abaixo:

**Tabela 1 – Dos cargos:**

<b>Cargos</b>	<b>Total de Vagas</b>	<b>Escolaridade Exigências</b>
Professor Educação Infantil e	01	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Pedagogia ou Curso Normal Superior, admitindo-se como habilitação mínima o Magistério Normal de Nível Médio para contratos temporários.
Professor de Educação Física	01	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho Regional de Educação Física, conforme Lei nº 9.696/98.
Professor de Ensino Religioso	01	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Ciências da Religião; ou Curso de Licenciatura Plena em Ensino Religioso.

**Tabela 2 – Dos Vencimentos:**

Cargos	Carga horária Semanal	Vencimentos <sup>(1)</sup>
Professor Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental	20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas	20 horas = R\$ 1.612,55 40 horas = R\$ 3.225,10
Professor de Educação Física e Ensino Religioso	5 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), 35 (trinta e cinco) e 40 (quarenta) horas	05 horas = R\$ 403,14 10 horas = R\$ 806,28 15 horas = R\$ 1.209,42 20 horas = R\$ 1.612,55 25 horas = R\$ 2.015,69 30 horas = R\$ 2.418,83 35 horas = R\$ 2.821,97 40 horas = R\$ 3.225,10

<sup>(1)</sup> Os vencimentos correspondem à faixa inicial de cada cargo.

1.6. A carga horária para contratação dos cargos para magistério será definida conforme necessidade do Poder Executivo, informada na Chamada para Escolha de Vagas.

1.7. As atribuições dos cargos estão disponíveis no Anexo I deste edital.

1.8. A escolaridade, exigências e requisitos exigidos para contratação deverão ser comprovados quando da nomeação do candidato para o cargo no qual prestou o processo seletivo e foi aprovado.

1.8.1. O candidato deve estar ciente que a habilitação mínima será exigida no ato da contratação. A não comprovação da habilitação mínima pelo candidato prove sua exclusão da chamada, sem direito a contratação.

1.8.2. A habilitação apresentada no ato da contratação constituirá o nível de contratação do candidato, respeitando as exigências e os requisitos mínimos para nomeação ao cargo.

1.9. Os candidatos deverão manter seu endereço atualizado no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, durante todo o período de validade do processo seletivo, sob pena de perda da classificação.

1.10. O candidato que integrar o cargo de Professor (Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) poderá constar em duas classificações, sendo uma, a dos interessados em trabalhar no período de plantão nos CEIS em janeiro/fevereiro de 2020 e a outra no ano letivo de 2020, devendo os mesmos indicar interesse no momento da inscrição.

1.11. A conclusão do Curso de Licenciatura Plena em outra disciplina não habilita o candidato que possuir conclusão de Curso de Bacharelado na disciplina específica.

1.12. O Edital de Escolha de vaga e a respectiva data da 1ª chamada para escolha de vagas será realizada através de Edital próprio, com data a ser divulgada no Edital de Homologação deste Processo Seletivo.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

1.13. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração. O candidato somente poderá escolher vaga mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial com foto, original ou fotocópia.

**CAPÍTULO II – DA INSCRIÇÃO**

**Seção I**

**Das condições para inscrição**

2.1. Para se inscrever o candidato deverá ler o edital em sua íntegra e preencher as condições para inscrição especificadas a seguir:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português, a quem tenha sido deferida a igualdade nas condições prevista no Decreto Presidencial nº 70.436, de 18/04/1972, ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12 da Constituição Federal e demais disposições de lei, no caso de estrangeiros;
- b) Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos no ato da nomeação;
- c) No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;
- d) Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;
- e) Possuir os **REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS** para o cargo, especificado na tabela 1 citadas no capítulo I, deste edital;
- f) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória nos termos do Artigo 40, inciso II, da Constituição Federal;
- g) Não ocupar cargo, emprego ou função pública ressalvada os acumuláveis previstos no Artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal;
- h) Candidato com deficiência, verificar capítulo próprio neste Edital;

2.2. A comprovação dos documentos exigidos para inscrição estabelecidos no item 2.1, deste capítulo e seus subitens, será solicitada por ocasião da posse do candidato.

2.3. A não apresentação de qualquer dos documentos implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato em decorrência de sua habilitação no processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição.

**Seção II**

**Da Inscrição**

2.4. A inscrição do candidato implicará na completa ciência e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e na legislação pertinente, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

**2.5. As inscrições serão realizadas somente por meio da INTERNET, através do endereço eletrônico [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) iniciando-se às 10hs do dia 04/11/2019 e encerrando-se, imprerivelmente, no dia 03/12/2019, às 23hs59min.**

2.6. O candidato ao realizar sua inscrição, deverá preencher o formulário de inscrição on-line e transmitir os dados pela Internet.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

2.7. O candidato deverá **OBRIGATORIAMENTE EFETUAR O PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, ATRAVÉS DO BOLETO BANCÁRIO EMITIDO PELA INTERNET.**

2.7.1. O documento de boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) e deverá ser impresso para o pagamento obrigatório da taxa de inscrição, após a conclusão do preenchimento do Formulário de inscrição on-line, **pagável em toda a rede bancária**, com vencimento em **04/12/2019**.

2.7.2. Ao emitir o boleto bancário, certifique-se que o computador utilizado seja confiável e que esteja com o antivírus atualizado para, assim, evitar possíveis fraudes na geração do boleto bancário supracitado.

2.7.3. O boleto bancário a ser gerado para este Processo Seletivo será emitido pelo Sistema Informatizado com IUGU, com destinatário a Prefeitura de Braço do Trombudo.

2.7.4. Será de responsabilidade de o candidato ficar atento para as informações do boleto bancário, a fim de evitar fraudes no pagamento.

2.7.5. Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pelos Correios, fac-símile, transferência, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou após a data de vencimento especificada no boleto bancário ou por qualquer outro meio que não o especificado neste Edital. O pagamento por “agendamento” somente será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período de inscrição.

2.7.6. Os candidatos que efetuarem o pagamento da taxa de inscrição em desacordo com as instruções deste Capítulo, **NÃO TERÃO A SUA INSCRIÇÃO EFETIVADA.**

2.7.7. O pagamento após a data de vencimento implica a não efetivação da inscrição.

2.7.8. As inscrições somente serão homologadas após a compensação dos valores recolhidos, não se responsabilizando a **Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo e Atena Assessoria Educacional** por eventuais atrasos ou erros decorrentes dos trâmites bancários. Também não se responsabilizará pelo não recebimento de solicitação de inscrição por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.8. Os candidatos poderão se inscrever somente para um (1) cargo.

2.8.1. Havendo mais de uma inscrição para o mesmo candidato será deferida (validada) a inscrição mais recente, devidamente paga.

2.8.2. Ocorrendo pagamento duplicado de um mesmo boleto bancário, não haverá restituição parcial ou integral dos valores pagos a título de taxa de inscrição.

2.9. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, verifique atentamente o cargo de interesse.

2.10. O candidato inscrito **NÃO** deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato, os dados cadastrais informados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

2.10.1. **Serão aceitos como documentos de identidade:** Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documentos de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2.10.2. O documento de identidade utilizado pelo candidato para a realização da inscrição deverá ser o mesmo utilizado para ingresso no local de realização da prova e para tratar de seus interesses junto ao Município de Braço do Trombudo e à Atena Assessoria Educacional.

2.10.3. **Não serão aceitos como documentos de identidade:** certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

2.10.4. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá fazer a prova.

2.10.5. Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de CPF - Cadastro de Pessoa Física regularizado.

2.11. Não haverá devolução de importância paga, diante de equívocos cometidos pelo candidato e nem isenção total ou parcial de pagamento do valor da taxa de inscrição.

2.12. O deferimento da inscrição dependerá do correto preenchimento do Formulário de Inscrição via Internet pelo candidato.

2.13. As informações prestadas no Formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à **Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

2.14. O candidato com deficiência deverá ler atentamente o Capítulo III deste edital.

2.15. O descumprimento das instruções para inscrição implicará a não efetivação da inscrição.

2.16. A **Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** e a **Atena Assessoria Educacional** não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.17. O comprovante de pagamento da inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas, quando solicitados.

2.18. O Município de Braço do Trombudo e a Atena Assessoria Educacional não possuem qualquer responsabilidade com despesas de deslocamento e estadia efetuadas pelos candidatos em razão deste Processo Seletivo.

**Seção III**  
**Da homologação das inscrições**

2.19. No dia **09/12/2019** será publicado Edital com relação nominal dos candidatos inscritos, no **Mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** bem como, na internet, pelos sites [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br) e [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br).

2.20. O candidato deverá consultar o Edital de Homologação das Inscrições, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição.

2.21. Caso a inscrição não tenha sido homologada, o candidato poderá a seu critério interpor pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

2.22. Se mantida a não homologação, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, não assistindo direito de realizar as provas, exceto se, por ocasião das provas, apresentar documento de inscrição e comprovante de pagamento válido que permitam a inclusão da inscrição.

2.23. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências no dia **12/12/2019** após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal.

**Seção IV**  
**Do valor da Inscrição**

2.24. Será cobrado o valor de **R\$ 80,00 (Oitenta Reais)** para os cargos de Nível Superior

**CAPITULO III – DAS VAGAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E CONDIÇÕES ESPECIAIS**

**Seção I**  
**Das disposições para as pessoas com necessidades especiais**

3.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo.

3.2. Será reservada vaga para candidato com deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999, Decreto nº 5.296/04 e Lei Estadual/SC nº 12.870/2004 e suas respectivas alterações.

3.3. A publicação do resultado final do processo seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive as pessoas com necessidades especiais, e a segunda somente a pontuação destes últimos, de acordo com a ordem classificatória entre os seus congêneres.

3.4. Será considerada com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999, Decreto nº 5.296/04 e Lei Estadual/SC nº 12.870/2004 e suas respectivas alterações.

3.4.1. Considera-se, para os efeitos da legislação:

3.4.1.1. **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

3.4.1.2. **Deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II).

3.4.1.3. **Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "c", c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II)





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

3.4.1.4. **Deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho. (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "d"; e Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

3.4.1.5. **Deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências.

3.5. A condição de pessoa com deficiência pode ser comprovada por meio de:

3.5.1. Laudo médico, emitido por médico do trabalho ou médico da área da saúde/especialista, atestando enquadramento legal do candidato para integrar a cota, de acordo com as definições estabelecidas na legislação vigente.

3.5.1.1. O laudo médico deverá, obrigatoriamente, especificar o tipo de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, origem da deficiência, com descrição detalhada das alterações físicas (anatômicas e funcionais), sensoriais, intelectuais e mentais, com descrição das limitações funcionais para atividades da vida diária e social e dos apoios necessários, atestando que a deficiência está enquadrada nas definições dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com alterações do Decreto nº 5296/2004, Lei Estadual nº 12.870/2004, Lei nº 12764/2012, de acordo com dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promulgada pelo Decreto nº. 6.949/2009 e recomendações da IN 98/SIT/2012, e que a deficiência não impede o candidato ao exercício a que se inscreveu.

3.5.2. Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS.

3.6. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher no formulário de inscrição o cargo a que deseja concorrer e selecionar a opção pessoas com deficiência, bem como encaminhar, **via Correios - SEDEX, postado imprerivelmente até o dia 03/12/2019**, para o endereço da Atena Assessoria Educacional - Rua XV de Novembro – 704 – Sala 03 – 2ª andar – Centro – CEP 89.188-000 – Agrônômica/SC, acompanhado dos seguintes documentos:

**a) Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada em cartório)**, emitido há menos de um ano, caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível, conforme item 3.5.1.1. ou Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS.

**b) Requerimento**, conforme modelo Anexo V deste Edital, solicitando vaga especial, constando o tipo de deficiência.

3.6.1. Caso o candidato não entregar o **laudo médico e o respectivo requerimento** o prazo determinado, não concorrerá às vagas reservadas para pessoas com deficiência, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha marcado tal opção no formulário de inscrição.

## **Seção II**

### **Do atendimento aos candidatos com necessidades especiais**

3.7. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá marcar essa opção no formulário de inscrição, bem como indicar os recursos especiais necessários e, ainda, entregar o requerimento (Anexo VI deste Edital), preenchido e individualizado em caso de inscrição em mais de um cargo, bem como encaminhar, **via Correios - SEDEX, postado imprerivelmente até o dia 03/12/2019**, para o endereço da Atena Assessoria Educacional - Rua XV de Novembro – 704 – Sala 03 – 2ª andar – Centro – CEP 89.188-000 – Agrônômica/SC, acompanhado dos seguintes documentos:





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

a) Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada em cartório), emitido há menos de um ano, caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível, que justifique o atendimento especial solicitado; e

b) no caso de tempo adicional, também Parecer Original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações.

b1) Prezando pela isonomia de tratamento entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação.

3.7.1. Caso não for apresentado o Laudo Médico e/ou Parecer Original, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

3.7.2. O candidato que encaminhar a documentação para concorrer à vaga especial para Pessoas com Deficiência e necessitar de atendimento especial poderá utilizar o mesmo laudo para ambos os pedidos.

3.8. Após período referido no item 3.7, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior desde que devidamente comprovados.

3.9. Os pedidos devem ser formalizados por escrito e serão examinados juntamente com o laudo e/ou parecer para verificação das possibilidades operacionais de atendimento. A solicitação de atendimento especial estará sujeita à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido, podendo, ainda, a Comissão de este processo solicitar ao candidato outras informações e/ou documentação complementar.

3.9.1. O fornecimento do Laudo Médico (original ou cópia autenticada em cartório) e/ou Parecer Original, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.9.2. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada em cartório) e o Parecer Original terão validade somente para este Processo Seletivo e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desses documentos.

3.10. O laudo médico será analisado e, caso não atenda às exigências previstas o candidato não terá sua inscrição deferida para concorrer à vaga como pessoa com deficiência.

3.11. O candidato com deficiência submeter-se-á, quando convocado, à avaliação de equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:

3.11.1. a qualificação do candidato com deficiência ou não; e

3.11.2. o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.12. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.13. O candidato que apresentar Laudo Médico falso com referência a sua deficiência será excluído, se confirmada tal situação, em qualquer fase deste Processo Seletivo, sujeitando-se às consequências legais pertinentes.

3.14. A pessoa com deficiência que não preencher no requerimento de inscrição a opção por disputar às vagas à pessoa com deficiência, ou que não atender as exigências previstas não terá direito ao pleito das vagas a elas reservadas.

3.14.1. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

3.15. O resultado referente ao deferimento ou não para concorrer à vaga como pessoa com deficiência será realizada juntamente com a homologação das inscrições.

3.16. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim, por meio do requerimento (Anexo VI), sendo dispensada a apresentação de laudo.

3.17. No dia da prova, a candidata deverá apresentar certidão de nascimento da criança e levar um(a) acompanhante, que ficará em sala reservada com a criança e será o(a) responsável pela sua guarda.

3.18. A candidata que não levar acompanhante maior de idade não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

3.19. A criança não poderá permanecer desacompanhada de responsável.

3.20. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.21. Para garantir a aplicação dos termos e condições deste Edital, a candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por Fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança.

3.22. Considerando-se a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, fizerem uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de tais equipamentos, sob possibilidade de serem excluídos sumariamente do certame.

#### CAPITULO IV – DAS PROVAS

4.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

4.2. Os candidatos serão submetidos às avaliações conforme as especificações apresentadas na tabela abaixo:

Tabela de Avaliações					
Cargos	Provas/Disciplina		Nº de Questão	Peso p/ Questão	Peso Final
Para os cargos de Professor	Prova Objetiva	Matemática/Raciocínio Lógico	05	0,10	<b>0,50</b>
		Língua Portuguesa	05	0,20	<b>1,00</b>
		Atualidades/Conhecimento geral	05	0,20	<b>1,00</b>
		Conhecimentos Específicos	15	0,50	<b>7,50</b>
	Total		30	--	<b>10,00</b>
	Prova de Títulos	Normas estabelecidas no Anexo IV	-	10,00	<b>10,00</b>

4.2.1 **Prova Objetiva (PO)**, de múltipla escolha, com 30 (trinta) questões objetivas, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter **Classificatório/Eliminatório**, com nota mínima de **5,00 (cinco)** pontos, a ser aplicada para todos os candidatos.

4.2.2. O candidato que não atingir a nota mínima de 5,00 (cinco) pontos na Prova Objetiva, será desclassificado do Processo Seletivo.

4.2.3. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

4.3. **Prova de Títulos (PT)**, de caráter **classificatório**, a ser aplicada a todos os candidatos, conforme Anexo IV e VIII, podendo perfazer um total de 10 (dez) pontos.

4.3.1. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

4.4. A **Nota Final (NF)** será composta pela seguinte forma:

4.4.1. Para todos os cargos:

4.4.1.1.  $NF = (PO \times 0,7) + (PT \times 0,3)$ .

4.4.1.2. Sendo: NF = Nota Final; PO = Prova Objetiva e PT = Prova de Títulos.

**Seção I**

**Da realização das provas e da divulgação dos resultados**

4.5. A **Prova Objetiva** será realizada no dia **15/12/2019**, com duração mínima de 30 minutos e máxima de 2 horas e 30 minutos, **com início às 9h**, tendo como local a **Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 20, Rua Bruno Plaster, nº 197, Km 20, Braço do Trombudo/SC**.

4.6. A **recolha dos títulos** será realizada no dia **15/12/2019** no mesmo local da Prova Objetiva, das 09h30min até as 11h45min.

4.7 A realização da Prova Objetiva dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

4.8. A classificação dos títulos estará em consonância como o descrito no Anexo IV deste Edital.

4.9. Os gabaritos das provas objetivas serão disponibilizados via internet, no site [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) no dia **15/12/2019** após as 18h.

4.10. No dia **20/12/2019**, será publicado o gabarito definitivo e a classificação provisória.

4.11. O conteúdo programático da prova objetiva está descrito no Anexo II.

4.12. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

4.12.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo Público, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

4.12.2. Para os casos previstos na Lei Federal nº 11.689, de 9 de junho de 2008 (alterou o Art. 440, Código de Processo Penal), será assegurada a preferência em igualdade de condições em Concurso Público, desde que empatado e que tenha exercido a função de jurado, devidamente comprovado.

4.12.3. O candidato que desejar exercer a preferência na condição de jurado deverá preencher o formulário Anexo VII deste Edital, bem como encaminhar, **via Correios - SEDEX, postado impreterivelmente até o dia 03/12/2019**, para o endereço da Atena Assessoria Educacional - Rua XV de Novembro – 704 – Sala 03 – 2ª andar – Centro – CEP 89.188-000 – Agronômica/SC, acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do RG e CPF;

b) Cópia autenticada ou original da Certidão, Declaração, Atestado, ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual ou Federal, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Art. 440, Código de Processo Penal (alterado pela Lei Federal nº 11.689/08), a partir da vigência da Lei.

4.13. Após a aplicação dos critérios acima, se ainda persistir o empate, o desempate ocorrerá, conforme segue:





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

- 4.13.1. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- 4.13.2. Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;
- 4.13.3. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais/Atualidades;
- 4.13.4. Que obtiver melhor nota na prova de Matemática/Raciocínio Lógico;
- 4.13.4. Que possuir maior número de dependentes.
- 4.13.5. Que tiver maior idade.
- 4.14. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, divulgados nos mesmo meios de comunicação expresso neste Edital.
- 4.15. O não comparecimento do candidato na prova objetiva implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.
- 4.16. A lista de Classificação Final, homologada pelo Prefeito Municipal será publicada no dia **02/01/2020, Mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** bem como, na internet, pelos sites [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br) e [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br).

#### **CAPITULO V – DOS RECURSOS**

- 5.1. Será admitido recurso quanto:
- a) Deste Edital de Abertura de Inscrições
  - b) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;
  - c) Ao indeferimento do pedido de atendimento e vaga especial;
  - d) À formulação das questões, respectivos quesitos e gabaritos;
  - e) Aos resultados das provas aplicadas no Processo Seletivo.
- 5.2. Todos os recursos deverão ser interpostos em até **02 (dois) dias**, após a divulgação por Edital, de cada evento.
- 5.3. Os recursos deverão ser preenchidos/digitados no site [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) na página referente ao Processo Seletivo, no prazo marcado por edital, por meio de sistema eletrônico de interposição de recurso, seguindo as orientações da página e deverão conter:
- 5.3.1. Um formulário de recurso para cada pedido de revisão, sendo que deve(m) ser apresentada(s):
- a) No caso de indeferimento/não processamento de inscrição, razões pelas quais solicita a homologação da sua inscrição, bem como cópias anexadas dos comprovantes de inscrição e de pagamento;
  - b) Circunstanciada exposição a respeito das questões, pontos ou Títulos, para as quais, em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau ou número de pontos;
  - c) Em outros casos, as razões do pedido, bem como o total dos pontos pleiteados.
- 5.4. Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados. Não se conhecerão os recursos que não estejam fundamentados com argumentação lógica e consistente, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou da nota. Recursos inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão preliminarmente indeferidos.
- 5.5. Os recursos interpostos, que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecidos no Edital não serão apreciados.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

- 5.6. Nos formulários digitais não haverá necessidade de qualificação do candidato, tendo em vista que cada formulário estará vinculado diretamente ao registro do recorrente.
- 5.7. Não haverá hipótese de solicitação do pedido de revisão por outro meio senão aquele disponibilizado para tal na respectiva página, considerando-se deserto o pedido cujo preparo seja efetuado de outro modo.
- 5.8. As razões do pedido não poderão conter qualquer identificação do recorrente, timbre de escritório e/ou empresa etc., permitindo-se assim a sua análise sem a identificação do postulante.
- 5.9. Os recursos que forem apresentados deverão obedecer rigorosamente aos preceitos fixados neste Capítulo e serão dirigidos à Atena Assessoria Educacional, empresa designada para execução do Processo Seletivo.
- 5.10. Admite-se um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.
- 5.11. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.
- 5.12. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executiva do Processo Seletivo, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.
- 5.13. A decisão final dos recursos será publicada por Edital, da qual não é admissível qualquer recurso ou pedido de revisão e/ou reconsideração.
- 5.14. Os Pareceres exarados pela Banca Examinadora ficarão disponíveis para consulta dos candidatos na **Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** e no site [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br), na página do Processo Seletivo, a partir da divulgação dos respectivos Editais e resultados.
- 5.15. A Atena Assessoria Educacional não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

#### **CAPITULO VI – DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

- 6.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados, respeitado o percentual de reserva de vagas para as pessoas com deficiência.
- 6.2. A publicação da nomeação dos candidatos será feita por Edital, publicado junto ao **Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** e, paralelamente, no Site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).
- 6.2.1. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Processo Seletivo, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de quando for nomeado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.
- 6.2.2. O Município de Braço do Trombudo e a Atena Assessoria Educacional não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereços residencial e eletrônico ou telefones não atualizados ou informados erroneamente.
- 6.3. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de nomeação, a posse do cargo só lhes será deferida no caso de exibirem:
- a) A documentação comprobatória das condições previstas no Capítulo II - item 2.1 deste Edital acompanhada de fotocópia;





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

- b) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por médico trabalhista, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
- c) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas.
- d) Documentos pessoais: Carteira de Identidade (RG), Cadastro Pessoa Física (CPF), Certidão de Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos e Comprovante de Endereço;
- e) Número da conta corrente, no Banco do Brasil;
- f) PIS/PASEP (frente e verso);
- g) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.
- h) Certidão de Antecedentes Criminais.

6.4. A não apresentação dos documentos acima, na ocasião da posse, implicará impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

6.5. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

#### **CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1. A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a garantia de ser nomeado segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, dentro da validade do certame.

7.2. Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo Seletivo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

7.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado em Edital próprio.

7.4. O distrato da contratação ocorrerá conforme legislações estatutárias que regulamentam o exercício dos cargos.

7.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora e a Atena Assessoria Educacional.

7.6. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

7.6.1. Anexo I – Descrições, atribuições e responsabilidades dos cargos.

7.6.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova objetiva.

7.6.3. Anexo III – Normas para realização da Prova objetiva.

7.6.4. Anexo IV – Normas para Prova de títulos.

7.6.5. Anexo V – Requerimento – Pessoa com Deficiência.

7.6.6. Anexo VI – Requerimento de Atendimento Especial.

7.6.7. Anexo VII – Requerimento de Desempate – Condição de Jurado.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

---

7.6.8. Anexo VIII – Formulário Prova de Títulos - Professores

Braço do Trombudo, 31 de outubro de 2019

**NILDO MELMESTET**  
Prefeito de Braço do Trombudo



Página 15 de 28



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

**ANEXO I**  
**EDITAL 001/2019 – PROCESSO SELETIVO 005/2019**  
**DESCRIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES.**

**CARGO: PROFESSOR**

Educação infantil - Anos Iniciais, Educação Física e Ensino Religioso.

**RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:** Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e paradidático, dentro da legislação educacional vigente; Ministrar aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente; Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos, dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos; Planejar o curso de acordo com as diretrizes educacionais, estabelecendo conteúdos mínimos por série, atividades periódicas, cronograma, estratégias, entre outros a fim de ajustar o mesmo com o Projeto Político Pedagógico; Definir critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo-motor dos mesmos; Organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para a realização do mesmo ;Elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins, através de pesquisas e plano de ação, de modo a atender as normas preestabelecidas ;Manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção ;Participar de cursos encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros; Participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico; Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno ;Planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento; Conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente ;Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

---

peçoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
PROCESSO SELETIVO 005/2019**

**ANEXO II  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA  
EDITAL 001/2019 – PROCESSO SELETIVO 005/2019**

**GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR**

**CARGOS:** Professores Educação infantil - Anos Iniciais, Educação Física e Ensino Religioso.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**1 – LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico–Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

**2 – ATUALIDADES**

História e geografia do Brasil, de Santa Catarina e de Braço do Trombudo. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Braço do Trombudo. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Notícias publicadas na mídia escrita ou falada. Lei Orgânica do Município.

**3 – RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA)**

Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; regra de 3 simples e composta; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; problemas e operações matemáticas que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes. Conjuntos números naturais múltiplos e divisores; números inteiros; números racionais; números reais; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; Razões e proporções; estatística; análise combinatória; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias.

**4 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

**4.1. CONHECIMENTO ESPECÍFICO PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSOR**

Constituição Federal de 1988 - Artigos 205 a 214. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentos da Educação; Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas. Relações socioeconômicas e políticas-culturais de educação. Educação e Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. Inclusão educacional e respeito à diversidade. Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639-2003 História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Plano Nacional de Educação.

**4.2. CONHECIMENTO ESPECÍFICO POR ÁREA:**





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

---

**4.2.1. Professor Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental**

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Ensino fundamental de nove anos. Interdisciplinaridade. Avaliação no ensino fundamental. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. O professor de ensino fundamental.

**4.2.2. Professor de Educação Física**

Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor.

**4.2.3. Professor de Ensino Religioso**

Ensino religioso na atualidade brasileira: legislação nacional e estadual sobre o Ensino Religioso Escolar. Fenômeno religioso e suas manifestações nas diferentes culturas e tradições religiosas. Os espaços e territórios sagrados das diferentes tradições religiosas. Os ritos sagrados na relação com o transcendente, seus significados nas tradições religiosas (iniciação, passagem, mortuários...). Diversidade religiosa, preconceito e intolerância religiosa. As ideias de imortalidade (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição) nos mitos sagrados.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
PROCESSO SELETIVO 005/2019

ANEXO III  
EDITAL 001/2019 – PROCESSO SELETIVO 005/2019  
NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. O tempo de duração da Prova Objetiva será de **até 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos**, incluído o tempo para preenchimento do cartão de respostas.
2. O candidato somente poderá levar consigo seu caderno de provas após **2 (duas) horas** contada do efetivo início das provas.
3. Ao candidato que sair antes de **2 (duas) horas** contada do efetivo início das provas, será permitido copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, em papel entregue pelo fiscal de sala.
4. Desde já, ficam os candidatos comunicados a **comparecerem com antecedência de 30 (trinta) minutos ao local das provas**, munidos de documento de identidade e caneta esferográfica azul ou preta de preferência ponta grossa, não sendo permitido seu ingresso após o fechamento dos portões, que ocorrerá no horário marcado para o início da prova.
5. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.
6. O candidato deverá apresentar, no dia da realização da prova, o documento de inscrição e o comprovante de pagamento. A critério da Comissão do Certame, esses documentos poderão ser dispensados, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato, nos termos do Edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.
7. O ingresso na sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade, desde que o documento permita com clareza sua identificação.
- 7.1. **Serão aceitos como documentos de identidade:** Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documentos de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).
- 7.2. O documento de identidade utilizado pelo candidato para a realização da inscrição deverá ser o mesmo utilizado para ingresso no local de realização da prova e para tratar de seus interesses junto ao Município de Braço do Trombudo e à Atena Assessoria Educacional.
- 7.3. **Não serão aceitos como documentos de identidade:** certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.
- 7.4. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá fazer a prova.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

7.5. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

7.6. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador ou que esteja danificado.

7.7. A identificação especial será julgada pela Comissão Executiva deste Processo Seletivo. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do certame.

8. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

10. Durante a realização das provas, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis, borracha, documento de identidade e uma garrafa transparente de água, sem rótulo.

11. Após ingresso na sala de prova, não será permitido ao candidato usar óculos escuros e/ou acessórios de chapelaria como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas e similares, e, ainda, permanecer com armas, ou quaisquer dispositivos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipod*®, gravadores, *pen drive*, *mp3* ou similar, relógio de qualquer espécie, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, *Walkman*®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc. Caso o candidato esteja portando arma, deverá depositá-la na sala de Coordenação. Os demais pertences, inclusive aparelhos eletrônicos, deverão ser desligados e depositados na sala de prova, em local indicado pelo fiscal. Os objetos pessoais devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando sob inteira responsabilidade do candidato. A Empresa não se responsabiliza por quaisquer objetos dos candidatos, de valor ou não.

12. Após o início das provas, a utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer dos dispositivos previstos no item anterior. O descumprimento dessa determinação poderá implicar eliminação do candidato deste Certame, caracterizando-se como tentativa de fraude.

13. O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva deverá apresentar laudo médico, bem como informar previamente ao Fiscal de sala, sob pena de não poder utilizar a prótese durante a realização das Provas.

14. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou divergência na distribuição, os organizadores do certame poderão, para o bom andamento dos trabalhos, providenciar cópias do material necessário ou entregar material reserva, podendo ser não personalizado, desde que constantes todos os dados necessários que assegurem os procedimentos de correção das provas dos candidatos, devendo ser registradas em ata as providências tomadas.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

15. Se, por qualquer razão fortuita, as provas sofrerem atraso em seu início ou necessitarem de interrupção dos trabalhos, os candidatos afetados terão sempre assegurado o tempo total para realização da prova, previsto neste Edital, sendo concedido o tempo adicional necessário para garantia de isonomia de tratamento.

16. Em ocorrendo atraso ou interrupção, os candidatos atingidos deverão permanecer no local do Processo Seletivo e atender às orientações dos coordenadores e fiscais, auxiliando no bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

17. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

18. O caderno de provas é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

19. O **CARTÃO DE RESPOSTAS** será o **ÚNICO** documento válido a ser utilizado para correção das questões, devendo ser preenchido pelo candidato com bastante atenção.

19.1. O **cartão de respostas não poderá ser substituído**, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato responsável pela conferência dos dados, em especial o nome, o número de inscrição e o cargo de sua opção impressos no cartão de respostas, bem como pela entrega do seu cartão, devidamente preenchido e assinado.

19.2. A não entrega do cartão de respostas do candidato implicará a sua automática eliminação do certame. A falta de assinatura no cartão poderá também implicar eliminação do candidato do certame.

19.3. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura. Qualquer marcação que estiver em desconformidade com as instruções poderá ser anulada.

19.4. Em nenhuma hipótese será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

19.5. O candidato, ao terminar a Prova Objetiva, devolverá ao fiscal da sala o cartão de respostas.

19.6. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência e a rubrica dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

20. **Poderá ser excluído sumariamente do Processo Seletivo Público o candidato que:**

- a) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- b) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- c) For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova ou em caso de interrupção dos trabalhos, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de aparelho celular ou de outro equipamento de qualquer natureza não permitido;
- d) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas;
- e) Não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);
- f) Antes do término de sua prova, afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- g) Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou recusar-se a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;
- h) Recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização, ou, em caso de razão fortuita, ao ser determinado pelo fiscal ou pela Coordenação Executiva.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

---

21. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de procedimento ilícito ou colaborado para tal, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do certame.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
PROCESSO SELETIVO 005/2019

ANEXO IV  
EDITAL 001/2019 – PROCESSO SELETIVO 005/2019  
NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES

PROVA DE TÍTULOS

1. O compute da PROVA DE TÍTULOS será feito na forma abaixo:
  - 1.2. 01 (um) ponto para o candidato com Certificado de Ensino Médio com habilitação Magistério.
  - 1.3. 05 (cinco) pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de curso do curso superior específico para qual se inscreveu;
  - 1.4. 07 (sete) pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós (especialização) na área da educação.
  - 1.5. 08 (oito) pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de mestrado ou doutorado na área da educação.
  - 1.6. Os pontos **não** são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.
  - 1.7. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,01 ponto a cada hora de cursos de aperfeiçoamento específico para a área da educação, apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de janeiro/2018.
2. Os documentos para comprovação da habilitação mínima na prova de títulos podem ser cópias simples. Porém os originais devem ser apresentados para conferência.
3. A data da entrega dos títulos está previsto no Capítulo IV deste Edital.
4. No local de entrega dos documentos não será realizado cópias.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
PROCESSO SELETIVO 005/2019

ANEXO V  
EDITAL 001/2019 – PROCESSO SELETIVO 005/2019  
REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO			
Nome do Candidato:		N.º de Inscrição:	
Cargo Pretendido:			
DADOS CADASTRAIS			
Mãe:			
Data do Nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:	
Endereço Residencial:		N.º:	
Cidade:		Estado:	
CPF:		Fone:	
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:	
E-mail:			

( ) Vem **REQUERER** vaga especial como **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**. Apresentou LAUDO MÉDICO com CID. (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: \_\_\_\_\_

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID: \_\_\_\_\_

Nome do Médico Responsável pelo laudo: \_\_\_\_\_

(OBS.: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

Braço do Trombudo/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019 .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
PROCESSO SELETIVO 005/2019

ANEXO VI  
EDITAL 001/2019 – PROCESSO SELETIVO 005/2019  
REQUERIMENTO – ATENDIMENTO ESPECIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO	
Nome do Candidato:	N.º de Inscrição:
Cargo Pretendido:	
DADOS CADASTRAIS	
Mãe:	
Data do Nascimento:	
Naturalidade:	Estado:
N.º filhos:	Sexo:
Estado Civil:	
Endereço Residencial:	N.º:
Cidade:	Estado:
CPF:	Fone:
Carteira de Identidade:	Órgão Expedidor:
E-mail:	

**Declaro**, para os devidos fins, e para que surta os efeitos legais que:

- A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

**Informo**, ainda, as condições de atendimento especial que necessita para realização das provas:

---

---

---

---

---

Braço do Trombudo/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
PROCESSO SELETIVO 005/2019

ANEXO VII  
EDITAL 001/2019 – PROCESSO SELETIVO 005/2019  
REQUERIMENTO DE DESEMPATE – CONDIÇÃO DE JURADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO			
Nome do Candidato:		N.º de Inscrição:	
Cargo Pretendido:			
DADOS CADASTRAIS			
Mãe:			
Data do Nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:	
Endereço Residencial:		N.º:	
Cidade:		Estado:	
CPF:		Fone:	
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:	
E-mail:			

Eu, \_\_\_\_\_, venho **REQUERER** que, em caso de aprovação, restando empatado, haja preferência no critério de desempate pela condição de jurado (conforme Art. 440, Código de Processo Penal). Para tanto, seguem anexos, nos termos deste Edital, os documentos que comprovam essa condição.

Braço do Trombudo/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019 .

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

**ANEXO VIII**  
**EDITAL 001/2019 – PROCESSO SELETIVO 005/2019**  
**FORMULÁRIO PROVA DE TÍTULOS - PROFESSORES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO	
Nome do Candidato:	N.º de Inscrição:
Cargo Pretendido:	

**QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS:**

**CARGO: PROFESSORES**

Títulos Professores	Valor dos títulos	Total
Certificado de conclusão de curso de Pós Graduação em nível de mestrado e/ou doutorado na Área específica, e ou, da Educação.	8,0	
Certificado de conclusão de curso de Pós Graduação em nível de especialização na Área específica, e ou, da Educação.	7,0	
Certificado ou declaração de conclusão de curso do curso superior específico para qual se inscreveu;	5,0	
Certificado de Ensino Médio com habilitação Magistério.	1,0	
Curso de Aperfeiçoamento na área de atuação. Serão validados cursos realizados a partir de Janeiro de 2018. (Máximo 200 horas)	0,01	
<b>TOTAL</b>		

Braço do Trombudo/SC.....de .....de 2019.

Assinatura – Resp. do recebimento

Assinatura do Candidato



## ATA REGISTRO DE PREÇOS 33 2018

Publicação Nº 2193184

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Vulcanizto tip top nº 05 para uso interno no pneu (9164)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	67,0307	1
2	Recap de pneu 1000x20 radial, bomachudo, a fio especial para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9170)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	177,2600	1
3	Vulcanizto tip top nº 10 para uso interno no pneu (9169)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	88,3748	1
4	Vulcanizto pneu 17,5x25 com manchaõ (9163)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	178,7495	1
5	Vulcanizto tip top nº 08 para uso interno no pneu (9167)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	81,9269	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 33/2018 Data do Registro: 01/11/2018 Válido até: 01/11/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanas E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Recape de pneu 17X5x25 a quente (23345)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	58,8948	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	81,7112	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	744,7897	1
7	Vulcanizo tip top nº 09 para uso interno no pneu (9168)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	758,0986	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	780,8518	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	89,3748	1
8	Vulcanizo de pneu 1300 x 24 com mandão (20370)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	58,8948	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	90,7903	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	175,0256	1
9	Vulcanizo tip top nº 07 para uso interno no pneu (9166)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	172,5015	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	181,9782	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	78,2029	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	58,8948	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	77,1717	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018**

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 33/2018 Data do Registro: 01/11/2018 Válido até: 01/11/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Recape de pneu 19,5x24 - a quente. (11336)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	744,7897	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	749,0196	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	780,8518	3
11	Recape de Pneu 1300x24 a quente (23346)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	558,5923	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	567,4391	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	714,6779	3
12	DUPLAGEM DE PNEU 1300 X 24 (4746)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1.079,9451	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	641,8866	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	1.248,3660	3
13	DUPLAGEM DE PNEU 1400 X 24 (4747)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1.079,9451	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	641,8866	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	1.271,0636	3
14	DUPLAGEM DE PNEU 17,5 X 25 (4748)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1.489,5795	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	694,8257	2

Página: 4/8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

15	Vulcanizo de pneus 18x4x30 com manchaço (9156)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	279,2962	1
16	Recape de pneu 12.4x24 - a quente (11341)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	372,3949	1
17	Vulcanizo de pneu 12.4x24 com Manchaço. (11342)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	137,7861	1
18	RECAPE DE PNEU 18 X 4 X 30 - A QUENTE (2659)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	856,5082	1
19	Vulcanizo tp top nº 06 para uso interno no pneu (9165)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	74,4790	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018**

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	58,8948	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	72,6322	3
20	Recape de pneu 90x20 radial, borrachudo, a frio especial, para pedra com no mínimo 17 mm de espessura de borracha (23347)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	219,7130	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	217,8666	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	356,6772	3
21	Recape Pneu 11 L 16 TL F3 a quente (16311)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	201,0932	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	199,7386	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	323,5903	3
22	Recape pneu 750x16 - a quente. (11340)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	126,6143	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	127,1064	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	197,8599	3
23	Recape de pneus 750x16 agrícola a quente. (11343)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	148,9579	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	145,2644	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018**

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	RECAPE DE PNEU 1400 X 24 - A QUENTE (2655)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	205,1390	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	633,0713	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	612,8342	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	754,3822	3
25	Recape Pneu 12.5 / 80 18 (16309)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	327,7075	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	322,3054	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	323,5903	3
26	Vulcanizo de pneu 12.5/80 18 com manchaõ (16310)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	111,7185	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	113,4878	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	119,1130	3
27	RECAPE DE PNEU 14.9 X 28 A QUENTE (7286)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	521,3528	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	522,0440	2

Página: 7/8

RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	751,0735	3
------------------------------------	-------	---	----------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2018

PROCESSO Nº 45/2018

- (8656) - GRANDO PNEUS LTDA
- (8792) - RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA
- (9618) - VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP

Braço do Trombudo, 1 de Novembro de 2018.

**LEI Nº 0933/2019**

Publicação Nº 2212218

**LEI Nº 0933/2019**

**Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 e dá outras providências.**

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Braço do Trombudo, para o exercício de 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

**I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos **ANEXOS** desta lei, assim discriminados:

Demonstrativo I – Metas Anuais (LRF, art. 4º, § 1), com os seguintes anexos:

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LRF, art. 4º, §2º, inciso I);

Demonstrativo III – Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, art.4º, §2º, inciso II);

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art.4º, §2º, inciso III);

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art.4º, §2º, inciso III);

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V);

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).

#### ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências ARF (LRF, Art. 4º, § 3º).

#### ANEXOS COMPLEMENTARES

Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

Anexo Demonstrativo das Prioridades das Despesa com Pessoal (Poder Executivo e Legislativo);

Anexo com a Discriminação das Receitas;

Anexo com a Discriminação das Despesas;

Anexo contendo as Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

## **II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020.**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas nos **ANEXOS** de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## **III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da legislação vigente determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria STN nº 163/2001 e Portaria Conjunta 406/2011 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2020;

XII – Demonstrativos dos Riscos Fiscais considerados para 2020.

§ 1º O Orçamento dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 407/2011, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada programa, projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento e o Projeto de Lei da Proposta Orçamentária obedecerá o que trata o Art. 22 da Lei 4.320/64, conforme segue:

I - Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômica-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;

II - Projeto de Lei de Orçamento;

III - Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e

f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

IV - Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo único. Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "0.1.0000" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá até o máximo 0,10% (dez décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, Portaria STN nº 2/2009.

#### **IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2020 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, exceto as transferências de outras esferas de governo, cuja arrecadação será efetuada diretamente nos Fundos e vinculadas às Despesas relacionadas a seus objetivos.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será

considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no **Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências** desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2019.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (ART. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 20. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2020 – ANEXOS COMPLEMENTARES III desta lei.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Poder Judiciário, segurança e bombeiros, em casos excepcionais.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 24. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a legislação vigente.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Programa, Projeto,

Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Poder Executivo Municipal. (Art. 167, VI da CF).

§ 2º O excesso de arrecadação por destinação de recurso também servirá como fonte de suplementação a ser efetuada por decreto.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF);

Art. 26. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, “e” da LRF);

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nos relatório das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, “e” da LRF).

Art. 27. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Inciso III - ANEXO IV do Art. 2º desta Lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2020, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a

acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” e 9º, § 4º da LRF).

Parágrafo único. Fica o poder Legislativo responsável pela convocação da Audiência Pública e o envio de cópia da ata ao TCE de que trata o “caput” do presente artigo.

Art. 28. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

## **V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 29. A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 30. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 20 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

## **VI- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores das áreas de educação, saúde, obras e serviços urbanos e Estação de Tratamento de Água - ETA; quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação das despesas com horas extras;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 35. Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades, funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Braço do Trombudo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

## **VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de

medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

## **VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Art. 39. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com Entidades sem fins lucrativos, Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 43. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020, constante do DEMONSTRATIVO VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não será considerada para efeito de cálculo do Orçamento da Receita (ART 4º § 2º, ART I da LRF, Lei Orgânica Municipal e Código Tributário Municipal).

Art. 44. Os valores das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados em 1º de janeiro de 2020, com base na variação do Índice Geral de Variação de Preços de Mercado IGP-M, apurado no período compreendido ante 1º de julho a 31 de dezembro de 2019.

Art. 45. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Braço do Trombudo, em 22 de outubro de 2019.

NILDO MELMESTET  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Página: 1/7  
Data: 10/09/2019

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	RECEITAS	22.691.309,64	24.979.372,44	27.430.590,68
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Receitas Correntes	22.686.309,64	24.973.872,44	27.424.540,68
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.952.367,09	2.147.603,81	2.362.364,23
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Impostos	1.548.047,16	1.702.851,88	1.873.137,12
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez:	409.721,61	450.693,77	495.763,15
4.1.1.1.3.03.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	409.721,61	450.693,77	495.763,15
4.1.1.1.3.03.1.0.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	408.521,61	449.373,77	494.311,15
4.1.1.1.3.03.1.1.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - P	404.921,61	445.413,77	489.955,15
4.1.1.1.3.03.1.3.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - C	1.200,00	1.320,00	1.452,00
4.1.1.1.3.03.1.5.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - N	600,00	660,00	726,00
4.1.1.1.3.03.1.6.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - J	600,00	660,00	726,00
4.1.1.1.3.03.1.7.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - C	600,00	660,00	726,00
4.1.1.1.3.03.1.8.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - C	600,00	660,00	726,00
4.1.1.1.3.03.4.0.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendi	1.200,00	1.320,00	1.452,00
4.1.1.1.3.03.4.1.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Reni	1.200,00	1.320,00	1.452,00
4.1.1.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Impostos Especificos de Estados/DF Municípios	1.138.325,55	1.252.158,11	1.377.373,97
4.1.1.1.8.01.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	766.793,43	843.472,76	927.820,07
4.1.1.1.8.01.1.0.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	706.913,44	777.604,77	855.365,27
4.1.1.1.8.01.1.1.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	630.475,66	693.523,23	762.875,55
4.1.1.1.8.01.1.3.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	50.700,00	55.770,00	61.347,00
4.1.1.1.8.01.1.5.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	2.800,00	3.080,00	3.388,00
4.1.1.1.8.01.1.6.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	2.800,00	3.080,00	3.388,00
4.1.1.1.8.01.1.7.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	10.068,89	11.075,77	12.183,36
4.1.1.1.8.01.1.8.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban	10.068,89	11.075,77	12.183,36
4.1.1.1.8.01.4.0.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóvei	59.879,99	65.867,99	72.454,80
4.1.1.1.8.01.4.1.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóv,	55.379,99	60.917,99	67.009,79
4.1.1.1.8.01.4.3.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóv,	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.1.1.8.01.4.4.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóv,	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.1.1.8.01.4.5.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóv,	750,00	825,00	907,50
4.1.1.1.8.01.4.6.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóv,	750,00	825,00	907,51
4.1.1.1.8.02.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e	371.532,12	408.685,35	449.553,90
4.1.1.1.8.02.3.0.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	371.532,12	408.685,35	449.553,90
4.1.1.1.8.02.3.1.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Princip	367.982,12	404.780,33	445.258,36
4.1.1.1.8.02.3.3.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.1.1.8.02.3.5.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas	275,00	302,51	332,76
4.1.1.1.8.02.3.6.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Juros	275,00	302,51	332,76
4.1.1.1.8.02.3.7.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida	750,00	825,00	907,51
4.1.1.1.8.02.3.8.0.0.0.0.0.0.0.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida	750,00	825,00	907,51
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Taxas	192.819,93	212.101,93	233.312,11
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	115.239,17	126.763,09	139.439,39

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Página: 2/7

Data: 10/09/2019

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO				
4.1.1.2.2.01.1.8.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Juros	550,00	605,00	665,50
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	211.500,00	232.650,00	255.915,00
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Especifica E/M	211.500,00	232.650,00	255.915,00
4.1.1.3.8.02.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Ilum	206.700,00	227.370,00	250.107,00
4.1.1.3.8.02.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Ilur	206.700,00	227.370,00	250.107,00
4.1.1.3.8.02.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Ilu	206.700,00	227.370,00	250.107,00
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Cor	4.800,00	5.280,00	5.808,00
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Co	4.800,00	5.280,00	5.808,00
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	4.000,00	4.400,00	4.840,00
4.1.1.3.8.04.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	160,00	176,00	193,60
4.1.1.3.8.04.1.5.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	160,00	176,00	193,60
4.1.1.3.8.04.1.6.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	160,00	176,00	193,60
4.1.1.3.8.04.1.7.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	160,00	176,00	193,60
4.1.1.3.8.04.1.8.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras C	160,00	176,00	193,60
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	42.507,00	46.757,70	51.433,47
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	42.507,00	46.757,70	51.433,47
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	42.507,00	46.757,70	51.433,47
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	42.507,00	46.757,70	51.433,47
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	42.507,00	46.757,70	51.433,47
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Fu	4.657,00	5.122,70	5.634,97
4.1.3.2.1.00.1.1.05.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Ed	6.350,00	6.985,00	7.683,50
4.1.3.2.1.00.1.1.05.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - E	2.230,00	2.453,00	2.698,30
4.1.3.2.1.00.1.1.05.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - E	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.04.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - E	100,00	110,00	121,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - E	160,00	176,00	193,60
4.1.3.2.1.00.1.1.05.06.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - E	2.300,00	2.530,00	2.783,00
4.1.3.2.1.00.1.1.05.07.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - E	60,00	66,00	72,60
4.1.3.2.1.00.1.1.09.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - CII	1.400,00	1.540,00	1.694,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Ou	30.100,00	33.110,00	36.421,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - O	2.700,00	2.970,00	3.267,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - O	2.800,00	3.080,00	3.388,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - O	1.300,00	1.430,00	1.573,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.04.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - O	6.000,00	6.600,00	7.260,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.06.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - O	100,00	110,00	121,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.07.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - O	700,00	770,00	847,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.54.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - O	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.55.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - O	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.56.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - O	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.1.00.1.1.99.99.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - N	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	48.100,00	52.910,00	58.201,00
4.1.4.0.0.00.1.0.00.00.00	Receita Agropecuária	48.100,00	52.910,00	58.201,00
4.1.4.0.0.00.1.1.00.00.00	Receita Agropecuária - Principal	40.000,00	44.000,00	48.400,00
4.1.4.0.0.00.1.3.00.00.00	Receita Agropecuária - Dívida Ativa	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.4.0.0.00.1.5.00.00.00	Receita Agropecuária - Multas	50,00	55,00	60,50
4.1.4.0.0.00.1.6.00.00.00	Receita Agropecuária - Juros	50,00	55,00	60,50
4.1.4.0.0.00.1.7.00.00.00	Receita Agropecuária - Dívida Ativa - Multas	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.4.0.0.00.1.8.00.00.00	Receita Agropecuária - Dívida Ativa - Juros	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	752.900,00	847.121,83	885.114,98
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Princij	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços	751.800,00	845.911,83	883.783,98
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	751.800,00	845.911,83	883.783,98
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	751.800,00	845.911,83	883.783,98
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	740.000,00	832.931,83	869.505,98

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Página: 3/7

Data: 10/09/2019

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO				
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Outros Serviços - Principal	70.000,00	77.000,00	84.700,00
4.1.6.9.0.99.1.1.02.00.00	Outros Serviços - Água - Principal	670.000,00	755.931,83	784.805,98
4.1.6.9.0.99.1.3.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	6.100,00	6.710,00	7.381,00
4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	Outros Serviços - Água - Dívida Ativa	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.6.9.0.99.1.5.00.00.00	Outros Serviços - Multas	1.550,00	1.705,00	1.875,50
4.1.6.9.0.99.1.5.01.00.00	Outros Serviços - Multas	550,00	605,00	665,50
4.1.6.9.0.99.1.5.02.00.00	Outros Serviços - Água - Multas	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.6.9.0.99.1.6.00.00.00	Outros Serviços - Juros	1.550,00	1.705,00	1.875,50
4.1.6.9.0.99.1.6.01.00.00	Outros Serviços - Juros	550,00	605,00	665,50
4.1.6.9.0.99.1.6.02.00.00	Outros Serviços - Água - Juros	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.6.9.0.99.1.7.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas	1.300,00	1.430,00	1.573,00
4.1.6.9.0.99.1.7.01.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas	550,00	605,00	665,50
4.1.6.9.0.99.1.7.02.00.00	Outros Serviços - Água - Dívida Ativa - Multas	750,00	825,00	907,50
4.1.6.9.0.99.1.8.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Juros	1.300,00	1.430,00	1.573,00
4.1.6.9.0.99.1.8.01.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Juros	550,00	605,00	665,50
4.1.6.9.0.99.1.8.02.00.00	Outros Serviços - Água - Dívida Ativa - Juros	750,00	825,00	907,50
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	19.852.335,55	21.837.569,10	24.021.326,00
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	9.474.173,29	10.421.590,62	11.463.749,67
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Especifica E/M	9.474.173,29	10.421.590,62	11.463.749,67
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	8.983.915,17	9.882.306,69	10.870.537,35
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - C	8.349.862,56	9.184.848,82	10.103.333,70
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - I	8.349.862,56	9.184.848,82	10.103.333,70
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1º	308.723,94	339.596,33	373.555,96
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1º	321.828,67	354.011,54	389.412,69
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Ri	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial F	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploraç	97.500,00	107.250,00	117.975,00
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Mi	800,00	880,00	968,00
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos N	800,00	880,00	968,00
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	96.700,00	106.370,00	117.007,00
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Prin	96.700,00	106.370,00	117.007,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	387.258,12	425.983,93	468.582,32
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	280.000,00	308.000,00	338.800,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	280.000,00	308.000,00	338.800,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	77.600,00	85.360,00	93.896,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	77.600,00	85.360,00	93.896,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	28.558,12	31.413,93	34.555,32
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Program	28.558,12	31.413,93	34.555,32
4.1.7.1.8.05.9.0.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do De	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.7.1.8.05.9.1.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do D	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. I	3.300,00	3.630,00	3.993,00
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C	3.300,00	3.630,00	3.993,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C	3.300,00	3.630,00	3.993,00
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	2.200,00	2.420,00	2.662,00
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	2.200,00	2.420,00	2.662,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.7.1.8.99.1.2.00.00.00	Outras Transferências da União - AFM Educação	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	7.406.226,26	8.146.848,88	8.961.533,77
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	7.406.226,26	8.146.848,88	8.961.533,77
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	7.333.526,26	8.066.878,88	8.873.566,77
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.622.278,51	7.284.506,36	8.012.957,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	6.622.278,51	7.284.506,36	8.012.957,00
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	557.107,75	612.818,52	674.100,37
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	557.107,75	612.818,52	674.100,37
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	49.000,00	53.900,00	59.290,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 4/7  
 Data: 10/09/2019

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO				
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	49.000,00	53.900,00	59.290,00
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio E	7.000,00	7.700,00	8.470,00
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio	7.000,00	7.700,00	8.470,00
4.1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	98.140,00	107.954,00	118.749,40
4.1.7.2.8.01.9.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	98.140,00	107.954,00	118.749,40
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Fec	72.700,00	79.970,00	87.967,00
4.1.7.2.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	72.700,00	79.970,00	87.967,00
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Princ	72.700,00	79.970,00	87.967,00
4.1.7.2.8.10.9.1.01.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Cor	17.500,00	19.250,00	21.175,00
4.1.7.2.8.10.9.1.02.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Cor	55.200,00	60.720,00	66.792,00
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	2.971.936,00	3.269.129,60	3.596.042,56
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especifica	2.971.936,00	3.269.129,60	3.596.042,56
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e C	2.971.936,00	3.269.129,60	3.596.042,56
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e	2.971.936,00	3.269.129,60	3.596.042,56
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	2.971.936,00	3.269.129,60	3.596.042,56
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	38.100,00	41.910,00	46.101,00
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	37.000,00	40.700,00	44.770,00
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	37.000,00	40.700,00	44.770,00
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	37.000,00	40.700,00	44.770,00
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.1.9.9.0.99.1.5.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.9.9.0.99.1.6.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Juros	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.9.9.0.99.1.7.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.9.9.0.99.1.8.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Juros	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal -	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.3.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal -	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	3.000,00	3.300,00	3.630,00
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidade	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.2.4.1.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênio da União destinadas a Prog	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.4.1.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênio da União destinadas a Pro	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.4.1.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Princip	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas l	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas En	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.4.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Fe	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.4.2.8.10.7.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a l	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.4.2.8.10.7.1.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destin adas e	1.000,00	1.100,00	1.210,00
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM	(3.117.009,76)	(3.428.710,73)	(3.771.581,81)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(3.117.009,76)	(3.428.710,73)	(3.771.581,81)
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	(3.117.009,76)	(3.428.710,73)	(3.771.581,81)
9.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União e de suas Entidades	(1.671.332,51)	(1.838.465,76)	(2.022.312,34)
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União - Especifica E/M	(1.671.332,51)	(1.838.465,76)	(2.022.312,34)

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 5/7  
 Data: 10/09/2019

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>			
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00 (R)Participação na Receita da União	(1.670.672,51)	(1.837.739,76)	(2.021.513,74)
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00 (R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	(1.669.972,51)	(1.836.969,76)	(2.020.666,74)
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	(1.669.972,51)	(1.836.969,76)	(2.020.666,74)
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00 Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Ri	(700,00)	(770,00)	(847,00)
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00 Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial F	(700,00)	(770,00)	(847,00)
9.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. I	(660,00)	(726,00)	(798,60)
9.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C.	(660,00)	(726,00)	(798,60)
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C	(660,00)	(726,00)	(798,60)
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00 (R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de su.	(1.445.677,25)	(1.590.244,97)	(1.749.269,47)
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00 (R)Transferências dos Estados - Especifica E/M	(1.445.677,25)	(1.590.244,97)	(1.749.269,47)
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00 (R)Participação na Receita dos Estados	(1.445.677,25)	(1.590.244,97)	(1.749.269,47)
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00 (R)Cota-Parte do ICMS	(1.324.455,70)	(1.456.901,27)	(1.602.591,40)
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do ICMS - Principal	(1.324.455,70)	(1.456.901,27)	(1.602.591,40)
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00 (R)Cota-Parte do IPVA	(111.421,55)	(122.563,70)	(134.820,07)
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do IPVA - Principal	(111.421,55)	(122.563,70)	(134.820,07)
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00 (R)Cota-Parte do IPI - Municípios	(9.800,00)	(10.780,00)	(11.858,00)
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(9.800,00)	(10.780,00)	(11.858,00)
<b>Total entidade:</b>	<b>19.574.299,88</b>	<b>21.550.661,71</b>	<b>23.659.008,87</b>
<b>2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO</b>			
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00 RECEITAS	1.741.280,87	1.915.408,96	2.106.949,86
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 Receitas Correntes	1.391.180,00	1.530.298,00	1.683.327,80
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00 Receita Patrimonial	16.741,26	18.415,39	20.256,93
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00 Valores Mobiliários	16.741,26	18.415,39	20.256,93
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00 Juros e Correções Monetárias	16.741,26	18.415,39	20.256,93
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	16.741,26	18.415,39	20.256,93
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	16.741,26	18.415,39	20.256,93
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Sa	16.741,26	18.415,39	20.256,93
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - A	8.061,26	8.867,39	9.754,13
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - V	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.03.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - A	1.700,00	1.870,00	2.057,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.04.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - T	5.800,00	6.380,00	7.018,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.05.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - A	10,00	11,00	12,10
4.1.3.2.1.00.1.1.03.06.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - M	20,00	22,00	24,20
4.1.3.2.1.00.1.1.03.07.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - N	150,00	165,00	181,50
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 Transferências Correntes	1.374.438,74	1.511.882,61	1.663.070,87
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00 Transferências da União e de suas Entidades	1.308.938,74	1.439.832,61	1.583.815,87
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00 Transferências da União - Especifica E/M	1.308.938,74	1.439.832,61	1.583.815,87
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde -	958.938,74	1.054.832,61	1.160.315,87
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00 Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	958.938,74	1.054.832,61	1.160.315,87
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde	958.938,74	1.054.832,61	1.160.315,87
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00 Transf.Rec. do SUS - Repasses Fundo a Fundo - Prin	180.000,00	198.000,00	217.800,00
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00 Transf.Rec. do SUS - Repasses Fundo a Fundo - Prin	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00 Transf.Rec. do SUS - Repasses Fundo a Fundo - Prin	22.000,00	24.200,00	26.620,00
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00 Transf.Rec. do SUS - Repasses Fundo a Fundo - Prin	65.000,00	71.500,00	78.650,00
4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00 Transf.Rec. do SUS - Repasses Fundo a Fundo - Prin	661.938,74	728.132,61	800.945,87
4.1.7.1.8.08.0.0.00.00.00 Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Indi	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.1.7.1.8.08.1.0.00.00.00 Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Inc	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.1.7.1.8.08.1.1.00.00.00 Transferências Advindas de Emendas Parlamentares In	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.1.7.1.8.08.1.1.02.00.00 Transferências Advindas de Emendas P arlamentares	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	65.500,00	72.050,00	79.255,00
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00 Transferências dos Estados - Especifica E/M	65.500,00	72.050,00	79.255,00
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas de	65.500,00	72.050,00	79.255,00
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas d	65.500,00	72.050,00	79.255,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00 Transferência de Recursos do Estado para Programas	65.500,00	72.050,00	79.255,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00 Transf.Rec. Estado p/ Saúde - Repasse Fundo a Fund	50.000,00	55.000,00	60.500,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Página: 6/7

Data: 10/09/2019

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO				
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Transf.Rec. Estado p/ Saúde - Repasse Fundo a Fund	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00	Transf.Rec. Estado p/ Saúde - Repasse Fundo a Fund	5.500,00	6.050,00	6.655,00
4.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	350.100,87	385.110,96	423.622,06
4.2.2.0.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	100,87	110,96	122,06
4.2.2.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Alienação de Bens Móveis	100,87	110,96	122,06
4.2.2.1.3.0.0.0.0.0.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	100,87	110,96	122,06
4.2.2.1.3.0.0.1.0.0.0.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	100,87	110,96	122,06
4.2.2.1.3.0.0.1.1.0.0.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	100,87	110,96	122,06
4.2.2.1.3.0.0.1.1.03.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal -	100,87	110,96	122,06
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências de Capital	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.2.4.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.2.4.1.8.0.0.0.0.0.00.00	Transferências da União	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.2.4.1.8.10.0.0.0.0.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidade	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.2.4.1.8.10.1.0.0.0.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Úr	350.000,00	385.000,00	423.500,00
4.2.4.1.8.10.1.1.0.0.00.00	Transferências de Convênio da União para o Sistema Ú	350.000,00	385.000,00	423.500,00
Total entidade:		1.741.280,87	1.915.408,96	2.106.949,86
4 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	RECEITAS	122.250,00	134.475,00	147.922,50
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.00.00	Receitas Correntes	122.250,00	134.475,00	147.922,50
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.00.00	Receita Patrimonial	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Valores Mobiliários	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Juros e Correções Monetárias	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.3.2.1.0.0.1.0.0.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.3.2.1.0.0.1.1.0.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.3.2.1.0.0.1.1.1.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - As	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4.1.3.2.1.0.0.1.1.1.0.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - F	150,00	165,00	181,50
4.1.3.2.1.0.0.1.1.1.0.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - F	800,00	880,00	968,00
4.1.3.2.1.0.0.1.1.1.0.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - B	1.600,00	1.760,00	1.936,00
4.1.3.2.1.0.0.1.1.1.0.04.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - F	600,00	660,00	726,00
4.1.3.2.1.0.0.1.1.1.0.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - N	350,00	385,00	423,50
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências Correntes	117.650,00	129.415,00	142.356,50
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	102.850,00	113.135,00	124.448,50
4.1.7.1.8.0.0.0.0.0.00.00	Transferências da União - Especifica E/M	102.850,00	113.135,00	124.448,50
4.1.7.1.8.04.0.0.0.0.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	102.850,00	113.135,00	124.448,50
4.1.7.1.8.04.1.0.0.0.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	102.850,00	113.135,00	124.448,50
4.1.7.1.8.04.1.1.0.0.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúd	102.850,00	113.135,00	124.448,50
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Transf. Rec.do FNAS - Principal - Bolsa Família	16.000,00	17.600,00	19.360,00
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Transf. Rec.do FNAS - Principal - GSUAS	41.425,00	45.567,50	50.124,25
4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00	Transf. Rec.do FNAS - Principal - Piso Básico Fixo	45.425,00	49.967,50	54.964,25
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.7.2.8.0.0.0.0.0.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.7.2.8.99.0.0.0.0.00.00	Outras Transferências dos Estados	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.7.2.8.99.1.0.0.0.00.00	Outras Transferências dos Estados	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.7.2.8.99.1.1.0.0.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.7.4.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas	3.600,00	3.960,00	4.356,00
4.1.7.4.0.0.1.0.0.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas	3.600,00	3.960,00	4.356,00
4.1.7.4.0.0.1.1.0.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal	3.600,00	3.960,00	4.356,00
4.1.7.4.0.0.1.1.01.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal - FI	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.7.4.0.0.1.1.02.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Principal - P	2.500,00	2.750,00	3.025,00
4.1.7.7.0.0.0.0.0.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	1.200,00	1.320,00	1.452,00
4.1.7.7.0.0.1.0.0.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	1.200,00	1.320,00	1.452,00
4.1.7.7.0.0.1.1.0.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	1.200,00	1.320,00	1.452,00
4.1.7.7.0.0.1.1.01.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal - FIA	600,00	660,00	726,00
4.1.7.7.0.0.1.1.02.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal - P	600,00	660,00	726,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	1.100,00	1.210,00	1.331,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Data: 10/09/2019

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
<b>4 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO</b>			
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00 Restituições	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00 Outras Restituições	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00 Outras Restituições	1.100,00	1.210,00	1.331,00
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00 Outras Restituições - Principal	1.100,00	1.210,00	1.331,00
Total entidade:	122.250,00	134.475,00	147.922,50
Total geral:	21.437.830,75	23.600.545,67	25.913.881,23

NILDO MELMESTET  
PREFEITO MUNICIPALMARCO ANTONIO ALVES VALENTE  
CONTADOR CRC 042119/0-9

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/1  
 Data: 10/09/2019

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Programa	R\$ 1,00		
	2020	2021	2022
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>			
0000 Operações Especiais	247.000,00	271.700,00	298.870,00
0002 Gestão Administrativa Superior	691.500,00	778.371,82	809.489,99
0003 Administração Geral	2.678.669,27	2.946.536,20	3.241.189,82
0004 Serviços de Utilidade Pública	107.750,00	118.525,00	130.377,50
0005 Educando no Presente para Construir Futuro Melhor	6.223.425,95	6.846.978,53	7.531.676,39
0007 Saneamento Básico	586.157,05	644.772,76	709.250,04
0008 Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário	1.015.430,73	1.116.973,80	1.228.671,18
0009 Assistência Social em Ação	160.500,00	176.550,00	194.205,00
0010 Infra-Estrutura e Serviços Urbanos	531.000,00	584.100,00	642.510,00
0011 Manutenção e Melhorias das Estradas Vicinais	1.901.800,00	2.091.980,00	2.301.178,00
0012 Esporte é Vida	375.750,00	413.325,00	454.657,50
0013 Desenvolvimento Cultural e Turístico	597.000,00	656.700,00	722.370,00
0014 Meio Ambiente	26.500,00	29.150,00	32.065,00
9999 Reserva de Contingência	15.000,00	16.500,00	18.150,00
Total da entidade:	15.157.483,00	16.692.163,11	18.314.660,42
<b>2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO</b>			
0006 Saúde Priorizada	4.653.907,19	5.119.297,92	5.631.227,72
Total da entidade:	4.653.907,19	5.119.297,92	5.631.227,72
<b>4 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO</b>			
0009 Assistência Social em Ação	587.900,00	646.690,00	711.359,00
Total da entidade:	587.900,00	646.690,00	711.359,00
<b>5 - CAMARA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>			
0001 Processo Legislativo	1.038.540,56	1.142.394,64	1.256.634,09
Total da entidade:	1.038.540,56	1.142.394,64	1.256.634,09
Total geral:	21.437.830,75	23.600.545,67	25.913.881,23

NILDO MELMESTET  
 PREFEITO MUNICIPAL

MARCO ANTONIO ALVES VALENTE  
 CONTADOR CRC 042119/0-9

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Página: 1/2  
Data: 10/09/2019

Especificação	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>17.528.623,77</b>	<b>18.023.889,52</b>	<b>18.202.264,13</b>	<b>21.082.729,88</b>	<b>23.209.934,71</b>	<b>25.484.209,17</b>
Receita Tributária	1.062.236,11	1.524.908,88	1.571.018,11	1.952.367,09	2.147.603,81	2.362.364,23
Receita de Contribuição	147.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	124.329,69	240.393,33	86.780,94	62.748,26	69.023,09	75.925,40
Aplicações Financeiras (II)	123.329,69	240.393,33	86.780,94	62.748,26	69.023,09	75.925,40
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	15.032.145,58	15.336.797,82	15.582.468,93	18.227.414,53	20.050.155,98	22.055.171,56
Demais receitas correntes	1.162.912,39	921.789,49	961.996,15	840.200,00	943.151,83	990.747,98
Outras receitas financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas correntes restantes	1.162.912,39	921.789,49	961.996,15	840.200,00	943.151,83	990.747,98
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)</b>	<b>17.405.294,08</b>	<b>17.783.496,19</b>	<b>18.115.483,19</b>	<b>21.019.981,62</b>	<b>23.140.911,62</b>	<b>25.408.283,77</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (V)</b>	<b>1.009.000,00</b>	<b>917.283,80</b>	<b>362.878,54</b>	<b>355.100,87</b>	<b>390.610,96</b>	<b>429.672,06</b>
Operações de Crédito (VI)	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos	0,00	23.989,14	2.124,01	2.100,87	2.310,96	2.542,06
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	23.989,14	2.124,01	2.100,87	2.310,96	2.542,06
Transferência de Capital	9.000,00	893.294,66	360.754,53	353.000,00	388.300,00	427.130,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (XI) = (V-VI-VII-VIII-IX-X)</b>	<b>9.000,00</b>	<b>917.283,80</b>	<b>362.878,54</b>	<b>355.100,87</b>	<b>390.610,96</b>	<b>429.672,06</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (XII) = (IV+XI)</b>	<b>17.414.294,08</b>	<b>18.700.779,99</b>	<b>18.478.361,73</b>	<b>21.375.082,49</b>	<b>23.531.522,58</b>	<b>25.837.955,83</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (XIII)</b>	<b>16.507.623,77</b>	<b>17.066.124,31</b>	<b>17.475.869,60</b>	<b>20.441.022,10</b>	<b>22.486.334,32</b>	<b>24.734.967,74</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.305.417,75	9.545.417,49	9.573.512,06	11.870.933,65	13.058.027,02	14.363.829,71
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	85.000,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.650,00	1.815,00
Outras Despesas Correntes	7.117.206,02	7.519.206,82	7.900.857,54	8.568.588,45	9.426.657,30	10.369.323,03
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)</b>	<b>16.422.623,77</b>	<b>17.064.624,31</b>	<b>17.474.369,60</b>	<b>20.439.522,10</b>	<b>22.484.684,32</b>	<b>24.733.152,74</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XVI)</b>	<b>2.025.000,00</b>	<b>1.870.049,01</b>	<b>1.084.273,07</b>	<b>981.808,65</b>	<b>1.097.711,35</b>	<b>1.160.763,49</b>
Investimentos	1.818.500,00	1.864.049,01	1.077.773,07	975.308,65	1.090.561,35	1.152.898,49
Inversões Financeiras	1.500,00	4.500,00	5.000,00	5.000,00	5.500,00	6.050,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.500,00	4.500,00	5.000,00	5.000,00	5.500,00	6.050,00
Amortização da Dívida (XX)	205.000,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.650,00	1.815,00

Página: 2/2  
Data: 10/09/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário  
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Especificação	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Amortização da Dívida (XX)	205.000,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.650,00	1.815,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XXI) = (XVI+XVII - XVIII - XIX - XX)	1.820.000,00	1.868.549,01	1.082.773,07	980.308,65	1.096.061,35	1.158.948,49
RESERVA LEGAL RPPS (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIII)	5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	16.500,00	18.150,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XXIV)=(XV+XXI+XXII+XXIII)	18.247.623,77	18.938.173,32	18.562.142,67	21.434.830,75	23.597.246,67	25.910.251,23
RESULTADO PRIMÁRIO (XII-XXIV)	(833.329,69)	(237.393,33)	(83.780,94)	(59.748,26)	(65.723,09)	(72.295,40)

NILDO MELMESTET  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCO ANTONIO ALVES VALENTE  
CONTADOR CRC 042119/0-9

# Brusque

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005-2019

Publicação Nº 2212468

**PREGÃO nº 005/2019**  
**Processo Licitatório nº 005/2019**

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE RAÇÃO**.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **25/11/2019, às 13:30min.**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 01/11/2019

**JOÃO ROBERTO BEUTING**  
Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026-2019**

Publicação Nº 2212469

**PREGÃO nº 017/2019**  
**Processo Licitatório nº 026/2019**

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SANTA LUZIA**.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **14/11/2019, às 13h30min.**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 01/11/2019

**HUMBERTO MARTINS FORNARI**  
Secretaria de Saúde

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027-2019**

Publicação Nº 2212470

**PREGÃO nº 018/2019**  
**Processo Licitatório nº 027/2019**

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE**.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **18/11/2019, às 13:30min.**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 01/11/2019

**HUMBERTO MARTINS FORNARI**  
Secretaria de Saúde

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159-2019**

Publicação Nº 2212471

**PREGÃO nº 119/2019**  
**Processo Licitatório nº 159/2019**

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOTENS DE IDENTIFICAÇÃO DE PONTOS DE INTERESSE PADRÃO DO MUNICÍPIO**.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **20/11/2019, às 13:30min.**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 01/11/2019

**ANDREA PATRICIA VOLKMANN**  
Departamento Geral de Infraestrutura

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160-2019**

Publicação Nº 2212479

**PREGÃO nº 120/2019**  
**Processo Licitatório nº 160/2019**

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE PISO PORCELANATO E REVESTIMENTO**.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **19/11/2019, às 13:30min**.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 01/11/2019

**ANDREA PATRICIA VOLKMANN**  
Departamento Geral de Infraestrutura

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161-2019**

Publicação Nº 2212481

**PREGÃO nº 121/2019**  
**Processo Licitatório nº 161/2019**

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA**.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **22/11/2019, às 13:30min**.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 01/11/2019

**RICARDO JOSÉ DE SOUZA**  
Departamento Geral de Infraestrutura

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162-2019**

Publicação Nº 2212482

PREGÃO nº 122/2019  
Processo Licitatório nº 162/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA JARDINAGEM.  
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 21/11/2019, às 13:30min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 01/11/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Departamento Geral de Infraestrutura

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165-2019**

Publicação Nº 2212483

PREGÃO nº 123/2019  
Processo Licitatório nº 165/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE VIGA DE FERRO.  
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/11/2019, às 13:30min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 01/11/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Departamento Geral de Infraestrutura

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166-2019**

Publicação Nº 2212484

PREGÃO nº 124/2019  
Processo Licitatório nº 166/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE CIMENTO ASFÁLTICO CP E ASFALTO DILUÍDO CM-30.  
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 26/11/2019, às 13:30min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.atende.net](http://www.brusque.atende.net) 01/11/2019

ANDREA PATRICIA VOLKMANN  
Departamento Geral de Infraestrutura

**PORTARIA Nº 2284-2019**

Publicação Nº 2212485

PORTARIA Nº 2284/2019, de 31 de outubro de 2019.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Sindicância nº 034/2019, instaurado pela Portaria nº 1948/2019 e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Considerando o decurso de tempo junto às diligências, verificações, análises e vistorias, inerentes ao feito em questão;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância nº 034/2019, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante ocorrência / denúncia constante junto ao Protocolo Geral nº 9303/2019, de 31/05/2019; e anexos para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; objetivando apurar autoria e materialidade; efetivar providências determinadas; bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial,

aos dispositivos: art. 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); e art. 188, I (crime contra a Administração Pública); IV (improbidade administrativa); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2019 – CONCORRÊNCIA Nº 02/2019

Publicação Nº 2212495

#### ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO

Reuniram-se no dia 31/10/2019 às 14h15min., no auditório da Prefeitura da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 8.367/2019, do dia 16 de setembro de 2019, para abertura e julgamento da sessão pública para análise de habilitação das empresas participantes da sessão de abertura da Concorrência 02/2019, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SALAS PRÉ-FABRICADAS DO TIPO MODULAR PARA O MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Registra-se a presença das representantes do Observatório Social Srtas. Aline Wetiuk e Bruna Bento. Registra-se que o membro da Comissão Especial de Licitação, Sr. Daniel Pereira Rafaeli Filho, não se fez presente devido a compromissos profissionais assumidos anteriormente. Protocolaram a documentação as empresas Pacífico Sul Service Eireli, Atlântico Sul Espaço Modulares Ltda ME, Construtora WDD Ltda, Usingá Implementos Ltda EPP e Front Estruturas Eireli EPP. Após a abertura da Sessão pelo presidente da comissão e análise da documentação apresentada, a comissão resolveu por credenciar todas empresas. Passado para a fase de Habilitação, após a análise e julgamento dos documentos pela comissão, foi aberta a palavra aos prepostos, onde a empresa Atlântico Sul Espaço Modulares Ltda ME, pontuou que a empresa Usingá Implementos não anexou contrato com um profissional Engenheiro Civil ou declarou que iria contratar; que as empresas Construtora WDD Ltda e a empresa Pacífico Sul Service Eireli não possuem inscrição estadual, não podendo emitir Nota Fiscal de venda. Ainda apontou que a empresa Construtora WDD Ltda não faz construção modular, somente painelizada. A empresa Pacífico Sul Service Eireli pontuou que a empresa Atlântico Sul apresentou atestado de Capacidade Técnica não vinculado ao CREA e sem carimbo do órgão, pontuou também que a Certidão do CREA perdeu a validade uma vez que ocorreu alteração no Contrato Social e que esta não foi encaminhada ao CREA; que a empresa Usingá Implementos possui como responsável técnico somente profissional Engenheiro Mecânico, não possuindo Engenheiro Civil, e também que a mesma possui somente Atestado de Capacidade Técnica em Container; que a empresa Front Estruturas Eireli possui em seu objeto social apenas montagem de estruturas temporárias e ainda que não possui como responsável técnico Engenheiro Civil. A comissão decidiu por suspender a sessão para análise reservada da documentação e apontamentos dos prepostos das empresas participantes, bem como realização de diligências. Após análise da documentação será lavrada nova ata e esta será enviada aos participantes e publicada no Diário Oficial dos Municípios. Será aberto o prazo para recursos de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de publicação da nova Ata no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão às 17h30min., cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado pelos membros da Comissão Especial de Licitação, bem como os presentes na sessão pública.

Emerson Schmidt

Presidente

Carine Marcon

Membro

Pacífico Sul Service Eireli

Atlântico Sul Espaço Modulares Ltda ME

Construtora WDD Ltda

Usingá Implementos Ltda EPP

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 13/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019 - FMS

Publicação Nº 2212128

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 13/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019 - FMS - REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA-CORPO PARA ADEQUAÇÕES NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL, FARMÁCIA MUNICIPAL E DEMAIS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. FORNECEDOR: GABRIEL FARY- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.517.454/0001-90, com sede na cidade de Porto União, PR, neste ato representada pelo Sr. GABRIEL FARY brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 003.761.669-24, residente e domiciliado no município de Porto União, PR. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Alessandro Luis Ribeiro.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17/10/2019	1	70015 - Fornecimento e instalação de cerca retangular Fixado em perfil de ferro 20x30 cm, na espessura 2,25 mm, com fundo anticorrosivo para galvanizado e duas demãos de esmalte sintético aplicado na pistola	M	300	193,00	57.900,00
17/10/2019	4	70015 - Fornecimento e instalação de cerca retangular Fixado em perfil de ferro 20x30 cm, na espessura 2,25 mm, com fundo anticorrosivo para galvanizado e duas demãos de esmalte sintético aplicado na pistola	M	900	193,00	173.700,00
Total						231.600,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 14/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2019 - FMS

Publicação Nº 2212131

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 14/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2019 - FMS - REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA-CORPO PARA ADEQUAÇÕES NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL, FARMÁCIA MUNICIPAL E DEMAIS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. FORNECEDOR: CONSTRUTORA CIVILE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.492.368/0001-10, com sede na cidade de Videira, SC, neste ato representada pelo Sr. ANDRÉ VAILATTI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 059.447.949-50, residente e domiciliada no município de Videira, SC. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Alessandro Luis Ribeiro.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17/10/2019	2	70016 - Fornecimento e instalação de Corrimão, aço INOX AISI, 304 com certificação de produto quanto a composição química Polido, em tubo mecânico com diâmetro de 50 mm, espessura mínima de 1,20 mm, redondo com conexões Ø50mm, espessura 2,0mm, seguindo a IN 009/DAT/CBMSC	M	300	278,00	83.400,00
17/10/2019	3	70017 - Fornecimento e instalação Guarda-Corpo, em aço Inox AISI 304 com certificação de produto quanto a composição química Polido, em tubo mecânico com diâmetro de 50 mm espessura mínima de 1,20 mm, redondo, com conexões Ø50mm, espessura de 2,0mm, seguindo a IN 009/DAT/CBMSC	M	300	387,00	116.100,00
17/10/2019	6	70017 - Fornecimento e instalação Guarda-Corpo, em aço Inox AISI 304 com certificação de produto quanto a composição química Polido, em tubo mecânico com diâmetro de 50 mm espessura mínima de 1,20 mm, redondo, com conexões Ø50mm, espessura de 2,0mm, seguindo a IN 009/DAT/CBMSC	M	900	387,00	348.300,00
Total						547.800,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 15/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2019 - FMS

Publicação Nº 2212132

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 15/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2019 - FMS - REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA-CORPO PARA ADEQUAÇÕES NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL, FARMÁCIA MUNICIPAL E DEMAIS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. FORNECEDOR: OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.741/0001-59, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. JEAN PIERRE PIVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 004.725.889-66, residente e domiciliada no município de Caçador, SC. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Alessandro Luis Ribeiro.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17/10/2019	5	70016 - Fornecimento e instalação de Corrimão, aço INOX AISI, 304 com certificação de produto quanto a composição química Polido, em tubo mecânico com diâmetro de 50 mm, espessura mínima de 1,20 mm, redondo com conexões Ø50mm, espessura 2,0mm, seguindo a IN 009/DAT/CBMSC	M	900	275,00	247.500,00
Total						247.500,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 169/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019

Publicação Nº 2212136

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 169/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTERNAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. FORNECEDOR: MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.006.650/0001-19, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. Julio Cesar Rosseti, brasileiro, socio administrador, inscrito no CPF sob nº 923.399.596-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s): Aldo Marghotti.

Data Adjudicaç	Lote	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
30/08/2019	1	1	70044 - Manutenção Mecânica no Veículo Kombi Volkswagen MHL - 8386 (2010)	R\$	11.000	1,00	11.000,00
30/08/2019	5	14	70057 - Manutenção Mecânica QIP - 9834 Ônibus Mercedes	R\$	6.000	1,00	6.000,00
Total							17.000,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 170/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019

Publicação Nº 2212140

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 170/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.047.599/0001-32, com sede na cidade de União da Vitória, PR, neste ato representada pelo Sr. ODIRLEI DOZORSKI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 029.451.369-88, residente e domiciliado no município de União da Vitória, PR. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Sandro Dallazem.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid-med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
10/10/2019	13	70178 - Toner Compatível CF 218A	UN	CHINA MATE	50	46,50	2.325,00
10/10/2019	19	70184 - Toner Compatível XEROX 3215	UN	EVOLUT	70	41,90	2.933,00
10/10/2019	21	70186 - Toner Compatível D 111S	UN	CHINA MATE	160	42,90	6.864,00
10/10/2019	26	70191 - Toner Compatível 255ª	UN	EVOLUT	50	59,90	2.995,00
10/10/2019	43	70208 - Cartucho HP 662P COMPATÍVEL	UN	HP	120	45,00	5.400,00
10/10/2019	44	70209 - Cartucho HP 662C COMPATÍVEL	UN	HP	120	45,00	5.400,00
10/10/2019	47	70212 - Cartucho HP 664P COMPATÍVEL	UN	HP	120	45,00	5.400,00
10/10/2019	48	70213 - Cartucho HP 664C COMPATÍVEL	UN	HP	100	45,00	4.500,00
10/10/2019	62	70227 - Cartucho CANON 41 COLOR COMPATÍVEL	UN	CHINA MATE	50	79,00	3.950,00
10/10/2019	63	70228 - Cartucho CANON 145 BLACK COMPATÍVEL	UN	CHINA MATE	50	81,00	4.050,00

10/10/2019	66	70231 - Tambor SAMSUNG M2885FW	UN	CHINA MATE	70	46,00	3.220,00
10/10/2019	67	70232 - Cartucho CANON 210 BLACK COMPATÍVEL	UN	CHINA MATE	20	71,90	1.438,00
Total						48.475,00	

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 171/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019

Publicação Nº 2212141

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 171/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. FORNECEDOR: WP DO BRASIL LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.483.808/0001-28, com sede na cidade de Mandaguari, PR, neste ato representada pela Sra. CARLA CRISTINA PEDRONE FACHINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 024.538.179-14, residente e domiciliada no município de Mandaguari, PR. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Sandro Dallazem.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
10/10/2019	1	70166 - Recarga de Toner 2612A	UN	WP DO BRASIL	110	18,95	2.084,50
10/10/2019	2	70167 - Recarga de Toner 435A	UN	WP DO BRASIL	50	18,95	947,50
10/10/2019	3	70168 - Recarga de Toner 436A	UN	WP DO BRASIL	310	18,95	5.874,50
10/10/2019	4	70169 - Recarga de Toner 5949A	UN	WP DO BRASIL	100	22,95	2.295,00
10/10/2019	5	70170 - Recarga de Toner 278A	UN	WP DO BRASIL	140	18,95	2.653,00
10/10/2019	6	70171 - Recarga de Toner 280A	UN	WP DO BRASIL	200	22,95	4.590,00
10/10/2019	7	70172 - Recarga de Toner 283A	UN	WP DO BRASIL	250	18,95	4.737,50
10/10/2019	8	70173 - Recarga de Toner 285A	UN	WP DO BRASIL	910	18,95	17.244,50
10/10/2019	9	70174 - Recarga de Toner 505A	UN	WP DO BRASIL	150	25,00	3.750,00
10/10/2019	28	70193 - Toner Remanufaturado 278A	UN	WP DO BRASIL	50	19,50	975,00
10/10/2019	29	70194 - Toner Remanufaturado 280A	UN	WP DO BRASIL	50	26,35	1.317,50
10/10/2019	30	70195 - Toner Remanufaturado 283A	UN	WP DO BRASIL	50	19,50	975,00
10/10/2019	31	70196 - Toner Remanufaturado 285A	UN	WP DO BRASIL	180	19,50	3.510,00
Total						50.954,00	

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 172/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019

Publicação Nº 2212144

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 172/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. FORNECEDOR: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.716.048/0001-94, com sede na cidade de Rio Negrinho, SC, neste ato representada pelo Sr. JULIANO HASSELMANN, brasileiro, procurador, inscrito no CPF sob o nº 089.760.449-08, residente e domiciliado no município de Rio Negrinho, SC. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Sandro Dallazem.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
10/10/2019	49	70214 - Cartucho HP 950 BLACK ORIGINAL	UN	HP	100	104,50	10.450,00
10/10/2019	50	70215 - Cartucho HP 951 CIAN ORIGINAL	UN	HP	100	80,50	8.050,00
10/10/2019	51	70216 - Cartucho HP 951 YELLOW ORIGINAL	UN	HP	100	80,50	8.050,00
10/10/2019	52	70217 - Cartucho HP 951 MAGENTA ORIGINAL	UN	HP	100	80,50	8.050,00
10/10/2019	57	70222 - MOH54A Recipiente de Tinta ORIGINAL CIANO	UN	HP	50	35,00	1.750,00
10/10/2019	58	70223 - MOH55A Recipiente de Tinta ORIGINAL MAGENTA	UN	HP	50	35,00	1.750,00
10/10/2019	59	70224 - MOH56A Recipiente de Tinta ORIGINAL YELLOW	UN	HP	50	35,00	1.750,00
10/10/2019	60	70225 - MOH57A Recipiente de Tinta ORIGINAL BLACK	UN	HP	50	35,00	1.750,00
Total						41.600,00	

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 173/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019**

Publicação Nº 2212154

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 173/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.518.341/0001-59, com sede na cidade de Herval D'Oeste, SC, neste ato representada pelo Sr. LUCIANO PILATTI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 021.948.939-46, residente e domiciliado no município de Herva D'Oeste, SC. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Sandro Dallazem.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
10/10/2019	49	70214 - Cartucho HP 950 BLACK ORIGINAL	UN	HP	100	104,50	10.450,00
10/10/2019	50	70215 - Cartucho HP 951 CIAN ORIGINAL	UN	HP	100	80,50	8.050,00
10/10/2019	51	70216 - Cartucho HP 951 YELLOW ORIGINAL	UN	HP	100	80,50	8.050,00
10/10/2019	52	70217 - Cartucho HP 951 MAGENTA ORIGINAL	UN	HP	100	80,50	8.050,00
10/10/2019	57	70222 - MOH54A Recipiente de Tinta ORIGINAL CIANO	UN	HP	50	35,00	1.750,00
10/10/2019	58	70223 - MOH55A Recipiente de Tinta ORIGINAL MAGENTA	UN	HP	50	35,00	1.750,00
10/10/2019	59	70224 - MOH56A Recipiente de Tinta ORIGINAL YELLOW	UN	HP	50	35,00	1.750,00
10/10/2019	60	70225 - MOH57A Recipiente de Tinta ORIGINAL BLACK	UN	HP	50	35,00	1.750,00
Total						41.600,00	

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 174/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019**

Publicação Nº 2212156

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 174/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. FORNECEDOR: NM TECH COMERCIO E SERVICOS DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.762.124/0001-00, com sede na cidade de Hortolândia, SP, neste ato representada pela Sra. ELAINE TERESINHA DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 029.607.488.83, residente e domiciliada no município de Hortolândia, SP. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Sandro Dallazem.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
10/10/2019	12	70177 - Toner Compatível CF 226A	UN	700	44,00	30.800,00
10/10/2019	41	70206 - Cartucho HP 122P COMPATÍVEL	UN	120	38,00	4.560,00
Total						35.360,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 175/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2019**

Publicação Nº 2212160

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 175/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS VETERINÁRIOS DESTINADOS AO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL MARIA ALVES, PARA ATENDIMENTO DE CÃES E GATOS DE RUA OU PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO E RISCO À VIDA. FORNECEDOR: DE CESARO E KASECTARI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.850.668/0001-99, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. GUSTAVO DE CESARO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 076.807.929-25, residente e domiciliado no município de Caçador, SC. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Amanda de Almeida Kirschner.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
16/10/2019	1	32421 - CONSULTA HORÁRIO NORMAL	SV	30	90,00	2.700,00
16/10/2019	2	36041 - CONSULTA HORÁRIO ESPECIAL	SV	50	150,00	7.500,00
16/10/2019	3	36042 - RADIOGRAFIA DUPLA EXPOSIÇÃO	SV	50	135,00	6.750,00
16/10/2019	4	23074 - HEMOGRAMA	UN	50	40,00	2.000,00
16/10/2019	5	65162 - BIOQUÍMICO POR ENZIMA	UN	50	30,00	1.500,00
16/10/2019	6	65163 - ULTRASSONOGRAFIA	UN	40	120,00	4.800,00
16/10/2019	7	65164 - AMPUTAÇÃO DE MEMBRO ANTERIOR	UN	15	800,00	12.000,00
16/10/2019	8	65165 - AMPUTAÇÃO DE MEMBRO POSTERIOR	UN	15	800,00	12.000,00
16/10/2019	9	32271 - EUTANÁSIA EUTANÁSIA	SV	30	150,00	4.500,00
16/10/2019	10	1942 - FLUIDOTERAPIA	SV	60	95,00	5.700,00
16/10/2019	11	32424 - Imobilização com gesso ou muleta até 10 kg	SV	20	35,00	700,00

16/10/2019	12	32425 - Imobilização com gesso ou muleta de 10 kg a 20 kg	SV	20	45,00	900,00
16/10/2019	13	32426 - Imobilização com gesso ou muleta acima de 20 kg	SV	20	55,00	1.100,00
16/10/2019	14	36044 - REDUÇÃO DE PROTUSÃO DE GLOBO OCULAR	SV	15	600,00	9.000,00
16/10/2019	15	39681 - CESARIANA COM OVARIOHISTERECTOMIA	UN	20	600,00	12.000,00
16/10/2019	16	36045 - OVARIOHISTERECTOMIA FELINA	UN	20	320,00	6.400,00
16/10/2019	17	36046 - OVARIOHISTERECTOMIA CANINA	UN	20	420,00	8.400,00
16/10/2019	18	36047 - ORQUIECTOMIA FELINA	UN	15	170,00	2.550,00
16/10/2019	19	36048 - ORQUIECTOMIA CANINA	UN	15	220,00	3.300,00
16/10/2019	20	36049 - MASTECTOMIA PARCIAL	SV	10	800,00	8.000,00
16/10/2019	21	36050 - MASTECTOMIA TOTAL UNILATERAL	SV	10	1.120,00	11.200,00
16/10/2019	22	39682 - PIOMETRA	UN	15	700,00	10.500,00
16/10/2019	23	39431 - CIRURGIA DE TECIDOS MOLES DE BAIXA COMPLEXIDADE	SV	20	450,00	9.000,00
16/10/2019	24	39432 - CIRURGIA DE TECIDOS MOLES DE MÉDIA COMPLEXIDADE	SV	15	600,00	9.000,00
16/10/2019	25	39683 - CIRURGIA DE TECIDOS MOLES DE ALTA COMPLEXIDADE	SV	15	800,00	12.000,00
16/10/2019	26	32089 - DIARIA DE INTERNAMENTO	SV	200	50,00	10.000,00
16/10/2019	27	35474 - SEDAÇÃO SEDAÇÃO	SV	50	60,00	3.000,00
16/10/2019	28	36052 - LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE FERIMENTOS LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE FERIMENTOS	UN	20	50,00	1.000,00
16/10/2019	29	36053 - CURATIVO SIMPLES	UN	20	15,00	300,00
16/10/2019	30	36054 - CURATIVO COMPLEXO	UN	20	50,00	1.000,00
16/10/2019	31	68034 - SUTURA DE FERIMENTOS CUTÂNEOS	SV	30	200,00	6.000,00
Total						184.800,00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 176/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2019

Publicação Nº 2212161

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 176/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. FORNECEDOR: INOVA LOCAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.718.779/0001-64, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pela Sra. JOCI DE FATIMA GOMES DE CAMPOS, brasileira, casada, sócia administrativa, inscrita no CPF sob o nº 020.723.289-00, residente e domiciliada no município de Caçador, SC. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da mesma. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Rubens Jofre Goes.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
25/10/2019	1	66254 - LOCAÇÃO DE COMPACTADOR DE PERCUSSÃO, MO-DELO SAPO MANUAL	DI	60	160,00	9.600,00
25/10/2019	2	70420 - Locação de perfurador de solo manual, com opção de broca 15,20 e 30 cm	DI	60	130,00	7.800,00
25/10/2019	3	70421 - Locação de acabadora para piso com disco de flotação 36"	DI	60	250,00	15.000,00
25/10/2019	4	66258 - LOCAÇÃO DE MARTELO DEMOLIDOR 7KG MANUAL	DI	60	130,00	7.800,00
25/10/2019	5	66260 - LOCAÇÃO DE MARTELO DEMOLIDOR 11KG MANUAL	DI	60	135,00	8.100,00
25/10/2019	6	66264 - LOCAÇÃO DE MARTELO DEMOLIDOR 32KG MANUAL	DI	60	150,00	9.000,00
25/10/2019	7	66265 - LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA 3.500 A 5.500 KVA	DI	80	140,00	11.200,00
25/10/2019	8	66266 - LOCAÇÃO DE ANDAIMES TUBULARES METAL 1,5 X 1,0 ATÉ 6 METROS, COM TRAVAS	PEÇA	200	25,00	5.000,00
25/10/2019	9	61654 - LOCAÇÃO DE RÉGUA VIBRATÓRIA 2,40 METROS	DI	40	140,00	5.600,00
25/10/2019	11	70043 - LOCAÇÃO DE ACABADORA DE PISO PEQUENA CT24 TIPO BAILARINA	DI	40	200,00	8.000,00
Total						87.100,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº 12/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2211790

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº 12/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 01/2019 - REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS LIVRES EM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E NOS QUINTAIS SOCIAIS. CONTRATADO: THIAGO MOREIRA, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 007.468.669-09, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Caçador-SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais), ou seja, conforme descrito na Cláusula Primeira, de acordo com cada projeto a ser executado. O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, iniciando com a assinatura do mesmo findando em 18 de outubro de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidora Sra. Lucimar dos Santos sob o CPF nº 949.309.619-04.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
15/10/2019	2	69934 - Prestação de serviços para realização de projeto Projeto de Graffiti	HR	154	17,00	2.618,00
15/10/2019	4	69935 - Prestação de serviços para realização de projeto hora pedagógica Projeto de Graffiti	HR	16	17,00	272,00
Total						2.890,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019**

Publicação Nº 2211804

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019 - EXECUÇÃO DE CONTENÇÕES DO TIPO GABIÃO, DRENAGEM E MOVIMENTAÇÃO DE TERRA. CONTRATADA: CONSTRUTORA CIVILE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.492.368/0001-10, com sede na cidade de Videira, SC, neste ato representada pelo Sr. ANDRE VAILATTI, brasileiro, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 059.447.949-50, residente e domiciliado na cidade de Videira, SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 128.450,00 (cento e vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta reais), ou seja, pelo valor unitário constantes nos orçamentos analíticos apresentadas na proposta de preços. Os prazos serão: Vigência do Contrato - 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura e publicação do presente instrumento e execução - 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Luiz Carlos da Luz Antunes.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019**

Publicação Nº 2211834

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019 - EXECUÇÃO DE CONTENÇÕES DO TIPO GABIÃO, DRENAGEM E MOVIMENTAÇÃO DE TERRA. CONTRATADA: SUBMAR SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.333.709/0001-71, com sede na cidade de Porto Belo, SC, neste ato representada pelo Sr. ROGÉRIO PEDRO DA SILVA, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 090.226.208-40, residente e domiciliado na cidade de Porto Belo, SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 190.950,00 (cento e noventa mil e novecentos e cinquenta reais), ou seja, pelo valor unitário constantes nos orçamentos analíticos apresentadas na proposta de preços. Os prazos serão: Vigência do Contrato - 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura e publicação do presente instrumento e execução - 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Luiz Carlos da Luz Antunes.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
24/10/2019	2	70098 - Drenagem e Movimentação de Terra (conforme projeto e especificações técnicas do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC)	R\$	1	190.950,00	190.950,00
Total						190.950,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019**

Publicação Nº 2211866

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019 – FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019 – FMS - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA HIDRÁULICA PARA ACESSIBILIDADE, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC. CONTRATADA: METALURGICA ASCURRA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 01.652.937/0001-04, com sede na cidade de Ascurra, SC, neste ato representado pelo Sr. EDSON MARLON BRANDES, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 692.989.47-68, residente e domiciliado em Ascurra, SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$40.000,00 (quarenta mil reais). Os prazos serão: Vigência do Contrato - 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura e publicação do presente instrumento e entrega e Instalação – Até 120 (cento e vinte dias), contados do recebimento da Autorização de fornecimento. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidor (a) Cesar Augusto Morais Junior.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 11/2019**

Publicação Nº 2211887

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 11/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM CARDIOLOGIA. CONTRATADA: CARDINTERV CENTRO DE INTERVENÇÃO CARDIOVASCULAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 32.682.620/0001-44, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo Sr. MATEUS FREZZA DE OLIVEIRA, brasileiro, médico, inscrito no CPF sob nº 006.983.700-74, residente e domiciliado em Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). A CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de atendimentos realizados durante o mês, sendo que o valor a ser pago por consulta será de R\$ 70,00 (setenta reais), e o valor mensal corresponde a 2.000 (dois mil) atendimentos, divididos proporcionalmente entre os profissionais credenciados; O presente Contrato tem o prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste e findando em 10 de outubro de 2020, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. O CONTRATADO iniciará os serviços imediatamente após emissão da primeira autorização de fornecimento parcelada, com tolerância máxima de 05 (cinco) dias úteis para realização das consultas. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) Aires Roberta da Rosa Brandalise.

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	DESCRIÇÃO
01	1.000	70,00	SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM CARDIOLOGIA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019 - INEXIGIBILIDADE 05/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 12/2019**

Publicação Nº 2211897

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019 - INEXIGIBILIDADE 05/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 12/2019 - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALISTAS NA ÁREA DE ORTOPEDIA. CONTRATADA: PAULO M. M. MORAES - MEDICO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 30.320.807/0001-72, com sede na cidade de São Paulo, SP, neste ato representado pelo Sr. PAULO MARTINS MARTON MORAES, brasileiro, médico, inscrito no CPF sob nº 411.745.918-03, residente e domiciliado em São Paulo, SP. A CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de atendimentos realizados durante o mês, sendo que o valor a ser pago por consulta será de R\$ 70,00 (setenta reais), e o valor mensal corresponde ao número de atendimentos comprovadamente efetuados, num total de até 165 (cento e sessenta e cinco) atendimentos, divididos proporcionalmente entre os profissionais credenciados; O presente Contrato tem o prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste e findando em 24 de outubro, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado Aires Roberta da Rosa Brandalise.

Item	Material/Serviço	Quant	Valor unitário (R\$)
1	CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ORTOPEDIA	1.000	70,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 99/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº 12/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2211774

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 99/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº 12/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 01/2019 - REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS LIVRES EM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E NOS QUINTAIS SOCIAIS. CONTRATADO: MARIA MOREIRA VOGHER, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 506.164.989-34, brasileira, casada, residente e domiciliada em Caçador-SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 1.724,00 (mil setecentos e vinte e quatro reais), ou seja, conforme descrito na Cláusula Primeira, de acordo com cada projeto a ser executado. O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, iniciando com a assinatura do mesmo findando em 18 de outubro de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do servidora Sra. Lucimar dos Santos sob o CPF nº 949.309.619-04.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
15/10/2019	1	69934 - Prestação de serviços para realização de Projeto de pintura em tecido	HR	60	17,00	1.020,00
15/10/2019	3	69935 - Prestação de serviços para realização e projeto hora pedagógica - Projeto de pintura em tecido	HR	16	17,00	272,00
15/10/2019	5	69936 - Prestação de serviços para realização de projeto – deslocamento - Projeto de pintura em tecido	KM	960	0,45	432,00
Total					1.724,00	

**DECRETO Nº 8.443**

Publicação Nº 2212226

DECRETO Nº 8.443, de 30 de outubro de 2019.

Designa servidor para exercer fiscalização de ata de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Rubens Jofre Goes para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 176/2019, vinculada ao Processo Licitatório nº 146/2019 – Pregão Presencial nº 85/2019, que tem por objeto o registro de preços para locação de equipamentos para construção civil destinados à Secretaria de Infraestrutura do Município de Caçador/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 30 de outubro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**DECRETO Nº 8.444**

Publicação Nº 2212227

DECRETO Nº 8.444, de 30 de outubro de 2019.

Designa servidor para exercer fiscalização de contratos administrativos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Luiz Carlos da Luz Antunes para exercer a fiscalização dos Contratos Administrativos nºs 101 e 102/2019, vinculados ao Processo Licitatório nº 128/2019 – Tomada de Preços nº 10/2019, cujo objeto é a execução de contenções do tipo gabião, drenagem e movimentação de terra.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 30 de outubro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**DECRETO Nº 8.445**

Publicação Nº 2211923

DECRETO Nº 8.445, de 31 de outubro de 2019.

Reabre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA :

Art. 1º Fica reaberto o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 2.121,06 (dois mil, cento e vinte um reais e seis centavos), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2007 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

20.606.26.2.70 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, Desenv. Rural e Meio Ambiente

3.3.90.00.01.64 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.121,06

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos através de Convênio 2016TR2563 – Construção da cobertura das mangueiras de arremate no complexo agropecuarista, firmado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e o Município de Caçador.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de outubro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**DECRETO Nº 8.449**

Publicação Nº 2212527

DECRETO Nº 8.449, de 31 de outubro de 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2019, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.451.17.2.45 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas .....R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no exercício corrente, na fonte de recurso TCE - 0.1.00 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de outubro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**PORTARIA Nº 31.839**

Publicação Nº 2212538

PORTARIA Nº 31.839, de 23 de outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e ainda, Decreto nº 8.100, de 11 de abril de 2019, que designa comissão permanente de processos administrativos de licitações, compras e contratos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo para apurar solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO sobre suposta pendência financeira com a pessoa física ANDREY LUCAS SCHWARTZ, referente a diferenças salariais por serviços prestados ao Município em caráter temporário como Psicólogo no projeto multidisciplinar "Prevenção à violência e promoção da saúde mental nas escolas", com contratação vinculada ao Edital nº. 04/2018 e conforme especificações contidas no Protocolo nº. 17.442/2019.

Art. 2º. DESIGNAR as Servidoras JULIANA NURILLES GARBOZZA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo e lotada na Secretaria da Administração, ANA PAULA CARDOSO DE LIMA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo e lotada na Secretaria da Administração e JOSIANE BURGER DA SILVA CRIMINACIO DE LIMA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo e lotada na Secretaria da Administração, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo nº 18/2019.

Parágrafo único. A Comissão Processante tem poderes de ampla e irrestrita investigação devendo providenciar as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo, respeitando a ampla defesa e o contraditório.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros pelo desempenho de atribuições além das de seus cargos de concurso e pela responsabilidade das funções nos termos do art. 5º do Decreto nº 8.100/2019.

Art. 4º. A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos a contar da data de publicação da portaria no órgão oficial podendo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de outubro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 31.840**

Publicação Nº 2212539

PORTARIA Nº 31.840, de 23 de outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e ainda, Decreto nº 8.100, de 11 de abril de 2019, que designa comissão permanente de processos administrativos de licitações, compras e contratos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo para apurar solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO sobre suposta pendência financeira com a pessoa física CAROLINE CITADIN, referente a diferenças salariais por serviços prestados ao Município em caráter temporário como Psicóloga no projeto multidisciplinar "Prevenção à violência e promoção da saúde mental nas escolas", com contratação vinculada ao Edital nº. 04/2018 e conforme especificações contidas no Protocolo nº. 17.443/2019.

Art. 2º. DESIGNAR as Servidoras JULIANA NURILLES GARBOZZA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo e lotada na Secretaria da Administração, ANA PAULA CARDOSO DE LIMA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo e lotada na Secretaria da Administração e JOSIANE BURGER DA SILVA CRIMINACIO DE LIMA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo e lotada na Secretaria da Administração, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo nº 17/2019.

Parágrafo único. A Comissão Processante tem poderes de ampla e irrestrita investigação devendo providenciar as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo, respeitando a ampla defesa e o contraditório.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros pelo desempenho de atribuições além das de seus cargos de concurso e pela responsabilidade das funções nos termos do art. 5º do Decreto nº 8.100/2019.

Art. 4º. A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos a contar da data de publicação da portaria no órgão oficial podendo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de outubro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 31.865**

Publicação Nº 2212541

PORTARIA Nº 31.865, de 30 de outubro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 29.309, de 03 de julho de 2018, que nomeou Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Estágios Probatórios dos Servidores aprovados em concurso público realizado pelo Município de Caçador/SC,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR a Servidora ANA PAULA SIMIONI nomeada para compor a comissão de acompanhamento e avaliação de estágio probatório da Servidora Nara Tescke De Castilho, através da Portaria 29.309, de 03 de julho de 2018, pela Servidora ADRIANA BENTO GROBE.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 30 de outubro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## **PORTARIA Nº 31.866**

Publicação Nº 2212542

PORTARIA Nº 31.866, de 30 de outubro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 29.309, de 03 de julho de 2018, que nomeou Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Estágios Probatórios de Servidora aprovada em concurso público realizado pelo Município de Caçador/SC,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR os Servidores WILLIAN SCHRODER, CANDICE VALEIDA GOLTZ e AIRES ROBERTA DA ROSA BRANSALISE, nomeados para compor a comissão de acompanhamento e avaliação de estágio probatório da Servidora Raquel Pelissari Barbosa, através da Portaria 29.309, de 03 de julho de 2018, pelos Servidores ADEMAR SCHMITZ, ADRIANA BENTO GROBE e CRISTIANE ALINE DE SANTI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 30 de outubro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 31.867**

Publicação Nº 2212543

PORTARIA Nº 31.867, de 30 de outubro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 28.224, de 19 de julho de 2017, que nomeou Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Estágios Probatórios de Servidor aprovado em concurso público realizado pelo Município de Caçador/SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º. SUBSTITUIR os Servidores ELIZABETH OLSEN e RICARDO MORAES BARBOSA, nomeados para compor a comissão de acompanhamento e avaliação de estágio probatório do Servidor Eduardo Kmeliuskas, através da Portaria 28.224, de 19 de julho de 2017, pelos Servidores ANTONIO CARLOS CASTILHO e RICARDO AZAMBUJA.

Art. 2º. O Servidor JULIO CESAR MOSCHETTA DA SILVA nomeado pela Portaria nº 28.224, de 19 de julho de 2017, permanece na comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 30 de outubro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.873**

Publicação Nº 2212544

PORTARIA Nº 31.873, de 30 de outubro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a ser pago a contar do mês de OUTUBRO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	Nível 8

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 30 de outubro de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 31.877**

Publicação Nº 2212545

PORTARIA Nº 31.877, de 31 de outubro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 30.323, de 19 de fevereiro de 2019, que nomeou Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Estágios Probatórios de Servidora aprovada em concurso público realizado pelo Município de Caçador/SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º. SUBSTITUIR as Servidoras EUNICE MISAYO UEDA, LOELY BELLAVER e SCHAYANA ZMIJEVSKI SIMAS, nomeadas para compor a comissão de acompanhamento e avaliação de estágio probatório da Servidora Suellen Aparecida Bertotto, através da Portaria 30.323, de 19 de fevereiro de 2019, pelas Servidoras ELIANE FÁTIMA ESTANISLOWSKI, SANDRA MARA AMADORI E JOSIANE BURGER DA SILVA CRIMINÁCIO DE LIMA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 31 de outubro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****ATA DA ELEIÇÃO COMPLEMENTAR PARA OS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR – IPASC, GESTÃO 2019/2022.**

Publicação Nº 2212451

ATA DA ELEIÇÃO COMPLEMENTAR PARA OS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR – IPASC, GESTÃO 2019/2022.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2019, na sede do IPASC, com a presença dos servidores Fernanda Fiorelli, presidente da comissão eleitoral, Karen Fernanda Ribeiro, membro da comissão eleitoral, Leonardo Felipe Duarte, membro da comissão eleitoral, Diala Marchi Gonçalves Bridi, presidente da mesa receptora, Michelle Eschembach, primeira mesária da mesa receptora e Jean Gustavo Brusco, segundo mesário da mesa receptora, instalou-se a mesa receptora dos votos às dez horas, conforme designado no Edital de Convocação para Eleições nº 04/2019, sendo que o servidor inativo Fernando Scolari acompanhou juntamente com os membros da comissão e a mesa receptora a abertura do processo eleitoral bem como a conferência da urna. A presidente da comissão eleitoral declarou iniciados os trabalhos. Durante a votação não houveram intercorrências. Compareceu ao IPASC o aposentado Antônio Dionizio Ribeiro, o qual é analfabeto. Diante disso, o segundo mesário fez a leitura dos nomes dos candidatos para que o mesmo pudesse fazer sua opção de voto. Às dezessete horas, a presidente da comissão eleitoral declarou encerrados os trabalhos de eleição, sendo que o servidor ativo Vitor Hugo de Lima acompanhou juntamente com os membros da comissão e a mesa receptora, o encerramento do processo eleitoral e a conferência dos lacres das urnas. O servidor acompanhou também a abertura e a contagem dos votos. Verificou-se que compareceram duzentos e quinze segurados do IPASC, passando-se à apuração, na presença da Comissão Eleitoral e da Mesa Receptora, chegando-se aos seguintes resultados por ordem de maior votação: Conselho Administrativo: Eliete Catarina D`Agostini (segurada inativa) com cinquenta e sete votos; Fernanda Fiorelli (segurada ativa) com cinquenta e seis votos; Odete Maria Rosseto Xavier Correa (segurada ativa) com vinte e nove votos; Odila Damacena Ferlin (segurada ativa) com vinte e cinco votos; Lucimar Aparecida Appi (segurada ativa) com vinte e quatro votos; Pedro Antonio Masiero (segurado inativo) com treze votos e Gilmar Martins (segurado ativo) com quatro votos. Conselho Fiscal: Fernando Scolari (segurado inativo) com sessenta e nove votos; Ailton Carlos Leite (segurado ativo) com cinquenta e oito votos; Andréa Rui Pistore (segurada ativa) com trinta e quatro votos; Terezinha Castanheiro Anciutti (segurada inativa) com vinte e cinco votos e Daniela Magueroski Corrêa (segurada ativa) com vinte e dois votos. Foram totalizados duzentos e quatorze votos, sendo para o conselho administrativo, duzentos e oito votos válidos, cinco votos nulos e um voto branco. Para o conselho fiscal, duzentos e oito votos válidos, quatro votos nulos e dois votos brancos, tudo isso conforme §1º, do artigo 13, combinado com o §3º, do artigo 14 do Regulamento das Eleições 2019 do IPASC. Nada mais havendo a tratar, a presidente da comissão eleitoral deu por encerrados os trabalhos, cujos termos ficam registrados na presente Ata que vai assinada por todos os presentes.

Fernanda Fiorelli	Karen Fernanda Ribeiro
Leonardo Felipe Duarte	Diala Marchi Gonçalves Bridi,
Michelle Eschembach	Jean Gustavo Brusco

**RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2019 – IPASC**

Publicação Nº 2211720

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2019**

Processo Licitatório nº 10/2019. Dispensa nº 04/2019. OBJETO: O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO DE ADERENCIA DAS HIPÓTESES BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR- IPASC. CONTRATADA: Lumens – Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.934.959/0001-60, com sede na Rua Frederico Guilherme Ludwig, nº 80, 1406/B, Centro, Canoas/RS. O preço total da aquisição dos serviços é de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Prazo de execução: 12 meses. Caçador, 03 de setembro de 2019.

**RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2019 – IPASC**

Publicação Nº 2211721

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2019**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2019. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS A SEREM REALIZADAS EM BENEFICIÁRIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS DE CAÇADOR (SEGURADOS ATIVOS, INATIVOS E DEPENDENTES MAIORES INVÁLIDOS), sob a gestão do IPASC CONTRATADA: MUNIR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.100.098/0001-08, com sede na Rua Anita Garibaldi, 480, apto 1004, Centro, Caçador/SC. O preço total da aquisição dos serviços é de R\$ 123.750,00 (cento e vinte e três mil setecentos e cinquenta reais). Prazo de execução: 12 meses. Caçador, 28 de outubro de 2019.

# Caibi

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 112019 FERIAS SERVIDORA MARI

Publicação Nº 2211922

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
AVENIDA PROGRESSO, 555, CAIBI, SC

PORTARIA Nº 011/2019

NEOCIR PARIZOTTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Federal nº. 8666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8883/94, RESOLVE:

Conceder férias a servidora MARI LUCIA LUNARDELLI, matrícula nº. 56-6/1, contadora desta casa, com carga horária de 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 04/01/2018 à 03/01/2019, pelo período de 20 dias consecutivos, com início dia 01/11/2019 a 20/11/2019.

Conceder ainda, 1/3 e abono pecuniário constitucional a servidora.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

E para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedida a presente.

Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, SC.

Em 31 de outubro de 2019

NEOCIR PARIZOTTI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado nesta repartição em 31 de outubro de 2019.

GILMAR PEDRO CARLESSO

Secretário da Câmara Municipal de Vereadores

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 101/2019 - PMC

Publicação Nº 2212496

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 101/2019 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 143 e 144/2019 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS MECÂNICOS DE VEÍCULOS LEVES A GASOLINA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS E GENUÍNOS), BEM COMO SERVIÇO DE GUINCHO EM REGIME DE PLANTÃO 24 (VINTE QUATRO) HORAS, 7 (SETE) DIAS DA SEMANA, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS, PARA A FROTA MUNICIPAL, AO LONGO DE 12 (DOZE) MESES, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 31/10/2019  
1ª Publicação.

### PR 106/19 - PMC

Publicação Nº 2212422

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2019-PMC - LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS LOTES 1, 3, 4, 7, 8 E 9.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS MECÂNICOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES MEDIOS A DIESEL, POR DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS E GENUÍNOS), BEM COMO SERVIÇO DE GUINCHO EM REGIME DE PLANTÃO 24 (VINTE QUATRO) HORAS, 7 (SETE) DIAS DA SEMANA, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS, PARA A FROTA MUNICIPAL, AO LONGO DE 12 (DOZE) MESES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:00 horas do dia 13 (treze) de Novembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 31 de Outubro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 105/2019 - PMC

Publicação Nº 2212417

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/2019 – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DESTINADO PARA O CONserto de MICRO TRATOR TRAMONTINI E TOBATA UTILIZADOS NA LIMPEZA E TRANSPORTE DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE TRABALHO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SEDE DA SECRETARIA DE OBRAS E EXTENSÃO DA SECRETARIA NO DISTRITO DE MONTE ALEGRE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 13 (Treze) de Novembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 31 de Outubro de 2019.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

**TERMO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA PR 96/2019 - PMC**

Publicação Nº 2212489

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DO PR 096/2019-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar que o PREGÃO 096/2019 - PMC, tendo como objeto a SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ sofreu a seguinte alteração:  
FICA SUSPENSO POR TEMPO INDETERMINADO, A ABERTURA DO CERTAME MARCADO PARA DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2019, EM VIRTUDE DE DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS NO PROCESSO @REP 19/00901380.

A NOVA DATA DE ABERTURA DO CERTAME SERÁ PUBLICADA ASSIM QUE FOR DEFINIDA.

Camboriú SC, 31 de Outubro de 2019.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO Nº 82/2019

Publicação Nº 2211580

#### ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 82/2019)

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Josiane dos Santos, membros da responsáveis pelo Processo Licitatório nº 82/2019, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de baterias para a frota da administração pública do Município de Campo Alegre – SC Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: DANNA COMERCIAL EIRELI EPP – CNPJ: 13.550.358/0001-30 e MECÂNICA TRACTOR TRUCK SEIDEL LTDA ME – CNPJ: 20.763.473/0001-58. A licitante DANNA COMERCIAL EIRELI EPP credenciou como representante na sessão a Sra. Juliane Danna, a licitante MECÂNICA TRACTOR TRUCK SEIDEL LTDA ME credenciou como representante na sessão o Sr. Alef Wilson Busch. As licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, a licitante Mecânica Tractor Truck Seidel Ltda Me comprovou enquadramento como Microempresa e a licitante Danna Comercial Eireli Epp comprovou enquadramento como Empresa de Pequeno Porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Passou-se a fase de lances, ficando definido conforme tabela.

#### ITEM 01 - Bateria 46 amperes

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
MECÂNICA TRACTOR TRUCK SEIDEL	241,67	165,00	1ª	HABILITADA
DANNA COMERCIAL EIRELI EPP	250,00	170,00	2ª	CLASSIFICADA

#### ITEM 02 - Bateria 60 amperes

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
MECÂNICA TRACTOR TRUCK SEIDEL	244,50	185,00	1ª	HABILITADA
DANNA COMERCIAL EIRELI EPP	255,00	190,00	2ª	CLASSIFICADA

#### ITEM 03 - Bateria 100 a 105 amperes

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
MECÂNICA TRACTOR TRUCK SEIDEL	440,33	355,00	1ª	HABILITADA
DANNA COMERCIAL EIRELI EPP	470,00	360,00	2ª	CLASSIFICADA

#### ITEM 04 - Bateria 150 amperes

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
MECÂNICA TRACTOR TRUCK SEIDEL	560,00	440,00	1ª	HABILITADA
DANNA COMERCIAL EIRELI EPP	580,00	450,00	2ª	CLASSIFICADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada em primeiro lugar, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa MECÂNICA TRACTOR TRUCK SEIDEL LTDA ME, foi declarada vencedora dos itens do Processo Licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 IPRECAL**

Publicação Nº 2211405

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre-SC - IPRECAL

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019 IPRECAL**  
**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de profissional habilitado para execução de perícias médicas para o IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - SC, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	350	Serviço	Perícia médica	140,00	49.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 49.000,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 18/11/2019, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 18/11/2019

HORA: 14 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre - SC.

As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	94.00	IPRECAL - Instituto de Previdência Social
Unidade	94.01	Divisão de Manutenção do IPRECAL
Função	9	Previdência Social
Subfunção	11	Administração geral
Programa	66	Instituto de Prev. Social dos Serv. Públicos do Município de Campo Alegre
Projeto	2.113	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Recurso	141	Contribuição do Servidor Ativo ao RPPS

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 07/2019 IPRECAL".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 31 de outubro de 2019.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN

Diretor Executivo do IPRECAL

**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 100/2019**

Publicação Nº 2211666

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 100/2019

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra para construção de Quadra Esportiva, na localidade de Bateias de Cima, neste Município. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Valor máximo fixado: R\$ 139.398,14. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 21/11/2019, 9 horas, no prédio da Prefeitura Municipal. Os interessados poderão obter o edital no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre - SC, 31 de outubro de 2019. Lucilaine Mókfa Schwarz. Secretária Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 12.339 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211555

DECRETO Nº 12.339 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.1011 -	Despesas Correntes	
310000.00.1011 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.1011 -	Aplicações Diretas	
319011.00.1011 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 20.000,00
319016.00.1011 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
319113.00.1011 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 20.000,00
330000.00.1011 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.1011 -	Aplicações Diretas	
339046.00.1011 -	Auxílio Alimentação – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 46.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de outubro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
31 de outubro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 12.340 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212245

DECRETO Nº 12.340 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.413,53 (treze mil, quatrocentos e treze reais, cinquenta e três centavos), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 13.413,53

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
400000.00.0896 -	Despesas de Capital	
440000.00.0896 -	Investimentos	
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.0896 -	Obras e Instalações	R\$ 13.413,53

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 31 de outubro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 12.341 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2212304

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.341 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso III do art. 11 Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS	
300000.00.0961 -	Despesas Correntes	
330000.00.0961 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0961 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0961 -	Material de Consumo	R\$ 21.100,00
339039.00.0961 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
400000.00.0961 -	Despesas de Capital	
440000.00.0961 -	Investimentos	
449000.00.0961 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0961 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 6.900,00
	Total	R\$ 33.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
31 de outubro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 12.342 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2212352

DECRETO Nº 12.342 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
400000.00.0519 -	Despesas de Capital	
440000.00.0519 -	Investimentos	
449000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.0519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 500,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de outubro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
31 de outubro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 12.343 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212382

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 12.343 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial as alíneas do § 1º do art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

**DECRETA:**

Art. 1º Nomear a Srª. CINTIA PILAT, matrícula funcional nº 000986, registro no sistema sob o nº 955955, no Cargo Público e exercer a Função de Atendente de Sala, Categoria Funcional de Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou a sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.515,52 (um mil, quinhentos e quinze reais, cinquenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. LETICIA PILAT, aprovada em 9º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2017, homologado pelo Decreto nº 10.463 em data de 24 de abril de 2017, prorrogado pelo Decreto nº 11.908 de 16 de abril de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 1º de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2019**

Publicação Nº 2211604

**MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2019  
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – AMPLA CONCORRÊNCIA**

A licitação tem como objeto **aquisição de Mini Carregadeira com vassoura mecânica e capinadeira mecânica para realização de atividades de limpeza e manutenção de vias públicas do Município de Campo Alegre – SC**, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	01	UNIDADE	<b>Mini Carregadeira</b> , equipado com motor diesel, de quatro cilindros, turbo alimentado, com potência mínima de 47 HP. Sistema de controles operacionais de deslocamento e velocidades através de alavancas, caçamba frontal e braço de elevação por pedais. Transmissão hidrostática, freio de estacionamento nas quatro rodas com parada de emergência. Conjunto de braços fixados no chassi em dois pontos com trajetória de elevação radial. Capacidade operacional mínima de 580 kg. Altura de descarga mínima até articulação da concha de 2.750 mm. Peso operacional aproximada de 2.200 Kg. Sistema de engate rápido mecânico e hidráulico para instalação de acessórios. Cabine com estrutura certificada ROPS/FOPS fechada com ar condicionado e aquecimento, caçamba frontal padrão com aproximadamente 0,30 m <sup>3</sup> , pneus de flutuação 10x16.5 ou similar. Luzes de trabalho dianteiras e traseiras, alarme de ré, extintor de incêndio. Incluso: a) <b>Vassoura mecânica com caçamba recolhedora</b> , com capacidade de no mínimo 0,3 m <sup>3</sup> , com motor de tração interno com acionado hidráulico. Coletor de cerdas mistas de aço e polipropileno. Lâmina substituível aparafusada, largura total da	183.000,00	183.000,00

			vassoura aproximada de 1600 mm. Engate rápido mecânico e hidráulico. <b>Capinadeira mecânica rotativa,</b> diâmetro de disco mínimo de 600 mm, acionada por motor hidráulico, conjunto rotativo com mínimo de 25 cabos de aço e diâmetro aproximado de 25 mm, fixado por mancal individual com rolamentos. Sistema de proteção contra lançamentos de detritos e anti poeira.		
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>				<b>183.000,00</b>	

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **01/11/2019** até as **09h45min** do dia **18/11/2019**;  
Início da Sessão de Disputa de Preços: às **10h** do dia **18/11/2019** no endereço eletrônico  
[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras
Unidade	08.03	Serviço de obras e serviços públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços urbanos
Programa	0045	Manutenção de vias públicas e conservação de logradouros
Projeto	2.023	Vias públicas e logradouros
Elemento de Despesa	4.4.90.52	Equipamentos e Material permanente

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico  
[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 31 de outubro de 2019.

**LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ**  
Secretária Municipal de Administração

**RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO Nº 97/2019**

Publicação Nº 2211631

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO Nº 97/2019

Na publicação do Pregão nº 97/2019; publicado no dia 30/10/2019, no (DOM-SC), página nº 253, número da publicação 2208078, no título onde se lê: PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2019; Leia-se: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2019. Demais informações permanecem inalteradas.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ -Secretária Municipal de Administração

# Campo Erê

## PREFEITURA

### DECRETO 1766/2019

Publicação Nº 2211495

DECRETO Nº. 1.766, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme abaixo especificado:

09.00 Encargos Gerais do Município

09.01 Encargos Gerais do Município

28846000.2.042000 Amortização da Dívida e Encargos

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6337) .....R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de que trata o artigo 1º redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

09.00 Encargos Gerais do Município

09.01 Encargos Gerais do Município

28846000.2.042000 Amortização da Dívida e Encargos

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6456) .....R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 07 de outubro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

### DECRETO 1768/2019

Publicação Nº 2211510

DECRETO Nº. 1.768, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO, O EMPENHAMENTO E O PAGAMENTO DE DESPESAS DO EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e art. 37, da Lei 4.320/64;

Considerando que ficou efetivamente demonstrada a realização da despesa referente ao fornecimento de Combustíveis pela BAGGIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS ME, ao Município de Campo Erê, referente aos meses de Janeiro a Março de 2019, contido no Parecer AJU/CJU nº 207/2019 de 05 de Setembro de 2019 ;

DECRETA

Art. 1º. Fica reconhecida administrativamente a despesa do exercício de 2017, no valor total de R\$ 9.028,38 (nove mil, vinte e oito reais e trinta e oito centavos), referente ao pagamento de combustíveis fornecidos pela empresa BAGGIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA ME, ao Município de Campo Erê, referente ao mês de Janeiro a Março de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto serão empenhadas e pagas, sendo consignadas no orçamento em vigor na dotação:

12 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades da Saúde  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (11.100.) ..... R\$ 9.028,38  
Fonte de Recursos 133 Transf. De Convênios da União

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 08 de outubro de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## DECRETO 1769/2019

Publicação Nº 2211514

DECRETO Nº. 1.769, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco), conforme abaixo especificado:

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice  
02.01 Gabinete do Prefeito e Vice  
041220401.2.003000 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0277) .....R\$ 5.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito suplementar especial, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de que trata o artigo 1ºa utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice  
02.01 Gabinete do Prefeito e Vice  
041220401.2.003000 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0201) .....R\$ 5.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 08 de outubro de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

**DECRETO 1770/2019**

Publicação Nº 2211521

DECRETO Nº. 1.770, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme abaixo especificado:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2441) .....R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 01.01 Recursos de Impostos e Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito suplementar, no montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

123611201.2.011000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2363) .....R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 01.01 Recursos de Impostos e Transferências

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 08 de outubro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

**DECRETO 1771/2019**

Publicação Nº 2211530

DECRETO Nº. 1.771, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 8.861,80 (oito mil oitocentos e sessenta e um reais e oitenta centavos), conforme abaixo especificado:

06.00 Secretaria Municipal da Agric. e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Municipal da Agric. e Infraestrutura Rural

206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) .....R\$ 8.861,80

Fonte de Recursos 03.64 Superávit Financeiro Exercício Anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito Especial, no montante de R\$ 8.861,80 (oito mil oitocentos e sessenta e um real e oitenta centavos), de que trata o artigo 1º a utilização do saldo bancário conta 2366-3 Banco Brasil s/a agência desta cidade.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 08 de outubro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## DECRETO 1772/2019

Publicação Nº 2211534

DECRETO Nº. 1.772, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 2.237,61 (dois mil duzentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos), conforme abaixo especificado:

06.00 Secretaria Municipal da Agric. e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Municipal da Agric. e Infraestrutura Rural

206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) R\$ 2.237,61

Fonte de Recursos 03.64 Superávit Financeiro Exercício Anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito Especial, no montante de R\$ 2.237,61 (dois mil duzentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos), de que trata o artigo 1º a utilização do saldo bancário conta 2404-x Banco Brasil s/a agência desta cidade.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 08 de outubro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## DECRETO 1773/2019

Publicação Nº 2211535

DECRETO Nº. 1.773, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019.

NOMEIA A "COMISSÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA" DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e as disposições do Decreto n. 1.762 de 30 de Setembro de 2019;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a "COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA" do Município de Campo Erê, SC de que trata o Art. 2º. do Decreto i n. 1.762 de 30 de Setembro de 2019 , conforme segue:

I – NELSON TRESOLDI - Coordenador da Comissão de Regularização Fundiária, responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb;

II – CARLOS FERLIN - representante da Secretaria da Cidade e Desenvolvimento, setor de engenharia responsável pela análise ambiental dos processos de Reurb;

III – IVANI T. M. BORCIONI - representante da Secretaria Municipal da Assistência Social responsável pela análise social dos processos de Reurb;

IV – DILAMAR GUERMO PIETSKOSKI - representante do Município, responsável pela análise dos processos e pela aprovação do Reurb;

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Campo Erê, SC, 10 de Outubro de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

**EXTRATO ATA RP 91/2019**

Publicação Nº 2212158



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 91/2019**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1269/2019/FMS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019/FMS**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê** e a empresa **DENTAL OESTE EIRELI**, inscrita no CNPJ n.º 05.412.147/0001-02, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
6	UN	15,00	Alveolex curativo alveolar com propolis	30,3000	454,5000	Biodinâmica
13	UN	40,00	anestésico tópico gel	10,0000	400,0000	DFL - Benzotop
21	UN	10,00	Bobina de Papel Grau Cirúrgico 150 MM X 100 METROS	79,9800	799,8000	Hospflex
65	UN	35,00	Verniz fluoretado Fluorniz 10ml/10gr	38,3000	1.340,5000	SSWhite
66	UN	5,00	Caneta alta rotação turbina extra torque 605C. Modelo Push Button	800,0000	4.000,0000	Kavo - 605 C
74	UN	15,00	Cunha anatômica de madeira com 100 unidades	23,6000	354,0000	SSWhite
85	CX	100,00	Esponja hemostática com 10 unidades	47,2000	4.720,0000	Maquira
88	CX	10,00	Fio de sutura seda 4.0 c/24 1,5Cm	45,5500	455,5000	Technew
99	KIT	15,00	Ionômero de vidro p/ restauração autopolimerizável (pó + líquido) cor A1	52,2500	783,7500	SDI
101	KIT	50,00	Ionômero de vidro restaurador fotopolimerizável (pó + Líquido) cor A2	147,0000	7.350,0000	SDI - Riva Light Cure
103	KIT	1.000,00	Kit de escovação contendo 1 escova adulto + 1 creme dental com flúor + 1 fio dental.	9,0000	9.000,0000	Medfio
105	UN	10,00	Lixa para acabamento em resina	30,0000	300,0000	Maquira
120	UN	5,00	Peça reta 500	740,0000	3.700,0000	Kavo - 500
134	UN	25,00	Sistema para acabamento enhance sortido c/ 7 discos	100,0000	2.500,0000	TDV - Optimize
141	UN	20,00	Tiras de poliéster 10x120x0,05mm com 50 unidades	1,6500	33,0000	Maquira
143	UN	20,00	Tricresol formalina 10ml	5,9500	119,0000	Biodinâmica

**VALOR TOTAL R\$ 36.310,05**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 28 de outubro de 2019.

**ELIZANDRA DA SILVA**  
**GESTORA DO FMS**

**DENTAL OESTE EIRELI**  
**CNPJ Nº 05.412.147/0001-02**

**Visto do Departamento Jurídico:**

**MATHEUS BRUNO POLI VALGOI**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**OAB/SC 54.780**

**EXTRATO ATA RP 92/2019**

Publicação Nº 2212164


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 92/2019**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1269/2019/FMS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019/FMS**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê** e a empresa **POSSATTO E POSSATTO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ n.º **72.150.550/0001-06**, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
4	CX	15,00	Agulha gengival odontológica 27G longa	53,0000	795,0000	SEPTODONT
7	PCT	2,00	Amálgama alta resistencia ; 2 porções regular c/ 500 unidades	1.820,0000	3.640,0000	SDI
15	PCT	40,00	Babador impermeavel descartavel com 100 unidades	16,9000	676,0000	BIODINAMI CA
18	UN	20,00	Bicarbonato de sódio em pó sachê para profilaxia	16,4000	328,0000	MAQUIRA
19	UN	10,00	Bobina de Papel Grau Cirúrgico 80 MM X 100 METROS	47,0000	470,0000	HOSPFLEX
20	UN	10,00	Bobina de Papel Grau Cirúrgico 100 MM X 100 METROS	57,0000	570,0000	HOSPFLEX
27	UN	30,00	Broca alta rotação n.1047F	12,4000	372,0000	KG
64	UN	25,00	Verniz forrador de cavidades Cavitine 15 ml	24,3000	607,5000	SSWHITE
68	UN	15,00	Cera especial utilidade vermelha	12,7000	190,5000	ASFER
69	UN	15,00	Cera odontológica Rosa 7	20,0000	300,0000	ASFER
70	UN	15,00	Cera periférica N06 (embalagem c/ 40 bastões para individualização e selamento da borda da moldeira).	23,0000	345,0000	ASFER
71	UN	20,00	Composto de Hidróxido de Calcio radiopaco e auto-endurecível (dycal)	88,5000	1.770,0000	DENTSPLY
72	UN	150,00	Condicionador ácido Gel de baixa viscosidade e com propriedade tixotrópica fosforico gel de base aquosa contendo Ácido Fosfórico a 37%.	5,8000	870,0000	BIODINAMI CA
76	LTS	20,00	Desinfetante germicida (germekil/germerio) 1l	24,0300	480,6000	ASFER
90	UN	15,00	Fixador de raio x odontológico 475ML	16,0000	240,0000	CORESTREA N
93	UN	5,00	Fotopolimerizador Emitter A Fit sem fio	759,0000	3.795,0000	SCHUSTER
94	PCT	25,00	Gesso pedra amarelo de endurecimento rápido	10,2400	256,0000	ASFER
95	PCT	25,00	Gesso pedra especial tipo iv microgranulado 1kg	32,0000	800,0000	DENTSPLY
98	LTS	15,00	Hipoclorito de sódio 2%	16,6900	250,3500	ASFER
102	KIT	1.500,00	kit de escovação contendo 1 escova infantil + 1 creme dental com flúor + 1 fio dental	9,2000	13.800,0000	HIGIX
111	UN	20,00	Material restaurador intermediário IRM (pó + líquido)	144,9000	2.898,0000	DENTSPLY
114	UN	30,00	papel articulado Carbono	6,4000	192,0000	ANGELUS
115	UN	20,00	Paramonoclorofenol canforado 20 ml	9,4000	188,0000	BIODINAMI CA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

126	UN	30,00	Resina composta direta micro-híbrida fotopolimerizável, radiopaca A1 (resina composta universal fotopolimerizável de microglass radiopaca)	55,5000	1.665,0000	CHARISMA
128	UN	30,00	Resina composta direta micro-híbrida fotopolimerizável, radiopaca A3(resina composta universal fotopolimerizável de microglass radiopaca)	55,5000	1.665,0000	CHARISMA
132	UN	35,00	Selante matizado 2gr	51,0000	1.785,0000	DENTSPLAY

**VALOR TOTAL R\$ 38.948,95**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 28 de outubro de 2019.

**ELIZANDRA DA SILVA**  
**GESTORA DO FMS**

**POSSATTO E POSSATTO LTDA - EPP**  
**CNPJ Nº 72.150.550/0001-06**

**Visto do Departamento Jurídico:**

**MATHEUS BRUNO POLI VALGOI**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**OAB/SC 54.780**

**EXTRATO ATA RP 93/2019**

Publicação Nº 2212167


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 93/2019**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1269/2019/FMS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019/FMS**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê** e a empresa **ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ n.º 06.194.440/0001-03, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
10	CX	5,00	Anestésico lidocaína 2% - 1,8ml sem vaso com 50 tubetes	127,3500	636,7500	CRISTALIA
11	CX	50,00	Anestésico lidocaína 3% - 1,8ml com vaso constritor com 50 tubetes	112,6000	5.630,0000	DLA
29	UN	30,00	Broca alta rotação n. 2068G	12,3000	369,0000	KG
63	UN	5,00	Cadeira mocho odontológico	837,0000	4.185,0000	KAVO
67	UN	20,00	Cariostático líquido 10ml 12%	25,2500	505,0000	BIODINAMICA
73	UN	5,00	Contra ângulo 500	830,0000	4.150,0000	KAVO
75	UN	15,00	Cunha reflexiva (cunhas interdetais transparentes) embalagem com 20 unidades	37,0000	555,0000	TDV
77	LTS	60,00	Detergente enzimático 1l	40,0000	2.400,0000	KELDRIN
80	UN	1.000,00	Escova dental infantil * Cerdas de nylon macias; 28 tufo de cerdas aparadas uniformemente e arredondadas na mesma altura; Cabo reto; 15cm de comprimento; Anatômico; Com empunhadura; Embalada individualmente em saquinho plástico lacrado, tipo flow pack.	0,9800	980,0000	MEDFIO
83	UN	10,00	Espátula para resina Titânio Nº 1 prisma	69,2500	692,5000	PRISMA
89	UN	30,00	Fixador de dentadura em pó	25,8500	775,5000	COREGA 22GR
91	UN	30,00	Fluor gel acidulado 1,23% 200ml	7,0500	211,5000	IODONTOSUL
92	UN	100,00	Fluor líquido para bochecho 0,2% 500ml	13,0900	1.309,0000	IODONTOSUL
97	UN	15,00	Hidróxido de cálcio p.a 10g	6,5500	98,2500	BIODINAMICA
106	UN	20,00	Lubrificante para canetas alta e baixa rotação. 100ml	30,0000	600,0000	MAQUIRA
107	CX	200,00	Luva descartável procedimento com 50 pares (P): não estéril, anatômicas, ambidestras, confeccionadas em látex natural aprovadas pelo Ministério da Saúde e que atendam a RDC Nº 05/2008.	25,4500	5.090,0000	UNIGLOVES
109	UN	20,00	Mandril para contra-ângulo Discos e Serras (Mandril P/Sof-Lex) rosqueável	90,4000	1.808,0000	MICRODON T
113	UN	20,00	Obturador provisório pasta coltosol	27,9500	559,0000	VIGODENT
116	UN	25,00	Pasta de Zinco Enólica Embalagem com 60g de pasta base e 60g de pasta catalisadora ( Pasta lyzanda para moldagem de prótese dentária)	285,0000	7.125,0000	LYSANDA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

123	UN	20,00	Placa de vidro fino 06 mm p/odontologia	12,8000	256,0000	DAUFENBA CH
124	UN	10,00	porta agulha mayo Hegar	44,9000	449,0000	GOLGRAN
130	UN	15,00	Revelador de raio x odontologico (kodak)	16,5000	247,5000	KODAK
131	UN	200,00	Roletes dentais de algodao com 100	2,5000	500,0000	SSPLUS
139	UN	15,00	Tira de aço para amalgama 04mm com 12	14,6000	219,0000	INJECTA
140	UN	15,00	Tira de aço para amalgama 06mm com 12	15,2000	228,0000	INJECTA
142	PCT	50,00	touca sanfonada descartável com 100 unidades	9,8000	490,0000	DESCARPA CK

**VALOR TOTAL R\$ 40.069,00**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 28 de outubro de 2019.

**ELIZANDRA DA SILVA**  
**GESTORA DO FMS**

**ODONTOMEDI PRODUTOS**  
**ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA -**  
**EPP**  
**CNPJ Nº 06.194.440/0001-03**

**Visto do Departamento Jurídico:**

**MATHEUS BRUNO POLI VALGOI**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**OAB/SC 54.780**

**EXTRATO ATA RP 94/2019**

Publicação Nº 2212170


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 94/2019**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1269/2019/FMS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019/FMS**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê** e a empresa **FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 10.633.441/0001-84, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
1	UN	15,00	Afastador Labial autoclavável com uma unidade	14,5000	217,5000	INDUSBELLO
5	PCT	25,00	Alginato para impressão livre de poeira presa rápida aspecto siliconizado	64,9000	1.622,5000	LABORDENT AL - HYDROGUM
9	CX	25,00	Anestésico Injetável Articaine; Cloridrato de Articaina + epinefrina, 72 mg + 18 ug/carpule	180,0000	4.500,0000	DFL - ARTICAINÉ
14	LTS	30,00	Antisséptico Bucal de Gluconato de Clorhexidina a 0,12% sem álcool	36,0500	1.081,5000	PERLAND
22	UN	30,00	Broca alta rotação n. 1036g	12,0000	360,0000	MICRODONT
23	UN	60,00	Broca alta rotação n. 3195 FF	12,0000	720,0000	MICRODONT
24	UN	30,00	Broca alta rotação n. 1065	12,0000	360,0000	MICRODONT
25	UN	60,00	Broca alta rotação n. 3118 FF	12,0000	720,0000	MICRODONT
26	UN	30,00	Broca alta rotação n.1047	12,0000	360,0000	MICRODONT
28	UN	30,00	Broca alta rotação n. 2068	12,0000	360,0000	MICRODONT
30	UN	30,00	Broca alta rotação n. 2134	12,0000	360,0000	MICRODONT
32	UN	60,00	Broca alta rotação para acabamento n. 2200	12,0000	720,0000	MICRODONT
33	UN	30,00	Broca alta rotação n. 3098	12,0000	360,0000	MICRODONT
34	UN	30,00	Broca alta rotação n. 3146	12,0000	360,0000	MICRODONT
35	UN	40,00	Broca alta rotação n. 3200	12,0000	480,0000	KG SORENSEN
36	UN	30,00	Broca alta rotação n. 3207	12,0000	360,0000	KG SORENSEN
37	UN	30,00	Broca alta rotação n. 4219	12,0000	360,0000	KG SORENSEN
38	UN	60,00	Broca alta rotação acabamento fino n. 3168f	12,0000	720,0000	MICRODONT
39	UN	60,00	Broca alta rotação acabamento fino n. 3168ff	12,0000	720,0000	MICRODONT
40	UN	60,00	Broca alta rotação acabamento fino n. 3195f	12,0000	720,0000	MICRODONT
41	UN	40,00	Broca alta rotação cilíndrica n 1090	12,0000	480,0000	MICRODONT
42	UN	40,00	Broca alta rotação cilíndrica n 1091	12,0000	480,0000	MICRODONT
43	UN	30,00	Broca alta rotação cone invertido n 1031	12,0000	360,0000	MICRODONT
44	UN	30,00	Broca alta rotação cone invertido n 1034	12,0000	360,0000	MICRODONT
45	UN	40,00	Broca alta rotação esférica n. 1011	12,0000	480,0000	MICRODONT
46	UN	60,00	Broca alta rotação esférica n. 1012	12,0000	720,0000	MICRODONT
47	UN	60,00	Broca alta rotação n.1012F	12,0000	720,0000	MICRODONT
48	UN	60,00	Broca alta rotação esférica n. 1012 - HL	12,0000	720,0000	MICRODONT
49	UN	60,00	Broca alta rotação esférica n. 1014	12,0000	720,0000	MICRODONT



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

50	UN	60,00	Broca alta rotação esférica n. 1014 HL	12,0000	720,0000	MICRODONT
51	UN	60,00	Broca alta rotação 1015	12,0000	720,0000	MICRODONT
52	UN	60,00	Broca alta rotação esférica n. 1016	12,0000	720,0000	MICRODONT
53	UN	60,00	Broca alta rotação esférica n. 1016 HL	12,0000	720,0000	MICRODONT
54	UN	60,00	Broca alta rotação esférica n. 1019	12,0000	720,0000	MICRODONT
55	UN	40,00	Broca baixa rotação n. 04	10,9000	436,0000	DENTSPLY
56	UN	40,00	Broca baixa rotação n. 06	10,9000	436,0000	DENTSPLY
57	UN	40,00	Broca baixa rotação n. 08	10,9000	436,0000	DENTSPLY
59	UN	5,00	Broca de Tungstênio DFS Maxicut	140,0000	700,0000	AMERICAN BURS
60	UN	5,00	Broca de Tungstênio PM Maxicut	120,0000	600,0000	AMERICAN BURS
87	CX	10,00	Fio De Sutura Nylon 5-0 C/24 1,5 Cm	45,0000	450,0000	TECHNOFIO
96	UN	20,00	Hemostático Líquido	30,6000	612,0000	HEMOSTANK
100	KIT	15,00	Ionômero de vidro p/ restauração autopolimerizável (pó + líquido) cor A2	47,0000	705,0000	FGM - MAXXION R
108	CX	200,00	Luva descartável procedimento com 50 pares (PP): não estéril, anatômicas, ambidestras, confeccionadas em látex natural aprovadas pelo Ministério da Saúde e que atendam a RDC Nº 05/2008.	25,4000	5.080,0000	MEDIX
110	CX	150,00	Mascara descartavel tripla material 100% Polipropileno Hipoalergênica, Hidrorepelente, Não Inflamável, Clipe nasal revestido e de fácil ajuste, ELÁSTICO (p/ fixar atrás das aurículas)	11,0000	1.650,0000	MEDIX
118	UN	20,00	Pedra pomes para profilaxia extra fina 100 gramas	8,7000	174,0000	QUIMIDROL
122	UN	25,00	Pincel micro aplicadores descartáveis médio com 100 unid	13,5000	337,5000	FGM - CAVIBRUSCH
133	UN	25,00	Seringa Carpule com refluxo	50,0000	1.250,0000	L.M
144	UN	15,00	Vaselina sólida	9,6000	144,0000	QUIMIDROL 35G

**VALOR TOTAL R\$ 37.112,00**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 28 de outubro de 2019.

**ELIZANDRA DA SILVA**  
**GESTORA DO FMS**

**FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS**  
**ODONTOLOGICOS LTDA**  
**CNPJ Nº 10.633.441/0001-84**

**Visto do Departamento Jurídico:**

**MATHEUS BRUNO POLI VALGOI**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**OAB/SC 54.780**

**EXTRATO ATA RP 95/2019**

Publicação Nº 2212173



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 95/2019**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1269/2019/FMS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019/FMS**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê** e a empresa **ODONTOSUL LTDA EPP**, inscrita no CNPJ n.º 04.971.211/0001-22, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
2	UN	50,00	Agente de união (adesivo) p/ restaurações fotopolimerizável	115,4500	5.772,5000	3M SINGLE BOND
3	CX	20,00	Agulha gengival odontológica 30 G curta	50,3000	1.006,0000	DENCOJECT
8	PCT	2,00	Amálgama alta resistencia ; 1 porção regular c/ 500 unidades	1.790,0000	3.580,0000	GS80
12	CX	50,00	anestésico Injetável cloridrato de mepivacaína HCl 2% + epinefrina 1:100.000 36mg +18ug	161,0000	8.050,0000	MEPIVALEN DLA
16	UN	50,00	Banda Matriz de Aço inox 5mm	2,6000	130,0000	AAF
17	UN	50,00	Banda Matriz de Aço inox 7mm	2,6000	130,0000	AAF
31	UN	30,00	Broca alta rotação n. 2140	12,5000	375,0000	KG
58	UN	50,00	Broca Carbide Cirurgica N 702 Haste Longa 25mm	12,0000	600,0000	KAVO
61	UN	10,00	Cabo para Bisturi n° 03	12,5000	125,0000	COOPERFLEX
62	UN	25,00	Cabo para espelho Bucal	7,5000	187,5000	BARASCH
78	UN	10,00	Disco sof-lex pop-on 4931 M. 12,7mm (1/2pol) médio para acabamento resina	163,0000	1.630,0000	3M
79	UN	15,00	Disco sof-lex pop-on 4931 G. 12,7mm (1/2pol) grosso para acabamento resina	163,0000	2.445,0000	3M
81	UN	100,00	Escova de robinson para contra ângulo branca	2,3000	230,0000	MICRODON T
82	UN	10,00	Espatula para manipulação nº 24F	16,0000	160,0000	PRATA
84	UN	50,00	Espelho Bucal Primeiro Plano nº 5 Front Surface	10,3000	515,0000	BARASCH
86	KIT	10,00	Extirpa nervos com 10 unidades	36,5000	365,0000	VDW
104	KIT	15,00	LIMA K 21mm Nº 15-40	47,0000	705,0000	TDK
112	UN	5,00	micromotor 500	860,0000	4.300,0000	KAVO
117	UN	30,00	Pasta profilatica com flúor	10,9000	327,0000	ALL PLAN
119	CX	2,00	Película radiografica adulto com 150 unidades	190,0000	380,0000	AGFA
121	UN	25,00	Pinça clínica para algodão aço inoxidável autoclavável	15,0000	375,0000	CICARELLI
125	UN	25,00	porta matriz Tofflemire	40,0000	1.000,0000	M.T
127	UN	40,00	Resina composta direta micro-híbrida fotopolimerizável, radiopaca A2(resina composta universal fotopolimerizável de microglass radiopaca)	55,6000	2.224,0000	CHARISMA
129	UN	30,00	Resina composta direta micro-híbrida fotopolimerizável, radiopaca A3,5(resina composta	55,6000	1.668,0000	CHARISMA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

			universal fotopolimerizável de microglass radiopaca)			
135	UN	25,00	Sonda Exploradora Nº 5	18,0000	450,0000	PRATA
136	PCT	150,00	Sugador odontológico descartável com 40 unidades	6,9000	1.035,0000	SSPLUS
137	PCT	25,00	Sugador cirúrgico descartável pacote com 20 unidades	34,0000	850,0000	MAQUIRA
138	UN	20,00	tesoura odontológica Iris	24,0000	480,0000	M.T

**VALOR TOTAL R\$ 39.095,00**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 28 de outubro de 2019.

**ELIZANDRA DA SILVA**  
**GESTORA DO FMS**

**ODONTOSUL LTDA EPP**  
**CNPJ Nº 04.971.211/0001-22**

**Visto do Departamento Jurídico:**

**MATHEUS BRUNO POLI VALGOI**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**OAB/SC 54.780**

**HOMOLOGAÇÃO PL 1269/2019**

Publicação Nº 2212152

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

**I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1269/2019**, na modalidade Pregão de nº **43/2019** tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, para a manutenção das atividades da secretaria de saúde do Município de Campo Erê/SC., conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
DENTAL OESTE EPP	1	6	15,00	30,3000	454,5000
DENTAL OESTE EPP	1	13	40,00	10,0000	400,0000
DENTAL OESTE EPP	1	21	10,00	79,9800	799,8000
DENTAL OESTE EPP	1	65	35,00	38,3000	1.340,5000
DENTAL OESTE EPP	1	66	5,00	800,0000	4.000,0000
DENTAL OESTE EPP	1	74	15,00	23,6000	354,0000
DENTAL OESTE EPP	1	85	100,00	47,2000	4.720,0000
DENTAL OESTE EPP	1	88	10,00	45,5500	455,5000
DENTAL OESTE EPP	1	99	15,00	52,2500	783,7500
DENTAL OESTE EPP	1	101	50,00	147,0000	7.350,0000
DENTAL OESTE EPP	1	103	1.000,00	9,0000	9.000,0000
DENTAL OESTE EPP	1	105	10,00	30,0000	300,0000
DENTAL OESTE EPP	1	120	5,00	740,0000	3.700,0000
DENTAL OESTE EPP	1	134	25,00	100,0000	2.500,0000
DENTAL OESTE EPP	1	141	20,00	1,6500	33,0000
DENTAL OESTE EPP	1	143	20,00	5,9500	119,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	4	15,00	53,0000	795,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	7	2,00	1.820,0000	3.640,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	15	40,00	16,9000	676,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	18	20,00	16,4000	328,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	19	10,00	47,0000	470,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	20	10,00	57,0000	570,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	27	30,00	12,4000	372,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	64	25,00	24,3000	607,5000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	68	15,00	12,7000	190,5000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	69	15,00	20,0000	300,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	70	15,00	23,0000	345,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	71	20,00	88,5000	1.770,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	72	150,00	5,8000	870,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	76	20,00	24,0300	480,6000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	90	15,00	16,0000	240,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	93	5,00	759,0000	3.795,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	94	25,00	10,2400	256,0000

POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	95	25,00	32,0000	800,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	98	15,00	16,6900	250,3500
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	102	1.500,00	9,2000	13.800,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	111	20,00	144,9000	2.898,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	114	30,00	6,4000	192,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	115	20,00	9,4000	188,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	126	30,00	55,5000	1.665,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	128	30,00	55,5000	1.665,0000
POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP	1	132	35,00	51,0000	1.785,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	10	5,00	127,3500	636,7500
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	11	50,00	112,6000	5.630,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	29	30,00	12,3000	369,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	63	5,00	837,0000	4.185,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	67	20,00	25,2500	505,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	73	5,00	830,0000	4.150,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	75	15,00	37,0000	555,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	77	60,00	40,0000	2.400,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	80	1.000,00	0,9800	980,0000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	83	10,00	69,2500	692,5000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	89	30,00	25,8500	775,5000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	91	30,00	7,0500	211,5000
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP	1	92	100,00	13,0900	1.309,0000

ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	97	15,00	6,5500	98,2500
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	106	20,00	30,0000	600,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	107	200,00	25,4500	5.090,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	109	20,00	90,4000	1.808,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	113	20,00	27,9500	559,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	116	25,00	285,0000	7.125,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	123	20,00	12,8000	256,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	124	10,00	44,9000	449,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	130	15,00	16,5000	247,5000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	131	200,00	2,5000	500,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	139	15,00	14,6000	219,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	140	15,00	15,2000	228,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
ODONTOMEDI - PRODUTOS	1	142	50,00	9,8000	490,0000
ODONTOLOGICOS E					
HOSPITALARES LTDA - EPP					
FUSÃO COM. DE PROD.	1	1	15,00	14,5000	217,5000
ODONTOLÓGICOS LTDA					
FUSÃO COM. DE PROD.	1	5	25,00	64,9000	1.622,5000
ODONTOLÓGICOS LTDA					
FUSÃO COM. DE PROD.	1	9	25,00	180,0000	4.500,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA					
FUSÃO COM. DE PROD.	1	14	30,00	36,0500	1.081,5000
ODONTOLÓGICOS LTDA					

FUSÃO COM. DE	PROD.	1	22	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	23	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	24	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	25	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	26	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	28	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	30	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	32	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	33	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	34	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	35	40,00	12,0000	480,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	36	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	37	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	38	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	39	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	40	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	41	40,00	12,0000	480,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	42	40,00	12,0000	480,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	43	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	44	30,00	12,0000	360,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	45	40,00	12,0000	480,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	46	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	47	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	48	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						

FUSÃO COM. DE	PROD.	1	49	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	50	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	51	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	52	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	53	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	54	60,00	12,0000	720,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	55	40,00	10,9000	436,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	56	40,00	10,9000	436,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	57	40,00	10,9000	436,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	59	5,00	140,0000	700,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	60	5,00	120,0000	600,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	87	10,00	45,0000	450,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	96	20,00	30,6000	612,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	100	15,00	47,0000	705,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	108	200,00	25,4000	5.080,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	110	150,00	11,0000	1.650,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	118	20,00	8,7000	174,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	122	25,00	13,5000	337,5000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	133	25,00	50,0000	1.250,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
FUSÃO COM. DE	PROD.	1	144	15,00	9,6000	144,0000
ODONTOLÓGICOS LTDA						
ODONTOSUL LTDA		1	2	50,00	115,4500	5.772,5000
ODONTOSUL LTDA		1	3	20,00	50,3000	1.006,0000
ODONTOSUL LTDA		1	8	2,00	1.790,0000	3.580,0000
ODONTOSUL LTDA		1	12	50,00	161,0000	8.050,0000
ODONTOSUL LTDA		1	16	50,00	2,6000	130,0000
ODONTOSUL LTDA		1	17	50,00	2,6000	130,0000
ODONTOSUL LTDA		1	31	30,00	12,5000	375,0000
ODONTOSUL LTDA		1	58	50,00	12,0000	600,0000

ODONTOSUL LTDA	1	61	10,00	12,5000	125,0000
ODONTOSUL LTDA	1	62	25,00	7,5000	187,5000
ODONTOSUL LTDA	1	78	10,00	163,0000	1.630,0000
ODONTOSUL LTDA	1	79	15,00	163,0000	2.445,0000
ODONTOSUL LTDA	1	81	100,00	2,3000	230,0000
ODONTOSUL LTDA	1	82	10,00	16,0000	160,0000
ODONTOSUL LTDA	1	84	50,00	10,3000	515,0000
ODONTOSUL LTDA	1	86	10,00	36,5000	365,0000
ODONTOSUL LTDA	1	104	15,00	47,0000	705,0000
ODONTOSUL LTDA	1	112	5,00	860,0000	4.300,0000
ODONTOSUL LTDA	1	117	30,00	10,9000	327,0000
ODONTOSUL LTDA	1	119	2,00	190,0000	380,0000
ODONTOSUL LTDA	1	121	25,00	15,0000	375,0000
ODONTOSUL LTDA	1	125	25,00	40,0000	1.000,0000
ODONTOSUL LTDA	1	127	40,00	55,6000	2.224,0000
ODONTOSUL LTDA	1	129	30,00	55,6000	1.668,0000
ODONTOSUL LTDA	1	135	25,00	18,0000	450,0000
ODONTOSUL LTDA	1	136	150,00	6,9000	1.035,0000
ODONTOSUL LTDA	1	137	25,00	34,0000	850,0000
ODONTOSUL LTDA	1	138	20,00	24,0000	480,0000

Total dos Proponentes

Nome da Proponente

Total

**DENTAL OESTE EPP**

**36.310,05**

**FUSÃO COM. DE PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA**

**37.112,00**

**ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E**

**40.069,00**

**HOSPITALARES LTDA - EPP**

**ODONTOSUL LTDA**

**39.095,00**

**POSSATTO E POSSATO LTDA - EPP**

**38.948,95**

II - **DETERMINAR** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

**Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 28 de outubro de 2019.**

**ELIZANDRA DA SILVA**  
Gestora Fundo Mun. Saúde

**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
Prefeito Municipal

**LEI 2116/2019**

Publicação Nº 2211449

LEI Nº 2.116/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2019, ABRE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Especial no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal para exercício de 2019, instituído pela Lei Municipal nº 2.089/2018 de 18/12/2018:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

154511501.1.069000 Pavimentação de Ruas e Passeios

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada.

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

154511501.1.069000 Pavimentação de Ruas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (5406) ..... R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 25 de Outubro de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

**LEI 2117/2019**

Publicação Nº 2211453

LEI Nº 2.117/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2019, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal para exercício de 2019, instituído pela Lei Municipal nº 2.089/2018 de 18/12/2018:

04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.01 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

103061002,2,010000 Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1978) ..... R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada.

09.00 Encargos Gerais do Município

09.01 Encargos Gerais do Município

288460000.2.042000 Amortização da Dívida e Encargos

4.6.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6456) ..... R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 25 de Outubro de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

## LEI 2118/2019

Publicação Nº 2211458

LEI Nº 2.118/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2019, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 51.630,00 (cinquenta e um mil seiscientos e trinta reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal para exercício de 2019, instituído pela Lei Municipal nº 2.089/2018 de 18/12/2018:

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice  
02.02 Diretoria de Esportes e Juventude  
278122701.2.004000 Manutenção das Atividades Esportivas  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0456) ..... R\$ 15.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice  
02.03 Diretoria de Defesa Civil e Cidadania  
061820601.2.007000 Manutenção do Funrebom  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1378) .....R\$ 15.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento  
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento  
267821501.2.022000 Manutenção das atividades da Secretaria Mun. Da Cidade e Desenvolvimento  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (6126) .....R\$ 21.630,00  
Fonte de Recursos 01.00 recursos ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 51.630,00 (cinquenta e um mil seiscientos e trinta reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada:

01.00 Câmara Municipal de Vereadores  
01.01 Câmara Municipal de Vereadores  
010310101.2.001000 Manutenção das Atividades Legislativas  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0029) ..... R\$ 11.630,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

01.00 Câmara Municipal de Vereadores  
01.01 Câmara Municipal de Vereadores  
010310101.2.044000 Reforma da Câmara Municipal de Vereadores  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0183) ..... R\$ 40.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 25 de Outubro de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

## LEI COMPLEMENTAR 101/2019

Publicação Nº 2211488

LEI COMPLEMENTAR N. 101/2019, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

ATUALIZA VALOR DA GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;  
FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O Valor da Gratificação por Atividade Especial de Transporte Escolar - GAETE, de que trata o Anexo XVI, do Art. 19-A, incluído na Lei Complementar n. 012/2002, pela Lei Complementar n. 066/2013, de 23 de Setembro de 2013, fica atualizado na seguinte ordem:

### ANEXO XVI

#### GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - GAETE

NÍVEL	JORNADA	ESPECIFICAÇÃO DA JORNADA
GAETE 1	Tripla jornada	- 1) buscar alunos para turno matutino – 2) devolver alunos do turno matutino e buscar alunos para turno vespertino – 3) devolver alunos do turno vespertino e buscar alunos para turno noturno; ou, - 1) buscar alunos para turno vespertino – 2) devolver alunos do turno vespertino e buscar alunos para turno noturno – 3) devolver alunos do turno noturno.
GAETE 2	Dupla jornada	- 1) buscar alunos para turno matutino – 2) devolver alunos do turno matutino e buscar alunos para turno vespertino; ou, - 1) buscar alunos para turno vespertino – 2) devolver alunos do turno vespertino e buscar alunos para turno noturno; ou, - atender o serviço de transporte de alimentação escolar, como forma de garantir a alimentação escolar em todos os turnos escolares.

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	NÚMERO	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
Gratificação por Atividade Especial de Transporte Escolar - GAETE	GAETE 1		R\$ 600,00
	GAETE 2		R\$ 400,00

Parágrafo único. O valor da Gratificação será reajustado anualmente, sempre na mesma data e percentual do reajuste dos servidores Municipais.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê, SC,  
aos 15 de Outubro de 2019.

Registre-se e publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrada e Publicada em data Supra

DARIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matrícula n. 000784-6

# Campos Novos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8.425/19 DE 30/10/2019 AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2211966

DECRETO Nº 8.425/19 de 30/10/2019

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;  
Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº. 0167.004.0004105/2019;  
Considerando o teor do Laudo de Vistoria 03, datado de 25 de outubro de 2019, que esclarece que o terreno urbano possui rede pública de distribuição de água, rede de esgoto, energia elétrica, iluminação pública, escoamento de águas pluviais e pavimentação asfáltica;  
Considerando a Lei Federal nº. 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, e demais disposições da Lei Complementar nº. 03 de 07 de junho de 2018 – Plano Diretor;  
Com amparo no artigo 100, incisos VIII – XVIII da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano com área de 1.200,00m<sup>2</sup> (um mil e duzentos metros quadrados), com benfeitoria, na Rua Rio do Sul, à 15,00m da esquina com Rua Tangará, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no Município de Campos Novos, de propriedade de ANTONIO BELO SUTIL DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº. 619.820.329-87, MARIA ONDINA ROSA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº. 043.088.299-84, LORI SUTIL DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 721.653.599-53, ZEILA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA; e JORDÃO SUTIL DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 065.582.599-15, imóvel matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob nº. 11.784.

Art. 2º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 2 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

LOTE 01: 825,00 m<sup>2</sup> de propriedade de ANTONIO BELO SUTIL DE OLIVEIRA - MARIA ONDINA ROSA DE OLIVEIRA - LORI SUTIL DE OLIVEIRA - ZEILA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA - JORDÃO SUTIL DE OLIVEIRA

Terreno localizado no lado par da Rua Rio do Sul, distante 30,00 metros da esquina a Rua Tangará, Bairro Nossa Senhora Aparecida

I - Ao NORTE: Confronta em 20,44 metros com Leonil da Fonseca mat. nº. 26.630 e em 19,28 metros com Averaldo de Carvalho mat. nº. 15.893;

II – Ao SUL: Confronta em 14,65 metros com Niuza Aparecida da Fonseca mat. nº 15.489 e em 25,04 metros com lote 02;

III – Ao LESTE: Confronta em 14,97 metros com o lote 02 e em 15,00 metros com a Rua Rio do Sul;

IV- Ao OESTE: Confronta em 16,07 metros com Antonio Marcelino Himmer mat. nº. 21.895 e em 14,40 metros com Delcio Francisco Bach mat. nº. 2.114.

LOTE 02: 375,00 m<sup>2</sup> de propriedade de ANTONIO BELO SUTIL DE OLIVEIRA - MARIA ONDINA ROSA DE OLIVEIRA - LORI SUTIL DE OLIVEIRA - ZEILA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA - JORDÃO SUTIL DE OLIVEIRA

Terreno localizado na Rua Rio do Sul, distante de 15,00 metros da esquina com a Rua Tangará

I - Ao NORTE: Confronta em 25,04 metros com o lote 01;

II- Ao SUL: Confronta em 25,00 metros com Salete Fortuna mat. nº 26.191;

III - Ao LESTE: Confronta em 15,00 metros com a Rua Rio do Sul;

IV- Ao OESTE: Confronta em 14,97 metros com o lote 01.

Art. 3º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 2º deste decreto.

Art. 4º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 5º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, a teor do art. 18, caput, da Lei nº. 6.766/79.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº. 8.160/18 de 22/11/2018.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em 30 de outubro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.421/19 DE 30/10/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 2211954

DECRETO Nº 8.421/19 DE 30/10/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 19- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064- Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde

Elementos de despesa: 41- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 700.000,00

ÓRGÃO: 19- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.073- Manutenção do Programa da Atenção Básica – ACS

Elementos de despesa: 28- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0067.000074- Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do excesso de arrecadação, recursos ACS Estadual, no montante de R\$ 100.000,00 e o restante do valor será subtraído do excesso de arrecadação, recursos próprios, no montante de R\$ 700.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de outubro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.422/19 DE 30/10/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 2211957

DECRETO Nº 8.422/19 DE 30/10/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte cinco mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 42- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE -FUNDEMA

UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE -FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083- Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente –Fundema

Elementos de despesa: 2- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do excesso de arrecadação, recursos próprios, no montante de R\$ 25.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de outubro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.423/19 DE 30/10/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 2211963

DECRETO Nº 8.423/19 DE 30/10/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 1.080.000,00 (Um milhão e oitenta mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022- Manutenção Da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 24- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 110.000,00

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10- DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL –PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011- Manutenção do Dep. De Educação do Ensino Infantil – Pré Escolar

Elementos de despesa: 46- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14- DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAIS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022- Manutenção Departamento de Assistência Social e da Família- Gerenciais

Elementos de despesa: 71- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 120.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.036- Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Operacional

Elementos de despesa: 124- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037- Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagens

Elementos de despesa: 134- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

ÓRGÃO: 09- SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27- DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039- Manutenção do Departamento de Esportes

Elementos de despesa: 142- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do excesso de arrecadação, com recursos próprios, no montante de R\$ 740.000,00 e com recursos do Fundeb, no montante de R\$ 300.000,00.

Para a cobertura dos créditos restantes serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do município:

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14- DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAIS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022- Manutenção Departamento de Assistência Social e da Família- Gerenciais

Elementos de despesa: 72- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de outubro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8.424/19 DE 30/10/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.**

Publicação Nº 2211964

DECRETO Nº 8.424/19 DE 30/10/2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.054- Manutenção Do Programa Bolsa Família

Elementos de despesa: 37- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.000030- Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0035.000030- Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do superávit financeiro do exercício anterior, com recursos do programa Bolsa Família, no montante de R\$ 85.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de outubro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº2513/2019**

Publicação Nº 2212408

PORTARIA Nº2513/19 de 23/10/19

O Prefeito Municipal de Campos Novos e Presidente da Junta de Serviço Militar do município de Campos Novos, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com amparo no Parágrafo 5º do Artigo nº 29 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar),

RESOLVE:

DESIGNAR o (a) servidor (a) FRANCISCO EDAREO LAERCIO GARCIA, filho de Luiz Afonso Garcia e Lurdes Cavali Garcia, nascido em 13 de agosto de 1963, para a função de Secretário auxiliar da Junta de Serviço Militar.

Campos Novos/SC, 23 de outubro de 2019.

SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO – Prefeito Municipal

Presidente da Junta de Serviço Militar nº 123

**ATA DE RG 03/2019 - FUNDAÇÃO CULTURAL - SONORIZAÇÃO, CADEIRAS, PALCOS E TELAS LED**

Publicação Nº 2212278

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS****Processo Nº.: 5/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2019**

No dia 31 do mês de Outubro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 74.097.114/0001-38, com sede administrativa localizada na PC. LAURO MULLER, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2019, Processo Licitatório nº. 5/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, LOCAÇÃO DE TENDAS, CADEIRAS, PALCOS E TELAS DE LED PARA EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6459	BIANCHI PRODUCOES E EVENTOS LTDA	
6384	MAIKEL EDUARDO REDANTE SOM	2, 3, 4, 5
6457	MIRIAN MEDEIROS 91519675968	
6456	N.Z. SERVICOS E LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA	1
6458	RUDIMAR RISSI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BIANCHI PRODUCOES E EVENTOS LTDA	11.496.694/0001-16	CARLOS ALBERTO BIANCHI	777.780.069-87
MAIKEL EDUARDO REDANTE SOM	10.649.946/0001-37	MÁRCIO JORGE DE AZEVEDO	032.456.629-80
MIRIAN MEDEIROS 91519675968	15.840.196/0001-08	ROBERTO HENRIQUE PETRY	548.515.309-78
N.Z. SERVICOS E LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA	04.708.752/0001-62	LEONARDO FELIPE ZILIO	005.076.009-24
RUDIMAR RISSI	12.213.170/0001-33	RUDIMAR RISSI	705.716.000-34

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, LOCAÇÃO DE TENDAS, CADEIRAS, PALCOS E TELAS DE LED PARA EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/8  
 Processo Nº.: 5/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019

**Fornecedor: 6384 - MAIKEL EDUARDO REDANTE SOM**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	LOCAÇÃO DE PALCO EXTERNO COBERTO TAMANHO DE 12M X 08M, COM ALTURA MÍNIMA DO TABLADO DE 01 M, COMPOSTO POR CHAPAS DE COMPENSADO NAVAL 22MM, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, TECIDO PRETO PARA ACABAMENTO, CAPACIDADE DE CARGA CERTIFICADA DE 150 KG POR M². COBERTURA COM ESTRUTURA TRELIÇADA Q30/Q50 COM PÉ-DIREITO MÍNIMO DE 7M, ASAS LATERAIS PARA SUPORTE DE SOM, LONA ANTICHAMA BRANCA, TELAS PARA FECHAMENTO DE FUNDO E LATERAIS, ATERRAMENTO, EXTINTORES E LUZ DE EMERGÊNCIA, DEVIDAMENTE ESTAIADO PARA SEGURANÇA. ART DA ESTRUTURA METÁLICA. HOUSE MONITOR ANEXO AO PALCO DE 4M X 2M COBERTA E COMPLETAMENTE FECHADA, HOUSE MIX COM TENDA 5X5M COM GRADES DE ISOLAMENTO E LEVADA DO CHÃO EM NO MÍNIMO 10CM.	D		6,000	8.850,0000	53.100,00
3	LOCAÇÃO DE PRATICÁVEIS MODULARES DE 2M X 1M EM ALUMÍNIO, COM CHAPA DE COMPENSADO NAVAL 22MM PÉS COM REGULAGEM DE ALTURA DE 0,3M A 1,0M, ESCADA DE ACESSO COM CORRIMÃO, TECIDO PRETO PARA ACABAMENTO, CAPACIDADE DE CARGA CERTIFICADA DE 150 KG POR M². ART DA ESTRUTURA METÁLICA MONTAGEM EM AMBIENTES FECHADOS PARA FORMAR PALCO OU PASSARELA	UN		50,000	94,0000	4.700,00
4	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, CONTENDO: - 02 CAIXAS DE SUB 1000 W; - 04 CAIXAS DE LINE ARRAY 750 W; - SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE ÁUDIO; - 02 MONITORES DE RETORNO 600 W COM AMPLIFICAÇÃO; - 01 MESA DE SOM 16 CANAIS; - 01 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA; - 04 MICROFONES COM PEDESTAIS; - 04 CABOS PARA INSTRUMENTOS; - 04 DIRECT BOX - TODO O CABEAMENTO NECESSÁRIO; - 1 (UM) TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO EVENTO E UMA PESSOA PARA AUXILIAR NO PALCO. ILUMINAÇÃO: - 06 REFLETORES EM LED 3 W; - 04 MOVING BEAM 200; - 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 1500 W; - 01 (UM) GRID EM ALUMÍNIO PADRÃO Q30 TAMANHO 7 M X 5 M COM PÉ DIREITO DE 4 M; - MESAS DE LUZ DMX 1024 CANAIS ART DA ESTRUTURA ELÉTRICA DO EVENTO. 02 TÉCNICOS DE SOM E LUZ PARA OPERAÇÃO E ACOMPANHAMENTO EM TEMPO INTEGRAL	D		5,000	1.535,0000	7.675,00
5	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, PARA ATENDER RIDER TÉCNICO DE CONCERTOS DE GRANDE PORTE COM ORQUESTRA CAMERATA / BANDA INSTRUMENTAL, AO AR LIVRE CONTENDO: - 08 CAIXAS DE SUB 1000 W; - 12 CAIXAS DE LINE ARRAY 750 W; - SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE ÁUDIO; - 06 MONITORES DE RETORNO 600W COM AMPLIFICAÇÃO; - 02 MESAS DE SOM DIGITAIS DE 32 CANAIS; - MULTICABO 36 CANAIS 50M - 01 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA; - 16 MICROFONES DINÂMICOS COM PEDESTAIS SM57; - 10 MICROFONES DINÂMICOS COM PEDESTAIS SM58; - 08 DIRECT BOX - TODO O CABEAMENTO NECESSÁRIO; ILUMINAÇÃO: - 18 REFLETORES EM LED 3 W; - 12 MOVING BEAM 200; - 04 MINI BRUTI 2600W - 06 SET LIGHT 1000W - 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 1500 W; - 01 (UM) GRID EM ALUMÍNIO PADRÃO Q30 TAMANHO 10 M X 6M COM PÉ DIREITO DE 6 M E UMA BARRA/TRAVESSA CENTRAL; - MESAS DE LUZ DMX 1024 CANAIS ART DA ESTRUTURA METÁLICA E ELÉTRICA DO EVENTO. 03 TÉCNICOS DE SOM E LUZ PARA OPERAÇÃO E ACOMPANHAMENTO EM TEMPO INTEGRAL	D		4,000	3.765,0000	15.060,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/8  
 Processo Nº.: 5/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019

**Fornecedor: 6456 - N.Z. SERVICOS E LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LOCAÇÃO DE CADEIRAS DE PLÁSTICO BRANCA SEM BRAÇO, COM CAPACIDADE PARA SUPOSTAR DE 90 KG A 120 KG, 100 CADEIRAS.	D		7.000	580.0000	4.060,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/8

Processo Nº.: 5/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/8

Processo Nº.: 5/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/8  
Processo Nº.: 5/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 5/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/8  
Processo Nº.: 5/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2019

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 31 de Outubro de 2019.

**SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	CNPJ: 11.496.694/0001-16	_____
MAIKEL EDUARDO REDANTE SOM	CNPJ: 10.649.946/0001-37	_____
MIRIAN MEDEIROS 91519675968	CNPJ: 15.840.196/0001-08	_____
N.Z. SERVICOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 04.708.752/0001-62	_____
RUDIMAR RISSI	CNPJ: 12.213.170/0001-33	_____

# Canelinha

## PREFEITURA

### CREENCIAMENTO 015/FHMC/2019

Publicação Nº 2211574

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Credenciamento 015/FHMC/2019

OBJETO: Este procedimento tem por objeto credenciar pessoas jurídicas prestadoras de serviços de laudos online de imagens radiológicas e responsabilidade técnica, visando atender os habitantes do Município de Canelinha, de acordo especificações constantes do Termo de Referência e demais Anexos constantes deste Edital. PERÍODO DE CREENCIAMENTO: 22/10/2019 à 31/12/2019. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 23 de outubro de 2019. VANDERLEIA ROSA – DIRETORA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

### PREGÃO PRESENCIAL 029/FMS/2019

Publicação Nº 2211577

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Presencial 029/FMS/2019

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, a aquisição de 24 (vinte e quatro) TABLETS para uso dos agentes de Saúde do Município de Canelinha, de acordo com especificações e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 12 de novembro de 2019, às 08:30hrs. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 30 de outubro de 2019.

VERA LUCIA DE JESUS  
Secretária de Saúde.

### PREGÃO PRESENCIAL 156/PMC/2019

Publicação Nº 2212157

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Presencial 156/PMC/2019

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a aquisição de Botijão de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) P13 e água mineral, para as Escolas e Creches do Município de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 12 de novembro de 2019, às 10h00min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 30 de outubro de 2019. Rosângela Maria Leal Cordeiro – Secretária de Educação, Cultura e Esportes

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 251/2019

Publicação Nº 2212404

DECRETO Nº. 251/2019

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.328 de 19/12/2018 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, o valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção Básica

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.57 – Ações de Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 195.000,00

Recursos 23805 – SUS União – Custeio – At. Básica

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 (Lei nº. 6.327/2018) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2019 (Lei nº. 6.328/2018) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), observando a arrecadação prevista e o valor arrecadado do exercício de 2019, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto	B Valor arrecadado	C Excesso arrecadado	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
23805	0,00	195.000,00	195.000,00	195.000,00
TOTAL				195.000,00

Fonte: SMAFO 2019

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/10/2019.

**PORTARIA Nº 1476/2019**

Publicação Nº 2212102

## PORTARIA Nº 1476/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e Lei Municipal nº 2.305/1990;

## RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de outubro de 2019, ao servidor ARI JOSNEI SCHULTZ CORDEIRO, efetivo no cargo de Borracheiro, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 11.906/SMO/2019.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de outubro de 2019, ao servidor ANTONIO NEILO CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Maquina, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 11.906/SMO/2019.

Art. 3º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Outubro de 2019, ao servidor ELDER RODRIGO CORDEIRO, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 11.906/SMO/2019.

Art. 4º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de outubro de 2019, ao servidor EDEMILSON JOEL PAZDA, efetivo no cargo de Operador de Maquina, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 11.906/SMO/2019.

Art. 5º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de outubro de 2019, ao servidor JOAREZ DE OLIVEIRA FRANCO, efetivo no cargo de Operador de Maquina, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 11.906/SMO/2019.

Art. 6º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de outubro de 2019, ao servidor NERY PAZDA, efetivo no cargo de Operador de Maquina, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 11.906/SMO/2019.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1477/2019**

Publicação Nº 2212101

## PORTARIA Nº. 1477/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

## CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a MICHELE APARECIDA LEITE, que exerce o cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, atuando no CEI Landi Ama Neppel, junto a Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 21/10/2019 a 17/04/2020, conforme Memorando nº 12.644/SME/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

.

**PORTARIA Nº 1478/2019**

Publicação Nº 2212091

PORTARIA Nº. 1478/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, artigo 66 da Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e Decreto Municipal nº 140/2018;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Gratificação de Função de 30%, a partir de Outubro de 2019, a servidora ZENILDA LEMOS DE SOUZA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Memorando nº 12.637/SEMAS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de Outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1479/2019**

Publicação Nº 2212089

PORTARIA Nº. 1479/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora LILI NIZER, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 18/11/2019 a 02/12/2019, conforme Memorando nº 12.529/SEMAS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1480/2019**

Publicação Nº 2212095

PORTARIA Nº. 1480/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido CAROLINA FOULETTO, que exerce o cargo de Professor de Inglês, 20 horas semanais, na EBM Gertrudes Muller, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/10/2019, conforme Memorando nº 12.589/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/10/2019.

**PORTARIA Nº 1481/2019**

Publicação Nº 2212075

PORTARIA Nº. 1481/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora JÉSSICA DE JESUS VIEIRA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 04/11/2019 a 13/11/2019, conforme Memorando nº 12.527/SEMAS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1482/2019**

Publicação Nº 2212057

PORTARIA Nº. 1482/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**PRORROGAR**

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de VIRLENE DE JESUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, que exerce o cargo de Professor de Inglês, 20 horas semanais, no GEM Gertrudes Muller, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 25/10/2019 a 13/12/2019, conforme Memorando nº 12.614/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1483/2019**

Publicação Nº 2212070

PORTARIA Nº. 1483/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município artigo 123, da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL**

Art. 1º - Fica concedido auxílio funeral a JULIANE LUCACHINSKI NIELSEN, tendo em vista o falecimento de sua mãe, a pensionista ZENILDA LUCACHINSKI, ocorrido no dia 09 de outubro de 2019, conforme Protocolo nº 5.882/2019.

Parágrafo Único: O auxílio funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteados ou quem mantinha sob guarda, e ainda, nos casos de falecimento de pais quando estes forem seus dependentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

## **PORTARIA Nº 1484/2019**

Publicação Nº 2212052

PORTARIA Nº. 1484/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a CLEUSA MARIA FERREIRA DIAS, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, no CEI Emília Ferrero, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/10/2019, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, conforme Memorando nº 12.702/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

## **PORTARIA Nº 1485/2019**

Publicação Nº 2212045

PORTARIA Nº. 1485/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KALVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 18/11/2019 a 27/11/2019, conforme Memorando nº 12.027/SMAFO/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora DANIELA CRISTINA DA SILVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 18/11/2019 a 27/11/2019, conforme Memorando nº 12.027/SMAFO/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1486/2019**

Publicação Nº 2212040

PORTARIA Nº. 1486/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CESSAR PENSÃO**

Art. 1º - Fica cancelada a pensão concedida à ZENILDA LUCACHINSKI, pensionista junto ao Gabinete do Prefeito, por motivo de seu falecimento, a partir de 09/10/2019, conforme Memorando nº 12.721/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1487/2019**

Publicação Nº 2212034

PORTARIA Nº 1487/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e Lei Municipal nº 2.305/1990;

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de outubro de 2019, ao servidor ADÃO LUIZ DE SOUZA LEITE, efetivo no cargo de Construtor de Pontes e Bueiros, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 12.720/SMO/2019.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de outubro de 2019, ao servidor CARLOS EDUARDO TAVARES, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 12.720/SMO/2019.

Art. 3º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Outubro de 2019, ao servidor NELSON FONSECA, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 1.720/SMO/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1488/2019**

Publicação Nº 2212028

PORTARIA Nº. 1488/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**RETIRAR**

Art. 1º. Fica retirada, a partir de 28 de outubro de 2019, a gratificação de função de 40%, de Diretor Escolar da EBM Alzirinha da Silva Corrêa, concedido a servidora MARILDA APARECIDA DRANKA, retornando ao cargo efetivo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, com 30% de regência, sendo 20 horas na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa e 20 horas no GEM. Profª Xeila Elisabete Cornelsen, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Memorando nº 12.622/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

## **PORTARIA Nº 1489/2019**

Publicação Nº 2212002

PORTARIA Nº. 1489/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor WILSON MURARA JUNIOR, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 04/11/2019 a 13/11/2019, conforme Memorando nº 12.251/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2019.

## **PORTARIA Nº 1490/2019**

Publicação Nº 2212010

PORTARIA Nº. 1490/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a JOLSIMARI ERZINGER, que exerce o cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, atuando na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto a Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 21/10/2019 a 17/02/2020, conforme Memorando nº 12.727/SME/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1491/2019**

Publicação Nº 2212005

PORTARIA Nº. 1491/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor SILVONEI REGINALDO ROMANOVSKI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 20/11/2019 a 29/11/2019, conforme Memorando nº 12.264/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1494/2019**

Publicação Nº 2212003

PORTARIA Nº. 1494/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 51 (cinquenta e um) dias de Licença Prêmio a servidora MARILDA APARECIDA DRANKA, efetiva no cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa e GEM Professora Xeila Elisabete Cornelsen, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período de 28/10/2019 a 17/12/2019, conforme Memorando nº 12.565/SME/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/10/2019.

**PORTARIA Nº 1517/2019**

Publicação Nº 2212022

PORTARIA Nº. 1517/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido ECILDA APARECIDA GREIM, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, período vespertino, na EBM Guilhermina Maria da Veiga Ferreira, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/10/2019, conforme Memorando nº 13.035/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/10/2019.

**PORTARIA Nº 1522/2019**

Publicação Nº 2212024

PORTARIA Nº. 1522/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 14 da Portaria nº. 1460/2019, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 14 - Fica concedido a servidora AURIA TAMARA CHUK, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do "Ensino Médio", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de outubro de 2019, conforme Decisão Judicial nos Autos nº 0300907-81.2018.8.24.0015.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/10/2019.

**PORTARIA Nº 1523/2019**

Publicação Nº 2211999

PORTARIA Nº. 1523/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de FABIANE BARBOSA POSANSKI, que exerce o cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 02/11/2019 a 14/06/2020, conforme Memorando nº 13.228/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/10/2019.

**PORTARIA Nº 1524/2019**

Publicação Nº 2212000

PORTARIA Nº. 1524/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a NATANIELE LEITE, que exerce o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, atuando no CEI Vinícius de Moraes, junto a Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 24/10/2019 a 20/04/2020, conforme Memorando nº 13.289/SME/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/10/2019.

**PORTARIA Nº 1525/2019**

Publicação Nº 2211996

PORTARIA Nº. 1525/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**INTERROMPER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam interrompidas as férias concedidas a AMANDA CRISTINA HOFFMANN DA SILVA, efetiva no cargo de Odontólogo Periodontia, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/10/2019, conforme Memorando nº 13.257/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/10/2019.

**PORTARIA Nº 1526/2019**

Publicação Nº 2212026

PORTARIA Nº. 1526/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - Fica nomeada AMANDA SUCHARA, para exercer o cargo de Encarregado, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 01/11/2019, conforme Memorando nº 12.856/SMODU/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/10/2019.

**PORTARIA Nº 1527/2019**

Publicação Nº 2211995

PORTARIA Nº. 1527/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora NEUSI APARECIDA PAULUK KIESKI, efetiva no cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, sendo 20 horas no período matutino na EBM Aroldo Carneiro de Carvalho e 20 horas no período vespertino no GEM Frei Fabiano, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, a desfrutar no período de 01/11/2019 a 30/11/2019, conforme Memorando nº 13.305/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/10/2019.

**PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº FMAS 04/2019**

Publicação Nº 2212071

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº FMAS 04/2019, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS AS MELHORIAS NO CENTRO MULTIUSO – SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SITUADO NA RUA 03 DE MAIO, Nº 146, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM O QUE SE ENCONTRA DEFINIDO NA ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de 2019, às 13h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa Metalinio Metalurgica e Construtora, representada pela Sra. Fernanda Fernandes Freitas Nascimento. Primeiramente foi verificado todo o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação da empresa participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representante presente. O CNPJ da empresa participante foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante não consta como inidônea no referido Portal. A empresa Metalinio Metalurgica e Construtora apresentou documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participa com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou a empresa Metalinio Metalurgica e Construtora, HABILITADA no certame. Aberta a palavra a participante, a mesma declinou de usá-la. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja, a empresa Metalinio Metalurgica e Construtora. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA, o valor para execução da totalidade do serviço previsto no edital ficou assim distribuído: em 1º lugar a empresa Metalinio Metalurgica e Construtora, com o valor GLOBAL de R\$ 29.170,62. A comissão DECLAROU vencedora a empresa Metalinio Metalurgica e Construtora do certame, com o valor GLOBAL de R\$ 29.170,62. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva  
Presidente Secretário Membro Membro

Metalinio Metalurgica e Construtora

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 122/2019 (ELETRÔNICO)**

Publicação Nº 2211503

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 122/2019 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/11/2019, às 15h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAVALO MECÂNICO, ANO E MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2020 E INSTALAÇÃO DE GUINDASTE NO MESMO, PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 14h00min, no endereço eletrônico [www.licitações-e.com.br](http://www.licitações-e.com.br) do dia 13/11/2019. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 123/2019 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 2211506


MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 123/2019 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/11/2019, às 08h20min, licitação para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORATIVOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO NATALINA NAS PRAÇAS OSWALDO DE OLIVEIRA, LAURO MULLER, RUA FELIPE SCHIMTD, PRAÇA DO ALTO DAS PALMEIRAS, PORTAL DE CANOINHAS E ROTATÓRIA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 13/11/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 118/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2212076



**Prefeitura Municipal de Canoinhas**  
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC  
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700  
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital  
1586-8081-366

Página  
1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

**Licitação:** PR118/2019      **Modalidade:** Pregão      **Julgamento:** Global      **Registro de preço:** Não      **Controla quantidade:** Sim  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE INTERRUPTOR ELÉTRICO E VÁLVULA HIDRAULICA PARA REPAROS MECANICOS NA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

<b>Fornecedor:</b> 2832 - DANINA COMERCIAL EIRELI ME		<b>CPF/CNPJ:</b> 13.550.358/0001-30		<b>Valor total (R\$):</b>		5.708,00
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
30/10/2019	1	63884 - INTERRUPTOR ELÉTRICO (SENSOR DO COMANDO DO BREKE	UNIDADE	1,00000	1.538,00000	1.538,00
30/10/2019	2	63885 - VÁLVULA HIDRAULICA FREIO (VÁLVULA SELONOIDE FREIO BREKE)	UNIDADE	1,00000	4.170,00000	4.170,00
<b>Total Adjudicado (R\$):</b>						5.708,00

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$):

5.708,00

**Gilberto dos Passos**  
Prefeito

**Winston Beyersdorff Lucchiari**  
Assessor Jurídico

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI N.º 6.438 DE 30/10/2019**

Publicação Nº 2211911

LEI N.º 6.438 de 30/10/2019  
CONCEDE ALVARÁ PROVISÓRIO DE TÁXI

O Vereador Célio Galeski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica concedido um alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi no ponto nº 02, vaga nº 02 localizado na Praça Lauro Müller, na Rua Vidal Ramos, esquina com a rua Eugênio de Souza, conforme declaração de vacância emitida no Departamento de Trânsito de Canoinhas - DETRACAN, para Moacir Kogi inscrito no CPF com o nº 382.271.009-10.

Art. 2º A concessão do alvará provisório fica condicionado ao cumprimento das exigências legais contantes na Lei Municipal nº 2.608, de 27/10/93.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando a Lei Municipal nº 4.145, de 28/03/2007.

Célio Galeski  
Vereador Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 30/10/2019.

**LEI N.º 6.439 DE 30/10/2019**

Publicação Nº 2211913

LEI N.º 6.439 de 30/10/2019  
CONCEDE ALVARÁ PROVISÓRIO DE TÁXI

O Vereador Célio Galeski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica concedido um alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi no ponto nº 04, localizado no Bairro Alto das Palmeiras, na Praça Papa João XXIII, conforme declaração de vacância emitida no Departamento de Trânsito de Canoinhas - DETRACAN, para Fernando Augusto da Rocha Correa inscrito no CPF com o nº 552.487.649-04.

Art. 2º A concessão do alvará provisório fica condicionado ao cumprimento das exigências legais contantes na Lei Municipal nº 2.608, de 27/10/93.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Célio Galeski  
Vereador Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 30/10/2019.

# Capinzal

## PREFEITURA

### FMS CONTRATO 0063/2019

Publicação Nº 2211643

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0063/2019		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: WELINTON CESA 05962220927		
Valor ..... : 43.216,50 (quarenta e três mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)		
Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 31/10/2020		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2019 Processo_Licitatório.....: 0045 / 2019		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para confecção, instalação e manutenção de persianas, nas Unidades da Secretaria da Saúde. Com Recursos Próprios e Federal		
Capinzal, 31 de Outubro de 2019		

### PMC CONTRATO 0305/2019

Publicação Nº 2212200

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0305/2019		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA EPP		
Valor ..... : 62.750,00 (sessenta e dois mil setecentos e cinquenta reais)		
Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 31/10/2020		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0090/2019 Processo_Licitatório.....: 0172 / 2019		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada de engenharia, para execução de serviços de material e mão-de-obra para execução de pintura de sinalização horizontal e vertical em vias públicas do município de Capinzal/ SC, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, insumos e equipamentos necessários a referida execução. Com recursos próprios		
Capinzal, 31 de Outubro de 2019		

### PORTARIA 1215/2019

Publicação Nº 2211775

PORTARIA Nº 1215 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Dispõe sobre a Comissão Especial de Avaliação, formada por:

- I - Sergio Luiz Riquetti, inscrito no CPF nº 598.459.539-72 e CRECI nº 6614;
- II - Luiz Gustavo Deuner, inscrito no CPF nº 294.898.499-87 e CRECI nº 12041;
- III - Carolina Baretta, inscrita no CPF nº 077.602.849-93 e CRECI nº 141.419-2.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação de 26 (vinte e seis) lotes urbanos não edificados, localizados no Loteamento Esperança, no Município de Capinzal (SC):

I - QUADRA 391:

- 1. LOTE 01 - Área – 506,31 m².

2. LOTE 04 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
3. LOTE 06 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
4. LOTE 07 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
5. LOTE 08 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
6. LOTE 09 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
7. LOTE 10 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
8. LOTE 13 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
9. LOTE 14 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
10. LOTE 15 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
11. LOTE 16 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
12. LOTE 17 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
13. LOTE 18 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
14. LOTE 19 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
15. LOTE 20 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.
16. LOTE 21 - Área – 356,40 m<sup>2</sup>.

II - QUADRA 392:

1. LOTE 01 - Área – 384,99 m<sup>2</sup>.
2. LOTE 02 - Área – 355,68 m<sup>2</sup>.
3. LOTE 03 - Área – 355,68 m<sup>2</sup>.
4. LOTE 04 - Área – 355,68 m<sup>2</sup>.
5. LOTE 05 - Área – 355,68 m<sup>2</sup>.
6. LOTE 06 - Área – 355,68 m<sup>2</sup>.
7. LOTE 07 - Área – 355,68 m<sup>2</sup>.
8. LOTE 08 - Área – 355,68 m<sup>2</sup>.
9. LOTE 09 - Área – 355,68 m<sup>2</sup>.
10. LOTE 10 - Área – 355,68 m<sup>2</sup>.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de vinte (20) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 08 de outubro de 2019.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/41/2019**

Publicação Nº 2211833

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/41/2019

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: PAULO ROBERTO CALLUANS CONSTRUÇÕES ME

CNPJ DO CONTRATADO: 32.187.134/0001-50

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DOS SISTEMAS (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS E RESERVATÓRIOS) DE ÁGUA E ESGOTO DOS MUNICÍPIOS DE CAPINZAL E OURO/SC, (COM FORNECIMENTO DE ART/RRT DE EXECUÇÃO). COMPREENDE O OBJETO DESTES CONTRATO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO, O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PREGÃO Nº CAO/29/2019 E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL: R\$ 63.000,00 (SESSENTA E TRES MIL REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

VIGÊNCIA: 01/11/2019 A 30/01/2020.

SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PAULO ROBERTO CALLUANS - ADMINISTRADOR

**PORTARIA Nº 49/2019/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 2212414

PORTARIA Nº 49/2019/SIMAE-CAO, de 29 de outubro de 2019.

Nomeia servidores para constituir a Comissão de Avaliação das Estações de Tratamento de Água (ETA) da Autarquia, na forma que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, Sidnei Penzo, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o art. 7º do Decreto Municipal nº 196, de 16 de dezembro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os servidores EDILSON DOS SANTOS VILARINO, FRANCIELI A. DA ROSA e NATÁLIA Z. BOARETTO, para constituírem a comissão responsável pelos procedimentos de avaliação das Estações de Tratamento de Água (ETA) da Autarquia, em integral observância às disposições do Decreto nº 196, de 16 de dezembro de 2014, do município de Capinzal/SC.

Art. 2º A avaliação deverá ser realizada até 10 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 50/2019/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 2211843

PORTARIA Nº 50/2019/SIMAE-CAO, DE 31 de outubro de 2019.

Designa servidores para comporem a Comissão de Acompanhamento e Recebimento de Obra, na forma que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

**RESOLVE:**

DESIGNAR os servidores Natália Z. Boaretto, Valdir Morosini e Dionísio A. Rosset para comporem a Comissão de Acompanhamento e Recebimento da obra de execução de Reforma dos sistemas (estações de tratamento, estações elevatórias e reservatórios) de água e esgoto dos municípios de Capinzal e Ouro/SC, que será executada pela empresa Paulo Roberto Calluans Construções ME – Contrato nº CAO/41/2019, observadas as condições estabelecidas no Edital de Licitação nº CAO/29/2019 e seus anexos.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0137/2019- PREGÃO Nº 0084/2019**

Publicação Nº 2212549

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0137/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0084/2019

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de materiais de higiene e limpeza visando a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde através do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do município de Catanduvas – SC.

Abertura das Propostas: 08h45min, do dia 14 de novembro de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 31 de outubro de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)

Catanduvas – SC, 31 de outubro de 2019.

Ely Terezinha Magnabosco Moterle  
Secretária Municipal de Saúde

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 03/2019, CONCURSO PUBLICO 01/2019

Publicação Nº 2212460

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2019

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Concurso Publico nº 001/2019, para comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Caxambu do Sul, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 615, Centro, conforme se especifica a seguir:

CARGO: AGENTE DE CONTROLE INTERNO			
Nº DE CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	NOME
2º	294	40 HS SEMANAIS	PAULA CAMILA CATTANI

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da Administração Municipal;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Caxambu do Sul/SC, 01 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET

Prefeito

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 43-2019 - PROCESSO N. 81-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 54-2019

Publicação Nº 2211328

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/8  
Processo Nº.: 81/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2019

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2019

No dia 17 do mês de Outubro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITA MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 54/2019, Processo Licitatório nº. 81/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de Pneus Novos para atender as necessidades dos veículos da frota municipal, lotados do Fundo de Saúde e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
5186	BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	2, 4, 13, 14, 19, 23, 29
4949	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	5, 11, 22, 26, 27, 28
4574	CP COMERCIAL S/A	9, 18
5185	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI	1, 3, 6, 7, 8, 10, 15, 16, 17, 21, 24, 25, 30
2425	MODELO PNEUS LTDA	
4948	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA	12

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	17.450.564/0001-29	JOÃO MARCO KRIEK DE SOUZA	046.957.909-98
COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	03.725.261/0001-67	VANDERLEI SCHULTER BOEING	642.495.909-25
CP COMERCIAL S/A	08.888.040/0009-80	DOUGLAS CANSAN	828.359.180-00
DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI	26.723.181/0001-78	GIBRAN JOSÉ DAMBROWSKI	047.323.029-12
MODELO PNEUS LTDA	94.510.682/0001-26	SANDRO OLIVEIRA HORNER	802.052.400-20
PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA	23.794.633/0001-14	FELIPE CHELEGEL	098.442.439-39

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 . O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de Pneus Novos para atender as necessidades dos veículos da frota municipal, lotados do Fundo de Saúde e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2 . A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4574 - CP COMERCIAL S/A						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	PNEU 18X4X30 COM 10 LONAS (TRATOR AGRICOLA)	Un	AMAZON GRI	4,000	1.899,0000	7.596,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/8  
Processo Nº.: 81/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2019

**Fornecedor: 4574 - CP COMERCIAL S/A**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	PNEU 275X80 R22.5 16 LONAS RADIAL BORRACHUDO TRAZEIRO PROFUNDIDADE MINIMA DE SULCO DE 18 MM 149/146L	Un	DRCD941	40,000	1.180,0000	47.200,00

**Fornecedor: 4948 - PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	PNEU 175X70 R13 RADIAL 82 T	Jn	FUZION STA	40,000	157,0000	6.280,00

**Fornecedor: 4949 - COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	PNEU 1000X20 COM 16 LONAS RADIAL MISTO	Jn	Speedmax MD	8,000	1.210,0000	9.680,00
11	PNEU 175X70 R14 RADIAL 10 LONAS CAPACIDADE 88 T	Jn	Forceum cosa	8,000	204,0000	1.632,00
22	PNEU 185X65 R15	Jn	Durable	12,000	200,0000	2.400,00
26	PNEU 185X65 R15 88H	Jn	Durable	12,000	200,0000	2.400,00
27	PNEU 195/55 R16	Jn	Wanli	2,000	265,0000	530,00
28	PNEU 205/55 R 16	Jn	Durable	6,000	230,0000	1.380,00

**Fornecedor: 5185 - DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 19,5X 24 TRAZEIRO 12 LONAS (RETROESCAVADEIRA)	Jn	FARMBOY	6,000	2.095,0000	12.570,00
3	PNEU 175 X 70/R 14 RADIAL 10 LONAS	Jn	SUNSET	8,000	185,0000	1.480,00
6	PNEU 12.5X80, 18, COM 12 LONAS (RETROESCAVADEIRA)	Jn	FARMBOY	6,000	985,0000	5.910,00
7	PNEU 14X17.5 NHS 12 LONAS (RETROESCAVADEIRA)	Jn	FARMBOY	4,000	1.100,0000	4.400,00
8	PNEU 12X4X24 COM 6 LONAS (TRATOR AGRICOLA)	Jn	FARMBOY	4,000	976,0000	3.904,00
10	PNEU 205X75 R16 RADIAL COM 8 LONAS	Jn	DURABLE	28,000	345,0000	9.660,00
15	PNEU 700X16 COM 10 LONAS BORRACHUDO CONVENCIONAL TRAZEIRO CARGA E	Jn	MAGGION	12,000	435,0000	5.220,00
16	PNEU 700X16 COM 10 LONAS LISO CONVENCIONAL DIANTEIRO CARGA E	Jn	MAGGION	8,000	425,0000	3.400,00
17	PNEU 275X80 R22.5 RADIAL 16 LONAS MISTO DIANTEIRO PROFUNDIDADE MINIMA DE 18 MM 149/146L	Jn	DURABLE	20,000	1.145,0000	22.900,00
21	PNEU 20,5/25 L-3 16 LONAS CARREGADEIRA JCB	Jn	ROADGUIDE	8,000	4.180,0000	33.440,00
24	PNEU 195X65 R15 85H	Jn	GOODRIDE	12,000	234,0000	2.808,00
25	PNEU 225X75 R16C 118/116R	Jn	GOODRIDE	24,000	358,0000	8.592,00
30	PNEU 185X70 R14 88T	Jn	SUNSET	16,000	203,0000	3.248,00

**Fornecedor: 5186 - BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PNEU 1000x20, COM 16 LONAS, RADIAL BORRACHUDO CAPACIDADE H	Jn	SPEEDMAX M	36,000	1.159,0000	41.724,00
4	PNEU 215X75, 17.5 COM 12 LONAS MISTO RADIAL CAPACIDADE PR 12	Jn	LINGLONG	42,000	590,0000	24.780,00
13	PNEU 1000X20 16 LONAS CONVENCIONAL LISO DIANTEIRO CAPACIDADE H	Jn	DURABLE	20,000	930,0000	18.600,00
14	PNEU 1000x20, COM 16 LONAS, CONVENCIONAL BORRACHUDO TRAZEIRO CAPACIDADE H	Jn	DURABLE	20,000	915,0000	18.300,00
19	PNEU 1400X24 16 LONAS BORRACHUDO CONVENCIONAL G2	Jn	SWT POWER	24,000	1.770,0000	42.480,00
23	PNEU 225X65 R16 C 112/110	Jn	DURATURN T	12,000	365,0000	4.380,00
29	PNEU 185 R14 102/100 COM 08 LONAS RADIAL (P/ KOMBI)	Jn	XBRICARGO	8,000	236,0000	1.888,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/8  
Processo Nº.: 81/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 . Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2 . Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3 . A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4 . O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3 . Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2 . Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 4/8  
Processo Nº.: 81/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2019

por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

## CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

## CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 5/8  
Processo Nº.: 81/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2019

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 6/8  
Processo Nº.: 81/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2019

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) cancelamento do preço registrado;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
  - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
  - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
  - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 7/8  
Processo Nº.: 81/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2019

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 17 de Outubro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS  
PREFEITA MUNICIPAL

### Empresas Participantes:

BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	CNPJ: 17.450.564/0001-29	_____
COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	CNPJ: 03.725.261/0001-67	_____
CP COMERCIAL S/A	CNPJ: 08.888.040/0009-80	_____
DOSUL PNEUS JOINVILLE EIRELI	CNPJ: 26.723.181/0001-78	_____
MODELO PNEUS LTDA	CNPJ: 94.510.682/0001-26	_____
PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA	CNPJ: 23.794.633/0001-14	_____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 44-2019 - PROCESSO N. 100-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 64-2019**

Publicação Nº 2211333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/8  
Processo Nº.: 100/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44/2019**

No dia 24 do mês de Outubro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 64/2019, Processo Licitatório nº. 100/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de Execução de Serviços de Agrimensura e Topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 13133, bem como, obedecer as especificações contidas na Tabela de Serviços (Termo de Referência) - Anexo II. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
5190	ESTOP TOPOGRAFIA E CONSULTORIA LIMITADA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22
1806	FERNANDO MONTIBELLER	
5189	GEONEVES AEROLEVANTAMENTOS LTDA	
5192	ONIGEO GEOTECNOLOGIA LTDA	
5191	ROGEL TAIBA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ESTOP TOPOGRAFIA E CONSULTORIA LIMITADA	28.704.685/0001-76	EDUARDO MENDES PEREIRA	091.800.549-35
FERNANDO MONTIBELLER	061.146.669-41	FERNANDO MONTIBELLER	061.146.669-41
GEONEVES AEROLEVANTAMENTOS LTDA	19.688.739/0001-66	JAIME MELO NEVES	023.994.439-93
ONIGEO GEOTECNOLOGIA LTDA	23.552.855/0001-20	NEWTON WAGNER FERREIRA	303.967.436-68
ROGEL TAIBA	14.122.629/0001-19	GESSINARA XAVIER	093.673.139-77

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de Execução de Serviços de Agrimensura e Topografia, a serem realizados no perímetro urbano e rural do Município de Chapadão do Lageado, que deverão ser executados dentro das Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 13133, bem como, obedecer as especificações contidas na Tabela de Serviços (Termo de Referência) - Anexo II.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1806 - FERNANDO MONTIBELLER						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALINHAMENTO DE LOTE URBANO - Lotes Isolados	Jn		10,000	140,2780	1.402,78
2	Levantamento Topográfico planialtimétrico de Lote Urbano até 2000 m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS	Jn		5,000	448,9178	2.244,59

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/8  
Processo Nº.: 100/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2019

Fornecedor: 1806 - FERNANDO MONTIBELLER						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Levantamento Topográfico planialtimétrico de Lote Urbano acima de 2000 m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS	m²		10.000,000	0,3367	3.367,00
4	Levantamento Topográfico para retificação de Lote Urbano até 2000 m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS	Jn		10,000	561,1472	5.611,47
5	Levantamento Topográfico Cadastral de Terrenos Urbanos até 2000 m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS	Jn		5,000	303,0195	1.515,10
6	Levantamento Topográfico Cadastral de Terrenos Urbanos acima de 2000 m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS	m²		10.000,000	0,4489	4.489,00
7	Levantamento Topográfico para Desmembramento de Lotes Urbanos (02 lotes) - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS	Jn		10,000	280,5736	2.805,74
8	Levantamento Topográfico para Desmembramento de Lotes Urbanos (acima de 02 lotes) LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS	m²		15.000,000	0,5611	8.416,50
9	Levantamento Planialtimétrico e Cadastral (Pavimentação) - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS	m²		20.000,000	0,3367	6.734,00
10	ESTAQUEAMENTO PARA ALINHAMENTO DE POSTES - Unidade	Jn		20,000	48,8198	976,40
11	ESTAQUEAMENTO PARA ALINHAMENTO DE RUAS E MEIO FIO Até 100 Mt	vt		1.000,000	1,1504	1.150,40
12	ESTAQUEAMENTO PARA ALINHAMENTO DE RUAS E MEIO FIO Acima de 100 Mt	vt		1.000,000	0,5611	561,10
13	DEMARCAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM Até 2000 m²	Jn		5,000	606,0390	3.030,20
14	DEMARCAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM Acima de 2000m²	m²		10.000,000	0,2806	2.806,00
15	Levantamento Topográfico para retificação de Lote Urbano acima de 2000m² - LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO DE LOTES URBANOS	m²		10.000,000	0,6734	6.734,00
16	DEMARCAÇÃO DE VALAS SEM NIVELAMENTO	vt		1.000,000	0,4096	409,60
17	DEMARCAÇÃO DE VALAS COM NIVELAMENTO	vt		1.000,000	1,0101	1.010,10
18	LEVANTAMENTO ALTIMETRICO DE EIXO PARA PROJETOS DE DRENAGEM	vt		3.000,000	0,5892	1.767,60
19	NIVELAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	dia		5,000	224,4589	1.122,29
20	DEMARCAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS	vt		5.000,000	0,2806	1.403,00
21	ASSESSORIA TÉCNICA E AGRIMENSURA	tr		100,000	39,2803	3.928,03
22	DEMARCAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	vt		1.000,000	1,5151	1.515,10

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/8  
Processo Nº.: 100/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2019

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2 . Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 . O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 4/8  
Processo Nº.: 100/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2019

meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

## CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 5/8  
Processo Nº.: 100/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2019

7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3 . O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 . Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5 . A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1 . O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2 . O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3 . Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4 . Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8 . A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1 . Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2 . Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9 . Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10 . Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 . O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2 . Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3 . Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1 . É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2 . A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente,

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 6/8  
Processo Nº.: 100/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2019

observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 7/8  
Processo Nº.: 100/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 24 de Outubro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS  
PREFEITA MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ESTOP TOPOGRAFIA E CONSULTORIA LIMITADA

CNPJ: 28.704.685/0001-76

FERNANDO MONTIBELLER

CPF: 061.146.669-41

GEONEVES AEROLEVANTAMENTOS LTDA

CNPJ: 19.688.739/0001-66

ONIGEO GEOTECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 23.552.855/0001-20

ROGEL TAIBA

CNPJ: 14.122.629/0001-19

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 45-2019 - PROCESSO N. 102-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 65-2019**

Publicação Nº 2211615

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2019**

No dia 25 do mês de Outubro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITA MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINIS-TRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 65/2019, Processo Licitatório nº. 102/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Madeira de Eucalipto e Pinus Serrado Tratado a serem utilizadas em construções no Município de Chapadão do Lageado-SC, a ser fornecido pela contratada, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

**Nome da Empresa**

4369

4887

JARDEL BATISTI - ME 2

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME 1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JARDEL BATISTI - ME	18.362.663/0001-11	JARDEL BATISTI	036.598.079-07
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	27.286.283/0001-36	GUILHERME ALEXANDRE	084.739.809-99

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1 . O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Madeira de Eucalipto e Pinus Serrado Tratado a serem utilizadas em construções no Município de Chapadão do Lageado-SC, a ser fornecido pela contratada, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

0.2 . A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4369 - JARDEL BATISTI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

2 PINUS TRATADO SERRADO m³ 70,000 955,0000 66.850,00

Fornecedor: 4887 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

1 EUCALIPTO TRATADO SERRADO m³ 70,000 955,0000 66.850,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

1.1.1 . Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e

do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.1.2 . Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

1.1.3 . A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

1.1.4 . O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

1.1.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

1.1.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

1.3 . Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

1.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

1.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

1.4.2 . Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 . O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

2.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

3.2 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

3.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

3.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

3.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

4.0.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

4.0.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

4.0.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

4.0.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

4.1.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

4.1.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

##### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

4.2.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

4.2.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

4.2.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

4.2.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

4.2.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

6.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

6.3 . O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

6.4 . Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.5 . A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

6.5.1 . O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

6.5.2 . O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

6.5.3 . Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

6.5.4 . Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

6.8 . A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8.1 . Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

6.8.2 . Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

6.9 . Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

6.10 . Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

7.1 . O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.2 . Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3 . Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1 . É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2 . A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.0.2.1 . A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.0.2.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

10.0.2.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

10.0.2.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 25 de Outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
MARLI GORETTI KAMMERS  
PREFEITA MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JARDEL BATISTI - ME CNPJ: 18.362.663/0001-11

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME CNPJ: 27.286.283/0001-36 \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 46-2019 - PROCESSO N. 103-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 66-2019**

Publicação Nº 2211638

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 1/7  
Processo Nº.: 103/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2019**

No dia 29 do mês de Outubro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 66/2019, Processo Licitatório nº. 103/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de argamassa, rejunte e piso cerâmico para atender a demanda do Fundo de Saúde e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com os itens, quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
587	ALEXSON MACHADO ME	1, 2, 3, 4, 5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALEXSON MACHADO ME	00.816.894/0001-92	ALEXSON MACHADO	016.405.389-17

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 . O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de argamassa, rejunte e piso cerâmico para atender a demanda do Fundo de Saúde e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com os itens, quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência.

Todo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2 . A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 587 - ALEXSON MACHADO ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PISO ANTIDERRAPANTE - Placa cerâmica esmaltada de primeira qualidade (Classe A, ou classe extra), indicada para pisos internos sujeitos a lavagem frequente; resistência: química classe A (alta resistência química a produtos domésticos e de piscinas), ao manchamento, à abrasão superficial classe IV (PEI-4), ao risco, a gretagem, ao choque térmico, etc.	m²	CRISTOFOLE	100,000	14,5000	1.450,00
2	ARGAMASSA AC I - ENSACADA MULTI USO - Saco de no máximo 20kg, múltiplo uso, de acordo com as especificações contidas na ABNT-NBR 13281/2005.	Sc	INKOR	30,000	8,9000	267,00
3	REJUNTE COR CINZA PLATINA - Rejunte flexível a base de cimento Portland, classe AR - II (NBR 14992), para azulejo. Cor CINZA PLATINA. Acondicionado em saco de 01 KG.	Sc	INKOR	60,000	2,8000	168,00
4	ARGAMASSA AC II - ENSACADA MULTI USO - Saco de no máximo 20kg, múltiplo uso, de acordo com as especificações contidas na ABNT-NBR 13281/2005.	Sc	INKOR	30,000	16,9000	507,00
5	ARGAMASSA AC III - ENSACADA MULTI USO - Saco de no máximo 20kg, múltiplo uso, de acordo com as especificações contidas na ABNT-NBR 13281/2005.	Sc	INKOR	30,000	33,0000	990,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/7  
Processo Nº.: 103/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 . Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2 . Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3 . A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4 . O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3 . Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2 . Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/7  
Processo Nº.: 103/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2019

por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

##### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

##### 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 4/7  
Processo Nº.: 103/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2019

- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 5/7  
Processo Nº.: 103/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2019

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) cancelamento do preço registrado;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
  - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
  - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
  - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 6/7  
Processo Nº.: 103/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2019

11.1.3.4 .A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 29 de Outubro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS  
PREFEITA MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALEXSON MACHADO ME

CNPJ: 00.816.894/0001-92

**LEI COMPLEMENTAR Nº 104 DE 30.10.2019**

Publicação Nº 2211371

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 104 DE 30.10.2019

Altera o caput do art.41 e acresce §§ 5º e 6º ao art. 78, da Lei Complementar nº 008, de 23 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera o caput e o § 4º do art.41, da Lei Complementar nº 008, de 1999, que passam a vigorar com seguinte redação:

“Art.41. O Décimo Terceiro Vencimento corresponderá a média da remuneração paga no exercício.

§ 4º O servidor exonerado, perceberá o Décimo Terceiro Vencimento, proporcional aos meses de trabalho, calculado sobre a média da remuneração paga no exercício financeiro. (NR)”

Art. 2º Acresce §§ 5º e 6º ao art.78, da Lei Complementar nº 008, de 23.12.99, que passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 78 .....

§ 5º Em casos excepcionais, por motivo de superior interesse público e a critério da Administração, as férias poderão ser usufruídas em dois períodos de 15 (quinze) dias.

§ 6º O adicional de férias previsto no art.46, será pago integralmente quando na concessão do primeiro período.(NR).”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 30 de outubro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**LEI N.º 0723 DE 30.10.2019**

Publicação Nº 2211415

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO****LEI N.º 0723 DE 30.10.2019**

*Institui o Hino Oficial do Município de Chapadão do Lageado e dá outras providências.*

**Art. 1º** Fica instituído o Hino do Município de Chapadão do Lageado, como símbolo oficial, ao lado da Bandeira e do Brasão municipal, na forma dos anexos I e II, partes integrantes desta Lei.

**Art. 2º** A letra do Hino Oficial do Município de Chapadão do Lageado é de autoria e música de Adorivano Bento, Arranjo e Gravação de Odair de Souza e Vozes de Orlando Molinari, Eduardo Molinari e Cesar Ebele.

**Art. 3º** O Hino Oficial do Município de Chapadão do Lageado será executado obrigatoriamente:

- I – Nas cerimônias oficiais do Município;
- II – Nas cerimônias em unidades escolares, incluindo eventos esportivos e culturais.

**Art. 4º** Será permitido o uso do Hino Oficial por particulares, somente em eventos cívicos ou manifestações patrióticas, desde que de forma respeitosa a esse símbolo.

**Art. 5º** Nas cerimônias em que houver o hasteamento simultâneo das Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal, o Hino Oficial do Município de Chapadão do Lageado será executado, facultativamente, após o Hino Nacional Brasileiro.

§ 1º Quando houver a execução do Hino do Estado de Santa Catarina, este antecederá ao do Município.

§ 2º A execução será instrumental ou vocal de acordo com o cerimonial previsto em cada caso.

§ 3º Durante a execução do Hino Oficial do Município, todos devem tomar atitude de respeito, de pé e em silêncio.

§ 4º Não será permitida a execução de arranjos artísticos instrumentais do Hino Oficial do Município de Chapadão do Lageado.

**Art. 6º** Haverá na sede da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado e na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exemplar-padrão de uma gravação digitalizada acompanhada da respectiva Letra e Partitura Musical do Hino Oficial do Município, a fim de servir de modelo obrigatório para reprodução,

constituindo-se instrumento de conferência para a aprovação de exemplares destinados ao público.

**Art. 7º** Os exemplares reproduzidos do Hino Oficial do Município de Chapadão do Lageado não podem ser postos à venda, e só poderão ser distribuídos gratuitamente se trouxerem impresso na capa do CD ou DVD e no corpo do material impresso reproduzido, o nome de seus autores, bem como a Lei Municipal que o instituiu.

**Art. 8º** É obrigatório o ensino do canto e da interpretação da letra do Hino Oficial do Município de Chapadão do Lageado em todos os estabelecimentos educacionais de ensino sediados no município de Chapadão do Lageado.

**Art. 9º** A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes fará a edição oficial de todas as partituras do Hino, bem como promoverá a gravação de sua execução instrumental e vocal, de sua letra declamada, disponibilizando-os a rede municipal e estadual de ensino.

*Parágrafo único:* Incumbe a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, organizar e promover a reprodução das partituras de orquestras do Hino, adaptando-as para bandas e fanfarras e disponibilizando-as a músicos e interessados.

**Art. 10.** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de outubro de 2019.

**MARLI GORETTI KAMMERS**  
Prefeita Municipal

## ANEXO I

**Hino do Município de Chapadão do Lageado**  
**(Letra e música de: Adorivano Bento)**

I

F                      C7                      F                      Bb                      C7  
 Sua história é enaltecida pela luta, de um povo ordeiro e muito trabalhador.

F                      Bb                      F                      G                      C7  
 Sua bandeira representa a nobreza de homens fortes mostrando o seu valor.

F                      C7                      F                      Bb                      C7  
 Nós adoramos nosso pedaço de chão de terra fértil esse nosso solo amado.

F                      Bb                      F                      C7  
 Nosso sustento vem da terra abençoada, ao qual chamamos: Chapadão do  
 F  
 Lageado.

**Estrilho:**

C7                      F                      C7                      F  
 Povo guerreiro e trabalhador, sua riqueza vem do seu suor.

Bb                      F                      C7                      F  
 Terra adorada, meu solo amado, a minha terra chapadão do Lageado.

II

F                      C7                      F                      Bb                      C7  
 Nosso escudo representa toda a luta, desse povo resistindo com bravura.

F                      Bb                      F                      G                      C7  
 Na nossa mesa nunca faltará o pão, bendita seja a nossa agricultura.

F                      C7                      F                      Bb                      C7  
 O nosso verde representa a esperança desse povo Lageadense tão feliz.

F                      Bb                      F                      C7  
 Meu coração é Chapadão do Lageado, a minha terra é tudo o que eu sempre  
 F  
 quis.

**Estrilho:**

C7                      F                      C7                      F  
 Povo guerreiro e trabalhador, sua riqueza vem do seu suor.

Bb                      F                      C7                      F  
 Terra adorada, meu solo amado, a minha terra Chapadão do Lageado.

III

F                      C7                      F                      Bb                      C7  
 A nossa terra valoriza a cultura, a poesia exaltando nosso chão.

F                      Bb                      F                      G                      C7

As tradições e a natureza bela, estão gravadas em nossos corações.

F C7 F Bb C7

A nossa crença, nossa fé e devoção representada pelo nosso Cristo amado.

F Bb F C7 F

Abrindo os braços acolhendo o seu povo, abençoando Chapadão do Lageado.

**Estrilho:**

Povo guerreiro e trabalhador, sua riqueza vem do seu suor.

Terra adorada, meu solo amado, a minha terra Chapadão do Lageado.

## ANEXOS II DA LEI Nº 0723

Publicação Nº 2211481

1

Hino Município Chapadão do Lageado

1 7 9

13

17

21

25

29

33

37

41 3 45

2

49

53

57

61

65

69

73

77

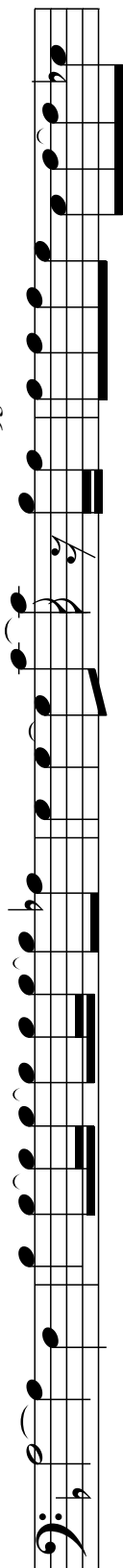
81

85

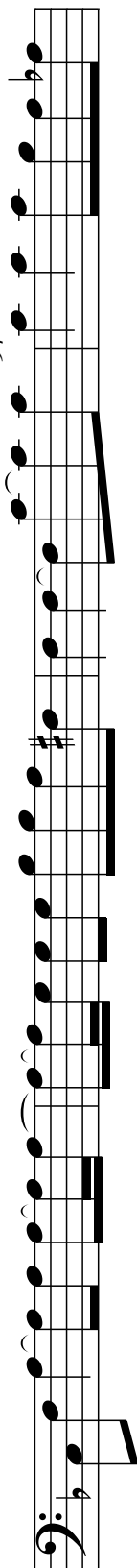
89

3

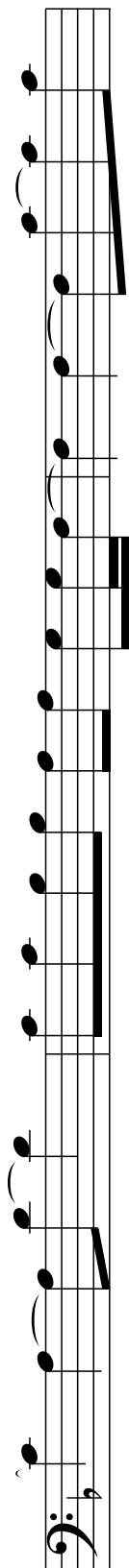
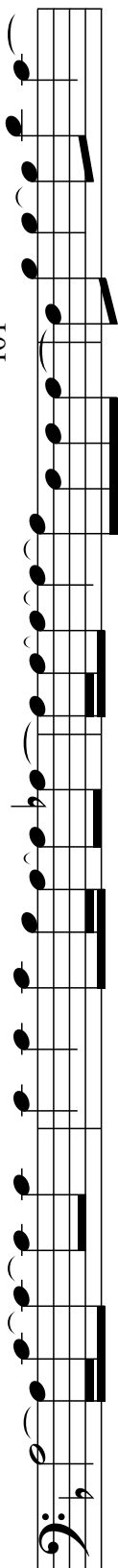
93



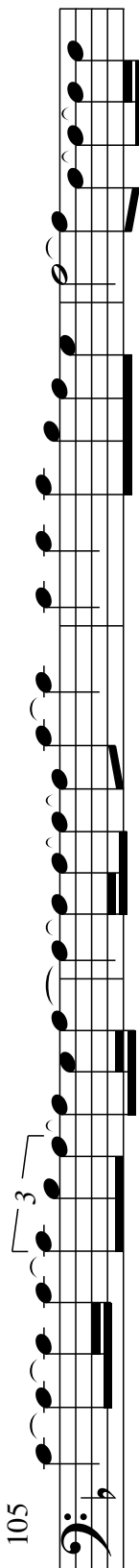
97



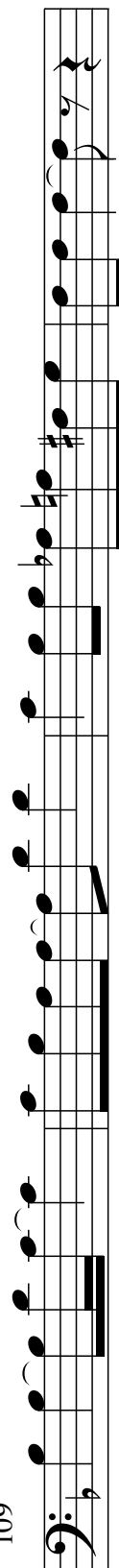
101



105



109



# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 079/2019

Publicação Nº 2212373

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 079/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
04º	318516	LUAN BRANCHER GUSSO MACHADO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal.

### LEI Nº. 7.298, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2212375

#### LEI Nº. 7.298, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Institui a Campanha "Coração de Mulher" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Campanha "Coração de Mulher", de alerta e orientação às mulheres sobre o diagnóstico precoce e prevenção de doenças cardiovasculares.

Parágrafo único. A campanha a que alude o caput será realizada anualmente na última semana de setembro, coincidindo com o Dia Mundial do Coração, celebrado em 29 de setembro, passando a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 2º A Campanha "Coração de Mulher", tem por objetivo reunir entidades que envolvem as mulheres, grupos médicos e representantes da sociedade civil, a fim de promover as seguintes ações para prevenir e/ou que permitam diagnosticar doenças cardiovasculares:

I - palestras;

II - orientações;

III - nutrição;

IV - exames preventivos;

V - verificação de pressão arterial.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº. 8.520, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212377

PORTARIA Nº. 8.520, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Constitui e nomeia Comissão de Sindicância.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018,

RESOLVE :

I – Constituir e nomear Comissão de Sindicância, em face do servidor público municipal, matrícula funcional nº. 30143, ocupante do cargo de Engenheiro Agrimensor e Cartográfico, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para apurar denúncia em que supostamente deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixou de tratar com urbanidade os colegas de trabalho e o público em geral, tanto no próprio local de trabalho como nos demais setores; de promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; de constranger alguém com intuito de obter vantagem de qualquer natureza, prevalecendo-se o agente da sua condição de servidor público ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função; de cometer incontinência pública ou conduta escandalosa, na repartição; de cometer insubordinação grave em serviço; conforme MEMO Nº 16/19 da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

II - Nomear, para compor a comissão, os seguintes servidores públicos municipais:

- a) RAFAEL HAGEMANN – Técnico de Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 58734 – Coordenador.
- b) DAIANE CRISTINA DALACORTE – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 65532 – Membro.
- c) LIDIONAR SERNICE GONÇALVES – Professor Licenciatura Plena, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 45848 – Membro.

III - Fixar o prazo de 30(trinta) dias para realização dos trabalhos da Comissão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 8.521, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212378

PORTARIA Nº. 8.521, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Constitui e nomeia Comissão de Sindicância.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018,

RESOLVE :

I – Constituir e nomear Comissão de Sindicância, em face da servidora pública municipal, matrícula funcional nº. 67836, ocupante do cargo de Médica, lotada na Secretaria de Saúde, para apurar denúncia em que supostamente deixou de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; deixou de ser leal às instituições a que servir; deixou de observar as normas legais e regulamentares; deixou de cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; deixou de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixou de ser assíduo e pontual ao serviço; deixou de tratar com urbanidade os colegas de trabalho e o público em geral, tanto no próprio local de trabalho como nos demais setores; de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; de opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; de promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; de proceder de forma desidiosa; de cometer insubordinação grave em serviço; conforme OFÍCIO GGP/ SESAU 141/2019; Relato de ocorrência; cópia de ata; cópia de cartões-ponto; conversas do WhatsApp; relatórios de atendimento; cópia de atestado médico e demais documentos em anexo.

II - Nomear, para compor a comissão, os seguintes servidores públicos municipais:

- a) ROSANGELA FERRONATO – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 3581 – Coordenadora.
- b) SIMONE SALETE RIBOLI SONAGLIO – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 26279 – Membro.
- c) ELISANGELA MARIA IZIDORO DE CASTRO – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria da Fazenda, matrícula n. 63861 – Membro.

III - Fixar o prazo de 30(trinta) dias para realização dos trabalhos da Comissão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 8.522, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212379

PORTARIA Nº. 8.522, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Constitui e nomeia Comissão de Sindicância.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018,

RESOLVE :

I – Constituir e nomear Comissão de Sindicância, em face do servidor público municipal, matrícula funcional n. 19094, ocupante do cargo efetivo de Médico e em face do servidor público municipal, matrícula funcional n. 4553, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, ambos lotados na Secretaria de Saúde, para apurar denúncia em que supostamente deixaram de ser leal às instituições a que servirem; deixaram de manter conduta compatível com a moralidade administrativa; deixaram de tratar com urbanidade os colegas de trabalho e o público em geral, tanto no próprio local de trabalho como nos demais setores, conforme OFÍCIO GGP/SESAU 106/2019, Memorando n. 15.238/2019 do Centro de Saúde da Família Norte, foto, Memorando n. 15.252/2019 do Centro Especializado em Tuberculose, Hanseníase e Hepatites Virais-CETHH e demais documentos em anexo.

II - Nomear, para compor a comissão, os seguintes servidores públicos municipais:

- a) JORDANA FAREZIN – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria da Fazenda, matrícula n. 70220 – Coordenadora.
- b) ELIS REGINA BURGEL XAVIER – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Infraestrutura Urbana, matrícula n. 33894 – Membro.
- c) IDA CRISTIANE DE MORAES – Atendente de Consultório Dentário, lotada na Secretaria da Fazenda, matrícula n. 19051 – Membro.

III - Fixar o prazo de 30(trinta) dias para realização dos trabalhos da Comissão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 8.523, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212380

PORTARIA Nº. 8.523, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar Sumário.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e observando o disposto na Lei Complementar nº. 617/18,

RESOLVE :

I – Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Sumário, em face da servidora pública municipal, matriculada sob o n. 71603, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, para apurar abandono de cargo, configurado pela ausência intencional ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou seja, de 20 de agosto de 2019 a 19 de setembro de 2019 e para apurar inassiduidade habitual, demonstrada pela falta ao serviço, sem causa justificada, no período de 23 de setembro de 2018 a 23 de setembro de 2019, considerando o Memo nº 56/2019 SCGG/DSG e demais documentos em anexo.

II – Designar, de acordo com o inciso I do artigo 38 da Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018, os seguintes servidores públicos municipais para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Sumário, para apurar as responsabilidades que se refere o inciso I desta Portaria:

- a) KADIGEA KARINE DALAPOSSA – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Assistência Social, matrícula n. 40819 - Presidente.
- b) LINA MARA TUMELERO MATIELLO – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 33298 – Membro.
- c) IDA CRISTIANE DE MORAES – Atendente de Consultório Dentário, lotada na Secretaria da Fazenda, matrícula n. 19051 – Membro.

III - Conceder o prazo previsto no artigo 37 da Lei Complementar nº 617, de 26 de março de 2018 para a conclusão do presente Processo Administrativo Disciplinar Sumário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 8.524, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212383

PORTARIA Nº. 8.524, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar Sumário.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da

Lei Orgânica do Município de Chapecó e observando o disposto na Lei Complementar nº. 617/18,  
RESOLVE :

I – Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Sumário, em face do servidor público municipal, matriculado sob o n. 19781, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Externos, lotado na Secretaria de Infraestrutura Urbana, para apurar abandono de cargo, configurado pela ausência intencional ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou seja, de 10 de setembro de 2019 a 09 de outubro de 2019, considerando o Memo SEINFRA nº 71/2019 e demais documentos em anexo.

II – Designar, de acordo com o inciso I do artigo 38 da Lei Complementar nº. 617, de 26 de março de 2018, os seguintes servidores públicos municipais para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar Sumário, para apurar as responsabilidades que se refere o inciso I desta Portaria:

a) NADIESCA BERNARDY – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 55662 – Presidente.

b) LUZITANIA BOFF– Orientador Educacional Licenciatura Plena, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 4244 – Membro.

c) SIMONE SALETE RIBOLI SONAGLIO – Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, matrícula n. 26279 – Membro.

III - Conceder o prazo previsto no artigo 37 da Lei Complementar nº 617, de 26 de março de 2018 para a conclusão do presente Processo Administrativo Disciplinar Sumário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de outubro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA 79/2019

Publicação Nº 2211925

Portaria Nº 79/19

Dispõe sobre licença de Vereador nos Termos do Artigo 38, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Considerando não haver Reunião Ordinária nesta data fica concedida licença ao Vereador DERLI MAIER, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar de 01 de novembro de 2019, inclusive, para tratar de interesse particular, nos Termos Regimentais em vigor, com base no artigo 38, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 30 de outubro de 2019

ILDO ADÃO ANTONINI
--------------------

Presidente
------------

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 481/19

Publicação Nº 2211776

DECRETO SAF/ Nº 481/19, de 16 de outubro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação

1.006 – Construção de Quadras Poliesportivas para Educação Física	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.36.0058 – Aplicações Diretas	221.000,00

TOTAL ..... R\$ 221.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima se faz necessária pelo excesso ou provável excesso de arrecadação para o exercício de 2019, na fonte de recursos 32 – Recursos de Convênios da União com a Educação, conforme contrato de repasse nº. 873727/2018/ME/CAIXA, Ministérios do Esporte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de outubro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 482/19

Publicação Nº 2211778

DECRETO SAF/Nº. 482/19, de 18 de outubro de 2019.

FIXA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de expediente das repartições públicas do Município, de 23 de dezembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, é assim fixado:

I – Sede da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul:

Das 07h30min às 13h00min;

II – Sistema Municipal de Trânsito – SMT

Das 07h30min às 13h00min;

III – Secretaria de Assistência Social e da Família:

Das 07h30min às 13h00min;

IV – Secretaria de Saúde Pública (Serviço Administrativo) – Unidade Central):

Das 07h30min às 13h00min;

V – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Comunicações:

Das 07h30min às 13h00min;

VI – Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDAC:

Das 07h30min às 13h00min;

VII – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE:  
Das 07h30min às 13h00min;

VIII – Secretaria de Educação, Esporte e Cultura:  
Das 07h30min às 13h00min;

IX – Secretaria de Obras Viárias e Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Abastecimento:  
Das 06h00min às 12h00min.

Parágrafo único. Excetuam-se do cumprimento do disposto no caput deste artigo as Unidades de Saúde ESF's, CAPS, CRAS, CREAS, Farmácia Central e o Pronto Atendimento, que cumprem horários próprios, e as atividades consideradas essenciais ao serviço público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de outubro de 2019.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

## DECRETO SAF/N. 483/19

Publicação Nº 2211965

DECRETO SAF/Nº. 483/19, de 21 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE O PLANTÃO DE FARMÁCIAS E DROGARIAS NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e com base no inciso I, do artigo 45 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 56, da Lei nº. 5.991/73;

CONSIDERANDO que, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina instaurou a Notícia de Fato nº. 01.2018.00024409-6;

CONSIDERANDO o que foi deliberado na reunião realizada no dia 27/09/2019 com os representantes das Farmácias e Drogarias do Município de Cocal do Sul;

CONSIDERANDO que, nenhuma das Farmácias e Drogarias existentes no Município de Cocal do Sul atende após as 22:00 horas;

CONSIDERANDO que, a Unidade de Referência em saúde onde funciona plantão médico no Município funciona até as 22:00 horas;

CONSIDERANDO, que no Município de Cocal do Sul não existe hospital, sendo que a população é atendida nos hospitais existentes nos Municípios de Criciúma, Urussanga e região;

CONSIDERANDO que, no Município de Criciúma existem Farmácias 24 horas.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que após as 22:00 horas, o Plantão das Farmácias e Drogarias se dará através das Farmácias do Município de Criciúma, que trabalham 24 horas.

Art. 2º As Farmácias e Drogarias do Município de Cocal do Sul deverão fixar em local visível, a informação de que após as 22:00 horas, o Plantão das Farmácias e Drogarias se dará através das Farmácias do Município de Criciúma, que trabalham 24 horas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de outubro de 2019.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 484/19**

Publicação Nº 2211780

DECRETO SAF/Nº. 484/19, de 22 de outubro de 2019.  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

CONCEDER a

EVANDRO CIPRIANI, Assistente Administrativo, nomeado pelo Decreto SAF/Nº. 428/12, de 07 de novembro de 2012, a gratificação de função de 20%(vinte por cento), a partir de 01 de outubro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de outubro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 485/19**

Publicação Nº 2211781

DECRETO SAF/Nº. 485/19, de 23 de outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho, LILIAN NOVASKI FAUSTINO, portadora do CPF nº. 031.469.819-12, Professor ACT 20 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 348/19, de 24 de junho de 2019, a partir de 23 de outubro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de outubro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 486/19**

Publicação Nº 2211783

DECRETO SAF/Nº. 486/19, de 23 de outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

EXONERAR

Por Justa Causa, HENRIQUE ALVES DA SILVA, Motorista de Ônibus, nomeado pelo Decreto SAF/N. 254/17, de 04 de maio de 2017, a partir de 23 de outubro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de outubro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 487/19**

Publicação Nº 2211786

DECRETO SAF/Nº. 487/19, de 24 de outubro de 2019.

DESIGNA SERVIDOR A DESEMPENHAR FUNÇÕES DE FISCAL DE OBRAS "AD HOC".

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

DESIGNAR

ANTÔNIO CARLOS FELTRIN, Oficial Administrativo, portador do CPF nº. 623.891.309-68, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo, para desempenhar as funções de Fiscal de Obras "AD HOC", com atribuições definidas na Lei Complementar nº. 35, pelo período de 30(trinta) dias, a contar de 04 de novembro de 2019, em que o titular estará em usufruto de férias.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de outubro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2019 – PMC

Publicação Nº 2211968

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2019 – PMC  
Contratação de Serviços

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização, iluminação, instalação de palco, passarelas e locação de painel de LED e gerador de energia, visando a realização de diversos eventos da programação do "Sonho de Natal 2019", que ocorrerão entre os dias 30/11/2019 e 23/12/2019, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 14/11/2019.

Abertura: dia 14/11/2019 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 31 de outubro de 2019.

WAGNER ISIDORO SIMIONI  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2019 – PMC

Publicação Nº 2211970

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2019 – PMC  
Aquisição de Bens

Objeto: aquisição de toner e cartuchos de tinta para impressoras, para atender as necessidade dos Centros Municipais de Educação Infantil e as Unidades Escolares, com recursos do Fundeb, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 13/11/2019.

Abertura: dia 13/11/2019 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 01 de novembro de 2019.

NEURI COMIN  
Secretário Municipal de Educação

### COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL - CONCORRÊNCIA Nº 5/2019 – PMC

Publicação Nº 2212168

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
CONCORRÊNCIA Nº 05/2019 – PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para a execução de reforma objetivando a requalificação urbana do Calçadão e, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para a execução de readequação da respectiva rede elétrica, situado no Centro do Município, compreendendo parte das Ruas do Comércio, Rua Anita Garibaldi e o Largo Rio Branco, com recursos do programa Pró Transporte, Contrato nº 2623.500.990-72/2017, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

**COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL**

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos à licitante: TD-PANSERA CONSTRUÇÕES LTDA que a licitante ECOLUX ENGENHARIA E ILUMINAÇÃO LTDA, na data de 24 de outubro de 2019, interpôs recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 30 de outubro de 2019.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da CPL

**DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO 258/2011-1 - PMC**

Publicação Nº 2211363

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
DECISÃO ADMINISTRATIVA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 258/2011-1

Processo Licitatório nº 258/2011 PMC  
Concorrência nº 3/2011 PMC  
Licitante: OX COMÉRCIO DE METAIS LTDA - CNPJ: 07.024.816/0001-02.

Encaminhado a Decisão Administrativa pelo Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, pessoalmente, sendo que o mesmo encontrou a empresa de portas fechadas, publicamos, síntese da Decisão Administrativa.

A Decisão na íntegra, pode ser retirada na Diretoria de Compras do Município de Concórdia.

Não acatados os motivos elencados pela Licitante em sua defesa, conforme consta na íntegra da Decisão Administrativa, Decide o Gestor de Contratos, pela aplicação da seguinte penalidade.

- SUSPENSÃO PELO PERÍODO DE 24 (vinte e quatro) meses para licitar ou contratar com o PODER CONCEDENTE, pela recusa em executar, parcial ou totalmente, os serviços objeto do contrato;

Poderá ainda ser apresentado recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei 8.666/93, devendo ainda juntar as provas que julgar necessário.

Concórdia-SC, 31 de outubro de 2019

ANGELO BENINI FANTIN  
Gestor de Contratos

**DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO 81/2011-1 - PMC**

Publicação Nº 2211364

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
DECISÃO ADMINISTRATIVA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 81/2011-1

Processo Licitatório nº 81/2011 PMC  
Concorrência nº 1/2009 PMC  
Licitante: OX COMÉRCIO DE METAIS LTDA - CNPJ: 07.024.816/0001-02.

Encaminhado a Decisão Administrativa pelo Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, pessoalmente, sendo que o mesmo encontrou a empresa de portas fechadas, publicamos, síntese da Decisão Administrativa.

A Decisão na íntegra, pode ser retirada na Diretoria de Compras do Município de Concórdia.

Não acatados os motivos elencados pela Licitante em sua defesa, conforme consta na íntegra da Decisão Administrativa, Decide o Gestor de Contratos, pela aplicação da seguinte penalidade.

- SUSPENSÃO PELO PERÍODO DE 24 (vinte e quatro) meses para licitar ou contratar com o PODER CONCEDENTE, pela recusa em executar, parcial ou totalmente, os serviços objeto do contrato;

Poderá ainda ser apresentado recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei 8.666/93, devendo ainda juntar as provas que julgar necessário.

Concórdia-SC, 31 de outubro de 2019

ANGELO BENINI FANTIN  
Gestor de Contratos

## **ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2019 – PMC**

Publicação Nº 2211972

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
ERRATA Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2019

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO por intermédio de seu Gestor, torna público a correção do edital de Pregão Presencial nº 145/2019 - PMC, cujo objeto é contratação de empresa no ramo de apresentações culturais, eventos e entretenimentos, para coordenar, executar, fornecer figurinos e profissionais para a realização da Cantata de Natal 2019, no dia 30 de novembro de 2019, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. As datas e horários do Recebimento das propostas e abertura do certame permanecem inalterados.

Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164. Concórdia, SC, 31 de outubro de 2019.

WAGNER ISIDORO SIMIONI  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

## **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 284/2018 - PMC**

Publicação Nº 2212182

Contrato Nº : 284/2018  
Aditivo Nº : 1TA Ctr 284/2018/2019  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 123/2018

Objeto : Contratação dos serviços de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, classificados como classe IIA ou IIB, provenientes de podas de árvores e de resíduos volumosos em áreas, vias e logradouros públicos no perímetro urbano do município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/01/2020

Assinatura : 31/10/2019

Valor R\$: 80.659,17 (Oitenta Mil, Seiscentos e Cinquenta e Nove Reais e Dezessete Centavos )

Dotação : 129 - 08.001.2030.33390392800000000000.01000001

Dotação : 130 - 08.001.2030.33390392800000000000.01390002

Dotação : 351 - 08.001.2029.33390392800000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

## **EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 58/2018 - FMS**

Publicação Nº 2211762

Contrato Nº : 58/2018  
Aditivo Nº : 3AP CTR 58/2018/2019  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
Contratada : COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 14/2018

Objeto : A aquisição de medicamentos regulamentados conforme normas da ANVISA, em farmácia loca, para atendimento de determinações judiciais, Lar Anjo Gabriel, Conselho Tutelar, Recanto do Idoso, Presídio Regional de Concórdia e excepcionalidades, mediante necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 30/10/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 30/10/2019

Valor R\$ : 1.453.402,86 (Um Milhão, Quatrocentos e Cinquenta e Três Mil, Quatrocentos e Dois Reais e Oitenta e Seis Centavos )

Dotação : 235 - 13.001.2105.33390300900000000000.01020000

Dotação : 236 - 13.001.2105.33390300900000000000.01380005

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANA PAULA FORNER

### EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 11/2019 - PMC

Publicação Nº 2212180

Contrato Nº : 11/2019

Aditivo Nº : 3TA Ctr 11/2019/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMOVEIS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 2/2019

Objeto : Locação de imóveis para ampliação de vagas do CMEI Zilda Silveira Neves e para funcionamento do CMEI Acalanto.

Vigência : Início: 02/11/2019 Término: 01/01/2020

Assinatura : 31/10/2019

Valor R\$ : 3.129,04 (Três Mil, Cento e Vinte e Nove Reais e Quatro Centavos )

Dotação : 73 - 06.004.2018.33390391000000000000.01190000

Dotação : 74 - 06.004.2018.33390361500000000000.01360000

Dotação : 74 - 06.004.2018.33390391000000000000.01360000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2019 – PMC

Publicação Nº 2211663

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 41/2019 – PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor, Juscelino Alves de Oliveira, Diretor de Urbanismo, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, V, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 25/10/2019, para a Contratação de empresa de forma emergencial em regime de empreitada por preço global para execução de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis, gerados no perímetro urbano e rural deste Município.; a favor de CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA no valor total de R\$ 115.794,98 (cento e quinze mil, setecentos e noventa e quatro e noventa e oito ).

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### EXTRATO DO CONTRATO CONCESSÃO Nº 02/2019 - PMC

Publicação Nº 2211835

Contrato Nº: CC 02/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : É SÓ PARAR – TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTOS - EIRELI

Licitação : Concorrência 4/2018

Objeto : Outorga de concessão onerosa do direito à exploração do serviço público de estacionamento rotativo de veículos automotores, nas áreas localizadas em vias e logradouros públicos do Município de Concórdia e que compõem a chamada "Área Azul", incluindo a prestação dos serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para

controle de uso das vagas.

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/10/2029

Assinatura : 16/10/2019

Valor : R\$ 3.598.918,28 (três milhões, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e dezoito reais e vinte e oito centavos)

Lucro Líquido Estimado para o período (anual): R\$ 461.399,78 (quatrocentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: IVONEI DE OLIVEIRA

Fiscal Administrativo: HILDA CAMINI

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 310/2019

Publicação Nº 2211543

DECRETO Nº 310/2019

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e artigo 34, inciso II, da Lei Complementar n. 018/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada do cargo de Diretor de Escola, a partir de 31 de outubro de 2019, a Sra. ANA PAULA DAL SANTO.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 31 de outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 133/2019

Publicação Nº 2212123

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº59/2019

JULGAMENTO: Menor preço por item.

PROCESSO: 133/2019

SOLICITANTES: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$118.100,00 (Cento e dezoito mil e cem reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira declara vencedoras as empresas: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, no valor de R\$118.100,00, adjudicado em favor da empresa mencionada, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir; Cordilheira Alta, SC, em 31 de Outubro de 2019.

Adriana De Cezaro Moresco

Pregoeiro Oficial

### PORTARIA Nº 564/2019

Publicação Nº 2211375

PORTARIA Nº 564/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede 10(dez) dias de licença para tratamento de saúde, a servidora municipal ELIANE GRACIANI, matrícula nº29402, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, 40 horas semanais, lotada na Secretaria De Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 30 de Outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## **PORTARIA Nº 565/2019**

Publicação Nº 2211396

PORTARIA Nº 565/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal DIEGO FERNANDO KAHLER, matrícula n. 1352403, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2019 a 29/02/2020, que serão gozadas a partir do dia 11/11/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 30 de outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DIEGO FERNANDO KAHLER  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 25/2019**

Publicação Nº 2212665

PORTARIA Nº 25/2019  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDORA.

Evandro Pederssetti, Presidente da câmara Municipal de Vereadores de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a Servidora Sra. Tania Mara Maggioni da Silva, ocupante do cargo de Assessora Legislativa, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/11/2018 a 05/11/2019, que serão gozadas no período de 05/11/2019 a 14/11/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago, juntamente com a folha de pagamento do mês de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta – SC, 31 de outubro de 2019.

Registrada e Publicada em data supra.

Evandro Pederssetti  
Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA Nº 26/2019**

Publicação Nº 2212666

PORTARIA Nº 26/2019  
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE PORTARIA  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evandro Pederssetti, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições que lhe confere a LOM,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 011/2019 de 03/06/2019 a qual designa servidores para compor comissão permanente de licitações da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta SC, em 31 de outubro de 2019.

Evandro Pederssetti  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**RESOLUÇÃO Nº 006/2019**

Publicação Nº 2212648

RESOLUÇÃO nº 006/2019  
HOMOLOGA O MANUAL PARA CONTROLE DO PATRIMÔNIO.

A Mesa diretora da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica homologado o manual para controle do patrimônio físico e contábil – bens móveis e imóveis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e alguns conceitos da IPSA17 das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público válido a partir de outubro de 2019.

Art. 2º É parte integrante desta Resolução o anexo I – Manual de controle do patrimônio.

Art. 3º Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC 31 de outubro de 2019.  
Evandro Pederssetti  
Presidente da Câmara

Sidônia Cecon Merisio  
Vice Presidente

Ademir Tressoldi  
1º Secretário

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS Nº 04/2019

Publicação Nº 2211332

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO FMS Nº04/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS.

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço FMS nº 04/2019

Empresa com preços registrados: LABORATORIO ANALIC LTDA

CNPJ: 01.922.311/0001-70

Lote: 1

Total: R\$ 479.996,20 (quatrocentos e setenta e nove mil e novecentos e noventa e seis reais e vinte centavos).

Coronel Freitas (SC), 25 de outubro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 194/2019

Publicação Nº 2211942

DECRETO Nº 194, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Justificativa feita pela Secretaria Municipal de Educação;

Considerando Que a servidora efetiva entrará em gozo de Licença Prêmio;

Considerando Quarto edital de chamamento de candidata classificada em chamada pública 001/2019, onde a candidata chamada não assumiu a vaga;

Considerando Lei Complementar 038 de 03 de Dezembro de 2013 em seu Art. 4º, §2º Inciso II;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente, a servidora abaixo relacionada, iniciando as atividades em 01/11/2019 até dia 30/11/2019, podendo ocorrer à rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

Nome	Cargo	Carga Horária
Dirlei de Fátima Santetti Barboza	Professor Língua Portuguesa e Língua Estrangeira/ Inglês	40 Horas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 31 de Outubro de 2019  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Munic. de Administração, Planejamento e Finanças

### PORTARIA Nº 142/2019

Publicação Nº 2211518

PORTARIA Nº. 142, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Lei complementar nº 040 de 29 de abril de 2014 Art. 113;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e da economicidade; Resolve:

#### CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.  
01- Pelo período de 30 (Trinta) dias, com gozo a partir do dia 01 de Novembro de 2019 á 30 Novembro de 2019.

FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
Raquel Adriana de Souza	Professor	08/2015 á 08/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 28 de Outubro de 2019  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

## PORTARIA Nº 143/2019

Publicação Nº 2211520

PORTARIA Nº. 143, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Lei complementar nº 040 de 29 de abril de 2014 Art. 113;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e da economicidade; Resolve:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.  
01- Pelo período de 30 (Trinta) dias, com gozo a partir do dia 01 de Novembro de 2019 á 30 Novembro de 2019.

FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
Lucimara Bolzan May	Professor	04/2015 á 04/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 28 de Outubro de 2019  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

## PORTARIA Nº 144/2019

Publicação Nº 2211522

PORTARIA Nº. 144 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 01 de Novembro de 2019 á 30 de Novembro de 2019.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Cleiton André Fenes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	09/07/2018 á 08/07/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,  
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 31 de Outubro de 2019.  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

## Correia Pinto

## PREFEITURA

## CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO EDITAL Nº 01/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2211540

## CONVOCAÇÃO

APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL Nº 001/2019 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 9.1 do Edital de Concurso Público nº 01/2019, homologado através do Decreto nº 1492/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) abaixo relacionado(s), para a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 (apresentação de documentos) do referido Edital

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 9.2. Atendendo todas as exigências e após parecer favorável da Unidade de Coordenação de Controle Interno – UCCI do Município, o candidato será empossado através da assinatura do respectivo Termo de Posse.

O prazo para o candidato se manifestar quanto ao interesse em assumir o cargo é de 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta convocação no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios – DOM [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e/ou do Aviso de Recebimento – AR da correspondência endereçada ao candidato.

Havendo interesse em assumir o cargo o candidato terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Classificação	Nome	Cargo
1	JAQUELINE DAS GRAÇAS KRUGER	ASSISTENTE SOCIAL
1	RAFAELA VARGAS	ASS. SOCIAL SERV. ACOLHIMENTO
1	MARIANE RIBEIRO DA ROSA	PSICÓLOGO SERV. ACOLHIMENTO
1	RONILSON WISNIEWSKI	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA B
1	TAINA CONCEIÇÃO DO AMARANTE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM B
2	ALICE STUPP	TÉCNICO EM ENFERMAGEM B
1	REGINALDO EUGENIO RAMOS TEODORO	MÉDICO CLINICO GERAL
1	JOAN JOACIR ROSA	AUXILIAR DEFESA CIVIL B
2	THIAGO VALDOMIRO BORGES	AUXILIAR DEFESA CIVIL B
3	ROBSON RISCAROLLI	AUXILIAR DEFESA CIVIL B
1	ALINE SANTOS SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO C
2	DAIANE PEREIRA MESQUITA	AGENTE ADMINISTRATIVO C
3	LUANA PEREIRA SCHLISCHTING	AGENTE ADMINISTRATIVO C
4	MARCO ANTÔNIO DE JESUS ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO C
5	ODIR JOCHEM MORIGUTI MARIN	AGENTE ADMINISTRATIVO C
6	BRUNNA AMARANTE SGARIONI	AGENTE ADMINISTRATIVO C
1	JEFFERSON ANTUNES	MOTORISTA C – CAT D/E
2	ALLAN GUSTAVO BREY	MOTORISTA C – CAT D/E
3	NILVO PEREIRA	MOTORISTA C – CAT D/E
4	EDMILSON BACHMANN	MOTORISTA C – CAT D/E
5	EKTOR LUIZ	MOTORISTA C – CAT D/E
6	CRISTIANO RIMOLDI DE SOUZA	MOTORISTA C – CAT D/E
1	FERNANDO DE SOUZA	BALSEIRO
1	AIRTON FRANÇA RODRIGUES	OPERADOR DE EQUIPAMENTO B
2	MARCIO ALEXANDRE DA SILVA WOLFF	OPERADOR DE EQUIPAMENTO B
3	ALCIONE BRANCO	OPERADOR DE EQUIPAMENTO B
1	SIDNEI VALIM CARDOSO	AGENTE SERV. GERAIS B
2	CLAUDINEI DA SILVA LIMA	AGENTE SERV. GERAIS B
3	SEBASTIÃO SAVIO SOARES SANTOS	AGENTE SERV. GERAIS B
4	AIRTON CAMARGO DO PRADO	AGENTE SERV. GERAIS B
5	PAULO HENRIQUE CORREIA NETO	AGENTE SERV. GERAIS B
6	CARLOS EDUARDO LIMA	AGENTE SERV. GERAIS B
7	AIRTO FARIAS NUNES	AGENTE SERV. GERAIS B
8	DEBORA GONÇALVES DA SILVA	AGENTE SERV. GERAIS B
9	ANDERSON ANTUNES PEREIRA	AGENTE SERV. GERAIS B
10	ALITON SANTOS DE SOUZA	AGENTE SERV. GERAIS B
1	LEANDRO RODRIGO MORAES	OPERADOR EQUIPAMENTO TERRAPLANAGEM B

Correia Pinto, 30 de outubro de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito



**CONVOCAÇÃO EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001 FHMCP -2019**

Publicação Nº 2211531

**CONVOCAÇÃO**

APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2019 FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 9.1 do Edital de Concurso Público nº 01/2019, homologado através do Decreto nº 1490/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) abaixo relacionado(s), para a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 (apresentação de documentos) do referido Edital

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 9.2. Atendendo todas as exigências e após parecer favorável da Unidade de Coordenação de Controle Interno – UCCI do Município, o candidato será empossado através da assinatura do respectivo Termo de Posse.

O prazo para o candidato se manifestar quanto ao interesse em assumir o cargo é de 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta convocação no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios – DOM [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e/ou do Aviso de Recebimento – AR da correspondência endereçada ao candidato.

Havendo interesse em assumir o cargo o candidato terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Classificação	Nome	Cargo
1	EDILTON MARCHEZIN	CONTADOR
1	JAQUELINE LONGEN	ENFERMEIRO
1	ELIANGE SCHWAHN CHAVES	TÉCNICO ENFERMAGEM
2	MILENA AMARANTE	TÉCNICO ENFERMAGEM
1	CARLOS ALBERTO RICARDO GOMES	MOTORISTA
2	MARCIO DO PRADO CAMARGO	MOTORISTA
3	RICARDO BOVI	MOTORISTA
1	JULIANA ZATTERA CARDOSO ARRUDA	AGENTE SERV. GERAIS

Correia Pinto, 30 de outubro de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2019**

Publicação Nº 2211545

**CONVOCAÇÃO**

APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 001/2019 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 9.1 do Edital de Concurso Público nº 01/2019, homologado através do Decreto nº 1491/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) abaixo relacionado(s), para a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 (apresentação de documentos) do referido Edital

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 9.2. Atendendo todas as exigências e após parecer favorável da Unidade de Coordenação de Controle Interno – UCCI do Município, o candidato será empossado através da assinatura do respectivo Termo de Posse.

O prazo para o candidato se manifestar quanto ao interesse em assumir o cargo é de 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta convocação no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios – DOM [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e/ou do Aviso de Recebimento – AR da correspondência endereçada ao candidato.

Havendo interesse em assumir o cargo o candidato terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Classificação	Nome	Cargo
1	ERICA FERNANDA MENZEN	FISIOTERAPEUTA
1	ISRAEL SERRANO PINET	MÉDICO ESF
2	GABRIELA FAGAN BELINI	MÉDICO ESF
3	LEONARDO DOMINGOS	MÉDICO ESF
1	JULIA AMARAL FURTADO	ACS CENTRO/PEREIRA ALVES
1	ANA PAULA DE LIMA	ACS S.JOÃO/N.S.ROSÁRIO
2	MARIA LUCIA CORREA DA COSTA	ACS S.JOÃO/N.S.ROSÁRIO

Correia Pinto, 30 de outubro de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

# Corupá

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DO EDITAL 014/2019 DE MÉDICO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA 40 HORAS

Publicação Nº 2211688

Classificação Final do Processo Seletivo Público do Edital 014/2019 de Médico Estratégia Saúde da Família 40 horas

Segue abaixo, Classificação Final do Processo Seletivo Público do Edital 014/2019 de ACT's (admitidos em caráter temporário).

O resultado refere-se ao cargo de Médico Estratégia Saúde da Família 40 horas.

A classificação final será publicada nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

João Carlos Gottardi  
Prefeito Municipal

Corupá, 01 de novembro de 2019

Classificação Final do Processo Seletivo Público Edital 014/2019

Médico Estratégia Saúde da Família 40 horas

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de nascimento	Pontuação total
01	01	Osvaldo Fernandes de Oliveira Neto	108.205.267-11	18/10/1982	5,0
Não Classificado	02	Paulo Medeiros Carvalho	-	-	Indeferido

Observação: Os candidatos classificados que tiveram contratos em 2017 e 2018 ou dois contratos seguidos somente poderão ser chamados a partir de julho de 2019.

### CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DO EDITAL 015/2019 DE MÉDICO CLÍNICO GERAL 20 HORAS

Publicação Nº 2211690

Classificação final do processo seletivo público do edital 015/2019 de médico clínico geral 20 horas

Segue abaixo, Classificação Final do Processo Seletivo Público do Edital 015/2019 de ACT's (admitidos em caráter temporário).

O resultado refere-se ao cargo de Médico Clínico Geral 20 horas

A classificação final será publicada nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

João Carlos Gottardi  
Prefeito Municipal

Corupá, 01 de novembro de 2019

Classificação Final do Processo Seletivo Público Edital 015/2019

Médico Clínico Geral 20 horas

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	CPF	Data de nascimento	Pontuação total
01	01	Eduardo Moioli	954.334.578-34	06/04/1956	6,0
02	02	Maicon Fernando Eger	031.476.179-98	16/10/1981	1,5

Observação: Os candidatos classificados que tiveram contratos em 2017 e 2018 ou dois contratos seguidos somente poderão ser chamados a partir de julho de 2019.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2019

Publicação Nº 2212222

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2019

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDRÁULICA, ALVENARIA, MARCENARIA, SERRALHERIA, FUNILARIA JARDINAGEM, LIMPEZA, INSTALAÇÃO E AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS E VIDROS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 20/11/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 20/11/2019, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 21 de Outubro de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2019

Publicação Nº 2212184

#### REPUBLICAÇÃO

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2019

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO E NOBREAK, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO DE SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 18/11/2019, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 18/11/2019, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 31 de Outubro de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36- ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL -ATA Nº 17/2019**

Publicação Nº 2212546

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Data: 31/10/2019

**Processo: 36/2019**

**Edital de Pregão Presencial Nº 36**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 17 - 2019**

Reuniram-se no dia 31/10/2019, as 17:30:00, na FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 622/2018 com o objetivo de JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO EM PREGÕES tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 36 destinado a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

12200 CONFECCOES TRUNFO LTDA	CNPJ: 00.675.069/0001-15
8211 Cor Urbana Ind. Com. Confeccões Ltda ME	CNPJ: 06.057.694/0001-80
12477 EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 11.386.332/0001-72
11681 FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LT	CNPJ: 01.194.890/0001-82
8078 FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP	CNPJ: 07.434.746/0001-52
12479 GOLTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EIRELI	CNPJ: 22.602.420/0001-80
5884 HF COMERCIAL LTDA	CNPJ: 04.298.789/0001-60
12478 MINI FERAS CONFECCOES LTDA	CNPJ: 00.676.679/0001-33
12476 WEIKKI CONFECCOES LTDA	CNPJ: 01.306.199/0001-43

Sobre a documentação dos licitantes: A EMPRESA "EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA" PROTOCOLOU RECURSO, SENDO A DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E AO DEPARTAMENTO JURÍDICO PARA PARECER, CONFORME DOCUMENTOS ANEXADOS NO PROTOCOLO Nº 7484/2019. EM ANÁLISE AO RECURSO APRESENTADO, VERIFICOU-SE O QUE SEGUE: A EMPRESA EDULAB COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA APRESENTOU AMOSTRA EM DESCONFORMIDADE COM O EXIGIDO EM EDITAL, SENDO APRAZADO CONFORME EDITAL MAIS 5 DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAÇÃO DE NOVA AMOSTRA, TENDO EM VISTA OS APONTAMENTOS, PORÉM NÃO FOI ENTREGUE PELA EMPRESA, SENDO ASSIM, CONFORME PARECER JURÍDICO, DESCLASSIFICADA. IMPORTANTE RESSALTAR QUE NÃO HOUE QUALQUER IMPUGNAÇÃO OU QUESTIONAMENTO NO PROCESSO, SENDO ASSIM, TODAS AS LICITANTES ESTÃO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. DESTE MODO, CONFORME ITEM 12.1.2 DO EDITAL - DISPOSIÇÕES FINAIS, FICAM CONVOCADAS AS EMPRESAS "GOLTEX INDUSTRIA E COMERCIO - EIRELI" E "HF COMERCIAL LTDA", PARA QUE NO DIA 11/11/2019 ÀS 14:00 HORAS NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PARA QUE QUERENDO, POSSIBILITAR OFERTAR LANCES, EM RELAÇÃO A SUA PRÓPRIA PROPOSTA BEM COMO DE TERCEIRO, ATÉ A PROCLAMAÇÃO DO VENCEDOR, RESTABELECENDO ASSIM, O AMBIENTE DE DISPUTA, SENDO A COMPETITIVIDADE ESSENCIAL À OBTENÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA AO PODER PÚBLICO.

**Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.**

DIEGO SEBEM WORDELL

- .....Pregoeiro

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO ADITIVO 2\_2019 RITTA**

Publicação Nº 2212504

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2018**

Segundo termo aditivo ao contrato nº 1/2018, que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS e RITTA SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA ME, tendo por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato, e alterar demais cláusulas do contrato.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente, Vereador João Reus de Camargo, denominada de CONTRATANTE, e RITTA SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Salomão Carneiro de Almeida, nº 2228, na cidade de Curitiba/SC, CEP 89.520-000, fone 49 32413272, inscrita no CNPJ sob o nº 13.693.075/0001-47, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. SÉRGIO DA COSTA RITTA, inscrito no CPF sob o nº 558.870.079-15, portador do RG nº 1.832.034 expedido pela SSP/SC, residente e domiciliado a Avenida Salomão Carneiro de Almeida, nº 2228, Curitiba - SC, denominada CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO, com as seguintes cláusulas:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:**

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 1/2018, previsto na cláusula terceira, iniciando-se a prorrogação no dia 01 de janeiro de 2020, com término dia 31 de dezembro de 2020.

**CLAUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

Altera-se o item 2.2 da cláusula segunda, fazendo constar que:

2.2 Os serviços serão executados diretamente nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira.

**CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Inclui-se o item 6.26 na cláusula sexta dispondo que:

6.26 Fica estabelecida a obrigatoriedade da empresa prestadora de serviços em fornecer um sistema de registro de ponto alocado na Câmara de Vereadores para a sua funcionária. A contratada deverá ainda enviar semanalmente ao setor de fiscalização de contratos da contratante o registro do ponto da terceirizada referente àquela semana, para análise e conferência com auxílio das câmeras de vigilância, se necessário.

**CLAUSULA QUARTA**

As demais cláusulas do contrato nº 1/2018 não modificadas pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

Curitiba, 01 de novembro 2019.

João Reus de Camargo

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba-SC

RITTA SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA ME Contratada

CONSULTORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente Termo Aditivo cumpre as exigências legais.

Curitiba, 01 de novembro de 2019

Fabiana Beppler

Consultora Jurídica

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

# Descanso

## PREFEITURA

### **DECRETO 2072/2019, REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL 918/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2211616

DECRETO Nº 2072/2019, de 01 de novembro de 2019.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL 918/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 86, da Lei Orgânica do Município de Descanso e art. 14 da Lei Municipal 918/2009,

DECRETA:

Art. 1º. O presente Decreto visa regulamentar a Lei Municipal 918/2009, que instituiu o programa "DESCANSO LUGAR BOM DE VIVER", fixando diretrizes para acesso aos benefícios e regulamentando casos sujeitos ao poder público em virtude de sua criação.

Art. 2º. Para fins de formalização das parcerias, a iniciativa poderá ser do poder público ou dos munícipes beneficiados, respeitado o índice contido no parágrafo único do art. 5º.

Parágrafo único: As parcelas relativas a moradores não aderentes, serão lançadas e cobradas pelo poder público assim que liquidadas.

Art. 3º. Para concessão dos benefícios elencados no item 2.2 do art. 7º, deverão ser encaminhados requerimentos justificados acompanhados dos seguintes documentos:

- I. Ato constitutivo e documento pessoal do representante legal;
- II. Certidão negativa de débitos com a fazenda pública;
- III. Projeto;
- IV. Demonstrativo dos quantitativos;
- V. Declaração de não ter recebido benefícios no mesmo ano;

Art. 4º. As obras e benefícios serão concedidos apenas caso haja disponibilidade orçamentária, financeira, de pessoal e máquinas para execução, respeitado o cronograma fixado pela secretaria responsável.

Art. 5º. Os projetos a que se referem os artigos 5º e 8º serão sempre coordenados pelo departamento de engenharia municipal ao qual competirá definir cronogramas e aplicações.

Art. 6º. Entende-se por imóvel de propriedade do município referido no item "d", inciso I do art. 7º da Lei 918/2009, além dos lotes devidamente matriculados, os centros dos cruzamentos de ruas.

Art. 7º. Esse decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Descanso - SC, 01 de novembro de 2019.

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito de Descanso

### **LEI 1712/2019, DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (S.I.M./POA) NO TERRITÓRIO DE DESCANSO, SC, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

Publicação Nº 2211618

LEI Nº 1712/2019, de 30 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (S.I.M./POA) NO TERRITÓRIO DE DESCANSO, SC, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal – S.I.M./POA, com jurisdição em todo o território municipal de Descanso, passa a vigorar com a reformulação operada na presente lei, conforme a Lei Nº 7889/89.

Art. 2º. É estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Art. 3º. Os estabelecimentos de produtos de origem animal que realizem o comércio municipal e são sujeitos a fiscalização pelo S.I.M./POA, são classificados em:

- a) de carnes e derivados;
- b) de pescado e derivados;

- c) de leite e derivados;
- d) de ovos e derivados;
- e) de produtos de abelha e derivados;
- f) estabelecimentos de armazenagem;
- g) de produtos não comestíveis provenientes desse processo.

Art. 4º. A fiscalização, de que trata esta lei, far-se-á:

- a) nos estabelecimentos industriais especializados para a matança de animais e o seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo;
- b) nos entrepostos de recebimento e distribuição do pescado e nas fábricas que industrializarem;
- c) nas usinas de beneficiamento do leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e desnatagem do leite ou de recebimento, refrigeração e manipulação dos seus derivados e nos respectivos entrepostos;
- d) nos entrepostos de ovos e nas fábricas de produtos derivados;
- e) nos estabelecimentos destinados a extração e manipulação de mel, cera e seus derivados;
- f) nos entreposto de produtos de origem animal e casa atacadista;
- g) unidade de beneficiamento de produto não comestível.

Art. 5º. É expressamente proibida, em todo o território municipal, a duplicidade de fiscalização industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal, que será exercida por um único órgão, conforme Lei Federal Nº 1.283/50, alterada pela Lei Federal 7.889/89.

Art. 6º. Todos os estabelecimentos com inspeção municipal, relacionados no Art. 4º desta Lei, e os municípios que atenderem os requisitos estabelecidos pelo Decreto Federal Nº 5.741/06 e a Instrução Normativa Nº 36/11, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, poderão comercializar seus produtos em âmbito municipal, estadual e interestadual de acordo com o Sistema Brasileiro de Inspeção de produtos de Origem Animal (SISBI) e Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

Art.7º. A inspeção sanitária e industrial, conforme Art. 1º desta Lei será de responsabilidade exclusiva do Médico Veterinário. Sendo, o Médico Veterinário Inspetor-Chefe responsável pelos trabalhos de inspeção no Município.

Parágrafo único. O Inspetor-Chefe, médico veterinário responsável, poderá ter equipe que lhe auxilie na realização das inspeções, com capacitação técnica necessária.

Art. 8º. O recebimento de documentação, aprovação de projeto e registro de estabelecimento será de competência do Inspetor-Chefe, médico veterinário responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único. No procedimento de registro ou relacionamento do estabelecimento deverá constar a aprovação do Inspetor-Chefe e Secretário Municipal da Agricultura.

Art. 9º. Nos estabelecimentos de abate de animais de açougue e de caça, é obrigatória a inspeção sanitária e industrial permanente, a fim de acompanhar a inspeção ante-mortem, pós-mortem e os procedimentos e critérios sanitários estabelecidos pela legislação federal.

Art. 10. Nos estabelecimentos de estocagem, manipulação, industrialização de produtos de origem animal e que abatem animais que não sejam de açougue ou caça, não é necessária a inspeção em caráter permanente, entretanto, estes deverão atender os procedimentos e critérios sanitários estabelecidos pela legislação vigente.

Art. 11. Nenhum estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal poderá funcionar no Município, sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fiscalização da sua atividade, conforme Lei Nº 7.889/89.

Art. 12. O estabelecimento é responsável pelo fornecimento de material, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) ao Médico Veterinário responsável pela Inspeção.

Parágrafo único. O estabelecimento deve disponibilizar instalações, equipamentos e materiais julgados indispensáveis aos trabalhos de inspeção e fiscalização.

Art. 13. Todos os estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção Municipal deve ter um Responsável Técnico na condução dos trabalhos de natureza higiênico-sanitária e tecnológica, cuja formação profissional deverá atender ao disposto em legislação específica.

Art. 14. A taxa do Serviço de Inspeção Municipal é devida pela execução dos seguintes serviços realizados através da Secretaria de Agricultura:

I- Taxa para aprovação do projeto de construção: taxa cobrada pela prestação de serviço do Engenheiro Civil e do Médico Veterinário na avaliação das plantas entregues com finalidade de adesão ao S.I.M.

II – Taxa ampliação e redução: valor cobrado pela prestação de serviço prestado pelo Engenheiro Civil e do Médico Veterinário na avaliação das plantas entregues com o objetivo de ampliar ou reduzir a parte estrutural do estabelecimento com S.I.M.

IIIIII - Taxa para aprovação de Produtos e Rotulagens (Memoriais Descritivo e croquis dos rótulos): valor cobrado pela prestação de serviço do Médico Veterinário, Inspetor Chefe do S.I.M. para avaliar os croquis e memoriais descritivos da rotulagem, após solicitação do proprietário ou responsável pela agroindústria.

IV – Taxa para revisão ou alteração de memorial descritivo e croquis por tipo de produtos: valor cobrado pela prestação de serviço do Médico Veterinário, Inspetor Chefe do S.I.M. para revisar os croquis e memoriais descritivos da rotulagem.

V – Taxa do habite-se e liberação do Registro ou Relacionamento do S.I.M.: documento emitido pelo Engenheiro e Médico Veterinário, Inspetor Chefe do S.I.M. para estabelecimentos que estão aptos ao funcionamento com validade indeterminada, desde que cumpra as exigências da legislação vigente.

VI - demais taxas fixadas na legislação municipal.

Art.15. As taxas dos atos do Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M. são aquelas previstas no anexo único desta Lei.

§1º O pagamento das Taxas previstas neste artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

§2º A taxa dos atos do S.I.M. será paga através de guia própria, autenticada mecanicamente, com data anterior a execução do ato.

Art. 16. As infrações a que são submetidos os estabelecimentos, serão punidos administrativamente, em conformidade com a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 e suas alterações posteriores, e, quando for o caso, mediante responsabilidade civil e criminal.

§1º. Incluem-se entre as infrações previstas neste regulamento:

- a) Atos que procurem embaraçar a ação dos servidores do S.I.M./POA no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização;
- b) Desacato, suborno, ou simples tentativa;
- c) Informações inexatas sobre dado estatístico referente à quantidade, qualidade e procedência dos produtos;

d) Qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao S.I.M./POA.

§2º. Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;
- b) Multa, de um até cem Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFRM), nos casos não compreendidos no inciso anterior;
- c) Apreensão e/ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;
- d) Suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embarço à ação fiscalizadora;
- e) Interdição, total ou parcial, do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.
- f) Cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento.

§3º. As infrações estarão sujeitas às seguintes multas:

- a) para infrações leves, multa de uma a cinco UFRM;
- b) para infrações moderadas, multa de cinco a vinte UFRM;
- c) para infrações graves, multa de vinte a oitenta UFRM;
- d) para infrações gravíssimas, multa de oitenta a cem UFRM.

§4º. As multas previstas neste artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício arдил, simulação, desacato, embarço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§5º. A interdição de que trata o parágrafo 2º, "d", poderá ser suspensa, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§6º. Se a interdição não for suspensa nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro ou relacionamento.

§7º. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pelo Médico Veterinário responsável pela Inspeção, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

§8º. Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão participar de licitações, celebrar contratos ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Parágrafo único: As infrações referentes ao estabelecimento e aos produtos de origem animal serão feitas diretamente ao infrator.

§9º. Se não houver possibilidade de notificação ao infrator diretamente de sua penalidade, esta deverá ser enviada por meio de carta registrada ou edital publicado na imprensa uma única vez, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 17. Após transcorrido o prazo estipulado para recurso ou pagamento de multa, o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de quinze dias ao órgão municipal competente, sob pena de cobrança judicial.

Art. 18. Havendo a interposição de recurso, o processo após decisão denegatória definitiva, passa a ser restituído à repartição de origem, a fim de ser feita a notificação.

Parágrafo único. Após escoados os meios recursais, se a multa não for recolhida no prazo fixado uma das vias do auto de imposição de penalidade será enviada ao órgão municipal competente para cobrança judicial.

Art. 19. Ao infrator é oferecida a possibilidade de defesa do auto de infração no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua ciência.

Art. 20. A defesa ou impugnação será de julgamento do superior imediato do servidor autuante, ouvido este, preliminarmente, o qual terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para se pronunciar a respeito seguindo-se a lavratura do auto de imposição de penalidade em caso de rejeição da defesa preliminar.

Art. 21. Das decisões da autoridade mencionada no art. 20, caberá recurso à comissão municipal instituída para essa finalidade, a ser nomeada por portaria do Chefe do Poder Executivo, entre servidores, membros de instituições ligadas ao serviço de inspeção, entidades conveniadas ou afins.

Art. 22. A recorrência do infrator à autoridade imediatamente superior será apenas da imposição de penalidade.

Art. 23. Os recursos serão decididos depois de ouvida a autoridade recorrida, a qual poderá reconsiderar decisão anterior.

Art. 24. Os recursos só terão efeito suspensivo em casos de imposição de multas.

Art. 25. Para as autoridades em Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal fica assegurada proteção funcional jurídica para o exercício de suas funções.

Art. 26. A Secretaria de Agricultura, através do Serviço de Inspeção Municipal elaborará e/ou adotará normas técnicas especiais ou programa operacional padrão (POP), sem prejuízo da vigência desta lei, com a finalidade de complementá-lo e tornar mais claro e eficaz o seu cumprimento sempre que necessário.

Art. 27. Fatos não previstos nesta lei serão avaliados pela autoridade do S.I.M., observando que dispõem as legislações federais e estaduais.

Art. 28. Fica o município de Descanso autorizado através do Serviço de Inspeção Municipal a seguir, de forma supletiva, os dispositivos vigentes da legislação federal e estadual, no cumprimento de sua função no que couber.

Art. 29. Ficará a cargo do Serviço de Inspeção Municipal, fazer cumprir esta lei e as normas e regulamentos que vierem a ser implantados, por meios de dispositivos legais que dizem respeito à inspeção sanitária e industrial dos estabelecimentos.

Art. 30. O poder executivo municipal irá publicar, no prazo de até 60 dias, decreto regulamentando as condições e exigências para registro e transferência de estabelecimentos, a higiene dos estabelecimentos, as obrigações de proprietários, responsáveis ou seus prepostos, a inspeção ante e post-mortem dos animais de matança, a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal nas diferentes fases da industrialização e transporte, a fixação dos tipos e padrões e a aprovação de fórmulas de produtos de origem animal, o registro de rótulos e marcas, as penalidades a serem aplicadas por infrações cometidas, as análises laboratoriais, o trânsito de produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal, as taxas e multas e outros detalhes e dispositivos que sejam necessários para a maior eficiência dos trabalhos de fiscalização sanitária e industrial.

Art. 31. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 32. Revogadas as disposições em contrário, a lei entrará em vigor na data de publicação.

Descanso – SC, 30 de outubro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.  
Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

#### ANEXO ÚNICO

#### TABELA DE PREÇOS

SERVIÇOS DIVERSOS	VALORES EM UFRM
Taxa para aprovação de Produtos e Rotulagem (memorial descritivo e croquis)	0,40
Taxa para revisão/alteração de memorial descritivo e croquis	0,20

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 99/2019 - PMDC

Publicação Nº 2211712

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2019

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 99/2019, Edital de Pregão Nº 99/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA DIRETORES, SECRETÁRIOS, COORDENADORES PEDAGÓGICOS E PROFESSORES REGENTES, VISANDO SEMPRE UMA MAIOR COMPETÊNCIA E CUIDADO PARA COM A FORMA DE ATENDER A DEMANDA NECESSÁRIA EM CADA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATENDENDO ASSIM AO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 13/11/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

### HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 98-2019 - PMDC

Publicação Nº 2211576

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 98/19  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/19  
HOMOLOGAÇÃO: 31/10/19  
CONTRATADO: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA PRESTAR SERVIÇOS EDUCACIONAIS PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, PARA MINISTRAR (EDUCAÇÃO DE CONTRA TURNO) O PROGRAMA DE JORNADA EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (ROBÓTICA) PARA 03 TURMAS, ALMEJANDO UMA MAIOR EVOLUÇÃO INTELECTUAL DOS ALUNOS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 51.294,00 (cinquenta e um mil duzentos e noventa e quatro reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.  
DATA: 31/10/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal

-----

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019

Publicação Nº 2211689



### MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

Fone: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br  
Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01  
CEP: 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019/01

#### AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS PARA COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS



Aos 19 dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, o **MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2- Centro, Doutor Pedrinho - SC, representado por sua prefeita, Sra. Simoni Mercia Mesch Nones, doravante denominado CONTRATANTE, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão Presencial por Sistema de Registro de Preços nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), consubstanciada na ata de sessão realizada no dia oito de julho de dois mil e dezenove, RESOLVE, nos termos das Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e demais normas aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para aquisição dos materiais constantes abaixo, da empresa **CAVI MODAS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.234.578/0001-30, com sede a Rua João José Schmitz, nº 258 – Bela Vista, na cidade de Gaspar – SC – CEP: 89.110-826, neste ato representada por Jean Carlos Grimm, Procurador, inscrito no CPF sob o nº 052.620.029-43, residente e domiciliado na Rua João José Schmitz, nº 258, Bairro Bela Vista, cidade de Gaspar – SC, CEP: 89.110-826, doravante denominada FORNECEDORA, de acordo com as cláusulas e condições que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 – A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS PARA COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, em conformidade com a Licitação 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos, na forma que segue:

Item	Quantidade Estimada	Unidade	Descrição	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
01	53.000	Unidade	-Embalagem plástica para Coleta Seletiva de Materiais, produzida em polietileno reciclado de aparas industriais, confeccionado com solda reta contínua, homogênea e uniforme na cor amarelo claro - Capacidade 100 L - Medidas 75 x 100 cm, com espessura de 0,08 mm (80 microns) - Arte impressa em somente uma cor conforme modelo a ser elaborado pelo Cimvi (e disponibilizado ao contratado) - Embalagem com total de 100 unidades, dobrados de 5 em 5 unidades e o tamanho da dobra deverá ficar aproximadamente: 30 x 20 cm	0,50	26.500,00

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Fone: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br  
Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01  
CEP: 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO

1.2 - As quantidades acima descritas são máximas e não obrigam a CONTRATANTE a firmar aquisição do montante integral podendo, durante a vigência da presente ata de registro de preços, haver aquisições parciais, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR.

2

1.3 - Toda a prestação do serviço e o fornecimento de todo o equipamento, material, mão de obra e pessoal necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes da Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e da presente ata de registro de preços, será total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela FORNECEDORA.

1.4. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da FORNECEDORA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 71 da Lei 8.666/93.

1.5. A presente ata de registro de preços, a Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

1.6. Fica o (a) FORNECEDOR (a) obrigado (a) a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.7. Nos casos omissos, aplicar-se-á a Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá vigência e validade de doze meses, a partir da sua assinatura.

2.2 – A vigência da presente ata não obriga o CONTRATANTE a firmar contratações com a empresa FORNECEDORA.

2.3 – Para cada serviço requisitado pelo CONTRATANTE será emitida a respectiva Ordem de Serviço/Nota de Empenho (§ 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93).

2.4 – Além de executar as compras na forma do item anterior, o CONTRATANTE também poderá efetuar contrato com a empresa FORNECEDORA para execução do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços, conforme Minuta de Contrato constante do Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).



## MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

Fone: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br  
Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01  
CEP: 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1 – Para a aquisição/contratação dos materiais descritos na cláusula primeira será emitida Ordem de Compra em favor da empresa FORNECEDORA, a qual terá até 15 (quinze) dias para produzir e entregar os materiais requisitados, a contar da emissão da ordem de compra de serviço/compras.

3.2 - Será exigido da FORNECEDORA o cumprimento de todas as exigências relativas ao fornecimento do(s) produto(s) estabelecidos no Edital do Pregão nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

3.3 – A entrega do(s) produto(s)/material(is), com assunção dos custos de equipamentos, combustíveis, frete, tributos, transporte e mão de obra (pessoal e encargos) necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes da Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e da presente ata, serão total, exclusiva e integralmente executados, sem restrições, pela FORNECEDORA.

3.4 - É de plena, exclusiva e total responsabilidade da FORNECEDORA, quando do fornecimento do(s) produtos(s), arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

3.5 – A presente ata e o edital do Pregão Presencial nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O CONTRATANTE pagará à FORNECEDORA, as importâncias previstas na Cláusula 1.1 desta Ata de Registro de Preços, a título de pagamento pela contratação dos serviços e/ou fornecimento do(s) material(is), constantes no presente instrumento, conforme proposta(s) vencedora(s) da Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).

4.2 - No referido preço estão inclusos todos os custos advindos, decorrentes e relacionados a responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, produtos, materiais, transportes, seguros, combustível, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições e obrigações constantes do Pregão Presencial nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e no presente instrumento.

4.3 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do(s) produto(s), condicionado à apresentação ao CONTRATANTE dos documentos fiscais para liquidação, devendo-se cumprir, ainda, todas as demais disposições e obrigações constantes da Licitação nº

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Fone: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br  
Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01  
CEP: 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO

016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).

4.3.1 – Considerando-se que as aquisições serão efetuadas de maneira parcelada, conforme as necessidades do CONTRATANTE, o pagamento será realizado a cada compra realizada.

4.4 - Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela FORNECEDORA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte, se for o caso.

4.5 - Os pagamentos serão efetuados via depósito bancário na conta em nome da FORNECEDORA, conta nº (085) VIACREDI – AG 0101 C/C 727242-1.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES**

5.1 - Fica desde já o CONTRATANTE responsável:

- em efetuar o pagamento nos termos estipulados na Cláusula Quarta;
- em fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento;
- prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela FORNECEDORA, pertinentes à execução do objeto descrito na cláusula primeira.

5.2 - A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a FORNECEDORA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CONTRATANTE.

5.3 - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes na Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e na presente ata, fica a FORNECEDORA desde já responsável:

- em prestar e cumprir fielmente todo o objeto, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- em disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;
- em enviar ao CONTRATANTE, nota fiscal e os demais documentos constantes da Cláusula Quarta, para recebimento dos valores;
- pelo gerenciamento e pela Responsabilidade Técnica relativa ao objeto contratado;
- civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;
- única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;
- em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto do presente instrumento, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;
- em assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução desta ata;

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Fone: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br  
Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01  
CEP: 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO

- em repor todos e quaisquer materiais em desconformidade ou defeituosos, bem como fora das especificações técnicas, arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus, sejam eles de que natureza for;
- única e exclusivamente quanto a toda e qualquer indenização ou responsabilidade civil e criminal que surgirem em virtude do objeto deste instrumento;
- em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;
- única e exclusivamente por todos os serviços, materiais e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários a execução do objeto desta ata;
- em fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e da Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos;
- quanto à quantidade e qualidade dos materiais e serviços oferecidos, respondendo civil e penalmente por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos;
- única e exclusivamente quanto a quaisquer danos causados ao equipamento utilizado para a execução do objeto do presente instrumento, arcando única, exclusiva e integralmente com todos os custos, ônus ou responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;
- em comunicar o CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução do objeto (por escrito);
- por todo o fornecimento da alimentação, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a correta e fiel execução do objeto do presente instrumento;
- em cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto do presente instrumento ou aquelas apresentadas pelo CONTRATANTE;
- em assumir todos os custos relativos ao deslocamento de pessoal ou de material necessário ao cumprimento do objeto deste instrumento;
- por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;
- de forma única e exclusiva, por todo tributo, fornecimento, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias a execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;
- civil, criminal e por toda e qualquer indenização que porventura surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência, por dolo praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos ou, ainda, por todo e qualquer acontecimento que porventura surgir em decorrência do objeto e demais equipamentos e materiais necessários a execução deste instrumento;
- em facilitar que o CONTRATANTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

5

**CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO**

6.1 - O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a FORNECEDORA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, securitárias, fiscais, penais, comerciais ou

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Fone: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br  
Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01  
CEP: 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO

outras relacionadas a execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e do Pregão Presencial nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos.

6.1.1 – Compete ao Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo do CONTRATANTE a gestão, acompanhamento e fiscalização da presente Ata de Registro de Preços, das Ordens de Serviço e/ou do respectivo contrato.

6.2 - A fiscalização a ser efetuada pelo CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

6.3 Fica nomeado como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o Sr. Jean Carlos Grimm, a qual poderá ser contatado através do telefone (47) 99606-9261 e e-mail licitacao@belavistapapelaria.com.br.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO QUANTO AO OBJETO PRESTADO**

7.1 - A FORNECEDORA, em caso de contratação, executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre os profissionais da FORNECEDORA e o CONTRATANTE.

**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO VENCEDOR**

8.1 - O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente do CONTRATANTE:

8.1.1 - A pedido da FORNECEDORA quando:

- comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

8.1.2. Por iniciativa do CONTRATANTE, quando:

- a FORNECEDORA não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- a FORNECEDORA perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;
- a FORNECEDORA não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- a FORNECEDORA não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Fone: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br  
Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01  
CEP: 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

7

9.1 - Além das demais disposições constantes do Edital de Licitação nº 016/2019 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e da presente ata e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo CONTRATANTE, a FORNECEDORA incorrerá na seguinte penalidade:

- 10,0% (dez por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar a ata de registro de preços, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE;
- 10,0% (dez por cento) do valor da ata, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do presente instrumento, descumprimento das normas e outras determinações expedidas pelos órgãos técnicos (NBR, ABNT, entre outros) e departamentos do Poder Público, ou qualquer outra violação contratual, editalícia, legal, inclusive quanto à boa fé e probidade contratuais, além de ficar sujeito a rescisão unilateral, segundo critério do Poder Público.

9.2 - A FORNECEDORA sempre será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do Edital e da ata em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis. A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo.

**CLÁUSULA DECIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - A FORNECEDORA não poderá transferir, delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CIMVI.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Doutor Pedrinho, 21 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

\_\_\_\_\_  
JEAN CARLOS GRIMM

7

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Fone: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br  
Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01  
CEP: 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO

Prefeita Municipal

CPF: 052.620.029-43



---

**RONI ANDREAS MAEDA HASSLER**

Assessor Jurídico  
OAB/SC 52.912

TESTEMUNHAS:

---

**TARCÍSIO LENZI**

---

**ALLISON DA LUZ**

**CÂMARA MUNICIPAL****EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2019 AO PL Nº 07/2019**

Publicação Nº 2212210

**EMENDA MODIFICATIVA nº 01/2019**

O(s) Vereador(es) que esta subscreve(m), com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 163, Parágrafo Único, V, do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei Ordinária nº 07/2019, na forma e pelas justificativas a seguir:

**DAS MODIFICAÇÕES:**

→ Fica alterada a redação do artigo 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 07/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, com garantia da União, até o valor total de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil de reais), no âmbito do FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, nos termos da Resolução CMN nº 4.589/2017 e suas alterações, destinados às obras de mobilidade urbana, infraestrutura e saneamento, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - As ruas que forem pavimentadas no Município, devem possuir implantados ou contemplar na execução da pavimentação ao menos as redes coletoras e/ou de abastecimento dos serviços de saneamento básico.”

**JUSTIFICATIVA:**

De acordo com os Relatórios Fiscais do segundo quadrimestre, publicados pela Administração no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), o limite geral definido por Resolução do Senado Federal para as operações de crédito internas e externas corresponde a R\$ 2.538.961,74, ou seja, a 16% da receita corrente líquida.

Assim, consideramos ser este o limite legal a ser observado nesta proposição, em valor inteiros apresentados na presente Emenda, pois referido limite já corresponde a um montante maior do que a média mensal de arrecadação da Administração Direta, e deverá ser paga pelos gestores de 2021 até 2028 concomitantemente com a manutenção dos serviços públicos e cumprimento da obrigação de investimento mínimo de 25% em educação e 15% em saúde.

Note-se que os demais Municípios estão sendo autorizados por suas Câmaras a captar menos do que o valor médio mensal de arrecadação, mesmo tendo maior contingente populacional, senão vejamos:

Município	População (*)	Valor (até R\$)	Lei nº	Data
Doutor Pedrinho	4.064	-		
Ascurra	7.934	2.500.000,00	1.563	16/07/2019
Apiuna	10.743	3.000.000,00	898	23/04/2019
Rodeio	11.551	1.400.000,00	2.092	22/11/2018
Benedito Novo	11.652	2.000.000,00	1.947	11/09/2019
Timbo	42.045	10.000.000,00	3.080	19/09/2019
Brusque	134.723	10.700.000,00	4.243	13/09/2019

(\*) <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/>

Por outro lado, a Administração elegeu apenas a prioridade de mobilidade urbana, embora não tenha feito o Plano de Mobilidade Urbana no prazo de que trata o § 4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012, razão pela qual a proposição deve também contemplar a possibilidade de obras de infraestrutura e saneamento, conforme diretriz do próprio programa FINISA.

Ademais, embora o Município tenha TAC assinado com o Ministério Público desde 2010 e esteja respondendo a uma ação na justiça federal para implantação do esgotamento sanitário, não estava sendo contemplado as obras de saneamento básico que devem ser implantadas antes da pavimentação, evitando-se desperdício de dinheiro público e comprometendo a sustentabilidade das obras.

Neste contexto, foram incorporadas melhorias ao projeto para observar o limite de 16% da receita corrente líquida para operação de crédito e para contemplar também obras de infraestrutura e saneamento, visando o atendimento ao princípio da eficiência na Administração e responsabilidade na gestão fiscal.

Quanto a correção monetária, foi mantido que será pelo CDI (Certificado de Depósito Interbancário), muito embora a média mensal dos últimos 10 anos demonstre que tem variado de 6,42% até 14% ao ano, tratando-se de um risco fiscal de difícil previsão a médio e longo prazo:

Anos Anteriores (%)											
MÊS/ANO	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Janeiro	0,54	0,58	1,04	1,05	0,93	0,84	0,59	0,88	0,86	0,66	1,04
Fevereiro	0,49	0,46	0,86	1,00	0,82	0,78	0,48	0,74	0,84	0,59	0,85
Março	0,47	0,53	1,00	1,16	1,04	0,76	0,54	0,81	0,92	0,76	0,97

Anos Anteriores (%)											
MÊS/ANO	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Abril	0,52	0,52	0,79	1,05	0,95	0,81	0,60	0,70	0,84	0,66	0,84
Maio	0,54	0,52	0,88	1,11	0,98	0,86	0,58	0,73	0,98	0,75	0,77
Junho	0,47	0,52	0,77	1,16	1,07	0,82	0,59	0,64	0,95	0,79	0,75
Julho	0,57	0,54	0,76	1,11	1,18	0,94	0,71	0,67	0,96	0,86	0,78
Agosto	0,50	0,57	0,77	1,21	1,11	0,86	0,70	0,69	1,07	0,89	0,69
Setembro	–	0,47	0,64	1,11	1,11	0,90	0,70	0,54	0,94	0,84	0,69
Outubro	–	0,54	0,64	1,05	1,11	0,94	0,80	0,61	0,88	0,81	0,69
Novembro	–	0,49	0,57	1,04	1,05	0,84	0,71	0,54	0,86	0,81	0,66
Dezembro	–	0,49	0,54	1,12	1,16	0,96	0,78	0,53	0,90	0,93	0,72
Acumulado do ano	4,18	6,42	9,93	14,00	13,24	10,81	8,06	8,40	11,59	9,75	9,88

Pelo exposto, estas são as justificativas e fundamentações para as necessárias alterações propostas, melhorando a qualidade da proposição e oportunizando sua plena aplicabilidade.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2019.

Bancada do Partido Progressista - PP

Vereador Jackson Rodrigo de Castilho

Vereador Luizinho Pereira Da Silva

Vereador Luiz Henrique Stollmeier

Vereador Joel Mazzi

Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT

Vereador Tony Tadeu Nones

## PARECER DA CCJR AO PL Nº 07/2019

Publicação Nº 2212208

### COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### PROJETO DE LEI Nº 07/2019

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no âmbito do FINISA - financiamento à infraestrutura e ao saneamento.

Compete a esta Comissão Permanente a análise quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional de todas as proposições submetidas ao crivo do Poder Legislativo.

Assim, de início, entendemos que o Projeto e sua Emenda Modificativa atendem ao estabelecido no Regimento Interno, e encontram-se redigidos em razoável conformidade com a técnica legislativa, merecendo apenas o ajuste redacional acaso ocorra aprovação desta alteração proposta.

Trata-se da segunda proposição a este respeito, donde a anterior restou prejudicada por sua retirada de tramitação a pedido da Senhora Prefeita, e esta nova proposição já recebeu duas alterações apresentadas pelo Poder Executivo, estando em trâmite no regime de urgência, para apreciação na presente sessão extraordinária.

Relativamente ao conteúdo, nota-se que a proposição original trata da autorização específica do Poder Legislativo para a Prefeita contrair financiamento no valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) através da Caixa Econômica Federal, no âmbito do FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, montante este que está sendo readequado para até R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil de reais) pela Emenda Modificativa nº 01/2019.

Com efeito, a Emenda Modificativa contempla alterações na proposição original, fundadas em justificativas nela inseridas, e que não destoam de seu objeto e nem prejudicam sua execução, dando efetividade a princípios de observância obrigatória da Administração Pública.

No aspecto constitucional, destacamos o contido na Magna Carta, segundo a qual:

Art. 167. São vedados:

.....

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

Também a Lei Orgânica estabelece prerrogativas relativas ao conteúdo da proposição, contempladas no artigo, 17, inciso XXIII, e artigos 81 a 87, estando contempladas as condições ressalvadas no art. 82.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) trata "Da Dívida e Do Endividamento" nos artigos 29 a 42, ressaltando quanto a contratação de operação de crédito que:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º - O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

- I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
- III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;
- VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Ademais, a Lei Orçamentária nº 902, de 19/12/2018, contempla autorização genérica para operação de crédito (art. 8º, V), estimando a realização de receita de capital, fato que não afasta a necessidade desta autorização legislativa específica.

Também merece registro a situação fiscal do segundo quadrimestre de 2019 demonstrada pela Administração Municipal em audiência pública nesta Casa Legislativa e cujos relatórios foram publicados no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, donde se destaca normalidade na gestão orçamentária e cumprimento dos limites constitucionais para despesa com pessoal, saúde e educação, bem como quando ao limite geral definido por Resolução do Senado Federal para as operações de crédito internas e externas (16% da receita corrente líquida).

Por outro lado, da análise da exposição de motivos o Poder Executivo discorreu justificativas e informações tendentes a demonstrar "a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação", bem como os demais elementos de que trata o parágrafo primeiro do artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, subsidiando razoavelmente o processo para decisão em plenário.

Desta forma, atendidas as premissas de constitucionalidade e legalidade para apreciação da matéria, entendemos que o presente Projeto de Lei com sua Emenda Modificativa pode ser submetido à discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 25 de outubro de 2019.  
Tony Tadeu Nones  
Presidente

Merquides Martins Joel Mazzi  
Vice-Presidente Membro

## PARECER DA CEF AO PL Nº 07/2019

Publicação Nº 2212209

### COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 07/2019

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no âmbito do FINISA - financiamento à infraestrutura e ao saneamento.

A proposição pretende colher autorização do Poder Legislativo para contrair financiamento no valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) através da Caixa Econômica Federal, no âmbito do FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, contemplando-se as especificações reclamadas pelo art. 81 da Lei Orgânica Municipal. Referido montante sofreu alteração para R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil de reais) e passou a alcançar obras de infraestrutura e saneamento, inclusive para atendimento de compromisso firmado pela municipalidade com o Ministério Público, conforme Emenda Modificativa nº 01/2019.

Desta forma, considerando-se que a proposição trata de empréstimo, atraindo a incidência do art. 48, incisos I e V, do Regimento Interno do Poder Legislativo, se faz necessária a manifestação ora apresentada, para sua tramitação regular.

Com efeito, embora a Lei Orçamentária nº 902, de 19/12/2018, contempla autorização genérica para operação de crédito (art. 8º, inciso V), estimando a realização de receita de capital, isto não afasta a necessidade legal de autorização por lei específica.

Também merece registro a situação fiscal do segundo quadrimestre de 2019 demonstrada pela Administração Municipal em audiência pública nesta Casa Legislativa e cujos relatórios foram publicados no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, donde se destaca normalidade na

gestão orçamentária e cumprimento dos limites constitucionais para despesa com pessoal, saúde e educação, bem como que a proposição alterada observa o limite geral definido por Resolução do Senado Federal para as operações de crédito internas e externas (16% da receita corrente líquida).

Por outro lado, da análise da exposição de motivos o Poder Executivo discorreu justificativas e informações tendentes a demonstrar "a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação", bem como os demais elementos de que trata o parágrafo primeiro do artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, subsidiando razoavelmente o processo para decisão em plenário.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão e no alcance de sua competência, referendamos as informações contidas no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, considerando-se que embora técnica e juridicamente apta a deliberação, a presente proposição e sua Emenda Modificativa deverá ser analisada também sob o viés da conveniência e utilidade.

Pelo exposto, entendemos que o presente Projeto de Lei e sua Emenda Modificativa pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável, com ressalvas, desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 25 de outubro de 2019.

Luizinho Pereira da Silva  
Presidente

Amélio Alves Fernandes  
Vice-Presidente

Tony Tadeu Nones  
Membro

## **PAUTA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2212214

PAUTA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
- 04 DE NOVEMBRO DE 2019 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre  
- Sem inscritos;

III - Pequeno Expediente:  
- Deliberação da Ata da Sessão anterior;  
- Leitura do Expediente;  
- Apresentação de proposição;

IV – Grande Expediente:  
- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:  
- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:  
- Sem proposições pautadas;

VII– Palavra Livre:  
- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2019.  
JACKSON RODRIGO DE CASTILHO GECIMARI CORDEIRO  
Presidente da Câmara Assessoria Legislativa (FG)

## **PAUTA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Publicação Nº 2212201

PAUTA DA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
- 25 DE OUTUBRO DE 2019 -

**I - Abertura da Sessão na forma Regimental****II - Ordem do Dia:**

- Projeto de Lei Ordinária nº 07/2019 – “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no âmbito do FINISA - financiamento à infraestrutura e ao saneamento”;
- Apresentação e leitura de emenda ao PL nº 07/2019;
- Apresentação de parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;
- Apresentação de parecer da Comissão Permanente de Economia e Finanças;
- Discussão única da Emenda Modificativa nº 01/2019;
- Votação simbólica da Emenda Modificativa nº 01/2019;
- Discussão única do PL nº 07/2019;
- Primeira votação simbólica do PL nº 07/2019.

**III – Encerramento.**

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2019.

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO GECIMARI CORDEIRO  
Presidente da Câmara Assessoria Legislativa (FG)

**PAUTA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Publicação Nº 2212205

PAUTA DA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
- 25 DE OUTUBRO DE 2019 -

**I - Abertura da Sessão na forma Regimental****II - Ordem do Dia:**

- Projeto de Lei Ordinária nº 07/2019 – “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no âmbito do FINISA - financiamento à infraestrutura e ao saneamento”;
- Segunda votação simbólica ao PL nº 07/2019.

**III – Encerramento.**

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2019.

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO GECIMARI CORDEIRO  
Presidente da Câmara Assessoria Legislativa (FG)

# Entre Rios

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 062/2019

Publicação Nº 2212094

DECRETO N.062/2019

DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade Orçamentária: 02.01 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Funcional: 04.122.0401.2.003 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Despesa: 3.3.90.00 (05) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade Orçamentária: 02.01 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Funcional: 04.122.0401.2.003 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Despesa: 3.1.90.00 (04) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 063/2019

Publicação Nº 2212097

Decreto nº 063 de 06 de setembro de 2019.

RENOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo e de conformidade com o Artigo 78, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações,

CONSIDERANDO, a necessidade de que sejam renomeados novos membros para o exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2019 e 2020 e seu Presidente como Pregoeiro, composta pelos seguintes membros:

I – Presidente – Carlos Alexandre Lise;

II – Secretário – Vanderlei Luiz Carbonari;

III – Membro – Sadi Brunetto;

IV – Membro – Volnei Giacometti.

Art. 2º. Compete a Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado do Registro cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis que compõem o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;  
Parágrafo Único – Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário e na íntegra o Decreto nº059/2018.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 06 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 064/2019

Publicação Nº 2212100

DECRETO N.064/2019

DE 06 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 – CAMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 – CAMARA DE VEREADORES

Funcional: 01.031.0101.2.001 – Manut.das Atividades Legislativas

Despesa: 3.3.90.00 (03) – 0.1.52 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 01 – CAMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 – CAMARA DE VEREADORES

Funcional: 01.031.0101.2.001 – Manut.das Atividades Legislativas

Despesa: 3.1.90.00 (01) – 0.1.52 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 06 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO Nº 065/2019

Publicação Nº 2212213

DECRETO Nº065 de 11 de setembro de 2019.

“NULO”.

Entre Rios/SC, 11 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 066/2019**

Publicação Nº 2212473

DECRETO N. 066/2019

DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº. 738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº. 738/2018 de 03/12/2018, valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Funcional: 10.301.1001.2.034 - Man. das Atividades do Ensino Fundamental

Despesa: 3.3.90.00 (29) - 0.1.0001 - Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Funcional: 10.301.1001.2.034 - Man. das Atividades do Ensino Fundamental

Despesa: 3.1.90.00 (27) - 0.1.0001 - Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 067/2019**

Publicação Nº 2212475

DECRETO N.067/2019

DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Funcional: 04.122.0402.2.004 – Man.das Ativ.da Secretaria de Administração

Despesa: 3.3.90.00 (10) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 45.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Funcional: 04.122.0402.2.004 – Man.das Ativ.da Secretaria de Administração

Despesa: 3.1.90.00 (7) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 068/2019**

Publicação Nº 2212476

DECRETO N. 068/2019

DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUN. DE SAÚDE

Funcional: 10.301.1001.2.034 – Manutenção das Atividades da Saúde

Despesa: 3.3.90.00 (10) – 0.1.0002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUN. DE SAÚDE

Funcional: 10.301.1001.2.034 – Manutenção das Atividades da Saúde

Despesa: 3.1.90.00 (8) – 0.1.0002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 069/2019**

Publicação Nº 2212477

DECRETO N.069/2019

DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 – CAMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 – CAMARA DE VEREADORES

Funcional: 01.031.0101.2.001 – Manut.das Atividades Legislativas

Despesa: 3.3.90.00 (03) – 0.1.52 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 01 – CAMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 – CAMARA DE VEREADORES

Funcional: 01.031.0101.2.001 – Manut.das Atividades Legislativas

Despesa: 3.1.90.00 (01) – 0.1.52 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 070/2019**

Publicação Nº 2212478

DECRETO N. 070/2019

DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 5.280,00 (cinco mil e duzentos e oitenta reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUN. DE SAÚDE

Funcional: 10.301.1001.2.034 – Manutenção das Atividades da Saúde

Despesa: 3.1.71.00 (7) – 0.1.0002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.280,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 15.01 – FUNDO MUN. DE SAÚDE

Funcional: 10.301.1001.2.034 – Manutenção das Atividades da Saúde

Despesa: 3.1.90.00 (8) – 0.1.0002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.280,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 071/2019**

Publicação Nº 2212480

DECRETO N.071/2019

DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade Orçamentária: 02.01 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Funcional: 04.122.0401.2.003 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Despesa: 3.3.90.00 (05) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade Orçamentária: 02.01 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Funcional: 04.122.0401.2.003 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Despesa: 3.1.90.00 (04) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 072/2019**

Publicação Nº 2212486

DECRETO N.072/2019

DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 10 – ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 10.01 – ENCARGOS GERAIS

Funcional: 28.846.2800.2.025 – Encargos Gerais do Município

Despesa: 3.3.90.00 (106) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 10 – ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 10.01 – ENCARGOS GERAIS

Funcional: 28.846.2800.2.025 – Encargos Gerais do Município

Despesa: 4.6.90.00 (107) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 073/2019**

Publicação Nº 2212487

DECRETO N.073/2019

DE 08 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.737/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 12.200,00 (dize mil e duzentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 10 – ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 10.01 – ENCARGOS GERAIS

Funcional: 28.846.2800.2.025 – Encargos Gerais do Município

Despesa: 4.6.90.00 (107) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.200,00

Órgão: 10 – ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 10.01 – ENCARGOS GERAIS

Funcional: 28.846.2800.2.025 – Encargos Gerais do Município

Despesa: 3.3.90.00 (106) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 10 – ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 10.01 – ENCARGOS GERAIS

Funcional: 28.846.2800.2.025 – Encargos Gerais do Município

Despesa: 3.2.90.00 (105) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de outubro de 2019.  
JURANDI DELL OSBEL  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 074/2019**

Publicação Nº 2212488

DECRETO N. 074/2019

DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/18 de 03/12/2018, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 07 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Funcional: 26.782.2601.2.018 – Manut.das Ativ.de Infraestrutura

Despesa: 3.3.90.00 – 0.3.000 – (157) Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 09 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 075/2019**

Publicação Nº 2212490

DECRETO N. 075/2019

DE 20 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/18 de 03/12/2018, no valor de R\$ 58.400,00 (cinquenta e oito mil e quatrocentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 15.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Funcional: 10.361.1001.1.074 – Aquisição de veículos - Saúde

Despesa: 4.4.90.00 – 0.3.088 – (29) Aplicações Diretas ..... R\$ 28.749,53

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 15.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Funcional: 10.361.1001.1.073 – Aquisição de veículos - Saúde

Despesa: 4.4.90.00 – 0.1.002 – (4) Aplicações Diretas ..... R\$ 29.650,47

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.088 – Recursos de Alienação de Bens – Exercício de 2018, no valor de R\$ 28.749,53 e Excesso de Arrecadação – Fonte 0.1.002 – Recursos de Alienação de Bens do Exercício de 2019, no valor de R\$ 29.650,47.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 20 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 076/2019**

Publicação Nº 2212491

DECRETO N.076/2019

DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/2018 de 03/12/2018, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade Orçamentária: 02.01 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Funcional: 04.122.0401.2.003 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Despesa: 3.3.90.00 (05) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade Orçamentária: 02.01 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Funcional: 04.122.0401.2.003 – Manut.das Ativ.do Gabinete do Prefeito

Despesa: 3.1.90.00 (04) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 077/2019**

Publicação Nº 2212492

DECRETO Nº 077/2019

De 30 de outubro de 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPRIÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, POR INTERESSE PÚBLICO, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, que o Município de Entre Rios/SC necessita de uma área para edificação de um centro de eventos;

CONSIDERANDO, que nos limites territoriais existem poucos terrenos ou espaços capazes de comportar a construção do referido empreendimento;

CONSIDERANDO, que o interesse público possui supremacia sobre o interesse particular;

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 5º, letra "m", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que estabelece critérios sobre a desapropriação por utilidade pública, reconhece como caso de utilidade pública a construção de edifícios públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, por interesse público, a área de 13.231 m² (treze mil duzentos e trinta e um metros quadrados), de parte da Chácara nº 06, dentro da área superficial total de 14.581 m² (quatorze mil quinhentos e oitenta e um metros quadrados), localizado na Rua Mandurin, na cidade de Entre Rios/SC, registrado na Matrícula nº 17.515, do CRI de Xaxim/SC, conforme matrícula em anexo, de titularidade do Sr. Domingos Cristóvão da Silva, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº 5.519.879 SSP/SC, inscrito no CPF nº 068.853.019-22, residente e domiciliado na Rua Dimas dos Santos, nº 12, Centro, no Município de Entre Rios/SC.

Art. 2º. A declaração de utilidade pública objetiva a desapropriação de parte da referida chacará, destinado a construção de um centro de eventos para atendimento dos interesses dos cidadãos do Município de Entre Rios/SC.

Art. 3º. Para fins de avaliação do lote urbano expropriado, NOMEIO uma Comissão, especialmente para este ato, composta por 05 (cinco) membros:

I – Sadi Brunetto (Vereador);  
II – Aírto Milioransa (Vereador);  
III – Gilmar José Lopes de Lima (Diretor do Departamento de Tributos);  
IV – Carlos Alexandre Lise (Agente de Informática);  
V – Valdemar Carbonari (Representante da Sociedade Civil).

Art. 4º. Determino ao Departamento Municipal de Administração que proceda à publicação do presente Decreto em jornal local, jornal de grande circulação estadual e na imprensa oficial do município, e ato contínuo, oficie os membros da comissão acima nomeada para que, no prazo de 30 (trinta) dias, procedam à avaliação e emitam laudo conjunto, se possível, para fins de pagamento à proprietária, ou de depósito judicial, se for o caso e notifiquem o titular do domínio.

Art. 5º. As despesas com a execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas caso necessário.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 30 de outubro de 2019.  
JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 078/2019

Publicação Nº 2212494

DECRETO N. 078/2019

DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.738/18 de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.738/18 de 03/12/2018, no valor de R\$ 40.660,30 (quarenta mil seiscentos e sessenta reais e trinta centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Funcional: 05.01.12.361.1201.1.062 – Aplicações Diretas

Despesa: 4.4.90.00 (17) – 0.1.0132 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.660,30

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Convênio do FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de outubro de 2019.  
JURANDI DELL OSBEL  
PREFEITO MUNICIPAL

## LICITAÇÃO 046-2019 PMER

Publicação Nº 2212163

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS-SC

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL LICITATORIO

O Município de Entre Rios-SC, comunica que realizará licitação na modalidade Concorrência 001/2019, Processo Licitatório 046/2019-PMER, pelo critério do menor preço Global, tendo por finalidade: OBRAS PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM VIAS DO QUADRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS-SC, com data prevista de abertura para dia 04 de dezembro de 2019 as 14h00min, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios, situada no endereço Rua Pergentino Alberici, nº 152, centro da Cidade de Entre Rios/SC.

Entre Rios/SC, 30 de Outubro de 2019.  
JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 029 Nº 081 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211994

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 081/2019  
Edital de Dispensa de Licitação nº 029/2019

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade Dispensa sob a forma Presencial a ser Processada e Julgada em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Materiais e Mão de Obra para a Instalação de Persianas Verticais de Tecido Poliéster no Prédio onde funciona a Secretaria de Assistência Social e Habitação, conforme Edital e seus anexos.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)  
Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [Compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:Compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

### RETIFICAÇÃO DO DE EDITAL DE PREGÃO 031 Nº 080, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211939

EDITAL DE RATIFICAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2019  
EDITAL DE PREGÃO Nº 031/2019

Aquisição de Cestas Básicas para os Servidores Públicos Municipais

A Prefeitura Municipal de Erval Velho, SC, pessoa jurídica de direito público interno, representado pelo prefeito, Exma. Sr. Walter Kleber Kucher Junior TORNA PÚBLICO a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão supracitado, conforme a seguir:

I. O §4º do art. 1º passa a vigorar com seguinte teor:

§4º - Até às 09h00min do dia 08 de novembro de 2019, os interessados devem apresentar amostra dos produtos a serem ofertados e a embalagem que será acondicionado os produtos as quais devem ser entregues ao setor de Compras e Licitações.

Em virtude da alteração supracitada, o novo prazo para os proponentes apresentarem os envelopes nº 01 de proposta de preços e nº 02 de documentos para habilitação será até as 09h00min do dia 14 de novembro de 2019, mesmo horário e data para abertura dos envelopes a ser realizada na sala de reuniões da Prefeitura sita a Rua Nereu Ramos, nº 204, Centro, Erval Velho/SC, 89613-000.

Erval Velho, SC em 31 de outubro de 2019.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO 0001 AO CONTRATO 0048/2018 -FMS

Publicação Nº 2211698

TERMO ADITIVO N. 01 AO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0048/2018 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Município de Faxinal dos Guedes solicita a alteração da Cláusula Segunda do Contrato de Rateio nº 101/2018 referente a aditativação do referido contrato de rateio a título de incremento financeiro no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

#### CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

O MUNICIPIO repassará ao CONSORCIO o valor anual estimado de R\$ 780.00,00 (SETECENTOS E OITENTA MIL REAIS).

Faxinal dos Guedes/SC, 31 de outubro de 2019.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### **TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 069/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL – SC E BIANCA THIARA SILVESTRIN SOUTO FERREIRA.**

Publicação Nº 2212358

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 069/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL – SC E BIANCA THIARA SILVESTRIN SOUTO FERREIRA.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço à Avenida Getúlio Vargas, 580, centro, na cidade de Formosa do Sul - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 80.637.424/0001-09, representado pelo Prefeito Municipal Senhor RUDIMAR CONTE (CONTRATANTE), e BIANCA THIARA SILVESTRIN SOUTO FERREIRA, pessoa física, com endereço na Rua Coronel Bertaso, 1243, Ap. 203, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC, inscrita no CPF sob o nº. 014.331.461-00 (CONTRATADA), têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Amigável de Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato Administrativo n.º 069/2019, firmado em decorrência do Edital de Credenciamento nº 01/2018, por conveniência da Administração, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUSÊNCIA DE MULTA OU PENALIDADE

A presente rescisão é feita sem que seja devida qualquer multa ou penalidade de parte a parte.

#### CLÁUSULA QUARTA — DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Quilombo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo as partes contratantes.

FORMOSA DO SUL - SC, 31 DE OUTUBRO DE 2019.  
RUDIMAR CONTE BIANCA THIARA SILVESTRIN S. FERREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/PMF/2019

Publicação Nº 2212188

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 158/PMF/2019;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de novembro de 2019 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 31 de outubro de 2019.

TAINARA SILVEIRA REDIVO  
Pregoeira Substituta

### DECISÃO ADMINISTRATIVA: EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 154/2014

Publicação Nº 2211937

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 154/2014  
CONTRATO Nº. 190/PMF/2014

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO

O MUNICÍPIO DE FORQUILHA e a empresa KF ENGENHARIA LTDA, estabelecida na Avenida dos Imigrantes, nº 1800, Rio Maina, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o Nº 30.958.155/0001-04, celebraram Contrato nº 71/PMF/2019 do Processo de Licitação - Modalidade: Edital de Tomada de Preços Nº 111/PMF, de 13/06/2019 - Homologado em 23/07/2019, para finalização da construção da Escola de Educação Básica - Jardim Eldorado, localizada na Avenida dos Papagaios, Bairro Santa Líbera, Município de Forquilha/SC, conforme Projeto Espaço Educativo II do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação - FNDE.

Foi comunicado pela Gerente de Contratos e Convênios que o contratado descumpriu com os termos do acordo, tendo em vista que no dia 16/08/2019 recebeu a ordem de serviço e até o dia 13/09/2019 não havia iniciado as obras, sendo que o prazo previsto no contrato é de no máximo 05 dias úteis.

Instaurado o processo administrativo, a contratada foi citada para apresentar defesa no prazo de cinco dias úteis. A empresa foi notificada por correio (JU572491444BR) e pessoalmente. Apresentou resposta alegando que está cumprindo fielmente o contrato e que o atraso para início das obras ocorreu pois o município somente deu condições para o início dos trabalhos em 02/09/2019, quando forneceu os projetos e esclareceu as dúvidas da contratada. Alega que adquiriu alguns materiais para dar andamento as obras e que isso faz parte da execução. Justificou que esse tipo de obra é executada com procedimentos e estratégias diferentes de uma obra convencional e, por fim, informou que a partir do dia 25/09/2019 uma equipe iniciará fisicamente a execução.

Em vistoria no dia 01/10/2019, verificou-se que a obra não apresentava avanço significativo e que nessa data não estavam em atividade na obra.

Com base nos relatórios de vistoria, a comissão opinou pela rescisão do contrato e aplicação das penalidades previstas. Intimados do relatório conclusivo, deixaram transcorrer o prazo sem manifestação.

O Contrato nº 71/PMF/2019, firmado entre o Município e a empresa KF ENGENHARIA LTDA, em sua Clausula Décima Nona, da Rescisão, dispõe:

19.1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

19.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

19.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei nº 8.666/93 e

alterações subsequentes.

19.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 a 80 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

19.5. Em caso de rescisão do presente contrato por parte do CONTRATANTE não caberá a CONTRATADA direito de qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 79, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

19.6. A rescisão deste contrato sujeita à CONTRATADA a multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

A Lei nº 8.666/93 dispõe que constituem motivo para rescisão do contrato:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

O contrato firmado é claro ao dispor acerca dos prazos para execução das obras, vejamos:

11.3. PRORROGAÇÃO: Os prazos de início e conclusão poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, a critério do Departamento Técnico da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, mantidas as circunstâncias apontadas no art. 57, parágrafo 1º, incisos I a VI da Lei Nº 8666/93 e alterações subsequentes.

11.3.1. Os atrasos na execução das obras, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do CONTRATANTE, desde que comprovados na época oportuna e devidamente anotados no "Livro Diário de Obras";

11.3.1.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito ao Departamento Técnico da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, 01 (um) dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 20 (vinte) dias antes de expirar o prazo contratual e, em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análises e justificativa da fiscalização.

Em que pese a alegação da contratada, razão não lhe assiste, já que a obra não apresenta avanços significados e sequer foi requerido prorrogação do prazo inicial para andamento da obra.

Sendo assim, aplica-se as penalidades constantes no contrato:

8.2. Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, e não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável da Secretaria de Obras do Município de Forquilha.

17.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, se a CONTRATADA descumprir as condições deste contrato, poderá o órgão competente do CONTRATANTE, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes penalidades:

[...]

17.1.4. multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo deste contrato, em caso de rescisão motivada pela CONTRATADA ou por iniciativa da mesma (sem justo motivo).

17.2. Pela inexecução parcial ou total deste contrato, o órgão competente do CONTRATANTE poderá, garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

17.2.3. Suspensão por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município de Forquilha-SC, no caso de inexecução parcial ou total deste contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

19.5. Em caso de rescisão do presente contrato por parte do CONTRATANTE não caberá a CONTRATADA direito de qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 79, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

19.6. A rescisão deste contrato sujeita à CONTRATADA a multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

Diante do exposto, acolho o parecer da comissão e decido:

a) rescindir unilateralmente o Contrato nº 71/PMF/2019, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Edital de Tomada de Preços Nº 111/PMF, de 13/06/2019 - Homologado em 23/07/2019, com a empresa KF ENGENHARIA LTDA, com fundamento nos incisos I, II, III e IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

b) condenar a empresa KF ENGENHARIA LTDA ao pagamento da MULTA rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da rescisão, no valor de R\$ 26.603,12 (vinte e seis mil seiscentos e três reais e doze centavos);

c) aplicar à empresa KF ENGENHARIA LTDA a pena de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 1 (um) ano.

d) tendo em vista a rescisão do contrato, a garantia não será devolvida

Abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para o contraditório e a ampla defesa, nos termos do inciso I do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, que assim prevê:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...)

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;

O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou judicialmente.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Cumpra-se, nos termos da Lei.

Forquilha/SC, 17 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

## DECISÃO ADMINISTRATIVA: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/FMS/2019

Publicação Nº 2211609

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMS/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 02/FMS/2019

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA e a empresa MEDILAR IMP. E DIST. DE PROD. MED. HOSP. S/A, CNPJ/MF n.º 07.752.236/0001-23, estabelecida na Rua Norberto Otto Wild, 420, Bairro Imigrante, Vera Cruz/RS, CEP 96880-000, celebraram Registro de Preços nº 01/FMS/2019, decorrente do Pregão nº 02/FMS/2019 para aquisição de medicamentos, para atendimento das unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

Contudo, a Secretaria de Saúde informou que emitiu as Autorizações de Fornecimentos nº 132 e 133 e os produtos não foram entregues. A empresa foi intimada pela secretaria e apresentou defesa prévia. Após, o processo foi encaminhado para a comissão processante. O recorrente foi citado e no mesmo ato intimado para se manifestar acerca da necessidade de utilização de provas. A comissão aplicou a penalidade de multa, de 10% (dez por cento) do valor dos pedidos entregues em atraso, que representou a quantia de R\$ 364,65 (trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

O recorrente apresenta recurso administrativo, alegando em breve síntese que o atraso ocorreu por força maior, já que atua como fornecedor e depende do fabricante. Ainda, justifica é impossível que a licitante adquira todo o material apontado no edital, já que o registro de preço visa garantir o preço, mas a comercialização dependente da necessidade do Agente Público. Informa que não foi possível realizar a entrega de 4 itens cotados pela falta da matéria prima no mercado.

Também, requer a nulidade do processo por cerceamento de defesa, alegando que recebeu a penalidade com o boleto, sem oportunidade de recurso. Ao final, pede pelo afastamento da penalidade, ou a substituição pela pena de advertência.

Pois bem.

DA DECISÃO

A sanção de multa pelo atraso na entrega, devidamente prevista na ata em discussão e também, de forma expressa, no art. 86 da Lei 8.666/931, decorre automaticamente da inobservância dos prazos e não depende de demonstração de prejuízo para o ente público.

A penalidade de multa não pode ser substituída por advertência, que é cominada no art. 87 da mesma lei para casos de inexecução total ou parcial do contrato, de forma genérica. O art. 86 trata especificamente do atraso injustificado, prevê exclusivamente pena de multa e, portanto, é o que cabe no presente caso.

Quanto à legalidade da própria imposição, a justificativa que admite o dispositivo legal deve corresponder a caso fortuito ou força maior - ou, nas palavras do art. 57, § 1º, II, da mesma lei, "fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato".

A principal controvérsia, portanto, reside na justificativa apresentada pela recorrente para o atraso na entrega das mercadorias.

As Autorizações de Fornecimento ns. 132 e 133 foram encaminhadas no dia 20/03/2019. Contudo, por telefone o fornecedor informou que não recebeu o pedido, sendo reencaminhado as AF's por e-mail no dia 16/04/2019, com a confirmação de recebimento no dia 17/04/2019.

Os itens 59, 73, 116 da AF nº 132 e o item 181 da AF nº 133 foram entregues com atraso.

Afirma a recorrente que ficou impossibilitada de entregar os medicamentos pela escassez de matéria prima, fato alheio à sua vontade.

Ocorre que a recorrente não comprovou a falta dos medicamentos no mercado, e para a Administração é irrelevante se o fornecedor da contratada estava com falta do medicamento, já que o contrato é entre a administração e a recorrente, relações outras são indiferentes e não caracterizam força maior.

De fato, a empresa se comprometeu a fornecer os medicamentos em determinado prazo e encontrar fornecedores é da própria essência do compromisso assumido. A situação retratada representa uma dificuldade cotidiana que integra a álea da Contratada, não servindo de escusa para o inadimplemento.

Ademais, a sanção é proporcional, pois aplicando a razoabilidade, a multa por dia de atraso foi imposta apenas em relação aos itens entregues em atraso, e não sobre o valor global do contrato, previsto na ata de registro. Portanto, não há que se falar em excesso na graduação da penalidade.

A recorrente descumpriu os termos da Ata de Registro de Preços nº 01/FMS/2019 que prevê as penalidades e sanções aplicáveis em caso de atraso. A ata é clara acerca do prazo de entrega dos produtos, que é de no máximo 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido, conforme item 1.3 da cláusula terceira.

Com o atraso na entrega dos medicamentos, houve desabastecimento nas unidades de saúde e Pronto Atendimento e consequentemente negligenciando o tratamento de alguns pacientes que dependem dos fármacos indicados.

Assim, recebo o recurso administrativo, e indefiro o pedido da recorrente e mantenho a decisão que aplicou a penalidade de multa, no valor de R\$ 364,65 (trezentos e sessenta quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Cumpra-se, nos termos da Lei.

Forquilha/SC, 02 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 165, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211532

DECRETO Nº 165, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

REGULAMENTA A CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO MULTIDISCIPLINAR PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Este decreto regulamenta a criação do GRUPO DE TRABALHO MULTIDISCIPLINAR PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - GT, em caráter permanente, que tem por objetivo estudar os casos chamados de emblemáticos, visando a defesa do direito da criança e do adolescente e o cumprimento da legislação existente, construindo de forma intersetorial políticas públicas para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco.

Art. 2º O GT será composto por:

- a) Representante do CMDCA;
- b) Conselho Tutelar;
- c) Secretário de Assistência Social;
- d) Representantes do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;
- e) Representantes do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS;
- f) Representante do Serviço de Família Acolhedora;
- g) Secretário de Saúde;
- h) Representantes dos Setores da Saúde ligados a Infância e Adolescência (CAPS e Atenção Básica da Saúde);
- i) Serviço Antidrogas;
- j) Secretário de Educação.

Parágrafo único. O GT será coordenado pelo representante do CMDCA.

Art. 3º Caso outros serviços relacionados ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescentes sejam instituídos no município, e sejam pertinentes as atividades do GT, estes serão convidados a participar.

Art. 4º Serão convidados à participar das reuniões do GT os servidores do Poder Judiciário, Assistente Social Forense e o Promotor de Justiça com atuação na Comarca na área da infância e juventude.

Art. 5º O GT se reunirá ordinariamente uma vez ao mês, e de forma extraordinária sempre que houver necessidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 157, de 18 de outubro de 2019.

Forquilha/SC, 31 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 31 de outubro de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº. 164, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211527

DECRETO Nº. 164, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

NOMEIA ADENOR POLA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE GOVERNO, NÍVEL DAS-1.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ADENOR POLA para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Governo, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício regido pelo regime estatutário estabelecido pela Lei Nº. 2.227, de 09 de março de 2017, e contribuirá para o Regime Próprio de Previdência do Município, pois é servidor do quadro efetivo deste município.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da data da sua assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 31 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 31 de outubro de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

## **EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 74/2019**

Publicação Nº 2212185

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 74/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 05/2019  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JULIO CESAR FORGIARINI

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições diversas, em atendimento as necessidades das Secretarias do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2019.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 05/PMF/2019 o valor de R\$ 6.799,00 (seis mil setecentos e noventa e nove reais).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 24 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035\_2019 - SF-DOM

Publicação Nº 2211734

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0035/2019– SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de confecção de bobinas térmicas personalizadas para impressão instantânea das faturas de água emitidas pela SANEFRAI referente ao consumo mensal, no período de 12 (doze) meses. Retificação: Fica alterado o descritivo do item 1.2.4 “a” e “b” motivado por impugnação ao edital. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Desta forma, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do certame passando a ser: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 14.11.2019 deverão ser feitos no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Novo edital: Pregão Presencial nº 0035A/2019– SF

Fraiburgo (SC), 30 de outubro de 2019.

Nivaldo José Bonaldo– Presidente da SANEFRAI

### COMP. 2019\_07 - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTUAÇÃO L.E.

Publicação Nº 2211733

Edital de Intimação DF-0007/2019

Aviso de Publicação de Intimação de Autuação

O Município de Fraiburgo intima as empresas abaixo relacionadas da emissão de Autos de Infração e Termo de Intimações decorrentes de descumprimento de obrigação acessória, consistente no dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados na competência 07/2019, sendo que terão o prazo de 30 (trinta) dias para recolher aos cofres públicos a importância correspondente a 20 (vinte) UFM's no valor atual da UFM: R\$ 2,28 (dois reais e vinte e oito centavos), sendo a importância de R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos). No mesmo prazo poderão apresentar defesa em face do lançamento à primeira instância administrativa (artigo 597, inciso III, alínea “a” da LC 053/2003. Dispositivo Infringido: Artigo 539 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 c/c artigo 1º a 3º e §§ da Lei nº 1.934/2007. Cominações Legais: Artigo 16 da Lei 1.934/2007 c/c artigo 546, inciso I, alínea “b” da LC nº 053/2003 a saber:

INOVACAO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME - 13.804.451/0001-23; LOJAS QUERO-QUERO S/A - 96.418.264/0258-08; TRANSPORTES CLASSE LTDA ME - 15.677.334/0001-71; FRESNOMAQ INDUSTRIA DE MAQUINAS S/A - 06.337.280/0005-38; RUI MARCOS BERTOLLO ME - 00.724.339/0001-30; SIDNEI DA SILVA JUNIOR - ME - 17.572.844/0001-00; SERVICOS DE LAVACAO DE VEICULOS GAJAO LTDA - ME - 17.903.736/0001-72; JOAO ADILSON GOIS DE JESUS - ME - 17.939.523/0001-09; FIBER GLASS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AGRIC LTDA-ME - 18.158.264/0001-33; DANIEL MORAIS DOS SANTOS EIRELI - ME - 21.852.171/0001-19; CASALI SERVICOS FLORESTAIS EIRELI - ME - 22.310.813/0001-10; KAROLINE DOMINGUES DOS SANTOS 08916784921 - 23.189.986/0001-95; ERCOLES TOLEDO EIRELI - ME - 23.607.928/0001-34; TUDO NA BRASA RESTAURANTE LTDA - 23.760.088/0001-45; RODRIGO RAMIRO RODRIGUES DOS SANTOS 72497270015 - 23.794.267/0001-01; JAKSON OTAVIO SILVA 07603072964 - 23.517.144/0001-15; MARIA ZENIR CHAVES FELIX 82208123972 - 24.213.711/0001-02; LEANDRO RODRIGUES 06063649948 - 24.991.533/0001-40; LUCI DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA 02372935950 - 22.526.987/0001-15; AMANDA CRISTINA DE OLIVEIRA - ME - 25.055.988/0001-17; CARIM KERON MUHLBRANDT - 20.807.557/0001-46; PATRICIA APARECIDA SALES 09699786930 - 24.760.008/0001-14; MONALIZA ENDRIGO 09458993946 - 26.347.035/0001-95; MARIA LUCIA DE FATIMA GAEDCKE MALLMANN 06767292907 - 26.483.324/0001-11; TOP GRILL RESTAURANTE LTDA - ME - 27.131.727/0001-64; BEMAQ COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA - - 27.176.250/0001-33; CATTIANE DE QUADROS FERNANDES 08686949916 - 27.178.182/0001-41; LUIZ FERNANDO DE ROSSI 08142446959 - 26.698.408/0001-72; CHARLES DIAS DE OLIVEIRA 03578846988 - 27.979.141/0001-54; THAIS MAYUMI BARROSO YAMADA 03210718245 - 29.748.748/0001-59; COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA - 88.212.113/0768-58; SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A. - 49.930.514/3051-65; WILLIAM FELISBINO DA LUZ 10743986962 - 31.778.261/0001-60; PORTAL VIVENDAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - 32.285.792/0001-84; ARGENTA AGROPASTORIL LTDA - 34.054.190/0001-41; RESTAURANTE E LANCHONETE W.A EIRELI - 08.971.992/0001-06; LR ESTETICA LTDA - 08.771.881/0001-56; MAURICIO RODRIGUES - 34.300.779/0001-82; VILAR COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME - 85.160.489/0001-11; VALERIO CHEROBIN ME - 95.812.905/0001-72; TRANSCOELHO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME - 04.111.255/0001-82; GILMAR DIAS DE ALMEIDA - 46980016920 - 17.051.404/0001-07; PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE JL LTDA ME - 08.596.227/0001-53; AGROFRUTAS COM. PROCESSAMENTO EXP. E IMP. DE FRUTAS LTDA EPP - 09.242.349/0001-04; MARIA LANCHES BAR LTDA ME - 09.271.121/0001-42; TRANSCASALI - CORTE DE MADEIRA LTDA - ME - 09.373.672/0001-17; MAIA MARIA CONFECÇÕES LTDA - ME - 09.549.414/0001-49; COELHO LOCADORA DE VEICULOS LTDA ME - 10.416.219/0001-20; AUGUSTINHO CONRADI - 47792191915 - 11.924.774/0001-25; DAVID RODRIGUES SEVERO FILHO - 48168378920 - 12.251.537/0001-03; SERGIO ANTONIO DE MATOS - 00714497959 - ME - 12.490.019/0001-42; MARCOS ADRIANO RALDI PALAORO 08395591942 - 15.520.706/0001-51; ADIR ANHAIA DE LIZ - 02051231982 - 16.537.898/0001-71; AGROPECUARIA PERAZZOLI LTDA - 10.477.714/0001-49; EDSON COSTA MOREIRA E CIA LTDA - 17.204.035/0001-45; JOAO DE AGOSTINHO PAULO - 029492257917 - 18.581.537/0001-58; CARMEN PIASSON - 06096738907 - 21.226.916/0001-34; CARMEN PIASSON - 06096738907 - 21.226.916/0001-34.

RAFAEL AUGUSTO CASTILHOS

Auditor Fiscal - Matrícula 13.583

**COMP. 2019\_08 - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTUAÇÃO L.E.**

Publicação Nº 2211735

Edital de Intimação DF-0008/2019

Aviso de Publicação de Intimação de Autuação

O Município de Fraiburgo intima as empresas abaixo relacionadas da emissão de Autos de Infração e Termo de Intimações decorrentes de descumprimento de obrigação acessória, consistente no dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados na competência 08/2019, sendo que terão o prazo de 30 (trinta) dias para recolher aos cofres públicos a importância correspondente a 20 (vinte) UFM's no valor atual da UFM: R\$ 2,28 (dois reais e vinte e oito centavos), sendo a importância de R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos). No mesmo prazo poderão apresentar defesa em face do lançamento à primeira instância administrativa (artigo 597, inciso III, alínea "a" da LC 053/2003. Dispositivo Infringido: Artigo 539 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 c/c artigo 1º a 3º e §§ da Lei nº 1.934/2007. Cominações Legais: Artigo 16 da Lei 1.934/2007 c/c artigo 546, inciso I, alínea "b" da LC nº 053/2003 a saber:

FBA FORÇA BRASIL ALIMENTOS COMERCIO E LOGISTICA EIRELI - ME - 15.356.432/0001-07; TRANSPORTES CLASSE LTDA ME - 15.677.334/0001-71; LM MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA - ME - 15.708.011/0001-06; FRESNOMAQ INDUSTRIA DE MAQUINAS S/A - 06.337.280/0005-38; VB TRANSPORTES LTDA EPP - 14.596.065/0001-56; RUI MARCOS BERTOLLO ME - 00.724.339/0001-30; SIDNEI DA SILVA JUNIOR - ME - 17.572.844/0001-00; SERVICOS DE LAVACAO DE VEICULOS GAJAO LTDA - ME - 17.903.736/0001-72; JOAO ADILSON GOIS DE JESUS - ME - 17.939.523/0001-09; FIBER GLASS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AGRIC LTDA-ME - 18.158.264/0001-33; CAMILA FROZZA - 17.067.309/0001-00; DANIEL MORAIS DOS SANTOS EIRELI - ME - 21.852.171/0001-19; CASALI SERVICOS FLORESTAIS EIRELI - ME - 22.310.813/0001-10; KAROLINE DOMINGUES DOS SANTOS 08916784921 - 23.189.986/0001-95; ERCOLES TOLEDO EIRELI - ME - 23.607.928/0001-34; RODRIGO RAMIRO RODRIGUES DOS SANTOS 72497270015 - 23.794.267/0001-01; JAKSON OTAVIO SILVA 07603072964 - 23.517.144/0001-15; MARIA ZENIR CHAVES FELIX 82208123972 - 24.213.711/0001-02; FBA FORÇA BRASIL AGRICOLA LTDA - ME - 23.540.204/0002-00; LEANDRO RODRIGUES 06063649948 - 24.991.533/0001-40; LUCI DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA 02372935950 - 22.526.987/0001-15; AMANDA CRISTINA DE OLIVEIRA - ME - 25.055.988/0001-17; CARIM KERON MUHLBRANDT - 20.807.557/0001-46; PATRICIA APARECIDA SALES 09699786930 - 24.760.008/0001-14; MONALIZA ENDRIGO 09458993946 - 26.347.035/0001-95; MARIA LUCIA DE FATIMA GAEDCKE MALLMANN 06767292907 - 26.483.324/0001-11; TOP GRILL RESTAURANTE LTDA - ME - 27.131.727/0001-64; BEMAQ COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA - - 27.176.250/0001-33; CATIANE DE QUADROS FERNANDES 08686949916 - 27.178.182/0001-41; CRISTIANI DE SOUZA EIRELI - 28.306.676/0001-27; LUIZ FERNANDO DE ROSSI 08142446959 - 26.698.408/0001-72; CHARLES DIAS DE OLIVEIRA 03578846988 - 27.979.141/0001-54; ALINE GOTTEN - ME - 28.803.733/0001-83; COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA - 88.212.113/0768-58; SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A. - 49.930.514/3051-65; WILLIAM FELISBINO DA LUZ 10743986962 - 31.778.261/0001-60; PORTAL VIVENDAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - 32.285.792/0001-84; TRANSPORTES GRISS EIRELI - 33.559.083/0001-02; VIDEMEC MECANICA E MANUTENCAO INDUSTRIAL EIRELI - 22.115.289/0001-27; ARGENTA AGROPASTORIL LTDA - 34.054.190/0001-41; CLADIS VOGT PIMENTA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA - 33.347.356/0002-36; AGROPECUARIA LCL LTDA - 34.400.236/0001-37; CLARO S.A. - 40.432.544/0001-47; VILAR COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME - 85.160.489/0001-11; VALERIO CHEROBIN ME - 95.812.905/0001-72; TRANSCOELHO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME - 04.111.255/0001-82; MAGAZINE LUIZA S.A. - 47.960.950/0391-76; GILMAR DIAS DE ALMEIDA - 46980016920 - 17.051.404/0001-07; PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE JL LTDA ME - 08.596.227/0001-53; MARIA LANCHES BAR LTDA ME - 09.271.121/0001-42; TRANSCASALI - CORTE DE MADEIRA LTDA - ME - 09.373.672/0001-17; COELHO LOCADORA DE VEICULOS LTDA ME - 10.416.219/0001-20; AUGUSTINHO CONRADI - 47792191915 - 11.924.774/0001-25; DAVID RODRIGUES SEVERO FILHO - 48168378920 - 12.251.537/0001-03; SERGIO ANTONIO DE MATOS - 00714497959 -ME - 12.490.019/0001-42; MARCOS ADRIANO RALDI PALAORO 08395591942 - 15.520.706/0001-51; ADIR ANHAIA DE LIZ - 02051231982 - 16.537.898/0001-71; AGROPECUARIA PERAZZOLI LTDA - 10.477.714/0001-49; EDSON COSTA MOREIRA E CIA LTDA - 17.204.035/0001-45; CRISTIANA KELLI TEIXEIRA MATTEUCCI - 17.515.357/0001-05; JOAO DE AGOSTINHO PAULO - 029492257917 - 18.581.537/0001-58; CARMEN PIASSON - 06096738907 - 21.226.916/0001-34; CARMEN PIASSON - 06096738907 - 21.226.916/0001-34.

RAFAEL AUGUSTO CASTILHOS  
Auditor Fiscal - Matrícula 13.583

**CONVITE AUDIENCIA PUBLICA**

Publicação Nº 2211736

O Município de Fraiburgo convida para Audiência Pública. Em pauta o Projeto de Lei do novo Código de Edificações.

Data: 20/11/2019

Horário: 19h

Local: Câmara de Vereadores

Claudete Gheller Mathias  
Prefeita de Fraiburgo

**EDITAL Nº 5 - CMDCA**

Publicação Nº 2211737

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
FRAIBURGO

EDITAL N. 005/2019

DISPÕE SOBRE AS ENTIDADES CREDENCIADAS, BEM COMO SEUS DELEGADOS E SUPLENTES VOTANTES NO FÓRUM DE ELEIÇÃO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CMDCA.

A PRESIDENTE DO CMDCA, no uso das atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1219, de 04 de junho de 1997, alterada pelas Leis nº. 1352/98, 1394/99, 1664/2002, 2299/2015, torna público a relação das entidades credenciadas, bem como seus delegados e suplentes votantes para o Fórum de eleição da escolha das entidades para compor o CMDCA:

**1. RELAÇÃO DAS ENTIDADES VOTANTES**

Nº.	Entidade	Delegado	Suplente
01	Centro Cultural Egon Frey	Vânia Maria Francheschi	Sabrina Onofre
02	Associação Vital Fraiburgo Karatê-Dô	Elinilce Dalagnol	Luis Antonio Laudelino Coelho
03	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fraiburgo – APAE	Caroline Chechi Balestrin	André Felipe Shueda
04	Grupo Voluntário Vida e Cidadania	Raimunda Eva Aparecida Savian Flohr	Rudinei José Luizetto
05	Associação dos Pais e Amigos dos Autista - AMA	Beatriz Aparecida Gomes Dominski	Marlete Serafini Grando
06	Programa Espaço Alternativo - PEAL	Rosane Jung Alves	Claudio Reichardt
07	Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE	Laís Gonçalves Shinkevitz	Milene Rodrigues da Silva
08	Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD	Maico Cesar Correa França	Adir Koggi Marcondes

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

Lia Frey  
Presidente do CMDCA

Dulcinei R. Bilibio  
Membro da Comissão

Elinilce Dalagnol  
Membro da Comissão

Fabiano Leonhardt  
Membro da Comissão

Beatriz Dominski

**PORTARIA 21202019**

Publicação Nº 2212192

PORTARIA Nº 2120, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 148/2019, da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir o contrato de GABRIELA SKREPKA CARVALHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 103.575.749-40, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**TERMO DE CONVOCAÇÃO ANA CARLA RAMOS DE OLIVEIRA**

Publicação Nº 2211738

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): ANA CARLA RAMOS DE OLIVEIRA

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 146º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina,
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicerídio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
  - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
  - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
  - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
  - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
  - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
  - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
  - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "u" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

ANA CARLA RAMOS DE OLIVEIRA

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO ANA CATARINA MELO DE OLIVEIRA**

Publicação Nº 2211739

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): ANA CATARINA MELO DE OLIVEIRA

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 145º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto  $\frac{3}{4}$  recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicerídio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

ANA CATARINA MELO DE OLIVEIRA

## TERMO DE CONVOCAÇÃO DAIANE TERESINHA MELLO

Publicação Nº 2211740

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): DAIANE TERESINHA MELLO

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 140º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;

c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

d) Cópia do CPF;

e) Cópia da Carteira de Identidade;

f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;

i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;

j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;

k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);

l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;

m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);

n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);

o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);

p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente

apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina;

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídio;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

DAIANE TERESINHA MELLO

## TERMO DE CONVOCAÇÃO FRANCIELE MACEDO DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2211742

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): FRANCIELE MACEDO DE OLIVEIRA

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 141º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS -LHE a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;

c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);



- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicéridio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
  - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
  - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
  - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
  - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
  - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
  - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
  - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

FRANCIELE MACEDO DE OLIVEIRA

**TERMO DE CONVOCAÇÃO GIZELE SALETE SILVA**

Publicação Nº 2211743

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): GIZELE SALETE SILVA

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 144º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina,
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicerídio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
  - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
  - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
  - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
  - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
  - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
  - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
  - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "u" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

GIZELE SALETE SILVA

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO JULIANA FATIMA CHECHETTO CORREA**

Publicação Nº 2211744

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): JULIANA FATIMA CHECHETTO CORREA

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 143º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS -LHE a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto  $\frac{3}{4}$  recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicéridio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

JULIANA FATIMA CHECHETTO CORREA

## TERMO DE CONVOCAÇÃO MARIA IZABEL THIBES

Publicação Nº 2211745

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): MARIA IZABEL THIBES

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 148º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;

c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

d) Cópia do CPF;

e) Cópia da Carteira de Identidade;

f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;

i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;

j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;

k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);

l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;

m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);

n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);

o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);

p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente

apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina;

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídio;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

MARIA IZABEL THIBES

## TERMO DE CONVOCAÇÃO MILENA LETICIA GOMES

Publicação Nº 2211746

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): MILENA LETICIA GOMES

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 142º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS -LHE a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;

c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicerídio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
  - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
  - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
  - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
  - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
  - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
  - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
  - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

MILENA LETICIA GOMES

**TERMO DE CONVOCAÇÃO OLEDIR FERREIRA CORREA**

Publicação Nº 2211747

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): OLEDIR FERREIRA CORREA

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 147º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina,
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicerídio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
  - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
  - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
  - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
  - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
  - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
  - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
  - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "u" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

OLEDIR FERREIRA CORREA

## TERMO DE CONVOCAÇÃO PRICILA RIBEIRO

Publicação Nº 2211748

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): PRICILA RIBEIRO

CARGO: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 137º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS -LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto  $\frac{3}{4}$  recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicéridio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

PRICILA RIBEIRO

## TERMO DE CONVOCAÇÃO RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA

Publicação Nº 2211749

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 002/2017)

Senhor(a): RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA

CARGO: Professor – Educação Física

Classificação: 15º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 002/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Magistério Público Municipal de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 181/201, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;

c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

d) Cópia do CPF;

e) Cópia da Carteira de Identidade;

f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;

i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;

j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;

k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);

l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;

m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);

n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);

o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);

p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;

q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);

r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente

apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);

s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);

u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I – Hemograma Completo;

II – Glicemia;

III – Creatinina;

IV – Parcial de Urina;

V – TGO e TGP;

VI – Triglicerídio;

VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);

VIII – TSH (acima de 45 anos);

IX – PSA (homens acima de 45 anos);

X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);

XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);

XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;

XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo

XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;

XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 31 de outubro de 2019.

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA

## Galvão

## PREFEITURA

## HOMOLOGAÇÃO PL 091/2019

Publicação Nº 2211483

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE GALVAO</b>  CNPJ: 83.009.902/0001-16 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 17/2019 - DL</b>
	Processo Administrativo: 91/2019 Processo de Licitação: 91/2019 Data do Processo: 17/10/2019

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, ADMIR EDI DALLA CORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 91/2019  
b ) Licitação Nr.: 17/2019-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 24/10/2019  
e ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE MUDAS DE FLORES PARA SEREM PLANTADAS NA AVENIDA E RUAS DO MUNICIPIO DE GALVÃO - SC

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**LOTE: 1****NATALIA BUSANELLO 07694177950 (25667)**

1	CAIXAS DE MUDAS DE TAGETÃO - Marca: FLORICULTURA	CX	200,00	0,0000	12,50	2.500,00
2	CAIXAS DE MUDAS DE TAGETE - Marca: FLORICULTURA	CX	200,00	0,0000	12,50	2.500,00
3	CAIXAS DE MUDAS DE SÁLVIA - Marca: FLORICULTURA	CX	200,00	0,0000	12,50	2.500,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>7.500,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>7.500,00</b>

Galvão, 24 de Outubro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT  
PREFEITO MUNICIPAL

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE070/2019

Publicação Nº 2211701

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2019  
PROCESSO Nº 104/2019

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa especializada para executar os serviços de lavagem, borracharia, balanceamento e geometria nos veículos da frota do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 13/11/2019. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 13/11/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 31 de outubro de 2019.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO DL025/2019

Publicação Nº 2212179

DISPENSA DE LICITAÇÃO DL025/2019

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO: Processo nº: 108/2019; DL nº: 025/2019; Contratado: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL; CNPJ: 03.354.241/0001-27; Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar planejamento, elaboração, divulgação na internet, execução e realização de provas e divulgação de todas as etapas de Processo Seletivo para ingresso em caráter temporário, no quadro de funcionários do Município de Garopaba; Valor Total: O valor a ser pago estará vinculado à arrecadação das inscrições, sem nenhum custo para o município.

Valores das Inscrições:  
R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) cargos de nível alfabetizado e fundamental;  
R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) cargos de nível médio e técnico;  
R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) cargos de nível superior.  
Data da Homologação: 31/10/2019.

Garopaba - SC, 31 de outubro de 2019.

### DECRETO Nº 274/2019

Publicação Nº 2212223

DECRETO N.º 274, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DO ISS DEVIDO PELOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS QUE ATUAM DURANTE A TEMPORADA DE VERANEIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo artigo 23 da Lei Complementar n.º 847, de 16 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art.1º. O Imposto Sobre Serviço - ISS, incidente sobre a prestação de serviços a que se refere o item 09 - serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres, da Lista de Serviços anexa a Lei Complementar Nacional nº 116/2003, será calculado mediante estimativa, nas hipóteses previstas no artigo 23, incisos I a V, da Lei Complementar nº 847/2003.

Art. 2º. A estimativa prevista neste Decreto observará o seguinte:

I - cabe ao contribuinte propor à autoridade fiscal a adoção do regime de estimativa, fornecendo as seguintes informações:

- a) o número e tipo de leitos do estabelecimento;
- b) valor da diária cobrada pelo estabelecimento, em reais por tipo de unidade, nos períodos compreendidos pelo enquadramento no regime de estimativa;

c) o valor da receita prevista ou esperada pelo contribuinte;

II - Caso fique comprovado que os valores utilizados para determinação da estimativa, informados pelo contribuinte, não correspondem à realidade, a diferença do imposto eventualmente devido, será cobrada através de notificação fiscal, com os acréscimos legais.

III - A Diretoria Técnica de Fiscalização, por meio de seus Agentes Fiscais, poderá:

a) recusar o pedido de pagamento do imposto por estimativa quando verificar que as informações prestadas pelo contribuinte não mereçam fé ou se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento de declaração obrigatória;

b) fixar valor diverso proposto pelo contribuinte, que poderá aceitá-lo ou não, submetendo-se ao regime normal de apuração do imposto.

IV - A critério da autoridade administrativa, o imposto poderá ser calculado e recolhido por estimativa da base de cálculo quando:

a) se tratar de estabelecimento de caráter temporário ou provisório;

b) se tratar de estabelecimento de rudimentar organização;

c) o nível de atividade econômica recomendar tal sistemática;

d) se tratar de estabelecimento cuja natureza da atividade imponha tratamento fiscal especial;

e) quando se tratar de estabelecimento constituído sob a forma de sociedade simples.

Art.3º. O imposto a ser pago, com fundamento no regime de estimativa regulado por este Decreto, será determinado a partir da receita bruta estimada, que corresponderá: o número de leitos, vezes o valor da diária, vezes o índice para os correspondentes meses. Após a constatação da Receita Bruta, multiplica-se por 3% para apurar o valor do ISS do período, observada a seguinte tabela:

Mês	Nº dias	Ocupação (%)
DEZEMBRO	16 (01/12-16/12)	15
DEZEMBRO	07 (17/12-23/12)	60
DEZEMBRO	08 (24/12-31/12)	100
JANEIRO	15 (01/01-15/01)	100
JANEIRO	16 (16/01-31/01)	65
FEVEREIRO	21 (01/02-21/02)	60
FEVEREIRO	05 (22/02-26/02)	100
FEVEREIRO	03 (27/02-29/02)	60
MARÇO	31 (01/03-31/03)	30

§1º. O imposto dos estabelecimentos que comprovadamente operam com exclusividade no período de 01/12/2019 a 31/03/2020 fica res-  
trito ao pagamento do ISS com base neste Decreto.

§2º. O disposto no parágrafo antecedente aplicar-se-á aos estabelecimentos de caráter temporário ou provisório; aos estabelecimentos de  
rudimentar organização; quando o nível de atividade econômica recomendar tal sistemática; em se tratando de estabelecimento cuja natu-  
reza da atividade imponha tratamento fiscal especial; ou quando se tratar de estabelecimento constituído sob a forma de sociedade simples.  
O disposto neste parágrafo será identificado em procedimento regular de fiscalização, observadas as disposições da Lei nº 1.107/2006 e da  
legislação correlata.

Art.4º. O pagamento do Imposto Sobre Serviços decorrente apurado mediante a aplicação do regime de estimativa fiscal poderá ser reali-  
zado em até 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas com vencimento até o dia 15 (quinze) de cada mês, observado o disposto no artigo  
26, III, da Lei Complementar nº 847/2003.

Art.5º. Para os estabelecimentos já cadastrados na temporada do verão 2018/2019, e que já recolheram o Imposto sobre Serviços em  
caráter estimativo, será aplicado sobre os valores pagos no período já mencionado, o percentual estipulado para os reajustes dos Impostos  
Municipais para o exercício de 2020.

Art.6º. Ficam desobrigadas ao recolhimento do ISS apurado nos termos deste Decreto, as empresas optantes pelo Regime Tributário Sim-  
plificado - Simples Nacional.

Art.7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 275/2019**

Publicação Nº 2212224

DECRETO N.º 275, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 7.683,03 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.151 de 04/12/2018 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 7.683,03 (sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e três centavos) no Orçamento vigente:

02.01 -GABINETE DO PREFEITO	7.683,03
04.122.00062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	7.683,03
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	7.683,03

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 7.683,03 (sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e três centavos), correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento vigente:

02.01 -GABINETE DO PREFEITO	7.683,03
04.122.00062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	7.683,03
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	7.683,03
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.017,06

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 276/2019**

Publicação Nº 2212521

DECRETO N.º 276, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.373,40 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.151 de 04/12/2018 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.373,40 (vinte mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta centavos) no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	20.373,40
23.695.00512.065 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Turístico	20.373,40
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	20.373,40

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.373,40 (vinte mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta centavos), correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	20.373,40
23.695.00512.065 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Turístico	20.373,40
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	373,40

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2019.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**EDITAL 003/2019 - CONVOCAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CONSELHO-GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - GAROPABA/SC**

Publicação Nº 2212233

EDITAL 003/2019

CONVOCAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CONSELHO-GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – Garopaba - SC

O Prefeito Municipal de Garopaba, Paulo Sergio de Araujo, respaldado na Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 1.210/2007 e demais legislações vigentes, e a Secretária Municipal de Assistência Social, Ruth Miqueleto Honorato Batista, CONVOCAM as Entidades da Sociedade Civil Organizada e de Movimentos Sociais Organizados para o preenchimento de 05 (cinco) vagas no Conselho-Gestor do FHIS do Município de Garopaba, conforme normas estabelecidas neste edital:

1. A Secretária de Assistência Social designará uma comissão, composta por dois integrantes, que ficará responsável pela análise documental das inscrições.
2. Os interessados deverão preencher o formulário conforme Anexo II e encaminhar documentação necessária à Secretária de Assistência Social, situada na RPG 10, n.46, centro, Garopaba, SC até o dia 12/11/2019 às 17hs00min.
3. O mandato será para o biênio 2019/2021, e o número de vagas corresponde à cinco titulares e cinco suplentes.
4. A relação preliminar com o nome das representações habilitadas e não habilitadas será divulgada no dia 20/11/2019, no Site da Prefeitura.
5. A apresentação de recursos para as entidades não habilitadas será até 20/11/2019.
6. A relação final será divulgada no dia 22/11/2019 no site da Prefeitura.
7. Caso ocorra mais de 05 representações inscritas e habilitadas, as representações reunir-se-ão no dia 25/11/2019 às 14hs00min na em local a ser definido, para elegerem dentre seus pares os representantes titulares e suplentes.
8. Em caso de empate entre as representações, será considerada eleita a com registro mais antigo no Conselho.

Garopaba, 31 de outubro de 2019.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal de Garopaba

RUTH MIQUELETO HONORATO BATISTA  
Secretária Municipal da Assistência Social

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 01/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**ANEXO I  
CRONOGRAMA**

Período/Data	Atividades
01/11/2019	Publicação do Edital no Diário oficial dos Municípios
12/11/2019	Prazo para inscrições e Apresentação de documentos
20/11/2019	Divulgação de Inscrições Deferidas e Indeferidas
22/11/2019	Divulgação da lista final
25/11/2019	Eleição das representações.
28/11/2019	Homologação

**ANEXO II**

**REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**  
A Comissão de Análise Documental

Em nome da instituição ..... ,  
venho requerer inscrição para o processo de escolha de representações do segmento de Entidades da Sociedade Civil Organizada e de Movimentos Sociais Organizados instituídos no Município de Garopaba para o Biênio 2019/2021, e indicamos como representantes:

Titular : Sr(a) .....  
CPF .....  
Telefone: .....

Suplente : Sr(a) .....  
CPF .....  
Telefone: .....

Na qualidade de Presidente/Coordenador, responsabilizo-me pelo presente e veracidade da documentação que segue anexa.

- ( ) I – CNPJ  
( ) II – Ata de eleição e posse da atual diretoria  
( ) III – Fotocopia dos documentos pessoais (RG e CPF) dos representantes indicados, titular e suplente.

Garopaba, ..... de ..... de 2019.

-----  
Presidente/Coordenador da Entidade

Nome: .....  
CPF .....  
RG: .....

## **ERRATA Nº 1: DECRETO Nº 267, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212444

ERRATA N.º 1: Decreto nº 267, de 30 de outubro de 2019

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 267/2019, publicado no DOM/SC, Edição 2967, pagina 1140 em 31/10/2019.

Onde se Lê:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	16.000,00
07.02- FUNDO MUNIC DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	16.000,00
12.361.00282.025 - Manutenção do EJA	16.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	16.000,00

Leiam – se:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	16.000,00
07.02- FUNDO MUNIC DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	16.000,00
12.361.00282.025 - Manutenção do EJA	16.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 Aplicações Diretas	16.000,00

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 31 de outubro de 2019.  
HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 01/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº095/2019**

Publicação Nº 2212421

EXTRATO DE CONTRATO Nº 095/2019

PMG

Processo nº 108/2019; Modalidade: DL 025/2019 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL, CNPJ nº03.354.241/0001-27; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SUPRIR AS VAGAS DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SECRETARIA DE SAÚDE; VALOR: R\$ 0,00; Data da Assinatura: 01/11/2019.

## **PORTARIA N.º 1233/2019.**

Publicação Nº 2200887

PORTARIA N.º 1233, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ANA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 7639, referente a 2018/2019, no período de 01/10/2019 a 30/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1234/2019.**

Publicação Nº 2200889

PORTARIA N.º 1234, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor DANIEL MACHADO PAZ, Matrícula Funcional n.º 7769, referente a 2018/2019, no período de 01/10/2019 a 30/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1235/2019.**

Publicação Nº 2200892

PORTARIA N.º 1235, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ARIELLA DE PAULO PATRÍCIO, Matrícula Funcional n.º 7151, referente a 2018/2019, no período de 01/10/2019 a 30/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1236/2019.**

Publicação Nº 2200893

PORTARIA N.º 1236, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor GILMAR DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 7284, referente a 2018/2019, no período de 01/10/2019 a 30/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1237/2019.**

Publicação Nº 2200895

PORTARIA N.º 1237, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora EDNA FERREIRA TEIXEIRA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3835, referente a 2015/2016, no período de 02/10/2019 a 31/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 02/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1238/2019.**

Publicação Nº 2200896

PORTARIA N.º 1238, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora BEATRIZ DE SOUZA SALVADOR, Matrícula Funcional n.º 4989, referente a 2018/2019, no período de 14/10/2019 a 12/11/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 14/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 1239/2019.**

Publicação Nº 2200897

PORTARIA N.º 1239, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANDRÉ SOUZA LOPES, Matrícula Funcional n.º 6660, referente a 2018/2019, no período de 14/10/2019 a 12/11/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 14/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 1240/2019.**

Publicação Nº 2200902

PORTARIA N.º 1240, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUAN GOMES SILVA, Matrícula Funcional n.º 6877, referente a 2018/2019, no período de 15/10/2019 a 13/11/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 1241/2019.**

Publicação Nº 2200906

PORTARIA N.º 1241, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao

contrato nº 084/2019, o(a) contratado(a) KETTERY VASCONCELLOS CASTRO, a partir de 15/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1242/2019.**

Publicação Nº 2200908

PORTARIA N.º 1242, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ELIZABETE PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7241, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 02/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 02/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1243/2019.**

Publicação Nº 2200910

PORTARIA N.º 1243, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JAMIR JOÃO LUIZ JUNIOR, Chefe de Setor de Apoio, matrícula funcional n.º 7472, contribuinte do Regime Geral de Previdência, de 21/09/2019 a 06/12/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/09/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1244/2019.**

Publicação Nº 2200911

PORTARIA N.º 1244, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LAYS ALVES DOS ANJOS, Professora, matrícula funcional n.º 7279, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 15/09/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/09/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1245/2019.**

Publicação Nº 2200912

PORTARIA N.º 1245, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUCIANE MARIA NUNES DE CARVALHO, Professora, matrícula funcional n.º 0780, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 23/09/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/09/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1246/2019.**

Publicação Nº 2200914

PORTARIA N.º 1246, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora SILVIA MARIA VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 4675, referente a 2012/2017, no período de 07/10/2019 à 05/12/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 07/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 1247/2019.**

Publicação Nº 2200915

PORTARIA N.º 1247, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ATILO DREY ESCOBAR, Matrícula Funcional n.º 7220, referente a 2018/2019, no período de 04/11/2019 a 03/12/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 04/11/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 1248/2019.**

Publicação Nº 2200930

PORTARIA N.º 1248, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA REAVALIAÇÃO DE READAPTAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 40, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JULIANO MATTANA, Operador de Trator Agrícola, matrícula funcional n.º 3712, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Reavaliação de readaptação por Junta Médica Pericial, em 14/09/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem efeitos retroativos a 14/09/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1250/2019.**

Publicação Nº 2200931

PORTARIA N.º 1250, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/10/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) JULIANA APARECIDA LUIZ, Matrícula Funcional n.º 7805, concedidas através da Portaria n.º 1157/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 02/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1251/2019.**

Publicação Nº 2200932

PORTARIA N.º 1251, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/10/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) MARIA FRANCISCA DA LUZ RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0175, concedidas através da Portaria n.º 1186/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 02/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1253/2019.**

Publicação Nº 2200933

PORTARIA N.º 1253, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JORGE CARLOS DA SILVA, Fiscal de Obras, matrícula funcional n.º 0077, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 24/09/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/09/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1254/2019.**

Publicação Nº 2200935

PORTARIA N.º 1254, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARICLEIA DA ROSA ANTONIO, Professora, matrícula funcional n.º 0756, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 06/09/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/09/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1255/2019.**

Publicação Nº 2200937

PORTARIA N.º 1255, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 14 (quatorze) dias, concedidas através da Portaria n.º 672/2019 e suspensas através da Portaria n.º 899/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MAICON GARCIA LIMA, Matrícula Funcional n.º 7206, no período de 07/10/2019 à 20/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 07/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1256/2019.**

Publicação Nº 2205773

PORTARIA N.º 1256, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora FERNANDA MENDES VIANA, Matrícula Funcional n.º 7190, referente a 2018/2019, no período de 01/10/2019 a 30/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1257/2019.**

Publicação Nº 2205774

PORTARIA N.º 1257, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDREA MARIA DO NASCIMENTO, Professora, matrícula funcional n.º 7920, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde, a partir de 01/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1258/2019.**

Publicação Nº 2205775

PORTARIA N.º 1258, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) TELMA DA ROSA MORAES MARTINS, Professora, matrícula funcional n.º 0750, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 17/09/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/09/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1259/2019.**

Publicação Nº 2205776

PORTARIA N.º 1259, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ROSINEIA SANTOS DE SOUZA RICARDO, Matrícula Funcional n.º 0054, referente a 2012-2017, no período de 07/10/2019 à 05/12/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 07/10/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1260/2019.**

Publicação Nº 2205778

PORTARIA N.º 1260, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/10/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) EMANUELE BARCELLOS CANDIDO, Matrícula Funcional n.º 7245, concedidas através da Portaria n.º 1165/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1261/2019.**

Publicação Nº 2205780

PORTARIA N.º 1261, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor EMERSON OLIVEIRA DE MOURA, Matrícula Funcional n.º 7375, referente a 2018/2019, no período de 28/10/2019 a 26/11/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 28/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1275/2019.**

Publicação Nº 2205782

PORTARIA N.º 1275, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor EDEMIR TORQUATO, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 8164, contribuinte do Regime Geral de Previdência, de 20/09/2019 a 05/01/2020, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/09/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1276/2019.**

Publicação Nº 2205785

PORTARIA N.º 1276, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato nº 227/2018, o(a) contratado(a) JÉSSYCA PEREIRA KUERTEN, a partir de 25/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 25/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2019.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1278/2019.**

Publicação Nº 2205787

PORTARIA N.º 1278, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ELIZABETE PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7241, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 16 (dezesesseis) dias, a partir de 17/09/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/09/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1284/2019.**

Publicação Nº 2205788

PORTARIA N.º 1284, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 12 (doze) dias, concedidas através da Portaria n.º 112/2019 e suspensas através da Portaria n.º 211/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora michele silva de campos, Matrícula Funcional n.º 7466, no período de 14/10/2019 à 25/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 14/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1287/2019.**

Publicação Nº 2205790

PORTARIA N.º 1287, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora VANILDA CARLSEM BOTELHO, Matrícula Funcional n.º 0744, referente a 2001-2006, no período de 07/10/2019 à 21/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/10/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1288/2019.**

Publicação Nº 2205793

PORTARIA N.º 1288, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR, a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SEM AVISO PRÉVIO, o(a) contratado(a) KARINA ELIS CHISTMANN, Contrato n.º 097/2019, em 08/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1289/2019.**

Publicação Nº 2205795

PORTARIA N.º 1289, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,  
RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de outubro de 2019:

MATRICULA	Nome
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
8172	Alessandra Hofmann Allet
6693	Frederico Neves de Paula
8224	Fábio Ramos de Oliveira
6803	Ismael Pereira Ramos
6870	Kelen da Rosa Ramos
8195	Karla de Sousa Massih
8212	Lidiane Silveira Domingos da Silva
8182	Luana Dias Costa
8228	Maria Aparecida Bernardino
3643	Rozilda de Amorim
7849	Rodrigo Jacobi Segura
8180	Simone Favassa Alves
6763	Silvely Mendes Duarte
8138	Suelen dos Santos Sodré
8139	Tatiana Souto Zanoni
7887	Wesley Muller da Silveira

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 1295/2019.**

Publicação Nº 2206158

PORTARIA N.º 1295, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora TELMA DA SILVA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 7027, referente a 2018/2019, no período de 01/10/2019 a 30/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 1296/2019.**

Publicação Nº 2206159

PORTARIA N.º 1296, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) IAN DA SILVA ARGOU, Auxiliar Conservação e Manutenção, matrícula funcional n.º 6758, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 15/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1297/2019.**

Publicação Nº 2206160

PORTARIA N.º 1297, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) IAN DA SILVA ARGOU, Auxiliar de Manutenção e Conservação, matrícula funcional n.º 6758, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 21/10/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 21/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1298/2019.**

Publicação Nº 2206162

PORTARIA N.º 1298, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARCIA MOTTA COSTA DOS SANTOS, Professora, matrícula funcional n.º 8156, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 16/10/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2019

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1299/2019.**

Publicação Nº 2206164

PORTARIA N.º 1299, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NERI JO-ELSO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0003, referente a 2018/2019, no período de 04/11/2019 a 03/12/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 04/11/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1300/2019.**

Publicação Nº 2206167

PORTARIA N.º 1300, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA-PRÊMIO, em 16/10/2019, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, da servidora ELICÉIA FLOR DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4651, concedidas através da Portaria n.º 1170/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 16/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1301/2019.**

Publicação Nº 2206168

PORTARIA N.º 1301, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA-PRÊMIO, em 14/10/2019, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, da servidora VIVIAN SCHRÖTER, Matrícula Funcional n.º 0428, concedidas através da Portaria n.º 1168/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 1302/2019.**

Publicação Nº 2206170

PORTARIA N.º 1302, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 10/10/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) ANÉSIO ESPINDOLA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 0090, concedidas através da Portaria n.º 1189/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 1303/2019.**

Publicação Nº 2206169

PORTARIA N.º 1303, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/10/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) EDUARDA SERAFIM PACHECO, Matrícula Funcional n.º 7399, concedidas através da Portaria n.º 1209/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1304/2019.**

Publicação Nº 2206175

PORTARIA N.º 1304, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 15/10/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) ANA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 7639, concedidas através da Portaria n.º 1233/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1305/2019.**

Publicação Nº 2206177

PORTARIA N.º 1305, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 15/10/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) DANIEL MACHADO PAZ, Matrícula Funcional n.º 7769, concedidas através da Portaria n.º 1234/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1306/2019.**

Publicação Nº 2206179

PORTARIA N.º 1306, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ALESSANDRA HOFMANN ALLET, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 8172, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde, a partir de 08/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1311/2019.**

Publicação Nº 2209052

PORTARIA N.º 1311, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 11/10/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do (a) servidor (a) MARCELO COSTA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 6675, concedidas através da Portaria n.º 1294/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus retroativos a 11/10/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1312/2019.**

Publicação Nº 2209054

PORTARIA N.º 1312, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei 1957/2016,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA-MATERNIDADE POR 60 (SESSENTA) DIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 1º, da Lei n.º 1957/2016, à servidora FERNANDA BARREIROS VITOR, matrícula funcional n.º 7171, a partir de 23/01/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 23/01/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1313/2019.**

Publicação Nº 2209055

PORTARIA N.º 1313, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANA CRISTINA DA SILVA PRUDÊNCIO, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 3571, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 15/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus retroativos a 15/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1314/2019.**

Publicação Nº 2209057

PORTARIA N.º 1314, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUIZ ALDO CRISTINO, Servente, matrícula funcional n.º 0792, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 13/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus retroativos a 13/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1315/2019.**

Publicação Nº 2209059

PORTARIA N.º 1315, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora LAYS ALVES DOS ANJOS, Professora, matrícula funcional n.º 8014, contribuinte do Regime Geral de Previdência, de 20/09/2019 a 15/12/2019,

conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/09/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1316/2019.**

Publicação Nº 2209060

PORTARIA N.º 1316, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SIMONE VERA WOLFF, Matrícula Funcional n.º 4248, referente a 2017/2018, no período de 01/11/2019 a 30/11/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/11/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1317/2019.**

Publicação Nº 2209061

PORTARIA N.º 1317, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ITAMAR JOSÉ DUARTE JUNIOR, Coordenador de Fiscalização, matrícula funcional n.º 7244, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde, a partir de 11/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus retroativos a 11/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1318/2019.**

Publicação Nº 2209062

PORTARIA N.º 1318, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROBSON CELSO DA SILVA, Operador de Equipamentos, matrícula funcional n.º 6685, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 18/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 18/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1319/2019.**

Publicação Nº 2209064

PORTARIA N.º 1319, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora RAQUEL IVANI MENDONÇA, Matrícula Funcional n.º 7714, referente a 2018/2019, no período de 01/11/2019 a 30/11/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/11/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1321/2019.**

Publicação Nº 2209067

PORTARIA N.º 1321, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARILETE DE FATIMA VARELA, Servente, matrícula funcional n.º 3652, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família a partir de 16/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1322/2019.**

Publicação Nº 2209069

PORTARIA N.º 1322, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ELIZABETE PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7241, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 18/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1323/2019.**

Publicação Nº 2209071

PORTARIA N.º 1323, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDREIA MARIA DA ROSA, Merendeira, matrícula funcional n.º 6694, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 18/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1324/2019.**

Publicação Nº 2209072

PORTARIA N.º 1324, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 134, da Lei Municipal n.º 1000/2005, concede ao servidor LUIZ CARLOS RIBEIRO FILHO, matrícula funcional n.º 7796, LICENÇA PATERNIDADE, por 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de 06 de outubro de 2019, por motivo de nascimento da filha.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1326/2019.**

Publicação Nº 2209074

PORTARIA N.º 1326, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 333/2019 e suspensas através da Portaria n.º 446/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora fernando mendes soares, Matrícula Funcional n.º 6786, no período de 22/10/2019 à 31/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1329/2019.**

Publicação Nº 2209078

PORTARIA N.º 1329, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ZELINA ALEXANDRINA SOARES DE FREITAS, Servente, matrícula funcional n.º 7031, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 21/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 21/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2019.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 1330/2019.**

Publicação Nº 2209083

PORTARIA N.º 1330, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato nº 085/2019, o(a) contratado(a) HAMUL MEDEIROS PAMPUCHE, a partir de 25/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2019.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 1331/2019.**

Publicação Nº 2210409

PORTARIA N.º 1331, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ELIZABETE PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7241, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 04/10/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1332/2019.**

Publicação Nº 2210415

PORTARIA N.º 1332, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROBSON CELSO DA SILVA, Operador de Equipamentos, matrícula funcional n.º 6685, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 08/10/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1333/2019.**

Publicação Nº 2210418

PORTARIA N.º 1333, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUIZ ALDO CRISTINO, Servente, matrícula funcional n.º 0792, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 13/10/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1334/2019.**

Publicação Nº 2210422

PORTARIA N.º 1334, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARILENE NASCIMENTO PEREIRA, Servente, matrícula funcional n.º 3694, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 21/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/10/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1335/2019.**

Publicação Nº 2210423

PORTARIA N.º 1335, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUANA DE LIMA ARAUJO, Professora, matrícula funcional n.º 6832, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 30/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

## **PORTARIA N.º 1336/2019.**

Publicação Nº 2210425

PORTARIA N.º 1336, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) NAIRA SALETE BERNARDO FERNANDES THOMAZ, Professora, matrícula funcional n.º 6835, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 29/10/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1337/2019.**

Publicação Nº 2210430

PORTARIA N.º 1337, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ROSIMERE DA SILVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 8033, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 23/10/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 23/10/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1338/2019.**

Publicação Nº 2210432

PORTARIA N.º 1338, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 29/10/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) ANA CAROLINA PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 7823, concedidas através da Portaria n.º 1160/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de outubro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 1339/2019.**

Publicação Nº 2212520

PORTARIA N.º 1339, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.  
ALTERA O ARTIGO 2º DA PORTARIA N.º 1.227, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o Artigo 2º da Portaria nº 1.227, que constitui a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, designada através da Portaria nº. 1.227/2019, passando a ser composta por: CENIR GRUNTHAL RAMOS, JORGE LUIS GONÇALVES REIMBRECHT E BRUNA DA SILVA BATTISTELLA para, sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2019.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE ATENDIMENTO - SETOR DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 2212107

Prefeitura Municipal de Garuva  
Setor de Licitações e Compras

#### AVISO DE ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Tendo em vista o DECRETO MUNICIPAL Nº. 191 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre a Jornada de Trabalho e Repouso Administrativo na Prefeitura Municipal de Garuva, este setor informa que, a partir do dia 05/11/2019 o horário de atendimento será das 08:00 às 14:00 horas.

Não obstante, os protocolos de recursos, impugnações, pedidos de esclarecimento e juntada de documentos poderão ser realizados, ainda, das 14:00 às 17:00 horas, no Setor de Tributação ou através do link de protocolo digital <https://garuva.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&i-td=8> disponível no site do município.

Atenciosamente,

Garuva, 31 de outubro de 2019.  
Barbara Romanzini Aguilera  
Diretora de Licitações e Compras

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 055/2019 PMG

Publicação Nº 2212190

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 055/2019  
Modalidade: Concorrência  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Pavimentação asfáltica do Quadro Urbano contemplando os serviços: Iniciais, Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica, Sinalização e Obras complementares, conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e projeto em anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 09/12/2019 às 09:00h

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 31 de outubro de 2019.  
Rodrigo Adrian David  
Prefeito Municipal

### AVISO DE SUSPENSÃO DE CERTAME - FMS 020/2019

Publicação Nº 2212114

#### AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE CERTAME

Processo Licitatório FMS nº 020/2019  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de equipamentos/materiais permanente e mobiliários para atender as necessidades das Unidades Básica Saúde da Família e demais Equipes de Saúde, conforme proposta 1170-01/1180-05/1180-06 do Ministério da Saúde, através de recurso de Emenda Parlamentar

Esclarecimento: Devido a problemas ocorrido com a descrição de alguns itens do referido edital, fica suspenso o Credenciamento, Entrega

e Abertura dos Envelopes. Informamos que a nova data do Certame será publicada em breve.

Garuva, 31 de outubro de 2019  
Rodrigo Adrian David  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 193/2019

Publicação Nº 2211888

DECRETO Nº 193, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

### DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.004.0015.0451.1022.1013 Abertura/ retif/ampliação de vias urbanas	4490	03.00.00	R\$	9.000,00
-------------------------------------------------------------------------	------	----------	-----	----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente do Superávit Financeiro do exercício de 2018 referente os recursos ordinários do tesouro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 31 de outubro de 2019.  
RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2019

Publicação Nº 2212120

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 248/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2019

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de solda e usinagem. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 14/11/2019, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 31/10/2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

### DECRETO Nº 9.049, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2211466

DECRETO Nº 9.049, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO PARA COMPOR A EQUIPE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PERIÓDICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, em substituição, a partir de 07 de outubro de 2019, o membro abaixo indicado, para integrar a Equipe de Monitoramento e Avaliação Periódica do Plano Municipal de Educação:

MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Carla Stanke	Adalci Terezinha Estevão Vasques	Fórum Municipal de Educação

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados pelo Decreto nº 7.673, de 06 de setembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de outubro de 2019.

Gaspar, 07 de outubro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 9.071, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2211362

DECRETO Nº 9.071, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia em substituição, os membros titulares e suplentes abaixo indicados, para integrarem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, conforme segue:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS		
Órgão de Representatividade	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria de Educação	Carla Stanke Titular	Adalci Terezinha Estevão Vasques Titular
CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS		

Categoria Entidade de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social		
Órgão de Representatividade	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
SINTRASPUG – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal	Danielli Rúbia Provezi Demétrio Titular	Eloiza Campregheer Probst Titular
	Sandra da Cunha Alves Suplente	Marcos Aparecido Nunes de Souza Suplente
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social – 12º Região	Alessandra Graciosa Titular	Helen Diane Camargo Fernandes de Souza Titular
	Camila Oliveira Rossi Suplente	Ana Janaína Medeiros Suplente

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados através do Decreto nº 7.353, de 09 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de outubro de 2019.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

### EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 149/2019

Publicação Nº 2212112

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 209/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2019  
EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 149/2019

Início da vigência: 01/10/2019. Vencimento: 30/09/2020. Objeto do Contrato: Contrato de fornecimento e instalação de conjunto sinalizador acústico visual para as viaturas da superintendência de trânsito (DITRAN) do município de Gaspar. Contratado: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA (CNPJ sob o nº 73.628.307/0001-05). Valor total: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos).

Gaspar/SC, 01 de outubro de 2019.  
CARLOS ROBERTO PEREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

### EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 164/2019

Publicação Nº 2212113

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 215/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2019  
EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 164/2019

Início da vigência: 30/10/2019. Vencimento: 29/10/2021. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em transmissão de dados, para prover serviço dedicado de conectividade à internet e interligação e serviço de banda larga para as unidades/secretarias da Prefeitura Municipal de Gaspar a sua rede corporativa de computadores através do uso de cabos de fibra óptica. Contratado: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A (CNPJ nº 02.255.187/0001-08). Valor total: R\$ 664.320,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil e trezentos e vinte reais).

Gaspar/SC, 30 de outubro de 2019.  
CARLOS ROBERTO PEREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

### LEI Nº 4.014, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2211871

LEI Nº 4.014, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ADAPTAÇÃO DE BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS DOS PARQUES DE DIVERSÕES E DAS PRAÇAS PÚBLICAS ÀS NECESSIDADES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a adaptação de, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento dos parques de diversões, públicos e privados, e das praças públicas para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.

Parágrafo único. Uma vez adaptados, os brinquedos e equipamentos devem ser identificados como de uso para as pessoas de que trata este artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 16 de outubro de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

## **PORTARIA RH 122/2019**

Publicação Nº 2211500

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 122/2019

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) MATHUSALEM VENERA, ocupante do cargo efetivo de Controlador de Patrimônio, lotado na Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa, referente ao período aquisitivo de 09/01/2014 a 12/10/2019, devendo folgar a partir de 14/10/2019 a 11/01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de outubro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

## **PORTARIA RH 123/2019**

Publicação Nº 2211501

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 123/2019

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) IVO CANDIDO VELOSO, ocupante do cargo efetivo de Zelador Escola, lotado na Secretaria da Educação( a disposição na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos), referente ao período aquisitivo de 17/04/2014 a 18/09/2019, devendo folgar a partir de 14/10/2019 a 11/01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de outubro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

## **TOMADA DE PREÇOS Nº 24/2019**

Publicação Nº 2211662

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Tomada de preços nº 24/2019

OBJETO: execução do sistema de aproveitamento de água da chuva na Escola Vitório Anacleto Cardoso. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 19/11/2019. ABERTURA: 19/11/2019 às 09h30min. Edital disponível no Depto. de Compras, Rua São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br). Gaspar, 31/10/2019. Zilma Mônica Sansão Benevenuti - Secretária de Educação

**CÂMARA MUNICIPAL****ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO = EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019.**

Publicação Nº 2212347

**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Trata-se de Procedimento de Pregão Presencial com fundamento no disposto do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como o disposto nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/2002, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de informática, novos, para atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Gaspar, previstos no Edital de Licitação nº 004/2019, Pregão Presencial nº 004/2019.

Estando os procedimentos até aqui praticados de acordo com a Legislação Vigente, ADJUDICO os referidos objetos às empresas:

WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ: 09.159.503/0001-89, sendo: 16 (dezesseis) NOBREAKS – POTÊNCIA 700VA (USO EM MICROCOMPUTADOR) na importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e 02 (dois) SWITCHES DE 24 PORTAS na importância de R\$ 1.085,00 (um mil e oitenta e cinco reais);

ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 27.913.520/0001-41, sendo: 01 (um) NOBREAK – POTÊNCIA DE 1400VA (USO EM SERVIDOR) na importância de R\$ 1.840,00 (um mil e oitocentos e quarenta reais), 01 (uma) PLACA DE CAPTURA AVERMEDIA LIVE GAMER HD C985, na importância de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), 16 (dezesseis) IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL COLORIDAS, na importância de R\$ 3.168,00 (três mil cento e sessenta e oito reais) e 01 (uma) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLOR, na importância de R\$ 4.000,00 (quarto mil reais);

MASTERSOFT INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ: 01.177.978/0001-96, sendo: 01 (um) LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS na importância de R\$ 384,00 (trezentos e oitenta e quatro reais), e HOMOLOGO o procedimento destacado nos autos do Processo de Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 004/2019.

Está autorizada a contratação do objeto.

Gabinete da Presidência, 31 de outubro de 2019.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 93/2019

Publicação Nº 2211588

AVISO DE SUSPENSÃO  
TOMADA DE PREÇOS 93/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E DA TERRITORIAL, MAPEAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO, SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG), ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES, GEOPROCESSAMENTO CORPORATIVO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

MOTIVO DA SUSPENSÃO: APÓS O RECEBIMENTO DE VÁRIAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO DECIDIU-SE POR SUSPENDER PARA MELHOR ANÁLISE E POSSÍVEL READEQUAÇÃO DO EDITAL.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br).

Governador Celso Ramos, 30 de outubro de 2019.  
Paulo Henrique Silveira de Souza  
Secretário Municipal de Administração

### EXTRATO CORRIGIDO DO CONTRATO 035/2019 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATADA DE GESTÃO DE PAGAMENTO COM CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (TPA)

Publicação Nº 2211986

CONTRATO Nº 035/2019

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público, situado a Praça VI de Novembro n.º 01, bairro Ganchos do Meio, nesta cidade, CNPJ sob o nº 82.892.373/0001-89, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa ESMERALDA SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.768.068/0001-18, com sede à Rua Niterói, nº 400, 10º andar, São Caetano do Sul/SP, neste ato representada por LUIS PAULO PEREIRA, inscrito no CPF nº 421.653.078-80, portador da cédula de identidade nº 47.851.508, doravante denominada CREDENCIADA, têm por justo e contratado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços pela CONTRATADA de gestão de pagamento com cartão de crédito e débito da Taxa de Preservação Ambiental (TPA) que será cobrada no município de Governador Celso Ramos, nos termos e condições do termo de referência, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 2.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas Contratuais.
- 2.2 - Determinar, quando aplicável, as modificações consideradas necessárias a eficiência do funcionamento do sistema.
- 2.3 - Exigir, a qualquer tempo, substituição de componentes da equipe técnica, em caso de ficar demonstrado que não cumprem satisfatoriamente a função atribuída.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1 – Prestar todas as informações necessárias solicitadas pela CONTRATANTE.
- 3.2 – Dispor de todo o aparato tecnológico e obrigações previstas no Termo de Referência.
- 3.3 - Zelar pela boa qualidade dos serviços prestados, recebendo, apurando e solucionando queixas e reclamações.
- 3.4 - A contratada declara conhecer que, conforme a normas legais vigentes lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste contrato. Em consequência a contratada se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.
- 3.5 -A contratada assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do presente contrato que venham em prejuízo dos interesses do Município.
- 3.6 – A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas neste chamamento, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade, se requisitada pelo Município.
- 3.7 – Repassar os valores das transações processadas e protocoladas pontualmente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 – A CONTRATADA deverá pagar o VALOR LÍQUIDO, mediante crédito do respectivo valor no domicílio bancário indicado pelo Município para cada bandeira, observando-se que o prazo será contado a partir da data da captura e confirmação da transação.

4.2 A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal, podendo ser na forma eletrônica, para conferência das transações efetuadas no por período (diário e mensal), separadas entre crédito e débito, para apuração do valor a ser recebido.

Percentual máximo aceito a título de Taxa Administrativa Débito:

2,10% (dois vírgula dez por cento) incidindo sobre cada transação. Prazo de recebimento: D+1

Percentual máximo aceito a título de Taxa Administrativa Crédito à Vista:

3,15% (três vírgula quinze por cento) incidindo sobre cada transação. Prazo de recebimento: D+30

Locação dos Terminais de qualquer tipo:

Valor máximo mensal de R\$ 60,00 (sessenta reais)

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1 - O presente Contrato tem prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da administração, nos termos do art. 57 da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS**

6.1 – A CONTRATADA deverá realizar a implantação do sistema em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como na recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, poderá a Administração, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

A) advertência;

B) multa;

C) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D) declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública conforme previsto pelo artigo 87, inciso IV da Lei Federal 8.666/93.

7.1.1 - Será aplicada multa de 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor devido dos veículos identificados para proceder com esta forma de pagamento, aplicada em dobro a partir do quinto dia de atraso até o trigésimo dia, quando o Município poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão a multa pecuniária prevista no subitem infra.

7.2 - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

7.3 - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

7.4 - A licitante deverá indenizar qualquer prejuízo causado a Administração Pública, na decorrência da execução do objeto lícitado.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

8.1 – A rescisão contratual, de acordo com o artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá ser:

8.2 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78;

8.3 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.4 - judicial, nos termos da legislação.

8.5 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.6 – Em caso de descumprimento contratual, caberá a contratante apurar em procedimento administrativo garantindo a ampla defesa na forma da cláusula anterior que poderá acarretar aplicação de penalidade administrativa, se for o caso.

**CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 - Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste Contrato depende de prévia concordância entre as partes, por escrito.

9.2 - É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 - O recurso orçamentário será atendido pela seguinte dotação: (267/2019) 3.3.90.39.99.00.00.00

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Biguaçu, para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos, oriundos deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Governador Celso Ramos/SC, 24 de outubro de 2019.

ESMERALDA SERVIÇOS DIGITAIS LTDA

Contratada/Credenciada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 187/2019 - EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE COBRANÇA PRESENCIAL, ADMINISTRATIVA E EXTRAJUDICIAL DE VALORES E CRÉDITOS DEVIDOS E INADIMPLIDOS (DÍVIDA ATIVA) POR TERCEIROS DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (**

Publicação Nº 2211916

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2019**

EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE COBRANÇA PRESENCIAL, ADMINISTRATIVA E EXTRAJUDICIAL DE VALORES E CRÉDITOS DEVIDOS E INADIMPLIDOS (DÍVIDA ATIVA) POR TERCEIROS DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (ECOTPA) DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2019, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) DP GESTÃO E COBRANÇAS EIRELI, estabelecida à Rua PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, Nº 196, SALA 605, CENTRO, BLUMENAU/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 26.721.490/0001-09, neste ato representado pelo(a) DEUSDITH DE SOUZA JÚNIOR, brasileiro(a), SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 015.927.109-64, portador(a) do RG n.º 3.065.2510, para EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE COBRANÇA PRESENCIAL, ADMINISTRATIVA E EXTRAJUDICIAL DE VALORES E CRÉDITOS DEVIDOS E INADIMPLIDOS (DÍVIDA ATIVA) POR TERCEIROS DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (ECOTPA) DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 95/2019, objeto do Processo 95/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

**Itens constantes da Ata:**

Lote	Descrição do serviço	Quantidade registrada	Unidade de Medição	Preço total R\$
01	Serviços de gestão de cobrança administrativa presencial por meio de agentes de cobrança para a regularização da Taxa de Preservação Ambiental.	06 meses (2019/2020) e 06 meses (2020/2021)	Mensal	140.715,89
02	Taxa Administrativa para a prestação de Serviços relativos à cobrança extrajudicial de créditos de Pessoas Físicas e Jurídicas vencidos, oriundos da Taxa de Preservação Ambiental, que se encontram em dívida ativa.	288.000	Unitário (devido somente no êxito)	14,36

Governador Celso Ramos/SC, 30 de outubro de 2019.

DP GESTÃO E COBRANÇAS EIRELI

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

# Gravatal

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.989/2019

Publicação Nº 2211568

LEI ORDINÁRIA Nº 1.989 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

"INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS/GRAVATAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I e III do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE GRAVATAL, nominado de REFIS/GRAVATAL, destinado a promover a regularização dos créditos do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, com fatos geradores ocorridos até a vigência deste programa, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive as dividas ajuizadas, garantidos ou não por penhora, em andamento ou arquivados.

Art. 2º - O ingresso no REFIS/GRAVATAL se dará por opção do sujeito passivo, o qual fará a opção ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§1º - Para o contribuinte ingressar no REFIS /GRAVATAL deverão ser incluídos todos os débitos mencionadas no art. 1º, de responsabilidade do optante.

§2º - A opção pelo programa deverá ser formalizada a partir da vigência desta lei, até 20 de dezembro de 2019, mediante requerimento administrativo.

Art. 3º. A requerimento do interessado ou de ofício, o Poder Executivo poderá reconhecer a prescrição ou a decadência das dividas tributárias existentes, ajuizadas ou não, mediante competente processo fiscal.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a reduzir a multa e os juros dos créditos tributários, de acordo com os critérios abaixo apresentados:

I – Redução de 100% (cem por cento) da multa e dos juros, para pagamento à vista, com pagamento em até cinco (05) dias após a formalização do acordo, desde que não seja inferior ao valor equivalente a 20 UMRf;

II – Redução de 75% (setenta e cinco por cento) da multa e dos juros, para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais e fixas, com pagamento da primeira parcela em até cinco (05) dias da formalização do acordo e as demais mensalmente, nas mesmas datas dos meses subsequentes ao pagamento da primeira parcela, desde que o valor da parcela não seja inferior ao valor equivalente a 20 UMRf;

III- Redução de 50% (cinquenta por cento) da multa e dos juros, para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas iguais e fixas, com pagamento da primeira parcela em até cinco (05) dias da formalização do acordo e as demais mensalmente, nas mesmas datas dos meses subsequentes ao pagamento da primeira parcela, desde que o valor da parcela não seja inferior ao valor equivalente a 20 UMRf;

IV – A consolidação das dividas se dará com a exclusão dos juros e multa conforme optado pelo contribuinte, atualizando-se o valor de origem da CDA – Certidão de Dívida Ativa, pelo índice do INPC.

§ 1º - Os benefícios desta lei somente incidirão sobre o saldo devedor da dívida na data da solicitação pelo contribuinte.

§ 2º - A adesão ao REFIS/GRAVATAL importará no reconhecimento da dívida, na legalidade plena da CDA – Certidão de Dívida Ativa que a originou, na renúncia ao direito de discussão do débito e renúncia e desistência de embargos ou outras formas de defesa processual ou administrativas que houverem sido interpostas.

§ 4º. Durante o período do parcelamento, o processo de execução fiscal ficará suspenso e caso não ocorra o adimplemento de qualquer uma das parcelas, as isenções de que trata esta Lei ficarão sem efeito, recalculando-se o valor da dívida que representará o total devido por ocasião da adesão excluídas as isenções, mais multa e juros na forma da Lei Tributária Municipal.

§ 5º - A adesão de pessoa jurídica ao REFIS/GRAVATAL exigirá que seu sócio-gerente assuma a responsabilidade solidária de todas as dividas existentes com o município. Apresentando Documento de Constituição da Sociedade ou outro que comprove sua condição de representante legal da empresa.

Art. 5º - A opção pelo REFIS/GRAVATAL exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O contribuinte optante pelo REFIS/GRAVATAL que deixar de cumprir o parcelamento deferido com base nesta lei, não poderá mais aderir a novo programa de recuperação fiscal que eventualmente seja concedido em exercícios financeiros futuros.

Art. 6º - O contribuinte será excluído do REFIS/GRAVATAL nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender a qualquer uma das exigências do programa;

II - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros, documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;

III – inadimplemento do acordo ou de qualquer uma de suas parcelas.

§1º - A exclusão do programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte praticar quaisquer dos atos previstos neste artigo e implicará na aplicação do disposto no artigo 3º, § 4º.

Art. 7º -Fica o Poder Executivo, nos termos da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, autorizado a estabelecer procedimentos administrativos de cobrança e protesto de créditos de natureza tributária e não tributária, da Fazenda Pública Municipal, vencidos e inscritos em Dívida Ativa, em nome dos contribuintes devedores.

§1º. Os efeitos do protesto dos créditos que trata o caput deste artigo alcançarão os responsáveis tributários, nos termos dos arts. 40 a 50 do Código Tributário Municipal, desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa.

§ 2º. A Certidão de Dívida Ativa do Município – CDA constitui título executivo sujeito a protesto, de acordo com a Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, alterada pela Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

§ 3º. O procedimento de protesto das Certidões de Dívida Ativa junto aos Cartórios dar-se-á sem ônus para o Município.

Art. 8º- O não pagamento da cobrança dos créditos tributários e não tributários, inclusive o representativo dos parcelamentos formalizados, implicará o protesto do crédito do respectivo título executivo em sua totalidade.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênio com os titulares dos Cartórios de Protestos de Títulos para definição dos procedimentos operacionais de encaminhamento das Certidões de Dívida Ativa de que trata esta Lei.

Parágrafo único: O procedimento de protesto das Certidões de Dívida Ativa do Município dar-se-á de forma centralizada, por meio de arquivo eletrônico, assegurado o sigilo das informações pelo Cartório Protestante, nos termos do art. 29, da Lei Federal nº 9.492/1997.

Art. 10 – Os honorários advocatícios arbitrados em sentença judicial em favor dos advogados públicos municipais de Gravatal, em demandas de qualquer natureza, pertencerão exclusivamente a estes, mantendo-se em pleno vigor as disposições do Decreto 249/2011.

Art. 11. O Poder Executivo expedirá os atos necessários à regulamentação desta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação. Inclusive formatando os termos de Adesão ao Parcelamento.

Art. 12 -Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gravatal/SC, em 25 de outubro de 2019

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA.

Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial do Município em 28/10/2019.

## LEI Nº 1.990/2019

Publicação Nº 2211563

LEI ORDINÁRIA Nº 1.990 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICIPIO POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL E MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2019 DO MUNICIPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 110.000,00(Cento e dez mil reais) nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	03– Fundo Municipal de Saúde	
Unidade:	01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Atividade:	2.019– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(14) 3.3.90.00.00.00.00.0691 -	R\$ 60.000,00 - Excesso Cofinanciamento
Atividade:	2.074– TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEX. E HOSPITALAR	

Despesa:	(27) 3.3.90.00.00.00.00.0065 -	R\$ 50.000,00 - Excesso MAC
----------	--------------------------------	-----------------------------

Total: ..... R\$ 110.000,00

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação no recurso 691 do Cofinanciamento Estadual, na receita orçamentária 4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00; e no recurso 65 do MAC, na receita orçamentária 4.1.7.1.8.03.1.1.14.00.00.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatal (SC), 31 de outubro de 2019  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial do Município em 01/11/2019.

## LEI Nº 1.991/2019

Publicação Nº 2211566

LEI ORDINÁRIA Nº 1.991 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 49.603,12 (Quarenta e nove mil e seiscentos e três reais e doze centavos) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(15) 4.4.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 49.603,12
Total		R\$ 49.603,12

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar o valor de R\$ 49.603,12 (Quarenta e nove mil e seiscentos e três reais e doze centavos), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(12) 3.3.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 20.000,00
Projeto/Atividade:	2.025 – MANUTENÇÃO DA FROTA DO FUNDO MUN. DE SAÚDE	
Despesa:	(18) 3.3.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 29.603,12
Total		R\$ 49.603,12

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatal (SC), 31 de outubro de 2019  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial do Município em 01/11/2019.

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATOS ADITIVOS AD01.19 CONT02.19.DOCX

Publicação Nº 2212125

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº ..... : Ad01/19Cont02/19 - Contrato Nº: 02/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: POSTO BALBINOT LTDA

Valor ..... : 54.300,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos reais)

Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 125/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE, MÁQUINAS, CAMINHÕES DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2019  
-----

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 239/2019-PMG

Publicação Nº 2212262

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 239/2019

Processo Licitatório: 239/2019

Tipo: Menor Preço - Por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DE DECORAÇÃO PARA O PERÍODO NATALINO

Entrega dos Envelopes: 14/11/2019 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 14/11/2019 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 31 de outubro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO 233/2019 - PMG

Publicação Nº 2211605

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preços 233/2019

Processo Licitatório: 233/2019

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO ARMADO DAS RUAS OSMAR KLEIN; ARDUINO SATLER; DAS PALMEIRAS; BRAZ CUNHA; STEFANO HARBEIT; ALVINO SCHNEIDER E MARIA C.R. PINHEIRO, CONFORME CONTRATO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO FIRMADO ENTRE BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BRDE) E O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Entrega dos Envelopes: 20/11/2019 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 20/11/2019 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site [guaramirim.atende.net](http://guaramirim.atende.net) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 31 de outubro de 2019.

Luis Antonio Chiodini

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 97/2018 – FMS

Publicação Nº 2212079

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 97/2018 – FMS

Processo Licitatório nº 67/2018 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042,

Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: CLÍNICA DE HEMATOLOGIA E INFECTOLOGIA SS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.745.266/0001-51, estabelecida na Rua Amazonas, nº 75, Sala 06-1, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.253-030.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) A alteração da Cláusula Primeira do Contrato Original.
- b) A Cláusula Primeira possui o objeto acrescido na especialidade de Infectologia.

Vigência: Início: 18/10/2019 Término: 31/12/2019

GUARAMIRIM (SC), 18/10/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 10/2019 – FMAS.

Publicação Nº 2212093

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 10/2019 – FMAS.

Chamamento Público nº: 07/2019 – FMAS.

Modalidade: Chamamento Público.

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL, PARA EXECUTAR PROJETO QUE PROPORCIONE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO, CAPACITANDO TECNICAMENTE PESSOAS PARA A PRÁTICA DE CORTAR E COSTURAR.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

OSC: AÇÃO SOCIAL DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua 28 de Agosto, nº 3700, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 79.362.224/0001-01.

Valor Total do Repasse: R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais)

Vigência: Início: 24/10/2019. Término: 24/08/2020.

Guaramirim (SC), 31 de outubro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2212376

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor DIMENSE, referente ao empenho N.º 1254-5, liquidados em 29/10/2019, no valor de R\$ 15.374,19 . Este pagamento refere-se a SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES. .

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para liberação de construção de nova Quadra de Esportes.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 31 de outubro de 2019.

JAIR TOMELIN

Secretário de Adm. E Finanças

## QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2212381

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor BIQ BENEFÍCIOS LTDA, referente aos empenho N.º 192-5 , liquidado em 20/09/2019 no valor de R\$ 14.698,28 . Este pagamento refere-se a fornecimento de cesta básica, através de cartão, para distribuição a pessoas carentes .

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para liberar nova remessa para o mês de novembro de 2019. Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 31 de outubro de 2019.

JAIR TOMELIN

Secretário de Adm. E Finanças

## QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2212416

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

#### JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor SR TONERS E INFORMÁTICA LTDA, referente aos empenhos relacionados:

Empenhos do Fundo Municipal de Assistência Social:

Empenho Nº 1166-01/2019,liquidado no dia 12/10/2019,no valor de R\$ 27,69.

Empenho Nº 586-06/2019,liquidado no dia 12/10/2019, no valor de R\$ 1.010,64.

Empenho Nº 586-05/2019,liquidado no dia 06/10/2019,no valor de R\$ 52,57.

Empenhos da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

Empenho Nº 6880-01/2019, liquidado no dia 23/10/2019,no valor de R\$ 854,19.

Empenho Nº 6640-001/2019, liquidado no dia 04/10/2019, no valor de R\$ 53,13

Empenho Nº 5213-003/2019,liquidado no dia 19/10/2019,no valor de R\$ 56,13.

Empenho Nº 5212-002/2019,liquidado no dia 19/10/2019,no valor de R\$ 29,53.

Empenho Nº 5211-003/2019,liquidado no dia 19/10/2019,no valor de R\$ 171,00.

Empenho Nº 5210-003/2019,liquidado no dia 19/10/2019,no valor de

R\$ 1.847,87.

Empenho Nº 4349-002/2019,liquidado no dia 02/11/2019,no valor de R\$ 896,08.

Empenho Nº 4349-001/2019,liquidado no dia 16/10/2019,no valor de R\$ 896,06.

Empenho Nº 4346-003/2019,liquidado no dia 02/11/2019,mo valor de R\$ 163,15.

Empenho Nº 4346-002/2019,liquidado no dia 16/10/2019,no valor de R\$ 99,49.

Empenho Nº 3450-004/2019,liquidado no dia 19/10/2019,no valor de R\$ 29,08.

Empenho Nº 3430-003/2019,liquidado no dia 18/10/2019,no valor de R\$ 67,39.

Empenho Nº 2958-006/2019,liquidado no dia 02/10/2019,no valor de R\$ 43,79.

Empenho Nº 802-004/2019,liquidado no dia 19/10/2019,no valor de R\$ 15,31.

Empenho Nº 801-008/2019,liquidado no dia 19/10/2019,no valor de R\$ 860,58.

Empenho Nº 670-010/2019,liquidado no dia 02/11/2019,no valor de R\$ 173,12.

Empenho Nº 670-009/2019,liquidado no dia 16/10/2019,no valor de R\$ 157,87.

Este pagamento refere-se a LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS. .

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para cumprir prazo contratual.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 31 de outubro de 2019.

JAIR TOMELIN

Secretário de Adm. E Finanças

## QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2212366

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

#### JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor ELCIO SILVA - ME, referente aos empenhos abaixo relacionados:

Nº 657/008, liquidado em 05/09/2019, no valor de R\$ 1.309,02,

Nº 657/009, liquidado em 04/10/2019, no valor de R\$ 1.309,02,

Nº 110/008, liquidado em 05/09/2019, no valor de R\$ 1.309,02,

Nº 110/009, liquidado em 01/10/2019, no valor de R\$ 1.309,02.

Total 5.236,08

Estes pagamentos referem-se a serviços à Locação de Veículos.

O pagamento dos referidos empenhos foram realizado antecipadamente para cumprir prazo contratual.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a

mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 31 de outubro de 2019.  
JAIR TOMELIN  
Secretário de Adm. E Finanças

## QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2212384

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

#### JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, referente aos empenhos abaixo relacionados:

Empenho Nº 4376-01/2019, liquidado dia 17/11/2019, no valor de R\$ 13.986,00.

Empenho Nº 2902-11/2019, liquidado dia 04/11/2019, no valor de R\$ 9.790,20.

Empenho Nº 2902-10/2019, liquidado dia 16/10/2019, no valor de R\$ 10.769,22.

Este pagamento refere-se a Serviços de Pedreiro e auxiliares.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para possibilitar o cumprimento regular dos trabalhos.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 31 de outubro de 2019.  
JAIR TOMELIN  
Secretário de Adm. E Finanças

## QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2212386

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

#### JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA, referente aos empenhos abaixo relacionados:

Empenho Nº 6946-000/2019, liquidado no dia 30/10/2019, no valor de R\$ 460,15.

Empenho Nº 6473-000/2019, liquidado no dia 26/10/2019, no valor de R\$ 38,48.

Empenho Nº 6472-000/2019, liquidado no dia 26/10/2019, no valor de R\$ 256,60.

Empenho Nº 6471-000/2019, liquidado no dia 26/10/2019, no valor de R\$ 77,50.

Empenho Nº 6470-000/2019, liquidado no dia 01/11/201, no valor de R\$ 530,60.

Empenho Nº 6462-000/2019, liquidado no dia 26/10/2019, no valor de R\$ 74,25.

Empenho Nº 6385-000/2019, liquidado no dia 26/10/2019, no valor de R\$ 2.916,83.

Empenho Nº 6298-000/2019, liquidado no dia 26/10/2019, no valor de R\$ 2.457,00.

Empenho Nº 6297-000/2019, liquidado no dia 26/10/2019, no valor de R\$ 8.892,00.

Este pagamento refere-se a SERVIÇOS E PEÇAS EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para Permitir Continuidade de atendimento.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 31 de outubro de 2019.  
JAIR TOMELIN  
Secretário de Adm. E Finanças

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 2212371

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA****JUSTIFICATIVA**

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor EDSON ADM, referente ao empenho Nº 6245, liquidado em 12/09/2019, no valor de R\$ 17.800,00. Este pagamento refere-se a aquisição de Carrocerias de Carretas.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para cumprir prazo contratual.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 31 de outubro de 2019.

JAIR TOMELIN

Secretário de Adm. E Finanças

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 2212362

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA****JUSTIFICATIVA**

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor LABOSARD LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, referente aos empenhos Nº 2324 e 2330, liquidados em 09/10/2019, nos valores de R\$ 7018,00 e R\$ 17.402,27, respectivamente. Este pagamento refere-se a Exames Laboratoriais.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para permitir Atendimento contínuo aos usuários dos SUS.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os feitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 31 de outubro de 2019.

JAIR TOMELIN

Secretário de Adm. E Finanças

**RESOLUÇÃO Nº 21/2019/CMDCA - DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DAS CONDUTAS VEDADAS PRATICADAS PELOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.**

Publicação Nº 2212049

**RESOLUÇÃO Nº. 21/2019 – CMDCA**

Dispõe sobre o Procedimento de Apuração das Condutas Vedadas praticadas pelos candidatos durante o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de Guaramirim no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 3.638/2009, bem como pelo artigo 139 da Lei Federal nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo artigo 7º da Resolução CONANDA nº. 170/2014, que lhe conferem a condução do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e,

Considerando que o artigo 7º, §1º, letra "c", da Resolução CONANDA nº. 170/2014, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos (às) candidatos (as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar (es);

Considerando que o artigo 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução CONANDA nº. 170/2014, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

Considerando que a Comissão Especial Eleitoral se mantém formada e ativa até o dia anterior ao da posse dos Conselheiros Tutelares eleitos, qual seja, até o dia 9 de janeiro de 2020 e, portanto, é competente para instaurar procedimento administrativo para apuração de condutas vedadas praticadas durante o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar;

Considerando, ainda, que após a dissolução da Comissão Especial Eleitoral, e posse dos candidatos eleitos, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encerrar os procedimentos administrativos que, porventura, permanecerem em andamento após 10 de

janeiro de 2020, em atuação articulada ao órgão no qual os Conselheiros Tutelares serão vinculados após a posse;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Qualquer cidadão ou candidato poderá representar à Comissão Especial Eleitoral contra aquele que infringiu as normas estabelecidas por meio da Lei Municipal n. 4.607/2019 e do Edital n. 01/2019, instruindo, quando possível, a representação com provas ou indícios de provas da infração.

§1º A Comissão Especial Eleitoral deve registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público para que este tome ciência das condutas a serem apuradas.

§2º Ficam convalidadas todas as representações já realizadas para a Comissão Especial Eleitoral e ainda não apuradas.

§3º Serão admitidas denúncias anônimas ou garantido o sigilo do denunciante, caso a denúncia o coloque em situação de risco, perigo ou constrangimento pessoal.

§4º O procedimento administrativo deverá ser instaurado de ofício pela Comissão Especial Eleitoral caso esta tome conhecimento, por qualquer meio, da prática de conduta vedada.

§5º Cabe à Comissão Especial Eleitoral analisar as atas do dia da votação para verificar se houve o registro de condutas vedadas nos referidos documentos e, caso positivo, deverá instaurar os respectivos procedimentos administrativos para apuração dos fatos.

Art. 2º. No prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da notícia da prática de conduta vedada, a Comissão Especial Eleitoral expedirá notificação ao investigado para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução CONANDA nº. 170/2014).

§1º A notificação poderá ser realizada da maneira mais rápida e simplificada possível, utilizando-se os canais de comunicação (telefone e e-mail) disponibilizados pelos candidatos por ocasião do registro de candidatura;

§2º A notificação realizada por telefone, inclusive com o uso de aplicativos de comunicação (Whatsapp), ou e-mail deve ser devidamente certificada nos autos.

§3º Compete aos candidatos manter seus endereços eletrônicos e telefones atualizados perante a Comissão Especial Eleitoral, bem como consultar diariamente sua caixa de e-mail para verificar o recebimento de eventual comunicação eletrônica.

§4º A defesa do investigado no procedimento administrativo não necessita ser realizada, obrigatoriamente, por advogado (Súmula Vinculante n. 5 do STF), cabendo ao candidato impugnado constituir procurador, se assim o desejar.

§5º Após a Comissão Especial Eleitoral analisar e decidir sobre as defesas de candidatos que receberem solicitação de impugnação, expedirá documento de decisão e encaminhará no prazo de 2 (dois) dias para o candidato.

§6º Caso a decisão da Comissão Especial Eleitoral for desfavorável a defesa do candidato, o mesmo pode apresentar recurso de defesa direcionado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no prazo de 3 (três) dias úteis.

§7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no prazo de 2 (dois) dias se reunirá (se for necessário em caráter extraordinário) para votar sobre a defesa.

§8º Após o Processo Administrativo, caso for desfavorável os pareceres da defesa apresentada pelo candidato, o mesmo pode recorrer ao Processo Judicial.

Art. 3º. A Comissão Especial Eleitoral poderá, no prazo de 2 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I – arquivar, em decisão fundamentada, o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver indícios suficientes de autoria ou materialidade, notificando-se o representado e o representante, se houver, bem como comunicando o Ministério Público da decisão;

II – determinar a produção de provas, tais como a oitiva de testemunhas, a juntada de documentos ou a realização de outras diligências, em reunião designada no prazo máximo de 3 (três) dias contados da decisão que abre a instrução probatória (art. 11, § 3º, inciso II, da Resolução CONANDA nº. 170/2014).

§1º No caso do inciso II deste artigo, o representante, se houver, será notificado para, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral (pelo prazo de cinco minutos) ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§2º Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral (pelo prazo de cinco minutos) ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§3º Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II deste artigo, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

Art. 4º. Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial Eleitoral decidirá,

fundamentadamente, em 2 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se houver, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº. 170/2014).

§1º A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá o recurso em 3 (três) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº. 170/2014);

§2º No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no art. 3º, § 1º a 3º, da presente Resolução.

Art. 5º. São penalidades disciplinares aplicáveis:

I – advertência;

II – suspensão por até 90 (noventa) dias, que será aplicada após a posse do candidato;

III – cassação da candidatura, anulando-se os votos recebidos pelo candidato;

IV – destituição do mandato, nos casos em que o candidato já tiver sido empossado;

§1º Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem a sociedade, para o serviço público ou para a lisura do processo de escolha, o comprometimento da idoneidade moral do candidato, o impacto da conduta no resultado das eleições, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais;

§2º O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar;

§3º As decisões definitivas que aplicam medida disciplinar ao candidato devem ser registradas para fins da constatação futura de antecedentes funcionais e acompanhamento da idoneidade moral do membro do Conselho Tutelar.

Art. 6º. O representante do Ministério Público, tal como determina o artigo 11, § 7º, da Resolução CONANDA nº. 170/2014, deverá ser cientificado de todas as decisões da Comissão Especial Eleitoral e da Plenária do CMDCA, no prazo de 2 (dois) dias de sua prolação.

Art. 7º. Os prazos previstos no art. 3º serão contados em dias úteis, e os atos processuais devem ser realizados das 6 (seis) às 20 (vinte) horas, nos termos do artigo 212 do Código de Processo Civil.

Art. 8º. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os municípios e candidatos, esta terá ampla publicidade, devendo ser publicada, no mínimo, nos sites oficiais do Município.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde podem ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

Art. 9º. A fim de que os candidatos que receberam solicitação de impugnação, aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Especial Eleitoral enviará cópia desta Resolução via e-mail, ou entrega do documento físico e/ou envio através de aplicativos de comunicação (Whatsapp), para que tomem ciência.

Art. 10º. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas ao procedimento administrativo disciplinar dos servidores municipais previstas na Lei, inclusive quanto aos impedimentos.

Guaramirim, 25 de outubro 2019.

RUDI SANO

PRESIDENTE DO CMDCA

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**153/2019**

Publicação Nº 2211960

DECRETO Nº 153/2019  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.599,01 (sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e um centavo), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:  
Unidade 07- Encargos Gerais do Município:  
Atividade:0407.04.122.0007 2.033  
3.3.90.00-00.00.000- Aplicações Diretas ..... R\$ 7.599,01

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado recurso do Excesso de Arrecadação referente venda de ingressos, parte do município (30% acima dos 60.000,00) da realização da ExpoGuarujá 2019, do exercício de 2019, no valor de R\$ 7.599,01.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio  
Secretário Administração e Fazenda

**154/2019**

Publicação Nº 2211961

DECRETO Nº 154/2019  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.643/2019 de 31 de outubro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço dos seguintes itens orçamentários:

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:  
Unidade 01- Departamento de Urbanismo:  
Função 15 – Urbanismo  
Subfunção 452 – Serviços Urbanos  
Programa 19 – Vias Públicas  
Atividade: 2.021 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública  
3.3.90.00-00.00.088- Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Soma ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:  
Unidade 01- Departamento de Urbanismo:  
Função 15 – Urbanismo  
Subfunção 452 – Serviços Urbanos  
Programa 19 – Vias Públicas  
Projeto: 1.008 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública  
4.4.90.00-00.00.088- Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
-----  
Soma ..... R\$ 20.000,00  
-----

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 31 DE OUTUBRO DE 2019.  
CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio  
Secretário Administração e Fazenda

**2643/2019**

Publicação Nº 2211958

LEI Nº 2.643/2019  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço dos seguintes itens orçamentários:

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:  
Unidade 01- Departamento de Urbanismo:  
Função 15 – Urbanismo  
Subfunção 452 – Serviços Urbanos  
Programa 19 – Vias Públicas  
Atividade: 2.021 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública  
3.3.90.00-00.00.088- Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
-----  
Soma ..... R\$ 20.000,00  
-----

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:  
Unidade 01- Departamento de Urbanismo:  
Função 15 – Urbanismo  
Subfunção 452 – Serviços Urbanos  
Programa 19 – Vias Públicas  
Projeto: 1.008 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública  
4.4.90.00-00.00.088- Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
-----  
Soma ..... R\$ 20.000,00  
-----

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 31 DE OUTUBRO DE 2019.  
CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER  
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Franciane Baseggio  
Secretário Administração e Fazenda

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO -= PREF CT 30/2019 TA 01**

Publicação Nº 2211423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 30/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº. 43/2019– TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: JOSIANE PIRES DA SILVA EIRELI

OBJETO: O valor estipulado na Cláusula Terceira do contrato ora aditado de R\$ R\$ 42.022,64, será acrescido de R\$ 5.309,06, ficando então o valor contratado em R\$ 47.331,70 (Reforma de Muro - Quartel Policia Militar de Guarua do Sul, Rua Presidente Vargas, município de Guarua do Sul).

Guarujá do Sul, SC, 31 de outubro de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

# Guatambú

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 533/2019

Publicação Nº 2211962

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE GUATAMBU

AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 533/2019

Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.03/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ARTISTICO, JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO NATAL DA CRIANÇA

Contratada: Wagner Sonorização e Iluminação LTDA-ME

Valor: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

Fundamento: Inciso III do Art. 25 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 30 outubro de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 81/2019

Publicação Nº 2211797

PORTARIA Nº 81/2019 de 31 de outubro de 2019.

Concede diárias a Vereador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei 1016 de 6 de abril de 2017;

Considerando que será realizado Congresso Estadual de Vereadores da UVESC, de 20 a 22 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. FIXAR, ao Vereador NORTON SOLOMÃO SCHNEIDER, a percepção de 3 (três) diárias, com o objetivo de participar do evento, tendo partida dia 19 de novembro às 22h45min., com retorno previsto para dia 22 de novembro, às 15h:45min., tendo como meio de transporte:

- Ida: de Chapecó a Florianópolis – avião custeado pelo Poder Legislativo; e:

- Retorno: de Florianópolis a Chapecó – avião custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$429,80 (quatrocentos e vinte e nove reais com oitenta centavos), perfazendo o total de R\$1.289,40 (um mil duzentos e oitenta e nove reais com quarenta centavos) para participar do evento que trata o caput do art.1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 31 de outubro de 2019.

Norton Solomão Schneider

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Carlos Henrique Marchiori

1º Secretário do Poder Legislativo Municipal

### PORTARIA 82/2019

Publicação Nº 2211801

PORTARIA Nº 82/2019 de 31 de outubro de 2019.

Concede diárias a Vereador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei 1016 de 6 de abril de 2017;

Considerando que será realizado Congresso Estadual de Vereadores da UVESC, de 20 a 22 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. FIXAR, ao Vereador CARLOS HENRIQUE MARCHIORI, a percepção de 3 (três) diárias, com o objetivo de participar do evento, tendo partida dia 19 de novembro às 22h45min., com retorno previsto para dia 22 de novembro, às 15h:45min., tendo como meio de transporte:

- Ida: de Chapecó a Florianópolis – avião custeado pelo Poder Legislativo; e:

- Retorno: de Florianópolis a Chapecó – avião custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$429,80 (quatrocentos e vinte e nove reais com oitenta centavos), perfazendo o total de R\$1.289,40 (um mil duzentos e oitenta e nove reais com quarenta centavos) para participar do evento que trata o caput do art.1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 31 de outubro de 2019.  
Norton Solomão Schneider  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Carlos Henrique Marchiori  
1º Secretário do Poder Legislativo Municipal

## **PORTARIA 83/2019**

Publicação Nº 2211807

PORTARIA Nº 83/2019 de 31 de outubro de 2019.  
Concede diárias a Vereador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei 1016 de 6 de abril de 2017;

Considerando que será realizado Congresso Estadual de Vereadores da UVESC, de 20 a 22 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. FIXAR, ao Vereador CLADEMIR AZEVEDO, a percepção de 3 (três) diárias, com o objetivo de participar do evento, tendo partida dia 19 de novembro às 22h45min., com retorno previsto para dia 22 de novembro, às 15h:45min., tendo como meio de transporte:

- Ida: de Chapecó a Florianópolis – avião custeado pelo Poder Legislativo; e:

- Retorno: de Florianópolis a Chapecó – avião custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$429,80 (quatrocentos e vinte e nove reais com oitenta centavos), perfazendo o total de R\$1.289,40 (um mil duzentos e oitenta e nove reais com quarenta centavos) para participar do evento que trata o caput do art.1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 31 de outubro de 2019.  
Norton Solomão Schneider  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Carlos Henrique Marchiori  
1º Secretário do Poder Legislativo Municipal

## **PORTARIA 84/2019**

Publicação Nº 2211810

PORTARIA Nº 84/2019 de 31 de outubro de 2019.  
Concede diárias a Vereador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei 1016 de 6 de abril de 2017;

Considerando que será realizado Congresso Estadual de Vereadores da UVESC, de 20 a 22 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. FIXAR, ao Vereador LUIZ CARLOS BERNASCONI, a percepção de 3 (três) diárias, com o objetivo de participar do evento, tendo partida dia 19 de novembro às 22h45min., com retorno previsto para dia 22 de novembro, às 15h:45min., tendo como meio de transporte:

- Ida: de Chapecó a Florianópolis – avião custeado pelo Poder Legislativo; e:

- Retorno: de Florianópolis a Chapecó – avião custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$429,80 (quatrocentos e vinte e nove reais com oitenta centavos), perfazendo o total de R\$1.289,40 (um mil duzentos e oitenta e nove reais com quarenta centavos) para participar do evento que trata o caput do art.1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 31 de outubro de 2019.  
Norton Solomão Schneider  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Carlos Henrique Marchiori  
1º Secretário do Poder Legislativo Municipal

**PORTARIA 85/2019**

Publicação Nº 2211814

PORTARIA Nº 85/2019 de 31 de outubro de 2019.  
Concede diárias a Vereadora.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei 1016 de 6 de abril de 2017;

Considerando que será realizado Congresso Estadual de Vereadores da UVESC, de 20 a 22 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. FIXAR, a Vereadora CLEUSA HELENA ZEAK, a percepção de 3 (três) diárias, com o objetivo de participar do evento, tendo partida dia 19 de novembro às 22h45min., com retorno previsto para dia 22 de novembro, às 15h:45min., tendo como meio de transporte:

- Ida: de Chapecó a Florianópolis – avião custeado pelo Poder Legislativo; e:

- Retorno: de Florianópolis a Chapecó – avião custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$429,80 (quatrocentos e vinte e nove reais com oitenta centavos), perfazendo o total de R\$1.289,40 (um mil duzentos e oitenta e nove reais com quarenta centavos) para participar do evento que trata o caput do art.1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 31 de outubro de 2019.  
Norton Solomão Schneider  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Carlos Henrique Marchiori  
1º Secretário do Poder Legislativo Municipal

**PORTARIA 86/2019**

Publicação Nº 2211821

PORTARIA Nº 86/2019 de 31 de outubro de 2019.  
Concede diárias a Vereadora.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente na forma da lei 1016 de 6 de abril de 2017;

Considerando que será realizado Congresso Estadual de Vereadores da UVESC, de 20 a 22 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. FIXAR, a Vereadora RACHEL DAL PIVA, a percepção de 3 (três) diárias, com o objetivo de participar do evento, tendo partida dia 19 de novembro às 22h45min., com retorno previsto para dia 22 de novembro, às 15h:45min., tendo como meio de transporte:

- Ida: de Chapecó a Florianópolis – avião custeado pelo Poder Legislativo; e:

- Retorno: de Florianópolis a Chapecó – avião custeado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º Conforme previsto, o valor da diária fica definido em R\$429,80 (quatrocentos e vinte e nove reais com oitenta centavos), perfazendo o total de R\$1.289,40 (um mil duzentos e oitenta e nove reais com quarenta centavos) para participar do evento que trata o caput do art.1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guatambu, SC, 31 de outubro de 2019.  
Norton Solomão Schneider  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Carlos Henrique Marchiori  
1º Secretário do Poder Legislativo Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA Nº 001/2019 TP 0011/2019

Publicação Nº 2212658

Processo Licitatório nº 0124/2019

Tomada de Preços nº 011/2019

Ata Sessão Pública nº 001 – Recebimento envelopes e julgamento Habilitação

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove às quatorze horas e dez minutos, nas dependências da Sala do setor de licitações na Prefeitura Municipal, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo decreto número 4045/2019, para o ato de abertura e julgamento de propostas referente ao Processo Licitatório nº 0124/2019 na modalidade de Tomada de Preços nº 011/2019 destinada a Contratação de empresa(s) especializada(s) para execução de reformas na Escola Básica Municipal Estação Luzerna, Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe, com fornecimento de material e mão de obra, em regime de empreitada por preço unitário. O aviso do edital foi publicado na imprensa conforme determina a legislação vigente, mural público e sitio [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br). Protocolaram, tempestivamente os envelopes de Documentação de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas:

B&amp; Construtora Eireli CNPJ 07.052.006/0001-51;

Ampliar Construções e Pré Moldados Ltda. CNPJ 10.834.674/0001-45;

Strahl Engenharia Eireli – ME CNPJ 20.554.701/0001-80 e

Egito Engenharia Ltda. EPP. CNPJ 09.306.253/0001-62;

Na sequência os membros da comissão rubricaram os Envelopes e que conferiram a sua inviolabilidade. Em prosseguimento passou à abertura dos envelopes de Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para assinatura e posterior exame. Inicialmente a comissão constatou que as quatro empresas licitantes comprovaram a situação para usufruir dos benefícios da Lei complementar 123/ 2006. Da análise documental, foi constatado que as quatro empresas estão habilitadas a prosseguir no certame, tendo em vista a ausência de representante legal das mesmas a comissão em conformidade com o artigo 109 alínea "a" da Lei 8.666/ 93 abre prazo para possíveis interposições de recursos quanto às habilitações de 05 (cinco) dias úteis. Decorridos o prazo legal serão notificadas as outras licitantes para possível interposição de contrarrazões para posterior decisão, na ausência de recurso administrativo as licitantes serão convocadas para sessão pública de abertura e julgamento de propostas, sendo que todos os atos estarão disponíveis no site da administração municipal e os licitantes notificados. Os envelopes de propostas devidamente lacrados foram rubricados por todos os presentes. Foi encerrada a sessão, Eu \_\_\_\_\_ Rubens Antonio Correia, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão, representantes legais, encerrando-se a sessão às 15h08min. Sendo que esta será publicada no site do município e diário oficial dos municípios.

TAILANA CRISTINA DE BORBA  
Presidente

RAPHAEL ANZOLIN WITTE  
Membro

CIBELY SCHNEIDER  
Membro

### CONVOCAÇÃO JULIANO DOS SANTOS

Publicação Nº 2212285

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o senhor JULIANO DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.225.700-56, aprovado em 8º (oitavo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Motorista, 40 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal onde disponha a vacância do cargo.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 29 de Outubro de 2019.

AMÉRICO LORINI  
Prefeito

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
JULIANO DOS SANTOS

**DECRETO Nº 4097/2019**

Publicação Nº 2211679

DECRETO Nº 4097/2019.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº 033/2019/SMECE.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº 033/2019/SMECE,

DECRETA:

Art.1º Fica homologada a classificação final do concurso de remoção regulamentado pelo Edital nº 033/2019/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 4097/2019. CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO – EDITAL 033/2019/SMECE**

Cargo: Professor de Anos Iniciais

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Lotação	Turno	Carga Horária	Opções para Remoção			Critério de Desempate	Remoção Resultado Final
					1ª	2ª	3ª		
01	Willan Flagner de Oliveira Ferreira	ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	CME Pequeno Príncipe (vespertino)	-	-	Pós-Graduação Especialização Licenciatura em Pedagogia Tempo de serviço no Magistério: 07 meses e 22 dias.	-
02	Lenir Terezi-nha Begnini	GEM Prof. Adolfo Becker	Vespertino	20h	CME Pequeno Príncipe (vespertino)	-	-	Pós-Graduação Especialização; Licenciatura em Pedagogia; Tempo de serviço no Magistério: 05 anos, 08 meses e 0 dias.	CME Pequeno Príncipe (vespertino)
03	Silvana Maria Mussuline	EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	CME Pequeno Príncipe (vespertino)	-	-	Licenciatura em Pedagogia; Tempo de serviço no Magistério: 04 anos, 07 meses e 25 dias.	-

Herval d'Oeste, 31 de outubro de 2019.

**EDITAL Nº 036/2019/SMECE**

Publicação Nº 2211600

EDITAL Nº 036/2019/SMECE

O Prefeito do município de Herval d'Oeste, torna público que se encontram abertas as inscrições para o concurso de Remoção aos membros do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar Nº 316, de 20 de dezembro de 2013 e Decreto Nº 3.608/2016 de 16 de dezembro de 2016 e regulamentação do presente Edital, da vaga excedente REMANESCENTE do Concurso de Remoção referente ao Edital nº 033/2019/SMECE.

**1. DO CONCURSO**

1.1 Poderão participar do Concurso de Remoção os ocupantes efetivos do cargo de professor da área 1 (1º a 5º ano) , conforme as necessidades de cada unidade escolar, respeitada a carga horária semanal de trabalho.

**2. DA REMOÇÃO**

2.1 A remoção é o deslocamento voluntário do membro do magistério de sua lotação para outra unidade educacional, sem modificação de sua situação funcional.

2.2 A remoção não modifica cargo, nível e carga horária do servidor, podendo ser alterado apenas o turno de trabalho, desde que existam vagas previstas em edital.

2.3 Para solicitar remoção o candidato deverá observar os seguintes critérios:

2.3.1 No ato da escolha para remoção, o ocupante do cargo de professor poderá optar por uma ou mais Unidades Escolares para onde deseja ser removido, desde que estas apresentem vagas excedentes.

2.3.2 As opções do candidato devem ser compatíveis com a carga horária de trabalho do mesmo, uma vez que não será permitido alterá-la por intermédio deste concurso.

2.3.3 O preenchimento das vagas disponíveis obedecerá à ordem de classificação, obtida mediante a apresentação dos títulos:

- 1st. Curso de pós-graduação, mestrado na área da educação ou do ensino;
- 2nd. Curso de pós-graduação, especialização na área específica de atuação;
- 3rd. Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, na área de atuação.

2.3.4 No caso de concorrentes a mesma vaga e que possuam qualificação profissional equivalente, os critérios para classificação obedecerão ao disposto no artigo 50 da Lei Complementar nº 316/2013:

- 1st. Maior qualificação profissional;
- 2nd. Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Herval d'Oeste;
- 3rd. Melhor resultado na avaliação de desempenho;
- 4th. Em caso de empate dar-se-á preferência ao mais idoso.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas no período de 01 a 05 de novembro de 2019, das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

3.2 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação – mestrado;
- b) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação- especialização;
- c) Original e fotocópia do Diploma de graduação;
- d) Atestado de tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Herval d'Oeste;
- e) Original e fotocópia da Carteira de Identidade;
- f) Procuração, quando for o caso.

3.3 O tempo de serviço solicitado deve ser apresentado por intermédio de atestado emitido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste, expresso em anos, meses e dias, contados até 30 de setembro de 2019.

3.4 A inscrição constará do preenchimento de Requerimento, constante no anexo I deste edital.

3.5 O candidato deverá verificar a exatidão das informações contidas no requerimento, tornando-se após sua assinatura, inteiramente responsável pelas mesmas.

3.6 Não será admitido requerimento condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração.

### 4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 O requerimento do candidato implicará no conhecimento do presente Edital.

4.2 O candidato que no ato da inscrição por intermédio de requerimento prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos alterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

4.3 O quadro com as vagas disponíveis para Remoção consta no anexo II deste Edital.

4.4 O concurso de que trata o presente Edital terá validade restrita ao período de sua realização e seus efeitos efetivar-se-ão a partir do primeiro dia letivo de 2020.

4.5 O profissional da educação terá o prazo de 01 (um) dia útil, a partir do último dia da inscrição, para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação do seu requerimento, que deverá ser protocolado na Secretaria de Educação do Município, Setor Administrativo, das 7h45min. às 11h45min. e das 13h30min. às 17h30min.

4.6 A lista com a classificação final será divulgada no dia 07 de novembro de 2019.

4.7 Os casos omissos serão resolvidos por comissão própria.

Herval d'Oeste, 31 de outubro de 2019.

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Secretária de Educação, Cultura e  
Esportes

AMÉRICO LORINI  
Prefeito

## ANEXO I

Ilma Sr<sup>a</sup>  
SILVANA LAZZARINI BULLA  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Pelo Deferimento

Pelo Indeferimento

Motivo: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

Responsável: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_

(Nome)

\_\_\_\_\_, localizado(a) no município de Herval d'Oeste, SC, com regime de trabalho de \_\_\_\_\_ horas semanais, vem requerer a Vossa Senhoria REMOÇÃO para a (as) Unidade(s) Escolar(es) abaixo relacionada(s):

1ª opção: \_\_\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

2ª opção: \_\_\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

3ª opção: \_\_\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

NESTES TERMOS  
PEDE DEFERIMENTO

Herval d'Oeste \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

Requerente

## ANEXO II

## QUADRO DE VAGAS

Ensino Fundamental Anos Iniciais

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
GEM Professor Adolfo Becker	Vespertino	20h	01
Total			01

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 021/2019**

Publicação Nº 2212663

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2019

CONTRATO Nº 069/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

CONTRATADA: SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 021/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA. estabelecida Rua Nicácio Protela Diniz, 469 D – Jardim Itália – Chapecó - SC inscrita no CNPJ sob o nº 82.092.842/0001-85 em conformidade com o contrato nº 069/2019 de 15/10/2019 iniciar a execução de serviços de sondagem, poços de monitoramento e análises da água a serem realizados no Cemitério Municipal no município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra a partir de 04/11/2019.

Características

Execução de 10 (dez) sondagens a trado (sondagens de simples reconhecimento);

Instalação de 08 (oito) poços de monitoramento (piezômetros);

Execução de 08 (oito) análises da água conforme a resolução do CONSEMA 117/2019 e IN 52 do IMA.

Prazo de Conclusão

30 dias após publicação da presente ordem de serviço

Valor Total

R\$ 24.999,96 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)

Herval d'Oeste (SC) 30 de outubro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Contratante

MARIANO BADALOTTI SMANIOTTO

Sócio Administrador

CPF: 065.380.369-96

Contratada

## PORTARIA Nº 1539/2019

Publicação Nº 2212297

PORTARIA Nº 1539/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 549/2019, que designou que o Servidor LUCAS WILIAN DA SILVA SEGUNDO (Matr. 4122), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/ Referência – 6/2/A, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para responder pelo Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Habitação, Nível – DAS-3, Anexo I da Lei Complementar Nº 374/2018, a contar de 01 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

## PORTARIA Nº 1540/2019

Publicação Nº 2212298

PORTARIA Nº 1540/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, a Servidora SILVANA FERREIRA (Matr. 2675), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/ Referência – 6/2/E, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para responder pelo Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Habitação, Nível – DAS-4, Anexo I da Lei Complementar Nº 374/2018, a contar de 01 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2019

Publicação Nº 2211327

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0131/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2019

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO

Aquisição de Carrossel Infantil e Balanço para Parque Infantil para Composição/Montagem de Playground, para a Secretaria de Assistência Social.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09h00min do dia 13 de Novembro de 2019.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional.

Outras informações pelo fone: (49) 3554-0922.

Herval d'Oeste, 25 de Outubro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2019**

Publicação Nº 2211329

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0132/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2019

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

**OBJETO.**

Registro de Preços para a eventual e futura aquisição de gás oxigênio medicinal para uso da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive UPA 24hs, com o fornecimento, em comodato, dos cilindros de armazenagem, pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES.

Até às 09h00min do dia 19 de Novembro de 2019.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO.**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

**EDITAL NA ÍNTEGRA.**

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional.

Outras informações pelo fone: (49) 3554-0922.

Herval d'Oeste, 29 de Outubro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal.

**Ibiam****PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 071/2019**

Publicação Nº 2212608

## RESOLUÇÃO Nº071/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011 e Decreto Nº3045 de 01 de Agosto de 2017.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" do dia 21 de Agosto de 2019.

## RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Junior Renatto Bertusso constituído 15(quinze) horas de Trator de Esteira, 15(quinze) horas de Motoniveladora.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 3271/2019 e nº 3045/2017.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 30 de Outubro de 2019.

Orácio Batista

Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 30/10/2019.

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal de Ibiam

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

**RESOLUÇÃO Nº 072/2019**

Publicação Nº 2212611

## RESOLUÇÃO Nº072/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011 e Decreto Nº3045 de 01 de Agosto de 2017.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" do dia 21 de Agosto de 2019.

## RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Cleber Cordeiro Dissegna constituído 30(trinta) horas de Trator de Esteira, 30(trinta) horas de Motoniveladora, 20(vinte) horas de Escavadeira Hidráulica e 50(cinquenta) km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 3271/2019 e nº 3045/2017.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 30 de Outubro de 2019.

Orácio Batista

Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 30/10/2019.

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal de Ibiam

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

## RESOLUÇÃO Nº 073/2019

Publicação Nº 2212613

### RESOLUÇÃO Nº073/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011 e Decreto Nº3045 de 01 de Agosto de 2017.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação “in loco” do dia 21 de Agosto de 2019.

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos a Senhora Daniela Do Carmo Amaral constituído 10(dez) horas de Escavadeira Hidráulica.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 3271/2019 e nº 3045/2017.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 30 de Outubro de 2019.

Orácio Batista

Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 30/10/2019.

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal de Ibiam

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

## RESOLUÇÃO Nº 074/2019

Publicação Nº 2212617

### RESOLUÇÃO Nº074/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011 e Decreto Nº3045 de 01 de Agosto de 2017.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação “in loco” do dia 31 de Julho de 2019.

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos a Senhora Samara Zarpelon Felicetti constituído 50(cinquenta) horas de Trator de Esteira, 50(cinquenta) horas de Motoniveladora, 05(cinco) horas de Retroescavadeira e 40(quarenta) horas de Escavadeira Hidráulica.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 3271/2019 e nº 3045/2017.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 30 de Outubro de 2019.

Orácio Batista

Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 30/10/2019.

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal de Ibiam

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO 36 - 2019 CONTRATAÇÃO PLANO DE SAÚDE

Publicação Nº 2212309

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2019 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 133, centro, Município de Ibicaré – SC, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. Gianfranco Volpato, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de plano de saúde registrado na Agência Nacional de Saúde.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto a Secretaria de Administração do Município de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09 horas do dia 14 de novembro de 2019, e será conduzido pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Contratação de Operadora de Plano de Assistência à saúde.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 31 de outubro de 2019

Gianfranco Volpato

Prefeito

**Ibirama****PREFEITURA****CONTRATO Nº: 107/2018 ADITIVO Nº: 02/2019**

Publicação Nº 2211754

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA

Contrato Nº: 107/2018

Aditivo Nº: 02/2019

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada: ROM CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELI

Licitação: Pregão Presencial 90/2018

Objeto: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS, OPERADOS ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO COM FORNECIMENTO DOS CARTÕES PERSONALIZADOS, DESTINADOS ÀS FAMÍLIAS COM DIREITO A BENEFÍCIOS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Vigência: Início: 08/10/2019 Término: 08/10/2020

Assinatura: 08/10/2019

Valor R\$: 187.499,99 (Cento e Oitenta e Sete Mil, Quatrocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos).

Dotação: 29 - 10.001.2088.333903999000000000.01000000

Dotação: 184 - 10.001.2055.333903999000000000.01000000

FISCAL: FABIANI TENFEN SOBERANSKI

**DECRETO Nº 4.418, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Publicação Nº 2211722

DECRETO Nº 4.418, de 29 de outubro de 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentados na Lei nº 3.399 de 22 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do Superávit Financeiro do exercício de 2018 na fonte de recurso 03000000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), fica suplementada a seguinte dotação orçamentária.

05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

001 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

0026.0782.0040.2017 – Manutenção do Departamento de Obras

03000000 – Recursos Ordinários

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$70.000,00

TOTAL ..... R\$70.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama (SC), 29 de outubro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

**PREGAO PRESENCIAL Nº 103/2019**

Publicação Nº 2212426

MUNICIPIO DE IBIRAMA  
PREGAO PRESENCIAL Nº 103/2019.

Objeto: Registro de preços para eventuais compras parceladas de kits natalinos, contendo uma ave e linguça toscana acondicionados em bolsa térmica para serem distribuídos aos servidores municipais de Ibirama. Entrega dos envelopes até o dia 13 de novembro de 2019 as 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, 3357-8527, na página do município na Internet [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) ou ainda pelo e-mail [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - Ibirama, 31 de outubro de 2019. Adriano Poffo – Prefeito.

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2212427

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2019

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIRAMA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), E A ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA.

O MUNICÍPIO DE IBIRAMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.418/0001-37, com sede governamental na Rua Dr. Getúlio Vargas, 70, centro, nesta cidade de Ibirama – SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ADRIANO POFFO, inscrito no CPF sob o nº 056.499.899-07 e portador da Carteira de Identidade nº 4.234.697 – SSP/SC, residente e domiciliado à rua Herman Schlup, nº 53 – Bairro Ponto Chic, cidade de Ibirama – SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CPF/MF sob nº 11.420.709/0001-62, com sede à Rua 15 de Novembro, nº 178, centro, neste ato representado por seu Gestor, Senhora Izabel Petersen, de ora em diante denominado simplesmente FUNDO, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.783.340/0001-63, com sede à Rua 25 de Julho, nº 1113, Bairro 25 de Julho, nesta cidade, neste ato representada por seu Presidente, Senhor VILMAR VENDRAMI, inscrito no CPF nº 569.409.989-34 e Carteira de Identidade nº 1.892.331 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Gotlieb Krambeck, 25, Bairro Ponto Chic, nesta cidade, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENENTE, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal Nº 3376 de 30/04/2019, mediante as cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

0.1 O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros do CONCEDENTE, através do FUNDO, à CONVENENTE, para prestação de serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) via Central de Regulação das Urgências (192), para atender à demanda do Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Ibirama, pelos procedimentos da Tabela de Valores Procedimentos do SUS – Grupo 03 – Atendimento Pré-Hospitalar de Urgência – Códigos 03.01.03.006-5, 03.01.03.010-3 e 03.01.03.018-9, conforme Portaria Nº 356/SAS/MS, de 08 de abril de 2013, com as alterações da Portaria nº 826/SAS/MS, de 04 de setembro de 2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL**

2.1 Aplica-se a este instrumento a Lei Complementar Nº 101/00; a Lei Federal Nº 4.320/64; Lei Federal Nº 8.666/93; bem como as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; da Lei Orçamentária Anual do Município de Ibirama; a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e Lei Municipal Nº 3376 de 30/04/2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE**

3.1 Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá ao CONCEDENTE:

- Efetuar o repasse dos recursos financeiros no Banco do Brasil S/A, Agência nº 0696-3, Conta Corrente Nº 27.023-7, junto à Agência Nº 0696-3, do Banco do Brasil S.A., mencionada no Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE;
- Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- Ceder à CONVENENTE, através de Termo de Cessão de Uso, um veículo ambulância em perfeitas condições de uso;
- Ceder os seguintes funcionários: quatro motoristas, quatro técnicos de enfermagem e uma auxiliar de limpeza, que serão mantidos pela CONCEDENTE;
- Responsabilizar-se pelo pagamento dos salários dos funcionários, encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo o CONVENENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- Ceder o apoio técnico de uma Enfermeira e uma Farmacêutica para se responsabilizar pela medicação utilizada nos atendimentos de emergências;

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE**

4.1 Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá à CONVENENTE:

- responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a fins diversos aos estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho;
- Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, vedado o pagamento de juros e multas decorrentes de operações de crédito e financiamentos bancários;
- Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre Poder Público Municipal e a CONVENENTE.
- Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infraestrutura necessários;
- Submeter-se à Fiscalização do Sistema Municipal de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;
- O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto e a vigência do Convênio não sejam alteradas;

g) Permitir o livre acesso de servidores do órgão de Controle Interno ao qual esteja subordinado o CONCEDENTE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o objeto pactuado quando em missão de fiscalização ou auditoria;

h) Em conformidade com o disposto no artigo 10, da Instrução Normativa Nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE-SC, os recursos recebidos pela CONVENIENTE deverão ser movimentados, exclusivamente, através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário, vedada qualquer outra forma de movimentação.

§1º Na forma do artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, a CONVENIENTE fica, também, obrigada a:

I – aplicar o saldo do Convênio não utilizado, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II – devolver ao CONCEDENTE, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, eventual saldo financeiro remanescente, inclusive os provenientes de receitas obtidas da aplicação financeira realizada, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da ocorrência do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;

§2º As receitas financeiras auferidas na forma do inciso I do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar do demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§3º A CONVENIENTE compromete-se a restituir ao CONCEDENTE o valor recebido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro Municipal, quando:

I – não for executado o objeto do Convênio;

II – não for apresentada, no término do prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final;

III – os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1 A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Sexta deste Convênio será elaborada de acordo com a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

5.2 A CONVENIENTE deverá realizar a prestação de contas parcial, ou seja, para cada uma das parcelas de recursos liberados, devendo ser apresentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento do repasse ou parcela, dispondo de 30 (trinta) dias para aplicação dos respectivos recursos recebidos.

5.3 A liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção das impropriedades ocorridas, nos casos a seguir especificados:

a) quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Municipal;

b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do recurso recebido;

c) quando for descumprida, pelo CONVENIENTE ou executor, qualquer Cláusula ou condição do Convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

6.1 O valor total do Convênio é de R\$ 141.065,04 (cento e quarenta e um mil, sessenta e cinco reais e quatro centavos), no exercício financeiro de 2019/2020, composto de recursos oriundos dos Municípios de Presidente Getúlio, José Boiteux e Presidente Nereu (que compõe a área de abrangência da Unidade Móvel do SAMU-192), que farão o repasse ao CONCEDENTE, que por sua vez realizará o depósito na conta do CONVENIENTE, dividido em 12 parcelas mensais de R\$ 11.755,42 (onze mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), conforme estabelecido no Plano de Trabalho, que é parte integrante deste Convênio.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão, nos exercícios 2019/2020, à conta de dotação própria do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

09 – Fundo Municipal de Saúde

001 – Funcionamento e Manut. do Fundo Municipal de Saúde

10.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações de Saúde

333500000.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

0124000 – Transferência de Recursos de Convênio

#### CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 O CONCEDENTE exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da Execução/Prestação de Contas do Convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação dos órgãos de controle.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PROIBIÇÕES

9.1 Não poderão ser pagas com os recursos transferidos pelo CONCEDENTE as seguintes despesas:

a) as contraídas antes da liberação dos recursos;

b) as relativas a taxas de administração, gerência ou similar;

c) pagamento a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrantes do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, por serviço de consultoria ou assistência técnica;

d) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

a) falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;

b) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 O presente Convênio terá vigência por 12 (doze) meses, contada a partir de 01 de novembro de 2019 até 31 de outubro de 2020.

Parágrafo único – O Convênio poderá, a qualquer tempo, ser alterado mediante autorização prévia do CONCEDENTE e assinatura de Termo Aditivo, desde que não seja modificado seu objeto, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de término do período de execução do objeto, na forma do caput desta Cláusula, acompanhada da Prestação de Contas parcial, quando

implicar complementação de recursos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O Convênio será rescindido, quer pela inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutível.

Parágrafo único – Na hipótese de inadimplência por parte da CONVENIENTE, inclusive no tocante a prestação de contas, fica facultado ao CONCEDENTE o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções de natureza cível, administrativa ou penal, nos limites da lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

13.1 O Convênio poderá ser extinto, mediante denúncia consensual ou unilateral, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 A publicação do Convênio será providenciada pelo CONCEDENTE, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Justiça Estadual – Seção Judiciária da Comarca de Ibirama/SC, com renúncia expressa a outras, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Convênio.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Ibirama, 01 de Novembro de 2019.

ADRIANO POFFO	IZABEL PETERSEN
Prefeito	Secretária Municipal de Saúde
MUNICÍPIO DE IBIRAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCEDENTE	CONCEDENTE

VILMAR VENDRAMI

Presidente

ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA  
CONVENIENTE

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
NOME: Fábio Luiz Fusinato  
CPF: 458.695.109-53  
RG: 1.427.214

2. \_\_\_\_\_  
NOME: Morgana Gnich  
CPF: 080.862.159-97  
RG: 4.706.433

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 077 - 2019 - PREGÃO - FMS - MEDICAMENTOS

Publicação Nº 2212060

PROCESSO Nº 494/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 075/2019 – MUL

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELE-TRODOMÉSTICOS E OUTROS UTENSÍLIOS PARA A PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS E A AUTARQUIA SAMAE, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 14/11/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 14/11/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 24 de outubro de 2019.

### DECRETO 484

Publicação Nº 2212103

DECRETO Nº 484 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial junto ao orçamento municipal, autorizado pela Lei 1976/2019 de 30/10/2019 e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial na importância de R\$ 458.400,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais), destinado a criar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática: 17.512.0041

Atividade: 2.082–Coleta de Lixo e Destino Final

Modalidade de Aplicação: 3.3.7.1.00.00

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 95.400,00

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática: 17.512.0041

Atividade: 2.082–Coleta de Lixo e Destino Final

Modalidade de Aplicação: 3.3.9.3.00.00

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 363.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e totais das dotações abaixo descritas na mesma importância:

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática:17.512.0041

Projeto: 1.073–Construção e Reforma dos Reservatórios de Água Tratada

Modalidade de Aplicação: 4.4.9.0.00.00/513

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática:17.512.0041

Projeto: 1.075–Construção de Nova Rede Adutora de Água Bruta e Ampliação de Rede de Água Metro

Modalidade de Aplicação: 4.4.9.0.00.00/517

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática:17.512.0041

Projeto: 1.076–Reavaliação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos

Modalidade de Aplicação: 4.4.9.0.00.00/519

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática:17.512.0041

Projeto: 1.079–Recadastramento Técnico Comercial

Modalidade de Aplicação: 4.4.9.0.00.00/523

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática:17.512.0041

Projeto: 1.081–Aquisição de Software de Telemetria

Modalidade de Aplicação: 4.4.9.0.00.00/527

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática:17.512.0041

Atividade: 2.073–Manutenção e Funcionamento do Departamento de Águas e Saneamento

Modalidade de Aplicação: 3.1.9.1.00.00/529

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 50.400,00

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática:17.512.0041

Atividade: 2.082–Coleta de Lixo e Destino Final

Modalidade de Aplicação: 4.4.9.0.00.00/536

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 21 - SAMAE Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 001 Departamento de Saneamento Básico

Funcional-programática:17.512.0041

Atividade: 2.082–Coleta de Lixo e Destino Final

Modalidade de Aplicação: 3.3.9.0.00.00/534

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 363.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 30 de Outubro de 2019.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal de Ilhota

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 152 PRG 069 - 2019 MUL - EVENTUAL REFORMA DA CARREGADEIRA MICHIGAN 55 C - TRATOR PEÇAS**

Publicação Nº 2211997

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 152/2019  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: 455/2019 – MUL  
Pregão Presencial: 067/2019 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL REFORMA DA CARREGADEIRA MICHIGAN 55 C, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA

Lote	Valor Total do Lote
1 – PEÇAS DA CARREGADEIRA MICHIGAN 55 C	69.850,00
2 – MÃO DE OBRA PARA CARREGADEIRA MICHIGAN 55 C	13.150,00

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
TRATOR PEÇAS-COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA	83.000,00	Oitenta e três mil reais

Valor: R\$ 83.000,00 (Oitenta e três mil reais)

Data: 31/10/2019

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

**QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO - Nº 5 - TERMO ADITIVO REFORMA E AMPLIAÇÃO D SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA**

Publicação Nº 2211502

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2018, FIRMADO EM 05 DE OUTUBRO DE 2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88.320-000, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: TP 008/2018.

Contrato: 049/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVAR O CONTRATO REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA, conforme anexo I do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA – O contrato objeto do presente aditivo passa a ser de 02 de outubro de 2019 até 17 de dezembro de 2019, conforme pedido da Secretaria de Planejamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUINTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 30 de Outubro de 2019.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
CONTRATANTE

EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Daisy Christiane Pereira  
CPF: 026.546.389-01

Lavino Miguel Nunes  
CPF: 437.957.229-34

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 079, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2211705

DECRETO Nº. 079, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Abre crédito suplementar de remanejamento, no orçamento do Poder Executivo, exercício 2019, na importância de R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	23	1.000	Aplicações Diretas	140.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	62	1.001	Aplicações Diretas	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	65	1.001	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	122	1.000	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.034	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	167	1.000	Aplicações Diretas	130.000,00
				920.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	1	1.000	Aplicações Diretas	30.000,00
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
UNIDADE – 02.02	AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
PROJ/ATIV. – 2.003	MANUTENÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	10	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	12	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.1.90.00.00.00.00.00	15	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO			
PROJ/ATIV. – 2.007	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	18	1.000	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	33	1.001	Aplicações Diretas	200.000,00
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.001	AQUISIÇÃO DE AREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	38	1.001	Aplicações Diretas	100.000,00
PROJ/ATIV. – 2.017	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	76	1.001	Aplicações Diretas	150.000,00
PROJ/ATIV. – 2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRE-ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	83	1.001	Aplicações Diretas	150.000,00
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.024	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	105	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
PROJ/ATIV. – 2.025	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE – GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	109	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
ÓRGÃO – 08	SECR. DA INDUSTRIA, TURISMO, CULT.DESP.E JUV.			
UNIDADE – 08.01	DIRETORIA DE TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DE SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO – GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	113	1.000	Aplicações Diretas	35.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS – GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	178	1.000	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.038	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	185	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
				920.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 31 de outubro de 2019.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

# Imbituba

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 113/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 12/2019 (PMI-SEINFRA)

Publicação Nº 2212153

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2019  
TOMADA DE PREÇO Nº 12/2019  
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Presidente de Comissão de Licitação - CPL, COMUNICA a todas as empresas interessadas a alteração da data de realização da Tomada de Preço nº 12/2019, referente ao Processo Licitatório nº 113/2019, para "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE ESPECIALIZADA SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL(MÃO DE OBRA E MATERIAL) PARA A REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES LEVI RAMOS MARTINS, LOCALIZADO NA D.S. RUA GURI FERREIRA – QUADRA 935 – ALTO ARROIO – IMBITUBA/SC" do dia 15/11 às 14:00 horas, para o dia 18/11 às 14:00 horas permanecendo o mesmo local informado no Edital, motivo: Em razão de um equívoco na publicação do processo licitatório sendo que dia 15/11 é considerado feriado nacional (sexta-feira) – Proclamação da República. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de novembro de 2019.  
Emanuele Martins Ávila  
Presidente da Comissão  
(CPL).

### CONTRATO 52/2019 - PP 05/2019

Publicação Nº 2211955

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: Contrato DEMUTRAN 2019/52 – A/01

Contratado: NOVA VIA TECNOLOGIA E MOBILIDADE LTDA  
CNPJ: 22.434.514/0001-98

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE TALÃO ELETRÔNICO, PARA USO DA SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO

Valor Total R\$ 25.200,00  
Fundamento: Processo nº 07/2019 Pregão presencial 05/2019

Imbituba, 19 de setembro de 2019.  
Gilberto Pereira  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento  
Contratante

NOVA VIA TECNOLOGIA E MOBILIDADE LTDA  
Representante legal  
Contratado

### DECRETO PMI Nº 188, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2212340

DECRETO PMI Nº 188, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.  
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 5.083, de 30 de outubro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO – SEDETUR
-------------------------------------------------------------------------

Manutenção da SEDETUR
-----------------------

22.122.0012-2.036		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0169)	Aplicações Diretas	25.000,00
Total		25.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO – SEDETUR		
Região dos Lagos		
23.695.0012-1.020		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0174)	Aplicações Diretas	25.000,00
Total		25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito  
(Assinado digitalmente)

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Administrador  
(Assinado digitalmente)

## ERRATA EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2019

Publicação Nº 2212281

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
ERRATA  
EXTRATO DE COLABORAÇÃO

Referente a publicação nº 2206217 do Extrato de Termo de Colaboração nº 06/2019, no Diário Oficial dos Municípios, Edição 2964 do dia 25 de outubro de 2019, houve um equívoco quanto ao prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 06/2019. Onde se lê “VIGÊNCIA: 24/10/2019 a 31/12/2019”, ler-se-á “VIGÊNCIA: 24/10/2019 a 31/01/2019”.

Imbituba, 31 de outubro 2019.  
Cristiane Torkaski Espezim  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROC 87/2019 PREGÃO 62/2019 REABERTURA

Publicação Nº 2212526

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2019

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 87/2019, que tem como objeto a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, PARA USO DESTA SECRETARIA, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC”.

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 13 de NOVEMBRO de 2019, às 16:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de novembro de 2019.  
Fernando Melo da Silva  
Pregoeiro Oficial

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 120/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2019 (PMI-SEINFRA)**

Publicação Nº 2212519

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEINFRA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2019

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 85/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 13 de NOVEMBRO de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) PARA USO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE IMBITUBA".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de novembro de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 330/2019**

Publicação Nº 2212461

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 330/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 959, de 07 de outubro de 2019, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, habilitado (a) pelo Concurso Público Edital nº 01/2017.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
FERNANDA MAIRA DOS SANTOS CASAGRANDE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	048.013.479-08

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação municipal em vigor, o servidor entra em exercício em 05/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 331/2019**

Publicação Nº 2212463

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 331/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 953, de 04 de outubro de 2019, para exercer a função temporária de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 08/2016.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
ADRIANA LOPES	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	052.384.889-71

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entrou em exercício em 04/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração  
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## **PORTARIA PMI/SEAD Nº 1040/2019**

Publicação Nº 2212551

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1040, de 31 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração de Secretária Municipal de Administração – SEAD (Interina), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 01 de novembro de 2019, a Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 003.770.449-46, Secretária Municipal da Fazenda - SEFAZ, do cargo de Secretária Municipal de Administração (Interina), nomeada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 754, de 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## **PORTARIA PMI/SEAD Nº 1041/2019**

Publicação Nº 2212552

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1041, de 31 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração de Assessor de Secretária – SEAD, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 01 de novembro de 2019, o Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 077.897.449-92, do cargo de Assessor de Secretária da Secretaria Municipal de Administração, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 355, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 1042/2019**

Publicação Nº 2212553

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1042, de 31 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração de Assessor Especial – SEGAB, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, em 01 de novembro de 2019, o Sr. JOÃO PAULO PACHECO DA COSTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 047.317.629-79, do cargo de Assessor Especial da Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 74, de 31 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 1043/2019**

Publicação Nº 2212554

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1043, de 01 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de Secretário Municipal de Administração – SEAD, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 01 de novembro de 2019, o Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 077.897.449-92, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Administração junto a Secretaria Municipal de Administração, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## CÂMARA MUNICIPAL

## ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 046/2019

Publicação Nº 2212524



CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO



## Ato da Presidência nº 046/2019

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA**, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 37ª Sessão Ordinária, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 04 de novembro de 2019 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

## PROPOSIÇÃO

Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação
098	Substitutivo ao PL nº 5.169/2019 CCI: Parecer Favorável CET: Parecer Favorável Discussão e Votação do Substitutivo ao PL nº 5.169/2019	16/09/2019	Poder Executivo	Rosenvaldo da Silva Júnior	Reserva aos Negros e às pessoas portadoras de deficiência vagas oferecidas nos processos seletivos e nos concursos públicos e promovidos pelos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações do Poder Executivo e do Poder Legislativo do município de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial
-	PL nº 5.176/2019 CCI: Parecer Favorável CET: Parecer Favorável Discussão e Votação do PL nº 5.176/2019	07/10/2019	Poder Legislativo	Roberto Luiz Rodrigues	Institui a Carteira de Identificação do Autista no âmbito do município de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário

Rua Ernani Cotrin, nº 555 - Centro - Imbituba/SC- CEP 88780-000  
Fone: (48) 3255-1178 / (48) 3255-1625 - Fax: (48) 3255-1733 - www.cmi.sc.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**



107	<p>PL nº 5.178/2019</p> <p>CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável</p> <p>Emenda 1</p> <p>CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável</p> <p><b>Discussão e Votação da Emenda 1 e da Redação Final do PL nº 5.178/2019</b></p>	07/10/2019	Poder Executivo	Rosenvaldo da Silva Júnior	Altera e cria dispositivos na Lei nº 4.519, de 05 de março de 2015, que institui Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária, e dá outras providências.	Ordinário
-	<p>PLC nº 477/2019</p> <p>CCJ: Parecer Favorável</p> <p><b>Discussão e Votação do PLC nº 477/2019</b></p>	29/10/2019	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Ordinário
-	<p>Moção nº 011/2019</p> <p><b>Discussão e Votação da Moção nº 011/2019</b></p>	23/10/2019	Poder Legislativo	Elísio Sgrott	Moção de Congratulação aos Bombeiros Militares de Imbituba 2º Sgt Pedro Carlos Soares Damazio, Cabo Alex Meneses e Cabo Fernando Teixeira Tartari, pelo socorro prestado à vítima de um assalto ocorrido às margens da BR-101, nas imediações do Morro Agudo.	Ordinário

Rua Emani Cotrin, nº 555 - Centro - Imbituba/SC - CEP 88780-000  
 Fone: (48) 3255-1178 / (48) 3255-1625 - Fax: (48) 3255-1733 - www.cmi.sc.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**



-	Moção nº 012/2019 <b>Discussão e Votação da Moção nº 012/2019</b>	24/10/2019	Poder Legislativo	Humberto Carlos dos Santos	Moção de Congratulação ao Diácono Virgílio Brescianini que completou 50 anos de serviços prestados na Paróquia Imaculada da Conceição de Imbituba.	Ordinário
---	----------------------------------------------------------------------	------------	-------------------	----------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005)

Gabinete da Presidência, 31 de outubro de 2019.

**Roberto Luiz Rodrigues**  
Presidente

**Humberto Carlos dos Santos**  
Vice-Presidente

**Renato Carlos de Figueiredo**  
Primeiro-Secretário

**Luiz Cláudio Carvalho de Souza**  
Segundo-Secretário

Rua Emami Cotrin, nº 555 - Centro - Imbituba/SC- CEP 88780-000  
 Fone: (48) 3255-1178 / (48) 3255-1625 - Fax: (48) 3255-1733 - www.cmi.sc.gov.br

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1618/19

Publicação Nº 2211622

. DECRETO Nº 1618/19  
. De 31 de outubro de 2019  
Nomeia Diretor de Serviços e Manutenção / Ivo Ockner.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em 31 de outubro de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Serviços e Manutenção (CC-3), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Ivo Ockner, inscrito no CPF sob o nº 701.726.179-87.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de outubro de 2019.  
André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei

### DECRETO Nº 1619/19

Publicação Nº 2211624

. DECRETO Nº 1619/19  
. De 31 de outubro de 2019  
Nomeia Supervisor de Serviços / Elio Lavinski

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em 31 de outubro de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor de Serviços (CC-4), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Elio Lavinski, inscrito no CPF sob o nº 842.266.929-34.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de outubro de 2019.  
André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei

### DECRETO Nº 1620/19

Publicação Nº 2211628

. DECRETO Nº 1620/19  
. De 31 de outubro de 2019  
Nomeia Supervisor de Obras Conveniadas / Ademir da Silva

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em 31 de outubro de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor de Obras Conveniadas (CC-4), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Ademir da Silva, inscrito no CPF sob o nº

045.402.909-83.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de outubro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

## DECRETO Nº 1621/19

Publicação Nº 2211649

. DECRETO Nº 1621/19

. De 31 de outubro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

Andre Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.004.0010.0302.0030.2474.33390000000000000000 MANUTENÇÃO LABORATÓRIO MUNICIPAL	01381702	5.000,00
Total do Lote		5.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de outubro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

## DECRETO Nº 1622/19

Publicação Nº 2211899

. DECRETO Nº 1622/19

. De 31 de outubro de 2019

Homologa Resolução Nº 021/19 - Do Conselho Municipal de Saúde – CMS / PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2º QUADRIMESTRE 2019.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução CMS nº 021/19 do Conselho Municipal de Saúde de Indaial, Aprova a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde 2º quadrimestre de 2019, a resolução nº 021/2019 faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de outubro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

CMS – Conselho Municipal de Saúde

Indaial – SC  
Indaial, 21 de outubro 2019.  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL  
RESOLUÇÃO 021/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – 2º QUADRIMESTRE 2019, INDAL/SC.

O Conselho Municipal de Saúde – CMS, em Reunião extraordinária realizada em 21 de outubro de 2019, por unanimidade de seus conselheiros presentes;

Aprova:

Art. 1º – O Relatório de Prestação de Contas Referente ao 2º Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, Indal/SC.

Assim, homologo a presente Resolução nos termos do Art. 24 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde para que seja publicada e produza seus efeitos.

Samuel Galitzki Grimm  
Presidente  
Conselho Municipal de Saúde  
Indal/SC

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO 003 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019**

Publicação Nº 2212017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 003 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- POSTO J R LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.093.097/0001-99, estabelecida à AVENIDA MARIA SIMÃO, nº 403 – Bairro NAÇÕES, no município de Indal – Santa Catarina.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Termo aditivo, visa o reequilíbrio econômico financeiro, tem por objetivo o realinhamento de preços dos itens 1, 2 e 4 do Lote único da presente Ata de Registro de preços.

VALOR UNITÁRIO:

1. GASOLINA ADITIVADA - R\$3,80
2. GASOLINA COMUM - R\$3,80
3. ETANOL COMUM COMBUSTIVEL - R\$3,23
4. ÓLEO DIESEL S-10 COMBUSTÍVEL - R\$3,22

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

# Iomerê

## PREFEITURA

### LEI 921/2019

Publicação Nº 2211592

LEI Nº. 921, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DA SEDE DO GOVERNO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a mudar, temporariamente, a sede da Prefeitura Municipal de Iomerê para a antiga sede da Unidade Básica de Saúde – UBS, situada junto a Avenida Pedro Penso, n. 530, centro, nesta cidade.

Art. 2º A mudança de sede fica autorizada pelo prazo de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogada.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 30 de outubro de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

### LEI 922/2019

Publicação Nº 2211598

LEI Nº. 922, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ENTREGAR A CHAVE DA CIDADE EM HOMENAGEM A VISITA DA COMITIVA ITALIANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, em ato simbólico, entregar as chaves da cidade de Iomerê à prefeita da cidade italiana e co-irmã de Lamon, a título de homenagem e boas vindas de toda a comitiva.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 30 de outubro de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048-2019

Publicação Nº 2211591



#### MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE

Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 5

#### Ata de Registro de Preços nº 048/2019 Processo Administrativo nº 130/2019 Pregão Presencial nº 063/2019

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Lúcio Mallmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 063/2019, homologadas no dia 31 de Outubro de 2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILOMETRO, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IPORÃ DO OESTE/SC**, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para o item cotado são as seguintes:

Fornecedor: 11932 - GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	VEICULO NOVO, 0KM, COM PNEUS NOVOS, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2019/2020, NA COR BRANCA, 04 PORTAS COM : MOTOR MÍNIMO 1.0 8 v, FREIO ABS, TRANSMISSÃO MANUAL, AR CONDICIONADO ORIGINAL , EQUIPADO COM RADIO USB/MP3, CAPACIDADE DE TANQUE NO MÍNIMO 38 LITROS, TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS DE FÁBRICA, VEÍCULO COM GARANTIA DE NO MÍNIMO DOZE MESES.	Unidade	Fiat	02	R\$ 39.400,00	R\$ 78.800,00
3	VEÍCULO PICK-UP NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO 2019/2020 E MODELO 2020: COR BRANCO, 02 PORTAS, CABINE SIMPLES, MOTOR FLEX MÍNIMO 1.4, TRANSMISSÃO MANUAL , DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO ORIGINAL, RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 45 LITROS, PROTETOR DE CAÇAMBA, PROTETOR DO CARTER, RADIO USB/MP3, CAPACIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 500 KG, PNEUS NOVOS ARO 14, VEÍCULO COM GARANTIA DE NO MÍNIMO DOZE MESES.	Unidade	Fiat	02	R\$ 55.500,00	R\$111.000,00
Total do Fornecedor:						R\$ 189.800,00
Fornecedor: 88714 - SPERANDIO MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	UM VEÍCULO NOVO, SEDAN, 0KM, COM PNEUS NOVOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2019 OU 2020 E MODELO 2020, NA COR BRANCO, COM : 04 PORTAS, MOTOR MÍNIMO 1.4 E DE NO MÍNIMO 100 CV FLEX TRAVA E ALARME BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES AJUSTE DO VOLANTE CAMBIO AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA, CONTROLE DE TRACÇÃO E ESTABILIDADE, AR CONDICIONADO ORIGINAL, RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 40 LITROS FREIO A DISCO COM ABS, DESEMPAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO VIDROS ELÉTRICOS, AIRBAG DUPLO RODAS E PNEUS MÍNIMO 14 VOLUMES DE PORTA MALAS MÍNIMO 400 LTS RADIO AM/FM USB E BLUETOOTH DEMAIS ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS DE FÁBRICA. VEÍCULO COM GARANTIA DE NO MÍNIMO DOZE MESES.	Unidade	Toyota	03	R\$ 61.900,00	R\$185.700,00
Total do Fornecedor:						R\$185.700,00
Fornecedor: 143960 - DE MARCO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	VAN/MINIBUS, VEICULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO QUILOMETRO, COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2019, MODELO MÍNIMO 2019, COM NO MÍNIMO 15 LUGARES + MOTORISTA, O BANCO DO MOTORISTA DEVE TER REGULAGEM DE ALTURA, BANCOS DOS PASSAGEIROS COM ASSENTOS BIPARTIDOS RECLINÁVEIS, MOTOR A DIESEL COM NO MÍNIMO 120 CV DE POTENCIA, COM 06 MARCHAS + RÉ, COM TETO ALTO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO TRASEIRO, COM DUTO ABRE E FECHA, AIRBAG DUPLO, FREIO ABS, PORTA LATERAL CORREDIÇA/DESLIZANTE ELÉTRICA OU PNEUMÁTICA, TACÓGRAFO DIGITAL/ELÉTRICO NO PAINEL, RETROVISOR ELÉTRICO, RETROVISOR INTERNO NO PARABRISA, VIDROS ELÉTRICOS, CINTO DE SEGURANÇA DE DOIS PONTOS PARA OS PASSAGEIROS, ACIONAMENTO ELÉTRICA DOS VIDROS DIANTEIROS, ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS COM DUAS LÂMPADAS EMBUTIDAS, TRAVA	Unidade	Renault	01	R\$ 159.900,00	R\$ 159.900,00

**MUNICIPIO DE IPORA DO OESTE**

Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 5

ELÉTRICA DAS PORTAS E ALARME, RADIO AM/FM COM ENTRADA PARA USB, ALTO FALANTE NAS PORTAS E NA PARTE TRASEIRA, FAROL DE MILHA, AS DUAS ÚLTIMAS FILEIRAS DE BANCOS ELEVADAS, PARA UM MAIOR ESPAÇO DO BAGAGEIRO, TETO ELEVADO, ILUMINAÇÃO TRASEIRA INTERNA, ESTRIBO LATERAL PARA EMBARQUE DE PASSAGEIROS E MOTORISTA, TODOS OS BANCOS RECLINÁVEIS, CORREDOR CENTRAL, PROTETOR DE CARTER, PELÍCULAS E TAPETES, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI.					
Total do Fornecedor:					R\$ 159.900,00
Total Geral dos Itens:					R\$ 535.400,00

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Processo Administrativo nº 130/2019 - Pregão Presencial nº 063/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Ata de Julgamento.

**3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

**4. DA ENTREGA DOS VEICULOS, RECEBIMENTO E GARANTIA TÉCNICA**

4.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em até 30 (trinta) dias CONSECUTIVOS após a emissão da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante justificativa e aprovação da Administração Municipal.

4.2. Correrão por conta da vencedora as despesas com frete, carga e descarregamento do veículo até o local indicado pelas Secretarias Municipais, dentro de todo o território do município.

4.3. O veículo deverá ser entregue com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação nacional de trânsito.

4.4. O período de Garantia deve ser de no mínimo de 12 (doze) meses e será contado a partir da data do RECEBIMENTO DEFINITIVO DA NOTA FISCAL.

4.5. Durante o prazo de garantia de funcionamento, o serviço de assistência técnica será realizado através de manutenção corretiva e sob responsabilidade da Licitante VENCEDORA. Caso, alguma peça apresentar vícios/defeitos, a empresa deverá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis efetuar a manutenção, sem ônus para a Administração Municipal.

**MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**

Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 5

4.6. Os veículos ofertados deverão possuir “Representante Autorizada” pra prestar assistência técnica especializada durante o período de garantia, devendo esta estar localizada num raio de no máximo 200km da sede do Município.

4.6.1. Os serviços de garantia e revisão do veículo deverão ser realizados sem nenhum custo adicional ao Município, ficando a cargo deste apenas a reposição de peças com desgaste natural, no período de garantia.

4.7. O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão, podendo ser:

4.7.1. provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo gestor do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e

4.7.2. definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pelo Prefeito Municipal, nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, conforme exigência do §8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, ou mediante recibo, pelo gestor, nos demais casos.

4.8. Os objetos contratados deverão ser desembalados e conferidos por técnicos capacitados da CONTRATADA.

4.9. O sistema de registro de preços não obriga a Administração a contratação total do quantitativo, e sim registra o preço formal para futura aquisição.

4.10. Todas as despesas referentes à entrega do objeto ao município serão por conta da proponente, estas serão dadas como despesas previstas e/ou computadas na proposta.

4.11. A licitante, adjudicada no objeto do presente edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos produtos que fornecer aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

4.12. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos itens acima ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionada a contraditória e ampla defesa.

**5. DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega do veículo, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não entregar os produtos de acordo com o solicitado ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda a entrega dos veículos.

**6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Iporã do Oeste/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

**7. RESPONSABILIDADES**

7.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

**MUNICIPIO DE IPORA DO OESTE**Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 5

7.4. A empresa fornecedora é responsável também pela entrega dos produtos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

**8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS**

8.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na execução do objeto;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

**9. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

9.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

9.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

9.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

**MUNICIPIO DE IPORA DO OESTE**Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço

Pág 5 / 5

**10. PENALIDADES**

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

11.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Iporã do Oeste/SC, 31 de Outubro de 2019.

LUCIO MALLMANN  
Prefeito Municipal**Empresas Participantes:**

SPERANDIO MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA: \_\_\_\_\_;

GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA: \_\_\_\_\_;

DE MARCO LTDA: \_\_\_\_\_.

**CT. 077-2019**

Publicação Nº 2211657

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC  
EXTRATO CONTRATO DE RATEIO Nº 077/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2019

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO DISCIPLINAR O RATEIO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE "GESTÃO AMBIENTAL" QUE PREVÊ SOBRE A GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL, BEM COMO NO DESENVOLVIMENTO, ARTICULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, DO USO SUSTENTÁVEL E DE REDUÇÃO DOS IMPACTOS DA AÇÃO HUMANA NOS ECOSISTEMAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE ATRAVÉS DO CONDER NO EXERCÍCIO FISCAL DE 2019.

DO VALOR TOTAL: R\$ 16.156,00 (dezesesseis mil, cento e cinquenta seis reais).

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste.

DO CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será da data de sua assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2019.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC

Iporã do Oeste/SC, 31 de Outubro de 2019.

LUCIO MALLMANN

Prefeito Municipal.

# Ipuaçu

## PREFEITURA

### PL PREF 85.2019 PP PREF 44.2019

Publicação Nº 2212191

#### EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório Pref n. 85/2019, Tipo Pregão Presencial Pref n. 44/2019 – Registro de Preços (menor preço por item).

Entrega/envelopes: Até às 14h00min 18 de novembro de 2019.

Data/abertura: A partir das 14h30min 18 de novembro de 2019.

Objeto: Visa o presente a seleção de propostas para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de horas máquina (Motoniveladora) com operador, conforme as especificações contidas no Anexo I- Termo de referência deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666/1993, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuaçu - SC, em 31 de outubro de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

### QUINQUAGÉSIMO NONO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.

Publicação Nº 2211379

#### QUINQUAGÉSIMO NONO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os artigos 14 a 21 da Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005, faz saber a todos, que fica convocado (a) a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 07 de outubro de 2019, para a posse e exercício de cargo de provimento temporário do Poder Executivo Municipal, o (a) seguinte candidato (a) classificado (a) no supramencionado processo seletivo:

Servidora:	C.h:	Função:	Disponibilidade:
MARILU SCHAITEI	40hs	Agente de Copa e Limpeza	Matutino/Vespertino

O (a) candidato (a) supra relacionado (a) deverá se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal com cópia dos seguintes documentos:

I – Carteira de Identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Título de Eleitor e comprovante da última votação;

IV – Certidão de Nascimento ou Casamento;

V – Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);

VI – Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);

VII – 01 (uma) foto 3 x 4 recente;

VIII – Número de Inscrição no PIS/PASEP;

IX – Carteira de Trabalho – CTPS;

X - Comprovante de escolaridade;

XI – Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);

XII - Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);

XIII - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedida por médico do trabalho;

XIV – Certidão Cível e Criminal disponível no site do TJSC e Justiça Federal da 4ª Região;

XV - Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;

XVI – Conta Bancária (Bancos: Brasil ou Cresol);

XVII - Declaração de bens e fontes de rendas;

XVIII – Comprovante de residência.

XIX – Declaração de disponibilidade de horários para atuar conforme carga horária aprovada;

XX – Para os cargos de agente comunitário de saúde deve ser comprovado residência na área para qual se candidatou no processo seletivo conforme item 2.5.20 do edital e art. 6º, I da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do (a) candidato (a) aprovado (a) e convocado (a).

Caso o (a) candidato (a), por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito manter a mesma posição da lista para novo chamamento ou a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 31 de outubro de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

### TRIGÉSIMA QUARTA CHAMADA - VAGAS ABERTAS PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.

Publicação Nº 2211682

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUAÇU

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

VAGAS ABERTAS PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

TRIGÉSIMA QUARTA CHAMADA

ESCOLHA 04/11/2019 ÀS 8:30h NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL

LICENÇA PRÊMIO DO DIA 05/11/2019 À 03/12/2019

ESCOLA	LOCAL	ANO	CH	MAT	VESP
Pré escolar Branca de Neve	Ipuauçu	Pré II	20	X	
Pré escolar Branca de Neve	Ipuauçu	Pré II	20		X

Esgotando-se todas as listas de chamadas das vagas descritas acima será feita a chamada pública a qual acontecerá logo na sequência para os que estiverem presentes.

Para a chamada pública o candidato deverá estar inscrito no processo seletivo Nº 01/2017 na área de educação respeitando a seguinte ordem de critérios:

- 1º Especialização na vaga oferecida;
- 2º Especialização em outras áreas da educação;
- 3º Maior carga horária de curso de aperfeiçoamento na área da educação;
- 4º Maior tempo de serviço na educação;
- 5º Maior idade;
- 6º Maior número de filhos.

\*Os cursos de aperfeiçoamento serão computados de 2015 até a data atual.

Ipuauçu-SC, 01 de Novembro de 2019.

Vagner Piana

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

### CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO CM N. 04/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO CM N. 04/2019 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU

Publicação Nº 2211993

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO CM N. 04/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO CM N. 04/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Celso Correia Mello, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme os termos deste edital, para a Aquisição de equipamentos/materiais elétricos, materiais de escritório e de informática, prestação de serviços elétricos e de informática para a Câmara Municipal de Ipuauçu, conforme os termos deste edital.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

VALOR GLOBAL: R\$ 7.861,60 (sete mil, oitocentos e sessenta e um reais, sessenta centavos), sendo o menor valor apresentado mediante orçamentos prévios.

CONTRATADA/ EXECUTOR: Informática & Serviços AG EIRELI

CNPJ n.º 07.809.066/0001-76

FUNDAMENTO LEGAL: inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Do Objeto - O presente processo licitatório tem como objeto a Aquisição de equipamentos/materiais elétricos, materiais de escritório e de informática, prestação de serviços elétricos e de informática à Câmara Municipal de Ipuacu, conforme abaixo descrito:

- a) Fornecimento de materiais elétricos compreendendo: 12 tomadas plug, 12 fontes 9 v, 162 metros de cabo elétrico 2 mm, 1 caixa plástica padrão ;
- b) Fornecimento de material de escritório compreendendo: 4 toner HP 278ª novo, licença para Windows 10 PRO original.;
- c) Fornecimento de materiais de Informática e Sonorização compreendendo: 1 HD 1 TB INTERNO, 1 HD 2TB INTERNO, 1 NOBREAK 1200 VA, 1 base de microfone sem fio com 2 microfones.
- d) Prestação de serviço de Elétrica, compreendendo: instalação de 12 pontos de elétrica, instalação de 12 fontes 9 V para alimentar microfones e instalação de fiação e soldas necessárias.
- e) Prestação de serviço de informática compreendendo: instalação de 1 HD 1 TB interno no microcomputador patrimônio nº4993 e 1 HD 2TB interno no microcomputador nº4970, espelhamento dos HDs aos existentes e configurações necessárias.

Justificativa da aquisição/implantação dos equipamentos, materiais e serviços: Conforme a solicitação para abertura de Processo Licitatório na modalidade de "Dispensa", emitido pelo Presidente da Câmara, Sr. Celso Correia Mello, em 21 de Outubro de 2019, justifica-se a implantação dos equipamentos/materiais elétricos, materiais de escritório e de informática, além da prestação de serviços elétricos e de informática junto a Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu, em razão da necessidade dos mesmos na realização das sessões, reuniões, cursos e audiências públicas, constantemente realizadas na Câmara Municipal. Assim, a consecução do objeto certamente proporcionará melhorias para o público que utiliza as dependências da Câmara, justificando a necessidade da sua implantação.

Justificativa Da Dispensa: R\$ 7.861,60 (sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), sendo o menor valor apresentado mediante orçamentos prévios, o que justifica a Dispensa do Processo Licitatório, conforme o disposto no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Justificativas da escolha do fornecedor: A Empresa Informática & Serviços AG EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.809.066/0001-76, com sede na Rua Lorenzoni nº600, centro/SC, CEP: 89.832-000, é empresa idônea, já tendo, inclusive, participado de outros processos licitatórios realizados pela Contratante, tendo, em todos os casos, cumprido fielmente com suas obrigações legais/contratuais, além de ter apresentado toda a documentação exigida previamente pela Contratante, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais disposições aplicáveis. Ademais, apresentou o menor orçamento de acordo com as cotações prévias, sendo, portanto, a proposta mais vantajosa à administração pública.

Da Forma De Fornecimento: O objeto desta licitação deverá ser executado no prazo máximo de 60 (sessenta dias) após a emissão de ordem de serviço/AF, podendo haver prorrogação do prazo, desde que haja justificativa plausível para tal, devendo, ainda, ser aprovada pela Câmara Municipal. Em caso de não aprovação da prorrogação, incorre a contratada nas sanções e penalidades cabíveis, nos termos da Lei federal n. 8.666/93.

Do Valor Contratado: O preço total do objeto do presente contrato é de R\$ 7.861,60 (sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

Condições de Pagamento: O pagamento no valor de até R\$ R\$ 7.861,60 (sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), será feito em moeda corrente nacional, em uma única parcela, no prazo de até 30 (trinta) dias após a instalação do equipamento, mediante a emissão e entrega da respectiva Nota Fiscal junto à Secretaria da Câmara Municipal;

A nota fiscal deverá conter as especificações dos itens estabelecidos no objeto deste Edital e nela deverá conter o número do contrato administrativo derivado deste processo, bem como identificação do número do Processo e deste certame;

Será efetuado pagamento único após a liquidação do referido contrato e apresentação dos documentos fiscais exigidos perante a secretaria da Câmara Municipal de Ipuacu SC;

Juntamente com nota fiscal e as vias do projeto com os arquivos digitais, a empresa deverá apresentar em plena validade as seguintes certidões negativas:

- Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- Certificado de regularidade fiscal com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- Certidão da receita federal - CND/Federal do INSS;
- Certidão da receita Estadual;
- Certidão da receita Municipal.

Da Vigência: A vigência do presente processo licitatório será de 31 de Outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

Do Acompanhamento: A comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Ipuacu realizará o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente certame, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, acompanhando e, praticando, enfim, todos os atos que se fizerem necessários.

Dos Recursos Orçamentários: Os recursos financeiros para a efetivação do presente processo licitatório, estão compreendidos no Orçamento de 2019, sendo utilizados recursos ordinários, observados os preceitos legais e promovido o correto empenhamento e liquidação de despesas pelo Setor Contábil da Câmara Municipal de Ipuacu/SC.

Da Documentação: Os documentos necessários a participação são aqueles previstos na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

Dos Casos Omissos: Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Licitação, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Das Condições Gerais: O contrato decorrente deste certame poderá sofrer alterações por meio de termo aditivo, nos termos da lei, aplicando-se no que couber a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas e aplicáveis à espécie.

Ipuacu/SC, 21 de Outubro de 2019.

CELSON CORREIA MELLO

Presidente da Câmara Municipal de Ipuacu

Visto e aprovado. Assessoria Jurídica Adv. Maiquel Orlandi OAB/SC 36.195

# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA RP PROC 34/2019

Publicação Nº 2211438

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº 34/2019  
PREGÃO PRESENCIAL 21/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 34/2019, Pregão Presencial nº 21/2019, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin, Sr. Cristiano Back; Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 344/2018; Sr. Josmar Kerber - representante da empresa Kerber & Cia. Ltda. A empresa Usimix - Estradas & Vias deixou seus envelopes através de seu representante na recepção da Prefeitura Municipal sob o protocolo 432 em 26/09/19. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Kerber & Cia. Ltda e Usimix - Estradas & Vias seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 34/2019, Pregão Presencial nº 21/2019, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin, Sr. Cristiano Back; Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 344/2018; Sr. Josmar Kerber - representante da empresa Kerber & Cia. Ltda. A empresa Usimix - Estradas & Vias deixou seus envelopes através de seu representante na recepção da Prefeitura Municipal sob o protocolo 432 em 26/09/19. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Kerber & Cia. Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Kerber & Cia Ltda

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	500	Tonelada	CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado Quente), com CAP	KERBER	293,00	146.500,00

Irineópolis 30 de SETEMBRO de 2019.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3658/2019

Publicação Nº 2211572

DECRETO N.º. 3.658/2019.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES, EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e, Considerando o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla;

Considerando a Lei nº 8.080/90, em seu artigo 24, que trata da necessidade de contratar, de forma complementar, serviços de assistência à saúde, nos Municípios de Santa Catarina;

Considerando, a necessidade de fortalecer as ações no âmbito da Rede de Cuidados a pessoa com Deficiência, especialmente para ampliação do acesso as ações e serviços de Reabilitação Intelectual no âmbito do SUS, como preconiza a Portaria nº 3687 do Ministério da Saúde; Considerando, O Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites; e também:

A Portaria MS/GM nº 793, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no SUS;

O Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Intelectual e/ou Distúrbio do Espectro Autista, publicado em 2013, Deliberação 228/CIB/2013; e,

Considerando a Portaria MS/GM nº 1.034, de 05 de maio de 2010, que prevê a complementaridade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seus artigos 3º e 6º;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a realização de Processo Licitatório do tipo Chamada Pública, para fins de contratação de uma Unidade Prestadora

de Serviços de Assistência a Saúde, na área ambulatorial para atender pacientes do SUS no seguinte procedimento:

03.01.07.007	0210004	ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR.
--------------	---------	--------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 2º Para a execução do contrato resultante da Chamada Pública/Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, realizará o repasse dos recursos recebidos pelo SUS, cuja importância será apurada mensalmente pelo próprio SUS, após análise da produção da Unidade contratada, obedecendo aos valores estimados na tabela a seguir:

Valores Estimados		
Código	Procedimento	Valor R\$
03.01.07.002-4	Acompanhamento de paciente em Reabilitação em Comunicação	17,67
03.01.07.004-0	Acompanhamento Neuropsicológico de paciente em Reabilitação	17,67
03.01.07.005-9	Acompanhamento Psicopedagógico de paciente em Reabilitação	17,67
03.01.07.006-7	Atendimento/Acompanhamento de paciente em Reabilitação nas Múltiplas Deficiências	7,71
03.01.07.007-5	Atendimento/Acompanhamento de paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor	17,67

Parágrafo único. Os valores acima são os constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, podendo ser reajustados pelo próprio Ministério.

Art. 3º Os Recursos Orçamentários têm como origem a transferência Fundo a Fundo pelo Ministério da Saúde.

Art. 4º O Edital de Chamada Pública/Credenciamento lançado deverá estabelecer os seguintes requisitos mínimo de habilitação para as pessoas jurídicas interessadas:

#### I - DOS DOCUMENTOS

a) Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, onde conste, dentro dos seus objetivos, a prestação dos serviços mencionados acima;

- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações;

b) Declaração de Sujeição ao Edital e Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Qualificação devidamente assinada;

c) Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas especificando:

- . Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

- . Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

- . Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

- . Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### II - Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de Regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa), emitida nos termos da Portaria MF nº 358, de 05/09/2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17/10/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa);

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa);

f) Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitido pela Justiça do Trabalho.

#### III - Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da comarca da sede da proponente, emitida a, no máximo, 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93. ATENÇÃO: caso a proponente tenha sede no Estado de Santa Catarina, deverá apresentar a certidão emitida tanto pelo sistema "SAJ", quanto pelo sistema "eproc", ambos do Poder Judiciário de Santa Catarina.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício fiscal, já exigíveis e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro indicador que o venha substituir. Devendo estar incluídas as notas explicativas, termo de abertura e termo de encerramento, fazendo parte integrante do balanço. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante a apresentação de Balanço de Abertura

ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

As Microempresas e as empresas de pequeno porte, também deverão enquadrar no disposto neste item, devendo apresentar, o Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado.

Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- publicados no Diário Oficial; ou
- publicados em Jornal; ou
- por cópia ou fotocópia autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou
- apresentação do recibo de entrega de escrituração contábil digital (Sped).

Os documentos relativos ao item "b" deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa proponente e do seu contador ou mediante publicação no órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação, ou ainda apresentação do recibo de entrega de escrituração contábil digital (Sped). A indicação do nome do Contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC são indispensáveis.

A capacidade financeira da empresa será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC maior ou igual a 1,00 (um)

Os indicadores acima referenciados são somente considerados para fins de Qualificação-Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

A proponente deverá trazer o cálculo pronto demonstrando sua Liquidez Corrente. Referido cálculo será auditado e conferido pelo departamento competente do Município, sendo que em caso de inexistência, a pena será a inabilitação.

Obs. As empresas abertas no exercício financeiro corrente, deverão estar com o Balanço de abertura publicados em jornal ou autenticação na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente.

#### IV - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Alvará sanitário ou autorização de funcionamento equivalente, expedido pelo órgão federal, estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário do comércio dos serviços prestados pelo interessado, em conformidade com objeto do contrato social e compatível com o objeto deste Chamamento Público;

b) Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas sem fins lucrativos (somente se for o caso);

c) Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 Anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

d) Para intimações, quando necessário, as licitantes deverão apresentar uma declaração, apresentando seu telefone/fax de contato e endereço eletrônico, bem como o nome da pessoa responsável pelo recebimento das informações e assinatura do Contrato, apresentando-o no envelope nº 01 – documentação. Através de um ou de outro far-se-à intimação dos atos, considerando os licitantes intimados.

Parágrafo único. Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital, deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

Art. 5º Os documentos citados no item anterior poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou em fotocópia, à vista dos originais, que será autenticada por servidor municipal.

Art. 6º O edital de Chamada Pública/Credenciamento terá prazo de validade de 01 (um) ano.

Parágrafo único. O contrato realizado com a(s) Unidade(s) Habilitada(s) terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser renovado, por sucessivos períodos, nos termos do que autoriza o art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Outubro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 34/2019**

Publicação Nº 2211431

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 34/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2019

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Kerber & Cia Ltda.

Irineópolis, 30 de setembro de 2019.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**LEI N.º 2.046/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212207

LEI N.º 2.046/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e Eu sanciono o seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., até o valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), nos termos da Resolução CMN nº 4.589, de 29.06.2017, e suas alterações, destinados a serem utilizados nas áreas de iluminação pública e eficiência energética, dentre outras, de forma isolada para a Administração Pública Municipal, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º - Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis / SC, 31 de Outubro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DE ANÁLISE DA NOVA DOCUMENTAÇÃO PL 067/2019, TP 009/2019

Publicação Nº 2212220

ATA DE ANALISE DA NOVA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2019 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2019, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 14h30min do dia trinta e um do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, sob a Presidência do Senhor Nereo Norberto Rostirolla, membros Silviane Carla Mertins para o ato de recebimento e análise da nova documentação de habilitação, conforme item 7.11 do edital, apresentada pelas empresas participantes da Tomada de Preços nº 009/2019, Processo Licitatório nº 067/2019, destinada a contratação de empresa para execução de reforma e ampliação da edificação destinada ao abrigo institucional de Itá, neste município, com o concomitante fornecimento de materiais e mão de obra; Protocolaram nova documentação tempestivamente as empresas: ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI protocolada no dia dezoito de outubro de dois mil e dezenove sob o número 382.P30.I59-U1; EBC CONSTRUTORA LTDA EPP protocolada no dia dezoito de outubro de dois mil e dezenove sob o número T6D.439.276.H8 e CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI protocolada no dia vinte e um de outubro de dois mil e dezenove sob o número 7X4.G36.025-3B. Da análise restou em: a) HABILITAR as empresas ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI e CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI por cumprirem aos requisitos do edital; b) INABILITAR a empresa: EBC CONSTRUTORA LTDA EPP por deixar de cumprir o item 5.1.1.6 do edital (protocolou os envelopes após a data prevista no item 1.2 do edital), e deixar de cumprir o item 5.1.1.8 do edital (não apresentou documento de identificação do representante legal). Diante do fato o presidente abre o prazo de cinco dias úteis para recurso quanto a fase de habilitação; Intima-se os participantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão. Esta Ata será publicada nesta data no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

Nereo Norberto Rostirolla  
Presidente

Silviane Carla Mertins  
Membro

Franciele Dall Bello  
Membro

### EXTRATO CONTRATOS 97 A 104 E ADITIVOS

Publicação Nº 2211856

Aditivo Nº ..... : 2AD 57/2018 - Contrato Nº: 57/2018  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ  
Contratada...: CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA  
Valor ..... : 5.495,92 (cinco mil quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 20/09/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2018  
Objeto ..... : Reajuste anual de valores conforme INPC.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 97/2019  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ  
Contratada...: MUSICAL GRUPO CHAMA LTDA.  
Valor ..... : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 20/09/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.044.3.3.90.00.00.00.00 (307) Saldo: 10.551,00  
Objeto ..... : Contratação de empresa para realização de show para o Filó Municipal.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 98/2019  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITÁ  
Contratada...: ROTA FOGOS LTDA  
Valor ..... : 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)  
Vigência ..... : Início: 24/09/2019 Término: 31/01/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.044.3.3.90.00.00.00.00 (307) Saldo: 65.000,00  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para fornecimento de fogos de artifícios e realização de shows pirotécnicos no Réveillon 2019/2020.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 7AD 173/2014 - Contrato Nº: 173/2014  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada...: LISTONI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
Valor ..... : 20.345,64 (vinte mil trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/09/2019 Término: 30/11/2019  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Aditivo de prazo e valor até a homologação do processo licitatório.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 100/2019  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada...: PRO3 COMUNICACAO LTDA  
Valor ..... : 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais)  
Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (56), 2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 (88),  
2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (164), 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (182),  
2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (195), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (219),  
2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (242)  
Objeto ..... : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade ao Município de Itá.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 101/2019  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada...: ALICEU ELISEU AIGNER  
Valor ..... : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 09/10/2019 Término: 30/06/2020  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O contratado é legítimo proprietário de uma área de terras de aproximadamente 300.000 m2 (trezentos mil metros quadrados), constituído dos lotes rurais nºs 112 e 113 da Colônia Nova Santa Cruz, e que por este ato loca ao Município uma área aproximada de 3.000,00 m2 (três mil metros quadrados) de terra, para que este promova a exploração e retirada de cascalho aproveitável, raso ou profundo.  
Contratada...: ALICEU ELISEU AIGNER  
Vigência ..... : Início: 09/10/2019 Término: 30/06/2020  
JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 1AD 91/2019 - Contrato Nº: 91/2019  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada...: CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI  
Valor ..... : 5.648,96 (cinco mil seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/09/2019 Término: 30/10/2019  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.4.4.90.00.00.00.00.00 (271) Saldo: 25.123,53  
Objeto ..... : Aditivo de prazo de execução e valor, devido a necessidade de alterações no projeto inicialmente licitado.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 7AD 1/2019 AMA - Contrato Nº: 1/2019 AMAUC  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada...: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOSDO ALTO URUGUAI CATARINEN  
Valor ..... : 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 31/12/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Aditivo de valor devido a contratação para realização de processo seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário na administração municipal.  
Contratada...: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOSDO ALTO URUGUAI  
Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 31/12/2019  
JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 8AD 1/2019 AMA - Contrato Nº: 1/2019 AMAUC  
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada...: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOSDO ALTO URUGUAI CATARINEN  
Valor ..... : 9.325,00 (nove mil trezentos e vinte e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 31/12/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Aditivo de valor devido a contratação para realização de processo seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário na secretaria de educação.

Contratada...: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ALTO URUGUAI

Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 31/12/2019

JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 102/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: GRAFITA SERVIÇOS GRAFICOS LTDA

Valor ..... : 1,00 (um real)

Vigência ..... : Início: 10/10/2019 Término: 09/10/2029

Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Cessão do Direito Real de Uso de Bens Públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação e/ou ampliação no Município de unidades produtivas, pelo prazo de 10 (dez) anos.

JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 103/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI

Valor ..... : 279.523,49 (duzentos e setenta e nove mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 21/10/2019 Término: 18/04/2020

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2019

Recursos ..... : Dotação: 1.048.4.4.90.00.00.00.00 (188),

1.048.4.4.90.00.00.00.00 (303)

Objeto ..... : Contratação de empresa para construção de ciclovia as margens da SC 155.

JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 104/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: ARMANDO BRUCKMANN

Valor ..... : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência ..... : Início: 24/10/2019 Término: 23/10/2020

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Locação uma área de terras de 179.366,42 m2 (cento e setenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis metros e quarenta e dois centímetros quadrados), constituído de partes dos lotes rurais nºs 51 e 52 da Colônia Concórdia, sito em Linha Rio Engano, município de Itá - SC, e que por este ato loca ao Município uma área aproximada de 01 (um) hectare) de terra, para que este promova a exploração e retirada de cascalho aproveitável, raso ou profundo.

Contratada...: ARMANDO BRUCKMANN

Vigência ..... : Início: 24/10/2019 Término: 23/10/2020

JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 1AD 89/2019 - Contrato Nº: 89/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: FAMILIA PAGANINI LTDA

Valor ..... : 1.000,00 (um mil reais)

Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Redução de valor devido a solicitação da secretaria de turismo informando que não será mais necessário o uso da carreta palco no dia da Parada Natalina.

JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 1AD 45/2019 - Contrato Nº: 45/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: COOP. DE PROD. E INDUST. FAM. COOPER-VALE ITÁ

Valor ..... : 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Aditivo de quantidade de tomate devido a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através da nutricionista Scheila Pierozan, informando que a quantidade inicialmente já foram utilizadas ou estão terminando

JAIRO LUIZ SARTORETTO – PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATOS DE ATAS 75 A 76**

Publicação Nº 2211900

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 075/2019, PL 069/2019****PARTES:** Município de Itá e EW ESTRUTURAS E LOCAÇÃO LTDA ME.**ORIGEM:** Pregão Presencial para Registro de Preço nº 036/2019**OBJETO:** locação, montagem e desmontagem de estruturas de cobertura em frente à Concha Acústica, na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, durante eventos realizados pela Secretaria de Turismo.**ITENS:** 01**VALOR:** R\$ 36.100,00 (trinta e seis mil e cem reais)**VIGÊNCIA:** Início: 16/10/2019 Término: 15/04/2020

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 076/2019, PL 068/2019****PARTES:** Município de Itá e SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES DE RODOVIA LTDA.**ORIGEM:** Pregão Presencial para Registro de Preço nº 035/2019**OBJETO:** fornecimento de materiais e aplicação de sinalização viária horizontal.**LOTE:** 01**VALOR:** R\$ 177.912,30 (cento e setenta e sete mil novecentos e doze reais e trinta centavos)**VIGÊNCIA:** Início: 18/10/2019 Término: 17/10/2020

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

# Itapema

## PREFEITURA

### ERRATA N. 1 - 02.010.2019

Publicação Nº 2212231

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Itapema  
TOMADA DE PREÇOS 02.010.2019  
ERRATA Nº 01

Onde se lê:

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02.010.2019

CLÁUSULA DÉCIMA – DA NATUREZA DOS RECURSOS E FORMA DE PAGAMENTO

10.2.1 – O valor adicional máximo permitido por candidato que excederem o número de inscritos propostos é de R\$ 34,33 (trinta e quatro reais e trinta e três centavos).

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº 02.010.2019

TERMO DE REFERÊNCIA

14.9. Deverá ser adotado mecanismo de segurança de identificação do candidato que permita à contratada, no momento da convocação para a posse, a análise e emissão de laudo técnico para comprovar se o candidato é o mesmo que realizou a prova.

14.10. As folhas de respostas das questões das provas objetivas e da prova discursiva deverão ser personalizadas e identificadas por meio do mecanismo de segurança;

23.16.9. Coordenar, sob sua inteira responsabilidade, a aplicação e correção das provas objetiva, discursiva e a fase de títulos;

23.16.13. Guardar, em local apropriado, as folhas de respostas, as folhas de frequência e as demais planilhas de todos os candidatos, bem como o exemplar das provas objetivas e prático-discursivas aplicadas no concurso, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da homologação do concurso público, podendo ser destruídas posteriormente.

Leia-se:

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02.010.2019

CLÁUSULA DÉCIMA – DA NATUREZA DOS RECURSOS E FORMA DE PAGAMENTO

10.2.1 – O valor adicional máximo permitido por candidato que excederem o número de inscritos propostos é de R\$ 26,00 (vinte e seis reais).

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº 02.010.2019

TERMO DE REFERÊNCIA

14.9. Deverá ser adotado pela empresa vencedora mecanismo de segurança de identificação do candidato para a realização das provas objetivas.

14.10. As folhas de respostas das questões das provas objetivas deverão ser personalizadas e identificadas por meio do mecanismo de segurança;

23.16.9. Coordenar, sob sua inteira responsabilidade, a aplicação e correção das provas objetiva e a fase de títulos;

23.16.13. Guardar, em local apropriado, as folhas de respostas, as folhas de frequência e as demais planilhas de todos os candidatos, bem como o exemplar das provas objetivas aplicadas no concurso, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da homologação do concurso público, podendo ser destruídas posteriormente.

Exclui-se:

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº 02.010.2019

TERMO DE REFERÊNCIA

14.14. A correção das provas discursivas deverá obedecer a critérios de imparcialidade e de impessoalidade, inclusive com o processo de não identificação dos candidatos.

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura da Tomada de Preços 02.010.2019 permanecem inalterados.

Itapema, 31 de outubro de 2019.

RONALDO PAULINO

Secretário Municipal de Administração

**PUBLICAÇÃO 418 - PROCESSO 200.2019 – HOMOLOGAÇÃO (FEDERAÇÃO JUDO)**

Publicação Nº 2212326

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 200/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 06.024.2019.

DO OBJETO: Pagamento de taxa de anuidade de aletas da modalidade de Judô para participação em competições pela cidade de Itapema.

CONTRATADA: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE JUDO

CNPJ: 83.040.014/0001-66

DO VALOR: R\$ 7.885,00 (sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25/10/2019

Itapema, 25 de outubro de 2019.  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita Municipal

**PUBLICAÇÃO 419 - PROCESSO 201.2019 – HOMOLOGAÇÃO (CRAS)**

Publicação Nº 2212405

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 201/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 06.025.2019.

DO OBJETO: Prestação de serviços para capacitação dos servidores da política de assistência social que atuam diretamente e indiretamente com o CRAS, a realizar-se ao final do mês de outubro, até o dia 1 de novembro de 2019.

CONTRATADA: KARLA CARDOSO BORGES 00501072918

CNPJ: 14.959.203/0001-14

DO VALOR: R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25/10/2019

Itapema, 25 de outubro de 2019.  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita Municipal

**PUBLICAÇÃO 420 - PROCESSO 202.2019 – HOMOLOGAÇÃO (INTERNAÇÃO)**

Publicação Nº 2212474

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 202/2019, Dispensa de Licitação nº 05.016.2019.

DO OBJETO: Contratação de clínica especializada para internação compulsória do paciente Victor da Silva Pozzobon, em cumprimento de determinação judicial proferida nos autos do processo 502613-14.2019.8.24.0125.

CONTRATADA: APRAT - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS E TOXICÔMANOS

CNPJ: 03.998.197/0001-98

DO VALOR: R\$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25/10/2019

Itapema, 25 de outubro de 2019.  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita Municipal

**FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA****PUBLICAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS CONCEDIDAS PELA FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI NO PERÍODO DE 16 A 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212525



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

**LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP**

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora WFF LTDA**, conforme processo FAACI nº **249/2017**, a retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **32 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 254 e 254 A, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Cleyton Leonardo Antônio Stringhini**, conforme processo FAACI nº **393/2019**, a Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **60 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 282, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Pasqualotto Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **172/2019**, a retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **56 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 306 e 308, Lote 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53 e 55, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **LS Construtora e Incorporadora Ltda**, conforme processo FAACI nº **100/2018**, a retificação da Licença Ambiental Prévia - LAP, com validade de **46 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Multifamiliar e Comercial**, localizada na **Rua 615, Lotes 01 e 02, Bairro Tabuleiro dos Oliveiras**.

**LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI**

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Santana Construtora e Incorporadora LTDA**, conforme processo FAACI nº **072/2015**, a Renovação da Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **35 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Instalação**, localizada na **Rua 600, nº 313, Bairro Tabuleiro das Oliveiras**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora WFF LTDA**, conforme processo FAACI nº **249/2017**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI, com validade de **72 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Instalação**, localizada na **Rua 254 e 254a, Lotes 20, 24, 25, 28, 29, 32, 33, 36, 37 e 41, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Construtora e Incorporadora Brasileira LTDA - ME**, conforme processo FAACI nº **448/2016**, a Retificação da Licença Ambiental de Instalação - LAI 021/2017, com validade de **29 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Instalação**, localizada na **Rua 129 d1, esq. Rua 129 E, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Barra Bonita Empreendimentos S.A**, conforme processo FAACI nº **1047/2016**, a Licença Ambiental de Instalação - LAI 069/2019, com validade de **72 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Instalação**, localizada na **Br 101 Anexo Hotel Plaza, Bairro Ilhota**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

### LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **J DADAM Construtora e Incorporadora LTDA**, conforme processo FAACI nº **745/2015**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Operação**, localizada na **Rua 250, nº 496, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **H Santos Empreendimentos LTDA**, conforme processo FAACI nº **219/2015**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Operação**, localizada na **Rua 315, nº 121, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **ARS Kammer Construtora e Incorporadora LTDA**, conforme processo FAACI nº **071/2016**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Operação**, localizada na **Rua 252, nº 344, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Santana Construtora e Incorporadora LTDA**, conforme processo FAACI nº **072/2015**, a Licença Ambiental de Operação - LAO Parcial, com validade de **48 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Operação**, localizada na **Rua 600, nº 313, Bairro Tabuleiro das Oliveiras**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Dallo & Dallo Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **696/2015**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Operação**, localizada na **Rua 115, nº 760, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Dallo & Dallo Empreendimentos Imobiliários Ltda**, conforme processo FAACI nº **696/2015**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **120 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Operação**, localizada na **Rua 115A, nº 540, Bairro Canto da Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Celio Albano**, conforme processo FAACI nº **696/2015**, a Licença Ambiental de Operação - LAO, com validade de **48 meses** para atividade de **Licença Ambiental de Operação**, localizada na **Rua 414, nº 791, Bairro Morretes**.

### AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Rosecon JR Empreendimentos Imobiliários**, conforme processo FAACI nº **805/2015**, a Autorização Ambiental Simplificada - AuAS, com validade de **12 meses** para atividade de **Dobra de Vegetação de Restinga**, localizada na **Avenida Orla do Morretes, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Dallo e Dallo Empreendimentos Imobiliários**, conforme processo FAACI nº **867/2016**, a Autorização Ambiental - AuA, com validade de **24 meses** para atividade de **Projeto de Recuperação de Área Degradada**, localizada na **Rua 323-B, Bairro Meia Praia**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Target Incorporações Ltda**, conforme processo FAACI nº **390/2010**, a Autorização Ambiental - AuA, com validade de **36 meses** para atividade de **Projeto de Recuperação de Área Degradada**, localizada na **Rua 106, Lote 05, Quadra A do Loteamento Jardim Dom Arthur, Bairro Centro**.

### AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO - AuC

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Michel Luciano Casagrande**, conforme processo FAACI nº **450/2019**, a Autorização para Corte de Vegetação - AuC, com validade de **06 meses**, terreno localizado na **Rua 902 F, nº 105, Bairro Alto São Bento**.

### CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Paola Carbonara Bortolon**, conforme processo FAACI nº **341/2019**, a Retificação de Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **46 meses** para atividade de **Construção de Edificação Comercial**, localizada na **2ª Avenida, esquina com Rua 304, s/n, Lotes 44 e 47 do Loteamento Jardim Irani, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Thomas Jeferson Lengler**, conforme processo FAACI nº **258/2019**, a Retificação de Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **46 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar de Interesse Social**, localizada na **Rua 900 D, Lote 13 do Loteamento Jardim Luciano, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **C E M Construtora e Incorporadora Silva Ltda**, conforme processo FAACI nº **350/2019**, a Retificação de Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **46 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar/Casas Geminadas de Interesse Social**, localizada na **Rua 406 A, Lote 587 do Loteamento Jardim Morretes I, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **João Pedro Lemos**, conforme processo FAACI nº **274/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Unifamiliar**, localizada na **Rua 109 C, Lote 24, Loteamento Jardim Jersey, Bairro Canto da Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Stramosk Lava Car**, conforme processo FAACI nº **260/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **lavação de carros**, localizada na **Rua 242, nº 272, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Gilson Miler**, conforme processo FAACI nº **434/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Comercial**, localizada na **Rua 806A Esq.. 810C, Lote 21, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Marcia Santos Pereira**, conforme processo FAACI nº **490/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar de interesse social**, localizada na **Rua 902 F, lote 277, Loteamento Jardim São Bento, Bairro Alto São Bento**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Moacir Marçal**, conforme processo FAACI nº **451/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Ampliação de Edificação Unifamiliar Coletivo**, localizada na **Rua 434, lote 484, Loteamento Jardim Agulhas Negras, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Vanda Elena Schlatter**, conforme processo FAACI nº **409/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Ampliação de Edificação Unifamiliar Coletivo**, localizada na **Rua 802, nº 336, Bairro Casa Branca**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Henrique Adrião Cruz EIRELI**, conforme processo FAACI nº **412/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurantes e Similares**, localizada na **Avenida Nereu Ramos, Nº 919, Sala 01, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **BMS Empreendimentos Imobiliários Eireli** conforme processo FAACI nº **414/2018**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Multifamiliar Geminado**, localizada na **Rua 828, Lote 17 do Loteamento Jardim Ernesto, Bairro Alto São Bento**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Osmar Cantarelli da Rosa** conforme processo FAACI nº **504/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Comercial**, localizada na **Rua 126, Lote 03, Desmembramento Moacir Novelletto, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Henrique Adrião Cruz EIRELI**, conforme processo FAACI nº **412/2019**, a Retificação da Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurantes e Similares**, localizada na **Avenida Nereu Ramos, Nº 919, Sala 01, Bairro Centro**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **MJM Burgers LTDA**, conforme processo FAACI nº **430/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurantes e Similares**, localizada na **Rua 286, Nº 106, Sala 03, Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Fátima Polache** conforme processo FAACI nº **332/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Ampliação e Reforma - Multifamiliar Transitório**, localizada na **Rua 218, nº 85 (Matrícula 9763, 1º ORI de Itapema), Bairro Meia Praia**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Kirchner Administradora de Bens LTDA**, conforme processo FAACI nº **466/2018**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Comercial**, localizada na **Rua 456, Lotes 17 e 19 do Loteamento Jardim Carolina, Bairro Leopoldo Zarlíng**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Talissa Coan Zin**, conforme processo FAACI nº **463/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Regularização Multifamiliar Transitório**, localizada na **Rua 270, nº 169, Bairro Meia Praia**.



A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 18/2017; Lei Complementar Municipal 009/2002; fundamentadas no artigo 225, inciso IV da Constituição Federal e com base nas **Resoluções CONAMA nº 06/1986, Resolução CONAMA nº 281/2001 e Resolução CONSEMA nº 98/2017**, vem através desta publicar as seguintes informações a respeito do Licenciamento Ambiental no Município de Itapema, Santa Catarina.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Claudemir Soares ME**, conforme processo FAACI nº **461/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Restaurantes e Similares**, localizada na **Rua 418, nº 350, Sala 01, Bairro Morretes**.

A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, torna público que concedeu a **Margarida Maria Machado**, conforme processo FAACI nº **239/2019**, a Certidão de Conformidade Ambiental, com validade de **48 meses** para atividade de **Construção de Edificação Residencial Unifamiliar**, localizada na **Servidão das Calhas, nº 168, Bairro Várzea**.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 160/2019

Publicação Nº 2211653

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 160/2019

Inexigibilidade de Licitação nº 160/2019

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação da Banda "Orquestra Continental" para ensaio e acompanhamento dos calouros no Festival Estudantil da Canção, para alunos do ensino fundamental de nosso Município, a ser realizado no dia 01 de novembro de 2019.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Contratado: Continental Eventos Ltda.

Valor global: R\$ 6.000,00.

Itapiranga - SC, 30 de outubro de 2019.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 195, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211461

DECRETO Nº 195, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária:

09.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0101.2122 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica

33.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo, 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

09.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0101.2122 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica

31.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 29 de outubro de 2019.

Itapiranga, 29 de outubro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria Municipal de Administração.

### EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2014 - FMS

Publicação Nº 2211567

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 023/2014

Aditivo Nº : 6 T.A 023/2014

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada : T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 23/2014

Objeto : SUPRESSÃO DE 16,6% DOS ITENS 01 E 02, EQUIVALENTES AOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE E NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS À DESTINAÇÃO DOS MESMOS.

Vigência : Início: 29/10/2019 Término: 31/10/2019

Assinatura : 29/10/2019

Itapiranga, 31 de OUTUBRO de 2019

## **EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2018**

Publicação Nº 2211511

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 063/2018

Aditivo Nº : 7 T.A 063/2018

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : VM CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 116/2018

Objeto : PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE PINGUINHO DE GENTE (ITEM 01)

Vigência : Início: 30/10/2019 Término: 29/11/2019

Assinatura : 30/10/2019

Itapiranga, 31 de outubro de 2019.

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2019 - FMS**

Publicação Nº 2211564

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 010/2019

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada : VM CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 20/2019

Objeto : CONSTRUÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DE MURO DE CONTENÇÃO, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

Vigência : Início: 29/10/2019 Término: 31/03/2020

Assinatura : 29/10/2019

Valor R\$: 75.127,96 (Setenta e Cinco Mil, Cento e Vinte e Sete Reais e Noventa e Seis Centavos )

Itapiranga, 31 de OUTUBRO de 2019

QUADRO DE VENCEDORES Nº 156/2019

Publicação Nº 2212668

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Pág 1 / 1



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 156 / 2019

AQUISIÇÃO DE GARRAFA TÉRMICA PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL Nº 3.167/2018

Fornecedor: 56138 - TUMELERO E FAVERO LTDA ME					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Total
1	GARRAFA TÉRMICA, COM CAPACIDADE DE 1 LITRO, EM ACABAMENTO LISO E BRILHOSO, COM ROLHA REGULÁVEL E TAMPA, PEÇAS PLÁSTICAS, FABRICADAS EM POLIPROPILENO VIRGEM ATÓXICO, COM AMPOLA DE VIDRO, PARA LÍQUIDOS QUENTES E FRIOS E COM ALÇA LATERAL. GARANTIA DE FABRICA E COM ATENDIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NA NBR 13.282 DA ABNT, EM CORES DIVERSAS A ESCOLHER, PERSONALIZADA COM ADESIVO (FORNECIDO PELA SECRETARIA SOLICITANTE), E EMBALADA PARA PRESENTE.	MOR	UND	1.800	23.400,00
Total por Fornecedor:					23.400,00
Total Geral:					23.400,00

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
56138 - TUMELERO E FAVERO LTDA ME	1	23.400,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-GARCU-310294705 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

01/11/2019 07:58:26

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA CMDCA 014.2019 ORDINARIA 30.10.2019

Publicação Nº 2211920

Ata: 014/2019

Reunião: ORDINÁRIA

Data: 30/10/2019

Horário: 14h00

Local: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Aos trinta dias do mês de agosto de 2019, no conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 14h00 foi realizada a contagem dos presentes pela secretaria executiva do CMDCA. Não houve quórum. Em nova contagem realizada às 14h10 houve quórum, estando presentes os conselheiros: Marcia Rodini Wisocki Rosa (AMA), Eustáquio José Brand (APAE), Valdinei Pacheco (SEL), Gerson dos Santos Chaves (SMA), Luciana da Cruz Malaquias (SMAS), Noeli Schwetler Saidel (SMS). Justificativas de Ausência: Silas Schafhauser (SEL), Denise Batista (SME), Rode Ester Pessanha (SME). Ausentes os conselheiros: Wellington Cassiano Rosa (AMA), Manoel Alfredo Gonsalves (APAE), Kemily Naves de Lucena (Adolescentes), Nilson Gabriel dos Santos (Adolescentes), Castorina de Jesus Evangelista (Pastoral), Scheila Aparecida Kziozek Pastuchaki (SMS), Roseli Itner (SMA). A presidente interna do CMDCA Luciana da Cruz Malaquias informa que a reunião será gravada e inicia pela PAUTA DELIBERATIVA. Expediente (correspondências) Decreto Executivo 4144 que nomeia o CMDCA, suplência da SMEL. Item 01 Of. 054.2019 SST - Apresenta respostas aos ofícios 033 e 038/2019 do CMDCA que versam sobre o transporte escolar. Item 02. Convite Boas Vindas ao CT GRADCIA/GEPS. Requeira-se mediante ofício a VAN para o setor de transportes. Os conselheiros Gerson e Luciana e o secretário Marcos irão. Demais deverão informar tão logo quanto possível. A seguir, na PAUTA DELIBERATIVA: Item 01: Relatório da Comissão estabelecida para Análise da documentação da entidade Rotary. A conselheira Luciana Malaquias efetuou a leitura do Relatório. Posto em Deliberação, o relatório foi favorável, de forma unânime. Item 02: Resolução que homologa a Eleição ao CT. Relatou a presidente que consultou o Ministério Público da comarca. O MP relatou a inexistência de novos casos de denúncias ou solicitações de impugnações. Desta forma, o conselho homologa o resultado das eleições, sem alterações. EMITA-SE Resolução. Item 03: Situação dos Representantes adolescentes. Consultado o pai da conselheira, o mesmo informou que a mesma está trabalhando todas as tardes bem como estuda de manhã. Consulte-se a disponibilidade do adolescente Kauã Soares dos Santos. Informes/Outros Assuntos. 1. Monitor do Transporte Escolar - Ações de mobilização do Conselho. Ofício encaminhado em 26/08 e solicitação de resposta em 09/10/2019. 2. Para exemplo, consulta e orientação, apresentação o Edital de Chamamento Público do CMDCA do município de IÇARA. Encaminhamento no grupo do conselho em 14/10/2019. 3. Situação do Plano de Ação e Aplicação do FIA, CMDCA. Contratação de Consultoria. O CMDCA ficou de informar as consultorias as demandas. Prazo expirando. Estipula-se: a) Desenvolvimento da rede (OSCs), contemplando o desenvolvimento de projetos passíveis de aprovação pelo CMDCA, sendo duas horas para capacitação e 04 horas para ajuda na elaboração de projetos e esclarecimento de dúvidas para apresentação de projetos. b) Capacitação do Conselho Tutelar, particularidades de Itapoá, 04 horas. c) Atuação em rede (saúde, educação, assistência entre outros) – palestra, 08 horas em período de 12 meses. d) Participação nas reuniões do CMDCA, quando solicitado, 08 horas. e) Consulta aos Planos decenais, de Medida Socioeducativa, entre outros para embasar a elaboração do Plano de Ação e Aplicação, com a participação nas reuniões da comissão do Plano de Ação e Aplicação, 80 horas. f) Auxílio na elaboração final do Plano de Ação e Plano de Capacitação, 08 horas. g) Marco Regulatório OSC's – capacitação, adequação e atuação com a comissão já estabelecida em Decreto Executivo. No mínimo em duas etapas, totalizando 16 horas. h) Atividades diversas a serem definidas pelo conselho, conforme a necessidade, 26 horas. i) Acompanhamento das deliberações e da Audiência Pública a ser realizada em 2020, 08 horas. Cada dia de atuação compreenderá no mínimo 06 horas e no máximo em 08 horas de trabalho efetivo. O trabalho deverá compreender a realização de consultas por telefone e/ou aplicativo de mensagens quando estritamente necessário em prazo de até 24 horas. 4. Palestra de 27/11/2019 na câmara de vereadores- Divulgação. O secretário Marcos explanou a realização do evento. O conselho solicita apoio a divulgação do evento pela prefeitura do município. Informe-se os gestores. 5. Edital de Chamamento de Içara - Modelo ao CMDCA de Itapoá. 6. Consulta ao CMDCA sobre a documentação a ser fornecida ao RH pelos conselheiros tutelares. Os documentos deverão ser fornecido ao CMDCA. Os documentos fornecidos devem permanecer no CMDCA. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião às 15h52. Assinam a presente ata os presentes abaixo.

Marcia Rodini Wisocki Rosa (AMA)

Eustáquio José Brand (APAE)

Luciana da Cruz Malaquias (SMAS)

Noeli Schwetler Saidel (SMS)

Valdinei Pacheco (SEL)

Gerson dos Santos Chaves (SMA)

# ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO - INEXIGIBILIDADE 05/2018

Publicação Nº 2212667

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO

Data	30/10/2019	Horário início: 08h00min
Licitação /Modalidade	INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO	Nº 05/2018 Nº 05/2018 Nº 80/2018

### OBJETO:

CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE MÍDIAS IMPRESSAS LOCAIS, DE CUNHO JORNALÍSTICO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL DESTINADA À DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL, DE UTILIDADE PÚBLICA, DE ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DE CARÁTER EDUCATIVO, INFORMATIVO OU DE ORIENTAÇÃO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019. Observando que a Licitação foi publicada em jornal diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site da Prefeitura e Mural Público Municipal, no dia 18/07/2018 a fim de ampla divulgação. Protocolou envelope a seguinte empresa:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF
29/10/2019	244	JORNAL EM FOCO SC EIRELI	14.265.035/0001-67

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de credenciamento, os quais encontravam-se devidamente lacrados, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa JORNAL EM FOCO SC EIRELI, inscrita no CNPJ nº 14.265.035/0001-67, apresentou o certificado de regularidade junto a Fazenda Municipal positiva com efeitos de negativa, Item 4.1.5, ao ser consultado no site da Prefeitura de Itapoá, conforme estabelece o DM nº 3752 de 27 de agosto de 2018 (§2º Deverá ser verificada a autenticidade das CND's emitidas pela internet antes da adjudicação às empresas vencedoras dos certames), a CPL verificou que a certidão saiu POSITIVA conforme pode ser verificado nos autos (certidão nº 24537/2019). Diante disso, havendo tal divergência entre a certidão municipal eletrônica e a manual emitida pelo fiscal de tributos Sr. José Eraldo Araújo – o que nos parece ser problema no sistema tributário - solicito informações do setor responsável através de parecer explicando a divergência ocorrida. Neste sentido encaminho o presente para manifestação da Gerência Tributária. No mais, com exceção tão somente da do Item 4.1.5, a empresa apresenta documentos a fim de habilitação desse credenciamento, porém a CPL suspende a sessão até manifestação do Departamento responsável e posterior análise jurídica do fato. Em tempo, tendo em vista que a sessão foi suspensa para análise de divergências administrativas tributárias o que incorre prejuízo a empresa em seu credenciamento, solicito a resposta do departamento no prazo de 24 horas. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

KARINA JUSSARA DOS SANTOS VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	SUZANA BESEN MARTINS MEMBRO
-----------------------------------------------------------------------	--------------------------------

## ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 55/2019

Publicação Nº 2211559

### ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2019 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao trigésimo primeiro dia do mês de outubro de 2019, a partir das 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(A) KARINA JUSSARA DOS SANTOS e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, SUZANA BESEN MARTINS e DAIANE BATISTA nomeados pelo (a) Decreto nº 4065/2019, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 55/2019, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA "AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINOS", VISANDO A DECORAÇÃO NATALINA DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARTE INTEGRANTE DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricado os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participante	Representante
Empresa	
TEREZINHA AMALIA HOFF DE SOUZA - ME	ADILSON DE SOUZA
ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA - EPP	GUILHERME MARTINS ALVES CARVALHO
STREET DECOR IMPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	PAULO KRUEL GUERRA SIMÕES
ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI	ALCIONEI RAMOS DA ROSA JUNIOR

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Propostas de Preços das empresas licitantes

para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada as propostas foi constatado que a empresa TEREZINHA AMALIA HOFF DE SOUZA - ME apresentou proposta com valores dos itens trocados, conforme item 8.2 do edital a proposta é imutável, e conforme o item 8.3.1 do edital, será desclassificada a empresa que elaborar a proposta de preço em desacordo, desta forma a empresa foi considerada DESCLASSIFICADA. As propostas das demais empresas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI	1	R\$ 39.950,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de prestação de serviço conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata, encerrando às 10h00.

Itapoá, 31 de outubro de 2019.

KARINA JUSSARA DOS SANTOS Pregoeira	
SUZANA BESEN MARTINS Membro	DAIANE BATISTA Membro

Licitantes:

TEREZINHA AMALIA HOFF DE SOUZA - ME ADILSON DE SOUZA	ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA - EPP GUILHERME MARTINS ALVES CARVALHO
STREET DECOR IMPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA PAULO KRUEL GUERRA SIMÕES	ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI ALCIONEI RAMOS DA ROSA JUNIOR

## DECRETO MUNICIPAL Nº 4176, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211382

DECRETO MUNICIPAL Nº 4176, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Declara de utilidade pública área que especifica e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V,

DECRETA:

Art. 1º 1º Fica declarada de Utilidade Pública para fins de desapropriação a área de 5.578,91 m², parte integrante da matrícula nº Mat. 29.044 – 1º R.I de Itapoá, objetivando a implantação do Posto da Polícia Rodoviária Estadual, localizada conforme a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas Lat 26°07'19.676" S, Long 48°37'56.553" W, deste segue confrontando com o referido imóvel, propriedade de Heriberto José Ratti e Outros (Mat. 29.044 – 1º R.I de Itapoá), com os seguintes azimutes e distâncias: 188°49' e 65,43 m até o vértice 02, de coordenadas Lat 26°07'21.777" S, Long 48°37'56.914" W, 246°26' e 13,09 m até o vértice 03, de coordenadas Lat 26°07'21.947" S, Long 48°37'57.346" W, 247°49' e 13,53 m até o vértice 04, de coordenadas Lat 26°07'22.113" S, Long 48°37'57.797" W, 251°54' e 14,47 m até o vértice 5, de coordenadas Lat 26°07'22.259" S, Long 48°37'58.292" W, 257°52' e 12,30 m até o vértice 6, de coordenadas Lat 26°07'22.343" S, Long 48°37'58.725" W, 270°49' e 17,12 m até o vértice 7, de coordenadas Lat 26°07'22.335" S, Long 48°37'59.341" W, 274°56' e 16,76 m até o vértice 8, de coordenadas Lat 26°07'22.288" S, Long 48°37'59.942" W, 279°47' e 33,66 m até o vértice 9, de coordenadas Lat 26°07'22.102" S, Long 48°38'01.136" W, deste segue confrontando com a Rodovia SC-416, com os seguintes azimutes e distâncias: 49°28' e 39,22 m até o vértice AXMS-P-0196, de coordenadas Lat 26°07'21.274" S, Long 48°38'00.063" W, com os seguintes azimutes e distâncias: 54°54' e 45,56 m até o vértice AXMS-P-0197, de coordenadas Lat 26°07'20.423" S, Long 48°37'58.721" W, 66°52' e 48,10 m até o vértice AXMS-P-0198, de coordenadas Lat 26°07'19.809" S, Long 48°37'57.129" W, 75°39' e 16,52 m até o vértice 09 ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo a área de 5.578,91 metros quadrados. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao SGB, e encontram-se representadas no Sistema Geodésico, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias e, áreas foram calculados no plano de projeção SGL.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº3701 de 26 de julho de 2018.

Itapoá, 29 de outubro de 2019.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete

## LEI MUNICIPAL Nº 933, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211366

### LEI MUNICIPAL Nº 933, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por anulação parcial de dotação, de acordo com o artigo 43, inciso III, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 5º da Lei Orçamentária nº 832, de 20 de dezembro de 2018 - LOA 2019, conforme abaixo:

#### Anulações:

##### 13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

###### 001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2096 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental

33190 Aplicações Diretas (414) FR 2180000 ..... R\$ 38.100,00

##### 13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

###### 001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2096 Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental

33191 Aplicações Diretas (612) FR 2180000 ..... R\$ 15.800,00

##### 13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

###### 001 Ensino Fundamental

0012.0367.0021.2234 Folha de Pgto. Profissionais da Educação Especial - Fundamental

33190 Aplicações Diretas (400) FR 2180000 ..... R\$ 82.600,00

##### 13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

###### 001 Ensino Fundamental

0012.0367.0021.2234 Folha de Pgto. Profissionais da Educação Especial - Fundamental

33191 Aplicações Diretas (456) FR 2180000 ..... R\$ 43.200,00

##### 13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

###### 002 Ensino Infantil

0012.0367.0021.2235 Folha de Pgto. Educação Especial – Pré Escola

33190 Aplicações Diretas (416) FR 2180000 ..... R\$ 280.000,00

33191 Aplicações Diretas (459) FR 2180000 ..... R\$ 62.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES ..... R\$ 521.700,00

#### Suplementações:

##### 13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

###### 001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (643) FR 2190000 ..... R\$ 221.700,00

##### 13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

###### 002 Ensino Infantil

0012.0365.0021.2098 Manutenção do Ensino Infantil / Creche

33390 Aplicações Diretas (644) FR 2190000 ..... R\$ 150.000,00

##### 13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

###### 002 Ensino Infantil

0012.0365.0021.2202 Manutenção das Pré-Escolas

33390 Aplicações Diretas (645) FR 2190000 ..... R\$ 150.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 521.700,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 30 de outubro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete

**LEI MUNICIPAL Nº 935, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211378

LEI MUNICIPAL Nº 935, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

Cria o Programa "Semeando Agricultura", de incentivo às famílias rurícolas de Itapoá e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de incentivo à agricultura, denominado "Semeando Agricultura" e será regido pela presente Lei.

Art. 2º São objetivos do Programa Semeando Agricultura:

I - fornecer apoio técnico exclusivamente ao agricultor, visando melhorar a produção e a qualidade de vida, bem como dinamizar o setor agrícola do município;

II - prover apoio às entidades sociais localizadas na área rural no intuito de contribuir com o turismo rural;

III - prestar serviços com máquinas específicas;

IV - guarnecer as travessias de entrada das propriedades rurais com tubos de concreto;

V - promover a conservação das ruas internas das propriedades rurais, especialmente através da colocação de saibro, para melhorar as condições de trabalho dos agricultores municipais.

Art. 3º Para efeitos do inciso III do artigo anterior, o Poder Executivo Municipal criará banco de horas para cada tipo de máquina disponível para o Programa Semeando Agricultura, de no máximo de 30 (trinta) horas para cada produtor rural, agricultor familiar de subsistência ou entidades sociais localizadas nas áreas rurais.

§1º Fica condicionada a participação do incentivo oferecido pelo Programa Semeando Agricultura ao produtor rural, agricultor familiar de subsistência ou entidade social, localizado(s) na área rural que se cadastrarem na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

§2º Terá direito ao benefício o produtor rural que possua bloco de nota de produtor rural individual, o agricultor familiar de subsistência e entidades sociais localizadas nas áreas rurais.

§3º Não é passível de acúmulo para o exercício seguinte ao de sua vigência o banco de horas não utilizado pelo agricultor.

§4º É vedada a transferência de banco de horas, integral ou parcial, entre o requerente e terceiros.

§5º A contrapartida será o equivalente ao valor correspondente a quantidade de litros de diesel por hora trabalhada por máquina, e deverá ser quitada após a conclusão do serviço, através de guia de recolhimento, distribuídas da seguinte forma:

I - retroescavadeira 10 (dez) litros de diesel/hora;

II - trator/pneu 8 (oito) litros de diesel/hora;

III - escavadeira Hidráulica 20 (vinte) litros de diesel/hora;

IV - caminhão 10 (dez) litros de diesel/hora;

V - outros equipamentos, objeto de terceirização ou contratação pública.

§6º O Caminhão será disponibilizado somente dentro da propriedade e estará agregado a hora das máquinas retroescavadeira ou escavadeira hidráulica.

§7º O valor do litro do diesel para o cálculo será o mesmo da última nota fiscal de aquisição pela Municipalidade.

§8º O valor deverá ser quitado em até 30 dias após a execução dos serviços, mediante a emissão do boleto pelo órgão competente.

§9º O produtor que estiver inadimplente no Programa Semeando Agricultura estará sujeito a sua inscrição em dívida ativa, cobrança enviada a cartório de protestos e perderá o direito de acesso ao programa.

Art. 5º Para a execução dessa Lei fica autorizado ao Poder Executivo disponibilizar e/ou utilizar os equipamentos adquiridos com a finalidade de fomento da agricultura local, bem como terceirizar o maquinário e mão de obra ainda não contemplados pela estrutura da Secretaria de Agricultura e Pesca.

Art. 6º As despesas decorrentes para a prestação dos serviços constantes do Programa Semeando Agricultura correrão por conta da dotação orçamentária rubrica nº 3.3.90.39.00.

Art. 7º Os dispositivos desta Lei poderão ser regulamentados por decreto municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as Leis Municipais Nos 088, de 15 de maio de 2002 e 583, de 03 de junho de 2015.

Itapoá, 24 de outubro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

**LEI MUNICIPAL Nº 936, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211372

LEI MUNICIPAL Nº 936, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a Lei Municipal Nº 075, de 24 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o estatuto e institui o plano de carreira e remuneração do pessoal do magistério público municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo V/Grupo II – Coordenação Pedagógica, da Lei Municipal Nº 075, de 2001, aumentando o número de cargos de Coordenador Pedagógico, passando a vigorar com a seguinte redação.

ANEXO V

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPO II – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA (NR)

Cargo	Nº de Cargos	Nível	Formação Mínima/Requisitos
...	...	...	...
Coordenador Pedagógico	06 10 (NR)	I	Habilitação obtida em curso de nível superior, de Pedagogia, com registro no MEC.
		II	
		III	

Art. 2º Fica alterado o Anexo VI – Dos cargos permanentes, aumentando a quantidade de cargos de Coordenador Pedagógico, passando a vigorar com a seguinte redação.

#### ANEXO VI

#### DOS CARGOS PERMANENTES

Grupo	Qtdd de Cargos	Categoria Funcional	Nível de Referência	Amplitude de referência
...	...	...	...	...
II - Coordenação Pedagógica	15	Orientador Escolar (cargo em extinção)	I, II e III	A a N
	15 11 (NR)	Administrador Escolar (cargo em extinção)	I, II e III	A a N
	15 11 (NR)	Supervisor Escolar (cargo em extinção)	I, II e III	A a N
	06 10 (NR)	Coordenador Pedagógico	I, II e III	A a N

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 30 de outubro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

### NOTIFICAÇÃO TP Nº14/2019- ALÇA VIÁRIA ABERTURA PROPOSTAS

Publicação Nº 2211562

#### NOTIFICAÇÃO

À

Empresa	CNPJ/MF
JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA	08596.022/0001-78
CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA	82.607.623/0001-91
PALETA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES LTDA	14.589.125/0001-03

O Município de Itapoá, através da Secretária de Obras e Serviços Públicos e da Presidência da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade Tomada de Preço nº 14/2019 – Processo nº81/2019, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA ALÇA VIÁRIA DO SAMAMBAIAL – TRECHO III A VI COM ÁREA DE 15.081,47 M2, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL, tendo o prazo de recurso findo no dia 30/11/2019. Fica, portanto a sessão pública para abertura de envelopes de propostas marcada para a data de 07/11/2019 às 09h:00min na sede do Município, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Setor de Licitações e Contratos- Sala de Reuniões.

Itapoá, 31 de outubro de 2019.

STÉFANIE LIARA DE CASTILHO DE AGUIAR

SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FERNANDA CRISTINA ROSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### PREGÃO Nº63-19-JOGOS FUTSAL

Publicação Nº 2211681

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº63/2019 PROCESSO Nº113/2019

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, EXCLUSIVA às empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente

Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:00min do dia 13 de novembro de 2019, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DE FUTSAL CATEGORIAS ADULTO E INFANTIL, REALIZADO PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos das 07h30min às 13h30min.

Itapoá, 31 de novembro de 2019.  
ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

SILAS SCHAFHAUSER  
SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER

## RESOLUÇÃO CMS 75/2019

Publicação Nº 2211711

RESOLUÇÃO CMS 75/2019

DATA 04/10/2019

Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Lei 108/2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicionais suplementares por anulação parcial de dotação.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do Município de Itapoá/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 685 de 22 de Dezembro de 2016; Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde e consoante a deliberação plenária em sua ducentésimo sexta (206º) reunião ordinária realizada em 04/10/2019 e,

CONSIDERANDO que o controle social é indispensável para a democratização na formulação de políticas públicas para a prestação de ações e serviços em saúde, direito fundamental do ser humano.

CONSIDERANDO que é competência do conselho de saúde fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da saúde, incluindo o fundo de saúde e os recursos transferidos e próprios do município, Estado, Distrito Federal e da União, como base no que a lei disciplina.

CONSIDERANDO que é competência do conselho de saúde avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos planos de saúde nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

### RESOLVE:

Art. 1º Comunicar que o Plenário APROVOU o contido no Projeto de Lei 108/2019 que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicionais suplementares por anulação parcial de dotação, nas seguintes disposições:

Art. 1o Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por anulação parcial de dotação, de acordo com o artigo 43, inciso III, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 5o da Lei Orçamentária no 832, de 20 de dezembro de 2018 - LOA 2019, conforme abaixo:

### Anulações:

#### 14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 001 Fundo Municipal de Saúde

##### 0010.0301.0013.2111 Manutenção da Saúde Bucal

33390 Aplicações Diretas (293) FR 02380200 ..... R\$ 85.308,60

34490 Aplicações Diretas (364) FR 02380200 ..... R\$ 3.000,00

#### 14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 001 Fundo Municipal de Saúde

##### 0010.0301.0013.2112 Programa de Assistência Farmacêutica Básica

33390 Aplicações Diretas (298) FR 01020100 ..... R\$ 151.900,00

34490 Aplicações Diretas (366) FR 01020100 ..... R\$ 98.100,00

#### 14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 001 Fundo Municipal de Saúde

##### 0010.0301.0013.2115 Manutenção do PA 24 Horas

33390 Aplicações Diretas (355) FR 01020100 ..... R\$ 200.000,00

#### 14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 001 Fundo Municipal de Saúde

##### 0010.0301.0013.2113 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família

33390 Aplicações Diretas (281) FR 02380100 ..... R\$ 36.209,72

33390 Aplicações Diretas (305) FR 02380300 ..... R\$ 36.818,23  
 33390 Aplicações Diretas (332) FR 02670500 ..... R\$ 30.821,15  
 TOTAL DAS ANULAÇÕES ..... R\$ 642.157,70

## Suplementações:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0013.2142 Folha de Pagamento do Fms

33190 Aplicações Diretas (302) FR 02380200 ..... R\$ 88.308,60

33190 Aplicações Diretas (336) FR 01020100 ..... R\$ 450.000,00

33190 Aplicações Diretas (301) FR 02380100 ..... R\$ 36.209,72

33190 Aplicações Diretas (340) FR 02380300 ..... R\$ 36.818,23

33190 Aplicações Diretas (641) FR 02670500 ..... R\$ 30.821,15

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 642.157,70

Art.2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Itapoá, 04 de outubro de 2019

Resolução 75/2019 – 205º Reunião Ordinária

Elaine Cristina Alves

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
	Nos termos do artigo 10, V, 685/2016	

**RESOLUÇÃO CMS 76/2019**

Publicação Nº 2211614

RESOLUÇÃO CMS 76/2019

DATA 25/10/2019

Dispõe sobre a autorização para o Município de Itapoá firmar convenio com APAE visando o repasse de recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde para prestação de serviços ambulatoriais para Atendimento/Acompanhamento do paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do Município de Itapoá/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 685 de 22 de Dezembro de 2016; Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde e consoante a deliberação plenária em sua septuagésima quinta (75º) reunião extraordinária realizada em 25/10/2019 e,

CONSIDERANDO que o controle social é indispensável para a democratização na formulação de políticas públicas para a prestação de ações e serviços em saúde, direito fundamental do ser humano.

CONSIDERANDO que é competência do conselho de saúde fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da saúde, incluindo o fundo de saúde e os recursos transferidos e próprios do município, Estado, Distrito Federal e da União, como base no que a lei disciplina.

CONSIDERANDO que é competência do conselho de saúde avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos planos de saúde nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

## RESOLVE:

Art.1º Comunicar que o Plenário após análise e deliberação AUTORIZOU que o Município de Itapoá através da Secretaria de Saúde a firmar convenio com APAE visando o repasse de recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde para prestação de serviços ambulatoriais para Atendimento/Acompanhamento do paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Itapoá, 25 de outubro de 2019

Resolução 76/2019 – 76º Reunião Extraordinária

Elaine Cristina Alves

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
	Nos termos do artigo 10, V, 685/2016	

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 145/2019 EDITAL 040/2018**

Publicação Nº 2212105

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 145/2019**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 04/11/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

10H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
80	40h	Educação Infantil	Cristiani Aparecida Cassiano	07/11/2019	06/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 31 de outubro de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo  
Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 146/2019 EDITAL 040/2018**

Publicação Nº 2212162

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 146/2019**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 04/11/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

10H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
81	40h	Educação Infantil	Hortência dos Santos	07/11/2019	06/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 31 de outubro de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo  
Secretária de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 144/2019 EDITAL 040/2018**

Publicação Nº 2211984

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 144/2019**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 04/11/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

10H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
79	40h	Educação Infantil	Odette Cristina da Silva	07/11/2019	06/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 31 de outubro de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2019 - REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ

Publicação Nº 2211691

TERMO DE CONVÊNIO N.º 001/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E A ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ

O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, Bairro Itapema do Norte, CEP: 89249-000, neste ato representado pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, portadora do CNPF n.º 378.350.339-68, e do CI. RG n.º 771.538-2 SSP/SC, Ordenadora do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.485.410/0001-96, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI. RG n.º 4/C 32845399 e CNPF/MF n.º 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, n.º 617, neste Município, doravante denominado Concedente e a ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ, com sede social na Rua 4 de Outubro, nº 115, Bairro Centro, no Município de Taió-SC, inscrita no CNPJ sob nº 86.324.860/0001-04, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Rogério de Abreu, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2.628.823-SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 800.160.149-87, residente e domiciliado na Rua Mirador, nº 806, Bairro Ponto Chic, Município de Ibirama-SC, doravante denominada Conveniente - REDEH, resolvem por mútuo acordo, e em conformidade com o Art. 199 da Constituição Federal, com a Lei 8.080/90, Art. 3º e 84 da Lei Federal nº 13.019/2014, e a Instrução Normativa n.º 05/2013, firmar o presente Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### 1.DO OBJETO

1.1 Este Convênio objetiva o repasse de subvenção social a ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ, visando firmar parceria em prol da prestação de serviços assistenciais à saúde na unidade de Pronto Atendimento 24 horas do município, conforme Lei Municipal n.º 727/2017 alterada pela Lei Municipal n.º 934 de 18 de outubro de 2019, nos moldes e competências estabelecidas e pormenorizada em Plano de Trabalho.

### 2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.1 Repassar, através do Fundo Municipal de Saúde, a ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ o montante de R\$ 2.953.999,90 (dois milhões, novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) em 12 (doze) parcelas fixas e sucessivas, ficando a liberação a partir do mês de novembro de 2019 até o dia 10 de cada mês na conta corrente: Banco ViaCredi (085) Agência: 0101 Conta Corrente: 1078496-9, conforme cronograma contido no plano de trabalho e abaixo descrito:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO						
CONCEDENTE	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA	4ª PARCELA	5ª PARCELA	6ª PARCELA
	NOVEMBRO/2019	DEZEMBRO/2019	JANEIRO/2020	FEVEREIRO/2020	MARÇO/2020	ABRIL/2020
	235.418,17	278.401,86	288.037,18	268.797,33	235.418,17	235.418,17
	7ª PARCELA	8ª PARCELA	9ª PARCELA	10ª PARCELA	11ª PARCELA	12ª PARCELA
	MAIO/2020	JUNHO/2020	JULHO/2020	AGOSTO/2020	SETEMBRO/2020	OUTUBRO/2020
	235.418,17	235.418,17	235.418,17	235.418,17	235.418,17	235.418,17
TOTAL GERAL RECURSOS	R\$ 2.953.999,90 (dois milhões, novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos)					

2.2 Receber e fiscalizar a prestação de contas apresentadas pela ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ, ficando a liberação, a partir da segunda parcela, condicionada à aprovação da prestação de contas do mês anterior através do formulário TC 28, que deverá ser apresentado até o dia 05(cinco) de cada mês.

### 3. DESTINAÇÃO DO REPASSE

3.1 Conforme Plano de Trabalho anexo, parte integrante deste Convênio.

#### 4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

Além de outras obrigações contidas no presente instrumento, obriga-se ainda o CONVENIENTE:

- 4.1 - adequar-se aos programas de melhoria e qualidade, implantados ou a serem implantados pela CONCEDENTE;
- 4.2 - levar ao imediato conhecimento da autoridade sanitária municipal, através do seu Departamento de Vigilância à Saúde, os casos confirmados ou suspeitos de doenças de notificação compulsória, elencadas no artigo 1º, da Portaria nº 1.100/96, do Ministério da Saúde, que deve ser do conhecimento de todos os profissionais, atendendo, ainda, as demais disposições legais pertinentes à matéria, inclusive de âmbito municipal;
- 4.3 zelar e conservar, em perfeitas condições de uso, as dependências, equipamentos, mobiliários, eletrodomésticos e materiais colocados à sua disposição, responsabilizando-se por eventuais faltas ou danos provocados pelo mau uso ou descuido no manuseio, a ser apurado mediante sindicância;
- 4.4 executar os serviços de maneira ética e criteriosa, segundo as técnicas médicas usualmente aceitas e recomendadas, e com as cautelas de segurança necessárias;
- 4.5 adequar-se às políticas administrativas elaboradas pela CONCEDENTE, sem que isto venha caracterizar qualquer tipo de subordinação;
- 4.6 fornecer e exigir o uso de EPI's a seus empregados e prepostos;
- 4.7 sempre que se utilizar da estrutura da CONCEDENTE, observar as normas deste último, inclusive escalas de sobreaviso, protocolos e prescrições médicas padronizadas;
- 4.8 quitar os honorários médicos e de profissionais que compõem seu corpo clínico, comprovando mensalmente os pagamentos, bem como, o recolhimento de todas as incidências fiscais, tributárias e previdenciárias;
- 4.9 proceder à avaliação, indicação, planejamento, execução e acompanhamento dos procedimentos médicos no âmbito das unidades sob sua responsabilidade;
- 4.10 proporcionar qualificação técnica a toda equipe profissional das unidades sob sua responsabilidade através de cursos de capacitação e atualização de acordo com bibliografia adequada;
- 4.11 colaborar no levantamento e acompanhamento dos índices de qualidade da Unidade de Emergências;
- 4.12 manter a titulação necessária para o credenciamento da unidade junto ao Ministério da Saúde, desde que cumprido o presente contrato;
- 4.13 realizar o recrutamento de profissionais médicos com qualificação técnica de alto padrão em todas as especialidades previstas anteriormente para prestarem serviços junto ao Pronto Atendimento PA 24 horas, responsabilizando-se sob todos os aspectos legais relativos a essas contratações;
- 4.14 cumprir as normas sanitárias, legais e fiscais dos órgãos de controle;
- 4.15 cumprir e fazer cumprir todas as resoluções, portarias, normas técnicas de demais determinações oriundas do CREMESC e do CFM;
- 4.16 aplicar o recurso recebido em 30 (trinta) dias e providenciar prestação de contas de cada parcela recebida dentro de um prazo de 5 (cinco) dias a contar do prazo de aplicação;
- 4.17 movimentar os recursos financeiros em conta individualizada e vinculada, por transferências bancárias eletrônicas ou extratos de depósitos e individualizados por credor, com a aplicação em conta remunerada;

Parágrafo primeiro. É vedada a cobrança por serviços de assistência médica, hospitalar e outros complementares do atendimento devido ao paciente. O CONVENIENTE responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto do presente convênio.

Parágrafo segundo. No atendimento da assistência médica para crianças, adolescentes e idosos é assegurada à presença de acompanhante.

Parágrafo terceiro. É de responsabilidade exclusiva e integral do CONVENIENTE a utilização de pessoal para execução do objeto deste Convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, tais ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONCEDENTE.

#### 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Além de outras obrigações contidas no presente instrumento, obriga-se ainda a CONCEDENTE:

- 5.1 Fornecer ao CONVENIENTE as diretrizes dos serviços a serem executados no âmbito da Unidade de PRONTO ATENDIMENTO, diretrizes estas em consonância com serviços similares atualmente realizadas no território nacional e fundamentadas nas normas de saúde vigentes;
- 5.2 Determinar a todos os demais setores do CONCEDENTE que prestem o máximo de colaboração ao CONVENIENTE, quando na execução de suas tarefas, seja no que tange ao fornecimento de informações e documentos, seja no que diz respeito ao cumprimento de instruções e determinações do CONVENIENTE e que se relacionem com seus trabalhos, como também no livre trânsito do pessoal do CONVENIENTE em toda e qualquer dependência do CONCEDENTE relacionada aos serviços objeto do presente convênio;
- 5.3 Executar, com a maior brevidade possível, a realização dos exames e procedimentos, tanto diagnósticos quanto terapêuticos, encaminhados pelos médicos do CONVENIENTE a outras especialidades médicas ou serviços do CONCEDENTE;
- 5.4 Responsabilizar-se pelo transporte de pacientes encaminhados do CONVENIENTE a serviços de maior complexidade, compreendendo, no mínimo, ambulância com motorista e um técnico de enfermagem.

#### 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 Cumprir o disposto na Instrução Normativa da Controladoria Interna n.º 005/2013, de 10 de dezembro, aprovada pelo Decreto Municipal 2076/2014, de 06 de janeiro de 2014.

**7. DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE DENÚNCIA E RESCISÃO**

7.1 O presente convênio terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de 01 de novembro de 2019, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo.

7.2 No caso de prorrogação do presente convênio, as partes poderão pactuar o reajuste de valores, tomando por base as premissas e indicadores do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

7.3 A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.4 Em caso de rescisão, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer finalização dos serviços.

7.5 Poderá o CONVENIENTE rescindir o presente Contrato no caso de descumprimento, pelo CONCEDENTE, de suas obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos. Caberá ao CONVENIENTE notificar a CONCEDENTE, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando do fim da prestação dos serviços contratados no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da notificação.

7.6 Qualquer das partes poderá denunciar o presente convênio, demonstrando o desinteresse na sua manutenção, devendo fazer por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Sub função	Programa	Proj/ativ	FR	Sub elemento
Saúde	269	014	001	010	301	013	2200	01020100	333904399

**9. DO FORO**

9.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Itapoá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que se apresente, para dirimir questões oriundas do presente Termo de Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes juntamente com o Conselho Municipal de Saúde.

E assim por estarem justos e de acordo, as partes assinam o presente Termo em duas vias de igual teor, junto com as testemunhas.

Itapoá (SC), 25 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ			ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ
MARLON ROBERTO NEUBER			ROGÉRIO DE ABREU
PREFEITO MUNICIPAL			PRESIDENTE

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Testemunhas:

NOME:		NOME:	
CNPJ/MF:		CNPJ/MF:	
FUNÇÃO:		FUNÇÃO:	

**TABELA SALARIAL DOS SERVIDORES DO QUADRO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DE ITAPOÁ - 10.2019**

Publicação Nº 2211647



**Prefeitura de Itapoá – SC**  
**Chefia de Gabinete do Prefeito**

**Anexo I**

Reajuste 0,5% LM 899/2019 Outubro/2019

**ANEXO V- TABELA SALARIAL DOS SERVIDORES DO QUADRO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DE ITAPOÁ (NR)**

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U
I	1239,33	1288,90	1340,48	1394,07	1449,89	1507,82	1568,15	1630,83	1696,13	1763,96	1834,48	1907,88	1984,18	2063,59	2146,13	2231,97	2321,26	2414,11	2510,68	2611,11
II	1374,89	1429,88	1487,13	1546,60	1608,44	1672,80	1739,66	1809,32	1881,66	1956,93	2035,18	2116,62	2201,27	2289,31	2380,90	2476,12	2575,16	2678,16	2785,30	2896,70
III	1537,59	1599,10	1663,06	1729,61	1798,79	1870,74	1945,59	2023,38	2104,34	2188,51	2276,07	2367,08	2461,77	2560,24	2662,64	2769,15	2879,92	2995,11	3114,92	3239,52
IV	1633,75	1699,07	1767,04	1837,72	1911,26	1987,70	2067,18	2149,89	2235,90	2325,33	2418,31	2515,00	2615,65	2720,27	2829,12	2942,28	3059,96	3182,36	3309,66	3442,04
V	1739,16	1808,71	1881,06	1956,28	2034,56	2115,95	2200,60	2288,60	2380,16	2475,34	2574,35	2677,31	2784,44	2895,83	3011,68	3132,15	3257,44	3387,73	3523,24	3664,17
VI	2133,10	2218,48	2307,23	2399,47	2495,45	2595,28	2699,08	2807,06	2919,32	3036,07	3157,57	3283,83	3415,22	3551,80	3693,88	3841,63	3995,30	4155,10	4321,30	4494,16
VII	3000,84	3120,88	3245,72	3375,54	3510,60	3650,97	3797,00	3948,91	4106,85	4271,11	4442,02	4619,62	4804,43	4996,63	5196,48	5404,35	5620,52	5845,35	6079,15	6322,32
VIII	3343,77	3477,52	3616,65	3761,27	3911,72	4068,23	4230,89	4400,18	4576,17	4759,24	4949,57	5147,57	5353,50	5567,63	5790,30	6021,91	6262,78	6513,28	6773,81	7044,76
IX	3729,52	3878,75	4033,89	4195,23	4363,06	4537,56	4719,05	4907,83	5104,13	5308,29	5520,64	5741,48	5971,14	6209,99	6458,38	6716,720	6985,38	7264,79	7555,39	7857,61
X	5242,36	5452,05	5670,13	5896,95	6132,89	6378,16	6633,29	6898,64	7174,54	7461,52	7760,03	8070,43	8393,23	8728,99	9078,09	9441,22	9818,87	10211,62	10620,09	11044,90
XI	10230,62	10639,83	11065,42	11508,01	11968,32	12447,04	12944,93	13462,75												

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019 - EDITAL 017/2019 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

Publicação Nº 2211714

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 017/2019  
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata KAUANY PAULA ADACHI ANASTACIO para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Certificado do Curso de Auxiliar de Enfermagem;
- Registro do Auxiliar de Enfermagem no COREN/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 31 de outubro de 2019.  
Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

**TABELA DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES DO MAGISTÉRIO – 40 HS - 10.2019**

Publicação Nº 2211658



# Prefeitura Municipal de Itapoá - SC

ANEXO VII – LEI 75/2001  
TABELA DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES DO MAGISTÉRIO – 40 HS  
REAJUSTE 0,5% CFME LEI 899 C/ VIGÊNCIA MES 10/2019

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N
*MÉDIO	1855,50	1929,69	2006,89	2087,17	2170,67	2257,49	2347,81	2441,70	2539,35	2640,95	2746,57	2856,42	2970,73
12/301													
I	3034,40	3155,77	3282,01	3413,27	3549,78	3691,79	3839,50	3993,09	4152,75	4318,88	4491,63	4671,29	4858,16
13/300													
II	3751,69	3901,77	4057,92	4220,17	4389,01	4564,53	4747,08	4936,97	5134,48	5339,86	5553,46	5775,56	6006,60
14/303													
III	4640,98	4826,62	5019,67	5220,49	5429,31	5646,50	5872,34	6107,21	6351,54	6605,58	6869,81	7144,58	7430,36

\*Cargo de Professor Nível Médio em extinção cfme Lei Municipal nº 85/2006

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 125/2019 - NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TITULAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DE ITAPOÁ/SC.**

Publicação Nº 2211773

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 125 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Nomeia membros para integrarem a Comissão de Avaliação de Titulação do Poder Legislativo de Itapoá/SC.

Geraldo Rene Behlau Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso I, do art. 30, da Constituição Federal, bem como nos termos do art. 44, da Lei Orgânica de Itapoá, e do art. 39, do Regimento Interno da Casa, após consulta e decisão dos membros da Mesa Diretora, e para cumprir o disposto no Inciso II, § 5º, Art. 22, da Resolução Legislativa nº 07/2014.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída no Poder Legislativo do município de Itapoá/SC a Comissão de Avaliação de Titulação.

Art. 2º A Comissão de Avaliação de Titulação será composta dos servidores efetivos abaixo:

Patrícia Carneiro Braz Guerra de Souza – Membro

Ana Paula Kogg Stephani- Membro

Fernanda Luzia Gutoski Duarte Figueredo- Membro

Lilian das Graças Maoski- Membro

Art. 3º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 86/2018.

Art. 4º Compete a Comissão de Avaliação de Titulação, em conjunto com o Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Itapoá, elaborar o Edital para atendimento às disposições contidas no Art. 22, da Resolução nº 07/2014, e no prazo previsto em Lei.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, 30 de outubro de 2019

Geraldo Rene Behlau Weber

Presidente

[assinado digitalmente]

Ezequiel de Andrade

Vice-Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

# Ituporanga

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

Publicação Nº 2212407

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

#### SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2019

A Prefeitura do Município de Ituporanga, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.640/0001-30, através da Secretária da Administração, TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Chamada Pública, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal do Município de Ituporanga constante na Lei no 2.189 de 27.09.07, conforme quadro de vagas constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital, em razão ao término da listagem de aprovados do Processo Seletivo para os cargos de CALCETEIRO, OPERADOR DE EQUIPAMENTO (RETROESCAVADEIRA), MOTORISTA e SERVENTE para desenvolver atividades relativas ao cargo junto às Secretarias de Infraestrutura, Urbanismo, Saúde e Assistência Social, e em obediência dos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa. A coordenação técnico/administrativa da Chamada Pública nº 008/2019 será de responsabilidade da Secretaria da Administração.

A seleção dos candidatos acontecerá no dia **06 de novembro de 2019**, conforme dados abaixo:

**Local:** Prefeitura Municipal de Ituporanga – Sala de Reuniões do Paço Municipal – Rua Vereador Joaquim Boeing, n. 40 – Centro.

**Data:** 06/11/2019

**Horário:** 09:00 horas

## **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, de 03 (três) vagas excedentes de CALCETEIRO, 03 (três) vagas de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, 05 (cinco) vagas de MOTORISTA e 05 (cinco) vagas de SERVENTE, até que se finalize o Concurso Público que já está tramitando.

1.2 Observado o disposto no item 1.1, os candidatos serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria da Administração.

## **2. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS**

2.2. São requisitos para investidura no cargo público:

a) Idade mínima de 18 anos.

b) Cópia RG.

c) Cópia CPF.

d) Cópia Título Eleitor.

e) Certidão quitação com as obrigações eleitorais – [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) ou no cartório eleitoral.

f) Cópia do número e série da Carteira Profissional de Trabalho.

g) Cópia PIS/PASEP.

h) Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento.

- i) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos.
- j) Cópia quitação com as obrigações militares (certificado de reservista) - homens com menos de 45 anos.
- k) Cópia Comprovante de residência.
- l) Declaração de Antecedentes Criminais.
- m) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos.
- n) No caso de acumulação legal de cargo, função emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária.

2.3 O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo, observando também os requisitos de habilitação mencionados no ANEXO I de cada cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

### **3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

3.1 Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos para os cargos de CALCETEIRO, OPERADOR DE EQUIPAMENTO, MOTORISTA e SERVENTE:

- 1°. Certificado de Ensino Superior;
- 2°. Certificado de conclusão do Ensino Médio;
- 3°. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental;
- 4°. Ser Alfabetizado;

5°. Maior experiência comprovada na área de atuação (atestado de capacidade técnica, cursos, EXPERIÊNCIA REGISTRADA NA CARTEIRA DE TRABALHO);

6°. Maior idade.

3.2 No ato da convocação, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias necessárias para comprovação dos critérios de seleção e classificação.

3.3 Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura do cargo no serviço público, conforme consta no item 2.2 deste edital, antes de participar da convocação.

#### **4. DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

O presente Edital, bem como quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos através do site: <http://www.ituporanga.sc.gov.br/prefeitura/editais-prefeitura.html>, ou no Prédio da Prefeitura do Município de Ituporanga, localizado na Rua Presidente Vereador Joaquim Boeing, no 40 – Centro – Ituporanga – SC em horário comercial ou por meio do telefone (47) 3533-1211.

Ituporanga, 31 de outubro de 2019.

---

**Secretaria da Administração**

**ANEXO I****QUADRO DE VAGAS**

<b>CARGO</b>	<b>VAGAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>HABILITAÇÃO</b>
<b>Calceteiro</b> Lei nº 2.189 de 27.09.07	03	40 HRS	Ensino Fundamental Completo; Comprovar experiência no exercício da função;
<b>Operador de Equipamento</b> Lei nº 2.189 de 27.09.07	03	40 HRS	Alfabetizado; Demonstrar habilidade na função; Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação categoria "C"
<b>Servente</b> Lei nº 2.189 de 27.09.07	05	40 HRS	Alfabetizado;
<b>Motorista</b> Lei nº 2.189 de 27.09.07	05	40 HRS	Alfabetizado; Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação categoria "D"

**LEI COMPLEMENTAR Nº 83, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212359

**LEI COMPLEMENTAR Nº 83, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019*****DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE  
RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, NO  
MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC**, faz saber a todos os habitantes do Município de Ituporanga e demais contribuintes, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal, consistente em regime especial de consolidação e pagamento de créditos tributários e não tributários da Administração Municipal.

§ 1º O programa será administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, sempre que necessário.

§ 2º Os benefícios previstos nesta Lei Complementar não serão cumulativos com qualquer outro admitido em lei e não geram crédito para sujeitos passivos que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 3º A adesão ao Programa regulado por esta Lei Complementar não configura hipótese de novação.

§ 4º É vedada a adesão ao programa por órgãos da administração pública direta, fundações instituídas e/ou mantidas pelo poder público e autarquias.

**Art. 2º** São abrangidos pelo programa os créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, com exigibilidade suspensa ou não, sejam os decorrentes de obrigação própria ou resultantes de responsabilidade tributária, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2018.

§ 1º A critério do sujeito passivo, poderão ser incluídos no programa saldos de parcelamento em andamento, calculados os acréscimos previstos em lei.

§ 2º A consolidação e o pagamento na forma desta Lei Complementar não prejudicam o lançamento de créditos relativos a fatos geradores cuja ocorrência venha a ser verificada posteriormente, enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

§ 3º Observado o disposto no caput deste artigo, ficam incluídos no Programa os créditos tributários relativos ao ITBI, inscritos em dívida ativa e notificados através de processo de fiscalização.

**Art. 3º** Os créditos tributários vencidos até 31 de dezembro de 2018, poderão ser objeto de pagamento à vista ou parcelado nas seguintes condições:

I - redução de 100% (cem por cento) dos juros moratórios, multas de mora ou multas por infração, previstas nos artigos 305 a 307 do Código Tributário Municipal, apurados até a data da opção, sendo o pagamento à vista, com adesão até o dia 25 de novembro de 2019;

II - redução de 70% (setenta por cento) dos juros moratórios, multas de mora ou multas por infração, sendo o pagamento à vista, com adesão de 26 de novembro à 16 de dezembro de 2019;

**Art. 4º** A adesão ao programa se dará por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, a ser realizada no período de 25 de outubro de 2019 a 16 de dezembro de 2019.

§ 1º A opção poderá ser formalizada pessoalmente no paço da Prefeitura Municipal de Ituporanga/SC.

§ 2º No ato da opção será emitida a guia para pagamento, a assinatura do Termo de Confissão de Dívida, sendo a adesão confirmada pela quitação do débito.

**Art. 5º** A consolidação impõe a prévia atualização monetária e aplicação de juros moratórios e multas de mora ou por infração conforme legislação vigente até a data da formalização da opção.

§ 1º Apurado o montante dos créditos na forma do caput deste artigo, serão aplicadas as reduções previstas no artigo 3º desta Lei Complementar, determinando o crédito consolidado.

§ 2º Possuindo o sujeito passivo mais de um débito tributário ou não tributário, serão emitidas guias individuais, cujos débitos serão incluídos em uma única fatura.

§ 3º O pagamento do débito consolidado deverá ser efetuado em até 02 dias contados da data da opção ao programa, sob pena de imediata exclusão e retorno de juros e multas na forma da Lei.

**Art. 6º** A adesão ao programa sujeita o optante ao pagamento do débito consolidado e implica na:

I - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas no programa;

II - confissão irrevogável e irretratável das dívidas;

III - renúncia pelo sujeito passivo ao direito de discutir administrativamente e judicialmente os débitos tributários e não tributários abrangidos;

IV - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações judiciais em curso.

**Art. 7º** Para os débitos em execução fiscal, o contribuinte optante, além de arcar com a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais, deverá recolher no ato da adesão ao REFIS os honorários advocatícios fixados pelo juízo.

**Art. 8º** O sujeito passivo será excluído do programa, sem prévia notificação, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inadimplemento da parcela à vista, das custas processuais e honorários advocatícios no respectivo vencimento;

II - descumprimento de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar.

**Art. 9º** A exclusão do sujeito passivo do programa acarretará a exigibilidade imediata do saldo devedor, inclusive por meio de protesto extrajudicial ou execução fiscal.

Parágrafo único. Na hipótese de exclusão, sobre o saldo devedor serão aplicados os acréscimos legais previstos na legislação municipal.

**Art. 10** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Ituporanga , 31 de outubro de 2019.

**GERVÁSIO MACIEL**  
**Prefeito em exercício**

# Jaborá

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019

Publicação Nº 2212295

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019

O Pregoeiro do Município de Jaborá-SC, Robert Edward Savaris, designado pelo Decreto Nº1.823, de 01 de julho de 2019, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Processo Licitatório 85/2019 – PM, Pregão Presencial 46/2019, no que se refere às especificações do objeto, Anexo I do Edital. Em virtude desta alteração, fica altera-se também a data de realização da sessão pública de pregão para o dia 13 de novembro de 2019, às 14h30 min.

Jaborá/SC, 31 de outubro de 2019.  
Robert Edward Savaris  
Presidente

### CONVOCAÇÃO ANALU

Publicação Nº 2211910

#### CONVOCAÇÃO

ANALÚ TERESA SANDI OLEJUKI  
Matrícula Funcional:1133  
Cargo/Função: Nutricionista/Merenda Escolar  
Lotação: Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Prezada Senhora,  
Vimos através desta, dirigida a Vossa Senhoria, ANALÚ TERESA SANDI OLEJUKI, brasileira, servidora pública municipal, portadora do RG n. 5.276.624 e do CPF n. 986.095.489-53, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista/Merenda Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto do Município de Jaborá/SC,  
Considerando-se que o prazo estabelecido para o retorno ao trabalho encontra-se vencido, uma vez que o Pedido de prorrogação de benefício por incapacidade feita por Vossa Senhoria em 08/05/2019, junto ao INSS (Benefício n. 6142357757-Requerimento n. 173022390), foi indeferido em 09/08/2019;  
Considerando-se que a Comunicação de Decisão do INSS, datada de 09/08/2019, concluiu pela não constatação de Incapacidade Laborativa;  
Considerando-se que apesar das tentativas feitas pela Municipalidade, via e-mail e WhatsApp, Vossa Senhoria não comprovou, até a presente data, se houve recurso administrativo em desfavor do INSS ou se outras providências foram adotadas;  
Considerando-se a imperiosa necessidade do serviço público,  
CONVOCAR ANALÚ TERESA SANDI OLEJUKI para retornar ao trabalho no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento desta Convocação, via correio, SEDEX com AR ou, se for o caso, da data de publicação desta Convocação no Diário Oficial dos Municípios, sob pena de se ter caracterizado o ABANDONO DE CARGO, conforme prescreve o inciso II, do artigo 139, da Lei Complementar n.58/2001, de 13 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Registre-se. Publique-se.

KLEBER MÉRCIO NORA Prefeito	JADINEI TEREZINHA NORA RH- Prefeitura Municipal de Jaborá
--------------------------------	--------------------------------------------------------------

PARA  
ANALÚ TERESA SANDI OLEJUKI

Rua Mário Roberto Robaina, 52, Apto 204, Água Branca

CEP: 89240000 - SÃO FRANCISCO DO SUL/SC

**DECRETO 1.847/2019**

Publicação Nº 2211667

"Nomeia a Comissão Organizadora e Equipe de apoio Operacional do processo Seletivo n.º 01/2019"

KLEBER MÉRCIO NORA, PREFEITO MUNICIPAL DE JABORÁ, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista do disposto no Edital de Processo Seletivo n.º 01/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Organizadora e Equipe de Apoio Operacional do Processo Seletivo n.º 01/2019 do Município de Jaborá..

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo primeiro deste Decreto, fica assim composta:

Presidente: JADINEI TEREZINHA NORA

Membro: LUIS GUIMARAES BORGES

Membro: RENATA DAPUBEL RAUCH

EQUIPE DE APOIO OPERACIONAL

REALINO ANTONIO BORIN

NILCE MARIA SOLDI

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora do Processo Seletivo n.º 01/2019 poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º A Comissão Organizadora do Processo Seletivo n.º 01/2019 compete acompanhar o processo de realização das inscrições dos candidatos, deliberar sobre decisões em recursos e casos omissos e avaliar e submeter à homologação do Chefe do Poder Executivo as listagens e resultados dos processos de seleção.

Art. 4º As decisões da Comissão Organizadora do Processo Seletivo n.º 01/2019 serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º Compete ao Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo n.º 01/2019 presidir as reuniões, cujas decisões serão lavradas em ata por membro por ele designado.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ(SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá, em 31/outubro/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 01/novembro/2019

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 145/2019**

Publicação Nº 2211570

Estado de Santa Catarina

GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ

PORTARIA Nº. 145, de 31 de outubro de 2019.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO DE COORDENADORA DE CADASTROS".

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a servidora LUANA APARECIDA ANDRIONI, ocupante do cargo comissionado de Coordenadora de Cadastros.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 31/10/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 1º/novembro/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO TP 50/2019

Publicação Nº 2212064

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 50/2019 - Tomada de Preços - Menor Preço Global

Objeto: execução das obras de pavimentação com lajotas da Rua Araçá com área de 3.480,16m² e da Rua Giovanni Bosello com área de 2.576,00m², no município de Jacinto Machado/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 18/11/2019.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 09h do dia 18/11/2019.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13horas às 17horas, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone (48) 3535-1133. João Batista Mezzari - Prefeito Municipal

### AVISO DA LICITAÇÃO TP 51/2019

Publicação Nº 2212104

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 51/2019 - Tomada de Preços - Menor Preço Global

Objeto: Execução das obras de pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rodovia Municipal Picadão - 2ª Etapa, com extensão de 2.225,02m, no município de Jacinto Machado/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 19/11/2019.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 09h do dia 19/11/2019.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13horas às 17horas, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone (48) 3535-1133. João Batista Mezzari - Prefeito Municipal

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 248/2019/SECEL

Publicação Nº 2212586

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 248/2019/SECEL

Aos 30 dias do mês outubro do ano de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, no auditório da SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, ESPORTE E LAZER, na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Brasília, (Arena Jaraguá), reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.750/2019, de 08/04/2019, formada pelos membros Vera de Tofol, Andréa Máximo Ferreira Malschitzky, Cláudia Rejane Goris de Oliveira, Ismael Niels e Marzeni Borges Antunes Gadotti para, sob a presidência do primeiro, procederem a abertura dos envelopes referentes a licitação na modalidade de Chamada Pública nº 248/2019, com fundamento na Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, a Lei Orgânica do Município; a Lei Municipal nº 7.385/2017, de 24 de maio de 2017 e demais legislações aplicáveis a matéria para Outorga de Permissão de Uso Remunerado de Espaços e Áreas do "Parque Municipal de Eventos", situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de pontos de alimentação, no período de 7 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos. Apresentaram-se à presente, os seguintes proponentes:

Proponente	Representante	Identificação
EMPORIO MENSLIN	Gabriel Menslin Echterhoff	CPF 046.188.659-62
SILPEMAR EVENTOS LTDA-ME	Silvio Pedro Machado	CPF 459.557.439-87
RESTAURANTE JARDIM DA BARRA LTDA - ME	Sem representante	
TRANSPORTE E COMERCIO CASA DA PICANHA LTDA - ME	Witor Krause	CPF 936.330.849-91

Após passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitação e 02 – Proposta. Passou-se à abertura do Envelope 01 – Habilitação, cuja documentação foi rubricada pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes. Após análise criteriosa das Habilitações, a Comissão declara habilitados os proponentes abaixo, visto que atenderam às exigências do Edital:

Proponente	Representante	Assinatura
SILPEMAR EVENTOS LTDA-ME	Silvio Pedro Machado	
RESTAURANTE JARDIM DA BARRA LTDA - ME	Sem representante	
TRANSPORTE E COMERCIO CASA DA PICANHA LTDA - ME	Witor Krause	

O proponente EMPORIO MENSLIN não apresentou os documentos constantes nos itens 11,1,, 2- Regularidade Fiscal: letras "a","b", "d", e "e"; item 11.1.3- Qualificação Econômica-Financeira: letras "a" e "a.1"; Passou-se a palavra, todos os licitantes se manifestaram concordando com o julgamento das habilitações assim descrito: RENUNCIAMOS AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO, quanto ao julgamento das Habilitações, renunciaram, por escrito, conforme termo de renúncia. A seguir abriu-se os envelopes das propostas comerciais. Sendo assim, os valores ofertados registrados foram os seguintes:

ÁREAS	SILPEMAR EVENTOS LTDA-ME	RESTAURANTE JARDIM DA BARRA LTDA - ME	TRANSP. e COM. CASA DA PICANHA LTDA – ME
C	R\$ 3.333,33	R\$3.000,00	R\$3.334,00
K	R\$ 9.999,99	Sem proposta	Sem proposta

A seguir foi concedido o direito ao uso da palavra aos representantes presentes, todos os licitantes se manifestaram concordando com o julgamento da Proposta, assim descrito: RENUNCIAMOS AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO, conforme termo de renúncia. Isto posto foram declaradas como vencedoras as licitantes dos pontos/áreas identificadas na tabela abaixo:

PROPONENTE	ÁREA	VALOR
SILPEMAR EVENTOS LTDA-ME	K	R\$ 9.999,99
TRANSPORTE E COMERCIO CASA DA PICANHA LTDA - ME	C	R\$3.334,00

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela Comissão e pelos presentes. Jaraguá do Sul (SC), 30 de outubro de 2019. Hora:14h50.

Andréa Máximo Ferreira Malschitzky	
Marzeni Borges Antunes Gadotti	
Vera de Tofol	
Ismael Niels	
EMPORIO MENSLIN	
SILPEMAR EVENTOS LTDA-ME	
TRANSPORTE E COMERCIO CASA DA PICANHA LTDA - ME	

## ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 255/2019 CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO PARA A REALIZAÇÃO DA 31ª SCHÜTZENFEST

Publicação Nº 2212588

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 255/2019 CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO PARA A REALIZAÇÃO DA 31ª SCHÜTZENFEST

Aos 30 dias do mês de outubro de 2019, as dezesesseis horas, no auditório da SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, ESPORTE E LAZER, na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Brasília, (Arena Jaraguá), reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.750/2019, de 08/04/2019, formada pelos membros Vera de Tofol, Andréa Máximo Ferreira Malschitzky, Cláudia Rejane Goris de Oliveira, Ismael Niels e Marzeni Borges Antunes Gadotti para, sob a presidência do primeiro, procederem a abertura dos envelopes referentes a licitação: Edital de Chamamento Público para CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO destinado à realização do evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, mediante contrapartida de publicidade nos termos deste Edital e seus Anexos. O presente edital tem por objetivo o chamamento público e a seleção de propostas de interessados para implantação, operação e manutenção de pontos de acesso gratuito à internet por sistema WIFI, para o evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019". Aberta a sessão pública ficou constatado o não comparecimento de interessados em participar da presente licitação, a comissão decidiu por declarar o certame deserto. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata que após assinada pela comissão e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC). Jaraguá do Sul (SC), 30 de outubro de 2019.

Andréa Máximo Ferreira Malschitzky	
Cláudia Rejane Goris De Oliveira	
Ismael Niels	
Marzeni Borges Antunes Gadotti	
Vera de Tofol	

## ATA DE ELEIÇÃO DO FÓRUM SETORIAL – EDITAL 01/2019/CONCULTURA/JS

Publicação Nº 2212622

### ATA DE ELEIÇÃO DO FÓRUM SETORIAL – EDITAL 01/2019/CONCULTURA/JS

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2019, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala de ações educativas do Museu da Paz – Diretoria de Cultura, da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – Museu da Paz, Avenida Getúlio Vargas, 405, Centro, reuniram-se Sílvia Regina Toassi Kita, Ana Lúcia de Lima Santos, Valdir Hornburg e Marie Nasario, membros da Comissão Eleitoral do Concultura, designada pela Resolução Ex Officio nº 11/2019/Concultura/JS e os conselheiros Ivana Aparecida Costa Cavalcanti, Marcelo Heinz Prochnow e a secretária executiva Vera de Tofol, para o processo eleitoral dos Fóruns Setoriais, para eleger os conselheiros titulares e/ou suplentes oriundos da Sociedade Civil, representantes da classe Artística e Cultural de Jaraguá do Sul, das seguintes áreas especificadas abaixo e conforme EDITAL 01/2019/CONCULTURA/JS:

I – Clubes e Sociedades de Tiro	Titular e suplente
II – Associações e Entidades Étnicas Culturais	Titular e suplente
III – Entidades de Formação e Promoção Cultural	Titular e suplente
IV – Artes visuais e artesanato	Titular e suplente
V – Audiovisual	Titular e suplente
VI – Literatura, Livro e Leitura	Titular e suplente
VII – Circo e Teatro	Titular e suplente
VIII – Dança	Titular e suplente
IX – Música	Titular e suplente
X – Patrimônio Histórico (Museus, Centros de Memória)	Titular e suplente
XI – Associação Empresarial de Jaraguá do Sul – ACIJS	Titular e suplente

Tendo em vista o não comparecimento de interessados nas áreas descritas, nos horários indicados no edital, decidiu-se por aguardar até as 20h, onde encerrou-se os trabalhos, pelo não comparecimento da sociedade civil ao fórum. Sem nada mais a registrar, eu Vera de Tofol, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais presentes. 31 de outubro de 2019.20h15min.

Vera de Tofol Secretária executiva	Sílvia Regina Toassi Kita Presidente
Ana Lúcia de Lima Santos	
Ivana Aparecida Costa Cavalcanti	
Marcelo Heinz Prochnow	
Marie Nasario	
Valdir Hornburg	

**ATA Nº: 4408 REF. LICITAÇÃO Nº: 118/2019**

Publicação Nº 2212159

ATA Nº:	4408		
REF. LICITAÇÃO Nº:	118/2019		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	SERVIÇO DE DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS DA EDIFICAÇÃO ETA 03 DO SAMAE		
DATA DA SESSÃO:	30/10/2019	HORA DA SESSÃO:	15H30

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 139/2019)

Fabiano Laube
Marly Wulf
Enio Evandro Luchtenberg

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, para análise e julgamento frente às diligências realizadas junto aos emissores dos Atestados de Capacidade Técnica (exigência do item 6.2.5, alíneas “c” e “d” do edital) apresentados para comprovação da Capacidade Técnico-Profissional pelas concorrentes Compact Construtora Eireli e Efetiva Construções Eireli, em conformidade com o disposto na Ata nº 4400 de 24/10/2019. Primeiramente, a Comissão de Licitação entrou em contato telefônico por meio do número 47 3369-4111, no dia 30/10/2019, às 13h30, com a Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC a fim de solicitar esclarecimentos ao Sr. Ricardo de Oliveira Schmeling, Engenheiro Fiscal (CREA-SC 113836-0) que assinou o Atestado de Capacidade Técnica Parcial emitido em favor da empresa Efetiva Construções Eireli. No Atestado, consta realização de serviço de Demolição de Concreto na metragem de 50,20m³ (50 inteiros e vinte décimos de metro cúbico). A Comissão de Licitação questionou o profissional, solicitando informar se a metragem cúbica informada corresponde a pelo menos 200m² de demolição de concreto armado. A resposta obtida pela Comissão de Licitação é de que a empresa Efetiva Construções Eireli executou demolição de estrutura em concreto simples, em desatendimento ao exigido no edital, que é “execução de serviço de demolição em concreto armado com quantidade igual ou superior a 200m²”. Sendo assim, diante da diligência realizada e comprovação de desatendimento ao item 6.2.5, alíneas “c” e “d” do edital, a Comissão de Licitação julga a empresa Efetiva Construções Eireli INABILITADA para a próxima fase da Tomada de Preços 118/2019. Em seguida, a Comissão de Licitação entrou em contato telefônico, por meio do número 47 3344-7159, no dia 30/10/2019, às 14h57, com o Setor de Compras da Câmara de Vereadores de Itajaí/SC, onde está lotado o servidor Marcelo Schlickmann Souza, engenheiro que assinou o Atestado de Capacidade Técnica emitido em favor da Arquiteta Sílvia Lovemberger que, por sua vez, é a responsável técnica apontada pela empresa Compact Construtora Eireli para compor a equipe técnica de execução dos serviços licitados. Ao ser questionado sobre o termo “2. Limpeza de Estrutura de Concreto Armado” constante do atestado, ou seja, se haveria serviços de demolição embutidos no item supracitado, o Sr. Marcelo informou que não houve serviço de demolição na obra em questão, uma vez que a estrutura em concreto armado foi reaproveitada, sendo necessário somente a limpeza, conforme exposto no documento. Diante da informação, a Comissão de Licitação entende que a empresa Compact Construtora Eireli descumpriu a exigência do item 6.2.5, alínea “d” do edital, e julga a concorrente INABILITADA para a próxima fase da disputa. Em face do exposto, a situação das concorrentes é a seguinte:

EMPRESAS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO:	SITUAÇÃO:
TRANSPEZIA AMBIENTAL LTDA.	HABILITADA
COMPACT CONSTRUTORA ME	INABILITADA
ALINE CRISTINA ANTES ME	INABILITADA
EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI	INABILITADA
G.J.WINTER TERRAPLANAGEM DISK CAÇAMBAS	INABILITADA
ETEC CONTRUÇÃO E TERRAPLANGEM EIRELI-ME	HABILITADA

Na forma da lei, a Comissão de Licitação decide pela abertura de prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a iniciar em 31/10/2019 e terminar em 06/11/2019. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ATA, a qual vai assinada pelos presentes. Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

Comissão de Licitação:		
Enio Evandro Luchtenberg, Fabiano Laube, Maly Wulf		

**AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 255/2019**

Publicação Nº 2212597

**AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
CHAMAMENTO PÚBLICO 255/2019**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento do CHAMAMENTO PÚBLICO 255/2019, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.750/2019, de 08 de abril de 2019, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada, qual seja, restou deserto. ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência.

Jaraguá do Sul, 1 de novembro de 2019.  
Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 238/2019**

Publicação Nº 2212596

**AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 238/2019**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 238/2019, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.750/2019, de 08 de abril de 2019, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

Proponente	Valor RS
ASSOCIAÇÃO DE CLUBE DE MÃES DE JARAGUÁ DO SUL	554,67
ASSOCIAÇÃO JARAGUAENSE DE ARTESÃOS E ARTISTAS	554,67
ASSOCIAÇÃO TRAMAS EM FIBRAS	554,67

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência. Autorizando a receita e determinando ainda que seja dada ciência aos participantes.

Jaraguá do Sul, 1 de novembro de 2019.  
Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019**

Publicação Nº 2211832

Convocação de Processo Seletivo 001/2019 Semad.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 04 de novembro de 2019, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMAD conforme segue:

Nome: MARCOS ATALÍBIO DE MIRANDA  
Cargo: Arquiteto e Urbanista - 40hs  
Secretaria: SEMPLU  
Classificação: 3º lugar

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019**

Publicação Nº 2211829

Convocação de Processo Seletivo 001/2019 Semad.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 04 de novembro de 2019, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMAD conforme segue:

Nome: FERNANDO MATTE FONTANIVE  
Cargo: Arquiteto e Urbanista - 40hs  
Secretaria: SEMPLU  
Classificação: 5º lugar

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019**

Publicação Nº 2211587

Convocação de Processo Seletivo 001/2019.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), Ana Cristina Melim Benthien dos Santos, Marise Cristine Mafra da Maia e Tarcisio Demo Junior, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 001/2019 no Cargo Engenheiro Cível – 40h.

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019**

Publicação Nº 2211831

Convocação de Processo Seletivo 001/2019 Semad.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 04 de novembro de 2019, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMAD conforme segue:

Nome: LAURA BEATRIZ KOCHENBORGER

Cargo: Arquiteto e Urbanista - 40hs

Secretaria: SEMPLU

Classificação: 4º lugar

**DECISÃO ADMINISTRATIVA TOMADA DE PREÇOS Nº 243/2019**

Publicação Nº 2212631

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

**DECISÃO ADMINISTRATIVA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 243/2019**

Tendo em vista a reunião realizada em 25 de outubro de 2019, realizada na sala de Reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, onde compareceu o Sr. Ivan Mette, CPF nº702.794.389-15, na qualidade de responsável técnico da empresa Lind Guimar Machado ME, a fim de esclarecer sobre a veracidade da assinatura contida na declaração pessoal do responsável técnico, constante no item 6.1, alínea "m" do Edital apresentada no rol da documentação para participação no certame;

A Comissão Especial de Licitações-Tomada de Preço nº 243/2019, designada pelo Decreto Nº13.293/2019, ratifica o Termo de Comparecimento emitido em 25/10/19.

Jaraguá do Sul, 01 de novembro de 2019.

Comissão Especial de Licitações- Tomada de Preço nº243/2019:

Presidente: Humberto José Travi

Membros: Marcelo Heinz Prochnow

Andréa Máximo Ferreira Malschitky

**DECRETO Nº 13.312/2019**

Publicação Nº 2212559

**D E C R E T O Nº 13.312/2019**

Designa Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;  
CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 65/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma do Portal Turístico, em área total de 107m², localizado na Rodovia SC 110 - Wolfgang Weege, no bairro Rio Cerro II, Jaraguá do Sul/SC;

**DECRETA :**

Art.1º Fica designado o servidor público municipal RAUL HENRIQUE DOS SANTOS, matrícula 7701, Agente Administrativo, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 65/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição a Katia Kelli Kuester Farias.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 13.259/2019, de 18/10/2019.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.313/2019**

Publicação Nº 2212560

**D E C R E T O Nº 13.313/2019**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

**DECRETA :**

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 151.000,00 (Cento e cinquenta e um mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.28.845.0.0252 - Transferência de Recursos Financeiros à

Polícia Militar de Santa Catarina

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.452 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 151.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Convênio SSP Multas de Trânsito 20985, no valor de R\$ 142.473,25 (Cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Convênio SSP/PM 22803-3, no valor de R\$ 8.526,75 (Oito mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.314/2019**

Publicação Nº 2212561

**D E C R E T O Nº 13.314/2019**

Declara de Utilidade Pública Áreas de IMOBILIÁRIA MENEGOTTI LTDA. e DSMR HOLDING LTDA. E GMR INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 031/2019/Semplu/GDU, de 25 de outubro de 2019, da Gerência de Desenvolvimento Urbano;  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 395/2019/Semplu, de 25 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;  
CONSIDERANDO a necessidade de abertura do prolongamento da Rua 1024 - Dorval Marcatto, no bairro Tifa Martins, neste Município;

**DECRETA :**

Art.1º Ficam declaradas de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019, para fins de desapropriação amigável ou judicial:

I - a área de 2.009,73m<sup>2</sup>, parte do imóvel contendo a área total de 57.773,33m<sup>2</sup>, com os demais dados identificativos na MI Nº 31.419, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 22.700, situada à Rua 454 - José Pomianowski, bairro Tifa Martins, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de IMOBILIÁRIA MENEGOTTI LTDA.; e

II - a área de 2.200,40m<sup>2</sup>, parte do imóvel contendo a área total de 72.591,91m<sup>2</sup>, com os demais dados identificativos na MI Nº 74.980, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 28.272, situada à Rua 456 - Erico Negherbon, bairro Tifa Martins, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de DSMR HOLDING LTDA. E GMR INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI.

Art.2º As áreas a que se refere o artigo precedente, representadas nas plantas topográficas anexas, passarão a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bens de uso comum do povo, e destinar-se-ão à abertura do prolongamento da Rua 1024 - Dorval Marcatto, no bairro Tifa Martins, neste Município.

Art.3º Ficam isentas da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), as áreas objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 13.315/2019

Publicação Nº 2212562

### D E C R E T O Nº 13.315/2019

Exonera e Dispensa Servidores Comissionados, Dispensa Servidores do Exercício de Função Gratificada (FG1 a FG8) e de Outros Cometimentos Administrativos Passíveis de Gratificação de Função e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 72, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, que trata sobre a revogação da legislação municipal que instituiu os cargos de provimento em comissão, as funções gratificadas de confiança da Administração Pública Direta do Município de Jaraguá do Sul (FG1 a FG8) e os outros cometimentos administrativos passíveis de gratificação de função;

CONSIDERANDO a implantação da Nova Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Jaraguá do Sul, a partir de 1º/11/2019, advinda com a Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019;

CONSIDERANDO que o cargo em comissão e a função gratificada de confiança são declarados em Lei de livre nomeação e exoneração (artigo 37, II, CF/88);

#### DECRETA :

Art.1º FICAM REVOGADOS, a partir de 31/10/2019, todos os atos administrativos que tenham por objeto a nomeação de servidor para ocupação de cargo de provimento em comissão, designação de servidor efetivo para o desempenho da função pública de cargo em comissão, designação de servidor efetivo para exercer função gratificada de confiança da Administração Pública Direta do Município e designação de servidor efetivo decorrente de outros cometimentos administrativos passíveis de gratificação de função, instituídos pelas Leis Complementares Municipais Nºs 101/2010, de 06/10/2010; 118/2012, de 24/02/2012; 121/2012, de 23/03/2012; 127/2012, de 25/06/2012; 164/2015, de 20/08/2015; 167/2015, de 15/10/2015; 172/2016, de 28/03/2016; 176/2016, de 14/10/2016; 186/2016, de 26/12/2016; 194/2017, de 26/05/2017; 195/2017, de 31/05/2017; 199/2017, de 26/07/2017; 205/2017, de 07/12/2017; 208/2017, de 15/12/2017; e 226/2019, de 24/05/2019.

Art.2º FICAM EXONERADOS/DISPENSADOS, a partir de 31/10/2019, os ocupantes dos cargos de provimento em comissão criados pela Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, 205/2017, de 07/12/2017, 208/2017, de 15/12/2017, e 226/2019, de 24/05/2019, que dispõem sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Jaraguá do Sul.

Art.3º FICAM DISPENSADOS, a partir de 31/10/2019, os servidores públicos municipais efetivos ocupantes das funções gratificadas de confiança do Poder Executivo do Município de Jaraguá do Sul (Símbolos FG1 a FG4), instituídas pelos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, 172/2016, de 28/03/2016, e 194/2017, de 26/05/2017, que estabelece nova estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Jaraguá do Sul.

Art.4º FICAM DISPENSADOS, a partir de 31/10/2019, os servidores públicos municipais efetivos ocupantes das funções gratificadas de confiança do Poder Executivo do Município de Jaraguá do Sul (Símbolos FG5 a FG8), instituídas pela Lei Complementar Municipal Nº 199/2017, de 26/07/2017, que acresce dispositivos à Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, e alterações, que dispõem sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Jaraguá do Sul e cria o Anexo XXII - Funções Gratificadas de Confiança da Secretaria Municipal de Educação, na Lei Complementar Municipal Nº 101/2010.

Art.5º FICAM DISPENSADOS, a partir de 31/10/2019, os servidores públicos municipais efetivos ocupantes de outros cometimentos administrativos passíveis de gratificação de função, instituídos pelos artigos 47 a 54-A, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, 172/2016, de 28/03/2016, e 194/2017, de 26/05/2017, que estabelece nova estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Jaraguá do Sul.

Art.6º Nos casos de exoneração de servidor ocupante de cargo de provimento em comissão e a imediata nomeação em outro cargo, também provido em confiança, não ocorrerá a ruptura do vínculo entre o Município de Jaraguá do Sul e o servidor, devendo a Secretaria Municipal da Administração editar os respectivos atos administrativos e registrá-los na ficha funcional do servidor comissionado ou efetivo, uma vez que o que ocorrerá é a mudança de cargo, mantendo-se o vínculo estabelecido entre a Administração Pública e o servidor.

§1º O tempo de serviço prestado ao Município de Jaraguá do Sul será contado de forma ininterrupta para todos os efeitos legais, incluindo-se aquelas vantagens pecuniárias a que fizer jus, na conformidade da Lei que as estabelecem, e que se incorporam aos vencimentos, nos termos da Lei.

§2º Para os efeitos de gozo de férias, a contagem do período aquisitivo não interrompe, uma vez que se manterá o vínculo com o ente público.

Art.7º O servidor efetivo designado para ocupar cargo em comissão, quando retornar ao cargo efetivo pela exoneração daquele em

comissão, voltará ao estado em que se achava anteriormente na estrutura da organização municipal.

Art.8º O disposto neste Decreto não implica em alteração ou revogação dos atos administrativos que tenham por objeto a nomeação de cargo público de provimento efetivo, a designação de comissões ou juntas internas ou a concessão de incentivo remuneratório aos servidores públicos sob a forma de gratificação, adicional, bônus ou outra determinação, com base em legislação vigente.

Art.9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/10/2019.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## **E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 260/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**

Publicação Nº 2212217

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 260/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para retiradas e instalações de sinalização semafórica em 7 (sete) cruzamentos no Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Projeto Básico, Termo de Referência, Planilha Orçamentária/Quantitativa, Minuta de Contrato e demais Anexos que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 10:00 horas do dia 18 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 10:30 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

RETIRADA DO EDITAL E ANEXO: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 228.327,73 (duzentos e vinte e oito mil trezentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 18 de outubro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 219/2019 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO / FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

Publicação Nº 2212571

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 219/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

TIPO: menor preço POR ITEM

OBJETO: O presente Edital consiste na aquisição de Parque infantil colorido com estrutura principal (colunas) de Madeira Plástica com medidas mínimas de 11x11cm e parede de 20mm revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado na cor de madeira itaúba em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, Lei Federal 8.666/93 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13h30 do dia 13 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14h00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente.

VALOR MÁXIMO DA AQUISIÇÃO: R\$ 19.300,00 (dezenove mil e trezentos reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 03 de outubro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário de Administração

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do Fundo Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 286/2019

Publicação Nº 2212557

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 286/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para o fornecimento de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 189/2019, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: O Município pagará a Contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega total de cada pedido realizado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC ou na Rua Isidoro Pedri, 120 no Bairro Barra do Rio Molha, acesso pela Portaria 2 (em frente ao Senai), conforme informado na Autorização de Fornecimento, aos cuidados dos senhores Wagner, Marcelo, Adriano e Reginaldo, em horário normal de expediente do município.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Vinícius Vizzotto

Ivana Atanásio Dias

Secretaria Municipal de Educação

## EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 496/2019

Publicação Nº 2212589

### EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 496/2019

DO PROCESSO – origem: Edital Chamada Pública 248/2019-SECEL

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, e demais legislações aplicáveis a matéria. Lei Orgânica do Município; Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005; Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

DO PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA PERMISSIONÁRIA: SILPEMAR EVENTOS LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Calli, 25 – Sala 02, Bairro Itoupavazinha, na cidade de Blumenau - SC, inscrita no CNPJ/MF nº 07.880.947/0001-83

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato pela PERMITENTE à PERMISSIONÁRIA, a Permissão de Uso Remunerado do ponto/área discriminado no quadro abaixo, situado nas imediações do "Parque Municipal de Eventos", localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de pontos de alimentação, no período de 7 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos.

Ponto/Canto – Área "K"

Bretzel und Waffle Ecke – Canto do Waffle e do Bretzel	
Localização	Bierplatz (Praça do Chope)
Área disponível	Frente de 4 m x 5 m
Bonificação SECEL	300 (trezentos) vales sortidos

Descrição do Cardápio	Waffel: • Waffel com calda (doce de leite, morango) • Waffel com calda e sorvete • Waffel com Nutella; • Waffel com Nutella e sorvete. Bretzel: • Doce; • Salgado.
-----------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DA REMUNERAÇÃO: A PERMISSIONÁRIA pagará para a PERMITENTE o valor total de R\$ 9.999,99 (nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), em conformidade com o ponto/área de exploração descritos na Cláusula Segunda do Contrato.

DO PRAZO DA PERMISSÃO: O prazo para exploração comercial do ponto/cantos para o qual obteve a permissão de uso, corresponderá ao período de 07 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, conforme a programação a ser definida e repassada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato tem prazo determinado, vigorando a contar da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019.

DA DATA DA ASSINATURA: 1de novembro de 2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Silvio Pedro Machado

Natália Lúcia Petry

Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

## EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 497/2019

Publicação Nº 2212590

### EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 497/2019

DO PROCESSO – origem: Edital Chamada Pública 248/2019-SECEL

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, e demais legislações aplicáveis a matéria. Lei Orgânica do Município; Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005; Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

DO PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA PERMISSIONÁRIA: TRANSPORTES E COMÉRCIO CASA DA PICANHA LTDA. - ME

Rua Camilo Andreatta, 245, Bairro Barra do Rio Cerro, município de Jaraguá do Sul – SC, inscrita no CNPJ/MF nº 07.308.669/0001-94.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato pela PERMITENTE à PERMISSIONÁRIA, a Permissão de Uso Remunerado do ponto/área discriminado no quadro abaixo, situado nas imediações do "Parque Municipal de Eventos", localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de pontos de alimentação, no período de 7 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos.

Ponto/Canto – Área "C"

Eis Ecke – Canto do sorvete artesanal	
Localização	Hauptplatz (Praça Principal)
Área disponível	Frente de 3 m x 5 m
Bonificação SECEL	200 (duzentos) vales sortidos
Descrição do cardápio	Sorvete de produção artesanal: • Mínimo 10 sabores e • Mínimo dois tamanhos (cone e/ou copo).

DA REMUNERAÇÃO: A PERMISSIONÁRIA pagará para a PERMITENTE o valor total de R\$ 3.334,00 (três mil, trezentos e trinta e quatro reais), em conformidade com o ponto/área de exploração descritos na Cláusula Segunda do contrato.

DO PRAZO DA PERMISSÃO: O prazo para exploração comercial do ponto/cantos para o qual obteve a permissão de uso, corresponderá ao período de 07 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, conforme a programação a ser definida e repassada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato tem prazo determinado, vigorando a contar da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019.

DA DATA DA ASSINATURA: 1de novembro de 2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Witor Krause

Natália Lúcia Petry

Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

**EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 498/2019**

Publicação Nº 2212591

**EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 498/2019**

DO PROCESSO – origem: Edital 178/2019-SECEL

DO FUNDAMENTO LEGAL: com fundamento na Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, Lei Orgânica do Município; Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005 e demais legislações aplicáveis a matéria.

DO PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA PERMISSIONÁRIA: RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA., com sede na Rua Roberto Ziemann, 3435 – Amizade, Jaraguá do Sul – SC, 89255-300, inscrita no CNPJ/MF nº 07.414.716/0001-84.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a Permissão de Uso Remunerado de Espaços e Áreas do “Parque Municipal de Eventos”, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de pontos de trajes típicos e souvenirs e de guarda-volumes, no período de 7 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos, do (s) seguinte (s):

Ponto/Canto O:

Kostümverleih Typischen und Souvenirs Ecke (Canto de Traje Típico e Souvenirs)	
Localização	Hauptplatz (Praça Principal)
Área disponível	50 m² - 5mx10m
Descrição do Serviço	Exploração comercial de Trajes Típicos e Souvenirs com e sem a marca “Schützenfest”
Cobertura: Neste ponto/canto a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer fornecerá cobertura em estrutura metálica – Pavilhão, com fechamento lateral em divisórias, com um ponto de energia. O material elétrico, se necessário, para a ligação dos equipamentos a serem utilizados são de responsabilidade da permissionária.	
Layout Decoração: A permissionária deverá dispor no respectivo ponto de venda de fachada com elementos da cultura germânica, ficando a cargo da permissionária as despesas com a produção/aquisição do respectivo material. O layout da fachada deverá ser apresentado para aprovação da CCO, com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da realização da festa.	
Qualificação Técnica representada e constituída por:	
a) Declaração de que tem condições de oferecer trajes germânicos e souvenirs, com e sem a marca “Schützenfest”, bem como os recursos humanos e os equipamentos necessários para cumprimento do objeto. Devendo ser anexada no INVÓLUCRO Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL.	
São obrigações da permissionária	
a) A permissionária deverá dispor de caixa para vender os tíquetes, devendo oferecer, também, a opção de pagamento através de cartão de débito e crédito.	

DA REMUNERAÇÃO: A PERMISSIONÁRIA pagará para a PERMITENTE o valor total de R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais), em conformidade com o ponto/canto de exploração descritos na Cláusula Segunda deste Contrato.

DO PRAZO DA PERMISSÃO: O prazo para exploração comercial do(s) ponto(s)/cantos(s) para o qual obteve a permissão de uso, corresponderá ao período de 07 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, conforme a programação a ser definida e repassada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato tem prazo determinado, vigorando a contar da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019.

DA DATA DA ASSINATURA: 1de novembro de 2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Miriam Kuchenbecker Voltolini

Natália Lúcia Petry

Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

**EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 499/2019**

Publicação Nº 2212592

**EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 499/2019**

DO PROCESSO – origem: Edital Chamamento Público 238/2019-SECEL

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, Lei Orgânica do Município; Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005 e demais legislações aplicáveis a matéria.

DO PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA PERMISSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO JARAGUAENSE DE ARTESÃOS E ARTISTAS, pessoa jurídica de direito privado, localizada na rua Domingos Rosa, 821, Bairro Boa Vista, Município de Jaraguá do Sul - SC, inscrita no CNPJ/MF nº 26.386.928/0001-40

DO OBJETO: Permissão de Uso Remunerado de estandes do “Parque Municipal de Eventos”, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de artesanato, para a 5ª HANDWERKSMESSER – Feira de Artesanato na Schützenfest 2019 no período de 7 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos.

DA REMUNERAÇÃO: A PERMISSIONÁRIA pagará para a PERMITENTE o valor total de R\$ 554,67 (quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e sete centavos), em conformidade com o(s) ponto(s) de exploração descritos na Cláusula Primeira deste Contrato.

DO PRAZO DA PERMISSÃO: A permissão para exploração das áreas descritas no item 3.1 do Edital de Chamamento 238/2019 é outorgada, a título precário, pelo prazo determinado que corresponde ao período de 7 a 17 de novembro de 2019 – edição de 2019 da Schützenfest.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato será até 31/12/2019, contados da sua assinatura do instrumento contratual, para uso do bem correspondentes a realização da edição 31ª Schützenfest.

DA DATA DA ASSINATURA: 1de novembro de 2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC  
DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Carlos Raul Ceballos

Natália Lúcia Petry  
Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

## **EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 500/2019**

Publicação Nº 2212593

### **EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 500/2019**

DO PROCESSO – origem: Edital Chamamento Público 238/2019-SECEL

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, Lei Orgânica do Município; Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005 e demais legislações aplicáveis a matéria.

DO PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA PERMISSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE CLUBE DE MÃES DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, localizada Avenida Getúlio Vargas, 181, Sala 03, Centro, Município de Jaraguá do Sul - SC, inscrita no CNPJ/MF nº 05.299.996/0001-00.

DO OBJETO: Permissão de Uso Remunerado de estandes do "Parque Municipal de Eventos", situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de artesanato, para a 5ª HANDWERKSMESSE – Feira de Artesanato na Schützenfest 2019 no período de 7 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos.

DA REMUNERAÇÃO: A PERMISSIONÁRIA pagará para a PERMITENTE o valor total de R\$ 554,67 (quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e sete centavos), em conformidade com o(s) ponto(s) de exploração descritos na Cláusula Primeira deste Contrato.

DO PRAZO DA PERMISSÃO: A permissão para exploração das áreas descritas no item 3.1 do Edital de Chamamento 238/2019 é outorgada, a título precário, pelo prazo determinado que corresponde ao período de 7 a 17 de novembro de 2019 – edição de 2019 da Schützenfest.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato será até 31/12/2019, contados da sua assinatura do instrumento contratual, para uso do bem correspondentes a realização da edição 31ª Schützenfest.

DA DATA DA ASSINATURA: 1de novembro de 2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Ires Hildebrandt Del Mestre

Natália Lúcia Petry  
Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

## **EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 501/2019**

Publicação Nº 2212595

### **EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO REMUNERADO N.º 501/2019**

DO PROCESSO – origem: Edital Chamamento Público 238/2019-SECEL

DO FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, Lei Orgânica do Município; Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005 e demais legislações aplicáveis a matéria.

DO PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA PERMISSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO TRAMAS EM FIBRAS, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Rodovia 466 – Ribeirão Cacilda, Garibaldi no Município de Jaraguá do Sul – SC, inscrita no CNPJ/MF nº 21.472.906/0001-89

DO OBJETO: Permissão de Uso Remunerado de estandes do "Parque Municipal de Eventos", situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de artesanato, para a 5ª HANDWERKSMESSE – Feira de Artesanato na Schützenfest 2019 no período de 7 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos.

DA REMUNERAÇÃO: A PERMISSIONÁRIA pagará para a PERMITENTE o valor total de R\$ 554,67 (quinhentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e sete centavos), em conformidade com o(s) ponto(s) de exploração descritos na Cláusula Primeira deste Contrato.

DO PRAZO DA PERMISSÃO: A permissão para exploração das áreas descritas no item 3.1 do Edital de Chamamento 238/2019 é outorgada, a título precário, pelo prazo determinado que corresponde ao período de 7 a 17 de novembro de 2019 – edição de 2019 da Schützenfest.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato será até 31/12/2019, contados da sua assinatura do instrumento contratual, para uso do bem correspondentes a realização da edição 31ª Schützenfest.

DA DATA DA ASSINATURA: 1de novembro de 2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Vandira Tereza Savallisch

Natália Lúcia Petry  
Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 443/2019**

Publicação Nº 2212558

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 443/2019**

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 40/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a execução de serviços técnicos de ensaios e levantamentos, estudos específicos e elaboração de projetos executivos para obras de pavimentação no município de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Memorial Descritivo (Termo de Referência), Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes deste contrato.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 157.132,95 (cento e cinquenta e sete mil cento e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos), pela totalidade da contratação pelo item 01, o valor de R\$ 136.223,30 (cento e trinta e seis mil duzentos e vinte e três reais e trinta centavos), pela totalidade da contratação pelo item 02 e o valor de R\$ 156.512,21 (cento e cinquenta e seis mil quinhentos e doze reais e vinte e um centavos), pela totalidade da contratação pelo item 03.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo à medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução da obra é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução dos serviços previstos no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO -As despesas do objeto desta licitação correrão por conta do recurso orçamentário do exercício de 2019, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.122.0300.2.202	Manutenção das Atividades Administrativas - Projetos	4.4.90 – Aplicações Diretas	423	0.3.00.0080–SF Próprios

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Eduardo Bertoldi e Ana Paula Tombini dos Santos,

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 484/2019**

Publicação Nº 2211397

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 484/2019**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: IRX SEGURANÇA PRIVADA EIRELI.

OBJETO: O presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de vigilância desarmada para a 31ª Schützenfest – edição 2019, no Parque Municipal de Eventos, em conformidade com os Anexos X – Cronograma de Serviços e XI– Termo de Referência, anexos ao edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores conforme previstos no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

PAGAMENTO: O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, em parcelas mensais e/ou na totalidade desde que o serviço tenha sido efetivamente prestado, na segunda quarta-feira após a execução dos serviços, de acordo com cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro da Contratante, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento do INSS e do FGTS, bem como da quitação da folha de pagamento de seus empregados envolvidos na execução do objeto contratual, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução para a realização dos serviços será entre o período de 05 de novembro de 2019 a 19 de novembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido pela Lei Federal n. 8.666/93, a critério das partes e da necessidade do município.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, prevista no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2019

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Ivan Rodrigo Kuhnen

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 485/2019**

Publicação Nº 2211399

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 485/2019**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: J. H. EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA.

OBJETO: O presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de vigilância armada para a 31ª Schützenfest – edição 2019, no Parque Municipal de Eventos, em conformidade com os Anexos X – Cronograma de Serviços e XI– Termo de Referência, anexos ao edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores conforme previstos no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

PAGAMENTO: O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, em parcelas mensais e/ou na totalidade desde que o serviço tenha sido efetivamente prestado, na segunda quarta-feira após a execução dos serviços, de acordo com cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro da Contratante, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento do INSS e do FGTS, bem como da quitação da folha de pagamento de seus empregados envolvidos na execução do objeto contratual, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução para a realização dos serviços será entre o período de 05 de novembro de 2019 a 19 de novembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido pela Lei Federal n. 8.666/93, a critério das partes e da necessidade do município.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, prevista no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2019

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Milton Henrique Grecchi.

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 486/2019**

Publicação Nº 2211401

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 486/2019**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: CELETA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: O presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de brigadistas para a 31ª Schützenfest – edição 2019, no Parque Municipal de Eventos, em conformidade com os Anexos X – Cronograma de Serviços e XI– Termo de Referência, anexos ao edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores conforme previstos no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

PAGAMENTO: O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, em parcelas mensais e/ou na totalidade desde que o serviço tenha sido efetivamente prestado, na segunda quarta-feira após a execução dos serviços, de acordo com cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro da Contratante, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento do INSS e do FGTS, bem como da quitação da folha de pagamento de seus empregados envolvidos na execução do objeto contratual, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução para a realização dos serviços será entre o período de 05 de novembro de 2019 a 19 de novembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido pela Lei Federal n. 8.666/93, a critério das partes e da necessidade do município.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, prevista no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2019

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Simone Novagowski Taborda.

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 490/2019 PROCESSO: DISPENSA Nº 271/2019**

Publicação Nº 2211607

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 490/2019**

PROCESSO: DISPENSA Nº 271/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso VIII da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**OBJETO:** Contratação de instituição financeira pública autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação dos serviços bancários ao Município, a saber: 1) em caráter de exclusividade: a) Centralização e processamento da receita municipal e da movimentação financeira de todas as contas correntes, inclusive da Conta Única do MUNICÍPIO (sistema de caixa único) se houver; excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção dos recursos decorrentes de contratos ou convênios em outras instituições financeiras; b) Centralização e movimentação financeira do MUNICÍPIO, relativa aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais, bem como de convênios a serem assinados com quaisquer órgãos do governo federal e estadual, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras; c) Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras de pagamento a credores, incluindo fornecedores, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pelo MUNICÍPIO a entes públicos ou privados, a qualquer título, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras; d) Centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo MUNICÍPIO, que hoje representam 4.113 servidores, lançados em contas correntes individuais do funcionalismo público na CAIXA, abrangendo servidores ativos, contratados e estagiários, ou seja, qualquer pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração com o MUNICÍPIO, seja recebendo vencimento, salário, subsídio ou proventos, pensões ou bolsa estágio, denominados, doravante, para efeito deste instrumento, CREDITADOS, em contrapartida da efetivação de débito na conta corrente do MUNICÍPIO; e) Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras dos Fundos do Poder Executivo Municipal, a qualquer título, exceto os recursos oriundos de convênios e/ou contratos com obrigatoriedade de movimentação em outra instituição, por força de lei ou exigência do órgão repassador; f) Aplicação das disponibilidades financeiras de caixa do MUNICÍPIO, bem como dos recursos dos fundos a que alude a alínea "e"; g) Centralização na CAIXA dos depósitos judiciais de processos de quaisquer naturezas, nos casos em que o MUNICÍPIO possua autonomia na definição do banco depositário; h) Centralização e manutenção na CAIXA da arrecadação e/ou cobrança bancária do IPTU e demais tributos municipais cobrados pelo MUNICÍPIO e mediante a utilização de guias de recebimento ou cobrança integrada da CAIXA, durante a vigência do contrato, sendo estabelecida uma tarifa única, independente de canal de arrecadação/cobrança, no valor de R\$ 1,82 (um real e oitenta e dois centavos). Esta tarifa será reajustada anualmente pela aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado). Durante a vigência contratual, não será efetuado nenhum ressarcimento pela emissão e postagem de documentos de arrecadação; i) Centralizar e manter na CAIXA os recursos oriundos das Transferências do Fundo Nacional de Saúde, para o Fundo Municipal (Fundo a Fundo), com a preferência na centralização dos pagamentos aos fornecedores via Sistema de Políticas Sociais – Fundo a Fundo – SIPOS, ressalvadas as disposições legais e/ou contratuais em contrário; j) Centralizar e manter na CAIXA o pagamento a fornecedores do Município de Jaraguá do Sul, por meio de crédito em conta na CAIXA, nos casos em que a Prefeitura Municipal possua gestão na definição do agente financeiro; nos casos em que possua gestão na definição do agente financeiro, a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC obriga-se a: I - Direcionar para a CAIXA os recursos das transferências voluntárias da União (OGU – Orçamento Geral da União, do Estado e convênios em consonância com a IN STN 001/97 e alterações posteriores); II - Centralizar e manter na CAIXA as aplicações financeiras e a movimentação dos recursos oriundos de repasses da União e arrecadação tributária de qualquer natureza jurídica, bem como de outras fontes, de âmbito nacional e/ou internacional; III - Centralizar e manter na CAIXA a movimentação e aplicações financeiras dos recursos oriundos do Ministério da Saúde (FUNASA, FNS) e do Ministério da Educação (FNDE, FUNDEB); E 2) Sem caráter de exclusividade: a) Concessão de crédito aos servidores ativos e contratados da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC e órgãos da Administração Direta e Indireta, mediante consignação em folha de pagamento, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CAIXA;

**DO VALOR:** Em razão dos termos ajustados no presente CONTRATO, a CONTRATADA repassará ao MUNICÍPIO pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato, a importância total e líquida de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente na CAIXA, indicada pelo MUNICÍPIO, de número 006.9-0 na agência 0417, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do contrato, condicionada à comprovação da publicação da dispensa de licitação e do extrato do contrato na imprensa oficial.

Pela prestação de serviços bancários, o Município pagará à Caixa Econômica Federal a tarifa convencionada no item 1 alínea "h" do objeto da contratação, devendo ser firmado contrato específico para cada modalidade de prestação de serviço, fixando suas condições e operacionalização. A remuneração a que se refere será paga pelo MUNICÍPIO, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação desses serviços, mediante apresentação de demonstrativo de sua efetivação no período vencido, pela CAIXA.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas deste contrato serão por conta do orçamento 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.122.0300.2.076.3.3.90	Manutenção das atividades administrativas - Tributação	3.3.90 – Aplicações Diretas	73	Próprios

**PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:** A presente contratação é firmada com prazo de execução de 60 (sessenta) meses, a contar do dia 12/11/2019 e término em 11/11/2024.

Jaraguá do Sul (SC), 25 de outubro de 2019.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 318/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2019

Publicação Nº 2211845

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 318/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMS, FMAS

CONTRATADA: FLORICULTURA FLORISA LTDA

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de

12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 32/2019, segundo as conveniências da administração direta. DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 034/2019/SEMED/DAF, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.001.12.122.0300.2106	Manutenção patrimonial - Secretaria da Educação	3.3.90 – Aplicações Diretas	90	0.1.01.0001
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.1.36.0066
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	139	0.1.80.0097

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell, Domingos Savil Zancanaro, Natália Lúcia Petry, Maria Santin Camello, Alceu Gilmar Moretti e Anderson Nasato.

Onésimo José Sell  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Natália Lúcia Petry  
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Laser

Domingos Savil Zancanaro  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,  
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

Fundo Municipal De Saúde – Fms  
ALCEU GILMAR MORETTI – Gestor do FMS

Fundo Municipal De Assistência Social – Fmas  
MARIA SANTIN CAMELLO – Ordenador do FMS

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 317/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2019

Publicação Nº 2211842

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 317/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMS, FMAS

CONTRATADA: LPF COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 32/2019, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 034/2019/SEMED/DAF, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.001.12.122.0300.2106	Manutenção patrimonial - Secretaria da Educação	3.3.90 – Aplicações Diretas	90	0.1.01.0001
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.1.36.0066
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	139	0.1.80.0097

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 22p/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell, Domingos Savil Zancanaro, Natália Lúcia Petry, Maria Santin Camello, Alceu Gilmar Moretti e Jonatas Natanael Caprestana.

Onésimo José Sell  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Natália Lúcia Petry  
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Laser

Domingos Savil Zancanaro  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,  
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

Fundo Municipal De Saúde – Fms  
ALCEU GILMAR MORETTI – Gestor do FMS

Fundo Municipal De Assistência Social – Fmas  
MARIA SANTIN CAMELLO – Ordenador do FMS

## EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 315/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2019

Publicação Nº 2211838

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 315/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMS, FMAS

CONTRATADA: BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 32/2019, segundo as conveniências da administração direta. DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 034/2019/SEMED/DAF, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.001.12.122.0300.2106	Manutenção patrimonial - Secretaria da Educação	3.3.90 – Aplicações Diretas	90	0.1.01.0001
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.1.36.0066
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	139	0.1.80.0097

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell, Domingos Savil Zancanaro, Natália Lúcia Petry, Maria Santin Camello, Alceu Gilmar Moretti e Ronaldo Pollheim.

Onésimo José Sell  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Natália Lúcia Petry  
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Laser

Domingos Savil Zancanaro  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,  
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

Fundo Municipal De Saúde – Fms  
ALCEU GILMAR MORETTI – Gestor do FMS

Fundo Municipal De Assistência Social – Fmas  
MARIA SANTIN CAMELLO – Ordenador do FMS

## EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 316/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2019

Publicação Nº 2211840

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 316/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMS, FMAS

CONTRATADA: GRAMEIRA FELIPPI LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 32/2019, segundo as conveniências da administração direta. DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 034/2019/SEMED/DAF, ficam incluídas as seguintes dotações

orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.001.12.122.0300.2106	Manutenção patrimonial - Secretaria da Educação	3.3.90 – Aplicações Diretas	90	0.1.01.0001
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.1.36.0066
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	139	0.1.80.0097

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell, Domingos Savil Zancanaro, Natália Lúcia Petry, Maria Santin Camello, Alceu Gilmar Moretti e Dorit Hildebrandt Felippi.

Onésimo José Sell  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Natália Lúcia Petry  
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Laser

Domingos Savil Zancanaro  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,  
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

Fundo Municipal De Saúde – Fms  
ALCEU GILMAR MORETTI – Gestor do FMS

Fundo Municipal De Assistência Social – Fmas  
MARIA SANTIN CAMELLO – Ordenador do FMS

## EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 319/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2019

Publicação Nº 2211846

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 319/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMS, FMAS

CONTRATADA: HIBISCUS ORNAMENTAÇÕES LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 32/2019, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 034/2019/SEMED/DAF, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.001.12.122.0300.2106	Manutenção patrimonial - Secretaria da Educação	3.3.90 – Aplicações Diretas	90	0.1.01.0001
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.1.36.0066
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	139	0.1.80.0097

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell, Domingos Savil Zancanaro, Natália Lúcia Petry, Maria Santin Camello, Alceu Gilmar Moretti e Ademir Elias Barni

Onésimo José Sell  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Natália Lúcia Petry  
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Laser

Domingos Savil Zancanaro  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,  
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

Fundo Municipal De Saúde – Fms  
ALCEU GILMAR MORETTI – Gestor do FMS

Fundo Municipal De Assistência Social – Fmas  
MARIA SANTIN CAMELLO – Ordenador do FMS

**PORTARIA Nº 940/2019**

Publicação Nº 2211390

PORTARIA Nº 940/2019

Instaura Processo Administrativo Geral a Fim de Apurar a Legalidade de Construções Dentro de Área de Patrimônio Público - CEMITÉRIO MUNICIPAL DA VILA LENZI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa Nº 013/2019 instaurada através da Portaria Nº 266/2019/Semad, no dia 08/07/2019, a fim de apurar denúncia de comercialização de terrenos mortuários em cemitérios públicos;

CONSIDERANDO que a Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, em seu relatório final, recomenda que o Processo de Sindicância Administrativa, em relação o possível envolvimento de servidor público na comercialização de terrenos mortuários em cemitérios municipais, seja encaminhado para arquivamento, diante da impossibilidade de imputar a algum servidor, qualquer responsabilidade, e ainda, a Comissão sugere que se proceda a devida averiguação da legalidade das construções dentro de patrimônio público municipal, bem como, se há algum tipo de reserva de uso futuro em benefício particular das quadras 38 e 39, no Cemitério Municipal da Vila Lenzi, mais especificamente;

CONSIDERANDO que em resposta à Controladoria-Geral do Município, através do Ofício Nº 057/2019/Semad, o Secretário Municipal da Administração, Argos José Burgardt "acata a decisão da Comissão e decide que a sindicância seja arquivada diante da impossibilidade de responsabilizar algum servidor em específico e determina que se proceda a devida averiguação da legalidade das construções dentro de Patrimônio Público Municipal, citadas no relatório da sindicância Nº 13/2019, bem como, se há algum tipo de reserva de uso futuro em benefício particular das quadras 38 e 39, no Cemitério Municipal da Vila Lenzi, ressaltando que, na apuração da legalidade das construções citadas, caso surjam indícios de participação de servidores ou qualquer agente público, seja promovida a devida responsabilização.”;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Gerais para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

**RESOLVE :**

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Geral Nº 013/2019, a fim de apurar a legalidade de construções dentro de área de Patrimônio Público - Cemitério Municipal da Vila Lenzi, devendo os trabalhos serem conduzidos pela SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, composta pelos servidores públicos municipais INGOMAR RICARDO ZIPPERER NETO, matrícula 10810-3, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; DAIANE ISABEL MALLMANN, matrícula 10461-2, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e EDEMARA PICCOLI CEZARIO, matrícula 8184-1, lotada no Gabinete do Prefeito, para sob a presidência do primeiro, promover o devido Processo Administrativo, a fim de apurar a regularidade de construções em todos os Cemitérios Municipais, em especial o Cemitério da Vila Lenzi, quadras 38 e 39.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;

II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;

III - juntada, aos autos do Processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

V - instrução do feito; e

VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguido da data de publicação; indicação do

número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver; e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, no canto superior direito, a partir da capa do processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidas em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013, bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.7º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Geral;

II - da instalação dos Trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;

V - da Conclusão;

VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;

VII - do apontamento das Referências Bibliográficas; e

VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação 'in loco' e o resumo da juntada dos demais elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar expressamente as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.8º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá encaminhar o conteúdo a Controladoria-Geral do Município para a emissão de Parecer do Controle Interno.

Art.9º Ato contínuo, a Controladoria-Geral do Município encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa a Controladoria-Geral do Município deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.10. A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.11. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016.

Art.12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## **PORTARIA Nº 941/2019**

Publicação Nº 2211392

PORTARIANº 941/2019

Designa Conselheiros do Conselho Municipal de Juventude (CMJ).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 08/2019/GAC, de 17/10/2019, da Gerência de Atendimento ao Cidadão;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 15/10/2019, ANA LUISA KRUGER, como conselheira titular; e CLEYSON STEIN, como conselheiro suplente, na qualidade de Representantes do Executivo Municipal, no Conselho Municipal de Juventude (CMJ).

Art.2º O mandato encerrar-se-á em 15/10/2021.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## **PORTARIA Nº 942/2019**

Publicação Nº 2212563

PORTARIANº 942/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 463/2019/Semad/DGP/GAS, de 25/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 16/10/2019 a 18/10/2019, à servidora pública municipal NELCI COPINI, matrícula 8606, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 943/2019**

Publicação Nº 2212564

PORTARIANº 943/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 464/2019/Semad/DGP/GAS, de 25/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 17/10/2019 a 31/10/2019, à servidora pública municipal MARIANE DALL IGNA FIAMONCINI, matrícula 9312, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 944/2019**

Publicação Nº 2212565

PORTARIANº 944/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 465/2019/Semad/DGP/GAS, de 25/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 18/10/2019 a 25/10/2019, à servidora pública municipal DEBORA PETZINGER JONER, matrícula 10618, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 945/2019**

Publicação Nº 2212566

PORTARIANº 945/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 466/2019/Semad/DGP/GAS, de 25/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 03/10/2019, 04/10/2019, 23/10/2019 e 24/10/2019, à servidora pública municipal REGIANE JUNGTON, matrícula 9651, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 946/2019**

Publicação Nº 2212567

PORTARIANº 946/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 467/2019/Semad/DGP/GAS, de 25/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 11/10/2019, e no período de 23/10/2019 a 25/10/2019, à servidora pública municipal ANDRELIZE DE SOUZA BLUM, matrícula 10103, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 947/2019**

Publicação Nº 2212568

PORTARIANº 947/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 468/2019/Semad/DGP/GAS, de 25/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 21/10/2019 a 23/10/2019, à servidora pública municipal ELIANA VALIM LOPES RODRIGUES DE MIRANDA, matrícula 9171, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 948/2019**

Publicação Nº 2212569

PORTARIANº 948/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 473/2019/Semad/DGP/GAS, de 29/10/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22/10/2019 a 26/10/2019, à servidora pública municipal VANDEISA PEREIRA BEZZERA, matrícula 10545, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 949/2019**

Publicação Nº 2212570

PORTARIANº 949/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, BENEDITO CARLOS NORONHA, matrícula 9280, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, lotado na Procuradoria-Geral do Município, para exercer o cargo de provimento em comissão de PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VANESSA SCHWIRKOWSKY, matrícula 9450, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, do Poder Executivo do Município.

Art.3º NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, ANTENOR GALVAN para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, do Poder Executivo do Município.

Art.4º NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, ARGOS JOSÉ BURGARDT para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, do Poder Executivo do Município.

Art.5º NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, NATÁLIA LÚCIA PETRY para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DANIEL PEACH, matrícula 9124, ocupante do cargo efetivo de Inspetor Agropecuário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, IVANA ATANÁSIO DIAS, matrícula 7816, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Poder Executivo do Município.

Art.8º NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, ALCEU GILMAR MORETTI para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Poder Executivo do Município.

Art.9º NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, ONÉSIMO JOSÉ SELL para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, do Poder Executivo do Município.

Art.10. NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, EDUARDO BERTOLDI para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, do Poder Executivo do Município.

Art.11. NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, DOMINGOS SÁVIL ZANCANARO para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO, do Poder Executivo do Município.

Art.12. NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, MARIA SANTIN CAMELLO para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, do Poder Executivo do Município.

Art.13. NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, EMANUELA CHRISTIAN WOLFF para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 572/2019**

Publicação Nº 2212572

PORTARIA SAMAEJSU Nº 572/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 1308/2019 de 18 de outubro de 2019, da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 09/2018;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 493/2018 de 29 de outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 24 de outubro de 2019, os trabalhos da Portaria SAMAEJSU Nº 476/2019 de 23 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 576/2019**

Publicação Nº 2212573

PORTARIA SAMAEJSU Nº 576/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1325/2019 de 22 de outubro de 2019, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 012/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 364/2019, de 21 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 23 de outubro de 2019, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 364/2019, de 21 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 22 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 577/2019**

Publicação Nº 2212574

PORTARIA SAMAEJSU Nº 577/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1326/2019 de 22 de outubro de 2019, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 013/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 365/2019, de 21 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 22 de outubro de 2019, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 365/2019, de 21 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 22 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

## **PORTARIA SAMAEJSU Nº 578/2019**

Publicação Nº 2212575

PORTARIA SAMAEJSU Nº 578/2019

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1327/2019 de 22 de outubro de 2019, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;  
CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 014/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 420/2019, de 18 de julho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 19 de outubro de 2019, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 420/2019, de 18 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 22 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

## **PORTARIA SAMAEJSU Nº 579/2019**

Publicação Nº 2212576

PORTARIA SAMAEJSU Nº 579/2019

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1328/2019 de 22 de outubro de 2019, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 016/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 486/2019, de 23 de agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 24 de outubro de 2019, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 486/2019, de 23 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 22 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 580/2019**

Publicação Nº 2212577

PORTARIA SAMAEJSU Nº 580/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e,

CONSIDERANDO o memorando 1332/2019 de 22 de outubro de 2019, da Comissão Permanente de Processo Administrativo;  
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 04/2019;  
CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 372/2019 de 26 de junho de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 25 de outubro de 2019, os trabalhos da Portaria 372/2019 de 26 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 581/2019**

Publicação Nº 2212578

PORTARIA SAMAEJSU Nº 581/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1335/2019 de 23 de outubro de 2019, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;  
CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 022/2017;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 326/2017, retificada pela Portaria SAMAEJSU Nº 337/2017 de 8 de agosto de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 26 de outubro de 2019, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 326/2017, de 7 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 582/2019**

Publicação Nº 2212579

PORTARIA SAMAEJSU Nº 582/2019  
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1336/2019 de 23 de outubro de 2019, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 010/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 324/2019 de 28 de maio de 2019.

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 26 de outubro de 2019, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 324/2019 de 28 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de outubro de 2019.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 583/2019**

Publicação Nº 2212580

PORTARIA SAMAEJSU Nº 583/2019

Designa Comissão de Leilão

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 1339/2019 de 24 de outubro de 2019, do Diretor Administrativo do Samae;

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, os servidores airton rodrigo Ramos, FABIANO LAUBE, GUILHERME GOETZINGER e LUANN CARLOS DA SILVA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE LEILÃO com a finalidade específica de leiloar os bens considerados inseríveis para o Samae, julgar e destruir materiais e equipamentos considerados imprestáveis para o uso e sem possibilidades de recuperação e demais atos pertinentes ao processo licitatório leilão, com observância aos dispositivos da lei 8.666/93.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SAMAEJSU Nº 101/2018 de 07 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 584/2019**

Publicação Nº 2212581

PORTARIA SAMAEJSU Nº 584/2019

Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Férias do período aquisitivo abaixo relacionado;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER Férias ao servidor público municipal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

MATRÍCULA, SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário ref. ao Período Aquisitivo
280 – Wanderlei Vegini – Oficial Administrativo – Diretoria Administrativa	14/01/2018 a 13/01/2019	05/11/2019 a 14/11/2019	10	x

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 585/2019**

Publicação Nº 2212582

PORTARIA SAMAESJSU Nº 585/2019

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018, e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 119/2012, regulamentada pelo Decreto nº 8509/2012, que estabelece regras para a Avaliação Especial de Desempenho dos servidores públicos do município de Jaraguá do Sul, da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais;

CONSIDERANDO que os servidores nomeados para cargo efetivo do quadro de pessoal das Autarquias Municipais ficam sujeitos a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o transcurso do prazo do estágio probatório;

CONSIDERANDO que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de servidor em estágio probatório, devidamente constituída;

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, que embasaram o parecer final da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, a qual considerou o servidor MOACIR SILVESTRE MARTINS "APTO" para o exercício do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou o servidor "APTO" para o exercício do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais.

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, o resultado conclusivo da Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 1º de junho de 2016 a 19 de setembro de 2019, do servidor público municipal MOACIR SILVESTRE MARTINS, matrícula nº 649, considerando o mesmo APTO para o exercício do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência 09/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 586/2019**

Publicação Nº 2212583

PORTARIA SAMAESJSU Nº 586/2019

Torna sem efeito nomeação

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220 de 21 de novembro de 2018, e nos termos dos artigos 16 e 18 da Lei Complementar Municipal nº 154 de 3 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 7.805 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2018, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 032/2019 de 22 de janeiro de 2019; CONSIDERANDO a Portaria de Nomeação SAMAESJSU nº 557/2019, de 11 de outubro de 2019 em nome de DIANE RODRIGUES SILVEIRA, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de TÉCNICO EM OPERAÇÃO DE ETA/ETE;

CONSIDERANDO o prazo de 30 (trinta) dias, estabelecido no artigo 2º da Portaria SAMAESJSU Nº 557/2019, de 11 de outubro de 2019, para a candidata DIANE RODRIGUES SILVEIRA apresentar os documentos exigidos para posse no cargo, em acordo ao disposto no artigo 18 da Lei Complementar Municipal nº 153/2014;

CONSIDERANDO que a convocada DIANE RODRIGUES SILVEIRA, na data de 29 de outubro de 2019 DESISTIU da vaga, através da emissão de Termo de Desistência de vaga;

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria de Nomeação SAMAESJSU nº 557/2019, de 11 de outubro de 2019, em nome de DIANE RODRIGUES SILVEIRA, nos termos do artigo 16, § 4º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 587/2019**

Publicação Nº 2212584

PORTARIA SAMAEJSU Nº 587/2019  
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos abaixo relacionados;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

MATRÍCULA, SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário ref. ao Período Aquisitivo
450 – Roberto Vieira de Aquino – Auxiliar de Serviços Gerais – Diretoria de obras	05/11/2018 a 04/11/2019	11/11/2019 a 20/11/2019	10	X
527 – Antônio Carlos Machado – Motorista – Diretoria de obras	01/03/2018 a 28/02/2019	11/11/2019 a 20/11/2019	10	X
609 – Caroline de Souza – Auxiliar de laboratório – Diretoria Técnica	14/07/2018 a 13/07/2019	13/11/2019 a 02/12/2019	20	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAEJSU Nº 588/2019**

Publicação Nº 2212585

PORTARIA SAMAEJSU Nº 588/2019  
Nomeia Servidora

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220 de 21 de novembro de 2018, e nos termos do art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 154 de 3 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 7.805 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2018, seguindo a ordem classificatória;

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR MAIELY DÖGE, aprovada no Concurso Público nº 001/2018, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de TÉCNICO EM OPERAÇÃO DE ETA/ETE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A nomeada terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

- I. Comprovação de nacionalidade brasileira;
- II. Comprovação de idade mínima de dezoito anos;
- III. Quitação com as obrigações eleitorais;
- IV. Quitação com as obrigações militares;
- V. Comprovação de gozo dos direitos políticos;
- VI. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo;
- VII. Comprovação da habilitação exigida para o cargo;
- VIII. Declaração de bens;
- IX. Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;
- X. Declaração se participa ou não de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;
- XI. Declaração se percebe ou não provento de Aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;
- XII. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- XIII. Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

- XIV. Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas – CPF;
- XV. Carteira de identidade;
- XVI. Título de eleitor;
- XVII. Comprovante de endereço;
- XVIII. Comprovante de habilitação conforme o Edital de Concurso Público;
- XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, dos últimos cinco anos onde tenha residido;
- XX. Certidão negativa de improbidade Administrativa.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2018, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

## **RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 271/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

Publicação Nº 2211608

### **RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 271/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

OBJETO: Contratação de instituição financeira pública autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação dos serviços bancários ao Município, a saber, 1) em caráter de exclusividade: a) Centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (Cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Município, que hoje representam 4133 servidores, abrangendo servidores ativos, inativos e pensionistas, lançados em contas salário individuais na CAIXA, além de créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração com a CONTRATANTE, seja recebendo vencimento, salário, subsídio, proventos e pensões ou bolsa estágio, denominados, doravante, para efeito deste instrumento, CREDITADOS, em contrapartida da efetivação de débito na conta corrente do Município.

Parágrafo único – As contas de livre movimentação, decorrentes do relacionamento entre a CAIXA e os servidores, somente serão abertas com a anuência destes.

b) Centralização e manutenção na CAIXA da arrecadação e/ou cobrança bancária do IPTU cobrado pelo MUNICÍPIO mediante utilização de guias de recebimento ou cobrança integrada da CAIXA.

c) Centralização e processamento da receita municipal e da movimentação financeira de todas as contas correntes, inclusive da Conta Única do MUNICÍPIO (sistema de caixa único) se houver; excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção dos recursos decorrentes de contratos ou convênios em outras instituições financeiras.

d) Centralização e movimentação financeira do MUNICÍPIO, relativa aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais, bem como de convênios a serem assinados com quaisquer órgãos do governo federal e estadual, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras.

e) Centralização e processamento das movimentações financeiras de pagamento a credores, incluindo fornecedores, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pelo MUNICÍPIO a entes públicos ou privados, a qualquer título, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras.

f) Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras dos Fundos do Poder Executivo Municipal, a qualquer título, exceto os recursos oriundos de convênios e/ou contratos com obrigatoriedade de movimentação em outra instituição financeira, por força de lei ou exigência do órgão repassador.

g) Aplicação das disponibilidades financeiras de caixa do MUNICÍPIO, bem como dos recursos dos Fundos a que alude a alínea “f”;

h) Centralização e manutenção na CAIXA da arrecadação e/ou cobrança bancária de todos os tributos cobrados pelo MUNICÍPIO, Autarquias e Fundações vinculadas, mediante utilização de guias de recebimento ou cobrança integrada CAIXA.

i) Centralização e manutenção na CAIXA do produto de arrecadação, através de cobrança bancária, de todos os tributos cobrados pelo MUNICÍPIO e pelas Autarquias, inclusive quando arrecadados em outras Instituições Financeiras ou tesouraria própria.; e 2) Sem caráter de exclusividade: a) Concessão de crédito aos servidores ativos e contratados da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC e órgãos da Administração Direta e Indireta, mediante consignação em folha de pagamento, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CAIXA; b) Centralização na CAIXA dos depósitos judiciais de processos de qualquer natureza, nos casos em que o MUNICÍPIO possua autonomia na definição do banco depositário;

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DO VALOR: Em razão dos termos ajustados na presente DISPENSA, a CAIXA repassará ao MUNICÍPIO pelo direito de exploração dos serviços objeto desta contratação, a importância total e líquida de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente na CAIXA, indicada pelo MUNICÍPIO de número 006.9-0 na agência 0417, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do contrato, condicionada à comprovação da publicação da dispensa de licitação e do extrato do contrato na imprensa oficial. Pela prestação de serviços bancários, o Município pagará à Caixa Econômica Federal a tarifa convencionalizada no item 1 alínea “h” do objeto da contratação, devendo ser firmado contrato específico para cada modalidade de prestação de

serviço, fixando suas condições e operacionalização. A remuneração a que se refere será paga pelo MUNICÍPIO, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação desses serviços, mediante apresentação de demonstrativo de sua efetivação no período vencido, pela CAIXA. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas deste contrato serão por conta do orçamento do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.122.0300.2.076.3.3.90	Manutenção das atividades administrativas - Tributação	3.3.90 – Aplicações Diretas	73	Próprios

**PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:** A presente contratação é firmada com prazo de execução de 60 (sessenta) meses, a contar do dia 12 de novembro de 2019 e com término em 11 de novembro de 2024, podendo ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4º, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

**JUSTIFICATIVAS:**

I – Considerando que a Lei Federal n.º 8.666/93 estatui como regra geral que ao contratar a Administração Pública proceda a instauração de procedimento licitatório;

II – Considerando que a licitação é uma decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público e constitui-se em uma restrição à liberdade administrativa na escolha da contratante para garantir a democratização do acesso aos negócios com os órgãos e entidades da Administração Pública, além de permitir o controle da legalidade, da moralidade, da publicidade e da economicidade;

III – Considerando que conforme leciona Jessé Torres Pereira Júnior - in Comentário à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, 5ª edição, São Paulo: Renovar, 2002, pg. 24 – há situações em que a Administração recebe da lei o comando para a contratação direta; há outras em que a Administração recebe da lei autorização para deixar de licitar, se assim entender conveniente ao interesse do serviço; hipóteses há em que a Administração defronta-se com inviabilidade fática para licitar, anuindo a lei em que é inexigível fazê-lo; e há um caso em que à Administração é defeso licitar, por expressa vedação da lei. Estes quatro grupos de situações constituem exceções ao dever geral constitucional de licitar. No primeiro grupo estão as hipóteses do art. 17, incisos I e II; no segundo, as do art. 24; no terceiro, as do art. 25, entre outras que com elas venham a identificar no dia-a-dia da Administração; no último, a do art. 7º, §5º;

IV – Considerando que dentre as hipóteses de dispensa de licitação encontra-se a "aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para este fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado" (art.24, inciso VIII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94);

V – Considerando que o Município de Jaraguá do Sul firmará contrato com a contratada, por dispensa de licitação, justamente com base no art. 24, Inciso VIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, uma vez que a contratada é empresa pública criada desde 1969, para prestação de serviços inerentes às instituições financeiras, portanto caracteriza-se dentre as instituições financeiras públicas, bem como foi criada anteriormente a Lei de Licitações;

VI – Considerando que dentre as instituições financeiras públicas que se enquadram na hipótese do artigo 24, inciso VIII, da Lei nº 8666/93, a contratada é aquela que melhor se adequa às necessidades do Município, especialmente em função da grande capilaridade de sua rede de atendimento, não igualada por outras instituições financeiras públicas, o que certamente contribuirá para facilitar a utilização dos serviços por ela prestados;

VII – Considerando que a contratada, a par de preencher todos os requisitos necessários à contratação com dispensa de licitação, volta suas ações de investimento às áreas sociais na qual o Município tem grande interesse, como o são o saneamento básico e a construção e/ou aquisição da casa própria;

VIII – Considerando que houve cotação de preços em outras duas instituições financeiras antes da contratação direta, sendo que em consulta prévia junto ao Banco do Brasil S/A e Banrisul, este último não formulou proposta, e o Banco do Brasil manifestou interesse em operar a folha de pagamentos e a movimentação bancária, porém sem apresentação de proposta financeira, o que demonstrou o desinteresse das demais instituições públicas pelo negócio, havendo somente proposta financeira efetivada pela contratada;

IX – Considerando que sob o ponto de vista técnico, a empresa já prestou, bem como encontra-se prestando serviços semelhantes à Administração Pública; e sob o ponto de vista econômico o valor ajustado é justo e compatível com o praticado no mercado;

X – Considerando que foi realizada pesquisa de mercado em municípios da região, como Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, que inclusive realizou pregão presencial para a contratação de instituição bancária, e que a proposta formulada para Jaraguá do Sul em muito supera financeiramente os valores auferidos por esses municípios; e,

XI – Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através da decisão proferida em processo de Representação nº 08/00441745, o Tribunal de Contas da União através de manifestação na Representação nº TC nº 016.284/2006-1, bem como o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, através do processo de Reexame Necessário nº 2007.72.02.006640-6/SC, também se manifestaram pela legalidade em contratar, sob a forma de dispensa, empresas públicas para gestão de todas as movimentações financeiras do Município.

Jaraguá do Sul (SC), 25 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

## RESOLUÇÃO Nº 021/2019/COMPHAAN/JS

Publicação Nº 2212602

### RESOLUÇÃO Nº 021/2019/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 18027/2018 – Cadastro: Rural, Outros requerimentos (Tombamento voluntário), tendo como requerente, Germano Pangratz, do imóvel situado na Rua 8446 – JGS 446 – Estrada Ribeirão Cacilda – Garibaldi – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária realizada no dia 24 de julho de 2019.

CONSIDERANDO a análise das edificações constantes na Matrícula Imobiliária (MI) nº 28.254, uma casa enxaimel, e dois ranchos em madeira, em terreno com 193.000m².

CONSIDERANDO ainda a análise das edificações constantes na MI 28.254, existem outras edificações implantadas na propriedade, porém sem interesse de preservação, e se constituem em uma casa de alvenaria com arquitetura contemporânea, e um rancho de madeira também contemporâneo.

CONSIDERANDO que a edificação localiza-se na atual JGS-446, antiga estrada Ribeirão Cacilda, na localidade rural Garibaldi, em região repleta de edificações históricas ligadas aos povoados tradicionais desta região que ainda guarda um testemunho fiel do desenvolvimento da cidade de Jaraguá do Sul, que tem nessa região, inúmeras fases deste desenvolvimento ainda vivas na paisagem. Este imóvel encontra-se em zona rural, ou seja, sua preservação não sofre os efeitos da especulação imobiliária, além de exercer sua função social como patrimônio histórico e como atividade agrícola familiar.

CONSIDERANDO que a edificação enxaimel foi recoberta de argamassa e pintada, solução frequente em algumas edificações coloniais catarinenses de característica arquitetônica teuto-brasileira.

CONSIDERANDO que a edificação está implantada, na área rural, e os proprietários querem exercer atividade comercial voltada ao turismo local.

CONSIDERANDO que a edificação enxaimel é complementada pela ambiência do local onde está implantada.

CONSIDERANDO o pedido de tombamento voluntário a nível municipal das referidas edificações.

CONSIDERANDO que o requerente solicita o tombamento voluntário de sua casa enxaimel, onde ainda residem a família, com o intuito de garantir a memória da família e seu contexto com a região onde se encontra.

#### RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao Tombamento Municipal da edificação enxaimel, concordando com o Parecer Técnico nº 022/2019 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Técnico Nº 186/2019/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico-Cultural, e determina o que segue:

a) O Nível de Proteção em NP2.

b) Os dois ranchos em madeira, também serão Tombados com nível de proteção NP2, desonerando demais edificações existentes na matrícula.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de julho de 2019.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

### RESOLUÇÃO Nº 033/2019/COMPHAAN/JS

Publicação Nº 2212604

#### RESOLUÇÃO Nº 033/2019/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 21169/2019 – Cadastro: 6.993. Assunto: outros requerimentos – impugnação ao processo de tombamento, tendo como requerente/proprietária: Walkíria Zanghelini e Outros, do imóvel situado na Rua 705 – Albino Zanghelini, 228 – Nereu Ramos – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94, de 1 de julho de 1994, e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de outubro de 2019.

CONSIDERANDO tratar-se de uma edificação em alvenaria autoportante de cunho residencial, com características ecléticas, com 181m², num terreno de 2.497m² conforme Matrícula Imobiliária (MI) nº 9065, construída no ano de 1955.

CONSIDERANDO que em 10 de março de 2014 a edificação em questão foi incluída no Inventário de Bens Culturais de Jaraguá do Sul, sendo a Cientificação de nº 008/2014.

CONSIDERANDO que a edificação integra o projeto de preservação da “Memória e Identidade de Jaraguá do Sul – Patrimônio Cultural dos Bairros Nereu Ramos e Santo Antônio”, aprovado pela Resolução nº 098/2015/COMPHAAN/JS, de 4 de novembro de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução nº 093/2014/COMPHAAN/JS, datada de 19 de novembro de 2014, indicou-a para Tombamento Municipal, desonerando a parte de 20,00m², que se encontrava nos fundos da edificação. (Já demolida).

CONSIDERANDO a Resolução nº 93/2014/COMPHAAN/JS, de 19 de novembro de 2014, onde consta de que a edificação foi atingida pela enchente de 8 de junho de 2014, relatos orais corroboram o fato.

CONSIDERANDO que houve asfaltamento da via pública em que se localiza o imóvel e devido ao asfaltamento a edificação está abaixo do nível da rua. E que em vistorias anteriores, foi constatado que o imóvel está sob uma nascente, o que torna o local constantemente alagável.

CONSIDERANDO que os proprietários foram notificados em 24 de junho de 2019, através do Mandado de Notificação de Tombamento nº 004/2019, datado de 13 de junho de 2019.

CONSIDERANDO a proprietária e também requerente, senhora Walkíria Zanghelini, não demonstra interesse na preservação da edificação.

CONSIDERANDO que conforme o Regimento Interno do COMPHAAN – Decreto nº 6.933/2009, de 18 de novembro de 2009 – dispõe sobre o regimento interno do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN. Art. 3º – Compete ao Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN:

IX – avaliar cada um dos objetos cadastrados deste patrimônio; [...]

X – pronunciar-se nos procedimentos administrativos e/ou judiciais relativos à utilização, reforma, ampliação, modificação ou demolição de bens de interesse de preservação, conforme a legislação e/ou tombados.

CONSIDERANDO que observadas a legislação atinente e, em especial a Lei Municipal nº 1.854/94, Artigo 24º, poderá haver cancelamento do tombamento quando: inciso II – a pedido do proprietário, quando for comprovado o desinteresse público.

#### RESOLVE:

Art. 1º – Acatar o Pedido de Impugnação (outros requerimentos) por parte da requerente/proprietária, concordando com PARECER nº 029/2019/CAT/COMPHAAN, emitido pela Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN, em 25 de setembro de 2019, e não concordando com o DESPACHO Nº 030/2019/SPHC, emitido pelo Setor de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, em 9 de agosto de 2019.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2019.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

### RESOLUÇÃO Nº 034/2019/COMPHAAN/JS

Publicação Nº 2212605

#### RESOLUÇÃO Nº 034/2019/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 21580/2019 – Cadastro: 6.993. Assunto: outros requerimentos – impugnação ao processo de tombamento, tendo como requerente/proprietário: Mauri Zanghelini e Outros, do imóvel situado na Rua 705 – Albino Zanghelini, 228 – Nereu Ramos – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94, de 1 de julho de 1994, e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de outubro de 2019.

CONSIDERANDO tratar-se de uma edificação em alvenaria autoportante de cunho residencial, com características ecléticas, com 181m², num terreno de 2.497m² conforme Matrícula Imobiliária (MI) nº 9065, construída no ano de 1955.

CONSIDERANDO que em 10 de março de 2014 a edificação em questão foi incluída no Inventário de Bens Culturais de Jaraguá do Sul, sendo a Cientificação de nº 008/2014.

CONSIDERANDO que a edificação integra o projeto de preservação da “Memória e Identidade de Jaraguá do Sul – Patrimônio Cultural dos Bairros Nereu Ramos e Santo Antônio”, aprovado pela Resolução nº 098/2015/COMPHAAN/JS, de 4 de novembro de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução nº 093/2014/COMPHAAN/JS, datada de 19 de novembro de 2014, indicou-a para Tombamento Municipal, desonerando a parte de 20,00m², que se encontrava nos fundos da edificação. (Já demolida).

CONSIDERANDO a Resolução nº 93/2014/COMPHAAN/JS, de 19 de novembro de 2014, onde consta de que a edificação foi atingida pela enchente de 8 de junho de 2014, relatos orais corroboram o fato.

CONSIDERANDO que houve asfaltamento da via pública em que se localiza o imóvel e devido ao asfaltamento a edificação está abaixo do nível da rua. E que em vistorias anteriores, foi constatado que o imóvel está sob uma nascente, o que torna o local constantemente alagável.

CONSIDERANDO que os proprietários foram notificados em 24 de junho de 2019, através do Mandado de Notificação de Tombamento nº 004/2019, datado de 13 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o proprietário e também requerente, senhor Mauri Zanghelini, não demonstra interesse na preservação da edificação.

CONSIDERANDO que conforme o Regimento Interno do COMPHAAN – Decreto nº 6.933/2009, de 18 de novembro de 2009 – dispõe sobre o regimento interno do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN. Art. 3º – Compete ao Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN:

IX – avaliar cada um dos objetos cadastrados deste patrimônio; [...]

X – pronunciar-se nos procedimentos administrativos e/ou judiciais relativos à utilização, reforma, ampliação, modificação ou demolição de bens de interesse de preservação, conforme a legislação e/ou tombados.

CONSIDERANDO que observadas a legislação atinente e, em especial a Lei Municipal nº 1.854/94, Artigo 24º, poderá haver cancelamento do tombamento quando: inciso II – a pedido do proprietário, quando for comprovado o desinteresse público.

RESOLVE:

Art. 1º – Acatar o Pedido de Impugnação (outros requerimentos) por parte da requerente/proprietária, concordando com PARECER nº 030/2019/CAT/COMPHAAN, emitido pela Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN, em 25 de setembro de 2019, e não concordando com o DESPACHO Nº 030/2019/SPHC, emitido pelo Setor de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, em 9 de agosto de 2019.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2019.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

## RESOLUÇÃO Nº 035/2019/COMPHAAN/JS

Publicação Nº 2212607

RESOLUÇÃO Nº 035/2019/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 18027/2018 – Cadastro: Rural, Outros requerimentos (Tombamento voluntário), tendo como requerente, Germano Pangratz, do imóvel situado na Rua 8446 – JGS 446 – Estrada Ribeirão Cacilda – Garibaldi – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94, de 1 de julho de 1994, e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de outubro de 2019.

CONSIDERANDO a análise das edificações constantes na Matrícula Imobiliária (MI) nº 28.254, uma casa enxaimel, e dois ranchos em madeira, em terreno com 193.000m².

CONSIDERANDO que a edificação localiza-se na atual JGS-446, antiga estrada Ribeirão Cacilda, na localidade rural Garibaldi, em região repleta de edificações históricas ligadas aos povoados tradicionais desta região que ainda guarda um testemunho fiel do desenvolvimento da cidade de Jaraguá do Sul, que tem nessa região, inúmeras fases deste desenvolvimento ainda vivas na paisagem. Este imóvel encontra-se em zona rural, ou seja, sua preservação não sofre os efeitos da especulação imobiliária, além de exercer sua função social como patrimônio histórico e como atividade agrícola familiar.

CONSIDERANDO que a edificação enxaimel foi recoberta de argamassa e pintada, solução frequente em algumas edificações coloniais catarinenses de característica arquitetônica teuto-brasileira.

CONSIDERANDO que a edificação está implantada, na área rural, e os proprietários querem exercer atividade comercial voltada ao turismo local.

CONSIDERANDO que a edificação enxaimel é complementada pela ambiência do local onde está implantada.

CONSIDERANDO que a propriedade onde a casa se encontra é ampla, dedicada as atividades tradicionais agrícolas até os dias atuais. É composta por uma edificação principal, em técnica construtiva enxaimel, uma edificação nova com arquitetura contemporânea de estilo irrelevante, alguns ranchos de madeira tradicionais, sendo um deles mais contemporâneo. O conjunto dista aproximadamente 60 metros em relação a estrada Ribeirão Cacilda, com acesso por caminho rústico entre árvores, campos e lagos, com um paisagismo simples, comum a época, mas que pode ser complementado com técnicas e espécies tradicionais das edificações coloniais desta região.

CONSIDERANDO que a área rural de Jaraguá do Sul é um museu a céu aberto, com os diversos movimentos coloniais documentados através das edificações históricas e os vilarejos rurais. Esta região, no Garibaldi, possui um patrimônio riquíssimo, de edificações tradicionais habitadas por famílias tradicionais e a maioria delas exercendo as atividades tradicionais. Mesmo com o esvaziamento do campo, a maioria das comunidades persistem na região, complementando os rendimentos da atividade rural com empregos na cidade, devido a sua proximidade e boas condições de acesso. Entretanto, há de considerar a tendência global de turismo rural e histórico, bem como a especialização de atividades agrícolas para pequenas propriedades familiares.

CONSIDERANDO que a região do Alto Jaraguá é uma referência das reminiscências da imigração húngara, a qual trouxe do velho continente europeu, referências arquitetônicas de influência germânica como, o método construtivo do enxaimel. A salvaguarda desse patrimônio é de importância cultural, por se tratar do mesmo estar ligado à memória e história, da presença étnica dos húngaros de descendência germânica.

CONSIDERANDO o pedido de tombamento voluntário escrito de próprio punho por parte do requerente proprietário senhor Germano Pangratz.

CONSIDERANDO que o requerente solicita o tombamento voluntário de sua casa enxaimel, onde ainda residem a família, com o intuito de

garantir a memória da família e seu contexto com a região onde se encontra.

CONSIDERANDO a Resolução 021/2019/COMPHAAN/JS, de 24 de julho de 2019, que foi favorável ao Tombamento Municipal da edificação enxaimel, concordando com o Parecer Técnico nº 022/2019 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Técnico Nº 186/2019/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico-Cultural, e determinou o que segue: a) O Nível de Proteção em NP2. b) Os dois ranchos em madeira, também serão Tombados com nível de proteção NP2, desonerando demais edificações existentes na matrícula.

CONSIDERANDO que em vistoria realizada para conferência das medidas referentes ao tombamento, constatamos junto ao Sr. Germano Pangratz que os ranchos não fazem, ou não era pra fazer, do objetos de tombamento. A primeira vistoria, realizada por outro profissional, não dissociou o objeto principal dos complementares. Em relação ao conjunto de ranchos, apenas um configura um conjunto interessante, todavia, o madeiramento é uma sucessão de remendos de madeiras de diversas bitolas e qualidade. A integridade do rancho está comprometida, e sua preservação deveria ser opcional, por conta dos altos custos de restauração. O ponto é que a implantação do rancho desagradava a família, que tem outros planos para aquela parte do terreno.

**RESOLVE:**

Art. 1º – SER FAVORÁVEL ao pedido de tombamento voluntário concordando com PARECER nº 036/2019/CAT/COMPHAAN, emitido pela Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN, e concordando com PARECER TÉCNICO 186/2019, emitido pelo Setor de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, em 18 de setembro de 2019. Ou seja, encaminhado para tombamento apenas a casa enxaimel e alterado o nível de preservação para NP-2.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2019.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

**RESOLUÇÃO Nº 036/2019/COMPHAAN/JS**

Publicação Nº 2212612

**RESOLUÇÃO Nº 036/2019/COMPHAAN/JS**

Dispõe sobre o Processo: 26732/2019 – Cadastro: 4181. Outros requerimentos: restauração/reforma, tendo como requerente, HAROLD JUNIOR SATLER, do imóvel situado na Rua 502 – Bertha Weege, 1293, Bairro Rio Cerro I, Jaraguá do Sul – SC

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94, de 1 de julho de 1994, e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de outubro de 2019.

CONSIDERANDO a análise da edificação constante na Matrícula Imobiliária (MI) nº 35.850, uma casa em alvenaria, “com área de 173,94m², de nº 1293, construída em 1912”, num terreno com 3.376,44m².

CONSIDERANDO que em 15 de agosto de 2016 a edificação em questão foi incluída no Inventário de Bens Culturais de Jaraguá do Sul, sendo a Cientificação de nº 031/2016.

CONSIDERANDO que a proposta mantém as características da obra de forma aceitável e compatível, ao mesmo tempo em que resgata e recupera detalhes construtivos da edificação preservando-os, fazendo uso e leitura dos materiais e soluções integradas respeitando a proposta de intervenção, mesmo agregando novos elementos e usos da edificação.

CONSIDERANDO a proposta de intervenção, com as medidas de adequação, não desconfiguram a imagem e leitura atual, tampouco desnaturaliza as características construtivas, pois mantém a mesma proposta visual e seus elementos referenciais do patrimônio cultural existente, sendo favorável ao pedido de demolição dos anexos posteriores conforme projeto apresentado com área de 32,19m², como também das futuras ampliações na parte posterior de acordo com os projetos a serem apresentados e aprovados pelo SPHC.

CONSIDERANDO o interesse em restaurar e preservar a edificação por parte do requerente/proprietário senhor Haroldo Junior Satler.

CONSIDERANDO que área a reformar/restaurar é de 127,17m², a área a demolir é de 32,19m², e a área total conforme levantamento 159,36m².

**RESOLVE:**

Art. 1º – SER FAVORÁVEL ao pedido de restauração/reforma (outros requerimentos) concordando com PARECER nº 037/2019/CAT/COMPHAAN, emitido pela Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN, e concordando com PARECER TÉCNICO 313/2019, emitido pelo Setor de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, em 25 de setembro de 2019.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2019.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

**RESOLUÇÃO Nº 38/2019/COMPHAAN/JS**

Publicação Nº 2212616

**RESOLUÇÃO Nº 38/2019/COMPHAAN/JS**

Dispõe sobre o Processo: 21.015/2019 – Cadastro: 8.123. Assunto: Alvará de demolição, tendo como requerente: ADMINISTRADORA DE BENS HERTEL LTDA do imóvel situado na Rua 2 – Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 507 – Centro.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94, de 1 de julho de 1994, e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de outubro de 2019.

CONSIDERANDO tratar-se de uma edificação mencionada na Matrícula Imobiliária (M.I.) nº 3.152 descrita como “uma casa de material assobradada, nº 507”, com área de 478,07 m², construída no ano de 1941, num terreno com 494,50 m².

CONSIDERANDO tratar-se de imóvel histórico inserido no eixo cadastrado no Projeto Memória e Identidade de Jaraguá do Sul: Patrimônio Arquitetônico nos Caminhos Históricos definido pela resolução 002/2010/COMPHAAN.

CONSIDERANDO que edificação construída em alvenaria manteve pouco de suas características originais, basicamente a fachada frontal que é continuação da edificação vizinha, e teve as janelas do piso intermediário, trocadas. A característica desta edificação é sua localização central em região onde o lote é ocupado integralmente. Esta edificação não ocupa todo o espaço disponível, mas as edificações vizinhas são construídas junto a divisa do lote, o que impede a visão sobre as demais fachadas. Internamente a edificação foi bastante alterada, especialmente a parte onde há maior acesso ao público. A adaptação para acessibilidade dos pisos superiores é muito difícil, pois há inúmeros níveis de piso diferentes. O estado de conservação da edificação é razoável, especialmente a fachada frontal.

CONSIDERANDO que a edificação possui traços da arquitetura art-decô, embora bem sutil e com características das edificações teuto-brasileiras, especialmente o telhado. Compõe conjunto arquitetônico da região central, embora não seja um exemplar original.

CONSIDERANDO que conforme o Regimento Interno do COMPHAAN – Decreto nº 6.933/2009, de 18 de novembro de 2009 – dispõe sobre o regimento interno do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN. Art. 3º – Compete ao Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN:

IX – avaliar cada um dos objetos cadastrados deste patrimônio; [...]

X – pronunciar-se nos procedimentos administrativos e/ou judiciais relativos à utilização, reforma, ampliação, modificação ou demolição de bens de interesse de preservação, conforme a legislação e/ou tombados.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder o alvará de demolição solicitado pelo requerente, discordando do Pareceres Técnico nº 032/2019/CAT/COMPHAAN, da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, emitido em 25 de setembro de 2019, bem como do Parecer Técnico nº 278/2019/SPHC, emitido pelo Setor de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, em 2 de setembro de 2019.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de outubro de 2019.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

**RESULTADO DE JULGAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 238/2019**

Publicação Nº 2212598

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 238/2019**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.750/2019, de 08/04/2019, formada pelos membros Vera de Tofol, Andréa Máximo Ferreira Malschitzky, Cláudia Rejane Goris De Oliveira, Ismael Niels e Marzeni Borges Antunes Gadotti, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 238/2019 – chamamento público para a 5ª HANDWERKSMESE – Feira de Artesanato na Schützenfest 2019, destinado a pessoas jurídicas sem fins lucrativos para Outorga de Permissão de Uso Remunerado de Espaços e Áreas do “Parque Municipal de Eventos”, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de artesanato, no período de 7 a 17 de novembro de 2019, durante a realização da 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos, e teve o seguinte resultado:

Proponente	Valor RS
ASSOCIAÇÃO DE CLUBE DE MÃES DE JARAGUÁ DO SUL	554,67
ASSOCIAÇÃO JARAGUAENSE DE ARTESÃOS E ARTISTAS	554,67
ASSOCIAÇÃO TRAMAS EM FIBRAS	554,67

Jaraguá do Sul (SC), 1 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 12.750/2019

**RESULTADO DE JULGAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 255/2019**

Publicação Nº 2212599

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 255/2019**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.750/2019, de 08/04/2019, formada pelos membros Vera de Tofol, Andréa Máximo Ferreira Malschitzky, Cláudia Rejane Goris De Oliveira, Ismael Niels e Marzeni Borges Antunes Gadotti, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 255/2019 – Edital de Chamamento Público para CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO destinado à realização do evento público denominado "Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, para a seleção de propostas de interessados para implantação, operação e manutenção de pontos de acesso gratuito à internet por sistema WIFI, RESTOU DESERTO.

Jaraguá do Sul (SC), 1 de novembro de 2019.  
Vera de Tofol  
Presidente da Comissão Especial de Licitações  
Decreto nº 12.750/2019

**SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 143/2019**

Publicação Nº 2212269

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
LICITAÇÃO Nº 143/2019**

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PEDREIRO E SERVIÇO DE SERVENTE DE PEDREIRO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 01/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 18/11/2019 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 144/2019**

Publicação Nº 2212271

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
LICITAÇÃO Nº 144/2019**

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: HIDRÔMETROS ULTRASSÔNICOS E HIDRÔMETROS VELOCIMÉTRICOS UNIJATO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 01/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 13/11/2019 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**SAMAE - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2019**

Publicação Nº 2211343

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que a Decisão Administrativa acerca da impugnação realizada ao Edital foi divulgada e foi prorrogada a data de abertura do Edital do Processo Licitatório nº 117/2019, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE JARDINAGEM E MANUTENÇÃO PAISAGÍSTICA EM DIVERSAS UNIDADES E CANTEIROS EXTERNOS MANTIDOS PELO SAMAE DE JARAGUÁ DO SUL □ SC.

A sessão de abertura fica remarcada para o dia 18/11/2019 às 10 horas, na Sede do Samae.


O edital encontra-se disponível no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9114.

Ademir Izidoro

**AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - 2019**

Publicação Nº 2211582

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL</b> Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 5861/2019</b>
	Processo Administrativo: <b>32/2019</b> Data do Processo: <b>08/03/2019</b> Contrato: <b>Sem termo</b> Data da Contratação: <b>03/05/2019</b> Data da Solicitação: <b>30/09/2019</b> Sequencial do Contrato: <b>3015</b> Data de Homologação: <b>03/05/2019</b>
Página: 1/1	

<b>Fornecedor: BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI ME</b> <b>CPF/CNPJ:</b> 29.220.447/0001-58 <b>Endereço:</b> Rod. Br. 470, km 140, Valada Itoupava - 89162-875, RIO DO SUL - SC <b>E-mail:</b> bcagro@gmail.com <b>Banco:</b> 341 - Itaú Unibanco S.A. <b>Agencia</b> 8483- <b>Conta:</b> 15228-9	<b>Telefone:</b> 4735222278 <b>Celular:</b>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Organograma:</b>	3900400210 - ESPORTE E LAZER
<b>Condição de Pagamento:</b>	
<b>Prazo de Entrega:</b>	Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF
<b>Local de Entrega:</b>	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Despesa :</b>	545 - 39.004.27.813.1000.4004.3.3.90.00.00 - Manutenção de espaços nos
<b>Desdobramento :</b>	3.3.90.30.31.00
<b>Recurso :</b>	0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS
<b>Objeto:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
<b>Observação:</b>	AQUISIÇÃO DE 1.000M2 DE GRAMA ESMERALDA EM LEIVA, DEST. PARA REVITALIZAÇÃO DA PARTE EXTERNA DA ARENA JARAGUÁ.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	1.000,000	M2	10411 - GRAMA EM LEIVA TIPO ESMERALDA	BENTEC	6,1500	6.150,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>6.150,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 30 de Setembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5862/2019**

Processo Administrativo: 172/2018  
Data do Processo: 11/09/2018  
Contrato: Sem termo  
Data da Contratação: 02/10/2018  
Data da Solicitação: 30/09/2019  
Sequencial do Contrato: 372  
Data de Homologação: 02/10/2018

Página: 1/1

**Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL MATRIZ**
**Telefone: 33728888**
**CPF/CNPJ: 83.488.882/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, Centro - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: licitacao@agricopel.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3125-9 Conta: 3977-2**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 232 - 09.001.15.122.0451.2304.3.3.90.00.00 - Aquisição de combustíveis e

**Desdobramento :** 3.3.90.30.01.00

**Recurso :** 0.1.39.0555 - FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III à Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** Aquisição de 5.903,112 litros de gasolina comum para abastecer a frota de veículos de uso desta municipalidade.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	5.903,112	L	6293 - GASOLINA COMUM	SHELL	3,8210	22.555,79
					<b>Total Geral:</b>	<b>22.555,79</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
30 de Setembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5863/2019**

Processo Administrativo: **172/2018**  
Data do Processo: **11/09/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **02/10/2018**  
Data da Solicitação: **30/09/2019**  
Sequencial do Contrato: **372**  
Data de Homologação: **02/10/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL MATRIZ**

**Telefone: 33728888**

**CPF/CNPJ: 83.488.882/0001-03**

**Celular:**

**Endereço: WALTER MARQUARDT, Centro - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**

**E-mail: licitacao@agricopel.com.br**

**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3125-9 Conta: 3977-2**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 232 - 09.001.15.122.0451.2304.3.3.90.00.00 - Aquisição de combustíveis e

**Desdobramento :** 3.3.90.30.01.00

**Recurso :** 0.1.39.0555 - FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III à Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** Aquisição de 15.000 litros de gasolina comum para abastecer a frota de veículos de uso desta municipalidade.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	14.396,888	L	6293 - GASOLINA COMUM	SHELL	3,8210	55.010,51
4	603,112	L	6293 - GASOLINA COMUM - Referência interna do Item: 4	SHELL	3,8210	2.304,49
					<b>Total Geral:</b>	<b>57.315,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
30 de Setembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5864/2019**

Processo Administrativo: **172/2018**  
Data do Processo: **11/09/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **02/10/2018**  
Data da Solicitação: **30/09/2019**  
Sequencial do Contrato: **373**  
Data de Homologação: **02/10/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: POSTO ALVORADA LTDA****CPF/CNPJ:** 82.740.317/0001-29**Endereço:** ADELIA FISCHER, Baependi - 89256-400, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:** jaragua@rededelta.com.br**Banco:** 237 - Banco Bradesco S.**Agencia** 3536-0**Conta:** 223210-3**Telefone:** 4732750072**Celular:**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO**Condição de Pagamento:** Conforme edital**Prazo de Entrega:** De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 232 - 09.001.15.122.0451.2304.3.3.90.00.00 - Aquisição de combustíveis e**Desdobramento :** 3.3.90.30.01.00**Recurso :** 0.1.39.0555 - FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III à Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 35.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S-10 PARA ABASTECER A FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS RODANTES DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	35.000,000	L	28577 - ÓLEO DIESEL S10		3,0600	107.100,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>107.100,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
30 de Setembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5866/2019**

Processo Administrativo: **64/2019**  
Data do Processo: **08/04/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **28/05/2019**  
Data da Solicitação: **27/09/2019**  
Sequencial do Contrato: **2942**  
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: JLS TRANSPORTES JOINVILLE EIRELI**
**Telefone: 4730172500**
**CPF/CNPJ: 29.875.411/0001-02**
**Celular:**
**Endereço: DR. JOAO COLIN, AMERICA - 89204-001, JOINVILLE - SC**
**E-mail: contato@meiotur.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 3130-**
**Conta: 2338-8**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900400210 - ESPORTE E LAZER

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** AF emitida com antecedência mínima de 05 dias

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 552 - 39.004.27.811.1002.4006.3.3.90.00.00 - Suporte as modalidades de

**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de transportes em veículo de passeio, caminhão baú, ônibus executivo/semi-leito/convencional/micro ônibus e tipo Van, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista e combustível, para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais, destinados para uso da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de 15.000km em veículo com capacidade para 16 lugares, para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais para transporte especial de atletas.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	15.000,000	KM	19895 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL DE ATLETAS COM VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA)		2,8500	42.750,00

					<b>Total Geral:</b>	<b>42.750,00</b>
--	--	--	--	--	---------------------	------------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
27 de Setembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5868/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
Data do Processo: **29/03/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **30/05/2019**  
Data da Solicitação: **30/09/2019**  
Sequencial do Contrato: **3334**  
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP**
**Telefone: 4733707271**
**CPF/CNPJ: 07.483.630/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, RIO MOLHA - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: alanaprodutosdelimpeza@brturbo.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 417-0**
**Conta: 00000213-7**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 62 - 05.001.04.122.0300.2063.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 5 UN. RODO DE ESPUMA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
192	5,000	UN	11911 - RODO DE ESPUMA	VERPLAST	4,1700	20,85
					<b>Total Geral:</b>	<b>20,85</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
30 de Setembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5869/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
Data do Processo: **29/03/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **30/05/2019**  
Data da Solicitação: **30/09/2019**  
Sequencial do Contrato: **3279**  
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP**
**Telefone: 4733712000**
**CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10**
**Celular:**
**Endereço:** Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** lili.casaconstrucao@gmail.com

**Banco:** 104 - Caixa Econômica

**Agencia** 417-0

**Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 62 - 05.001.04.122.0300.2063.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.26.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE PILHAS ALCALINAS AA 1.5 V

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	50,000	UN	12735 - PILHA ALCALINA AA 1.5 V	EVEREDY	0,8700	43,50
Total Geral:						43,50

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
30 de Setembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5891/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
Data do Processo: **29/03/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **30/05/2019**  
Data da Solicitação: **30/09/2019**  
Sequencial do Contrato: **3146**  
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0800100022 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - GABINETE SECRET  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 84 - 08.001.12.361.0300.2100.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00  
**Recurso :** 0.1.36.0066 - Salário Educação  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 1 GARRAFA TÉRMICA DE 1,8 LT

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
30	1,000	UN	8258 - GARRAFA TÉRMICA 1.8 LTS	UNITHERM	37,6900	37,69
					<b>Total Geral:</b>	<b>37,69</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
30 de Setembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5892/2019**

Processo Administrativo: 71/2019  
Data do Processo: 12/04/2019  
Contrato: Sem termo  
Data da Contratação: 03/06/2019  
Data da Solicitação: 30/09/2019  
Sequencial do Contrato: 3715  
Data de Homologação: 03/06/2019

Página: 1/1

**Fornecedor: PH7 CAR SERVICE LTDA - ME**
**Telefone: 32754088**
**CPF/CNPJ: 07.380.849/0001-87**
**Celular:**
**Endereço:** Rua Max Eugênio Roberto Ziemann, CZERNIEWICZ - 89255-360, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** phsete3m@gmail.com

**Banco:** 104 - Caixa Econômica

**Agencia:** 417-0

**Conta:** 162-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3800100205 - DESEN. ECONÔMICO, IND., COMÉRCIO E TUR.

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 30 dias após Autorização de Fornecimento

**Local de Entrega:** Em diversas unidades de saúde

**Despesa :** 294 - 11.001.19.572.1260.4205.3.3.90.00.00 - Gestão do Centro de Inovação

**Desdobramento :** 3.3.90.30.28.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento e aplicação de películas autoadesivas de proteção solar, linha profissional, a serem instaladas nas janelas, portas de vidros e fachadas (vidraças), das salas de vacinação das unidades básicas de saúde, mantidas e gerenciadas pelo fundo municipal de saúde e para o centro de inovação de Jaraguá do Sul, mantido pela secretaria municipal de desenvolvimento econômico, indústria, comércio, serviços e turismo, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificação e quantidade, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

**Observação:** PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 195/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2019  
Acréscimo de 25% do quantitativo do item 01  
O aditivo justifica-se pela ampliação da área a ser abrangida com a proteção da película de forma a preservar o referido espaço público e os móveis ali instalados, além de proporcionar economicidade no que diz respeito ao consumo de energia elétrica bem como conforto aos frequentadores do local.  
Fornecimento e Aplicação de Películas Autoadesivas de Proteção Solar no Centro de Inovação

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	87,000	M2	101101 - SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULAS - CENTRO DE INOVAÇÃO Fornecimento e Instalação de película - Linha Profissional - Cor: fumê - Tipo: Espelhada - Requisitos: Luz visível transmitida 15% - Refletividade visível exterior 38% - Refletividade visível interior 11% - Bloqueio de UV 99% - IR (Radiação Infravermelho) 70% - Total de Energia Solar Rejeitada 72% - Vida Útil de 10 a 15 anos - Garantia de 05 anos contra deslocamento e desbotamento.		62,8500	5.467,95
					<b>Total Geral:</b>	<b>5.467,95</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
30 de Setembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5950/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
Data do Processo: **29/03/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **30/05/2019**  
Data da Solicitação: **03/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **3279**  
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP**
**Telefone: 4733712000**
**CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10**
**Celular:**
**Endereço:** Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** lili.casaconstrucao@gmail.com

**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 417-0 **Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 62 - 05.001.04.122.0300.2063.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 3 GARRAFAS TÉRMICAS DE 1LT

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
28	3,000	UN	8257 - GARRAFA COM SISTEMA DE PRESSÃO PUMP.	INVICTA	28,9000	86,70
					<b>Total Geral:</b>	<b>86,70</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
03 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5951/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
Data do Processo: **29/03/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **30/05/2019**  
Data da Solicitação: **03/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **3146**  
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 62 - 05.001.04.122.0300.2063.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades de  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00  
**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 3 GARRAFAS TÉRMICAS DE 1,8 LT

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
30	3,000	UN	8258 - GARRAFA TÉRMICA 1.8 LTS	UNITHERM	37,6900	113,07
					<b>Total Geral:</b>	<b>113,07</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
03 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5956/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **439**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP**

**Telefone: 4733712000**

**CPF/CNPJ:** 78.268.810/0001-10

**Celular:**

**Endereço:** Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** lili.casaconstrucao@gmail.com

**Banco:** 104 - Caixa Econômica

**Agencia** 417-0

**Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 389 - 19.001.16.482.0601.2505.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de materiais de construção destinado à infraestrutura e urbanização de Loteamentos em processo de Reg. Fundiária, sendo: 300m de tubo PVC esgoto SN 100mm.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REURB-S - LEI FED. 13.465/2017

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
104	300,000	M	8242 - TUBO PVC ESGOTO SN 100MM - NBR 5688	PLASTILIT	6,2900	1.887,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.887,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5957/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **443**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: SUIÇA TRANSPORTES LTDA ME**
**Telefone:** 4734395019

**CPF/CNPJ:** 06.032.884/0001-42

**Celular:** 4733704522

**Endereço:**

**E-mail:** Estrada Piraí, snº, km 3, sala D, VILA NOVA - 89237-600, JOINVILLE - SC  
vendaspedreirariobranco@britagemvogelsanger.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5443-0 **Conta:** 59953-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 400 - 19.001.16.122.0602.2510.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades da

**Desdobramento :** 3.3.90.30.33.00

**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de materiais de construção para fábrica de pré-moldados, destinado para fabricação de artefatos de cimento, sendo: 70m³ brita nº 1.  
Manutenção das atividades da fábrica de pré-moldados na produção de artefatos de cimento.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
370	70,000	M3	8091 - BRITA Nº 1	VOGELSANGE R	51,8800	3.631,60
					<b>Total Geral:</b>	<b>3.631,60</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5958/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **443**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: SUIÇA TRANSPORTES LTDA ME**

**Telefone:** 4734395019

**CPF/CNPJ:** 06.032.884/0001-42

**Celular:** 4733704522

**Endereço:**

**E-mail:** Estrada Piraí, snº, km 3, sala D, VILA NOVA - 89237-600, JOINVILLE - SC  
vendaspedreirariobranco@britagemvogelsanger.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5443-0 **Conta:** 59953-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00

**Recurso :** 0.1.36.0066 - Salário Educação

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de Brita para a EMEB Marcos Emílio Verbinnen

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
370	12,000	M3	8091 - BRITA Nº 1	VOGELSANGE R	51,8800	622,56
					<b>Total Geral:</b>	<b>622,56</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5959/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1207**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA.**

**Telefone:** 4733702641

**CPF/CNPJ:** 80.443.427/0001-01

**Celular:**

**Endereço:** GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** parisiatendimento@netuno.com.br

**Banco:** 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 356-5 **Conta:** 29548-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

**Condição de Pagamento:** 30 dias

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 400 - 19.001.16.122.0602.2510.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades da

**Desdobramento :** 3.3.90.30.33.00

**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de materiais de construção para fábrica de pré-moldados, destinado para fabricação de artefatos de cimento, sendo: 70m³ de areia média.

Manutenção das atividades da fábrica de pré-moldados na produção de artefatos de cimento.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
362	70,000	M3	7990 - AREIA MÉDIA		52,0000	3.640,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>3.640,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5960/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1338**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM** **Telefone:** 4733710196  
**CPF/CNPJ:** 17.875.364/0001-18 **Celular:**  
**Endereço:** Vergílio Pedro Rubini, Barra do Rio Cerro - 89260-190, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** wanderleiwinter@bol.com.br  
**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 4332-0 **Conta:** 217-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 400 - 19.001.16.122.0602.2510.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades da  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.33.00  
**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** Aquisição de materiais de construção para fábrica de pré-moldados, destinado para fabricação de artefatos de cimento, sendo: 50m³ areia fina.  
Manutenção das atividades da fábrica de pré-moldados na produção de artefatos de cimento.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
358	50,000	M3	8245 - AREIA FINA	WANDE	64,2500	3.212,50
					<b>Total Geral:</b>	<b>3.212,50</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5961/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1338**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM** **Telefone:** 4733710196  
**CPF/CNPJ:** 17.875.364/0001-18 **Celular:**  
**Endereço:** Vergílio Pedro Rubini, Barra do Rio Cerro - 89260-190, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** wanderleiwinter@bol.com.br  
**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 4332-0 **Conta:** 217-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d  
**Local de Entrega:** PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS  
**Despesa :** 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00  
**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** AREIA FINA AMARELA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
358	5,000	M3	8245 - AREIA FINA	WANDE	64,2500	321,25
					<b>Total Geral:</b>	<b>321,25</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5962/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **438**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor:** INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA **Telefone:**  
**CPF/CNPJ:** 03.094.645/0001-29 **Celular:**  
**Endereço:** EUGENIO MOREIRA, ANITA GARIBALDI - 89202-100, JOINVILLE - SC  
**E-mail:** licitacao@infrasul.com.br  
**Banco:** 033 - Banco Santander **Agencia** 3176-0 **Conta:** 13001647-5

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
**Condição de Pagamento:** Conforme edital  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 400 - 19.001.16.122.0602.2510.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades da  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.33.00  
**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** Aquisição de materiais de construção para fábrica de pré-moldados, destinado para fabricação de artefatos de cimento, sendo: 70m³ brita 1/2".  
Manutenção das atividades da fábrica de pré-moldados na produção de artefatos de cimento.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
365	70,000	M3	14591 - BRITA 1/2 - Referência interna do Item: 365		51,8400	3.628,80
					<b>Total Geral:</b>	<b>3.628,80</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5963/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **436**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME**
**Telefone: 4733722740**
**CPF/CNPJ:** 18.138.763/0001-69

**Celular:**
**Endereço:** WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** comercial1@grupovitoria.net

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 400 - 19.001.16.122.0602.2510.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades da

**Desdobramento :** 3.3.90.30.33.00

**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de materiais de construção para fábrica de pré-moldados, destinado para fabricação de artefatos de cimento, sendo: 800m² de lona preta 4m.

Manutenção das atividades da fábrica de pré-moldados na produção de artefatos de cimento.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
322	800,000	M2	13023 - LONA PRETA	Ecocicle	0,7300	584,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>584,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5964/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **436**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME**
**Telefone: 4733722740**
**CPF/CNPJ:** 18.138.763/0001-69

**Celular:**
**Endereço:** WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** comercial1@grupovitoria.net

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900400210 - ESPORTE E LAZER

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 536 - 39.004.27.122.0300.4009.3.3.90.00.00 - Gestão dos Complexos

**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00

**Recurso :** 0.1.06.0557 - Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 55 ASSENTOS SANITÁRIO ALMOFADADA, DEST. PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ARENA JARAGUÁ.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	55,000	UN	30501 - ASSENTO SANITARIO ALMOFADA	Alumasa	38,9000	2.139,50
					<b>Total Geral:</b>	<b>2.139,50</b>

 \_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5965/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **442**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**
**Telefone: 4733723457**
**CPF/CNPJ:** 15.843.503/0001-04

**Celular:**
**Endereço:** CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** kl.licitacao@gmail.com

**Banco:** 033 - Banco Santander

**Agencia** 1539-

**Conta:** 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 400 - 19.001.16.122.0602.2510.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades da

**Desdobramento :** 3.3.90.30.33.00

**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de materiais de construção para fábrica de pré-moldados, destinado para fabricação de artefatos de cimento - lajota, tijolo e meio-fio, sendo: 20.000kg de cimento CP V. Manutenção das atividades da fábrica de pré-moldados na produção de artefatos de cimento.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
406	20.000,000	KG	30620 - CIMENTO CP V - ALTA RESISTÊNCIA INICIAL - COMPOSTO EM MASSA DE MATERIAL CARBONÁTICO ATÉ 5% - CONFORME NORMA NBR 5733. OBS:ENTREGA EM SACA DE 40 E/OU 50 KG	NACIONAL	0,5300	10.600,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>10.600,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5966/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **442**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**
**Telefone: 4733723457**
**CPF/CNPJ:** 15.843.503/0001-04

**Celular:**
**Endereço:** CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** kl.licitacao@gmail.com

**Banco:** 033 - Banco Santander

**Agencia** 1539-

**Conta:** 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 237 - 09.001.15.452.0451.2308.3.3.90.00.00 - Manutenção e ampliação da rede

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de 70 br de ferro CA-50 3/4" - br c/12m p/confecção de grelhas de bocas de lobo p/manutenção da rede de drenagem pluvial do município.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
350	70,000	UN	7957 - FERRO CA 50 - 3/4 - BARRA C/12M	VOTORAÇO	144,9900	10.149,30
					<b>Total Geral:</b>	<b>10.149,30</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5967/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **442**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**
**Telefone: 4733723457**
**CPF/CNPJ:** 15.843.503/0001-04

**Celular:**
**Endereço:** CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** kl.licitacao@gmail.com

**Banco:** 033 - Banco Santander

**Agencia** 1539-

**Conta:** 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3300200002 - DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 462 - 33.002.15.451.0410.2253.3.3.90.00.00 - Manutenção de abrigos de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de ferro para manutenção de abrigos de passageiros

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
274	10,000	UN	7954 - FERRO CA 50 - 3/8 - BR C/12M	VOTORAÇO	33,8900	338,90
					<b>Total Geral:</b>	<b>338,90</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5970/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **442**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**
**Telefone: 4733723457**
**CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04**
**Celular:**
**Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: kl.licitacao@gmail.com**
**Banco: 033 - Banco Santander**
**Agencia 1539-**
**Conta: 13000235-4**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS

**Despesa :** 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição material de construção para realização das atividades do Patrimônio.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
404	1.750,000	KG	30621 - CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACA DE 40 E/OU 50 KG	NACIONAL	0,4400	770,00

					<b>Total Geral:</b>	<b>770,00</b>
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5971/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **440**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: P & P COMERCIO E TRANSPORTES LTDA.**

**Telefone: 4732753072**

**CPF/CNPJ: 10.173.601/0001-50**

**Celular:**

**Endereço: PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, CENTENARIO - 89256-500, JARAGUÁ DO SUL - SC**

**E-mail:**

**Banco: 237 - Banco Bradesco S.**

**Agencia 356-5**

**Conta: 74645-2**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3300200002 - DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 462 - 33.002.15.451.0410.2253.3.3.90.00.00 - Manutenção de abrigos de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de madeira para manutenção de abrigos de passageiros

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
339	90,000	UN	11103 - CAIBRO DE MADEIRA	PAOLETTO	15,2000	1.368,00
340	90,000	UN	97871 - CAIBRO DE MADEIRA 4cm X 12cm X 1,00m	PAOLETTO	9,9900	899,10
341	30,000	UN	97872 - LINHA DE MADEIRA	PAOLETTO	79,0000	2.370,00
342	20,000	UN	97873 - LINHA DE MADEIRA ACEPILHADA	PAOLETTO	46,0000	920,00
343	10,000	UN	97874 - PONTALETE DE MADEIRA	PAOLETTO	13,9000	139,00
344	170,000	UN	97875 - SARRAFO DE MADEIRA ACEPILHADO	PAOLETTO	12,2000	2.074,00
345	13,000	UN	97876 - PRANCHA DE MADEIRA	PAOLETTO	95,0000	1.235,00

**Total Geral: 9.005,10**

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5973/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **441**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: K & P CONSTRUTORA LTDA****CPF/CNPJ:** 85.388.601/0001-76**Telefone:** 47999540066**Celular:** 47999714678**Endereço:****E-mail:** RUA MONSENHOR GERCINO, ITAUM - 89230-290, JOINVILLE - SC

sandra.apoio@terra.com.br

gabriel-alves-@hotmail.com

**Banco:** 104 - Caixa Econômica**Agencia**

1554-7

**Conta:** 2316-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3300200002 - DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES**Condição de Pagamento:** Conforme edital**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 462 - 33.002.15.451.0410.2253.3.3.90.00.00 - Manutenção de abrigos de**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.**Observação:** Aquisição de silicone para manutenção de abrigos de passageiros

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
329	12,000	UN	23453 - SILICONE PU	WORKER	16,0900	193,08
					<b>Total Geral:</b>	<b>193,08</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5974/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **443**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: SUIÇA TRANSPORTES LTDA ME****Telefone:** 4734395019**CPF/CNPJ:** 06.032.884/0001-42**Celular:** 4733704522**Endereço:**

**E-mail:** Estrada Piraí, snº, km 3, sala D, VILA NOVA - 89237-600, JOINVILLE - SC  
vendaspedreirariobranco@britagemvogelsanger.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5443-0 **Conta:** 59953-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL**Condição de Pagamento:** Conforme edital**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 139 - 08.003.12.122.0300.2121.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial -**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00**Recurso :** 0.1.80.0097 - Recursos Creches

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de Brita para o CMEI Mario Nicollini

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
370	7,000	M3	8091 - BRITA Nº 1	VOGELSANGE R	51,8800	363,16

					<b>Total Geral:</b>	<b>363,16</b>
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5978/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
Data do Processo: **29/03/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **30/05/2019**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **3334**  
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP**
**Telefone: 4733707271**
**CPF/CNPJ: 07.483.630/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, RIO MOLHA - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: alanaprodutosdelimpeza@brturbo.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 417-0**
**Conta: 00000213-7**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 62 - 05.001.04.122.0300.2063.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO 1M PARA PARQUE DE EVENTOS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
190	5,000	UN	32214 - RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO 1m	SANCHES	44,5000	222,50
					<b>Total Geral:</b>	<b>222,50</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5979/2019**

Processo Administrativo: **127/2019**  
Data do Processo: **28/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **26/07/2019**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **4060**  
Data de Homologação: **26/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor:** CODEJAS CIA. DE DESENVOLVIMENTO DE JARAGUÁ DO SUL **Telefone:** 33707696  
**CPF/CNPJ:** 00.513.208/0001-04 **Celular:**  
**Endereço:** Rua José Fachini, Barra do Rio Molha - 89259-720, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** codejas@gmail.com  
**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 2707-3 **Conta:** 3000011-0

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Conforme item 11.3 do Edital  
**Local de Entrega:** JARAGUÁ DO SUL - SC  
**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00  
**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** Aquisição de 7.200 toneladas de saibro (macadame) para revestimento de vias não pavimentadas de responsabilidade do município.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	7.200,000	TN	101814 - SAIBRO BRUTO (MACADAME) * EXTRAÇÃO, CARREGAMENTO E TRANSPORTE POR CONTA DO MUNICÍPIO.		7,8200	56.304,00

					<b>Total Geral:</b>	<b>56.304,00</b>
--	--	--	--	--	---------------------	------------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5980/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **742**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: COMERCIO DE AREIAS CAMPESTRINI LTDA -ME**
**Telefone: 4733760383**
**CPF/CNPJ: 01.283.112/0001-60**
**Celular:**
**Endereço: JOSE MAESTRI, JARAGUA 99 - 89260-680, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: areiascampestrini@terra.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3012-0 Conta: 7708-9**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 389 - 19.001.16.482.0601.2505.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00

**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

**Observação:** Contratação de 200 horas de caminhão caçamba tipo basculante, trucado, traçado, com capacidade mínima de carga de 10m³.  
Destinado a atender ao programa de Regularização Fundiária.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
16	200,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. - Referência interna do Item: 16		80,0000	16.000,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>16.000,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5981/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **747**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM** **Telefone:** 4733710196  
**CPF/CNPJ:** 17.875.364/0001-18 **Celular:**  
**Endereço:** Vergílio Pedro Rubini, Barra do Rio Cerro - 89260-190, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** wanderleiwinter@bol.com.br  
**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 4332-0 **Conta:** 217-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 389 - 19.001.16.482.0601.2505.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,  
**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00  
**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.  
**Observação:** Contratação de 200 horas de caminhão caçamba tipo basculante, trucado, traçado, com capacidade mínima de carga de 10m³.  
Destinado a atender ao programa de Regularização Fundiária.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
18	200,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. - Referência interna do Item: 18		87,9900	17.598,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>17.598,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5982/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **744**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: G. J. WINTER TERRAPLENAGEM E DISK CAÇAMBAS**
**Telefone: 4733707106**
**CPF/CNPJ: 31.988.650/0001-10**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, Barra do Rio Molha - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: winter.material@uol.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 4332-0**
**Conta: 889-4**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 389 - 19.001.16.482.0601.2505.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00

**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

**Observação:** Contratação de 50 horas de rolo compactador vibratório com tambor dianteiro (cilindro) liso e 02 pneus traseiros lisos de borracha, com peso operacional mínimo de 10 toneladas. Destinado a atender aos trabalhos de infraestrutura em regularização fundiária - REURB-S - LEI FED. 13.465/2017

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
72	50,000	H	98210 - SERVIÇO DE ROLO COMPACTOR VIBRATÓRIO, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 10		184,9900	9.249,50
					<b>Total Geral:</b>	<b>9.249,50</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5983/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **747**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM** **Telefone:** 4733710196  
**CPF/CNPJ:** 17.875.364/0001-18 **Celular:**  
**Endereço:** Vergílio Pedro Rubini, Barra do Rio Cerro - 89260-190, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** wanderleiwinter@bol.com.br  
**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 4332-0 **Conta:** 217-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 389 - 19.001.16.482.0601.2505.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,  
**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00  
**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.  
**Observação:** Contratação de 200 rodas de serviço de retroescavadeira 4x4 com lança normal. Destinado a atender ao programa de Regularização Fundiária.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
57	200,000	H	18576 - SERVIÇO DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA 4x4, COM LANÇA NORMAL - Referência interna do Item: 57		114,9900	22.998,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>22.998,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5984/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**  
Data do Processo: **18/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **02/08/2019**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **4153**  
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME**

**Telefone: 4733740300**

**CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34**

**Celular:**

**Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC**

**E-mail: ljveventos@netuno.com.br**

**Banco: 237 - Banco Bradesco S.**

**Agencia 356-5**

**Conta: 1004683-1**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900100207 - CULTURA.

**Condição de Pagamento:** Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

**Prazo de Entrega:** 12 (doze) meses

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

**Desdobramento :** 3.3.90.39.59.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

**Observação:** EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	1,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO TIPO 01 (PEQUENOS EVENTOS EM RUAS, PRAÇAS)		985,0000	985,00
5	1,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO TIPO 05 (GRANDES EVENTOS)		3.800,0000	3.800,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>4.785,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5985/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**  
Data do Processo: **18/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **02/08/2019**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **4153**  
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME**

**Telefone: 4733740300**

**CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34**

**Celular:**

**Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC**

**E-mail: ljveventos@netuno.com.br**

**Banco: 237 - Banco Bradesco S.**

**Agencia 356-5**

**Conta: 1004683-1**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900100207 - CULTURA.

**Condição de Pagamento:** Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

**Prazo de Entrega:** 12 (doze) meses

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

**Observação:** LOCAÇÃO DE 02 PALCOS E 100 GRADES DE CONTENÇÃO, DEST. PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
11	100,000	M	33224 - LOCAÇÃO DE GRADES DE CONTENÇÃO PARA EVENTOS		17,3000	1.730,00
14	2,000	SV	23872 - ESTRUTURA DE PISO DE PALCO 6X4X0,80		1.275,0000	2.550,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>4.280,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 5986/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**  
Data do Processo: **18/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **02/08/2019**  
Data da Solicitação: **04/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **4153**  
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME**

**Telefone: 4733740300**

**CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34**

**Celular:**

**Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC**

**E-mail: ljveventos@netuno.com.br**

**Banco: 237 - Banco Bradesco S.**

**Agencia 356-5**

**Conta: 1004683-1**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900100207 - CULTURA.

**Condição de Pagamento:** Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

**Prazo de Entrega:** 12 (doze) meses

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

**Desdobramento :** 3.3.90.39.12.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

**Observação:** LOCAÇÃO DE 01 GERADOR, DEST. PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
9	1,000	UN	19527 - GERADOR		1.920,0000	1.920,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.920,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
04 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6000/2019**

Processo Administrativo: **79/2019**  
Data do Processo: **06/05/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/07/2019**  
Data da Solicitação: **07/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **3876**  
Data de Homologação: **18/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME**
**Telefone: 4732752730**
**CPF/CNPJ:** 79.912.788/0001-62

**Celular:**
**Endereço:** DOS ESCOTEIROS, CHICO DE PAULA - 89254-730, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** regis.licitacoes@gmail.com  
regisbrinquedos@gmail.com

**Banco:** 085 - Cooperativa Central **Agencia** 101-5 **Conta:** 969904-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900100207 - CULTURA.

**Condição de Pagamento:** 30 dias

**Prazo de Entrega:** 12 (doze) meses

**Local de Entrega:** ARENA MULTIUSO JARAGUÁ

**Despesa :** 517 - 39.001.13.392.1100.4115.3.3.90.00.00 - Realização da Festa do Atirador -

**Desdobramento :** 3.3.90.31.01.00

**Recurso :** 0.2.06.0536 - Recursos Arrecadados Schutzenfest

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para a aquisição de medalhas, troféus, placas, pin's e comendas, destinados à premiação em eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 625 PIN EM METAL COM GRAVAÇÃO EM RELEVO, DEST. PARA REALIZAÇÃO DA 31º SCHUTZENFEST.  
AF REFERENTE AO ADITIVO DE 25% DO ITEM 38

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
38	625,000	UN	35572 - PIN EM METAL C/GRAVAÇÃO EM RELEVO		13,0000	8.125,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>8.125,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6007/2019**

Processo Administrativo: 22/2019  
Data do Processo: 25/02/2019  
Contrato: Sem termo  
Data da Contratação: 11/04/2019  
Data da Solicitação: 07/10/2019  
Sequencial do Contrato: 2481  
Data de Homologação: 11/04/2019

Página: 1/1

**Fornecedor: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI**

**CPF/CNPJ:** 04.229.532/0001-56

**Endereço:**

**E-mail:** NEREU RAMOS, MEIA PRAIA - 88220-000, ITAPEMA - SC  
itapema.jardinagem@hotmail.com

**Banco:** 341 - Itaú Unibanco S.A.

**Agencia** 6329-

**Conta:** 14167-2

**Telefone:** 4732685090

**Celular:** 47999535923

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900400210 - ESPORTE E LAZER

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** 12 meses após a assinatura da Ata de Registro

**Local de Entrega:** Conforme item 4.3 do Edital

**Despesa :** 545 - 39.004.27.813.1000.4004.3.3.90.00.00 - Manutenção de espaços nos

**Desdobramento :** 3.3.90.39.78.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de roçada, capina, limpeza, preparação de canteiros, plantio de flores e hortaliças, destinado aos imóveis ocupados ou que venha a ser ocupados pelos Órgãos, Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificação e quantidade, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

**Observação:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE 100.000M2 DE SERVIÇOS DE ROÇADA. MANUTENÇÃO DA ARENA JARAGUÁ, G.E. ARTHUR MULLER E PISTA DE ATLETISMO

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	100.000,000	M2	100939 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, DE ROÇADA E VARRIÇÃO EM ÁREAS EXTERNAS (PÁTIOS)		0,1100	11.000,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>11.000,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6008/2019**

Processo Administrativo: **110/2019**  
Data do Processo: **07/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **02/08/2019**  
Data da Solicitação: **07/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **5031**  
Data de Homologação: **02/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP**

**Telefone: 4733082970**

**CPF/CNPJ: 29.634.736/0001-01**

**Celular:**

**Endereço: Avenida Nossa Senhora da Penha, Santa Luíza - 29045-403, VITÓRIA - ES**

**E-mail: temperclimacita@gmail.com**

**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 0095-7 Conta: 28772-5**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1100100037 - SECRET. MUN. DES.ECON. E TURISMO

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** Máximo de 15 dias consecutivos após recbto da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 295 - 11.001.19.572.1260.4205.4.4.90.00.00 - Gestão do Centro de Inovação

**Desdobramento :** 4.4.90.52.34.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADOS e CORTINA DE AR ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** Ar Condicionados Centro de Inovação

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
13	8,000	UN	100651 - APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT CASSETE 18.000 BTUs	ELGIN	4.244,0000	33.952,00
14	3,000	UN	100652 - APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT CASSETE 24.000 BTUs	ELGIN	5.130,0000	15.390,00
16	1,000	UN	101616 - APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT CASSETE - MÍNIMO 46.000 BTUs	ELGIN	8.150,0000	8.150,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>57.492,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6009/2019**

Processo Administrativo: **110/2019**  
Data do Processo: **07/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **02/08/2019**  
Data da Solicitação: **07/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **5027**  
Data de Homologação: **02/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP**
**Telefone: 4833463711**
**CPF/CNPJ: 05.368.504/0001-82**
**Celular:**
**Endereço: Osmar Cunha, CENTRO - 88015-100, FLORIANÓPOLIS - SC**
**E-mail: eearrefrigeracao@gmail.com**
**Banco: 041 - Banco do Estado do Agência 515-7 Conta: 060055860-4**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1100100037 - SECRET. MUN. DES.ECON. E TURISMO

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 15 dias consecutivos após recbto da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 295 - 11.001.19.572.1260.4205.4.4.90.00.00 - Gestão do Centro de Inovação

**Desdobramento :** 4.4.90.52.34.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADOS e CORTINA DE AR ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** Ar Condicionados Centro de Inovação

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
15	4,000	UN	101615 - APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT CASSETE 36.000 BTUs	ELGIN	6.100,0000	24.400,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>24.400,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6010/2019**

Processo Administrativo: 70/2019  
Data do Processo: 12/04/2019  
Contrato: Sem termo  
Data da Contratação: 03/06/2019  
Data da Solicitação: 07/10/2019  
Sequencial do Contrato: 3474  
Data de Homologação: 03/06/2019

Página: 1/1

**Fornecedor: CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELLI ME**
**Telefone:** 49988988662

**CPF/CNPJ:** 14.869.829/0001-30

**Celular:**
**Endereço:** Rua Wilma Schlosser, Industrial - 89872-000, MODELO - SC

**E-mail:** volneiw1970@gmail.com

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5395-3 **Conta:** 8594-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro

**Despesa :** 232 - 09.001.15.122.0451.2304.3.3.90.00.00 - Aquisição de combustíveis e

**Desdobramento :** 3.3.90.30.01.00

**Recurso :** 0.1.07.0126 - Recursos CIDE

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 200L DE ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 E CLASSIFICAÇÃO API GL-5 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS RODANTES DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
8	200,000	L	7171 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 API GL-5	LUCHETI	9,8000	1.960,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.960,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6011/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **07/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **749**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: TRANSRECH TRANSPORTES LTDA. ME**
**Telefone: 4732756148**
**CPF/CNPJ: 04.304.112/0001-97**
**Celular:**
**Endereço: ROBERTO ZIEMANN, Amizade - 89255-300, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: transrech2017@gmail.com**
**Banco: 104 - Caixa Econômica Agência 3077-5 Conta: 29-1**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1200100040 - AGRICULTURA

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 346 - 12.001.20.511.0500.2407.3.3.90.00.00 - Contratação de serviços de horas

**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

**Observação:** CONTRATAÇÃO DE 100 HORAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE, TRUCADO, TRAÇADO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10M³ COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
14	100,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. - Referência interna do Item: 14		87,9000	8.790,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>8.790,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6012/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **07/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **747**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM** **Telefone:** 4733710196  
**CPF/CNPJ:** 17.875.364/0001-18 **Celular:**  
**Endereço:** Vergílio Pedro Rubini, Barra do Rio Cerro - 89260-190, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** wanderleiwinter@bol.com.br  
**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 4332-0 **Conta:** 217-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1200100040 - AGRICULTURA  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 346 - 12.001.20.511.0500.2407.3.3.90.00.00 - Contratação de serviços de horas  
**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00  
**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.  
**Observação:** CONTRATAÇÃO DE 100 HORAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE, TRUCADO, TRAÇADO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10M³ COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
13	100,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. - Referência interna do Item: 13		99,9500	9.995,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>9.995,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6013/2019**

Processo Administrativo: **108/2019**  
Data do Processo: **28/05/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **09/07/2019**  
Data da Solicitação: **07/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **3924**  
Data de Homologação: **09/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: ANJOS DA VIDA SAÚDE - SERVIÇOS MÓVEIS DE**
**Telefone: 4733407820**
**CPF/CNPJ: 13.281.756/0001-06**
**Celular: 47999905232**
**Endereço:**

**E-mail:** Rua Engenheiro Odebrecht, Garcia - 89021-200, BLUMENAU - SC  
direcao geral@anhosdavidasaude.com.br

**Banco:** 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 349-2 **Conta:** 8442-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900400210 - ESPORTE E LAZER

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 do Edital

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 552 - 39.004.27.811.1002.4006.3.3.90.00.00 - Suporte as modalidades de

**Desdobramento :** 3.3.90.39.61.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de ambulância (tipo A e B) para transporte de pacientes da Rede Municipal de Saúde em viagens inter e intramunicipais, interestaduais, inter hospitalar e também para atuar em eventos apoiados e ou promovidos pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** SERVIÇO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO TIPO B, para realização dos serviços em eventos para proporcionar atendimento com ambulância Tipo B (Com 01 Motorista Socorrista e 01 profissional de enfermagem – Sem Médico), necessário em eventos esportivos e culturais promovidos /apoiados pela Secretaria de Cultura,Esporte e Lazer.

REALIZAÇÃO DO EVENTO MOVIMENTA JARAGUÁ  
DIA 12/10/2019 DAS 10H AS 19H  
TOTAL 9H

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	9,000	H	101581 - SERVIÇO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO TIPO B		130,0000	1.170,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.170,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6029/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**  
Data do Processo: **27/05/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **05/07/2019**  
Data da Solicitação: **07/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **4473**  
Data de Homologação: **05/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: DESENTUPIDORA CARVALHO LTDA - ME**

**Telefone:** 33717247

**CPF/CNPJ:** 79.411.112/0001-95

**Celular:** 47996840676

**Endereço:**

**E-mail:** Rua Marcos Emílio Verbinenn, AGUA VERDE - 89254-640, JARAGUÁ DO SUL - SC  
contato@desentupidoracarvalho.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 405-7 **Conta:** 12480-X

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3300200004 - 15. DELEGACIA POLICIA CIVIL - CONV. TRANSITO

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 467 - 33.002.06.183.0410.2258.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

**Desdobramento :** 3.3.90.39.78.00

**Recurso :** 0.1.11.0072 - Convênio SSP/PC 22.802-5

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

**Observação:** SERVIÇO DE DESENTUPIMENTO PARA CIRETRAN DE JARAGUÁ DO SUL CONFORME VIABILIDADE CONFERIDA PELA RESOLUÇÃO 638/2017 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	1,000	SV	97510 - SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E FILTRO ANAERÓBIO, COM ESGOTAMENTO DOS RESÍDUOS EM LOCAL ADEQUADO		97,0000	97,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>97,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6030/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**  
Data do Processo: **27/05/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **05/07/2019**  
Data da Solicitação: **07/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **4473**  
Data de Homologação: **05/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: DESENTUPIDORA CARVALHO LTDA - ME**
**Telefone: 33717247**
**CPF/CNPJ: 79.411.112/0001-95**
**Celular: 47996840676**
**Endereço:**

**E-mail:** Rua Marcos Emílio Verbinenn, AGUA VERDE - 89254-640, JARAGUÁ DO SUL - SC  
contato@desentupidoracarvalho.com.br

**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.**
**Agencia 405-7**
**Conta: 12480-X**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

**Desdobramento :** 3.3.90.39.78.00

**Recurso :** 0.1.36.0066 - Salário Educação

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

**Observação:** Serviço de limpeza de caixa de gordura na EMEB Marcos Emilio Verbinenn.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	1,000	SV	97511 - SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, COM ESGOTAMENTO DOS RESÍDUOS EM LOCAL ADEQUADO		134,5000	134,50
					<b>Total Geral:</b>	<b>134,50</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6031/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**  
Data do Processo: **27/05/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **31/07/2019**  
Data da Solicitação: **07/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **4475**  
Data de Homologação: **05/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**

**Telefone: 4821324525**

**CPF/CNPJ: 21.207.079/0001-04**

**Celular:**

**Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC

**E-mail:** contato@agenteprag.com.br  
comercial1@agenteprag.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

**Desdobramento :** 3.3.90.39.78.00

**Recurso :** 0.1.36.0066 - Salário Educação

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

**Observação:** Serviço de limpeza de 5 caixas d'água de 1.000 litros e 1 de 15.000 litros - EMEB Profª Gertrudes Milbratz.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	5,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	243,75
15	1,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 15.000 A 19.999 LITROS		193,0500	193,05
					<b>Total Geral:</b>	<b>436,80</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
07 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6068/2019**

Processo Administrativo: **64/2019**  
Data do Processo: **08/04/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **28/05/2019**  
Data da Solicitação: **08/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **2941**  
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: VIAÇÃO CANARINHO LTDA**
**Telefone: 4732758500**
**CPF/CNPJ: 84.438.209/0001-21**
**Celular:**
**Endereço: ROBERTO ZIEMANN, CZERNIEWICZ - 89255-300, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: contabilidade@canarinho.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 417-0**
**Conta: 2618-4**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900400210 - ESPORTE E LAZER

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** AF emitida com antecedência mínima de 05 dias

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 552 - 39.004.27.811.1002.4006.3.3.90.00.00 - Suporte as modalidades de

**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de transportes em veículo de passeio, caminhão baú, ônibus executivo/semi-leito/convencional/micro ônibus e tipo Van, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista e combustível, para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais, destinados para uso da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL 5.000 KM PARA ATLETAS COM ÔNIBUS SEMI LEITO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 43 (QUARENTA E TRÊS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA) -

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	5.000,000	KM	19896 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL PARA ATLETAS COM ÔNIBUS SEMI-LEITO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 43 (QUARENTA E TRÊS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA)		4,3100	21.550,00

					<b>Total Geral:</b>	<b>21.550,00</b>
--	--	--	--	--	---------------------	------------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
08 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6069/2019**

Processo Administrativo: **64/2019**  
Data do Processo: **08/04/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **28/05/2019**  
Data da Solicitação: **08/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **2941**  
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: VIAÇÃO CANARINHO LTDA**

**Telefone: 4732758500**

**CPF/CNPJ: 84.438.209/0001-21**

**Celular:**

**Endereço: ROBERTO ZIEMANN, CZERNIEWICZ - 89255-300, JARAGUÁ DO SUL - SC**

**E-mail: contabilidade@canarinho.com.br**

**Banco: 104 - Caixa Econômica**

**Agencia 417-0**

**Conta: 2618-4**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900100207 - CULTURA.

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** AF emitida com antecedência mínima de 05 dias

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 552 - 39.004.27.811.1002.4006.3.3.90.00.00 - Suporte as modalidades de

**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de transportes em veículo de passeio, caminhão baú, ônibus executivo/semi-leito/convencional/micro ônibus e tipo Van, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista e combustível, para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais, destinados para uso da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Contratação de 6.000 KM de serviços de transportes em veículo executivo com capacidade para 43 lugares, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista e combustível, para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais, destinados para uso da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	6.000,000	KM	19896 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL PARA ATLETAS COM ÔNIBUS EXECUTIVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 43 (QUARENTA E TRÊS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA)		4,5900	27.540,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>27.540,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
08 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6084/2019**

Processo Administrativo: **61/2019**  
Data do Processo: **04/04/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **10/05/2019**  
Data da Solicitação: **08/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **3748**  
Data de Homologação: **08/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: SUPREMO CIMENTOS S.A (JARAGUÁ DO SUL)**
**Telefone: 4733761188**
**CPF/CNPJ: 05.798.883/0002-21**
**Celular:**
**Endereço: GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: claudemir.kuhl@supremoconcreto.com.br**
**Banco: 237 - Banco Bradesco S. Agência 2656-5 Conta: 900-8**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 390 - 19.001.16.482.0601.2505.4.4.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

**Desdobramento :** 4.4.90.51.91.00

**Recurso :** 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (convencional) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem de ruas não pavimentadas, situadas em loteamentos irregulares e clandestinos que estejam em processo de regularização fundiária de interesse social no Município de Jaraguá do Sul, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** Aquisição de 90 m³ de concreto usinado FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (convencional), visando a expansão em 130m da concretagem do ACESSO CONSOLIDADO JAIME MANN. LOTEAMENTO JAIME MANN. BAIRRO ILHA DA FIGUEIRA, AREA URBANA. LARGURA MÉDIA DA RUA 6M Atender aos trabalhos de Urbanização através da implantação de infraestrutura nos Loteamentos em processo de Regularização Fundiária. A expansão foi possível após a conclusão dos trabalhos de saneamento realizados pela SAMAE, permitindo a ampliação da concretagem da localidade em mais 130m da via do acesso consolidado Jaime Mann.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	90,000	M3	28522 - CONCRETO USINADO FCK 30.0 MPA C/BRITA 0 E 1 (CONVENCIONAL)		270,0000	24.300,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>24.300,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
08 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6086/2019**

Processo Administrativo: 32/2019  
Data do Processo: 08/03/2019  
Contrato: Sem termo  
Data da Contratação: 03/05/2019  
Data da Solicitação: 08/10/2019  
Sequencial do Contrato: 2878  
Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/1

**Fornecedor: HIBISCUS ORNAMENTACOES LTDA ME**
**Telefone: 4733831413**
**CPF/CNPJ: 00.792.866/0001-82**
**Celular:**
**Endereço:** Aldo Valdri Pintarelli, Nossa Senhora de Lur - 89138-000, ASCURRA - SC

**E-mail:** hibiscus@tpa.com.br

**Banco:** 085 - Cooperativa Central

**Agencia** 0101-5

**Conta:** 2239-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO

**Despesa :** 239 - 09.001.15.452.0451.2309.3.3.90.00.00 - Manutenção de áreas

**Desdobramento :** 3.3.90.30.31.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 150 CXS DE MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA - CX C/15 MUDAS COM ALTURA MÍNIMA DE 05 CM PARA AJARDINAMENTO DO CALÇADÃO, JARDINS, PRAÇAS E TREVOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
16	150,000	CX	27270 - MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA - CX C/15 MUDAS COM ALTURA MÍNIMA DE 5CM	HIBISCUS	14,9000	2.235,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>2.235,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
08 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6087/2019**

Processo Administrativo: **32/2019**  
Data do Processo: **08/03/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **03/05/2019**  
Data da Solicitação: **08/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **3283**  
Data de Homologação: **03/05/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: BENTEC COMÉRCIO DE SEMENTES**

**CPF/CNPJ:** 10.257.026/0001-73

**Endereço:**

**E-mail:** Antonio Dolzani, Valada São Paulo - 89162-190, RIO DO SUL - SC

licitacao@bentecsementes.com.br

**Banco:** 756 - Banco Cooperativo

**Agencia** 3249-2

**Conta:** 3571-8

**Telefone:** 4735222260

**Celular:** 47991063990

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO

**Despesa :** 239 - 09.001.15.452.0451.2309.3.3.90.00.00 - Manutenção de áreas

**Desdobramento :** 3.3.90.30.31.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 25 SC DE URÉIA - SC DE 25 KG E 10 SC DE ADUBO QUÍMICO NPK 10-10-10 - SC DE 25 KG DEST. SETOR DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS AJARDINADAS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	10,000	SC	23113 - ADUBO QUÍMICO NPK 10-10-10 - SC C/25KG	B&L	61,0000	610,00
4	25,000	SC	23115 - URÉIA - SACO 25kg	OUROFERTIL	78,5000	1.962,50
					<b>Total Geral:</b>	<b>2.572,50</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
08 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6133/2019**

Processo Administrativo: **22/2019**  
Data do Processo: **25/02/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **11/04/2019**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **2481**  
Data de Homologação: **11/04/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI**

**CPF/CNPJ:** 04.229.532/0001-56

**Endereço:**

**E-mail:** NEREU RAMOS, MEIA PRAIA - 88220-000, ITAPEMA - SC

itapema.jardinagem@hotmail.com

**Banco:** 341 - Itaú Unibanco S.A.

**Agencia** 6329-

**Conta:** 14167-2

**Telefone:** 4732685090

**Celular:** 47999535923

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** 12 meses após a assinatura da Ata de Registro

**Local de Entrega:** Conforme item 4.3 do Edital

**Despesa :** 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

**Desdobramento :** 3.3.90.39.78.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de roçada, capina, limpeza, preparação de canteiros, plantio de flores e hortaliças, destinado aos imóveis ocupados ou que venha a ser ocupados pelos Órgãos, Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificação e quantidade, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

**Observação:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA - 200.000 M²

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	200.000,000	M2	100939 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, DE ROÇADA E VARRIÇÃO EM ÁREAS EXTERNAS (PÁTIOS)		0,1100	22.000,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>22.000,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6136/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**  
Data do Processo: **01/11/2018**  
Contrato: **1039/2019**  
Data da Contratação: **22/03/2019**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1969**  
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: CV TYRES EIRELI**

**CPF/CNPJ:** 28.888.423/0001-09

**Endereço:** NEREU RAMOS, CENTRO - 88220-000, ITAPEMA - SC

**E-mail:** cvpneus.sc@hotmail.com

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4072-X **Conta:** 5404-6

**Telefone:** 47999545980

**Celular:**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** 30 dias

**Prazo de Entrega:** IMEDIATA

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras

**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00

**Recurso :** 0.3.39.0555 - SF-FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 20 CÂMERAS DE AR P/PNEU 10.00 R20 P/MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
56	20,000	UN	35289 - CÂMARA DE AR P/ PNEU 10.00 R20, COM SELO DO INMETRO	BBW	66,0000	1.320,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.320,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6137/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**  
Data do Processo: **01/11/2018**  
Contrato: **1040/2019**  
Data da Contratação: **22/03/2019**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1970**  
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: SETIM & TITON LTDA****CPF/CNPJ:** 20.862.784/0001-74**Endereço:****E-mail:** COMENDADOR ROSEIRA, PRADO VELHO - 80215-210, CURITIBA - PR

vilmar\_rensi@acspneus.com.br

**Banco:** 104 - Caixa Econômica**Agencia** 0586-**Conta:** 3137-4**Telefone:** 4132967677**Celular:** 47991075596

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** IMEDIATA**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00**Recurso :** 0.3.39.0555 - SF-FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 20 CÂMARAS DE AR P/PNEU 13.00-24 E 14.00-24 P/ MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS RODANTES DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
61	20,000	UN	35292 - CÂMARA DE AR P/ PNEU 13.00-24 E 14.00-24, COM SELO DO INMETRO	Q-Bom	114,0000	2.280,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>2.280,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6138/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**  
Data do Processo: **01/11/2018**  
Contrato: **1040/2019**  
Data da Contratação: **22/03/2019**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1970**  
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: SETIM & TITON LTDA****Telefone:** 4132967677**CPF/CNPJ:** 20.862.784/0001-74**Celular:** 47991075596**Endereço:****E-mail:** COMENDADOR ROSEIRA, PRADO VELHO - 80215-210, CURITIBA - PR

vilmar\_rensi@acspneus.com.br

**Banco:** 104 - Caixa Econômica**Agencia** 0586-**Conta:** 3137-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** IMEDIATA**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de material para manutenção das atividades do Patrimônio.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
8	4,000	UN	28614 - PNEU 185/65 R-15 88H, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO	Goodyear	301,0000	1.204,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.204,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6139/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **442**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**

**Telefone: 4733723457**

**CPF/CNPJ:** 15.843.503/0001-04

**Celular:**

**Endereço:** CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** kl.licitacao@gmail.com

**Banco:** 033 - Banco Santander

**Agencia** 1539-

**Conta:** 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras

**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00

**Recurso :** 0.1.06.0557 - Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 03 CAIXAS DE ÁGUA 500L EM POLIETILENO E 01 CAIXA DE ÁGUA 1.000 LITROS EM POLIETILENO DEST. ALMOXARIFADO DE OBRAS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
24	3,000	UN	13221 - CAIXA D'ÁGUA 500 L	FORTLEV	135,0000	405,00
25	1,000	UN	34371 - CAIXA D'ÁGUA 1.000 L	FORTLEV	239,0000	239,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>644,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6140/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **442**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**

**Telefone: 4733723457**

**CPF/CNPJ:** 15.843.503/0001-04

**Celular:**

**Endereço:** CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** kl.licitacao@gmail.com

**Banco:** 033 - Banco Santander

**Agencia** 1539-

**Conta:** 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 237 - 09.001.15.452.0451.2308.3.3.90.00.00 - Manutenção e ampliação da rede

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 50.000 KGS DE CIMENTO CP V ARI (ALTA RESISTÊNCIA INICIAL), 351 M² TELA SOLDAVEL RET MF 113, 351 M² TELA SOLDAVEL RET MF 138, 20 BR FERRO CA-50 5/16" - BR C/12M , 20 BR FERRO CA-50 1/4" - BR C/12M E 70 BR FERRO CA-50 3/4" PARA CONFECÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, GALERIAS DE CONCRETO, TAMPAS DE CONCRETO E GRELHAS P/BOCAS DE LOBO PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
272	20,000	UN	7952 - FERRO CA 50 - 1/4 - BARRA 12 M	VOTORAÇO	14,8900	297,80
273	20,000	UN	7953 - FERRO CA 50 - 5/16 - BARRA 12 M	VOTORAÇO	23,5000	470,00
350	70,000	UN	7957 - FERRO CA 50 - 3/4 - BARRA C/12M	VOTORAÇO	144,9900	10.149,30
352	351,000	M2	8107 - TELA SOLDÁVEL RET MF 113 - 0,975X120M - 3.8X3.4 - ROLO C/117M2	GERDAU	14,9000	5.229,90
354	351,000	M2	8096 - TELA SOLDÁVEL RET MF 138 - 0,975X120M - 4.2X3.4 - ROLO C/117M2	GERDAU	15,9000	5.580,90
406	50.000,000	KG	30620 - CIMENTO CP V - ALTA RESISTÊNCIA INICIAL - COMPOSTO EM MASSA DE MATERIAL CARBONÁTICO ATÉ 5% - CONFORME NORMA NBR 5733. OBS:ENTREGA EM SACA DE 40 E/OU 50 KG	NACIONAL	0,5300	26.500,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>48.227,90</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6141/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **442**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**

**Telefone: 4733723457**

**CPF/CNPJ:** 15.843.503/0001-04

**Celular:**

**Endereço:** CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** kl.licitacao@gmail.com

**Banco:** 033 - Banco Santander

**Agencia** 1539-

**Conta:** 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras

**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00

**Recurso :** 0.1.06.0557 - Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CAIXA DA ÁGUA 20.000 LITROS PRODUZIDA EM POLIETILENO PARA SUBSTITUIR A EXISTENTE NO PÁTIO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
27	1,000	UN	23281 - CAIXA DÁGUA 20.000 L	FORTLEV	6.830,0000	6.830,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>6.830,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6142/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **438**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor:** INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA **Telefone:**  
**CPF/CNPJ:** 03.094.645/0001-29 **Celular:**  
**Endereço:** EUGENIO MOREIRA, ANITA GARIBALDI - 89202-100, JOINVILLE - SC  
**E-mail:** licitacao@infrasul.com.br  
**Banco:** 033 - Banco Santander **Agencia** 3176-0 **Conta:** 13001647-5

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO  
**Condição de Pagamento:** Conforme edital  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 237 - 09.001.15.452.0451.2308.3.3.90.00.00 - Manutenção e ampliação da rede  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00  
**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 48 M³ BRITA Nº 2 E 48 M³ DE PÓ DE BRITA PARA CONFECÇÃO DE TUBOS E GALERIAS DE CONCRETO P/MANUTENÇÃO DA REDE DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
372	48,000	M3	8092 - BRITA Nº 2		51,9900	2.495,52
378	48,000	M3	8094 - PÓ DE BRITA		51,9300	2.492,64
					<b>Total Geral:</b>	<b>4.988,16</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6143/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **443**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: SUIÇA TRANSPORTES LTDA ME**
**Telefone:** 4734395019

**CPF/CNPJ:** 06.032.884/0001-42

**Celular:** 4733704522

**Endereço:**

**E-mail:** Estrada Piraí, snº, km 3, sala D, VILA NOVA - 89237-600, JOINVILLE - SC  
vendaspedreirariobranco@britagemvogelsanger.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5443-0 **Conta:** 59953-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 237 - 09.001.15.452.0451.2308.3.3.90.00.00 - Manutenção e ampliação da rede

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 48 M³ BRITA Nº 1 PARA CONFECÇÃO DE TUBOS E GALERIAS DE CONCRETO P/MANUTENÇÃO DA REDE DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
370	48,000	M3	8091 - BRITA Nº 1	VOGELSANGE R	51,8800	2.490,24
					<b>Total Geral:</b>	<b>2.490,24</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6144/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **436**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME**

**Telefone: 4733722740**

**CPF/CNPJ:** 18.138.763/0001-69

**Celular:**

**Endereço:** WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** comercial1@grupovitoria.net

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.1.39.0555 - FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 40 KGS DE PREGO POLIDO 16X24, 40 KGS PREGO POLIDO 23X54 E 60 KGS PREGO POLIDO 25X72 PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
284	40,000	KG	7608 - PREGO 16X24	INPRELL	10,5000	420,00
290	40,000	KG	7622 - PREGO 23X54	INPRELL	12,2500	490,00
291	60,000	KG	7623 - PREGO 25X72	INPRELL	12,2500	735,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.645,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6145/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **441**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: K & P CONSTRUTORA LTDA**

**CPF/CNPJ:** 85.388.601/0001-76

**Telefone:** 47999540066

**Celular:** 47999714678

**Endereço:**

**E-mail:** RUA MONSENHOR GERCINO, ITAUM - 89230-290, JOINVILLE - SC

sandra.apoio@terra.com.br

gabriel-alves-@hotmail.com

**Banco:** 104 - Caixa Econômica

**Agencia** 1554-7

**Conta:** 2316-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.3.39.0555 - SF-FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 40 KGS DE PREGO POLIDO 17X27 PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
285	40,000	KG	7609 - PREGO 17X27	INPRELL	8,9800	359,20
					<b>Total Geral:</b>	<b>359,20</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6146/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1338**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor:** WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA **Telefone:** 4733710196  
**CPF/CNPJ:** 17.875.364/0001-18 **Celular:**  
**Endereço:** Vergílio Pedro Rubini, Barra do Rio Cerro - 89260-190, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** wanderleiwinter@bol.com.br  
**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 4332-0 **Conta:** 217-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00  
**Recurso :** 0.1.36.0066 - Salário Educação  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** EMEB Helmuth G. Duwe

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
358	5,000	M3	8245 - AREIA FINA	WANDE	64,2500	321,25
					<b>Total Geral:</b>	<b>321,25</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6156/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1207**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA.**
**Telefone:** 4733702641

**CPF/CNPJ:** 80.443.427/0001-01

**Celular:**
**Endereço:** GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** parisiatendimento@netuno.com.br

**Banco:** 237 - Banco Bradesco S.

**Agencia** 356-5

**Conta:** 29548-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** 30 dias

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 237 - 09.001.15.452.0451.2308.3.3.90.00.00 - Manutenção e ampliação da rede

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 48 M³ BRITA Nº 1 PARA CONFEÇÃO DE TUBOS E GALERIAS DE CONCRETO P/MANUTENÇÃO DA REDE DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
294	36,000	M3	8688 - BRITA Nº 0		62,7500	2.259,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>2.259,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6164/2019**

Processo Administrativo: **133/2019**  
Data do Processo: **08/07/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **28/08/2019**  
Data da Solicitação: **11/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **5129**  
Data de Homologação: **23/08/2019**

Página: 1/2

**Fornecedor: SOLAR MATERIAIS ELETRICOS LTDA**
**Telefone: 4133763539**
**CPF/CNPJ: 78.794.427/0001-04**
**Celular:**
**Endereço:** Rua Newton de Souza e Silva, UBERABA - 81570-050, CURITIBA - PR

**E-mail:** dcompras37@gmail.com

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A.

**Agencia** 1458-3

**Conta:** 26587-X

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3300100041 - SECRET. MUNIC DO PLANEJAMENTO URBANO

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 448 - 33.001.15.452.0400.2200.4.4.90.00.00 - Manutenção e ampliação da rede

**Desdobramento :** 4.4.90.51.92.00

**Recurso :** 0.1.08.0099 - Recursos COSIP

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de POSTES METÁLICOS EM AÇO GALVANIZADO E ACESSÓRIO, destinado para utilização na iluminação pública ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I, Especificações técnicas no ANEXO IX e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.

**Observação:** Aquisição de Postes Metálicos em aço galvanizado e acessórios para utilização na iluminação pública  
O investimento na iluminação pública traz inúmeros benefícios para a população, entre eles: melhoria na segurança pública, auxílio do tráfego de veículos, favorece o turismo, contribui no cotidiano das pessoas, entre outros. É necessário a aquisição destes materiais para ampliação da iluminação pública em locais onde não existem postes para a distribuição de energia, normalmente onde são instaladas as luminárias, e assim permitir que o investimento em LED's na cidade seja melhor aplicado.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	18,000	UN	101854 - POSTE METÁLICO CURVO SIMPLES, 6 METROS DE ALTURA, COM BASE, AÇO GALVANIZADO E PINTURA A PÓ NA COR BRANCA, EM CONFORMIDADE COM DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	POSTEFER	440,0000	7.920,00
4	3,000	UN	101854 - POSTE METÁLICO TELECÔNICO RETO, 4 METROS DE ALTURA, COM BASE, AÇO GALVANIZADO E PINTURA A PÓ NA COR BRANCA, EM CONFORMIDADE COM DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	POSTEFER	265,0000	795,00
5	14,000	UN	101854 - POSTE METÁLICO TELECÔNICO RETO, 8 METROS DE ALTURA, COM BASE, AÇO GALVANIZADO E PINTURA A PÓ NA COR BRANCA, EM CONFORMIDADE COM DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	POSTEFER	588,0000	8.232,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
**Nr.: 6164/2019**

Processo Administrativo: **133/2019**  
 Data do Processo: **08/07/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **28/08/2019**  
 Data da Solicitação: **11/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **5129**  
 Data de Homologação: **23/08/2019**

Página: 2/2

9	2,000	UN	101855 - SUPORTE TIPO PÉTALA SIMPLES, PARA 1 LUMINÁRIA, EM AÇO GALVANIZADO E PINTURA A PÓ NA COR BRANCA.	POSTEFER	45,0000	90,00
10	4,000	UN	101855 - SUPORTE TIPO PÉTALA DUPLO, PARA 2 LUMINÁRIAS, EM AÇO GALVANIZADO E PINTURA A PÓ NA COR BRANCA.	POSTEFER	60,0000	240,00
12	12,000	UN	101855 - SUPORTE TIPO PÉTALA quadruplo, PARA 4 LUMINÁRIAS, EM AÇO GALVANIZADO E PINTURA A PÓ NA COR BRANCA.	POSTEFER	120,0000	1.440,00

Total Geral:	18.717,00
--------------	-----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 11 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6195/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **14/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **747**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA** **Telefone: 4733710196**  
**CPF/CNPJ: 17.875.364/0001-18** **Celular:**  
**Endereço: Vergílio Pedro Rubini, Barra do Rio Cerro - 89260-190, JARAGUÁ DO SUL - SC**  
**E-mail: wanderleiwinter@bol.com.br**  
**Banco: 104 - Caixa Econômica** **Agencia 4332-0** **Conta: 217-9**

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0200300211 - DIRETORIA DEFESA CIVIL  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 20 - 02.003.06.122.0701.2600.3.3.90.00.00 - Manutenção das ações da Defesa  
**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00  
**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.  
**Observação:** QUARTO TERMO ADITIVO Nº 238/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 280/2018, onde fica acrescido em 25% da quantidade licitada dos itens nº 34 e 36, conforme Ofício nº 137/2019/Gabpref-CG-DPDC  
SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS PARA MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA DEFESA CIVIL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
34	125,000	H	23480 - SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS - Referência interna do Item: 34		171,9900	21.498,75
36	125,000	H	23480 - SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS - Referência interna do Item: 36		172,0000	21.500,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>42.998,75</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6196/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **14/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **746**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: CEMAR TRANSPORTES E SERVICOS LTDA ME**
**Telefone: 4732735094**
**CPF/CNPJ: 79.495.057/0001-69**
**Celular:**
**Endereço: RUA PEDRO JOAO MEURER, TIFA DOS MONOS - 89265-160, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: cemarerraplanagem@uol.com.br**
**Banco: 237 - Banco Bradesco S. Agência 356-5 Conta: 29924-3**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

**Observação:** Contratação do serviços de caminhão caçamba basculante, trucado traçado, com capacidade mínima de carga de 10 m³ e retroescavadeira traçada 4x4 com lança normal para manutenção de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	100,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA.		88,0000	8.800,00
52	100,000	H	18576 - SERVIÇO DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA 4x4, COM LANÇA NORMAL		92,0000	9.200,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>18.000,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6197/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **14/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **754**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: TRANSTEB TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA**
**Telefone: 33721727**
**CPF/CNPJ: 03.727.747/0001-34**
**Celular:**
**Endereço: R.EXP.CABO HARRY HADLICH, CENTRO - 89251-380, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: transteb.js@gmail.com**
**Banco: 085 - Cooperativa Central**
**Agencia 101-**
**Conta: 1040442-2**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

**Observação:** Contratação dos serviços de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 13 toneladas para manutenção de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
32	200,000	H	23480 - SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS - Referência interna do Item: 32		167,9900	33.598,00

					<b>Total Geral:</b>	<b>33.598,00</b>
--	--	--	--	--	---------------------	------------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6198/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **14/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **747**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA** **Telefone: 4733710196**  
**CPF/CNPJ: 17.875.364/0001-18** **Celular:**  
**Endereço:** Vergílio Pedro Rubini, Barra do Rio Cerro - 89260-190, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** wanderleiwinter@bol.com.br  
**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 4332-0 **Conta:** 217-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens  
**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00  
**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.  
**Observação:** Contratação dos serviços de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 13 toneladas para manutenção de vias públicas e da rede drenagem pluvial.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
30	150,000	H	23480 - SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS		167,8400	25.176,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>25.176,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6199/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **14/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **749**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: TRANSRECH TRANSPORTES LTDA. ME**

**Telefone: 4732756148**

**CPF/CNPJ: 04.304.112/0001-97**

**Celular:**

**Endereço: ROBERTO ZIEMANN, Amizade - 89255-300, JARAGUÁ DO SUL - SC**

**E-mail: transrech2017@gmail.com**

**Banco: 104 - Caixa Econômica**

**Agencia 3077-5**

**Conta: 29-1**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

**Observação:** Contratação dos serviços de caminhões caçamba tipo basculante, trcado traçado, com capacidade mínima de 10 m³ para manutenção de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	160,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. - Referência interna do Item: 5		87,5000	14.000,00
6	160,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. - Referência interna do Item: 6		87,5000	14.000,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>28.000,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6200/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **14/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **744**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: G. J. WINTER TERRAPLENAGEM E DISK CAÇAMBAS**
**Telefone: 4733707106**
**CPF/CNPJ: 31.988.650/0001-10**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, Barra do Rio Molha - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: winter.material@uol.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 4332-0**
**Conta: 889-4**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00

**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

**Observação:** Contratação dos serviços de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 13 toneladas para manutenção de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
31	100,000	H	23480 - SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS - Referência interna do Item: 31		167,8900	16.789,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>16.789,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6201/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **14/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **745**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor:** KS SERVIÇOS AGRÍCOLAS E TERRAPLENAGEM LTDA - EPP **Telefone:** 4733704033  
**CPF/CNPJ:** 28.793.407/0001-32 **Celular:**  
**Endereço:** AGUAS CLARAS, AGUAS CLARAS - 89258-410, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** terraplanagem.ks@gmail.com  
**Banco:** 085 - Cooperativa Central **Agencia** 101- **Conta:** 944131-0

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens  
**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00  
**Recurso :** 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.  
**Observação:** Contratação dos serviços de caminhão caçamba tipo basculante, trucaço traçado, com capacidade mínima de 10 m³ e de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 13 toneladas para manutenção de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	130,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. - Referência interna do Item: 3		87,9500	11.433,50
33	160,000	H	23480 - SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS - Referência interna do Item: 33		168,0000	26.880,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>38.313,50</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6258/2019**

Processo Administrativo: **110/2019**  
Data do Processo: **07/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **02/08/2019**  
Data da Solicitação: **16/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **5031**  
Data de Homologação: **02/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP**
**Telefone: 4733082970**
**CPF/CNPJ: 29.634.736/0001-01**
**Celular:**
**Endereço: Avenida Nossa Senhora da Penha, Santa Luíza - 29045-403, VITÓRIA - ES**
**E-mail: temperclimacita@gmail.com**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 0095-7 Conta: 28772-5**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3300200003 - 14. BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR - CONVENIO E R.P.

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 15 dias consecutivos após recbto da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 466 - 33.002.06.183.0410.2257.4.4.90.00.00 - Manutenção das atividades do

**Desdobramento :** 4.4.90.52.34.00

**Recurso :** 0.1.00.0098 - Convênio de Policiamento

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADOS e CORTINA DE AR ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** Aquisição de um aparelho de ar condicionado split de 24.000 Btus para a sala da 2ª seção do 14º batalhão.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
14	1,000	UN	100652 - APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT CASSETE 24.000 BTUs	ELGIN	5.130,0000	5.130,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>5.130,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6271/2019**

Processo Administrativo: 25/2019  
Data do Processo: 27/02/2019  
Contrato: 1056/2019  
Data da Contratação: 10/04/2019  
Data da Solicitação: 17/10/2019  
Sequencial do Contrato: 2269  
Data de Homologação: 10/04/2019

Página: 1/1

**Fornecedor: PRESTADORA DE SERVICOS EM ALVENARIA H&G LTDA**
**Telefone:** 4733760530

**CPF/CNPJ:** 07.424.511/0001-80

**Celular:**
**Endereço:** Bertha Weege, Barra do Rio Cerro - 89260-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:**
**Banco:** 104 - Caixa Econômica

**Agencia** 4332-0

**Conta:** 37-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0200300211 - DIRETORIA DEFESA CIVIL

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** 12 meses, conforme a necessidade do município.

**Local de Entrega:** DEFESA CIVIL

**Despesa :** 20 - 02.003.06.122.0701.2600.3.3.90.00.00 - Manutenção das ações da Defesa

**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de caminhão ¾ de pequeno porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) e caminhão de grande porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (truck), em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, para prestação de serviços ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA DEFESA CIVIL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	100,000	H	10434 - SERVIÇO DE CAMINHÃO EQUIPADO COM GUINDASTE HIDRÁULICO MUNCK - CAPACIDADE MÍNIMA DE 04 TONELADAS		158,0000	15.800,00
2	100,000	H	10434 - SERVIÇO DE CAMINHÃO EQUIPADO COM GUINDASTE HIDRÁULICO TRUCK - CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 TONELADAS		183,0000	18.300,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>34.100,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
17 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6272/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**  
Data do Processo: **05/11/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **19/12/2018**  
Data da Solicitação: **17/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **744**  
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: G. J. WINTER TERRAPLENAGEM E DISK CAÇAMBAS**
**Telefone: 4733707106**
**CPF/CNPJ: 31.988.650/0001-10**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, Barra do Rio Molha - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: winter.material@uol.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 4332-0**
**Conta: 889-4**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1200100040 - AGRICULTURA

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo 24 horas após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 346 - 12.001.20.511.0500.2407.3.3.90.00.00 - Contratação de serviços de horas

**Desdobramento :** 3.3.90.39.79.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

**Observação:** CONTRATAÇÃO DE 14 HORAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, TRUCADO, TRAÇADO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10M³

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
12	14,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. - Referência interna do Item: 12		100,0000	1.400,00

					<b>Total Geral:</b>	<b>1.400,00</b>
--	--	--	--	--	---------------------	-----------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
17 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6273/2019**

Processo Administrativo: **181/2018**  
Data do Processo: **21/09/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **01/11/2018**  
Data da Solicitação: **17/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1271**  
Data de Homologação: **01/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA**
**Telefone: 4733711342**
**CPF/CNPJ:** 01.800.536/0001-54

**Celular:**
**Endereço:** Serv. S 245 - Lateral Carlos Oeschle, ILHA DA FIGUEIRA - 89258-820, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** meire@netuno.com.br

alisson@netuno.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A.

**Agencia** 3163-1

**Conta:** 5643-X

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1200100040 - AGRICULTURA

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias, após recebimento da AF

**Local de Entrega:** JARAGUÁ DO SUL -SC

**Despesa :** 341 - 12.001.20.511.0500.2402.3.3.90.00.00 - Aquisição de macadame, pedras,

**Desdobramento :** 3.3.90.32.99.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de TUBOS E PALANQUES DE CONCRETO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO 149 UNID DE TUBOS DE 40CM, 117 UNID DE TUBOS DE 60CM, ITENS 3 E 4. INCLUSO ENTREGA DIRETAMENTE NA PROPRIEDADE DOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL CADASTRADOS NA SEMDRA. ATENDIMENTO A DEMANDA DE SOLICITAÇÕES DOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO, AMPARADOS PELE LEI MUNICIPAL Nº 7.844/2019 E DECRETO 13.030/2019

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	149,000	UN	10902 - TUBO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DE SEÇÃO CIRCULAR, COM DIÂMETRO NOMINAL INTERNO DE 400MM E COMPRIMENTO DE 1000MM - CLASSE PSI.	TSH	25,4000	3.784,60
4	117,000	UN	11098 - TUBO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DE SEÇÃO CIRCULAR, COM DIÂMETRO NOMINAL INTERNO DE 600MM E COMPRIMENTO DE 1000MM - CLASSE PSI.	TSH	47,3000	5.534,10
					<b>Total Geral:</b>	<b>9.318,70</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
17 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6274/2019**

Processo Administrativo: **181/2018**  
Data do Processo: **21/09/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **01/11/2018**  
Data da Solicitação: **17/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1270**  
Data de Homologação: **01/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor:** CONCRETOS SANTANTONIO IND E COM MAT CONST LTDA **Telefone:** 4733741116  
**CPF/CNPJ:** 81.867.764/0001-80 **Celular:**  
**Endereço:** RUA JORGE LACERDA, Centro Norte - 89275-000, SCHROEDER - SC  
**E-mail:** santantonio@netuno.com.br  
**Banco:** 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 2926-2 **Conta:** 6020-8

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1200100040 - AGRICULTURA  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias, após recebimento da AF  
**Local de Entrega:** JARAGUÁ DO SUL -SC  
**Despesa :** 341 - 12.001.20.511.0500.2402.3.3.90.00.00 - Aquisição de macadame, pedras,  
**Desdobramento :** 3.3.90.32.99.00  
**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de TUBOS E PALANQUES DE CONCRETO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 159 UNID - TUBO DE CONCRETO DE 0,20 CM ( ITEM 01) E 38 UNID - TUBO DE CONCRETO ARMADO DE 0,80 CM (ITEM 05) , INCLUSO ENTREGA DIRETAMENTE NAS PROPRIEDADES DO PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL CADASTRADOS NA SEMDRA  
ATENDIMENTO A DEMANDA DE SOLICITAÇÕES DOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO, AMPARADOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 7.844/2019 E DECRETO Nº 13.030/2019.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	159,000	UN	11100 - TUBO DE CONCRETO 0,20 X 1,00M	SANTOANTONIO	16,1900	2.574,21
5	38,000	UN	22514 - TUBO DE CONCRETO 0,80 X 1,00M	SANTOANTONIO	139,0000	5.282,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>7.856,21</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
17 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6275/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**  
Data do Processo: **27/05/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **31/07/2019**  
Data da Solicitação: **17/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **4474**  
Data de Homologação: **05/07/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME**

**CPF/CNPJ:** 11.377.392/0001-29

**Endereço:**

**E-mail:**

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC  
ddtizadora\_mosquitek@hotmail.com

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A.

**Agencia** 5455-0

**Conta:** 14272-7

**Telefone:** 4832432664

**Celular:** 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 3900100207 - CULTURA.

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 494 - 39.001.13.122.0300.4100.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades

**Desdobramento :** 3.3.90.39.78.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

**Observação:** EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESCUPINIZAÇÃO DE:  
- 1.669,38M2 DO MUSEU HISTÓRICO EMILIO DA SILVA  
- 293,53M2 DA CASA DO COLONIZADOR.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1.962,910	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	569,24
					<b>Total Geral:</b>	<b>569,24</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
17 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6296/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **442**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME**
**Telefone: 4733723457**
**CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04**
**Celular:**
**Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: kl.licitacao@gmail.com**
**Banco: 033 - Banco Santander**
**Agencia 1539-**
**Conta: 13000235-4**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras

**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00

**Recurso :** 0.3.39.0555 - SF-FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 25 CHAPAS DE COMPENSADO RESINADO COLA FENÓLICA  
TAM.2,20MX1,10MX17MM DEST. ALMOXARIFADO DE OBRAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
318	25,000	UN	28682 - CHAPA DE COMPENSADO RESINADO COLA FENÓLICA VIOLA - TAM.2,20MX1,10MX17MM	NN COMPENSAD OS	51,9000	1.297,50

					<b>Total Geral:</b>	<b>1.297,50</b>
--	--	--	--	--	---------------------	-----------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6297/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **439**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP**
**Telefone: 4733712000**
**CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10**
**Celular:**
**Endereço:** Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** adm@lilicasaeconstrucao.com.br

**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 417-0 **Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00

**Recurso :** 0.1.36.0066 - Salário Educação

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** EMEB Albano Kanzler

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	3,000	UN	12688 - CAIXA DESCARGA COMPLETA	Alumasa	17,7300	53,19
					<b>Total Geral:</b>	<b>53,19</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6298/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **439**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP**
**Telefone: 4733712000**
**CPF/CNPJ:** 78.268.810/0001-10

**Celular:**
**Endereço:** Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** adm@lilicasaeconstrucao.com.br

**Banco:** 104 - Caixa Econômica

**Agencia** 417-0

**Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras

**Desdobramento :** 3.3.90.30.28.00

**Recurso :** 0.3.39.0555 - SF-FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) CADEADOS E-50 DEST. ALMOXARIFADO DE OBRAS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
265	10,000	UN	8118 - CADEADO E-50	PADO NEGRÃO	27,8500	278,50

					<b>Total Geral:</b>	<b>278,50</b>
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6300/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **440**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: P & P COMERCIO E TRANSPORTES LTDA.**

**Telefone: 4732753072**

**CPF/CNPJ: 10.173.601/0001-50**

**Celular:**

**Endereço: PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, CENTENARIO - 89256-500, JARAGUÁ DO SUL - SC**

**E-mail:**

**Banco: 237 - Banco Bradesco S.**

**Agencia 356-5**

**Conta: 74645-2**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 100 PRANCHÕES DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO TAM.8CMX14CMX4M, 50 TRILHOS DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO TAM.25CMX5CMX4M E 02 VIGAS DE 8,5M CHANFRADA DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO DIÂMETRO DE 40X45CM PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
382	100,000	UN	8264 - PRANCHA DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO - TAM.8CMX14CMX4M	PAOLETTO	33,8000	3.380,00
390	50,000	UN	8265 - TRILHO DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO - TAM. 25CMX5CMX4M	PAOLETTO	41,0000	2.050,00
426	17,000	M	6325 - VIGA CHANFRADA DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO - ESPESSURA 40X45CM - 8 A 16MTS DE COMPRIMENTO.	PAOLETTO	260,0000	4.420,00

\* CHANFRADO NA SERRA FITA NO LADO DE CIMA E LADO DE BAIXO.

	<b>Total Geral:</b>	<b>9.850,00</b>
--	---------------------	-----------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6301/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **443**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: SUIÇA TRANSPORTES LTDA ME**

**Telefone:** 4734395019

**CPF/CNPJ:** 06.032.884/0001-42

**Celular:** 4733704522

**Endereço:**

**E-mail:** Estrada Piraí, nº, km 3, sala D, VILA NOVA - 89237-600, JOINVILLE - SC  
vendaspedreirariobranco@britagemvogelsanger.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5443-0 **Conta:** 59953-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 36 M³ BRITA Nº 4, 108 M³ BRITA GRADUADA PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
295	36,000	M3	20205 - BRITA Nº 4	VOGELSANGE R	55,8500	2.010,60
368	108,000	M3	8687 - BRITA GRADUADA (BRITA CORRIDA)	VOGELSANGE R	48,9000	5.281,20
					<b>Total Geral:</b>	<b>7.291,80</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6303/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **438**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor:** INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA **Telefone:** 4740639121  
**CPF/CNPJ:** 03.094.645/0001-29 **Celular:**  
**Endereço:** EUGENIO MOREIRA, ANITA GARIBALDI - 89202-100, JOINVILLE - SC  
**E-mail:** licitacao@infrasul.com.br  
**Banco:** 033 - Banco Santander **Agencia** 3176-0 **Conta:** 13001647-5

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO  
**Condição de Pagamento:** Conforme edital  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.51.00  
**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 72 M³ DE PÓ DE BRITA PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
378	72,000	M3	8094 - PÓ DE BRITA		51,9300	3.738,96
					<b>Total Geral:</b>	<b>3.738,96</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6304/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1338**  
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA**
**Telefone:** 4733710196

**CPF/CNPJ:** 17.875.364/0001-18

**Celular:** 4799277859

**Endereço:**

**E-mail:** RUA HORACIO RUBINI, BARRA DO RIO CERRO - 89261-001, JARAGUÁ DO SUL - SC  
wanderleiwinter@bol.com.br

**Banco:** 237 - Banco Bradesco S.

**Agencia** 874-5

**Conta:** 2100-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Parque de Eventos

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
358	5,000	M3	8245 - AREIA FINA	WANDE	64,2500	321,25
					<b>Total Geral:</b>	<b>321,25</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6305/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**  
Data do Processo: **01/11/2018**  
Contrato: **1040/2019**  
Data da Contratação: **22/03/2019**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1970**  
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: SETIM & TITON LTDA**

**CPF/CNPJ:** 20.862.784/0001-74

**Endereço:**

**E-mail:** COMENDADOR ROSEIRA, PRADO VELHO - 80215-210, CURITIBA - PR

vilmar\_rensi@acspneus.com.br

**Banco:** 104 - Caixa Econômica

**Agencia** 0586-

**Conta:** 3137-4

**Telefone:** 4132967677

**Celular:** 47991075596

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** IMEDIATA

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00

**Recurso :** 0.1.36.0066 - Salário Educação

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** Aquisição de pneu para veículo Versa - Frota 451 - Semed

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
8	2,000	UN	28614 - PNEU 185/65 R-15 88H, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO	Goodyear	301,0000	602,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>602,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6306/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**  
Data do Processo: **01/11/2018**  
Contrato: **1041/2019**  
Data da Contratação: **22/03/2019**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1971**  
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: I.BORDIGNON PNEUS EIRELI**

**CPF/CNPJ:** 19.891.740/0001-93

**Endereço:**

**E-mail:** IAPÓ, REBOUCAS - 80215-223, CURITIBA - PR

iverson@terezapneus.com.br

ibordignonpneus@gmail.com

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A.

**Agencia**

1622-5

**Conta:** 25084-8

**Telefone:** 4133334322

**Celular:** 41999030251

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

**Condição de Pagamento:** 30 dias

**Prazo de Entrega:** IMEDIATA

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras

**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00

**Recurso :** 0.3.39.0555 - SF-FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 16 PNEUS 175/70 R-14 88T PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
7	16,000	UN	27396 - PNEU 175/70 R-14 88T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO	Goodyear	265,0000	4.240,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>4.240,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6307/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**  
Data do Processo: **01/11/2018**  
Contrato: **1036/2019**  
Data da Contratação: **22/03/2019**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1967**  
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: JOAÇABA PNEUS LTDA****Telefone: 4935220368****CPF/CNPJ:** 84.587.245/0010-48**Celular:****Endereço:** BR 282 KM 392, AEROPORTO - 89600-000, JOAÇABA - SC**E-mail:** matriz@joacabapneus.com.br**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4072-X **Conta:** 2057-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1200100040 - AGRICULTURA**Condição de Pagamento:** 30 dias**Prazo de Entrega:** IMEDIATA**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 327 - 12.001.20.122.0300.2414.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial (Bens**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA AS FROTAS 821 E 822 TRATOR NEW HOLLAND, 815 E 831 TRATOR VALTRA BM 100 DE USO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA. 6 UN PNEU 14.9-24 R2 6 LONAS , 2 UN PNEU 14.9-28 R2 ARROZEIRO GARRA ALTA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
42	6,000	UN	9850 - PNEU 14.9-24 R2 - 6 LONAS - PROFUNDIDADE MINIMA DA BANDA DE RODAGEM 73MM	PD22 PIRELLI	1.904,0000	11.424,00
43	2,000	UN	23148 - PNEU 14.9-28 - R2 - ARROZEIRO - GARRA ALTA - PROFUNDIDADE MINIMA DA BANDA DE RODAGEM 73MM	6LON PD22 PIRELLI	2.050,0000	4.100,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>15.524,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6308/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**  
Data do Processo: **01/11/2018**  
Contrato: **1039/2019**  
Data da Contratação: **22/03/2019**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1969**  
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: CV TYRES EIRELI**

**CPF/CNPJ:** 28.888.423/0001-09

**Endereço:** NEREU RAMOS, CENTRO - 88220-000, ITAPEMA - SC

**E-mail:** cvpneus.sc@hotmail.com

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4072-X **Conta:** 5404-6

**Telefone:** 47999545980

**Celular:**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1200100040 - AGRICULTURA

**Condição de Pagamento:** 30 dias

**Prazo de Entrega:** IMEDIATA

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 327 - 12.001.20.122.0300.2414.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial (Bens

**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMERAS PARA AS FROTAS 821 E 822 TRATOR NEW HOLLAND, 815 E 831 TRATOR VALTRA BM 100 DE USO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA. 4 UN PNEU 23.1-26 R2 ARROZEIRO COM GARRA ALTA, 3 UN CÂMARA DE AR PNEU 14.9-28

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
46	4,000	UN	31779 - PNEU 23.1 - 26 R2	Titan	3.680,0000	14.720,00
63	3,000	UN	31780 - CÂMARA DE AR P/PNEU 14.9-28	BBW	165,0000	495,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>15.215,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000  
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 6309/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**  
Data do Processo: **01/11/2018**  
Contrato: **1038/2019**  
Data da Contratação: **22/03/2019**  
Data da Solicitação: **18/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1972**  
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: NACIONAL PNEUS - EIRELI**

**Telefone: 5433441562**

**CPF/CNPJ: 27.879.590/0001-20**

**Celular:**

**Endereço: 7 de Setembro, São Cristóvão - 99950-000, TAPEJARA - RS**

**E-mail:**

**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 0876-1 Conta: 21867-7**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1200100040 - AGRICULTURA

**Condição de Pagamento:** 30 dias

**Prazo de Entrega:** IMEDIATA

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 327 - 12.001.20.122.0300.2414.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial (Bens

**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00

**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE CÂMARAS PARA AS FROTAS 821 - TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND E 822 - TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND DE USO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA. 04 UN CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1- 26


Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
68	4,000	UN	7098 - CÂMARA 23,1X26	Rs/Tr218	380,0000	1.520,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.520,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
18 de Outubro de 2019

**AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - FMS - 2019**

Publicação Nº 2211583

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL</b> Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 2650/2019</b>
	Processo Administrativo: <b>56/2019</b> Data do Processo: <b>29/03/2019</b> Contrato: <b>Sem termo</b> Data da Contratação: <b>30/05/2019</b> Data da Solicitação: <b>01/10/2019</b> Sequencial do Contrato: <b>3279</b>

Página: 1/1

<b>Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP</b> <b>CPF/CNPJ:</b> 78.268.810/0001-10 <b>Endereço:</b> Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC <b>E-mail:</b> lili.casaconstrucao@gmail.com <b>Banco:</b> 104 - Caixa Econômica <b>Agencia</b> 417-0 <b>Conta:</b> 1415-1	<b>Telefone:</b> 4733712000 <b>Celular:</b>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Organograma:</b>	1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
<b>Condição de Pagamento:</b>	
<b>Prazo de Entrega:</b>	Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA
<b>Despesa :</b>	27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção
<b>Desdobramento :</b>	3.3.90.30.21.00
<b>Recurso :</b>	0.2.38.0090 - Recursos PAB
<b>Objeto:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
<b>Observação:</b>	AQUISIÇÃO DE 02 UN GARRAFA TÉRMICA DE 1 LITRO - PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
29	2,000	UN	8257 - GARRAFA TÉRMICA DE 1 L	INVICTA	19,8600	39,72
					<b>Total Geral:</b>	<b>39,72</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2651/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3148**

Página: 1/1

**Fornecedor: SATELITE COMERCIAL****Telefone: 33927052****CPF/CNPJ:** 82.629.072/0001-67**Celular:****Endereço:** FREDERICO LAMBERTUCCI, FAZENDINHA - 81330-000, CURITIBA - PR**E-mail:** satelitecomercial@gmail.com**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4500-4 **Conta:** 45335-8

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.30.20.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 01 UN VARAL DE CHÃO - DIRETORIA DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
226	1,000	UN	19928 - VARAL DE CHÃO	MOR	53,0000	53,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>53,00</b>

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2652/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3148**

Página: 1/1

**Fornecedor: SATELITE COMERCIAL****Telefone:** 33927052**CPF/CNPJ:** 82.629.072/0001-67**Celular:****Endereço:** FREDERICO LAMBERTUCCI, FAZENDINHA - 81330-000, CURITIBA - PR**E-mail:** satelitecomercial@gmail.com**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4500-4 **Conta:** 45335-8

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.30.26.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 100 UN PILHA PALITO AAA - PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	100,000	UN	12805 - PILHA PALITO AAA	ELGIN	1,3300	133,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>133,00</b>

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2653/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3148**

Página: 1/1

**Fornecedor: SATELITE COMERCIAL****Telefone:** 33927052**CPF/CNPJ:** 82.629.072/0001-67**Celular:****Endereço:** FREDERICO LAMBERTUCCI, FAZENDINHA - 81330-000, CURITIBA - PR**E-mail:** satelitecomercial@gmail.com**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4500-4 **Conta:** 45335-8

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 400 UN ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA, 10 UN FIBRA P/ LIMPEZA PESADA E 03 UN LIXEIRA 30L C/ TAMP A E PEDAL - PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
119	400,000	PCT	12589 - ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA; TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MMX75MMX20 MM	limber clean	0,4800	192,00
120	10,000	UN	14739 - FIBRA P/ LIMPEZA PESADA	BETTANIN	1,4600	14,60
147	5,000	UN	32209 - LIXEIRA 30L C/ TAMP A E PEDAL	Arqplast	29,2700	146,35
					<b>Total Geral:</b>	<b>352,95</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2654/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3334**

Página: 1/1

**Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP**
**Telefone: 4733707271**
**CPF/CNPJ: 07.483.630/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, RIO MOLHA - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: alanaprodutosdelimpeza@brturbo.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 417-0**
**Conta: 00000213-7**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500100395 - DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 6 - 15.001.10.122.0300.2652.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades

**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00

**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 50 PCTS COPOS DESCARTÁVEIS 80ML E 100 UN PANO DE PRATO ALVEJADO - PARA USO NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DA SAÚDE.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
15	50,000	PCT	20701 - COPOS DESCARTÁVEIS 80ML - C/ 100 UN - Fabricado em PP e estar em conformidade com a Norma Técnica 14.865/2002 ABNT.	CRISTALCOP O	3,2300	161,50
169	100,000	UN	8366 - PANO DE PRATO - ALVEJADO - MEDINDO APROX. (47X70)CM	Panopratic	2,0400	204,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>365,50</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2655/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3334**

Página: 1/1

**Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP**
**Telefone: 4733707271**
**CPF/CNPJ: 07.483.630/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, RIO MOLHA - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: alanprodutosdelimpeza@brturbo.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 417-0**
**Conta: 00000213-7**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300320 - POLICLÍNICA DE ESPEC. DR JOÃO BIRON-ALTA

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 51 - 15.003.10.302.0753.2705.3.3.90.00.00 - Prestar serviços de média e alta

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 03 UN CAPACHO GRANDE P/ PORTA, 05 UN LUVA DE LÁTEX NATURAL PUNHO LONGO TAM G, 05 UN MOP PÓ COMPLETO 40CM, 10 DZ PRENDEDOR DE ROUPA E 10 UN RODO DE ESPUMA - PARA USO NA POLICLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. JOÃO BIRON

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
73	3,000	UN	27669 - CAPACHO GRANDE P/ PORTA	KAPAZI	111,0000	333,00
159	5,000	PR	8359 - LUVA DE LÁTEX NATURAL PUNHO LONGO TAM G	VOLK	6,0300	30,15
161	5,000	UN	32359 - MOP PÓ COMPLETO 40CM	Perfect	38,5000	192,50
181	10,000	DZ	12547 - PRENDEDOR DE ROUPA	Reluz	1,3600	13,60
192	10,000	UN	11911 - RODO DE ESPUMA	VERPLAST	4,1700	41,70
					<b>Total Geral:</b>	<b>610,95</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2656/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3334**

Página: 1/1

**Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP**
**Telefone: 4733707271**
**CPF/CNPJ: 07.483.630/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, RIO MOLHA - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: alanaprodutosdelimpeza@brturbo.com.br**
**Banco: 104 - Caixa Econômica**
**Agencia 417-0**
**Conta: 00000213-7**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 02 UN CAPACHO GRANDE P/ PORTA, 05 UN MOP PÓ COMPLETO 40CM, 10 DZ PRENDEDOR DE ROUPA E 20 UN RODO DE ESPUMA - PARA USO NA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
73	2,000	UN	27669 - CAPACHO GRANDE P/ PORTA	KAPAZI	111,0000	222,00
161	5,000	UN	32359 - MOP PÓ COMPLETO 40CM	Perfect	38,5000	192,50
181	10,000	DZ	12547 - PRENDEDOR DE ROUPA	Reluz	1,3600	13,60
192	20,000	UN	11911 - RODO DE ESPUMA	VERPLAST	4,1700	83,40
					<b>Total Geral:</b>	<b>511,50</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2657/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1284**

Página: 1/1

**Fornecedor: COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP**
**Telefone: 4730298428**
**CPF/CNPJ:** 06.220.022/0001-43

**Celular:**
**Endereço:** Rua João Adolfo Muller, Costa e Silva - 89218-590, JOINVILLE - SC

**E-mail:** vendas10@brioville.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3155-0 **Conta:** 105744-8

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300320 - POLICLÍNICA DE ESPEC. DR JOÃO BIRON-ALTA

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 51 - 15.003.10.302.0753.2705.3.3.90.00.00 - Prestar serviços de média e alta

**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 250 PACOTES DE COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - PARA USO NA POLICLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. JOÃO BIRON

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
17	250,000	PCT	8452 - COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN	ECOCOPO	2,5000	625,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>625,00</b>

 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2658/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1284**

Página: 1/1

**Fornecedor: COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP**
**Telefone: 4730298428**
**CPF/CNPJ:** 06.220.022/0001-43

**Celular:**
**Endereço:** Rua João Adolfo Muller, Costa e Silva - 89218-590, JOINVILLE - SC

**E-mail:** vendas10@brioville.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3155-0 **Conta:** 105744-8

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00

**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 500 PACOTES DE COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
17	500,000	PCT	8452 - COPOS DESCARTÁVEIS 180ML - C/ 100 UN	ECOCOPO	2,5000	1.250,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.250,00</b>

 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2659/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1284**

Página: 1/1

**Fornecedor: COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP**
**Telefone: 4730298428**
**CPF/CNPJ:** 06.220.022/0001-43

**Celular:**
**Endereço:** Rua João Adolfo Muller, Costa e Silva - 89218-590, JOINVILLE - SC

**E-mail:** vendas10@brioville.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3155-0 **Conta:** 105744-8

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 300 FR DE ÁGUA SANITÁRIA, 12 UN ESCOVA DE UNHA E 15 UN VASSOURA DE NYLON COM CABO - PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE,

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
54	300,000	FR	8324 - AGUA SANITARIA FR C/ 1000ML	NASCENTE	1,6400	492,00
107	12,000	UN	11915 - ESCOVA DE UNHA	ESCOBEL	1,1100	13,32
230	15,000	UN	8411 - VASSOURA DE NYLON LARGURA MÍNIMA 26CM (CERDA ALTA) C/ CABO MEDINDO APROX. 120 CM	NAYLITA	4,5800	68,70
					<b>Total Geral:</b>	<b>574,02</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2660/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1284**

Página: 1/1

**Fornecedor: COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP**
**Telefone: 4730298428**
**CPF/CNPJ:** 06.220.022/0001-43

**Celular:**
**Endereço:** Rua João Adolfo Muller, Costa e Silva - 89218-590, JOINVILLE - SC

**E-mail:** vendas10@brioville.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3155-0 **Conta:** 105744-8

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 180 FR DE ÁGUA SANITÁRIA E 09 UN VASSOURA DE NYLON COM CABO - PARA USO NA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
54	180,000	FR	8324 - AGUA SANITARIA FR C/ 1000ML	NASCENTE	1,6400	295,20
230	9,000	UN	8411 - VASSOURA DE NYLON LARGURA MÍNIMA 26CM (CERDA ALTA) C/ CABO MEDINDO APROX. 120 CM	NAYLITA	4,5800	41,22
					<b>Total Geral:</b>	<b>336,42</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2661/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00  
**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO 01 UN GARRAFA TÉRMICA 1,8 LITROS - PARA USO NAS UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
30	1,000	UN	8258 - GARRAFA TÉRMICA 1.8 LTS	UNITHERM	37,6900	37,69
					<b>Total Geral:</b>	<b>37,69</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2662/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 46 - 15.003.10.302.0753.2700.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.19.00  
**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 03 UN SACO PLÁSTICO 28X42 - BOBINA C/ 500 - PARA USO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS AD.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
46	3,000	BOB	13122 - SACO PLÁSTICO 28X42 - BOBINA C/ 500	Lumar	15,7000	47,10
					<b>Total Geral:</b>	<b>47,10</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2663/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 1/2

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 210 L DESINFETANTE FR C/ 1000ML, 12 UN DESODORIZADOR DE AMBIENTE, 150 UN DETERGENTE LÍQUIDO 500ML, 08 GL HIPOCLORITO DE SÓDIO, 06 FR LUSTRA MÓVEIS, 04 PT PASTA SAPONÁCEO, 50 UN SABÃO EM PO 1KG, 54 UN SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) FR 800ML, 03 MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L, 06 UN SABÃO EM BARRA- CÔCO E 15 UN SAPÓLIO EM PÓ - PARA USO NAS UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
85	210,000	L	8321 - DESINFETANTE FR C/ 1000 ML	Verdesan	4,5100	947,10
91	12,000	FR	12507 - DESODORIZADOR DE AMBIENTE - MÍNIMO DE 300 ml	U. FRESH	7,0500	84,60
95	150,000	FR	8322 - DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio	Limpol	1,7000	255,00
133	8,000	GL	9180 - HIPOCLORITO DE SÓDIO	BELLA DONA	11,9500	95,60
153	6,000	FR	8323 - LUSTRA MÓVEIS 200ML	WORKER	2,7500	16,50
163	3,000	GL	16309 - MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L	BELLA DONA	9,5500	28,65
175	4,000	UN	15103 - PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR	SANYMIX	3,1000	12,40
194	6,000	UN	13072 - SABÃO EM BARRA - CÔCO	G. SOL	1,3600	8,16
197	50,000	KG	8374 - SABÃO EM PÓ 1 KG	ULTRA CLASS	5,2000	260,00
203	54,000	UN	13079 - SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML	BELL PLUS	8,2000	442,80
212	15,000	UN	12534 - SAPÓLIO EM PÓ	SANYMIX	1,8600	27,90

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2663/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
Data do Processo: **29/03/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **30/05/2019**  
Data da Solicitação: **01/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 2/2

Total Geral:	2.178,71
--------------	----------

---

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 2664/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
Data do Processo: **29/03/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **30/05/2019**  
Data da Solicitação: **01/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300320 - POLICLÍNICA DE ESPEC. DR JOÃO BIRON-ALTA  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 51 - 15.003.10.302.0753.2705.3.3.90.00.00 - Prestar serviços de média e alta  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 100 L DESINFETANTE FR C/ 1000ML, 80 UN DETERGENTE LÍQUIDO 500ML, 06 GL HIPOCLORITO DE SÓDIO, 02 PT PASTA SAPONÁCEO, 25 UN SABÃO EM PO 1KG, 20 UN SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) FR 800ML, 02 MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L, 05 UN SABÃO EM BARRA CÔCO E 13 UN SAPÓLIO EM PÓ - PARA USO NA POLICLÍNICA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
85	100,000	L	8321 - DESINFETANTE FR C/ 1000 ML	Verdesan	4,5100	451,00
95	80,000	FR	8322 - DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio	Limpol	1,7000	136,00
133	6,000	GL	9180 - HIPOCLORITO DE SÓDIO	BELLA DONA	11,9500	71,70
163	2,000	GL	16309 - MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L	BELLA DONA	9,5500	19,10
175	2,000	UN	15103 - PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR	SANYMIX	3,1000	6,20
194	5,000	UN	13072 - SABÃO EM BARRA - CÔCO	G. SOL	1,3600	6,80
197	25,000	KG	8374 - SABÃO EM PÓ 1 KG	ULTRA CLASS	5,2000	130,00
203	20,000	UN	13079 - SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML	BELL PLUS	8,2000	164,00
212	13,000	UN	12534 - SAPÓLIO EM PÓ	SANYMIX	1,8600	24,18
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.008,98</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2665/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500100386 - CENTRO ADMINISTRATIVO SAUDE - CAM  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 6 - 15.001.10.122.0300.2652.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 40 L DESINFETANTE FR C/ 1000ML, 35 UN DETERGENTE LÍQUIDO 500ML, 06 GL HIPOCLORITO DE SÓDIO, 04 PT PASTA SAPONÁCEO, 15 UN SABÃO EM PO 1KG, 20 UN SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) FR 800ML, 02 MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L, 05 SABÃO EM BARRA CÔCO E 13 UN SAPÓLIO EM PÓ - PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
85	40,000	L	8321 - DESINFETANTE FR C/ 1000 ML	Verdesan	4,5100	180,40
95	35,000	FR	8322 - DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio	Limpol	1,7000	59,50
133	6,000	GL	9180 - HIPOCLORITO DE SÓDIO	BELLA DONA	11,9500	71,70
163	2,000	GL	16309 - MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L	BELLA DONA	9,5500	19,10
175	4,000	UN	15103 - PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR	SANYMIX	3,1000	12,40
194	5,000	UN	13072 - SABÃO EM BARRA - CÔCO	G. SOL	1,3600	6,80
197	15,000	KG	8374 - SABÃO EM PÓ 1 KG	ULTRA CLASS	5,2000	78,00
203	20,000	UN	13079 - SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML	BELL PLUS	8,2000	164,00
212	13,000	UN	12534 - SAPÓLIO EM PÓ	SANYMIX	1,8600	24,18
					<b>Total Geral:</b>	<b>616,08</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2666/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300317 - CAPS INFANTIL  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 47 - 15.003.10.302.0753.2701.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 30 L DESINFETANTE FR C/ 1000ML, 20 UN DETERGENTE LÍQUIDO 500ML, 03 GL HIPOCLORITO DE SÓDIO, 02 PT PASTA SAPONÁCEO, 05 UN SABÃO EM PÓ 1KG, 10 UN SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) FR 800ML, 01 MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L, 03 SABÃO EM BARRA - CÔCO E 06 UN SAPÓLIO EM PÓ - PARA USO NO CAPS INFANTIL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
85	30,000	L	8321 - DESINFETANTE FR C/ 1000 ML	Verdesan	4,5100	135,30
95	20,000	FR	8322 - DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio	Limpol	1,7000	34,00
133	3,000	GL	9180 - HIPOCLORITO DE SÓDIO	BELLA DONA	11,9500	35,85
163	1,000	GL	16309 - MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L	BELLA DONA	9,5500	9,55
175	2,000	UN	15103 - PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR	SANYMIX	3,1000	6,20
194	3,000	UN	13072 - SABÃO EM BARRA - CÔCO	G. SOL	1,3600	4,08
197	5,000	KG	8374 - SABÃO EM PÓ 1 KG	ULTRA CLASS	5,2000	26,00
203	10,000	UN	13079 - SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML	BELL PLUS	8,2000	82,00
212	6,000	UN	12534 - SAPÓLIO EM PÓ	SANYMIX	1,8600	11,16
					<b>Total Geral:</b>	<b>344,14</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2667/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300318 - CAPS II  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 48 - 15.003.10.302.0753.2702.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 30 L DESINFETANTE FR C/ 1000ML, 20 UN DETERGENTE LÍQUIDO 500ML, 03 GL HIPOCLORITO DE SÓDIO, 02 PT PASTA SAPONÁCEO, 05 UN SABÃO EM PO 1KG, 10 UN SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) FR 800ML, 01 MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L, 03 SABÃO EM BARRA - CÔCO E 06 UN SAPÓLIO EM PÓ - PARA USO NO CAPS II.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
85	30,000	L	8321 - DESINFETANTE FR C/ 1000 ML	Verdesan	4,5100	135,30
95	20,000	FR	8322 - DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio	Limpol	1,7000	34,00
133	3,000	GL	9180 - HIPOCLORITO DE SÓDIO	BELLA DONA	11,9500	35,85
163	1,000	GL	16309 - MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L	BELLA DONA	9,5500	9,55
175	2,000	UN	15103 - PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR	SANYMIX	3,1000	6,20
194	3,000	UN	13072 - SABÃO EM BARRA - CÔCO	G. SOL	1,3600	4,08
197	5,000	KG	8374 - SABÃO EM PÓ 1 KG	ULTRA CLASS	5,2000	26,00
203	10,000	UN	13079 - SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML	BELL PLUS	8,2000	82,00
212	6,000	UN	12534 - SAPÓLIO EM PÓ	SANYMIX	1,8600	11,16
					<b>Total Geral:</b>	<b>344,14</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2668/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 46 - 15.003.10.302.0753.2700.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 30 L DESINFETANTE FR C/ 1000ML, 20 UN DETERGENTE LÍQUIDO 500ML, 03 GL HIPOCLORITO DE SÓDIO, 02 PT PASTA SAPONÁCEO, 05 UN SABÃO EM PÓ 1KG, 10 UN SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) FR 800ML, 01 UN MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L, 03 UN SABÃO EM BARRA - CÔCO E 06 UM SAPÓLIO EM PÓ - PARA USO NO CAPS AD.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
85	30,000	L	8321 - DESINFETANTE FR C/ 1000 ML	Verdesan	4,5100	135,30
95	20,000	FR	8322 - DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio	Limpol	1,7000	34,00
133	3,000	GL	9180 - HIPOCLORITO DE SÓDIO	BELLA DONA	11,9500	35,85
163	1,000	GL	16309 - MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L	BELLA DONA	9,5500	9,55
175	2,000	UN	15103 - PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR	SANYMIX	3,1000	6,20
194	3,000	UN	13072 - SABÃO EM BARRA - CÔCO	G. SOL	1,3600	4,08
197	5,000	KG	8374 - SABÃO EM PÓ 1 KG	ULTRA CLASS	5,2000	26,00
203	10,000	UN	13079 - SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML	BELL PLUS	8,2000	82,00
212	6,000	UN	12534 - SAPÓLIO EM PÓ	SANYMIX	1,8600	11,16
					<b>Total Geral:</b>	<b>344,14</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2669/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3146**

Página: 1/1

**Fornecedor:** BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869  
**CPF/CNPJ:** 02.706.629/0001-87 **Celular:**  
**Endereço:** 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC  
**E-mail:** joice@briojaragua.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 40 L DESINFETANTE FR C/ 1000ML, 35 UN DETERGENTE LÍQUIDO 500ML, 06 GL HIPOCLORITO DE SÓDIO, 04 PT PASTA SAPONÁCEO, 15 UN SABÃO EM PÓ 1KG, 20 UN SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) FR 800ML, 02 UN MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L, 05 UN SABÃO EM BARRA - CÔCO E 13 UN SAPÓLIO EM PÓ - PARA USO NA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
85	40,000	L	8321 - DESINFETANTE FR C/ 1000 ML	Verdesan	4,5100	180,40
95	35,000	FR	8322 - DETERGENTE LÍQUIDO 500ML - Componente Ativo: Linear Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio	Limpol	1,7000	59,50
133	6,000	GL	9180 - HIPOCLORITO DE SÓDIO	BELLA DONA	11,9500	71,70
163	2,000	GL	16309 - MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L	BELLA DONA	9,5500	19,10
175	4,000	UN	15103 - PASTA SAPONÁCEO - POTE 500 GR	SANYMIX	3,1000	12,40
194	5,000	UN	13072 - SABÃO EM BARRA - CÔCO	G. SOL	1,3600	6,80
197	15,000	KG	8374 - SABÃO EM PÓ 1 KG	ULTRA CLASS	5,2000	78,00
203	20,000	UN	13079 - SABONETE LÍQUIDO (REFIL TIPO GOJO) - FR 800 ML	BELL PLUS	8,2000	164,00
212	13,000	UN	12534 - SAPÓLIO EM PÓ	SANYMIX	1,8600	24,18
					<b>Total Geral:</b>	<b>616,08</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2670/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3000**

Página: 1/1

**Fornecedor: A. V. COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**
**Telefone: 4732640037**
**CPF/CNPJ:** 16.858.182/0001-76

**Celular:**
**Endereço:** Edgar Linhares, NOVA ESPERANCA - 88336-210, BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC

**E-mail:** licitacao1@lecomercioatacadista.com.br

pedidos.avcomercio@gmail.com

avcomerciovarejista@gmail.com

**Banco:** 341 - Itaú Unibanco S.A.

**Agencia**

8490-

**Conta:** 38970-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300318 - CAPS II

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 48 - 15.003.10.302.0753.2702.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO 20 UN ÁLCOOL EM GEL, 16 UN FLANELA COMUM, 16 PR LUVA BORRACHA TAM M, 12 PR LUVA BORRACHA TAM G - PARA USO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS II

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
60	20,000	UN	14141 - ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO 70% 500ml	Sauba	4,4900	89,80
123	16,000	UN	8443 - FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO	MARTINS	0,9500	15,20
154	12,000	PR	15099 - LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM G - BORRACHA ANATÔMICA, LÁTEX NATURAL ANTIDERRAPANTE, FORRADA, COM PUNHO AJUSTÁVEIS, COM BAINHA, COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO 33 CM	VOLK	1,6200	19,44
155	16,000	PR	15098 - LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM M	VOLK	1,6200	25,92
					<b>Total Geral:</b>	<b>150,36</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2671/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3278**

Página: 1/1

**Fornecedor: RGP LIMPEZACOMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE**
**Telefone: 47988062604**
**CPF/CNPJ: 19.664.337/0001-21**
**Celular:**
**Endereço: RUA TUIUTI, AVENTUREIRO - 89226-002, JOINVILLE - SC**
**E-mail: rgplicitacao@gmail.com**
**Banco: 748 - Banco Cooperativo**
**Agencia 2602-**
**Conta: 72140-9**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300320 - POLICLÍNICA DE ESPEC. DR JOÃO BIRON-ALTA

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 51 - 15.003.10.302.0753.2705.3.3.90.00.00 - Prestar serviços de média e alta

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 03 UN KIT BALDE CENTRIFUGADOR + ESFREGÃO 360° E 10 UN LIXEIRA 15 L COM PEDAL - PARA USO NA POLICLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. JOÃO BIRON

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
136	3,000	UN	33566 - KIT BALDE CENTRIFUGADOR + ESFREGÃO 360°	Perfect	53,0000	159,00
145	10,000	UN	25220 - LIXEIRA 15L COM PEDAL	PLASMONT	19,9900	199,90
					<b>Total Geral:</b>	<b>358,90</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2672/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3278**

Página: 1/1

**Fornecedor: RGP LIMPEZACOMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE**
**Telefone: 47988062604**
**CPF/CNPJ: 19.664.337/0001-21**
**Celular:**
**Endereço: RUA TUIUTI, AVENTUREIRO - 89226-002, JOINVILLE - SC**
**E-mail: rgplicitacao@gmail.com**
**Banco: 748 - Banco Cooperativo**
**Agencia 2602-**
**Conta: 72140-9**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 04 UN KIT BALDE CENTRIFUGADOR + ESFREGÃO 360° E 10 UN LIXEIRA 15 L COM PEDAL - PARA USO NA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
136	4,000	UN	33566 - KIT BALDE CENTRIFUGADOR + ESFREGÃO 360°	Perfect	53,0000	212,00
145	10,000	UN	25220 - LIXEIRA 15L COM PEDAL	PLASMONT	19,9900	199,90
					<b>Total Geral:</b>	<b>411,90</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2673/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3144**

Página: 1/1

**Fornecedor:** DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES **Telefone:** 4734653528  
**CPF/CNPJ:** 01.306.465/0001-38 **Celular:**  
**Endereço:** AMÉRICO VESPÚCIO, nova brasilã - 89213-401, JOINVILLE - SC  
**E-mail:** contato@disquemed.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5214-0 **Conta:** 1073187-3

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300320 - POLICLÍNICA DE ESPEC. DR JOÃO BIRON-ALTA  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 51 - 15.003.10.302.0753.2705.3.3.90.00.00 - Prestar serviços de média e alta  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 35 UN PANO DE CHÃO ALVEJADO E 240 UN PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN - PARA USO NA POLICLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. JOÃO BIRON

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
170	35,000	UN	8444 - PANO DE CHÃO- ALVEJADO - COMPOSTO DE 100% ALGODÃO - MEDIDNO NO MÍNIMO 60CMX85CM	BRUMILA	2,4700	86,45
174	240,000	PCT	12747 - PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN	aphes	3,1600	758,40
					<b>Total Geral:</b>	<b>844,85</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2674/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3144**

Página: 1/1

**Fornecedor:** DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES **Telefone:** 4734653528  
**CPF/CNPJ:** 01.306.465/0001-38 **Celular:**  
**Endereço:** AMÉRICO VESPÚCIO, nova brasilã - 89213-401, JOINVILLE - SC  
**E-mail:** contato@disquemed.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5214-0 **Conta:** 1073187-3

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500100395 - DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 6 - 15.001.10.122.0300.2652.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 35 UN PANO DE CHÃO ALVEJADO E 200 UN PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN - PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
170	35,000	UN	8444 - PANO DE CHÃO- ALVEJADO - COMPOSTO DE 100% ALGODÃO - MEDIDNO NO MÍNIMO 60CMX85CM	BRUMILA	2,4700	86,45
174	200,000	PCT	12747 - PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN	aphes	3,1600	632,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>718,45</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2675/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3144**

Página: 1/1

**Fornecedor:** DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES **Telefone:** 4734653528  
**CPF/CNPJ:** 01.306.465/0001-38 **Celular:**  
**Endereço:** AMÉRICO VESPÚCIO, nova brasilã - 89213-401, JOINVILLE - SC  
**E-mail:** contato@disquemed.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5214-0 **Conta:** 1073187-3

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 46 - 15.003.10.302.0753.2700.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00  
**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 30 UN PANO DE CHÃO ALVEJADO E 200 UN PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN - PARA USO NO CAPS AD

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
170	30,000	UN	8444 - PANO DE CHÃO- ALVEJADO - COMPOSTO DE 100% ALGODÃO - MEDIDNO NO MÍNIMO 60CMX85CM	BRUMILA	2,4700	74,10
174	200,000	PCT	12747 - PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN	aphes	3,1600	632,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>706,10</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2676/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3144**

Página: 1/1

**Fornecedor:** DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES **Telefone:** 4734653528  
**CPF/CNPJ:** 01.306.465/0001-38 **Celular:**  
**Endereço:** AMÉRICO VESPÚCIO, nova brasilã - 89213-401, JOINVILLE - SC  
**E-mail:** contato@disquemed.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5214-0 **Conta:** 1073187-3

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA  
**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.20.00  
**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 60 UN TOALHA DE ROSTO ALGODÃO - PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
224	60,000	UN	12803 - TOALHA DE ROSTO ALGODÃO	fleschmann	4,3500	261,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>261,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2677/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1285**

Página: 1/1

**Fornecedor: J3R INDUSTRIA E COMERCIO LTDA****Telefone: 4732278749****CPF/CNPJ:** 27.734.238/0001-05**Celular:****Endereço:** Nestor Firmino Vieira, ITINGA - 89245-000, ARAQUARI - SC**E-mail:** j3rdistribuidora@gmail.com**Banco:** 748 - Banco Cooperativo**Agencia** 2602-0**Conta:** 47465-7

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500100395 - DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA**Despesa :** 6 - 15.001.10.122.0300.2652.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 300 FDS DE PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - TAM 21X21CM C/1000 FLS, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
241	300,000	PCT	34619 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - TAM.20X21CM C/1000 FOLHAS	TOPPY	6,8800	2.064,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>2.064,00</b>

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2678/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1285**

Página: 1/1

**Fornecedor: J3R INDUSTRIA E COMERCIO LTDA****Telefone: 4732278749****CPF/CNPJ:** 27.734.238/0001-05**Celular:****Endereço:** Nestor Firmino Vieira, ITINGA - 89245-000, ARAQUARI - SC**E-mail:** j3rdistribuidora@gmail.com**Banco:** 748 - Banco Cooperativo**Agencia** 2602-0**Conta:** 47465-7

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300317 - CAPS INFANTIL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA**Despesa :** 47 - 15.003.10.302.0753.2701.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 300 FDS DE PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - TAM 21X21CM C/1000 FLS - PARA USO NO CAPS INFANTIL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
241	300,000	PCT	34619 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - TAM.20X21CM C/1000 FOLHAS	TOPPY	6,8800	2.064,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>2.064,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2679/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1285**

Página: 1/1

**Fornecedor: J3R INDUSTRIA E COMERCIO LTDA****Telefone: 4732278749****CPF/CNPJ:** 27.734.238/0001-05**Celular:****Endereço:** Nestor Firmino Vieira, ITINGA - 89245-000, ARAQUARI - SC**E-mail:** j3rdistribuidora@gmail.com**Banco:** 748 - Banco Cooperativo**Agencia** 2602-0**Conta:** 47465-7

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300318 - CAPS II**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA**Despesa :** 48 - 15.003.10.302.0753.2702.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 300 FDS DE PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - TAM 21X21CM C/1000 FLS - PARA USO NO CAPS II

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
241	300,000	PCT	34619 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - TAM.20X21CM C/1000 FOLHAS	TOPPY	6,8800	2.064,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>2.064,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2680/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **01/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3279**

Página: 1/1

**Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP****Telefone: 4733712000****CPF/CNPJ:** 78.268.810/0001-10**Celular:****Endereço:** Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:** lili.casaconstrucao@gmail.com**Banco:** 104 - Caixa Econômica **Agencia** 417-0 **Conta:** 1415-1

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 08 UN MANGUEIRA P/ JARDIM COMPLETA - PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
160	8,000	UN	23395 - MANGUEIRA P/ JARDIM COMPLETA	KALA	49,0100	392,08
					<b>Total Geral:</b>	<b>392,08</b>

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 01 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2681/2019**

Processo Administrativo: **172/2018**  
 Data do Processo: **11/09/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **02/10/2018**  
 Data da Solicitação: **02/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **143**

Página: 1/1

**Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL MATRIZ**
**Telefone: 33728888**
**CPF/CNPJ: 83.488.882/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, CENTRO - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: licitacao@agricopel.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3125-9 Conta: 3977-2**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300312 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
**Condição de Pagamento:** Conforme edital  
**Prazo de Entrega:** De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 51 - 15.003.10.302.0753.2705.3.3.90.00.00 - Prestar serviços de média e alta  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.01.00  
**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III ; Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 6.500 LITROS DE COMBUSTÍVEL - GASOLINA COMUM, ATRAVÉS DE SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 208/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018 (ITEM 03), PARA USO NOS VEÍCULOS DO SETOR DE TRANSPORTE A SERVIÇO DO TFD.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	6.500,000	L	6293 - GASOLINA COMUM	SHELL	3,8210	24.836,50
					<b>Total Geral:</b>	<b>24.836,50</b>

 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 02 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2682/2019**

Processo Administrativo: **172/2018**  
 Data do Processo: **11/09/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **02/10/2018**  
 Data da Solicitação: **02/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **143**

Página: 1/1

**Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL MATRIZ**
**Telefone: 33728888**
**CPF/CNPJ: 83.488.882/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, CENTRO - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: licitacao@agricopel.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3125-9 Conta: 3977-2**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
**Condição de Pagamento:** Conforme edital  
**Prazo de Entrega:** De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.01.00  
**Recurso :** 0.6.38.0175 - SF-Vigilância Saúde - Epidemiologia  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III ; Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 4.500 LITROS DE COMBUSTÍVEL - GASOLINA COMUM, ATRAVÉS DE SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 208/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018 (ITEM 03), PARA USO NOS VEÍCULOS DA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	4.500,000	L	6293 - GASOLINA COMUM	SHELL	3,8210	17.194,50
					<b>Total Geral:</b>	<b>17.194,50</b>

 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 02 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2683/2019**

Processo Administrativo: **172/2018**  
 Data do Processo: **11/09/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **02/10/2018**  
 Data da Solicitação: **02/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **143**

Página: 1/1

**Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL MATRIZ**
**Telefone: 33728888**
**CPF/CNPJ: 83.488.882/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, CENTRO - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: licitacao@agricopel.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3125-9 Conta: 3977-2**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Condição de Pagamento:** Conforme edital  
**Prazo de Entrega:** De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.01.00  
**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III à Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 3.500 LITROS DE COMBUSTÍVEL - GASOLINA COMUM, ATRAVÉS SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 208/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018 (ITEM 03), PARA USO NOS VEÍCULOS DA DIRETORIA DA SAÚDE.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	3.500,000	L	6293 - GASOLINA COMUM	SHELL	3,8210	13.373,50
					<b>Total Geral:</b>	<b>13.373,50</b>

 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 02 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2684/2019**

Processo Administrativo: **172/2018**  
 Data do Processo: **11/09/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **02/10/2018**  
 Data da Solicitação: **02/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **143**

Página: 1/1

**Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL MATRIZ**
**Telefone: 33728888**
**CPF/CNPJ: 83.488.882/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, CENTRO - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: licitacao@agricopel.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3125-9 Conta: 3977-2**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500100386 - CENTRO ADMINISTRATIVO SAUDE - CAM  
**Condição de Pagamento:** Conforme edital  
**Prazo de Entrega:** De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 6 - 15.001.10.122.0300.2652.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.01.00  
**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III ; Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 1.916 LITROS DE COMBUSTÍVEL - GASOLINA COMUM, ATRAVÉS DE SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 208/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018 (ITEM 03), PARA USO NOS VEÍCULOS DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1.916,000	L	6293 - GASOLINA COMUM	SHELL	3,8210	7.321,04
					<b>Total Geral:</b>	<b>7.321,04</b>

 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 02 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2685/2019**

Processo Administrativo: **172/2018**  
 Data do Processo: **11/09/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **02/10/2018**  
 Data da Solicitação: **02/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **143**

Página: 1/1

**Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL MATRIZ**
**Telefone: 33728888**
**CPF/CNPJ: 83.488.882/0001-03**
**Celular:**
**Endereço: WALTER MARQUARDT, CENTRO - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC**
**E-mail: licitacao@agricopel.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3125-9 Conta: 3977-2**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500100386 - CENTRO ADMINISTRATIVO SAUDE - CAM  
**Condição de Pagamento:** Conforme edital  
**Prazo de Entrega:** De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 6 - 15.001.10.122.0300.2652.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.01.00  
**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III ; Minuta da Ata de Registro de Preços.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 1.080 LITROS DE COMBUSTÍVEL - GASOLINA COMUM, ATRAVÉS DE SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 208/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2018 (ITEM 04), PARA USO NOS VEÍCULOS DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
4	1.080,000	L	6293 - GASOLINA COMUM - Referência interna do Item: 4	SHELL	3,8210	4.126,68
					<b>Total Geral:</b>	<b>4.126,68</b>

 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 02 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2686/2019**

Processo Administrativo: **47/2018**  
 Data do Processo: **04/10/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **18/12/2018**  
 Data da Solicitação: **02/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **694**  
 Data de Homologação: **18/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: MAYCON WILL EIRELI - ME****Telefone: 4821323346****CPF/CNPJ: 18.712.730/0001-80****Celular:****Endereço: TREZE DE JUNHO, Flor de Nápolis - 88106-470, SÃO JOSÉ - SC****E-mail: contato@willcomercial.com.br****Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3174-7 Conta: 106379-0**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.32.99.00**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICA e INFANTIL ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 10.000 UN FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. M E 5.000 UN FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. P. DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	5.000,000	UN	11863 - FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. P	TENA CONFORT	1,0500	5.250,00
2	10.000,000	UN	11864 - FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. M	TENA CONFORT	1,2200	12.200,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>17.450,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 02 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2687/2019**

Processo Administrativo: **47/2018**  
 Data do Processo: **04/10/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **18/12/2018**  
 Data da Solicitação: **02/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **230**  
 Data de Homologação: **18/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: ALVIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**
**Telefone: 5133474861**
**CPF/CNPJ: 02.039.748/0001-23**
**Celular:**
**Endereço:** do Forte, VILA IPIRANGA - 91360-000, PORTO ALEGRE - RS

**E-mail:**
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5745-2 **Conta:** 16849-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

**Desdobramento :** 3.3.90.32.99.00

**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICA e INFANTIL ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 10.000 UN FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. G E 10.000 UN FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. GG. DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
7	10.000,000	UN	11865 - FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. G	FRALDAS CK	1,3600	13.600,00
9	10.000,000	UN	21438 - FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. GG	FRALDAS CK	1,4300	14.300,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>27.900,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
 02 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2702/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**  
 Data do Processo: **29/03/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/05/2019**  
 Data da Solicitação: **03/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **3000**

Página: 1/1

**Fornecedor: A. V. COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**
**Telefone: 4732640037**
**CPF/CNPJ:** 16.858.182/0001-76

**Celular:**
**Endereço:** Edgar Linhares, NOVA ESPERANCA - 88336-210, BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC

**E-mail:** licitacao1@lecomercioatacadista.com.br  
 pedidos.avcomercio@gmail.com  
 avcomerciovarejista@gmail.com

**Banco:** 341 - Itaú Unibanco S.A. **Agencia** 8490- **Conta:** 38970-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00

**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO 80 UN ÁLCOOL EM GEL, 04 GL DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO, 20 UN FLANELA COMUM, 20 PR LUVA BORRACHA TAM M, 12 PR LUVA BORRACHA TAM P, 20 UN SABÃO EM BARRA - PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
60	80,000	UN	14141 - ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO 70% 500ml	Sauba	4,4900	359,20
92	4,000	GL	16490 - DETERGENTE DESENGORDURANTE AMONIACADO	Verdesan	17,4900	69,96
123	20,000	UN	8443 - FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO	MARTINS	0,9500	19,00
155	20,000	PR	15098 - LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM M	VOLK	1,6200	32,40
156	12,000	PR	15097 - LUVA DE BORRACHA C/ FORRO ALGODÃO - AMARELA TAM P	VOLK	1,5200	18,24
193	20,000	UN	12532 - SABÃO EM BARRA	ZAVASKI	1,0400	20,80
					<b>Total Geral:</b>	<b>519,60</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
 03 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
**Nr.: 2710/2019**

Processo Administrativo: **32/2019**  
Data do Processo: **05/07/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **13/08/2019**  
Data da Solicitação: **08/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1778**  
Data de Homologação: **13/08/2019**

Página: 1/2

**Fornecedor: ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATORIOS SA**
**Telefone:** 5133141600

**CPF/CNPJ:** 04.619.893/0001-09

**Celular:** 5133141606

**Endereço:**
**E-mail:** Av. Marginal, snº, quadra 46, lote 03, lot. Pacaemb, JARDIM IPANEMA - 72872-003, VALPARAÍSO DE GOIÁS - G

especialista@especialista.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3415-0 **Conta:** 14572-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500400413 - LABORATÓRIO MUNICIPAL ANÁLISES CLÍNICAS

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 07 dias úteis, após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de

**Desdobramento :** 3.3.90.30.11.00

**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, conforme especificações e quantidades no ANEXO I deste edital, Minuta da Ata de Registro de Preços Anexo III, Minuta de contrato de comodato Anexo IX e Especificações gerais para o comodato e especificações técnicas do equipamento Anexo X deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE REAGENTES: 600 HBS AG, 700 ANTI HBS, 200 ANTI-HBC TOTAL, 200 ANTI HBC IGM, 1000 ANTI-HCV, 1000 ANTI-HIV I E II, 100 HBE AG, 100 ANTI HBE, 900 TOXO IgG, 900 TOXO IgM, 400 RUBÉOLA IgG, 400 RUBÉOLA IgM, 1000 SÍFILIS, 2000 VITAMINA D, 2000 PSA TOTAL, 4000 TSH, 2000 T4 LIVRE, 200 T4 TOTAL, 200 T3 TOTAL, 400 FSH, 400 LH, 300 PROLACTINA PARA USO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	600,000	TEST	97570 - REAGENTE PARA DETECÇÃO DO ANTÍGENO HBS DA HEPATITE B (HBS AG) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	8,4300	5.058,00
2	700,000	TEST	97571 - REAGENTE PARA DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI HBS DA HEPATITE B (ANTI-HBS) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	11,1200	7.784,00
3	200,000	TEST	97572 - REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI HBC TOTAL DA HEPATITE B (ANTI-HBC TOTAL) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	9,6600	1.932,00
4	200,000	TEST	97573 - REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI HBC IGM DA HEPATITE B (ANTI-HBC IGM) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	12,3400	2.468,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
08 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2710/2019**

Processo Administrativo: **32/2019**  
 Data do Processo: **05/07/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **13/08/2019**  
 Data da Solicitação: **08/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1778**  
 Data de Homologação: **13/08/2019**

Página: 2/2

5	1.000,000	TEST	97574 - REAGENTE PARA DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV), EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	16,2200	16.220,00
6	1.000,000	TEST	97575 - REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI VÍRUS HIV I E II (ANTI-HIV I E II) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	9,6000	9.600,00
7	100,000	TEST	97576 - REAGENTE PARA DETECÇÃO DO ANTÍGENO HBE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBE AG) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	12,4400	1.244,00
8	100,000	TEST	97577 - REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI HBE DA HEPATITE B (ANTI-HBE) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	12,1100	1.211,00
9	900,000	TEST	97578 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI TOXOPLASMA GONDII IgG (TOXO IgG) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	10,3100	9.279,00
10	900,000	TEST	97579 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI TOXOPLASMA GONDII IgM (TOXO IgM) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	11,0200	9.918,00
12	400,000	TEST	97581 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI RUBÉOLA IgG (Rubéola IgG) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	12,0600	4.824,00
13	400,000	TEST	97582 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI RUBÉOLA IgM (Rubéola IgM) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	11,5900	4.636,00
14	1.000,000	TEST	97583 - REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS ANTI TREPONEMA PALLIDUM (SÍFILIS) EM SORO OU PLASMA HUMANO	ABBOTT	8,5700	8.570,00
17	2.000,000	TEST	97586 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE 25 HIDROXI VITAMINA D (VITAMINA D) EM SORO HUMANO	ABBOTT	15,7300	31.460,00
18	2.000,000	TEST	97587 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO TOTAL (PSA TOTAL), EM SORO HUMANO	ABBOTT	7,4800	14.960,00
19	4.000,000	TEST	97588 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH) EM SORO HUMANO	ABBOTT	5,3500	21.400,00
20	2.000,000	TEST	97589 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) EM SORO HUMANO	ABBOTT	5,3200	10.640,00
21	200,000	TEST	97590 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE TIROXINA TOTAL (T4) EM SORO HUMANO	ABBOTT	5,4800	1.096,00
22	200,000	TEST	97591 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE TRIIODOTIRONINA (T3) EM SORO HUMANO	ABBOTT	5,3500	1.070,00
23	400,000	TEST	97592 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE HORMÔNIO FOLÍCULO-ESTIMULANTE (FSH) EM SORO HUMANO	ABBOTT	7,0800	2.832,00
24	400,000	TEST	97593 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH) EM SORO HUMANO.	ABBOTT	7,5000	3.000,00
25	300,000	TEST	97594 - REAGENTE PARA QUANTIFICAÇÃO DE HORMÔNIO PROLACTINA (PROLACTINA) EM SORO HUMANO	ABBOTT	7,5800	2.274,00
					Total Geral:	171.476,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 08 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2753/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
 Data do Processo: **23/07/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **20/11/2018**  
 Data da Solicitação: **14/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **168**

Página: 1/1

**Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME**
**Telefone: 4733723457**
**CPF/CNPJ:** 15.843.503/0001-04

**Celular:**
**Endereço:** CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

**E-mail:** kl.licitacao@gmail.com

**Banco:** 033 - Banco Santander

**Agencia** 1539-

**Conta:** 13000235-4

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

**Local de Entrega:** Conforme edital

**Despesa :** 18 - 15.002.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde

**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 1000KG CIMENTO CP II - Z E 120 KG DE ARGAMASSA PRONTA - 6 SACOS DE 20KG PARA USO NA MANUTENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA PINTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
404	1.000,000	KG	30621 - CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACA DE 40 E/OU 50 KG	NACIONAL	0,4400	440,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>440,00</b>

 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2755/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
 Data do Processo: **23/07/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **20/11/2018**  
 Data da Solicitação: **14/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **374**

Página: 1/1

**Fornecedor: K & P CONSTRUTORA LTDA****CPF/CNPJ:** 85.388.601/0001-76**Telefone:** 47999540066**Celular:** 47999714678**Endereço:****E-mail:** RUA MONSENHOR GERCINO, ITAUM - 89230-290, JOINVILLE - SC

sandra.apoio@terra.com.br

gabriel-alves-@hotmail.com

**Banco:** 104 - Caixa Econômica**Agencia**

1554-7

**Conta:** 2316-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 18 - 15.002.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 20 SACOS CAL HIDRATADO - SC DE 20 KG PARA USO NA MANUTENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA PINTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
315	20,000	SC	14147 - CAL HIDRATADO - SC DE 20 KGS	TANCAL	6,8800	137,60
					<b>Total Geral:</b>	<b>137,60</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 2756/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
Data do Processo: **23/07/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **20/11/2018**  
Data da Solicitação: **14/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **546**

Página: 1/1

**Fornecedor: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA** **Telefone: 4733710196**  
**CPF/CNPJ: 17.875.364/0001-18** **Celular:**  
**Endereço: Vergílio Pedro Rubini, Barra do Rio Cerro - 89260-190, JARAGUÁ DO SUL - SC**  
**E-mail: wanderleiwinter@bol.com.br**  
**Banco: 104 - Caixa Econômica** **Agencia 4332-0** **Conta: 217-9**

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 18 - 15.002.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00  
**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 05 M³ DE AREIA FINA PARA USO NA MANUTENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA PINTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
358	5,000	M3	8245 - AREIA FINA	WANDE	64,2500	321,25
					<b>Total Geral:</b>	<b>321,25</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2757/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**  
 Data do Processo: **23/07/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **20/11/2018**  
 Data da Solicitação: **14/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **544**

Página: 1/1

**Fornecedor:** INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA **Telefone:**  
**CPF/CNPJ:** 03.094.645/0001-29 **Celular:**  
**Endereço:** EUGENIO MOREIRA, ANITA GARIBALDI - 89202-100, JOINVILLE - SC  
**E-mail:** licitacao@infrasul.com.br  
**Banco:** 033 - Banco Santander **Agencia** 3176-0 **Conta:** 13001647-5

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d  
**Local de Entrega:** Conforme edital  
**Despesa :** 18 - 15.002.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde  
**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00  
**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 03 M³ DE BRITA Nº 2 PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
372	3,000	M3	8092 - BRITA Nº 2		51,9900	155,97
					<b>Total Geral:</b>	<b>155,97</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 2758/2019**

Processo Administrativo: **35/2018**  
Data do Processo: **03/09/2018**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **09/11/2018**  
Data da Solicitação: **14/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **152**  
Data de Homologação: **09/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES**
**Telefone: 4130420996**
**CPF/CNPJ: 11.101.480/0001-01**
**Celular:**
**Endereço: das Carmelitas, VILA HAUER - 81610-070, CURITIBA - PR**
**E-mail: thiago@medicalprodutos.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3007-4 Conta: 124563-5**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500700469 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOLÓ

**Condição de Pagamento:** Conforme edital

**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 84 - 15.007.10.301.0755.2654.4.4.90.00.00 - Aquisição de bens na Atenção

**Desdobramento :** 4.4.90.52.08.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS MÉDICO, AMBULATORIAL e ODONTOLÓGICO ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 03 UN SELADORA TERMO ELETRÔNICA, ÁREA DE SELAGEM 30CM, BIVOLT AUTOMÁTICO, SISTEMA INTEGRADO DE CORTE EM AMBAS AS DIREÇÕES, ACIONAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA COM TRAVA, SISTEMA DE AVISOS COM LED'S INDICATIVOS E BIPS SONOROS, NO TECLADO DE MEMBRANA, RESISTÊNCIA PTC BLINDADA COM CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE INATIVIDADE POR 60 M PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
21	3,000	UN	12846 - SELADORA TERMO ELETRÔNICA	CRISTÓFOLI	510,0000	1.530,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.530,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2759/2019**

Processo Administrativo: **26/2019**  
 Data do Processo: **07/06/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **29/08/2019**  
 Data da Solicitação: **14/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1874**  
 Data de Homologação: **29/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**
**Telefone: 4735209000**
**CPF/CNPJ: 00.802.002/0001-02**
**Celular:**
**Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 2320, FUNDO CANOAS - 89160-000, RIO DO SUL - SC**
**E-mail: vendas@altermed.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 276-3 Conta: 30778-5**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500500466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 72 - 15.005.10.303.0754.2680.3.3.90.00.00 - Cumprimento de ações judiciais -

**Desdobramento :** 3.3.90.32.02.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO 120 COMPRIMIDOS DE DIOSMINA 450MG+HEPERIDINA 50MG  
 PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS  
 DILMA HIOPPE - PROCESSO Nº 5000896-61.2010.404.7209  
 SUELI ESFOGLIA - PROCESSO Nº 0900343-29.2014.8.24.0036

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
59	120,000	CP	100956 - DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	Cifarma-Mabra	0,3499	41,99
					<b>Total Geral:</b>	<b>41,99</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2760/2019**

Processo Administrativo: **51/2018**  
 Data do Processo: **05/10/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **05/02/2019**  
 Data da Solicitação: **14/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **746**  
 Data de Homologação: **05/02/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: BMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA EPP**
**Telefone: 4730872056**
**CPF/CNPJ: 27.300.682/0001-04**
**Celular:**
**Endereço:** Itajaí, Limoeiro - 88352-495, ITAJAÍ - SC

**E-mail:** licita@hospitalarbmh.com.br

comercial@hospitalarbmh.com.br

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A.

**Agencia**

5233-7

**Conta:** 11172-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis, após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

**Desdobramento :** 3.3.90.30.36.00

**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 30000 PC COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
211	30.000,000	PCT	9370 - COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL - 7,5CM X 7,5CM 11 FIOS	BIOTEXTIL / HEMOGAZE	0,2700	8.100,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>8.100,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2761/2019**

Processo Administrativo: **48/2018**  
 Data do Processo: **04/10/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **30/11/2018**  
 Data da Solicitação: **14/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **171**  
 Data de Homologação: **30/11/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** **Telefone: 5532122447**  
**CPF/CNPJ: 94.894.169/0001-86** **Celular:**  
**Endereço: Rua Samuel Kruschim, PATRONATO - 97020-670, SANTA MARIA - RS**  
**E-mail: pedidos@mauromarciano.com.br**  
**Banco: 237 - Banco Bradesco S. Agência 0388- Conta: 123194-4**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500500466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR  
**Condição de Pagamento:** Conforme edital  
**Prazo de Entrega:** Máx. 08 dias úteis, a partir do dia seguinte do re  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Despesa :** 72 - 15.005.10.303.0754.2680.3.3.90.00.00 - Cumprimento de ações judiciais -  
**Desdobramento :** 3.3.90.32.02.00  
**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Basica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 90 COMPRIMIDOS DE TRIMETAZIDINA MR 35MG, PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS  
 ARCEIO AUGUSTO HERBER - 5003420-91.2014.404.7209

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
116	90,000	CP	98123 - TRIMETAZIDINA 35MG	SERVIER	1,3600	122,40
					<b>Total Geral:</b>	<b>122,40</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2762/2019**

Processo Administrativo: 13/2019  
 Data do Processo: 22/03/2019  
 Contrato: 192/2019  
 Data da Contratação: 03/05/2019  
 Data da Solicitação: 14/10/2019  
 Sequencial do Contrato: 1208  
 Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/1

**Fornecedor: RM RESTAURANTE LTDA.****CPF/CNPJ:** 30.288.497/0001-56**Endereço:**

**E-mail:** Rua Bernardo Werner Grubba Júnior, CENTENARIO - 89256-610, JARAGUÁ DO SUL - SC  
 mannosrestaurante@yahoo.com.br

**Banco:** 085 - Cooperativa Central **Agencia** 101- **Conta:** 987370-8

**Telefone:** 4733723573**Celular:** 47999354747

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500300319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 do Edital**Local de Entrega:** SECRETARIA DA SAÚDE**Despesa :** 46 - 15.003.10.302.0753.2700.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e**Desdobramento :** 3.3.90.39.41.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

**Objeto:** A COMODANTE é empresa autorizada para fornecimento de refeições sistema self service ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de balcão térmico, cujo contrato é proveniente do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preços nº 13/2019 e em conformidade com exigências do Anexo IX do Edital – Termo de referência.

A COMODANTE empresta, a título gratuito, balcão térmico para a completa execução da prestação dos serviços, objeto da Ata de Registro de Preços.

O COMODATÁRIO recebe os balcões térmicos para utilização exclusiva, nos termos deste contrato e na Ata de Registro de Preços.

Qualquer mudança de endereço de localização, a Secretaria Municipal de Saúde deverá informar onde os balcões térmicos se encontram, quando solicitado pela COMODANTE.

O prazo de vigência do presente comodato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou até a duração da Ata de Registro, conforme estabelece o item 4.1, alínea g, do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 13/2019, porquanto o presente contrato é acessório daquele.

O COMODANTE não poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, tampouco suspender o uso e gozo dos balcões térmicos emprestados, antes de findar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços. Anexo III e Termo de Referência no Anexo IX deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 257 REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE DESTINADAS AOS PACIENTES EM TRATAMENTO COM HOSPITALIDADE DIA, NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS AD

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	257,000	UN	11527 - REFEIÇÕES		11,9000	3.058,30
					<b>Total Geral:</b>	<b>3.058,30</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2763/2019**

Processo Administrativo: 13/2019  
 Data do Processo: 22/03/2019  
 Contrato: 192/2019  
 Data da Contratação: 03/05/2019  
 Data da Solicitação: 14/10/2019  
 Sequencial do Contrato: 1208  
 Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/1

**Fornecedor: RM RESTAURANTE LTDA.****CPF/CNPJ:** 30.288.497/0001-56**Endereço:**

**E-mail:** Rua Bernardo Werner Grubba Júnior, CENTENARIO - 89256-610, JARAGUÁ DO SUL - SC  
 mannosrestaurante@yahoo.com.br

**Banco:** 085 - Cooperativa Central **Agencia** 101- **Conta:** 987370-8

**Telefone:** 4733723573**Celular:** 47999354747

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 do Edital**Local de Entrega:** SECRETARIA DA SAÚDE**Despesa :** 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de**Desdobramento :** 3.3.90.39.41.00**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** A COMODANTE é empresa autorizada para fornecimento de refeições sistema self service ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de balcão térmico, cujo contrato é proveniente do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preços nº 13/2019 e em conformidade com exigências do Anexo IX do Edital – Termo de referência.

A COMODANTE empresta, a título gratuito, balcão térmico para a completa execução da prestação dos serviços, objeto da Ata de Registro de Preços.

O COMODATÁRIO recebe os balcões térmicos para utilização exclusiva, nos termos deste contrato e na Ata de Registro de Preços.

Qualquer mudança de endereço de localização, a Secretaria Municipal de Saúde deverá informar onde os balcões térmicos se encontram, quando solicitado pela COMODANTE.

O prazo de vigência do presente comodato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou até a duração da Ata de Registro, conforme estabelece o item 4.1, alínea g, do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 13/2019, porquanto o presente contrato é acessório daquele.

O COMODANTE não poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, tampouco suspender o uso e gozo dos balcões térmicos emprestados, antes de findar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços. Anexo III e Termo de Referência no Anexo IX deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 09 MARMITAS PARA INTENSIFICAÇÃO DE IMUNIZAÇÃO CONTRA A FEBRE AMARELA, PARA EVENTO DA ARENA JARAGUÁ

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	9,000	UN	19265 - MARMITA COMPLETA		11,9000	107,10
					<b>Total Geral:</b>	<b>107,10</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2764/2019**

Processo Administrativo: **46/2018**  
 Data do Processo: **04/10/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **10/12/2018**  
 Data da Solicitação: **14/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **221**  
 Data de Homologação: **10/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA**
**Telefone: 4832486268**
**CPF/CNPJ: 07.164.711/0001-40**
**Celular:**
**Endereço: Rua Joaquim Nabuco, CAPOEIRAS - 88090-062, FLORIANÓPOLIS - SC**
**E-mail: fufasc@fufasc.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3174-7 Conta: 12622-5**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500500404 - FARMACIA BÁSICA E ESPECIALIZADA

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 07 dias úteis, após o recebimento da AF.

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 74 - 15.005.10.303.0754.2683.3.3.90.00.00 - Prestar assistência farmacêutica

**Desdobramento :** 3.3.90.32.99.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de TIRAS DE GLICEMIA e LANCETAS para exames de glicose ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de glicosímetros e lancetadores a título de comodato, destinados para atendimento nas Unidades de Saúde e pacientes da Rede Municipal

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 80000 TIRAS DE GLICEMIA PARA FORNECIMENTO AOS USUÁRIOS SUS, PELA FARMÁCIA BÁSICA, REFERENTE AO PROGRAMA HIPERDIA (HIPERTENSOS E DIABÉTICOS)

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	80.000,000	UN	18826 - TIRAS DE GLICEMIA	ACCU-CHEK GUIDE ROCH	0,3800	30.400,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>30.400,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2765/2019**

Processo Administrativo: **47/2018**  
 Data do Processo: **04/10/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **18/12/2018**  
 Data da Solicitação: **14/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **694**  
 Data de Homologação: **18/12/2018**

Página: 1/1

**Fornecedor: MAYCON WILL EIRELI - ME****Telefone: 4821323346****CPF/CNPJ: 18.712.730/0001-80****Celular:****Endereço: TREZE DE JUNHO, Flor de Nápolis - 88106-470, SÃO JOSÉ - SC****E-mail: contato@willcomercial.com.br****Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3174-7 Conta: 106379-0**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.32.99.00**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICA e INFANTIL ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.**Observação:** AQUISIÇÃO DE: 5.000 UN FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. M E 3.000 UN FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. P. DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	3.000,000	UN	11863 - FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. P	TENA CONFORT	1,0500	3.150,00
2	5.000,000	UN	11864 - FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. M	TENA CONFORT	1,2200	6.100,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>9.250,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 14 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2774/2019**

Processo Administrativo: 71/2019  
 Data do Processo: 12/04/2019  
 Contrato: Sem termo  
 Data da Contratação: 03/06/2019  
 Data da Solicitação: 16/10/2019  
 Sequencial do Contrato: 3715

Página: 1/1

**Fornecedor: PH7 CAR SERVICE LTDA - ME****Telefone: 32754088****CPF/CNPJ:** 07.380.849/0001-87**Celular:****Endereço:** Rua Max Eugênio Roberto Ziemann, CZERNIEWICZ - 89255-360, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:** phsete3m@gmail.com**Banco:** 104 - Caixa Econômica**Agencia** 417-0**Conta:** 162-9

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 30 dias após Autorização de Fornecimento**Local de Entrega:** Em diversas unidades de saúde**Despesa :** 18 - 15.002.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.30.28.00**Recurso :** 0.2.67.0094 - Recursos PAB/Estadual

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento e aplicação de películas autoadesivas de proteção solar, linha profissional, a serem instaladas nas janelas, portas de vidros e fachadas (vidraças), das salas de vacinação das unidades básicas de saúde, mantidas e gerenciadas pelo fundo municipal de saúde e para o centro de inovação de Jaraguá do Sul, mantido pela secretaria municipal de desenvolvimento econômico, indústria, comércio, serviços e turismo, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificação e quantidade, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

**Observação:** FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 32M² DE PELÍCULA NA COR PRATA, TIPO REFLEXIVA NA UBS PADRE ANTÔNIO ECHEIMEYER, BAIRRO NEREU RAMOS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	32,000	M2	101101 - SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULAS - UNIDADES SOB GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Fornecimento e Instalação de película - Linha Arquitetura - Cor: prata - Tipo: Reflexiva - Qualidade antirrisco - Visibilidade luminosa transmitida de 15% - Visibilidade luminosa refletida mínimo 60% - Total de energia solar rejeitada mínimo de 79% - Rejeição de raios UV (Ultra violetas) mínimo de 95%		30,1500	964,80
					<b>Total Geral:</b>	<b>964,80</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2775/2019**

Processo Administrativo: **26/2019**  
 Data do Processo: **07/06/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **29/08/2019**  
 Data da Solicitação: **16/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1867**  
 Data de Homologação: **29/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**
**Telefone: 4132463376**
**CPF/CNPJ: 04.355.394/0001-51**
**Celular:**
**Endereço: JOSÉ FERREIRA DE BARROS, Vila Fany - 81030-320, CURITIBA - PR**
**E-mail: licitacoes1@prohosp.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3415-0 Conta: 5603-0**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500500466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 72 - 15.005.10.303.0754.2680.3.3.90.00.00 - Cumprimento de ações judiciais -

**Desdobramento :** 3.3.90.32.02.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 24 UN INSULINA GLARGINA 100UI/ML (LANTUS SOLOSTAR) PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS:  
 CAROLINE DOS SANTOS - PROCESSO: 5036.06.009513-6  
 MARIA ANTONIETA DA C. DE SOUZA - PROCESSO: 5003064-31.2013.4047209  
 REINALDO BATISTA PADILHA - PROCESSO: 0308182-52.2017.8.24.0036

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
111	24,000	UN	20038 - INSULINA LANTUS SOLOSTAR 3ML + APLICADOR	LANTUS SOLOSTAR / SA	50,0000	1.200,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.200,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
 16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 2776/2019**

Processo Administrativo: **26/2019**  
Data do Processo: **07/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **29/08/2019**  
Data da Solicitação: **16/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1867**  
Data de Homologação: **29/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

**Telefone: 4132463376**

**CPF/CNPJ: 04.355.394/0001-51**

**Celular:**

**Endereço: JOSÉ FERREIRA DE BARROS, Vila Fany - 81030-320, CURITIBA - PR**

**E-mail: licitacoes1@prohosp.com.br**

**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3415-0 Conta: 5603-0**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500500466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 72 - 15.005.10.303.0754.2680.3.3.90.00.00 - Cumprimento de ações judiciais -

**Desdobramento :** 3.3.90.32.02.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 5 UN DE INSULINA GLARGINA LANTUS FR 10ML E 8 UN DE INSULINA GLARGINA LANTUS REFIL 3ML  
PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS  
ARCILDO BAUER JUNIOR - PROCESSO Nº 2008.72.09.000291-4/SC  
CELESTINO BEIGER - PROCESSOS Nº 2008.72.09.000291-4/SC  
IRIANE ZIMMER SCHWEIG - PROCESSO Nº 5001597-51.2012.404.7209  
MAIARA FERNANDA DA ROCHA - PROCESSO Nº 2008.72.09.000291-4

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
109	5,000	UN	17457 - INSULINA LANTUS 100UI/ML SOL. INJ. - FRASCO 10ML	LANTUS / SANOFI	201,1400	1.005,70
110	8,000	UN	18289 - INSULINA LANTUS REFIL 3ML	LANTUS / SANOFI	50,0000	400,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.405,70</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2781/2019**

Processo Administrativo: **26/2019**  
 Data do Processo: **07/06/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **29/08/2019**  
 Data da Solicitação: **16/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1876**  
 Data de Homologação: **29/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP**
**Telefone: 4799221300**
**CPF/CNPJ: 23.240.000/0001-64**
**Celular:**
**Endereço: Ottokar Doerffel, ATIRADORES - 89203-001, JOINVILLE - SC**
**E-mail: financeiro@infinitymed.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3428-2 Conta: 5807-6**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

**Desdobramento :** 3.3.90.32.99.00

**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 40.000 UNIDADES DE SERINGAS PARA APLICAÇÃO DE INSULINA, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL, PARA O CONTROLE DO DIABETES

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
218	40.000,000	UN	98473 - SERINGAS COM AGULHA FIXA PARA APLICAÇÃO DE INSULINA	DESCARPACK	0,2600	10.400,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>10.400,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
 16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 2784/2019**

Processo Administrativo: **26/2019**  
Data do Processo: **07/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **29/08/2019**  
Data da Solicitação: **16/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1876**  
Data de Homologação: **29/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP**

**Telefone: 4799221300**

**CPF/CNPJ: 23.240.000/0001-64**

**Celular:**

**Endereço: Ottokar Doerffel, ATIRADORES - 89203-001, JOINVILLE - SC**

**E-mail: financeiro@infinitymed.com.br**

**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3428-2 Conta: 5807-6**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500500466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR

**Condição de Pagamento:**

**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 72 - 15.005.10.303.0754.2680.3.3.90.00.00 - Cumprimento de ações judiciais -

**Desdobramento :** 3.3.90.32.02.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 02 CX DE INSULINA ASPARTE NOVORAPID FLEXPEN E 04 CX DE 02 CX DE INSULINA ASPARTE NOVORAPID PENFIL PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS  
ARCILDO BAUER JUNIOR - PROCESSO Nº 2008.72.09.000291-4  
CAROLINE DOS SANTOS - PROCESSO Nº 5036.06.009513-5  
IRIANE ZIMMER SCHWEIG - PROCESSO Nº 5001597-51.2012.404.7209

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
104	2,000	CX	12678 - INSULINA NOVORAPID FLEX PEN - C/ 5 X 3ML	NovoNordisk	158,4900	316,98
105	4,000	CX	17463 - INSULINA NOVORAPID PENFIL - C/ 5 X 3ML	NovoNordisk	141,7200	566,88
					<b>Total Geral:</b>	<b>883,86</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2785/2019**

Processo Administrativo: **26/2019**  
 Data do Processo: **07/06/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **29/08/2019**  
 Data da Solicitação: **16/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1882**  
 Data de Homologação: **29/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor:** DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES **Telefone:** 4734653528  
**CPF/CNPJ:** 01.306.465/0001-38 **Celular:**  
**Endereço:** AMÉRICO VESPÚCIO, nova brasilã - 89213-401, JOINVILLE - SC  
**E-mail:** contato@disquemed.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5214-0 **Conta:** 1073187-3

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500500404 - FARMACIA BÁSICA E ESPECIALIZADA  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Despesa :** 74 - 15.005.10.303.0754.2683.3.3.90.00.00 - Prestar assistência farmacêutica  
**Desdobramento :** 3.3.90.32.99.00  
**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 20.000 UN DE LANCETAS PARA LANCETADOR PARA FORNECIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, PELA FARMÁCIA BÁSICA, REFERENTE AO PROGRAMA HIPERTENSÃO E DIABÉTICOS)

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
216	20.000,000	UN	28075 - LANCETA PARA LANCETADOR	GTECH	0,0690	1.380,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.380,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
Nr.: 2788/2019**

Processo Administrativo: **26/2019**  
Data do Processo: **07/06/2019**  
Contrato: **Sem termo**  
Data da Contratação: **29/08/2019**  
Data da Solicitação: **16/10/2019**  
Sequencial do Contrato: **1871**  
Data de Homologação: **29/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor:** CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA **Telefone:** 1938439500  
**CPF/CNPJ:** 44.734.671/0001-51 **Celular:**  
**Endereço:** Rod.Itapira Lindóia-km14-sn-Estânc.Crist, PONTE PRETA - 13972-012, ITAPIRA - SP  
**E-mail:** curitiba@cristalia.com.br  
**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5115-2 **Conta:** 2014-1

Prezados senhores,  
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500500466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR  
**Condição de Pagamento:**  
**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF  
**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE  
**Despesa :** 72 - 15.005.10.303.0754.2680.3.3.90.00.00 - Cumprimento de ações judiciais -  
**Desdobramento :** 3.3.90.32.02.00  
**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde  
**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  
**Observação:** AQUISIÇÃO DE 200 CP DE AZATIOPRINA 50MG PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS  
NIVALDO ALVES RIBEIRO - PROCESSO Nº 0900471-49.2014.8.24.0036  
LETHYCIA CAETANO - PROCESSO Nº 0308805-82.2018.8.24.0036

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
17	200,000	UN	9684 - AZATIOPRINA 50MG	CRISTÁLIA	0,8900	178,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>178,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2790/2019**

Processo Administrativo: **26/2019**  
 Data do Processo: **07/06/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **29/08/2019**  
 Data da Solicitação: **16/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1878**  
 Data de Homologação: **29/08/2019**

Página: 1/1

**Fornecedor: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
**Telefone: 5137519300**
**CPF/CNPJ: 05.782.733/0001-49**
**Celular:**
**Endereço: PADRE ANCHIETA 1584 CENTRO SALA 40, Centro - 95960-000, ENCANTADO - RS**
**E-mail: ciamed@ciamedrs.com.br**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.**
**Agencia 4044-4**
**Conta: 11867-2**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500500466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

**Despesa :** 72 - 15.005.10.303.0754.2680.3.3.90.00.00 - Cumprimento de ações judiciais -

**Desdobramento :** 3.3.90.32.02.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 112 CP RIBAROXABANA 20MG PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS  
 MARCIANA CASSIA LAGO - 5004352-43.2015.404.4209  
 ILSE KOEPP KOPSCH - 0307865-54.2017.8.24.0036

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
162	112,000	CP	100956 - RIVAROXABAN 20MG	BAYER	5,7500	644,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>644,00</b>

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC  
 16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2798/2019**

Processo Administrativo: **110/2019**  
 Data do Processo: **07/06/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **02/08/2019**  
 Data da Solicitação: **16/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **5031**

Página: 1/1

**Fornecedor: TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP**
**Telefone: 4733082970**
**CPF/CNPJ: 29.634.736/0001-01**
**Celular:**
**Endereço: Avenida Nossa Senhora da Penha, Santa Luíza - 29045-403, VITÓRIA - ES**
**E-mail: temperclimacita@gmail.com**
**Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 0095-7 Conta: 28772-5**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500700470 - DIVISÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 15 dias consecutivos após recbto da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 85 - 15.007.10.302.0755.2655.4.4.90.00.00 - Aquisição de bens na Atenção

**Desdobramento :** 4.4.90.52.34.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADOS e CORTINA DE AR ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 01 APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO 32.000 BTUS (ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V MONOFÁSICO COM TOLERÂNCIAS PELA ANELL; CICLO DE REFRIGERAÇÃO FRIO OU QUENTE E FRIO; TECNOLOGIA INVERTER, SISTEMA COM CONTROLE DA VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DO COMPRESSOR CONFORME A NECESSIDADE DO AMBIENTE. COR BRANCA, CAPACIDADE TÉRMICA MÍNIMA DE 32.000 BTU/H, CONTROLE REMOTO POR INFRAVERMELHO, INDICADOR DE TEMPERATURA NA EVAPORADORA; CLASSIFICAÇÃO "A" PELO INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO PARA A UNIDADE INTERNA DE 56DB, DEVE PERMITIR O AJUSTE DO DIRECIONAMENTO HORIZONTAL DA VENTILAÇÃO, SISTEMA DE FILTRAGEM QUE ELIMINA ATÉ 99,9% DOS VÍRUS E BACTÉRIAS PARA USO NO CAPS AD

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
10	1,000	UN	19838 - APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PISO TETO 32.000 / 36.000 BTUS	CARRIER	8.257,0000	8.257,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>8.257,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2799/2019**

Processo Administrativo: **110/2019**  
 Data do Processo: **07/06/2019**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **02/08/2019**  
 Data da Solicitação: **16/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **5027**

Página: 1/1

**Fornecedor: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP**
**Telefone: 4833463711**
**CPF/CNPJ: 05.368.504/0001-82**
**Celular:**
**Endereço: Osmar Cunha, CENTRO - 88015-100, FLORIANÓPOLIS - SC**
**E-mail: eearrefrigeracao@gmail.com**
**Banco: 041 - Banco do Estado Agência 515-7 Conta: 060055860-4**

Prezados senhores,  
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500700470 - DIVISÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Máximo de 15 dias consecutivos após recbto da AF

**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

**Despesa :** 85 - 15.007.10.302.0755.2655.4.4.90.00.00 - Aquisição de bens na Atenção

**Desdobramento :** 4.4.90.52.34.00

**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADOS e CORTINA DE AR ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 01 APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO 52.000 BTUS (ALIM ELÉTRICA 220V MONOFÁSICO OU 380 V TRIFÁSICO COM TOLERÂNCIAS PELA ANELL; CICLO DE REFRIGERAÇÃO FRIO OU QUENTE E FRIO; TECNOLOGIA INVERTER, SISTEMA COM CONTROLE DA VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DO COMPRESSOR CONFORME A NECESSIDADE DO AMBIENTE. COR BRANCA, CAPACIDADE TÉRMICA MÍNIMA DE 52.000 BTU/H, CONTROLE REMOTO POR INFRAVERMELHO, INDICADOR DE TEMPERATURA NA EVAPORADORA; CLASSIFICAÇÃO "B" OU SUPERIOR PELO INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO PARA A UNIDADE INTERNA DE 59 DB, DEVE PERMITIR O AJUSTE DO DIRECIONAMENTO HORIZONTAL DA VENTILAÇÃO, SISTEMA DE FILTRAGEM QUE ELIMINA ATÉ 99,9% DOS VÍRUS E BACTÉRIAS PARA USO NO CAPS AD

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
12	1,000	UN	101577 - APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PISO TETO 52.000/54.000 BTUS	FUJITSU	11.486,0000	11.486,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>11.486,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2800/2019**

Processo Administrativo: 13/2019  
 Data do Processo: 22/03/2019  
 Contrato: 192/2019  
 Data da Contratação: 03/05/2019  
 Data da Solicitação: 16/10/2019  
 Sequencial do Contrato: 1208  
 Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/1

**Fornecedor: RM RESTAURANTE LTDA.**
**CPF/CNPJ:** 30.288.497/0001-56

**Endereço:**

**E-mail:** Rua Bernardo Werner Grubba Júnior, CENTENARIO - 89256-610, JARAGUÁ DO SUL - SC  
 mannosrestaurante@yahoo.com.br

**Banco:** 085 - Cooperativa Central **Agencia** 101- **Conta:** 987370-8

**Telefone:** 4733723573

**Celular:** 47999354747

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**Condição de Pagamento:**
**Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 do Edital

**Local de Entrega:** SECRETARIA DA SAÚDE

**Despesa :** 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de

**Desdobramento :** 3.3.90.39.41.00

**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

**Objeto:** A COMODANTE é empresa autorizada para fornecimento de refeições sistema self service ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de balcão térmico, cujo contrato é proveniente do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preços nº 13/2019 e em conformidade com exigências do Anexo IX do Edital – Termo de referência.

A COMODANTE empresta, a título gratuito, balcão térmico para a completa execução da prestação dos serviços, objeto da Ata de Registro de Preços.

O COMODATÁRIO recebe os balcões térmicos para utilização exclusiva, nos termos deste contrato e na Ata de Registro de Preços.

Qualquer mudança de endereço de localização, a Secretaria Municipal de Saúde deverá informar onde os balcões térmicos se encontram, quando solicitado pela COMODANTE.

O prazo de vigência do presente comodato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou até a duração da Ata de Registro, conforme estabelece o item 4.1, alínea g, do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 13/2019, porquanto o presente contrato é acessório daquele.

O COMODANTE não poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, tampouco suspender o uso e gozo dos balcões térmicos emprestados, antes de findar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços. Anexo III e Termo de Referência no Anexo IX deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 107 MARMITAS PARA O DIA "D" DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA O SARAMPO QUE OCORRERÁ NO DIA 19/10/2019 NAS UNIDADES DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	107,000	UN	19265 - MARMITA COMPLETA		11,9000	1.273,30
					<b>Total Geral:</b>	<b>1.273,30</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 16 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC  
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400  
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 2807/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**  
 Data do Processo: **01/11/2018**  
 Contrato: **Sem termo**  
 Data da Contratação: **22/03/2019**  
 Data da Solicitação: **18/10/2019**  
 Sequencial do Contrato: **1062**

Página: 1/1

**Fornecedor: I.BORDIGNON PNEUS EIRELI****Telefone:** 4133334322**CPF/CNPJ:** 19.891.740/0001-93**Celular:** 41999030251**Endereço:****E-mail:** IAPÓ, REBOUCAS - 80215-223, CURITIBA - PR

iverson@terezapneus.com.br

ibordignonpneus@gmail.com

**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A.**Agencia**

1622-5

**Conta:** 25084-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Organograma:** 1500100386 - CENTRO ADMINISTRATIVO SAUDE - CAM**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** IMEDIATA**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 4 - 15.001.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**Observação:** AQUISIÇÃO DE 02 UN PNEU 175/70-R14 84T, RADIAIS, SEM CÂMARA, COM SELO DO INMETRO, DESTINADOS AO VEÍCULO GM PRISMA, PLACAS MJ1-5559, FROTA N°306, MANUTENÇÃO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	2,000	UN	28640 - PNEU 175/70 R-14 84T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO	Goodyear	265,0000	530,00
					<b>Total Geral:</b>	<b>530,00</b>

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC  
 18 de Outubro de 2019

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 59/2019**

Publicação Nº 2211725

**PORTARIA Nº 59/2019**

Institui a Comissão Especial para Acompanhamento dos Procedimentos de Elaboração do Livro Institucional sobre a História da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, e nomeia seus membros, na forma que indica e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, no uso e exercício de suas atribuições, e;

Considerando que no ano de 2019 comemora-se os 85 anos de Emancipação Político-Administrativa do Município de Jaraguá do Sul e 83 anos da instalação do Poder Legislativo Municipal;

Considerando o objetivo de resgatar e preservar a história da Câmara de Vereadores, desde sua instalação em 1936;

Considerando que, dentre as atribuições dos Programas e Ações Institucionais da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul (conforme Lei Municipal nº 7.340/2017), tem por função disseminar, dentre outros, a história, as atribuições, funções e deveres do Poder Legislativo, além de oferecer aos munícipes interessados, subsídios para conhecer os fatos.

**RESOLVE**

Art. 1º - Instituir a Comissão Especial para Acompanhamento dos Procedimentos de Elaboração do Livro Institucional sobre a História da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul.

Art. 2º - Designar os membros abaixo relacionados para compor a Comissão Especial para Acompanhamento dos Procedimentos de Elaboração do Livro Institucional sobre a História da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul: Ana Paula Ern (Coordenadora Legislativa), Joel Luís Corrêa (Assistente de Programas e Ações Institucionais), Maria do Carmo Delgado de Souza (Diretora de Administração Geral), Mauricio Silva Rodolpho (Chefe de Administração), Sandra M. Rodrigues B. Kaspchak (Gerente de Comunicação Social) e Vitória Toledo de Aragão (Procuradora Legislativa).

Art. 3º - Esta Comissão será presidida pelo senhor Joel Luís Corrêa (Assistente de Programas e Ações Institucionais) e secretariada pela servidora Ana Paula Ern (Coordenadora Legislativa).

Art. 4º - Fica revogada a Portaria nº 38/2019, de 10 de junho de 2019.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 31 de outubro de 2019.

MARCELINDO CARLOS GRUNER
--------------------------

Presidente
------------

**TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019**

Publicação Nº 2212219

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019 - INEXIGIBILIDADE****TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação para Contratação de serviços de suporte e atualização do software data protector, para solução de problemas através de suporte eletrônico de software, acesso a recursos técnicos, análise e resolução de problemas, gerenciamento de escalção, isolamento de problemas, acesso remoto e outros que venha a ser necessários ao bom funcionamento do software nas instalações da Câmara, através de atendimento realizado pela HP e suas autorizadas para o referido serviço, em favor de MICRO FOCUS BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, no valor total de R\$ 8.691,57 (oito mil e seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos), com base no Art.24 Inciso IV, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com Parecer da Diretoria Jurídica da Câmara, e tendo em vista os elementos que instruem o Processo nº . 29/2019 – Inexigibilidade de Licitação

VENCEDOR: MICRO FOCUS BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ- 26.522.280/0001-91

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 8.691,57 (oito mil e seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos)

JUSTIFICATIVA: A contratação se faz necessária tendo em vista os seguintes fatos:

A Câmara Municipal, nos dias de hoje, tem em seus servidores várias informações digitais, dentre elas fotos, arquivos digitais, e outros de uso interno e que ajudam o andamento dos trabalhos legislativos. Também há a existência de sistemas de banco de dados que são utilizados diariamente nos trabalhos legislativos. Para isso, juntamente com os equipamentos de informática adquiridos para gerenciar estas funcionalidades, foi também comprado equipamento e software para realização de backups, objetivando manter a integridade e segurança das informações. Durante os primeiros anos, os equipamentos contaram com garantia e suporte do fabricante. Findo o prazo de garantia do equipamento e seu software, os gestores anteriores entenderam pela não renovação de contrato de suporte. Passado mais algum tempo,

o Robô de backup e seu software começaram a apresentar problemas de funcionamento e desempenho, bem como defasagem tecnológica em virtude de sua não atualização. Diante disso, verificou-se a necessidade de contratar novamente o suporte para se reestabelecer a condição e o bom funcionamento do equipamento bem como atualização do software de gerenciamento de backups. Assim, considerando que a Hewlett-Packard é a fabricante do equipamento, bem como do software. Considerando ainda que a Hewlett-Packard uniu-se a empresa Micro Focus e a esta transmitiu a incumbência de atender as demandas relativas ao software "DATA PROTECTOR (verificação feita no site da Micro Focus) e também de acordo com a documentação acostada ao processo, onde verifica-se que a Micro Focus é a única credenciada no território nacional para a prestação dos serviços objeto deste termo (comprovação feita através de Certificação feita pela ABES - Associação Brasileira de Software).

Assim, verifica-se que a situação acaba por inviabilizar a instauração de um procedimento licitatório para tal contratação.

Considerando que a extensão do contrato de garantia é condição "sine qua non" para a disponibilidade dos serviços ofertado e para a integridade das informações alocadas nos equipamentos, corroborados com os demais benefícios advindos da contratação na forma elencada na proposta, comprovando a vantajosidade na renovação dos serviços de suporte técnico de hardware e software ora contratados.

A vantajosidade pode ser verificada nos documentos anexados (propostas), onde verifica-se que a Câmara agiu e buscou de todas as formas o melhor preço na contratação, buscando a negociação com o fornecedor e por consequência obtendo uma boa redução nos valores propostos.

Assim sendo, atendendo o disposto no artigo 25 da lei nº 8.666/93, apresentamos a justificativa para a contratação através de inexigibilidade de licitação.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

Marcelindo Carlos Gruner

Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

### ANEXO EDITAL CHAMADA PÚBLICA - 11.19

Publicação Nº 2212197

Dados Pessoais			
Nome:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade:		Estado:
CEP:	Data de Nasc:		
CPF:	Estado Civil:		
e-mail:			
Telefone Residencial: ( )		Celular: ( )	
Vaga para a qual está se inscrevendo: ( ) Professor de Português – licenciatura em Letras ( ) Professor de Inglês – licenciatura em Letras			
Formação Acadêmica (assinalar com X)			
Licenciatura na área		( )	
Especialização na área		( )	
Mestrado na área		( )	
Doutorado na área		( )	
Comprovante de matrícula e histórico acadêmico do estudante a partir da 5ª fase da licenciatura na área pleiteada		( )	

### ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO – CHAMADA PÚBLICA nº 11/2019

#### Quadro de pontuação

Título	Pontuação
Doutorado na área de atuação	5,0
Mestrado na área de atuação	4,0
Pós-Graduação na área de atuação	2,0
Graduação	1,0
Comprovante de matrícula e histórico acadêmico do estudante a partir da 5ª fase da licenciatura na área pleiteada	0,5
Total de Pontuação	

Data de entrega da documentação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do responsável pela entrega da documentação: \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 5.790 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212316

DECRETO Nº 5.790 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL 5.234 DE 21/12/2018 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 1.115 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ETA

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-8

Valor: R\$ 452.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 31 de outubro de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

Prefeito

**DECRETO Nº 5.789 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212082

DECRETO Nº 5.789 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.234 DE 21/12/2018 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 20.800,00 ( vinte mil e oitocentos reais ) destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00.0000

Valor: R\$ 20.800,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 31 de outubro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS Nº 07/2019/PMJ**

Publicação Nº 2212345



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

1

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA  
REPASSE DE RECURSOS Nº 07/2019/PMJ**

(Atendida a Instrução Normativa TC 14/2014 TCE-SC e  
Lei Municipal 5.241 de 25 de fevereiro de 2019)

O **MUNICÍPIO DE JOAÇABA** (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES**, com CNPJ 21.672.486/0001-84, neste ato representado por seu Gestor Esportivo Sr. Rony Edson Lenz, observadas as normas estabelecidas na Lei Municipal 5.241/2019 e Lei Federal 13.019/2014, torna público o Edital de Chamamento Público destinado à seleção de Organizações da Sociedade Civil – OSC's atuantes na área da prática esportiva, para entabulação de parceria com o Município de Joaçaba, na forma de Termo de Fomento Esportivo.

**1 – DO OBJETO E VALORES MÁXIMOS DO PROJETO**

- 1.1 Este Edital de Chamamento Público destina-se à seleção de Organizações da Sociedade Civil - OSC's para celebração de parceria na forma de fomento, envolvendo transferências de recursos financeiros e humanos (Lei Mun. 5.241/2019 e Lei Federal 13.019/2014), a serem estabelecidos pelo Município de Joaçaba, com OSC's de prática desportiva, para a consecução de finalidades de interesse público, no período de **30/01/2020 a 31/12/2020**, podendo ser renovado por igual período no ano de 2021.
- 1.2 As associações de prática desportiva de **Formação e Participação** que preencham a qualidade de Organização da Sociedade Civil - OSC e que estejam devidamente cadastradas no Sistema Desportivo Municipal, poderão habilitar-se mediante a apresentação da documentação exigida no presente Edital de Chamamento e apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo III, quantificando os recursos financeiros e humanos pretendidos, dentro dos limites fixados no presente Edital e que:
- Atendam no mínimo 30 (trinta) atletas durante a execução do projeto ou, no mínimo 10 (dez) paratletas;
  - O atendimento deve ser de pelo menos duas vezes por semana em aulas com duração de pelos menos uma hora para cada turma, **excetuando** os projetos em comunidades rurais e do paradesporto, que poderão ocorrer apenas uma vez por semana;
  - Cada OSC poderá apresentar Plano de Trabalho em apenas **UMA (01)** das modalidades: Voleibol, Tênis de Mesa, Badminton, Basquete, Tiro, Bolão, Futsal, Handebol, Ciclismo, Judô, Xadrez, Tênis, Kung Fu, Natação, Atletismo, Bocha, ou qualquer modalidade paradesportiva.
- 1.3 As Organizações da Sociedade Civil - OSC's devem fomentar o Desporto de:
- Participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;
  - Formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição. (Lei Federal nº 9.615, de 24 /03/1998).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

2

Parágrafo primeiro: É vedado ao Município firmar contratos de parceria de fomento para desenvolvimento do desporto profissional. (Lei Municipal nº 5.241/2019).

1.4 Os recursos financeiros disponibilizados para rateio por meio do presente edital atenderão ao limite máximo global de R\$ **400.000,00 (quatrocentos mil reais)** para recursos financeiros e aqueles fixados no Anexo I para recursos humanos.

1.5 Ficam fixados os seguintes valores máximos a serem pleiteados individualmente por cada OSC:

- a) Plano de Trabalho com **limite máximo de recurso financeiro em R\$ 50.000,00** e **limite máximo de recurso humano em R\$36.417,44.**
- b) Plano de Trabalho com **limite máximo de recurso financeiro em R\$ 50.000,00.**
- c) Limite máximo do Plano de Trabalho: R\$ 86.417,44.

Parágrafo primeiro – No caso do somatório dos valores conquistados por todas as OSC's habilitadas ultrapassar o limite máximo global (R\$ 400.000,00) estabelecido no presente Edital, haverá uma redução proporcional para todas as OSC's, com base de cálculo na pontuação obtida.

Parágrafo segundo - A OSC não é obrigada a solicitar o teto financeiro máximo estabelecido pelo presente Edital. A OSC deverá preencher no Plano de Trabalho o valor a ser solicitado e este corresponder aos valores constantes no Cronograma de Desembolso e Plano de Trabalho.

1.6 O Plano de Trabalho, sob pena de indeferimento sumário, deverá justificar e quantificar financeiramente todos os recursos pretendidos, inclusive os humanos, em termos de valor mensal.

## **2- DOS PROFISSIONAIS CEDIDOS**

2.1 A cessão de profissionais de educação física para trabalho nas OSC's parceiras será destinada às atividades de treinamento esportivo.

2.2 O Professor cedido resguarda os direitos e obrigações como servidor público e deve ter ciência do Estatuto do Servidor Público do município. O Município não cederá, às suas expensas, profissional de educação física para trabalho nas OSC's em carga horária acima do seu regime de trabalho, que deverá ter sua carga horária descrita no Plano de Trabalho.

2.3 O profissional de educação física cedido, em viagem de competição pela OCS, não poderá realizar horas extras às expensas do Município além de seu expediente normal de trabalho e nem terá direito à percepção de diárias.

Parágrafo primeiro: Eventuais despesas oriundas do trabalho do profissional de educação física em viagem competitiva, que ultrapassem os termos do plano de trabalho e sua carga horária contratada, serão suportadas exclusivamente pela OSC, vedada a utilização de recursos financeiros da parceria para esta finalidade. Será necessário que a OSC apresente declaração de ciência (Anexo II).

Parágrafo segundo - As viagens de competição realizadas fora do Município de Joaçaba deverão estar previstas no Plano de Trabalho da OSC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

3

Parágrafo terceiro - O Município, por sua Superintendência de Esportes, poderá autorizar o profissional de educação física a acompanhar as equipes esportivas, mantidas pelas OSC's parceiras, em viagens realizadas para fins de competição esportiva fora do Município, durante seu expediente de trabalho e mediante prévia solicitação.

- 2.4 O controle da jornada de trabalho do profissional cedido será realizado pela própria OSC, devendo ser apresentado espelho do ponto mensal assinado pelo presidente da OSC, no primeiro dia útil do mês subsequente, para a Superintendência de Esportes Municipal.
- 2.5 Os servidores disponibilizados pelo Município de Joaçaba são exclusivamente os relacionados no Anexo I, devendo o Plano de Trabalho conter expressamente nome do professor, carga horária, valor da remuneração e encargos correspondente.

### **3- DOS REQUISITOS DA OSC**

- 3.1 As OSC's proponentes de Projeto, objeto deste Edital de Chamamento, deverão ser regidas por **estatutos** cujas normas disponham, expressamente, sobre:
- a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
  - b) que, em caso de dissolução da OSC, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da OSC extinta;
  - c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- 3.2 Respeitado o disposto no art. 24, §1º, VII da Lei Federal 13.019/2014, somente serão admitidos projetos de organização da sociedade civil possua:
- a) no mínimo, 1 (UM) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
  - b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
  - c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela Comissão de Seleção Desportiva.

### **4 - DO PROTOCOLO DO PLANO DE TRABALHO E SEUS REQUISITOS**

- 4.1 O Plano de trabalho deverá ser entregue em envelope lacrado, devendo ser protocolado junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba, no período de **01 de novembro de 2019 a 02 de dezembro de 2019, das 13h às 19h.**
- 4.2 Dúvidas acerca do edital poderão ser sanadas no período de **18 a 22 de novembro** junto a Superintendência de Esportes, com agendamento de horários.
- 4.3 Após o protocolo não haverá possibilidade de alteração de documentos e Plano de Trabalho.
- 4.4 O período de análise dos projetos será de **02/12 à 13/12/2019**, sendo que a Divulgação da seleção das OSC será por edital no dia **16/12/2019**.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

4

- 4.5 Os projetos deverão conter Plano de Trabalho (Anexo III) devidamente rubricado e assinado pelo presidente da OSC, acompanhado de, no mínimo, três orçamentos para os materiais/serviços elencados no Plano de Trabalho.
- 4.6 Cada OSC poderá protocolar apenas um (01) Plano de Trabalho abrangendo apenas uma (01) modalidade, conforme descrito no item 1.1 e 1.2 do presente Edital.
- 4.7 O Plano de trabalho deverá prever a manutenção das atividades de treinamento e prática esportiva entre **30 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020**.
- 4.8 A OSC deverá prever no plano de trabalho a contrapartida obrigatória de no mínimo 20%. (Art. 11, V, § 1º da Lei Municipal 5.241/19).
- 4.9 Integra o valor total deste Edital o subsídio financeiro para transporte em competições, devendo a OSC prevê-lo no Plano de Trabalho.

Parágrafo primeiro: Quando das competições organizadas pela FESPORTE (OLESC, Jogos Abertos, JASTI, PARAJASC e JASC) o município fará o transporte dos atletas e comissão técnica, não sendo necessário prever esse transporte no Plano de Trabalho.

## **5 - DO PARECER TÉCNICO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

- 5.1 Os Planos de Trabalho serão submetidos ao Parecer Técnico da Comissão de Seleção Desportiva, órgão da administração pública municipal incumbida de processar e julgar os chamamentos públicos lançados pelo Município de Joaçaba para parcerias de fomento das atividades esportivas.
- 5.2 Cada ponto conquistado pela OSC corresponde ao valor de **R\$ 100,00**.
- 5.3 A Comissão de seleção desportiva avaliará os projetos sob os seguintes critérios:
- A) Número de alunos/atletas atendidos por Faixa etária:
- I. Alunos/atletas até 18 anos de idade - 3 (três) pontos;
  - II. Alunos/atletas acima de 18 de idade- 2 (dois) ponto;
  - III. Alunos com deficiência ou Paratletas- 5 (cinco) pontos.
- B) Número de atendimentos: atletas x atendimentos semanais - 01 (um) ponto por atendimento.
- C) Cessão de profissionais de educação física: 20 (vinte) pontos para a OSC que não utilizar profissional cedido.
- D) Participação em eventos promovidos pela FESPORTE (JESC, OLESC, JOGUINHOS E PARAJASC, JASTI, JASC) representando o município de Joaçaba: (pontuação cumulativa). 10 (dez) pontos para cada competição.
- E) Se a OSC utilizar transporte para participar de competições com locais sede em distância superior a 60 km do município de Joaçaba, conforme tabela abaixo da quilometragem total do ano (não cumulativa):
- De 60 km à 100 km - 5 (cinco) pontos;
  - De 101 km à 500 km - 10 (dez) pontos;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

5

- De 501 km à 1000 km - 20 (vinte) pontos;
- De 1001 km à 1500 km - 30 (trinta) pontos;
- De 1501 à 2000 km - 40 (quarenta) pontos;
- Acima de 2001 km - 50 (cinquenta) pontos.

## **6 - DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**

6.1 No dia **16 de dezembro de 2019** a Superintendência de Esportes publicará o resultado das OSC's aptas, ficando as mesmas convocadas para apresentação, **no período de 17/12 a 20/12/2019**, dos seguintes documentos exigidos pela Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina:

- Certificado de Registro de OSC Desportiva CRED;
- Cópia do Estatuto atualizado de suas alterações, ou acompanhado das últimas alterações estatutárias devidamente registradas em Cartório de Registro Civil;
- Cópia autenticada da ata da última Assembléia que elegeu o corpo dirigente da OSC, registrada no cartório competente, sendo obrigatória a informação em eventual mudança da diretoria da OSC, mantendo o cadastro atualizado;
- Certificado da Inscrição como Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa Estadual;
- Certidão Negativa Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- Cópia do Alvará de Funcionamento fornecido pela Prefeitura do Município;
- Cópia da Lei de Utilidade Pública;
- Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da OSC e do tesoureiro;
- Comprovante de endereço da OSC e do presidente de, no máximo, 90 dias;
- Relatório de atividades desenvolvidas pela OSC nos últimos doze meses;
- Cronograma readequado, se necessário, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da OSC interessada (Anexo III);
- Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto.

## **7 - DO PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

7.1 O Plano de Trabalho e a documentação das OSC's habilitadas serão submetidos ao Parecer da Procuradoria Geral do Município (Art. 35, VI da Lei Federal nº 13.019/14).

## **8 - TERMO DE FOMENTO**

8.1 Processado o chamamento público e selecionados os Planos de Trabalho a serem contemplados, será realizada Audiência Pública para assinatura do termo de fomento e advertência pública quanto às responsabilidades de cada OSC na execução dos planos de trabalho até o **dia 30/01/2020** (Art. 10, Parágrafo 3º da Lei Municipal 5.241/2019), sendo a data informada posteriormente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

6

## **9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária do exercício financeiro de 2020:

- Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
- Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
- Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
- Dotação: 983.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos).

## **10 - DO REPASSE**

10.1 O valor correspondente à pontuação da OSC esportiva será dividido em três parcelas iguais, sendo as transferências bancárias realizadas até:

- a. Primeira parcela: **10/02/2020;**
- b. Segunda parcela: **08/06/2020;**
- c. Terceira parcela: **10/09/2020.**

Parágrafo primeiro: A liberação das parcelas nas datas estipuladas neste artigo somente se dará após a OSC protocolar a prestação de contas da parcela anterior, devendo a mesma ser aprovada pelos fiscais e órgão competente.

## **11 - DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.**

11.1 O acompanhamento das parcerias formadas será realizado de acordo com a Lei Municipal 5250/2019 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação.

## **12 - OBRIGAÇÕES DAS OSC'S PARCEIRAS.**

12.1 Constituem obrigações de todas as OSC's contempladas:

- a) Atenderem todas as convocações da Superintendência de Esportes que tratem de assuntos referentes à parceria firmada.
- b) As OSC's, convidadas com antecedência, via comunicado oficial, deverão participar de eventos municipais realizados dentro da vigência da parceria de fomento, promovidos pela Superintendência de Esportes, por meio de atividades pré-estabelecidas pela municipalidade, com intuito de promover a divulgação da modalidade e auxiliar no bem social da população em geral. Exemplo de eventos: tardes de lazer, eventos esportivos, aberturas de eventos esportivos, desfile de 07 de Setembro, etc.
- c) Utilizar em seus uniformes de treinamento, passeio, jogo e de impressos, a logomarca oficial do Município de Joaçaba (brasão e nome do município, anexo VII), onde o critério adotado para determinar o tamanho desta logomarca respeitará a proporcionalidade do montante do recurso alcançado na pontuação da OSC neste edital, observando-se as alíneas abaixo:
  - c.1) Se a OSC esportiva receber do município um montante financeiro inferior a 65% do montante total da sua receita anual, a mesma deverá dispor na parte frontal/superior direita do seu uniforme a logomarca oficial do Município de Joaçaba conforme escala: tamanhos mínimos de 20cm quadrados (5x4cm).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

7

- c.2) Se a OSC esportiva receber do município um montante financeiro igual ou superior a 65% do montante total da sua receita anual, a mesma deverá dispor na parte frontal ou das costas de seus uniformes a logomarca oficial do Município de Joaçaba, conforme escala: 8cm de altura por 20 cm de largura para o modelo adulto e 6 cm de altura por 14 cm de largura para o modelo infantil.
- d) Divulgar as atividades esportivas, competições, entrevistas e ações da respectiva Associação mencionando obrigatoriamente o nome do Município de Joaçaba como parceiro e apoiador em seu sítio na internet e redes sociais, em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações.
- e) Confeccionar um banner com logo do Município (anexo VII) no tamanho mínimo de 90 cm de largura por 110 cm de altura e deixá-lo exposto em seus locais de treinamento e jogos;
- f) Obrigatoriedade de emitir relatório trimestral assinado pelo presidente contendo as atividades da OSC e do profissional de Educação Física responsável/cedido, devendo ser protocolado juntamente com a prestação de contas.
- g) Obrigatoriedade de comprovação do CREF para cada profissional designado como responsável pelos treinamentos esportivos, com intuito de assegurar a prática esportiva com segurança, responsável, de qualidade e com profissionalismo.
- h) Participar de pelo menos um dos eventos promovidos pela FESPORTE: Olimpíadas Escolares de Santa Catarina – OLESC; Juguinhos Abertos de Santa Catarina; Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina- PARAJASC; Jogos Abertos de Santa Catarina- JASC; Jogos Abertos da Terceira Idade- JASTI; e Jogos Escolares de Santa Catarina- JESC representando o município de Joaçaba(SC), no ano de 2020.
- i) A OSC deverá manter lista de presença dos atletas nos locais do treinamento para fins de fiscalização a qualquer momento.
- 12.2 O não cumprimento qualquer item acima elencado resultará em:
- a) Advertência e ou;
- b) Exclusão da OSC do Sistema Desportivo Municipal, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, sob responsabilidade do gestor e ou;
- c) Rescisão de contrato de fomento que a tenha como beneficiária e ou;
- d) Impedimento de cadastro da OSC no Conselho Municipal de Esporte, pelo prazo um (01) ano, contar da data de sua exclusão e ou;
- e) Devolução de recursos financeiros.

### **13 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 13.1 A Prestação de Contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma estabelecida na Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e respectivo no Termo de Fomento, devendo ser protocolada junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba até as datas previstas neste edital.
- 13.2 A prestação deverá ser composta dos documentos relacionados no Anexo VII da IN 14/2012 e de relatório de presença de cada encontro/treinamento realizado pela OSC, relatório de presença (ficha de chamada) de cada encontro/treinamento realizado pela OSC, relatório de atividades, fichas de cadastro de alunos/atletas e espelho de ponto do profissional cedido quando for o caso.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

8

Parágrafo primeiro: A OSC deve apresentar as fichas cadastrais dos atletas participantes contendo obrigatoriamente foto, nome, número de RG ou CPF, telefone, assinatura do responsável, endereço e Autorização de Imagem, conforme Anexo IV.

- 13.3 A OSC deverá apresentar a prestação de contas, incluindo-se as despesas realizadas até 10 de dezembro, apresentando relatório parcial das atividades a serem realizadas entre 11 de dezembro e 31 de dezembro/2020.
- 13.4 A prestação de contas deverá ser apresentada até as seguintes datas:
- a) Prestação de Contas Primeira Parcela: **08 de maio de 2020;**
  - b) Prestação de Contas Segunda Parcela: **09 de agosto de 2020;**
  - c) Prestação de Contas Terceira Parcela: **10 de dezembro de 2020.**

Parágrafo primeiro: o prazo para análise e aprovação da Prestação de Contas será de 15 dias úteis após o protocolo da mesma no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba.

- 13.5 A não apresentação dos documentos solicitados para a prestação de contas no prazo estabelecido acarretará no bloqueio das parcelas subsequentes.
- 13.6 Reincidindo o atraso da prestação de contas, a OSC será punida com a suspensão de participação de chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato.
- 13.7 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a OSC deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas. (art. 68, parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/14).
- 13.8 A OSC deverá comprovar por meio de documentação fiscal e bancária a aplicação efetiva da contrapartida obrigatória de no mínimo 20% (Lei Municipal 5.241/19), na prestação de contas.

#### **14 - DAS VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS**

- 14.1 Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:
- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
  - b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
  - c) tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
  - d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
  - e) tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
    - e.1) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

9

- e.2) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- e.3) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois (2) anos;
- e.4) declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- e.5) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- f) tenha entre seus dirigentes pessoa:
  - f.1) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
  - f.2) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
  - f.3) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

## **15 – DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**

- 15.1 As impugnações ao presente edital e os recursos das decisões proferidas nas etapas do processo de seleção e celebração das parcerias, nos prazos estipulados, deverão ser enviados à Superintendência de Esportes, devidamente protocolados na Prefeitura Municipal, até às 18:00hs da data limite para cada etapa.
- 15.2 Os recursos e impugnações somente serão analisados se contiverem, necessariamente:
  - a) A identificação e qualificação do recorrente/impugnante;
  - b) A indicação da decisão da qual se está recorrendo ou impugnando;
  - c) As razões do recurso ou da impugnação, com os fundamentos essenciais à demonstração do direito pretendido;
  - d) Os pedidos do recorrente/impugnante.
- 15.3 As decisões acerca dos recursos e impugnações do presente edital, serão publicadas no site oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios e delas não caberão novos recursos na esfera administrativa.
- 15.4 Interposto o recurso, a Superintendência de Esportes dará ciência, por ofício, às partes diretamente afetadas para que estas, querendo, manifestem-se em até 01 (um) dia útil.
- 15.5 Havendo a impugnação do presente edital, a Superintendência de Esportes fará publicar no site oficial da Prefeitura Municipal os motivos da impugnação, resolvendo o mérito no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

10

- 15.6 Qualquer cidadão poderá solicitar informações quanto à interpretação do presente edital, nos prazos e termos estabelecidos neste instrumento.
- 15.7 Serão admitidos recursos após a fase de Avaliação e Seleção no período **de 17/12 e 18/12/2019** que deverão ser interpostos, exclusivamente por representante legal da OSC.
- 15.8 Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de pontuação deverão ser encaminhados, cabendo à comissão de avaliação o julgamento dos mesmos.
- 15.9 Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora do prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão indeferidos automaticamente.
- 15.10 Às decisões dos recursos serão por meio de ofício à OSC requisitante.
- 15.11 Não serão admitidos pedidos de revisão de pontos de outras OSC, ou seja, a OSC somente poderá requerer revisão da sua pontuação.

#### **16 - DA RENOVAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO**

- 16.1 As solicitações para renovação do Termo de Fomento para o ano de 2021 devem ser protocoladas até dia **20/11/2020** na Prefeitura Municipal de Joaçaba.
- 16.2 O Plano de Trabalho para o ano de 2021 e seus valores serão adequadas conforme a dotação orçamentária previsto na LOA de 2021 e entregues até dia 20/11/2020, juntamente com os documentos.
- 16.3 Apresentar documentos de regularidade fiscal:
- Certidão de Regularidade do FGTS;
  - Certidão Negativa Federal e à dívida Ativa da União;
  - Certidão Negativa Estadual;
  - Certidão Negativa Municipal;
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

#### **17 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 17.1 Para celebração dos Termos de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento deverão ser obedecidas as normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, Lei Municipal 5241/2019, Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e Instrução Normativa 01/2014-PMJ e alterações.
- 17.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba (SC), 01 de Novembro 2019.

Rony Edson Lenz  
Superintendente de Esportes



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

11

**ANEXO I**

**Recursos Humanos a serem disponibilizados - (Lei Municipal 5241/2019)**

Item	Professor	Remuneração Mensal mais encargos	Carga horária	Total de Recursos Humanos
A	Anderson Andres	4.552,18	40 hs	R\$ 36.417,44*
B	Michel Petri Dalapria	4.374,54	40hs	R\$ 34.996,32*
C	César Luiz Junqueira de Carvalho	3.722,38	20 hs	R\$ 29.779,04*

\*Valores referentes ao ano de 2019, sujeitos a alterações devido ao reajuste anual de salários, com data base em Janeiro/2020.

Rony Edson Lenz  
Superintendente de Esportes



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

12

**ANEXO II  
(EM PAPEL TIMBRADO DA OSC)**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES DA OSC QUANTO AO RECURSO  
HUMANO CEDIDO**

sede na \_\_\_\_\_ (OSC), pessoa jurídica de direito privado, com  
sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o Nº  
\_\_\_\_\_, por meio de seu presidente Sr. \_\_\_\_\_, pessoa física de direito  
privado, inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins, ter ciência dos seguintes  
termos:

- a) O controle da jornada de trabalho do profissional cedido será realizado pela própria OSC, devendo ser apresentado espelho do ponto mensal, assinado pelo presidente da OSC, no primeiro dia útil do mês subsequente, para a Superintendência de Esportes Municipal, bem como cópia anexada à prestação de contas.
- b) O profissional de educação física cedido, em viagem de competição pela OSC's, não poderá realizar horas extras às expensas do Município além de seu expediente normal de trabalho e nem terá direito à percepção de diárias e eventuais despesas oriundas do trabalho do profissional de educação física em viagem competitiva, que ultrapasse os termos do plano de trabalho,. Esses custos serão suportadas exclusivamente pela OSC, vedada utilização de recursos financeiros da parceria para esta finalidade.
- c) Fica determinado que, para qualquer atividade além dos termos acima descritos, deverá ser previamente solicitada autorização, por meio de Ofício protocolado na Superintendência de Esportes para confirmação de sua legalidade.

Joaçaba-SC, .....de .....de 2019.

**Presidente OSC**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

13

**ANEXO III  
(EM PAPEL TIMBRADO DA OSC)**

**PLANO DE TRABALHO  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES**

**I - IDENTIFICAÇÃO DA OSC**

Razão social da OSC:		CNPJ:
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	CEP
Endereço eletrônico:		
Contato Telefônico:		

**II - IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA OSC**

Nome:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP	
Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico:			

**III - IDENTIFICAÇÃO DO TESOUREIRO DA OSC**

Nome:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço:			
Bairro	Cidade:	CEP:	
Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico:			

**IV – IDENTIFICAÇÃO DOS DEMAIS DIRIGENTES (Conselho Diretivo e Conselho Fiscal)**

Nome	Endereço	RG/Órgão Exp.	CPF



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

14

**V - NATUREZA DA OSC**

Tipo de OSC:
Tipo de trabalho desenvolvido pela OSC:
Tipo de público atendido:
Informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto:

**VI - DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Título do Projeto:							
Período de Execução:		Quantitativo de Público que foi Beneficiado em <b>2019</b> :	Quantitativo de Público que será Beneficiado em <b>2020</b> :				
Data de Início:	Data do Término:						
Descrição do Público Beneficiado:							
Área de desenvolvimento do projeto: <input type="checkbox"/> Esporte de Participação <input type="checkbox"/> Esporte de Formação							
<b>1. Justificativa:</b> quanto ao interesse público, benefícios econômicos e sociais, explicando detalhadamente o porquê do desenvolvimento do projeto. Como será transformada a realidade existente com a execução do projeto. Por que realizar tal projeto.							
<b>2. Fundamentação:</b> Fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva. Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema. Falar dos indicadores do estado/município: número da população, número de pessoas idosas e/ou outros números que contribuam para relacionar a realidade com o objeto da parceria proposta. Realizar um diagnóstico com os indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, dados que permitam a análise da situação no âmbito municipal, conforme a abrangência das ações a serem executadas Mencionar o histórico da instituição, os dados do atendimento realizado (quantitativo/perfil do público atendido, número de equipamentos etc.), convênios ou parcerias em andamento sobre o tema, histórico de projetos já implementados e seus resultados, entre outras informações que julgar relevantes para descrever a realidade e o nexo com o projeto proposto. Expor os resultados esperados ao fim do projeto, bem como as metas e explicar como o cumprimento das metas pode transformar a realidade descrita nos parágrafos anteriores.							
<b>3. Informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto:</b>							
a) Na <b>capacidade técnica</b> , que profissionais existentes na OSC serão necessários para a execução das ações propostas e se haverá necessidade de contratação de outros, indicando quem, quantos, nº de horas...;							
b) Na <b>capacidade operacional</b> constar o espaço físico que será utilizado, relacionar os locais e horários onde serão executadas e o número provável de atendidos, conforme tabela abaixo.							
OSC	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo
Local							
Horário da Atividade							
Professor							
Cref:							
Nº de usuários atendidos							



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

15

<b>4. Objetivo Geral:</b> Oportunizar as crianças e adolescentes de Joaçaba a modalidade de.....			
<b>5. Objetivos Específicos</b>	<b>6. Metas a serem atingidas</b>	<b>7. Ações/atividades</b>	<b>8. Parâmetros de aferição</b>
<p>Devem ser indicadores de resultados parciais, obtidos através das diferentes ações estabelecidas para execução do projeto, precisa se pedir o <b>que farei</b> com a ação.</p> <p>Para cada ação estabelecer os resultados parciais do produto esperado. Ex: Promover a socialização....</p>	<p>A meta nasce do objetivo e precisa ser tangível, é a <b>definição</b> daquilo que se pretende atingir de forma clara, específica; são as pequenas ações que precisam ser realizadas diária, semanal e mensalmente, para que se alcance o objetivo final proposto, de forma organizada e planejada, normalmente são apresentadas de forma quantificada. Indicar e quantificar as metas. Ex: Atender.....crianças..</p>	<p>São as tarefas que serão executadas para atingir as metas e alcançar o objetivo. Deve-se elencar todas as ações que serão realizadas. As ações a serem desenvolvidas na obtenção dos objetivos específicos.</p> <p>Indicar as ações e atividades. Ex:Aulas lúdicas de....</p>	<p>Definir uma quantidade para comparação, que servirá de base para verificar se os objetivos foram atingidos, é interessante fixar uma quantidade mínima para cada meta da execução do projeto, visando atingir ou superar a meta proposta.</p> <p>Ex: Lista de chamada nas atividades semanais</p>
<p><b>9. Resultados Esperados:</b> Formar indivíduos que se sintam incluídos no meio esportivo, por intermédio de uma modalidade esportiva que não seja dos esportes tradicionais. Além disso alcançar uma melhor qualidade de vida e uma socialização entre as crianças e jovens. Por fim implementar fatores positivos como o Fair Play sabendo ser honesto e correto com seus colegas e professores.</p>			

## VII - DA PONTUAÇÃO

### A) Número de alunos/atletas atendidos por Faixa etária:

Faixa Etária	Quantidade de Pessoas Atendidas	Pontos
Até 18 anos (3 pontos por aluno/atleta)		
Acima de 18 anos (2 pontos por aluno/atleta)		
Paraatleta (5 pontos por atleta)		
Total		

### B) Número de atendimentos:

Nº alunos pretendidos	Atendimentos por semana	Resultado/Pontuação
TOTAL DE PONTOS		



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

16

**C) Índice de Aporte de Recursos da OSC:**

A OSC solicita a cessão de profissional	00 Pontos( )
A OSC não solicita a cessão de profissional	20 Pontos( )
<b>TOTAL DE PONTOS:</b>	

**D) Participará dos eventos promovidos pela FESPORTE no ano de 2020 representando o município de Joaçaba: (pontuação cumulativa)**

OLESC	10 pontos( )
Joguinhos Abertos de SC	10 pontos( )
JASTI	10 pontos ( )
PARAJASC	10 pontos ( )
JASC	10 pontos ( )
JESC	10 pontos ( )
<b>TOTAL DE PONTOS:</b>	

**E) Utilização de Transporte (não cumulativa)**

De 60 km à 100 km	5 pontos ( )
De 101 km à 500 km	10 pontos( )
De 501 km à 1000 km	20 pontos( )
De 1001 km à 1500 km	30 pontos( )
De 1501 à 2000 km	40 pontos( )
Acima de 2001 km	50 pontos( )
<b>TOTAL DE PONTOS:</b>	

<b>TOTAL DA PONTUAÇÃO OBTIDA PELA OSC</b>	
<b>VALOR OBTIDO PELA PONTUAÇÃO MULTIPLICADO POR R\$ 100,00</b>	<b>R\$</b>

**VIII - VALOR DE REPASSE À OSC**

**A) RECURSO FINANCEIRO: (Item 1.1 do Edital de Chamamento).**

Valor	R\$
-------	-----

**B) RECURSO HUMANO: (ANEXO I do Edital de Chamamento).**

Nome do Professor:	Carga Horária:	Quantidades de meses: 10 MESES E 20 DIAS
Valor		R\$
<b>TOTAL DOS RECURSOS APORTADOS PELO MUNICÍPIO: (Financeiro + Humano – itens A e B)</b>		<b>R\$</b>

Total do Orçamento Anual da OSC	R\$
Total dos Recursos Aportados pelo Município	R\$
Total de Recursos Aportados por outros Órgãos da Administração Pública	R\$
Total de Recursos Próprios (discriminar os colaboradores e os valores):	R\$



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

17

**IX – CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO**

Fase	Denominação	Data Início	Data Término
		30/01/2020	

**X – ORÇAMENTO DO PROJETO COM APRESENTAÇÃO DAS COTAÇÕES.**

Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

**XI - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Fonte	Data	R\$	Data	R\$	Data	R\$
Município						
Proponente						
Outra Fonte						
Total						

**XII – PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTRAPARTIDA**

Prazos de análise da prestação de contas DA CONTRAPARTIDA (mínimo de 20%) pela administração pública.	
(Mensal ou Anual)	

**Assinatura do presidente da OSC**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

18

**ANEXO IV  
(EM PAPEL TIMBRADO DA OSC)**

**(NOME DA OSC ESPORTIVA)  
FICHA DE INSCRIÇÃO  
ESCOLINHAS DAS ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS/2020**

<b>Nome do aluno/atleta</b>		
<b>Data de Nascimento:</b>	<b>Idade:</b>	<b>Sexo:</b>
<b>Nome dos Pais ou Responsáveis:</b>		
<b>1. Fone:</b>		
<b>2. Fone:</b>		
<b>Endereço:</b>		
<b>E-mail:</b>		
<b>Referência de trabalho dos Pais ou Responsáveis:</b>		
<b>Nome da Escola:</b>		<b>Série que estuda:</b>
<b>Número do RG:</b>		<b>Número do CPF:</b>
<b>Modalidade que participa:</b>		
<b>Nome do Professor:</b>		
<b>Dias e horários que frequenta:</b>		
<b>Data de início da participação:</b>		
<b>Participa de outra Escolinha? ( ) sim ( ) Não Qual?</b>		

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, \_\_\_\_\_ responsável legal pelo(a) menor \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, **AUTORIZO** o uso de imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada em publicações das Atividades da Associação Esportiva \_\_\_\_\_ e da Superintendência de Esportes do município de Joaçaba/SC. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, nas seguintes formas: revista; folder e/ou pôster da Escolinha, home page da Prefeitura de Joaçaba; cartazes, matérias em jornais e/ou similares e mídia eletrônica (painéis, vídeos, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura dos Pais ou responsáveis



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

19

**ANEXO V**

**Modelo Termo de Fomento  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**MINUTA DE TERMO DE FOMENTO Nº / 2019- FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo prefeito, Sr. Dioclésio Ragnini, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, com CNPJ 21.672.486/0001-84, doravante denominado **CONCEDENTE** e a (nome da OSC), Organização de Sociedade Civil, pessoa (Identificar), sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº (identificar), com sede administrativa à Rua (endereço), Município de (identificar), neste ato representada por seu Presidente, Sr. (nome do presidente), doravante denominada **CONVENIENTE** que ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições e em atendimento à Lei nº 4.320/64, Lei Federal nº 13.019/2014, obedecendo a Instrução Normativa TCE/SC-14/2012 e Instrução Normativa da Coordenadoria do Controle Interno de Joaçaba 01/2014, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 07/2019.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE**

O presente Termo de Fomento visa ao estabelecimento de bases para a cooperação e para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE, parte integrante deste Termo, cuja finalidade é a realização **(descrever)**, a ser executado pela CONVENIENTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DESPESAS**

**2.1 DO VALOR: R\$**

I - O CONCEDENTE efetuará o repasse financeiro no valor de R\$ (valor), em 03(três) parcelas de R\$ (valor), nas datas de 10 de fevereiro de 2020, 08 de junho de 2020 e 10 de setembro de 2020 em conformidade com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo.

II - O CONCEDENTE cederá o profissional de educação física, o servidor \_\_\_\_\_, com carga horária de \_\_\_\_\_ semanais perfazendo um total de R\$ \_\_\_\_\_ a título de recursos humanos.

III - Este Termo de Fomento, compreendendo repasse financeiro e cessão de profissional de educação física, perfaz o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

IV - A CONVENIENTE empregará como contrapartida no projeto o valor de R\$ (valor), em (nº de parcelas) parcelas mensais no exercício em curso, e (nº de parcelas) parcelas previstas para o exercício de (ano), em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo.

**2.2 DESPESAS**

I) As despesas provenientes da execução deste Convênio serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária da Unidade Fundo Municipal de Esportes, do Orçamento do exercício financeiro de 2020:

- Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
- Unidade Orçamentária: 01FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
- Proj./Atividade:2.128 MANUTENÇÃODAS ATIVIDADES ESPORTIVAS



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

20

- Dotação: 983.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos).

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **3.1 DA CONVENIENTE**

- I - Receber os recursos financeiros de que trata este termo, movimentá-lo em instituição financeira oficial, em conta corrente específica e vinculada ao presente termo, promovendo a fiel aplicação dos recursos recebidos, exclusivamente na consecução do objetivo aqui estabelecido, em conformidade com o Plano de Trabalho, anexo I do presente Termo;
- II - Comunicar, prévia e imediatamente o Município de Joaçaba, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento;
- III - Prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, conforme legislação vigente e cláusula quarta deste Termo;
- IV - Devolver os recursos de rendimento da aplicação financeira, ou aplicar no objeto de repasse, prestando contas de sua utilização;
- V - Responder a diligências decorrentes do processo de prestação de contas, quando ocorrer;
- VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao CONCEDENTE, comunicando eventuais alterações de endereço e/ou de seus representantes legais;
- VII - Restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos não aplicados no objeto de repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras;
- VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;
- IX - Permitir livre acesso aos agentes da administração pública, Controle Interno e Tribunal de Contas do Estado.
- X - Realizar o controle da jornada de trabalho do servidor cedido, apresentando seu espelho de ponto assinado à Superintendência de Esportes, no primeiro dia útil do mês subsequente ao laborado e, posteriormente na prestação de contas de cada parcela e final.

#### **3.2 DO CONCEDENTE**

- I - Efetuar o repasse financeiro no valor estabelecido neste convênio, destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho;
- II - Publicar extrato resumido do Termo de Fomento;
- III - Acompanhar e fiscalizar a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos repassados, emitindo o parecer a cada prestação de contas, de acordo com a Lei Municipal 5250/2019 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação.
- IV - Proceder a cessão do servidor \_\_\_\_\_ à CONVENIENTE, na carga horária de \_\_\_\_\_ horas semanais, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente Termo deve ser encaminhada ao Poder Executivo e elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e de auditoria legais e vigentes, de forma individualizada.

A prestação de contas deverá ser apresentada até as seguintes datas:

- a) Prestação de Contas Primeira Parcela: **08 de maio de 2020;**
- b) Prestação de Contas Segunda Parcela: **09 de agosto de 2020;**
- c) Prestação de Contas Terceira Parcela: **10 de dezembro de 2020.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

21

Para prestar contas a CONVENIENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE:

I - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

II - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e o atendimento da finalidade pactuada;

III - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

IV - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

V - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa de período;

VI - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;

VII - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

VIII - Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

IX - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar, se for o caso, de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços especiais ou de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha;

X - Emissão do parecer técnico fundamentado pelo conselho fiscal, acerca da aplicação do recurso recebido pela entidade, em conformidade com art. 47 e seguintes da Instrução Normativa 14 do TCE-SC;

XI - Relatório de presença (ficha de chamada) de cada encontro/treinamento realizado pela OSC, relatório de atividades, fichas de cadastro de alunos/atletas e espelho de ponto do profissional cedido quando for o caso.

XII - Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos, os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da CONVENIENTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO**

I - O acompanhamento da execução física do objeto será realizado pelo CONCEDENTE, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

II - A Comissão de Monitoramento e Avaliação será estabelecida observadas as normas da Lei 5.250/2019 ;

III - A comissão acima designada deverá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, devendo especificar o efetivo cumprimento da aplicação dos recursos, na forma



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

22

estabelecida no Plano de Trabalho, os quais ficarão anexos ao processo de prestação de contas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o descrito no Item 10 do Edital de Chamamento nº 07/2019/PMJ:

- a) Primeira parcela: 10/02/2020;
- b) Segunda parcela: 08/06/2020;
- c) Terceira parcela: 10/09/2020.

Com exceção dos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;
- III - Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROIBIÇÃO**

Fica proibido o repasse dos recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do CONCEDENTE.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DIREITO DE PROPRIEDADE**

O CONCEDENTE terá direito dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Termo de Fomento é de 30/01/2020 a 20/12/2020, podendo ser prorrogado por igual período se do interesse das partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES**

##### **10.1 DA RESPONSABILIDADE DA CONVENIENTE**

- I - Não havendo aplicação correta, na forma ajustada, dos recursos transferidos, a constatação de irregularidades insanáveis no processo de prestação de contas, ou a não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado, será lançada a responsabilidade da CONVENIENTE, restituição do valor total do fomento ou da respectiva parcela, bem como dos rendimentos da aplicação financeira, acrescida da variação do índice do INPC e, também acrescido de juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

23

II - Até a regularização da prestação de contas pendente, fica bloqueada a liberação das parcelas subsequentes;

III - É de responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

## **10.2 DA RESPONSABILIDADE DO CONCEDENTE**

I - O CONCEDENTE assumirá ou transferirá a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência do fato relevante do modo a evitar sua descontinuidade;

II - Ocorrendo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilidade solidária, instaurará Tomada de Contas Especial na forma do regulamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Instrução Normativa 13/2012.

## **10.3 DAS SANÇÕES**

I - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - As sanções administrativas cabíveis, garantida a prévia defesa, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Inidoneidade – todas as esferas de governo;
- c) Suspensão temporária.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração ou não cumprimento das cláusulas e condições nele estipuladas ou denunciadas por qualquer dos signatários com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou a qualquer tempo, em face de superveniência de impedimento legal que o torne inexecutável.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Termo, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Joaçaba(SC), \_\_\_\_\_.

Dioclésio Ragnini  
Prefeito de Joaçaba SC

Presidente da OSC



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

24

**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo prefeito, Sr. Dioclésio Ragnini, e o Sr. \_\_\_\_\_, servidor público efetivo, matrícula nº\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, com \_\_\_\_ horas semanais, acordam a sua cessão à (nome da OSC), Organização de Sociedade Civil, pessoa (Identificar), sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº (identificar), com sede administrativa à Rua (endereço), Município de (identificar), neste ato representada por seu Presidente, Sr. (nome do presidente), no período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, através de Termo de Fomento.

O servidor cedido \_\_\_\_\_ e a \_\_\_\_\_ ficam cientes da obrigatoriedade do controle da jornada de trabalho do mesmo, que será realizado pela própria OSC, apresentando seu espelho de ponto assinado à Superintendência de Esportes, no primeiro dia útil do mês subsequente ao laborado e, posteriormente na prestação de contas de cada parcela e final.

O não cumprimento da jornada de trabalho, pactuada através do Plano de Trabalho e Termo de Fomento, importará no término da cedência do profissional, sua volta imediata à Superintendência de Esportes e a repactuação do Termo de Fomento.

Fica o profissional cedido obrigado a retornar às suas atividades na Superintendência de Esportes no primeiro dia útil após o término do Termo de Fomento, ou seja, após o dia 04/01/2021.

Qualquer atividade fora do horário de trabalho do profissional cedido deve ser previamente solicitada concordância à Superintendência de Esportes, através de Ofício protocolado.

O profissional de educação física cedido, em viagem de competição pela OCS's, não poderá realizar horas extras às expensas do Município além de seu expediente normal de trabalho e nem terá direito à percepção de diárias, e eventuais despesas oriundas do trabalho do profissional de educação física em viagem competitiva, que ultrapassem os termos do plano de trabalho, serão suportadas exclusivamente pela OSC, vedada utilização de recursos financeiros da parceria para esta finalidade.

Cientes as partes, concordando com os termos.

Joaçaba (SC), \_\_\_\_\_.

Dioclésio Ragnini  
Prefeito de Joaçaba

\_\_\_\_\_  
Servidor cedido

\_\_\_\_\_  
Presidente da OSC



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

25



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

26

**ANEXO VI  
CRONOGRAMA DO CERTAME**

ETAPA	DESCRIÇÃO	PERÍODO
1.	Divulgação e publicação do Edital de Chamamento	01/11/2019
2.	Período para protocolização de projetos	01/11 a 02/12/2019
3.	Período de recursos quanto ao edital	01/11 a 02/12/2019
4.	Período de resposta aos recursos do edital	03/12/ a 04/12/2019
5.	Período para solicitações de informações acerca da interpretação do edital	18/11 a 22/11/2019
6.	Análise dos projetos pela Comissão de Seleção e emissão de pareceres	02/12 a 13/12/2019
7.	Divulgação da seleção das OSC com os valores conquistados	16/12/2019
8.	Período para recursos quanto à avaliação da OSC	17/12 a 18/12/2019
9.	Período de resposta aos recursos da avaliação	18/12/ a 20/12/2019
10.	Período para entrega dos documentos conforme previsto no Edital	17/12 a 20/12/2019
11.	Período para emissão de Pareceres: Conselho Municipal de Esportes e do Gestor	02/01/ a 15/01/2020
12.	Período para análise da documentação pela comissão de seleção	02/01/ a 15/01/2020
13.	Parecer dos projetos, emitido pela Procuradoria Geral do Município.	16/01 a 24/01/2020
14.	Publicação final das OSC contempladas	27/01/2020
15.	Assinatura do Termo de Fomento e início da execução do projeto	30/01/2020
16.	Publicação do Extrato do Contrato	31/01 à 05/02/2020
17.	Pagamento da primeira parcela de fomento	10/02/2020
18.	Prestação de contas da primeira parcela	08/05/2020
19.	Pagamento da segunda parcela de fomento	08/06/2020
20.	Prestação de Contas da segunda parcela	09/08/2020
21.	Pagamento da terceira parcela	10/09/2020
22.	Prestação de Contas da terceira parcela	10/12/2020
23.	Encerramento do período de execução do projeto	31/12/2020
24.	Renovação do Termo de Fomento para 2021	20/11/2020

É de responsabilidade do representante legal da OSC a observação de todos os prazos estipulados no cronograma acima, bem como ficar atento a todas as correspondências que possam ser encaminhadas via e-mail ou via ofício, no caso de interposição de recurso.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES**

27

## ANEXO VII

### LOGOMARCA PARA UNIFORMES



### LOGOMARCA PARA BANNER



**EXTRATO PL 89/2019/PMJ - PP 57/2019/PMJ**

Publicação Nº 2212450

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2019/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019/PMJ

Objeto: A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico (alarme monitorado e CFTV), compreendendo o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, instalação e manutenção, bem como, visita/vistoria aos chamados de disparo/deteccção de alarmes, destinados às unidades escolares da rede municipal e demais prédios e locais públicos do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 20/11/2019. Processamento do Pregão: às 14h do dia 20/11/2019, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 30 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
JORGE LUIZ DRESCH - Secretário

**EXTRATO PL 92/2019/PMJ - PP 59/2019/PMJ**

Publicação Nº 2212453

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2019/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2019/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a requisição eventual e futura de materiais e equipamentos semafóricos e/ou de serviços de manutenção do sistema. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 19/11/2019. Processamento do Pregão: às 14h do dia 19/11/2019, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 30 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
VILSON SARTORI - Secretário

**NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 136/2019**

Publicação Nº 2212129

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO  
136/2019

NOME: DEOLINDA ESMERO DE OLIVEIRA  
ENDEREÇO: RUA SANTA MARTA, 335  
CADASTRO – 5242  
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 01.04.036.0015

Notificamos Vossa Senhoria que reativamos o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxa de Coleta de Lixo, exercício 2011, conforme Ofício 11/2019 e tendo em vista que os valores do IPTU, do imóvel cadastro 5242, do referido exercício, estavam suspensos em virtude de processo de revisão e diante da inércia do contribuinte em apresentar a documentação solicitada.

As guias do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxa de Coleta de Lixo) exercício 2011 encontram-se disponíveis no site <http://www.joacaba.sc.gov.br/>, no campo IPTU ONLINE, cujos valores estão descritos nos relatórios anexos, que desde já ficam fazendo parte integrante da presente notificação. O não pagamento implicará em transferência para dívida ativa no primeiro dia útil do exercício de 2020 das parcelas vencidas.

Imóvel/Ano	Imposto Predial Urbano	Imposto Territorial Urbano	Taxa de Coleta de Lixo	Valor Total	Vencimento
5242/2011	R\$ 33,59	R\$31,67	R\$ 34,50	R\$ 99,76	22/11/2019 a 22/01/2020

➤ Matéria Tributária: Artigo 19 da Lei Complementar nº 031/97 e suas alterações.

➤ Base de cálculo e Alíquotas são expressas conforme Art. 11, Art. 12, Art. 13, Art. 14, Art. 15, Art. 16, Art. 17, Art. 18, Art. 20, Art. 28, Art. 29, Art. 30, Art. 110, da Lei Complementar nº 031/97 e suas alterações e Lei 319 de 20/11/2015, sendo disponíveis no site das Leis Municipais ).

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Poderá o contribuinte apresentar recurso no prazo de até 10(dez) dias, contados do recebimento.

Joaçaba – S/C, em 22 de outubro de 2019.

Jorge Luiz Dresch  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa

Ana Paula Padova  
Técnico de Administração  
Matrícula 12.221

BALANCETE FINANCEIRO 09-2019

Publicação Nº 2211760

<div><div><div><div><div><div></div><div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div><div>MUNICÍPIO DE JOAÇABA</div><div>Balanço Financeiro - Anexo 13</div><div>ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA/ADOLESCENTE JOAÇABA</div></div></div><div><div>Página: 1 / 1</div><div>Data de emissão: 30/10/2019</div><div>Exercício de 2019</div><div>Período de: Setembro à Setembro</div><div>Despesa: Liquidada</div></div></div></div></div>			
INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			
Ordinária		551,34	DESPESA ORÇAMENTÁRIA
		0,00	Ordinária
			Recursos Ordinários
Vinculada		551,34	Vinculada
FIA Imposto de Renda		551,34	FIA Imposto de Renda
			Recursos Ordinários - Superávit Financeiro
			FIA Imposto de Renda - Superávit Financeiro
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		0,00	EXTRAORÇAMENTÁRIAS
Inscrição de Restos a Pagar Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados
			0,00 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados
SALDOS ANTERIORES		409.789,75	SALDOS ATUAIS
CAIXA		0,00	CAIXA
CONTAS CORRENTES		409.789,75	CONTAS CORRENTES
APLICAÇÕES		0,00	APLICAÇÕES
TOTAL		410.341,09	TOTAL
			358.872,64
			0,00
			358.872,64
			0,00
			409.797,24



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JOAÇABA**  
 Balanço Financeiro - Anexo 13  
 ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL JOAÇABA

Página: 1 / 2  
 Data de emissão: 30/10/2019  
 Exercício de 2019  
 Período de: Setembro à Setembro  
 Despesa: Liquidada

RECEITAS		DESPESAS	
TÍTULOS	Exercício Atual	TÍTULOS	Exercício Atual
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>15.803,76</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>361.867,48</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.538,03</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>305.567,46</b>
RECEITA PATRIMONIAL	1.271,98	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	223.255,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.266,05	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	82.312,25
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.265,73</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>56.300,02</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	1.265,73	INVESTIMENTOS	56.300,02
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>360.000,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>0,00</b>
<b>EXTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>55.887,73</b>	<b>EXTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>55.487,57</b>
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.346,71	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	54.541,02	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.487,57
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.786.613,95</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.800.950,39</b>
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	2.786.613,95	CONTAS CORRENTES	2.800.950,39
APLICAÇÕES	0,00	APLICAÇÕES	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.218.305,44</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.218.305,44</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE JOAÇABA**  
 Balanço Financeiro - Anexo 13  
 ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIRO JOAÇABA

Página: 1/ 1  
 Data de emissão: 30/10/2019  
 Exercício de 2019  
 Período de: Setembro à Setembro  
 Despesa: Liquidada

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>			<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>		
Ordinária		63.235,88	Ordinária		41.478,38
Recursos Ordinários - FUNREBOM		63.235,88	Recursos Ordinários - FUNREBOM		41.478,38
Vinculada		0,00	Vinculada		0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		0,00	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>		0,00
<b>EXTRAORÇAMENTÁRIAS</b>		157,30	<b>EXTRAORÇAMENTÁRIAS</b>		192,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		-34,70	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		192,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		192,00
<b>SALDOS ANTERIORES</b>		820.872,59	<b>SALDOS ATUAIS</b>		842.595,39
CAIXA		0,00	CAIXA		0,00
CONTAS CORRENTES		820.872,59	CONTAS CORRENTES		842.595,39
APLICAÇÕES		0,00	APLICAÇÕES		0,00
<b>TOTAL</b>		<b>884.265,77</b>	<b>TOTAL</b>		<b>884.265,77</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Balanço Financeiro - Anexo 13

ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Página: 1/ 2

Data de emissão: 30/10/2019

Exercício de 2019

Período de: Setembro à Setembro

Despesa: Liquidada

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		7.731.070,78	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		6.236.025,35
Ordinária		5.292.277,51	Ordinária		2.480.646,26
Recursos Ordinários		4.368.205,14	Recursos Ordinários		2.480.646,26
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde		924.072,37			
Vinculada		2.438.793,27	Vinculada		3.755.379,09
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação		727.382,33	Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação		1.135.494,92
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e		12.308,93	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP		206.507,18
Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE		75,20	Convênio Trânsito - Militar		60.000,00
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP		1.776,27	Convênio Trânsito - Civil		9.470,88
Convênio Trânsito - Civil		324,76	Convênio Trânsito - Prefeitura		85.622,98
Convênio Trânsito - Prefeitura		146.286,41	Transferências do Fundeb - 60%		1.170.987,73
Transferências do Fundeb - 60%		1.191.031,47	Transferências do Fundeb - 40%		72.000,11
Transferências do Fundeb - 40%		132.336,84	Transferências de Convênios - Outros		24.594,00
Transferências de Convênios - Outros		1.141,13	Salário Educação		107.343,83
Salário Educação		448,14	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		41.130,30
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		48.775,77	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		2.320,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		3.989,03	Fundo Especial do Petróleo		32.528,52
Transf. Recursos do FNDE		0,15	Transferências de Convênios - Estado/Educação		42.633,75
Fundo Especial do Petróleo		108.375,07	Outras Transferências Legais e Constitucionais do Estado		191.500,00
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela		31,22	Operações de Crédito Internas - Outros Programas		34.078,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação		37.720,11	Recursos Ordinários - Superávit Financeiro		518.155,55
Convênios Outros - Estado		543,83	Convênio Trânsito - Civil		1.789,31
Outras Transferências Legais e Constitucionais do Estado		220,91	Salário Educação - Superávit Financeiro		16.831,95
Operações de Crédito Internas - Outros Programas		34.078,00	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		2.390,08
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas		-14.315,20			
SUPERÁVIT Transferências de Convênios - Outros/UNIAO		6.282,90			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		2.853.852,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		672.230,64	EXTRAORÇAMENTÁRIAS		1.140.500,70
Inscrição de Restos a Pagar Processados		-74.347,44	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		402.863,07
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		746.578,08	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		737.637,63

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Balanço Financeiro - Anexo 13

ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA



Página: 2/ 2

Data de emissão: 30/10/2019

Exercício de 2019

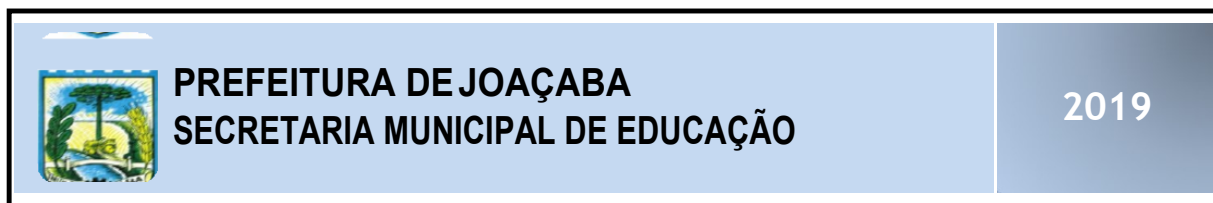
Período de: Setembro à Setembro

Despesa: Liquidada

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Atual
SALDOS ANTERIORES		27.784.902,47	25.957.825,84
CAIXA		0,00	0,00
CONTAS CORRENTES		27.784.329,12	25.957.251,99
APLICAÇÕES		573,35	573,85
TOTAL		36.188.203,89	36.188.203,89

**EDITAL CHAMADA PÚBLICA - 11.19**

Publicação Nº 2212196

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2019**

**“Estabelece normas para a chamada pública de PROFESSORES destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino de Joaçaba, e dá outras providências”.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares nº 80/2004 e 97/2005, lança este Edital para contratação de Professores na Rede Pública Municipal de ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, para o exercício de 2019, conforme a necessidade e conveniência do interesse público, e, considerando:

- a) A necessidade temporária de excepcional interesse público no sistema público municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação;
- b) A inexistência de candidatos aprovados em teste seletivo para ocupação das vagas de caráter temporário nas vagas previstas no item II deste Edital;
- c) A inexistência de candidatos em Chamadas Públicas anteriores;
- d) Que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;
- e) A impossibilidade de paralisação de atendimento dos alunos por ausência de professores.

Torna público o procedimento para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas de caráter temporário para o ano letivo de 2019 na rede municipal de ensino.

**I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Os candidatos habilitados e classificados nesse processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Leis Complementares Municipais nº 97/2005 e 80/2004.

---

**Rua Getúlio Vargas, 417 – FONES: 49 3521-0669 / 3521-0289**  
[seceducacaojba@outlook.com](mailto:seceducacaojba@outlook.com) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)

**PREFEITURA DE JOAÇABA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****2019****II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL:**

<b>CARGO</b>	<b>REMUNERAÇÃO INICIAL</b>	<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL</b>	<b>VAGAS</b>	<b>REQUISITOS PARA PROVIMENTO</b>
Professor de Português	R\$ 2.557,74	40 horas Matutino/ Vespertino	01	<b>Habilitado:</b> Licenciatura em Letras – Português <b>Em habilitação</b> Cursando a partir da 5ª fase de Licenciatura em Letras – Português
Professor de Inglês	R\$ 1.278,87	20 horas Matutino/ Vespertino	01	<b>Habilitado:</b> Licenciatura em Letras – Inglês <b>Em habilitação</b> Cursando a partir da 5ª fase de Licenciatura em Letras – Inglês

2.1 Somente serão chamados os candidatos em habilitação na inexistência de candidatos habilitados.

**III – DATA E VAGAS**

3.1 A data determinada para a entrega da documentação para participação da Chamada Pública para o cargo acima referido será de **31 de outubro a 04 de novembro de 2019, das 13h às 19h**, no Setor de RH da Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba, Rua Getúlio Vargas, nº 417, Centro, Joaçaba.

3.2. As vagas existentes para preenchimento obedecerão o Quadro dos Cargos, das Vagas, dos Requisitos, da Carga Horária e do Vencimento Mensal e, eventuais necessidades para o ano letivo de 2019.

---

**Rua Getúlio Vargas, 417 – FONES: 49 3521-0669 / 3521-0289**  
[seceducacaojba@outlook.com](mailto:seceducacaojba@outlook.com) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)

**PREFEITURA DE JOAÇABA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****2019****IV – PROCEDIMENTOS**

4.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3.1. deste Edital munidos dos seguintes documentos:

- a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Anexo I);
- b) Cópia dos documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- c) Cópia de documentos para comprovação da habilitação ou em habilitação na forma do item 5.1 do Edital;

**V – CLASSIFICAÇÃO**

5.1. A Classificação obedecerá a seguinte tabela de pontuação:

<b>Título</b>	<b>Pontuação</b>
Doutorado na área de atuação	5,0
Mestrado na área de atuação	4,0
Pós-Graduação na área de atuação	2,0
Graduação	1,0
Comprovante de matrícula e histórico acadêmico do estudante a partir da 5ª fase da licenciatura na área da vaga pleiteada	0,5

Havendo empate entre dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será utilizado como critério de classificação: maior idade.

A **Classificação Preliminar** será publicada no dia **05 de novembro de 2019**, no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

O prazo para recurso será de 01 dia útil, ou seja, o dia **06 de novembro**, das 13h até às 19h, no Setor de RH da Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba, Rua Getúlio Vargas, nº 417, Centro, Joaçaba.

A **Classificação Final** será publicada no dia **07 de novembro de 2019**, no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Haverá uma lista classificatória para os candidatos habilitados (com licenciatura) e outra para os em habilitação (estudantes a partir da 5ª fase). Caso chamados todos os habilitados classificados e não preenchida a vaga, serão os em habilitação, na ordem da classificação.

---

**Rua Getúlio Vargas, 417 – FONES: 49 3521-0669 / 3521-0289**  
[seceducacaojba@outlook.com](mailto:seceducacaojba@outlook.com) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)



**PREFEITURA DE JOAÇABA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2019**

**VI – DA CONVOCAÇÃO**

6.1. Os candidatos serão convocados na Secretaria Municipal de Educação por meio de ligação telefônica e / ou e-mail.

6.2 Os candidatos após a escolha terão o prazo de 03 (três) dias para assumir a vaga escolhida após a convocação, munidos do Atestado de Saúde Ocupacional emitido por médico de trabalho ou Empresa de Saúde e Medicina do Trabalho.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados desse Processo.

É de total responsabilidade do candidato preencher corretamente todas as informações na ficha de inscrição, bem como a entrega da documentação correta, sendo que a falta de informações ou documentação representará a desclassificação do candidato.

Os casos omissos do presente Edital serão regulados por ato próprio emitido pela Secretaria Municipal de Educação.

Esse edital entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2019 e terá validade até 20 de dezembro de 2019.

Joaçaba, 31 de outubro de 2019

Dioclésio Ragnini

Prefeito

---

**Rua Getúlio Vargas, 417 – FONES: 49 3521-0669 / 3521-0289**  
[seceducacaojba@outlook.com](mailto:seceducacaojba@outlook.com) / [educacaoadm@joacaba.sc.gov.br](mailto:educacaoadm@joacaba.sc.gov.br)

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 20/2019 - MANUTENÇÃO PREDIAL NA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES (SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL).**

Publicação Nº 2212517

**CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC**  
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 020/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL N. 07/2019**

A **CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC)**, neste ato representada por sua Presidente, Senhora **DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n. 8.666/1993, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve **HOMOLOGAR** a presente licitação nos seguintes termos:

**PROCESSO DE LICITAÇÃO N.: 020/2019 - Pregão Presencial n.: 07/2019.**

**DATA DA HOMOLOGAÇÃO:** 31/10/2019.

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção elétrica predial na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC (sem fornecimento de material).

**FORNECEDOR: ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICA LTDA.**

**VALOR: R\$ 14.250,00 (quatorze mil duzentos e cinquenta reais)**, valor total estimado para um período de 12 (doze) meses.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária/2019:

Desp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto
	01.01.2.001.3.3.90.00.00.			
2	00.00.00	MANUT.PODER	3.3.90.39.47	14.250,00
	Fonte de Recurso: 1001 -	LEGISLATIVO	.00.00.00	
	Recursos ordinários			

Joaçaba (SC), 31 de outubro de 2019.

**DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL**  
**Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 23/2019 - AQUISIÇÃO PEÇAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA ELEVADOR**

Publicação Nº 2212515

**CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA**  
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 023/2019**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 015/2019**

A **CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC)**, neste ato representada por sua Presidente, Senhora **DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve **HOMOLOGAR** a presente licitação nos seguintes termos:

**Processo de licitação n.:** 023/2019.

**Pregão presencial n.:** 015/2019.

**Data da homologação:** 31/10/2019.

**Objeto da licitação:** A presente dispensa de licitação tem por objeto a aquisição de peças para a manutenção corretiva do elevador instalado na Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC.

**Fornecedor:** **ELOTECH SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.**

**Valor global:** R\$ 6.090,21 (seis mil e noventa reais com vinte e um centavos).

**Fundamentação Legal:** Art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993.

**Dotação Orçamentária:** As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária/2019:

Desp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto
	01.01.2.001.3.3.90.00.00.			
2	00.00.00	MANUT.PODER	3.3.90.39.47	6.090,21
	Fonte de Recurso: 1001 -	LEGISLATIVO	.00.00.00	
	Recursos ordinários			

Joaçaba (SC), 31 de outubro de 2019.

**DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL**  
**Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA****AVISO PL 14/2019/FMS - TP 03/2019/FMS**

Publicação Nº 2212536

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE CONTINUAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2019/FMS  
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2019/FMS

Informamos a todos os interessados a abertura do processo licitatório nº 14/2019/FMS – Tomada de Preços nº 03/2019/FMS, cujo objeto é “contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reforma, alteração de layout interno e recuperação da estrutura do edifício do PSF Centro, localizado na Rua Getúlio Vargas, Bairro Cruzeiro do Sul, neste Município de Joaçaba/SC.” A ata da sessão, realizada hoje, de julgamento dos documentos de habilitação, está disponível no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (49) 3521-1555 ou pelo e-mail [licitacaosaudejba@hotmail.com](mailto:licitacaosaudejba@hotmail.com). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 30 de outubro de 2019.  
Município de Joaçaba  
Fundo Municipal de Saúde  
Comissão de Licitação

**IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA****PORTARIA Nº 282 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212418

PORTARIA Nº 282 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 277, de 24 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a OSNI JOSÉ GALDINO, inscrito no CPF sob o nº 437.461.449-49, portador do RG nº 4.216.649, inscrito no PASEP sob o nº 107.6908988-4, ocupante do cargo de Vigilante, lotado na Diretoria Técnica, do quadro efetivo do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, matrícula funcional nº 99, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor em 01 de novembro de 2019.

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.  
Eliane Aparecida Ceron Vier  
Diretora Presidente

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 461/2019**

Publicação Nº 2211525

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 461/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta e do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Lais Masson (Matr. 201), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.C, referente ao período aquisitivo de 16.10.2018 a 15.10.2019, para serem fruídas no período de 20.11.2019 à 29.11.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.  
Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 462/2019**

Publicação Nº 2211528

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 462/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 14 (quatorze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Paulo Cesar Lamin (Matr. 125), ocupante do Cargo de Químico, P-8, N-2, Ref.B-3, referente ao período aquisitivo de 02.06.2018 à 01.06.2019, para serem fruídas no período de 01.11.2019 à 14.11.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.  
Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 463/2019**

Publicação Nº 2211533

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 463/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 11 (onze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Cesar Augusto Maciel Ribeiro (Matr. 185), ocupante do Cargo de Contador, P-8, N-1, Ref.E-1, referente ao período aquisitivo de 03.07.2018 a 02.07.2019, para serem fruídas no período de 04.11.2019 à 14.11.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.  
Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 464/2019**

Publicação Nº 2211536

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 464/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 11 (onze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Graciela Pratto (Matr. 128), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-2, Ref.B-3, referente ao período aquisitivo de 18.08.2018 a 17.08.2019, para serem fruídas no período de 04.11.2019 à 14.11.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.  
Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 465/2019**

Publicação Nº 2211542

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 465/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Vanderlei Pratto (Matr.11), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref J-11, referente ao período aquisitivo de 20.08.2018 à 19.08.2019, para serem fruídas no período de 25.11.2019 à 14.12.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 25 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 466/2019**

Publicação Nº 2211549

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 466/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Orlando Lino (Matr. 38), ocupante do Cargo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref J-7, referente ao período aquisitivo de 20.06.2018 à 19.06.2019, para serem fruídas no período de 18.11.2019 à 17.12.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2018.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 467/2019**

Publicação Nº 2211552

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 467/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Helison Carvalho Ferreira (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref.F-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.10.2018 a 30.09.2019, para serem fruídas no período de 18.11.2019 à 02.12.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 468/2019**

Publicação Nº 2211641

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 468/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Graciela Pratto, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 2881/2019 de 03 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de 18.08.2018 à 17.08.2019, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 469/2019**

Publicação Nº 2212440

PORTARIA Nº 469 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob os Protocolos nº 20022040.1.00015/19-0 e NIT 1143136356-6 respectivamente, nos assentos funcionais do Servidor OSNI JOSE GALDINO, matrícula nº 99 e do cargo de provimento efetivo de Vigilante.

Patricia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor OSNI JOSÉ GALDINO, matrícula 99, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigilante, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o número 20022040.1.00015/19-0 e NIT 1143136356-6, para fins de aposentadoria e/ou abono de Permanência, os seguintes períodos:

07.12.1981 à 28.02.1997 – 15 anos, 2 meses e 24 dias .

01.03.1997 à 17.03.1997 – 0 ano, 0 mês e 17 dias.

01.03.1998 à 30.04.1999 – 1 ano, 2 meses e 0 dia.

01.12.1999 à 30.06.2000 – 0 ano, 7 meses e 0 dia

01.10.2001 à 31.10.2002 – 1 ano, 1 M~es e 0 dia.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 31 de Outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba, 31 de Outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 470/2019**

Publicação Nº 2211648

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 470/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 24 (vinte e quatro) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Rafael Giongo Burlin, Agente Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 2491/2019 de 03 de setembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 05.07.2016 à 04.07.2018, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 471/2019**

Publicação Nº 2211655

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 471/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Leandro de Paula, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 2880/2019 de 03 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de 01.10.2018 à 30.09.2019, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 472/2019**

Publicação Nº 2211934

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 472/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a (o) Servidor(a) Sr.(a) Jean Ribeiro, ocupante do cargo de Auxiliar de Controle Operacional, a titulação em Graduação, com base no artigo 21 Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010, conforme pedido protocolado através do requerimento nº 3050/2019 de 16 de outubro de 2019.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 473/2019**

Publicação Nº 2211940

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 473/2019 DE 31.10.2019

Patrícia Callegari Warken Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a (o) Servidor(a) Sr.(a) Rafael Giongo Burlin, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a titulação em Graduação, com base no artigo 21 Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010, conforme pedido protocolado através do requerimento nº 3135/2019 de 24 de outubro de 2019.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 474/2019**

Publicação Nº 2212235

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –474/2019 DE 31.10.2019

"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Osmar Zampirão, P-6, N-2, Ref. E-5 para P-6, N-2, Ref. F-5 de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 18 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 475/2019**

Publicação Nº 2212241

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –475/2019 DE 31.10.2019

"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Almir Penteado, Auxiliar de Operação, P-2, N-2, Ref. E-4 para P-2, N-2, Ref. F-5, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 476/2019**

Publicação Nº 2212445

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –476/2019 DE 31.10.2019

"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Osni José Galdino, Vigilante, P-2, N-2, Ref. H-5 para P-2, N-2, Ref. I-6 de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 477/2019**

Publicação Nº 2212249

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –477/2019 DE 31.10.2019

"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Umberto Bresola Suzin, Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. J-3 para P-2, N-2, Ref. A-3, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 26 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 478/2019**

Publicação Nº 2212256

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –478/2019 DE 31.10.2019

"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Maurício Ricardo Dhamer, Oficial de Informática, P-7, N-1, Ref. E-1 para P-7, N-1, Ref. F-1, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 479/2019**

Publicação Nº 2212270

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –479/2019 DE 31.10.2019

"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Leandro de Paula, Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. E-1 para P-2, N-1, Ref. F-1, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 480/2019**

Publicação Nº 2212291

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –480/2019 DE 31.10.2019

"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Helison Carvalho Ferreira, Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref. E-1 para P-4, N-1, Ref. F-1, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.  
Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 481/2019**

Publicação Nº 2212299

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –481/2019 DE 31.10.2019

"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Alex Estival Datsch, Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. E-1 para P-2, N-1, Ref. F-1, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.  
Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 482/2019**

Publicação Nº 2212310

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –482/2019 DE 31.10.2019

"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a servidora Janete Angela Casarim Tessari, Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. B para P-3, N-1, Ref. C, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 03 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.  
Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 483/2019**

Publicação Nº 2212313

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –483/2019 DE 31.10.2019  
"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a servidora Lais Masson, Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. B para P-3, N-1, Ref. C, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 16 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 484/2019**

Publicação Nº 2212317

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –484/2019 DE 31.10.2019  
"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Valdinei Antonio Gusatto, Mecânico de Manutenção, P-4, N-3 Ref. F-5 para P-4, N-3, Ref. G-5, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 22 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 485/2019**

Publicação Nº 2212322

PORTARIA SIMAE. JHL Nº –485/2019 DE 31.10.2019  
"CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor Hélio dos Santos, Encanador, P-4, N-2 Ref. J-6 para P-4, N-3, Ref. A-6, de acordo com o Artigo 17 e 18 e Anexos 7 e 8 da Lei Complementar nº. 193 de 06/09/2010, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 04 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de.2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PREGÃO PRESENCIAL JHL 0054/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2211585

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0064/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0054/2019  
PROTOCOLO JHL 2398/2019

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0054/2019 – Licitação 0064/2019, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL DE ÁGUA BRUTA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VRP'S DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 14/11/2019 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 14/11/2019 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 01/11/2019 a 14/11/2019.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 31 de outubro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

## Publicação Nº 2211444

Balanco Financeiro - Anexo 13

TOTAL

## Publicação Nº 2211420

Balanco Financeiro - Anexo 13

TOTAL

# José Boiteux

## PREFEITURA

### LEILÃO PÚBLICO 01/2019

Publicação Nº 2211339

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2019

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX

O município de JOSÉ BOITEUX, SC, com sede na Avenida 26 de Abril, nº 655, Centro, José Boiteux, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.372.553/0001-25, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09H 30MIN do dia 20 de novembro de 2019, tendo como local o AUDITÓRIO DO LEILOEIRO, na Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 447, Centro, Rio Do Sul, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, para venda à vista de bens móveis inservíveis: Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites [WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR](http://WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR), [WWW.LEI-LOADOR.COM.BR](http://WWW.LEI-LOADOR.COM.BR) ou [WWW.PMJB.SC.GOV.BR](http://WWW.PMJB.SC.GOV.BR), ou ainda pelos telefones (47) 3352 7111 na Prefeitura ou (47) 3525 4742, 3546 2855 com o Leiloeiro. Aplicam-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

José Boiteux (SC), em 31 de Outubro de 2019.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL, DE JOSÉ BOITEUX

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇO 13-2019

Publicação Nº 2212133

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 1/5  
Processo Nº.: 35/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2019

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2019

No dia 31 do mês de Outubro do ano de 2019, o MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 17/2019 Processo Licitatório nº 35/2019. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
8965	AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA -	4
10472	COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA	2
8410	SG TERRAPLENAGEM LTDA - EPP	1, 5
10473	TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA-ME	3

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA -	14.719.979/0001-67	ITACIR ARALDI	84579552920
COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA	76.324.094/0001-16	DARIO FRANCISCO BRESOLA	05657662954
SG TERRAPLENAGEM LTDA - EPP	04.873.624/0001-74	PEDRO EDEMAR ABREU	91574900900
TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA-ME	13.730.156/0001-70	PAULO JAIR CAVALHEIRO	01858288924

Fornecedor: 8410 - SG TERRAPLENAGEM LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 17 TONELADAS, FABRICAÇÃO/MODELO MÍNIMO 2010.	HR		300,000	222,0000	66.600,00
5	TRATOR DE ESTEIRAS PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 14 TONELADAS, FABRICAÇÃO/MODELO MÍNIMO 2011.	HR		300,000	217,0000	65.100,00
Total						131.700,00

Fornecedor: 8965 - AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA -						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ROMPEDOR COM E ACOPLÁVEL A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MÍNIMO 1.850KG.	HR		200,000	392,0000	78.400,00
Total						78.400,00

Fornecedor: 10472 - COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	MOTONIVELADORA (PATROLA).	HR		300,000	213,0000	63.900,00
Total						63.900,00

Fornecedor: 10473 - TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA-ME



Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	CAMINHÃO TRUCADO BASCULANTE, CAÇAMBA MÍNIMA DE 12M³, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO MÍNIMO 2010.	HR		300,000	105,0000	31.500,00
Total						31.500,00

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 17/2019, Processo Licitatório nº 35/2019 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

## 8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 17/2019, Processo Licitatório nº 35/2019 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 17/2019 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 17/2019;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

## 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 35/2019; o Edital do Pregão nº 17/2019 as propostas com preços e especificações.

## 17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 31 de Outubro de 2019.

Município de Lacerdópolis

SERGIO LUIZ CALEGARI  
PREFEITO

## CONTRATO 41-2019

Publicação Nº 2212307

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.41/2019  
Processo Administrativo n. 37/2019

Inexigibilidade n. 02/2019

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: IRMÃOS ALBERTI E DUTRA LTDA. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.780.212/0001-64, com endereço na Rua São Paulo, n. 72, Centro, Erechim/RS, CEP 99700-000, inscrita na Ordem dos Músicos do Brasil sob n. 23.157/RS, representada por seu sócio administrador Iseu Santo Alberti, CPF 433.559.860-20, empresa que representa com exclusividade, é titular e detentora da marca e Banda Musical Passarela, conforme documentos anexos ao trâmite interno.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação direta, uma vez que inexigível a licitação (art. 25, inciso III da Lei n. 8.666/93), através das Secretarias Municipais de Planejamento e de Educação, Esportes e Cultura em parceria com o Conselho Municipal da Cultura, com autorização e fundamento na Lei Ordinária Municipal n. 2.205 de 21 e outubro de 2019 (anexa), com recursos próprios e/ou vinculados, da BANDA MUSICAL PASSARELA para a

realização de show ao vivo no próximo dia 10 de novembro, das 16h00min às 18h00min. no evento em comemoração 56º (quinquagésimo sexto) Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Lacerdópolis, com o fornecimento de equipamentos de som, imagem e iluminação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1 – O valor a ser pago pela totalidade da prestação dos serviços é R\$ 9.000,00 (nove mil reais), conforme tópico 01.
- 2.2 - O preço acima comporta todas as despesas para execução dos serviços e não sofrerá reajuste nem atualização de valores.
- 2.3 – O pagamento será feito até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e relatório pormenorizado das atividades desenvolvidas.
- 2.4 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de apresentação de propostas.
- 2.5 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 2.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.
- 2.7 - Os dados bancários para pagamento serão indicados posteriormente.
- 2.8 – A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).
- 2.9 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando Município de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.
- 2.10 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.
- 2.11 – No momento de emissão da nota fiscal será descontado o valor de ISS municipal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência é até 30 de novembro de 2019, a iniciar-se com a publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

#### CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente:

ORGAO 14 - FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA  
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA  
Proj/At. 13.392.1009.2.035 - MANUT. GRUP. TEAT, DANÇA, MÚS. ART. PLAS  
Compl.Elem. 3.3.90.39.23.00.00.00 - Festividades e Homenagens (141)  
Recurso 0000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA;
- b) Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- c) Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- d) Pagamento de todas as despesas relacionadas ao local, fornecimento de seguranças e de eventuais taxas do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD).

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Fornecer os serviços objeto deste contrato e obedecendo rigorosamente as suas cláusulas;
- b) Além das obrigações decorrentes da legislação específica (ética profissional e procedimentos adequados), cabe ainda à CONTRATADA, prestar os serviços contratados de acordo com a melhor técnica aplicada à espécie, com zelo diligência e economia, sempre em rigorosa observância à legislação e às cláusulas e condições estabelecidas;
- c) Acatar as determinações que lhe forem passadas, bem como comunicar qualquer irregularidade ou descumprimento do presente contrato para as Secretarias Municipais de Planejamento e de Educação, Esportes e Cultura;
- d) Responder pelos danos que resultem de imperícia, imprudência ou negligência de acordo com os princípios gerais de responsabilidade civil e administrativa;
- e) Não transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato;
- e) Isentar completamente o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade civil, administrativa, criminal ou trabalhista provenientes da execução deste contrato;
- f) Disponibilizar pessoal técnico especializado;

- g) Receber pelos serviços prestados de acordo com os prazos e condições previstos neste contrato;
- h) Comunicar o CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo;
- i) Responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos de ordem trabalhista, previdenciária, cíveis ou criminais, bem como tributos de qualquer espécie devidos em decorrência da prestação dos serviços, objeto deste contrato.
- j) Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;

#### CLÁUSULA SÉTIMA - EXECUÇÃO

7.1 - O show está programado para acontecer no próximo dia 10/11, entre as 16h00min e às 18h00min.

7.2 - Local de prestação dos serviços: no pavilhão ao lado da Igreja Matriz do município.

#### CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 - A inexecução, total ou parcial do contrato e/ou o descumprimento das normas contratuais ou editais por parte da CONTRATADA, sujeitará a aplicação, isolada ou conjuntamente, das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 20% sobre o valor total do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2 Poderá, ainda, ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor de uma prestação mensal, quando a CONTRATADA:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embarços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em conformidade com as disposições dos arts. 77, 78, 79 e 80 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E VINCULAÇÃO

A inexigibilidade da licitação concernente à despesa especificada neste processo tem amparo na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

[...]

Ante o exposto, é inexigível licitação para o objeto que se pretende contratar.

A licitação também poderia ser dispensada neste caso nos termos do art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, com as alterações promovidas pelo Decreto Federal n. 9.412 de 18 de junho de 2018, o qual aumentou o valor para dispensa de licitação para R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos).

É importante ressaltar que a Assessoria Jurídica deste município segue o mesmo entendimento da Assessoria Jurídica da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, no sentido de que a aplicação do Decreto Federal n. n. 9.412 de 18 de junho de 2018 tem aplicação cogente e imediata, independentemente, portanto, de regulamentação municipal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;
- b) A fiscalização e o controle por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas;
- c) Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC 31 de outubro de 2019.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito	IRMÃOS ALBERTI E DUTRA Iseu Santo Alberti Sócio e administrador
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

## PROCESSO LICITATORIO 38-2019

Publicação Nº 2212448

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 38/2019  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2019  
DATA DE EMISSÃO: 31/10/2019

OBJETO: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e conforme a necessidade, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, mediante autorização de fornecimento, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa interessada no fornecimento de gêneros alimentícios para merenda escolar dos estudantes da educação infantil e ensino fundamental da rede de ensino do Município de Lacerdópolis/SC, cuja descrição, quantidades, valores máximos e condições estão no tópico 02 (OBJETO) e ANEXO I deste edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min de 18/11/2019, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: pregão presencial para registro do menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: [licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br) ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 31 de outubro de 2019.  
DELCIMERI SCAPINI BRANDINI  
Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 38/2019  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2019  
DATA DE EMISSÃO: 31/10/2019

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme condições do tópico 02 (OBJETO) e ANEXO I deste edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 18 de outubro de 2019.

### 01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

### 02 - OBJETO

2.1 - Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e conforme a necessidade, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, mediante autorização de fornecimento, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa interessada no fornecimento de gêneros alimentícios para merenda escolar dos estudantes da educação infantil e ensino fundamental da rede de ensino do Município de Lacerdópolis/SC, cuja descrição, quantidades, valores máximos e condições estão no tópico 02 (OBJETO) e ANEXO I deste edital.

2.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.3 - O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item e indicar a marca (quando existente), ficando obrigado a entregar a marca cotada, sob pena de não ser aceito.

2.4 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

2.5 – PRAZO DE ENTREGA: 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo incidir multa para o caso de atraso.

2.6 – LOCAL DE ENTREGA: onde for informado na Autorização de Fornecimento.

2.7 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, demais despesas, etc.

2.8 – Os itens deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição.

2.9 - Todos os itens deverão ser de 1ª (primeira) qualidade, possuir as datas de fabricação e validade, bem como, deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

2.10 - Os itens, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

2.11 - As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente - deverão ser resfriadas ou congeladas de acordo com a especificação do item e embaladas em pacotes de 01 kg.

2.12 - As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem “batidas” ou “machucadas”.

2.13 – Com exceção dos itens perecíveis (frutas, verduras, legumes, alimentos fritos, assados), todos os demais itens devem ser entregues com prazo de validade não inferior a 30 (trinta) dias.

### 03 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

### 04 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no ANEXO I deste edital.

**05 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO**

5.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

5.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

**06 - CREDENCIAMENTO**

6.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.2 - Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO II como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

6.3 - Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

6.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

6.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

6.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

**07 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO**

7.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min do dia 18/11/2019, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis/SC.

7.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

7.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL N.18/2019  
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

7.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

7.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

7.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

7.7 – Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

7.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

## 08 – HABILITAÇÃO

8.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2019  
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- j) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), conforme ANEXO IV.
- k) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante. ATENÇÃO: os licitantes sediados no Estado de Santa Catarina deverão apresentar a certidão emitida através do sistema SAJ5 (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>), juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema e-proc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>).
- l) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União na ala "Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS" <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=link-Detalhamento%2CcpfCnpj%2Cnome%2CufSanctionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao>.
- m) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala "Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)" <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

8.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

8.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

8.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4- Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

8.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

8.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

8.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

8.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

#### 09 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM do(s) item(s) descrito(s) no ANEXO I deste edital.

9.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

#### 10 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 06 (CREDENCIAMENTO).

10.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

10.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

10.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

10.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

10.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

10.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

10.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 10.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 10.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

10.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

10.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

10.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

10.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

10.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

10.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

## 11 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

11.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

11.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

11.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade

civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 12 – ASSINATURA DA ATA E SUA RESPECTIVA VIGÊNCIA

12.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) a ata (minuta constante do ANEXO V), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.2 - No ato de formalização da ata, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

12.3 – A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

12.4 - Caso a ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## 13 - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

13.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

13.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

13.3 - Não serão aceitos valores superiores à média dos preços conforme valores constantes no ANEXO I deste edital.

13.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

13.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 14 - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A ata a ser lavrada, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

## 15 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) e ANEXO I deste edital.

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

## 16 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos e/ou pelos serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

## 17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de

março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

17.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: [www.lacerdopolis.sc.gov.br](http://www.lacerdopolis.sc.gov.br) e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) de eventuais alterações no presente edital.

17.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Descrição dos itens, quantidades e valores máximos;
- b) ANEXO II - Procuração;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Declaração de que não emprega menor de idade, salvo se aprendiz;
- e) ANEXO V – Minuta da ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 31 de outubro de 2019.

Sérgio Luiz Calegari  
Prefeito

## ANEXO I

### DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR MÁX.
01	200	Unid	Abacaxi fruta in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$7,64	R\$1.528,00
02	40	Kg	Açúcar mascavo (Kg)	R\$11,97	R\$478,80
03	50	Pct	Alho (pct 150 g) natura in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$5,47	R\$273,50
04	80	Unid	Amido de milho (500 g)	R\$4,32	R\$345,60
05	250	Pct	Arroz parboilizado tipo 1 (pct 5 Kg)	R\$13,63	R\$3.407,50
06	150	Kg	Arroz integral 1 kg (arroz integral)	R\$3,66	R\$549,00
07	1200	Kg	Banana (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$3,18	R\$3.816,00
08	650	Kg	Batata (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$3,69	R\$2.398,50
09	60	Kg	Batata Salsa kg, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$10,31	R\$618,60
10	60	Pct	Baunilha (100 g)	R\$2,02	R\$121,20
11	80	Kg	Beterraba (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$4,17	R\$333,60
12	200	Kg	Carne Bovina Bife de 1ª qualidade inspecionada (SIM, SIE, SIF), congelada, com cor, cheiro e sabor próprios; isenta de ossos e cartilagens; acondicionada em embalagens primárias de plástico atóxico, próprias para alimentos, e devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade; pesando 1 kg.	R\$24,64	R\$4.928,00
13	200	Kg	Carne Bovina tipo Paleta (Kg) de boa qualidade inspecionada (SIM, SIE, SIF), congelada, com cor, cheiro e sabor próprios; isenta de ossos e cartilagens; acondicionada em embalagens primárias de plástico atóxico, próprias para alimentos, e devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade; pesando 1 kg.	R\$16,55	R\$3.310,00
14	150	Kg	Carne Suína tipo Bisteca (Kg) de 1ª qualidade inspecionada (SIM, SIE, SIF), congelada, com cor, cheiro e sabor próprios; isenta de ossos e cartilagens; acondicionada em embalagens primárias de plástico atóxico, próprias para alimentos, e devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade; pesando 1 kg.	R\$14,97	R\$2.245,50
15	300	Pct	Bolacha doce tipo Maria (400 g)	R\$4,57	R\$1.371,00
16	300	Pct	Bolacha tipo rosquinha (330 gramas), sabores diversos: leite, milho, e chocolate.	R\$4,51	R\$1.353,00
17	300	Pct	Bolacha salgada Cream cracker (400 g)	R\$4,68	R\$1.404,00
18	300	Pct	Bolacha salgada integral (400 g)	R\$6,12	R\$1.836,00
19	120	Pct	Bolacha sem glúten e sem lactose, tipo cookies sabores diversos (150 g)	R\$7,14	R\$856,80
20	200	Pct	Bolinhas de Milho com chocolate 500 gramas, semolina de milho, enriquecida com ferro e ácido, açúcar, cacau em pó, leite de vaca em pó, oleína de palma, açúcar invertido, manteiga de cacau, licor de cacau, complexo vitamínico, enriquecido com vitaminas, corantes, aroma idêntico ao natural de chocolate e baunilha, antioxidante lecitina de soja, regulador de acidez bicarbonato de sódio.	R\$15,55	R\$3.110,00

21	100	Unid	Brócolis (un) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$4,91	R\$491,00
22	40	Unid	Café solúvel granulado (200 g)	R\$11,64	R\$465,60
23	250	Pct	Café solúvel granulado descafeinado embalagem de 50 gramas	R\$6,98	R\$1.745,00
24	30	Pct	Canela em rama (10 g)	R\$2,24	R\$67,20
25	300	Kg	Carne bovina moída de 1ª qualidade, fresca, não podendo ser congelada, inspecionada (SIM, SIE, SIF), acondicionada em embalagem de 1Kg, identificadas com rotulo, data de fabricação e validade. (Kg), cortes de patinho, coxão duro ou coxão mole, sem presenças de nervos ou tendões.	R\$21,97	R\$6.591,00
26	150	Kg	Caqui Fuyi, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$7,99	R\$1.198,50
27	130	Kg	Cebola (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$5,04	R\$655,20
28	180	Kg	Cenoura (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$4,64	R\$835,20
29	100	Pct	Cenoura baby, embalagem 250 gramas embalagem com in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$4,82	R\$482,00
30	150	Cx	Chá de Ervas Sachet (10 gramas) sabores diversos(camomila, erva-doce, hortelã)	R\$3,24	R\$486,00
31	60	Cx	Chá matte sabores diversos (40 gramas)	R\$5,32	R\$319,20
32	30	Pct	Colorau em pó (500 g)	R\$5,46	R\$163,80
33	300	Kg	Cortes de frango coxa e sobrecoxa (Kg) em pedaços, resfriados, inspecionado, de primeira qualidade, embalado em embalagens plásticas que contenham a identificação do produto data de fabricação, prazo de validade, registro de inspeção.	R\$7,31	R\$2.193,00
34	60	Unid	Couve-flor (un) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$5,57	R\$334,20
35	40	Pct	Cravo da Índia (12 g)	R\$2,29	R\$91,60
36	80	Unid	Doce de frutas sabores diversos (1,010 kg)	R\$11,89	R\$951,20
37	150	Pct	Ervilha congelada (300 g)	R\$5,56	R\$834,00
38	60	Pct	Farinha de arroz kg	R\$5,06	R\$303,60
39	40	Unid	Farinha de aveia (200 g)	R\$3,91	R\$156,40
40	60	Kg	Farinha de mandioca torrada tipo 1 (Kg)	R\$6,14	R\$368,40
41	80	Kg	Farinha de milho (Kg)	R\$2,99	R\$239,20
42	100	Pct	Farinha de trigo especial (pct 5 Kg)	R\$12,30	R\$1.230,00
43	80	Pct	Farinha de trigo integral (Kg)	R\$4,11	R\$328,80
44	50	Unid	Farinha láctea (210 g)	R\$7,99	R\$399,50
45	180	Kg	Feijão preto tipo 1 (Kg)	R\$4,85	R\$873,00
46	30	Unid	Fermento biológico gelado (saccharomyces cerevisiae) 60 gramas embalagem com 4 unidades de 15 gramas cada	R\$5,17	R\$155,10
47	120	Unid	Fermento pó químico (250 g)	R\$6,99	R\$838,80
48	180	Pct	Flocos de Milho com açúcar – 500 gramas, milho, açúcar, amido de milho, sal, oleína de palma, enriquecido c vitaminas, corantes, aroma idêntico ao natural de chocolate e baunilha, antioxidante lectina de soja, regulador de acidez bicarbonato de sódio.	R\$15,49	R\$2.788,20
49	60	Pct	Granola 1 kg, mix de cereal, aveia em flocos, farinha de arroz, farinha de soja, fibra de trigo, açúcar cristal, açúcar mascavo, oleína de palma, castanha do Pará, castanha de caju, linhaça, cacau em pó, coco ralado, uva passa, sal, amidos, corantes e antioxidantes, sabores diversos.	R\$25,82	R\$1.549,20
50	60	Kg	Inhame KG, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$6,49	R\$389,40
51	400	Unid	Iogurte com polpa de fruta 01 litro)	R\$7,64	R\$3.056,00
52	100	Unid	Iogurte com poupa de fruta sem lactose (830 ml)	R\$8,65	R\$865,00
53	120	Kg	Kiwi, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$18,81	R\$2.257,20
54	150	Kg	Laranja comum in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas ( Kg)	R\$4,46	R\$669,00

55	150	Kg	Laranja Lima kg, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$5,79	R\$868,50
56	100	Cx	Leite integral UHT (caixa 12 un)	R\$33,86	R\$3.386,00
57	600	Lt	Leite especial sem lactose (embalagem tetra park com 01 litro)	R\$3,94	R\$2.364,00
58	60	Pct	Lentilha (400 g)	R\$5,97	R\$358,20
59	150	Pct	Macarrão com ovos tipo cabelo de anjo (500 g)	R\$4,37	R\$655,50
60	150	Pct	Macarrão com ovos tipo caramujinho (500 g)	R\$3,35	R\$502,50
61	150	Pct	Macarrão com ovos tipo Alfabeto (500 g)	R\$4,32	R\$648,00
62	80	Pct	Macarrão integral tipo espaguete 500 gramas, farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, e corantes naturais de cúrcuma e urucum.	R\$4,44	R\$355,20
63	450	Kg	Maçã Fuji in natura (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$5,97	R\$2.686,50
64	180	Kg	Mamão fruta in natura (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$5,19	R\$934,20
65	300	Kg	Manga Palmer fruta in natura (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$6,59	R\$1.977,00
66	60	Unid	Manteiga (200 g)	R\$7,18	R\$430,80
67	120	Unid	Margarina cremosa com sal, com no mínimo 80 % de lipídeos (500 g)	R\$6,49	R\$778,80
68	100	Kg	Massa com ovos tipo espaguete (Kg)	R\$3,79	R\$379,00
69	1000	Kg	Melancia fruta in natura (Kg) natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$1,60	R\$1.600,00
70	200	Unid	Melão tipo Sapo Unidade fruta in natura de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas (com peso aproximado de 2Kg a unidade)	R\$12,49	R\$2.498,00
71	150	Pct	Milho congelado (300 g)	R\$5,91	R\$886,50
72	200	Unid.	Milho verde espiga (bandeja c/5 unidades)	R\$5,06	R\$1.012,00
73	40	Unid	Milho para pipoca (500 g)	R\$2,62	R\$104,80
74	40	Pct	Mix para bolo sem glúten embalagem 400 gramas	R\$11,17	R\$446,80
75	350	Unid	Óleo de soja (900 ml)	R\$4,05	R\$1.417,50
76	50	Pct	Orégano (100 g)	R\$6,14	R\$307,00
77	200	Dz	Ovos (dúzia) médios, frescos, limpos, sem rachaduras, manchas ou deformações, isentos de sujidades e fungos, parasitas ou larvas Embalagem com data e aviário de origem, registro de inspeção.	R\$6,14	R\$1.228,00
78	300	Kg	Pão Francês fresco (Kg)	R\$9,60	R\$2.880,00
79	300	Kg	Pão Francês integral (Kg)	R\$10,60	R\$3.180,00
80	100	Kg	Pão tipo mini cachorro quente (kg)	R\$11,49	R\$1.149,00
81	250	Unid	Pão fatiado (pct 500 g)	R\$5,16	R\$1.290,00
82	250	Unid	Pão integral fatiado (pct 500 g)	R\$5,16	R\$1.290,00
83	300	Kg	Peito de frango sem osso em pedaços, resfriados, inspecionado, de primeira qualidade, embalado em embalagens plásticas que contenham a identificação do produto data de fabricação, prazo de validade, registro de inspeção. (Kg)	R\$12,14	R\$3.642,00
84	50	Kg	Pera in natura (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$8,94	R\$447,00
85	20	Kg	Pimentão amarelo kg, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$14,99	R\$299,80
86	10	Kg	Pimentão Vermelho kg, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$16,65	R\$166,50
87	30	Kg	Pimentão Verde kg, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$8,30	R\$249,00
88	150	Pct	Polvilho azedo 500 gramas (uni)	R\$4,32	R\$648,00
89	80	Kg	Apresentado fatiado (Kg)	R\$24,36	R\$1.948,80
90	200	Kg	Queijo mozzarella fatiado (Kg)	R\$28,98	R\$5.796,00

91	100	Unid	Repolho (uni) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$4,31	R\$431,00
92	120	Kg	Sal Iodado (Kg)	R\$1,82	R\$218,40
93	100	Pct	Sagu (500 g)	R\$4,32	R\$432,00
94	300	Kg	Tomate (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$4,87	R\$1.461,00
95	80	Kg	Vagem kg, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$8,32	R\$665,60
96	100	Unid	Vinagre tinto colonial (02 litros)	R\$11,32	R\$1.132,00
97	150	Pct	Bolacha Maria sem lactose pct 400 gramas	R\$7,32	R\$1.098,00
98	50	Pct	Macarrão sem glúten tipo Oriental (Rice vermicelli): massa alimentícia de arroz, sem ovos, tipo oriental. Embalagem 200 gr.	R\$25,62	R\$1.281,00
99	40	Pct	Granola sem glúten e sem lactose 200 gramas, pct	R\$15,71	R\$628,40
100	40	Pct	Cereais bolinhas de chocolate sem glúten e sem lactose 250 gramas, pct	R\$20,65	R\$826,00
101	40	Pct	Cereais flocos açúcados, sem glúten e sem lactose 250 gramas. pct	R\$21,32	R\$852,80
102	40	Pct	Cereais flocos sem açúcar, natural, sem glúten e sem lactose 250 gramas, pct	R\$21,32	R\$852,80
103	80	Pct	Farinha de Rosca: ingredientes pão torrado Deverá conter data de fabricação e data de validade. Embal. 500 g	R\$6,14	R\$491,20
104	180	Kg	Gelatina em pó (1 kg), sabores diversos.	R\$11,32	R\$2.037,60
105	80	Pct	Bolachão de Mel, pacote com 800 gramas ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, açúcar invertido, essência de mel, fermento químico, sal, estabilizante lecitina de soja, melhorador de farinha.	R\$11,31	R\$904,80
106	50	Kg	Cacau em pó: teor de Cacau 50%, pacote/kg	R\$29,15	R\$1.457,50
107	10	Unid	Cacau em pó: teor de cacau 100%, sem glúten e sem lactose uni 200g	R\$15,02	R\$150,20
108	100	Pct	Macarrão Parafuso integral, preparado a partir de farinha de trigo, fibra de trigo integral, corantes naturais, urucum e cúrcuma. Pacote 500 gramas	R\$4,81	R\$481,00
109	100	Unid	Suco de uva integral sem corantes e conservantes 1,5 litros	R\$13,75	R\$1.375,00
110	200	Unid	Açaí: creme de açaí tradicional, cremoso congelado: contém água, polpa de açaí, açúcar, maltodextrina, amido de milho, UNI Embal 940 g	R\$20,66	R\$4.132,00
111	200	Pct	Bolacha tipo Maisena integral pacote 400 gramas	R\$4,56	R\$912,00
112	10	Unid	Canela em pó: composição canela em pó pura, embalagem 30 gramas	R\$3,79	R\$37,90
113	100	Pct	Macarrão Mini Pena – Massa alimentícia de sêmola de trigo, com ovos, mini penne: contém semolina de trigo enriquecida com Ferro e Ácido Fólico, ovos, corante betacaroteno e vitaminas B1, B2 e B3. Embalagem 500 gramas.	R\$5,32	R\$532,00
114	40	Unid	Aveia em flocos, embalagem 200 gramas	R\$3,61	R\$144,40
115	40	Unid	Aveia em flocos finos, embalagem 200 gramas	R\$3,61	R\$144,40
116	60	Maço	Tempero verde in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$2,49	R\$149,40
117	50	Kg	Batata doce in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$4,15	R\$207,50
118	40	Kg	Abóbora Cabotiá, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas kg	R\$3,64	R\$145,60
119	60	Kg	Abobrinha verde, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas kg	R\$4,32	R\$259,20
120	100	Unid	Alface lisa ou crespa, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas uni	R\$2,31	R\$231,00
121	80	Kg	Aipim, descascado e embalado, congelado, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas kg	R\$6,14	R\$491,20
122	100	Kg	Pêssego, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas kg	R\$15,81	R\$1.581,00
123	200	Kg	Banana prata, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas kg	R\$4,64	R\$928,00

124	80	Kg	Chuchu, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, p parasitas ou larvas kg	R\$4,65	R\$372,00
125	20	Unid	Vinagre branco 750 ml	R\$1,87	R\$37,40
126	40	Pct	Bolachão de mel, zero lactose, pacote 400 gramas	R\$4,55	R\$182,00
127	40	Unid	Margarina sem lactose, com 35% de lipídeos, com ou sem sal, 500 gramas uni	R\$6,82	R\$272,80
128	80	Unid	Queijo sem lactose, embalagem 150 gramas, uni	R\$8,32	R\$665,60
129	50	Unid	Pão sem glúten (aipim ou abóbora ou batata doce ou cenoura) embalagem 500 gramas, uni	R\$14,52	R\$726,00
130	200	Kg	Tangerina Poncã kg, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas, kg	R\$5,31	R\$1.062,00
131	100	Maço	Couve Manteiga folhas, maços, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas, maço	R\$3,16	R\$316,00
132	100	Pct	Filé de peixe, tipo Tilápia pacotes com 05 kg: tipo filé, sem espinhos, cortado em pedaços, congelados, inspecionado, de 1ª Qualidade, embalado em embalagens plásticas que contenham identificação do produto, data de fabricação e validade, lote, registro de inspeção	R\$167,53	R\$16.753,00
133	10	Unid	Azeite de oliva extra-virgem suave 500 ml, produto puro, extra virgem, 100 % puro, acidez máxima de 0,5%, uni	R\$26,03	R\$260,30
134	300	Pct	Agúcar Cristal, tipo 1 pacote com 05 kg	R\$11,87	R\$3.561,00
135	40	Unid	Acelga in natura,UNI de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	R\$5,57	R\$222,80
				TOTAL: R\$168.568,80	

## ANEXO II

## PROCURAÇÃO

\_\_\_\_ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> \_\_\_\_\_, por meio de \_\_\_\_ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> \_\_\_\_\_, constitui como PROCURADOR o Sr. \_\_\_\_ <NOME COMPLETO, RG, CPF> \_\_\_\_\_, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> \_\_\_\_\_,  
<DATA> \_\_\_\_\_

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL  
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>  
ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ n. \_\_\_\_ (xxxxxxxxxx) \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), \_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ n. \_\_\_\_ (xxxxxxxxxx) \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), \_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa

## ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. \_\_\_\_/2019

PROCESSO LICITATÓRIO n. 38/2019

PREGÃO PRESENCIAL n. 18/2019

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari, no uso das atribuições de seus cargos e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, RESOLVE registrar o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s), na ordem de classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(s), observadas as condições do edital e anexos que integram este instrumento e as cláusulas que se seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 – Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e conforme a necessidade, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, mediante autorização de fornecimento, com recursos próprios e/ou vinculados, de empresa interessada no fornecimento de gêneros alimentícios para merenda escolar dos estudantes da educação infantil e ensino fundamental da rede de ensino do Município de Lacerdópolis/SC, cuja descrição, quantidades, valores máximos e condições é(são):

...

1.2 - Os itens serão contratados em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

1.5 – PRAZO DE ENTREGA: 02 (dois) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo incidir multa para o caso de atraso.

1.6 – LOCAL DE ENTREGA: onde for informado na Autorização de Fornecimento.

1.7 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, demais despesas, etc.

1.8 – Os itens deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição.

1.9 - Todos os itens deverão ser de 1ª (primeira) qualidade, possuir as datas de fabricação e validade, bem como, deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.10 - Os itens, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

1.11 - As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente - deverão ser resfriadas ou congeladas de acordo com a especificação do item e embaladas em pacotes de 01 kg.

1.12 - As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem “batidas” ou “machucadas”.

1.13 – Com exceção dos itens perecíveis (frutas, verduras, legumes, alimentos fritos, assados), todos os demais itens devem ser entregues com prazo de validade não inferior a 30 (trinta) dias.

1.14 - Integram a presente ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial n. 18/2019, Processo Licitatório n. 38/2019 e a proposta apresentada pelo fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no edital e seus anexos.

## CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

## CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 – Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico “7.5” do edital.

3.6 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados no tópico anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

#### CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A presente ata, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

#### CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DA ATA

5.1 - A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

5.2 - Durante o prazo de validade da presente ata as empresas, a critério do Município de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

5.3 - Se a empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DA ATA

A presente ata de registro de preços está vinculada ao processo licitatório que a originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93, a Lei n. 10.520/02, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

7.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

7.2 - O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

7.3 - Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 (OBJETO) desta ata.

7.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

8.1 - A presente ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

8.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente ata;

b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de contrato no prazo estabelecido pela Administração

sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do órgão gerenciador:

a) Gerenciar esta ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

d) consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ata;

e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ata;

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

a) Tomar conhecimento da presente ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;

d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

e) informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente ata, particular.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata;

b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no edital e tópico 01 (OBJETO) desta ata;

c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ata;

d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente ata;

e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13.1 - À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

13.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos e/ou os serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desta ata, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Município de Lacerdópolis Sérgio Luiz Calegari Prefeito	DETENTOR DA ATA
---------------------------------------------------------------	-----------------

# Lages

## PREFEITURA

### DISPENSA LICITAÇÃO 25/2019 DAYANE CONSTANTE DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2212438

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 25/2019–PML/SMEL

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 25/2019–PML, através do Município de Lages, com:

DAYANE CONSTANTE DE OLIVEIRA, inscrito no CPF 049.373.569-09.

O valor total da presente Dispensa é de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Objeto: "Locação de imóvel para instalação do CEIM do Bairro Santa Maria, localizado na Rua Delfim Moreira, nº 502, Bairro Santa Maria em Lages/SC".

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 31 de outubro, de 2019.

IVANA ELENA MICHALTCHUK

Secretária Municipal de Educação

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do(a) Exmo(a). Sr.(ª) IVANA ELENA MICHALTCHUK, Secretária Municipal de Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 31 de outubro, de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito do Município

### PE 60/2019 PML, PP 50/2019 PML-SMASH, PE 57/2019 SMS, PE 61/2019 PML

Publicação Nº 2211847

### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 60/2019 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Balanças de Precisão, Carrinhos de Carga, Empilhadeira e Câmara Fria, para o Setor da Merenda Escolar.

Abertura: 13/11/2019 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 111.284,60

Modalidade: Pregão Presencial 50/2019 PML/SMASH

Objeto: Contratação de Seguradora, para Seguro Total veicular (cobertura compreensiva, isto é, seguro total contra colisão, incêndio, roubo e furto), com assistência 24 horas, aos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Abertura: 14/11/2019 às 09h

Valor Estimado: R\$ 48.540,86

Modalidade: Pregão Eletrônico 57/2019 SMS

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Licenças de Solução, de Gerenciamento de Smartphones e Tablets, bem como Serviços de Implantação, Capacitação e Suporte à Solução, para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde.

Abertura: 18/11/2019 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 44.364,00

Modalidade: Pregão Eletrônico 61/2019 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição e Instalação de Vidros e Espelhos para as Unidades Escolares.

Abertura: 18/11/2019 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 187.915,00

Da retirada dos Editais: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 01 de novembro de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

**PP 48/2019 PML, PE 62/2019 PML**

Publicação Nº 2212318

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial 48/2019 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de Iluminação, Sonorização, Sistema de Sonorização Ambiente, Iluminação Cênica, Paineis de Led e Grades de Proteção para o Natal Felicidade, que acontecerá na Praça João Costa – Praça do Calçadão, no período de 07 a 22 de dezembro de 2019.

Abertura: 13/11/2019 às 13h30min.

Valor Estimado: R\$ 116.033,28

Modalidade: Pregão Eletrônico 62/2019 PML

Objeto: Registro de Preços destinado à Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Recreação Infantil.

Abertura: 19/11/2019 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 46.990,00

Da retirada dos Editais: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 01 de novembro de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### DECLARAÇÃO 01/2019-PML

Publicação Nº 2212265

MUNICÍPIO DE LAGUNA – ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECLARAÇÃO 01/2019-PML

Eu, MAURO VARGAS CANDEMIL, Prefeito Municipal, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CPF número 009.891.779-04, reside em Av. João Pinho, 677, Mar Grosso, em Laguna-SC, no pleno gozo de suas atribuições e representando o MUNICÍPIO DE LAGUNA-SC, DECLARO e ATESTO perante o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, tendo em vista a operação de crédito no âmbito do programa BRDE Municípios-BNDES/FINAME, que:

- a) A operação de crédito, no valor de R\$ 6.166.280,00, destinada a execução de obras de pavimentação asfáltica, micro drenagem pluvial e sinalização do Acesso Norte do Município de Laguna, permanece autorizada pelo Legislativo Municipal por intermédio da Lei nº 2.065/2019, publicada em 10/05/2019 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição 2821, página 1059, cadastrada sob a publicação número 2013334;
- b) Os recursos provenientes da operação de crédito pleiteada estão inclusos no orçamento vigente, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- c) Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas;
- d) Em relação ao art. 35 da LRF, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação;
- e) Não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001;
- f) Não contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, estabelecido pela Lei nº 9.991 de 24/07/2000;
- g) O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive em curso, cumpre o disposto (i) no art. 23 da LRF – limites de pessoal; (ii) no art. 33 da LRF – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF; (iii) no art. 37 da LRF – não realização de operações vedadas; (iv) no art. 52 da LRF – publicação do relatório resumido da execução orçamentária; (v) no § 2º do art. 55 da LRF – publicação do relatório de gestão fiscal; e, (vi) no disposto no inciso III do art. 167 da Constituição – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital.
- h) Relativamente aos exercícios corrente e anterior, que não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal;
- i) Cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);
- j) Em observância ao § 4º do art. 18 da RSF nº 43/2001, este município não teve dívida honrada pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas;
- k) O Ente, relativamente ao art. 23 da LRF, tem suas despesas com pessoal dentro dos limites estabelecidos pela LRF, principalmente frente ao último período exigível.

Adicionalmente, declaro o cumprimento, até a presente data, de todas as adimplências e exigências legais e regulamentares para realização de operações de crédito, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43 de 2001, incluindo os limites da Despesa com Pessoal e da Dívida Consolidada.

Laguna, 10 de outubro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito do município de Laguna/SC

### DECLARAÇÃO 02/2019-PML

Publicação Nº 2212284

MUNICÍPIO DE LAGUNA – SANTA CATARINA  
DECLARAÇÃO 02/2019-PML

Eu, MAURO VARGAS CANDEMIL, Prefeito Municipal, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CPF número 009.891.779-04, reside em Av. João Pinho, 677, Mar Grosso, em Laguna - SC, no pleno gozo de suas atribuições e representando o MUNICÍPIO DE LAGUNA-SC, DECLARO e ATESTO perante o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, que os direitos creditórios oferecidos em garantia (vinculação das receitas de quotas-partes do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e do FPM – Fundo de Participação dos Municípios) ao BRDE para operação de crédito que visa a execução de obras de pavimentação asfáltica, micro drenagem pluvial e sinalização do Acesso Norte do Município de Laguna, são livres e desembaraçados para garantir o pagamento do crédito aberto no instrumento de crédito Cédula de Crédito Bancário Nº SC-45.439/BNDES/AUT-SET. PÚBLICO, no valor de R\$ 6.166.280,00, não havendo nada que impossibilite a atuação dos mecanismos previstos nos termos desse instrumento de crédito. Do mesmo modo, DECLARO e ATESTO que o valor desses recursos é suficiente para adimplir e garantir as obrigações assumidas com o BRDE, bem como demais credores, não prejudicando nenhuma das despesas obrigatórias do Município ou despesas contraídas para o regular funcionamento deste Poder Executivo Municipal, mantendo-se dentro dos limites e condições fixados pelo Senado Federal e observadas as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000.

Como representante legal do Município de Laguna, declaro ter ciência de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará o vencimento antecipado do Contrato a ser celebrado, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

Laguna, 10 de outubro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito do município de Laguna/SC

### DECLARAÇÃO 03/2019-PML

Publicação Nº 2212293

MUNICÍPIO DE LAGUNA  
DECLARAÇÃO 03/2019-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 82.928.706/0001-82, com endereço em Av Colombo Machado Salles, 145, e seu representante, seu Prefeito Municipal, senhor MAURO VARGAS CANDEMIL, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CPF nº 009.891.779-04, reside em Av. João Pinho, 677, Mar Grosso, em Laguna-SC, DECLARAM ao BRDE – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL, para os devidos fins e efeitos da Operação de Crédito SC-45.439/BNDES/AUT-SET. PÚBLICO, de 10 de outubro de 2019, QUE:

1) Inexiste inadimplemento com a União, seus órgãos e entidades das Administrações direta e indireta, com a ressalva das obrigações cujo adimplemento se comprova por meio de certidão;  
2) Têm pleno conhecimento das notificações que devem ser feitas para o integral cumprimento do artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, acerca das liberações, pelo BRDE, de parcela(s) do crédito referente a esta operação de crédito, comprometendo-se a realiza-las;  
3) Estão cumprindo as leis, regulamentos e políticas anticorrupção, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade, nacional ou estrangeiro, a que esteja sujeita por obrigação legal ou contratual, que tenham por finalidade coibir ou prevenir práticas corruptas, despesas ilegais relacionadas à atividade política, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de 'lavagem' ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento a terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável;  
Este município está ciente de que as providências declaradas como praticadas neste documento poderão ser objeto de verificação a qualquer tempo tanto pelo BRDE quanto pelo BNDES.  
O representante legal do declarante está ciente, igualmente, de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação de sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

Laguna, 10 de outubro de 2019.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito do município de Laguna/SC

### EXTRATO DE CONTRATO 01/2019-BRDE

Publicação Nº 2212548

EXTRATO DE CONTRATO 01/2019-BRDE

CONTRATANTE: Município de Laguna – CNPJ 82.928.706/0001-82

CONTRATADO / CREDOR: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE - CNPJ 92.816.560/0001-37, estabelecido na Avenida Hercílio Luz, nº 617, Porto Alegre - RGS

OBJETO: financiamento destinado à execução de obras de pavimentação asfáltica, micro drenagem pluvial e sinalização do Acesso Norte do Município de Laguna, autorizada pelo Poder Legislativo Municipal pela Lei nº 2.065/2019, publicada em 10/05/2019 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição 2821, página 1059. Financiamento detalhado na Cédula de Crédito Bancário SC-45.439 BNDES/AUT-TLP. VALOR: R\$ 6.166.280,00 (seis milhões, cento sessenta e seis mil, duzentos e oitenta reais)

VENCIMENTO: 15/10/2039

DATA: 10/10/2019

ORDENADOR DA DESPESA: Mauro Vargas Candemil – Prefeito Municipal

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 027/2019 DE 02/09/2019 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2211544

DECRETO Nº 027/2019

De 02/09/2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 751/2018, de 27/11/2018.

DECRETA

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município no presente Exercício, no montante de R\$ 235.720,00 (Duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte reais) conforme segue:

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO

Função 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-função 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

Projeto/Atividade 2003 Manut. das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice

Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 10.000,00

Órgão 03 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária 03.01 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Função 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-função 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade 2004 Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 50.000,00

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Função 12 EDUCAÇÃO

Sub-função 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Projeto/Atividade 2007 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.01 R\$ 60.000,00

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária 0901 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Sub-função 181 POLÍCIAMENTO

Programa 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL

Projeto/Atividade 2021 Manut. Convênio com Secret. de Estado de Seg. Pública

Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS

Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1311 R\$ 7.000,00

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária 0901 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Função 26 TRANSPORTE

Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade 2020 Manutenção das Atividades Rodoviárias

Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS

Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1100 R\$ 5.720,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 1301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função 10 SAÚDE

Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA  
Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE  
Projeto/Atividade 2033 Manutenção do Bloco de Atenção Básica Variável  
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.02 R\$ 90.000,00  
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS  
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.02 R\$ 2.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária 1401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa 801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
Projeto/Atividade 2039 Manutenção do Fundo Munic. de Assistência Social  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1100 R\$ 11.000,00

TOTAL GERAL SUPLEMENTADO NESTE ARTIGO R\$ 235.720,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos suplementares do Artigo anterior no montante de R\$ 235.720,00 (Duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte reais), serão reduzidas as seguintes dotações orçamentárias.

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO  
Unidade Orçamentária 02.01 GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO  
Função 04 ADMINISTRAÇÃO  
Sub-função 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa 0401 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR  
Projeto/Atividade 2003 Manut. das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 10.000,00

Órgão 03 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Unidade Orçamentária 03.01 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Função 04 ADMINISTRAÇÃO  
Sub-função 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Projeto/Atividade 2004 Manutenção das Atividades Administrativas  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 50.000,00

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Função 12 EDUCAÇÃO  
Sub-função 361 ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
Projeto/Atividade 2007 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.01 R\$ 60.000,00

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS  
Unidade Orçamentária 0901 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS  
Função 06 SEGURANÇA PÚBLICA  
Sub-função 181 POLÍCIAMENTO  
Programa 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL  
Projeto/Atividade 2021 Manut. Convênio com Secret. de Estado de Seg. Pública  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1311 R\$ 7.000,00

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS  
Unidade Orçamentária 0901 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS  
Função 26 TRANSPORTE  
Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS  
Projeto/Atividade 2020 Manutenção das Atividades Rodoviárias  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1100 R\$ 5.720,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária 1301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função 10 SAÚDE  
Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA  
Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE  
Projeto/Atividade 2033 Manutenção do Bloco de Atenção Básica Variável  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.02 R\$ 92.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária 1401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa 801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
Projeto/Atividade 2039 Manutenção do Fundo Munic. de Assistência Social  
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS  
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1100 R\$ 11.000,00

TOTAL GERAL ANULADO NESTE ARTIGO R\$ 235.720,00

Art. 3º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município no presente Exercício, no montante de R\$ 178.000,00 (Cento e setenta e oito mil reais) conforme segue:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária 1301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Função 10 SAÚDE  
Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA  
Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE  
Projeto/Atividade 2033 Manutenção do Bloco de Atenção Básica Variável  
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.38 R\$ 78.000,00  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.38 R\$ 100.000,00

Art. 4º - Para cobertura dos créditos suplementares do Artigo anterior no montante de R\$ 178.000,00 (Cento e setenta e oito mil reais), serão utilizados o excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos, oriundos de emendas parlamentares de bancada nº 71260001 e individual nº 28510002.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina em 02 de setembro de 2019.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler  
Servidora Designada

## **DECRETO Nº 030/2019 DE 29/10/2019 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2211553

DECRETO Nº 030/2019  
De 29/10/2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 771/2019, de 29/10/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do município para o ano de 2019, aprovado pela Lei nº 751/2018, de 27 de novembro de 2018, no montante de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) conforme segue:

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Função 10 SAÚDE  
Sub-função 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Programa 1002 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
Projeto/Atividade 2006 Manutenção da Merenda Escolar  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 30.000,00

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Função 12 EDUCAÇÃO  
Sub-função 361 ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
Projeto/Atividade 2007 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.01 R\$ 110.000,00

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Função 12 EDUCAÇÃO  
Sub-função 365 EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
Projeto/Atividade 2012 Manutenção da Educação Infantil  
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.01 R\$ 135.000,00  
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.18 R\$ 34.000,00  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas. – Fonte 11.01 R\$ 21.000,00

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS  
Unidade Orçamentária 0901 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS  
Função 26 TRANSPORTE  
Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS  
Projeto/Atividade 2020 Manutenção das Atividades Rodoviárias  
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas. – Fonte 11.00 R\$ 30.000,00  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas. – Fonte 11.00 R\$ 100.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária 1401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
Programa 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
Projeto/Atividade 2039 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 110.000,00  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 30.000,00

TOTAL DA ABERTURA DE CRÉDITOS R\$ 600.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos suplementares abertos no Art. 1º, serão reduzidas as dotações orçamentárias no montante de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) conforme segue, no Orçamento Geral do município, para o ano de 2018, aprovado pela Lei nº 751/2018, de 27 de novembro de 2018, conforme segue:

Órgão 03 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Unidade Orçamentária 03.01 SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Função 04 ADMINISTRAÇÃO  
Sub-função 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Projeto/Atividade 2004 Manutenção das Atividades Administrativas  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 35.000,00  
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS  
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 10.000,00

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Função 12 EDUCAÇÃO  
Sub-função 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
Projeto/Atividade 1051 Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental  
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS  
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.01 R\$ 120.000,00

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Função 12 EDUCAÇÃO  
Sub-função 361 ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
Projeto/Atividade 1051 Apoio ao Ensino Médio  
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS  
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.01 R\$ 42.000,00

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Função 12 EDUCAÇÃO  
Sub-função 361 ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
Projeto/Atividade 2007 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.18 R\$ 34.000,00

Órgão 05 SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária 05.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Função 12 EDUCAÇÃO  
Sub-função 365 EDUCAÇÃO INFANTIL  
Programa 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
Projeto/Atividade 1053 Ampliação da Rede Física Infantil  
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS  
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.01 R\$ 2.300,00

Órgão 06 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO  
Unidade Orçamentária 06.01 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO  
Função 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS  
Sub-função 695 TURISMO  
Programa 2301 PROMOÇÃO DO TURISMO  
Projeto/Atividade 2015 Manut. das Atividades Voltadas ao Turismo  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 4.300,00

Órgão 06 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO  
Unidade Orçamentária 06.01 SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO  
Função 27 DESPORTO E LAZER  
Sub-função 812 DESPORTO COMUNITÁRIO  
Programa 2701 ESPORTE É VIDA  
Projeto/Atividade 2014 Manutenção das Atividades Esportivas  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 10.400,00

Órgão 07 SEC. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
Unidade Orçamentária 0704 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
Função 16 HABITAÇÃO  
Sub-função 482 HABITAÇÃO URBANA  
Programa 1601 SISTEMA HABITACIONAL  
Projeto/Atividade 2017 Apoio ao Sistema Habitacional  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 3.000,00  
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS  
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 25.000,00

Órgão 08 SECRET. MUNIC. DE AGRICULTURA, DES. RURAL E  
Unidade Orçamentária 08.01 FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL  
Função 20 AGRICULTURA  
Sub-função 608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA  
Programa 2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL  
Projeto/Atividade 1056 Ampliação da Patrulha Agrícola  
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS  
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 60.000,00

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS  
Unidade Orçamentária 0901 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS  
Função 15 URBANISMO  
Sub-função 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA  
Programa 1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS  
Projeto/Atividade 1057 Pavimentação de Ruas e Passeios  
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS  
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 21.000,00

Órgão 10 SEC. MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Unidade Orçamentária 1001 SEC. MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Função 22 INDÚSTRIA  
Sub-função 661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL  
Programa 2201 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL  
Projeto/Atividade 2028 Manut. das Ativid. da Secret. de Indústria e Comércio  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 30.000,00

Órgão 11 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Unidade Orçamentária 1101 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Função 28 ENCARGOS ESPECIAIS  
Sub-função 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS  
Programa 2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS  
Projeto/Atividade 2029 Amortização da Dívida e Encargos  
Elemento 3.2.00.00.00 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA  
Elemento 3.2.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 10.000,00  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 23.000,00  
Elemento 4.6.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA  
Elemento 4.6.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 14.000,00

Órgão 11 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Unidade Orçamentária 1101 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Função 28 ENCARGOS ESPECIAIS  
Sub-função 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS  
Programa 2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS  
Projeto/Atividade 2030 Amortização de Precatórios  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 5.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária 1301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Função 10 SAÚDE  
Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA  
Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE  
Projeto/Atividade 2031 Manutenção das Atividades da Saúde  
Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.02 R\$ 100.000,00  
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.02 R\$ 51.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R\$ 600.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina em 29 de outubro de 2019.  
NOELI JOSÉ DAL MAGRO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler  
Servidora Designada

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2019 "DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO GRANDE RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Publicação Nº 2211365

Decreto Legislativo nº 010/2019

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO GRANDE RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os Artigos 213 a 216 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores; e

CONSIDERANDO o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Processo PCP n. 19/00407342 – Parecer Prévio n. 5/2019, recomendando a Aprovação das Contas do Executivo Municipal relativas ao exercício financeiro de 2018;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Contas que emitiram parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo relativamente às contas do Poder Executivo Municipal do exercício financeiro de 2018;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado e ratificado o Parecer Prévio n. 5/2019 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que recomenda à Câmara de Vereadores a APROVAÇÃO das Contas Anuais do Poder Executivo Municipal de Lajeado Grande-SC relativas ao Exercício Financeiro de 2018, analisadas através do Processo PCP n. 19/00407342.

Art. 2º - Seja dado ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal da respectiva aprovação.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores em 28 de outubro de 2019.

ERONICE DE OLIVEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

LEOCER ZMIJEVSKI

Primeiro Secretário

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 165/2019

Publicação Nº 2211556

DECRETO Nº 165/2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 816/1993 e 1.616/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Educação, os membros representantes, conforme discriminação abaixo:

» Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Titular: Rafael Bonoti

Suplente: Priscila Carniato

» Representantes da Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes

Titular: Larissa Fernandes Dias Durante

Suplente: Regina da Silva Antunes João

» Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura

Titular: Vanderlei Jose Tasca

Suplente: Vilton Jose Mendes

» Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Talita Di Francia Rosso

Suplente: Mariel Leopoldino Elias

» Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Franciane da Silveira paranaguá

Suplente: Marisa de Moura Dorigon

» Representantes das Diretoras da Rede Municipal de Ensino

Titular: Rosimery Lourenço Madeira

Suplente: Francine Hoffman

» Representantes das Professoras da Rede Municipal de Ensino

Titular: Kelvin Pchado Braz

Suplente: Ana Regina Gertrudes

» Representantes da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Titular: Seldirene Medeiros Camacho da Rosa

Suplente: Gisela Vicente Geremias

» Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Jucimara de Medeiros

Suplente: Caroline Dandoline

» Representantes das APPs da Rede Estadual de Ensino

Titular: Francieli Teixeira Fontanella

Suplente: Teresinha de Fatima Jorge Holthausen

» Representantes das APPs da Rede Municipal de Ensino

Titular: Tais Regina Pereira Gazola

Suplente: Tauany Peixoto Viana Jesuino

» Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

Titular: Fabiana da Silva Spindola

Suplente: MarlizeSpricigoCrotti

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

## RETIFICAÇÃO Nº 01/2019 AO EDITAL DE REGULAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 2212118

RETIFICAÇÃO Nº 01/2019 AO

EDITAL DE REGULAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ Nº 82.558.909/0001-24 com sede na rua Walter Veterli, 239, Centro, Lauro Muller, CEP: 88880-000, Santa Catarina, neste ato representado por seu representante legal, VALDIR FONTANELLA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e da COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO, nomeada pelo Decreto Nº 150/2019, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 37 da Constituição Federal, resolve tornar público a RETIFICAÇÃO Nº 01/2019 ao Edital, de PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019.

I - Altera-se a habilitação mínima do cargo de MOTORISTA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, conforme segue:

Onde se lê:

Nº	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VALOR SALÁRIO BASE	HABILITAÇÃO MÍNIMA
2	Motorista do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)**.	03+CR	40 horas semanais em Regime de Plantões: 12 x 36 Horas	R\$ 1.583,56	Ser maior de 21 anos; Ter Ensino Médio Completo; Certificado de participação em curso de Direção Defensiva; CNH-Carteira Nacional de Habilitação, de acordo com a Categoria mínima <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> ou <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> .

Leia-se:

Nº	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VALOR SALÁRIO BASE	HABILITAÇÃO MÍNIMA
2	Motorista do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)**.	03+CR	40 horas semanais em Regime de Plantões: 12 x 36 Horas	R\$ 1.583,56	Ser maior de 21 anos; Ter Ensino Médio Completo; Certificado de participação em curso de Direção Defensiva; CNH-Carteira Nacional de Habilitação, de acordo com a Categoria mínima <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> ou <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> ; e Curso para Condutores de Veículos de Emergência.

Lauro Muller, 31 de outubro de 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

CARLA ZABOTTI DIAS

Secretária de Saúde

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º PR23/2019\_RP22**

Publicação Nº 2212176

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019 - Pregão Presencial N.º PR23/2019\_RP22

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do pregoeiro oficial, nomeado através do Decreto nº 016/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de limpeza e destinação final de resíduos de fossa séptica, bem como hidro jateamento, para atendimento às necessidades do Município, conforme descrição no Anexo I do Edital. Maiores informações e Edital disponíveis no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 14/11/2019. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09:10h (14/11/2019). Maiores informações pelo e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 31/10/2019.

José Vanderlei de Campos–Pregoeiro

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2019 - PREGÃO Nº PR24/2019\_RP23**

Publicação Nº 2212165

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2019 - Pregão Nº PR24/2019\_RP23

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto n.º 016/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de cartucho, toner e refil, original ou compatível para diversas impressoras não locadas, para atendimento às necessidades do Município, Fundos e Departamentos. Maiores informações e Edital disponíveis no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 13/11/2019. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09:10h (13/11/2019). Maiores informações pelo e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 30/10/2019.

José Vanderlei de Campos–Pregoeiro

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º PR25/2019\_RP24**

Publicação Nº 2212183

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2019 - Pregão Presencial N.º PR25/2019\_RP24

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do pregoeiro conforme decreto n.º 016/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Aquisição de Bolo em pedaços a serem distribuídos a população, nas festividades em comemoração aos 61 anos de emancipação política administrativa do Município de Lebon Régis. Conforme Anexo I – Termo de Referência. Maiores informações e Edital disponíveis no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 18 de novembro de 2019. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09:10h (18/11/2019). Maiores informações pelo e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 31/10/2019.

José Vanderlei de Campos–Pregoeiro

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECISÃO IMPUGNAÇÃO TP 06/2019

Publicação Nº 2212046

#### GABINETE DO PREFEITO

Processo de Licitação Nº 56/2019

Tomada de Preços Nº 06/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia e/ou eletrificações, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para execução de obra de extensão de rede de energia elétrica na Rua A do Loteamento Colina

Interessado(a): MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP

#### DECISÃO

Considerando a impugnação tempestiva interposta pela empresa em epígrafe, contra os valores máximos a ser admitidos na Tomada de Preços nº 06/2019, alegando, que os preços estão inexeq-íveis.

Considerando que o Município busca obter a melhor proposta e que os preços máximos estabelecidos no edital foram definidos de acordo com a pesquisa prévia de preços.

Considerando que é de conhecimento do município a existência de empresas interessadas em participar do certame, tendo em vista o cadastro de fornecedores já efetuado, e não se teve outras reclamações mesmo que informais em relação aos valores do edital.

Considerando que na eventualidade da licitação resultar deserta o custo bem como o prazo para deflagrar um novo processo licitatório, seria semelhante ao custo e prazo resultante de uma alteração do presente edital.

Diante dos termos acima dispostos, DECIDO:

- Conhecer a impugnação impetrada, pela empresa MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP, por ser tempestiva e preencher os requisitos legais, e no mérito negar provimento, com conseq-ente manutenção dos valores previstos no edital de licitação, sob a modalidade Tomada de Preços nº 06/2019.

- Manter a sessão pública de abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas comerciais, agendada para as 14:00 horas do dia 01/11/2019.

Publique-se no D.O.M. Cumpra-se.

Lindóia do Sul/SC, 31 de outubro de 2019.

Genir Loli

Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 15/2019

Publicação Nº 2212243

DECRETO Nº 158/2019  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito em exercício do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial nº 109/2019 em 31 de outubro de 2019, pela Presidente da comissão permanente de licitação e equipe de apoio, através da Ata lavrada em reunião, na modalidade de inexigibilidade para Termo de Colaboração tem por objetivo a conjugação de esforços do MUNICÍPIO e da PARCEIRA no sentido de fomentar cultura no Município de Lontras, bem como promover a integração da sociedade com a tradição gaúcha, através do evento - 12º Rodeio Crioulo Estadual do CTG Presilha do Vale, que será realizado no dia 02 e 03 de novembro de 2019. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 31 de outubro de 2019.  
RUBENS ROBERTO DOS SANTOS  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

### DECRETO 157/2019

Publicação Nº 2211664

DECRETO Nº 157/2019  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito em exercício do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial nº 99/2019 em 31 de outubro de 2019, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 99/2019, na modalidade de Pregão Presencial para FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CAMINHAS EMPILHÁVEIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS CEIS E CRECHES DO MUNICÍPIO. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Fica designada como fiscal de contrato a servidora Adrielle Maria Cambrussi, matrícula 66044-14.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 31 de outubro de 2019.  
RUBENS ROBERTO DOS SANTOS  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

### EXTRATO DE CONTRATO 1085/2019

Publicação Nº 2212242

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO N.º 1085/2019  
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ENTRADA PADRAO NA CASA MORTUARIA NO RIBEIRAO DO SALTO. WS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ: 26.739.935/0001-88. Valor do repasse: R\$ 1.223,90 (MIL DUZENTOS E VINTE E TRES E NOVENTA CENTAVOS).  
Lontras, 01 DE NOVEMBRO de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**EXTRATO DE CONTRATO 109/2019**

Publicação Nº 2212289

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

EXTRATO DE CONTRATO N.º 109/2019

OBJETO: Termo de Colaboração tem por objetivo a conjugação de esforços do MUNICÍPIO e da PARCEIRA no sentido de fomentar cultura no Município de Lontras, bem como promover a integração da sociedade com a tradição gaúcha, através do evento - 12º Rodeio Crioulo Estadual do CTG Presilha do Vale, que será realizado no dia 02 e 03 de novembro de 2019.

Parceiro: Centro de Tradições Gaúchas Presilha do Vale, CNPJ 95.952.222/0001-10.

Valor do repasse: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Lontras, 31 de outubro de 2019. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em exercício.

**Luiz Alves****PREFEITURA****DECRETO N.º 228/2019**

Publicação Nº 2212431

DECRETO N.º 228/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0015.2.046 – Concessão de Benefícios Eventuais

(21) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.00 (0.1.0000) – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2019, por conta de recursos ordinários, na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 31 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

**ERRATA - 2133550 - PORTARIA 308.2019**

Publicação Nº 2211581

ERRATA DO ATO N.º 2133550

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, torna pública a RETIFICAÇÃO do ATO N.º 2133550, de título PORTARIA N.º 308/2019, cadastrado no dia 23 de agosto de 2019 e publicado no dia 26 de agosto de 2019, no artigo 2º, caput, onde se lê: sob a presidência deste último, leia-se: sob a presidência do primeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 31 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N.º 16/2019 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 2211816

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2019

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, através da avaliação da Comissão Permanente de Licitação instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, homologa, conforme a Lei nº 8.666/93, a TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2019, objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO TRECHO 01 DA RUA VEREADOR JOÃO CRISÓSTOMO KRAISCH, BRAÇO MIGUEL EM LUIZ ALVES/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS/QUANTITATIVAS, no valor de R\$ 1.561.349,63 (Um Milhão Quinhentos e Sessenta e Um Mil Trezentos e Quarenta e Nove Reais e Sessenta e Três Centavos). Dê-se ciência.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 31 de outubro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 50/2019 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2212122

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA O ITEM 06, COM COTA RESERVADA PARA OS ITENS DE 01 A 05 E ITEM 07.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES POR HORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO DE TRABALHO MÍNIMO DE 32 (TRINTA E DUAS) TONELADAS, TRATOR DE ESTEIRAS DE PESO MÍNIMO DE TRABALHO DE 15 (QUINZE) TONELADAS, CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 12 (DOZE)M³, CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 16 (DEZESSEIS)M³, LOCAÇÃO DE DIÁRIA DE TRATOR DE ESTEIRAS DE PESO MÍNIMO DE TRABALHO DE 15 (QUINZE) TONELADAS, ROLO COMPACTADOR E BRITADOR MÓVEL COM CAPACIDADE DE 75M³/H.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 13/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 13/11/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 31 de outubro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

## LEI N.º 1.790/2019

Publicação Nº 2212020

LEI N.º 1.790/2019

Altera as Leis Municipais n.º 774/1994, n.º 1.218/2006, n.º 1.219/2006 e n.º 1.244/2006.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal n.º 774, de 22 de março de 1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominada "Rua José Egídio Weber" a via pública com o ponto inicial na Rua Dom Bosco, coordenadas geográficas 26º43'6.81"S e 48º55'10.72"O, e o seu ponto final nas coordenadas geográficas 26º43'0.96"S e 48º55'12.77"O, com a extensão de 188 metros.

Art. 2º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.218, de 28 de março de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominada "Rua Alfredo Rosa" a via pública com o ponto inicial na Rua Francisco Schmitz, coordenadas geográficas 26º40'52.91"S e 48º53'46.62"O, e o seu ponto final nas coordenadas geográficas 26º40'50.75"S e 48º53'52.49"O, com a extensão de 175 metros.

Art. 3º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.219, de 28 de março de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominada "Rua Catarina Schmitz" a via pública com o ponto inicial na Rua André Leonardo Schmitz, coordenadas geográficas 26º42'22.04"S e 48º54'40.82"O, e o seu ponto final nas coordenadas geográficas 26º42'8.35"S 48º54'41.64"O, com a extensão de 460 metros.

Art. 4º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.244, de 28 de julho de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominada "Rua Hilda Apolônia Weber" a via pública com o ponto inicial na Rua Dom Bosco, coordenadas geográficas 26º43'7.52"S e 48º55'12.48"O, e o seu ponto final nas coordenadas geográficas 26º43'1.68"S e 48º55'14.56"O, com a extensão de 188 metros.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 30 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## LEI N.º 1.791/2019

Publicação Nº 2212025

LEI N.º 1.791/2019

Aprova a revisão, a atualização e consolida o novo Plano Municipal de Saneamento Básico de Luiz Alves e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovada a revisão, a atualização e consolidado o novo Plano Municipal de Saneamento Básico de Luiz Alves, de acordo com o anexo único desta Lei, parte integrante da Política Municipal de Saneamento Básico, conforme estabelece a Lei Municipal n.º 1.506, de 17 de outubro de 2012.

Parágrafo único. Além dos princípios expressos na Política Municipal de Saneamento Básico, o Sistema Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelos princípios da precaução, prevenção, gestão integrada e participativa e a garantia de proibição de retrocesso legal, sempre que envolver a saúde da população e a sanidade ambiental.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 30 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## LEI N.º 1.792/2019

Publicação Nº 2212027

LEI N.º 1.792/2019

Institui o programa denominado “Castrar é Cuidar” para o controle populacional de cães e gatos do Município Luiz Alves e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o programa denominado “Castrar é Cuidar” para a promoção do controle populacional de cães e gatos do Município de Luiz Alves, com a finalidade de garantir a segurança e o bem estar animal, a saúde pública e o equilíbrio ambiental.

Parágrafo único. O programa instituído no caput deste artigo será coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Luiz Alves, com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Luiz Alves, por meio da Unidade de Vigilância em Zoonoses.

Art. 2º O programa tem os seguintes objetivos:

I – promover o controle reprodutivo de cães e gatos, por meio de esterilização, na forma desta Lei;

II – estimular a posse responsável por meio de ações de educação ambiental e sanitária;

III – incentivar a adoção de animais;

IV – evitar proliferação de doenças entre os animais;

V – conter a população de animais abandonados;

VI – evitar o impacto na dinâmica ecológica, seja pela ação predatória sobre outras espécies, bem como na transmissão de doenças causadas por cães e gatos para animais silvestres;

VII – conter situações de maus tratos e abandono de animais;

VIII – evitar acidentes de trânsito causados por animais abandonados, ataques e mordeduras;

IX – fortalecer a vigilância dos fatores de risco relativos às zoonoses para a saúde pública.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I – animal domiciliado: todo animal que possui um tutor, recebe cuidados permanentes e vive dentro de domicílio;

II – animal de rua: todo animal que vive em espaço público indefinido, sem qualquer assistência humana permanente;

III – animal abandonado: todo animal não mais desejado por seu tutor, indefeso e passível de sofrer os riscos causados pelo abandono, que passa a ser desprovido de cuidados;

IV – animal comunitário: todo animal que não possui tutor definido e único, recebendo cuidados de um grupo específico de pessoas e vive em espaço público, estabelecendo vínculos de afeto e dependência com a população local em que vive;

VI – tutor: toda pessoa física ou jurídica responsável pela guarda, responsabilidade e cuidados permanentes do animal;

VII – cuidador: toda pessoa física ou jurídica responsável pela guarda e cuidados de animal de rua ou abandonado sem, contudo, retirá-lo do espaço público onde vive;

VIII – lar temporário: toda pessoa física ou entidade sem fins lucrativos que acolhe um ou mais animais provisoriamente, fornecendo-lhes cuidados essenciais até a efetiva doação;

IX – maus-tratos: toda forma de ação ou omissão que cause lesão física e/ou psicológica ao animal, conforme dispõe a Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, o artigo 225 da Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 27 de janeiro de 1978;

X – protetor de animais: toda pessoa física ou entidade sem fins lucrativos que recolhe, dá abrigo temporário e cuidados a animais em condições de abandono, maus tratos ou feridos.

Art. 4º O controle populacional de cães e gatos, a ser promovido por meio do programa instituído pela presente Lei, será realizado por meio de esterilização destes animais.

§ 1º O procedimento de esterilização dos animais deverá ser realizado cirurgicamente, por médico-veterinário e em estabelecimentos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina – CRMV-SC, utilizando-se de métodos minimamente invasivos, comprovadamente eficazes, seguros e que não causem sofrimento desnecessário ao animal, sendo que:

I – em animais fêmeas, a técnica cirúrgica a ser utilizada é a de ovariossalpingohisterectomia – OSH;

II – em animais machos, a técnica cirúrgica a ser utilizada é a de orquiectomia.

§ 2º Para que seja realizado o procedimento de esterilização cirúrgico nos animais, serão necessários:

I – a comprovação de vacinação antirrábica;

II – a avaliação das condições físicas do animal, realizada pelo médico veterinário responsável pelo procedimento e, caso haja alguma impedimento, orientar o tutor, responsável ou adotante sobre as providências a serem tomadas;

III – providenciar procedimento pré-anestésico, anestésico e pós-cirúrgico, contemplando antibiótico, anti-inflamatório e analgésico, adequados à espécie e ao porte do animal.

§ 3º As fêmeas esterilizadas deverão receber uma marcação permanente não mutilante, a fim de identificar que o animal já realizou o procedimento, preferencialmente uma tatuagem na face interna da orelha do animal.

§ 4º O profissional responsável pela esterilização fornecerá ao tutor, responsável ou adotante um comprovante de que o animal passou pelo procedimento, contendo as seguintes informações:

I – local e endereço onde foi realizado o procedimento;

II – profissional responsável pelo procedimento;

III – espécie, porte, sexo, cor e idade exata, ou aproximada, do animal.

Art. 5º O procedimento de esterilização de cães e gatos será realizado, gratuitamente e, prioritariamente, e na ordem a seguir relacionada:

I - nos animais de rua, resgatados e abrigados por pessoas físicas, jurídicas ou instituições;

II - nos animais comunitários;

III - nos tutelados por entidades sem fins lucrativos atuantes no Município de Luiz Alves;

IV – nos animais pertencentes aos municípios em situação de vulnerabilidade social, devidamente inscritos no Cadastro Único – CadÚnico junto à da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II, é necessário que um representante da população local se responsabilize pela internação do animal, bem como para providenciar os cuidados pós-operatório.

§ 2º Para participar do programa, os interessados deverão realizar seu cadastro e o agendamento junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, onde serão organizados de acordo com a prioridade, conforme previsto no caput deste artigo, e a ordem de inscrição.

§ 3º Os procedimentos cirúrgicos autorizados pela presente Lei serão realizados de acordo com a disponibilidade financeira do Município, sendo os beneficiados atendidos conforme a ordem do cadastro previsto no parágrafo anterior.

Art. 6º Para a execução do programa, poderá o Poder Executivo Municipal realizar a contratação de clínicas veterinárias, devidamente registradas no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina – CRMV-SC, atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n.º 8.666/1993, e a firmar parcerias com organizações não governamentais de proteção animal, universidades e estabelecimentos veterinários.

Art. 7º O Município de Luiz Alves poderá, ainda, subsidiar o montante de até 50% (cinquenta por cento) do valor da esterilização de seus animais aos municípios com renda familiar de até 03 (três) salários mínimos, devidamente comprovados.

Art. 8º Poderá ocorrer, sazonalmente, campanhas visando determinadas localidades, levando-se em conta a necessidade, observadas as disposições previstas no artigo 2º da Lei Federal n.º 13.426/2017.

Art. 9º O programa “Castrar é Cuidar” englobará, ainda, o desenvolvimento de projetos e ações de educação continuada para conscientização e promoção da adoção e posse responsável de animais domésticos, podendo, para tanto, firmar parcerias com entidades de proteção animal, bem como outras organizações não governamentais, governamentais, instituições e ensino, empresas públicas ou privadas.

Art. 10. Esta Lei poderá ser regulamentada por meio de Decreto do Poder Executivo Municipal, caso haja necessidade.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 30 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 384/2019**

Publicação Nº 2212059

PORTARIA N.º 384/2019

Atribui função a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 40 da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que institui o quadro das funções gratificadas do Poder Executivo Municipal, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir ao servidor efetivo Sr. JOÃO DEVILART BRONDI DOS SANTOS, além de suas atribuições inerentes ao seu cargo de auxiliar administrativo, a função de gestor de pregões, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Fica concedida, em decorrência da função acima atribuída, a gratificação "FG-3", conforme anexo XIV da Lei Complementar n.º 06/2017.

Parágrafo único. Em razão da função gratificada concedida, fica vedado o adicional pela prestação de serviço extraordinário, conforme previsto no § 2º do artigo 40 da Lei Complementar n.º 06/2017.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n.º 17/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 385/2019**

Publicação Nº 2212068

PORTARIA N.º 385/2019

Atribui função à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 40 da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que institui o quadro das funções gratificadas do Poder Executivo Municipal, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora efetiva Sr.ª GEISA SPERBER SIGNORELLI, além de suas atribuições inerentes ao seu cargo de auxiliar administrativa, a função de responsável técnica pelas informações em saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica concedida, em decorrência da função acima atribuída, a gratificação "FG-6", conforme anexo XIV da Lei Complementar n.º 06/2017.

Parágrafo único. Em razão da função gratificada concedida, fica vedado o adicional pela prestação de serviço extraordinário, conforme previsto no § 2º do artigo 40 da Lei Complementar n.º 06/2017.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n.º 56/2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 387/2019**

Publicação Nº 2212072

PORTARIA N.º 387/2019

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República

Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.<sup>a</sup> THUANY TELES SCHMITZ GESSER, atendente de educação infantil junto à Secretaria Municipal de Educação, com início no dia 04 de novembro de 2019 e término no dia 08 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 29 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA 388/2019

Publicação Nº 2212074

PORTARIA N.º 388/2019

Atribui função a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 40 da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que institui o quadro das funções gratificadas do Poder Executivo Municipal, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir ao servidor efetivo Sr. CÁSSIO NOBORO FUGINAMI, além de suas atribuições inerentes ao seu cargo de fisioterapeuta, a função de responsável pelo planejamento em saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica concedida, em decorrência da função acima atribuída, a gratificação "FG-3", conforme anexo XIV da Lei Complementar n.º 06/2017.

Parágrafo único. Em razão da função gratificada concedida, fica vedado o adicional pela prestação de serviço extraordinário, conforme previsto no § 2º do artigo 40 da Lei Complementar n.º 06/2017.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n.º 41/2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 30 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA 389/2019

Publicação Nº 2212078

PORTARIA N.º 389/2019

Concede férias à Chefe de Gabinete.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à Chefe de Gabinete, Sr.<sup>a</sup> MÁRCIA CRISTINA MENDES, com início no dia 04 de novembro de 2019 e término no dia 08 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 30 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA N.º 390/2019**

Publicação Nº 2211579

### **PORTARIA N.º 390/2019**

Altera a Portaria n.º 308/2019, que nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, em conformidade com a Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o Sr. Wlamir Mendonça Ferreira da Silva, nomeado para secretariar os trabalhos de condução do Processo Administrativo Disciplinar n.º 04/2019, por meio da Portaria n.º 308/2019, instaurado em face do servidor efetivo Sr. Francisco Eduardo Gesser, foi exonerado, por meio da Portaria n.º 381/2019;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir um novo secretário para condução do Processo Administrativo Disciplinar n.º 04/2019;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de prorrogar o prazo para a continuidade dos procedimentos legais;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Portaria n.º 308/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos seguintes servidores efetivos: ADILSON MÁRIO SIGNORELLI, Assistente Administrativo, inscrito sob a Matrícula n.º 272002, JOÃO DEVILART BRONDI DOS SANTOS, Auxiliar Administrativo, inscrito sob a Matrícula n.º 234863/01 e DOUGLAS REICHERT, Engenheiro Florestal, inscrito sob a Matrícula n.º 234899/01 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo, sendo esta Comissão secretariada pela Assessora Jurídica, servidora AMÁBILE ERBS SCHOEPING.

Art. 2º Prorrogar o prazo estabelecido no artigo 3º da Portaria n.º 308/2019, que instaurou o Processo Administrativo n.º 04/2019, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 31 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br) e

Registrado no Livro de Publicações

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

# Luzerna

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/19

Publicação Nº 2211848

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2019,  
DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

“APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC”.

ALEXANDER ROVER, Presidente da Câmara municipal de Luzerna/SC, dentro de suas atribuições descritas no Artigo 17, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os Artigos 283 e ss., e 159, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, faz saber que esta Casa aprovou e a Mesa da Câmara promulga o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas e Balanço Geral da Receita e da Despesa da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, relativos ao Exercício de 2018.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Luzerna/SC, 10 de outubro de 2019.

Alexander Rover

Presidente da Câmara de Vereadores

Mauri José Schlindwein

Vice-Presidente

Rodrigo Sousa

Primeiro Secretário

Luiz Carlos Gonçalves

Segundo Secretário

# Macieira

## PREFEITURA

### DECRETO 1857

Publicação Nº 2211660

DECRETO Nº 1857, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE MACIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas nos incisos VIII do art. 58 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando-se, que o atestado médico é um documento utilizado para justificar e abonar as faltas de um empregado de seu serviço devido à alguma incapacidade para o trabalho seja por doença ou acidente;

Considerando-se a necessidade de se regulamentar a forma de justificação das faltas por atestados médicos;

Considerando-se, que as ausências que possam ser necessárias para levar filhos ou outros dependentes ao médico;

Considerando-se que a legislação para tais casos é inexistente, salvo raros casos que são considerados nas convenções trabalhistas de algumas categorias;

Considerando, que os atestados médicos contêm informações imprescindíveis para os dados fornecidos ao sistema;

Considerando, que a Administração Municipal deve manter a eficácia e eficiência dos setores, para que sejam prestadas informações aos órgãos superiores de controle e fiscalização;

Considerando, a busca por maior agilização, transparência, eficiência e eficácia quanto ao acompanhamento das ações do Departamento de Pessoal;

Considerando a otimização dos procedimentos administrativos do Poder Executivo, abrangendo todas as Unidades Administrativas da estrutura organizacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, por meio do presente, os preceitos regulamentadores do uso de atestado médico conforme rege o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 68, de 04 de novembro de 2014.

Art 2º Deverá ser observado por todos os órgãos e servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Macieira.

Art. 3º Todas as faltas no trabalho por motivo de saúde deverão ser justificadas através de atestados médicos, que serão regularizadas pelo Departamento de Recursos Humanos.

Parágrafo único. O atestado médico servirá como documento hábil para justificar as faltas do Servidor Público somente quando preenchidos os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - Nome legível do paciente e tempo de dispensa, por extenso e numericamente;

II - Assinatura do médico sobre o carimbo do qual conste nome completo e registro no respectivo conselho, ou identificação legível de nome com CRM do médico ou número do registro emitido pelo Ministério da Saúde quando médico participante do Programa Mais Médico.

III – Tendo em vista que a Resolução 1685/2002 do Conselho Federal de Medicina, que normatiza a emissão de atestados médicos, determina que a indicação do diagnóstico – CID –, deverão os atestados trazerem a informação da patologia para eventual desvinculação com a atividade pública desenvolvida.

IV – A quantificação dos dias dos atestados será de responsabilidade do órgão público até 15 dias, comprovado por atestado médico, e os demais dias, pelo INSS ou órgão previdenciário competente.

Art. 4º Os atestados médicos, declarações de comparecimento ou acompanhamento em consulta/exame médico, deverão ser entregues pelo servidor público ou familiar no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do afastamento, para o Secretário da Pasta à qual pertence, e este Secretário fica responsável por entregar Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, no prazo máximo de 24 horas.

Parágrafo único. Na hipótese de apresentação de atestado médico pelo servidor, na condição de acompanhante, somente será concedida por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente, ou ainda, pessoa da qual o servidor seja declarado responsável, mediante comprovação.

Art. 5º A falta de entrega do atestado, declarações de comparecimento ou acompanhamento em consulta/exame médico, ou a entrega fora do prazo e das condições estabelecidas pelo presente Decreto, resultará no desconto dos dias não trabalhados.

Art. 6º Na hipótese de inautenticidade de atestado médico, ou comprovada a ausência da enfermidade, será o servidor responsabilizado civil e administrativamente, inclusive com o desconto dos dias não trabalhados, sem eximí-lo da responsabilização criminal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 1736/2018 e todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,

31 de outubro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**PORTARIA 4271**

Publicação Nº 2211661

PORTARIA Nº 4271/2019

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAR PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR TEMPO DETERMINADO E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO que surgiu eventual necessidade na contratação dos profissionais, de forma temporária;

CONSIDERANDO que é necessária a manutenção eficiente dos serviços públicos municipais, a administração municipal opta pelo preenchimento temporário através de Admissão em Caráter Temporário – ACT, via processo seletivo, pelo período do ano letivo, podendo rescindir o contrato (vínculo), em caso de preenchimento via concurso público ou retorno do profissional efetivo;

CONSIDERANDO que, sendo imprescindível a contratação dos profissionais, para preenchimento de atribuições necessárias à educação aos municípios macieirenses,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Teste Seletivo, encarregada pela Coordenação do PROCESSO SELETIVO Nº 004/2019, destinado especificamente para contratação temporária dos profissionais para prestar serviços junto à Secretaria Municipal de Educação de Macieira - SC, assim composta:

- Presidente: Salete Catarina Liszkievich
- Secretário: Cristiane Turmina
- Membro titular: Marylucy Bonassa Setti
- Membro suplente: Tiago Bertotto

Art. 2º A Comissão de Teste Seletivo é soberana nos assuntos que tange ao Processo Seletivo, sua organização e todos os trâmites legais até a entrega do resultado final para homologação.

Art. 3º A Comissão de Teste Seletivo ora designada, terá como suas principais atribuições:

- a) analisar o Edital de Processo Seletivo;
- b) promover as inscrições dos candidatos dentro das premissas do Edital de Processo Seletivo;
- c) receber e julgar eventuais recursos;
- d) resolver casos omissos;
- e) preparar o relatório de resultado final a ser encaminhado ao Prefeito Municipal, para homologação.

Art. 4º O cargo dos profissionais estão previsto em Lei.

Art. 5º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
30 de outubro de 2019.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO Nº 001/2019

Publicação Nº 2212512

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO Nº 001/2019

TERMO DE CONCESSÃO Nº 001/2019

Concedente: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Concessionária: PLANALTO TRANSPORTES LTDA.

CNPJ: 95.592.077/0001-04

Objeto: Concessão de uso de espaço público à particular para exploração de atividade comercial conforme destinação dos imóveis, no município de Mafra/SC.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 0508/2019- Concorrência nº 004/2019

Valor mensal: valor R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

Data de Pagamento: A Concessionária deverá recolher mensalmente a Taxa de Ocupação no valor R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) à Concedente, até o décimo dia do mês subsequente ao do vencimento.

Data Assinatura: 08 de outubro de 2019.

Prazo: O prazo de cessão será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do presente Contrato, podendo ser prorrogado por igual período por acordo entre as partes, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Foro: Comarca de Mafra

### EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO Nº 003/2019

Publicação Nº 2212513

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO Nº 003/2019

TERMO DE CONCESSÃO Nº 003/2019

Concedente: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Concessionária: ROBERTO CARLOS PIMENTEL MENDES.

CNPJ: 13.365.442/0001-83

Objeto: Concessão de uso de espaço público à particular para exploração de atividade comercial conforme destinação dos imóveis, no município de Mafra/SC.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 0508/2019- Concorrência nº 004/2019

Valor mensal valor de R\$ 1.170,03 (um mil cento e setenta reais e três centavos).

Data de Pagamento: A Concessionária deverá recolher mensalmente a Taxa de Ocupação no valor de R\$ 1.170,03 (um mil cento e setenta reais e três centavos) à Concedente, até o décimo dia do mês subsequente ao do vencimento.

Data Assinatura: 08 de outubro de 2019.

Prazo: O prazo de cessão será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do presente Contrato, podendo ser prorrogado por igual período por acordo entre as partes, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Foro: Comarca de Mafra

### LEI Nº. 4.439

Publicação Nº 2211380

LEI Nº. 4.439

DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

DENOMINA RUA "BENEMÉRITO LAURO ARBIGAUS" A VIA PÚBLICA, INICIANDO NO LADO ÍMPAR DA RODOVIA MUNICIPAL ESTANISLAU WILNER A 1.460,00M DO FINAL DA RUA GERMANO NEUNDORF E SEU TÉRMINO NO LADO PAR DA BR-280, COM UMA LARGURA DE 14,00 METROS NA LOCALIDADE DE SÃO LOURENÇO, NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina Rua "BENEMÉRITO LAURO ARBIGAUS" a via pública, iniciando no lado ímpar da Rodovia Municipal Estanislau Wilner a 1.460,00m do final da Rua Germano Neundorf e seu término no lado par da BR-280, com uma largura de 14,00 metros na localidade de São Lourenço, neste Município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 25 de outubro de 2019.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### 1º TA AO CONTRATO Nº 002/2019

Publicação Nº 2211878

#### 1º Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 002/2019

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2019, firmado em 02 de janeiro 2019, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Pregão nº. 073/2018, homologado em 02/01/2019, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá-SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR ANTE-NOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal em exercício, portador da Cédula de Identidade nº 450.368-6, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o nº 288.820.249-20, ora denominado CONTRATANTE, e de outro lado JORGE MATOS HEME, residente na Estrada Geral, s/n, bairro Garajuba, Maracajá-SC, CEP: 88.915-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 15/R-1.974.012 e inscrito no CPF sob o nº 500.785.699-15, doravante denominada CONTRATADO, já qualificadas no Contrato Original, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo Aditivo de Item previstos no contrato nº 002/2019, que tem como objeto aquisição de gêneros alimentícios oriundos diretamente da Agricultura Familiar para a merenda escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Maracajá/SC (Escolas e C.E.I), para o ano de 2019, de acordo com a proposta da contratada, edital e anexos que fazem parte integrante deste instrumento, dentro dos limites e na forma do artigo 65 da Lei 8.666/193 e alterações subsequentes.

ITEM	PRODUTO	UNID	PREÇO UNIT. R\$	25% Quant	PREÇO TOTAL R\$
08	Banana Branca Características técnicas: Deverá ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência, a polpa e o pedúnculo quando houver. Não serão permitidos manchas ou defeitos na casca que demonstre deterioração. Embalagem: O produto deve ser entregue em monoblocos vazados, e proteção contra lesão mecânica suficiente para não prejudicar a qualidade da fruta.	Kg	2,58	337	869,46
TOTAL R\$ 869,46 (oitocentos sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos)					

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor do Aditivo

O valor total deste Termo Aditivo de acréscimo de itens é de R\$ 869,46 (oitocentos sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Valor Global

O valor global estimado do contrato que é de R\$ 3.483,00 (três mil quatrocentos e oitenta e três reais), de acordo com esse termo aditivo passa a ser de R\$ 4.352,46 (quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária

A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

Departamento de Educação, Cultura e Esportes

Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 0080 (42)

#### CLÁUSULA QUINTA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este aditivo o memorando nº 0119/2019 da Diretora Departamento de Saúde e o Parecer favorável da Assessoria Jurídica do Município, que reconhece os argumentos destacados no requerimento, dele fazendo parte independente de transcrição, para que seja realizado o aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) no item inicialmente previsto, de acordo com a tabela acima.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA Ratificação

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato original não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

#### MUNICÍPIO DE MARCAJÁ

Maracajá/SC, 10 de outubro de 2019.

#### TESTEMUNHAS:

Nome: Marluci Freitas Bitencourt Vitais	Nome: Helder Francisco Loch
CPF: 009.788.959-83	CPF: 288.787.289-34

### 1º TA AO CONTRATO Nº 003/2019

Publicação Nº 2211883

#### 1º Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 003/2019

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 003/2019, firmado em 02 de janeiro 2019, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Pregão nº. 073/2018, homologado em 02/01/2019, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARCAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá-SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR ANTE-NOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal em exercício, portador da Cédula de Identidade nº 450.368-6, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o nº 288.820.249-20, ora denominado CONTRATANTE, e de outro lado VALDECIR COSTA, residente na Estrada Geral, s/n, bairro Espigão da Toca, Maracajá-SC, CEP: 88.915-000, inscrito no CPF sob o nº 767.420.169-49, doravante denominada CONTRATADO, já qualificadas no Contrato Original, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo Aditivo de Item previstos no contrato nº 002/2019, que tem como objeto aquisição de gêneros alimentícios oriundos diretamente da Agricultura Familiar para a merenda escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Maracajá/SC (Escolas e C.E.I), para o ano de 2019, de acordo com a proposta da contratada, edital e anexos que fazem parte integrante deste instrumento, dentro dos limites e na forma do artigo 65 da Lei 8.666/193 e alterações subsequentes.

ITEM	PRODUTO	UNID	PREÇO UNIT. R\$	25% Quant	PREÇO TOTAL R\$
08	Banana Branca Características técnicas: Deverá ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência, a polpa e o pedúnculo quando houver. Não serão permitidos manchas ou defeitos na casca que demonstre deterioração. Embalagem: O produto deve ser entregue em monoblocos vazados, e proteção contra lesão mecânica suficiente para não prejudicar a qualidade da fruta.	Kg	2,58	337	869,46
TOTAL R\$ 869,46 (oitocentos sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos)					

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor do Aditivo

O valor total deste Termo Aditivo de acréscimo de itens é de R\$ 869,46 (oitocentos sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Valor Global

O valor global estimado do contrato que é de R\$ 3.483,00 (três mil quatrocentos e oitenta e três reais), de acordo com esse termo aditivo

passa a ser de R\$ 4.352,46 (quatro mil, trezentos e cinquenta dois reais e quarenta e seis centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária

A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

Departamento de Educação, Cultura e Esportes

Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 0080 (42)

#### CLÁUSULA QUINTA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este aditivo o memorando nº 0119/2019 da Diretora Departamento de Saúde e o Parecer favorável da Assessoria Jurídica do Município, que reconhece os argumentos destacados no requerimento, dele fazendo parte independente de transcrição, para que seja realizado o aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) no item inicialmente previsto, de acordo com a tabela acima.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA Ratificação

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato original não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 10 de outubro de 2019.

#### TESTEMUNHAS:

Nome: Marluci Freitas Bitencourt Vitais	Nome: Helder Francisco Loch
CPF: 009.788.959-83	CPF: 288.787.289-34

### 1º TA AO CONTRATO Nº 014/2019

Publicação Nº 2211893

#### 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 014/2019

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 014/2019, firmado em 07 de janeiro 2019, decorrente do Processo de Licitação - Modalidade: Pregão nº. 077/2018, homologado em 07/01/2019, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá-SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Sr. ARLINDO ROCHA, portador da Cédula de Identidade nº 1.975.650, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o nº 594.699.279-15, ora denominado CONTRATANTE, e de outro lado FREITAS SUPERMERCADO LTDA, estabelecida na Avenida Nossa Senhora da Conceição, nº 1695, bairro Vila Beatriz, Maracajá-SC, CEP: 88.915-000, telefone (48) 3523-1230, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.318.123/0001-77, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Sócio Administrador Sr. UELCIO DE FREITAS, doravante denominada CONTRATADO, já qualificadas no Contrato Original, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo Aditivo de Item previstos no contrato nº 014/2019, que tem como objeto aquisição de produtos alimentícios para a rede municipal de ensino (escolas e C.E.I), serviço de convivência e fortalecimento de vínculo – SCFV, CRAS, conselho tutelar, convênio radio patrulha, parque ecológico, departamento de saúde e centro administrativo da prefeitura municipal de Maracajá, para o exercício de 2019, dentro dos limites e na forma do artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

ITEM	PRODUTO	UNID	PREÇO UNIT. R\$	25% Quant	PREÇO TOTAL R\$
99	Pão branco fatiado Característica técnica: pão branco fatiado. Para sanduíche, embalagem com 20 fatias, de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados. Embalagem: Embalado com saco plástico próprio para alimentos, atóxico.	Pacote	5,65	50	282,50
TOTAL R\$ 282,50 (duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)					

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor do Aditivo

O valor total deste Termo Aditivo de acréscimo de itens é de R\$ 282,50 (duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA – Do Valor Global**

O valor global estimado do contrato que é de R\$ 49.493,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e três reais), de acordo com esse termo aditivo passa a ser de R\$ 49.775,50 (quarenta e nove mil setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária**

A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

Fundo Municipal de Assistência Social

Atenção as Famílias

3.3.90.00.00.00.00.00 1227 (218)

**CLÁUSULA QUINTA - Do Documento Anexo**

Constitui documento anexo a este aditivo o ofício nº 101/2019 da Diretora Departamento de Assistência e Bem Estar Social e o Parecer favorável da Assessoria Jurídica do Município, que reconhece os argumentos destacados no requerimento, dele fazendo parte independente de transcrição, para que seja realizado o aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) no item inicialmente previsto, de acordo com a tabela acima.

**CLÁUSULA SEXTA - DA Ratificação**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato original não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 25 de outubro de 2019.

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Marluci Freitas Bitencourt Vitais	Nome: Helder Francisco Loch
CPF: 009.788.959-83	CPF: 288.787.289-34

**1º TA AO CONTRATO Nº 096/2018**

Publicação Nº 2211867

**TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 096/2018**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 096/2018, firmado em 20 de dezembro de 2018, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 083/2018, homologado em 19/12/2018, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá-SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Senhor ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.975.650, expedida pelo SSP/SC, e inscrito no CPF sob o nº 594.699.279-15, ora denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato representada por seu procurador, Emerson Walter dos Santos, portador do RG nº 25.637.734-0 SSP/SP e inscrito no CPF nº 162.327.328-55,, conforme incluso instrumento particular de procuração, adiante simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Aditivo ao Contrato nº 001/2017, que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21/06/93, suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes e, pelas Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo previstos no contrato nº 096/2018, que tem como objeto o fornecimento do Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Plataforma Virtual de Aprendizagem com conteúdos educacionais; Assessoramento Pedagógico; e, Ferramentas de Avaliação, Gestão e Acompanhamento dos resultados educacionais municipais, fornecidos no ano 2019, dentro dos limites e na forma do artigo 65, inciso I, letra "b" da Lei Nº 8.666/93, de acordo com a Justificativa Técnica e Parecer Jurídico favorável, conforme discriminações e quantitativos constantes na Planilha Orçamentária de Aditivo descrita abaixo:

NÍVEL	ANO ESCOLAR	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR DACOLEÇÃO ANUAL (R\$)
Educação Infantil	Grupo 1	7	R\$ 317,24	R\$ 2.220,68
	Grupo 2	2	R\$ 317,24	R\$ 634,48
	Grupo 4	94	R\$ 98,88	R\$ 9.294,72
	Grupo 5	29	R\$ 98,88	R\$ 2.867,52
	2º Ano	6	R\$ 106,61	R\$ 639,66
	8º Ano	6	R\$ 112,79	R\$ 676,74
TOTAL R\$				R\$ 16.333,80

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor do Aditivo**

O valor total do presente Termo Aditivo de acréscimo é de R\$ 16.333,80 (dezesesseis mil trezentos e trinta e três mil reais e oitenta centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor Global

O valor global estimado do contrato que é de R\$ R\$ 436.250,28 (quatrocentos trinta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), de acordo com esse termo aditivo passa a ser de R\$ 452.584,08 (quatrocentos e cinquenta dois mil, quinhentos e cinquenta reais e oito centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária

A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

0501 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 0101 (85)

3.3.90.00.00.00.00.00 0104 (86)

2.013 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00 0104 (61)

#### CLÁUSULA QUINTA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este aditivo o requerimento da Diretora do Departamento de Educação e Cultura, bem como Parecer favorável da Assessoria Jurídica do Município, que em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA Ratificação

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 096/2018, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 15 de outubro de 2019.

#### TESTEMUNHAS:

Nome: Marlucci Freitas Bitencourt	Nome: Helder Francisco Loch
CPF: 009.788.959-83	CPF: 288.787.289-34

## 2º TA AO CONTRATO Nº 096/2018

Publicação Nº 2211889

### 2º TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 096/2018

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 096/2018, firmado em 20 de dezembro de 2018, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 083/2018, homologado em 19/12/2018, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá-SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Senhor ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.975.650, expedida pelo SSP/SC, e inscrito no CPF sob o nº 594.699.279-15,, ora denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato representada por seu procurador, Emerson Walter dos Santos, portador do RG nº 25.637.734-0 SSP/SP e inscrito no CPF nº 162.327.328-55,, conforme incluso instrumento particular de procuração, adiante simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Aditivo ao Contrato nº 001/2017, que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21/06/93, suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes e, pelas Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente Termo Aditivo de Supressão previstos no contrato nº 096/2018, que tem como objeto o fornecimento do Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Plataforma Virtual de Aprendizagem com conteúdos educacionais; Assessoramento Pedagógico; e, Ferramentas de Avaliação, Gestão e Acompanhamento dos resultados educacionais municipais, fornecidos no ano 2019, dentro dos limites e na forma do artigo 65, inciso I, letra "b" da Lei Nº 8.666/93, de acordo com a Justificativa Técnica e Parecer Jurídico favorável, conforme discriminações e quantitativos constantes na Planilha Orçamentária de Aditivo descrita abaixo:

NÍVEL	ANO ESCOLAR	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR DACOLEÇÃO ANUAL R\$)
Educação Infantil	Grupo 3	1	R\$ 197,75	R\$ 197,75

Ensino Fundamental I	1º Ano	29	R\$ 106,61	R\$ 3.091,69	
	3º Ano	22	R\$ 106,61	R\$ 2.345,42	
	4º Ano	15	R\$ 106,61	R\$ 1.599,15	
	5º Ano	3	R\$ 106,61	R\$ 319,83	
Ensino Fundamental II	6º Ano	7	R\$ 112,79	R\$ 789,53	
	7º Ano	4	R\$ 112,79	R\$ 451,16	
	9º Ano	10	R\$ 112,79	R\$ 1.127,90	
TOTAL				R\$ 9.922,43	

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor do Aditivo**

O valor total do presente Termo Aditivo de Supressão é de R\$ 9.922,43 (nove mil novecentos e vinte dois reais e quarenta e três centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor Global**

O valor global estimado do contrato que era de R\$ 436.250,28 (quatrocentos trinta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), com o primeiro termo aditivo de acréscimo passou a ser de R\$ 452.584,08 (quatrocentos e cinquenta dois mil, quinhentos e cinquenta reais e oito centavos), de acordo com este Termo Aditivo de Supressão passa a ser de R\$ 442.661,65 (quatrocentos quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta um reais e sessenta e cinco centavos)

**CLÁUSULA QUARTA - Do Documento Anexo**

Constitui documento anexo a este aditivo o requerimento da Diretora do Departamento de Educação e Cultura, bem como Parecer favorável da Assessoria Jurídica do Município, que em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA QUINTA - DA Ratificação**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 096/2018, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 17 de outubro de 2019.

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Marluci Freitas Bitencourt	Nome: Helder Francisco Loch	
CPF: 009.788.959-83	CPF: 288.787.289-34	

**3º TA AO CONTRATO Nº 094/2017**

Publicação Nº 2211874

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 094/2017**

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 094/2017, firmado em 25 de outubro de 2017, decorrente do Processo de Dispensa de Licitação nº. 057/2017, ratificado em 18/10/2017, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá/SC, CEP: 88915-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Senhor ADEMIR ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal em exercício, portador da Cédula de Identidade nº 450.368-6, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o nº 288.820.249-20, ora denominado LOCATÁRIO, e de outro lado, ANTÔNIO LUIZ SCARDUELLI, brasileiro, marceneiro, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, nº 46 - Centro, no município de Maracajá-SC, portador do CPF nº 518.437.499-04, aqui denominado LOCADOR, tem justo e acordado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto**

Fica estabelecida por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO do período de vigência do contrato nº 094/2017, que tem como objeto a locação de um pavilhão de alvenaria, sito a Rua Nereu Ramos, Centro, Maracajá/SC, com aproximadamente 633m² de área construída, em uma área composta de 06 (seis) terrenos, totalizando aproximadamente 3.780m², conforme confrontações constantes nas matrículas nº 597, 600, 601, 602, 603 e 843, do Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá - SC, destinado para a instalação do Pátio de Máquinas do Município de Maracajá/SC, que prevê o término em 31/10/2019, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 31/10/2020, com base no artigo 57 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.0080 (134)

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do Documento Anexo**

Constitui documento anexo, a solicitação de prorrogação de vigência de prazo da Secretária de Administração e Parecer Jurídico favorável da Procuradoria do Município, em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Das Demais Cláusulas**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original Nº 094/2017, não expressamente alteradas por este instrumento que aquele se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins e direito. E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá/SC, 09 de outubro de 2019.

TESTEMUNHAS			
Marluci Freitas Bitencourt Vitali	Helder Francisco Loch		
CPF: 009.788.959-83	CPF: 288.787289-34		

## DECRETO 93/2019

Publicação Nº 2212394

DECRETO Nº 93, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE A OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1146 de 6 de Dezembro de 2018 - Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos dos Incisos II e IV, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO o que preceitua a Lei Municipal nº 1149, de 21 de dezembro de 2018, que Autoriza o Município a Contratar e Garantir Financiamento na Linha de Crédito do FINISA - Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - Modalidade Apoio Financeiro destinado a aplicação em Defesa de Capital junto a Caixa Econômica Federal - CEF;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse e a necessidade administrativa na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação da Operação de Crédito contratada junto a Caixa Econômica Federal - CEF, no âmbito do programa FINISA - Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	07	Depto. de Obras, Habitação e Serv. Urbanos
UNIDADE	01	Depto. de Obras, Habitação e Serv. Urbanos
PROJETO/ATIVIDADE	1.017	Pavimentação de Vias Públicas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	225	Recurso - 0105
VALOR: R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais)		
TOTAL .....	R\$ 800.000,00	

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se a Operação de Crédito contratada junto a Caixa Econômica Federal conforme Contrato FINISA - nº 0522847 - DV:88 no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme preceitua o Artigo 5º, da Lei nº 1146, de 6 de dezembro de 2018 - Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com os Incisos II e IV, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2019.

	Arlindo Rocha Prefeito Municipal
--	-------------------------------------

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 29 de outubro de 2019.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali  
Secretária de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/FMS/2019**

Publicação Nº 2211909

EXTRATO DE CONTRATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Espécie: Contrato FMS nº 015/FMS/2019.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTENCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO – IMAS

Objeto: A celebração de Contrato de Gestão, para gestão e execução das ações e serviços de saúde, nos sete dias da semana, assegurando assistência universal e gratuita à população, na Unidade de Pronto Atendimento, localizada na Rodovia José Jovelino Costa, s/nº, Bairro Vila Beatriz, Maracajá/SC.

Valor: R\$ 2.298.196,80 (dois milhões, duzentos noventa oito mil, cento e noventa seis reais e oitenta centavos).

Vigência: 1º de novembro de 2019 a 31 de outubro de 2023

Data de Assinatura: 30/10/2019

Maracajá/SC, 31 de outubro de 2019.

DIOGO COPETTI SILVEIRA - GESTOR FMS

Contratante

INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTENCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO – IMAS

RICARDO GHELERE

Diretor Presidente

Executora

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2019**

Publicação Nº 2211844

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 068/2019.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

Objeto: A contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários a pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização nas Rodovias José Jovelino Costa e Alcino de Freitas, localidade de Encruzo do Barro Vermelho, no Município de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 2.281.907,76 (dois milhões, duzentos oitenta um mil, novecentos e sete reais e setenta e seis centavos).

Vigência: Até 28/08/2020

Data de Assinatura: 02/10/2019

Maracajá/SC, 31 de Outubro de 2019

ARLINO ROCHA

Prefeito Municipal

Contratante

JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

TIAGO AGUIAR MARCOLINO

Sócio Administrador

Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2019**

Publicação Nº 2211855

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 069/2019.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI

Objeto: A aquisição de materiais de limpeza, para atendimento a Rede Municipal de Ensino (Escolas e CEI), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, Terceira Idade, Parque Ecológico, Conselho Tutelar, Fundo Municipal de Saúde, Convênio Rádio Patrulha, Centro De Triagem e Resíduos Sólidos e Sede da Administração do município de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 3.878,36 (três mil oitocentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Vigência: Até 31/12/2019

Data de Assinatura: 25/10/2019

Maracajá/SC, 31 de Outubro de 2019

ARLINO ROCHA  
Prefeito Municipal  
Contratante

COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI  
JOÃO RODRIGUES JUNIOR  
Sócio Administrador  
Contratada

## OFÍCIO 25-2019

Publicação Nº 2212216

Ofício Nº 25/2019-PAAR.

Maracajá, 31 de Outubro de 2019.

ILMO Senhor Representante Legal da Empresa  
ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI ME  
Rua Laura Nunes Fernandes, nº 41, bairro Parque da Fonte,  
São José dos Pinhais-PR, CEP: 83.050-610

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio do presente, NOTIFICAR Vossa Senhoria a apresentar as provas mencionadas em defesa prévia enviada a Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade. Referente ao Processo Administrativo Nº 003/2019, Decreto nº 65/2019.

Fica Vossa Senhoria notificada para apresentar tais provas no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato nº 038/2019, com fulcro no Artigo 78 da Lei 8.666/93. Tal procedimento foi adotado devido o não recebimento de notificação enviada por Aviso de Recebimento – AR pelo correio em endereço citado no contrato social da mesma.

Atenciosamente,

ANATONI AUGUSTO PEZENTE ZILLI  
Presidente da Comissão PAAR

## PORTARIA 238/2019

Publicação Nº 2212403

PORTARIA Nº. 238 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar Nº. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,  
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:

Paulo Roberto Dal Forno, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, referente ao período aquisitivo de 9/5/2017 a 8/5/2018, com gozo em 1º/11/2019 e término em 30/11/2019.

Manoel José da Rocha, ocupante do Cargo de Administrador do Cemitério Municipal, referente ao período aquisitivo de 14/9/2018 a 13/9/2019, com gozo em 4/11/2019 e término em 3/12/2019.

Francisco Demétrio da Rocha, ocupante do Cargo de Fiscal Geral, referente ao período aquisitivo de 22/4/2018 a 21/4/2019, com gozo em 4/11/2019 e término em 3/12/2019.

Everton Santos Ferreira, ocupante do Cargo de Odontólogo - ESF, referente ao período aquisitivo de 4/3/2018 a 3/3/2019, com gozo em 4/11/2019 e término em 3/12/2019.

Cristiane Ferreira Maffioletti, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 2/2/2018 a 1º/2/2019, com gozo em 13/11/2019 e término em 12/12/2019.

Viviani da Silva Lima Da Rolt, ocupante do Cargo de Psicólogo, referente ao período aquisitivo de 8/9/2017 a 7/9/2018, com gozo em 4/11/2019 e término em 18/11/2019.

Luciane Lemos Mondardo, ocupante do Cargo de Professora, referente ao período aquisitivo de 10/4/2017 a 9/4/2018, com gozo em 4/11/2019 e término em 3/12/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 24 de outubro de 2019.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 24 de outubro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI  
Secretária de Administração

## PORTARIA 239/2019

Publicação Nº 2212406

PORTARIA Nº. 239 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Grasiela Becker, matrícula nº 660, referente ao período aquisitivo de 30/12/2014 à 29/12/2015, com gozo em 20/11/2019 e término em 29/11/2019.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 24 de outubro de 2019.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 24 de outubro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI  
Secretária de Administração

## TOMADA DE PREÇOS Nº 014/FMS/2019

Publicação Nº 2211480

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE REMARCAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/FMS/2019

O Município de Maracajá, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que a Tomada de Preços acima epigrafada que tem como por objeto a contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários a reforma e readequação Centro Municipal de Assistência à Saúde Dejar Rossa, localizada na área Central do município de Maracajá/ SC, que em virtude da impossibilidade de comparecimento da Presidente da Comissão de Licitação na sessão marcada para o dia 06/11/2019, às 09h30min., fica REMARCADA a data de entrega dos envelopes até o dia 07/11/2019 às 14hs15min, e a data de abertura para o dia 07/11/2019 às 14hs30min.

Mantém-se inalteradas as demais especificações demais especificações do edital e anexos. Feita a remarcação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei.

Maracajá, 31 de outubro de 2019.  
ARLINDO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Marema

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇO N. 003/2019

Publicação Nº 2212115

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 070/2019

TOMADA DE PREÇO N. 003/2019

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto o processo licitatório para Contratação de empresa especializada para construção de Barracão com estrutura pré-moldada para Uso Industrial com área inicial de 1.000,00 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados). Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até as 17h00min do dia 18 de novembro de 2019, procedendo à abertura às 08h:-30min do dia 19 de novembro de 2019. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 31 de outubro de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ALTERAÇÃO DE MARCA: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 28.2018 (FMS)

Publicação Nº 2211367

Massaranduba (SC), 30 de outubro de 2019.

SOLICITAÇÃO DE TROCA DE MARCA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2018  
REQUERENTE: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI  
CNPJ: 09.944.371/0001-04  
ITEM 07: NAN AR 400g

#### DOS FATOS

Pedido interposto pela licitante SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI para troca de marca do item acima mencionado, alegando, conforme justificativa anexa, que a marca inicialmente cotada – NAN AR – foi descontinuada pela fabricante (Nestlé), sendo substituída por uma nova fórmula – NAN ESPESAR – que, nos termos do documento anexo, tende a ser mais eficaz, considerando-se a adição do probiótico e nucleotídeos, além de pequenas mudanças nutricionais.

#### DO MÉRITO E DA DECISÃO

A Lei Federal 8.666/93, ao regulamentar o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes às compras, obras, serviços — inclusive de publicidade, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Segundo o art. 3 da referida Lei Federal, duas são as finalidades da licitação: observância do princípio constitucional da isonomia, dando igual oportunidade aos que desejam contratar com a Administração Pública, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Pensando assim, a Administração Pública está pautada aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência, eficiência e dos que lhe são correlatos, conforme o caput do art. 37 da Constituição Federal.

Respondendo objetivamente ao pedido interposto, entendemos que a marca do item ofertado somente poderá ser alterada se houver um motivo plausível que justifique o mesmo, o que restou comprovado, desta vez, em razão da juntada de carta da licitante.

O contrato administrativo deve ser cumprido conforme o pactuado. Todavia, existem situações que o descumprimento contratual pode ocorrer, estranho à vontade de ambas as partes, as quais são imputadas a terceiros.

Aliás, nesse sentido entende Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“Tenha-se em vista a situação da retirada de um produto do mercado pelo fabricante, inviabilizando o cumprimento da obrigação de um fornecedor, nos termos ajustados. Pode a Administração Pública aceitar produto de qualidade equivalente ou superior pelo mesmo preço.” (cf. in Sistema de registro de preços e Pregão, Belo Horizonte: Editora Fórum, p.400/401).

Em outras palavras leciona o professor Diógenes Gasparini:

“O conteúdo do contrato nesse particular não precisa ser idêntico ao da proposta mais vantajosa; basta que encerre mais vantagens para a contratante. Nenhuma nulidade causará ao ajuste se os termos e condições da proposta vencedora forem discutidos e a contratante obtiver mais vantagens (menor preço, menor prazo de entrega, menor juro moratório) que as originalmente oferecidas pelo proponente e as consignar no contrato. Esse afastamento do contrato em relação à proposta vencedora cremos ser sempre possível e constitucional. O que não se permite é o distanciamento entre o contrato e a proposta com prejuízos para a contratante, conforme ensina Hely Lopes Meirelles. Essa possibilidade, no entanto, não permite que o contratado entregue e a Administração Pública aceite outro bem. Sendo o mesmo bem, admite-se modelo de qualidade superior” (cf. in Direito Administrativo, 9ª ed., Saraiva, São Paulo, 2004, p. 530).

Dessa forma, aceitamos o pedido de troca de marca do referido item.

CÍRIO MARTINI  
Pregoeiro

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 84.2019 (PMM) - MOBILIÁRIO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

Publicação Nº 2211524

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 205/2019

VALIDADE: 30/10/2019 A 30/10/2020

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR ZAPPELLINI, inscrito no CPF sob o nº 093.104.879-68, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 205/2019, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pelas licitantes cujas propostas comerciais foram classificadas:

LICITANTE PRESENTE	CNPJ/CPF
FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME, neste ato representado por EDNELSON BOOZ	16.967.775/0001-70
RICHESSÉ MÓVEIS EIRELI EPP, neste ato representado por JONAS TODT	20.265.303/0001-43
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	27.286.283/0001-36
J & N COMERCIO DE MOVEIS LTDA, neste ato representado por NILCELIA LOPES	31.247.039/0001-31
SLA COMERCIAL LTDA, neste ato representado por ROSANGELA APOLINARIO	31.789.047/0001-00
T&L MOVEIS LTDA, neste ato representado por EVAN CARLO FEIDEN FARIAS	18.532.551/0001-61

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA INSTITUIÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 188859 - FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	BANCADA DE COMPUTADORES/ NOTEBOOK - CONTENDO 9 CADEIRAS ESTRUTURA EM NYLON E TECIDO, CADEIRA GIRATÓRIA COM AJUSTE DE ALTURA E BRAÇOS REGULÁVEIS, SENDO ALTURA DAS MESMAS: 105CM E LARGURA: 47CM- 10 SUPORTE PARA BANCADA - ESPESSURA DO MÓVEL: 45MM - MEDIDAS DO MÓVEL: LARGURA: 900CM / PROFUNDIDADE: 60CM / ALTURA: 80CM - MDF BRANCO TX. CONTENDO 9 SUPORTES PARA CPU, COM 4 RODAS, SENDO AS DIMENSÕES DO SUPORTE: CAIXA FECHADA DE 40 CM DE ALTURA, 30CM DE COMPRIMENTO, 20CM DE LARGURA, MDF BRANCO TX. A MONTAGEM É POR CONTA DA EMPRESA NO LOCAL DETERMINADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - APRESENTAR PROJETO DOS MOVEIS COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS ACIMA.	UNID	EKOMOB	7	R\$ 2.550,00	R\$ 17.850,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 17.850,00						
FORNECEDOR: 293180 - SLA COMERCIAL LTDA						



ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	ARMÁRIO PARA SALA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: 2 PORTAS DE ABRIR - 4 DOBRADIÇAS DE AMORTECIMENTO - 3 NICHOS - ESPESSURA DO MÓVEL: 45MM - MEDIDAS DO MÓVEL: LARGURA: 350CM / PROFUNDIDADE: 75CM / ALTURA: 145CM - MDF BRANCO TX- 2 PUXADORES EM ALUMÍNIO. FUNDO DO MÓVEL: 6MM - MDF BRANCO TX E UM NICHOS EM MDF AMEIXA NEGRA. PRATILHEIRAS INTERNAS E EXTERNAS DE 25MM. RODAPÉ DE MDF DE 10CM DE ALTURA, 850 CM DE COMPRIMENTO E ESPESSURA DE 25CM EM TODO O MÓVEL, NA COR BRANCA TX. A MONTAGEM É POR CONTA DA EMPRESA NO LOCAL DETERMINADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - APRESENTAR PROJETO DOS MOVEIS, COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS ACIMA.	UNID	SLA COMERCIAL	6	R\$ 1.599,00	R\$ 9.594,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 9.594,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 27.444,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: R\$ 27.444,00 (VINTE E SETE MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue/executado em 21 (vinte e um) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, em locais a serem determinados quando da emissão da mesma.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;
- b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização desta Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação em 21 (vinte e um) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, em locais a serem determinados quando da emissão da mesma.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

7.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
- b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;
- c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;
- b) A não entrega/execução do objeto.

7.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela licitante, nos seguintes casos:

- a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);
- b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços;
- e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
  - e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
  - e.2) Desatender às determinações da fiscalização;
  - e.3) Não obedecer às condições de entrega/execução especificadas no contrato/ata de registro de preços;
  - e.4) Não entregar/executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços;
- f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.

7.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante.

7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.5. Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC), se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicados as penalidades nos termos do art. 7 da Lei Federal 10.520/02.

7.6. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.

7.7. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.

7.8. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 205/2019 e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações desta ata de registro de preços caberá ao Sr. CARLOS ALEXANDRE BARUFFI, que exercerá rigoroso controle em relação aos serviços prestados, a fim de garantir a transparência do serviço prestado e possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Massaranduba (SC), 30 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME

EDNELSON BOOZ

CONTRATADA

SLA COMERCIAL LTDA

ROSANGELA APOLINARIO

CONTRATADA

**DECRETO Nº 4038 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211975

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4038 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019**

**Abre créditos adicionais  
suplementares**

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

**Art. 1º** Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento de 2019 no valor de R\$ 18.240,84 (dezoito mil duzentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos) no programa discriminado do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos do provável excesso de arrecadação no exercício, conforme Artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 21 de outubro de 2019.

**ARMINDO SESAR TASSI**  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

**VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI**  
Gerente de Gabinete

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



# MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento  
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos  
Entidade(s): 8997 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA  
Data Inicial: 21/10/2019 Data Final: 21/10/2019 LOA: 2019

Pág 2 / 2

## ANEXO I

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA									
Data Lançamento: 21/10/2019									
Código da Suplementação: 68									
Decreto: 4038/2019									
Data Decreto: 21/10/2019									
Data Lei: 12/11/2018									
Crédito Adicional									
Lote	Tipo	Ref.	Vinculo	Valor	Tipo	Ref.	Origem de Recursos		Valor
1	Suplementar	343	09.002.0010.0301.0026.2101.33190000000000000000	4.344,22	Excesso	41718031108000000000	Dotação/Receita		4.344,22
				4.344,22	Excesso	41728031105000000000			13.896,62
			Total do Lote	4.344,22					18.240,84
2	Suplementar	344	09.002.0010.0301.0026.2101.33190000000000000000	13.896,62	Anulação:	0,00	Excesso:		0,00
				13.896,62	Superávit:	0,00	Op. de Crédito:		0,00
			Total do Lote	18.240,84	Convênio:	0,00			0,00
			Total	18.240,84					0,00
Total Geral									
Anulação : 0,00 Excesso: 18.240,84 Transposição Incremento: 0,00 Convênio: 0,00									
Superávit: 0,00 Op. de Crédito: 0,00 Transposição Decremento: 0,00									
Resumo por Vinculos									
Tipo: Vinculado									
Vinculo	Descrição Vinculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio	
1380500	Transf. SUS/União - Prog. Saude Bucal		0,00	0,00	4.344,22	0,00	0,00	0,00	0,00
1670600	Transf. SUS/Estado - ESF		0,00	0,00	13.896,62	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Tipo: Vinculado		0,00	0,00	18.240,84	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral		0,00	0,00	18.240,84	0,00	0,00	0,00	0,00

**DECRETO Nº 4039 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211980

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4039 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019****Abre créditos adicionais suplementares**

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

**Art. 1º** Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento de 2019 no valor de R\$ 25.434,11 (vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais e onze centavos) no programa discriminado do Anexo I.

**Art. 2º** Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º são oriundos do excesso de arrecadação no exercício, conforme Artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 21 de outubro de 2019.

**ARMINDO SESAR TASSI**  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

**VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI**  
Gerente de Gabinete

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



Entidade: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA									
Decreto: 4039/2019					Data Lançamento: 21/10/2019				
Data Decreto: 21/10/2019					Código da Suplementação: 139				
Data Lei: 12/11/2018									
Crédito Adicional					Origem de Recursos				
Lote	Ref.	Ref.	Valor	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Valor
1	Suplementar	123	08.001.0012.0122.0037.2041.331900000000000000000000	01010000	1.199,02	Excesso	4172801110000000000000		1.199,02
2	Suplementar	31	06.002.0004.0129.0010.2013.333900000000000000000000	01000000	1.199,02	Excesso	4172801110000000000000		1.842,88
3	Suplementar	123	08.001.0012.0122.0037.2041.331900000000000000000000	01010000	1.842,88	Excesso	4172801110000000000000		9.392,21
4	Suplementar	42	06.003.0004.0123.0009.2015.333900000000000000000000	01000000	9.392,21	Anulação: 9.392,21 Supravit: 0,00 Convênio: 0,00	0,00	Excesso: 0,00 Op. de Crédito: 0,00	25.434,11
5	Suplementar	25	06.001.0004.0122.0007.2011.333900000000000000000000	01000000	6.500,00		0,00		0,00
Total					25.434,11				

Total Geral		0,00	Excesso:	25.434,11	Transposição	0,00	Convênio:	0,00
Anulação :					Incremento:			
Superávit:		0,00	Op. de Crédito:	0,00	Transposição	0,00		
					Decremento:			
Resumo por Vínculos								
Tipo: Ordinário								
Vínculo	Descrição Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
1000000	Recursos Ordinários		0,00	0,00	14.842,88	0,00	0,00	0,00
Total Tipo: Ordinário			0,00	0,00	14.842,88	0,00	0,00	0,00
Tipo: Vinculado								
Vínculo	Descrição Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
1010000	Receitas de Impostos - Educação		0,00	0,00	10.591,23	0,00	0,00	0,00
Total Tipo: Vinculado			0,00	0,00	10.591,23	0,00	0,00	0,00
Total Geral			0,00	0,00	25.434,11	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPL471101-657-RMDJVY-310142391 - Emitido por: LAISA CRISTINA LOPES

PM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

**DECRETO Nº 4040 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211983

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4040 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019****Abre crédito adicional suplementar**

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 2.420,93 (dois mil quatrocentos e vinte reais e noventa e três centavos) no programa discriminado do Anexo I.

**Art. 2º** O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º é oriundo do superávit financeiro do Município verificado no exercício anterior conforme Artigo 43, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 21 de outubro de 2019.

**ARMINDO SESAR TASSI**  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

**VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI**  
Gerente de Gabinete

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



# MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento  
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos  
Data Inicial: 21/10/2019 Data Final: 21/10/2019 LOA: 2019

Pág 2 / 2

## ANEXO I

Entidade: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA									
Decreto: 4040/2019					Data Lançamento: 21/10/2019				
Data Decreto: 21/10/2019					Código da Suplementação: 140				
Data Lei: 12/11/2018									
Crédito Adicional					Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo
1	Suplementar	334	06.002.0004.0129.0010.2013.33390000000000000000	03000000	2.420,93	Superávit			03000000
				Total do Lote	2.420,93	Anulação:			Total
				Total	2.420,93	Superávit:	2.420,93	Excesso:	0,00
						Convênio:	0,00	Op. de Crédito:	0,00
Total Geral									
Anulação :					0,00	Transposição		Convênio:	0,00
Superávit:					0,00	Incremento:			
					2.420,93	Transposição	0,00		
						Decremento:			
Resumo por Vínculos									
Tipo: Ordinário									
Vínculo	Descrição Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio	
3000000	Recursos Ordinários		0,00	2.420,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tipo: Ordinário			0,00	2.420,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral			0,00	2.420,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL471101-657-GOSINS-310143240 - Emitido por: LAISA CRISTINA LOPES

**PROCESSO LICITATÓRIO 216.2019 PP 216.2019 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: CAMINHÕES BASCULANTES**

Publicação Nº 2212177

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 216/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) CAMINHÕES BASCULANTE.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 20/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 20/11/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 219.2019 PP 219.2019 - REFORMAS DE CAÇAMBAS BASCULANTES, REFORMA DE CHASSIS E REFORMA DE OUTROS EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS**

Publicação Nº 2212247

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 219/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 219/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR LOTE do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE REFORMAS DE CAÇAMBAS BASCULANTES, REFORMA DE CHASSIS E REFORMA DE OUTROS EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, INCLUSO FORNECIMENTO NÃO EXCLUSIVO DE PEÇAS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 21/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 21/11/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 221.2019 PP 221.2019 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: DISCOS DE TACÓGRAFO**

Publicação Nº 2212301

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 221/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 221/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE DISCOS DE TACÓGRAFO PARA A FROTA MUNICIPAL.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 21/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 21/11/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 224.2019 PP 224.2019 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: MOBILIÁRIO PARA LEMIN E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL**

Publicação Nº 2212364

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 224/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO

PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 22/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 22/11/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**Matos Costa****PREFEITURA****AVISO TP 07/2019 DOM**

Publicação Nº 2212193

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2019.

A Comissão de Licitação nomeada pelo Decreto 061/2019, no uso de suas atribuições, torna público que no dia 19 de novembro de 2019 realizará licitação objetivando a Contratação de empresa para pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto, drenagem pluvial, passeios e sinalização de Trechos das Ruas Castro Alves, Olavo Ribas, José Antonio Carneiro - TR 01, José Antonio Carneiro - TR 02 e Luiz Schena, com fornecimento de mão de obra e material, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária demais projetos aprovados pelo BADESC, e de acordo com descrição detalhada no presente Edital e seus anexos. Entrega dos envelopes no máximo até 09:00 horas do dia 19/11/2019. Abertura dos envelopes as 09:15 horas do mesmo dia. Maiores informações e o edital completo pode ser obtidos gratuitamente, na internet através do site: <http://www.matoscosta.sc.gov.br>, ou no departamento de compras e licitações do município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, 137 – no horário de expediente em vigor. Matos Costa, 31 de outubro de 2019. Camila Carneiro - Presidente da Comissão.

**DECRETO 109/2019**

Publicação Nº 2211905

DECRETO N.º 109/2019 – de 30 de outubro de 2019.

.SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002219/2018 de 07 de novembro de 2018:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 6.924,86 (Seis mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Saúde, que especifica:

ORGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
UNIDADE	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ATIVIDADE	2.028	Manut. Dos Programas do SUS - Estado	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1367	Aplicações Diretas – 44	6.924,86

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 30 de outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 388-2019

Publicação Nº 2211617

PORTARIA n.º 388/2019

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde a servidora SILVANIA FABRIS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 389-2019

Publicação Nº 2211619

PORTARIA n.º 389/2019

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 389/2019

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Cristiani Felisberto Scarpari	1150
Remio Moraes de Souza	1301
Valmir Manenti	1360

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 390-2019

Publicação Nº 2211620

PORTARIA nº 390/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009 de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora CRISTINA DE LIMA CORREA, do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no C.M.E.I. Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 391-2019

Publicação Nº 2211623

PORTARIA n.º 391/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, a Lei nº 910/2002 de 13 de março de 2002, a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora CAMILA LIMA MARTINS NATAL, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 392-2019**

Publicação Nº 2211626

PORTARIA n.º 392/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, a Lei nº 910/2002 de 13 de março de 2002, a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JESSICA ZEFERINO GOMES, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 393-2019**

Publicação Nº 2211630

PORTARIA n.º 393/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, a Lei nº 809/2000 e suas alterações, a Lei n.º 1349/2009, de 30 de março de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ELIS ANGELA SIMONI DAL TOE, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Licitações, nível de referência DAS 3, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 394-2019**

Publicação Nº 2211633

PORTARIA n.º 394/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, a Lei nº 809/2000 e suas alterações, a Lei n.º 1349/2009, de 30 de março de 2009 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor ANDERSON SCARDUELI, para ocupar o cargo em comissão de Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, nível de referência DAS 1, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 395-2019**

Publicação Nº 2211634

PORTARIA n.º 395/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, a Lei nº 809/2000 e suas alterações, a Lei n.º 1349/2009, de 30 de março de 2009 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor GIOVANI PIAZZA MARTINS, para ocupar o cargo em comissão de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, nível de referência DAS 1, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 396-2019**

Publicação Nº 2211635

PORTARIA n.º 396/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE LAVADOR/ENGRAXADOR.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor FABIANO MARCHESIN, para ocupar o cargo de Lavador/Engraxador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 397-2019**

Publicação Nº 2211636

PORTARIA n.º 397/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora VIVIANE MATEUS SARTOR, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovada em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 398-2019**

Publicação Nº 2211637

PORTARIA n.º 398/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora ELIZANDRA DOS SANTOS ALBANO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovada em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 399-2019**

Publicação Nº 2211639

PORTARIA n.º 399/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora MARLI DA SILVA NUNES CORNEO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovada em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 400-2019**

Publicação Nº 2211640

PORTARIA n.º 400/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE MOTORISTA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor DAGOBERTO ENES DA SILVA JUNIOR, para ocupar o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2019.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 401-2019**

Publicação Nº 2211992

PORTARIA n.º 401/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PSICÓLOGO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, a Lei nº 910/2002 de 13 de março de 2002, a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora FERNANDA MANFREDINI, do cargo de Psicólogo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

,

Meleiro, 31 de Outubro de 2019

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Mirim Doce

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 28/2019

Publicação Nº 2212308

Realização de concurso público e processo seletivo municipal, conforme condições e responsabilidades abaixo:

Responsabilidades do Município:

- Divulgação dos Atos no quadro oficial do Município, página na internet, rádio e jornal;
- Local para realização da prova;

Responsabilidade da Empresa:

- Elaboração de todos os Editais - da Abertura até a Homologação Final;
- Elaboração, aplicação e correção de prova escrita e avaliação de títulos;
- Indicação dos profissionais responsáveis pela elaboração das provas, com registro no conselho específico para as áreas técnicas.
- Fiscais para salas em que serão aplicadas as provas, sendo que estes fiscais não poderão residir no município de Mirim Doce, a empresa vencedora deverá apresentar lista dos fiscais, três dias úteis antes do concurso para a aprovação da Comissão nomeada para o devido concurso público;
- Correção dos gabaritos por processo eletrônico;
- Análise de recursos;
- Ter registro válido junto ao Conselho Regional de Administração;
- Homepage para divulgação de todas as fases do concurso, certificado através de declaração de endereço eletrônico;
- Leitora óptica para correção dos gabaritos, certificado através de declaração;
- Disponibilidade de inscrições via internet

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 77/2019

Publicação Nº 2211696

DECRETO Nº 77/2019 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019

“ALTERA A CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal,

DECRETA

Art. 1º- Fica alterada a CPL – Comissão Permanente de Licitações, composta pelos seguintes membros:

- 1) Presidente: Marilaine Carvalho de Souza
- 2) Secretário: Edir Salete de Souza
- 3) Membro: Paulo Ricardo Buyno

Art. 2º- A Comissão irá dispor de três suplentes, composta pelos seguintes membros:

- 1) Beatriz Rezende Amazonas;
- 2) Luis Augusto Pompeo da Silva
- 3) Volnei Francisco de Oliveira

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 75/2019 de 08 de outubro de 2019

Monte Carlo, 18 de outubro de 2019.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 85/2019

Publicação Nº 2211697

DECRETO 85/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 114.395,31 (cento e quatorze mil trezentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 07 – Secretaria Mun. de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Educação  
Projeto/Atividade 2.011 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento Despesa 171 – 3.3.90.00.00.00.03.0037  
Valor: R\$ 43.900,00 (quarenta e três mil e novecentos reais)

Órgão 07 – Secretaria Mun. de Educação Cultura e Desporto

Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Educação  
Projeto/Atividade 2.015 – Manutenção do Transporte Escolar  
Elemento Despesa 170 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0036  
Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Mun. de Educação Cultura e Desporto  
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Educação  
Projeto/Atividade 2.011 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Elemento Despesa 172 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0064  
Valor: R\$ 495,31 (quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 31 de outubro de 2019.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

## PORTARIA 523/2019

Publicação Nº 2211699

### PORTARIA Nº 523/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) THAYS DE CAMPOS, investido (a) no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE do quadro de Pessoal com Provimento TEMPORÁRIO, criados e aprovados pela Lei 17/2006 de 06 de março de 2006; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º- Justifica-se a presente exoneração do cargo Temporário de Agente Comunitário de Saúde, pelo pedido de demissão protocolado sob o nº 840/2019 em 29/10/2019.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir na data de 29 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 29 de outubro de 2019.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## PORTARIA 524/2019

Publicação Nº 2211700

### PORTARIA Nº 524/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º- REVOGAR a previsão de concessão da PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO da servidora JOSIANE DA SILVA matrícula 1752, constante na Portaria 518/2019, pois esta não se enquadra na Progressão prevista.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros, na data de 30 de outubro de 2019, revogados as disposições em contrário especialmente a Portaria 518/2019 de 25 de outubro de 2019.

Registre-se, Publique-se em 30 de outubro de 2019.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### LEI Nº. 1.957/2019

Publicação Nº 2212116

LEI Nº. 1.957/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA A PREMIAÇÃO AOS VENCEDORES DE CONCURSOS COM TEMÁTICA AMBIENTAL JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MORRO DA FUMAÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Morro da Fumaça- FUMAF autorizada a premiar os vencedores de concursos, projetos e feiras de ciências/ inovação tecnológica com temáticas relacionadas ao meio ambiente junto a rede municipal de ensino de Morro da Fumaça.

§ 1º Os respectivos concursos, projetos e feiras de ciências/ inovação tecnológica com temática ambiental que possuírem premiações deverão especificar em regulamento específico:

I- Título e descrição relacionada ao evento proposto;

II- Detalhes quanto a comissão organizadora;

III- Temática abordada e justificativa do projeto/evento proposto;

IV- Participantes aptos a participarem;

V- Especificações gerais relacionados ao evento/projeto;

VI- Comissão julgadora e critérios de avaliação;

VII- Detalhes quanto apresentação de resultados e premiações envolvidas;

VII- Considerações finais relacionadas as especificidades de cada evento/projeto proposto.

§ 2º Poderão participar dos concursos, projetos e feiras de ciências/ inovação tecnológica escolas da rede municipal de ensino, turmas de alunos e/ou alunos de forma individual, conforme regulamento específico.

§3º - Fica estipulado o valor máximo, anual, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados à totalidade da premiação de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Emenda Aditiva n.º 01/2019).

Art. 2º A premiação dos concursos, projetos e feiras de ciências/ inovação tecnológica deverão estar relacionadas a educação ambiental, podendo ser equipamentos

para a escola e/ou alunos ou ainda viagem de estudos e saídas de campo quando as mesmas abordarem temas relacionados a educação ambiental.

§ 1º Quando se tratarem de viagens de estudo as mesmas poderão ser intermunicipais ou interestaduais, podendo as despesas relacionadas a ingressos, transporte, alimentação e/ou eventuais hospedagens serem custeadas pela FUMAF, conforme premiação prevista em regulamento específico.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei contar em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, em 31 de outubro de 2019

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

**LEI Nº. 1.958/2019**

Publicação Nº 2212119

LEI Nº. 1.958/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

"DENOMINA RUA DELEGADO ANTÔNIO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se: RUA DELEGADO ANTÔNIO SILVA, a via pública deste município, atualmente denominada: Rua Projetada "A", localizada no Loteamento João Maccari, situado no Bairro Esperança, iniciando-se na Avenida Nicolau João de Souza, seguindo daí, a montante, rumo ao Norte, com extensão de 330,00 metros, até encontrar-se com a Rua Hermínia Cechinel, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 31 de outubro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)**REGISTRO DE PREÇO 177/2019**

Publicação Nº 2212001

Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 177/2019. AQUISIÇÃO DE VIDRO TEMPERADO PARA O C.E.I ESTAÇÃO CRIANÇA, conforme anexo. Data: 13/11/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**REGISTRO DE PREÇO 178/2019**

Publicação Nº 2212098

Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 178/2019. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, conforme anexo. Data: 13/11/2019 às 10:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**REGISTRO DE PREÇO 180/2019**

Publicação Nº 2212276

Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 180/2019. CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO PERTINEN PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA E MUSICAL PARA OS EVENTOS DA VILA NATALINA, CONFORME ANEXO I. Data: 13/11/2019 às 13:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/2019**

Publicação Nº 2212555

EMENTA:

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador TIAGO MINATTO, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 003/2019, expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

CONSIDERANDO o teor do artigo 236, do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo, na Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, no dia 28 de outubro de 2019 (segunda-feira), haja vista que, na referida data em apreço, comemora-se o Dia do Servidor Público Municipal, na forma do art. 132, da Lei nº 1.010/2001.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência: Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC em 22 de outubro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente

Registrado e publicado, nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois e dezenove.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

# Morro Grande

## PREFEITURA

### DECRETO 85/2019

Publicação Nº 2212194

DECRETO No. 85/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE MORRO GRANDE.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 962 de 30 de outubro de 2019.

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação:

10.00 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

10.01 – DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE AUTARQUIA.

2.036 – MANUTENÇÃO SISTEMA CAPTAÇÃO, FILTRAGEM, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.

4.4.90.00.00.00.00.0102 (07) – Aplicações Diretas .....R\$ 75.000,00

TOTAL ..... R\$ 75.000,00

Art. 2º O recurso para atender a suplementação de que trata o artigo anterior será proveniente das anulações totais das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

10.00 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

10.01 – DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE AUTARQUIA.

1.013 – IMPLANTAÇÃO SISTEMA CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE ESGOTO.

4.4.90.00.00.00.00.0102 (01) – Aplicações Diretas .....R\$ 25.000,00

2.054 – MANUTENÇÃO SISTEMA CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE ESGOTO.

3.3.90.00.00.00.00.0102 (12) – Aplicações Diretas .....R\$ 25.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0102 (14) – Aplicações Diretas .....R\$ 25.000,00

TOTAL ..... R\$ 75.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 31 de outubro de 2019.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 10/2019 FME

Publicação Nº 2212452

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 10/2019 FME

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial para registro de preços visando a aquisição de copos de água mineral sem gás de 200ml, para atender aos eventos organizados pela Fundação Municipal de Esportes de Navegantes/SC, nas diversas competições que acontecerão no ano de 2020. Entrega/envelopes: 12/11/2019 até às 13h50. Abertura/envelopes: 12/11/2019 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - ANA CAROLINA RAUE

Publicação Nº 2211368

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES <a href="http://www.navegantes.sc.gov.br">www.navegantes.sc.gov.br</a> Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: <a href="mailto:gabinete@navegantes.sc.gov.br">gabinete@navegantes.sc.gov.br</a> Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilma Sr.  
ANA CAROLINA RAUE

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS 20H.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Diretora de RH	Alessandra Gomes Gerente de Rh
-----------------------------------	-----------------------------------

### CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - ANDREIA GERALDO

Publicação Nº 2211369

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES <a href="http://www.navegantes.sc.gov.br">www.navegantes.sc.gov.br</a> Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: <a href="mailto:gabinete@navegantes.sc.gov.br">gabinete@navegantes.sc.gov.br</a> Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilma Sr.  
ANDREIA GERALDO

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS 20H.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Alessandra Gomes  
Gerente de Rh

### CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - ANDREZA KARLA DE SOUZA SCHLOGL

Publicação Nº 2211373

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilma Sr.  
ANDREZA KARLA DE SOUZA SCHLOGL

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS 20H.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Alessandra Gomes  
Gerente de Rh

### CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - CAROLINE MENDES BORTOLATO

Publicação Nº 2211376

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilma Sr.  
CAROLINE MENDES BORTOLATO

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS 20H.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Alessandra Gomes  
Gerente de Rh

### CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - CLAUDIA RUTH DA SILVA CHAGAS SANTOS

Publicação Nº 2211381

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilma Sr.  
CLAUDIA RUTH DA SILVA CHAGAS SANTOS

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS 20HORAS.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Alessandra Gomes  
Gerente de Rh

### CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - DAGMAR MARIA GONZALES KALBUSCH

Publicação Nº 2211425

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilma Sr.  
DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUSCH

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de

publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20HORAS.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Alessandra Gomes  
Gerente de Rh

### CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - LILIAN GOMES RIBEIRO

Publicação Nº 2211428

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilma Sr.  
LILIAN GOMES RIBEIRO

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Alessandra Gomes  
Gerente de Rh

### CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - LINDBERG DA SILVA JERONIMO LEITE

Publicação Nº 2211429

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilmo Sr.  
LINDBERG DA SILVA JERONIMO LEITE

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS 20H.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Alessandra Gomes  
Gerente de Rh

**CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - PAULA CRISTINA GONÇALVES**

Publicação Nº 2211432

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilma Sr.  
PAULA CRISTINA GONÇALVES

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Alessandra Gomes  
Gerente de Rh

**CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014 - VALDELIRIA MIOTTO**

Publicação Nº 2211435

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Navegantes, 24 de outubro de 2019.

Ilma Sr.  
VALDELIRIA MIOTTO

Assunto: CONVOCAÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO 01/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da nomeação do CONCURSO PÚBLICO 01/2014, para o cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS 20H.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de RH

Alessandra Gomes  
Gerente de Rh

**ERRATA DECRETO 196/2019**

Publicação Nº 2212442

**ERRATA**

Na publicação do Decreto 196 de 21 de outubro de 2019, publicado na edição nº 2961 do Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA 004/2019 – Secretaria Municipal de Saúde

MÉDICO CLINICO GERAL – ensino superior

Nº CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	Data Nascimento	Experiência/Tempo de Serviço	Avaliação de titulação	Pontuação TOTAL
1º	Jorge Enrique Portela Lopez	18/10/1959	4	2	6
2º	Eduardo Vassão	12/06/1984	3	1	4
3º	Luis Felipe da Silva Licks	27/11/1989	3	0	3
4º	João Emerson Rebuci Hashimoto	08/08/1972	0	0	0
5º	Rafael Ferreira da Silva	16/09/1988	0	0	0

Leia-se:

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA 004/2019 – Secretaria Municipal de Saúde

MÉDICO CLINICO GERAL – 40 h

Nº CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	Data Nascimento	Experiência/Tempo de Serviço	Avaliação de titulação	Pontuação TOTAL
1º	Jorge Enrique Portela Lopez	18/10/1959	4	2	6
2º	Luis Felipe da Silva Licks	27/11/1989	3	0	3
3º	João Emerson Rebuci Hashimoto	08/08/1972	0	0	0
4º	Rafael Ferreira da Silva	16/09/1988	0	0	0

MÉDICO CLINICO GERAL – 20 h

Nº CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	Data Nascimento	Experiência/Tempo de Serviço	Avaliação de titulação	Pontuação TOTAL
1º	Eduardo Vassão	12/06/1984	3	1	4

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Emílio Vieira  
PREFEITO

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV****PORTARIA Nº 59 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2205911

PORTARIA N º 59 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, "B" da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

**RESOLVE:**

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, a segurada VALÉRIA REGINA DE CAMARGO MARTINS, portadora da cédula de identidade n.º 5.542.130, inscrita no CPF sob o n.º 005.108.218-71, e PIS/PASEP nº 10694441454, efetiva no cargo de ORIENTADORA ESCOLAR, lotada no Ensino Fundamental Efetivo, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2019.02.07584P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Gisele de Oliveira Fernandes

DIRETORA-PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 01 de Novembro de 2019.

**PORTARIA Nº 70 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2201021

PORTARIA N º 70 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO DE PREGÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 99 de maio de 2011 e de conformidade com a Lei 8.666, de 21 de setembro de 1993 e Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, RESOLVE:

I – NOMEAR os servidores para exercerem a função de PREGOEIRO e equipe de apoio, para atender às licitações na modalidade "Pregão", de acordo com o que determina a lei federal 10.520/2002, cujos nomes são os seguintes:

\* Titular: Rafael Castro

\* Equipe de Apoio: Denise da Silva

Margareth Berlink da Costa

II – A presente portaria terá vigência de 12 meses.

III – Fica revogada a portaria nº 32 de 09 de julho de 2019.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Gisele de Oliveira Fernandes

DIRETORA-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 1º de Novembro de 2019.

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 294/2019 EXONERAÇÃO FRANCIELE DALL'AGNOL

Publicação Nº 2211436

DECRETO Nº 294, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Exoneração da Servidora Municipal Franciele Dall'Agnol e dá outras providências.

O Prefeito de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, combinada com a Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a Srta. FRANCIELE DALL'AGNOL, ocupante do Cargo de SUCHEFE DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o Decreto nº 73, de 02 de maio de 2018.

Nova Erechim (SC), em 31 de outubro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

### EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 60/2019 VIDRAÇARIA GIOVANONI EIRELI

Publicação Nº 2211627

PROCESSO  
Nº: 89/2019

PREGÃO PRESENCIAL  
Nº: 64/2019

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 60/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATADA: VIDRAÇARIA GIOVANONI EIRELI

CNPJ: 24.567.381/0001-53

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELAS DE VIDROS INCOLORES E TEMPERADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL PROFESSORA LIDYA FRANZON DONDONI E CMEI RAIÃO DE SOL DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 12.671,34 (Doze mil seiscentos e setenta e um reais com trinta e quatro centavos).

VIGÊNCIA = INÍCIO: 31/10/2019 TÉRMINO: 31/12/2019

Nova Erechim, 31 de outubro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO 11/2019 CMDCA - DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DAS CONDUTAS VEDADAS PRATICADAS PELOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.

Publicação Nº 2211447

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA  
NOVA ERECHIM – SC

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o Procedimento de Apuração das Condutas Vedadas praticadas pelos candidatos durante o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de Nova Erechim, no uso de suas

atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.010/2001, bem como pelo artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo artigo 7º da Resolução CONANDA nº 170/2014, que lhe conferem a condução do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e,

Considerando que o artigo 7º, §1º, letra "c", da Resolução CONANDA nº 170/2014, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos(as) candidatos(as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es);

Considerando que o artigo 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução CONANDA nº 170/2014, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

Considerando que a Comissão Especial Eleitoral se mantém formada e ativa até o dia anterior ao da posse dos Conselheiros Tutelares eleitos, qual seja, até o dia 9 de janeiro de 2020 e, portanto, é competente para instaurar procedimento administrativo para apuração de condutas vedadas praticadas durante o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar;

Considerando, ainda, que após a dissolução da Comissão Especial Eleitoral, e posse dos candidatos eleitos, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encerrar os procedimentos administrativos que, porventura, permanecerem em andamento após 10 de janeiro de 2020, em atuação articulada ao Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º. Qualquer cidadão ou candidato poderá representar à Comissão Especial Eleitoral contra aquele que infringiu as normas estabelecidas por meio da Lei Municipal n. 1.885/2019 e do Edital n. 01/2019, instruindo, quando possível, a representação com provas ou indícios de provas da infração.

§1º A Comissão Especial Eleitoral deve registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público para que este tome ciência das condutas a serem apuradas.

§2º Ficam convalidadas todas as representações já realizadas para a Comissão Especial Eleitoral e ainda não apuradas.

§3º Serão admitidas denúncias anônimas ou garantido o sigilo do denunciante, caso a denúncia o coloque em situação de risco, perigo ou constrangimento pessoal.

§4º O procedimento administrativo deverá ser instaurado de ofício pela Comissão Especial Eleitoral caso esta tome conhecimento, por qualquer meio, da prática de conduta vedada.

§5º Cabe à Comissão Especial Eleitoral analisar as atas do dia da votação para verificar se houve o registro de condutas vedadas nos referidos documentos e, caso positivo, deverá instaurar os respectivos procedimentos administrativos para apuração dos fatos.

Art. 2º. No prazo de 30 (trinta) dias contado do recebimento da notícia da prática de conduta vedada, a Comissão Especial Eleitoral deverá instaurar, por meio de portaria, procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao investigado para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 170/2014).

§1º A notificação poderá ser realizada da maneira mais rápida e simplificada possível, utilizando-se os canais de comunicação (telefone e e-mail) disponibilizados pelos candidatos por ocasião do registro de candidatura;

§2º A notificação realizada por telefone, inclusive com o uso de aplicativos de comunicação (Whatsapp), ou e-mail deve ser devidamente certificada nos autos.

§3º Compete aos candidatos manter seus endereços eletrônicos e telefones atualizados perante a Comissão Especial Eleitoral, bem como consultar diariamente sua caixa de e-mail para verificar o recebimento de eventual comunicação eletrônica.

§4º A defesa do investigado no procedimento administrativo não necessita ser realizada, obrigatoriamente, por advogado (Súmula Vinculante n. 5 do STF), cabendo ao candidato impugnado constituir procurador, se assim o desejar.

Art. 3º. A Comissão Especial Eleitoral poderá, no prazo de 2 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I – arquivar, em decisão fundamentada, o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver indícios suficientes de autoria ou materialidade, notificando-se o representado e o representante, se houver, bem como comunicando o Ministério Público da decisão;

II – determinar a produção de provas, tais como a oitiva de testemunhas, a juntada de documentos ou a realização de outras diligências, em reunião designada no prazo máximo de 3 (três) dias contados da decisão que abre a instrução probatória (art. 11, § 3º, inciso II, da Resolução CONANDA nº 170/2014).

§1º No caso do inciso II deste artigo, o representante, se houver, será notificado para, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral (pelo prazo de cinco minutos) ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§2º Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral (pelo prazo de cinco minutos) ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§3º Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II deste artigo, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

Art. 4º. Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 2 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se houver, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/2014).

§1º A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá o recurso em 3 (três) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/2014);

§2º No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no art. 3º, §§ 1º a 3º, da presente Resolução.

Art. 5º. São penalidades disciplinares aplicáveis:

I – advertência;

II – suspensão por até 90 (noventa) dias, que será aplicada após a posse do candidato;

III – cassação da candidatura, anulando-se os votos recebidos pelo candidato;

IV – destituição do mandato, nos casos em que o candidato já tiver sido empossado;

§1º Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem a sociedade, para o serviço público ou para a lisura do processo de escolha, o comprometimento da idoneidade moral do candidato, o impacto da conduta no resultado das eleições, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais;

§2º O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar;

§3º As decisões definitivas que aplicam medida disciplinar ao candidato devem ser registradas para fins da constatação futura de antecedentes funcionais e acompanhamento da idoneidade moral do membro do Conselho Tutelar.

Art. 6º. O representante do Ministério Público, tal como determina o artigo 11, § 7º, da Resolução CONANDA nº 170/2014, deverá ser cientificado de todas as decisões da Comissão Especial Eleitoral e da Plenária do CMDCA, no prazo de 2 (dois) dias de sua prolação.

Art. 7º. Os prazos previstos no art. 3º serão contados em dias úteis, e os atos processuais devem ser realizados das 6 (seis) às 20 (vinte) horas, nos termos do artigo 212 do Código de Processo Civil.

Art. 8º. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os municípios e candidatos, esta terá ampla publicidade, devendo ser publicada, no mínimo, nos sites oficiais do Município.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde podem ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

Art. 9º. A fim de que os candidatos, eleitos ou não, não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Especial Eleitoral enviará cópia desta Resolução via e-mail e/ou aplicativos de comunicação (Whatsapp), para que tomem ciência.

Art. 10º. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas ao procedimento administrativo disciplinar dos servidores municipais previstas na Lei n. 025 de 02 de julho de 2001, inclusive quanto aos impedimentos.

Nova Erechim/SC, 31 de outubro de 2019.

Juliana Nunes de Gois

Presidente do CMDCA

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 008 - CONCEDE ABONO PECUNIÁRIO DEBORA

Publicação Nº 2212203

PORTARIA Nº 008/2019

“CONCEDE ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA DEBORA CRISTINA WERLANG.”

ELENI REMUS DAL VESCO, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação em vigor, e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido o Abono Pecuniário de 10 (dez) dias de Férias para a Servidora Municipal DEBORA CRISTINA WERLANG, Matrícula 523/01, ocupante do cargo de Assessora Jurídica, lotado na Câmara de Vereadores de Nova Erechim, referente ao período 01.01.2018 a 31.12.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim-SC, 31 de Outubro de 2019.

ELENI REMUS DAL VESCO

Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim

### PORTARIA Nº 009 - CONCEDE ABONO PECUNIÁRIO PAULO

Publicação Nº 2212206

PORTARIA Nº 009/2019

“CONCEDE ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR PAULO ROBERTO DALLASTRA.”

ELENI REMUS DAL VESCO, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação em vigor, e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12

(doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido o Abono Pecuniário 10 (dez) dias de Férias para o Servidor Municipal PAULO ROBERTO DALLASTRA, Matrícula 507/01, ocupante do cargo de Contador, lotado na Câmara de Vereadores de Nova Erechim, referente ao período 01.01.2018 a 31.12.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim-SC, 31 de Outubro de 2019.

ELENI REMUS DAL VESCO

Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 305/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2212654

DECRETO Nº. 305/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre procedimentos relativos à estágios curriculares supervisionados de estudantes de nível superior no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Nova Itaberaba-SC

no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso IV da Lei Orgânica Municipal de 27 de setembro de 1995

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito de NOVA ITABERABA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 79, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e no disposto na Lei nº 11.788, de 25/09/08, que dispõe sobre estágio de estudantes no âmbito da administração pública, DECRETA:

Art. 1º Os estágios curriculares supervisionados na Rede Municipal de Ensino do município ficam regulados por este Decreto.

Art. 2º O termo de cooperação deverá ser estabelecido entre a instituição de ensino superior e Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação informará às unidades escolares os estagiários aptos a desempenhar as diversas etapas do estágio.

Art. 4º A Carta de Apresentação dos Estagiários deverá ser assinada pela IES e entregue a direção da unidade escolar num prazo mínimo de 15, antes do início da realização do estágio curricular obrigatório.

Art. 5º O professor orientador da IES do estagiário fica obrigado a fazer contato com unidade escolar para tomar ciência dos critérios estabelecidos para a realização dos estágios e do acompanhamento e avaliação das atividades desempenhadas pelo acadêmico in loco;

Art. 6º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para realização de Estágios Curriculares Obrigatórios:

- a) 02 estagiários por turma;
- b) o planejamento das atividades do estagiário deverá ser encaminhado previamente para análise e avaliação da coordenação pedagógica da escola, juntamente com o professor regente de turma que supervisionará o estágio;
- c) o material pedagógico a ser utilizado durante o estágio curricular deverá ser providenciado pelo acadêmico antecipadamente;
- d) o rodízio de escolas deverá ser determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- e) o rodízio de turmas deverá ser determinado pela Direção e/ou coordenação pedagógica da unidade escolar;
- f) não poderá desempenhar estágio da mesma turma que exerce estágio remunerado;
- g) o plano de atividade do estagiário deverá estar em consonância com o planejamento curricular do professor regente da turma, o qual possibilite a continuidade ao mesmo;
- h) o plano de atividade deverá ser entregue previamente para avaliação e aprovação do professor regente e coordenação pedagógica da escola;
- i) no decorrer da execução do plano de atividade do estágio curricular supervisionado o acadêmico poderá propor sugestões a partir de seus estudos e/ou pesquisas;
- j) o estagiário deverá adequar-se às normas e procedimentos definidos no regimento escolar;
- l) o cômputo das horas de estágios curriculares não incluirá os componentes curriculares de áreas (educação física, arte, língua inglesa...), limitando-se apenas as do professor regente de turma.

Parágrafo único. As horas do estágio remunerado não poderão ser computadas como estágios curriculares obrigatórios.

Art. 7º O professor regente da turma deverá:

- a) supervisionar o estágio durante todo processo;
- b) orientar e avaliar o desempenho do acadêmico durante o exercício do estágio curricular;
- c) preencher e assinar junto com diretor e/ou coordenador pedagógico os relatórios de estágios de acordo com a execução;
- d) impedir que o estagiário assuma a regência de turma na ausência do professor titular;

§ 1º Em caso de alguma divergência na unidade escolar, tanto com alunos e/ou professores o acadêmico estagiário deverá recorrer ao diretor da unidade escolar evitando má interpretação.

§ 2º Caso o professor orientador de estágio da instituição de ensino (IES) não comparecer na unidade escolar para acompanhamento do acadêmico, o mesmo não receberá o relatório final.

Art. 8º Os casos omissos e excepcionais serão submetidos ao Conselho Municipal de Educação e/ou Conselho Escolar.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 30 DE OUTUBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

SAMUEL BOTTIN BOTH

Consultor Jurídico

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 005/2019**

Publicação Nº 2212423

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2019 de 28 de junho de 2019

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE E A CONCESSÃO DE HOMENAGEM À CIDADÃOS DO MUNICÍPIO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA – SC, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 38, IV, XVI, e Art. 119, do Regimento Interno, faz saber que o PLENÁRIO desta Casa deliberou e aprovou e eu promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Sessão Solene alusiva ao aniversário deste Município a ocorrer no dia 26/09/2019 em local a ser definido pelo Presidente.

§ 1º - Fica autorizada a concessão de homenagem aos agricultores de maior destaque no Município.

§ 2º - Ficam autorizadas as despesas com a reserva do local, decoração e organização do ambiente, a aquisição de placas para homenagens, a confecção e expedição de convites.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Itaberaba – SC, 28 de junho de 2019.

Albery Luiz Campagnaro

Presidente

Antônio Zanchett Lúcia Filippi Chiella Ferla Guilherme Zamboni Ortigara

Vice-Presidente 1ª Secretária 2º Secretário

**DECRETO 006/2019**

Publicação Nº 2212424

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2019 – 25 de setembro de 2019

“MODIFICA O EXPEDIENTE NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 119 do Regimento Interno e

CONSIDERANDO que no dia 26 de setembro celebrar-se-á o aniversário de emancipação política administrativa do município de Nova Itaberaba.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo aos servidores da Câmara de Vereadores do Município de Nova Itaberaba – SC no dia 27/09/2019.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Itaberaba – SC

25 de setembro de 2019

Albery Luiz Campagnaro

Presidente

**DECRETO 007/2019**

Publicação Nº 2212425

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

“MODIFICA O EXPEDIENTE NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 119 e art. 258, do Regimento Interno e

CONSIDERANDO que todo o dia 28 de outubro é celebrado o dia do servidor público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo aos servidores da Câmara de Vereadores do Município de Nova Itaberaba – SC no dia 28 de outubro de 2019.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Itaberaba – SC

25 de outubro de 2019  
Albery Luiz Campagnaro  
Presidente

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2019 PROCESSO ADM Nº 9/2019**

Publicação Nº 2212369

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2019

**1 - DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO:**

Necessidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A FINALIDADE DE COMPRA/SERVIÇO.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

O objeto da presente dispensa de licitação é a contratação de empresa para realização de concurso publico 01 vaga de TÉCNICO LEGISLATIVO , compreendendo os serviços de: elaboração de edital de abertura e demais atos, compreendendo: elaboração e montagem da minuta do edital para apresentação ao departamento competente e análise juntamente com a comissão de acompanhamento do concurso público; definição de critérios para recebimento das inscrições; especificação de disciplinas e peso de provas, bem como média para aprovação; elaboração e definição dos conteúdos programáticos e/ou referências bibliográficas; preparação de material de apoio para as bancas examinadoras; assessoramento de especialistas, para orientações técnicas e jurídicas; emissão de relatório de candidatos em ordem alfabética, contendo cargo, número de inscrição, cpf, inscrições homologadas e não homologadas (mediante fundamentação). aplicação de provas escritas, compreendendo: elaboração de questões inéditas, em conformidade com o nível de escolaridade do cargo, bem como com as atribuições, dispondo de profissionais especializados, devidamente habilitados; análise técnica das questões; impressão dos cadernos de questões; manutenção do sigilo das questões e da segurança das provas; verificação dos locais disponibilizados pelo órgão para aplicação das provas e definição das datas; emissão de ensalamento; elaboração dos materiais de apoio para a realização das provas, tais como envelopamento dos cartões resposta, listas de presença, atas, etc; acondicionamento e transporte dos cadernos de questões e cartões resposta ao local das provas, com o devido lacre garantidor de sigilo e segurança, em malotes personalizados; disponibilização e treinamento do pessoal envolvido na aplicação das provas; divulgação do gabarito oficial; emissão de relatório de notas de todos os candidatos por cargo/função. revisão de questões e recursos, compreendendo: recebimento dos recursos através de e-mail específico; encaminhamento dos pedidos de revisão às bancas examinadoras para análise; fundamentação das respostas aos pedidos impetrados, com emissão de parecer individualizado; atualização dos gabaritos oficiais e das notas das provas (quando necessário). processamento da classificação final dos candidatos, compreendendo: correção através de leitora óptica/scanner; emissão dos relatórios de notas dos candidatos compreendendo todas as etapas do certame; aplicação de critérios de desempate de notas, de acordo com edital de abertura. elaboração de dossiê contemplando todos os elementos administrativos concernentes ao certame. de acordo com as especificações na lista abaixo:

Quantidade	Especificação	Preço unitário	Preço total
1,0	Serviços de Elaboração completa de Concurso Público	R\$ 1.600,00	R\$1.600,00

**3 - EXECUTOR:**

Fornecedor	Endereço	Cidade	Estado	CNPJ / CPF
A.S. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO & SERV. LTDA	RUA NEREU RAMOS	ERVAL VELHO	SC	17.266.035/0001-70

**4 - PREÇO:**

A Câmara pagará pelo Objeto contratado, o valor de:

A.S. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO & SERV. LTDA	R\$ 1.600,00	Um mil e seiscentos reais
---------------------------------------------	--------------	---------------------------

**6 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**

Compatível com os preços praticados no mercado.

**7 – DISPOSITIVO LEGAL:**

Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

**8 – CERTIDÕES APRESENTADAS:**

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, conjunta com o INSS com validade para o dia 11/03/2020.

III - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicilio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente com validade para o dia 24/12/2019.

IV - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicilio ou sede da proponente com validade para o dia 23/01/2020.

V - Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei com validade para o dia 12/11/2019.

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão negativa (CNDT) com validade para o dia 21/04/2020.

Nova Itaberaba, SC, em, 31 de outubro de 2019.

ALBERY LUIZ CAMPAGNARO  
Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2019**

Publicação Nº 2212388

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 7/2019, de 31/10/19

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: A.S. Instituto de Planejamento &amp; Serv. LTDA

OBJETO: O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa para realização de Concurso Público 01 vaga de TECNICO LEGISLATIVO , compreendendo os serviços de: Elaboração de Edital de abertura e demais atos, compreendendo: elaboração e montagem da minuta do Edital para apresentação ao Departamento competente e análise juntamente com a comissão de acompanhamento do concurso público; definição de critérios para recebimento das inscrições; especificação de disciplinas e peso de provas, bem como média para aprovação; elaboração e definição dos conteúdos programáticos e/ou referências bibliográficas; preparação de material de apoio para as bancas examinadoras; assessoramento de especialistas, para orientações técnicas e jurídicas; emissão de relatório de candidatos em ordem alfabética, contendo cargo, número de inscrição, CPF, inscrições homologadas e não homologadas (mediante fundamentação). Aplicação de provas escritas, compreendendo: elaboração de questões inéditas, em conformidade com o nível de escolaridade do cargo, bem como com as atribuições, dispondo de profissionais especializados, devidamente habilitados; análise técnica das questões; impressão dos Cadernos de Questões; manutenção do sigilo das questões e da segurança das provas; verificação dos locais disponibilizados pelo órgão para aplicação das provas e definição das datas; emissão de ensalamento; elaboração dos materiais de apoio para a realização das provas, tais como envelopamento dos Cartões Resposta, listas de presença, atas, etc; acondicionamento e transporte dos Cadernos de Questões e Cartões Resposta ao local das provas, com o devido lacre garantidor de sigilo e segurança, em malotes personalizados; disponibilização e treinamento do pessoal envolvido na aplicação das provas; divulgação do gabarito oficial; emissão de relatório de notas de todos os candidatos por cargo/função. Revisão de questões e recursos, compreendendo: recebimento dos recursos através de e-mail específico; encaminhamento dos pedidos de revisão às bancas examinadoras para análise; fundamentação das respostas aos pedidos impetrados, com emissão de parecer individualizado; atualização dos gabaritos oficiais e das notas das provas (quando necessário). Processamento da classificação final dos candidatos, compreendendo: correção através de leitora óptica/scanner; emissão dos relatórios de notas dos candidatos compreendendo todas as etapas do certame; aplicação de critérios de desempate de notas, de acordo com Edital de Abertura. Elaboração de dossiê contemplando todos os elementos administrativos concernentes ao certame.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 9/2019, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

ALBERY LUIZ CAMPAGNARO  
Presidente da Câmara

**PORTARIA Nº 026/2019**

Publicação Nº 2212415

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

Fone/Fax (49) 3327 0070 - Email: camaractb@novaitaberaba.sc.gov.br

Rua José Marocco, 2114 – Centro – CEP 89.818-000

CNPJ Nº 04.562.315.0001/83

**ATO DELEGATÓRIO****PORTARIA Nº 026/2019**

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Itaberaba – SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno, em especial pelo art. 38, II, XIII, XXV e XXVII, RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a movimentar a Conta nº 562.345-6 da Câmara Municipal de Nova Itaberaba – SC junto ao Banco do Brasil como responsáveis: os Srs. Albery Luiz Campagnaro – Presidente, CPF nº 386.868.489-15 e Fernando Henrique Pansera – Tesoureiro, CPF nº 051.045.379-19, pela responsabilidade de movimentação da conta corrente mencionada, com a assinatura conjuntamente, de toda e qualquer movimentação bancária da referida conta corrente, podendo ainda, conjuntamente, assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços, além de praticar todos os atos previstos na Portaria 004/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Albery Luiz Campagnaro  
Presidente

Câmara de Vereadores do Município de Nova Itaberaba – SC  
21 de outubro de 2019

# Nova Trento

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 121/2019

Publicação Nº 2211442

#### CONTRATO Nº 121/2019

Origem: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019 – CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2019  
Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: KARINA HIELENA CHANDOHA MÉDICA, estabelecido(a) na Rua Pedro Ferreiro, nº 155, Sala 01315 G 17, bairro Centro, na cidade de Itajaí/SC, CEP 88.301-030, inscrita no CNPJ sob nº 31.289.775/0001-52. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto credenciar entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de atenção à saúde, para a realização de cirurgias eletivas de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS, divulgada pelo Ministério da Saúde. O valor a ser pago pelo Município será mediante o encaminhamento por AIH mais complemento, por procedimento, até atingir o(s) valor(es) fixados no anexo I.

Nova Trento, 31 de outubro de 2019.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

### CONTRATO Nº 122/2019

Publicação Nº 2211443

#### CONTRATO Nº 122/2019

Origem: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019 – CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2019  
Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: CLÍNICA MÉDICA SANTOS & PONCE LTDA, estabelecido(a) na Rua Dona Antonina Burigo Corbetta, nº 119, andar 2, bairro Vila Moema, na cidade de Tubarão/SC, CEP 88.705-030, inscrita no CNPJ sob nº 31.789.216/0001-01. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto credenciar entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de atenção à saúde, para a realização de cirurgias eletivas de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS, divulgada pelo Ministério da Saúde. O valor a ser pago pelo Município será mediante o encaminhamento por AIH mais complemento, por procedimento, até atingir o(s) valor(es) fixados no anexo I.

Nova Trento, 31 de outubro de 2019.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

### DECRETO Nº 190/2019

Publicação Nº 2211670

DECRETO Nº 190, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público do servidor JAIME CADORIN, a partir de 01/11/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 ao servidor JAIME CADORIN, detentor da matrícula funcional nº 928, inscrito no CPF nº 223.382.689-20 e no PASEP nº 1172471082-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Transportes - 40h, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 2.138,99 (dois mil cento e trinta e oito reais e noventa e nove centavos), que será pago mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 63, V, da Lei Municipal nº 1.207/1992 - Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Nova Trento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos se operam a partir de 01/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de novembro de 2019.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 806/2019 A"**

Publicação Nº 2212550

PORTARIA Nº 806"A", 17 DE OUTUBRO DE 2019.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 23001060.1.00666/19-5, aos assentamentos funcionais da servidora AVANILDA APARECIDA TOMASI CATTANI, detentora da matrícula nº 1042 e do cargo de Professor Nível IV - Q - 40 horas, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art.1º - Autorizar a averbação aos assentamentos funcionais da servidora AVANILDA APARECIDA TOMASI CATTANI, detentora da matrícula nº 1042 e do cargo de Professor Nível IV - Q - 40 horas, os períodos de 15/04/1991 a 04/03/1993, 08/03/1993 a 30/12/1993, 17/02/1994 a 31/12/1994, 13/02/1997 a 31/12/1997, 02/02/1998 a 31/12/1998, 01/03/1999 a 30/12/1999 e de 02/01/2000 a 31/12/2000, correspondentes a 07 anos, 02 meses 13 dias (2628 dias), constantes na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 23001060.1.00666/19-5, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de outubro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 834/2019**

Publicação Nº 2211479

PORTARIA Nº 834/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria nº 757/2019, que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JANETE INACIA GULINI NICHNOSKI, matrícula nº 7859, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, até o dia 30/10/2021, conforme Comunicação de Decisão do Instituto Nacional de Seguro Social, datado de 30/10/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de outubro de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 836/2019**

Publicação Nº 2212653

PORTARIA Nº 836/2019

Concede Licença Prêmio

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal MILIANI PIFFER MAZZOLA, matrícula nº 502, concursada no cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SINE, Município de Nova Trento, pelo período de 01(um) mês, relativo ao período aquisitivo de 03/04/2000 a 02/04/2005, a contar de 01 de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 837/2019**

Publicação Nº 2212655

PORTARIA Nº 837/2019

Concessão de Férias

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20(vinte) dias, à Servidora Pública Municipal, LUCIMERE EDUARDA DE SOUZA, matrícula nº 6922, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Serviço de Atendimento de Médico de Urgência- SAMU, do Quadro de Pessoal da Efetivo Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/11/2019 a 20/11/2019, relativo ao período aquisitivo de 01/09/2018 a 31/08/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2019 - SRP Nº 049/2019**

Publicação Nº 2209343

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2019 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de MATERIAIS BRITADOS para recuperação e manutenção de vias públicas, com frete e sem frete para o transporte do mesmo para depósito localizado no Município de Nova Trento, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Credenciamento e entrega dos envelopes: 14/11/2019 até as 08:30 horas. Abertura e início da sessão: 14/11/2019 – 09:00 horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro. Fones: (48) 3267-3213/3267-3211. E-mail: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br). Site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 491, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211969

DECRETO N.º 491, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Exonera a pedido a servidora IRENE ANGELINA SCARSI DE SOUZA nomeada através de Concurso Público, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, em decorrência de concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012 e Edital de Concurso Público 04/2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora IRENE ANGELINA SCARSI DE SOUZA nomeada para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, através do Edital de Concurso Público n.º 04/2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 071, de 19 de janeiro de 2015, em decorrência de concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de outubro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.º 492, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211971

DECRETO N.º 492, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

Contrata em caráter temporário o servidor RONALDO DE OLIVEIRA SCHNEIDER, no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado em caráter temporário, o servidor RONALDO DE OLIVEIRA SCHNEIDER, no cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 02 de outubro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 02 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 493, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211973

DECRETO N.º 493, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

Exonera a pedido o servidor, BENISIO ROHLING nomeado para o cargo em provimento em comissão de Diretor de Departamento – CC4.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o servidor BENISIO ROHLING, nomeado para o cargo em provimento em comissão de Diretor de Departamento – CC4, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, conforme Decreto n.º 024, de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 02 de outubro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 02 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 494, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211974

DECRETO N.º 494, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

Termino de contrato temporário da servidora TAMIRES RABELO VIEIRA, contratada na categoria funcional Professor - ACT.

SERGIO ALBERTO SPILERE, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida por Término de Contrato Temporário a servidora TAMIRES RABELO VIEIRA contratada na categoria funcional de Professor - ATC, MAG LP 1-A, 40 (quarenta) horas aulas/semanais, conforme Decreto n.º 129, de 04 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 04 de outubro de 2019.

SERGIO ALBERTO SPILERE

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada, em 04 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 495, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211977

DECRETO N.º 495, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Interrompe a pedido a Licença para Tratar de Interesses Particulares e sem vencimento da servidora ROSELI VITALI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor.

SERGIO ALBERTO SPILERE, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Veneza, SC, usando das atribuições que lhe são conferidas através do Art. 81, da Lei Municipal Complementar nº 001 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica interrompida a pedido a LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E SEM VENCIMENTO da servidora ROSELI

VITALI ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Nova Veneza/SC, concedida conforme Decreto n.º 460 de 02 de setembro de 2019.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 07 de outubro de 2019.

SERGIO ALBERTO SPILERE

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada, em 07 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO N.º 496, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211978

DECRETO N.º 496, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Demite a pedido a servidora JUCEMARA LADRIANA SAVIO ZUCHINALLI contratada temporariamente na categoria funcional de Professor - ACT.

SERGIO ALBERTO SPILERE, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora JUCEMARA LADRIANA SAVIO ZUCHINALLI contratada em caráter temporário na categoria funcional de Professor - ACT, 40 (quarenta) horas/aulas semanais, conforme Decreto n.º 292, de 10 de abril de 2019.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 07 de outubro de 2019.

SERGIO ALBERTO SPILERE

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada, em 07 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO N.º 506, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211979

DECRETO N.º 506, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Demite a pedido a servidora MARIANE JOSÉ, contratada no cargo em provimento temporário de Agente Comunitária de Saúde.

CESÁR AUGUSTO PASETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais Complementares nº 005 de 09 de dezembro de 2015, nº 007 de 10 de março de 2016, nº 008 de 08 de junho de 2016, Lei nº 009 de 29 de junho de 2016 e Processo Seletivo Público 002/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora MARIANE JOSÉ, contratada no cargo em provimento temporário de Agente Comunitária de Saúde, 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto nº 329, de 11 de maio de 2019.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 18 de outubro de 2019.

CESÁR AUGUSTO PASETTO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada, em 18 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 507, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211982

DECRETO N.º 507, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

Demite a pedido o servidor EDUARDO SPILERE MILANEZ contratado temporariamente na categoria funcional de Professor - ACT.

CESÁR AUGUSTO PASETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitido a pedido, o servidor EDUARDO SPILERE MILANEZ contratada em caráter temporário na categoria funcional de Professor - ACT, 40 (quarenta) horas/aulas semanais, conforme Decreto n.º 443, de 27 de agosto de 2019.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 21 de outubro de 2019.

CESÁR AUGUSTO PASETTO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada, em 21 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 508, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211985

DECRETO N.º 508, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Contrata a servidora WARLEZA TEREZINHA JACQUES, na categoria funcional de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I.

CESÁR AUGUSTO PASETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, a servidora WARLEZA TEREZINHA JACQUES, na categoria funcional de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 22 de outubro de 2019.

CESÁR AUGUSTO PASETTO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada, em 22 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 510, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211987

DECRETO N.º 510, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Demite a pedido a servidora MARILIA SERAFIM BATISTA contratada temporariamente na categoria funcional de Professor - ACT.

CESÁR AUGUSTO PASETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2018.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora MARILIA SERAFIM BATISTA contratada em caráter temporário na categoria funcional de Professor - ACT, 40 (quarenta) horas/aulas semanais, conforme Decreto n.º 126, de 04 de fevereiro de 2019, a partir de 31 de outubro de 2019.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 23 de outubro de 2019.

CESÁR AUGUSTO PASETTO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada, em 23 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 512, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211988

DECRETO N.º 512, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

Exonera a pedido a servidora ELOIZA SILVEIRA, nomeada através de Concurso Público, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

CESÁR AUGUSTO PASETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012 e Edital de Concurso Público 01/2006.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora ELOIZA SILVEIRA, nomeada para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, através do Edital de Concurso Público nº 01/2006, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 098, de 21 de fevereiro de 2007.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 28 de outubro de 2019.

CESÁR AUGUSTO PASETTO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada, em 28 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 513, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211989

DECRETO N.º 513, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Contrata em caráter temporário através de Processo Seletivo Público a servidora JUCEMARA LADRIANA SAVIO ZUCHINALLI, na categoria funcional de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2018.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário através de Processo Seletivo Público, a servidora JUCEMARA LADRIANA SAVIO ZUCHINALLI, no cargo de provimento temporário de Professor – ACT MAG LP 1-A, 40 (quarenta) horas/aulas semanais, com regência de classe, na Educação Fundamental, na Escola Básica Municipal Bairro Bortolotto, em substituição a servidora Elisabete Teresa Bortolotto (readaptação).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 29 de outubro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 29 de outubro de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 37/2019 - FMS**

Publicação Nº 2212063

### **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 37/2019 - FMS**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público ao conhecimento dos interessados que DISPENSARÁ LICITAÇÃO para aquisição de produtos, insumos, procedimentos e serviços médicos, de enfermagem, de fisioterapeutas, de fonoaudiólogos, de psicólogo, entre outros, como também serviços administrativos de saúde para atendimento a demanda da Atenção Básica Municipal.

Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

CNPJ: 10.485.444/0001-18

Contratado:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CISAMESC

CNPJ: 01.356.308/0001-37

Valor Global do Contrato:

Até R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Recursos orçamentários:

Os recursos orçamentários para fazer realizar a presente correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: (23) 13.01.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.0721,

(44) 13.01.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.0737.

Base Legal:

Artigo 24, inciso XXVI da Lei de Licitações nº 8.666/93, menciona:

Art.24. É dispensável a licitação:

[...]

XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005).

Nova Veneza, SC, 31 de outubro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 38/2019 - FMS**

Publicação Nº 2212067

### **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 38/2019 - FMS**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público ao conhecimento dos interessados que DISPENSARÁ LICITAÇÃO para aquisição de produtos, insumos, procedimentos e serviços médicos, de enfermagem, de fisioterapeutas, de fonoaudiólogos, de psicólogo, entre outros, como também serviços administrativos de saúde para atendimento a demanda da Atenção Básica Municipal.

Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

CNPJ: 10.485.444/0001-18

Contratado:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC

CNPJ: 13.791.885/0001-36

Valor Global do Contrato:  
Até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Recursos orçamentários:  
Os recursos orçamentários para fazer realizar a presente correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: (44) 13.01.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.0737.

Base Legal:

Artigo 24, inciso XXVI da Lei de Licitações nº 8.666/93, menciona:

Art.24. É dispensável a licitação:

[...]

XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005).

Nova Veneza, SC, 31 de outubro de 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 2212085

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, SC, nos termos da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal n.º 2.372/14 (Plano Municipal de Saneamento Básico) e da Lei Federal n.º 11.445/07, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar, que será realizada audiência pública, no dia 11 de novembro de 2019 (segunda-feira), às 19h (dezenove horas), na Câmara de Vereadores de Nova Veneza, situada na Rua Natal Coral, n.º 400, Bairro Elisa, Nova Veneza, SC, para apresentação da Minuta do Contrato de Programa com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (art. 11, IV, Lei 11.445/07).

A minuta do contrato e os demais documentos relativos à Audiência Pública ficarão à disposição dos interessados para consulta, por meio do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Nova Veneza (<http://www.novaveneza.sc.gov.br/>).

Nova Veneza, SC, 31 de outubro de 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

# Orleans

## PREFEITURA

### ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 1/2018-3 FAMOR

Publicação Nº 2212466

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 1/2018

Aditivo Nº: 1/2018-3 - Contrato Nº: 1/2018

Contratante: FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS - FAMOR

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Vigência: Início: 01/11/2019 Término: 01/11/2020

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018

Recursos ..... : Dotação: 2/2019 – MANUTENÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIDO PARA TRABALHAR EM AMBIENTE MULTIUSUÁRIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CONVERSÃO DE BASE DE DADOS E TREINAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E SUAS RESPECTIVAS MANUTENÇÕES MENSAIS.

Orleans, 31 de Outubro de 2019

LUIZ CRISTOVÃO CROSETTA

SUPERINTENDENTE INTERINO DA FAMOR

### ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 113/2017-3 PREFEITURA

Publicação Nº 2212462

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 113/2017

Aditivo Nº ..... : 113/2017-3 - Contrato Nº: 113/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 174.275,04 (cento e setenta e quatro mil duzentos e setenta e cinco reais e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 01/11/2019 Término: 01/11/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2017

Recursos ..... : Dotação: 17/2019 – MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE E SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO DE SETORES DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS.

Orleans, 31 de Outubro de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 38/2017-2 FMS

Publicação Nº 2212465

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 38/2017

Aditivo Nº ..... : 38/2017-2 - Contrato Nº: 38/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 7.679,76 (sete mil seiscentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 01/11/2019 Término: 01/11/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Recursos ..... : Dotação: 9/2019 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE E SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO DE SETORES DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS.

Orleans, 31 de Outubro de 2019

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

SECRETÁRIO DA SAÚDE

### DECRETO 4.659 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211430

DECRETO N.º 4.659 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.849 de 13 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar na seguinte Dotação Orçamentária:

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.005 – Manutenção da Administração Geral

F.R. - 03.0180 – Superávit Financ. - Transf. Conv. Da União - Outros

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.679,88

TOTAL R\$ 7.679,88

Art.2º Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o Superávit financeiro do exercício anterior, na seguinte Fonte de recurso:

F.R. - 01.0180 – Transferências de Conv. Da União - Outros R\$ 7.679,88

TOTAL R\$ 7.679,88

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 15 de outubro de 2019, 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário de Administração

## DECRETO 4.662 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211393

DECRETO N. 4.662 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

”

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.849 de 13 de novembro de 13 de novembro de 2018.

DECRETA:

ART. 1º. Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00	Fundo Municipal de Saúde de Orleans	
10.01	Fundo Municipal de Saúde de Orleans	
2.041	Manutenção do Bloco de Atenção Básica	
F. R.	01.0086 - Aplicações Diretas	
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 157.610,00
Total		R\$ 157.610,00

ART 2º. Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizados o superávit financeiro do exercício anterior, na seguinte fonte de recurso:

F. R.	01.0086 - Aplicações Diretas	R\$ 157.610,00
	TOTAL	R\$ 157.610,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 23 de outubro de 2019, 135 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove e registrado no Diário Oficial do Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração

## DECRETO 4.664 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211411

DECRETO N. 4.664 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“ ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.849 de 13 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
08.01	Departamento de Serviços Urbanos	
1.008	Construção de Praças e Parques Infantis	
F. R.	01.0180 Aplicações Diretas	
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 325.714,29
Total		R\$ 325.714,29

Art.2º. Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizados o provável excesso de arrecadação das seguintes fontes de recursos:

F. R.	01.0180 Aplicações Diretas	R\$ 325.714,29
	TOTAL GERAL	R\$ 325.714,29

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 30 de outubro de 2019; 135 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM – SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração

## DECRETO 4.665 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211414

DECRETO N. 4.665 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Pela Lei n. 2.906, de 1º de outubro de 2019,

Decreta:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
06.01 – Departamento de Educação  
2.014 - Manutenção da Educação Infantil  
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art.2º. A conta dos recursos anteriores fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – Departamento de Educação  
2.014 - Manutenção da Educação Infantil  
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 30 de outubro de 2019; 135 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC.

JAIR HERNIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração.

## DECRETO 4.666 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211417

DECRETO N. 4.666 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“ ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.849 de 13 de novembro de 2018.

DECRETA:

ART. 1º Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
08.01	Departamento de Infraestrutura	
2.020	Manutenção da Rede Viária	
F. R.	01.0190 – Aplicações Diretas	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 42.703,69
Total		R\$ 42.703, 69

ART 2º. Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizados o excesso de arrecadação, na seguinte fonte de recurso:

F. R.	01.0190 – Aplicações Diretas	R\$ 42.703,69
	TOTAL	R\$ 42.703,69

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 30 de outubro de 2019, 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração

## LEI 2.914 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211384

LEI Nº. 2.914 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação), em anexo, nos termos da Lei Federal n. 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 30 de outubro de 2019; 135 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, e publicada no Diário Oficial dos municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração

## **LEI 2.915 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211386

LEI N. 2.915 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

### **02.00 – GABINETE DO PREFEITO**

#### **02.01 – Gabinete do Prefeito**

#### **2.003 - Contribuições a entidades municipais**

#### **3.3.50.00 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00**

### **03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **03.01 – Departamento da Administração**

#### **2.005 - Manutenção da Administração Geral**

#### **3.1.71.00 – Transf. Consórcios públicos R\$ 10.000,00**

#### **3.3.71.00 – Transf. Consórcios públicos R\$ 15.000,00**

#### **3.3.93.00 – Transf. Consórcios públicos R\$ 30.000,00**

#### **4.4.71.00 – Transf. Consórcios públicos R\$ 15.000,00**

#### **2.034 - Manutenção do Programa de Geração de Emp. e Renda**

#### **3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00**

### **04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA INDUSTRIA E COMÉRCIO**

#### **04.01 – Departamento da Fazenda**

#### **2.008 - Manutenção da Administração da Fazenda**

#### **3.1.90.00 – Aplicações Diretas**

#### **04.02 – Departamento da Ind. e Comércio R\$ 10.000,00**

#### **2.009 - Gerenciamento da Ind. e Comércio**

#### **3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.820,00**

### **06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

#### **06.01 – Departamento de Educação**

#### **1.004- Aqui. De terreno, cont. Ampl., e Ref. de Rede Física e Fundamental**

#### **4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00**

#### **2.013 – Manutenção do Ensino Fundamental**

#### **3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 900.000,00**

#### **2.016 – Auxílio Financeiro ao Transporte Escolar Universitário**

#### **3.3.50.00 – Transf. A Inst. Privadas sem fins lucrativos R\$ 19.200,00**

#### **3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00**

### **07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

#### **07.01 – Fundo Municipal de Cultura**

#### **2.030 - Manut. Das Atividades Culturais**

#### **3.3.50.00 – Transf. A Inst. Privadas sem fins lucrativos R\$ 80.000,00**

#### **TOTAL R\$ 1.153.020,00**

Art.2º . A conta dos recursos anteriores fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA INDUSTRIA E COMÉRCIO

04.01 – Departamento da Fazenda

2.002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública

3.2.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

4.6.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 33.020,00

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – Departamento de Educação

1.005 - Aqui. De terreno, cont. Ampl., e Ref. de Rede Física e Infantil

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 740.000,00

2.014 – Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

2.013. Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 1.153,020,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 30 de outubro de 2019; 135 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, e publicada no Diário Oficial dos municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário de Administração

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 55 DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Senhor Presidente,

Senhores (as) Vereadores (as),

Com os cordiais cumprimentos, encaminho para apreciação desta Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei, que ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

O Projeto de Lei ora encaminhado, tem por justificativa custear despesas com a folha de pagamento do FUNDEB, despesas diversas da Secretaria Municipal de Educação, e para construção de uma Creche nova, no loteamento Nova Orleans, a qual atenderá em média 150 crianças do pré-escolar.

Por isso, na certeza de que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores(as) Vereadores(as), solicito que o mesmo seja votado e aprovado, conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Orleans/SC, 16 de outubro de 2019; 135 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

## LEI 2.916 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211377

LEI N. 2.916 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA, NOS TERMOS DO ARTIGO 17, II, ALÍNEA “A” DA LEI 8.666/93, AMPARADO NA LEI MUNICIPAL Nº 2822 DE 12 DE JUNHO DE 2018, O MUNICÍPIO DE ORLEANS A REALIZAR DOAÇÃO DE LAJOTAS PARA COMUNIDADES RURAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Orleans a firmar convênio/termo de parceria, com os grupos organizados, CAEPS e Conselhos Comunitários para realizar doação de até 1.000m² de lajotas para pavimentação tipo 16 faces (blocos de concreto 16 faces 10 x 20 x 08 - MPA) para cada uma das comunidades citadas: Barracão, Taipa, Chapadão, Boa Vista, Palmeiras Alta e Oratório.

Parágrafo Primeiro – A doação das lajotas servirá para melhorar as infraestruturas das praças, jardins e espaços públicos, próximos as igrejas e salões de festas, garantindo o maior acesso dos jovens e das famílias rurais residentes nas localidades mencionadas, onde costumam se reunir para atividades, conversas, festividades e eventos, além de receber turistas, garantir a saúde coletiva com condições mais salubres para práticas de interação e permanência no local, garantindo também o interesse social para manutenção do trabalhador no interior e

público para evitar êxodo rural.

Parágrafo Segundo – Será considerado representante da comunidade para fins de recebimento do material doado: os presidentes da associação de moradores; o (a) coordenador (a) da equipe do CAEP; pessoa autodeclarada como representante comunitário mediante declaração assinada com firma reconhecida em cartório.

Art. 2º. As demais despesas necessárias para a fixação das lajotas (blocos de concreto), como: mão de obra, meio fio e insumos, correrão às expensas das comunidades beneficiadas.

Art. 3º. O atendimento às demandas das comunidades citadas no artigo 1º, será implementado de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 4º. Esta Lei será regulamentada no que cabível por Decreto do Poder Executivo.

Art. 5º. Os recursos para a implementação desta Lei serão os consignados em orçamento próprio.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 30 de outubro de 2019; 135 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, e publicada no Diário Oficial dos municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário de Administração

## **PROCESSO Nº 209/2019 PREFEITURA**

Publicação Nº 2212433

PROCESSO Nº 209/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 114/2019

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE FLORES, MUDAS DE ARVORES, GRAMA EM LEIVA, E INSUMOS PARA ORNAMENTAÇÃO DE PRÉDIOS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 14/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 18/11/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 31 de Outubro de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

## **PROCESSO Nº 210/2019 PREFEITURA**

Publicação Nº 2212441

PROCESSO Nº 210/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 115/2019

Tipo: Menor Preço Por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA MÓVEL, SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, BANHEIROS QUÍMICOS, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO NATAL DOS SONHOS 2019, NO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 14/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 18/11/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 31 de Outubro de 2019

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

**Otacílio Costa****PREFEITURA****NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 201/2019/DMT**

Publicação Nº 2211858

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 201/2019  
Notificado: Paulo Cezar Batista da Silva  
Auto n. 54022796G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. PAULO CEZAR BATISTA DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o n.079.351.569-64, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de estac em guia de calçada rebaixada dest á estrada/saída veic, cometida na Av. Olinkraft Art 181 INC IX DO CTB, estacionado em entrada de garagem, Otacílio Costa, no dia 02/10/2016 às 02:31, na condução do veículo VW/GOL 1.0 GIV, placa AUS6389, com fundamento no Art. 181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

**NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 202/2019/DMT**

Publicação Nº 2211862

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 202/2019  
Notificado: Danilo da Silva Pereira  
Auto n. 54023807G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. DANILO DA SILVA PEREIRA, inscrito no CPF/MF sob o n.093.185.019-35, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de transitar pela contramão em via c/ sinalização de sent único, cometida na Av Laelio Cordova n 340, Otacílio Costa, no dia 22/05/2017 às 17:26, na condução do veículo I/FORD FOCUS 1.8L HA, placa MFX1690, com fundamento no Art. 186 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

**NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 203/2019/DMT**

Publicação Nº 2211864

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 203/2019  
Notificado: Adriane dos Santos de Souza  
Auto n. 55964195E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. ADRIANE DOS SANTOS DE SOUZA, inscrito no CPF/MF sob o n.060.515.739-17, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de estc nas esquinas e a menos de 5M do alinhamento da via tranv, cometida na R Antonio D da Luz, esqAvOlinkraft foi aguardado o cond no local por mais de 10 mim e o mesmo, Otacílio Costa, no dia 06/03/2017 às 15:09, na condução do veículo FIAT/PALIO WK ADVEN FLEX, placa DZV9196, com fundamento no Art. 181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a

multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 204/2019/DMT**

Publicação Nº 2211865

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 204/2019  
Notificado: Rkm Comercio e representações de calçado  
Auto n. 55965171E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. RKM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE CALCADO, inscrito no CPF/MF sob o n.174.734.800.001-00, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de executar operação de retorno em locais proibidos pela sinalização, cometida na Av. Olinkraft, frente ao Banco HSBC, Otacílio Costa, no dia 25/08/2015 às 11:00, na condução do veículo GM/VECTRA SEDAN ELITE, placa JAS7878, com fundamento no Art. 206 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 205/2019/DMT**

Publicação Nº 2211869

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 205/2019  
Notificado: Armando Dalmina  
Auto n. 55963969E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. ARMANDO DALMINA, inscrito no CPF/MF sob o n.010.052.789-20, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de estacionar na contramão de direção, cometida na Rua Andre Luiz, lado a Igreja Assembleia de Deus, Otacílio Costa, no dia 10/09/2015 às 09:50, na condução do veículo SCANIA/T113 H 4x4 320, placa LX00756, com fundamento no Art. 181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 206/2019/DMT**

Publicação Nº 2211870

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 206/2019  
Notificado: Janaina Batista Rodrigues de Vale  
Auto n. 555963373E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. JANAINA BATISTA RODRIGUES DE VALE, inscrito no CPF/MF sob o n.879.098.715-20, que lhe foi imposta a penalidade de multa

em decorrência de infração de trânsito de cond veículo s/documentos de port obrig referidos no CTB, cometida na Av. Olinkraft, N2938, Otacílio Costa, no dia 03/06/2016 às 17:09, na condução do veículo I/FORD FOCUS TI 2LHCFLEX, placa AWI4742, com fundamento no Art. 232 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 207/2019/DMT**

Publicação Nº 2211875

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 207/2019  
Notificado: Rejane Fatima Spitzza  
Auto n. 54023649G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. REJANE FATIMA SPITZA, inscrito no CPF/MF sob o n.008.234.840-50, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de usar buzina prolongada e sucessivamente a qualquer pretexto, cometida na Av. Olinkraft, N1080 Art227 INC II do CTB, Otacílio Costa, no dia 25/09/2016 às 15:41, na condução do veículo I/TOYOTA HILUX CD 4x4 SRV, placa IVY9671, com fundamento no Art. 227 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 208/2019/DMT**

Publicação Nº 2211877

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 208/2019  
Notificado: Rosangela dos Santos  
Auto n. 54599554E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. ROSANGELA DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o n.019.456.549-10, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de conduzir o veículo com a placa violada/falsificada, cometida na Rua Projetada 437, Otacílio Costa, no dia 14/03/2014 às 16:21, na condução do HONDA/CG 125 TITAN, placa AHY0315, com fundamento no Art. 230 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 209/2019/DMT**

Publicação Nº 2211880

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 209/2019  
Notificado: Michael Moraes Diniz  
Auto n. 54598550E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. MICHAEL MORAIS DINIZ, inscrito no CPF/MF sob o n.088.408.769-79, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de transit pela contramão direção em via com duplo sentido circ, cometida na SC114, KM191, Otacílio Costa, no dia 21/05/2016 às 01:35, na condução do FIAT/UNO ELECTRONIC, placa BZO0136, com fundamento no Art. 186 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019

Anderson Amarante de Liz

Diretor de Trânsito

## **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 210/2019/DMT**

Publicação Nº 2211881

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

Secretaria Municipal de Planejamento

Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 210/2019

Notificado: Cenira Domingues de Souza

Auto n. 54176567G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. CENIRA DOMINGUES DE SOUZA, inscrito no CPF/MF sob o n.026.305.879-40, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de estacionar no passeio, cometida na AvOlinkraft próximo a loja vale tudo conforme Art 181 inciso VII CTB/Res 532/15 Contran, Otacílio Costa, no dia 09/06/2017 às 16:09, na condução do GM/MERIVA MAXX, placa MJA4085, com fundamento no Art. 181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 31 de Outubro de 2019

Anderson Amarante de Liz

Diretor de Trânsito

# Ouro

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO N. 01/2019 AO CONTRATO N. 010/2019

Publicação Nº 2212400

TERMO ADITIVO N. 01/2019 AO CONTRATO N. 010/2019

Processo Licitatório n. 0095/2018

Pregão Presencial n. 0072/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: BRUNO M. FAVERO PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI.

Objeto: Aquisição de medicamentos éticos.

ALTERAÇÃO: acréscimo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 8666/1993.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

VIGÊNCIA: de 31/10/2019 até 31/12/2019.

DATA DE ASSINATURA: 31/10/2019.

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 203/2019

Publicação Nº 2212234

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO Nº 203/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 26 de novembro de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da Tomada de Preço Nº 203/2019, que tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento do material e mão de obra para execução de Revitalização da Área Pública Pachecos, Rua Maria Leopoldina da Silva, Pachecos, Palhoça/SC, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda-feira a sexta-feira, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 31 de outubro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

### COMUNICADO DE CORREÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 118/2019

Publicação Nº 2212514

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
COMUNICADO DE CORREÇÃO  
RESULTADO FINAL  
PREGÃO PRESENCIAL nº 118/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a confecção de uniformes profissionais para servidores da rede Municipal de Saúde, com fornecimento de todos os materiais necessários, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

CONFECTIL CONFECÇÕES DE MALHAS E UNIFORMÊS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 7 e 8 totalizando R\$ 11.893,84 (onze mil e oitocentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos);

TRACTON INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 totalizando R\$ 54.026,50 (cinquenta e quatro mil e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

Palhoça, 31 de outubro de 2019.

### DECRETO Nº 2.515, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2212534

DECRETO Nº 2.515, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL dos direitos da mulher (comdim) DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 79, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palhoça e no art. 8º da Lei Municipal nº 4.062, de 01 de julho de 2014, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de outubro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM – PALHOÇA  
REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

## DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) instituído pela Lei nº 4.062, de 01 de julho de 2014, é órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, deliberativo, consultivo e fiscalizador de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, com a finalidade de propor, formular e promover, em âmbito municipal, políticas voltadas à garantia dos direitos das mulheres, que contemplem a equidade de gênero (visando à eliminação do preconceito e da discriminação) e a prevenção e erradicação da violência contra a mulher, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

§ 1º Como órgão propositivo, terá como diretriz o estabelecido nas legislações, normas e recomendações federais, na Lei Municipal nº 4.062, e nas normas gerais estabelecidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

§ 2º Como órgão fiscalizador, deverá inscrever e fiscalizar as entidades e/ou programas governamentais e não governamentais de atendimento à mulher.

§ 3º O COMDIM é órgão vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

## CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS Seção I Do Conselho

Art. 2º Compete ao COMDIM:

- I – participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de equidade de gênero;
- II – promover a realização de estudos, debates, campanhas e pesquisas sobre a realidade da situação das mulheres, em âmbito municipal, com vistas a contribuir na elaboração de projetos e propostas de políticas públicas que visem à eliminação de todas as formas de preconceito, discriminação e violência, inclusive em âmbito doméstico, familiar, comunitário e a praticada ou permitida por meio de seus agentes;
- III – receber e examinar denúncias relativas à discriminação de gênero e violação dos direitos das mulheres e encaminhá-las aos órgãos de garantia e defesa dos direitos da mulher de Palhoça;
- IV – promover e participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres e monitorar suas deliberações;
- V – propor programas e projetos de capacitação contínua nas diferentes áreas de estudos que dizem respeito aos direitos das mulheres, no âmbito da administração pública;
- VI – articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, não representados no COMDIM, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sobre a promoção dos direitos da mulher;
- VII – articular-se com os movimentos de mulheres e outros conselhos de direitos e/ou setoriais para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social;
- VIII – apresentar ao Poder Executivo Plano de Ação Anual a ser incluído no sistema de planejamento e orçamento (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei de Orçamento Anual – LOA) que assegure dotação orçamentária própria, recursos humanos, materiais e financeiros para seu efetivo funcionamento.
- IX – manifestar-se sobre iniciativas legislativas que tenham implicações sobre os direitos das mulheres, tanto quando solicitados, como por prerrogativa deste Conselho;
- X – propor estratégias de monitoramento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo de diretrizes das políticas voltadas aos direitos da mulher, desenvolvidas em âmbito municipal;
- XI – acompanhar, analisar e apresentar resoluções em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais e a execução de recursos públicos para eles autorizados com vistas à implementação do Plano Municipal de Políticas para Mulheres (PMPM).

Parágrafo Único. Com esta finalidade, o COMDIM poderá proporcionar eventos e articulações interinstitucionais, visando obter conhecimento de experiências e orientações teóricas para subsidiar seus indicativos e linhas de ação a serem propostos.

## Seção II Das Conselheiras

Art. 3º As funções das conselheiras do COMDIM não serão remuneradas, mas consideradas como de serviço público relevante, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de Comissões ou participação em diligências.

Parágrafo Único. Será expedido pelo COMDIM às interessadas, quando requerido, declaração de participação nas atividades a que se refere o “caput” do presente artigo, podendo ser assinada pela Presidente do COMDIM ou por sua Secretária Executiva.

Art. 4º Cabe as Conselheiras do COMDIM:

- I – comparecer às Plenárias, justificando as faltas à Presidente ou à Secretária Executiva quando ocorrerem;
- II – assinar lista de presença na reunião a que comparecer;
- III – solicitar à Presidência ou Secretaria Executiva do COMDIM a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que deseja discutir;
- IV – propor convocação de sessões extraordinárias;
- V – propor emenda ou reforma no Regimento Interno do COMDIM;
- VI – votar e ser votado para cargos do Conselho;
- VII – requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

- VIII – fornecer à Secretaria Executiva do Conselho todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem nas respectivas áreas de sua competência, sempre que o julgar importante para o Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;
- IX – propor a criação de Comissões, indicar nomes para as mesmas e delas participar;
- X – exercer atribuições no âmbito de sua competência, ou outras funções designadas pela Plenária;
- XI – participar em eventos de capacitação e aperfeiçoamento em todas as áreas relacionadas à temática da mulher, mantendo-se atualizado.

### CAPÍTULO III

#### DO MANDATO

##### Seção I

##### Da Composição

Art. 5º O COMDIM será composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, nomeados pelo(a) Prefeito(a) Municipal de Palhoça, respeitando os seguintes critérios:

I – 05 (cinco) representantes de entidades governamentais do Município, de áreas afins às questões referentes à mulher, e seus respectivos suplentes.

II – 05 (cinco) representantes de entidades não governamentais do Município (sociedade civil organizada, representações de instituições, movimentos sociais, organizações sociais e núcleos de estudos), de áreas afins às questões referentes à mulher, e seus respectivos suplentes.

§ 1º A designação dos representantes de que trata o inciso I deste artigo será feita pelo Secretário(a)/Gestor da pasta e a nomeação pelo(a) Prefeito(a) Municipal de Palhoça.

§ 2º A designação dos representantes de que trata o inciso II deste artigo deverá considerar a indicação de pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos da mulher que, uma vez eleitas por meio de convocação editalícia, através de fórum próprio, serão nomeadas pelo(a) Prefeito(a) Municipal de Palhoça.

§ 3º A eleição das representações e suas respectivas suplentes de que trata o inciso II deste artigo levará em consideração aquelas que obtiverem maior número de votos, garantindo desse modo uma ampla representatividade. Caso não haja concorrência entre as instituições, estas poderão indicar suas respectivas suplentes.

Art. 6º As Conselheiras e respectivas suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

##### Seção II

##### Das Substituições

Art. 7º Em caso de vacância do cargo de conselheiro titular, a respectiva entidade ou órgão deverá indicar seu suplente ou novo representante para completar o mandato, oficiando a alteração ao COMDIM, devendo regularizar a situação no prazo de até três reuniões consecutivas do Conselho.

Art. 8º O conselheiro titular que vier a se ausentar ou faltar, deverá comunicar o fato ao seu suplente – para que este o substitua de imediato – bem como à Presidência e/ou à Secretaria Executiva do COMDIM, para justificar a ausência.

Art. 9º Independentemente da presença dos representantes titulares, os suplentes deverão ser convidados a participar das Plenárias.

Art. 10. Os representantes das entidades governamentais e não governamentais, titulares e suplentes, podem ser substituídos a qualquer tempo, mediante nova indicação do órgão representado.

##### Seção III

##### Da Perda

Art. 11. Os membros do Conselho perderão o mandato antes do prazo de 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

I – por falecimento;

II – por renúncia;

III – pela ausência não justificada em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas;

IV – pela prática de ato incompatível com o da função, avaliado pela Mesa Diretora e decidido pela maioria dos membros do COMDIM;

V – por requerimento da entidade da sociedade civil representada;

VI – por requerimento do órgão governamental.

§ 1º As entidades governamentais e não governamentais que por 03 (três) vezes consecutivas deixarem o cargo vago, na forma do Art. 7º, deverão ser substituídas por outros representantes (caso haja indicação) ou por outra entidade (caso não haja mais representantes disponíveis e/ou o Conselho decida pela troca da instituição).

§ 2º No caso de entidade não governamental, esta só poderá ser substituída por outra entidade que tenha participado do processo eleitoral.

§ 3º Na perda do mandato, as entidades governamentais e não governamentais deverão indicar novo representante, acompanhado de seu suplente ou, a critério do Conselho, a própria entidade poderá ser substituída por outra.

§ 4º em se tratando de seguimento não governamental, a entidade substituta deverá ser a suplente representativa daquela categoria, eleita na mesma circunstância da entidade que deixa o Conselho. Em caso de vacância da entidade titular e também da suplente, serão

convocadas novas eleições daquele seguimento.

#### CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES

Art. 12. O COMDIM deverá ter sua sede e foro na cidade de Palhoça, abrangendo em suas atividades, todo o território do Município, devendo funcionar em prédio e instalações fornecidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 13. O COMDIM deverá ser organizado da seguinte forma:

- I – Assembléia Geral;
- II – Mesa Diretora;
- III - 1ª Secretária;
- IV - 2ª Secretária;
- V – Secretaria Executiva;
- VI – Comissões Temáticas.

##### Seção I Da Assembléia Geral

Art. 14. A Assembléia Geral é o órgão máximo do COMDIM e é soberana em suas decisões, constituindo-se pela reunião ordinária ou extraordinária dos seus membros.

Art. 15. O COMDIM reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, conforme calendário definido em assembléia; ou extraordinariamente, mediante convocação de sua Presidente ou de 1/3 (um terço) de seus membros, observado em ambos os casos, o prazo de no mínimo 07 (sete) dias para a realização da reunião.

Art. 16. Cabe à Assembléia Geral:

- I – propor, discutir e deliberar sobre os assuntos de sua competência;
- II – aprovar a criação e dissolução das Comissões Temáticas e grupos de trabalho, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazo de duração;
- III – exercer o acompanhamento e fiscalização das ações de atendimento desenvolvidas por organizações governamentais e não governamentais, orientando, quando necessário, o reordenamento dos programas, projetos e serviços, através de normas de cumprimento compulsório;
- IV – eleger a Mesa Diretora do Conselho;
- V – apreciar e propor sobre todos os assuntos e matérias de competência do COMDIM, inscritos na Lei 4.062 de 01/07/2014.

Art. 17. As Assembléias Gerais serão instaladas com a presença de 50% + 01 (cinq-enta por cento mais um) de seus membros (mínimo de 06 – seis representantes), devendo sua representação mínima ser paritária (03 – três representantes governamentais e 03 – três não-governamentais).

Parágrafo Único. Quando se tratar de matéria relacionada ao Regimento Interno o quórum mínimo será de 2/3 (dois terços) de seus membros (mínimo de 08 – oito representantes), devendo sua representação mínima ser paritária (04 – quatro representantes governamentais e 04 – quatro não-governamentais).

Art. 18. A Assembléia Geral será presidida pela Presidente do COMDIM, que, em sua falta ou impedimento será substituída pela Vice-Presidente, 1ª Secretária e 2ª Secretária, nesta ordem.

Art. 19. As proposições serão aprovadas por maioria simples, salvo no caso do disposto no parágrafo único do Art. 61 deste Regimento Interno.

Art. 20. A votação será aberta e/ou secreta, de acordo com a decisão dos representantes, e cada instituição presente terá direito a um voto.

§ 1º Havendo empate entre posições divergentes, e depois de inviabilizado o consenso, a Presidente do Conselho, sua substituta legal ou a Conselheira em exercício da Presidência exercerá o direito ao voto de qualidade.

§ 2º Os representantes titulares terão direito a voz e voto; os representantes suplentes terão direito a voz, entretanto só terão direito a voto, quando no exercício da titularidade.

§ 3º Os votos divergentes poderão ser expressos na ata da reunião, a pedido do Conselheiro que o proferiu.

Art. 21. As reuniões do COMDIM serão públicas, entretanto os participantes que não compõem o Conselho não terão direito a voto, poderão ter direito a voz, mediante aprovação da Assembléia.

Parágrafo Único. Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMDIM, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, entidades da sociedade civil eleitas como entidades suplentes, bem como técnicos, se da pauta constar temas de sua área de atuação.

Art. 22. As manifestações do COMDIM se darão mediante proposições ou recomendações, conforme decisão em Plenária.

Art. 23. Os trabalhos da Assembléia Geral obedecerão:

I – verificação de quórum para a instalação dos trabalhos;

II – leitura, apreciação e votação da ata da Plenária anterior;

III – leitura, discussão e aprovação da agenda/pauta;

IV – Informes;

V – momento das Comissões e da Mesa Diretora (avisos, comunicações, registros de fatos, apresentação de proposições, correspondência e outros documentos de interesse da Assembléia Geral);

VI – agenda livre para, a critério da Plenária, serem debatidos ou levados ao conhecimento da Assembléia, assuntos de interesse geral;

VII – encaminhamentos;

VIII – encerramento.

§ 1º A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá à seguinte ordem:

I – A presidente dará a palavra ao relator que apresentará seu parecer por escrito;

II – durante a exposição da matéria pelo relator, que não poderá exceder 10 (dez) minutos, não serão permitidos apartes;

III – terminada a exposição do relator, a matéria será colocada em discussão, sendo assegurado o tempo de 03 (três) minutos para cada membro do Conselho inscrito para usar a palavra;

IV – A Presidente poderá conceder prorrogação do prazo fixado no inciso anterior, por solicitação dos debatedores;

V – considerando necessário, a Presidente poderá submeter à discussão e votação matéria relevante, sem designar o relator.

§ 2º A leitura do parecer do relator poderá ser dispensada a critério da relatoria, se previamente, com a convocação da reunião, tenha sido distribuída cópia do mesmo a todos os Conselheiros.

Art. 24. A pauta organizada pela Mesa Diretora juntamente com a Secretaria Executiva, será comunicada previamente, a todos os Conselheiros.

§ 1º Em caso de urgência ou relevância, a Assembléia Geral do COMDIM, por voto da maioria simples, poderá alterar a pauta.

§ 2º Os itens constantes da pauta deverão ter afinidade com as competências do Conselho, identificadas no artigo 2º deste Regimento Interno.

Art. 25. A Conselheira que não se julgar suficientemente esclarecida poderá pedir vistas da matéria.

§ 1º O prazo de vistas será até a data da próxima reunião, mesmo que mais de um representante o solicite, podendo, a juízo da Assembléia Geral, ser prorrogado por mais de uma reunião.

§ 2º O prazo poderá ser dilatado ou diminuído de acordo com o conteúdo/urgência da matéria.

Art. 26. A cada reunião será lavrada uma ata com a exposição sucinta dos trabalhos, conclusões, proposições e encaminhamentos, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes na data da discussão e pela Secretária Executiva, devendo ser, posteriormente, arquivada na Secretaria Executiva do COMDIM.

Parágrafo Único. As assinaturas de todos os Conselheiros do COMDIM presentes na reunião deverão constar em livro próprio (Livro de Presença), bem como dos demais participantes.

Art. 27. As datas de realização das reuniões ordinárias do COMDIM serão estabelecidas em cronograma e sua duração será a julgada necessária, podendo ser interrompida para prosseguimento em data e hora a serem estabelecidas pelos presentes.

## Seção II

### Da Mesa Diretora

Art. 28. A Mesa Diretora, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembléia para mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução, será composta pelos seguintes cargos:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – 1ª Secretária;

IV – 2ª Secretária.

Parágrafo Único. A recondução de que trata o "caput" refere-se ao mesmo cargo.

Art. 29. A eleição da Mesa Diretora dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias após a promulgação da posse dos Conselheiros do COMDIM.

Art. 30. Os conselheiros governamentais e não governamentais votarão nos representantes de ambos os seguimentos.

Art. 31. À Mesa Diretora, na função de coordenadora das ações político-administrativas do COMDIM, compete:

I – dispor sobre as normas e atos relativos ao funcionamento administrativo do COMDIM;

II – observar o quórum de seus membros para a realização de suas decisões, conforme o artigo 17 deste Regimento Interno;

III – tomar decisão, em caráter de urgência, "ad referendum" da Assembléia;

IV – desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo Único. A Mesa Diretora deverá ter em sua composição representantes do seguimento governamental e não governamental,

respeitando a paridade e com mandato sendo anualmente alternado, ou seja, em uma gestão com duração de dois anos, no primeiro ano, um representante governamental será o presidente e um não governamental será o vice, um representante governamental será o 1º Secretário e um não governamental será o 2º Secretário. Os representantes se alternam no segundo ano, presidente se torna vice (e vice-versa), 1º Secretário se torna 2º Secretário (e vice-versa).

Art. 32. À Presidente do COMDIM compete:

- I – representar judicialmente e extra-judicialmente o Conselho;
- II – convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- III – submeter a pauta à aprovação da Assembléia do Conselho;
- IV – executar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como as que resultem de proposição da Assembléia do Conselho;
- V – assinar as proposições do Conselho;
- VI – homologar os nomes dos integrantes de Comissões;
- VII – delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação da Assembléia;
- VIII – submeter à aprovação do Conselho a requisição justificada ou o recebimento por cessão de servidores públicos para comporem a Secretaria Executiva do mesmo;
- IX – submeter à apreciação da Assembléia a programação orçamentária e a execução financeira do Conselho;
- X – submeter à Assembléia ou Mesa Diretora os convites para representar o COMDIM em eventos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, e apresentar formalmente o nome dos conselheiros escolhidos;
- XI – propiciar as articulações necessárias para o cumprimento das atividades do Conselho.

Parágrafo Único. A Presidente do COMDIM, no desempenho de suas atribuições, deverá dar cumprimento integral ao contido neste artigo, sob pena de descumprimento de lei.

Art. 33. À Vice-Presidente compete:

- I – substituir a Presidente em seus impedimentos ou ausências;
- II – auxiliar a Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III – exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Assembléia.

Parágrafo Único. A Vice-Presidente completará o mandato da Presidente em caso de vacância.

Art. 34. À 1ª Secretária compete:

- I – substituir a Vice-Presidente nos seus impedimentos e a Presidente na falta de ambas, ou em caso de vacância até que o Conselho eleja novos titulares;
- II – auxiliar a Presidente e a Vice-Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III – exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Assembléia;
- IV – orientar os trabalhos da 2ª Secretária;

Art. 35. À 2ª Secretária compete:

- I – auxiliar a 1ª Secretária ao cumprimento de suas atribuições;
- II – substituir a 1ª Secretária em seus impedimentos ou ausências, com todas as atribuições inerentes ao cargo;
- III – substituir a 1ª Secretária nos casos em que esta venha a substituir a Vice-Presidente ou a Presidente;
- IV – completar o mandato da 1ª Secretária em caso de vacância.

### Seção III

#### Da Secretaria Executiva

Art. 36. A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico-administrativo, será composta de um técnico de nível superior e um assistente administrativo, de nível médio ou superior, dentre os servidores públicos do município, especialmente convocados pela Secretaria de Assistência Social para o assessoramento permanente ou temporário do COMDIM. À Secretaria Executiva compete:

- I – secretariar as reuniões do Conselho;
- II – responsabilizar-se pelas atas das sessões e proceder a sua leitura;
- III – expedir atos de convocação de reuniões da Assembléia Geral;
- IV – auxiliar a Mesa Diretora na preparação da pauta das sessões da Assembléia;
- V – manter agenda das reuniões das Comissões;
- VI – Manter arquivo das atas sínteses das Comissões;
- VII – manter o registro dos pareceres, moções e outras proposições da Assembléia Geral, providenciando publicação ou encaminhamentos necessários;
- VIII – manter cadastro atualizado das entidades e organizações vinculadas à temática da mulher;
- IX – preparar e coordenar eventos promovidos pelo COMDIM, relacionados à atualização e capacitação de recursos humanos envolvidos na prestação dos serviços voltados à mulher;
- X – fornecer elementos técnico-políticos para a análise de questões trazidas pelas Conselheiras;
- XI – sugerir o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e controle da execução dos programas e serviços destinados à mulher;
- XII – elaborar, de forma conjunta com a Mesa Diretora, a forma de organização e funcionamento da Secretaria Executiva;
- XIII – preparar correspondências e documentos para a apreciação da Mesa Diretora, providenciando os despachos e encaminhamentos solicitados;
- XIV – viabilizar a articulação técnica e o apoio administrativo às Comissões do COMDIM;
- XV – examinar os processos a serem apreciados pela Assembléia dando cumprimento aos despachos proferidos;
- XVII – executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pela Mesa Diretora.
- XVIII – prestar, em Assembléia, as informações que lhe forem solicitadas pela Presidente e pelos Conselheiros;

#### Seção IV Das Comissões

Art. 37. O COMDIM poderá instituir, através de Assembléia, Comissões de caráter temporário e/ou permanente, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destas Comissões ou destes grupos, representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes.

Art. 38. As Comissões serão constituídas por decisão da Assembléia, de acordo com as temáticas, cujas competências, resguardadas às especificidades, são:

I – analisar o diagnóstico das condições sócio-econômicas das mulheres do Município de Palhoça;

II – fornecer subsídios para a formulação e acompanhamento de políticas públicas para as mulheres do Município;

III – elaborar pareceres sobre assuntos que lhe foram submetidos;

IV – redigir relatórios e avaliar atividades da Comissão;

V – subsidiar as organizações governamentais, organizações não governamentais e demais entidades da sociedade civil, com vistas ao aprimoramento das ações, considerando as proposições do COMDIM e legislações vigentes.

Art. 39. As Comissões serão dirigidas por coordenadora, cujas competências são:

I – coordenar a reunião da Comissão;

II – assinar as atas das reuniões, propostas, pareceres e recomendações, elaboradas pela Comissão, devendo encaminhá-los à Secretaria Executiva do Conselho;

III – solicitar à Secretaria Executiva do Conselho o apoio necessário ao funcionamento da respectiva Comissão.

Art. 40. A área de abrangência, estrutura organizacional e o funcionamento de cada Comissão serão estabelecidos por resolução aprovada em Assembléia.

Art. 41. As Comissões do COMDIM, no que for pertinente, interagirão com Comissões de outros Conselhos, visando uniformizar e definir áreas de competência comum ou específica, para formulação de políticas ou normatização de ações de atendimento.

Art. 42. O COMDIM poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos para colaborarem em estudos e/ou participarem de Comissões instituídas no âmbito do próprio Conselho.

Art. 43. Consideram-se colaboradores (as) do COMDIM, entre outros:

I – as instituições de ensino, pesquisa e cultura;

II – as organizações não governamentais;

III – especialistas e profissionais da administração pública e privada;

IV – Prestadores e usuários de programas e serviços voltados à mulher.

Art. 44. As Comissões poderão ser convocadas para assessoramento nas reuniões das Assembléias, da Mesa Diretora, e a se pronunciarem quando solicitadas pela Presidente do Conselho.

#### CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS

Art. 45. As matérias a serem apreciadas pela Assembléia deverão, quando possível, serem instruídas pela Secretaria Executiva.

§ 1º A apreciação deverá conter:

I – histórico do fato;

II – objetivo pretendido;

III – interfaces com outras políticas;

IV – a legislação pertinente;

V – análise e seus elementos;

VI – conclusão.

§ 2º Excepcionalmente, a Mesa Diretora poderá apreciar matéria, em caráter de urgência, ao seu critério.

Art. 46. As Comissões, na definição dos mecanismos de controle e avaliação, levarão em conta os instrumentos disponíveis pelo Município, podendo sugerir a implantação de outros, dentro de um plano previamente discutido e acordado com o Órgão de Administração Pública Municipal responsável pela política dirigida às mulheres.

Art. 47. Técnicos especializados poderão ser convocados, requisitados ou convidados pelo COMDIM, para assessoramento em matérias especializadas, obedecidos os critérios previamente estabelecidos.

§ 1º A convocação, requisição ou convite será homologado pela Mesa Diretora, a pedido da Plenária ou Comissão.

§ 2º A formalização de convite poderá se dar a técnicos de entidades privadas, empresas públicas ou de economia mista, sem ônus para o COMDIM.

#### CAPÍTULO VI

## DO FÓRUM ELETIVO

Art. 48. As organizações não governamentais serão eleitas bienalmente, em Fórum próprio, convocado por edital publicado em Diário Oficial do Estado e do Município, com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência da data da eleição.

§ 1º O parecer de aprovação das entidades com documentação apta a eleição, deve ser encaminhado ao fórum eletivo das entidades não governamentais em tempo hábil, 10 (dez) dias antes da eleição.

§ 2º Do recebimento do parecer reprovado, a entidade tem o prazo de 02 (dois) dias úteis para recurso.

§ 3º A Comissão do fórum eletivo, do recebimento do recurso, terá 02 (dois) dias úteis para a resposta.

Art. 49. As entidades da sociedade civil devem estar legalmente organizadas em instituições, ONGs, associações legalmente constituídas, sediadas no Município e que sejam voltadas para a defesa dos direitos e interesses da mulher.

§ 1º Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, 02 (dois) anos através de: um instrumento de comunicação e informação de circulação nacional; relatório de atividades ou de reuniões do movimento; documento de órgãos públicos que atestem sua existência.

§ 2º Os documentos deverão ser encaminhados através de ofício e protocolados na Secretaria Executiva junto ao COMDIM.

§ 3º Os documentos deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias antes da eleição.

Art. 50. O processo eletivo será regulamentado por Regimento Interno previamente elaborado pelos/as organizadores/as do Fórum e aprovado por maioria simples dos/as participantes de sua Plenária pela comissão organizadora.

Art. 51. Para desenvolvimento da Plenária eletiva deverá ser constituída mesa eleitoral composta por presidente, secretário e dois escrutinadores.

Parágrafo Único. Todo processo da Assembléia eletiva será registrado em ata, que ao término dos trabalhos, deverá ser lida e aprovada pelos participantes.

Art. 52. O Fórum eletivo deverá contar com o apoio e estrutura do COMDIM e Órgão de Administração Pública Municipal responsável pela política dirigida às mulheres.

Art. 53. Após a eleição, os responsáveis pela organização do Fórum deverão encaminhar ao COMDIM relação das organizações não governamentais eleitas e seus respectivos representantes, juntamente com a ata aprovada em Plenária.

Art. 54. O COMDIM deverá encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, nominata das organizações não governamentais eleitas e seus respectivos representantes, para nomeação e subseq-ente posse, juntamente com os representantes de órgãos governamentais indicados, na forma da Lei.

Parágrafo Único. A posse das Conselheiras governamentais e não governamentais deverá ser efetivada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 55. O COMDIM é órgão autônomo, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

Parágrafo Único. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do COMDIM, dos grupos temáticos e das Comissões serão prestados pela SMAS.

Art. 56. As despesas das ações a serem efetuadas pelo COMDIM deverão ser apreciadas pelo órgão executor da Assistência Social do Município, após aprovadas pela Plenária Geral.

Art. 57. Os recursos advindos para a implantação de políticas públicas em favor de projetos, programas e ações em questões de gênero e equidade, deverão ser vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 58. O ressarcimento de despesas, adiantamento ou pagamento de diárias e ajudas de custo necessário nos deslocamentos dos membros do Conselho, das Comissões, dos servidores da Secretaria Executiva ou servidor convocado, processam-se nas condições e valores estabelecidos pelas normas usadas pelo Município em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 59. O COMDIM, no que for pertinente, interagirá com outros Conselhos, visando uniformizar e definir áreas de competência comum ou específica, para formulação de políticas ou normatização de ações de atendimento.

Art. 60. Este Regimento Interno deverá ser submetido à decisão da Assembléia que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o após a aprovação (apreciação) do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. O presente Regimento somente poderá ser alterado por proposta de 1/3 (um terço) dos membros do COMDIM, mediante a aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros e ad referendum, por decreto do Prefeito Municipal.

Art. 61. Os casos omissos serão dirimidos na forma da Lei ou pela Assembléia do COMDIM.

Parágrafo Único. O COMDIM poderá editar normas complementares necessárias à aplicação deste Regimento Interno.

Art. 62. Em caso de extinção do COMDIM, o patrimônio a ele destinado será transferido ao seu substituto legal ou, na falta deste, ao Município.

Art. 63. Este regimento entrará em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município (DOM).

## **DECRETO Nº 2.516, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212535

DECRETO Nº 2.516, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Palhoça/SC para o Biênio 2019/2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o biênio 2019/2021, sendo 09 (nove) representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes, e 09 (nove) representantes governamentais e seus respectivos suplentes, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Palhoça, assim constituído:

I – Representantes Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social – Gestão da Política:

Titular: Rafael Arns Stobbe;

Suplente: Janaína Pereira da Silva.

b) Secretaria Municipal de Assistência Social- Proteção Social Básica:

Titular: Josiane Cristina da Silva;

Suplente: Andréia de Abreu.

c) Secretaria Municipal de Assistência Social- Proteção Social Especial da Média Complexidade:

Titular: Pricila Cardoso;

Suplente: Bruna Siqueira Adriano.

d) Secretaria Municipal de Assistência Social- Proteção Social Especial da Alta Complexidade:

Titular: Aline Maria Venâncio de Simas;

Suplente: Laiara Cardoso.

e) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Roberta Cristina Pacheco Correia dos Santos;

Suplente: Maraisa Melo Farias.

f) Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Angela Maria Wagner;

Suplente: Matheus de Lima Leite.

g) Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária:

Titular: Eliane Fatima Franceschetti Santos;

Suplente: Daniel Meurer.

h) Secretaria Municipal de Planejamento:

Titular: Milena Aparecida Kock;

Suplente: Andréia Schreiber.

i) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marcos Moser;

Suplente: Andreza Demétrio.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Representantes de Entidades de Assistência Social:

1) Associação João Paulo II  
Titular: Aline J. Morais Gonçalves;  
Suplente: Liliam Daniela Nascimento.

2) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:  
Titular: Sandra Mota Collaço Domingues;  
Suplente: Beatriz Eugênia de Oliveira.

3) Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE:  
Titular: Rodrigo Morfim;  
Suplente: Guilherme Demori Oliveira.

b) Representantes de Usuários e Organizações de Usuários:

1) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Jardim Eldorado:  
Titular: Marlene Marcílio;  
Suplente: Liordina Cecília Heerdt.

2) Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Brejarú:  
Titular: Divina Mara Santos Rocha;  
Suplente: Suelem Jacinto Mellies.

3) Associação dos Imigrantes/SC:  
Titular: Wisly Jules;  
Suplente: Sidanel Jules.

c) Representantes de Trabalhadores e organizações de trabalhadores do SUAS:

1) Fórum dos Trabalhadores do SUAS de Palhoça:  
Titular: Cória Helena Vieira;  
Suplente: Silvana Antonioli Ramos.

2) Ordem dos Advogados do Brasil- OAB 29º Subseção- Palhoça:  
Titular: Raiza Rodrigues Monteiro Feitoza;  
Suplente: Barbara Cidral de Souza.

3) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Palhoça:  
Titular: Francisco Antônio de Souza Martins;  
Suplente: Andreza Maria do Carmo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 30 de outubro de 2019.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 2.517, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212537

DECRETO Nº 2.517, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

REVOGAÇÃO. Revoga o Decreto nº 2.493, de 08 de agosto de 2019 que declarou situação de emergência no sistema de abastecimento de água do Município de Palhoça.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais, e

Considerando as informações veiculadas pela CASAN, que indicam que as chuvas de outubro estabilizaram o sistema de abastecimento de água na região da Grande Florianópolis, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 2.493, de 08 de agosto de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de outubro de 2019.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Publicação Nº 2212540

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000  
FONE/FAX: (48) 279-1703 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO NO MUNICÍPIO

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatutos da Cidade, artigo 40, § 1º, CONVOCA a comunidade em geral para participar da Audiência Pública, referente à alteração de Zoneamento do Município e outras providências no tocante ao Plano Diretor, que será realizada às 19h30min do dia 21 de novembro de 2019, no Auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito a Rua Hilza Terezinha Pagani, 280, Pagani, Palhoça/SC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, aos 30 de outubro de 2019.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/19-ESPORTES

Publicação Nº 2212603

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº 017/2019 do PREGÃO Nº 169/2019– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Coffee-break com infraestrutura necessária e de pessoal de apoio para atender os eventos realizados pela Fundação Municipal de Esporte e Cultura. , em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 41.700,00 (quarenta e um mil e setecentos reais). DATA: 11/03/2019 A 10/03/2020.

Fornecedor: 1948768 - SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Coffee-break, contendo no mínimo 03 tipos de salgados fritos: coxinha, almondega , pastel de carne, kibe, risoles de frango; 02 opções de salgados assados: empada de frango, palmito e carne, esfirra de carne e frango, mini pizza de frango e calabresa, 02 opções de sanduíches: mini sanduíche recheado com salada (alface, tomate e frango) e recheado com (alface, queijo e presunto), sendo 01 dos sanduíches com pão integral; bebidas (média 300ml por pessoa): café preto, leite, suco natural e refrigerante; infraestrutura necessária (Toalhas, cutelaria completa, prato, copo, guardanapo, talheres e etc.) e de pessoal de apoio para servir o coffee-break no local da realização do evento.	UN		3000	13,90	41.700,00
Total Geral dos Itens:						41.700,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/19-P**

Publicação Nº 2212609

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 147/2019 do PREGÃO Nº 168/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PODER AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA. OBJETO: Contratação de Serviços prestados por Agência de Viagens para aquisição de passagens aéreas, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas pela agência de viagens, no âmbito do território nacional, destinadas a atender todas as Secretarias, Autarquias e Fundações que fazem parte do Município de Palhoça, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 150.010,00 (cento e cinquenta mil e dez reais). DATA: 08/10/2019 A 07/10/2020.

Fornecedor: 39393216 - PODER AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	EMISSÃO DE BILHETE DE PASSAGEM AÉREA: Contratação de SERVIÇOS, prestados por agência de viagens, para EMISSÃO de bilhete de passagem aérea em território nacional. Descrição complementar: Taxa administrativa ou repasse, sobre prestação de serviço de agenciamento de viagens, que compreende os serviços prestados por agência de viagem, para EMISSÃO de passagem AÉREA em território nacional.	TX	PODER AG DE VIAGENS	500	0,01	5,00
2	REMARCAÇÃO DE BILHETE EMITIDO DE PASSAGEM AÉREA: Contratação de SERVIÇOS, prestados por agência de viagens, para REMARCAÇÃO de bilhete de passagem aérea em território nacional. Descrição complementar: Taxa administrativa ou repasse, sobre prestação de serviço de agenciamento de viagens, que compreende os serviços prestados por agência de viagem, para REMARCAÇÃO de passagem AÉREA em território nacional.	TX	PODER AG DE VIAGENS	200	0,01	2,00
3	CANCELAMENTO DE BILHETE EMITIDO DE PASSAGEM AÉREA: Contratação de SERVIÇOS, prestados por agência de viagens, para CANCELAMENTO de emissão de bilhete de passagem aérea em território nacional. Descrição complementar: Taxa administrativa ou repasse, sobre prestação de serviço de agenciamento de viagens, que compreende os serviços prestado por agência de viagem, para CANCELAMENTO de passagem AÉREA em território nacional	TX	PODER AG DE VIAGENS	300	0,01	3,00
4	Aquisição de passagem AÉREA em território nacional, incluindo taxas de embarque. O valor deste item não deve ser alterado, pelo licitante. Caso o licitante lance proposta diferente do valor estimado neste item, Terá sua proposta desclassificada automaticamente.	UN	PODER AG DE VIAGENS	150000	1,00	150.000,00
Total Geral dos Itens:						150.010,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/19-INFRA**

Publicação Nº 2212619

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 148/2019 do PREGÃO Nº 164/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA. OBJETO: Aquisição de Hidrômetros velocimétricos de água potável fria, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$1.036.800,00 (um milhão, trinta e seis mil e oitocentos reais). DATA: 11/10/2019 A



10/10/2020.

Fornecedor: 3570886 - ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	HIDRÔMETRO MULTIJATO, QN 0,75M³/H - CLASSE B	UN	ELSTER	13500	76,80	1.036.800,00
Total Geral dos Itens:						1.036.800,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/19-INFRA**

Publicação Nº 2212621

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 149/2019 do PREGÃO Nº 164/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AZARIAS & SANTOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de Hidrômetros velocimétricos de água potável fria, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$143.025,00 (cento e quarenta e três mil e vinte e cinco reais). DATA: 11/10/2019 A 10/10/2020.

Fornecedor: 39682870 - AZARIAS & SANTOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	HIDRÔMETRO MULTIJATO, QN 0,75M³/H - CLASSE B (10% reservado ME/EPP, conforme decreto n. 2111/2017).	UN	FAE	1500	95,35	143.025,00
Total Geral dos Itens:						143.025,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/19-P**

Publicação Nº 2212623

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 150/2019 do PREGÃO Nº 174/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HIPERAGUA COMERCIO DE AGUA EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de Água Mineral sem gás, bombonas de 20 litros, água mineral com e sem gás, garrafa de 200/500ml para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundo, Autarquias e eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Palhoça, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. R\$44.830,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos e trinta reais). ATA: 17/10/2019 A 16/10/2020.

Fornecedor: 1456660 - HIPERAGUA COMERCIO DE AGUA EIRELI EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Água Mineral, sem gás, acondicionada em bombonas de 20 litros de policarbonato transparente, PH mínimo de 6.0 a 25° C na fonte. No momento da entrega será feita a troca do vasilhame. Só serão aceitos vasilhames padrões reutilizáveis por qualquer envasadora, não serão aceitos vasilhames exclusivos. Produto com registro no Ministério da Saúde.	UN	Da Guarda	10000	4,18	41.800,00
2	Água mineral, sem gás, envasada em garrada do tipo PET (polietileno tereftalato), de 500 ml, transparente, preferência incolor, descartáveis, com rótulo de identificação do produto.	UN	Da Guarda	1200	0,76	912,00

3	Água mineral, com gás, envasada em garrada do tipo PET (polietileno tereftalato), de 500 ml, transparente, preferência incolor, descartáveis, com rótulo de identificação do produto.	UN	Da Guarda	600	0,81	486,00
4	Água mineral, sem gás, em copo plástico de 200 ml, com tampa aluminizada. Validade Mínima: 03 (três) meses a contar da data da entrega.	UN	Da Guarda	4800	0,34	1.632,00
Total Geral dos Itens:						44.830,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/19-SESP**

Publicação Nº 2212626

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 151/2019 do PREGÃO Nº 173/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de peças para reposição em máquinas pesadas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos - SESP e Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$14.120,00 (quatorze mil e cento e vinte reais). DATA: 17/10/2019 A 16/10/2020.

Fornecedor: 3565351 - TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
12	LÂMINA CONCHA DE MINI ESCAVADEIRA NEW HOLLAND 220	UN	TBM	40	353,00	14.120,00
Total Geral dos Itens:						14.120,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/19-SESP**

Publicação Nº 2212629

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 152/2019 do PREGÃO Nº 173/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de peças para reposição em máquinas pesadas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos - SESP e Secretaria de Infraestrutura e Saneamento., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$108.458,80 (cento e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos). DATA: 17/10/2019 A 16/10/2020.

Fornecedor: 3582620 - PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	LAMINA PATROLA 5/8X8 FUROS	UN	ECOPLAN	196	220,00	43.120,00
2	LAMINA PATROLA 5/8X9 FUROS	UN	ECOPLAN	90	255,00	22.950,00
10	PONTA DA CONCHA DE ESCAVADEIRA NEW HOLLAND 215B	UN	ECOPLAN	20	79,00	1.580,00
11	PONTA ESCAVADEIRA CASE CB55	UN	ECOPLAN	40	79,00	3.160,00
14	CERDA DE NYLON PARA VASSOURA NEW HOLLAND LM220	UN	TEC	1992	18,90	37.648,80
Total Geral dos Itens:						108.458,80

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153-19-SESP**

Publicação Nº 2212632

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 153/2019 do PREGÃO Nº 173/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JULIO SILVESTRI FILHO ME. OBJETO: Aquisição de peças para reposição em máquinas pesadas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos - SESP e Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$7.175,00 (sete mil e cento e setenta e cinco reais). DATA: 17/10/2019 A 16/10/2020.

Fornecedor: 3582698 - JULIO SILVESTRI FILHO ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	CALÇO SUPERIOR DE DESLOCAMENTO DA LAMINA DE PATROLA RG140B	UN	JEK	10	100,00	1.000,00
4	CALÇO INFERIOR DE DESLOCAMENTO DA LÁMINA RG140B	UN	JEK	10	100,00	1.000,00
5	PARAFUSO 5/8 X 2 ½ COM PORCA	UN	FEY	500	2,95	1.475,00
6	DENTE UNIVERSAL CONCHA RETRO MF	UN	DMX	40	37,00	1.480,00
7	DENTE RETRO RANDON 406 RK	UN	DMX	40	37,00	1.480,00
8	DENTE LATERAL DIREITO RANDON 406	UN	DMX	10	37,00	370,00
9	DENTE LATERAL ESQUERDO RANDON 406	UN	DMX	10	37,00	370,00
Total Geral dos Itens:						7.175,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/19-SESP**

Publicação Nº 2212636

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 154/2019 do PREGÃO Nº 173/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CAPINADEIRA GAUCHA LTDA ME: Aquisição de peças para reposição em máquinas pesadas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos - SESP e Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$23.462,10 (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e dez centavos). DATA: 17/10/2019 A 16/10/2020.

Fornecedor: 39683958 - CAPINADEIRA GAUCHA LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
13	CABO DE AÇO CAPINADEIRA 1P NEW HOLLAND LM220	UN	CG	1179	19,90	23.462,10
Total Geral dos Itens:						23.462,10

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/19-INFRA**

Publicação Nº 2212637

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº155/2019 do PREGÃO Nº 167/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GM INSTALADORA EIRELI. OBJETO: Contratação de empresa para limpeza geral, manutenção e conservação de vias públicas com utilização de maquinários, implementos específicos e mão de obra necessária para execução dos serviços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços VALOR: R\$2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil reais). DATA: 18/10/2019 A 17/10/2020.

Fornecedor: 39688984 - GM INSTALADORA EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Equipe Principal - Serviço de Limpeza Urbana, com roçada e capina, incluindo Mini carregadeiras compactas e acessórios incluso diesel e operador, caçamba estacionária, Auxiliares de Serviços Gerais e encarregado, conforme termo de referência.	H		1920	598,00	1.148.160,00
2	Equipe Auxiliar - Serviço de Limpeza Urbana, com roçada e capina, incluindo Mini carregadeiras compactas e acessórios incluso diesel e operador, caçamba estacionária e Auxiliares de Serviços Gerais, conforme termo de referência.	H		1920	568,00	1.090.560,00
3	Equipe de limpeza de verão - Serviço de Limpeza Urbana, com roçada e capina, incluindo Mini carregadeiras compactas e acessórios incluso diesel e operador, caminhão caçamba basculante incluso diesel e operador e Auxiliares de serviços gerais, conforme termo de referência.	H		800	639,10	511.280,00
Total Geral dos Itens:						2.750.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/19-ADM**

Publicação Nº 2212639

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 156/2019 do PREGÃO Nº 183/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para instalação de Fechaduras de impressão com acionamento por identificação biométrica, senha numérica e chave mecânica, para uso do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais). DATA: 10/10/2019 A 29/10/2020.

Fornecedor: 39545008 - FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Fechadura de impressão, com acionamento por identificação biométrica (digital), senha numérica e chave mecânica. Características: acabamento em metal; com uma lingueta e um ferrolho para travamento da porta; funcionamento stand alone; gerenciamento de cadastro realizado somente pelo administrador; capacidade de registro de, no mínimo 100 digitais. O produto deverá ser reversível ou possuir modelos que permitam instalação em portas com abertura à direita ou à esquerda. Deverá vir acompanhado de manual de instruções em português e possuir garantia de, no mínimo, 12 meses e a contar da data de entrega. O PRODUTO DEVERÁ SER INSTALADO PELO FORNECEDOR.	UN	AGL	30	1.600,00	48.000,00
Total Geral dos Itens:						48.000,00

**PORTARIA 140**

Publicação Nº 2211407

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA N. 140/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 96/2010.

1.0 Substituir a Vogal: ELIS REGINA LOFY, matrícula: 800488 pelo Vogal: MAIKON ABENI RAULINO, Matrícula: 4734.  
Considerando que não constou o número do Processo que ocorreu a substituição:

**RESOLVE:**

1.0 RETIFICAR: Substituir a Vogal: ELIS REGINA LOFY, matrícula: 800488 pelo Vogal: MAIKON ABENI RAULINO, Matrícula: 4734, no PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, n. 21377/2019.

Palhoça - SC, em 25 de outubro de 2019.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA 141**

Publicação Nº 2211766

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA N. 141/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 96/2010.

Art.1º - NOMEAR a servidora Mariza Adriana do Nascimento Schoeffer, matrícula: 4374/2019, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar n. 13191/2019 em desfavor do (a) servidor (a) T.C.C., sob Portaria n. 57/2019.

**RETIFICAR:**

Onde se lê " Processo Administrativo Disciplinar n. 13191/2019: leia-se: Processo Administrativo Disciplinar n. 23233/2019"

Art. 2º A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça - SC, em 31 de outubro de 2019.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**PREGAO PRESENCIAL RP 201/2019**

Publicação Nº 2211509

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 201/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 14 de Novembro de 2019, as 09:00 hs, para recebimento dos Propostas, habilitação, e a etapa dos lances na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 201/2019 aquisição de Areia Media Lavada, para as Unidades de Ensino deste Município, através do Sistema de Registro de Preços do Município de Palhoça., conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes deste Edital, através do Sistema de Pregão Presencial. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 31 de outubro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 198/2019**

Publicação Nº 2211863

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 198/2019

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 14 de novembro de 2019, às 14:00h, o recebimento e abertura das propostas do PREGÃO PRESENCIAL Nº 198/2019, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a contratação de empresa para locação de estruturas temporárias para eventos neste Município, com montagem e desmontagem, através do Sistema de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 30 de outubro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 202/2019**

Publicação Nº 2212083

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 202/2019

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 21 de novembro de 2019, às 14:00h, o recebimento e abertura das propostas do PREGÃO PRESENCIAL Nº 202/2019, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza e higiene para as Unidades de Ensino Fundamental, Centros de Educação Infantil, e demais seguimentos da Secretaria de Educação deste município, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 31 de outubro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

**TOMADA DE PREÇOS 182/2019 - RESULTADO**

Publicação Nº 2212321

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
TOMADA DE PREÇOS Nº182/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº182/2019, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Reforma da Quadra Poliesportiva da Escola Básica Professor Neri Brasileiro Martins, localizada na Rua Monte Cambirela, Praia de Fora - Palhoça/SC e Quadra Poliesportiva do Colégio Abílio Manoel de Abreu, localizado na Rua Aderbal Ramos da Silva - Morretes II - Palhoça/SC, neste Município.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME venceu o Lote 01, totalizando o valor de R\$148.934,06 (cento e quarenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais e seis centavos).

RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME venceu o Lote 02, totalizando o valor de R\$106.020,18 (cento e seis mil e vinte reais e dezoito centavos).

Palhoça, 31 de outubro de 2019.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019**

Publicação Nº 2211669

COMUNICADO  
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019.

OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de materiais, para instalação de infraestrutura de cabeamento estruturado, instalações elétricas, revisão e adequação, com seus respectivos acessórios para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme descritivo e quantitativo constante no Anexo I – Termo de Referência.

DATA DA SESSÃO: 31/10/2019

HORÁRIO DA SESSÃO: 09h00min.

ENCERRAMENTO: 10h25min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa CONSTRUTORA MASTER EIRELI - ME, foi vencedora do presente certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 31 de outubro de 2019.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA  
Pregoeira

# Palma Sola

## PREFEITURA

### AVISO DE LIC. - LEILÃO 01/2019 - BENS MÓVEIS

Publicação Nº 2211515

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 117/2019  
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2019  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA

O município de PALMA SOLA, SC, com sede na Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, cidade de Palma Sola, CEP 89.613/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.028.639/0001-02, Telefone (49) 3652 3200, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 10 horas do dia 22 de outubro de 2019, tendo como local A GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL, sito a Rua Vicente Mário Dal Ponte, s/nº, Centro, Palma Sola, SC, bem como no site oficial SUPERBID. O leilão será conduzido pela servidora Marines Fatima Sansigolo, nomeada pela Portaria nº 001/2019, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.SUPERBID.NET ou WWW.PALMASOLA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3652 3200 na Prefeitura. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Palma Sola (SC), em 31 de outubro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal de Palma Sola

### AVISO DE LIC. - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2211412

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 59/2019 – Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Por item

Objeto: Aquisição de Tintas e complementos de Pintura

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21/06/93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/Credenciamento: até às 08:30h do dia 13/11/2019.

Abertura dos envelopes: às 09:00 h do dia 13/11/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira, das 07h às 13:00h e/ou no site [www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200 e/ou 49 – 3652- 3219

Palma Sola, 31 de outubro de 2019.

Marines F. Sansigolo

Pregoeira

### DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - PROCESSO DE LIC. Nº. 87/2019

Publicação Nº 2212266

#### DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 087/2019

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 01/2019

IMPUGNANTE: EDUARDO CESAR KUHN - EPP

RECORRIDO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, ESTADO DE SANTA CATARINA

Vistos e etc.

I - Das Preliminares

Recurso Administrativo Interposto, tempestivo, pelo recorrente, acima citado, devidamente qualificado, através de seu representante legal, CONTRA a inabilitação da empresa EDUARDO CESAR KUHN - EPP, com fundamento na Lei nº 8.666/93.

II - Das Formalidades Legais

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se que cientificados foram todos os demais licitantes, da existência e tramite do respectivo Recurso Administrativo interposto, registrado em Ata ao Processo de Licitação retro identificado.

### III – Da Síntese Fática

A empresa impugnante afirma, em preliminar de mérito, que a data marcada para a abertura dos envelopes não está de acordo com o disposto no art. 109, da Lei 8.666/93.

Alega, no mérito, que a inabilitação é revestida de ilegalidade, pois inexistente óbice no edital para a participação da empresa, cujo o proprietário é filho de servidor público municipal efetivo; inexistência de lei a amparar o afastamento de empresa de filho de servidor público efetivo de certame licitatório; inexistência de vedação na lei orgânica municipal que impeça a contratação com o Município de empresa de parente de servidor público efetivo; participação de empresa de filho de servidor público municipal efetivo não viola os princípios da impessoalidade e moralidade; inexistência de impugnação pelas demais licitantes; decisão administrativa ilegal e imotivada.

A decisão foi proferida, inicialmente, pela Comissão de Licitações, julgou improcedente o mérito do pedido, abrindo prazo para a interposição de recurso hierárquico.

Diante da decisão, interpôs o Recorrente Mandado de Segurança 5000403-23.2019.8.24.0017, cujo o pedido era a inexistência de impedimento de participação dos Processo Licitatório no Município de Palma Sola, com pedido subsidiário de anulação da decisão proferida pela Comissão de Licitações.

Em sentença proferida na data de 29/09/2019, o Juízo concedeu em parte a segurança e declarou nulo o Processo Licitatório relativo ao edital n. 087/2019, tomada de preços n. 001/2019, realizado pelo Município de Palma Sola, desde o recebimento do recurso administrativo interposto pelo impetrante, devendo a Administração proceder ao processamento do recurso nos termos da legislação de regência, observando, ainda, as disposições do edital.

Declarada a nulidade, restou suspenso o processo licitatório, com a reabertura dos prazos para os demais proponentes, querendo, apresentar contrarrazões no prazo decadencial de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, da Lei n. 8.666/93.

Transcorrido o prazo, retornaram conclusos para decisão.

Este é o relatório essencial.

### IV – Do Mérito

A Lei 8666/93 dispõe em seu Art. 3º que "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade/e, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

No presente caso, embora não conste expressamente no procedimento licitatório o alegado óbice no edital para a participação da empresa, cujo o proprietário é filho de servidor público municipal efetivo, deve-se destacar que o recorrente omite o fato de possuir vínculo parentesco (pai e filho), sendo este o responsável pelo projeto básico e fiscalizador da obra, notadamente os serviços de engenharia objeto do certame, podendo caracterizar, ao menos, ofensivo aos princípios da moralidade e impessoalidade, expressos no caput do art. 37 da Carta Magna de 1988, ante a possibilidade de fiscalização ser muito menos efetiva do que seria se realizada com terceiros.

Em decisão proferida pelo Juízo a quo, nos autos do Mandado de Segurança 5000403-23.2019.8.24.0017, assim decidiu. In verbis:

"No presente caso, impõe-se consignar, primeiramente, que a parte impetrante fundamenta seu pleito, sinteticamente, em duas questões, a primeira atinente à inexistência de ilegalidade por ausência de impedimento à participação no procedimento licitatório da empresa impetrante, sobretudo por não haver norma expressa proibindo referida participação, e, a segunda questão, relativa à inobservância dos procedimentos formais alusivos ao tratamento do recurso administrativo interposto pela parte impetrante no bojo do procedimento licitatório. [...]

Sobre a primeira questão, cumpre anotar que tanto a Constituição Federal quanto a Lei n. 8.666/93 prescrevem que as obras, serviços, compras ou alienações serão contratadas mediante um processo de licitação pública que assegure, dentre outros, igualdade de condições, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de modo que, da análise rarefeita que o presente momento processual permite, não se verifica desacerto no mérito da conduta da impetrada ao inabilitar a impetrante, mormente porque, dos motivos que expôs em sua decisão, acompanhando e tomando por base entendimento sufragado em parecer jurídico do procurador do município, fez sobrepor a primazia do interesse público sobre o privado ao afastar do certame empresa cujo responsável legal é o filho do servidor público ocupante do cargo de engenheiro civil responsável pelo projeto, execução e fiscalização da obra licitada.

Deste modo, embora o art. 9º da Lei n. 8.666/93 não retrate de modo expresso a situação de fato exposta nos autos como sendo uma daquelas em que se veda a participação em procedimentos licitatórios, referido dispositivo legal não pode ser utilizado para, submetendo-se à interpretação isolada e meramente formal, subsidiar situação de fato que, do ponto de vista dos princípios norteadores da administração pública, mormente aqueles insculpidos no "caput" do art. 37 da Constituição Federal, especialmente a impessoalidade e moralidade, parece afrontar.

Além disso, o art. 3º, "caput", da Lei n. 8.666/93 estabelece que "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos" (sublinhei).

Evidencia-se, nessa linha, que o processo atinente à licitação pública não se submete somente à legislação formal e estrita que lhe rege, senão também - e sobretudo - a comandos de moralidade e probidade administrativa e, nesse contexto é que parece ser melhor interpretado o art. 9º da Lei de Licitações, segundo o qual são estabelecidas situações - sem característico de ser "números clausus" - em que vedada a participação, "direta ou indiretamente", de determinadas pessoas no certame público.

Nesse sentido, colhe-se da lição de Victor Aguiar Jardim de Amorim, citando entendimento do Tribunal de Contas da União:

Apesar de parte da doutrina e da jurisprudência concluir que a relação de hipóteses de impedimento previstas no art. 9º da LGL é exaustiva (AMORIM, 2008), o TCU, com fundamento nos princípios da moralidade e da impessoalidade e na imperiosidade de preservação do caráter

sigiloso das propostas, entende que há vedação de participação:

a) de parentes de servidor do órgão ou entidade promotora da licitação:

9. A despeito de não haver, na Lei no 8.666/1993, vedação expressa de contratação, pela Administração, de empresas pertencentes a parentes de gestores públicos envolvidos no processo, a jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de considerar que há um evidente e indesejado conflito de interesses e que há violação dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade (BRASIL, 2013).

b) de empresas com sócios em comum: o fato de haver a participação de duas ou mais empresas com sócios em comum em uma mesma licitação constitui presunção relativa de afronta ao princípio da moralidade e à regra de preservação do sigilo das propostas, devendo a Administração, após apurar a existência de indícios concretos de conluio e fraude à licitação, impedir a participação de tais empresas envolvidas, aplicando as sanções cabíveis (BRASIL, 2011). (AMORIM, Victor Aguiar Jardim de, 1986- Licitações e contratos administrativos : teoria e jurisprudência / Victor Aguiar Jardim de Amorim. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. p. 143-144). Ademais, discorrendo sobre o dispositivo legal em questão, assevera Bittencourt que "a intenção é afastar qualquer tipo de risco ao princípio da competitividade, impedindo a participação daqueles que, teoricamente, teriam condições diferenciadas com flagrantes benefícios" (BITTENCOURT, Sidney. Licitação passo a passo. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 109).

Outrossim, deve-se frisar que, no caso posto sob análise, o mérito da decisão de impedimento de participação da empresa impetrante não se deu em razão do vínculo parental puro e simples havido entre o responsável da empresa impetrante e o engenheiro do município (pai-filho), mas, principalmente, no fato de que referido engenheiro é o responsável pelo projeto e fiscalização da obra licitada, podendo extrair-se do edital de licitação os seguintes pontos, a evidenciar a importância deste na obra:

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 87/2019

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2019

(...).

11.1. Todas as informações relativas aos serviços e projetos serão prestadas pelo Engenheiro responsável do Município, responsável pela fiscalização da obra, e pelo Setor de Compras e Licitações do Município de Palma Sola - SC, pessoalmente ou pelo fone (0XX49) 3652-3200, de segundas às sextas-feiras, das 8:00 horas às 11:45 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas, em sua Sede Administrativa sita à Rua Francisco Zanotto, 600, Palma Sola - SC.

(...).

#### ANEXO I

#### MINUTA DE CONTRATO

(...).

2.4. O objeto do presente Contrato será recebido provisoriamente, pelo engenheiro responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, que for designado pelo Contratante para tanto, mediante Termo Circunstanciado, o qual será assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da data de comunicação escrita de seu término.

2.5. O Contratante, através de Engenheiro Civil por ele indicado, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto do presente Contrato.

(...).

2.9. A Contratada deverá manter atualizado o Diário de Obras, a disposição do agente administrativo fiscalizador, e deverá ser entregue quinzenalmente ao engenheiro indicado pelo Contratante.

(...).

4.1. O pagamento será de acordo com o cronograma físico-financeiro e de acordo com o laudo de medição assinado pelo engenheiro responsável do município, acompanhada da respectiva nota fiscal.

(...).

6.10.24. A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

Destarte, o grau de parentesco existente entre o responsável pela empresa impetrante e o engenheiro responsável pelo projeto e fiscalização da obra licitada faz emergir o acerto da Administração Pública quanto ao mérito da decisão de afastar o impetrante do processo licitatório, mormente a fim de evitar qualquer comprometimento na relação entre o futuro contratado e aquele que seria o responsável pela fiscalização do próprio objeto da licitação.

[...] (grifo nosso)

Com o mesmo entendimento, nos mesmos autos, parecer proferido pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Assim, vejamos:

“

[...]

Assim, apesar de a relação de parentesco não estar expressamente relacionada no rol impeditivo presente na Lei de Licitações, considerando que Eduardo Cesar Kuhn, filho do único responsável pela execução dos projetos e fiscalizador das obras do Município (Getúlio Cesar Kuhn), é dono da empresa participante do processo licitatório, é possível afirmar que a vedação disposta na Lei de Licitações alcança as contratações entre os Municípios e particulares que mantêm vínculo de parentesco com os servidores e, por extensão, a sua participação em processos licitatórios.

[...] (grifo nosso)

Portanto, não há que se falar em vinculação a instrumento convocatório, legislação orgânica municipal ou qualquer outra legislação infra-constitucional, quando em confronto com princípios administrativos expressos.

Dito isso, destaco o parecer exarado pela Procuradoria do Município, na medida em que analisou de forma pormenorizada a questão. Assim, vejamos:

A Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93), em seu artigo 9º, evidencia quais são os casos de impedimentos em procedimentos licitatórios, seja com atuação direta ou indireta no certame.

Colaciona-se, pois, o referido dispositivo:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§3º Considera-se participação INDIRETA, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

Verifica-se que não há proibição expressa que parentes de servidores públicos participem de licitação ou contratem com a Administração Pública. Existe vedação explícita apenas em relação a participação do autor do projeto básico/executivo e empresas envolvidas, de servidores responsáveis ou de dirigentes do órgão contratante.

Os impedimentos contidos neste artigo referem-se a proteção da ampla competitividade, coibindo situações de fraude a licitação. O dispositivo, outrossim, trata da impossibilidade de se contratar empresas pertencentes a pessoas que possuam grau de parentesco com agentes públicos, ao dispor que está vedada a participação direta e INDIRETA em procedimentos licitatórios, das pessoas indicadas.

É de bom alvitre consignar o disposto no § 3º do mesmo artigo 9º da Lei nº 8.666/93, o qual define o que é participação INDIRETA:

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

Isto é, a Administração Pública não possui liberdade ilimitada nas contratações de pessoas que guardem grau de parentesco com servidores, dirigentes e agentes políticos que integram a entidade contratante.

É imperioso lembrar que todo gestor público tem o dever de demonstrar na licitação que promoveu a maior competitividade possível, sendo que nesses casos envolvendo parentes e pessoas com ligação íntima com membros do ente que promove o certame, torna-se razoável demandar que o procedimento transcorra com cautela extra, buscando impecável lisura e probidade.

Destarte, entende-se que o impedimento de participação nas licitações de parentes de servidor público integrante do órgão promotor do certame é de ordem relativa e não absoluta, de modo que a infração aos princípios da moralidade e da isonomia (bens jurídicos tutelados pela norma) restará efetivamente configurada quando as circunstâncias do caso concreto evidenciarem o favoritismo espúrio ou a influência indevida do agente público em favor de seu parente.

Entende-se que, apesar de tratar-se de impedimento relativo, a referida hipótese exige a observância dos princípios da administração pública, que podem restar dilacerados, quando o gestor não lograr êxito em demonstrar, de maneira incontestada, o respeito a tais mandamentos, possibilitando possível ocorrência de influências nocivas ao certame.

Mesmo porque violar princípios revela-se tão – ou até mais – grave quanto desconsiderar dispositivo de regra. Esse é, aliás, o entendimento do jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, para quem “violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos”.

Nessa mesma linha de intelecção, é o magistério do jurista José dos Santos Carvalho Filho, que, citando Marçal Justen Filho, afirma que:

O direito condena condutas dissociadas dos valores jurídicos e morais. Por isso, mesmo quando não há disciplina legal, é vedado ao administrador conduzir-se de modo ofensivo à ética e à moral. A moralidade está associada à legalidade: se uma conduta é imoral, deve ser invalidada.

Assim, a simples potencialidade do dano é suficiente para que a lei se acautele, em vez de remeter a uma investigação posterior, destinada a comprovar anormalidade da conduta do agente.

Nesta vereda, a Egrégia Corte de Contas vem posicionando-se no sentido de não contratar empresas que possuem vínculo parentesco com servidor do órgão licitante.

A contratação pela Administração de empresas pertencentes a parentes de gestor público envolvido no processo caracteriza, diante do manifesto conflito de interesses, violação aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Denúncia relativa a contratações conduzidas pela Prefeitura Municipal de Uruçuaia/MG apontara, dentre outras irregularidades, a contratação do pai do prefeito municipal na condição de empresário individual, decorrente de pregões presenciais para o fornecimento de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza. Realizado o contraditório, o gestor permaneceu silente no tocante à contratação do pai, configurando, dessa forma, a revelia. Sobre o assunto, consignou o relator que “a despeito de não haver, na Lei nº 8.666/1993, vedação expressa de contratação, pela Administração, de empresas pertencentes a parentes de gestores públicos envolvidos no processo, a jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de considerar que há um evidente e indesejado conflito de interesses e que há violação dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade”. Exemplificou transcrevendo trecho do voto condutor do Acórdão 1.511/2013-Plenário, no qual é enfatizada a afronta aos princípios constitucionais, mormente nos casos em que o servidor/gestor público atua na condição de autoridade homologadora do certame. Em conclusão, diante da gravidade do fato, formulou minuta de acórdão, acolhida pelo Plenário, julgando parcialmente procedente a Denúncia e sancionando o gestor com a multa capitulada no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92. Acórdão 1941/2013-Plenário, TC 025.582/2011-9, relator Ministro José Múcio Monteiro, 24.7.2013.

A participação de empresa cujo sócio tenha vínculo de parentesco com servidor da entidade licitante afronta, por interpretação analógica, o disposto no art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993. A alteração do contrato social no curso do certame não descaracteriza a irregularidade e constitui indício de simulação e fraude à licitação

Representação apontou possível irregularidade na Concorrência 001/2007, promovida pela Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI/MEC, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de publicidade e propaganda. Segundo a representante, a participação no certame e posterior contratação de empresa cujo sócio – detentor de 30% do capital social – pertencia ao quadro de pessoal da promotora da licitação (FUFPI) configurou afronta ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993, bem como ao item 5.1 do edital, que assim dispôs: “5.1. Não poderão participar da licitação as empresas que tenham entre seus dirigentes, gerentes, sócios detentores de

mais de 5% (cinco por cento) do capital social, dirigentes, responsáveis e técnicos, servidor ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e empresas em consórcio.” A unidade técnica destacou que, no curso da licitação, o servidor da FUFPI retirou-se da sociedade, sendo substituído por sua filha. Destacou ainda que a referida empresa teria sido beneficiária de 21 processos de dispensa de licitação depois do ingresso do referido servidor no quadro societário. O relator, em consonância com a unidade técnica, rejeitou as justificativas apresentadas pela empresa e pelo servidor, ao concluir que a alteração efetivada no contrato social da empresa teve por objetivo afastar o impedimento tipificado no art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993. Apontou ainda a ocorrência de simulação com o intuito de fraudar o procedimento licitatório. Argumentou que “mesmo ao se considerar lícita a alteração do contrato social, não se afastou do impedimento constante do art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993”. Isso porque, “consoante a jurisprudência desta Corte, as vedações explicitadas nesse dispositivo legal estão sujeitas a analogia e interpretação extensiva ...”. Ou seja, “qualquer situação que não esteja prevista na lei, mas que viole o dever de probidade imposto a todos os agentes públicos ou pessoa investida desta qualidade, deve ser proibida, por ser incompatível com os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade”. (Acórdão 1170/2010-Plenário). Especificamente em relação à participação de parentes em licitação, citou o Acórdão 607/2011-Plenário, no sentido de que “mesmo que a Lei nº 8.666, de 1993, não possua dispositivo vedando expressamente a participação de parentes em licitações ..., vê-se que foi essa a intenção axiológica do legislador ao estabelecer o art. 9º dessa Lei, em especial nos §§ 3º e 4º, vedando a prática de conflito de interesse nas licitações públicas ...”. Ao se reportar ao caso concreto, destacou que a influência do servidor sobre os gestores da FUFPI foi determinante para a ocorrência das sucessivas contratações diretas da empresa. Ponderou, contudo, que a imposição de penalidades deveria ocorrer somente sobre a empresa, uma vez que não houve débito e que a conduta do servidor escapou à jurisdição do TCU por ter sido “praticada na condição de sócio da empresa e não como gestor de recursos públicos ...”. Em relação aos membros da comissão de licitação, ressaltou que “esses responsáveis tiveram conhecimento de que a empresa possuía, de forma relevante, em seu quadro societário parente de servidor da entidade”. O Tribunal, ao acolher a proposta do relator, decidiu em relação a essa irregularidade: a) declarar, com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992, a empresa inidônea para participar de licitações promovidas pela Administração Pública Federal pelo prazo de três anos; b) aplicar aos membros da comissão de licitação a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992; c) encaminhar cópia da decisão à FUFPI para que averigue a pertinência de instauração de processo administrativo disciplinar para apurar eventuais desvios de conduta praticados pelo servidor. Precedentes mencionados: Acórdãos 1.170/2010 e 607/2011, todos do Plenário. Acórdão 1019/2013- Plenário, TC 018.621/2009-7, relator Ministro Benjamin Zymler, 24.4.2013.

No mesmo sentido, segue o enunciado com o entendimento contido na deliberação do Acórdão 2079/2013-Plenário proferido pelo TCU sobre a matéria.

Em exame representação formalizada pela Ouvidoria desta Corte de Contas acerca de possíveis irregularidades em certames licitatórios conduzidos pela Prefeitura Municipal de Conceição/PB, tendo por objeto a construção de açudes, com recursos federais.

[...]

3. No tocante a essa concorrência, cujo objeto consistia na construção de dois açudes comunitários em localidades do município, foram verificadas quatro irregularidades, a saber, relação de filiação entre o autor do projeto de um dos açudes e o sócio da empresa vencedora da licitação, inclusão no edital de requisitos que limitariam a competitividade do certame, ausência da composição de todos os custos unitários e ausência de justificativa para o não parcelamento do objeto.

[...]

6. Com relação à primeira irregularidade, acompanho o último posicionamento externado pelo Ministério Público junto ao TCU. A meu ver, a relação de parentesco entre autor do projeto de um dos açudes licitados na Concorrência nº 1/2007, [omissis 1], e seu pai, [omissis 2], sócio da Construtora [1], caracterizam a participação indireta do autor do projeto na licitação, vedada pelo art. 9º, § 3º, da Lei de Licitações. A própria retirada de [omissis 2] da sociedade poucos meses antes da abertura da Concorrência nº 1/2007, longe de constituir prova de sua inocência, pode ter sido engendrada exatamente para escapar à vedação legal e atribuir contornos de regularidade à contratação.

7. Esse entendimento se reforça na medida em que, nos processos apartados deste, a conclusão do Tribunal foi no sentido da existência de fraude, sempre com a participação do ex-prefeito [gestor] e das empresas Construtora [2], Construtora [1] e Construtora [3].

8. Na Tomada de Preços nº 4/2007, cujo objeto também era a construção de dois açudes no município, sagrou-se vencedora a Construtora [2], que tinha dois sócios em comum com a Construtora [1]. O projeto também foi de autoria de [omissis 1].

9. No Convite nº 10/2007, lançado para a construção de um açude no mesmo município, foram convidadas as construtoras [2] e [1], que tinham sócios em comum, e a Construtora [1], que tinha como sócio [omissis 1].

10. Os acórdãos proferidos pelo Tribunal nos respectivos processos (Acórdãos nºs 1.279/2010-Plenário e 2.264/2011-Plenário) resultaram na declaração de inidoneidade das empresas para licitar com a Administração Pública Federal e na inabilitação do gestor para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração, além de multas ao gestor, punições essas condizentes com a gravidade dos fatos apurados no presente processo.

Acórdão:

9.1 rejeitar as justificativas de [ex-prefeito] e aplicar-lhe multa no valor de R\$ 15.000,00 [...];

[...]

9.3 declarar [ex-prefeito] inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos;

9.4 rejeitar as justificativas da Construtora [1] e declará-la inidônea para participar de licitações no âmbito da Administração Pública Federal, pelo prazo de três anos;

Conclui-se, portanto, que embora a realização de negócios jurídicos com parentes de gestores, servidores e agentes públicos do ente público não seja impossível, vale lembrar que quanto maior for o número de participantes nos processos licitatórios, mais fácil será à Administração Pública encontrar a melhor proposta. Maior será, portanto, a competitividade e, consequentemente, maior será a garantia de que se atingirão os objetivos da contratação, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição da República.

Apesar da ausência de vedação expressa na Lei n. 8.666/93, da participação, em licitação, de parentes de servidores ou agentes políticos, cabe ao ente responsável pelo certame observar atentamente os princípios norteadores da administração pública, sobretudo os da moralidade, isonomia, impessoalidade e competitividade, visando, com isso, a uma atuação administrativa voltada à satisfação de interesses supraindividuais, nos moldes dos ensinamentos de Marçal Justen Filho:

É vedado ao administrador sobrepor um interesse particular (próprio ou de terceiros) ao interesse coletivo. Diante de conflito de interesses,

o administrador deve agir com lealdade para com o interesse coletivo. A moralidade e a probidade acarretam a impossibilidade de vantagens pessoais extraídas pelo administrador. Por igual, estão proibidas vantagens ou prejuízos decorrentes de preferências pessoais dos titulares de funções públicas. Mesmo que não retirem, direta ou indiretamente, qualquer benefício, os administradores praticam atos inválidos quando interferem no destino da licitação para beneficiar ou prejudicar concorrente.

As situações aqui enfrentadas denotam hialino conflito de interesses, visto que a simples potencialidade do dano é suficiente para que, por meio de uma interpretação sistêmica, sejam extirpadas as possibilidades de fraudes. Dessa forma, caberá a atuação ministerial no sentido de averiguar as responsabilidades daqueles que estejam envolvidos em eventuais atos ilícitos.

De todo exposto, smj, in casu, diante do manifesto conflito de interesses, a participação de parentes poderá ensejar violação aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade, aconselha-se a desclassificação da empresa, a fim de evitar possível irregularidade/favorecimento no certame.

#### V - Da Decisão

Isto Posto, sem nada mais evocar, conheço do recurso interposto, para, no mérito, REJEITÁ-LO, nos termos da fundamentação.

Intimem-se as partes da presente decisão, com urgência.

Publique-se para que surtam os efeitos legais e jurídicos.

Palma Sola, SC, 30 de outubro de 2019.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI

Prefeito Municipal de Palma Sola

**DECRETO 215/2019 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 429.379,80**

Publicação Nº 2211523



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**  
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina  
Fone/Fax: (49) 3652-3200 [planejamento@palmasola.sc.gov.br](mailto:planejamento@palmasola.sc.gov.br)  
[www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br)

**Decreto 215/2019, de 29 de outubro de 2019****Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.**

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 2048/2019 de 29 de outubro de 2019.

Decreta:

Art. 1 - Abre crédito suplementar no valor de R\$ 429.379,80 (quatrocentos e vinte e nove mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

03.00 - SECRETARIA ADMINISTRACAO

03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

2003 - Manutenção e Func. Secretaria de Administração

01000100 - Recursos Ordinário

33171000000000000000 - Transferências a consórcios públicos R\$ 2.245,50  
mediante contrato de rateio

2003 - Manutenção e Func. Secretaria de Administração

01000100 - Recursos Ordinário

34471000000000000000 - Transferências a consórcios públicos R\$ 6.871,25  
2003 - Manutenção e Func. Secretaria de Administração

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 100.000,00  
2003 - Manutenção e Func. Secretaria de Administração

01000100 - Recursos Ordinário

33371000000000000000 - Transferências a consórcios públicos R\$ 3.368,25  
03.002 - SECRETARIA DA FAZENDA

2004 - Manutenção e Func. da Secretaria da Fazenda

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 27.000,00  
2004 - Manutenção e Func. da Secretaria da Fazenda





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**  
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina  
Fone/Fax: (49) 3652-3200 [planejamento@palmasola.sc.gov.br](mailto:planejamento@palmasola.sc.gov.br)  
[www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br)

01000100 - Recursos Ordinário

33190000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 25.000,00

03.003 - GESTÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

2005 - Manutenção e Func. da Secretaria de Planejamento

01000100 - Recursos Ordinário

33190000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 25.000,00

04.00 - EDUCACAO E ESPORTE

04.001 - CRECHES

2013 - Alimentação Escolar Creche Integral

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação

33390000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 10.000,00

04.002 - EDUCACAO PRE-ESCOLAR

2024 - Merenda Escolar Educação Infantil 04 a 05 anos (Pré-Infância)

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação

33390000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 10.000,00

04.004 - SECRETARIA DE EDUCACAO

2011 - Manutenção e Func. do Ensino Fundamental

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação

33390000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 60.000,00

2030 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação

33390000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 10.000,00

2031 - Transporte Escolar Ensino Fundamental

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação

33390000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 51.744,24

04.006 - DIRETORIA DE ESPORTES E TURISMO

2083 - Manutenção e Func. do Estádio Municipal





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**  
Rua Francisco Zanutto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina  
Fone/Fax: (49) 3652-3200 [planejamento@palmasola.sc.gov.br](mailto:planejamento@palmasola.sc.gov.br)  
[www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br)

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 4.000,00  
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2058 - Manutenção e Func. da Secretaria de Agricultura

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00  
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE-FMMA

2071 - Preservação do Meio Ambiente

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00  
06.003 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

2006 - Segurança Pública

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 5.000,00  
07.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE

07.001 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

2079 - Manutenção e Func. da Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 5.000,00  
07.002 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE

2014 - Manutenção e Func. Secretaria de Infraestrutura e Transporte

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas R\$ 20.000,00  
10.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2008 - Manutenção e Func. do Fundo Municipal de Assistência Social





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**  
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina  
Fone/Fax: (49) 3652-3200 [planejamento@palmasola.sc.gov.br](mailto:planejamento@palmasola.sc.gov.br)  
[www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br)

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
2072 - Benefícios Eventuais

R\$ 10.000,00

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
11.00 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E JUVENTUDE

R\$ 4.150,56

11.001 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E JUVENTUDE

2066 - Manutenção e Func. Secretaria de Indústria e Comércio

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
Art. 2 - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

R\$ 10.000,00

03.00 - SECRETARIA ADMINISTRACAO

03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

2037 - Plano Diretor

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
03.003 - GESTÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

R\$ 10.000,00

2005 - Manutenção e Func. da Secretaria de Planejamento

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
04.00 - EDUCACAO E ESPORTE

R\$ 4.501,45

04.002 - EDUCACAO PRE-ESCOLAR

2025 - Manutenção e Func. Educação Infantil 04 a 05 anos (Pré-Infância)

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação

33190000000000000000 - Aplicações diretas  
1029 - Aquisição de Equipamentos Educação Infantil (Pré-Infância)

R\$ 40.000,00

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**  
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina  
Fone/Fax: (49) 3652-3200 [planejamento@palmasola.sc.gov.br](mailto:planejamento@palmasola.sc.gov.br)  
[www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br)

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
04.003 - EDUCACAO ESPECIAL

R\$ 23.920,24

2041 - Transporte Escolar Educação Especial

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
04.004 - SECRETARIA DE EDUCACAO

R\$ 4.824,00

2038 - Transporte de Universitários

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
1031 - Aquisição de Equipamentos Educação

R\$ 7.687,70

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
1032 - Aquisição de Veículos Secretaria Educação

R\$ 71.000,00

01010101 - Receitas e Transferências de Impostos-Educação

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
04.006 - DIRETORIA DE ESPORTES E TURISMO

R\$ 2.000,00

2080 - Manutenção e Func. Diretoria de Esportes

01000100 - Recursos Ordinário

33190000000000000000 - Aplicações diretas  
2012 - Aquisição de Uniformes Esportivos

R\$ 50.000,00

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

R\$ 5.000,00

06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2042 - Incentivo a Fruticultura, Olericultura

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
2046 - Aquisição de Máquinas para Patrulha Agrícola

R\$ 8.000,00





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**  
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina  
Fone/Fax: (49) 3652-3200 [planejamento@palmasola.sc.gov.br](mailto:planejamento@palmasola.sc.gov.br)  
[www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br)

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 35.000,00

2068 - Construção/Ampliação/Reforma Barracão Agroindústria

01000100 - Recursos Ordinário

33360000000000000000 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos

R\$ 5.000,00

2064 - Incentivo a Piscicultura

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 5.000,00

2068 - Construção/Ampliação/Reforma Barracão Agroindústria

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 5.000,00

06.002 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE-FMMA

2077 - Obra de Infraestrutura para Turismo Ecológico

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 1.000,00

2074 - Proteção de Fontes

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 1.000,00

2074 - Proteção de Fontes

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 10.000,00

07.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE

07.001 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

1041 - Saneamento Básico

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 25.000,00

1033 - Construção/Reforma de Passeios





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**  
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina  
Fone/Fax: (49) 3652-3200 [planejamento@palmasola.sc.gov.br](mailto:planejamento@palmasola.sc.gov.br)  
[www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br)

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
1035 - Construção/Ampliação/Reforma de Praças

R\$ 10.000,00

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
07.002 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE

R\$ 20.000,00

1038 - Construção/Reforma de Bueiros

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
1037 - Construção/Reforma de Pontes

R\$ 29.196,00

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
10.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

R\$ 9.000,00

10.001 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

1009 - Aquisição de Veículos Assistência Social

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
2082 - Manutenção/Reforma/Construção dos Cemitérios Municipais

R\$ 13.812,58

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
2075 - Manutenção e Funcionamento do Abrigo

R\$ 10.798,83

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
2075 - Manutenção e Funcionamento do Abrigo

R\$ 4.824,00

01000100 - Recursos Ordinário

33350000000000000000 - Transferências a instituições privadas s/  
fins lucrativos  
2051 - Manutenção e Conservação da Casa da Paz

R\$ 11.500,00

01000100 - Recursos Ordinário





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Palma Sola**  
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina  
Fone/Fax: (49) 3652-3200 [planejamento@palmasola.sc.gov.br](mailto:planejamento@palmasola.sc.gov.br)  
[www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br)

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
10.003 - FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

R\$ 2.000,00

1006 - Aquisição de Equipamentos Terceira Idade

01000100 - Recursos Ordinário

34490000000000000000 - Aplicações diretas  
11.00 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E JUVENTUDE

R\$ 3.315,00

11.001 - SEC. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E JUVENTUDE

2059 - Capacitação Pessoal para Mercado de Trabalho

01000100 - Recursos Ordinário

33390000000000000000 - Aplicações diretas

R\$ 1.000,00

Art. 3 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 29 de outubro de 2019.

**Cleomar Jose Mantelli**  
Prefeito Municipal.

*Publicado e registrado nesta data.*

*Elizete T. Vissoto*  
*Secretária de Planejamento.*





**Estado de Santa Catarina**

**Prefeitura Municipal de Palma Sola**

Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina

Fone/Fax: (49) 3652-3200 [planejamento@palmasola.sc.gov.br](mailto:planejamento@palmasola.sc.gov.br)

[www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br)



# Palmitos

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVOS 10 2019

Publicação Nº 2209325

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

3º Termo Aditivo ao Contrato: nº 43/2018. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo a "Cláusula Décima Segunda – VALOR E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO". Contratada: TRANSPORTES JAHNEL LTDA - ME. Trajeto 02: de R\$ 3,93 km para R\$ 4,04 km, Trajeto 19: de R\$ 3,93 km para R\$ 4,04 km. Palmitos 18/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

4º Termo Aditivo ao Contrato: nº 10/2017. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo a "Cláusula Décima Segunda – VALOR E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO". Contratada: TRANSPORTES JAHNEL LTDA - ME. Trajeto 12: de R\$ 3,93 km para R\$ 4,04 km. Palmitos 18/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

4º Termo Aditivo ao Contrato: nº 25/2019. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo a "Cláusula Décima Segunda – VALOR E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO". Contratada: TRANSPORTES TAQUARUSSU LTDA - ME. Trajeto 14: de R\$ 4,04 km para R\$ 4,08 km. Palmitos 18/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

7º Termo Aditivo ao Contrato: nº 56/2017. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo a "Cláusula Décima Segunda – VALOR E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO". Contratada: TRANSPORTES TAQUARUSSU LTDA - ME. Trajeto 10: de R\$ 4,00 km para R\$ 4,04 km. Palmitos 18/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

2º Termo Aditivo ao Contrato: nº 65/2017. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo a Cláusula Terceira – VIGÊNCIA e a Cláusula Décima Segunda – VALOR E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. Contratada: ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE PROFISSIONAIS AMIGOS DOS IDOSOS - NUPAI. Valor: R\$ 999,51 para pessoa abrigada nos termos do item 1; de R\$ 1.999,02 para pessoa abrigada nos termos do item 2; e, de R\$ 2.998,53 (para pessoa abrigada nos termos do item 3. Vigência: 25/10/2020. Palmitos 22/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

9º Termo Aditivo ao Contrato: nº 104/2014. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo a Cláusula Terceira – VIGÊNCIA. Contratada: UNIMED EXTREMO OESTE CATARINENSE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. Vigência: 09/12/2019. Palmitos 29/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

2º Termo Aditivo ao Contrato: nº 28/2019. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo as Cláusulas "3 do prazo" e "12 VALOR e FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO". Contratada: Gaia rodovias Ltda. Vigência: 04/12/2019. Valor Aditivado R\$: 11.733,72. Palmitos 14/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

1º Termo Aditivo ao Contrato: nº 26/2019. Objeto: Fica ADITADO, de comum acordo as Cláusulas "3 do prazo" e "12 VALOR e FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO". Contratada: Construtora oliveira Ltda. Vigência: 18/12/2019. Valor Aditivado R\$: 70.650,12. Palmitos 18/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

### EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 10 2019

Publicação Nº 2209328

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

3º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço: nº 03/2018. Pregão Presencial: nº 75/2018. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS. Contratada: POSTO AVENIDA LTDA. Valor item 03: de R\$ 3,37 passa à R\$ 3,45. Palmitos-SC, 09/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço: nº 02/2019. Pregão Presencial: nº 34/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA. Contratada: MERCADO POUCO PREÇO LTDA. Valor item 80: de R\$ 81,27 passa à R\$ 110,00. Palmitos-SC, 11/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Pregão Presencial: nº 067/2019. Ata de Registro de Preço: nº 01/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL

PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO EXTERNA. Contratada: Armando Lucca EPP. Valor Total R\$: 18.976,00. Vigência: de 11/10/2019 à 10/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 067/2019. Ata de Registro de Preço: nº 02/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO EXTERNA. Contratada: Delvalle Materiais Elétricos LTDA. Valor Total R\$: 94.496,10. Vigência: de 11/10/2019 à 10/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 067/2019. Ata de Registro de Preço: nº 03/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO EXTERNA. Contratada: Eletro Light Provence. Valor Total R\$: 42.942,00. Vigência: de 11/10/2019 à 10/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 068/2019. Ata de Registro de Preço: nº 01/2019. Objeto: Registro de Preços visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS VAPOR DE SÓDIO PARA LUMINÁRIAS DE LED E REFLETORES DE LED, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Contratada: L e Z Comércio e Instalações Elétricas LTDA. Valor Total R\$: 760.500,00. Vigência: de 17/10/2019 à 16/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 069/2019. Ata de Registro de Preço: nº 01/2019. Objeto: Registro de Preços visando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E CAIXA DE GORDURA. Contratada: Ecofossa Coleta e Transporte de Resíduos LTDA EPP. Valor Total R\$: 46.000,00. Vigência: de 16/10/2019 à 15/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 070/2019. Ata de Registro de Preço: nº 01/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DAS CARREGADEIRAS MICHIGAN 55C, ANO 1989 E ANO 1995. Contratada: Shopping Truck Chapecó Peças e Serviços Eireli. Valor Total R\$: 14.400,00. Vigência: de 29/10/2019 à 28/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 071/2019. Ata de Registro de Preço: nº 01/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DAS RETROESCAVADEIRAS JCB E RANDON. Contratada: Shopping Truck Chapecó Peças e Serviços Eireli. Valor Total R\$: 8.000,00. Vigência: de 21/10/2019 à 20/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 071/2019. Ata de Registro de Preço: nº 02/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DAS RETROESCAVADEIRAS JCB E RANDON. Contratada: Oeste Maquinas Industria, Comercio e Serviços de Tornearia Eireli. Valor Total R\$: 5.350,00. Vigência: de 21/10/2019 à 20/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 072/2019. Ata de Registro de Preço: nº 01/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DO ROLO COMPACTADOR MULLER WAP55. Contratada: Shopping Truck Chapecó Peças e Serviços Eireli. Valor Total R\$: 6.000,00. Vigência: de 21/10/2019 à 20/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 073/2019. Ata de Registro de Preço: nº 01/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO MHD 4007. Contratada: Shopping Truck Chapecó Peças e Serviços Eireli. Valor Total R\$: 12.400,00. Vigência: de 22/10/2019 à 21/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 075/2019. Ata de Registro de Preço: nº 01/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS HUBER 10DM, 130M E 140C E DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA COWDIN CM165. Contratada: Auto Mecânica Ival LTDA. Valor Total R\$: 30.650,00. Vigência: de 25/10/2019 à 24/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS**

Pregão Presencial: nº 075/2019. Ata de Registro de Preço: nº 02/2019. Objeto: Registro de Preços visando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MOTONIVELADORAS HUBER 10DM, 130M E 140C E DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA COWDIN CM165. Contratada: Gauchinho Maquinas e Implementos LTDA ME. Valor Total R\$: 885,75. Vigência: de 25/10/2019 à 24/10/2020. Dair Jocely Enge – Prefeito.

**EXTRATO CONTRATOS 10 2019**

Publicação Nº 2209326

## . FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato Administrativo: nº 20/2019. Objeto: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA REFORMA DO POSTO DE SAÚDE DO DISTrito DE DIAMANTINA. Contratada: João Moacir Sotel. Vigência: 31/12/2019. Valor Total R\$: 8.488,80. Palmitos 15/10/2019. Adriane Terezinha Erkmann Augustin – Gestora do Fundo.

## . FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato Administrativo: nº 21/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE CAPACITADA A FORNECER ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL, PEDAGÓGICO E SOCIALIZAÇÃO NA LINGUAGEM DE LIBRAS À MUNÍCIPE PALMITENSE CLARISSE ALINE KLEMANN. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS. Vigência: 20/10/2020. Valor Total R\$: 4.200,00. Palmitos 21/10/2019. Adriane Terezinha Erkmann Augustin – Gestora do Fundo.

## . PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 058/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DA SALA; DO BANHEIRO FEMININO; DO BANHEIRO MASCULINO; E, TRANSFORMAÇÃO DAS CALHAS NORMAIS DE LÂMPADAS PARA LED E SUBSTITUIÇÃO DE 31 LÂMPADAS FLUORESCENTES E HALÓGENAS POR LÂMPADAS DE LED, DA EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NO PARQUE DE EVENTOS ODACIR VALDAMERI. Contratada: ROHR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Valor Total R\$ 30.700,00. Vigência: 03/01/2020. Palmitos-SC, 04/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

## . PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 059/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E COMERCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE FRIGORÍFICO DE BOVINOS E OVINOS NO TERRITÓRIO MUNICIPAL, MEDIANTE ANÁLISE: A) DAS OPÇÕES DE MODELAGENS JURÍDICAS DO RAMO DE NEGÓCIO; B) AMBIENTAL PARA O TRATAMENTO DE EFLUENTES; C) DAS OPÇÕES DE MODELAGEM JURÍDICA DO RAMO DE NEGÓCIO; E, D) DO MERCADO INTERNACIONAL DE FRIGORÍFICOS. Contratada: VALOR E FOCO CONSULTORIA EM ENGENHARIA S/S. Valor Total R\$: 15.000,00. Vigência: 31/12/2019. Palmitos-SC, 07/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

## . PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 060/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O PERÍODO LETIVO, COM ITINERÁRIOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO PARA ESCOLAS LOCALIZADAS NOS PERÍMETROS RURAL E URBANO. Contratada: MARIA DE LOURDES GUADAGNIN - MEI. Valor Total R\$: 13.800,00. Vigência: 13/12/2019. Palmitos-SC, 07/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

## . PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Termo de Rescisão ao Contrato: nº 47/2018. Contratada: ELISABETE SIGNORI - MEI. Cancelamento: 04/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### ERRATA DO DECRETO Nº 112/2019

Publicação Nº 2212528

ERRATA DO DECRETO Nº 112 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Vimos por meio desta, diante de erro material constante no Decreto 112 de 18 de novembro de 2019, retificar o referido Decreto.

Onde se lê: Art. 1º Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.0118 (32) Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00, leia-se: Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0118 (32) Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00.

Publique-se para que passe a vigor com a retificação supra.  
DECRETO Nº 112, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

“SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, da Lei Municipal n.º 1089 de 08 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2019, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 – ENSINO REGULAR

Atividade: 2.010 – Manutenção do Ensino Regular

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0119 (44) Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL: .....R\$ 50.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 – ENSINO REGULAR

Atividade: 2.010 – Manutenção do Ensino Regular

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0118 (32) Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL: .....R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 31 de outubro de 2019.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de outubro de 2019.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

# Passos Maia

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 0044/2019

Publicação Nº 2211529

CONTRATO n. 0044/2019

PROCESSO LICITATORIO n. 0057/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0013/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança privada ostensiva, para festividades em homenagem ao 28º aniversário do município de Passos Maia, eventos realizados de 06, 07, 13 e 15 de dezembro de 2019 na praça 12 de dezembro, conforme cronograma;

Valor: Para os itens que a CONTRATADA se sagrou vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

Fiscal deste Contrato: Fica designado, a Sra. Simone Leandra Tomazelli para fiscalizar e acompanhar este contrato.

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2019

Passos Maia, SC, 31 de outubro de 2019.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2019 PL Nº 61/2019

Publicação Nº 2211437

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2019

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o artigo 14 da Lei Nº 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por Dispensa de Licitação: Processo Licitatório nº. 61/2019; DL nº. 15/2019; Contratado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DOS LAGOS SUL CATARINENSE – COOPERLAGOS. Objeto: Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação de Cooperativas de Agricultores e/ou Associações e Empreendedores Rurais Familiares para o fornecimento dos gêneros alimentícios de agroindústria conforme especificação no ANEXO II e nas demais condições estabelecidas, aos alunos da Rede Pública de Ensino de Paulo Lopes/SC.

Paulo Lopes, 31 de outubro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretaria Municipal de Administração

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2019 PL Nº 62/2019

Publicação Nº 2211439

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2019

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o artigo 14 da Lei Nº 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por Dispensa de Licitação: Processo Licitatório nº. 62/2019; DL nº. 16/2019; Contratado: ELDER PEREIRA DA SILVA. Objeto: Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação de Cooperativas de Agricultores e/ou Associações e Empreendedores Rurais Familiares para o fornecimento dos gêneros alimentícios de agroindústria conforme especificação no ANEXO II e nas demais condições estabelecidas, aos alunos da Rede Pública de Ensino de Paulo Lopes/SC.

Paulo Lopes, 31 de outubro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretaria Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 3467/2019 DECRETA A UTILIDADE PÚBLICA DAS OBRAS DE REFORMAS E ADEQUAÇÃO DO TRAPICHE DA PRAIA DE ARMAÇÃO DE ITAPOCORÓI NO MUNICÍPIO DE PENHA, ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Publicação Nº 2212511

DECRETO Nº 3467/2019

DECRETA A UTILIDADE PÚBLICA DAS OBRAS DE REFORMAS E ADEQUAÇÃO DO TRAPICHE DA PRAIA DE ARMAÇÃO DE ITAPOCORÓI NO MUNICÍPIO DE PENHA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o artigos 64, inciso VI, 89, I, 'c' da Lei Orgânica do Município e o Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO o Auto de Infração e Interdição nº INT 072320001/2019, que interditou o Trapiche Turístico da Praia da Armação, no Município de Penha/SC lavrado pelo Corpo de Bombeiro Militar em decorrência de um acidente envolvendo uma criança, e a conclusão de que as madeiras do assoalho e do guarda-corpo estão em alto estágio de decomposição;

CONSIDERANDO que em decorrência do episódio acima, a Coordenadoria de Proteção de Defesa Civil e Secretaria de Planejamento do Município de Penha elaborou o Auto de Constatação nº 22/2019, de 08 de março de 2019, recomendando a interdição do trapiche apontando a necessidade de manutenção corretiva, com caráter de urgência, voltado à segurança de turistas e munícipes;

CONSIDERANDO o Laudo Técnico de Segurança e Estabilidade elaborado pelo Arquiteto e Urbanista Alcemar de Souza, diretor de engenharia da Secretaria de Planejamento da Prefeitura o qual conclui que após vitória a obra do trapiche não possui condições seguras e estruturais para o uso dos munícipes e turistas que frequentam o local, estando em condições inadequadas de segurança, estabilidade, salubridade estando fora das normas técnicas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiro do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico de reforma do trapiche da armação elaborado pelo arquiteto e urbanista Alcemar de Souza, Diretor Técnico da secretaria com área de 553,00m², e a necessidade de implantação;

CONSIDERANDO que as obras e atividade de defesa civil são definidas como utilidade pública pelo art. 2º, VIII, "c" e as obras de infraestrutura pública destinada a lazer, são de interesse social, conforme art. 2º, IX, todos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de intervenção em área de preservação permanente, definidas no art. 4º, VI da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

CONSIDERANDO que as intervenções de utilidade pública, bem como de interesse social, em caráter de urgência, e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas são dispensadas de autorização ambiental, conforme art. 8º, §3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

CONSIDERANDO a aproximação da época de temporada, com o aumento de turistas no Município de Penha/SC e o potencial turístico do Trapiche, bem como o uso para atracar embarcações de pesca, e a necessidade de reforma imediata, voltado à segurança de turistas e munícipes;

#### DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida como de utilidade pública e de interesse social, as obras de reformas e melhorias do trapiche da praia de armação, consubstanciada na adequação, prevenção e mitigação de acidentes.

§1º Para atender a finalidade do caput deste artigo, outras obras ou serviços poderão ser realizados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 24 de outubro de 2019.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**RESOLUÇÃO Nº 15, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA - SC**

Publicação Nº 2212328

RESOLUÇÃO Nº 15, de 24 de setembro de 2019, do  
Conselho Municipal de Saúde do Município de Penha - SC

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA.

O Conselho Municipal de Saúde de Penha, em reunião ordinária realizada em 24 de setembro de 2019, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Complementar Municipal nº 57/2013, de 21 de janeiro de 2013;

Considerando a Lei 8.142/90, de 28 de dezembro de 1990, que determina competência ao Conselho Municipal de Saúde para atuar na formulação de estratégias e no controle da política municipal de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Orçamento para o ano de dois mil e vinte (2020) do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Penha, 24 de setembro de 2019  
Henrique Elias Bruch  
Presidente do Conselho Municipal da Saúde

HOMOLOGO em 24/09/2019, publique-se.

Aquiles Schneider da Costa  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 16, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA - SC**

Publicação Nº 2212332

RESOLUÇÃO Nº 16, de 24 de setembro de 2019, do  
Conselho Municipal de Saúde do Município de Penha - SC

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA AMAPENHA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS COM O OBJETIVO DE ATENDER PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

O Conselho Municipal de Saúde de Penha, em reunião ordinária realizada em 24 de setembro de 2019, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Complementar Municipal nº 57/2013, de 21 de janeiro de 2013;

Considerando que AMAPENHA, Associação de Pais e Amigos do Autista de Penha, com CNPJ 34.129.425/0001-17 é uma associação sem fins lucrativo que tem por missão atender com excelência pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, educar seus familiares e também profissionais da esfera pública e privada, visando transmitir para a sociedade conhecimento para compreender e interagir adequadamente com portadores do Autismo.

**RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer AMAPENHA como organização Social existente e atuante no Município de Penha-SC.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Penha, 24 de setembro de 2019  
Henrique Elias Bruch  
Presidente do Conselho Municipal da Saúde

HOMOLOGO em 24/09/2019, publique-se.

Aquiles Schneider da Costa  
Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PL 117/2019, PR 52/2019

Publicação Nº 2211956

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

#### AVISO DE LICITAÇÃO - DESERTA

Processo Licitatório: 117/2019  
Pregão Presencial 52/2019

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para realizar serviço de manutenção e recarga em extintores de incêndio de todos os prédios públicos do município de Peritiba, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

A PREGOEIRA do Município de Peritiba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, COMUNICA que o Pregão Presencial nº 52/2019, Processo de Licitação nº 117/2019, foi considerada deserta, pois não houveram interessados ao Certame.

Peritiba SC., 31 de outubro de 2019

Regina Inês Brand Lazzarin  
Pregoeira (Decreto nº 104/2019)

### CONTRATO Nº 14/2019 - FMS, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2019 - FMS

Publicação Nº 2211550

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – FMS.  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 16/2018, modalidade Credenciamento Universal nº 04/2018 e Processo de Licitação 02/2019, na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 02/2019.

Objeto: Aditar o valor estimado para fins contábeis do contrato original nº 02/2019 para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Fisioterapia e Auriculoterapia, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2019, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2019

Contratado: BS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E PILATES SS LTDA ME.

CNPJ nº: 24.866.727/0001-14

Data de Vigência: 23/10/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 23 de outubro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN  
Secretária de Saúde e Bem Estar Social  
Contratante

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### LEI ORDINÁRIA Nº 301, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2211351

LEI ORDINÁRIA Nº 301, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“DENOMINA RUA NO BAIRRO BARREIROS, NESTE MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a presente lei.

Art. 1º - Fica oficializada a denominação da seguinte rua, localizada no bairro Barreiros, neste município de Pescaria Brava:

I – Denomina RUA FRANCISCO JOSE DA ROSA, a Rua, conforme planta de localização, com início na Rodovia SC-437, ao lado da Cachoeira do Ronco d'água, até a Ilhota, localizada no bairro Barreiros.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava/SC, 30 de Outubro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

### NOVA ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2211695

ASSUNTO: Nova Alteração na Composição do Conselho Municipal de Saúde

O Secretário Municipal de Saúde torna público que, a composição do Conselho Municipal de Saúde de Pescaria Brava, referente ao DECRETO nº. 362, de 16 de maio de 2018, foi alterada novamente, conforme abaixo:

Novo Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Pescaria Brava:  
João Fernandes Floriano

I – Representantes dos trabalhadores da saúde :

1- Representante da Enfermagem:

Titular: Rosilda Ribeiro Cardoso (em substituição a Raiza Exterkoetter)

IV – Representantes do seguimento governamental:

1- Secretaria Municipal de Assistência Social

Suplente: Maria Aparecida Alves Machado (em substituição a Katia Simone dos Santos)

Pescaria Brava, 30 de outubro de 2019.

Luiz Henrique Castro de Souza  
Secretário Municipal de Saúde  
S.M.S Pescaria Brava

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

**PONº RTARIA 508, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212652

**PORTARIA Nº 508, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019**

***HOMOLOGA RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO  
SELETIVO Nº 001/2019***

**PEDRO RABUSKE**, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE**

**Art. 1º.** Fica homologado o resultado de classificação final do processo seletivo nº 01/2019, na forma anexa.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 04 DE OUTUBRO DE 2019.

**PEDRO RABUSKE**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000157	LUCIANA DA SILVA	2,00	1,00	2,00	2,00	7,00	1º	Classificado
0000024	SOLANGE APARECIDA ZAGO BURYK	1,50	2,00	1,50	2,00	7,00	2º	Classificado
0000215	REGIANE BORDIGNON FOGAÇA	1,00	1,50	1,00	2,00	5,50	3º	Classificado
0000056	ALESANDRA GERALDA DA SILVA MUGNOL	0,50	1,50	1,50	2,00	5,50	4º	Classificado
0000213	FLAVIA HELENA BONATO	1,00	2,00	1,00	1,50	5,50	5º	Classificado
0000006	JORDANA BUENO	1,00	0,50	1,50	1,50	4,50	-	Desclassificado

## DENTISTA 10 HS - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000172	ACIR JOSÉ DIRSCHNABEL	2,50	2,00	2,50	2,00	9,00	1º	Classificado
0000217	IDERSON DAYAN BRAZIL AGOSTINI	2,00	2,50	2,00	2,00	8,50	2º	Classificado
0000080	VINÍCIUS BUZATTO	2,00	2,00	2,50	2,00	8,50	3º	Classificado
0000131	JANAINA REGINA GONÇALVES WEIRICH AGOSTINI	2,00	1,50	2,00	2,50	8,00	4º	Classificado
0000232	CAROLINA DA CASS MECABO	2,00	2,00	2,00	1,50	7,50	5º	Classificado
0000227	ANA LAURA ROSSATO	2,00	2,00	2,00	1,50	7,50	6º	Classificado
0000097	LARALICIA CASAGRANDE	2,00	1,00	1,50	2,00	6,50	7º	Classificado
0000037	JAQUELINE FERRARI	2,00	0,50	2,00	2,00	6,50	8º	Classificado
0000088	JANAÍNA PITT	1,50	1,50	1,00	2,00	6,00	9º	Classificado
0000229	LETÍCIA MACEDO DO AMARAL	1,50	1,50	1,50	1,50	6,00	10º	Classificado
0000211	MARIA HELENA FERREIRA PINHEIRO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000155	FERNANDA APARECIDA FRANCOZI DE SOUZA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000125	ANGELICA ZARDO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

## DENTISTA 20 HS - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000221	ROBERTO WOBETO	2,50	2,50	2,50	1,50	9,00	1º	Classificado
0000193	KARIN BRANCO CORREA	2,50	2,50	1,50	2,00	8,50	2º	Classificado
0000084	CAROLINE STANGUERLIN	2,50	2,50	1,50	2,00	8,50	3º	Classificado
0000127	JAMILE CASTEGNARO	2,50	2,00	2,00	2,00	8,50	4º	Classificado
0000061	JAQUELINE MARIA MAZUTTI DE GERONI	2,50	2,00	2,00	2,00	8,50	5º	Classificado
0000133	CHEIENE DERIE RONCAGLIO BAGNARA	2,00	2,50	2,00	2,00	8,50	6º	Classificado
0000033	ANA CAROLINA DA SILVA	2,50	2,50	2,00	1,50	8,50	7º	Classificado
0000147	JANRRIE BONATO	2,00	2,50	2,50	1,50	8,50	8º	Classificado
0000167	GIOVANNA SIGNORI PASQUALOTTO	2,00	2,50	1,50	2,00	8,00	9º	Classificado
0000176	AMANDA FIORELLI	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	10º	Classificado
0000082	CATIÉLYS NIOBE MATTIELLO	2,50	2,00	2,00	1,50	8,00	11º	Classificado
0000015	CAROLINE APARECIDA BRANCO	2,50	2,00	2,00	1,50	8,00	12º	Classificado
0000140	NAYARA MARTINS	2,50	1,50	1,50	2,00	7,50	13º	Classificado
0000181	PLÍNIO CÉSAR DE MACEDO	2,00	1,50	2,00	2,00	7,50	14º	Classificado
0000207	ERIKY SILVANO DE SOUSA SILVA	2,00	2,00	2,00	1,50	7,50	15º	Classificado
0000079	MANOELA MARTINS ZANCA	2,00	2,00	2,00	1,50	7,50	16º	Classificado
0000231	BIANCA CARDOSO WEIDNER	2,00	2,00	2,00	1,50	7,50	17º	Classificado

0000122	RAFAEL CRISTIANO FROZZA	2,00	1,50	2,50	1,50	7,50	18º	Classificado
0000183	LEONARDO ISSAMU IKEDA	2,00	2,50	2,00	1,00	7,50	19º	Classificado
0000226	KARINE RIBEIRO ODELLI	2,50	1,50	1,00	2,00	7,00	20º	Classificado
0000023	DANIELLE SCHNEIDER MARÇAL	2,00	2,00	1,00	2,00	7,00	21º	Classificado
0000053	GILSON FERREIRA DE SOUZA	2,00	1,00	2,00	2,00	7,00	22º	Classificado
0000192	GABRIELA BIANCHINI DE SOUZA	2,50	1,00	1,00	2,00	6,50	23º	Classificado
0000041	FERNANDA PADILHA DA SILVA	2,50	0,50	1,50	2,00	6,50	24º	Classificado
0000072	RODRIGO SUBTIL	2,00	1,50	1,00	2,00	6,50	25º	Classificado
0000195	KAMILA GRANDO	2,00	1,00	1,50	2,00	6,50	26º	Classificado
0000156	BRUNA CRISTINA NUNES VIEIRA	2,00	1,50	1,50	1,50	6,50	27º	Classificado
0000040	JANICIELLI PRESTES DA SILVA ONUKA	1,50	1,50	1,00	2,00	6,00	28º	Classificado
0000102	JULIA MIOZZO LAZARIS	1,50	1,50	1,00	2,00	6,00	29º	Classificado
0000049	MARINA SPRANDEL	1,50	1,00	1,50	2,00	6,00	30º	Classificado
0000153	VINÍCIUS GOULART SCHLICHTING	1,50	1,50	2,00	1,00	6,00	31º	Classificado
0000136	WILLIAN MARCOS ANDRES	2,00	1,50	2,00	0,50	6,00	32º	Classificado
0000199	FERNANDA DAZZI	2,00	0,50	1,00	2,00	5,50	33º	Classificado
0000066	GIOVANA CARLA MOTTER	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000210	PAULO HENRIQUE GOMES FERREIRA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000205	ANTONIO CESAR WILLE	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000158	MARCOS DE MENDONÇA INVERNICI	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000139	BÁRBARA MARIN STARES WITTE	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000117	CARULINA BUENO DE MESQUITA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000060	HARYSONN RAFAEL ZAGO FAVERO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000062	ESTEVAN GREGIO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000137	GEOVANA OLINGER BOA NOVA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000098	RICIELLA STOPIGLIA ROZIN	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000202	BRUNA ISABELA KAISS	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

## EDUCADOR FÍSICO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000123	DANIELLA GRUTZMANN	2,50	2,50	2,00	2,50	9,50	1º	Classificado
0000173	ADEMILSON FRANCO DE MELO	2,00	2,00	2,50	2,50	9,00	2º	Classificado
0000187	ADRIANO ALBERTI	2,00	1,50	2,50	2,50	8,50	3º	Classificado
0000085	TIAGO CARELLI	1,50	2,50	2,00	2,00	8,00	4º	Classificado
0000174	DARIANE PERAZZOLI TORCATTO	1,50	2,00	1,50	2,50	7,50	5º	Classificado
0000144	JAYSON ROBERTO FERRERIRA DE ARAUJO	2,00	1,50	2,00	2,00	7,50	6º	Classificado
0000016	JOSIANO GUILHERME PUHLE	1,50	2,00	2,00	2,00	7,50	7º	Classificado
0000138	FRANCINALDO JUDYSON GOMES DA SILVA	2,50	1,00	2,50	1,50	7,50	8º	Classificado
0000159	DANIELA ALINE PETRY FERRARI	2,00	1,50	1,00	2,50	7,00	9º	Classificado
0000038	JEAN PIERRE GREIN DOS SANTOS	1,50	1,50	1,50	2,50	7,00	10º	Classificado
0000212	LEONARDO DAMBRÓS	1,00	1,50	2,00	2,50	7,00	11º	Classificado
0000150	VITOR HUMBERTO DE MELLO	2,00	1,50	1,50	2,00	7,00	12º	Classificado
0000177	VICTOR ANGELO BECHI	1,50	1,00	2,50	2,00	7,00	13º	Classificado
0000119	MARIÉLI GIOVANA EVANGELISTA	2,00	1,00	1,50	2,00	6,50	14º	Classificado
0000132	RUBILAN GILVANE ZACARIAS	1,00	2,00	1,50	2,00	6,50	15º	Classificado
0000233	PEDRO EURIPEDES DA SILVA	1,50	1,00	2,00	1,50	6,00	16º	Classificado
0000224	PATRICIA SIMONE KASTELLER	1,50	0,00	1,50	1,50	4,50	-	Desclassificado

0000198	KATIA JULIANA DE LARA	1,00	0,50	0,50	2,00	4,00	-	Desclassificado
0000034	ERIVELTON FIRMO DE CAMARGO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000108	THAIANE GABRIELA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000029	LISIE DORNELLES OURIQUE	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

## ENFERMEIRO - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000045	JOSIELI RECALCATTI BOGONI	2,50	2,00	1,50	2,00	8,00	1º	Classificado
0000190	SARAH CRISTINA CHIESA MASSOCO	2,00	2,50	1,50	1,50	7,50	2º	Classificado
0000055	THAIS MAYUMI BARROSO YAMADA	2,00	2,00	2,50	1,00	7,50	3º	Classificado
0000043	TAINARA TURMINA	2,50	1,00	2,00	1,50	7,00	4º	Classificado
0000118	GABRIELA CAROLINA CAREGNATO FRIGOTTO	2,00	2,00	2,00	1,00	7,00	5º	Classificado
0000197	ANA PAULA MAZURECK DALL BOSCO	2,00	1,00	1,50	2,00	6,50	6º	Classificado
0000028	SANDY CASSIA MENDES VIERA	2,00	1,50	1,50	1,50	6,50	7º	Classificado
0000052	MINALISE AGGENS	2,50	1,00	2,00	1,00	6,50	8º	Classificado
0000091	CRISTIANI APARECIDA DA COSTA ALVES DA SILVA	2,50	1,00	2,00	1,00	6,50	9º	Classificado
0000077	TAYSE ENDER DE LIMA	1,00	1,50	1,50	2,00	6,00	10º	Classificado
0000054	CRISLAINE APARECIDA PRADO	2,50	1,00	1,50	1,00	6,00	11º	Classificado
0000050	DAIANE SPINELLO	2,00	1,50	1,50	1,00	6,00	12º	Classificado
0000208	KELRY ALYNNE TEIXEIRA SILVA	1,50	2,00	1,50	1,00	6,00	13º	Classificado
0000120	THATYANE DE AVILA	1,50	1,00	2,00	1,00	5,50	14º	Classificado
0000025	TAIS DENARDI TAVARES DA COSTA	1,50	1,00	1,00	1,50	5,00	15º	Classificado
0000059	CAMILA FARIAS HEINZ	1,00	1,00	1,50	1,00	4,50	-	Desclassificado
0000114	CLAIR MARIO CORREA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000073	LUCIANA BOTTIN	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000035	ALANA DEBORA N SOUZA DA CUNHA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000013	ANA LAURA DA ROSA ZANINI	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

## MÉDICO 10 HS - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000196	DANIEL MACHADO	2,50	2,00	2,00	2,00	8,50	1º	Classificado
0000175	NICOLAS ANTOINE VERGETIS	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

## MÉDICO 20 HS - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000128	IZADORA MACIEL DE SOUZA	2,50	1,50	2,00	1,50	7,50	1º	Classificado
0000011	EMANUELLE BERNARDI MOZZER	2,00	2,00	1,50	1,00	6,50	2º	Classificado
0000081	CARLOS EDUARDO GOMES MEDEIROS	1,50	1,50	1,50	1,00	5,50	3º	Classificado

## MOTORISTA - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	PV	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000222	GIAN CARLOS DELZIOVO	1,50	2,50	2,00	2,50	9,00	8,65	1º	Classificado
0000030	EDUARDO XAVIER CALZA	1,50	2,50	1,50	2,50	8,00	8,00	2º	Classificado
0000009	DOUGLAS ZANELLA	1,50	2,50	2,00	2,50	6,00	7,75	3º	Classificado
0000044	BEIJAMIM ANTUNES	1,00	1,50	1,00	2,00	0,00	3,85	-	Desclassificado
0000130	WAGNER LEMOS NOVO	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000019	MATEUS ANTUNES	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000206	JEAN CARLOS GRIFANTE	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000020	GIAN VINICIUS ONZI	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000234	LEANDRO NUNES PINTO	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

## OPERÁRIO BRAÇAL - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000223	JOSÉ ANTONIO CUNHA NETO	2,50	1,00	1,00	1,00	5,50	1º	Classificado
0000076	ANTÔNIO FRANCISCO MANFROI	1,50	2,00	1,00	1,00	5,50	2º	Classificado
0000134	SUZANA DOS SANTOS	2,00	0,50	1,50	1,00	5,00	3º	Classificado
0000230	SALETE APARECIDA ZAGO FERNANDES	2,50	0,00	1,00	0,50	4,00	-	Desclassificado
0000225	ALCIR JOSÉ NEIS	1,00	1,00	1,00	0,50	3,50	-	Desclassificado
0000070	JOSELEI FRYDE	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

## PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ESCOLINHAS CME - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000171	MARIA EDUARDA ALCÂNTARA	2,50	2,00	1,50	2,00	8,00	1º	Classificado
0000017	CAMILA CRESTANI ZUCCO	2,50	1,50	1,50	2,00	7,50	2º	Classificado
0000209	GABRIEL FERNANDO MENEGATT DA IGREJA	2,00	1,00	1,50	2,00	6,50	3º	Classificado
0000087	ELIZANDRO MARTINS DE MELLO	1,50	2,00	1,50	0,50	5,50	4º	Classificado
0000201	EDUARDO GABRIEL VIDAL KOCH	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

## SERVENTE - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000047	ANA PAULA BERNARDI	2,00	2,00	1,50	2,00	7,50	1º	Classificado
0000180	JÉSSICA SINTIA RACOSKI DOS SANTOS	2,50	2,00	1,50	1,50	7,50	2º	Classificado
0000039	MARCIA APARECIDA DA SILVA	1,50	2,00	1,50	2,00	7,00	3º	Classificado
0000188	TAMARA CARDOZO DOS SANTOS	1,50	0,50	1,50	2,50	6,00	4º	Classificado
0000194	HELENA ZAGO NEIS	1,00	0,00	2,00	2,50	5,50	5º	Classificado
0000166	IVANILDA TERESINHA DEL PIZZOL SCHUCK	1,50	1,00	1,00	0,00	3,50	-	Desclassificado

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CG	CE	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000032	PATRICIA DA SILVA CORDEIRO	1,50	1,00	1,50	2,00	6,00	1º	Classificado
0000022	LUCIANE RABUSKE	1,00	2,50	1,00	1,50	6,00	2º	Classificado
0000126	KIOMAR FATIMA GRAEF BONADIMAN	0,50	0,50	2,00	2,00	5,00	3º	Classificado
0000165	ANALISA FRIEBEL	1,00	0,50	1,50	1,50	4,50	-	Desclassificado
0000162	DIRLENE ANDRIONI SASSO	0,50	1,00	1,00	1,00	3,50	-	Desclassificado
0000216	SUELEN LOCATELLI	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

**PORTARIA 516/2019**

Publicação Nº 2212198

PORTARIA Nº 516, DE 14 DE outubro DE 2019.

NOMEIA Odenice Salete Rodrigues de Aguiar PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE Assistente de COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a partir de 14 de outubro de 2019, Odenice Salete Rodrigues de Aguiar, brasileira, casada, portadora CPF nº 040.053.069-42, residente e domiciliada na Vila Bressan, Inteior, neste município de Pinheiro Preto -SC, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Coordenação de Serviços Administrativos, nível de vencimento DAÍ-02, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 14 de outubro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 527/2019**

Publicação Nº 2211850

PORTARIA Nº 527, DE 30 de outubro DE 2019.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Aline Bordignon Martins.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora Aline Bordignon Martins, ocupante do cargo efetivo de Servente, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 04/08/2018 a 03/08/2019, que será gozado de 28/10/2019 a 26/11/2019, devendo retornar a suas atividades em 27/11/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28/10/2019

Centro Administrativo Municipal, 30 de outubro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 528/2019**

Publicação Nº 2211852

PORTARIA Nº 528, DE 30 de outubro DE 2019.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Tania ZAnella.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora Tania ZAnella, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, que será gozado de 29/10/2019 a 12/11/2019, devendo retornar a suas atividades em 13/11/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29/10/2019

Centro Administrativo Municipal, 30 de outubro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2019

Publicação Nº 2211727

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2019

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é possível aquisição materiais para utilização na oficina mecânica da garagem de máquinas do Município de Piratuba, sofreu alterações na data de recebimento e abertura dos envelopes de habilitação e proposta para o dia 07/11/2019, até as 08h20min para recebimento dos envelopes e as 08h30min para abertura dos mesmos, ficando inalteradas as demais especificações do Edital.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 31 de outubro de 2019.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

### ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2019

Publicação Nº 2211728

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2019

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto o fornecimento de peças e a prestação de serviços para conserto do sistema de ar condicionado do equipamento Moto-niveladora, marca Case 845B, série n.º NEAF3936, ano 2014, locado na Secretaria de Infraestrutura Rural do Município, sofreu alterações na data de recebimento e abertura dos envelopes de habilitação e proposta para o dia 07/11/2019, até as 14h20min para recebimento dos envelopes e as 14h30min para abertura dos mesmos, ficando inalteradas as demais especificações do Edital.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 31 de outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO MALTAURO

Supervisor de Compras

### ADENDO 02 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2019

Publicação Nº 2211729

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 02 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2019

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a prestação de serviços de recapagens e recauchutagens de pneus da Frota de Veículos e Máquinas do Município, sofreu alterações na data de recebimento e abertura dos envelopes de habilitação e proposta para o dia 13/11/2019, até as 14h20min para recebimento dos envelopes e as 14h30min para abertura dos mesmos, ficando inalteradas as demais especificações do Edital.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 31 de outubro de 2019.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

**DECRETO Nº1205/2019**

Publicação Nº 2211782

DECRETO Nº 1205/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Substitui Membro da Comissão Responsável pelo Acompanhamento do Processo Seletivo nº 003/2019 da Prefeitura Municipal de Piratuba e Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o seguinte membro abaixo relacionado da Comissão Responsável pelo Acompanhamento do Processo Seletivo nº 003/2019, que visa contratações para a Prefeitura Municipal de Piratuba e Fundo Municipal de Saúde,

c) Gracieli D Avila Gamzava

Art. 2º. Os demais membros da Comissão Responsável pelo Acompanhamento do Processo Seletivo nº 003/2019 permanecem os mesmos nomeados pelo Decreto nº1195/2019, de 02 de outubro de 2019, alterado pelo Decreto nº1203, de 29 de outubro de 2019, conforme segue:

- a) Karla Riffel da Silva - Presidente da Comissão;
- b) Lidiane Baiolin
- d) Guelomario Rodrigues de Vargas - Membro
- e) Fabiano Moreira Paz- Membro

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 31 de outubro de 2019.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93  
Em 31 de outubro de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/2019**

Publicação Nº 2211730

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/2019

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de equipamento agrícola Colhedora de Forragens, novas, conforme especificações constantes no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 13/11/2019.

Abertura: às 08h30 do dia 13/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 24 de outubro de 2019.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2019**

Publicação Nº 2211731

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2019

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais para procedimentos médico-hospitalares e higiene e limpeza destinados à distribuição gratuita a recém-nascidos do Município, conforme especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 20/11/2019.

Abertura: às 08h30 do dia 20/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 24 de outubro de 2019.

VANDERLEI WEBER

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

# Pomerode

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 179 / 2019

Publicação Nº 2209447

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 179 / 2019

Processo Administrativo n.º 102 / 2019. Pregão Presencial n.º 061 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: FOOT COMERCIAL LTDA ME. Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS, TROFÉUS E PLACAS PARA AS PREMIAÇÕES EM DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS E EDUCACIONAIS PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE – FUNPEEL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 13/10/2020. Valor total registrado: R\$158.500,00 (cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais) / Itens 01 ao 35.

Pomerode / SC, 14 de Outubro de 2019.  
ÉRCIO KRIEK  
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 180 / 2019

Publicação Nº 2209733

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 180 / 2019

Processo Administrativo n.º 103 / 2019. Pregão Presencial n.º 062 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE BANCOS PARA ÁREA EXTERNA EM FERRO FUNDIDO E MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA, COM ADORNOS EM FERRARIA ARTÍSTICA, PARA COLOCAÇÃO EM PRAÇAS, PARQUES, ÁREAS DE LAZER, PONTOS TURÍSTICOS, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS LOCAIS DEFINIDOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 14/10/2020. Valor total registrado: R\$58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) / Itens 01 e 02.

Pomerode / SC, 15 de Outubro de 2019.  
ÉRCIO KRIEK  
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº181 / 2019

Publicação Nº 2210066

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 181 / 2019

Processo Administrativo n.º 106 / 2019. Pregão Presencial n.º 063 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: LUAN JARDEL UTECH. Objeto: AQUISIÇÃO DE JANELAS E VIDROS TEMPERADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E EVENTUALMENTE OS DEMAIS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 22/10/2020. Valor total registrado: R\$41.020,00 (quarenta e um mil e vinte reais) / Itens 01, 02, 03 e 04. Pomerode / SC, 22 de Outubro de 2019.

ÉRCIO KRIEK  
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068 / 2019**

Publicação Nº 2209787

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 068 / 2019**

Contrato Administrativo nº068 / 2019 CIMVI. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: GEOMAPA ENGENHARIA LTDA Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM. Valor Total Contratado: R\$ 28.313,48 (VINTE E OITO MIL TREZENTOS E TREZE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS). Prazo de vigência: 45 dias de 04/11/2019 até 18/12/2019. Justificativa: a CREDENCIADA apta a plena e total execução dos serviços de ENGENHARIA EM AGRIMENSURA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRAFICOS E AFINS (ITEM 3.1) e de ENGENHARIA CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS VIÁRIOS E AFINS (ITEM 3.2) para atender, em regime de rodízio, a demanda de mão de obra especializada para prestação de serviços ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAAGEM, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Credenciamento nº 011 / 2019. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Antônio Carlos de Oliveira, Responsável legal, Geomapa Engenharia Ltda - Contratada.

Pomerode / SC, 30 de Outubro de 2019.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### LEI -1162-2019 - CINCATARINA

Publicação Nº 2212088

LEI Nº 1162/2019

RATIFICA A SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Roberto Molin de Almeida, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, em anexo, nos termos da Lei Federal n. 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 31 de Outubro de 2019.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Fica publicada a presente lei aos trinta e um dias do mês de Outubro de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 627/2019

Publicação Nº 2211793

DECRETO Nº 627/2019, 29 DE OUTUBRO DE 2019.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. ELIZANDRA CECATTO, matrícula 6817, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo ao dia 25 de outubro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 629/2019

Publicação Nº 2211795

DECRETO Nº 629/2019 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratar de Assuntos Particulares, a Funcionária Pública Municipal Sra. CLESSI LIMBERGER, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 02 anos a contar de 01 de Novembro de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra.

### DECRETO 630/2019

Publicação Nº 2211796

DECRETO Nº 630/2019 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. JUCELEI PAVAN BAZI ocupante do cargo de AGENTE DE SAÚDE, com 40 horas semanais, lotada na

Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2019, para serem gozadas de 21/11/2019 a 20/12/2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 631/2019

Publicação Nº 2211811

DECRETO Nº 631/2019, 29 DE OUTUBRO DE 2019.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 31 de Outubro de 2019, a Sra. TANIA REGINA MENDES, matrícula 054, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 632/2019

Publicação Nº 2211813

DECRETO Nº 632/2019, 29 DE OUTUBRO DE 2019.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de Outubro de 2019, o Sr. DERLY DA SILVA, matrícula 821, ocupante do cargo de MOTORISTA DE EMBULÂNCIA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 633/2019**

Publicação Nº 2211817

DECRETO Nº 633/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N. 01/2019 E PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIARIOS EDITAL N. 02/2019”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada e demais legislação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo Edital 01/2019 e 02/2019, pelos seguintes membros:

- IVAN HOECKLER
- RAQUEL FOPPA EVANGELISTA
- LUCAS MORETTO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 634/2019**

Publicação Nº 2211822

DECRETO Nº 634/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde para a Sra. SONIA IARA DA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 15 dias, a contar do dia 23 de outubro de 2019.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2251 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211967

DECRETO Nº 2.251, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18 da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 0012.0361.0011

Atividade: 2.038 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02360000 – Salário Educação

Valor: R\$ 4.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo elencadas na importância de R\$ 6.200,00 (Seis mil e duzentos reais):

Órgão: 15 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 0012.0361.0011

Atividade: 2.038 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02360000 – Salário Educação

Valor: R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 31 de outubro de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETOLEGISLATIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 2211770

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2019

APROVA AS CONTAS DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, SR. EMERSON LUCIANO STEIN, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.

ALTINO TORQUATO DOS SANTOS JUNIOR, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, conforme o disposto no artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e no artigo 25, inciso I e alínea "t" do Regimento Interno da Câmara Municipal, PROMULGA o presente DECRETO LEGISLATIVO:

ART. 1º - Ficam aprovadas as Contas referente ao exercício de 2017 do Prefeito do Município de Porto Belo, Exmo. Sr. Emerson Luciano Stein, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - PCP - 18/00280065.

ART. 2º - O Parecer Prévio a que se refere o artigo 1º, o qual segue em anexo, é parte integrante deste Decreto.

ART. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 31 dias do mês de outubro de 2019.

Altino Torquato dos Santos Júnior - PSD	
Presidente da Mesa	

**RESOLUÇÃO Nº 20/2019**

Publicação Nº 2211759

Resolução MD Nº 20/2019

"DELEGA PODERES A SERVIDOR PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Municipal nº 53/2014, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor LAURECI MAURINO CABRAL, ocupante do cargo efetivo de Diretor de Contabilidade, da categoria ocupacional de nível médio, para exercer a função de chefia no âmbito do Poder Legislativo, nos termos do artigo 23º da Lei Complementar Municipal nº 53/2014.

Art. 2º A função de chefia, tem por finalidade planejar, organizar e supervisionar todos os serviços atinentes a administração dos recursos humanos no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º O Servidor ora investido no exercício de Chefia, fará jus ao pagamento de gratificação na importância de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o seu vencimento base.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 005/2019.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 2019.

Altino Torquato dos Santos Júnior - PSD	
Presidente da Mesa	
Silvana Nunes Stadler - PTB	Diogo dos Santos - MDB
Vice-Presidente	1º Secretário
Bento Sebastião Voltolini - PPS	
2º Secretário	

**RESOLUÇÃO Nº 22/2019**

Publicação Nº 2211761

Resolução MD Nº 22/2019

DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1976/2011 AOS SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1976/2011, resolve:

Art. 1º - Na vigência da Lei Municipal nº 1976/2011, fica instituído o pagamento do auxílio alimentação aos Servidores e Estagiários do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - O auxílio alimentação será concedido aos Servidores e Estagiários do Poder Legislativo Municipal no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

Parágrafo único: O valor será reajustado anualmente, a partir do ano de 2021, na mesma data e percentual em que se der a reposição salarial aos servidores públicos municipais.

Art. 3º - Aplica-se, subsidiariamente, a esta Resolução, todos os efeitos da Lei Municipal nº 1976/2011, excetuando as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 013/2017.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2019.

Altino Torquato dos Santos Júnior - PSD	
Presidente da Mesa	
Silvana Nunes Stadler - PTB	Diogo dos Santos - MDB
Vice-Presidente	1º Secretário
Bento Sebastião Voltolini - PPS	
2º Secretário	

**RESOLUÇÃO Nº 23/2019**

Publicação Nº 2211763

Resolução MD Nº 23/2019

DELEGA PODERES A SERVIDOR PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Municipal nº 53/2014, resolve:

Art. 1º - Fica designada a servidora ADRIANE FABIANI DE ALMEIDA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa, da categoria ocupacional de nível médio, para exercer a função de chefia de Compras do Poder Legislativo, nos termos do artigo 23º da Lei Complementar Municipal nº 53/2014.

Art. 2º - A função de chefia de compras, tem por finalidade planejar, organizar e supervisionar todas as aquisições para o suprimento de materiais permanentes e de consumo, bem como os contratos de prestação de serviços, e ainda, supervisionar os processos licitatórios, todos do Poder Legislativo Municipal, dando-lhes total publicidade.

Art. 3º - A Servidora ora investido no exercício de Chefia, fará jus ao pagamento de gratificação na importância de 40% (quarenta por cento) incidente sobre o seu vencimento base.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2019.

Altino Torquato dos Santos Júnior - PSD	
Presidente da Mesa	
Silvana Nunes Stadler - PTB	Diogo dos Santos - MDB
Vice-Presidente	1º Secretário
Bento Sebastião Voltolini - PPS	
2º Secretário	

**RESOLUÇÃO Nº 24/2019**

Publicação Nº 2211764

Resolução MD Nº 24/2019

"DELEGA PODERES A SERVIDOR PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Municipal nº 53/2014, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor MARCOS ANTÔNIO SANTIAGO, ocupante do cargo efetivo de Diretor de Secretaria, da categoria ocupacional de nível médio, para exercer a função de chefia no âmbito do Poder Legislativo, nos termos do artigo 23º da Lei Complementar Municipal nº 53/2014.

Art. 2º A função de chefia, tem por finalidade planejar, organizar e supervisionar a execução dos serviços administrativos e execução dos serviços de gestão de pessoal Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º O Servidor ora investido no exercício de Chefia, fará jus ao pagamento de gratificação na importância de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o seu vencimento base.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 002/2016.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2019.

Altino Torquato dos Santos Júnior - PSD	
Presidente da Mesa	
Silvana Nunes Stadler - PTB	Diogo dos Santos - MDB
Vice-Presidente	1º Secretário
Bento Sebastião Voltolini - PPS	
2º Secretário	

**RESOLUÇÃO Nº 25/2019**

Publicação Nº 2211767

Resolução MD Nº 25/2019

"DELEGA PODERES A SERVIDOR PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica designada a servidora JOVELINA LUZIA RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Secretária, da categoria ocupacional de nível médio, para exercer a função de chefia de plenário e auditório, nos termos do artigo 23º da Lei Complementar Municipal nº 53/2014.

Art. 2º - A função de chefia de plenário e auditório, tem por finalidade planejar, organizar e supervisionar todas as utilizações dos mesmos, acompanhando eventos e reuniões no que tange ao correto uso dos equipamentos e zelando pela utilização das instalações.

Art. 3º - A Servidora ora investida no exercício de Chefia, fará jus ao pagamento de gratificação na importância de 30% (trinta por cento) incidente sobre o seu vencimento base.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2019.

Altino Torquato dos Santos Júnior - PSD	
Presidente da Mesa	
Silvana Nunes Stadler - PTB	Diogo dos Santos - MDB
Vice-Presidente	1º Secretário
Bento Sebastião Voltolini - PPS	
2º Secretário	

**RESOLUÇÃO Nº 26/2019**

Publicação Nº 2211768

Resolução MD Nº 26/2019

SUPLEMENTA ITEM DO ORÇAMENTO POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 65 Inciso IV da Lei Complementar nº 01 de 05 de Abril de 1990, PROMULGA a presente Resolução.

Artigo 1º - Fica suplementado no Orçamento Vigente o item e Dotação abaixo:

01.00.00.000.000000 Câmara Municipal de Vereadores  
01.01.00.000.000000 Câmara Municipal de Vereadores  
01.01.01.000.000000 Legislativa  
01.01.01.031.000000 Ação Legislativa  
01.01.01.031.000100 Processo Legislativo  
01.031.0001.2001.00 Manutenção das Atividades Legislativas  
33.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 25.000,00

Total ..... 25.000,00

Artigo 2º - A suplementação de que trata o Artigo 1º ocorrerá por conta da anulação total das Dotações abaixo:

01.00.00.000.000000 Câmara Municipal de Vereadores  
01.01.00.000.000000 Câmara Municipal de Vereadores  
01.01.01.000.000000 Legislativa  
01.01.01.031.000000 Ação Legislativa  
01.01.01.031.000100 Processo Legislativo  
  
01.031.0001.1001.00 Aquisição de Imóveis para ampliação da Câmara de Ver.  
45.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 10.000,00  
  
01.031.0001.1002.00 Ampliação e reforma da Câmara de Vereadores  
44.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 10.000,00  
  
01.031.0001.2001.00 Manutenção das Atividades Legislativas  
33.50.90.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Luc. 5.000,00

Total ..... 25.000,00

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 2019.

Altino Torquato dos Santos Júnior - PSD

Presidente da Mesa

Silvana Nunes Stadler - PTB

Vice-Presidente

Bento Sebastião Voltolini - PPS

2º Secretário

Diogo dos Santos - MDB

1º Secretário

## Porto União

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2211882

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2019 - EDUCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, A MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA ÚRSULA WALDRAFF - ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO 125/2019

Processo nº. 172/2019

Aos 16 dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa ÚRSULA WALDRAFF - ME, CNPJ/MF 05.004.931/0001-81, sediada na Rua Carlos Cavalcante, Nº 347, Centro, CEP 84.600-130, telefone (42) 3522-3035 classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Úrsula Waldruff (ou representante legal) para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 125/2019 – Multientidade e seus Anexos, Processo nº. 172/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2019 e dos anexos.

## 1.2. Itens Homologados:

LOTE 1						
Item	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Parafuso Philips 3,5X35	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,07	R\$ 70,00
2	Parafuso Philips 4,0X22	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,09	R\$ 90,00
3	Parafuso Philips 4,0X30	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,08	R\$ 80,00
4	Parafuso Philips 4,0X35	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,10	R\$ 100,00
5	Parafuso Philips 4,5X30	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,10	R\$ 100,00
6	Parafuso Philips 4,5X35	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,13	R\$ 130,00
7	Parafuso Philips 4,5X22	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,13	R\$ 130,00
8	Parafuso Philips 4,5X50	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,12	R\$ 120,00
9	Parafuso sextavado 1/4X3X4	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,50	R\$ 500,00
10	Parafuso sextavado rosca soberba 1/4X60	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,30	R\$ 300,00
11	Parafuso sextavado rosca soberba 1/4X70	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,35	R\$ 350,00
12	Parafuso com 6 cm	Jamaica	Un	1.000	R\$ 0,18	R\$ 180,00
					TOTAL	R\$ 2.150,00
LOTE 2						

	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
13	Prego com cabeça 10X10	Santa Luzia	Kg	20	R\$ 15,94	R\$ 318,80
14	Prego com cabeça 16X18	Santa Luzia	Kg	20	R\$ 10,74	R\$ 214,80
15	Prego com cabeça 17X27	Santa Luzia	Kg	20	R\$ 7,71	R\$ 154,20
16	Prego com cabeça 18X30	Santa Luzia	Kg	20	R\$ 8,62	R\$ 172,40
					TOTAL	R\$ 860,20
	LOTE 3					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
17	Arame recozido 1,65 mm	Gerdau	Kg	20	R\$ 9,83	R\$ 196,60
					TOTAL	R\$ 196,60
	LOTE 4					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
18	Veda calha alumínio-frasco com 280g	Unipega	Frasco	30	R\$ 14,73	R\$ 441,90
19	Silicone incolor – tubo com 280g	Atlas	Tubo	30	R\$ 12,84	R\$ 385,20
					TOTAL	R\$ 827,10
	LOTE 5					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
23	Fita veda rosca 18mm X 50m	Plastilit	Rolo	50	R\$ 8,49	R\$ 424,50
24	Adesivo plástico para PVC incolor (frasco com 175g)	Plastilit	Frasco	30	R\$ 11,78	R\$ 353,40
25	Cola silicone: para vedação de tubos e conexões: acético, incolor, antifungo e mofo, tubo com 50g.	Atlas	Frasco	30	R\$ 4,93	R\$ 147,90
26	Adesivo de contato (COLA): Cola para madeira, plástico, metais e pedras, Galão de 3,3L/2,8KG. Composição: Solvente Alifático, Solvente Oxigenados, Resinas Sintéticas, Borrachas Sintéticas e aditivos.Sem Toluol.	Henkel	Galão	20	R\$ 82,68	R\$ 1.653,60
27	Vedante para torneira 1/2": pino vedante ideal para todos os modelos de torneiras metálicas.	Leão	UND	50	R\$ 0,80	R\$ 40,00
28	Vedante para torneira 3/4": pino vedante ideal para todos os modelos de torneiras metálicas.	Leão	UND	50	R\$ 0,80	R\$ 40,00
29	Veda trincas, 450g.	Atlas	UND	10	R\$ 13,90	R\$ 139,00
					TOTAL	R\$ 2.798,40
	LOTE 9					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
57	Massa de calafetar – caixa com 350g	Henkel	CX	15	R\$ 8,60	R\$ 129,00
58	Argamassa (interna) – saco com 20 KG	Euromax	SC	30	R\$ 8,80	R\$ 264,00
59	Argamassa (externa) – saco com 20 KG	Euromax	SC	100	R\$ 20,49	R\$ 2.049,00
60	Cimento – saco com 50 KG	Caue	SC	100	R\$ 21,89	R\$ 2.189,00
61	Cal hidratada – saco com 20 KG	Solofino	SC	50	R\$ 7,90	R\$ 395,00
62	Rejunte areia – pacote 1 KG	Euromax	PCT	50	R\$ 2,50	R\$ 125,00
63	Rejunte preto – pacote 1 KG	Euromax	PCT	50	R\$ 2,50	R\$ 125,00

64	Gesso para acabamentos rápido – embalagem com 1 KG	Euromax	PCT	100	R\$ 3,75	R\$ 375,00
					TOTAL	R\$ 5.651,00
	LOTE 11					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
71	Lona preta 100 micras	Depaiva	M2	500	R\$ 0,90	R\$ 450,00
72	Tijolo 6 furos grande (9X14X24)	Riograndense	UN	5.000	R\$ 0,55	R\$ 2.750,00
73	Tijolo 6 furos meio grande (9X14X19)	Riograndense	UN	5.000	R\$ 0,54	R\$ 2.700,00
					TOTAL	R\$ 5.900,00
	LOTE 13					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
78	Escada de alumínio 3 degraus	Real	UN	10	R\$ 69,98	R\$ 699,80
79	Escada de alumínio 7 degraus	Real	UN	10	R\$ 124,76	R\$ 1.247,60
80	Varal sanfonada 1 metro	Mor	UN	20	R\$ 44,69	R\$ 893,80
81	Vaso sanitário	Incepa	UN	20	R\$ 101,97	R\$ 2.039,40
82	Assento para vaso sanitário, com tampa.	Metasul	UN	30	R\$ 18,99	R\$ 569,70
83	Assento para sanitário para vaso sanitário PNE (portadores de necessidades especiais): com abertura frontal, fabricado em poliéster branco, com ferragem inoxidável de alta resistência, com tampa, conforme NBR 9050.	Incepa	UN	10	R\$ 159,95	R\$ 1.599,50
84	Caixa de descarga plástica branca modelo de parede	Metasul	UN	40	R\$ 23,89	R\$ 955,60
85	Bóia para caixa d'água 1/2: material: polipropileno e latão.	Plastilit	UN	20	R\$ 6,50	R\$ 130,00
86	Bóia para caixa d'água 3/4: material: polipropileno e latão	Plastilit	UN	20	R\$ 6,50	R\$ 130,00
87	Caixa d'água 500 litros: produzida em polietileno com aditivo uv, com tampa com sistema de lacre, com garantia de no mínimo 6 meses.	Arcon	UN	5	R\$ 179,44	R\$ 897,20
88	Caixa d'água fibra 1000 litros: com tampa com fechamento seguro, fabricada em polietileno de média densidade, normas de referência - NBR 14799 e NBR 15682.	Arcon	UN	5	R\$ 329,39	R\$ 1.646,95
					TOTAL	R\$ 10.809,55
	LOTE 14					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
89	Joelho ¾	Plastilit	UN	40	R\$ 0,70	R\$ 28,00
90	Joelho 40mm	Plastilit	UN	40	R\$ 0,91	R\$ 36,40
91	Joelho de PVC 45° 40mm	Plastilit	UN	40	R\$ 1,16	R\$ 46,40
92	Joelho de PVC 45° 50 mm	Plastilit	UN	40	R\$ 2,29	R\$ 91,60
93	Joelho de PVC 45° 100mm	Plastilit	UN	40	R\$ 5,49	R\$ 219,60
94	Joelho de PVC 90° 40mm	Plastilit	UN	40	R\$ 0,90	R\$ 36,00

95	Joelho de PVC 90º 50mm	Plastilit	UN	40	R\$ 1,68	R\$ 67,20
96	Joelho de PVC 90º 100mm	Plastilit	UN	40	R\$ 4,75	R\$ 190,00
97	Joelho de PVC Soldável 45º 20mm	Plastilit	UN	40	R\$ 0,60	R\$ 24,00
98	Joelho de PVC Soldável 45º 25mm	Plastilit	UN	40	R\$ 0,60	R\$ 24,00
99	Joelho de PVC Soldável 90º 20mm	Plastilit	UN	40	R\$ 0,50	R\$ 20,00
100	Joelho de PVC Soldável 90º 25mm	Plastilit	UN	40	R\$ 0,70	R\$ 28,00
101	Joelho de PVC Soldável LR 25 x 1/2	Plastilit	UN	40	R\$ 1,45	R\$ 58,00
102	Adaptador PVC Soldável 25 x ¾	Plastilit	UN	30	R\$ 0,70	R\$ 21,00
103	Flange PVC 25 x ¾	Plastilit	UN	30	R\$ 7,09	R\$ 212,70
104	Flange PVC 50 x 1/2	Plastilit	UN	30	R\$ 15,73	R\$ 471,90
105	Sifão sanfonado simples universal	Plastilit	UN	40	R\$ 5,09	R\$ 203,60
106	Sifão sanfonado duplo universal	Plastilit	UN	40	R\$ 11,19	R\$ 447,60
107	Engate flexível PVD ½ x 40cm	Plastilit	UN	30	R\$ 3,90	R\$ 117,00
108	Engate flexível PVD ½ x 50cm	Plastilit	UN	30	R\$ 4,00	R\$ 120,00
109	Engate flexível PVD ½ x 1m	Plastilit	UN	30	R\$ 8,89	R\$ 266,70
110	Eletroduto de PVC ½ – 3m - Branco	Plastilit	UN	300	R\$ 5,14	R\$ 1.542,00
111	Eletroduto de PVC ¾ – 3m - Branco	Plastilit	UN	300	R\$ 8,08	R\$ 2.424,00
112	Engate sanfonado para vaso sanitário	Plastilit	UN	30	R\$ 8,04	R\$ 241,20
113	Luva PVC branca roscavel ¾	Plastilit	UN	30	R\$ 1,20	R\$ 36,00
114	Luva PVC branca roscavel ¾ x ½	Plastilit	UN	30	R\$ 1,30	R\$ 39,00
115	Luva PVC soldável 20mm	Plastilit	UN	30	R\$ 0,40	R\$ 12,00
116	Luva PVC soldável 25mm	Plastilit	UN	30	R\$ 0,60	R\$ 18,00
117	Luva PVC soldável 50mm	Plastilit	UN	30	R\$ 2,50	R\$ 75,00
118	Luva PVC soldável LR 25 x ½	Plastilit	UN	30	R\$ 1,20	R\$ 36,00
119	Luva PVC soldável LR 25 x ¾	Plastilit	UN	30	R\$ 1,10	R\$ 33,00
120	Plug PVC roscável ½	Plastilit	UN	20	R\$ 0,63	R\$ 12,60
121	Tubo PVC soldável 20 mm (barra com 6 metros)	Plastilit	UN	30	R\$ 9,94	R\$ 298,20
122	Tubo PVC soldável 25 mm (barra com 6 metros)	Plastilit	UN	30	R\$ 13,07	R\$ 392,10
123	Tampão soldável 50mm	Plastilit	UN	10	R\$ 2,90	R\$ 29,00
124	Tampão CAP PVC soldável 25mm	Plastilit	UN	25	R\$ 0,80	R\$ 20,00
125	Tampão CAP PVC soldável 32MM	Plastilit	UN	25	R\$ 1,10	R\$ 27,50
126	T ¾	Plastilit	UN	30	R\$ 0,70	R\$ 21,00
127	Tê 90º PVC marrom 50mm soldavel	Plastilit	UN	100	R\$ 4,00	R\$ 400,00
128	Tê de redução PVC 25MM roscavel	Plastilit	UN	100	R\$ 1,10	R\$ 110,00
129	Tê de redução PVC 32X25MM roscavel	Plastilit	UN	100	R\$ 2,70	R\$ 270,00
130	Tê de redução PVC marrom 25X20MM soldavel	Plastilit	UN	100	R\$ 1,70	R\$ 170,00

131	Tê de redução PVC marrom 32X25MM soldavel	Plastilit	UN	100	R\$ 2,70	R\$ 270,00
132	Tê de redução PVC marrom 50X20MM soldavel	Plastilit	UN	100	R\$ 5,89	R\$ 589,00
133	Protetor de porta	Secalux	UN	30	R\$ 12,89	R\$ 386,70
134	Bucha de redução curta PVC 25MM roscavel	Plastilit	UN	30	R\$ 1,10	R\$ 33,00
135	Bucha de redução curta PVC 40X25MM roscavel	Plastilit	UN	100	R\$ 2,50	R\$ 250,00
136	Bucha de redução curta PVC 50X25MM roscavel	Plastilit	UN	100	R\$ 3,50	R\$ 350,00
137	Bucha de redução curta PVC 60X32MM roscavel	Plastilit	UN	100	R\$ 6,49	R\$ 649,00
138	Bucha de redução curta PVC 25X20MM soldavel	Plastilit	UN	100	R\$ 0,45	R\$ 45,00
139	Bucha de redução curta PVC 32X25MM soldavel	Plastilit	UN	100	R\$ 0,90	R\$ 90,00
140	Cano PVC marrom soldavel 20mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	100	R\$ 9,94	R\$ 994,00
141	Cano PVC marrom soldavel 25mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	100	R\$ 13,07	R\$ 1.307,00
142	Cano PVC marrom soldavel 32mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	100	R\$ 23,38	R\$ 2.338,00
143	Cano PVC marrom soldavel 40mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	100	R\$ 31,17	R\$ 3.117,00
144	Cano PVC marrom soldavel 50mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	100	R\$ 45,50	R\$ 4.550,00
145	Cano PVC para esgoto 150mm barra de 6 metro	Plastilit	UN	10	R\$ 122,76	R\$ 1.227,60
146	Cano PVC para esgoto 40mm barra de 6 metro	Plastilit	UN	100	R\$ 17,68	R\$ 1.768,00
147	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 1/2"	Plastilit	UN	100	R\$ 1,20	R\$ 120,00
148	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 1"	Plastilit	UN	100	R\$ 2,73	R\$ 273,00
149	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 2"	Plastilit	UN	100	R\$ 7,69	R\$ 769,00
150	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 3/4"	Plastilit	UN	100	R\$ 1,47	R\$ 147,00
151	Junção de redução PVC para esgoto 100x50mm	Plastilit	UN	50	R\$ 7,24	R\$ 362,00
152	Junção PVC 100MM	Plastilit	UN	50	R\$ 11,69	R\$ 584,50
153	Tampa para Condulete 4X2 PVC Cega - Branca	Fame	UN	200	R\$ 1,45	R\$ 290,00
154	Tampa para Condulete 4X2/ 1 Posto PVC - Branca	Fame	UN	200	R\$ 1,45	R\$ 290,00
155	Tampa para Condulete 4X2/ 1 Posto PVC Redondo - Branca	Fame	UN	200	R\$ 1,45	R\$ 290,00
					TOTAL	R\$ 30.026,10
	LOTE 15					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
156	Lavatório de parede com coluna	Incepa	UN	5	R\$ 103,65	R\$ 518,25
157	Porta papel higiênico em inox (para parafusar)	Leão	UN	50	R\$ 17,46	R\$ 873,00
158	Chuveiro elétrico	Durin	UN	10	R\$ 39,80	R\$ 398,00
					TOTAL	R\$ 1.789,25

	LOTE 16					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
159	Torneira bóia para caixa d'água ½ haste metal	Plastilit	UN	40	R\$ 6,47	R\$ 258,80
160	Válvula para lavatório universal	Plastilit	UN	50	R\$ 2,49	R\$ 124,50
161	Anel de cera	Plastibor	UN	30	R\$ 7,76	R\$ 232,80
					TOTAL	R\$ 616,10
	LOTE 21					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
196	Torneira de jardim em metal cromado	Leão	UN	30	R\$ 18,74	R\$ 562,20
197	Torneira de jardim em plástico	Herc	UN	30	R\$ 2,60	R\$ 78,00
198	Torneira para lavatório em metal cromado	Leão	UN	30	R\$ 23,46	R\$ 703,80
199	Torneira para lavatório em plástico	Herc	UN	20	R\$ 9,05	R\$ 181,00
200	Torneira de parede metal cromado	Leão	UN	30	R\$ 36,22	R\$ 1.086,60
201	Torneira para bancada articulada em metal cromado	Leão	UN	30	R\$ 43,14	R\$ 1.294,20
202	Torneira elétrica	Durin	UN	30	R\$ 57,47	R\$ 1.724,10
					TOTAL	R\$ 5.629,90
	LOTE 23					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
206	Bucha plástica 6 mm	Ivplast	UN	1.000	R\$ 0,05	R\$ 50,00
207	Bucha plástica 7 mm	Ivplast	UN	1.000	R\$ 0,07	R\$ 70,00
208	Bucha plástica 8 mm	Ivplast	UN	1.000	R\$ 0,07	R\$ 70,00
209	Bucha plástica 10 mm	Ivplast	UN	1.000	R\$ 0,09	R\$ 90,00
210	Bucha de nylon 6 mm	Ivplast	UN	1.000	R\$ 0,06	R\$ 60,00
211	Bucha de nylon 8 mm	Ivplast	UN	1.000	R\$ 0,08	R\$ 80,00
212	Bucha de nylon 10mm	Ivplast	UN	1.000	R\$ 0,09	R\$ 90,00
					TOTAL	R\$ 510,00
	LOTE 25					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
215	Reparo para válvula docol	Docol	UN	50	R\$ 40,26	R\$ 2.013,00
216	Reparo para válvula hydra	Hydra	UN	50	R\$ 29,87	R\$ 1.493,50
217	Reparo para válvula hydra luxo	Hydra	UN	50	R\$ 19,88	R\$ 994,00
					TOTAL	R\$ 4.500,50
	LOTE 26					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
218	Rebite de alumínio 3,2 x 16	Western	UN	200	R\$ 0,10	R\$ 20,00
219	Rebite de alumínio 4,0 x 12	Western	UN	200	R\$ 0,10	R\$ 20,00
220	Rebite de alumínio 4,0 x 22	Western	UN	200	R\$ 0,14	R\$ 28,00
221	Rebite de alumínio 4,8 x 19	Western	UN	200	R\$ 0,14	R\$ 28,00
					TOTAL	R\$ 96,00
	LOTE 29					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
228	Cadeado 20MM	Stam	UN	20	R\$ 7,99	R\$ 159,80
229	Cadeado 25MM	Stam	UN	20	R\$ 9,79	R\$ 195,80
230	Cadeado 30MM	Stam	UN	20	R\$ 13,19	R\$ 263,80

231	Cadeado 40MM	Stam	UN	20	R\$ 18,89	R\$ 377,80
232	Cadeado 50MM	Stam	UN	20	R\$ 21,98	R\$ 439,60
233	Cadeado 60MM: Produzido em latão maciço, haste de aço cimentada e cromada, chaves de latão niqueladas. utilizações: acesso ao registro de luz e caixa de correio, portões e janelas.	Stam	UN	20	R\$ 24,48	R\$ 489,60
					TOTAL	R\$ 1.926,40
	LOTE 30					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
234	Canaletas sistema X com fita dupla face	Fame	UN	500	R\$ 5,89	R\$ 2.945,00
235	Mangueira corrugada amarela ¾	Plastilit	M	300	R\$ 1,10	R\$ 330,00
					TOTAL	R\$ 3.275,00
	LOTE 31					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
236	Fechadura interna	Soprano	UN	30	R\$ 26,92	R\$ 807,60
237	Fechadura externa	Soprano	UN	30	R\$ 36,11	R\$ 1.083,30
238	Fechadura com chave para armário: niquelada, 22mm, curta.	Soprano	UN	20	R\$ 4,64	R\$ 92,80
239	Dobradiça para porta	Rocha	UN	40	R\$ 1,11	R\$ 44,40
240	Maçaneta para fechadura	Soprano	UN	40	R\$ 12,53	R\$ 501,20
241	Cilindro para fechadura	Soprano	UN	40	R\$ 17,54	R\$ 701,60
					TOTAL	R\$ 3.230,90
	LOTE 32					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
242	Abraçadeira PVC Eletroduto 1/2" - Branca	AG	UN	300	R\$ 0,60	R\$ 180,00
243	Abraçadeira PVC Eletroduto 3/4" - Branca	AG	UN	500	R\$ 0,74	R\$ 370,00
244	Abraçadeira Tipo U 4" de Aço Zincado	ROCHA	UN	500	R\$ 1,89	R\$ 945,00
245	Abraçadeira Tipo U 2" de Aço Zincado	ROCHA	UN	200	R\$ 0,83	R\$ 166,00
246	Abraçadeira Tipo U 1/2" de Aço Zincado	ROCHA	UN	200	R\$ 0,50	R\$ 100,00
247	Abraçadeira Tipo U 3" de Aço Zincado	ROCHA	UN	200	R\$ 1,37	R\$ 274,00
248	Abraçadeira tipo U ¾	ROCHA	UN	300	R\$ 0,50	R\$ 150,00
249	Abraçadeira de nylon preta	AG	UN	300	R\$ 0,19	R\$ 57,00
250	Grampo para fixar fios – pacote com 10 unidades	FAME	PCT	300	R\$ 1,99	R\$ 597,00
					TOTAL	R\$ 2.839,00
	LOTE 34					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	

255	Carrinho de mão: produzido em aço carbono galvanizado, pintura a pó, 60 litros, pneu com câmara. Com pegador emborrachado.	Metasul	UN	2	R\$ 97,13	R\$ 194,26
256	Colher de pedreiro 10"	Pandolfo	UN	2	R\$ 12,50	R\$ 25,00
257	Enxada metálica: com cabo de madeira.	Pandolfo	UN	2	R\$ 21,93	R\$ 43,86
258	Espuma expansiva de poliuretano: tubo de 430 ml (280g), para fixação de portas e janelas (colocação de batentes junto à alvenaria), e outras aplicações. Características: espuma de expansão que aumenta 20 a 30 vezes mais seu volume, bico: direcional, secagem: 2 à 5 horas, aplicação: aerosol 430 ml.	Afix	UN	20	R\$ 16,83	R\$ 336,60
					TOTAL	R\$ 599,72
	LOTE 36					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
263	Mangueira para botijão de gás: espessura parede: 4 mm, mangueira de pvc flexível reforçada com fios de poliéster. Com certificação INMETRO e validade maior que 24 meses. Comprimento: 1,2m.	Mantac	UN	20	R\$ 7,79	R\$ 155,80
264	Registro de pressão 25mm ou 3/4" material metal	Leão	UN	20	R\$ 33,96	R\$ 679,20
265	Registro esfera soldável em pvc 25mm: pressão máxima de serviço: 7,5 kgf/cm - 750 kpa, temperatura: 20°C, de acordo com a nbr 5648/99	Plastilit	UN	20	R\$ 7,19	R\$ 143,80
266	Regulador para botijão de gás: parafusado sem manômetro e sem mangueira: regulador de gás indicado para regular a pressão de saída em botijões de até 13 kg. Uso doméstico. Validade 5 anos. Especificações: recomendado para botijão com capacidade de: até 13 kg. Modelo do regulador de gás: parafusado. Vazão máxima do regulador de gás: 2 kg/hora rosca de entrada do regulador de gás: padrão botijão p13 conexão de saída do regulador de gás: espigão. Com certificação INMETRO.	Aliança	UN	20	R\$ 22,47	R\$ 449,40
					TOTAL	R\$ 1.428,20
	LOTE 37					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
267	Válvula de descarga para mictório 15mm ou 1/2"	Leão	UN	20	R\$ 113,93	R\$ 2.278,60
268	Válvula para pia de banheiro curta 1" material plástico	Cipla	UN	20	R\$ 4,40	R\$ 88,00

269	Válvula para pia de banheiro longa 1" material plástico	Cipla	UN	20	R\$ 2,50	R\$ 50,00
270	Válvula para pia de cozinha 3.1/2" material metal	Leão	UN	20	R\$ 21,74	R\$ 434,80
271	Válvula para pia de cozinha 3.1/2" material plástico	Cipla	UN	20	R\$ 6,50	R\$ 130,00
272	Válvula para pia de cozinha 4.1/2" material metal	Leão	UN	20	R\$ 29,88	R\$ 597,60
273	Válvula para tanque plástico longa 1.1/2"	Cipla	UN	20	R\$ 4,40	R\$ 88,00
274	Válvula para tanque plástico longa 1.1/4"	Cipla	UN	20	R\$ 3,00	R\$ 60,00
					TOTAL	R\$ 3.727,00
	LOTE 38					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
275	Cummeira universal fibrocimento 4MM	Multilit	Unidade	100	R\$ 11,65	R\$ 1.165,00
277	Telha fibrocimento ondulada 4MM - 244x50cm	Multilit	Unidade	500	R\$ 12,84	R\$ 6.420,00
278	Telha fibrocimento ondulada 6MM - 183x110cm	Multilit	Unidade	300	R\$ 39,07	R\$ 11.721,00
279	Telha fibrocimento ondulada 6MM - 244x110cm	Multilit	Unidade	2000	R\$ 48,78	R\$ 97.560,00
					TOTAL	R\$ 116.866,00
	LOTE 39					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
280	Vaso sanitário infantil	Incepa	Unidade	40	R\$ 214,55	R\$ 8.582,00
281	Spud para vaso sanitário: branco, borracha 38mmx40mm	Incepa	Unidade	20	R\$ 3,39	R\$ 67,80
					TOTAL	R\$ 8.649,80
	LOTE 40					
	Descrição do Item	Marca				
282	Prego telha fibrocimento 4MM - 1 KG	Santa Luzia	Pacote	50	R\$ 11,61	580,5
283	Prego telha fibrocimento 6MM - 18x30 - 1 KG	Santa Luzia	Pacote	50	R\$ 14,79	739,5
					TOTAL	R\$ 1.320,00
	LOTE 41					
	Descrição do Item	Marca				
284	Fio de nylon 2MM - para roçadeira a gasolina	Ekilon	Metro	300	0,49	R\$ 147,00

Valor total: R\$ 216.364,52 (duzentos e dezesseis mil e trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

3.1. A entrega dos equipamentos será conforme a determinação da Secretaria responsável.

3.1.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue e devidamente instalado CONFORME A SOLICITAÇÃO, na quantidade especificada através da Autorização de Fornecimento, em até 30 (trinta) dias após a solicitação, pelo período de 12 (doze) meses, em local indicado pelo Município;

3.1.2 - A entrega e montagem dos equipamentos deverão ser de responsabilidade da empresa proponente juntamente com funcionários que possuam capacitação técnica para tanto;

3.1.3 - Quando da entrega dos equipamentos a empresa deverá fornecer ART de fabricação, montagem e instalação.

3.1.4 - É de total responsabilidade da proponente a conferência das medidas do local onde serão instalados os equipamentos e as necessárias adaptações do equipamento para instalação nos locais cedidos pela Prefeitura/Secretaria Municipal da Educação.

3.1.5 - Após a entrega e montagem a proponente deverá fornecer "Certificado de Garantia" de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação e "Certificado de Garantia" de 05 (cinco) anos de que não haverá despigmentação/descoloração das peças expostas ao sol.

3.1.6 - A totalidade do objeto licitado poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.1.7 - Ao receber o pedido, antes do início da instalação, deverá apresentar aprovação de modelo de cada unidade: planta baixa apresentando todos os itens e seu posicionamento.

3.1.8. A Prefeitura se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.1.9. A contratada ficará obrigada a aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.2. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

3.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

## CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

## CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

## CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 - Deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão 125/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa (anexo III);
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão \*\*\*\*\*/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO	ÚRSULA WALDRAFF - ME FORNECEDOR
------------------------------------------------------	------------------------------------

Testemunhas:

1. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2019 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2211885

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2019 - EDUCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO 125/2019

Processo nº. 172/2019

Aos 16 dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, CNPJ/MF 05.197.303/0001-60, sediada na Rua Augusto Gneiding, Nº 810, Bloco B, Bairro Industrial Norte, Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89.295-000, telefone (47) 3644-6207 classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Osmar Michreff (ou representante legal) para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 125/2019 – Multientidade e seus Anexos, Processo nº. 172/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2019 e dos anexos.

**1.2. Itens Homologados:**

	LOTE 7				
42	Desengripante antifer- rugem spray – frasco com 300 ml	FRA	50	R\$ 8,49	R\$ 424,50
				TOTAL	R\$ 424,50

Valor total: R\$ 424,50 (quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO**

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO**

3.1. A entrega dos equipamentos será conforme a determinação da Secretaria responsável.

3.1.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue e devidamente instalado CONFORME A SOLICITAÇÃO, na quantidade especificada através da Autorização de Fornecimento, em até 30 (trinta) dias após a solicitação, pelo período de 12 (doze) meses, em local indicado pelo Município;

3.1.2 - A entrega e montagem dos equipamentos deverão ser de responsabilidade da empresa proponente juntamente com funcionários que possuam capacitação técnica para tanto;

3.1.3 - Quando da entrega dos equipamentos a empresa deverá fornecer ART de fabricação, montagem e instalação.

3.1.4 - É de total responsabilidade da proponente a conferência das medidas do local onde serão instalados os equipamentos e as necessárias adaptações do equipamento para instalação nos locais cedidos pela Prefeitura/Secretaria Municipal da Educação.

3.1.5 - Após a entrega e montagem a proponente deverá fornecer "Certificado de Garantia" de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação e "Certificado de Garantia" de 05 (cinco) anos de que não haverá despigmentação/descoloração das peças expostas ao sol.

3.1.6 - A totalidade do objeto licitado poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.1.7 - Ao receber o pedido, antes do início da instalação, deverá apresentar aprovação de modelo de cada unidade: planta baixa apresentando todos os itens e seu posicionamento.

3.1.8. A Prefeitura se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.1.9. A contratada ficará obrigada a aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.2. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

3.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 - Deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 125/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa (anexo III);
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente

justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 125/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI FORNECEDOR
------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

Testemunhas:

1. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2211886

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2019 - EDUCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO 125/2019

Processo nº. 172/2019

Aos 16 dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, CNPJ/MF 30.150.827/0001-42, sediada na Rua Professora Selma Teixeira Graboski, Nº 172 - Casa, Cruzeiro, Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89.295-000, telefone (47) 3644-8090 classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços

tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Wagner Josias de Carvalho (ou representante legal) para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 125/2019 – Multientidade e seus Anexos, Processo nº. 172/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2019 e dos anexos.

#### 1.2. Itens Homologados:

	LOTE 8				
	Descrição do item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
43	Disjuntor bifásico 2 x 20 W	UN	100	R\$ 21,98	R\$ 2.198,00
44	Disjuntor bipolar 30 A	UN	100	R\$ 25,77	R\$ 2.577,00
45	Disjuntor 20 A com caixa externa	UN	100	R\$ 33,19	R\$ 3.319,00
46	Sensor de presença	UN	40	R\$ 30,60	R\$ 1.224,00
47	Quadro para 16 disjuntores (para fixar na parede)	UN	40	R\$ 49,56	R\$ 1.982,40
48	Disjuntor 16 mono amperes.	UN	100	R\$ 7,15	R\$ 715,00
49	Disjuntor 25 mono amperes.	UN	100	R\$ 7,15	R\$ 715,00
50	Disjuntor 32 mono amperes.	UN	100	R\$ 7,67	R\$ 767,00
51	Disjuntor 40 amperes.	UN	100	R\$ 9,40	R\$ 940,00
52	Disjuntor 50 amperes.	UN	100	R\$ 8,62	R\$ 862,00
				TOTAL	R\$ 15.299,40
	LOTE 12				
	Descrição do item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
74	Resistência para torneira elétrica	UN	60	R\$ 15,21	R\$ 912,60
75	Resistência para chuveiro	UN	60	R\$ 16,82	R\$ 1.009,20
76	Transformador até 100 W	UN	10	R\$ 31,46	R\$ 314,60
77	Transformador até 1500 W	UN	10	R\$ 96,32	R\$ 963,20
				TOTAL	R\$ 3.199,60
	LOTE 18				
	Descrição do item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
166	Rolo lã anti-gota 9cm com suporte	UN	20	R\$ 4,82	R\$ 96,40
167	Rolo lã anti-gota 15 cm com suporte	UN	20	R\$ 4,37	R\$ 87,40
168	Rolo lã anti-gota 23 cm com suporte	UN	20	R\$ 10,34	R\$ 206,80
169	Rolo de espuma 9 cm com suporte	UN	20	R\$ 2,45	R\$ 49,00

170	Rolo de espuma 15 cm com suporte	UN	20	R\$ 4,12	R\$ 82,40
171	Rolo de espuma 23 cm com suporte	UN	20	R\$ 10,97	R\$ 219,40
172	Pincel para pintura nº 1"	UN	20	R\$ 2,28	R\$ 45,60
173	Pincel para pintura nº 1.1/2"	UN	20	R\$ 2,80	R\$ 56,00
174	Pincel para pintura nº 2.1/2"	UN	20	R\$ 4,33	R\$ 86,60
175	Pincel para pintura nº ¾"	UN	20	R\$ 1,75	R\$ 35,00
176	Pincel para pintura nº 4"	UN	20	R\$ 7,69	R\$ 153,80
177	Bandeja para pintura 2,7 litros	UN	40	R\$ 4,54	R\$ 181,60
				TOTAL	R\$ 1.300,00
	LOTE 22				
	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
203	Plafon com soquete para 1lâmpada 100W	UN	80	R\$ 2,56	R\$ 204,80
204	Plafon com soquete para 2lâmpadas 100W	UN	80	R\$ 7,25	R\$ 580,00
205	Luminária 2x20 LED 120 cm	UN	130	R\$ 38,57	R\$ 5.014,10
				TOTAL	R\$ 5.798,90
	LOTE 24				
	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
213	Mecanismo de entrada para caixa acoplada	UN	40	R\$ 25,59	R\$ 1.023,60
214	Mecanismo de saída para caixa acoplada	UN	40	R\$ 30,12	R\$ 1.204,80
				TOTAL	R\$ 2.228,40
	LOTE 33				
	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
251	Alicate de pressão: mordentes forjados em aço cromo vanádio corpo formado por chapas conformadas, acabamento cromado, abertura regulável, tamanho 10 polegadas.	UN	2	R\$ 24,86	R\$ 49,72

252	Alicate universal 8": com corpo forjado em aço carbono especial e temperado, e acabamento fosfatizado. Cabeça e articulação lixadas e têmpera especial no gume de corte. Cabo com isolamento elétrica de 1.000 v c.a. e suporte plástico. Produto em conformidade com a nbr 9699 e nr 10. Os cabos com formato ergonômico. Isolação 1.000v para uso em locais com baixas tensões de até 1.000v em corrente alternada. Comprimento: 20,3 cm, largura: 6,4 cm, altura: 1,8 cm.	UN	2	R\$ 13,39	R\$ 26,78
253	Serrinha para cortar ferro e PVC	UN	10	R\$ 3,16	R\$ 31,60
254	Serrote profissional para madeira 18": cabo de madeira	UN	10	R\$ 20,72	R\$ 207,20
				TOTAL	R\$ 315,30
	LOTE 35				
	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
259	Broca aço rápido N.º 06	UN	20	R\$ 4,24	R\$ 84,80
260	Broca aço rápido N.º 08	UN	20	R\$ 5,47	R\$ 109,40
261	Broca Vídea N.º 06	UN	20	R\$ 3,81	R\$ 76,20
262	Broca Vídea N.º 08	UN	20	R\$ 5,47	R\$ 109,40
				TOTAL	R\$ 379,80

Valor total: R\$ 28.521,40 (vinte e oito mil e quinhentos e vinte e um reais e quarenta centavos).

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

3.1. A entrega dos equipamentos será conforme a determinação da Secretaria responsável.

3.1.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue e devidamente instalado CONFORME A SOLICITAÇÃO, na quantidade especificada através da Autorização de Fornecimento, em até 30 (trinta) dias após a solicitação, pelo período de 12 (doze) meses, em local indicado pelo Município;

3.1.2 - A entrega e montagem dos equipamentos deverão ser de responsabilidade da empresa proponente juntamente com funcionários que possuam capacitação técnica para tanto;

3.1.3 - Quando da entrega dos equipamentos a empresa deverá fornecer ART de fabricação, montagem e instalação.

3.1.4 - É de total responsabilidade da proponente a conferência das medidas do local onde serão instalados os equipamentos e as necessárias adaptações do equipamento para instalação nos locais cedidos pela Prefeitura/Secretaria Municipal da Educação.

3.1.5 - Após a entrega e montagem a proponente deverá fornecer "Certificado de Garantia" de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação e "Certificado de Garantia" de 05 (cinco) anos de que não haverá despigmentação/descoloração das peças expostas ao sol.

3.1.6 - A totalidade do objeto licitado poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.1.7 - Ao receber o pedido, antes do início da instalação, deverá apresentar aprovação de modelo de cada unidade: planta baixa apresentando todos os itens e seu posicionamento.

3.1.8. A Prefeitura se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.1.9. A contratada ficará obrigada a aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez)

dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.2. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

3.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução

da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 - Deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 125/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa (anexo III);
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante

solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 125/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO	WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI FORNECEDOR
------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

1. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 167/2019

Publicação Nº 2211891

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 167/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, A MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA ÚRSULA WALDRAFF - ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO 125/2019

Processo nº. 172/2019

Aos 16 dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa ÚRSULA WALDRAFF - ME, CNPJ/MF 05.004.931/0001-81, sediada na Rua Carlos Cavalcante, Nº 347, Centro, CEP 84.600-130, telefone (42) 3522-3035 classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Úrsula Waldruff (ou representante legal) para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 125/2019 – Multientidade e seus Anexos, Processo nº. 172/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2019 e dos anexos.

#### 1.2. Itens Homologados:

	LOTE 1					
Item	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Parafuso Philips 3,5X35	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,07	R\$ 140,00
2	Parafuso Philips 4,0X22	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,09	R\$ 180,00
3	Parafuso Philips 4,0X30	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,08	R\$ 160,00
4	Parafuso Philips 4,0X35	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,10	R\$ 200,00
5	Parafuso Philips 4,5X30	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,10	R\$ 200,00
6	Parafuso Philips 4,5X35	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,13	R\$ 260,00
7	Parafuso Philips 4,5X22	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,13	R\$ 260,00
8	Parafuso Philips 4,5X50	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,12	R\$ 240,00
9	Parafuso sextavado 1/4X3X4	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,50	R\$ 1.000,00
10	Parafuso sextavado rosca soberba 1/4X60	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,30	R\$ 600,00
11	Parafuso sextavado rosca soberba 1/4X70	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,35	R\$ 700,00
12	Parafuso com 6 cm	Jamaica	Un	2.000	R\$ 0,18	R\$ 360,00
					TOTAL	R\$ 4.300,00
	LOTE 2					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
13	Prego com cabeça 10X10	Santa Luzia	Kg	20	R\$ 15,94	R\$ 318,80
14	Prego com cabeça 16X18	Santa Luzia	Kg	20	R\$ 10,74	R\$ 214,80
15	Prego com cabeça 17X27	Santa Luzia	Kg	20	R\$ 7,71	R\$ 154,20
16	Prego com cabeça 18X30	Santa Luzia	Kg	20	R\$ 8,62	R\$ 172,40
					TOTAL	R\$ 860,20
	LOTE 3					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
17	Arame recozido 1,65 mm	Gerdau	Kg	40	R\$ 9,83	R\$ 393,20
					TOTAL	R\$ 393,20
	LOTE 4					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
18	Veda calha alumínio-frasco com 280g	Unipega	Frasco	40	R\$ 14,73	R\$ 589,20
19	Silicone incolor – tubo com 280g	Atlas	Tubo	40	R\$ 12,84	R\$ 513,60
					TOTAL	R\$ 1.102,80
	LOTE 5					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
20	Fita isolante 19mmX20m	Fame	Rolo	100	R\$ 3,89	R\$ 389,00

21	Fita dupla face transparente 12mmX2m	Atlas	Rolo	100	R\$ 7,99	R\$ 799,00
22	Fita crepe para pintura	Atlas	Rolo	100	R\$ 2,90	R\$ 290,00
23	Fita veda rosca 18mm X 50m	Plastilit	Rolo	100	R\$ 8,49	R\$ 849,00
24	Adesivo plástico para PVC incolor (frasco com 175g)	Plastilit	Frasco	40	R\$ 11,78	R\$ 471,20
25	Cola silicone: para vedação de tubos e conexões: acético, incolor, antifungo e mofo, tubo com 50g.	Atlas	Frasco	20	R\$ 4,93	R\$ 98,60
26	Adesivo de contato (COLA): Cola para madeira, plástico, metais e pedras, Galão de 3,3L/2,8KG. Composição: Solvente Alifático, Solvente Oxigenados, Resinas Sintéticas, Borrachas Sintéticas e aditivos.Sem Toluol.	Henkel	Galão	10	R\$ 82,68	R\$ 826,80
27	Vedante para torneira ½": pino vedante ideal para todos os modelos de torneiras metálicas.	Leão	UND	100	R\$ 0,80	R\$ 80,00
28	Vedante para torneira ¾": pino vedante ideal para todos os modelos de torneiras metálicas.	Leão	UND	100	R\$ 0,80	R\$ 80,00
29	Veda trincas, 450g.	Atlas	UND	10	R\$ 13,90	R\$ 139,00
					TOTAL	R\$ 4.022,60
	LOTE 9					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
53	Massa Corrida – galão com 3,6 litros	Tinsul	GAL	60	R\$ 19,09	R\$ 1.145,40
54	Massa Corrida – galão com 18 litros	Tinsul	GAL	30	R\$ 27,09	R\$ 812,70
55	Massa pronta para reboco – saco com 20 KG	Votoran	SC	30	R\$ 9,24	R\$ 277,20
56	Massa acrílica interno-externa – frasco com 1,6 KG	Tinsul	FRA	50	R\$ 9,50	R\$ 475,00
57	Massa de calafetar – caixa com 350g	Henkel	CX	20	R\$ 8,60	R\$ 172,00
58	Argamassa (interna) – saco com 20 KG	Euromax	SC	30	R\$ 8,80	R\$ 264,00
59	Argamassa (externa) – saco com 20 KG	Euromax	SC	200	R\$ 20,49	R\$ 4.098,00
60	Cimento – saco com 50 KG	Caue	SC	100	R\$ 21,89	R\$ 2.189,00
61	Cal hidratada – saco com 20 KG	Solofino	SC	100	R\$ 7,90	R\$ 790,00
62	Rejunte areia – pacote 1 KG	Euromax	PCT	100	R\$ 2,50	R\$ 250,00
63	Rejunte preto – pacote 1 KG	Euromax	PCT	100	R\$ 2,50	R\$ 250,00
64	Gesso para acabamentos rápido – embalagem com 1 KG	Euromax	PCT	100	R\$ 3,75	R\$ 375,00
					TOTAL	R\$ 11.098,30
	LOTE 10					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
65	Lixa d'água nº 100	Atlas	UN	50	R\$ 0,69	R\$ 34,50
66	Lixa d'água nº 150	Atlas	UN	50	R\$ 0,98	R\$ 49,00

67	Lixa d'água nº 180	Atlas	UN	50	R\$ 0,99	R\$ 49,50
68	Lixa d'água nº 220	Atlas	UN	50	R\$ 0,99	R\$ 49,50
69	Lixa para ferro nº 80	Atlas	UN	50	R\$ 2,03	R\$ 101,50
70	Lixa para ferro nº 150	Atlas	UN	50	R\$ 1,93	R\$ 96,50
					TOTAL	R\$ 380,50
	LOTE 11					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
71	Lona preta 100 micras	Depaiva	M2	1.000	R\$ 0,90	R\$ 900,00
72	Tijolo 6 furos grande (9X14X24)	Riograndense	UN	5.000	R\$ 0,55	R\$ 2.750,00
73	Tijolo 6 furos meio grande (9X14X19)	Riograndense	UN	5.000	R\$ 0,54	R\$ 2.700,00
					TOTAL	R\$ 6.350,00
	LOTE 13					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
78	Escada de alumínio 3 degraus	Real	UN	10	R\$ 69,98	R\$ 699,80
79	Escada de alumínio 7 degraus	Real	UN	10	R\$ 124,76	R\$ 1.247,60
80	Varal sanfonada 1 metro	Mor	UN	20	R\$ 44,69	R\$ 893,80
81	Vaso sanitário	Incepa	UN	20	R\$ 101,97	R\$ 2.039,40
82	Assento para vaso sanitário, com tampa.	Metasul	UN	60	R\$ 18,99	R\$ 1.139,40
83	Assento para sanitário para vaso sanitário PNE (portadores de necessidades especiais): com abertura frontal, fabricado em poliéster branco, com ferragem inoxidável de alta resistência, com tampa, conforme NBR 9050.	Incepa	UN	20	R\$ 159,95	R\$ 3.199,00
84	Caixa de descarga plástica branca modelo de parede	Metasul	UN	60	R\$ 23,89	R\$ 1.433,40
85	Bóia para caixa d'água 1/2: material: polipropileno e latão.	Plastilit	UN	30	R\$ 6,50	R\$ 195,00
86	Bóia para caixa d'água 3/4: material: polipropileno e latão	Plastilit	UN	30	R\$ 6,50	R\$ 195,00
87	Caixa d'água 500 litros: produzida em polietileno com aditivo uv, com tampa com sistema de lacre, com garantia de no mínimo 6 meses.	Arcon	UN	10	R\$ 179,44	R\$ 1.794,40
88	Caixa d'água fibra 1000 litros: com tampa com fechamento seguro, fabricada em polietileno de média densidade, normas de referência - NBR 14799 e NBR 15682.	Arcon	UN	10	R\$ 329,39	R\$ 3.293,90
					TOTAL	R\$ 16.130,70
	LOTE 14					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
89	Joelho ¾	Plastilit	UN	50	R\$ 0,70	R\$ 35,00
90	Joelho 40mm	Plastilit	UN	50	R\$ 0,91	R\$ 45,50
91	Joelho de PVC 45º 40mm	Plastilit	UN	50	R\$ 1,16	R\$ 58,00
92	Joelho de PVC 45º 50 mm	Plastilit	UN	50	R\$ 2,29	R\$ 114,50
93	Joelho de PVC 45º 100mm	Plastilit	UN	50	R\$ 5,49	R\$ 274,50

94	Joelho de PVC 90º 40mm	Plastilit	UN	50	R\$ 0,90	R\$ 45,00
95	Joelho de PVC 90º 50mm	Plastilit	UN	50	R\$ 1,68	R\$ 84,00
96	Joelho de PVC 90º 100mm	Plastilit	UN	50	R\$ 4,75	R\$ 237,50
97	Joelho de PVC Soldável 45º 20mm	Plastilit	UN	50	R\$ 0,60	R\$ 30,00
98	Joelho de PVC Soldável 45º 25mm	Plastilit	UN	50	R\$ 0,60	R\$ 30,00
99	Joelho de PVC Soldável 90º 20mm	Plastilit	UN	50	R\$ 0,50	R\$ 25,00
100	Joelho de PVC Soldável 90º 25mm	Plastilit	UN	50	R\$ 0,70	R\$ 35,00
101	Joelho de PVC Soldável LR 25 x 1/2	Plastilit	UN	50	R\$ 1,45	R\$ 72,50
102	Adaptador PVC Soldável 25 x ¾	Plastilit	UN	38	R\$ 0,70	R\$ 26,60
103	Flange PVC 25 x ¾	Plastilit	UN	23	R\$ 7,09	R\$ 163,07
104	Flange PVC 50 x 1/2	Plastilit	UN	23	R\$ 15,73	R\$ 361,79
105	Sifão sanfonado simples universal	Plastilit	UN	50	R\$ 5,09	R\$ 254,50
106	Sifão sanfonado duplo universal	Plastilit	UN	50	R\$ 11,19	R\$ 559,50
107	Engate flexível PVD ½ x 40cm	Plastilit	UN	38	R\$ 3,90	R\$ 148,20
108	Engate flexível PVD ½ x 50cm	Plastilit	UN	38	R\$ 4,00	R\$ 152,00
109	Engate flexível PVD ½ x 1m	Plastilit	UN	38	R\$ 8,89	R\$ 337,82
110	Eletroduto de PVC ½ – 3m - Branco	Plastilit	UN	375	R\$ 5,14	R\$ 1.927,50
111	Eletroduto de PVC ¾ – 3m - Branco	Plastilit	UN	375	R\$ 8,08	R\$ 3.030,00
112	Engate sanfonado para vaso sanitário	Plastilit	UN	38	R\$ 8,04	R\$ 305,52
113	Luva PVC branca roscavel ¾	Plastilit	UN	38	R\$ 1,20	R\$ 45,60
114	Luva PVC branca roscavel ¾ x ½	Plastilit	UN	38	R\$ 1,30	R\$ 49,40
115	Luva PVC soldável 20mm	Plastilit	UN	38	R\$ 0,40	R\$ 15,20
116	Luva PVC soldável 25mm	Plastilit	UN	38	R\$ 0,60	R\$ 22,80
117	Luva PVC soldável 50mm	Plastilit	UN	38	R\$ 2,50	R\$ 95,00
118	Luva PVC soldável LR 25 x ½	Plastilit	UN	38	R\$ 1,20	R\$ 45,60
119	Luva PVC soldável LR 25 x ¾	Plastilit	UN	38	R\$ 1,10	R\$ 41,80
120	Plug PVC roscável ½	Plastilit	UN	48	R\$ 0,63	R\$ 30,24
121	Tubo PVC soldável 20 mm (barra com 6 metros)	Plastilit	UN	23	R\$ 9,94	R\$ 228,62
122	Tubo PVC soldável 25 mm (barra com 6 metros)	Plastilit	UN	23	R\$ 13,07	R\$ 300,61
123	Tampão soldável 50mm	Plastilit	UN	13	R\$ 2,90	R\$ 37,70
124	Tampão CAP PVC soldável 25mm	Plastilit	UN	32	R\$ 0,80	R\$ 25,60
125	Tampão CAP PVC soldável 32MM	Plastilit	UN	32	R\$ 1,10	R\$ 35,20
126	T ¾	Plastilit	UN	38	R\$ 0,70	R\$ 26,60
127	Tê 90º PVC marrom 50mm soldavel	Plastilit	UN	125	R\$ 4,00	R\$ 500,00
128	Tê de redução PVC 25MM roscavel	Plastilit	UN	125	R\$ 1,10	R\$ 137,50
129	Tê de redução PVC 32X25MM roscavel	Plastilit	UN	125	R\$ 2,70	R\$ 337,50
130	Tê de redução PVC marrom 25X20MM soldavel	Plastilit	UN	125	R\$ 1,70	R\$ 212,50

131	Tê de redução PVC marrom 32X25MM soldavel	Plastilit	UN	125	R\$ 2,70	R\$ 337,50
132	Tê de redução PVC marrom 50X20MM soldavel	Plastilit	UN	125	R\$ 5,89	R\$ 736,25
133	Protetor de porta	Secalux	UN	23	R\$ 12,89	R\$ 296,47
134	Bucha de redução curta PVC 25MM roscavel	Plastilit	UN	38	R\$ 1,10	R\$ 41,80
135	Bucha de redução curta PVC 40X25MM roscavel	Plastilit	UN	125	R\$ 2,50	R\$ 312,50
136	Bucha de redução curta PVC 50X25MM roscavel	Plastilit	UN	125	R\$ 3,50	R\$ 437,50
137	Bucha de redução curta PVC 60X32MM roscavel	Plastilit	UN	125	R\$ 6,49	R\$ 811,25
138	Bucha de redução curta PVC 25X20MM soldavel	Plastilit	UN	125	R\$ 0,45	R\$ 56,25
139	Bucha de redução curta PVC 32X25MM soldavel	Plastilit	UN	125	R\$ 0,90	R\$ 112,50
140	Cano PVC marrom soldavel 20mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	125	R\$ 9,94	R\$ 1.242,50
141	Cano PVC marrom soldavel 25mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	125	R\$ 13,07	R\$ 1.633,75
142	Cano PVC marrom soldavel 32mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	125	R\$ 23,38	R\$ 2.922,50
143	Cano PVC marrom soldavel 40mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	125	R\$ 31,17	R\$ 3.896,25
144	Cano PVC marrom soldavel 50mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	125	R\$ 45,50	R\$ 5.687,50
145	Cano PVC para esgoto 150mm barra de 6 metro	Plastilit	UN	43	R\$ 122,76	R\$ 5.278,68
146	Cano PVC para esgoto 40mm barra de 6 metro	Plastilit	UN	88	R\$ 17,68	R\$ 1.555,84
147	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 1/2"	Plastilit	UN	88	R\$ 1,20	R\$ 105,60
148	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 1"	Plastilit	UN	58	R\$ 2,73	R\$ 158,34
149	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 2"	Plastilit	UN	58	R\$ 7,69	R\$ 446,02
150	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 3/4"	Plastilit	UN	58	R\$ 1,47	R\$ 85,26
151	Junção de redução PVC para esgoto 100x50mm	Plastilit	UN	63	R\$ 7,24	R\$ 456,12
152	Junção PVC 100MM	Plastilit	UN	63	R\$ 11,69	R\$ 736,47
153	Tampa para Condulete 4X2 PVC Cega - Branca	Fame	UN	138	R\$ 1,45	R\$ 200,10
154	Tampa para Condulete 4X2/ 1 Posto PVC - Branca	Fame	UN	138	R\$ 1,45	R\$ 200,10
155	Tampa para Condulete 4X2/ 1 Posto PVC Redondo - Branca	Fame	UN	138	R\$ 1,45	R\$ 200,10
					TOTAL	R\$ 38.487,62
	LOTE 15					

	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
156	Lavatório de parede com coluna	Incepa	UN	10	R\$ 103,65	R\$ 1.036,50
157	Porta papel higiênico em inox (para parafusar)	Leão	UN	40	R\$ 17,46	R\$ 698,40
158	Chuveiro elétrico	Durin	UN	20	R\$ 39,80	R\$ 796,00
					TOTAL	R\$ 2.530,90
	LOTE 16					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
159	Torneira bóia para caixa d'água ½ haste metal	Plastilit	UN	35	R\$ 6,47	R\$ 226,45
160	Válvula para lavatório universal	Plastilit	UN	70	R\$ 2,49	R\$ 174,30
161	Anel de cera	Plastibor	UN	70	R\$ 7,76	R\$ 543,20
					TOTAL	R\$ 943,95
	LOTE 17					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
162	Lâmpada LED bulbo branca 9W	Blumenau	UN	200	R\$ 7,04	R\$ 1.408,00
163	Lâmpada LED bulbo branca 12W	Blumenau	UN	200	R\$ 9,19	R\$ 1.838,00
164	Lâmpada LED bulbo branca 9W 60cm	Blumenau	UN	300	R\$ 11,56	R\$ 3.468,00
165	Lâmpada LED bulbo branca 20W 120cm	Blumenau	UN	300	R\$ 14,29	R\$ 4.287,00
					TOTAL	R\$ 11.001,00
	LOTE 19					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
178	Fio elétrico flexível 1,5mm	Megaflex	M	2.000	R\$ 0,49	R\$ 980,00
179	Fio elétrico flexível 2,5mm	Megaflex	M	2.000	R\$ 0,75	R\$ 1.500,00
180	Fio elétrico flexível 4,0mm	Megaflex	M	2.000	R\$ 1,24	R\$ 2.480,00
181	Fio elétrico flexível 6,0mm	Megaflex	M	2.000	R\$ 1,87	R\$ 3.740,00
182	Fio elétrico flexível 10,0mm	Megaflex	M	2.000	R\$ 3,26	R\$ 6.520,00
183	Fio elétrico paralelo 2 x 2,5mm	Megaflex	M	2.000	R\$ 1,64	R\$ 3.280,00
					TOTAL	R\$ 18.500,00
	LOTE 20					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
184	Tomada 2P+T10A sobrepor (conjunto) cor branca	Ilumi	UN	100	R\$ 5,34	R\$ 534,00
185	Tomada 2P+T 20ª sobrepor (conjunto) cor branca	Ilumi	UN	100	R\$ 6,39	R\$ 639,00
186	Tomada RJ45 cor branca	Ilumi	UN	60	R\$ 15,38	R\$ 922,80
187	Tomada para telefone RJ11 cor branca	Ilumi	UN	30	R\$ 8,79	R\$ 263,70
188	Filtro de linha 4 tomadas	Ilumi	UN	50	R\$ 22,87	R\$ 1.143,50
189	Caixa de luz 2x4	Ilumi	UN	100	R\$ 0,70	R\$ 70,00
190	Interruptor simples cor branca	Ilumi	UN	50	R\$ 6,59	R\$ 329,50
191	Interruptor duplo cor branco	Ilumi	UN	50	R\$ 10,19	R\$ 509,50
192	Interruptor simples e com tomada padrão branco	Ilumi	UN	50	R\$ 11,68	R\$ 584,00

193	Tomada 2P+T20A Dupla com tampa para para condutele - Branca	Ilumi	UN	400	R\$ 12,48	R\$ 4.992,00
194	Tomada 2P+T10A Dupla com tampa para para condutele - Branca	Ilumi	UN	400	R\$ 11,88	R\$ 4.752,00
195	Caixa multiplo X 3/4 para condutele - Branca	Ilumi	UN	400	R\$ 3,89	R\$ 1.556,00
					TOTAL	R\$ 16.296,00
	LOTE 21					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
196	Torneira de jardim em metal cromado	Leão	UN	40	R\$ 18,74	R\$ 749,60
197	Torneira de jardim em plástico	Herc	UN	20	R\$ 2,60	R\$ 52,00
198	Torneira para lavatório em metal cromado	Leão	UN	40	R\$ 23,46	R\$ 938,40
199	Torneira para lavatório em plástico	Herc	UN	20	R\$ 9,05	R\$ 181,00
200	Torneira de parede metal cromado	Leão	UN	40	R\$ 36,22	R\$ 1.448,80
201	Torneira para bancada articulada em metal cromado	Leão	UN	40	R\$ 43,14	R\$ 1.725,60
202	Torneira elétrica	Durin	UN	10	R\$ 57,47	R\$ 574,70
					TOTAL	R\$ 5.670,10
	LOTE 23					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
206	Bucha plástica 6 mm	Ivplast	UN	2.000	R\$ 0,05	R\$ 100,00
207	Bucha plástica 7 mm	Ivplast	UN	2.000	R\$ 0,07	R\$ 140,00
208	Bucha plástica 8 mm	Ivplast	UN	2.000	R\$ 0,07	R\$ 140,00
209	Bucha plástica 10 mm	Ivplast	UN	2.000	R\$ 0,09	R\$ 180,00
210	Bucha de nylon 6 mm	Ivplast	UN	2.000	R\$ 0,06	R\$ 120,00
211	Bucha de nylon 8 mm	Ivplast	UN	2.000	R\$ 0,08	R\$ 160,00
212	Bucha de nylon 10mm	Ivplast	UN	2.000	R\$ 0,09	R\$ 180,00
					TOTAL	R\$ 1.020,00
	LOTE 25					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
215	Reparo para válvula docol	Docol	UN	40	R\$ 40,26	R\$ 1.610,40
216	Reparo para válvula hydra	Hydra	UN	40	R\$ 29,87	R\$ 1.194,80
217	Reparo para válvula hydra luxo	Hydra	UN	40	R\$ 19,88	R\$ 795,20
					TOTAL	R\$ 3.600,40
	LOTE 26					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
218	Rebite de alumínio 3,2 x 16	Western	UN	400	R\$ 0,10	R\$ 40,00
219	Rebite de alumínio 4,0 x 12	Western	UN	400	R\$ 0,10	R\$ 40,00
220	Rebite de alumínio 4,0 x 22	Western	UN	400	R\$ 0,14	R\$ 56,00
221	Rebite de alumínio 4,8 x 19	Western	UN	400	R\$ 0,14	R\$ 56,00
					TOTAL	R\$ 192,00
	LOTE 27					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
222	Cabo coaxial	Real Sat	M	200	R\$ 1,00	R\$ 200,00
223	Conector para cabo coaxial com rosca	Real Sat	UN	50	R\$ 0,89	R\$ 44,50

					TOTAL	R\$ 244,50
	LOTE 28					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
224	Adaptador simples	Fame	UN	60	R\$ 5,75	R\$ 345,00
225	Plug macho 2P+T 10ª	Fame	UN	60	R\$ 4,17	R\$ 250,20
226	Plug fêmea 2P+T 10ª	Fame	UN	60	R\$ 5,21	R\$ 312,60
227	Plug triangular 2P 10ª	Fame	UN	60	R\$ 2,88	R\$ 172,80
					TOTAL	R\$ 1.080,60
	LOTE 29					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
228	Cadeado 20MM	Stam	UN	40	R\$ 7,99	R\$ 319,60
229	Cadeado 25MM	Stam	UN	40	R\$ 9,79	R\$ 391,60
230	Cadeado 30MM	Stam	UN	40	R\$ 13,19	R\$ 527,60
231	Cadeado 40MM	Stam	UN	40	R\$ 18,89	R\$ 755,60
232	Cadeado 50MM	Stam	UN	40	R\$ 21,98	R\$ 879,20
233	Cadeado 60MM: Produzido em latão maciço, haste de aço cimentada e cromada, chaves de latão niqueladas. utilizações: acesso ao registro de luz e caixa de correio, portões e janelas.	Stam	UN	40	R\$ 24,48	R\$ 979,20
					TOTAL	R\$ 3.852,80
	LOTE 30					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
234	Canaletas sistema X com fita dupla face	Fame	UN	1.000	R\$ 5,89	R\$ 5.890,00
235	Mangueira corrugada amarela ¾	Plastilit	M	600	R\$ 1,10	R\$ 660,00
					TOTAL	R\$ 6.550,00
	LOTE 31					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
236	Fechadura interna	Soprano	UN	60	R\$ 26,92	R\$ 1.615,20
237	Fechadura externa	Soprano	UN	60	R\$ 36,11	R\$ 2.166,60
238	Fechadura com chave para armário: niquelada, 22mm, curta.	Soprano	UN	20	R\$ 4,64	R\$ 92,80
239	Dobradiça para porta	Rocha	UN	80	R\$ 1,11	R\$ 88,80
240	Maçaneta para fechadura	Soprano	UN	80	R\$ 12,53	R\$ 1.002,40
241	Cilindro para fechadura	Soprano	UN	80	R\$ 17,54	R\$ 1.403,20
					TOTAL	R\$ 6.369,00
	LOTE 32					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
242	Abraçadeira PVC Eletroduto 1/2" - Branca	AG	UN	600	R\$ 0,60	R\$ 360,00
243	Abraçadeira PVC Eletroduto 3/4" - Branca	AG	UN	1.000	R\$ 0,74	R\$ 740,00
244	Abraçadeira Tipo U 4" de Aço Zincado	ROCHA	UN	1.000	R\$ 1,89	R\$ 1.890,00
245	Abraçadeira Tipo U 2" de Aço Zincado	ROCHA	UN	400	R\$ 0,83	R\$ 332,00
246	Abraçadeira Tipo U 1/2" de Aço Zincado	ROCHA	UN	400	R\$ 0,50	R\$ 200,00
247	Abraçadeira Tipo U 3" de Aço Zincado	ROCHA	UN	400	R\$ 1,37	R\$ 548,00

248	Abraçadeira tipo U ¾	ROCHA	UN	600	R\$ 0,50	R\$ 300,00
249	Abraçadeira de nylon preta	AG	UN	600	R\$ 0,19	R\$ 114,00
250	Grampo para fixar fios – pacote com 10 unidades	FAME	PCT	600	R\$ 1,99	R\$ 1.194,00
					TOTAL	R\$ 5.678,00
	LOTE 34					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
255	Carrinho de mão: produzido em aço carbono galvanizado, pintura a pó, 60 litros, pneu com câmara. Com pegador emborrachado.	Metasul	UN	2	R\$ 97,13	R\$ 194,26
256	Colher de pedreiro 10"	Pandolfo	UN	4	R\$ 12,50	R\$ 50,00
257	Enxada metálica: com cabo de madeira.	Pandolfo	UN	4	R\$ 21,93	R\$ 87,72
258	Espuma expansiva de poliuretano: tubo de 430 ml (280g), para fixação de portas e janelas (colocação de batentes junto à alvenaria), e outras aplicações. Características: espuma de expansão que aumenta 20 a 30 vezes mais seu volume, bico: direcional, secagem: 2 à 5 horas, aplicação: aerosol 430 ml.	Afix	UN	10	R\$ 16,83	R\$ 168,30
					TOTAL	R\$ 500,28
	LOTE 36					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
263	Mangueira para botijão de gás: espessura parede: 4 mm, mangueira de pvc flexível reforçada com fios de poliéster. Com certificação INMETRO e validade maior que 24 meses. Comprimento: 1,2m.	Mantac	UN	20	R\$ 7,79	R\$ 155,80
264	Registro de pressão 25mm ou 3/4" material metal	Leão	UN	20	R\$ 33,96	R\$ 679,20
265	Registro esfera soldável em pvc 25mm: pressão máxima de serviço: 7,5 kgf/cm - 750 kpa, temperatura: 20°C, de acordo com a nbr 5648/99	Plastilit	UN	40	R\$ 7,19	R\$ 287,60
266	Regulador para botijão de gás: parafusado sem manômetro e sem mangueira: regulador de gás indicado para regular a pressão de saída em botijões de até 13 kg. Uso doméstico. Validade 5 anos. Especificações: recomendado para botijão com capacidade de: até 13 kg. Modelo do regulador de gás: parafusado. Vazão máxima do regulador de gás: 2 kg/hora rosca de entrada do regulador de gás: padrão botijão p13 conexão de saída do regulador de gás: espigão. Com certificação INMETRO.	Aliança	UN	40	R\$ 22,47	R\$ 898,80

					TOTAL	R\$ 2.021,40
	LOTE 37					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
267	Válvula de descarga para mictório 15mm ou 1/2"	Leão	UN	40	R\$ 113,93	R\$ 4.557,20
268	Válvula para pia de banheiro curta 1" material plástico	Cipla	UN	40	R\$ 4,40	R\$ 176,00
269	Válvula para pia de banheiro longa 1" material plástico	Cipla	UN	40	R\$ 2,50	R\$ 100,00
270	Válvula para pia de cozinha 3.1/2" material metal	Leão	UN	40	R\$ 21,74	R\$ 869,60
271	Válvula para pia de cozinha 3.1/2" material plástico	Cipla	UN	40	R\$ 6,50	R\$ 260,00
272	Válvula para pia de cozinha 4.1/2" material metal	Leão	UN	40	R\$ 29,88	R\$ 1.195,20
273	Válvula para tanque plástico longa 1.1/2"	Cipla	UN	40	R\$ 4,40	R\$ 176,00
274	Válvula para tanque plástico longa 1.1/4"	Cipla	UN	40	R\$ 3,00	R\$ 120,00
					TOTAL	R\$ 7.454,00
	LOTE 38					
	Descrição do Item	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário	
276	Cummeira universal fibrocimento 6MM	Multilit	Unidade	100	R\$ 36,34	R\$ 3.634,00
					TOTAL	R\$ 3.634,00

## COTA AMPLA CONCORRÊNCIA

	LOTE 42					
	Descrição do item	Marca	Unidade	Quant	Valor Unitário	Valor Total
285	Joelho ¾	Plastilit	UN	30	R\$ 0,70	R\$ 21,00
286	Joelho 40mm	Plastilit	UN	30	R\$ 0,90	R\$ 27,00
287	Joelho de PVC 45º 40mm	Plastilit	UN	30	R\$ 1,15	R\$ 34,50
288	Joelho de PVC 45º 50 mm	Plastilit	UN	30	R\$ 2,30	R\$ 69,00
289	Joelho de PVC 45º 100mm	Plastilit	UN	30	R\$ 5,49	R\$ 164,70
290	Joelho de PVC 90º 40mm	Plastilit	UN	30	R\$ 0,91	R\$ 27,30
291	Joelho de PVC 90º 50mm	Plastilit	UN	30	R\$ 1,68	R\$ 50,40
292	Joelho de PVC 90º 100mm	Plastilit	UN	30	R\$ 4,75	R\$ 142,50
293	Joelho de PVC Soldável 45º 20mm	Plastilit	UN	30	R\$ 0,60	R\$ 18,00
294	Joelho de PVC Soldável 45º 25mm	Plastilit	UN	30	R\$ 0,60	R\$ 18,00
295	Joelho de PVC Soldável 90º 20mm	Plastilit	UN	30	R\$ 0,50	R\$ 15,00
296	Joelho de PVC Soldável 90º 25mm	Plastilit	UN	30	R\$ 0,70	R\$ 21,00
297	Joelho de PVC Soldável LR 25 x 1/2	Plastilit	UN	30	R\$ 1,45	R\$ 43,50
298	Adaptador PVC Soldável 25 x ¾	Plastilit	UN	22	R\$ 0,70	R\$ 15,40
299	Flange PVC 25 x ¾	Plastilit	UN	17	R\$ 7,09	R\$ 120,53
300	Flange PVC 50 x 1/2	Plastilit	UN	17	R\$ 15,74	R\$ 267,58
301	Sifão sanfonado simples universal	Plastilit	UN	30	R\$ 5,10	R\$ 153,00
302	Sifão sanfonado duplo universal	Plastilit	UN	30	R\$ 11,19	R\$ 335,70

303	Engate flexível PVD ½ x 40cm	Plastilit	UN	22	R\$ 3,90	R\$ 85,80
304	Engate flexível PVD ½ x 50cm	Plastilit	UN	22	R\$ 4,00	R\$ 88,00
305	Engate flexível PVD ½ x 1m	Plastilit	UN	22	R\$ 8,89	R\$ 195,58
306	Eletroduto de PVC ½ – 3m - Branco	Plastilit	UN	225	R\$ 5,15	R\$ 1.158,75
307	Eletroduto de PVC ¾ – 3m - Branco	Plastilit	UN	225	R\$ 8,08	R\$ 1.818,00
308	Engate sanfonado para vaso sanitário	Plastilit	UN	22	R\$ 8,04	R\$ 176,88
309	Luva PVC branca roscavel ¾	Plastilit	UN	22	R\$ 1,20	R\$ 26,40
310	Luva PVC branca roscavel ¾ x ½	Plastilit	UN	22	R\$ 1,30	R\$ 28,60
311	Luva PVC soldável 20mm	Plastilit	UN	22	R\$ 0,40	R\$ 8,80
312	Luva PVC soldável 25mm	Plastilit	UN	22	R\$ 0,60	R\$ 13,20
313	Luva PVC soldável 50mm	Plastilit	UN	22	R\$ 2,50	R\$ 55,00
314	Luva PVC soldável LR 25 x ½	Plastilit	UN	22	R\$ 1,20	R\$ 26,40
315	Luva PVC soldável LR 25 x ¾	Plastilit	UN	22	R\$ 1,10	R\$ 24,20
316	Plug PVC roscável ½	Plastilit	UN	22	R\$ 0,63	R\$ 13,86
317	Tubo PVC soldável 20 mm (barra com 6 metros)	Plastilit	UN	17	R\$ 9,93	R\$ 168,81
318	Tubo PVC soldável 25 mm (barra com 6 metros)	Plastilit	UN	17	R\$ 13,07	R\$ 222,19
319	Tampão soldável 50mm	Plastilit	UN	7	R\$ 2,90	R\$ 20,30
320	Tampão CAP PVC soldável 25mm	Plastilit	UN	18	R\$ 0,80	R\$ 14,40
321	Tampão CAP PVC soldável 32MM	Plastilit	UN	18	R\$ 1,10	R\$ 19,80
322	T ¾	Plastilit	UN	22	R\$ 0,70	R\$ 15,40
323	Tê 90° PVC marrom 50mm soldavel	Plastilit	UN	75	R\$ 4,00	R\$ 300,00
324	Tê de redução PVC 25MM roscavel	Plastilit	UN	75	R\$ 1,10	R\$ 82,50
325	Tê de redução PVC 32X25MM roscavel	Plastilit	UN	75	R\$ 2,70	R\$ 202,50
326	Tê de redução PVC marrom 25X20MM soldavel	Plastilit	UN	75	R\$ 1,70	R\$ 127,50
327	Tê de redução PVC marrom 32X25MM soldavel	Plastilit	UN	75	R\$ 2,70	R\$ 202,50
328	Tê de redução PVC marrom 50X20MM soldavel	Plastilit	UN	75	R\$ 5,89	R\$ 441,75
329	Protetor de porta	Plastilit	UN	17	R\$ 12,89	R\$ 219,13
330	Bucha de redução curta PVC 25MM roscavel	Plastilit	UN	22	R\$ 1,10	R\$ 24,20
331	Bucha de redução curta PVC 40X25MM roscavel	Plastilit	UN	75	R\$ 2,50	R\$ 187,50
332	Bucha de redução curta PVC 50X25MM roscavel	Plastilit	UN	75	R\$ 3,50	R\$ 262,50
333	Bucha de redução curta PVC 60X32MM roscavel	Plastilit	UN	75	R\$ 6,49	R\$ 486,75
334	Bucha de redução curta PVC 25X20MM soldavel	Plastilit	UN	75	R\$ 0,45	R\$ 33,75
335	Bucha de redução curta PVC 32X25MM soldavel	Plastilit	UN	75	R\$ 0,90	R\$ 67,50

336	Cano PVC marrom soldavel 20mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	75	R\$ 9,94	R\$ 745,50
337	Cano PVC marrom soldavel 25mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	75	R\$ 13,07	R\$ 980,25
338	Cano PVC marrom soldavel 32mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	75	R\$ 23,38	R\$ 1.753,50
339	Cano PVC marrom soldavel 40mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	75	R\$ 31,17	R\$ 2.337,75
340	Cano PVC marrom soldavel 50mm para água barra de 6 metro	Plastilit	UN	75	R\$ 45,46	R\$ 3.409,50
341	Cano PVC para esgoto 150mm barra de 6 metro	Plastilit	UN	17	R\$ 122,77	R\$ 2.087,09
342	Cano PVC para esgoto 40mm barra de 6 metro	Plastilit	UN	62	R\$ 17,68	R\$ 1.096,16
343	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 1/2"	Plastilit	UN	62	R\$ 1,20	R\$ 74,40
344	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 1"	Plastilit	UN	52	R\$ 2,73	R\$ 141,96
345	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 2"	Plastilit	UN	52	R\$ 7,69	R\$ 399,88
346	Curva 90° PVC eletroduto roscavel 3/4"	Plastilit	UN	52	R\$ 1,47	R\$ 76,44
347	Junção de redução PVC para esgoto 100x50mm	Plastilit	UN	37	R\$ 7,24	R\$ 267,88
348	Junção PVC 100MM	Plastilit	UN	37	R\$ 11,69	R\$ 432,53
349	Tampa para Condulete 4X2 PVC Cega - Branca	Fame	UN	112	R\$ 1,45	R\$ 162,40
350	Tampa para Condulete 4X2/ 1 Posto PVC - Branca	Fame	UN	112	R\$ 1,45	R\$ 162,40
351	Tampa para Condulete 4X2/ 1 Posto PVC Redondo - Branca	Fame	UN	112	R\$ 1,45	R\$ 162,40
					TOTAL	R\$ 22.652,60

Valor total: R\$ 202.911,00 (duzentos e dois mil e novecentos e onze reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

3.1. A entrega dos equipamentos será conforme a determinação da Secretaria responsável.

3.1.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue e devidamente instalado CONFORME A SOLICITAÇÃO, na quantidade especificada através da Autorização de Fornecimento, em até 30 (trinta) dias após a solicitação, pelo período de 12 (doze) meses, em local indicado pelo Município;

3.1.2 - A entrega e montagem dos equipamentos deverão ser de responsabilidade da empresa proponente juntamente com funcionários que possuam capacitação técnica para tanto;

3.1.3 - Quando da entrega dos equipamentos a empresa deverá fornecer ART de fabricação, montagem e instalação.

3.1.4 - É de total responsabilidade da proponente a conferência das medidas do local onde serão instalados os equipamentos e as necessárias adaptações do equipamento para instalação nos locais cedidos pela Prefeitura/Secretaria Municipal da Educação.

3.1.5 - Após a entrega e montagem a proponente deverá fornecer "Certificado de Garantia" de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação e "Certificado de Garantia" de 05 (cinco) anos de que não haverá despigmentação/descoloração das peças expostas ao sol.

3.1.6 - A totalidade do objeto licitado poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.1.7 - Ao receber o pedido, antes do início da instalação, deverá apresentar aprovação de modelo de cada unidade: planta baixa apresentando todos os itens e seu posicionamento.

3.1.8. A Prefeitura se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.1.9. A contratada ficará obrigada a aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.2. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

3.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente

exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 - Deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão 125/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa (anexo III);
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.**

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 125/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.**

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.**

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO	ÚRSULA WALDRAFF - ME FORNECEDOR
------------------------------------------------------	------------------------------------

Testemunhas:

1. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 168/2019**

Publicação Nº 2211895

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 168/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO 125/2019

Processo nº. 172/2019

Aos 16 dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, CNPJ/MF 05.197.303/0001-60, sediada na Rua Augusto Gneiding, Nº 810, Bloco B, Bairro Industrial Norte, Municípios de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89.295-000, telefone (47) 3644-6207 classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO

GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Osmar Michreff (ou representante legal) para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 125/2019 – Multientidade e seus Anexos, Processo nº. 172/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2019 e dos anexos.

#### 1.2. Itens Homologados:

	LOTE 6				
	Descrição do item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
30	Tinta acrílica semi-brilh, diversas cores, 1ª linha - galão 18 litros	Galão	90	R\$ 195,53	R\$ 17.597,70
31	Tinta acrílica semi-brilh, diversas cores, 1ª linha - galão 3,6 litros	Galão	60	R\$ 45,06	R\$ 2.703,60
32	Tinta acrílica fosca, diversas cores, 1ª linha - galão 18 litros	Galão	30	R\$ 126,67	R\$ 3.800,10
33	Tinta acrílica fosca, diversas cores, 1ª linha - galão 3,6 litros	Galão	60	R\$ 28,90	R\$ 1.734,00
34	Tinta óleo, diversas cores, 1ª linha – galão com 3,6L	Galão	60	R\$ 17,85	R\$ 1.071,00
35	Tinta óleo, diversas cores, 1ª linha – galão com 18L	Galão	30	R\$ 170,03	R\$ 5.100,90
36	Tinta esmalte sintético para metais - galão com 3,6 litros	Galão	30	R\$ 46,76	R\$ 1.402,80
				TOTAL	R\$ 33.410,10
	LOTE 7				
	Descrição do item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
37	Verniz Incolor – galão com 3,6 litros	GAL	20	R\$ 64,97	R\$ 1.299,40
38	Selador acrílico – galão com 3,6 litros	GAL	30	R\$ 18,99	R\$ 569,70
39	Selador acrílico – galão com 18 litros	GAL	20	R\$ 68,97	R\$ 1.379,40
40	Removedor de tintas – frasco com 900 ml	FRA	100	R\$ 22,99	R\$ 2.299,00
41	Thinner – frasco com 1 litro	FRA	100	R\$ 9,80	R\$ 980,00
42	Desengripante antifer-rugem spray – frasco com 300 ml	FRA	100	R\$ 8,49	R\$ 849,00
				TOTAL	R\$ 7.376,50

Valor total: R\$ 40.786,60 (quarenta mil e setecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

3.1. A entrega dos equipamentos será conforme a determinação da Secretaria responsável.

3.1.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue e devidamente instalado CONFORME A SOLICITAÇÃO, na quantidade especificada através da Autorização de Fornecimento, em até 30 (trinta) dias após a solicitação, pelo período de 12 (doze) meses, em local indicado pelo Município;

3.1.2 - A entrega e montagem dos equipamentos deverão ser de responsabilidade da empresa proponente juntamente com funcionários que possuam capacitação técnica para tanto;

3.1.3 - Quando da entrega dos equipamentos a empresa deverá fornecer ART de fabricação, montagem e instalação.

3.1.4 - É de total responsabilidade da proponente a conferência das medidas do local onde serão instalados os equipamentos e as necessárias adaptações do equipamento para instalação nos locais cedidos pela Prefeitura/Secretaria Municipal da Educação.

3.1.5 - Após a entrega e montagem a proponente deverá fornecer "Certificado de Garantia" de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação e "Certificado de Garantia" de 05 (cinco) anos de que não haverá despigmentação/descoloração das peças expostas ao sol.

3.1.6 - A totalidade do objeto licitado poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.1.7 - Ao receber o pedido, antes do início da instalação, deverá apresentar aprovação de modelo de cada unidade: planta baixa apresentando todos os itens e seu posicionamento.

3.1.8. A Prefeitura se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.1.9. A contratada ficará obrigada a aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.2. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

3.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta

em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 - Deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 125/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal,

assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa (anexo III);
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 125/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO	VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI FORNECEDOR
------------------------------------------------------	------------------------------------------------------

Testemunhas:

1. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 169/2019**

Publicação Nº 2211896

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 169/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO 125/2019

Processo nº. 172/2019

Aos 16 dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, CNPJ/MF 30.150.827/0001-42, sediada na Rua Professora Selma Teixeira Graboski, Nº 172 - Casa, Cruzeiro, Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89.295-000, telefone (47) 3644-8090 classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Wagner Josias de Carvalho (ou representante legal) para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 125/2019 – Multientidade e seus Anexos, Processo nº. 172/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ferramentas, materiais elétricos, hidráulicos e de construção em geral constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2019 e dos anexos.

**1.2. Itens Homologados:**

	LOTE 8				
	Descrição do item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
43	Disjuntor bifásico 2 x 20 W	UN	100	R\$ 21,98	R\$ 2.198,00
44	Disjuntor bipolar 30 A	UN	100	R\$ 25,77	R\$ 2.577,00
45	Disjuntor 20 A com caixa externa	UN	100	R\$ 33,19	R\$ 3.319,00
46	Sensor de presença	UN	40	R\$ 30,60	R\$ 1.224,00
47	Quadro para 16 disjuntores (para fixar na parede)	UN	40	R\$ 49,56	R\$ 1.982,40
48	Disjuntor 16 mono amperes.	UN	100	R\$ 7,15	R\$ 715,00
49	Disjuntor 25 mono amperes.	UN	100	R\$ 7,15	R\$ 715,00
50	Disjuntor 32 mono amperes.	UN	100	R\$ 7,67	R\$ 767,00
51	Disjuntor 40 amperes.	UN	100	R\$ 9,40	R\$ 940,00
52	Disjuntor 50 amperes.	UN	100	R\$ 8,62	R\$ 862,00
				TOTAL	R\$ 15.299,40
	LOTE 12				
	Descrição do item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
74	Resistência para torneira elétrica	UN	60	R\$ 15,21	R\$ 912,60
75	Resistência para chuveiro	UN	60	R\$ 16,82	R\$ 1.009,20
76	Transformador até 100 W	UN	10	R\$ 31,46	R\$ 314,60

77	Transformador até 1500 W	UN	10	R\$ 96,32	R\$ 963,20
				TOTAL	R\$ 3.199,60
	LOTE 18				
	Descrição do item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
166	Rolo lã anti-gota 9cm com suporte	UN	20	R\$ 4,82	R\$ 96,40
167	Rolo lã anti-gota 15 cm com suporte	UN	20	R\$ 4,37	R\$ 87,40
168	Rolo lã anti-gota 23 cm com suporte	UN	20	R\$ 10,34	R\$ 206,80
169	Rolo de espuma 9 cm com suporte	UN	20	R\$ 2,45	R\$ 49,00
170	Rolo de espuma 15 cm com suporte	UN	20	R\$ 4,12	R\$ 82,40
171	Rolo de espuma 23 cm com suporte	UN	20	R\$ 10,97	R\$ 219,40
172	Pincel para pintura nº 1"	UN	20	R\$ 2,28	R\$ 45,60
173	Pincel para pintura nº 1.1/2"	UN	20	R\$ 2,80	R\$ 56,00
174	Pincel para pintura nº 2.1/2"	UN	20	R\$ 4,33	R\$ 86,60
175	Pincel para pintura nº ¾"	UN	20	R\$ 1,75	R\$ 35,00
176	Pincel para pintura nº 4"	UN	20	R\$ 7,69	R\$ 153,80
177	Bandeja para pintura 2,7 litros	UN	40	R\$ 4,54	R\$ 181,60
				TOTAL	R\$ 1.300,00
	LOTE 22				
	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
203	Plafon com soquete para 1lâmpada 100W	UN	80	R\$ 2,56	R\$ 204,80
204	Plafon com soquete para 2lâmpadas 100W	UN	80	R\$ 7,25	R\$ 580,00
205	Luminária 2x20 LED 120 cm	UN	130	R\$ 38,57	R\$ 5.014,10
				TOTAL	R\$ 5.798,90
	LOTE 24				
	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
213	Mecanismo de entrada para caixa acoplada	UN	40	R\$ 25,59	R\$ 1.023,60
214	Mecanismo de saída para caixa acoplada	UN	40	R\$ 30,12	R\$ 1.204,80
				TOTAL	R\$ 2.228,40
	LOTE 33				
	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
251	Alicate de pressão: mordentes forjados em aço cromo vanádio corpo formado por chapas conformadas, acabamento cromado, abertura regulável, tamanho 10 polegadas.	UN	2	R\$ 24,86	R\$ 49,72

252	Alicate universal 8": com corpo forjado em aço carbono especial e temperado, e acabamento fosfatizado. Cabeça e articulação lixadas e têmpera especial no gume de corte. Cabo com isolamento elétrica de 1.000 v c.a. e suporte plástico. Produto em conformidade com a nbr 9699 e nr 10. Os cabos com formato ergonômico. Isolação 1.000v para uso em locais com baixas tensões de até 1.000v em corrente alternada. Comprimento: 20,3 cm, largura: 6,4 cm, altura: 1,8 cm.	UN	2	R\$ 13,39	R\$ 26,78
253	Serrinha para cortar ferro e PVC	UN	10	R\$ 3,16	R\$ 31,60
254	Serrote profissional para madeira 18": cabo de madeira	UN	10	R\$ 20,72	R\$ 207,20
				TOTAL	R\$ 315,30
	LOTE 35				
	Descrição do Item	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
259	Broca aço rápido N.º 06	UN	20	R\$ 4,24	R\$ 84,80
260	Broca aço rápido N.º 08	UN	20	R\$ 5,47	R\$ 109,40
261	Broca Vídea N.º 06	UN	20	R\$ 3,81	R\$ 76,20
262	Broca Vídea N.º 08	UN	20	R\$ 5,47	R\$ 109,40
				TOTAL	R\$ 379,80

Valor total: R\$ 28.521,40 (vinte e oito mil e quinhentos e vinte e um reais e quarenta centavos).

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

3.1. A entrega dos equipamentos será conforme a determinação da Secretaria responsável.

3.1.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue e devidamente instalado CONFORME A SOLICITAÇÃO, na quantidade especificada através da Autorização de Fornecimento, em até 30 (trinta) dias após a solicitação, pelo período de 12 (doze) meses, em local indicado pelo Município;

3.1.2 - A entrega e montagem dos equipamentos deverão ser de responsabilidade da empresa proponente juntamente com funcionários que possuam capacitação técnica para tanto;

3.1.3 - Quando da entrega dos equipamentos a empresa deverá fornecer ART de fabricação, montagem e instalação.

3.1.4 - É de total responsabilidade da proponente a conferência das medidas do local onde serão instalados os equipamentos e as necessárias adaptações do equipamento para instalação nos locais cedidos pela Prefeitura/Secretaria Municipal da Educação.

3.1.5 - Após a entrega e montagem a proponente deverá fornecer "Certificado de Garantia" de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação e "Certificado de Garantia" de 05 (cinco) anos de que não haverá despigmentação/descoloração das peças expostas ao sol.

3.1.6 - A totalidade do objeto licitado poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.1.7 - Ao receber o pedido, antes do início da instalação, deverá apresentar aprovação de modelo de cada unidade: planta baixa apresentando todos os itens e seu posicionamento.

3.1.8. A Prefeitura se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.1.9. A contratada ficará obrigada a aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.2. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

3.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 - Deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 125/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa (anexo III);
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 125/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO	WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI FORNECEDOR
------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

1. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2. Nome Completo: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 864/2019

Publicação Nº 2211477

DECRETO Nº 864, de 29 de outubro de 2019.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.534, de 07 de junho de 2018 (LDO) e 4.566, de 29 de novembro de 2018 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, o valor de R\$ 106.000,00 (Cento e seis mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2012 – Transporte Escolar		
MODALIDADE	3390 – 113 – Aplicações Diretas	70	106.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		106.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3190 – 113 – Aplicações Diretas	08	98.000,00

MODALIDADE	3191 – 113 – Aplicações Diretas	10	8.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		106.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

## DECRETO Nº 865/2019

Publicação Nº 2211571

DECRETO Nº 865, de 30 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a anulação do Concurso Público nº 001/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o concurso público para a investidura em cargo ou emprego público previsto no Artigo 37, Inciso II, da Constituição Federal, deve ser realizado com lisura, transparência, bem como observar todos os princípios constitucionais insculpidos no caput do mesmo dispositivo constitucional;

CONSIDERANDO que foram praticadas irregularidades por parte da Empresa ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP, contratada para a prestação de serviços de assistência e orientação técnica para a realização de concurso público;

CONSIDERANDO que de acordo com a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”;

CONSIDERANDO o cumprimento da determinação judicial proferida nos autos de nº 0301258-74.2017.8.24.0052/01, de oportunizar aos candidatos aprovados no Concurso Público 001/2015, dentro do número de vagas, o exercício do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO que na análise das manifestações apresentadas não foram constatados elementos novos que não tenham sido apreciados no processo originário do Concurso Público 01/2015 que levem à validação do mesmo;

CONSIDERANDO as Atas nºs 005 e 009/2019 da Comissão constituída através da Portaria nº 049, de 04 de novembro de 2015, alterada pela Portaria nº 076, de 18 de setembro de 2018, designada para a condução do processo administrativo em atendimento à Ação Judicial de Execução de Sentença nº 0301258-74.2017.8.24.0052/01 por meio da Portaria nº 027, de 03 de junho de 2019;

CONSIDERANDO os Pareceres Jurídicos exarados pela Assessoria Jurídica do Município no decorrer do processo administrativo;

CONSIDERANDO o Edital de Decisão Final – Concurso Público 001/2015, de 24 de outubro de 2019 contendo o julgamento exarado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO o Edital de Desomologação do Concurso Público nº 001/2015, de 30 de outubro de 2019;

### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Concurso Público Municipal regido pelo Edital nº 001/2015, de 26 de novembro de 2015, conduzido pela Empresa ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP, bem como os demais atos decorrentes de sua edição e publicação, pelos motivos pormenorizadamente demonstrados nas ATAS 005/2019 e 009/2019 do processo administrativo conduzido pela Comissão designada por meio da Portaria nº 027, de 03 de junho de 2019, em atendimento à Ação Judicial de Execução de Sentença nº 0301258-74.2017.8.24.0052/01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Porto União (SC), 30 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 866/2019**

Publicação Nº 2211478

DECRETO Nº 866, de 30 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Trânsito de Porto União –COMUTRAN/PU, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.400, de 26 de dezembro de 2007, com alteração dada pela Lei Municipal nº 4.125, de 17 de abril de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados para o período de 02 (dois) anos, os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Trânsito de Porto União – COMUTRAN/PU, criado pela Lei Municipal nº 3.400, de 26 de dezembro de 2007:

**I- Representantes do Gabinete do Executivo Municipal:**

Titular: Vanderléia Alberti Vladyka;

Suplente: Emerson Luiz Alves Lourenço.

**II- Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:**

Titular: Divansir José Berton;

Suplente: Cláudio Tilgner de Souza.

**III- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:**

Titular: Marcelo Amaro;

Suplente: Tiago Metzler de Brito.

**IV- Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:**

Titular: Jian Carlos Malagutti;

Suplente: Cleomar Bodech.

**V- Representantes do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN:**

Titular: Ivan Francisco Andrukiu;

Suplente: Osmar Alves Martins Júnior.

**VI- Representantes da 3ª Companhia do 3º Batalhão de Polícia Militar:**

Titular: Valmir José Ferreira;

Suplente: Rodrigo Luís Leal.

**VII- Representantes da Delegacia Regional de Polícia:**

Titular: Tadeu Wilkosz;

Suplente: Oldemar José Klodzinski.

**VIII- Representantes da Associação Comercial e Industrial de Porto União-ACIPU:**

Titular: Entidade não indicou representante;

Suplente: Entidade não indicou representante.

**IX- Representantes da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Vale do Iguaçu –AEAVI:**

Titular: Sérgio Drozda;

Suplente: Rafael Dilay Malucelli.

**X- Representantes da União Comunitária das Associações – UNICOM:**

Titular: Entidade não indicou representante;

Suplente: Entidade não indicou representante.

**XI- Representantes da Universidade do Contestado – Núcleo Universitário de Porto União:**

Titular: Ana Cláudia Flenik;

Suplente: Rocio Tramontina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 867/2019**

Publicação Nº 2211836

DECRETO Nº 867, de 31 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO TEREZINHA ELIANE DA CRUZ RABUSKE, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 868/2019**

Publicação Nº 2211837

DECRETO Nº 868, de 31 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO PRISCILA DHAYANNE FEIJÓ, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Esportivo e de Treinamentos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 869/2019**

Publicação Nº 2211839

DECRETO Nº 869, de 31 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO ANTELMO SCHMICKLER JÚNIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Esportivo e de Treinamentos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**EDITAL DE DESOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015**

Publicação Nº 2211565

EDITAL DE DESOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), inscrito no CNPJ sob nº 83.102.541/0001-58, com sede administrativa na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, Porto União (SC), CEP 89.400-000, neste ato representado por seu Prefeito, senhor ELISEU MIBACH, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, especialmente nos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, juntamente com a Comissão nomeada através da Portaria nº 049, de 04 de novembro de 2015, alterada pela Portaria nº 076, de 18 de setembro de 2018 e pelo poder-dever da própria Administração em exercer o controle de seus atos, no que se denomina autotutela administrativa ou princípio da autotutela, resolve por unanimidade, no exercício deste poder-dever de ofício,

reapreciar os atos produzidos em seu âmbito, diante de sua conformidade com os fatos e com direito, especialmente para o que segue:

CONSIDERANDO que o concurso público para a investidura em cargo ou emprego público previsto no Artigo 37, Inciso II, da Constituição Federal, deve ser realizado com lisura, transparência, bem como observar todos os princípios constitucionais insculpidos no caput do mesmo dispositivo constitucional;

CONSIDERANDO que foram praticadas irregularidades por parte da Empresa ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP, contratada para a prestação de serviços de assistência e orientação técnica para a realização de concurso público;

CONSIDERANDO que de acordo com a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”;

CONSIDERANDO o cumprimento da determinação judicial proferida nos autos de nº 0301258-74.2017.8.24.0052/01, de oportunizar aos candidatos aprovados no Concurso Público 001/2015, dentro do número de vagas, o exercício do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO que na análise das manifestações apresentadas não foram constatados elementos novos que não tenham sido apreciados no processo originário do Concurso Público 01/2015 que levem à validação do mesmo;

CONSIDERANDO as Atas nºs 005 e 009/2019 da Comissão constituída através da Portaria nº 049, de 04 de novembro de 2015, alterada pela Portaria nº 076, de 18 de setembro de 2018, designada para a condução do processo administrativo em atendimento à Ação Judicial de Execução de Sentença nº 0301258-74.2017.8.24.0052/01 por meio da Portaria nº 027, de 03 de junho de 2019,

**RESOLVE:**

REVOGAR a Homologação Final do Concurso Público 001/2015 publicado pela Empresa ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP pelos motivos pormenorizadamente demonstrados nas ATAS 005/2019 e 009/2019 do processo administrativo conduzido em atendimento à Ação Judicial de Execução de Sentença nº 0301258-74.2017.8.24.0052/01.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e na página oficial do Município de Porto União, disponibilizado pela internet através dos endereços [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br).

Porto União (SC), 30 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

## **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001 2019**

Publicação Nº 2212127

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019**

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO DE PROVAS e TÍTULOS para admissão de Professores em Caráter Temporário para o ano letivo 2020 e ano letivo 2021. Este Processo Seletivo reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

#### **1. DO CRONOGRAMA**

DATA	ATO
01/11/2019	Publicação do Edital
01/11/2019 até às 23h59min do dia 17/11/2019	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
18/11/2019	Prazo para envio de laudo médico para candidatos com deficiência e para pedido de condições especiais para a realização das provas objetivas, conforme item 4.2 deste edital.
01/11/2019 a 18/11/2019	Prazo para impressão do boleto e para pagamento da taxa de inscrição
25/11/2019	Publicação da relação de inscritos e divulgação do local de provas
26/11/2019 a 27/11/2019	Prazo para recurso contra o indeferimento de inscrição
28/11/2019	Julgamento dos recursos contra o indeferimento de inscrição
28/11/2019	Homologação das Inscrições (listagem oficial)
01/12/2019	DATA PROVÁVEL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA A PROVA DE TÍTULOS

01/12/2019	Publicação do gabarito provisório (após as 20 horas)
02/12/2019 a 03/12/2019	Prazo para recurso contra questões e gabarito
11/12/2019	Julgamento dos Recursos contra questões e gabarito
11/12/2019	Publicação do Gabarito Oficial e Publicação das Notas da Prova Objetiva, da Prova de Títulos e da Classificação Provisória
12/12/2019 a 13/12/2019	Prazo para recurso contra Notas da Prova Objetiva, da Prova de Títulos e da Classificação Provisória
17/12/2019	Julgamento dos Recursos contra Notas da Prova Objetiva, da Prova de Títulos e da Classificação Provisória
A partir de 17/12/2019	Homologação do Resultado Final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Supervisão e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.2. Este Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade da Empresa SC Treinamentos, CNPJ nº 26.068.753/0001-22, sediada na Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala 2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC.

1.3. A fiscalização e a supervisão deste Processo Seletivo estarão a cargo da Prefeitura Municipal e da Comissão de Supervisão e Fiscalização do Processo Seletivo.

1.4. As publicações poderão ser realizadas após às 17 horas da data prevista no cronograma deste edital, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo na Internet: [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br).

1.6. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Processo Seletivo.

1.7. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme item 2.1 e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da posse após a convocação.

1.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcrito e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

## 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. Quadros de cargos/regime de contratação, vagas, carga horária semanal, regime de contratação, habilitação mínima, vencimento, valor das inscrições e tipo de prova:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial R\$	Habilitação/Escolaridade Exigida	Tipo de Prova	Turno da Prova Objetiva	Valor da Taxa de Inscrição
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	CR	20hs	1.598,51	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Infantil; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia-Séries Iniciais; ou Curso de Licenciatura Plena.	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 1º ao 5º Anos Iniciais	CR	20hs	1.598,51	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Séries Iniciais; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia –Educação Infantil; ou Curso de Licenciatura Plena.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00

PROFESSOR DOCENTE - 1º ao 5º Anos Iniciais - EJA	CR	20hs	1.598,51	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Séries Iniciais; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia –Educação Infantil; ou Curso de Licenciatura Plena.	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DO- CENTE – 1º ao 5º Anos Iniciais – AEE	CR	20hs	1.598,51	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Especial; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Curso Complementação Pedagógica em Educação Especial apostilado ao diploma; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-Graduação Lato ou Stricto Sensu em Educação Especial; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-Graduação em Educação Inclusiva; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso Normal Superior com Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial apostilado ao diploma; ou Curso Normal Superior com Pós-Graduação em Educação Especial; ou Curso Normal Superior com Pós-Graduação em Educação Inclusiva; ou Curso Normal Superior com Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - ARTE	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Arte; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Visuais; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Plásticas; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas ou Teatro; ou Curso de Licenciatura Plena em Música.	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - ARTE - EJA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Arte; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Visuais; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Plásticas; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas ou Teatro; ou Curso de Licenciatura Plena em Música.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - CIÊNCIAS	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Ciências.	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - CIÊNCIAS – EJA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Ciências.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00

PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - EDUCAÇÃO FÍSICA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho de Classe de SC.	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - EDUCAÇÃO FÍSICA - EJA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Conselho de Classe de SC.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - GEOGRAFIA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Geografia.	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - GEOGRAFIA - EJA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Geografia.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - HISTÓRIA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em História.	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - HISTÓRIA - EJA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em História.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - INFORMÁTICA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Informática	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - LÍNGUA INGLESA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Letras/Inglês	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - LÍNGUA INGLESA - EJA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Letras/Inglês.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - LÍNGUA PORTUGUESA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Letras/Português.	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - LÍNGUA PORTU- GUESA - EJA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Letras/Português.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - MATEMÁTICA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Matemática.	Objetiva e Títulos	MANHÃ	R\$ 70,00
PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - MATEMÁTICA - EJA	CR	10hs	799,25	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Matemática.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00
PROFESSOR PEDAGOGO	CR	40hs	3.197,02	Diploma e Histórico Escolar de Gra- duação nível Superior de Licencia- tura Plena em Pedagogia.	Objetiva e Títulos	TARDE	R\$ 70,00

CR = Cadastro de Reserva

2.2. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pela internet, através dos sites [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.portouniao.com.br](http://www.portouniao.com.br).

sc.gov.br, as publicações de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo e até sua homologação final.

2.4. Para a admissão em caráter temporário no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

- 2.4.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 2.4.2 - Ter idade mínima de 18 anos;
- 2.4.3 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo comprovada mediante exame médico.
- 2.4.4 - Comprovar habilitação legal para o cargo exigida pelo Edital;
- 2.4.5 - Carteira de Identidade;
- 2.4.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 2.4.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- 2.4.8 - Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 2.4.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 2.4.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- 2.4.11 - Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- 2.4.12 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- 2.4.13 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- 2.4.14 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- 2.4.15 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- 2.4.16 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- 2.4.17 - Comprovante de endereço atualizado;
- 2.4.18 - Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina, quando for o caso;
- 2.4.19 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos;
- 2.4.20 - Demais documentos que o município vier a exigir.

2.5. A admissão em caráter temporário dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a legislação vigente no Município de Porto União na data da referida admissão.

2.6. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à contratação temporária em cargo público será exigida unicamente quando da admissão. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada exclusivamente via internet, sendo que o candidato deverá acessar o site [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá acessar o endereço eletrônico [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) em "Concursos e Seletivos", "inscrições abertas", selecionar o município de Porto União Edital de Processo Seletivo 001/2019;

3.2.2. Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

3.2.3. Cadastrar-se, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros).

3.2.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

3.2.5. Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

3.2.6. Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.2.7. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizada no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado a empresa SC Treinamentos por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: [contato@scconcursos.com.br](mailto:contato@scconcursos.com.br). Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Secretaria Municipal da Educação do município de Porto União, situada à Rua Frei Rogério nº 367, Centro.

3.2.8. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou, ainda, fora do prazo estabelecido.

3.3. O candidato deverá imprimir e pagar o boleto no valor determinado até a data limite, constante no respectivo documento.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital, acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão de fundos.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição, não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação do Processo Seletivo.

3.3.7. A empresa SC Treinamentos e a Prefeitura Municipal não se responsabilizarão por boletos clonados por estelionatários, através de

vírus no computador utilizado pelo candidato.

3.3.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.4. O candidato deverá acompanhar a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar recurso, conforme prazo determinado neste edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, de seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

3.6. O Município de Porto União e a Empresa SC TREINAMENTOS não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas, incompletas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.1. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

3.7.2. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexistência relativas à grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

3.7.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

3.8. Os candidatos poderão inscrever-se em até 02 (dois) cargos desde que haja compatibilidade nos turnos previstos para a realização das provas (vide tabela do item 2.1 deste edital).

3.8.1. Para cada inscrição de que trata o item 3.8 haverá uma respectiva taxa de inscrição.

3.8.2. Não haverá devolução do valor da taxa de inscrição para o candidato que realizar 02 (duas) inscrições para cargos com provas no mesmo turno.

3.8.3. Também não será admitida a troca de cargo ao candidato que realizou e pagou as respectivas taxas de inscrição para 02 (dois) cargos com provas no mesmo turno, portanto, o candidato deve certificar-se dos turnos de realização das provas na tabela do item 2.1 deste edital, antes de realizar suas inscrições.

3.9. O candidato que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.) para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando requerimento preenchido (Anexo II), via postal por SEDEX com AR, até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos

Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala 2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC

CEP 89120-000

Requerimento de condições especiais para realização de prova

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade e de acordo com o laudo médico específico ao candidato a ser apresentado. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local da empresa SC Treinamentos para que verifique e autorize seu uso.

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior acompanhado de laudo médico específico que ateste a necessidade de condição especial para realização da prova objetiva, o candidato não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.2.2. O candidato que necessitar de cadeira adaptada para canhoto deverá apenas encaminhar o Anexo II preenchido e assinado, conforme item 3.9, não sendo necessário encaminhar laudo médico para tal condição.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.9.3.3. A candidata lactante, o acompanhante e a criança devem chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos.

3.9.3.4. Para a amamentação o lactente deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação do Processo Seletivo.

3.9.3.5. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por fiscal volante, e neste momento não poderá dialogar com o responsável pela guarda da criança.

3.9.3.6. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não poderá realizar as provas.

3.9.3.7. A candidata é responsável pelos atos do adulto acompanhante, caso esse venha causar algum transtorno durante a realização das provas, a candidata será automaticamente eliminada do certame.

#### 4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, num percentual de 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo, então existentes e das futuras, até a validade do Processo Seletivo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, até o dia designado no cronograma deste edital, o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos, emitido nos últimos 06 (seis) meses.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos

Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC

CEP 89120-000

Documentação para concorrer às vagas reservadas para pessoas com Deficiência

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares que irão avaliar a sua condição física e mental, a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão), para o exercício do cargo.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 9.508/2018.

4.8. Caso a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.9. Após a contratação temporária do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

4.10. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos candidatos com deficiência que:

4.10.1. Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

4.10.2. Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

4.10.3. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

#### 5. DAS ETAPAS DESTE PROCESSO SELETIVO

5.1. Este Processo Seletivo constará de duas etapas:

5.1.1. Primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório constando de Prova Objetiva para todos os cargos.

5.1.2. Segunda etapa constando de Prova de Títulos de caráter exclusivamente classificatório para todos os cargos.

#### 6. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA OBJETIVA

6.1. PROVA OBJETIVA (PO) de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas e 01 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo I, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.1.1. Serão considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota igual ou superior a 40% (4,0 pontos) na prova objetiva.

6.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 6.3.

6.2. A prova objetiva para todos os cargos será realizada na data provável de 01 de dezembro de 2019 considerando os seguintes horários:

a) Para os cargos do turno Matutino:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	8h e 00min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	8h e 30min
Início da prova	8h e 45min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até as	9h e 15min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 15min

Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 8h e 30 minutos, sob qualquer alegação.

b) Para os cargos do Turno Vespertino:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	13h e 15min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	13h e 45min
Início da prova	14h e 00min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até as	14h e 30min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	16h e 30min

Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 13h e 45 minutos, sob qualquer alegação.

6.2.1. O tempo total de realização das provas já compreende o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

6.2.2. A empresa SC Treinamentos, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Concurso Público na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

6.3. A Prova Objetiva será composta do seguinte programa de provas:

PROVA OBJETIVA	DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,40	4,00
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Técnicos do cargo, Legislação e Informática	10	0,60	6,00
	TOTAL	20	10,00	

6.4. Normas para ingresso no local de provas e prestação da prova objetiva

6.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével e de material transparente.

6.4.1.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

6.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

6.4.1.3. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

6.4.1.4. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

6.4.1.5. Em face de eventual divergência a empresa SC Treinamentos poderá exigir a apresentação do original do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

6.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

6.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos.

- 6.5.2. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.
- 6.5.3. Não será permitido ao candidato realizar as provas portando arma(s) de qualquer espécie; óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares; aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, relógio com calculadora, smartphones, tablets, ipods, pen drives, câmera fotográfica, aparelho para surdez, tocadores MP3 ou similares, gravadores, alarmes de qualquer espécie, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens, dentre outros); dicionário; apostila; material didático; livros; manuais; impressos; anotações; bebidas com rótulos, dentre outros. Todos estes materiais e/ou equipamentos deverão ser entregues voluntariamente, no momento do ingresso na sala de prova, ao fiscal de sala, que os orientará sobre o correto acondicionamento de seus pertences na sala de provas.
- 6.5.4. A simples posse, mesmo que desligado de aparelhos eletrônicos, ou de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 6.5.5. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 6.5.6. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo.
- 6.6. A empresa SC Treinamentos, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.
- 6.7. A empresa SC Treinamentos e a Prefeitura Municipal não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 6.8. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.
- 6.9. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 6.10. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, a empresa SC Treinamentos poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.
- 6.10.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pela empresa SC Treinamentos e a Comissão de Supervisão e Fiscalização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.
- 6.10.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 6.11. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos.
- 6.12. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 03 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.
- 6.13. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para o cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.
- 6.13.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.
- 6.13.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;
- 6.13.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas ou marcadas com mais de uma alternativa, emendadas ou rasuradas, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;
- 6.13.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.
- 6.13.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.
- 6.14. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.
- 6.14.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que ainda não a efetuaram, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.
- 6.14.2. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, o candidato que precisar utilizar o banheiro deve, antes de entregar o cartão resposta e sair de sala com seus pertences, solicitar ao fiscal o acompanhamento até os sanitários.
- 6.15. No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo.
- 6.15.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, ao representante da comissão executora do Processo Seletivo.
- 6.16. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.
- 6.17. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.
- 6.18. Será atribuída nota 0,00 (zero) à resposta de questões objetivas:

- 6.18.1. Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;  
 6.18.2. Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);  
 6.18.3. Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;  
 6.18.4. Que não estiver assinalada no cartão de respostas;  
 6.18.5. Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.  
 6.19. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.  
 6.20. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

## 7. DA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA DE TÍTULOS

7.1. Os documentos das PROVAS DE TÍTULOS, para os cargos de Professor e Pedagogo deverão ser entregues no dia 01 de dezembro de 2019 no momento de realização da Prova Objetiva. OS CANDIDATOS QUE DEIXAREM O LOCAL DE PROVAS NÃO PODERÃO RETORNAR PARA EFETUAR A ENTREGA DOS COMPROVANTES DA PROVA DE TÍTULOS, portanto o candidato já deverá acessar o local de provas com os comprovantes de títulos em mãos e conforme as regras a seguir:

7.1.1. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:

- Preencher devidamente o Anexo III numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados.
- Todas as folhas (cópias originais ou cópias reprográficas autenticadas em cartório ou cópias simples para os documentos que possuírem código para verificação de autenticidade) deverão ser paginadas, de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos.
- Os títulos devem ser grampeados na ordem de paginação com o Anexo III como primeira folha e ser entregues no local e horário indicados em envelope fechado e opaco.
- Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido preenchimento do formulário de avaliação de títulos ou ainda fora do prazo e horários determinados.

7.2. Para todos os cargos a Segunda Etapa deste Processo Seletivo consistirá de Prova de Títulos (PT) de caráter exclusivamente classificatório a ser contabilizado para todos os candidatos aprovados na prova objetiva podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos, conforme a seguir:

Títulos (concluídos) Descrição Pontuação	Descrição	Pontuação por Título	Pontuação Máxima
Certificado de pós-graduação na área de atuação.	Doutorado	5,00	5,00
	Mestrado	3,00	3,00
	Especialização (mínimo 360 h/a)	2,00	2,00

I. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

II. Não serão pontuados certificados de cursos de graduação, aperfeiçoamento ou de pós-graduação que são pré-requisitos para assumir o cargo escolhido.

III. Os diplomas de cursos de pós-graduação emitidos no exterior deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

IV. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de julho de 2019, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas no trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

V. Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com a área da educação.

VI. Não serão pontuados boletim de matrícula, histórico escolar desacompanhado do certificado, atestados de frequência, ou outro documento que não ateste claramente que o curso foi concluído.

VII. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

VIII. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

IX. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

X. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

XI. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XII. A Comissão responsável pelas análises dos títulos poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas.

7.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas de títulos.

## 8. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Para todos os cargos a nota final será:

$PO = 80\% + PT = 20\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,8 + PT \times 0,2$ .

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva  
PT = Prova de Títulos

## 8.2. São critérios para a Classificação neste Processo Seletivo:

a) Ter sido aprovado na Prova Objetiva.

## 8.3. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

8.3.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

8.3.2. Que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

8.3.3. Que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Básicos;

8.3.4. Que tiver maior idade;

8.3.5. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço da empresa SC Treinamentos, até o dia útil subsequente ao último dia de inscrições, original ou cópia autenticada em cartório da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, emitidos a partir de 10 de agosto de 2008.

8.3.5.1. Os documentos enviados pelo correio, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal da correspondência.

8.3.5.2. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos  
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC  
CEP 89120-000

Benefício da Lei 11.689/2008 - Desempate

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

8.3.6. Sorteio Público, realizado caso haja empate em todos os quesitos anteriores.

8.3.6.1. O sorteio público, a ser divulgado em data, horário e local em edital próprio, será realizado com a presença de representantes da comissão do Processo Seletivo e da presença dos candidatos em questão que serão comunicados da sessão. Se os candidatos não se fizerem presentes no local, dia e horário marcado para a realização do sorteio público, o mesmo acontecerá sem maiores prejuízos, sendo que ao final será lavrada ata pela comissão com os resultados do sorteio público.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

9.1.1. Impugnação do presente edital;

9.1.2. Do indeferimento do pedido de inscrição;

9.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

9.1.4. Da nota da prova objetiva;

9.1.5. Da nota da prova de títulos;

9.1.6. Da classificação provisória.

9.2. A impugnação a este edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto União.

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa SC TREINAMENTOS – [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) da seguinte maneira:

9.3.1. Acessar a área do candidato no site [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br), e realizar login identificando-se.

9.3.2. Na área do candidato em “minhas inscrições” localizar o Processo Seletivo Edital 001/2019 de Porto União;

9.3.3. Na coluna “opções” (à direita) deslize o mouse sobre o botão e clique em “Solicitar Recurso”.

9.3.4. Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

9.3.5. No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

9.3.6. Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.

9.3.7. Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg, png, gif, jpeg, bmp, doc, docx, xls, xlsx, pdf, txt, zip e rar.

9.3.8. Clicar em “enviar”.

9.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente.

9.4.1. No caso de recursos contra questões ou gabarito, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão e conter cópia da bibliografia mencionada. Simples pedidos de revisão de questões não serão analisados.

9.5. A banca examinadora da entidade executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9.6. A empresa SC Treinamentos não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

9.7. Recursos com teor ofensivo que desrespeite a banca examinadora serão preliminarmente indeferidos.

9.8. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.sccursos.com.br](http://www.sccursos.com.br), não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

9.9. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

9.10. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.sccursos.com.br](http://www.sccursos.com.br) e [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

9.11. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecurável na esfera administrativa.

## 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 02 (dois) anos, a contar de sua homologação final.

10.1.1. O presente Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas que ocorrerem no ano letivo de 2020 e ano letivo de 2021.

10.2. Os candidatos aprovados serão admitidos em caráter temporário obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida e as vagas existentes.

10.3. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro de servidores, sendo que a admissão é de competência do Município, dentro da validade do Processo Seletivo, observada a ordem de classificação dos candidatos e das demais condições estabelecidas neste edital.

10.3.1. A simples aprovação no Processo Seletivo Simplificado não gera direito à contratação, pois o Município de Porto União - SC convocará apenas o número de aprovados que se fizerem necessários durante o prazo de validade do Processo Seletivo.

10.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizados seus dados, endereço e telefones de contato.

10.5. As providências e atos necessários para a convocação e admissão em caráter temporário dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

10.6. Caso o candidato convocado possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

10.7. Por ocasião da convocação que antecede a contratação, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas no Edital.

10.8. Caso haja necessidade, a Prefeitura do Município de Porto União poderá solicitar documentos complementares aos candidatos.

10.9. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

10.10. Por ocasião da contratação temporária, o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado fica sujeito ao Regime Especial, sob regência da Lei Municipal 2.621/2001, e alterações posteriores do Município de Porto União - SC e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a contratação temporária à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do município.

10.11. A contratação temporária será sempre na jornada de menor carga horária, conforme quadro de cargos previsto no item 2 do presente Edital, podendo ser ampliada conforme as necessidades da administração, no ato de atribuição de classes e aulas.

10.12. O candidato, cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções, ou que não foi aprovado no exame admissional, será desclassificado.

10.13. No caso de desistência do candidato selecionado, quando convocado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo através de Termo de Desistência Definitiva de contrato temporário.

10.14. O candidato que não se apresentar no local, data e horário determinado para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos

para uma nova chamada.

10.15. O candidato classificado se obriga a manter atualizado seu endereço para correspondência perante a Prefeitura do Município de Porto União - SC, junto à Secretaria Municipal da Educação do município de Porto União, situada à Rua Frei Rogério nº 367, Centro, após o resultado final.

10.16. Caso o candidato não tenha interesse na vaga ofertada deverá assinar desistência da mesma, comparecendo na sede da Secretaria Municipal da Educação.

10.17. O contrato do Professor admitido em caráter temporário não excederá o término do ano letivo para o qual escolheu a vaga.

10.18. As vagas a serem oferecidas para os candidatos inscritos e classificados serão as vagas, remanescentes do processo de ingresso e as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais.

10.19. A escolha de vagas ocorrerá de acordo com a ordem de classificação.

10.20. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração. O candidato somente poderá escolher vaga mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial com foto, original ou fotocópia.

10.21. A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

10.22. O candidato que escolher a vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vagas, ficando impedido de escolher outra vaga durante o ano letivo que estiver em curso.

10.23. O candidato que não se apresentar no dia para a escolha de vaga deverá aguardar uma nova chamada.

10.24. O candidato terá 01 (um) dia, considerando-se os dias úteis, para se apresentar na Secretaria Municipal da Educação, para assumir a vaga. Passado o prazo, fica a Secretaria Municipal da Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

10.25. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal da Educação, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

10.26 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Processo Seletivo contidas neste Edital e em outros a serem publicados.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste edital de Processo Seletivo serão publicados nos sítios [www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br) e [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br).

11.2. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site [www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br).

11.3. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos. Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.

11.4. Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.

11.5. O candidato classificado que escolher vaga no ano de 2020 será admitido em caráter temporário somente para o ano de 2020.

11.6. O candidato classificado que escolher vaga no ano de 2021 será admitido em caráter temporário somente para o ano de 2021.

11.7. O Município de Porto União e a empresa SC Treinamentos não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos.

11.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.9. Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos correrão por sua própria conta, eximindo-se a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS – ME (SC TREINAMENTOS) e o Município de Porto União da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

11.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I - Conteúdo Programático da Prova Objetiva.

- b) Anexo II - Requerimento de Condições Especiais para Realização de Prova.
- c) Anexo III - Formulário de Avaliação de Títulos.
- d) Anexo V - Atribuições dos Cargos.

Porto União (SC), 01 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

**OBSERVAÇÃO:** As questões de legislação serão formuladas observando suas respectivas alterações (quando houver) realizadas até o dia da publicação do presente edital. As questões de informática poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares indicados do ano de 2007 em diante. O programa de provas menciona apenas os temas/assuntos que podem ser abordados ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir material para estudo.

### CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

#### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:

História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

### CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:

#### PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escreita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo Escolar. Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR DOCENTE - 1º ao 5º Anos Iniciais e PROFESSOR DOCENTE - 1º ao 5º Anos Iniciais – EJA

Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo Escolar. Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR DOCENTE - AEE

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na educação especial e a legislação vigente; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina; Alfabetização com letramento; Conceitos de deficiência. Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Representações sociais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. A Formação de professores. Processos de ensino e aprendizagem e o aluno com necessidades educacionais especiais. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações curriculares e acessibilidade. Sistemas de apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático). Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo Escolar. Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - ARTE e PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - ARTE – EJA

Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; Dança, Música e Teatro; Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - CIÊNCIAS e PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - CIÊNCIAS – EJA

A Vida no Nível da Célula: Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. A Continuidade da Vida: Hereditariedade e a natureza do material hereditário: As bases moleculares da hereditariedade. Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Genética de Populações; Origem e evolução da espécie humana. A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica; Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e habitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração, circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Animais parasitas do ser humano: ciclos de vida e medidas profiláticas; Animais urbanos e suas relações com os humanos; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Dinâmica das populações; Ecossistemas aquáticos; Ecossistemas terrestres; Características gerais dos principais tipos de ecossistemas brasileiros. Ecologia humana: O crescimento da população humana como fenômeno histórico; As atividades humanas e as alterações provocadas nos ecossistemas; A utilização dos recursos naturais; O problema da geração de resíduos sólidos em excesso: a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos e seus efluentes; O problema do esgoto e o tratamento da água; A genética e clonagem: aspectos éticos, ecológicos e econômicos; Saúde: indicadores; determinantes sociais; a importância do controle ambiental, do saneamento básico, da vigilância sanitária e epidemiológica e dos serviços de assistência à saúde. Metodologias no Ensino das Ciências e a organização da prática educativa. Educação Ambiental: Abordagens contextualizadas com enfoque interdisciplinar de questões polêmicas contemporâneas relacionadas às discussões de desequilíbrios ambientais e ecológicos, de qualidade de vida, de saúde pública, das relações entre tecnologia e sociedade e de outras questões recorrentes às ciências, amplamente veiculadas pelos meios de divulgação científica e comunicação social. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - EDUCAÇÃO FÍSICA e PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - EDUCAÇÃO FÍSICA - EJA

Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação

física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - GEOGRAFIA e PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - GEOGRAFIA - EJA Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia de Santa Catarina - Aspectos Econômicos; modo de produção; Sistema Financeiro; Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; Sistemas de governo; IDH; Urbanização; Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática; Efeito Estufa; El niño; Questões Ambientais; Ecossistemas e Biotecnologia. Os processos da dinâmica natural (geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, botânicos e pedológicos) e as formas espaciais resultantes. Aproveitamento econômico, gestão e uso dos recursos naturais, problemas ambientais resultantes e as iniciativas para a conservação do meio-ambiente. Fundamentos da cartografia: convenções, escalas e projeções cartográficas, formas de representação do relevo, fusos horários e o caráter ideológico das representações cartográficas; Distribuição espacial da população, dinâmicas do crescimento demográfico, estrutura populacional, teorias demográficas, movimentos populacionais, desigualdades socioeconômicas, étnicas e de gênero. Fontes de energia e as questões econômicas e ambientais correlatas. O processo de mundialização da economia capitalista, a Revolução Técnico-científica, o pós-fordismo, e a importância das redes técnicas para a organização do espaço. Meio ambiente urbano, critérios de definição de aglomerado urbano, processos de metropolização/desmetropolização e formas espaciais correlatas, rede urbana e hierarquia urbana, a organização interna da cidade capitalista. O comércio internacional e a integração do Brasil à economia mundial. Características básicas da organização do Estado territorial brasileiro, as políticas públicas regionais, regionalizações, unidades regionais, identidades regionais brasileiras, divisão territorial do trabalho no Brasil. Geografia regional do mundo. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - HISTÓRIA e PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - HISTÓRIA - EJA Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - INFORMÁTICA Desenvolvimento humano e Tecnologia; Educação, Tecnologia e Sociedade; Sociedade do conhecimento; Tecnologias na educação; Mídia/tecnologia/Educação e Cidadania; Aprendizagem em ambiente digital; Tecnologia e políticas públicas de Educação; Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Fundamentos gerais da área de Informática. Conceitos relacionados ao ambiente Microsoft Windows e Linux, uso do ambiente gráfico, aplicativos, acessório, execução de programas e suas funcionalidades: ícones, teclas de atalho, janelas, menus, arquivos, pastas e programas; Noções de Hardware; Instalação e manutenção de periféricos: impressora, scanner, teclado e mouse; Noções de Redes e Protocolos; Cuidados com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Backup, Antivírus, MS-Office 2010 em diante, Correio Eletrônico; Navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome, etc.); Aspectos básicos de Segurança de Informática. Noções básicas de MS-DOS. Noções básicas de montagem e manutenção de computadores. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

**PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - LÍNGUA INGLESA e PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - LÍNGUA INGLESA - EJA**  
 A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia; Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous; the past perfect; the future; the near future; the future continuous. Modals and auxiliary verbs. Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

**PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - LÍNGUA PORTUGUESA e PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - LÍNGUA PORTUGUESA - EJA**

Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Articulação entre ler, escrever e as áreas do conhecimento; Ensinar e aprender: perspectiva histórico-cultural. Compreensão e interpretações de textos. - Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

**PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - MATEMÁTICA e PROFESSOR DOCENTE - 6º ao 9º Anos Finais - MATEMÁTICA - EJA**  
 Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

**PROFESSOR PEDAGOGO**

A organização curricular compromissada com a aquisição de competências e habilidades. A interdisciplinaridade e a contextualização dos currículos. Os processos de avaliação da aprendizagem. A organização dos tempos e dos espaços escolares. A articulação escola/família no processo educativo. A educação pública como instrumento de inclusão social. O Projeto Político Pedagógico da escola – conceito, caracterização, elaboração e execução. Desenvolvimento da criança e do adolescente; Estruturação da subjetividade e processos de ensino-aprendizagem; Educação, Família e Sociedade; Teorias educacionais e Concepções pedagógicas; Gestão educacional; Currículo e Avaliação; Administração escolar, equipe pedagógica, relações interpessoais; Organização do trabalho pedagógico na escola; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo Escolar. Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Lei Orgânica do Município e emendas. Noções de Informática

Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

## ANEXO II

### REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo nº \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal \_\_\_\_\_, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria:

I – ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte \_\_\_\_\_ Nº da Fonte \_\_\_\_\_

II – ( ) Sala de Amamentação:

Nome do acompanhante: \_\_\_\_\_

III – ( ) Intérprete de Libras.

IV – ( ) Outra necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

## ANEXO III

### FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

Títulos Apresentados para a Prova de Títulos:

( ) Doutorado ou ( ) Mestrado ou ( ) Pós Graduação

Página	Título/Instituição	Cidade/UF

Obs.: A página 1 refere-se a este anexo, as demais páginas devem ser assinaladas nas tabelas deste anexo em ordem crescente, todos os documentos enviados devem ser listados.

\* Numere os títulos anexados com o número de ordem informado neste formulário.

Declaro que entreguei os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial do Processo Seletivo. Declaro ainda que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do certame, sem prejuízo das sanções legais, bem como de que não serão aceitos títulos em desconformidade ao descrito no edital.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

## ANEXO IV

**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

**ATRIBUIÇÕES:** Participar da elaboração, implementação do Plano Municipal da Educação do Município de Porto União e do projeto político-pedagógico da unidade educacional da unidade educacional; ministrar aulas nos períodos regulares e de recuperação nas unidades educacionais, e participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação bimestral e ao seu desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de integração da unidade educacional, com as famílias e a comunidade; participar de atividades extraclasses da unidade educacional no seu horário de trabalho; verificar e anotar a frequência de seus alunos e o cumprimento dos seus deveres; registrar, sem rasuras no diário de classe, os assuntos lecionados, as atividades extraclasses desenvolvidas, a carga horária ministrada, a frequência e os resultados de desempenho do aluno; organizar e rever o plano de ensino bimestral, considerando os objetivos do projeto político-pedagógico da unidade educacional; entregar o plano de ensino docente na primeira quinzena de cada bimestre, devendo constar: conteúdo, objetivo, estratégias (metodologia didático-pedagógica), recursos e procedimentos avaliativos (instrumentos e critérios): entregar a direção das unidades educacionais, localizadas em área rural, no período indicado pela Secretaria Municipal da Educação, a lista de frequência e as notas de aproveitamento do aluno; ser assíduo e pontual, comunicando com antecedência os eventuais atrasos e/ou ausências, e encaminhando, quando necessário, os atestados médicos e outras declarações para a direção ou Secretaria Municipal da Educação, bem como uma cópia para unidade educacional; comunicar a direção e/ou equipe pedagógica os casos de alunos com dificuldades específicas de aprendizagem e/ou problemas de comportamento; encaminhar a direção da unidade educacional ou a secretaria municipal da educação, em caso de não existir o diretor na unidade, a relação nominal dos alunos menores de 14 anos regularmente matriculados, que se ausentarem das aulas por mais de três dias consecutivos; responsabilizar-se pelo uso e conservação dos equipamentos e de materiais didáticos colocados a sua disposição; permanecer na unidade educacional o tempo necessário para o cumprimento de suas obrigações, de acordo com a sua carga horária; manter-se atualizado sobre os avanços tecnológicos e científicos em termos gerais; preparar e usar material didático atualizado e adequado as atividades programadas e ao tipo de aluno a que se destinam; comunicar a direção as anormalidades ocorridas no interior da unidade educacional, para que sejam tomadas as providências cabíveis, planejar, em colaboração com profissional especializado, as adaptações necessárias as especificidades de aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem, distúrbios de comportamento e deficiências, realizar avaliação de desempenho do aluno de acordo com o conteúdo ministrado e compatível com o nível de aprendizagem, explicando e discutindo democraticamente os critérios de correção dos instrumentos avaliativos, bem como o resultado de desempenho de cada aluno; manter contato com os pais ou responsáveis por meio de reuniões, a fim de despertar o seu interesse pelo desenvolvimento do aluno; colaborar na programação de solenidades escolares e outros eventos de interesse da comunidade; proceder a revisão dos resultados de desempenho e instrumentos avaliativos, quando solicitada pelo aluno ou seu responsável; participar de reuniões do conselho de classe e/ou outras reuniões pedagógicas da unidade educacional; participar do processo de análise e seleção de livros e materiais didáticos; cumprir a hora atividade em âmbito escolar, dedicado a estudos, pesquisa e planejamentos de atividades docentes sob orientação da equipe do suporte pedagógico; planejar as atividades de sua turma, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, tendo claramente definidos os objetivos a serem alcançados pelos alunos; reorganizar o processo ensino-aprendizagem para atender alunos que aprendem com maior ou menor facilidade; realizar a recuperação paralela para alunos que necessitem, registrando os procedimentos e instrumentos utilizados no diário de classe; estimular a curiosidade e o interesse, destacar os avanços, incentivando os alunos com dificuldades de aprendizagem; prever nos planos de aula, os deveres de casa; aplicar os instrumentos de auto avaliação; aplicar diferentes instrumentos de avaliação a fim de verificar o desenvolvimento das capacidades dos alunos, em diversas situações; comunicar aos alunos as metas de aprendizagem e de comportamento estabelecidas; estabelecer relação clara entre os objetivos de aprendizagem, as atividades de ensino e a avaliação dos alunos; trabalhar em conjunto, trocando ideias com seus pares, diretor e equipe do suporte pedagógico, para tratar de questões de planejamento e demais de interesse da escola e exercer outras atividades inerente a função e ao cargo.

**EXTRATO DE CONTRATO 141/2019 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2211876

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 141/2019 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Scheila Aparecida Weiss - ME.

Objeto: Prestação de serviços de assistência e orientação técnica para a realização de Processo Seletivo.

Valor: 69% (sessenta e nove por cento), sobre o valor total das inscrições realizadas.

Vigência: 18 (dezoito) meses.

Base legal: Pregão Presencial 025/2019 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Scheila Aparecida Weiss - ME.

Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 326/2019**

Publicação Nº 2211802

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 326/2019.

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 340/2018.

Partes: Município de Porto União e Laboratório de Análises Clínicas Dr. Willy Carlos Jung Ltda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 15 de outubro de 2019.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Laboratório de Análises Clínicas Dr. Willy Carlos Jung Ltda.  
Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 327/2019**

Publicação Nº 2211805

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 327/2019.  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 341/2018.  
Partes: Município de Porto União e Laboratório de Análises Clínicas Galileu Ltda.  
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL  
Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 15 de outubro de 2019.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Laboratório de Análises Clínicas Galileu Ltda.  
Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 328/2019**

Publicação Nº 2211868

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 328/2019.  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 342/2018.  
Partes: Município de Porto União e Bioclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda – ME.  
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL  
Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 15 de outubro de 2019.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Bioclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda – ME.  
Contratada.

### **EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 003/2019**

Publicação Nº 2211902

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 228/2019.  
Extrato de Edital de Credenciamento 003/2019.  
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que estará recebendo a documentação para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA. Os interessados deverão dirigir-se ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, a partir do dia 01 de novembro de 2019 até o dia 26 de novembro de 2019 às 09h00min, sendo que nesta data será realizada a sessão pública para análise da documentação dos interessados, sita à Rua Padre Anchieta, n.º 126, centro do Município de Porto União – SC ou entrar em contato pelo fone/fax (42) 3523-1155, e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br ou licitacao@portouniao.sc.gov.br.  
Porto União - SC, 31 de outubro de 2019.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 019/2019**

Publicação Nº 2211915

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 229/2019 – REGISTRO DE PREÇOS.  
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 019/2019.  
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para de a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES

DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 18 de novembro de 2019, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 31 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 164/2019

Publicação Nº 2211917

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 227/2019 – REGISTRO DE PREÇOS.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 164/2019 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 14 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 31 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2019

Publicação Nº 2211919

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Justificativa De Dispensa De Licitação

Processo Licitatório nº 226/2019

Dispensa de Licitação nº 012/2019

Caracterização da Situação: O Município necessita repassar recursos para o atendimento da Saúde na APADAF - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala, para fins de pagamento dos serviços tecnicamente prestados na reabilitação em deficiência intelecto e/ou distúrbio do espectro autista, conforme a Deliberação CIB nº 085/2019, SENDO QUE OS REPASSES À INSTITUIÇÃO FICAM CONDICIONADOS AO REPASSE DOS RECURSOS PELO ESTADO.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, contrato de prestação de serviços com o objetivo de efetuar o repasse de recursos para o atendimento da Saúde na APADAF - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala, para fins de pagamento dos serviços tecnicamente prestados na reabilitação em deficiência intelecto e/ou distúrbio do espectro autista, conforme a Deliberação CIB nº 085/2019, SENDO QUE OS REPASSES À INSTITUIÇÃO FICAM CONDICIONADOS AO REPASSE DOS RECURSOS PELO ESTADO.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a APADAF - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala de Porto União, inscrita no CNPJ 83.747.477/0001-62

Do Preço: O valor a ser repassado mensalmente será de até R\$ 6.361,20 (seis mil trezentos e sessenta e um reais e vinte centavos), considerando atendimento a 30 alunos com até 12 (doze) procedimentos mensais realizados por equipe multidisciplinar, no valor unitário de R\$ 17,67 (dezessete reais e sessenta e sete centavos) da tabela SUS por procedimento, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União

Unidade 0213 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2106 – Média e Alta Complexidade Saúde

Modalidade 3390-196 – Aplicações Diretas

Cód. 172

Complemento 33903999 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 24 inciso XX, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 31 de outubro de 2019.

LUÍZ RICARDO FANTIN

Presidente da Comissão Permanente de licitações

Decreto 623/2019

**PORTARIA Nº 1.335/2019 - RH**

Publicação Nº 2211472

PORTARIA Nº 1.335, de 14 de outubro de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

Considerando que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Médico Plantonista se esgotou;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de outubro de 2019 a 09 de outubro de 2020, ou até realização de concurso público municipal ou teste seletivo, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, MARIANO BORDON SOSA, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto ao Pronto Atendimento Municipal – PAM e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Pronto Atendimento Municipal - PAM, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de outubro de 2019.

Porto União (SC), 14 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.336/2019 - RH**

Publicação Nº 2211476

PORTARIA Nº 1.336, de 15 de outubro de 2019.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 15 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de janeiro/2011 a janeiro/2016, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora NEUSA IRIS GIACOMINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.337/2019 - RH**

Publicação Nº 2211485

PORTARIA Nº 1.337, de 15 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 14 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de julho/2006 a julho/2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor RODRIGO BONIN LEÃO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos – Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2019.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.338/2019 - RH**

Publicação Nº 2211487

PORTARIA Nº 1.338, de 15 de outubro de 2019.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 15 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de abril/2006 a abril/2011, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora LUCIANE CRISTINA KAMINSKI VAUDAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.340/2019 - RH**

Publicação Nº 2211473

PORTARIA Nº 1.340, de 15 de outubro de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 15 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de janeiro/2011 a janeiro/2016, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor EVERTON BACK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Informática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.342/2019 - RH**

Publicação Nº 2211491

PORTARIA Nº 1.342, de 16 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 15 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de outubro/1999 a outubro/2004, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2019.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.343/2019 - RH**

Publicação Nº 2211446

PORTARIA Nº 1.343, de 16 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre prorrogação do prazo para assumir concurso público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Art. 20, § 1º da Lei Municipal nº 2055/94, de 20 de outubro de 1994;  
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela interessada;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, de 16 de outubro a 15 de novembro de 2019, o prazo para a candidata DANIELE TATIANA BLAFFERT E SANTOS, aprovada no Concurso Público Municipal nº 001/2018, assumir a vaga para cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, a qual foi aprovada em 2º lugar.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.344/2019 - RH**

Publicação Nº 2211494

PORTARIA Nº 1.344, de 16 de outubro de 2019.  
Concede readaptação funcional e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando o Decreto nº 670, de 15 de abril de 2019, que regulamenta o benefício da readaptação funcional;  
Considerando o requerimento de readaptação funcional impetrado pelo servidor Sergio Tadeu Moreira Da Silva e relatório médico – Solicitação de Readaptação de Função;  
Considerando o Laudo Médico emitido pela Junta Médica Oficial do Município, de 16 de outubro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER READAPTAÇÃO FUNCIONAL, nos termos do Artigo 1º do Decreto nº 670, de 15 de abril de 2019, ao servidor efetivo SERGIO TADEU MOREIRA DA SILVA, matrícula 1138801, ocupante do cargo de Pedreiro, em virtude de limitação em sua capacidade física conforme laudo médico, no período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada caso o servidor não venha a readquirir as condições normais de trabalho no prazo fixado, após reavaliação da Junta Médica Oficial.

§ 1º A prorrogação da readaptação funcional deverá ser requerida pelo servidor até 30 (trinta) dias antes do término do benefício, mediante requerimento de readaptação funcional protocolado no seu órgão ou entidade de exercício.

§ 2º A não apresentação do pedido de prorrogação na forma como definida no § 1º enseja o retorno imediato às atividades regulares do servidor.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.345/2019 - RH**

Publicação Nº 2211497

PORTARIA Nº 1.345, de 16 de outubro de 2019.

Exonerar a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ANDRE LUIS JAKYMIU, matrícula 2209401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus

efeitos a 14 de outubro de 2019.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.346/2019 - RH**

Publicação Nº 2211492

PORTARIA Nº 1.346, de 16 de outubro de 2019.

Alterar carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada VILMA IRENO PAGESKI, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 16 de outubro a 13 de dezembro de 2019, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, em substituição à servidora Neusa Iris Giacomini, que encontra-se em licença prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.347/2019 - RH**

Publicação Nº 2211448

PORTARIA Nº 1.347, de 16 de outubro de 2019.

Exonerar a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ROSANGELA PAULA DE SOUZA, matrícula 2159102, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2019.

Porto União (SC), 16 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.349/2019 - RH**

Publicação Nº 2211450

PORTARIA Nº 1.349, de 17 de outubro de 2019.

Exonerar a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ARTUR BOLTING, matrícula 1447101, ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.351/2019 - RH**

Publicação Nº 2211452

PORTARIA Nº 1.351, de 17 de outubro de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de CASSIANO DE SIQUEIRA STALISZ, matrícula 2175901, das funções do cargo de Pedreiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.352/2019 - RH**

Publicação Nº 2211454

PORTARIA Nº 1.352, de 17 de outubro de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de PRISCILLA FARIAS TEIXEIRA PILZ, das funções do cargo de Médico (Nefrologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.353/2019 - RH**

Publicação Nº 2211456

PORTARIA Nº 1.353, de 18 de outubro de 2019.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de MARIA DO CARMO RIBAS DOS SANTOS, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.355/2019 - RH**

Publicação Nº 2211457

PORTARIA Nº 1.355, de 18 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de ELIANE APARECIDA DA SILVA, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.358/2019 - RH**

Publicação Nº 2211459

PORTARIA Nº 1.358, de 21 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 21 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de setembro/2014 a setembro/2019, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor JAIR FRANCISCO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.360/2019 - RH**

Publicação Nº 2211474

PORTARIA Nº 1.360, de 21 de outubro de 2019.  
Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora efetiva ANA PAULA SOUZA COELHO TESTI, em 09 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO o atestado médico de José Juarez Coelho;

CONSIDERANDO o Laudo Social expedido pela Assistência Social deste Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à servidora ANA PAULA SOUZA COELHO TESTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), a partir de 08 de outubro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias consecutivos, de acordo com o Art. 125, da Lei Municipal 2055/94.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de outubro de 2019.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.361/2019 - RH**

Publicação Nº 2211460

PORTARIA Nº 1.361, de 21 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de IRANEIDE MARIA DOS SANTOS, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.365/2019 - RH**

Publicação Nº 2211464

PORTARIA Nº 1.365, de 24 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR ANTECIPADAMENTE o contrato de trabalho de GABRIELA LOPES NEPOMUCENO das funções do cargo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2019 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2211789

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 004/2019 – EDUCAÇÃO.  
Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.  
OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Concede-se reequilíbrio financeiro aos itens:

01 – Gasolina Comum – Bomba Posto, passando do valor por litro de R\$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos) para R\$ 3,92 (três reais e noventa e dois centavos).

03 - Óleo Diesel S10 – Bomba Posto, passando do valor por litro de R\$ 3,27 (três reais e vinte e sete centavos) para R\$ 3,42 (três reais e quarenta e dois centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 21 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal

**TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 054/2019**

Publicação Nº 2211791

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 054/2019  
Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.  
OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Concede-se reequilíbrio financeiro aos itens:

01 – Gasolina Comum – Bomba Posto, passando do valor por litro de R\$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos) para R\$ 3,92 (três reais e noventa e dois centavos).

02 - Óleo Diesel B S500 – Bomba Posto, passando do valor por litro de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) para R\$ 3,37 (três reais e trinta e sete centavos).

03 - Óleo Diesel S10 – Bomba Posto, passando do valor por litro de R\$ 3,27 (três reais e vinte e sete centavos) para R\$ 3,42 (três reais e quarenta e dois centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 21 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

## **TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 088/2018 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2211784

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento ao Contrato 088/2018 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Selbetti Gestão de Documentos S. A.

### **OBJETO DO APOSTILAMENTO:**

Concede-se reajuste financeiro de 3,38% (três vírgula trinta e oito por cento), ao item 3.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 16 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

## **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO 001/2019**

Publicação Nº 2211872

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 157/2019.

Leilão Público 001/2019.

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório com base da lei 8.666/93.

Porto União SC, 17 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2019 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2211879

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 052/2019 – EDUCAÇÃO.

Pregão Presencial 025/2019.

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Scheila Aparecida Weiss – ME.

Porto União SC, 16 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

## **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 125/2019 - MULTIENTIDADE - REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2211898

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 172/2019 – REGISTRO DE PREÇOS.

Pregão Presencial 125/2019 – MULTIENTIDADE.

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa ÚRSULA WALDRAFF – ME, VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI

e WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI.

Porto União SC, 16 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### **TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 144/2019**

Publicação Nº 2211901

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 199/2019

Pregão Presencial 144/2019

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.

Porto União SC, 18 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### 13 TERMO ADITIVO KURTZ EMPREENDIMENTOS

Publicação Nº 2212253

#### 13º TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 56/2012  
CONCORRÊNCIA Nº 002/2012  
CONTRATO Nº 075/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 13.624.323/0001-06, já qualificadas no processo licitatório Nº 56/2012, de comum acordo resolvem aditar o Contrato Nº 075/2012, nos termos da Lei Nº 8.666/93, § 1º do Art. 65, nas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O objetivo deste instrumento é o aditamento do prazo de vigência, para a finalidade exclusiva de quitação do saldo contratual, prorrogando até dia 30 de novembro de 2019..

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 30 de Setembro de 2019.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

Kurtz Empreendimentos Imobiliários Ltda  
CNPJ: 13.624.323/0001-06

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

# Praia Grande

## PREFEITURA

### DECRETO 062/2019

Publicação Nº 2211941

DECRETO Nº 062/2019

FIXA HORÁRIO TEMPORÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 83, inciso VII.

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento dos estabelecimentos públicos da Administração e Autarquia Municipal, a partir de 01 de novembro de 2019 será de segunda-feira a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min.

Parágrafo Único – Excetua-se do turno único, os serviços considerados de natureza essencial, como Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Turismo, Postos de Saúde, Conselho Tutelar e Serviços de Limpeza Urbana.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Praia Grande, 30 de outubro de 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

VARNER DE OLIVEIRA Secretário Administração e Finanças

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO N. 332 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211935

DECRETO Nº. 332 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de Dezembro de 2014, Processo Seletivo Simplificado nº. 03.2019 de 23 de outubro de 2019.

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Saúde;

CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada à Saúde e, que a oferta ou não oferta irregular implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que os serviços de saúde são qualificados como essenciais pela Lei 7.783/1989, que devem ter sua prestação de forma continua e sem interrupções.

CONSIDERANDO o atestado médico da profissional titular da vaga.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica contratada, Classi Chiele Baptistella, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Olindo Xisto Echer, 39, bairro Estrela, Município de São Miguel dom Oeste, SC, portadora do CPF nº. 045.667.829-80, RG nº.3996033, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº. 03.2019, para atuar na função de Enfermeira de Saúde Pública, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, assumindo a partir de 1º de novembro de 2019, até perdurar a vaga.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
31 de outubro de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei  
Princesa/SC, 01 de novembro de 2019.

Gilson Loga Lisboa

### DECRETO Nº 331 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2211611

DECRETO Nº. 331, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

“TRANSFERE PATRIMÔNIO ENTRE SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso art. 9º, e incisos IX, X e XXIX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a grande demanda de serviços no Departamento de Esportes e a necessidade de um veículo, para atendimento dos trabalhos relativos ao setor;

CONSIDERANDO, que a Secretaria acima mencionada, manifestou interesse em responsabilizar-se pelo veículo;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido mediante cessão da SECRETARIA DA SAÚDE para a SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER, o veículo Volkswagen Gol, Placa MJE 8743, PM, a qual passará a responder pelo seu uso e manutenção.

Art. 2º. Providenciem-se as alterações com averbações necessárias no Patrimônio do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigência da data de sua publicação.

Princesa, Santa Catarina. 31 de outubro de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 182, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212255

PORTARIA Nº. 182, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o que dispõe a Seção VII, Artigo 130 e 135, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014, Lei n. 575 de 10 de Novembro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio à Servidora, Senhora Ana Jucely de Souza, brasileira, casada, ocupante do cargo de Educadora Física, do quadro Pessoal Efetivo da Administração direta do Município, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, para usufruir no período de 01 de novembro de 2019 a 15 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 08 de julho de 2015 a 07 de julho de 2020.

Parágrafo único. Licença prêmio concedida parcialmente, com referência ao período aquisitivo mencionado no caput do artigo.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 31 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Princesa/SC, 01 de novembro de 2019

Liziane Fátima Pellenz

**TERMO DE ADESSÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 14.2019 - BRITAS E CORRELATOS**

Publicação Nº 2211507

TERMO DE ADESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2019 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

Município de Princesa/SC, 30 de outubro de 2019.

Assunto: ADESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2019 QUE TEM COMO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA Nº 01, PEDRISCO, PÓ DE BRITA, PEDRA GRADUADA E RACHÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME PARA O PERÍODO DE 12 MESES, em conformidade com as especificações constantes no Edital do referido certame.

Prezado Senhor,

O município de Princesa/SC, através de seu Prefeito Municipal. Edilson Miguel Volkweis, na condição de órgão participante do Processo Licitatório nº 014/2019, Pregão Presencial nº 014/2019 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, vem a presença de Vossa Senhoria externar interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 016/2019 para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA Nº 01, PEDRISCO, PÓ DE BRITA, PEDRA GRADUADA E RACHÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME de acordo com as normas dispostas no edital do referido processo.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal de Princesa

Prezado Senhor

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER

São Miguel do Oeste/SC

**TERMO DE ADESSÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 17.2019 - CONDER - CBUQ**

Publicação Nº 2211508

TERMO DE ADESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO 18/2019 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

Município de Princesa, 30 de Outubro de 2019.

Assunto: ADESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO 18/2019 QUE TEM COMO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ e Emulsão Asfáltica, conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, em conformidade com as especificações constantes no Edital do referido certame.

Prezado Senhor,

O município de Princesa/SC, através de seu Prefeito Municipal. Sr. Edilson Miguel Volkweis, na condição de órgão participante do Processo Licitatório nº 16/2019, Pregão Presencial nº 16/2019 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, vem a presença de Vossa Senhoria externar interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 18/2019 para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ e Emulsão Asfáltica, conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital de acordo com as normas dispostas no edital do referido processo.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa/SC

Prezado Senhor  
GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER  
São Miguel do Oeste/SC

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2019

Publicação Nº 2212311

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 06/2019

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo-SC, com sede no Município de Quilombo-SC, no uso de suas atribuições, consoantes às disposições da Lei nº 8666/93 e alterações, TORNA PÚBLICO, que realizará junto ao Fundo Municipal da Saúde, inscrição para credenciamento de empresas prestadoras de serviços para realização de CONSULTAS, EXAMES DIAGNÓSTICOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA; CONSULTAS, EXAMES DIAGNÓSTICOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NA ESPECIALIDADE DE UROLOGIA; CONSULTAS, EXAMES DIAGNÓSTICOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS NA ESPECIALIDADE DE PROCTOLOGIA E PROCEDIMENTOS ANESTESICOS, PARA ATENDIMENTO A PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.

O Edital de Credenciamento Universal fica aberto para inscrições pelos interessados por período indeterminado.

A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município [www.quilombo.sc.gov.br](http://www.quilombo.sc.gov.br)

QUILOMBO, 31 de Outubro de 2019.

NÉDIO LUIZ CONCI

Secretário Municipal da Saúde

### DECRETO Nº 276/2019 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211668

DECRETO Nº 276/2019 – DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DECLARA LUTO OFICIAL EM QUILOMBO/SC, EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO EX- PROFESSOR ANTONIO JÂNIO QUADROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o falecimento do Ex-professor, Senhor ANTONIO JÂNIO QUADROS;

Considerando os preciosos trabalhos dedicados à comunidade quilombense como cidadão e como professor;

Considerando o consternamento geral da comunidade quilombense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda do Cidadão e Homem exemplar e de ilibado espírito público e;

Considerando finalmente, que é dever do Poder Público quilombense render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade.

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial no Município de Quilombo, por 03 (três) dias contados a partir de 31 de maio de 2019, pelo falecimento do Ex-professor, Senhor ANTONIO JÂNIO QUADROS, que, em vida, prestou inestimáveis serviços ao município durante o período de 13 de fevereiro de 1995 em que foi admitido até o dia 14 de outubro de 2016 em que deixou o cargo público.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 31 de outubro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em \_\_\_\_/11/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos  
Funcionário Designado

## LEI Nº 2790/2019 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211951

LEI Nº 2790/2019 – DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO PARA O ANO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo no ano de 2019, no valor de R\$ 180.000,00 (sessenta e oitenta mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº 2.734/2018 de 11 de dezembro de 2018, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016
Ação	TRANSPORTE DE PACIENTES/FMS	2.074
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(23)	3.3.90 – Aplicações Diretas	01.38 – Transf.do SUS-União
Valor Total R\$:		30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016
Ação	FARMÁCIA BÁSICA/MEDICAMENTOS/FMS	2.078
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(37)	3.3.90 – Aplicações Diretas	01.38 – Transf.do SUS-União
Valor Total R\$:		30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL/REGIONAL	0017
Ação	MÉDIA ALTA COMPLEX/TETO/FMS	2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(51)	3.3.50 – Transf.a Inst.Privadas sem Fins Lucrativos	01.02-Recursos de Impostos e Transf-Saúde
(52)		01.38 – Transf.do SUS-União
(53)		01.67 – Transf.do SUS-Estado
Valor Total R\$:		120.000,00

Art.2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais, de que trata o artigo anterior, decorrerão das anulações da importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº 2.734/2018 de 11 de dezembro de 2018, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL/REGIONAL	0017
Ação	MÉDIA/ALTA COMPLEX/CAPS/FMS	2.083

Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(61)	Aplicações Diretas – 3.3.90	01.38 – Transf.do SUS-União	60.000,00
Valor Total R\$:			60.000,00
CLASSIFICA-ÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07	
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01	
Função	Saúde	10	
Sub-função	Atenção Básica	301	
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016	
Ação	EQUIPAMENTOS E APARELHOS/FMS	1.165	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(2)	4.4.90 – Aplicações Diretas	01.02-Recursos de Impostos e Transf-Saúde	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00
CLASSIFICA-ÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07	
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01	
Função	Saúde	10	
Sub-função	Atenção Básica	301	
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016	
Ação	MÓVEIS E EQUIPAMENTOS/FMS	1.166	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(3)	4.4.90 – Aplicações Diretas	01.02-Recursos de Impostos e Transf-Saúde	6.000,00
Valor Total R\$:			6.000,00
CLASSIFICA-ÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07	
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01	
Função	Saúde	10	
Sub-função	Atenção Básica	301	
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016	
Ação	MANUTENÇÃO DE PRÉDIO/FMS	2.070	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(9)	3.3.90 – Aplicações Diretas	01.02-Recursos de Impostos e Transf-Saúde	8.000,00
Valor Total R\$:			8.000,00
CLASSIFICA-ÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07	
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01	
Função	Saúde	10	
Sub-função	Atenção Básica	301	
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016	
Ação	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES/FMS	2.076	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(28)	3.3.90 – Aplicações Diretas	01.02-Recursos de Impostos e Transf-Saúde	3.000,00
Valor Total R\$:			3.000,00
CLASSIFICA-ÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07	
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01	
Função	Saúde	10	
Sub-função	Atenção Básica	301	
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016	
Ação	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA/FMS	2.073	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(17)	3.3.90 – Aplicações Diretas	01.38 – Transf.do SUS-União	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00
CLASSIFICA-ÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07	
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01	
Função	Saúde	10	

Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL/REGIONAL	0017
Ação	MÉDIA/ALTA COMPLEX/SAMU/FMS	2.082
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(58)	3.3.90 – Aplicações Diretas	01.02-Recursos de Impostos e Transf-Saúde
Valor Total R\$:		20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL/REGIONAL	0017
Ação	MÉDIA/ALTA COMPLEX/TETO/FMS	2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(55)		01.67 – Transf.do SUS-Estado
(54)	3.3.90 – Aplicações Diretas	01.38 – Transf.do SUS-União
Valor Total R\$:		43.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 31 de outubro de 2019  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/11/2019.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos  
Servidor Designado

## LEI Nº 2791/2019 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211953

LEI Nº 2791/2019 – DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo no ano de 2019, no valor de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.734/2018 de 11 de dezembro de 2018, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL/REGIONAL	0017
Ação	MÉDIA/ALTA COMPLEX/TETO/FMS	2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(52)	3.3.50 – Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	01.38 – Transf.do SUS-União
Valor Total R\$:		250.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do excesso e/ou provável excesso de arrecadação da receita vinculada ao SUS/UNIÃO.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 31 de outubro de 2019.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal  
Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/11/2019.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos  
Servidor Designado

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### **MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2019 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019 - LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Publicação Nº 2212341

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2019 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019 - LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. O Município de Rancho Queimado, torna público que até as 09:00 horas do dia 18 de novembro de 2019, estará recebendo propostas para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de iluminação e decoração natalina, inclusos locação, montagem, desmontagem, manutenção e transporte, em várias localidades do município de Rancho Queimado para o evento "Natal Encantos da Serra 2019", com as respectivas especificações, endereços e valores descritos neste Termo de Referência. O edital na sua íntegra contendo todas as especificações poderão ser obtidos nos dias úteis na Prefeitura Municipal na Praça Leonardo Sell, 40 – Rancho Queimado – SC, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>. Rancho Queimado, 01 de novembro de 2019 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

### **PORTARIA 314-2019 RESCINDE CONTRATO ADM TRAB TEMP 50 2017 A PEDIDO LOURDES HUGEN**

Publicação Nº 2211462

PORTARIANº 314/2019

RESCINDE CONTRATO  
A PEDIDO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE RESCINDIR A PEDIDO o Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 50/2017 celebrado com LOURDES HUGEN, conforme pedido recebido em 24 de outubro de 2019, a partir de 01 de outubro de 2019.

Rancho Queimado, em 25 de outubro de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### **PORTARIA 315-2019 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO JEMMY BROERING**

Publicação Nº 2211463

PORTARIANº 315/2019

CONCEDE LICENÇA  
PRÊMIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER, a pedido, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, de 30 de outubro a 28 de novembro de 2019, a Servidora Efetiva JEMMY BROERING, referente ao período aquisitivo 2007/2012, conforme requerimento nº 122/2019.

Rancho Queimado, em 30 de outubro de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI  
Prefeita Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019 - PARA REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Publicação Nº 2212518

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019 - PARA REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – O Município de Rancho Queimado, torna público que até as 09:00 horas do dia 19 de novembro de 2019, para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação, ativação, configuração, e manutenção de sistemas e equipamentos para monitoramento eletrônico de logradouros públicos à distância, por circuito fechado de televisão digital em alta definição, compatíveis com estrutura de comunicação em protocolo TCP/IP, para o Município de Rancho Queimado – SC. O edital na sua íntegra contendo todas as especificações poderão ser obtidos nos dias úteis na Prefeitura Municipal na Praça Leonardo Sell, 40 – Rancho Queimado – SC, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>. Rancho Queimado, em 31 de outubro de 2019 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

**REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2212516

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS – A Prefeita Municipal de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e justificativa que consta nos autos, determinou a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório Nº 45/2019, Pregão Presencial Nº 14/2019, cujo o objeto é a contratação de empresa para fornecimento, instalação e configuração de componentes para implementação de sistema de monitoramento com câmeras de vigilância e gerenciamento de imagens em gravador digital em rede, provendo um sistema integrado para manuseio de câmeras IPs. O documento completo está disponível no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes> . Publique-se. Rancho Queimado, 31 de outubro de 2019. Cleci Aparecida Veronezi - Prefeita Municipal.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### **372 PORTARIA Nº 372 NOMEIA COMISSAO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVIVEIS PARA LEILÃO.**

Publicação Nº 2212186

Portaria nº. 372, de 31 de outubro de 2019.

“Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis para leilão”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis do Patrimônio Público Municipal que serão leiloados, que será composta conforme segue:

- Valter Junkes - Presidente;
- Dienso Murara - Secretário;
- Marco Antonio Tambosi - Membro;

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de outubro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm Finanças

## Rio do Oeste

## PREFEITURA

## DECRETO\_2473\_SUPLEMENTA\_SUPERAVIT\_PMRO

Publicação Nº 2211440

DECRETO Nº 2473 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Suplementa dotações orçamentárias para o Poder Executivo utilizando o superávit financeiro do exercício de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2236 de 13/12/2018

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente decreto no valor total de R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2018 no valor de R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 31/10/2019

Rio do Oeste – SC, 31 de outubro de 2019

LUIS CARLOS MULLER

Prefeito Municipal  
em exercício

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial em 01/11/2019

FLÁVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

ANEXO I – SUPLEMENTAÇÃO DECRETO 2473/2019		
Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade Orçamentária:	GABINETE DO PREFEITO	201
Função:	SEGURANÇA PÚBLICA	6
Sub-função:	DEFESA CIVIL	182
Programa:	ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	202
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMPDEC-RO	2004
FONTE DOS RECURSOS		
3000006	Recursos Vinculados Legislativo (Defesa Civil)	164.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00
3000006	Recursos Vinculados Legislativo (Defesa Civil Ref. 354)	15.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	149.000,00
4400	INVESTIMENTOS	149.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	149.000,00
3000006	Recursos Vinculados Legislativo (Defesa Civil Ref. 353)	149.000,00

TOTAL			164.000,00	
ANEXO II Superávit Financeiro de 2018 Decreto nº 2473/2019				
VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2018	(-) Suplementado em 2019	(=) Saldo
03000006	Recursos Vinculados Legisla- tivo (Defesa Civil)	286.529,29	0,00	286.529,29

**PORTARIA 8368**

Publicação Nº 2211355

PORTARIA Nº 8368 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

"Transfere Lotação de Servidor"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º TRANSFERE de lotação a servidora VANESSA DE MORAES MUNIZ, matrícula 116440-00, ocupante do cargo de Psicóloga, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social, a partir de 30 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra vigor na data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 31 de outubro de 2019.

LUIS CARLOS MÜLLER

Prefeito em Exercício

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Fazenda

**PROCESSO 098/2019 - CONCERTO DE EQUIPAMENTO**

Publicação Nº 2212257

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE RIO DO OESTE / SC.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 098/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N. 058/2019. TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. OBJETO: Contratação de empresa especializada para concerto com fornecimento de material da "Coroa e Giro" do equipamento Escavadeira, Marca/ Modelo: JCB JS 16, na forma do edital e anexos. Recebimento dos envelopes: até as 10h30min do dia 13/11/2019. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <http://riodooeste.atende.net>, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261. Rio do Oeste, 31 de outubro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2019

Publicação Nº 2212172

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº258/2019 Pregão Presencial Nº 178/2019 Validade: 12 meses Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 178/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS BRITADOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
COMERCIAL DACLANDE LTDA ME, neste ato representado por Giovani Krambeck	03.222.166/0001-40
MINERACAO RIO DO OURO LTDA, neste ato representado por JOAO CARLOS DE ANDRADE	78.266.566/0001-57
LZK CONSTRUTORA LTDA, neste ato representado por NATHAN MERINI	07.455.659/0001-81

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS BRITADOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC, em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 349445 - MINERACAO RIO DO OURO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Bica corrida.	Ton.	CALCÁRIO BOTUVERÁ	6.000,00000	R\$27,8500	R\$167.100,0000
2	Pó de brita.	Ton.	CALCÁRIO BOTUVERÁ	4.500,00000	R\$27,9500	R\$125.775,0000
3	Brita Nr. 1.	Ton.	CALCÁRIO BOTUVERÁ	1.500,00000	R\$29,9500	R\$44.925,0000
4	Brita nr. 2.	Ton.	CALCÁRIO BOTUVERÁ	1.500,00000	R\$30,7500	R\$46.125,0000
Total do Fornecedor:						R\$383.925,0000
Total Geral dos Itens:						R\$383.925,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$383.925,00 (trezentos e oitenta e três mil e novecentos e vinte e cinco reais) MINERACAO RIO DO OURO LTDA

JOAO CARLOS DE ANDRADE

CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

CPF: 054.215.249-57

Prefeito Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2019

Publicação Nº 2211370

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA APARECIDA FREIRE MISSANO, portador(a) do CPF nº 365.157.795-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Visconde de Maua, nº 207, Bairro Centro, na Cidade de Rio Do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VIII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de professor de Inglês, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Willy Schleumer – 30 horas e no CE Ulrich Ubsch – 10 horas, em substituição à Cleyde maria Guchert Weise, devido ao seu afastamento para Tratamento de saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.452,95 (Três mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 28/10/2019 e encerrando-se em 26/11/2019, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 23 de Outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARIA APARECIDA FREIRE MISSANO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONVOCAÇÃO FABIANA DOS SANTOS PRIPRA

Publicação Nº 2212108

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FABIANA DOS SANTOS PRIPRA é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

#### Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**DECRETO Nº 8561, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212081

DECRETO Nº 8561, de 30 de outubro de 2019.

Regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 402, de 27 de setembro de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como no disposto na Lei Complementar Municipal nº 402 de 27 de setembro de 2018,

DECRETA:

Capítulo I

Da Emissão do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Art. 1º A emissão do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento para as atividades de baixo risco é regulamentada por este decreto.

Art. 2º A inscrição, alteração, e a baixa junto ao cadastro da prefeitura serão efetuadas após o registro do ato no órgão competente.

Parágrafo Único. O prazo de 5 (cinco) dias úteis para emissão do Alvará de Funcionamento Provisório é contado a partir da entrada do protocolo de análise de alvará via sistema REGIN.

Art. 3º O cadastro de pessoas físicas e jurídicas será realizado mediante os seguintes documentos:

I - consulta de viabilidade de instalação devidamente aprovada pelos órgãos competentes;

II - documentos e atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de SC, ou transcrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Entidade ou Conselho de Classe;

III - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e ou do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Termo de Ciência e Responsabilidade/Auto declaração, quando a atividade for considerada de baixo risco para o Alvará Provisório, ou documentos exigidos na consulta de viabilidade quando a atividade for considerada de alto risco;

V - Roteiro de Auto Inspeção da Vigilância Sanitária, devidamente preenchido e assinado, quando a atividade for passível de licenciamento sanitário.

§1º. A classificação de risco sanitário se dará pela tabela estadual de classificação de risco, contidas nos anexos da Resolução Normativa Nº 004/DIVS/SES – DE 10/10/19 e suas respectivas atualizações.

§2º. A classificação de risco pelo Corpo de Bombeiros se dará pelo disposto na RESOLUÇÃO CGSIM Nº 29/2012.

Art. 4º O Alvará de Licença para Localização e Funcionamento Provisório poderá ser expedido para atividades comerciais, industriais, institucionais e de prestação de serviços, compatíveis ou toleráveis com a vizinhança, exercidas em edificação a ser regularizada, classificadas nos termos da legislação em vigor, desde que:

I - a atividade exercida seja permitida no local em face da zona de uso e atenda os parâmetros, as condições de instalação e usos estabelecidos na legislação vigente;

II - o responsável pelo uso, ateste que cumprirá a legislação municipal, estadual e federal vigentes acerca das condições de higiene, segurança de uso, estabilidade e habitabilidade da edificação;

Parágrafo Único. Para os fins de emissão de Alvará de Licença para Localização e Funcionamento Provisório, não será realizada avaliação acerca da possibilidade ou não de regularização fundiária ou edílica.

Art. 5º Nos casos em que for concedido o Alvará de Licença para Localização e Funcionamento Provisório em empresa instalada em edificação a ser regularizada, o prazo para sua conclusão será de 180 dias.

Art. 6º Com exceção dos casos previstos no artigo 3º do presente Decreto, fica vedada a emissão de Alvará de Licença para Localização e Funcionamento Provisório ou Definitivo para qualquer empresa estabelecida em imóvel objeto de processo administrativo de regularização fundiária/edílica em trâmite.

Parágrafo Único. A vedação de que trata o caput deste artigo não cancela a vigência do Alvará de Localização e Funcionamento provisório ou definitivo emitido antes do termo inicial do processo administrativo de regularização fundiária/edílica.

Art. 7º O anexo I do presente decreto, o modelo de termo de ciência e responsabilidade/autodeclaração, que deverá ser assinado pelo responsável legal, para a solicitação do alvará de Licença para Localização e Funcionamento Provisório.

Capítulo II

Do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento para Não Estabelecido

Art. 8º. Entende-se por Alvará de Licença para Localização e Funcionamento para Não Estabelecido, a autorização dada pelo Poder Executivo Municipal para, atividades desenvolvidas sem estabelecimento físico ou armazenamento de produtos em sua sede, obrigatoriamente compartilhada com o uso residencial, que não esteja obrigado ao licenciamento sanitário e ambiental.

Parágrafo Único. Para as atividades exercidas na condição de Escritório Virtual/e-commerce para correspondência, fica a empresa isenta do licenciamento mediante assinatura de autodeclaração contida no Anexo III deste decreto, exceto para atividades de comércio varejista e atacado de medicamentos, produtos para a saúde, cosméticos e saneantes e de gêneros alimentícios perecíveis.

Art. 9º. A inscrição para emissão do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento para Não Estabelecido será processada mediante os seguintes documentos:

I - documentos e atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de SC, ou transcrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Entidade ou Conselho de Classe;

II - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e ou do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil;  
III- Termo de ciência e responsabilidade ou autodeclaração assinado pelo responsável legal, que atende os requisitos previstos neste artigo, conforme anexo II do presente Decreto, ato passível de fiscalização posterior à concessão do Alvará.

Parágrafo Único: Fica dispensada a apresentação de habite-se e bem como a avaliação ambiental e urbanística sobre o imóvel, por não caracterizar sede comercial apenas endereço para correspondência.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 8288 de 17 de julho de 2019.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

#### ANEXO I

##### TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF \_\_\_\_\_,  
, Responsável legal pela empresa (Razão Social) \_\_\_\_\_,  
inscrito no CNPJ \_\_\_\_\_, com sede no endereço: \_\_\_\_\_.

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pela LC nº 402/2018 do Município de Rio do Sul, para a emissão do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento.

Declaro e me responsabilizo, sob as penas da lei, que cumprirei a legislação vigente federal, estadual e municipal, acerca da segurança contra incêndio, segurança sanitária e ambiental, e habitabilidade da edificação, e que minha atividade está enquadrada como baixo risco e baixa complexidade perante os órgãos licenciadores do município.

Estou ciente da falta de documentos necessários para emissão de alvará e que terei o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para regularizar meu estabelecimento e que só terei o alvará definitivo quando atendido todas as exigências legais e estar de acordo com as normas vigentes exigidas, conforme Protocolo Regin nº \_\_\_\_\_.

O não atendimento a estes requisitos poderá gerar cancelamento imediato das licenças e alvarás expedidos, bem como incorrerá em sanções cíveis e criminais sobre informações inverídicas prestadas neste ato.

Rio do Sul \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do responsável legal pela empresa

#### ANEXO II

##### TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF \_\_\_\_\_,  
, Responsável legal pela empresa (Razão Social) \_\_\_\_\_,  
inscrito no CNPJ \_\_\_\_\_, com sede no endereço: \_\_\_\_\_.

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pela LC nº 402/2018 do Município de Rio do Sul, para a emissão do Alvará de Licença para Localização e funcionamento para não estabelecido.

Declaro que para o exercício da atividade econômica não há existência de estabelecimento físico, que a edificação é exclusivamente residencial, sendo exercida a atividade econômica exclusivamente no estabelecimento do cliente ou de terceiros, conforme Protocolo Regin nº \_\_\_\_\_.

Estou ciente que a emissão do alvará não regulariza a edificação residencial existente, podendo ser fiscalizado e penalizado a qualquer momento, conforme lei municipal vigente.

O não atendimento a estes requisitos poderá gerar cancelamento imediato das licenças e alvarás expedidos, bem como incorrerá em sanções cíveis e criminais sobre informações inverídicas prestadas neste ato.

Rio do Sul \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do responsável legal pela empresa

#### ANEXO III

##### TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF \_\_\_\_\_,  
, Responsável legal pela empresa (Razão Social) \_\_\_\_\_,

inscrito no CNPJ \_\_\_\_\_, com sede no endereço: \_\_\_\_\_.

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pela LC nº 402/2018 do Município de Rio do Sul, para a emissão do Alvará de Licença para Localização e funcionamento para escritório virtual/e-commerce.

Declaro que, no desempenho das atividades desenvolvidas no comércio e-commerce não haverá venda física e/ou armazenagem e estocagem de produtos e similares, sem qualquer estrutura física nestes moldes, apenas ressalvada a possibilidade tão somente, caso necessário for, de uma sala para fins de atendimento telefônico e recebimento de correspondências (escritório virtual), que não há existência de estabelecimento físico, que a edificação é exclusivamente residencial e que tal modalidade está prevista no contrato social e /ou documento similar, conforme o Protocolo REGIN nº: \_\_\_\_\_.

Estou ciente que, caso a presente declaração esteja em desacordo, ou seja, não sendo fidedigna com as atividades prestadas, as autoridades de saúde no exercício de suas atribuições, tomarão as medidas coercitivas pertinentes ao caso, bem como incorrerá em sanções cíveis e criminais sobre informações inverídicas prestadas neste ato.

Rio do Sul \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do responsável legal pela empresa

## **DECRETO Nº 8563, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212237

DECRETO Nº 8563, de 30 de outubro de 2019.

"ALTERA O DECRETO Nº 8534 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 401 de 22/08/2018 e suas alterações,

### **DECRETA:**

Art.1º – Altera-se o Art. 1º do decreto 8534 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica nomeado, a partir de 18/07/2019, ISABEL CRISTINA CAETANO, para exercer o cargo em comissão de Chefe de divisão de Proteção aos Animais Domésticos, nos termos do Artigo 11, da Lei Complementar n. 401 de 22/08/2018 e Artigo 2º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de outubro de 2019

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8564, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212493

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**

**DECRETO Nº 8564**, de 24 de outubro de 2019.

**“HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019.”**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e ainda, de acordo com relatório encaminhado pela Excelência Seleções & Concursos Públicos Ltda. - Me.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Nº 003/2019, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital de Processo Seletivo.

Art. 2º - Os Anexos I e II são partes integrantes deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
24 de outubro de 2019.

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL**

O **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL**, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e sob a organização da empresa **Excelência Seleções & Concursos Públicos Ltda. - Me**, na forma prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e regida de acordo com as Leis Municipais pertinentes, e demais disposições legais aplicáveis e normatizado pelo Edital do Processo Seletivo nº003/2019, **Torna Público** que está disponível no site [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br), a **Homologação** do Resultado Final do Processo Seletivo Edital nº 003/2019, após o prazo recursal.

**Artigo 1º** - A classificação final dos candidatos das vagas de ampla concorrência consta no **Anexo I**.

**Parágrafo único:** A classificação final dos candidatos concorrentes à reserva de vagas destinado às Pessoas com Deficiência (Pcd) Consta no **Anexo II**.

**Artigo 2º** - Outras disposições complementares relativas ao certame constam do Edital nº 003/2019.

**Artigo 3º** - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



**ANEXO I – AMPLA CONCORRÊNCIA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	5797544	26/04/1995	318213	NAIANY CAROLINE BORGES	Aprovado	98,00	56,00	15,00	12,00	15,00
2	6133826	04/11/1996	320432	DAIANE MAURICIO	Aprovado	94,00	49,00	15,00	15,00	15,00
3	5923722	07/09/1991	318844	JULIETE APARECIDA HOMEM	Aprovado	92,00	56,00	9,00	12,00	15,00
4	4691280	27/01/1989	316415	RAQUEL SCHMIDT	Aprovado	92,00	56,00	6,00	15,00	15,00
5	4724847	25/11/1989	315893	SHEENA CARLA PARMA VENTURI	Aprovado	91,50	52,50	12,00	12,00	15,00
6	6423391	30/08/1993	317759	RAISA NOELI DAVE	Aprovado	91,50	52,50	12,00	12,00	15,00
7	2.624.824	12/04/1974	315969	VERA NEUBER DA SILVA	Aprovado	90,50	45,50	15,00	15,00	15,00
8	3.486.437-7	24/09/1978	318373	ELISÂNGELA MÜLLER RENKEL	Aprovado	89,50	59,50	9,00	6,00	15,00
9	5379286	06/06/1993	315866	ANDRESSA ANDRE	Aprovado	89,00	56,00	12,00	6,00	15,00
10	5797242	11/03/1994	317644	KESLY CHRISTINE OLIVEIRA KAMAROSKI	Aprovado	88,50	52,50	12,00	9,00	15,00
11	2625973	21/12/1973	319212	MALIZE SCHREIBER MULLER	Aprovado	88,50	52,50	9,00	12,00	15,00
12	3459557	11/02/1978	316209	SILVANA JENSEN	Aprovado	88,50	52,50	9,00	12,00	15,00
13	3679199	02/08/1981	315925	JANYCE EBEL	Aprovado	88,50	52,50	9,00	12,00	15,00
14	3766952	16/12/1980	319302	ANDREIA MORAES COMPER	Aprovado	88,50	52,50	6,00	15,00	15,00
15	4271621	18/05/1994	320708	THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA Cê	Aprovado	88,50	52,50	6,00	15,00	15,00
16	3693417	22/07/1982	323075	ROSENILDA HOBUS	Aprovado	88,00	49,00	9,00	15,00	15,00
17	4431935	27/10/1991	317261	LAIS DE SOUZA	Aprovado	88,00	49,00	9,00	15,00	15,00
18	4280278	24/01/1987	318868	PATRICIA STUPP	Aprovado	87,50	45,50	12,00	15,00	15,00
19	4724695	05/01/1991	321367	CARIANE FELAÇO SOUZA	Aprovado	87,50	45,50	12,00	15,00	15,00
20	4403997	05/02/1991	322908	GRACIELE MAIARA SCHWEITZER	Aprovado	87,50	45,50	12,00	15,00	15,00
21	5076594	18/05/1994	316307	VANESSA MARTINS	Aprovado	87,50	45,50	12,00	15,00	15,00
22	5815132	22/12/1994	317800	CAROLINA SCHRODER DA SILVA	Aprovado	87,50	45,50	12,00	15,00	15,00
23	89083290	25/02/1986	316252	GRASIELE LAZZARI RIBAS	Aprovado	85,50	52,50	6,00	12,00	15,00
24	2259846	10/06/1971	318113	SANTILIA DOS ANJOS	Aprovado	85,00	49,00	12,00	9,00	15,00
25	50882759	26/12/1990	319716	ROSANA MURARA	Aprovado	85,00	49,00	12,00	9,00	15,00
26	4371819	11/12/1986	316532	CARLA CRISTIANE ALVES	Aprovado	85,00	49,00	9,00	12,00	15,00
27	4.203.815	16/04/1989	322660	CARLA TATIANA PIERITZ FOSTER	Aprovado	85,00	49,00	9,00	12,00	15,00
28	53544862	04/07/1990	315743	Cátia ALINE SEBOLD	Aprovado	85,00	49,00	9,00	12,00	15,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



29	5613894	17/12/1991	319033	CINTIA CARLA GONÇALVES HAAS MÜLLER	Aprovado	85,00	49,00	9,00	12,00	15,00
30	5815271	01/12/1994	320741	ELISANDRA SCHMITZ	Aprovado	85,00	49,00	9,00	12,00	15,00
31	4280160	08/11/1985	322392	FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA	Aprovado	84,50	45,50	12,00	12,00	15,00
32	1424581	06/04/1963	322007	ZENITA DAROLT	Aprovado	84,50	45,50	9,00	15,00	15,00
33	4.233.645	25/08/1982	320147	ELIANE BORGHESAN	Aprovado	84,50	45,50	9,00	15,00	15,00
34	6108358	16/06/1995	322636	BRUNA TAIS PEREIRA DA ROCHA	Aprovado	84,50	45,50	9,00	15,00	15,00
35	3833773	08/03/1982	315668	ELISABETE DE SOUZA MUNIZ	Aprovado	84,00	42,00	12,00	15,00	15,00
36	4097616	07/07/1987	320269	LETICIA LONGEN LOMBARDI	Aprovado	84,00	42,00	12,00	15,00	15,00
37	5548876	25/05/1990	317918	ADRIANA DE LOURDES BACK	Aprovado	83,50	38,50	15,00	15,00	15,00
38	4.403.888	05/12/1988	320048	ANA PAULA PEYERLE	Aprovado	82,50	52,50	3,00	12,00	15,00
39	4390009	30/03/1986	316577	EDINÉIA ROHLING FLORENCIO	Aprovado	82,50	52,50	0,00	15,00	15,00
40	5720766	11/03/1991	317251	JECIKA CAMPESTRINI	Aprovado	82,00	49,00	9,00	9,00	15,00
41	3.459.946	02/02/1978	316074	LIGIA POSSAMAI MAÇANEIRO	Aprovado	82,00	49,00	6,00	12,00	15,00
42	2911597	23/03/1973	318809	MARILÉA LUMKE SCHROEDER	Aprovado	82,00	49,00	3,00	15,00	15,00
43	5613506	29/11/1991	316651	MARIANE RAMOS CONINCK	Aprovado	81,50	52,50	9,00	15,00	5,00
44	7.175.832	01/12/1977	317242	CÍCERA SILVA DOS SANTOS	Aprovado	81,50	45,50	12,00	9,00	15,00
45	5815283	29/08/1994	317773	DANIELA BONFANTI	Aprovado	81,50	45,50	12,00	9,00	15,00
46	4.327.628	14/06/1983	316574	ROBERTA JOELMA LOFHAGEN	Aprovado	81,50	45,50	9,00	12,00	15,00
47	5.379.285-8	09/11/1989	320545	ROBERTA VANDRESEN	Aprovado	81,50	45,50	9,00	12,00	15,00
48	5379922	05/04/1996	318502	DAINARA CECILIA VIVIANI	Aprovado	81,50	45,50	9,00	12,00	15,00
49	4085310	04/04/1983	322183	ADRIANA LEICHT PRUST	Aprovado	81,50	45,50	6,00	15,00	15,00
50	4118742	28/09/1981	320651	SANDRA MACHADO DE SOUZA	Aprovado	81,00	42,00	15,00	9,00	15,00
51	2120359	28/03/1965	322932	CINEIDE MARIA HUNTEMANN FERREIRA	Aprovado	81,00	42,00	12,00	12,00	15,00
52	3547119	16/02/1983	318569	SUELI BRUNN	Aprovado	81,00	42,00	9,00	15,00	15,00
53	4.529.045	11/09/1986	318693	VANESSA KALESKI GIACOMOZZI	Aprovado	81,00	42,00	9,00	15,00	15,00
54	44034911	31/07/1990	317351	MICHELE FERNANDA RASSWEILER	Aprovado	81,00	42,00	9,00	15,00	15,00
55	4154177	10/07/1981	316066	LIGIA PFLEGER SENEM	Aprovado	80,50	59,50	12,00	9,00	0,00
56	6.784.981	26/10/1968	321386	IVONETE DO PRADO	Aprovado	80,50	38,50	12,00	15,00	15,00
57	5379317	01/01/1992	316149	BARBARA EVARISTO	Aprovado	79,00	49,00	9,00	6,00	15,00
58	1424666	31/07/1964	318636	ROSELETE AURORA MARHOLD	Aprovado	79,00	49,00	6,00	9,00	15,00
59	3543250	17/06/1980	316933	MARILÉIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS	Aprovado	78,50	45,50	12,00	6,00	15,00
60	3718571	21/02/1980	317746	ANDREIA FURTADO	Aprovado	78,50	45,50	9,00	9,00	15,00
61	4068537	03/07/1983	317935	GRAZIELE DOS SANTOS	Aprovado	78,50	45,50	9,00	9,00	15,00
62	3607638	28/12/1978	319840	ADRIANA LIGIA DIAS TONON	Aprovado	78,50	45,50	6,00	12,00	15,00
63	5456498	11/06/1991	321932	SULAMITA BATISTA CORREA	Aprovado	78,00	49,00	9,00	15,00	5,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



64	5.379.668	15/07/1992	319792	JAMYLE CRISTINE GOEDERT	Aprovado	78,00	42,00	12,00	9,00	15,00
65	4.691.928	21/12/1992	318968	GRAZIELE INARA CARDOSO	Aprovado	78,00	42,00	12,00	9,00	15,00
66	6.292.286	25/10/1996	316369	CLEIDIANE LOCH SOUZA	Aprovado	78,00	42,00	12,00	9,00	15,00
67	3579659	22/04/1977	321482	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG	Aprovado	78,00	42,00	9,00	12,00	15,00
68	3693378	16/01/1980	317838	GRACIELA VICTORIA	Aprovado	78,00	42,00	9,00	12,00	15,00
69	4236130	19/01/1984	317376	VIVIANE PRIM	Aprovado	78,00	42,00	9,00	12,00	15,00
70	5379868	17/10/1995	316467	PATRICIA PEREIRA	Aprovado	78,00	42,00	9,00	12,00	15,00
71	2.491.153	03/04/1970	320824	ISOLETE APARECIDA DIAS MEYER	Aprovado	77,50	38,50	15,00	9,00	15,00
72	4203816	08/11/1988	316683	NAIANA CAROLINE DOS SANTOS	Aprovado	77,50	38,50	12,00	12,00	15,00
73	4.024.497	03/12/1988	319360	ELAINE CRISTINA DA ROCHA	Aprovado	77,50	38,50	12,00	12,00	15,00
74	43473873	27/12/1983	315775	RAQUEL WIGGERS	Aprovado	77,50	38,50	9,00	15,00	15,00
75	4403216	16/07/1988	320762	ELAINE CRISTINA BRIDI	Aprovado	77,50	38,50	9,00	15,00	15,00
76	4573399	05/11/1987	316243	LETICIA RAIMUNDO DE ANDRADE	Aprovado	76,50	52,50	6,00	3,00	15,00
77	6072034	23/05/1987	322791	DEIZE ARAUJO GROSS	Aprovado	76,50	31,50	15,00	15,00	15,00
78	4234550	18/05/1984	318343	LIANA DE SOUZA	Aprovado	76,00	49,00	9,00	3,00	15,00
79	5.088.850	19/09/1988	316541	STEPHANIE KLEHM KRIEGER	Aprovado	76,00	49,00	3,00	9,00	15,00
80	4403203	29/04/1987	317148	SUZETE DA SILVA MORASTONI	Aprovado	76,00	49,00	0,00	12,00	15,00
81	4833344	25/08/1992	323487	LUANA TOMAZONI FELIPE	Aprovado	75,50	45,50	15,00	15,00	0,00
82	4311331	16/11/1990	316973	MICHELLE ALINE STAHNKE MEES	Aprovado	75,50	45,50	9,00	6,00	15,00
83	3820379	20/11/1976	316699	MACARTE SILVEIRA RODRIGUES GUTZ	Aprovado	75,50	45,50	6,00	9,00	15,00
84	5.232.748	10/04/1992	315824	GLAZIELI ARALDI STUEPP	Aprovado	75,50	45,50	6,00	9,00	15,00
85	3458674	10/07/1978	316528	ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA	Aprovado	75,00	42,00	12,00	6,00	15,00
86	5088437	31/08/1993	315793	VANUSA ANZINI	Aprovado	75,00	42,00	12,00	6,00	15,00
87	6033573	12/07/1966	316300	ODETE APARECIDA PEREIRA	Aprovado	75,00	42,00	9,00	9,00	15,00
88	1679934	22/10/1967	318378	BERNARDETE CANDIDO NUNES	Aprovado	75,00	42,00	9,00	9,00	15,00
89	3.160.141	25/02/1974	317393	JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA	Aprovado	75,00	42,00	9,00	9,00	15,00
90	4627961	13/07/1977	322282	ROSANA DE FATIMA PIRES DOS SANTOS	Aprovado	75,00	42,00	9,00	9,00	15,00
91	3.459.556	14/02/1979	318223	JANAINA APARECIDA DA SILVA	Aprovado	75,00	42,00	9,00	9,00	15,00
92	4280775	18/05/1996	315649	ANDRESSA GIACOMOZZI	Aprovado	75,00	42,00	9,00	9,00	15,00
93	50110489	20/05/1985	319152	SCHEILA SCHMIDT	Aprovado	75,00	42,00	6,00	12,00	15,00
94	4813999	11/02/1994	321919	JENIFER CRISTINA GAMPE	Aprovado	75,00	42,00	6,00	12,00	15,00
95	5772603	17/05/1997	315769	TIFANI CAROLINI STOLF	Aprovado	74,50	45,50	9,00	15,00	5,00
96	3211869	16/07/1976	315680	MORGANA REGINA ERCKMANN	Aprovado	74,50	38,50	12,00	9,00	15,00
97	6582709-3	30/09/1976	321516	NOELI DE FÁTIMA GELINSKI	Aprovado	74,50	38,50	9,00	12,00	15,00
98	3.459.567	23/06/1978	318748	MARILÉIA PANDINI	Aprovado	74,50	38,50	9,00	12,00	15,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



99	4431122	14/06/1989	319262	SABRINA FRANCO VAVASSORI	Aprovado	74,50	38,50	6,00	15,00	15,00
100	4745484	13/05/1986	317972	BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO	Aprovado	74,00	35,00	12,00	12,00	15,00
101	4.056.454	30/07/1987	320729	JOSIANE SCHOLL MARCHI	Aprovado	74,00	35,00	12,00	12,00	15,00
102	4068759	28/04/1983	316619	CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER	Aprovado	74,00	35,00	9,00	15,00	15,00
103	5654417	20/10/1993	317051	TAINARA LAURETT JASPER	Aprovado	74,00	35,00	9,00	15,00	15,00
104	5.412.324	16/02/1996	316202	IARA CRISTINA TENFEN STUPP	Aprovado	74,00	35,00	9,00	15,00	15,00
105	6.072.494	26/04/1996	317157	CAROLINE SANDER MARZANI CORRÊA	Aprovado	73,00	49,00	9,00	15,00	0,00
106	6.230.427	16/01/1998	318587	TAIS ROSSETTI	Aprovado	73,00	49,00	9,00	15,00	0,00
107	4740260	17/09/1990	316727	CINTIA ESSER LOCH	Aprovado	72,50	45,50	12,00	15,00	0,00
108	5.888.077	04/11/1977	317183	CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS	Aprovado	72,50	45,50	6,00	6,00	15,00
109	4.347.837-9	18/06/1983	317175	JAMILE DE OLIVEIRA	Aprovado	72,50	45,50	6,00	6,00	15,00
110	3486084	09/11/1979	321871	JOSIANI KRUGER	Aprovado	72,50	45,50	3,00	9,00	15,00
111	3243537	15/09/1981	319524	CLEISE MORAIS	Aprovado	72,50	45,50	0,00	12,00	15,00
112	4.486.224-5	30/01/1987	317534	NEIDE DOS SANTOS BEUTING	Aprovado	72,50	45,50	0,00	12,00	15,00
113	7024246	19/06/1986	317221	CRISTIANE KIRCHEIN SOSA	Aprovado	72,00	49,00	6,00	12,00	5,00
114	4.311.329	28/07/1983	321165	ÂNGELA APARECIDA SILVA	Aprovado	72,00	42,00	9,00	6,00	15,00
115	40685730	26/12/1980	318703	MARCIA RAMOS	Aprovado	72,00	42,00	6,00	9,00	15,00
116	2126928	18/01/1973	321364	PATRICIA AVANCINI	Aprovado	72,00	42,00	3,00	12,00	15,00
117	4475429	06/09/1984	323778	SUELEN LUCHTENBERG	Aprovado	72,00	42,00	0,00	15,00	15,00
118	1428359	02/03/1965	321272	MARLETE MABA	Aprovado	71,50	38,50	12,00	6,00	15,00
119	3993488	18/08/1986	318098	JAQUELINE DENZER DE LIZ E SOUZA	Aprovado	71,50	38,50	12,00	6,00	15,00
120	4.085.872	09/10/1981	315861	LUCIARA JULIA AVI	Aprovado	71,50	38,50	9,00	9,00	15,00
121	4475875-8	29/09/1987	320888	DARIANE BECKER DA SILVA	Aprovado	71,50	38,50	9,00	9,00	15,00
122	4528709	25/10/1988	318808	KATIANA DOLZAN GIRARDI	Aprovado	71,50	38,50	9,00	9,00	15,00
123	4719133	09/07/1994	318994	ANA PATRICIA PEDRONI	Aprovado	71,50	38,50	9,00	9,00	15,00
124	2254745	01/02/1966	319339	ROSELITA MARIA SEBOLD	Aprovado	71,50	38,50	6,00	12,00	15,00
125	2.628.855	09/09/1971	317112	MYRIAN HOLLER KNAESEL	Aprovado	71,50	38,50	6,00	12,00	15,00
126	4.347.628-7	10/01/1983	320139	VIVIAN SUHELEN PIVA	Aprovado	71,50	38,50	6,00	12,00	15,00
127	4342595	01/06/1989	322510	EMANUELLA MURIÉL CUNHA	Aprovado	71,50	38,50	6,00	12,00	15,00
128	4573908	07/03/1986	322601	ELIANA APARECIDA ADAMI	Aprovado	71,00	56,00	3,00	12,00	0,00
129	4.317.943	11/03/1984	315781	JANAINA SENS EICHHOLZ	Aprovado	71,00	35,00	12,00	9,00	15,00
130	2.331.122	08/02/1970	318837	MARIA APARECIDA FELIPPE	Aprovado	71,00	35,00	9,00	12,00	15,00
131	3.458.906	26/08/1977	322721	CATIANA BOEIRA DE SOUZA	Aprovado	70,00	49,00	12,00	9,00	0,00
132	2097832667	16/06/1989	321047	CAMILA BARCELLOS OLIVEIRA	Aprovado	70,00	49,00	9,00	12,00	0,00
133	5.088.784	19/05/2000	321984	BRUNA LETÍCIA CAPISTRANO STIEBE	Aprovado	70,00	49,00	9,00	12,00	0,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



134	6.189.855	18/08/1995	315676	GRAZIELI DE OLIVEIRA	Aprovado	70,00	49,00	6,00	15,00	0,00
135	3718090	26/01/1983	315820	KATIA ODORIZZI BONI	Aprovado	69,50	45,50	9,00	15,00	0,00
136	4403636	13/04/1989	321350	JULIA GRACIELA NEUHAUS EMKE	Aprovado	69,50	45,50	9,00	15,00	0,00
137	5.613.332	30/12/1993	322895	MIRIã NATANI MACHADO PINHEIRO	Aprovado	69,50	45,50	9,00	15,00	0,00
138	4233874	29/01/1988	321876	MIRIAN CATIELI KRUGER	Aprovado	69,50	45,50	6,00	3,00	15,00
139	865982	09/02/1962	321147	EDELTRAUT ARAGÃO	Aprovado	69,50	45,50	3,00	6,00	15,00
140	5087019	14/07/1985	318559	JANICE NUNES MARTINS SCHARF	Aprovado	69,00	42,00	15,00	12,00	0,00
141	3598040	12/09/1976	318878	CLAUDINEIA MOREIRA RICHARTZ	Aprovado	69,00	42,00	12,00	15,00	0,00
142	10363920	20/08/1960	318144	ELIZETTI PEDROZO	Aprovado	69,00	42,00	6,00	6,00	15,00
143	5536095	27/11/1992	320884	JESSICA VENTURA STRINGARI	Aprovado	69,00	42,00	6,00	6,00	15,00
144	2.913.001	16/06/1973	320895	JORACI SILVERIO LEMOS POLLHEIM	Aprovado	69,00	42,00	3,00	9,00	15,00
145	4280653	30/08/1983	316072	ROBERTA DELA JUSTINA	Aprovado	68,50	45,50	9,00	9,00	5,00
146	2.255.238	28/09/1967	317861	HERMELINDA KNAUL	Aprovado	68,50	38,50	9,00	6,00	15,00
147	2829948	23/10/1972	320108	CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS	Aprovado	68,50	38,50	6,00	9,00	15,00
148	3395197	21/03/1978	319809	ELIZETE MARTENDAL	Aprovado	68,50	38,50	6,00	9,00	15,00
149	3985061	08/11/1979	319377	MILEIDE DOS SANTOS SCHLINDWEIN	Aprovado	68,50	38,50	6,00	9,00	15,00
150	4496003	30/04/1989	315794	ALEXANDRA BARBOSA	Aprovado	68,50	38,50	6,00	9,00	15,00
151	4932235	02/06/1990	321376	MICHELI ALVES	Aprovado	68,50	38,50	6,00	9,00	15,00
152	4317571	30/03/1984	316581	NICELANI SERAFIM	Aprovado	68,50	38,50	3,00	12,00	15,00
153	5.815-314	12/10/1993	316101	TALITA APARECIDA MAZZINI	Aprovado	68,50	38,50	3,00	12,00	15,00
154	4833743	10/04/1989	318202	FRANCIANE MICHELLE ARAGÃO	Aprovado	68,50	38,50	0,00	15,00	15,00
155	5872721	16/11/1993	320278	ADRIANA JOCHEM	Aprovado	68,00	42,00	9,00	12,00	5,00
156	2175781	29/03/1971	315634	MARISE WUERGES	Aprovado	68,00	35,00	9,00	9,00	15,00
157	4431875	30/06/1993	323028	PRISCILA SCHLESSER DUMES	Aprovado	68,00	35,00	9,00	9,00	15,00
158	4.740.475	22/04/1972	317149	SANDRA REGINA COSTA KRÜGER	Aprovado	68,00	35,00	3,00	15,00	15,00
159	4085568	19/10/1981	319856	ADRIANA HOFFMANN BLASIUŠ	Aprovado	67,50	31,50	12,00	9,00	15,00
160	5815373	12/03/1995	319626	KETLIN CRISTINA HEINZEN SALVADOR	Aprovado	67,00	28,00	12,00	12,00	15,00
161	4528350	28/07/1988	316507	CLAUDIA PRUST WESSNER	Aprovado	67,00	28,00	9,00	15,00	15,00
162	5654025	13/05/1993	318172	JESSICA CRISTINA SCHAFRANSKI MOREIRA	Aprovado	66,50	45,50	12,00	9,00	0,00
163	6257375	04/04/1997	319204	ARIANI EGER	Aprovado	66,50	45,50	12,00	9,00	0,00
164	4833407	05/02/1998	318603	TAINÁ CRISTINA GABE	Aprovado	66,50	45,50	12,00	9,00	0,00
165	3674723	17/07/1979	320262	ELIZANDRA SCHULZE	Aprovado	66,50	45,50	9,00	12,00	0,00
166	4475740	04/11/1983	321465	JOSIANE MONDINI BOSS	Aprovado	66,00	42,00	15,00	9,00	0,00
167	3.905.448	22/11/1980	318149	FRANCIELLA ARAGÃO	Aprovado	66,00	42,00	12,00	12,00	0,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



168	4233743	16/02/1985	319491	PATRICIA APARECIDA HINCKEL	Aprovado	66,00	42,00	12,00	12,00	0,00
169	7594859	15/05/1989	321645	ALESSANDRA DOS SANTOS SACANI	Aprovado	66,00	42,00	12,00	12,00	0,00
170	3638122	21/01/1978	316258	MIRIAM STADNICK	Aprovado	66,00	42,00	9,00	15,00	0,00
171	3398575	11/10/1977	321105	LUCINÉIA BARDT	Aprovado	66,00	42,00	6,00	3,00	15,00
172	4280261	27/08/1981	318164	SIMONE SCHUSSLER	Aprovado	66,00	42,00	6,00	3,00	15,00
173	3458873	14/10/1978	317541	EVANILDE DEMETRIO	Aprovado	66,00	42,00	3,00	6,00	15,00
174	5.797.713	05/02/1990	318520	SHEILA MARIA PIVATO	Aprovado	66,00	42,00	3,00	6,00	15,00
175	5.368.350	16/02/1991	317081	JUÇARA SORA VIEIRA	Aprovado	66,00	42,00	3,00	6,00	15,00
176	5075555812	06/02/1943	322657	MIRIAM SIMÕES RODRIGUES	Aprovado	65,50	38,50	12,00	15,00	0,00
177	271.777.3	21/05/1951	316539	ZENILDE FRAINER MACHADO	Aprovado	65,50	38,50	3,00	9,00	15,00
178	36595209	04/06/1992	318689	REGIS MARIA DA SILVA	Aprovado	65,50	45,50	9,00	6,00	5,00
179	4158933	27/05/1987	318721	ANA CLÁUDIA MADRUGA SCHNEIDER	Aprovado	65,50	45,50	6,00	9,00	5,00
180	5379670	30/08/1991	321405	PAULA NATASHA SKOWASCH	Aprovado	65,50	38,50	12,00	15,00	0,00
181	5232015	08/01/1995	315847	RAFAEL BACK	Aprovado	65,50	38,50	12,00	15,00	0,00
182	2.911.510	04/02/1972	316525	JANETE RODRIGUES CARDOSO CHIROLLI	Aprovado	65,50	38,50	6,00	6,00	15,00
183	4317127	05/10/1982	316453	LUCIANA CARDOSO	Aprovado	65,50	38,50	6,00	6,00	15,00
184	2911187	27/08/1973	323074	MARIA CARME MERINI	Aprovado	65,00	42,00	6,00	12,00	5,00
185	4.085.017	12/01/1985	316207	DAIANA RAMOS DA SILVA	Aprovado	65,00	35,00	9,00	6,00	15,00
186	1892395	20/08/1969	316576	ANGELA NARDELLI	Aprovado	65,00	35,00	6,00	9,00	15,00
187	6276750	28/10/1975	320765	ROSECLER DE OLIVEIRA ALEXANDRE	Aprovado	65,00	35,00	6,00	9,00	15,00
188	6338194	08/04/1986	316142	DAIANA FÁTIMA DA SILVA SCREPEC	Aprovado	65,00	35,00	6,00	9,00	15,00
189	4974526	25/08/1987	322582	CÁTIA BACK RAMOS	Aprovado	65,00	35,00	6,00	9,00	15,00
190	5181684	31/03/1989	320996	PRISCILLA FERRARI DA SILVA	Aprovado	65,00	35,00	6,00	9,00	15,00
191	5987808	16/05/1995	316602	ALINE CLARINDA GOETTEN DE LIMA	Aprovado	65,00	35,00	6,00	9,00	15,00
192	4342991	20/08/1986	319041	TÂNIA MOREIRA TOASSI	Aprovado	65,00	35,00	3,00	12,00	15,00
193	44759398	29/12/1986	322118	KARINE SARDÁ GRÄNFELD	Aprovado	65,00	35,00	3,00	12,00	15,00
194	1037923	23/04/1962	323139	MARIA DE LURDES MAYER KOERICH	Aprovado	65,00	35,00	0,00	15,00	15,00
195	6.276.135	10/04/1997	318236	LETICIA GEREMIAS	Aprovado	64,00	49,00	6,00	9,00	0,00
196	4.475.099	02/12/1982	315968	ANDRÉIA MARCHI DA PAZ CORADELLI	Aprovado	63,50	45,50	12,00	6,00	0,00
197	5896082	28/05/1969	317501	MARIA MELANIA OLIVEIRA ARAUJO	Aprovado	63,50	45,50	9,00	9,00	0,00
198	3890282	04/09/1979	318226	ANDRÉIA DA SILVA LONGEN	Aprovado	63,50	45,50	9,00	9,00	0,00
199	4934909	27/05/1991	316488	DJENIFER CRISTINI BENNETT DA SILVA	Aprovado	63,50	45,50	6,00	12,00	0,00
200	1.071.033	20/11/1963	319496	RISOLEIDE APARECIDA TELLES DURLI	Aprovado	63,50	45,50	3,00	15,00	0,00
201	6.005.942	26/11/1994	322305	TAINÁ MARCELINO	Aprovado	63,50	31,50	12,00	15,00	5,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



202	3590756	18/06/1975	320712	REGINA CATIA KELIM THIEL	Aprovado	63,00	42,00	12,00	9,00	0,00
203	3273799	14/08/1976	318714	FRANCIANE XAVIER FERREIRA	Aprovado	63,00	42,00	12,00	9,00	0,00
204	6133635	27/02/1995	318508	DANELISE DE CORDOVA	Aprovado	63,00	42,00	12,00	9,00	0,00
205	6678961	27/06/1995	323986	SINDEL TORRES	Aprovado	63,00	42,00	9,00	12,00	0,00
206	6626670	27/12/1997	319307	EDUARDA FURLANI KRESCH	Aprovado	63,00	42,00	9,00	12,00	0,00
207	6886383	09/11/1998	315905	TAUANE FEDER	Aprovado	63,00	42,00	9,00	12,00	0,00
208	3.512.183-1	13/06/1979	321352	MARISA ALBERTON CAPISTRANO	Aprovado	62,50	38,50	9,00	15,00	0,00
209	5412337	18/09/1995	320625	BRUNA MARINHEIRO	Aprovado	62,00	42,00	6,00	9,00	5,00
210	4740700	25/04/1994	316125	DAIANE SAWICKI ANTUNES	Aprovado	61,50	52,50	0,00	9,00	0,00
211	4404683	27/01/1992	318639	RAYANA SCHNEIDER SELVA	Aprovado	60,50	45,50	9,00	6,00	0,00
212	3533675	22/01/1981	320623	DEISIANE LAURETH STEINBACH	Aprovado	60,50	45,50	6,00	9,00	0,00
213	2.679.798	22/02/1972	319363	SILVANA INÊS WEBER PITZ	Aprovado	60,50	45,50	3,00	12,00	0,00
214	5.261.900	04/04/1995	315843	KAUANA CAROLINE THEISS	Aprovado	60,50	45,50	3,00	12,00	0,00
215	2498163	20/12/1967	323235	MARLETE DA SILVA EISMANN	Aprovado	60,00	42,00	9,00	9,00	0,00
216	5.815.098	11/04/1991	319492	ANA CLAUDIA HILBERT MünZfELD	Aprovado	60,00	42,00	6,00	12,00	0,00
217	6661428	09/07/1995	323194	ANDERSON LORIVAL JENSEN	Aprovado	59,50	38,50	9,00	12,00	0,00
218	3718071	01/07/1979	317913	SHIRLEI REGINA DE MELLO DA SILVA	Aprovado	59,00	35,00	9,00	15,00	0,00
219	2258482	08/07/1980	320448	ADELIA SELMA SPERBER OLIVEIRA	Aprovado	59,00	35,00	9,00	15,00	0,00
220	5279911	16/05/1991	323288	MICHELE SCHULLER LUCHTENBERG	Aprovado	58,50	38,50	6,00	9,00	5,00
221	3.850.038	11/03/1982	316570	ELISANGELA DE OLIVEIRA DA SILVA	Aprovado	58,50	38,50	3,00	12,00	5,00
222	4510662	27/02/1988	321938	ALINE DANIELE BALBINOTTI DOS SANTOS	Aprovado	58,00	49,00	0,00	9,00	0,00
223	3534560	15/07/1981	321295	ANA LUZIA DOS SANTOS DE LIZ	Aprovado	57,50	45,50	3,00	9,00	0,00
224	3.607.685	11/08/1979	317849	ROSEMERI GUTJAHR	Aprovado	57,50	31,50	9,00	12,00	5,00
225	43792715	18/12/1987	321369	ALINE DEYSE ROSA DE LIZ	Aprovado	57,00	42,00	9,00	6,00	0,00
226	5303660	17/04/1989	318892	GABRIELA SERAFIM MARTINS	Aprovado	57,00	42,00	6,00	9,00	0,00
227	6.710.715	05/01/1999	324090	AMANDA ALVES SCHMIDT	Aprovado	57,00	42,00	6,00	9,00	0,00
228	5261838	06/12/1993	318228	LETÍCIA DA SILVA	Aprovado	56,50	38,50	9,00	9,00	0,00
229	5578268	29/01/1996	316907	ADRIENE KRETZSCHMAR	Aprovado	56,50	38,50	9,00	9,00	0,00
230	4719317	20/03/1986	319198	SILVANA CONSTANTE TEIXEIRA	Aprovado	56,50	38,50	6,00	12,00	0,00
231	4935449	05/09/1986	317629	IRENE MARIZE KAMMER ZANDONAI	Aprovado	56,50	38,50	6,00	12,00	0,00
232	4724136	15/07/1984	320122	MARCIANI PETRY KLAUMANN	Aprovado	56,50	38,50	3,00	15,00	0,00
233	4211878	03/12/1989	319564	ANA PAULA VANELLI	Aprovado	56,00	35,00	9,00	12,00	0,00
234	6072890	13/12/1978	321782	LUCIENE ANGELA DOS SANTOS RODRIGUES AGOSTINHO	Aprovado	56,00	35,00	6,00	15,00	0,00
235	4740416	18/12/1989	323133	JULIANA LETICIA TONON	Aprovado	56,00	35,00	6,00	15,00	0,00
236	2.178.143	01/09/1967	322161	DEISE CRISTINA GONÇALVES	Aprovado	55,50	38,50	9,00	3,00	5,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



237	4403362	03/05/1990	316468	MARINA GUCKERT	Aprovado	55,50	38,50	0,00	12,00	5,00
238	1891538	27/02/1968	320395	CLEIA DEMARCHI	Aprovado	55,00	35,00	9,00	6,00	5,00
239	4834202	02/04/1987	320937	PRISCILA BAUMANN	Aprovado	55,00	35,00	6,00	9,00	5,00
240	4068248	20/12/1988	324128	KARINA RIBEIRO BORGES	Aprovado	55,00	35,00	3,00	12,00	5,00
241	5071019	16/03/1994	319872	HORTÊNCIA LUIZA PORTO	Aprovado	54,50	45,50	3,00	6,00	0,00
242	5.815.737	17/07/1997	316697	THALIA STAINICKE HOEPERS	Aprovado	54,50	45,50	0,00	9,00	0,00
243	2855062	28/07/1971	320974	MARIA NADIR DE MOURA	Aprovado	54,00	42,00	6,00	6,00	0,00
244	4394079	01/03/1985	321760	DEISE TANIA DALSENTER SEVEGNANI	Aprovado	54,00	42,00	6,00	6,00	0,00
245	3607787	21/02/1979	320614	CARLANE GOEDE	Aprovado	53,50	38,50	9,00	6,00	0,00
246	4771837	01/06/1987	323980	GREICE ANGELO	Aprovado	53,50	38,50	6,00	9,00	0,00
247	4431179	16/11/1991	315934	TAMARA KARINA THEIS	Aprovado	53,50	38,50	6,00	9,00	0,00
248	5578400	12/07/1997	321151	CAUANA MÜLLER SEBOLD	Aprovado	53,50	38,50	6,00	9,00	0,00
249	4833046	27/08/1997	316306	ELTON YAGO GEREMIAS	Aprovado	53,50	38,50	3,00	12,00	0,00
250	6630835	01/07/1998	320654	DEISE SCHMELZER	Aprovado	53,50	38,50	3,00	12,00	0,00
251	4347105	29/07/1983	318845	MARISE DE FÁTIMA MOREIRA	Aprovado	53,00	35,00	9,00	9,00	0,00
252	51428172	05/12/1991	319497	GRACIELI SAMARA ANDRADE SCHAFFER	Aprovado	53,00	35,00	9,00	9,00	0,00
253	3.658.469-0	28/08/1976	322516	LUCIANA SCHMIDT SALES	Aprovado	53,00	35,00	6,00	12,00	0,00
254	4.280.509	23/01/1994	324029	ALESSANDRA EFFTING	Aprovado	53,00	35,00	6,00	12,00	0,00
255	6.727.128	12/03/1996	315740	AGLER MARQUES DA CUNHA	Aprovado	51,00	42,00	3,00	6,00	0,00
256	4180047	30/12/1981	316865	DÉBORA ANDREA LEAL DOS SANTOS DE ANDRADE	Aprovado	50,50	38,50	6,00	6,00	0,00
257	4024570-5	10/06/1986	318673	VIVIANE ANTUNES DE ABREU	Aprovado	50,50	38,50	6,00	6,00	0,00
258	4740065	29/03/1994	316173	ANE CAROLINE FRONZA	Aprovado	50,50	38,50	6,00	6,00	0,00
259	5815291	17/05/1995	318558	LUANA ROSSETTI MOLINARI	Aprovado	50,50	38,50	6,00	6,00	0,00
260	3.453.599	17/09/1977	316475	CRISTILANE TUON	Aprovado	50,00	35,00	9,00	6,00	0,00
261	3905372	07/11/1979	324190	DANIELLA WACKERHAGE	Aprovado	50,00	35,00	9,00	6,00	0,00
262	4118802	11/06/1981	323421	ISOLENE FERMIANO DOS SANTOS	Aprovado	50,00	35,00	6,00	9,00	0,00
263	4475617	15/03/1984	322642	SIMONI FABIANI ANDRADE MANERICH	Aprovado	50,00	35,00	6,00	9,00	0,00
264	6812423	26/03/1987	318367	TATIANA DE SALLES	Aprovado	50,00	35,00	6,00	9,00	0,00
265	5613376	23/11/1994	321074	LUANA TAIRINE MARTINS	Aprovado	50,00	35,00	6,00	9,00	0,00
266	6050254	02/10/1997	322469	ESTÉFANI SCHULLER	Aprovado	50,00	35,00	6,00	9,00	0,00

**PEDAGOGO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	1427609	20/09/1966	320401	ROSELEA MENEGHETTI POSTAI	Aprovado	81,00	42,00	9,00	15,00	15,00
2	1894970	07/07/1966	319340	MARGARET APARECIDA CARVALHO	Aprovado	74,50	38,50	9,00	12,00	15,00
3	720227	24/11/1961	319698	SCHIRLEY MARILEIA BELL	Aprovado	71,00	35,00	6,00	15,00	15,00
4	4011612	01/08/1979	322213	KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH	Aprovado	70,00	49,00	6,00	15,00	0,00
5	7901503	19/09/1991	322751	VERÔNICA CABRAL DA SILVA VELHO	Aprovado	67,50	31,50	9,00	12,00	15,00
6	257472	08/05/1952	321340	MARIA BERNADETE BACK	Aprovado	58,50	31,50	6,00	6,00	15,00
7	53079639	16/09/1990	316676	DENISE APARECIDA MIRANDA	Aprovado	53,00	35,00	9,00	9,00	0,00

**PROFESSOR DE ARTE**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	4932264	25/04/1994	318509	FELIPE PORTO EDUARDO	Aprovado	67,00	49,00	9,00	9,00	0,00
2	5307292	27/03/1997	316046	LAURA CAROL MASSON	Aprovado	64,50	38,50	6,00	15,00	5,00

**PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	1.890.631-1	29/09/1967	317620	GIOVANA ANITA BUTZKE	Aprovado	81,50	45,50	9,00	12,00	15,00
2	5057904	28/08/1988	317785	LUCIMAR DAL'ALBA BLOCK	Aprovado	65,50	38,50	6,00	6,00	15,00
3	3162346	06/03/1976	320744	SIMONE HINTEMANN	Aprovado	57,50	45,50	3,00	9,00	0,00

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	3607345	10/01/1978	322708	STELA MACEDO LIMA	Aprovado	80,00	35,00	12,00	3,00	30,00
2	3930330	30/03/1978	318696	CLEONICE AVI	Aprovado	74,50	38,50	9,00	12,00	15,00
3	4573935	10/11/1983	316174	SCHIRLEI APARECIDA KREUSCH SCHLICKMANN	Aprovado	67,00	28,00	9,00	15,00	15,00
4	4374351	20/01/1984	318191	GEORGIA MICHELLE MARTINS	Aprovado	61,50	31,50	15,00	15,00	0,00
5	6.292.989	26/10/1995	321862	ALANA CARDOSO	Aprovado	61,00	35,00	9,00	12,00	5,00
6	4088890	10/08/1982	324052	PÂMELA PROBST STOCK	Aprovado	58,50	31,50	12,00	15,00	0,00
7	48330787	17/11/1987	319859	LUIS FERNANDO DE MELLO	Aprovado	54,50	24,50	15,00	15,00	0,00

**PROFESSOR DE INFORMÁTICA**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	5071796-0	29/09/1986	318181	RODRIGO SCHLICKMANN	Aprovado	95,00	56,00	9,00	15,00	15,00
2	4342301	22/11/1986	316215	RODRIGO SALVALAGIO	Aprovado	82,00	49,00	3,00	15,00	15,00
3	3458704	27/02/1978	319378	ALANT&O MARIO SCHLINDWEIN	Aprovado	77,50	45,50	12,00	15,00	5,00
4	4725841	17/09/1989	315990	CLAUDIA FINCK	Aprovado	74,00	35,00	12,00	12,00	15,00

**PROFESSOR DE EMPREENDEDORISMO**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	3579987	05/07/1983	323838	ANDREI STOCK	Aprovado	116,50	59,50	12,00	15,00	30,00
2	3874406	21/12/1981	319954	CRISTIANE GONÇALVES PADILHA NARDELLI	Aprovado	113,00	56,00	12,00	15,00	30,00
3	4706364	12/01/1989	320283	VANESSA DE OLIVEIRA RAMOS	Aprovado	98,50	59,50	9,00	15,00	15,00
4	2.629.126	17/11/1971	320739	JOSELITO SMANIOTTO	Aprovado	96,50	45,50	9,00	12,00	30,00
5	4068426	22/06/1989	318470	LETICIA CATTONI ZUCATELLI	Aprovado	94,50	52,50	12,00	15,00	15,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



6	6133278	17/04/1997	320983	PÂMELA CRISTINA SILVEIRA	Aprovado	84,50	52,50	12,00	15,00	5,00
7	2.122.008	10/10/1971	323422	ALEXANDRE SOUZA	Aprovado	80,50	59,50	6,00	15,00	0,00
8	3693840	08/06/1982	321454	CLEITON LOURIVAL PEIXER	Aprovado	80,00	56,00	9,00	15,00	0,00
9	3310821	28/01/1979	320730	SUELI LAUBE BONESSI	Aprovado	77,00	56,00	6,00	15,00	0,00
10	7772657	11/12/1978	322388	JANAINA CRISTINA VASCONCELOS DA ROCHA	Aprovado	74,00	56,00	6,00	12,00	0,00
11	4088268	14/03/1982	323490	FABIANA NUNES KNOTH DA CUNHA	Aprovado	73,00	56,00	6,00	6,00	5,00
12	2.122.733	16/11/1967	316710	CARLA CRISTINA THIEM CRISTINO	Aprovado	68,50	59,50	0,00	9,00	0,00
13	4321861	13/10/1989	321585	JOANA MARILIA MACHADO	Aprovado	67,50	52,50	6,00	9,00	0,00
14	5888282	26/12/1991	321743	PAOLA FERNANDA BORBA	Aprovado	65,50	45,50	3,00	12,00	5,00
15	51816610	17/03/1987	316071	KEILA PAULA NEUBER	Aprovado	65,00	42,00	9,00	9,00	5,00

**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	2625973	21/12/1973	319224	MALIZE SCHREIBER MULLER	Aprovado	92,50	59,50	6,00	12,00	15,00
2	4271621	18/05/1994	320709	THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA Cê	Aprovado	89,00	56,00	6,00	12,00	15,00
3	720227	24/11/1961	319695	SCHIRLEY MARILEIA BELL	Aprovado	82,00	49,00	9,00	9,00	15,00
4	5772603	17/05/1997	315771	TIFANI CAROLINI STOLF	Aprovado	81,50	52,50	12,00	12,00	5,00
5	43473873	27/12/1983	315779	RAQUEL WIGGERS	Aprovado	81,50	45,50	9,00	12,00	15,00
6	3.774.542-5	22/08/1971	319675	IRLEI BRANDL TISCOSKI DA SILVA	Aprovado	81,50	45,50	6,00	15,00	15,00
7	4280160	08/11/1985	322389	FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA	Aprovado	81,00	42,00	12,00	12,00	15,00
8	3819598	27/03/1980	323254	VALDETE ELENIR MOSER PRETO	Aprovado	80,00	42,00	12,00	6,00	20,00
9	5872721	16/11/1993	320273	ADRIANA JOCHEM	Aprovado	79,00	56,00	9,00	9,00	5,00
10	4371819	11/12/1986	316536	CARLA CRISTIANE ALVES	Aprovado	78,50	45,50	9,00	9,00	15,00
11	5.412.324	16/02/1996	316205	IARA CRISTINA TENFEN STUPP	Aprovado	78,50	45,50	9,00	9,00	15,00
12	4.691.787	06/03/1985	318707	PATRICIA FRANCISCONI WALZBURGER	Aprovado	78,00	42,00	6,00	15,00	15,00
13	5279551	23/12/1988	323161	CINTHIA WIESE	Aprovado	76,50	52,50	12,00	12,00	0,00
14	2919805	07/07/1976	321033	SUSANA HOFFMANN	Aprovado	75,50	45,50	9,00	6,00	15,00
15	4.056.298	25/10/1986	318552	DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER	Aprovado	75,50	45,50	9,00	6,00	15,00
16	4317571	30/03/1984	316592	NICELANI SERAFIM	Aprovado	75,50	45,50	6,00	9,00	15,00
17	4706407	19/12/1989	317232	SAMARA DALAGNELO	Aprovado	75,00	42,00	9,00	9,00	15,00
18	4088945	10/06/1990	315774	KELLIN PETERSEN	Aprovado	75,00	42,00	9,00	9,00	15,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



19	5654417	20/10/1993	317052	TAINARA LAURETT JASPER	Aprovado	74,00	35,00	12,00	12,00	15,00
20	2175781	29/03/1971	315635	MARISE WUERGES	Aprovado	72,50	45,50	3,00	9,00	15,00
21	4068759	28/04/1983	316616	CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER	Aprovado	72,50	45,50	3,00	9,00	15,00
22	47407662	25/01/1992	318119	JOSELAINE CRISTINE BARBOSA	Aprovado	72,50	45,50	3,00	9,00	15,00
23	2627389	19/05/1974	322364	IVANA CATARINA FISCHER	Aprovado	72,00	42,00	6,00	9,00	15,00
24	4068537	03/07/1983	317939	GRAZIELE DOS SANTOS	Aprovado	72,00	42,00	6,00	9,00	15,00
25	4.529.045	11/09/1986	318695	VANESSA KALESKI GIACOMOZZI	Aprovado	72,00	42,00	6,00	9,00	15,00
26	3679199	02/08/1981	320583	JANYCE EBEL	Aprovado	71,50	38,50	9,00	9,00	15,00
27	89083290	25/02/1986	316251	GRASIELE LAZZARI RIBAS	Aprovado	71,50	38,50	9,00	9,00	15,00
28	6238633	27/11/1991	316462	EDSON LIMA MORAES	Aprovado	71,50	38,50	9,00	9,00	15,00
29	4486269	01/05/1992	318642	JANINE CLARA MARHOLD	Aprovado	71,50	38,50	9,00	9,00	15,00
30	5076594	18/05/1994	316310	VANESSA MARTINS	Aprovado	71,50	38,50	9,00	9,00	15,00
31	4011612	01/08/1979	322211	KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH	Aprovado	71,00	56,00	9,00	6,00	0,00
32	5815373	12/03/1995	319623	KETLIN CRISTINA HEINZEN SALVADOR	Aprovado	71,00	35,00	12,00	9,00	15,00
33	5.379.668	15/07/1992	319793	JAMYLE CRISTINE GOEDERT	Aprovado	70,00	49,00	0,00	6,00	15,00
34	6190991	23/03/1996	317506	CAROLINE APARECIDA PEREIRA FRANCISCO	Aprovado	69,50	45,50	9,00	0,00	15,00
35	4475429	06/09/1984	323789	SUELEN LUCHTENBERG	Aprovado	69,50	45,50	6,00	3,00	15,00
36	5613894	17/12/1991	319035	CINTIA CARLA GONÇALVES HAAS MÜLLER	Aprovado	69,50	45,50	6,00	3,00	15,00
37	4342595	01/06/1989	322872	EMANUELLA MURIÉL CUNHA	Aprovado	69,00	42,00	6,00	6,00	15,00
38	2126928	18/01/1973	321363	PATRICIA AVANCINI	Aprovado	69,00	42,00	3,00	9,00	15,00
39	4724847	25/11/1989	315895	SHEENA CARLA PARMA VENTURI	Aprovado	68,50	38,50	9,00	6,00	15,00
40	1427609	20/09/1966	320399	ROSELEA MENEGHETTI POSTAI	Aprovado	68,00	35,00	6,00	12,00	15,00
41	5087019	14/07/1985	318561	JANICE NUNES MARTINS SCHARF	Aprovado	67,50	52,50	3,00	12,00	0,00
42	4833344	25/08/1992	315646	LUANA TOMAZONI FELIPE	Aprovado	66,50	45,50	9,00	12,00	0,00
43	3820379	20/11/1976	318039	MACARTE SILVEIRA RODRIGUES GUTZ	Aprovado	66,50	45,50	3,00	3,00	15,00
44	12224219	07/03/1960	320010	ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL	Aprovado	66,50	45,50	0,00	6,00	15,00
45	4467811	30/09/1983	321698	SUÉLEN REGINA WEINFURTER VIEIRA	Aprovado	66,50	45,50	0,00	6,00	15,00
46	405960852	26/03/1986	315638	IZABELA OLIVEIRA FARIAS LIMA	Aprovado	66,00	49,00	9,00	3,00	5,00
47	4280775	18/05/1996	315650	ANDRESSA GIACOMOZZI	Aprovado	65,50	38,50	6,00	6,00	15,00
48	1894970	07/07/1966	319343	MARGARET APARECIDA CARVALHO	Aprovado	65,00	35,00	6,00	9,00	15,00
49	4403216	16/07/1988	320769	ELAINE CRISTINA BRIDI	Aprovado	65,00	35,00	3,00	12,00	15,00
50	5.815.960	03/09/1998	322726	MILENA DJIONARA MEES	Aprovado	64,50	52,50	9,00	3,00	0,00
51	5279911	16/05/1991	323283	MICHELE SCHULLER LUCHTENBERG	Aprovado	64,50	38,50	9,00	12,00	5,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



52	2918999	13/01/1975	318916	LUCIANA DA SILVA	Aprovado	64,00	49,00	6,00	9,00	0,00
53	6947465	03/03/2000	322350	RENATA GABRIELLE SOFKA	Aprovado	63,50	45,50	9,00	9,00	0,00
54	5465837	07/12/1994	322031	MARLLA SUELLYN ZANIS	Aprovado	62,00	42,00	6,00	9,00	5,00
55	6626670	27/12/1997	319308	EDUARDA FURLANI KRESCH	Aprovado	60,00	42,00	9,00	9,00	0,00
56	7627535	10/04/1997	316923	RAVENA LISBOA MORAES	Aprovado	59,00	35,00	9,00	15,00	0,00
57	5748926	06/02/1997	322055	RAQUEL PICKLER	Aprovado	57,50	45,50	9,00	3,00	0,00
58	6620046	15/07/1999	320752	FERNANDA VANDERLINDE	Aprovado	57,50	45,50	6,00	6,00	0,00
59	2122109	13/09/1969	317803	SÉLIS REGINA TESTONI VICENTIN	Aprovado	57,00	42,00	6,00	9,00	0,00
60	3890384	24/07/1977	321993	ELAINE CRISTINA ADAMI	Aprovado	55,00	35,00	12,00	3,00	5,00
61	1.241.976-1	22/03/1970	323006	VANUSA SCHAPPO MATHEUS	Aprovado	55,00	35,00	6,00	9,00	5,00
62	2976198	26/06/1975	322940	ELICIANE LOURENÇO DE SOUZA	Aprovado	55,00	35,00	6,00	9,00	5,00
63	4833538	07/06/1995	316299	BRUNA NEUHAUS	Aprovado	54,50	45,50	3,00	6,00	0,00
64	3718071	01/07/1979	317914	SHIRLEI REGINA DE MELLO DA SILVA	Aprovado	53,50	38,50	6,00	9,00	0,00
65	6072890	13/12/1978	321772	LUCIENE ANGELA DOS SANTOS RODRIGUES AGOSTINHO	Aprovado	53,50	38,50	3,00	12,00	0,00
66	3638085	10/08/1979	324126	ROBERTA CLAUDINO D'ÁVILA PEREIRA	Aprovado	53,50	38,50	3,00	12,00	0,00
67	4740416	18/12/1989	323135	JULIANA LETICIA TONON	Aprovado	53,50	38,50	3,00	12,00	0,00
68	6338113	13/08/1995	317871	TAINARA DOS SANTOS	Aprovado	51,00	42,00	3,00	6,00	0,00
69	6886383	09/11/1998	315907	TAUANE FEDER	Aprovado	50,50	38,50	6,00	6,00	0,00
70	3638122	21/01/1978	316263	MIRIAM STADNICK	Aprovado	50,50	38,50	3,00	9,00	0,00
71	48333867	05/03/1993	323270	MAIRA LUANA FELIPONI SILVA	Aprovado	50,50	38,50	3,00	9,00	0,00
72	3905303	11/06/1980	315666	EDNA CRISTINA CHRISTEN MEDEIROS	Aprovado	50,00	35,00	9,00	6,00	0,00

**PROFESSOR DE INGLÊS**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	5081003	18/07/1994	315720	MÁRCIO SCHROEDER DA COSTA	Aprovado	82,50	52,50	3,00	12,00	15,00
2	3.905.941	31/01/1985	315848	MARIA GABRIELA SOARES DA SILVA BALEN	Aprovado	81,50	52,50	3,00	6,00	20,00
3	7.050.714	30/05/2001	320657	ANA CAROLINA LIVRAMENTO GOETTEN	Aprovado	73,50	52,50	6,00	15,00	0,00
4	3160076	09/01/1978	317962	ANDERSON LUCHTENBERG	Aprovado	73,50	38,50	6,00	9,00	20,00
5	6292587	31/01/1998	319957	GABRIELE LOLITA VICENTE	Aprovado	61,00	49,00	9,00	3,00	0,00
6	3980019	05/01/1984	317681	GIOVANI DE SOUZA	Aprovado	53,50	38,50	6,00	9,00	0,00
7	3833787	02/12/1983	324209	DAIANA LOHN	Aprovado	53,00	35,00	3,00	15,00	0,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



8	48330787	17/11/1987	319858	LUIS FERNANDO DE MELLO	Aprovado	50,00	35,00	6,00	9,00	0,00
9	6230626	01/12/1998	319285	LETÍCIA RIBEIRO DOS SANTOS	Aprovado	50,00	35,00	6,00	9,00	0,00

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	5232967	14/04/1997	319058	ANDRESSA SEZERINO	Aprovado	86,00	56,00	9,00	6,00	15,00
2	4.347.236	29/10/1993	317669	RAFAEL CAMPESTRINI	Aprovado	70,00	28,00	12,00	15,00	15,00
3	3718336	04/10/1982	319194	ANDRÉIA TERESINHA ADÃO	Aprovado	69,00	42,00	3,00	9,00	15,00
4	1.897.503	14/03/1968	321346	DAURI DOLZAN	Aprovado	68,50	38,50	6,00	9,00	15,00
5	4011231	18/08/1984	323729	JULIANA SEBOLD	Aprovado	68,50	38,50	6,00	9,00	15,00
6	3993121	09/12/1978	318399	EDILSON HENRIQUE KOTH	Aprovado	65,00	35,00	12,00	3,00	15,00
7	2915257	08/01/1975	316138	LUCIANA LUIZA LUCINI	Aprovado	65,00	35,00	9,00	6,00	15,00
8	3.533.798	23/01/1982	320215	MARIA ISABEL REGUEIRA	Aprovado	63,50	45,50	9,00	9,00	0,00
9	5071716	08/05/1992	323114	LAURO JOSE PADILHA	Aprovado	61,50	38,50	9,00	9,00	5,00
10	53549295	20/11/1992	318661	JOZIANE BAUER	Aprovado	61,00	35,00	9,00	12,00	5,00
11	3533891	30/10/1975	315856	ANGELITA KRAUSE SCHMITZ	Aprovado	59,50	45,50	6,00	3,00	5,00
12	5379132	25/12/1996	316124	NATHANIELE CRISTINE DA SILVA	Aprovado	55,00	35,00	9,00	6,00	5,00
13	6479612	26/10/1999	320456	JOÃO PEDRO DE SOUZA	Aprovado	54,00	42,00	9,00	3,00	0,00
14	4431179	16/11/1991	315940	TAMARA KARINA THEIS	Aprovado	54,00	42,00	6,00	6,00	0,00
15	5395040	28/09/1988	319773	ARIANE DE FÁTIMA BOTELHO DA SILVA	Aprovado	50,00	35,00	9,00	6,00	0,00

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	6479352	17/08/1995	322695	GABRIELA ALLEIN	Aprovado	103,00	49,00	9,00	15,00	30,00
2	4745449	25/03/1993	319245	MONICA ZILS	Aprovado	89,00	56,00	3,00	15,00	15,00
3	4691133	07/07/1974	321107	REGIANE DA SILVA	Aprovado	85,00	49,00	9,00	12,00	15,00
4	4431070	04/03/1989	316165	CRISTIANO DUARTE	Aprovado	75,00	49,00	9,00	12,00	5,00
5	4.691.714-4	12/04/1991	318525	CLEIDE FRONZA	Aprovado	66,00	42,00	3,00	6,00	15,00
6	5011491	11/02/1992	324117	JACKSON RUAN BEKHAUSER	Aprovado	63,50	45,50	6,00	12,00	0,00
7	6616674	02/04/2000	320453	JOAO RICARDO SCHWAMBACH	Aprovado	63,00	42,00	6,00	15,00	0,00
8	3718714	19/03/1983	320402	MAYCON ANTONIO PEREIRA	Aprovado	62,00	42,00	6,00	9,00	5,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



9	6189427	10/01/1998	319912	LARIÇA FRENA	Aprovado	61,50	38,50	9,00	9,00	5,00
10	7450290	15/01/1980	322258	EDMEA MARIA JÚLIO GIACOMOZZI	Aprovado	56,00	42,00	3,00	6,00	5,00

**PROFESSOR DE HISTÓRIA**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	3980324	28/03/1988	315633	DOUGLAS SCHIFTER	Aprovado	79,00	49,00	3,00	12,00	15,00
2	4706673	01/02/1991	316157	NATAN MÁRIO KRUTZSCH	Aprovado	74,00	42,00	12,00	15,00	5,00
3	4695332	06/07/1990	318073	GUSTAVO GREIN DA SILVA	Aprovado	70,00	35,00	6,00	9,00	20,00
4	4139782	02/12/1981	316161	ALESSON DE MORAES	Aprovado	66,50	45,50	12,00	9,00	0,00
5	6033288	23/05/1999	319737	GABRIELA CAROLINA SENEM	Aprovado	63,50	45,50	9,00	9,00	0,00
6	4.642.535-7	01/05/1982	315818	SILVANA GOULART	Aprovado	59,50	45,50	3,00	6,00	5,00
7	2493117	12/02/1972	317142	MARIA ELISA MAYR	Aprovado	57,00	42,00	9,00	6,00	0,00
8	3162346	06/03/1976	320746	SIMONE HINTEMANN	Aprovado	55,00	49,00	0,00	6,00	0,00

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	107249680	14/07/1995	320276	POLLYNE TEIXEIRA DE LARA	Aprovado	78,50	45,50	3,00	15,00	15,00
2	4725841	17/09/1989	315988	CLAUDIA FINCK	Aprovado	72,00	42,00	9,00	6,00	15,00
3	5888397	14/09/1994	316411	GUSTAVO ALBERTO HASSE	Aprovado	57,00	42,00	9,00	6,00	0,00
4	3869320	12/03/1988	316992	KLEBER LUIS ELEUTÉRIO	Aprovado	50,50	38,50	0,00	12,00	0,00

**PROFESSOR DE LIBRAS**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	6072941	16/07/1992	321349	SARA CRISTINA STACHESKI MARTINS	Aprovado	91,00	49,00	12,00	15,00	15,00

**PROFESSOR DE FILOSOFIA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	9104054491	03/03/1988	319710	RICARDO LAVALHOS DAL FORNO	Aprovado	76,00	35,00	12,00	9,00	20,00

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	5379286	06/06/1993	315868	ANDRESSA ANDRE	Aprovado	69,00	42,00	6,00	6,00	15,00
2	49352610	08/07/1982	321601	JANETE PEREIRA	Aprovado	58,50	38,50	6,00	9,00	5,00

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	2494483	19/10/1968	323274	NEUSA GONÇALVES BEUTING	Aprovado	55,00	35,00	3,00	12,00	5,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/ SC**  
**PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019**



**ANEXO II – Pessoas com Deficiência (PcD)**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Clas.	RG nº.	Data Nasc.	Insc.	Candidato	Resultado	Total	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa e Interpretação de Textos	Matemática	Prova de Títulos
1	3395197	21/03/1978	319809	ELIZETE MARTENDAL	Aprovado	68,50	38,50	6,00	9,00	15,00
2	5232015	08/01/1995	315847	RAFAEL BACK	Aprovado	65,50	38,50	12,00	15,00	0,00
3	4404683	27/01/1992	318639	RAYANA SCHNEIDER SELVA	Aprovado	60,50	45,50	9,00	6,00	0,00

**DECRETO Nº 8566, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212472

DECRETO Nº 8566, de 31 de outubro de 2019.

"HOMOLOGA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº 011/2019/FMAS, de 30/10/2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com fundamento no artigo 26, Parágrafo Único, Inciso II e III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Inexigibilidade de Licitações Nº 011/2019/FMAS, de 30.10.2019. Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
	Parágrafo Único – AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTES PARA USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E BOLSISTAS ATENDIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL / SC. CONTRATADA: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8567, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212447

DECRETO Nº 8567, de 31 de outubro de 2019.

"INCLUI O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DO DECRETO Nº 5.123, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016, QUE REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 311, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE CRIA O FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (FUNPRO), A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, DECRETA:

Art. 1º - Inclui o parágrafo único no art. 5º, no Decreto nº 5.123, de 01 de fevereiro de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 5º ...

Parágrafo único. Caso o valor apurado nos termos do caput ultrapasse o teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, o saldo excedente será destinado por rateio equitativo aos procuradores da ativa e da inatividade, no mês subsequente;

..."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8568, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212230

DECRETO Nº 8568, de 31 de outubro de 2019.

"INSTITUI COMISSÃO DE SELEÇÃO DO EDITAL Nº 008/2019 DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CURSOS ESPECÍFICOS NA ÁREA CULTURAL E ARTÍSTICA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade com § 1º, do artigo 27,

da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul;

**DECRETA:**

Art. 1º- Ficam designados para compor a Comissão de Seleção do Edital nº 008/2019, que "INSTITUI PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CURSOS ESPECÍFICOS NA ÁREA CULTURAL E ARTÍSTICA", as seguintes cargos:

I – GABINETE DO PREFEITO, representado por Odair da Rosa

II – PROCURADORIA JURÍDICA, representado por Jairo Wehmuth Junior

III – DIRETOR DE CONTROLE INTERNO, representado por Ronaldo da Rocha

IV – DIRETOR EXECUTIVO DE CULTURA, representado por Rafael Aparício Tschumi

V – DIRETORA CONTÁBIL, representado por Diovana May Machado

Parágrafo único: O suplente de cada representante seria a pessoa que ocupa um cargo abaixo.

Art. 2º- Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com ao menos uma das entidades participantes do chamamento público.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8569, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212446

DECRETO Nº 8569, de 31 de outubro de 2019.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 6.004 de 17 de dezembro de 2018.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 156.922,03 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e dois reais e três centavos), por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

80.00	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO		
80.01	ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO		
2.007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03348000	Transferências de Convênios - União - Gestão de Governo	R\$	156.922,03
	TOTAL	R\$	156.922,03

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8570, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212656

DECRETO Nº 8570, de 31 de outubro de 2019.

"CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADES, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS – FMD, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37. Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desportos – FMD, o veículo UNO, Placas MLN-8072, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, pelo prazo determinado nos dias 31 de outubro à 10 de novembro de 2019, saída as 09h, do Ginásio Municipal, para levar atletas da Fundação Municipal de Desportos - FMD, para a participação do evento; "Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC", que acontecem nas cidades de Indaial, Pomerode e Timbó.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, Paulo Rene Rodrigues de Moura, matrícula nº 166413, no dia 31 de outubro de 2019, e de 01 à 10 de novembro de 2019, será o servidor da SEDAF, Sebastião do Amaral, matrícula nº 214301, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8571, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212615

DECRETO Nº 8571, de 31 de outubro de 2019.

"CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADES, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto – FMD, o veículo VW / GOL 1.6 2012 / 2013 - Placa MKD-9702; Frota 364; Patrimônio 19838; Chassi: 9BWAB05U5DP012643; Renavam: 460726315; Patrimônio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, pelo prazo determinado, no dia 01 de novembro de 2019, com saída do Ginásio Municipal, às 14h, para o deslocamento dos atletas da modalidade de xadrez da FMD, até a cidade de Timbó, onde irão participar do evento: Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, Dauri Casatti, matrícula nº 75817, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8572, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212620

DECRETO Nº 8572, de 31 de outubro de 2019.

"CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADES, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA – SEDAF, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado à Secretaria de Administração e Fazenda – SEDAF/ Departamento de Patrimônio/Divisão de Gestão Patrimonial/Cemitério, o veículo Ford KA SE 1.5 SD; Cor Branca; Placa QJB-6835; Frota 512; Ano/Modelo: 2018/2018; Chassi 9BFZH54J8J8128852; Renavam 1155805183; Patrimônio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, pelo prazo determinado, no dia 02 de novembro de 2019, das 06h30 às 20h, para o deslocamento de pessoas idosas e com necessidades especiais, nas dependências do Cemitério Municipal.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, Marcos Leandro, matrícula nº 1618563, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8573, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212624

DECRETO Nº 8573, de 31 de outubro de 2019.

"CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADES, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA – SEDAF, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado à Secretaria de Administração e Fazenda – SEDAF/ Departamento de Patrimônio/ Divisão de Gestão Patrimonial/Cemitério, o veículo: Ford KA SE 1.5 SD; Cor Branca; Placa QJO-6448; Frota 519; Ano/Modelo 2018/2019; Chassi 9BFZH54S4K8207185; Renavam 1168699727; Patrimônio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, pelo prazo determinado, no dia 02 de novembro de 2019, das 06h30 às 20h, para o deslocamento de pessoas idosas e com necessidades especiais, nas dependências do Cemitério Municipal.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, Mário José Conzatti, matrícula nº 3552701, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8574, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212627

DECRETO Nº 8574, de 31 de outubro de 2019.

"CONCEDE VEÍCULO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA – SEDAF, PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL - FCRS, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no Artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Cultural de Rio do Sul - FCRS, o veículo conforme segue; CHEVROLET / CELTA 1.0L LT BRANCA 2012 / 2013 - Placa MJW0517; Frota 375 - Patrimônio 20469; Chassi: 9BGRP48F0DG169183; Renavam: 492672091, da Secretaria de Administração e Fazenda - SEDAF, por tempo determinado, no dia 02 de novembro de 2019, para o traslado da bibliotecária Raquel, até ao aeroporto de Florianópolis/SC, que embarcará para a Costa Rica, onde foi vencedora do 4º concurso de estágio internacional Iberbibliotecas, com o projeto "Biblioteca Geradora de Cultura de Paz".

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8577, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212630

DECRETO Nº 8577, de 31 de outubro de 2019.

"CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SEDAF, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no Artigo 37, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos - FMD, por tempo determinado o motorista / Servidor Sebastião do Amaral, matrícula número nº 214301, no período de 01 à 10 de novembro de 2019, com saída do Ginásio de Esportes Artenir Werner, para o transportes de atletas da FMD, que irão participar do evento "Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC", que acontecem nas cidades de Timbó, Indaial e Pomerode.

Art.2º - As despesas decorrentes como a cessão do motorista, o servidor do Sebastião do Amaral, matrícula número nº 214301, Ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2019 - FCRS**

Publicação Nº 2212225

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2019

CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ATRAVÉS DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PLANO DE TRABALHO VOLTADO PARA OFERECIMENTO DE CURSOS ARTÍSTICOS E PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA CULTURAL.

A Fundação Cultural de Rio do Sul consoante o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, TORNA PÚBLICO sua intenção

de firmar Termo de Colaboração com Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto nº 8568 de 31 de outubro de 2019, aberto a todas as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à cultura, e que estejam devidamente habilitadas, conforme os ditames deste Edital e seus Anexos.

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### 1.1. OBJETO

Constitui o objeto do presente termo de colaboração o estabelecimento de um programa de cooperação financeira entre as partes, a fim de viabilizar o desenvolvimento de cursos específicos na área cultural e artística, eventos culturais, bem como, cooperação técnica de design gráfico, técnico de iluminação, manutenção e sonorização e assessoria de comunicação para atuação na Fundação Cultural de Rio do Sul.

### 1.2. JUSTIFICATIVA

Em conformidade com o objeto deste chamamento público que consta da seleção de projetos destinados a viabilizar, com capacidade técnica e operacional, o desenvolvimento de cursos específicos na área cultural e artística, eventos culturais e profissionais afins: design gráfico, técnico de iluminação, manutenção e sonorização de eventos, e assessoria de comunicação. A capacidade técnica e operacional no que tange aos cursos específicos organizados pela Fundação Cultural de Rio do Sul, refere-se às modalidades: professores, instrutores e profissionais afins. Entende-se por professores, os profissionais habilitados com diploma de graduação ou pós-graduação nas áreas artísticas: Artes Visuais, Música e Artes Cênicas. Por instrutores, entende-se os autodidatas e de ensino livre, não havendo a obrigatoriedade de titulações acadêmicas, sendo que a seleção dar-se-á por tempo de experiência e currículo comprovados com cursos de formação na área. A Fundação Cultural oferece os cursos, mas não disponibiliza de material humano qualificado para a realização dos cursos e assessorias descritas. Há uma variação dos cursos oferecidos e com isso inviabiliza que a Fundação tenha

todos os profissionais para todas as áreas especificadas. Os eventos culturais são definidos em agenda anual, visando promover a formação cultural a partir das parcerias organizadas entre as partes.

### 1.3. PRINCÍPIOS QUE REGEM A CONTRATAÇÃO

Os princípios que regem a contratação, que trata este Edital tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, destinando-se a assegurar:

I - o reconhecimento da participação social como direito do cidadão;

II - a solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e de inclusão social e produtiva;

III - a promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável;

IV - o direito à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas;

V - a integração e a transversalidade dos procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social;

VI - a valorização da diversidade cultural e da educação para a cidadania ativa;

VII - a preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões material e imaterial.

São diretrizes fundamentais do regime jurídico de parceria:

I - a promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público;

II - a priorização do controle de resultados;

III - o incentivo ao uso de recursos atualizados de tecnologias de informação e comunicação;

IV - o estabelecimento de mecanismos que ampliem a gestão de informação, transparência e publicidade;

V - a sensibilização, a capacitação, o aprofundamento e o aperfeiçoamento do trabalho de gestores públicos, na implementação de atividades e projetos de interesse público e relevância social com organizações da sociedade civil;

VI - a adoção de práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens indevidos;

## 2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

### 2.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil, assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a",

“b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014:

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

Para celebrar as parcerias previstas neste Edital, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos deste Edital e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV - possuir:

a) no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme a parceria seja celebrada no âmbito do Município de Rio do Sul;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e II as organizações religiosas.

As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto no inciso III, estando dispensadas do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I e II.

Para fins de atendimento do previsto na alínea c do inciso IV, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia.

## 2.2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Para celebração das parcerias previstas neste Edital, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

I - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

II - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

III - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

IV - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

V - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado.

VI – Portfólio que comprove capacidade técnica dos profissionais, como participação de atividades, cursos, eventos, etc;

## 2.3. REQUISITOS PARA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas neste Edital e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Edital e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista neste Edital;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

g) da designação do gestor da parceria;

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração.

Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes. Configurado o impedimento, deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

#### 2.4. DO PLANO DE TRABALHO

Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

#### 2.5. DO IMPEDIMENTO PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Edital a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma

esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

- a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

- a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c";

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

- a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º. Nas hipóteses do item 2.5, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º. Em qualquer das hipóteses previstas no item 2.5, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3º. Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 4º. A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 5º. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

§ 6º. É vedada a celebração de parcerias previstas neste Edital que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

### 3. DA FASE DE SELEÇÃO

A fase de seleção observará as seguintes etapas:

**CRONOGRAMA**

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	31/10/2019
2	Envio das propostas pelas OSCs.	01/11/19 à 02/12/19
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	03/12/19 à 05/12/19
4	Divulgação do resultado preliminar.	06/12/2019
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	09 à 13/12/2019
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	16 à 17/12/2019
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	18 à 20/12/2019

Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (Arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) organização(ões) da sociedade civil selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

**3.1. ETAPA 1: PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do(a) Município de Rio do Sul na internet (<https://riodosul.atende.net>), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

**3.2. ETAPA 2: ENVIO DAS PROPOSTAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

As propostas serão apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil até às 16h do dia 02 de dezembro de 2019, à Comissão de Seleção nomeada pelo Decreto nº 8568, de 31 de outubro de 2019.

As propostas deverão ser encaminhadas em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta – Edital de Chamamento Público nº 008/2019", pessoalmente para a Comissão de Seleção, no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa 204, Bairro Budag - Rio do Sul/SC

A proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil proponente.

Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública.

Cada Organização da Sociedade Civil poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

**3. ETAPA 3: ETAPA COMPETITIVA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO**

Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido no Cronograma anteriormente exposto para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada.

A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0

(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau pleno de adequação (2,0)</li> <li>- Grau satisfatório de adequação (1,0)</li> <li>- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0).</li> </ul> <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.</p>	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau pleno da descrição (1,0)</li> <li>- Grau satisfatório da descrição (0,5)</li> <li>- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).</li> </ul> <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.</p>	1,0
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0);</li> <li>- O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5);</li> <li>- O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0).</li> </ul> <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.</p>	1,0
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0).</li> <li>- Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0).</li> <li>- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0).</li> </ul> <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).</p>	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

Serão eliminadas aquelas propostas:

a) cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;

b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;

c) que estejam em desacordo com o Edital; ou

d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa que ateste a inviabilidade econômica e financeira da proposta, inclusive à luz do orçamento disponível.

As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento

público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

#### 3.4. ETAPA 4: DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do Município de Rio do Sul na internet (<https://riodosul.atende.net>) e no Diário Oficial dos Municípios, iniciando-se o prazo para recurso.

#### 3.5. ETAPA 5: INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR

Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

Os recursos serão apresentados à Comissão de Seleção por meio da plataforma eletrônica. Se a plataforma estiver indisponível, a administração pública deverá, antes da abertura do prazo recursal, divulgar a nova forma de apresentação do recurso, inclusive com indicação, se for o caso, do local.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

Interposto recurso, a plataforma eletrônica dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem. Caso a plataforma esteja indisponível para essa finalidade, a administração pública dará ciência, preferencialmente por meio eletrônico, para que os interessados apresentem suas contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da ciência.

#### 3.6. ETAPA 6: ANÁLISE DOS RECURSOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Chefe do Poder Executivo, com as informações necessárias à decisão final.

A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 3.7. ETAPA 7: HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE SELEÇÃO

Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão ou a entidade pública deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

A homologação não gera direito para a Organização da Sociedade Civil à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

#### 4. FASE DE CELEBRAÇÃO

A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da Organização da Sociedade Civil selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

#### 4.1. ETAPA 1: CONVOCAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SELECIONADA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

Para a celebração da parceria, a administração pública convocará a Organização da Sociedade Civil selecionada para, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019/2014).

Por meio do plano de trabalho, a Organização da Sociedade Civil selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019/2014).

Além da apresentação do plano de trabalho, a Organização da Sociedade Civil selecionada, no mesmo prazo acima de 30 (trinta) dias úteis, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do artigo 2º, nos incisos I a V do caput do artigo 33, e nos incisos II a VII do caput do artigo 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o artigo 39 da referida Lei.

O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela Organização da Sociedade Civil selecionada, pessoalmente no endereço: Rua Rui Barbosa, n. 204, Bairro Budag – Rio do Sul/SC

#### 4.2. ETAPA 2: VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA E ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela Organização da Sociedade Civil selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

A administração pública examinará o plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil selecionada ou, se for o caso, pela Organização da Sociedade Civil imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, a administração pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho.

Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a Organização da Sociedade Civil selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a Organização da Sociedade Civil convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

#### 4.3. ETAPA 3: AJUSTES NO PLANO DE TRABALHO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a Organização da Sociedade Civil será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de não celebração da parceria.

Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela Organização da Sociedade Civil, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a Organização da Sociedade Civil deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

#### 4.4. ETAPA 4: PARECER DE ÓRGÃO TÉCNICO E ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a Organização da Sociedade Civil fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

A Organização da Sociedade Civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

#### 4.5. ETAPA 5: PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

#### 5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA REALIZAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

O limite máximo de orçamento previsto referente ao período de 12 meses de vigência do Termo de Colaboração é de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Sendo repassado o valor fixo mensal R\$ 116.666,66 (cento e dezesseis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) mais o valor variável em acordo com as atividades extras no decorrer de cada mês.

As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias fixadas para o exercício de 2019, conforme descrito a seguir:

Ação: 2076 – Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul

Modalidade de Aplicação: 3335000000000000

Vínculo 01000000

A Fundação Cultural de Rio do Sul transferirá mensalmente à OSC 10% dos valores arrecadados através das mensalidades dos cursos oferecidos pela instituição, referente ao pagamento das despesas como taxas bancárias e contabilidade.

Ação: 2076 – Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul

Modalidade de Aplicação: 3339000000000000

Vínculo: 01060000

#### 6. DA PUBLICIDADE DO PROCESSO DE PARCERIA

A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.

As informações deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

III - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

IV - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

V - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

A administração pública deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

#### 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município de Rio do Sul na internet (<https://riodosul.atende.net>), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, por petição protocolada. A resposta às impugnações caberá à Comissão de Seleção.

Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, por petição protocolada. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer

interessado.

Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

A Comissão de Seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxas para participar deste Chamamento Público.

Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

O presente Edital terá vigência de 12 meses a contar da data da homologação do resultado definitivo, iniciando em 01/01/2020.

Rio do Sul (SC), 31 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul RAFAEL APARICIO TSCHUMI

Diretor Executivo de Cultura ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a (identificação da organização da sociedade civil OSC) está ciente e concorda com a as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº. 008/2019 e em seus anexos, bem como, que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Rio do Sul (SC) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(Nome e cargo do representante legal da OSC)

#### ANEXO II

##### DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro que a (identificação da organização da sociedade civil OSC) encontra-se em conformidade com o Art. 33, caput, inciso V, alínea "e. da Lei Federal no. 13.019, de 31 de julho de 2014, ou seja, dispõe de condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e no cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar /adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

Rio do Sul (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(Nome e cargo do representante legal da OSC)

#### ANEXO III

##### DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 39 DA LEI FEDERAL N. 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da (identificação da organização da sociedade civil OSC), nos termos do Art. 39 da Lei Federal no. 13.019, de 31 de julho de 2014, que não há no quadro de dirigentes abaixo identificados membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral até o segundo grau; tenha entre seus dirigentes pessoa: cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; considerada responsável por ato de improbidade.

##### RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome do Dirigente e cargo que ocupa na OSC	Número da Identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail.


Rio do Sul (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(Nome e cargo do representante legal da OS

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 39 DA LEI FEDERAL N. 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da (identificação da organização da sociedade civil OSC) que seus dirigentes não incorrem em quaisquer vedações previstas no artigo 39, da Lei Federal no. 13.019, de 31 de julho de 2014. Neste sentido, a citada entidade: está regularmente constituída, não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada, não teve suas contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas nas alíneas "a" e "c" do inciso IV, do Art. 39 da Lei Federal no. 13.019, de 31 de julho de 2014, não se encontra submetida aos efeitos e sanções de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedindo de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo e não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável nos últimos 8 (oito) anos.

Rio do Sul (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(Nome e cargo do representante legal da OSC

#### ANEXO V

#### PLANO DE TRABALHO

##### 1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

Nome do Projeto
Local (ais) onde serão executadas as ações de projeto

##### 2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

##### 3. PÚBLICO ALVO

##### 4. OBJETIVOS

Objetivo Geral
Objetivos Específicos

##### 5. METAS

Quantitativas
Qualitativas

##### 6. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

##### 7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

##### 8. NATUREZA DAS DESPESAS

Investimento:

Custeio:

Rio do Sul (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, 2019.

(Nome e cargo do representante legal da OSC)

**ANEXO VI  
PORTFÓLIO PROFISSIONAIS**

Enviar um Portfólio que comprove a capacidade técnica – operacional da instituição proponente, por meio de experiências comprovadas da execução dos trabalhos exercidos.

\* Importante anexar fotos;

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 16/2019**

Publicação Nº 2211569

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC  
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 016/2019**

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DOS RESPECTIVOS AUTOS DE INFRAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 374, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS ÚTEIS), PARA EFETUAR O RECOLHIMENTO DA MULTA APLICADA ATRAVÉS DO AUTO DE INFRAÇÃO, FINDO O QUAL FAR-SE-Á COBRANÇA JUDICIAL.

FICAM TAMBÉM CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 705, VI, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA APRESENTAR DEFESA ADMINISTRATIVA CONTRA O RESPECTIVO AUTO DE INFRAÇÃO, SOB PENA DE REVELIA.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
146/2019	11/09/19	133638/2012	JANETE LUZIA MACHADO FOSTER	821.614.299-49
170/2019	22/10/19	164100/2017	LETICIA REGINA SASSE	090.138.049-00
182/2019	23/10/19	125653/2011	EDERSON DA SILVA	007.363.979-65

Rio do Sul, 31 de outubro de 2019.

Alexandre de Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor do Departamento de Fiscalização
-------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 044/2019**

Publicação Nº 2212051

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC  
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 044/2019**

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
107/2019	13/09/19	GDM UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA ME	24.167.393/0001-90

Rio do Sul, 31 de outubro de 2019.

Alexandre Matos Pereira  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento  
Diretor do Departamento de Fiscalização

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 045/2019

Publicação Nº 2212065

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC  
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 045/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTE CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 295, § 5º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003 (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL.

NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	24/10/19	CONTAINER'S CAFÉ E LANCHES LTDA ME	28.252.018/0001-08
	24/10/19	ROZELIA MARIA DE LARA CARDOSO	379.436.429-53
	24/10/19	LEANDRO ANTONIO DA SILVA AVILA DE OLIVEIRA	30.922.093/0001-72
	24/10/19	HOTEL DO MAURI LTDA ME	04.145.287/0001-07
	24/10/19	RITA MARIA CLASEN	23.367.499/0001-75
	24/10/19	MS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CHOCOLATES EIRELI EPP	11.513.362/0001-00
	24/10/19	MEU BAR PETISCARIA EIRELI ME	21.552.065/0001-10
	24/10/19	RODRIGUES MODA HOMEM LTDA ME	10.508.785/0001-61
	24/10/19	AGILE INDUSTRIA DE MATERIAIS PLASTICOS LTDA	24.941.222/0001-77
	24/10/19	SUSHI ZIN RESTAURANTE LTDA ME	24.398.375/0001-10
	25/10/19	SOTERO CURSOS LTDA ME	28.129.221/0001-83

Rio do Sul, 31 de outubro de 2019.

Alexandre Matos Pereira  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento  
Diretor do Departamento de Fiscalização

## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2019/FMAS

Publicação Nº 2211359

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2019/FMAS

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, através de seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica inexigível a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Aquisição de vales transportes para atender usuários em situação de vulnerabilidade social e bolsistas atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Valor: R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

Contratada: ONIBUS CIRCULAR LTDA

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Elementos que compõem a presente Inexigibilidade: Art. 26, parágrafo único, Incisos II e III da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 1603/DGP**

Publicação Nº 2211389

PORTARIA N. 1603/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar interinamente, a partir de 21/10/2019, o servidor NELSON SALVADOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, desenvolvendo as atribuições do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de Vias não Pavimentadas da Secretaria Municipal de Obras e Agricultura, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Obras, devido o impedimento do titular e com base nos Artigos 46,47 e 56, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Sadj

**PORTARIA N. 1604/DGP**

Publicação Nº 2211486

PORTARIA N. 1604/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6.070 de 06 de março de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Artigo 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Tauane Feder, matrícula n. 2799375, ocupante do cargo de provimento efetivo Monitor Escolar, para realizar Estágio Curricular Obrigatório em Pedagogia, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 182289/2019.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Sadj

**PORTARIA N. 1607/DGP**

Publicação Nº 2211496

PORTARIA N. 1607/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6.070 de 06 de março de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os artigos 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Aline Giovana da Silva, matrícula n. 2637235, ocupante do cargo de provimento efetivo Monitor Escolar, para realizar Estágio Curricular Obrigatório em Pedagogia, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 182257/2019.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades

laborais.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Sadj

## **PORTARIA N. 1608/DGP**

Publicação Nº 2211484

PORTARIA N. 1608/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6.070 de 06 de março de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Artigos . 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Vanessa de Souza, matrícula n.765880, ocupante do cargo de provimento efetivo Monitor Escolar, para realizar Estágio Curricular Obrigatório em Pedagogia, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 182243/2019.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Sadj

## **PORTARIA N. 1609/DGP**

Publicação Nº 2211493

PORTARIA N. 1609/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6.070 de 06 de março de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Artigos. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, ao servidor Fernando Lucas Assis, matrícula n.165581, ocupante do cargo de provimento efetivo Monitor Escolar, para realizar Estágio Curricular Obrigatório em Pedagogia, de acordo com o requerimento efetuado pelo servidor, por meio do Protocolo n. 182379/2019.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Sadj

### **PORTARIA N. 1611/DGP**

Publicação Nº 2211490

PORTARIA N. 1611/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6.070 de 06 de março de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Artigo 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Aline Maurício, matrícula n. 200743, ocupante do cargo de provimento efetivo para realizar Estágio Curricular Obrigatório em Pedagogia, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 182484/2019.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Sadj

### **PORTARIA N.º 1596/DGP**

Publicação Nº 2211537

PORTARIA Nº 1596/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) JOSÉ RODRIGUES FRANÇA, matrícula n.º 76830-01, o qual ocupava o cargo de provimento efetivo Vigia, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 02/09/2019, com base legal no Art. 40º, § 1º, III, "a", da CF, e cumprindo os requisitos do § 19º do mesmo artigo, tendo permanecido em atividade desde aquela data, até a data de sua aposentadoria definitiva, ocorrida a partir de 01/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 02/09/2019.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Jot

### **PORTARIA Nº 1597/DGP**

Publicação Nº 2211726

PORTARIA Nº 1597/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, à FERNANDO LUIS VIEIRA, (Protocolo 182967/2019), em virtude do falecimento ocorrido no dia 16/10/2019, do servidor público municipal inativo, SÉSIO VIEIRA, conforme Certidão de óbito nº 105262 01 55 2019 4 00054 100 0019504 12, de acordo com a Lei Complementar nº 309/2015, artigo 275.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de Outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

## PORTARIA Nº 1627/DGP

Publicação Nº 2211724

PORTARIA Nº 1627/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 182670/2019, ao servidor municipal JEAN MARCO PEGORARO, ocupante do cargo de provimento efetivo de DESENHISTA, durante o período de 2 anos consecutivos, a partir de 08/11/2019, sem remuneração, de acordo com o artigo nº 149, da Lei Complementar nº. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

## PORTARIA Nº. 1610/DGP

Publicação Nº 2211548

PORTARIA Nº. 1610/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1386/DGP de 06/09/2019, a qual nomeia LUCIANA ERAT SASSE, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 25 de Outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## PORTARIA Nº. 1612/DGP

Publicação Nº 2211602

PORTARIA Nº. 1612/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, PATRICIA BLOCK, para exercer o cargo de

provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 25 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1615/DGP**

Publicação Nº 2211610

PORTARIA Nº. 1615/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1340/DGP de 02/09/2019, a qual nomeia GILVÂNIO PORTO, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 horas, em virtude da perda do prazo legal para a posse, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 25 de Outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1616/DGP**

Publicação Nº 2211644

PORTARIA Nº. 1616/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, JULIA FLOR SILVA TONON, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 horas, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 25 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1618/DGP**

Publicação Nº 2212302

PORTARIA Nº. 1618/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Nayane Ricobon Xavier, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul,

em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.  
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1620/DGP**

Publicação Nº 2212325

PORTARIA Nº. 1620/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Simone Batista Soares, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1621/DGP**

Publicação Nº 2212349

PORTARIA Nº. 1621/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Caroline Emanuele Alves, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1622/DGP**

Publicação Nº 2212361

PORTARIA Nº. 1622/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Crister Bica de Abreu Chiqueleiro, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1624/DGP**

Publicação Nº 2212389

PORTARIA Nº. 1624/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Macarte Silveira Rodrigues Gutz, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **PORTARIA Nº. 1626/DGP**

Publicação Nº 2212411

PORTARIA Nº. 1626/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Carolina Postai, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.  
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
En

## **RESUMO CONTRATO 252/2019**

Publicação Nº 2211918

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 252/2019

Inexibilidade Nº 189/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Zênite Informação e Consultoria S.A.

Objeto: Contratação de empresa para Assessoria e Consultoria na Área de Compras Públicas

Valor total: R\$10.431,12 (dez mil, quatrocentos e trinta e um reais e doze centavos).

Vigência: até 15/10/2020.

Recurso: 82.02.2012.3390.3999 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único e inciso II do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 16 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

## RESUMO DO ADITIVO Nº 088/2019

Publicação Nº 2211723

1º TERMO ADITIVO Nº 088/2019 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 227/2019, REFERENTE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DA CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL DE RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA F&F EIRELI EPP.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Construtora F & F Eireli – EPP com sede na Rua 15 de Novembro, 453 - Centro, no município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.595.052/0001-37, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Proprietário, Sr. André Roepke, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo edital de Tomada de Preços nº 135/2019, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 227/2019, datado de 27 de agosto de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se da alínea “b”, Inciso I, do Artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através do Memorando nº 022/2019/SEINFRA.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o valor de R\$ 20.278,41 (vinte mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e um centavos), conforme Memorando nº 066/2019/SEINFRA

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o valor de R\$ 30.532,78 (trinta mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos), conforme memorando nº 066/2019/SEINFRA.

### CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

### CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Contratante

Construtora F&F Eireli- EPP

Sr. André Roepke

Contratada

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

## TERMO DE CONVOCAÇÃO CAROLINA POSTAI

Publicação Nº 2212413

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) Carolina Postai, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1626/DGP de 29/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 01/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO CAROLINE EMANUELE ALVES

Publicação Nº 2212351

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) Caroline Emanuele Alves, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1621/DGP de 29/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 01/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

## Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO CRISTER BICA DE ABREU CHIQUELEIRO**

Publicação Nº 2212363

## TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) Crister Bica de Abreu Chiqueleiro, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1622/DGP de 29/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 01/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

## Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO JULIA FLOR SILVA TONON

Publicação Nº 2211645

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JULIA FLOR SILVA TONON, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1616/DGP de 25/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 01/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUMNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO MACARTE SILVEIRA RODRIGUES GUTZ

Publicação Nº 2212395

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) Macarte Silveira Rodrigues Gutz, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1624/DGP de 29/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 01/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO NAYANE RICOBON XAVIER

Publicação Nº 2212305

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) Nayane Ricobon Xavier, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1618/DGP de 29/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 01/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO PATRICIA BLOCK**

Publicação Nº 2211603

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) PATRICIA BLOCK, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1612/DGP de 25/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 01/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO SIMONE BATISTA SOARES**

Publicação Nº 2212327

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) Simone Batista Soares, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1620/DGP de 29/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 01/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## **TOMADA DE PREÇO Nº 197/2019**

Publicação Nº 2212288

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

### **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 197/2019**

O Município de Rio do Sul/SC, por meio da Secretaria de Infraestrutura, torna público, que fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução indireta do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução da implantação de sistema de balizamento noturno (iluminação) no Aeroporto Helmuth Baumgarten, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 com suas alterações e pelas normas, especificações e condições contidas neste edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, no Departamento de Compras e Licitações do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos poderão fazê-lo pelo site: [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações ou pelos endereços eletrônicos: [jose.deola@riodosul.sc.gov.br](mailto:jose.deola@riodosul.sc.gov.br) / [franciele.lippel@riodosul.sc.gov.br](mailto:franciele.lippel@riodosul.sc.gov.br).

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 13h30min do dia 20/11/2019, devendo ser protocolados no Departamento de Compras e Licitações.

A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 14h00min do dia 20/11/2019, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2019  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### APRESENTAÇÃO DA AUDIENCIA 2º QUADRIMESTRE DE 2019 RIO DOS CEDROS

Publicação Nº 2211828

ESTADO de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE Rio dos Cedros

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO  
DAS METAS FISCAIS  
2º Quadrimestre/2019

exigência legal

Lei Complementar nº101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9º, § 4º

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

- Execução Orçamentaria
- Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
- Aplicação de Recursos em Educação (25%)
- Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
- Despesas com Pessoal
- Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Lei 4.320/64, Art. 2º - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;
- III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

- I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
- II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nº6 a 9;
- III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Receita Arrecada em Exercícios Anteriores	
Exercício	Valores
2015	25.184.869,52
2016	29.166.729,80
2017	29.027.700,56
2018	32.047.081,85

Receita Arrecadada até 2º Quadrimestre/2019	
Receita Orçamentária	23.503.429,83
Média Mensal	2.937.928,73

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Evolução da Receita Orçamentaria despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Despesa Realizada em Exercícios Anteriores		
Exercício	Empenhado	Liquidado
2015	25.072.257,03	24.314.589,74
2016	29.134.315,93	27.460.458,31
2017	29.312.477,17	28.258.030,67
2018	32.290.487,42	30.641.456,14
Despesa até 2º Quadrimestre/2019		
Despesa Orçamentária	26.611.611,71	21.274.523,71
Média Mensal	3.326.451,46	2.537.651,41

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada receita corrente líquida

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

LRF, Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores	
Exercício	Valores
2015	23.468.748,61
2016	26.630.128,69
2017	27.440.218,04
2018	30.155.231,85

Receita Corrente Líquida Arrecadada até 2º Quadrimestre/2019	
Receita Corrente Líquida	22.161.583,53
Média Mensal	2.770.197,94

receita corrente líquida

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Receitas Arrecadadas	
Receitas Correntes (I)	22.161.583,53
Receita Tributária	3.169.618,68
Receita de Contribuições	867.192,66
Receita Patrimonial	149.181,92
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00

Receita de Serviços	50.858,53
Transferências Correntes	20.398.673,33
(-) Deduções das Transferências Correntes	-2.737.228,51
Outras Receitas Correntes	263.286,92
Receitas de Capital (II)	1.341.846,30
Operações de Crédito	1.000.000,00
Alienação de Bens	55.080,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	286.766,30
Outras Receitas de Capital	0,00
Total (III) = (I+II)	23.503.429,83

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Despesas Liquidadas Por Função de Governo	
01 - Legislativa	344.433,62
04 - Administração	2.068.782,45
06 - Segurança Pública	163.783,38
08 - Assistência Social	604.940,03
09 - Previdência Social	416.748,94
10 - Saúde	5.714.828,46
12 - Educação	5.741.524,93
13 - Cultura	151.201,40
15 - Urbanismo	2.771.239,87
17 - Saneamento	131.045,74
18 - Gestão Ambiental	71.304,12
20 - Agricultura	470.921,03
23 - Comércio e Serviços	76.288,55
26 - Transportes	1.834.618,40
27 - Desporto e Lazer	144.414,81
28 - Encargos Especiais	568.447,98
99 - Reserva de Contingência	0,00
Total (IV)	21.274.523,71

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Execução Orçamentária e Financeira	
Receitas Arrecadadas(III)	23.503.429,83
Despesas Liquidadas Por Função de Governo(IV)	21.274.523,71
Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV)	2.228.906,12
Superávit (VII) = (V + VI)	2.228.906,12

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

#### APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art's. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	16.227.760,73
Despesas por função/subfunção (II)	5.714.828,46
Deduções (III)	2.791.954,90
Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)	2.922.873,56
Mínimo a ser aplicado	2.434.164,25
Aplicado à maior	488.709,31
Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100	18,01 %

#### APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000

#### APLICAÇÃO DE RECURSOS NA

#### MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento,

no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	16.647.948,37
Despesas por função/subfunção (II)	5.521.326,12
Deduções (III)	983.660,48
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)	1.052.931,64
Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)	3.484.734,00
Mínimo a ser aplicado	4.161.987,00
Aplicado à Menor	-677.253,00
Percentual aplicado = (V) / (I) x 100	20,93 %

#### APLICAÇÃO DE RECURSOS NA

#### MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

#### APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal nº9.424/96

Receita do FUNDEB (I)	3.800.005,42
Despesas (II)	2.587.884,17
Mínimo a ser Aplicado	2.280.003,25
Aplicado à Maior	307.880,918
Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100	68,10%

#### APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal nº9.424/96

#### DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

#### DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	32.360.817,59
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	15.192.804,40
Limite Prudencial - 51,30%	16.601.099,43
Limite Máximo - 54,00%	17.474.841,50
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	46,95%

#### DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

#### DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	32.360.817,59
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	462.524,72
Limite Prudencial - 5,70%	1.844.566,60
Limite Máximo - 6,00%	1.941.649,06
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	1,43%

#### DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

## DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	32.360.817,59
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	15.654.329,12
Limite Prudencial - 57,00%	18.445.666,02
Limite Máximo - 60,00%	19.416.490,55
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	48,38%

## DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

## ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE

## INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 9º, § 4º

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Unidade Gestora: 01 - Câmara Municipal de Vereadores					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo					
	1.000.000,00	0,00	0,00	358.226,22	641.773,78
Total da Unidade	1.000.000,00	0,00	0,00	358.226,22	641.773,78
Unidade Gestora: 02 - Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1004 - Pavimentação de Ruas e Avenidas					
	7.192.817,25	324.000,00	0,00	3.390.245,50	4.126.571,75
1007 - Construção de Pontes e Pontilhões					
	67.000,00	0,00	25.000,00	34.047,45	7.952,55
1008 - Construção e Ampliação de Creches					
	210.000,00	24.819,15	0,00	24.819,15	210.000,00
1009 - Construção e Ampliação de CEI/Jardim					
	215.000,00	0,00	0,00	0,00	215.000,00
1012 - Implantação e Tratamento do Sistema de Esgoto Sanitário					
	8.000.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000.000,00
1020 - Construção e Ampliação de Escolas					
	580.406,30	512.071,85	0,00	692.478,15	400.000,00
9999 - Reserva de Contingência - Prefeitura Municipal					
	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
0002 - Manutenção da Dívida Fundada Serviços Urbanos					
	1.216.959,54	0,00	445.670,17	458.588,45	312.700,92
0003 - Encargos Inativos e Pensionistas - Administração					
	135.850,00	0,00	0,00	71.319,48	64.530,52
0004 - Encargos de Inativos e Pensionistas - Educação					
	71.000,00	0,00	0,00	38.540,05	32.459,95
0005 - Manutenção da Previdência Social Municipal					
	626.000,00	0,00	0,00	416.748,94	209.251,06
2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito					
	283.800,00	7.740,00	3.650,00	205.114,16	82.775,84
2003 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica					
	191.480,00	0,00	0,00	132.975,69	58.504,31
2004 - Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa					
	925.500,00	39.861,00	0,00	730.470,68	234.890,32
2005 - Manutenção das Atividades da Diretoria Fazendária					
	560.750,00	23.280,00	23.280,00	463.757,21	96.992,79
2006 - Manutenção dos Serviços Urbanos					
	1.896.245,50	131.264,58	100.000,00	1.582.488,06	345.022,02
2007 - Manutenção e Melhoria Iluminação Pública Municipal					
	1.132.780,00	271.900,00	71.900,00	761.916,94	570.863,06
2008 - Manutenção dos Serviços Rodoviários					
	2.150.252,00	267.080,01	52.610,00	1.825.310,80	539.411,21

2009 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura					
	109.500,00	90.535,17	54.785,17	142.629,48	2.620,52
2010 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental					
	3.487.329,05	706.777,65	555.294,00	2.112.100,30	1.526.712,40
2011 - Manutenção de Creches					
	2.217.124,48	17.224,75	369.328,10	1.209.979,81	655.041,32
2012 - Manutenção CEI/Jardim					
	876.000,00	491.124,86	471.000,00	629.203,62	266.921,24
2013 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental					
	740.996,84	115.015,04	0,00	553.647,57	302.364,31
2015 - Manutenção do Cemitério Municipal					
	16.500,00	0,00	0,00	5.250,17	11.249,83
2017 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura					
	575.034,93	70.000,00	65.000,00	489.618,13	90.416,80
2019 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Infantil					
	278.353,06	226,81	75.000,00	160.176,75	43.403,12
2020 - Apoio ao Desenvolvimento Ensino Especial					
	136.000,00	0,00	0,00	130.000,00	6.000,00
2021 - Manutenção e Conservação Canais de Irrigação					
	2.300,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00
2025 - Gestão Administrativa na Educação					
	766.000,00	201.600,00	26.600,00	700.413,19	240.586,81
2026 - Manutenção do Fundo Municipal de Turismo					
	96.200,00	1.000,00	16.000,00	53.162,20	28.037,80
2027 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental					
	162.332,61	4.457,62	0,00	123.266,09	43.524,14
2028 - Manutenção da Patrulha Agrícola Municipal					
	295.500,00	0,00	148.000,00	130.727,20	16.772,80
2030 - Promoção de Eventos Esportivos					
	56.000,00	15.000,00	0,00	67.146,40	3.853,60
2032 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos					
	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
2036 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil					
	117.855,15	11.605,92	0,00	80.118,55	49.342,52
2037 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio					
	321.794,24	117.763,30	0,00	220.198,81	219.358,73
2038 - Manutenção do Transporte Escolar- Ensino Superior					
	63.000,00	0,00	0,00	63.000,00	0,00
2039 - Apoiar Ações da Polícia Civil					
	29.834,75	88.749,62	0,00	7.751,89	110.832,48
2042 - CIMVI - Resíduos Sólidos					
	160.646,85	0,00	0,00	159.944,89	701,96
2044 - Manutenção da Coleta Seletiva de Lixo					
	23.000,00	0,00	0,00	9.832,80	13.167,20
2047 - Revitalização do Centro da Cidade					
	110.000,00	30.869,78	10.000,00	30.869,78	100.000,00
2048 - Manutenção do Fundo Defesa Civil - Fumdec					
	117.500,00	0,00	0,00	1.800,00	115.700,00
2050 - Manutenção de Pontes e Pontilhões					
	22.500,00	8.092,00	0,00	30.583,42	8,58
2051 - Aquisição de Equipamentos Máquinas e Veículos					
	1.011.792,50	60.000,00	0,00	59.250,00	1.012.542,50
2055 - Manutenção das Atividades do Desporto					
	128.600,00	0,00	0,00	102.220,63	26.379,37
2056 - Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos para o setor de Agricultura					
	160.000,00	93.013,70	0,00	230.000,00	23.013,70
2079 - Manutenção da Capela Mortuária					
	3.500,00	0,00	0,00	336,00	3.164,00
2081 - C. Corp - Convênio Corpo de Bombeiros					
	180.226,50	8.336,21	0,00	124.015,60	64.547,11
2082 - Apoiar Ações da Polícia Militar					
	68.427,00	112.651,90	9.500,00	56.194,65	115.384,25
2089 - CIMVI - Turismo					
	33.670,28	0,00	0,00	33.670,28	0,00

2091 - CIMVI - Recursos Naturais					
	7.642,63	0,00	0,00	4.275,94	3.366,69
2092 - Manutenção das Atividades do Controle Interno					
	149.500,00	0,00	0,00	91.414,34	58.085,66
2093 - Manutenção das Atividades da Diretoria do Serviço de Tributação					
	247.970,00	1.115,00	1.115,00	164.640,59	83.329,41
2094 - Manutenção das Atividades da Diretoria do Serviço Compras					
	171.725,00	0,00	0,00	93.270,89	78.454,11
2095 - Manutenção das Atividades da Diretoria de Recursos Humanos					
	164.000,00	1.000,00	1.000,00	87.648,07	76.351,93
2098 - Manutenção da Merenda Escolar - Creche					
	150.511,37	12.399,95	0,00	93.296,46	69.614,86
2099 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento e Infra-estrutura					
	277.000,00	95.999,37	18.999,37	287.762,06	66.237,94
2100 - CIMVI - Licenciamento Ambiental					
	19.386,92	71.409,25	0,00	90.796,17	0,00
2101 - CIMVI - Cultura					
	22.272,73	0,00	0,00	22.272,73	0,00
2103 - AGIR - Rateio Regulação Transporte Público					
	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00
2104 - AGIR - Taxa Regulação					
	9.056,52	0,00	0,00	6.925,20	2.131,32
Total da Unidade	39.091.574,00	4.027.984,49	2.543.731,81	19.488.231,37	21.087.595,31
Unidade Gestora: 10 - Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1014 - Construção, Ampliação e Melhorias de Unidades Saúde					
	410.229,90	42.950,00	5.931,70	46.191,98	401.056,22
9998 - Reserva de Contingência - Fundo de Saúde					
	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
2014 - Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde					
	5.364.512,57	2.130.047,49	503.491,58	4.930.714,98	2.060.353,50
2016 - Manutenção do Clube do Idoso					
	21.000,00	3.000,00	0,00	23.480,19	519,81
2023 - Man. do Cons. Tutelar da Criança e Adolescente					
	118.000,00	4.510,18	0,00	74.184,90	48.325,28
2033 - Man.fundo Mun. da Infancia e Adolescencia					
	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
2034 - Man.ampl.programa Habitação Social					
	802.000,00	0,00	0,00	0,00	802.000,00
2035 - Man. Fundo Municipal de Assistencia Social					
	152.665,50	55.633,30	0,00	160.359,23	47.939,57
2041 - Manutenção da Casa da Cidadania					
	292.000,00	0,00	0,00	188.999,62	103.000,38
2070 - Aquisição de Equipamentos e Veículos - Saúde					
	210.229,90	798.630,00	64.114,26	715.282,59	229.463,05
2074 - Manutenção Atividades Vigilância Sanitária					
	130.938,50	100.000,00	0,00	73.849,36	157.089,14
2086 - CISAMVI - Manutenção					
	41.632,85	6.653,02	6.653,02	28.748,21	12.884,64
2087 - CISAMVI - Serviços Ambulatoriais Hospitalares					
	164.354,70	29.984,34	0,00	82.810,20	111.528,84
2088 - CISAMVI - Medicamentos					
	124.440,60	90.323,07	0,00	170.418,76	44.344,91
2102 - CIMVI - Acolhimento Institucional					
	178.147,20	79.455,23	5.194,31	252.408,12	0,00
2105 - CISAMVI - Regulação Médica					
	11.774,28	35.001,56	29.069,86	17.705,98	0,00
Total da Unidade	8.028.426,00	3.376.188,19	614.454,73	6.765.154,12	4.025.005,34
Total Geral	48.120.000,00	7.404.172,68	3.158.186,54	26.611.611,71	25.754.374,43

Meses	Executivo (51,30%)	Legislativo (6,00%)	Consolidado (60%)	Saúde (15%)	Educação (25%)	FUNDEB (60%)	FUNDEB (95%)
Janeiro	48,60%	1,48%	50,08%	22,83%	9,50%	44,14%	47,14%
Fevereiro	48,68%	1,47%	50,15%	23,42%	15,70%	50,52%	58,16%
Março	48,20%	1,33%	49,53%	21,72%	18,02%	55,87%	66,48%
Abril	48,54%	1,47%	50,01%	21,23%	19,03%	58,12%	71,91%
Maio	47,82%	1,45%	49,27%	19,46%	17,30%	58,80%	70,91%
Junho	48,46%	1,46%	49,92%	19,66%	19,59%	64,40%	80,27%
Julho	47,18%	1,45%	48,63%	18,29%	19,55%	66,60%	82,90%
Agosto	46,95%	1,31%	48,26%	18,01%	20,93%	68,10%	86,16%
Setembro	46,70%	1,40%	48,10%	17,05%	22,23%	69,68%	88,94%

	Outros Demonstrativos	Setembro /2019			
	Demonstrativos Acumulados	2018	2019	#	%*
Setembro	Receita Corrente Líquida	R\$ 22.135.995,27	R\$ 24.856.550,58	R\$ 2.720.555,31	12,29%
	Folha	R\$ 10.818.655,15	R\$ 11.336.497,92	R\$ 517.842,77	4,79%

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS COMPETÊNCIA 2º QUADRIMESTRE 2019

Publicação Nº 2211851

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS COMPETÊNCIA 2º QUADRIMESTRE 2019

Ata da audiência pública do 2º QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZENOVE, em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal informo que aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, na Câmara Municipal de Rio dos Cedros, realizou-se a audiência pública do segundo quadrimestre de dois mil e dezenove às nove horas, estando presente a população de Rio dos Cedros. Abrindo a sessão o Agente de Controle Interno, Sr. Eduardo Osti, explanou sobre os itens: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida, Execução Orçamentária, Metas de Arrecadação, Aplicação de Recursos na Saúde, Aplicação de Recursos na Educação, Aplicação de recursos recebidos do FUNDEB, Despesas com Pessoal e Saldos Financeiros. Após apresentar o relatório contendo o resumo dos resultados obtidos, detalhou item a item, chamando a atenção ao percentual de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino que é de 20,93% ficando abaixo do que preconiza a Constituição Federal no Art. 212, "...os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo...", 18,01% aplicados em ações e serviços públicos de saúde, superando os quinze por cento preconizados pelo Artigo sétimo, parágrafo III da ADCT. E ainda os indicadores: de folha do poder executivo com 46,95%, abaixo do que preconiza a LRF em seu artigo Art. 19, III e Art. 20, III, esclarecendo as dúvidas dos presentes foi encerrada a audiência. Nada mais havendo a tratar, declarei encerrada a sessão, para constar lavrei esta ata, e todos os membros da reunião assinaram a lista de presença, anexa a esta ata.

Eduardo Osti - Agente de Controle Interno

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 24342 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2212409

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA  
E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005; artigo 26, incisos I a III, da Lei Municipal nº 1.757, de 22 de novembro de 2005, e, considerando o despacho exarado no processo nº 337/2019 do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – IPRERIO,

#### RESOLVE

Art. 1º CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE, conforme processo número 337/2019 do IPRERIO, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005; artigo 26, incisos I a III e da Lei Municipal nº 1.757, de 22 de novembro de 2005, a servidora ARACELI LOURENÇO MACHADO, brasileira, solteira, matrícula funcional nº 586-01, portadora do RG nº 1.368.958 e CPF nº 651.664.939-15, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora I, com proventos integrais que corresponderão à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no artigo 42, inciso V da Lei Complementar 016/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 30 de outubro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 24343 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2212412

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA E  
DECLARA VACÂNCIA DO CARGO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005; artigo 26, incisos I a III, da Lei Municipal nº 1.757, de 22 de novembro de 2005, e, considerando o despacho exarado no processo nº 338/2019 do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – IPRERIO,

#### RESOLVE

Art. 1º CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, conforme processo número 338/2019 do IPRERIO, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005; artigo 26, incisos I a III e da Lei Municipal nº 1.757, de 22 de novembro de 2005, a servidora DILMA TEREZINHA HUBNER, brasileira, casada, matrícula funcional nº 225-01, portadora do RG nº 1.369.680-7 e CPF nº. 596.382.069-34, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Cozinheira, com proventos integrais que corresponderão à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no artigo 42, inciso V da Lei Complementar 016/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 30 de outubro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

**SAMAE - RIO NEGRINHO****TOMADA DE PREÇO 2019**

Publicação Nº 2211772

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

O Diretor Geral do Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Básico – SAMAE de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, MP 896/2019, COMUNICA que se acha aberto até as 09:00 horas do dia 28 de novembro de 2019, Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, COM EMPREGO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DA SOLICITAÇÃO DO SAMAE, COMPOSTO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, FLOCULADORES, DECANTADORES, TANQUE DE EQUALIZAÇÃO, PV'S, INTERLIGAÇÕES E CASA DE QUÍMICA, localizado à Rua Anita Garibaldi, nº 547, bairro Alegre na cidade de Rio Negrinho, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos anexos. A obra será realizada com recursos próprios do SAMAE de Rio Negrinho. As propostas e documentação habilitadora deverão ser protocoladas no Setor de Protocolos do SAMAE, sito à Rua Travessa Theodoro Junctum, nº 124, Centro, até o horário acima, para abertura a partir deste mesmo horário, tendo por local o auditório do SAMAE, no mesmo endereço. De acordo com o Art. 34 da Lei nº 8666/93, poderão participar desta licitação as empresas interessadas e que estiverem cadastradas para o objeto no Cadastro de Fornecedores, através da apresentação do Certificado de Registro Cadastral. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site [www.samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes](http://www.samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes). Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras do SAMAE de Rio Negrinho, no horário das 8h às 13h ou pelo fone 47-3644-2237.

Rio Negrinho, 30 de outubro de 2019.

GILSON JOSÉ RECKZIEGEL - Diretor Geral

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 088/2019 PR

Publicação Nº 2212529

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 088/2019 – PR Nº 088/2019

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de recuperação completa do motor do veículo Ambulância SAMU PL. QHP 7091, incluindo peças e mão de obra. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 16h00min do dia 13 de Novembro de 2019. Início da sessão com credenciamento e abertura dos envelopes e julgamento às 13h30min do dia 14 de Novembro de 2019. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

Santa Rosa do Sul, 31 de Outubro de 2019.

E-mail [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2019.

Publicação Nº 2211335

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL/SC  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019  
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA nº 01/2019

O Município de Santiago do Sul, representado pelo seu Prefeito o Sr. Julcimar Antônio Lorenzetti, no exercício de suas atribuições, faz saber por este Extrato, que realizará Concurso Público, através de provas de caráter competitivo. O Concurso Público terá coordenação técnico-administrativa da Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências – FUNDATEC.

#### NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Cargos (vagas): Assistente Social (01+CR), Contador (01+CR), Enfermeiro (01+CR), Engenheiro Civil (01+CR) e Professor de Artes (01+CR).

#### NÍVEL MÉDIO COMPLETO

Cargo (vagas): Agente Comunitário de Saúde – Microárea 01 (01+CR).

#### INFORMAÇÕES GERAIS

Total de Vagas: 06 + CR.

Carga Horária Semanal: de 20h e 40h.

Salário: de R\$ 6.458,88 até R\$ 1.318,87.

Inscrições: de 31/10/2019 a 29/11/2019 pelo site [www.fundatec.org.br](http://www.fundatec.org.br).

Valor das Inscrições: de R\$ 80,00 e R\$ 150,00.

Data provável de realização da prova: 19/01/2020.

EDITAL COMPLETO: Disponível a partir desta data, no site [www.fundatec.org.br](http://www.fundatec.org.br). Dúvidas entrar em contato através do Link [contato.fundatec.org.br](mailto:contato.fundatec.org.br) ou pelos telefones (51) 3320-1043, para Porto Alegre e DDD 51 ou 0800 035 2000, para interior e outros Estados.

Santiago do Sul, 31 de outubro de 2019.

Julcimar Antônio Lorenzetti

Prefeito Municipal de Santiago do Sul

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 20/2019. PROCESSO SELETIVO DE BOLSA DE TRABALHO PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA SEDIADA NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ.**

Publicação Nº 2211718

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 20/2019.

PROCESSO SELETIVO DE BOLSA DE TRABALHO PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA SEDIADA NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ.

A Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz torna público que fará realizar processo seletivo para contratação de estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio da rede pública de Santo Amaro da Imperatriz, na forma de Bolsa de Trabalho, de acordo com as Leis nº 1.170, de 12 de dezembro de 1996 e nº Lei nº 2.608, de 26 de abril de 2017, conforme disposições a seguir:

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 O processo seletivo de análise dos documentos dos interessados realizar-se-á sob a responsabilidade da Comissão Especial de seleção de candidatos a Bolsa de Trabalho, obedecidas às normas do presente Edital.

#### 2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, na Rua Santana, nº 5.037, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, no período de 18 a 29 de novembro de 2019, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

2.2 Cada candidato poderá efetuar apenas 01 (uma) inscrição, informando se deseja atuar na área de Educação Infantil e Educação Especial ou nas áreas burocráticas das secretarias e órgãos da administração direta e indireta do município.

2.2.1 No momento da inscrição o candidato também deverá optar pelo período de trabalho: matutino ou vespertino.

2.2.2 Os classificados serão contratados de acordo com a conveniência e interesse do Município, nos órgãos da administração direta e indireta do Município, bem como junto a: APAE, Tribunal de Justiça, Fórum da Comarca, Delegacia de Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiro Militar, ambos restritos ao município de Santo Amaro da Imperatriz.

2.2.3 Para atuar na área de Educação Infantil, terá preferência o candidato classificado que esteja, em 2019, matriculado e frequentando o 3º ano do Curso de Magistério.

#### 2.3 São requisitos para contratação de bolsistas:

I - estar matriculado e frequentando regularmente as aulas em um dos estabelecimentos públicos de ensino médio com sede no município;

II - possuir idade mínima de 14 anos;

III - ter disponibilidade de tempo em horário pré-determinado para suprir as necessidades da respectiva Secretaria Municipal;

IV - ter bom aproveitamento escolar nos anos anteriores;

2.4 No ato da Inscrição, o candidato deverá preencher a ficha de inscrição com letra de forma sem rasuras, com dados completos, e ainda fornecer fotocópias acompanhadas do original dos seguintes documentos:

a - carteira de identidade ou certidão de nascimento;

b - CPF

c - cópia do Histórico Escolar do último ano cursado;

d - declaração de matrícula 2020 fornecida pelo estabelecimento escolar onde o aluno estiver matriculado.

e - Pis/Pasep

2.5 Ao efetivar a entrega de sua ficha de inscrição, o candidato está declarando formalmente que satisfaz as condições indicadas no item 2.3 deste edital.

#### 3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 3.1 O candidato que omitir a verdade ou prestar declaração falsa será automaticamente excluído do processo de seleção.
- 3.2 O critério para classificação dos inscritos será o rendimento escolar obtido através da análise por média aritmética do histórico do último ano letivo cursado.
- 3.2.1 Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, será utilizado o seguinte critério de desempate para fins de classificação: maior idade.
- 3.2.2 Serão geradas quatro listas classificatórias, observando-se a área de atuação e o período de trabalho informado no momento da inscrição.
- 3.3 As Listas Classificatórias provisórias serão publicadas no site da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, no dia 09 de dezembro de 2019.
- 3.4. Os candidatos terão 48 horas para recurso contra a Classificação Provisória, que deverá ser apresentado por escrito, em formulário próprio (Anexo II), junto a Secretaria Municipal de Educação, que se encontra localizada na Rua Santana, nº 5.037, Centro, Santo Amaro da Imperatriz.
- 3.5 A chamada dos candidatos dar-se-á de acordo com o interesse do município, observando o número de cargos estabelecidos na lei.
- 3.5.1 A chamada dos candidatos que irão atuar na Educação Infantil dar-se-á no dia 31/01/2020, às 09h00min, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado na Rua Santana, 4.770, Centro, Santo Amaro da Imperatriz.
- 3.6 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vagas, bem como aquele presente que foi chamado e não aceitar nenhuma das vagas ofertadas, passará para o último lugar da classificação.
- 3.7 O candidato que deixar de assumir a vaga em tempo hábil, o que assumir vaga e depois desistir da mesma, o que não atender qualquer pré-requisito deste Edital, ou ainda, não possuir em tempo, seus dados cadastrais atualizados junto ao e-social (disponível para consulta em <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>) será eliminado do processo seletivo.
- 3.8 A escolha de vaga será efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.
- 3.9 Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo de 2020, o candidato será informado por telefone.
- 3.10 O candidato deverá manter atualizados seus números de telefone, enquanto estiver participando do Processo Seletivo de Bolsista. Sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seus contatos.
- 3.11 Para contratação os candidatos deverão apresentar os documentos solicitados pelo Departamento de Pessoal, incluindo seguro de vida, no prazo máximo de 48 horas, sendo que a não apresentação dos mesmos em tempo hábil implicará na perda de todos os direitos sobre a vaga escolhida.
- 3.12 O presente processo seletivo terá validade até 20/12/2020.
- 3.13 Os candidatos que obtiverem maiores pontuações, ou seja, melhores classificações terão preferência na escolha do local de atuação.
- 3.14 A jornada de trabalho será de 20 horas semanais, divididas em 04 horas diárias, enquanto perdurar o período da contratação.
- 3.15 O valor das bolsas de trabalho será equivalente a 50% (cinq-enta por cento) do menor vencimento vigente no Município.
- 3.16 O município não se responsabilizará pelo transporte do bolsista para o local de trabalho;
- 3.17 Os casos omissos serão resolvidos pela comissão especial de seleção de candidatos a bolsa de trabalho.

Santo Amaro da Imperatriz, 01 de novembro de 2019.

Edésio Justen  
Prefeito Municipal

NÚMERO DA INSCRIÇÃO . MÉDIA .  
ANEXO I  
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO DE BOLSISTAS DE NÍVEL MÉDIO  
EDITAL DE CONCURSO 20/2019

1. NOME DO CANDIDATO: .....
2. DATA DE NASCIMENTO: ..... / ..... / ..... Nº IDENTIDADE: .....
3. CPF: ..... PIS/PASEP: .....
4. ENDEREÇO:  
Rua: ..... nº: .....

Bairro: ..... Cidade: .....

5. TELEFONES:

Residencial: ..... Celular: .....

Recado: .....

6. ESCOLA: .....

7. SÉRIE EM QUE ESTUDARÁ EM 2020: .....

8. CURSARÁ EM 2020 O 4º ANO DO MAGISTÉRIO: ( ) SIM ( ) NÃO

9. ÁREA DE INTERESSE:

( ) Educação Infantil e Educação Especial

( ) Áreas burocráticas das secretarias e órgãos da administração direta e indireta do município

10. PERÍODO QUE DESEJA TRABALHAR: ( ) Matutino ( ) Vespertino

11. ANEXOS:

( ) Fotocópia da Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento.

( ) Comprovante de matrícula no Ensino Médio.

( ) Histórico Escolar.

Santo Amaro da Imperatriz, em ..... de novembro de 2019.

Assinatura do candidato

Assinatura do responsável pela inscrição

ANEXO II  
FORMULÁRIO DE RECURSO – CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA  
EDITAL DE CONCURSO nº 20/2019

À

Comissão do Processo Seletivo nº 20/2019

Nome do Candidato: .....

Nº do CPF: .....

Nº de inscrição: .....

Venho através deste, solicitar revisão na minha classificação por:

(Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato)

Santo Amaro da Imperatriz, em ..... de dezembro de 2019.

Assinatura do candidato

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 19/2019. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE ESTAGIÁRIOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E OUTRAS LICENCIATURAS.**

Publicação Nº 2211719

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 19/2019.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE ESTAGIÁRIOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E OUTRAS LICENCIATURAS.

O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ torna público que realizará processo seletivo simplificado para cadastro de Estagiários de NÍVEL SUPERIOR, para o quadro de estagiários da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, embasado no artigo 5º da Lei Complementar nº. 60/2009, e Lei Complementar nº186/2017, conforme disposições a seguir:

**DAS VAGAS**

1. O presente processo seletivo visa à classificação de estudantes de nível superior na área da educação (licenciatura) cursando a partir da 2ª fase, para integrar o quadro de estagiários da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, a fim de formar cadastro de estagiários a serem chamados mediante a necessidade/interesse da Administração Pública.

**DAS INSCRIÇÕES**

2. As inscrições serão realizadas no período compreendido entre 11 e 29 de novembro de 2019, das 12:00 às 18:00 horas, no setor de Protocolos da Prefeitura Municipal, localizado no espaço Santo Amaro Cidadão, sito a Rua Prefeito José Keriing, nº 5.469, Centro, Santo Amaro da Imperatriz, SC.

3. Para realizar a inscrição o candidato deverá: preencher completamente e assinar a respectiva ficha que o candidato receberá no ato de sua inscrição.

4. O candidato cuja documentação não for considerada em ordem, terá sua inscrição indeferida.

5. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

6. O candidato deverá anexar à Ficha de Inscrição (Anexo I) fotocópia dos seguintes documentos:

6.1 – Documento de Identificação (Carteira de Identidade Civil ou Profissional, ou CNH) e CPF (se tiver o CPF na carteira de identidade ou CNH, é dispensada a fotocópia do mesmo – caso contrário, é obrigatória a fotocópia do CPF);

6.2 – Histórico escolar do curso superior (licenciatura);

6.3 – Comprovante de frequência em curso superior (licenciatura).

6.4 - PIS/PASEP (frente e verso);

7. O candidato deverá manter atualizados seus números de telefone, enquanto estiver participando do Processo Seletivo de Estagiário. Sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seus contatos.

8. A adulteração de qualquer documento, em relação ao original do mesmo ou a não veracidade das informações apresentadas na Ficha de Inscrição ou em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo, se a inscrição já estiver homologada.

9. Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, via procuração pública ou instrumento particular com firma reconhecida e poderes específicos, onde conste obrigatoriamente menção a este Edital, devendo o procurador, no ato da inscrição, entregar além dos documentos exigidos por este Edital, cópia do instrumento de procuração.

10. Efetuada a inscrição, o candidato receberá um protocolo de confirmação, que servirá como comprovante de inscrição.

**DO PROCESSO SELETIVO (CRITÉRIO DE ESCOLHA) ETAPAS**

11. Os candidatos serão classificados de acordo com a média das notas constantes no histórico do curso superior (licenciatura) em que estiver matriculado.

12. Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

1. 2. 2.1. 2.2. a) Maior número de fases concluídas;

b) Maior idade.

13. Cada candidato poderá efetuar apenas 01 (uma) inscrição.

14. A chamada dos candidatos dar-se-á de acordo com o interesse do município, observando o número de cargos estabelecidos na lei.

15. Terá preferência de escolha o candidato classificado que esteja matriculado e frequentando o curso de Pedagogia.

16. A chamada dos candidatos para o ano letivo de 2020, dar-se-á no dia 31/01/2020, às 13h30min, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado na Rua Santana, 4.470, Centro, Santo Amaro da Imperatriz.

17. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vagas, bem como aquele presente que foi chamado e não aceitar nenhuma das vagas ofertadas, passará para o último lugar da classificação.

18. O candidato que deixar de assumir a vaga em tempo hábil, o que assumir vaga e depois desistir da mesma, o que não atender qualquer pré-requisito deste Edital, ou ainda, não possuir em tempo, seus dados cadastrais atualizados junto ao e-social (disponível para consulta em <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>) será eliminado do processo seletivo.

19. A escolha de vaga será efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

20. Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo de 2020, o candidato será informado por telefone.

21. O presente processo seletivo terá validade até 20/12/2020.

#### DA PUBLICAÇÃO DOS CLASSIFICADOS

22. A lista classificatória provisória será divulgada no dia 11 de dezembro de 2020, no site da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

23. Os candidatos terão 48 horas para recurso contra a Classificação Provisória, que deverá ser apresentado por escrito, em formulário próprio (Anexo II), junto a Secretaria Municipal de Educação, que se encontra localizada na Rua Santana, nº 5.037, Centro, Santo Amaro da Imperatriz.

#### DO VALOR DO CONTRATO

24. O estagiário terá carga horária de 30 (trinta) horas semanais e auxílio financeiro equivalente a um piso salarial municipal.

#### DAS FUNÇÕES DOS ESTAGIÁRIOS

25. Os estagiários desenvolverão atividades auxiliares relacionadas ao curso frequentado, em turmas de berçário e maternal, como também em turmas com crianças da educação especial, cuja necessidade de apoio seja muito substancial, que não possa ser suprida com as condições usuais de atendimento.

#### DO FORO JUDICIAL

26. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27. Para assinatura do contrato de estágio, os candidatos deverão apresentar os documentos solicitados pelo Setor de Pessoal, no prazo máximo de 48 horas. Sendo que a não apresentação dos mesmos em tempo hábil implicará na perda de todos os direitos sobre a vaga escolhida.

28. Os candidatos ficarão responsabilizados pela anuidade a ser obtida junto à respectiva Instituição de Ensino, bem como pelo pagamento do seguro de vida.

29. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos por comissão a ser nomeada pelo Secretário da Educação, caso assim for necessário.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 01 de novembro de 2019.

Edésio Justen

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO DE BOLSISTAS DE NÍVEL SUPERIOR - EDUCAÇÃO

EDITAL DE CONCURSO 19/2019

1. NOME DO CANDIDATO: .....

2. DATA DE NASCIMENTO: ...../ ..... /..... Nº IDENTIDADE: .....

3. Nº CPF: .....

4. PIS/PASEP: .....

5. ENDEREÇO:

Rua: ..... nº: .....

Bairro: ..... Cidade: .....

6. TELEFONES:

Residencial: ..... Celular: .....

Recado: .....

7. UNIVERSIDADE: .....

8. CURSO: .....

9. FASE: .....

10. ANEXOS:

( ) Cópia de Documento de Identificação (Carteira de Identidade Civil, ou Profissional, ou CNH)

( ) Cópia CPF

( ) Histórico escolar do curso superior (licenciatura);

( ) Comprovante de frequência em curso superior (licenciatura).

( ) Comprovante de inscrição PIS/PASEP

Santo Amaro da Imperatriz, em ..... de novembro de 2019.

Assinatura do candidato

ANEXO II  
FORMULÁRIO DE RECURSO – CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA  
EDITAL DE CONCURSO nº 19/2019

À

Comissão do Processo Seletivo nº 19/2019

Nome do Candidato: .....

Nº do CPF: .....

Nº do processo de inscrição: .....

Venho através deste, solicitar revisão na minha classificação por:

(Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato)

Santo Amaro da Imperatriz, em ..... de dezembro de 2019.

Assinatura do candidato

**EDITAL Nº 17/2019. DISPÕE SOBRE A REMATRÍCULA, INSCRIÇÃO E MATRÍCULA PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

Publicação Nº 2211717

Estado de Santa Catarina  
Município de Santo Amaro da Imperatriz

EDITAL Nº 17/2019.

DISPÕE SOBRE A REMATRÍCULA, INSCRIÇÃO E MATRÍCULA PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Secretária Municipal de Educação e Esportes, no uso de suas atribuições, RESOLVE deliberar as seguintes normas, considerando a demanda da Educação Infantil do município em função das vagas oferecidas:

1. A Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Santo Amaro da Imperatriz fará a divulgação do processo de matrícula para o ano letivo de 2020, com a participação de cada Unidade Escolar e Centro de Educação Infantil e respectivas comunidades, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis para que essa divulgação seja ampla.

1.1 É de responsabilidade da direção de cada Unidade Escolar e Centro de Educação Infantil, constituir comissão, composta por no mínimo, 01 (um) representante de cada segmento: da direção, das famílias, dos docentes; para planejar, divulgar e acompanhar a matrícula e registrar todo processo em ata.

## 2. Da Rematrícula

2.1 A rematrícula é um procedimento obrigatório para a permanência do atendimento da Educação Infantil. Caso o procedimento não seja realizado a criança perderá a vaga.

2.2 A direção das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil deverão proceder a rematrícula no período de 04 a 08 de novembro de 2019, mediante atualização dos dados na ficha de matrícula da criança.

2.3 A documentação obrigatória para a rematrícula será:

I - Original e cópia do cartão de vacinação atualizado;

II - Original e cópia do comprovante de residência atualizado.

2.4 As rematrículas serão realizadas em período parcial ou integral de acordo com a vaga da criança em 2019.

## 3. Da obrigatoriedade (Pré-escola)

3.1 Em função do que estabelece a Lei Federal nº 12.796/2013, é obrigatoriedade das famílias matricularem as crianças que completarem 4 anos de idade até o dia 31 de março de 2020.

3.2 As crianças matriculadas no Pré I e Pré II deverão ter frequência mínima de 60%, conforme Lei Federal nº 12.796/2013. No caso de 5 faltas consecutivas ou 07 faltas alternadas no intervalo de 30 dias, sem justificativa, deverá ser informado a Secretaria Municipal de Educação.

3.3 Devido a obrigatoriedade, no caso de desistência da vaga deverá, o responsável legal, assinar Termo de Desistência, informando, para qual Unidade Educacional está sendo efetuada a nova matrícula da criança.

3.4 As crianças que completarem 6 (seis) anos de idade até 31 de março de 2020 (resoluções nº 1 de 14/01/2010 e nº 6 de 20/10/2010 – MEC/CNE e decisão do Supremo Tribunal Federal de 1/08/2018) deverão ser matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental.

3.5 Todas as turmas de Pré II terão atendimento de 4 horas diárias.

## 4. Da Solicitação de Vaga:

4.1 As inscrições para cadastramento para a etapa da Educação Infantil, de crianças que residem em Santo Amaro da Imperatriz, respeitando o zoneamento, ou que pais/responsáveis legais possuam vínculo empregatício nas proximidades da Unidade Escolar, estarão abertas no período de 18 a 22 de novembro de 2019, das 8 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas nas instituições educacionais da rede municipal de ensino que atendem a etapa da Educação Infantil, de acordo com os critérios constantes neste Edital.

4.2 Para realizar a inscrição, o responsável deverá comparecer no máximo a duas Unidades Escolares, nas datas e horários estipulados no item 4.1 para preencher a ficha de inscrição, e apresentar a certidão de nascimento da criança, comprovante/declaração de residência e/ou de vínculo empregatício dos pais nas proximidades da Unidade Escolar pretendida.

4.3 A relação de vagas será divulgada no dia 14/11/2019, período vespertino, nos respectivos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares.

## 5. Do Sorteio e da Matrícula

5.1 Havendo mais candidatos que o número de vagas existentes, será realizado sorteio público no dia 27/11/2019 às 19 horas nas respectivas Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil.

5.2 É obrigatória a presença do responsável ou representante (maior de 18 anos), no dia do sorteio. No caso do não comparecimento de algum responsável, a criança perderá o direito a vaga, se for sorteada, passando para o último lugar na fila de espera.

5.3 Para o sorteio o número do candidato a vaga será a senha da inscrição.

5.4 O sorteio será feito por turma, de acordo com o número de vagas existentes. Os demais inscritos serão classificados por ordem de sorteio para comporem a lista de espera.

5.5 O sorteio público será organizado pela comissão da Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil.

5.6 A matrícula dos alunos novos será efetuada no período de 28/11/2019 a 04/12/2019, nos respectivos Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares.

5.7 Todas as novas vagas nas turmas de Berçário, Maternal, Jardim e Pré I serão em período parcial, conforme segue:

- a) Matutino: das 7h30min as 13h;
- b) Vespertino: das 13h às 18h30min.

5.8 Constituem-se documentos necessários para a matrícula:

- I- Original e cópia da certidão de nascimento da criança;
- II - Original e cópia do cartão de vacinação atualizado;
- III - Original e cópia do CPF e RG ou documento oficial com foto, dos pais ou dos responsáveis legais pela criança;
- IV - Comprovante judicial de guarda, sendo o caso;
- V - Original e cópia do comprovante/declaração de residência e/ou vínculo empregatício dos pais no bairro e proximidades do Centro de Educação Infantil ou da Unidade Escolar;
- VI - Apresentação do protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras, sendo o caso.

5.9 O não comparecimento no período de matrícula implicará na perda da vaga, sendo chamado o próximo candidato da lista de espera.

5.10 Quando possível, deve-se garantir vaga no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

## 6. Da Lista de Espera

6.1 De acordo com o número de inscrições, serão sorteadas a ordem para a Lista de Espera/2020 por grupo de atendimento, no dia do sorteio das vagas.

6.2 As famílias que não realizaram a solicitação de vaga em tempo hábil poderão colocar o nome da criança em lista de espera, após o dia 28/11/2019. Para isto, o responsável deverá comparecer na Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil para informar o nome completo da criança, data de nascimento e telefone de contato. Deverá ainda, mostrar a certidão de nascimento da criança e comprovante de residência, apenas para que sejam conferidos os dados da criança.

6.3 As vagas remanescentes (abertura de novas turmas, desistências, abandonos) serão disponibilizadas continuamente conforme a capacidade máxima de atendimento de cada Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil, durante o decorrer do ano de 2020, e a chamada será realizada por telefone, respeitando a ordem da lista de espera.

6.4 Quando chamados, os pais e/ou responsáveis legais deverão comparecer a Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil para a efetivação da matrícula ou assinatura de termo de desistência, no prazo de 03 (três) dias úteis após o contato telefônico.

5.3.1 Caso os pais não compareçam, deverá a direção da Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil fazer notificação por correspondência. Sendo que o não comparecimento no novo prazo estipulado ensejará na desclassificação do candidato e no chamamento dos pais e/ou responsáveis legais da próxima criança sorteada que está na lista de espera.

## 7. Da Organização de Grupos

7.1 As Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil procederão à constituição de grupos, respeitando os critérios de idade, tendo como referência a data corte de 31 de março de 2020.

7.2 A relação do número de crianças e profissionais por turma deverá seguir a seguinte tabela, conforme Decreto nº 6.495, de 29/03/2019:

TURMA	FAIXA ETÁRIA	Nº DE CRIANÇAS	Nº DE PROFESSOR	Nº de Menor Aprendiz
Berçário	04 Meses a 1 ano e meio	6 - 12	01	01
Maternal	01 ano e meio a 2 anos e meio	8 - 12	01	01
Jardim	2 anos e meio a 3 anos e meio	12 - 15	01	01

Turma mista jardim	1 ano e meio a 03 anos 2 anos a 3 anos	12 - 15	01	01
Pré I	A partir de 04 anos até 31/03	13 - 20	01	01
Pré II	A partir de 05 anos até 31/03	18 - 25	01	01

7.3 Para as turmas de Berçário e Maternal que atenderem ao número máximo de alunos, por turno, conforme disposto na tabela acima será garantida a presença de um estagiário, estudante de nível superior, no lugar do menor aprendiz (bolsista).

7.4 Não será permitida a matrícula de uma mesma criança em duas unidades, mesmo sendo em contraturno. No caso de acontecer duas matrículas a família deverá optar por uma das vagas em uma única Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil.

7.5 Na composição dos grupos, deverá se resperitar a proporção correspondendo a cada criança e ao professor áreas não inferiores a 1,30 e 2,50 metros quadrados respectivamente.

## 8. Das Disposições Finais

8.1 Fica proibida a cobrança de qualquer taxa referente à efetivação de matrícula nas Unidades Escolares e nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Santo Amaro da Imperatriz.

8.2 Após tentativa de contato da direção com a família pelo não comparecimento da criança matriculada na Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil, sem justificativa dos pais ou responsável legal por 15 (quinze) dias letivos consecutivos, implicará na disponibilidade da vaga para a próxima criança da lista de espera.

8.3 A omissão ou a apresentação de informações ou documentos falsos ou divergentes pelos pais ou responsáveis legais, poderão implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

8.4 Os pais ou responsáveis legais ficam cientes que ao inscreverem a criança, pleiteando a vaga, implicará no pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

8.5 A inscrição não caracteriza garantia de vaga imediata, mas somente por meio dela as crianças serão chamadas para o preenchimento das vagas disponíveis.

8.6 A direção da Unidade Escolar e Centro de Educação Infantil deverá enviar a Secretaria Municipal de Educação até 06/12/2019 a relação de crianças matriculadas e a lista de espera/2020 por grupo e período.

8.7 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação e Esportes.

Santo Amaro da Imperatriz, 01 de novembro de 2019.

SÔNIA MARIA DE MACEDO  
Secretário Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina  
Município de Santo Amaro da Imperatriz  
Secretaria Municipal de Educação

UnidadeEscolar

Quadro síntese de matrícula

Entrega: até 06/12/2019.

ANO	TURNO	NÚMERO DE CRIANÇAS	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE CRIANÇAS NA LISTA DE ESPERA	NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS
BERÇÁRIO	Matutino				
	Vespertino				
MATERNAL I	Matutino				
	Vespertino				
MATERNAL II	Matutino				
	Vespertino				
JARDIM I	Matutino				
	Vespertino				
JARDIM II	Matutino				
	Vespertino				

JARDIM MISTO	Matutino				
	Vespertino				
PRÉ I	Matutino				
	Vespertino				
PRÉ II	Matutino				
	Vespertino				
PRÉ-MISTO	Matutino				
	Vespertino				
TOTAL					

## **EDITAL Nº 18/2019. DISPÕE SOBRE A REMATRÍCULA, INSCRIÇÃO E MATRÍCULA PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

Publicação Nº 2211716

Estado de Santa Catarina  
Município de Santo Amaro da Imperatriz

EDITAL Nº 18/2019.

DISPÕE SOBRE A REMATRÍCULA, INSCRIÇÃO E MATRÍCULA PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Secretária Municipal de Educação e Esportes, no uso de suas atribuições, RESOLVE deliberar as seguintes normas, considerando a demanda do município em função das vagas oferecidas:

0.1 A Secretaria Municipal de Educação de Santo Amaro da Imperatriz fará a divulgação do processo de matrícula para o ano letivo de 2020, com a participação de cada Unidade Escolar e respectivas comunidades, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis para que essa divulgação seja ampla.

0.2 É de responsabilidade da Direção de cada Unidade Escolar, constituir comissão, composta por no mínimo, 01 (um) representante de cada segmento: da direção, das famílias, dos docentes; para planejar, divulgar e acompanhar a matrícula e registrar todo processo em ata.

### **1. Da Rematrícula**

1.1 A rematrícula será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019, para os estudantes do Ensino Fundamental e Eja, regularmente matriculados na Unidade Escolar no ano de 2019.

1.2 Para estudantes com deficiência que tiverem diagnóstico médico, deverão apresentar a documentação pertinente na efetivação da rematrícula.

1.3 Quanto a enturmação, compete a Unidade Escolar (escola de ensino regular) e AEE avaliar pedagogicamente o diagnóstico e as necessidades desses/as estudantes emitindo parecer com orientação da Secretaria Municipal de Educação - SME, matriculando-os/as no Ensino Fundamental, conforme a legislação vigente.

### **2. Da Inscrição e da Matrícula (estudantes novos)**

2.1 A Secretaria Municipal de Educação, em atendimento à legislação vigente, sobre o Ensino Fundamental, estabelece normas para efetuar a inscrição e as matrículas para o ano letivo de 2020, para os estudantes do Ensino Fundamental e Eja.

2.2 A matrícula de novos estudantes obedecerá aos seguintes requisitos:

I – Apresentação de comprovante/declaração de residência e/ou de vínculo empregatício no bairro e proximidades da Unidade Escolar pretendida;

II – Apresentação dos documentos necessários de acordo com as normas da Unidade Escolar (Certidão de Nascimento, atestado de transferência, histórico escolar).

III – Para o 1º Ano do Ensino Fundamental, a matrícula será oportunizada para as crianças que têm 06 anos completos ou a completar até 31 de março de 2020 (resoluções nº 1 de 14/01/2010 e nº 6 de 20/10/2010 – MEC/CNE e decisão do Supremo Tribunal Federal de 1/08/2018) e aquelas com idade superior, sem experiência escolar.

IV – Para os estudantes com deficiência, observar atentamente a regulamentação no item 2.2 deste edital, garantindo a vaga dos mesmos em todos os níveis e modalidades de ensino.

V – As crianças que completarem 6 (seis) anos de idade após a data definida no inciso III deverão ser matriculadas na pré-escola.

2.3 A relação de vagas será divulgada no dia 14/11/2019, período vespertino, nas respectivas Unidades Escolares.

2.4 As inscrições para matrículas novas, nas Unidades Escolares do Ensino Fundamental, respeitando o zoneamento, serão realizadas no período de 18 a 22 de novembro de 2019, das 8 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas nas instituições educacionais da rede municipal de ensino, de acordo com as normas constantes nesse edital.

2.5 As inscrições para matrículas novas, na Educação de Jovens e Adultos, serão realizadas no período de 18 a 22 de novembro de 2019, das 19 horas às 21 horas no Ceja Maria Mecedo Silva, de acordo com as normas constantes nesse edital.

2.6 Para realizar a inscrição, o responsável deverá comparecer na Unidade Escolar, nas datas e horários estipulados nos itens 3.4 e 3.5 para preencher a ficha de inscrição, e apresentar a certidão de nascimento da criança/adolescente, comprovante/declaração de residência e/ou de vínculo empregatício dos pais nas proximidades da Unidade Escolar pretendida.

2.7 Havendo mais candidatos que o número de vagas existentes, será realizado sorteio no dia 27/11/2019 às 19 horas nas respectivas Unidades Escolares.

2.8 O número do candidato a vaga será a senha da inscrição.

2.9 O sorteio será feito por turma, de acordo com o número de vagas existentes. Os demais inscritos serão classificados por ordem de sorteio para comporem a lista de espera.

2.10 O sorteio público será organizado pela comissão da Unidade Escolar.

2.11 A matrícula para os alunos novos será efetuada no período de 28/11/2019 a 04/12/2019, nas respectivas Unidades Escolares.

2.12 Constituem-se documentos necessários para a matrícula:

I- Original e cópia da certidão de nascimento da criança;

II – Original e cópia do CPF e RG ou documento oficial com foto, dos pais ou dos responsáveis legais pela criança;

III - Comprovante judicial de guarda, sendo o caso;

IV - Original e cópia do comprovante/declaração de residência e/ou vínculo empregatício dos pais no bairro e proximidades da Unidade Escolar;

V - Apresentação do protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras, sendo o caso.

VI - Apresentação dos documentos necessários de acordo com as normas da Unidade Escolar (atestado de transferência, histórico escolar).

2.13 O não comparecimento no período de matrícula implicará na perda da vaga, sendo chamado o próximo candidato da lista de espera.

2.14 As vagas remanescentes (abertura de novas turmas, transferências) serão disponibilizadas continuamente conforme a capacidade máxima de atendimento de cada turma e a chamada será realizada por telefone, respeitando a ordem da lista de espera.

2.15 Quando chamados, os pais e/ou responsáveis legais deverão comparecer a Unidade Escolar para a efetivação da matrícula ou assinatura da desistência, no prazo de 03 (três) dias úteis após o contato telefônico.

2.16 Caso os pais não compareçam, deverá a direção da Unidade Escolar fazer notificação por correspondência. Sendo que o não comparecimento no novo prazo estipulado ensejará na desclassificação do candidato e no chamamento do próximo aluno sorteado que está na lista de espera.

2.17 É de responsabilidade da direção da Unidade Escolar o encaminhamento de alunos que não conseguiram matrícula na sua unidade escolar, às escolas que ainda possuem vaga.

2.18 Quando possível, deve-se garantir vaga no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

#### 4. Da Organização das Turmas

3.1 A Unidade Escolar procederá a organização de turmas, observando:

- 25 estudantes para as turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
- 30 estudantes para o 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental;
- 35 estudantes para as turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental;
- 20 estudantes para turmas multisseriadas;
- 20 estudantes nas turmas de alfabetização e nivelamento na Educação de Jovens e Adultos;
- 35 estudantes nas demais turmas da Educação de Jovens e Adultos;

3.0.1. O desdobramento de turmas poderá ocorrer, com autorização da Secretaria Municipal de Educação, até o término do 1º bimestre do ano letivo, quando atingir o número máximo de estudantes por turma mais três e a Unidade Escolar dispuser de área física.

3.0.2. Somente haverá desdobramento através do preenchimento do documento padrão (anexo) e com autorização desta Secretaria.

3.2 A direção da Unidade Escolar deverá esclarecer aos estudantes, pais e responsáveis, no ato de matrícula, que o estudante está sujeito a reenturmação (matutino/vespertino), no caso, se ocorrer desdobramento de turma.

#### 4 Das Disposições Finais

4.1 Fica proibida a cobrança de qualquer taxa referente à efetivação de matrícula nas Unidades Escolares e nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Santo Amaro da Imperatriz.

4.2 O acesso e permanência do estudante na escola não poderão ser condicionados ao uso de uniforme, ao material escolar, à colaboração espontânea para a Associação de pais e Professores (APP), ou a qualquer tipo de procedimento que restrinja este Direito Constitucional.

4.3 A omissão ou a apresentação de informações ou documentos falsos ou divergentes pelos pais ou responsáveis legais, poderão implicar em responsabilização civil e criminal e implicam na desclassificação da inscrição.

4.4 Os pais ou responsáveis legais ficam cientes que ao inscreverem o estudante, pleiteando a vaga, implicará no pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

4.5 A inscrição não caracteriza garantia de vaga imediata, mas somente por meio dela os alunos serão chamados para o preenchimento das vagas disponíveis.

4.6 A direção da Unidade Escolar deverá enviar a Secretaria Municipal de Educação até 06/12/2019 a relação de alunos matriculados e a lista de espera 2020 por ano e período.

4.7 Se houver vaga, no início do ano letivo de 2020 a escola deverá dar oportunidade de matrícula aos alunos que não a efetuaram no período anteriormente definido.

4.8 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.

Santo Amaro da Imperatriz, 01 de novembro de 2019.

SÔNIA MARIA DE MACEDO

Secretária Municipal de Educação e Esportes

Estado de Santa Catarina

Município de Santo Amaro da Imperatriz

Secretaria Municipal de Educação

UnidadeEscolar

Quadro síntese de matrícula

Entrega: até 06/12/2019.

ANO	TURNO	NÚMERO DE ESTU- DANTES	NÚMERO DE TUR- MAS	NÚMERO DE ESTUDANTES NA LISTA DE ESPERA	NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS
Pré-Escolar	Matutino				
	Vespertino				
1º Ano	Matutino				
	Vespertino				
2º Ano	Matutino				
	Vespertino				
3º Ano	Matutino				
	Vespertino				
4º Ano	Matutino				
	Vespertino				
5º Ano	Matutino				
	Vespertino				
6º Ano	Matutino				
	Vespertino				
7º Ano	Matutino				
	Vespertino				
8º Ano	Matutino				
	Vespertino				
9º Ano	Matutino				
	Vespertino				
TOTAL					

Estado de Santa Catarina

Município de Santo Amaro da Imperatriz

Secretaria Municipal de Educação

Desdobramento de turma

Unidade Escolar:

Justificativa do desdobramento de turmas:

Parecer da SME:

Carimbo e assinatura da Direção:

Data:

## **EDITAL Nº 21/2019 CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES ACT - SELEÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

Publicação Nº 2211715

Estado de Santa Catarina

Município de Santo Amaro da Imperatriz

### **EDITAL Nº 21/2019 CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES ACT - SELEÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

EDÉSIO JUSTEN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente edital, que realizará CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO ACT – Seleção por Nível de Escolaridade:

Considerando que, a municipalidade através do Edital nº. 09/2018 REALIZOU PROCESSO SELETIVO no ano de 2018, visando o preenchimento de vagas de caráter temporário no ano de 2019;

Considerando que, os professores foram convocados pelos Atos 26 e 27 e também por telefone, conforme Art. 12.4.9 do Edital 09/2018;

Considerando o Artigo 12.4.11. estabelece que após o encerramento da listagem de professores classificados e aprovados (por disciplina) no Processo Seletivo 09/2018, e havendo vagas remanescentes, a Secretaria Municipal de Educação poderá contratar professores, com intuito de complementar o quadro de vagas do Magistério Público Municipal, mediante Chamada Pública, que será normatizada por edital próprio.

Considerando finalmente, que para algumas disciplinas, entre os convocados não há mais candidatos aptos, tanto os habilitados como não habilitados, pelos motivos de abdicação, ausência e desistência para a respectiva vaga, em especial o de Professor de Ensino Religioso e Artes;

**TORNA PÚBLICO** aos interessados, respeitando os princípios Constitucionais, em especial o da Impessoalidade, Publicidade, Eficiência e Legalidade.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. A Secretaria Municipal de Educação procederá a Chamada Pública, para o cargo de Professor habilitado e não habilitado quando esgotadas as possibilidades de convocação de candidatos aptos a assumirem as vagas e quando não existirem classificados no Processo Seletivo 09/2018.

Art. 2º. Mediante Chamada Pública, a Secretaria Municipal de Educação contratará professores, com intuito de complementar o quadro de professores do Magistério Público Municipal para vagas de Professor de Ensino Religioso e Artes, conforme Anexo I deste edital.

Art. 3º. A Chamada Pública será para convocação de profissionais de educação que tiverem interesse em assumir vagas disponíveis, dentro de suas habilitações, respeitando todos os critérios e pré-requisitos previstos no Edital 09/2018.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Educação divulgará o quadro de vagas no site da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz <http://www.santoamaro.sc.gov.br/> e no Diário Oficial dos Municípios e a escolha de vagas ocorrerá na data, horário e local especificados no Anexo I deste edital.

Art. 5º. Os interessados deverão dirigir-se a Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Santana, nº 5.037, Centro, Santo Amaro da Imperatriz, na data e horário indicado no Anexo I, obrigatoriamente munidos dos seguintes documentos pessoais, com cópias:

I - RG;

II - CPF;

III - Certificado de conclusão de curso de graduação, com a referida habilitação (quando houver);

IV - Certificado de Pós-graduação (quando houver);

V - Atestado de frequência em curso de graduação (quando houver);

VI - Certificados de horas de aperfeiçoamento na área de atuação;

Art. 6º. Não será permitida inscrição por procuração.

Art. 7º - Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios:

- 1 - Professor habilitado;
- 2 - Professor não habilitado.

Art. 8º - Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada a preferência aos que tiverem:

- 1 - Maior titulação;
- 2 - Maior número de horas de aperfeiçoamento na área de atuação;
- 3 - Maior idade.

Art. 9º - Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada a preferência aos que tiverem:

- 1- Maior número de horas de aperfeiçoamento na área de atuação;
- 2- Maior idade.

Art. 10º - O presente edital terá validade para o ano letivo de 2019.

Art. 11º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, 01 de novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina  
Município de Santo Amaro da Imperatriz  
Secretaria de Educação e Esportes

#### ANEXO I

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, em suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos interessados nas VAGAS ABAIXO, para comparecerem a CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR ACT (Seleção por Nível de Escolaridade), no dia 04 de novembro de 2019, no horário das 11h00m, na Secretaria Municipal de Educação (que se encontra localizada na Rua Santana, nº 5.037, Centro, Santo Amaro da Imperatriz) para inscrição e escolha de vagas.

Lembramos que os candidatos precisam estar cientes e de acordo com o que dispõem os Editais nº 09/2018 e 21/2019.

UNIDADE ESCOLAR/LOCAL	TURMA/DISCIPLINA	TURNO			C.H	TIPO DE VAGA	PERÍODO
		M	V	N			
E.B.M. Vila Santana e Prefeito Augusto Althoff	Artes	X	X		40	Vinculada	06/11 a 19/12
E.B.M. Judite Adelina Schurhaus	Ensino Religioso	X	X		20	Vinculada	06/11 a 21/11

Santo Amaro da Imperatriz, 01 de novembro de 2019.

Sônia Maria de Macedo  
Secretária de Educação e Esportes

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 043/2019 - FMS

Publicação Nº 2212221

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 043/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá a partir de 04/11/2019, permanecendo aberto até 20/11/2019, na Prefeitura Municipal setor de protocolo, na Rua Capitão Jorge Lacerda, nº 75, documentos para:

DO OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA HABILITAR PESSOAS JURÍDICAS, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE FINALIDADE DIAGNÓSTICA POR IMAGEM (GRUPO 2), DIAGNÓSTICO POR ULTRASSONOGRAFIA (SUBGRUPO 5), ACOMPANHADOS DE IMAGENS E LAUDOS, A SER REALIZADO EM REGIME DENOMINADO MUTIRÃO, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) RESIDENTES EM SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo na Secretaria Municipal de Saúde, no endereço acima especificado no horário das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 16:00 horas ou no site da Prefeitura <https://saobentodosul.atende.net>.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2018.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Saúde – Autoridade Competente

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 201/2019

Publicação Nº 2211873

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 201/2019  
MENOR PREÇO GLOBAL

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 10 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 13 de novembro de 2019, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL TELEFÔNICA E HORA TÉCNICA DE TELEFONIA PARA SECRETARIAS DIVERSAS

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net).

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2019.

MARGARETH BAYERL KEISER  
Secretária de Administração

ALISSON ANTONIO HASTREITER  
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES  
Secretário de Planejamento e Urbanismo e  
Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO  
Secretária de Educação

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO  
Secretária de Assistência Social

ADELINO DENK  
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ  
Diretor Presidente da Fundação de Desportos

VILSON ALTIVO TORRES FENNER  
Diretor Presidente da EMHAB

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI  
Pregoeira Municipal

## DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15620/2019

Publicação Nº 2211596

### DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15620/2019  
Departamento (a): Secretaria de Administração  
Interessado: C. A. J.

Diante destes pressupostos, o Prefeito DETERMINA, na forma do artigo 154 da Lei Municipal nº 228/2001, a abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra a servidora C. A. J., matrícula nº 41.982, utilizando-se como base as disposições da Lei Municipal nº 228/2001 e Lei nº 397/2002.

Expeça-se e publique-se a Portaria de instauração do Processo Administrativo Disciplinar, que será conduzido pela Comissão Processante Especial constituída pelo Decreto Municipal nº 860 de 28 de Fevereiro de 2018, ou outra que venha em substituição, a qual poderá se utilizar de todos os expedientes, documentos e informações anexados ao processo nº 15620/2019 para instrução do PAD, assegurando-se à servidora indiciada o direito ao contraditório e ampla defesa

Publique-se, observando-se, no que couber, o disposto no § 2º do art. 58 da LOM, incluindo-se apenas as iniciais dos nomes aqui mencionados, preservando-se, neste momento, o nome e a imagem da servidora em questão.

Após a publicação da Portaria, encaminhe-se o processo à Comissão Processante Especial para autuação, registro junto ao sistema de informática, instrução e elaboração do relatório conclusivo.

Cumpra-se.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal  
Prefeito Municipal

## DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5258/2019

Publicação Nº 2211590

### DECISÃO

Processo Administrativo nº 5258/2019  
Requerente: Metlar Empreendimentos e Participações LTDA  
Assunto: Recurso Administrativo

Dessa forma, diante dos fatos relatados e frente as considerações emitidas no processo pela Fiscal da Fazenda, mantenho o ISS lançado no valor estimado pelo setor de fiscalização e indefiro o recurso administrativo protocolado por meio do Processo nº 5258/2019.

No tocante à liberação da carta de Habite-se, tendo em vista a alteração da Lei nº 1.398/2005, mencionada no corpo dessa decisão, deve ser conferido sequência no Processo administrativo nº 6275/2019 - caso não o tenham feito ainda -, observada, se necessário, a vistoria pelo setor de fiscalização e a liberação do Corpo de Bombeiros Militar.

Notifique-se a Secretaria de Finanças e intime-se o requerente acerca do resultado do recurso.

Publique-se, observando-se a regra disposta no § 2º do art. 58 da Lei Orgânica Municipal.

Cumpra-se.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1533/2019**

Publicação Nº 2211929

DECRETO Nº 1533, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ALTERA A REDAÇÃO DO DECRETO Nº 149, DE 16 DE AGOSTO DE 2001 QUE INSTITUIU O COMITÊ DE MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a solicitação de modificações na composição de membros do Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil postulada pela Secretaria Municipal de Saúde por meio dos Memorandos Internos de nº 360/2019, nº 365/2019 e nº 367/2019  
DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 3º do Decreto nº 149, de 16 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil será vinculado à Secretaria Municipal de saúde, sendo constituído de:

- a) 01 (um) representante do Conselho Tutelar;
- b) 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- c) 01 (um) representante da Casa da Amizade (Rotary Clube);
- d) 01 (um) representante das Unidades de Saúde (ESF/USB);
- e) 01 (um) representante do Hospital e Maternidade Sagrada Família;
- f) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde;
- g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- h) 01 (um) representante da Pastoral da Criança;
- i) 01 (um) representante da APAE;
- j) 01 (um) representante da Associação Catarinense de Medicina;
- k) 01 (um) representante do Conselho Regional de Enfermagem; e
- l) 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo 01 (um) do Departamento de Gestão Administrativa, 01 (um) do Departamento de Vigilância à Saúde e 01 (um) do Departamento de Atenção de Saúde.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 044/2019 - FMS**

Publicação Nº 2211890

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 044/2019

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 048/2017, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa IPM SISTEMAS LTDA, em 26 de outubro de 2017, conforme Inexigibilidade nº 76/2017, efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde e Pregão Presencial nº 168/2017, efetuado pelo Município de São Bento do Sul.

Considerando o Contrato nº 048/2017 que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado de Gestão para Prefeitura Municipal, Fundações, Autarquias e Câmara Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 168/2017, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito; Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do referido Contrato no dia 08 de outubro de 2019; Considerando também nova proposta de preços enviada pela CONTRATADA para continuidade dos serviços, conforme previsto na Cláusula Quinta – Do Reajustamento, com a solicitação de reajuste com base no índice IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 3,38173% conforme documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário reajustar os valores e prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Quinta – Do reajustamento, na Cláusula Sexta – Da Vigência do referido Contrato e Art. 57, inciso IV da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 09 de outubro de 2019 e com término em 08 de outubro de 2020. Altera-se o valor total mensal de R\$ 1.352,59 (um mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) para R\$ 1.398,34 (um mil trezentos e noventa e oito mil e trinta e quatro centavos) conforme abaixo, totalizando o período prorrogado em R\$ 16.780,08 (dezesseis mil setecentos e oitenta reais e oito centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Item	Especificações	Unid.	Qtd	Valor Anterior	Valor Reajustado	Valor Total
1	Módulo de Planejamento e Gestão Orçamentária	Mês	12	R\$ 139,48	R\$ 144,20	R\$ 1.730,40
2	Módulo de Contabilidade Pública	Mês	12	R\$ 433,93	R\$ 448,60	R\$ 5.383,20
3	Módulo de Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	R\$ 378,83	R\$ 391,64	R\$ 4.699,68
4	Módulo de Ponto Eletrônico	Mês	12	R\$ 288,43	R\$ 298,18	R\$ 3.578,16
5	Módulo de Portal da Transparência	Mês	12	R\$ 111,93	R\$ 115,72	R\$ 1.388,64
	Total			R\$ 1.352,60	R\$ 1.398,34	R\$ 16.780,08

Parágrafo Único: Alteram-se também os seguintes valores:

	Serviços variáveis/sob demanda.	Unid	Qtd	Valor Anterior	Valor Reajustado
26	Serviços de configuração, consultoria, migração, unificação de cadastros, treinamentos e atendimento local pós implantação. (no preço proposto deverão estar incluídos todos os custos com alimentação, que incidam sobre a execução dos serviços. hospedagem, despesas administrativas e operacionais,	hr	Sob Demanda	R\$ 196,00	R\$ 202,63
	Serviços técnicos e customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do município	hr	Sob Demanda	R\$ 239,60	R\$ 247,70
	Deslocamento nos serviços configuração, consultoria migração, unificação de cadastros, treinamento, quando exigido a presença in loco	km	Sob Demanda	R\$ 1,31	R\$ 1,35

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 09 de outubro de 2017 e Termo Aditivo nº 044/2018 de 26 de setembro de 2018, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2019.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

IPM SISTEMAS LTDA, como Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 045/2019 - FMS

Publicação Nº 2211892

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 045/2019

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 059/2018, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa IPM SISTEMAS LTDA, em 12 de dezembro de 2018, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 58/2018.

Considerando o Contrato nº 059/2018 que consiste na prestação de serviços de implantação, diagnóstico, migração, configuração, habilitação, treinamento e manutenção do Módulo Patrimônio para o Fundo Municipal de Saúde de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 58/2018 de 12 de novembro de 2018.

Considerando que os serviços constantes do item 1 - Serviços de Implantação, diagnóstico, migração, configuração, habilitação, treinamento inicial e acompanhamento operacional do sistema para uso já ocorreram, porém visto a continuidade da prestação dos serviços referente ao Item 2 – Módulo de Patrimônio, e o término da vigência do referido Contrato no dia 31 de outubro de 2019;

Considerando também nova proposta de preços enviada pela CONTRATADA para continuidade dos serviços, conforme previsto na Cláusula Quinta – Do Reajustamento, com a solicitação de reajuste com base no índice IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 3,38173% conforme documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário reajustar os valores e prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Quinta – Do reajustamento, na Cláusula Sexta – Da Vigência do referido Contrato e Art. 57, inciso IV da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de novembro de 2019 e com término em 31 de outubro de 2020.

2º - Altera-se o valor total mensal do Item 2 – Módulo Patrimônio de R\$ 308,00 (trezentos e oito reais) para R\$ 318,42 (trezentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos), totalizando o período prorrogado em R\$ 3.821,04 (três mil oitocentos e vinte e um reais e quatro

centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 12 de dezembro de 2018, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2019.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

IPM SISTEMAS LTDA, como Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 164/2019

Publicação Nº 2211884

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 164/2019

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 184/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IPM SISTEMAS LTDA, em 09 de outubro de 2017, conforme Edital de Pregão Presencial nº 168/2017.

Considerando o Contrato nº 184/2017 que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado de Gestão para Prefeitura Municipal, Fundações, Autarquias e Câmara Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 168/2017, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito;

Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do referido Contrato no dia 08 de outubro de 2019;

Considerando também nova proposta de preços enviada pela CONTRATADA para continuidade dos serviços, conforme previsto na Cláusula Quinta – Do Reajustamento, com a solicitação de reajuste com base no índice IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 3,381730% conforme documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário reajustar os valores e prorrogar a vigência do referido Contrato com base na Cláusula Quinta – Do Reajustamento, na Cláusula Sexta – Da Vigência do referido Contrato e Art. 57, inciso IV da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 09 de outubro de 2019 e com término em 08 de outubro de 2020. Altera-se o valor mensal de R\$ 38.085,76 (trinta e oito mil, oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos) para R\$ 39.373,71 (trinta e nove mil, trezentos e setenta e três reais e setenta e um centavos), totalizando o período prorrogado em R\$ 472.484,52 (quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Item	Especificações	Unid.	Qtd	Valor Anterior	Valor Reajustado	Valor Total
1	Módulo de Planejamento e Orçamento	Mês	12	R\$ 782,63	R\$ 809,10	R\$ 9.709,20
2	Módulo de Contabilidade Pública, Execução Financeira e Prestação de Contas.	Mês	12	R\$ 2.904,08	R\$ 3.002,29	R\$ 36.027,48
3	Módulo de Folha de Pagamento	Mês	12	R\$ 3.249,33	R\$ 3.359,21	R\$ 40.310,52
4	Módulo de Ponto Eletrônica	Mês	12	R\$ 1.298,35	R\$ 1.342,26	R\$ 16.107,12
5	Módulo de Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	R\$ 1.855,40	R\$ 1.918,14	R\$ 23.017,68
6	Módulo de Procuradoria municipal	Mês	12	R\$ 1.635,86	R\$ 1.691,18	R\$ 20.294,16
7	Módulo de Patrimônio	Mês	12	R\$ 668,55	R\$ 691,16	R\$ 8.293,92
8	Módulo de Almoxarifado	Mês	12	R\$ 354,72	R\$ 366,72	R\$ 4.400,64
9	Módulo de Frotas	Mês	12	R\$ 739,58	R\$ 764,59	R\$ 9.175,08
10	Módulo de Protocolo e Processo Digital	Mês	12	R\$ 744,75	R\$ 769,93	R\$ 9.239,16
11	Módulo de Portal da Transparência	Mês	12	R\$ 912,63	R\$ 943,49	R\$ 11.321,88
12	Módulo de Autoatendimento ao Cidadão via Web	Mês	12	R\$ 1.074,07	R\$ 1.110,39	R\$ 13.324,68
13	Módulo de Nota Fiscal	Mês	12	R\$ 8.390,22	R\$ 8.673,95	R\$ 104.087,40
14	Módulo de Escrita Fiscal	Mês	12	R\$ 1.416,31	R\$ 1.464,21	R\$ 17.570,52
15	Módulo de Controle de Simples Nacional	Mês	12	R\$ 241,08	R\$ 249,23	R\$ 2.990,76
16	Módulo de Controle de Arrecadação	Mês	12	R\$ 1.239,80	R\$ 1.281,73	R\$ 15.380,76
17	Módulo de Dívida Ativa	Mês	12	R\$ 1.167,49	R\$ 1.206,97	R\$ 14.483,64
18	Módulo de Contribuição de Melhoria	Mês	12	R\$ 241,08	R\$ 249,23	R\$ 2.990,76
19	Módulo de Taxas e Tarifas (receitas diversas)	Mês	12	R\$ 2.402,13	R\$ 2.483,36	R\$ 29.800,32
20	Módulo de IPTU	Mês	12	R\$ 1.594,53	R\$ 1.648,45	R\$ 19.781,40
21	Módulo de ISSQN	Mês	12	R\$ 3.463,28	R\$ 3.580,40	R\$ 42.964,80
20	Módulo de Controle Interno	Mês	12	R\$ 566,52	R\$ 585,68	R\$ 7.028,16

20	Módulo de Fiscalização Fazendária	Mês	12	R\$ 1.143,37	R\$ 1.182,04	R\$ 14.184,48
	Total			R\$ 38.085,76	R\$ 39.373,71	R\$ 472.484,52

Parágrafo Único: Alteram-se também os seguintes valores:

	Serviços variáveis/sob demanda.	Unid	Qtd	Valor Anterior	Valor Reajustado
26	Serviços de configuração, consultoria, migração, unificação de cadastros, treinamentos e atendimento local pós implantação. (no preço proposto deverão estar incluídos todos os custos com alimentação, que incidam sobre a execução dos serviços.hospedagem, despesas administrativas e operacionais,	hr	Sob Demanda	R\$ 196,00	R\$ 202,63
	Serviços técnicos e customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do município	hr	Sob Demanda	R\$ 239,60	R\$ 247,70
	Deslocamento nos serviços configuração, consultoria migração, unificação de cadastros, treinamento, quando exigido a presença in loco	km	Sob Demanda	R\$ 1,31	R\$ 1,35

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 09 de outubro de 2017 e Termo Aditivo nº 167/2018 de 26 de setembro de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2019.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretária de Administração do Município.

ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS, como Chefe de Gabinete Interina e pela Secretária de Finanças do Município.

IPM SISTEMAS LTDA, como Contratada.

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 75/2019

Publicação Nº 2211685

Pregão Presencial nº 75/2019

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 75/2019

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 14 de novembro de 2019, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A contratação de serviço de coleta in loco, com destinação e reciclagem ambientalmente correta de lâmpadas usadas, dos tipos: lâmpadas diversas (fluorescentes, eletrônicas compactas, incandescentes, de vapor de mercúrio e sódio mistas).

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2019.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 196/2019

Publicação Nº 2212356

CONTRATO Nº 196/2019

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 39/2019, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA A. A. ALBERT - ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa A. A. ALBERT - ME, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA SAO BERNARDINO, na Cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 06200290000101, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. ARI ALBERTO ALBERT, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 022.803.569-45, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2019, O QUAL TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 12/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 39/2019.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 3.058,92 (três mil e cinq-enta e oito reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 31/10/2019 até o dia 31/12/2019 .

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 12/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 39/2019, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	36,00	HR	SERVIÇO MECÂNICO PARA ONIBUS E MICRO ONIBUS	84,97	3.058,92
			TOTAL		3.058,92

#### CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 39/2019.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 12/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 39/2019.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designada a Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, portadora do CPF nº 021.826.479-88, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 39/2019.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 31 de Outubro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL

ARI ALBERTO ALBERT

Prefeito Municipal

Contratado

RUDIMAR BORCIONI

Assessor Jurídico

OAB-SC 15.411

Testemunhas: \_\_\_\_\_

## PORTARIA Nº 290/2019

Publicação Nº 2211338

PORTARIA Nº 290/2019 DE 31/10/2019

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica Municipal e em especial o que dispõe o Art. 107 da Lei Municipal nº 004/97;

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Srta. ELISANDRA DAS CHAGAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 560/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde de 29/10/2019 à 31/10/2019 (três dias), conforme atestado odontológico do Dr. Marcio Motta Centurion (CRO/SC 11992), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 29/10/2019.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 31 de outubro de 2019.
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. Adm. e Fazenda

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 135/2019 - ADM

Publicação Nº 2212641

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 135/2019 - ADM  
Pregão Presencial nº 093/2019 – ADM  
Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E CONserto DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS LEVES, VANS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 07:30 horas até as 07:50 horas – dia 13 de novembro de 2019.  
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas – dia 13 de novembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 31 de outubro de 2019.  
RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito

### DECRETO 126/2019

Publicação Nº 2212229

DECRETO Nº. 126/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso III da Lei Municipal n.º 1837/2018 de 03 de Dezembro de 2018;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 9.000,00 (Nove mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração e Finanças	2
Função	Administração	4
Sub-função	Administração Geral	122
Programa	GESTÃO ADM, EFICIENTE, HONESTA, TRANSPARENTE	4
ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(21)	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - 3.3.50	01.00 Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		9.000,00

Art. 2º. Para cobertura do CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução na seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	3
Unidade	Departamento de Administração e Finanças	2
Função	Administração	4

Sub-função	Administração Geral	122
Programa	GESTÃO ADM, EFICIENTE, HONESTA, TRANSPARENTE	4
ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(20)	Aplicação Direta - 3.1.90	01.00 Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		9.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 31 de Outubro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

## DECRETO 127/2019

Publicação Nº 2212303

DECRETO Nº. 127/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso I da Lei Municipal n.º 1837/2018 de 03 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento da entidade nº 1 - MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$ 9.700,00 (Nove mil e setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Alimentação e Nutrição	306
Programa	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, MODERNIDADE E VALORIZAÇÃO	12
ATIVIDADE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(153)	Aplicação Direta -3.3.90	1037 - Outras Transferências do FNDE.
Valor Total R\$:		4.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7
Unidade	Departamento de Educação	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Alimentação e Nutrição	306
Programa	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, MODERNIDADE E VALORIZAÇÃO	12
ATIVIDADE	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.013
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(155)	Aplicação Direta -3.3.90	1037 - Outras Transferências do FNDE.
Valor Total R\$:		5.200,00

Art. 2º. Os recursos para atender a suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019, na destinação de Recursos DR nº 1037 – Outras Transferências do FNDE, no valor de R\$ 9.700,00 (Nove mil e setecentos reais).

3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 31 de Outubro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**DECRETO Nº 125/2019**

Publicação Nº 2212625

DECRETO Nº 125/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE TURNO ÚNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal São Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no que lhe faculta o Art. 53, VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a adoção de ações e medidas urgentes e emergenciais de corte de gastos, voltadas à contenção de despesas e sem prejuízo da continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que o turno único visa justamente ao atendimento do interesse público, neste momento representado pela necessidade premente de contenção direta e imediata de despesas públicas que se impõe diante do cenário vivenciado pelos entes públicos em todo o território nacional;

CONSIDERANDO que a jornada única de trabalho reduz despesas sem prejuízo administrativo à população, uma vez que permanecem mantidos a prestação e atendimento dos serviços essenciais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica instituído Turno Único para Administração Pública Municipal de São Carlos, com horário reduzido das 07h00min às 13h00min, a partir do dia 05 de novembro de 2019 até o dia 15 de janeiro de 2020.

Paragrafo Único: Referido Turno Único não se aplica à Secretaria Municipal da Educação; Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria de Assistência e Promoção Social, às quais devem manter seu expediente normal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

São Carlos, 31 de outubro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal de São Carlos/SC

**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 54/2017 - ADM**

Publicação Nº 2211692

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	054/2017 – 4º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto ..... :	FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SC.
Valor:	R\$ 152.149,64(cento e cinquenta e dois mil cento e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos)
Dotação:	Dotações Orçamentárias Vigentes 2019/2020, 3390.39.11 – 0.
Vigência: .....	25/10/2020
SAO CARLOS, 25 DE OUTUBRO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 034/2019 - ADM**

Publicação Nº 2212038

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	034/2019 - ADM – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	EFICCAZ CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE COBERTURA DA PRAÇA DA MATRIZ – CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 870747/2018 – OPERAÇÃO 1056409-06 – CAIXA – PROGRAMA TURISMO.
Valor Supressão:	R\$ 39,70 (trinta e nove reais e setenta centavos)



Dotação:	1.037.4490.00 - 00 - 42/2019 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS PRAÇAS;
Licitação:	Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 003/2019 – ADM
Vigência:	31/12/2019
SAO CARLOS, 29 DE OUTUBRO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**LEI MUNICIPAL Nº 1862/2019**

Publicação Nº 2211467

LEI MUNICIPAL Nº 1862/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019  
INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA RESÍDUOS SÓLIDOS -PMGIRS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS do Município de São Carlos, estado de Santa Catarina, nos termos do Anexo único, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. O Plano de que trata o caput deste artigo é destinado a:

I - minimizar a geração de resíduos na fonte;

II - adequar a segregação na origem;

III - controlar e reduzir riscos ao meio ambiente;

VII - assegurar o correto manuseio e disposição final dos resíduos no município de São Carlos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, em 30 de outubro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito do Município de São Carlos/SC.

**NOTA DE ANULAÇÃO PROCESSO 133/2019 - ADM**

Publicação Nº 2212633

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SAO CARLOS	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 92/2019 - PR
CNPJ: 82.945.718/0001-15 Rua Demétrio Lorenz, 747 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC	Processo Administrativo: 133/2019 Processo de Licitação: 133/2019 Data do Processo: 18/10/2019
O bjet o: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E CONserto DE PNEUS, LUBRIFICAÇÃO E LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS LEVES, VANS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.	
NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 133/ 2019	
Motivo: PROCESSO ANULADO POR FALTA DE COMPETITIVIDADE E COM BASE EM ORIENTAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.	
São Carlos, 31 de outubro de 2019	
----- RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO N.º 002/2019**

Publicação Nº 2211906

Decreto Legislativo nº 002/2019, de 30 de Outubro de 2019

Mantém o veto parcial do Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 023/2019.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, DECRETA:

Art. 1º Fica mantido o Veto Parcial do Chefe do Poder Executivo, que incidiu sobre o parágrafo 4º, do artigo 1º, do Projeto de Lei Ordinária n.º 023/2019 que "Autoriza o Poder Executivo a conceder, através de concessão de uso, por prazo determinado ou alienar, no todo ou em partes, os imóveis matriculados sob os números 8.998 e 10.907, do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, e dá outras providências".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Carlos/SC, em 30 de outubro de 2019.

Ademir Antonio Damin  
Presidente

José Noimar Mai  
Vice-Presidente

Iara Mirtes Schoenberger Fernando José Signori  
1ª Secretária 2º Secretário

Registre-se.  
Publique-se.

**PORTARIA 018/2019**

Publicação Nº 2212171

Portaria nº 018/2018, de 31 de Outubro de 2019.

Que designa comissão de licitações para o julgamento de processo licitatório na modalidade de Pregão do Poder Legislativo de São Carlos, estado de Santa Catarina, e dá outras providências

ADEMIR ANTONIO DAMIN, Chefe do Poder Legislativo de São Carlos, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei:

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designada a Comissão de Julgamento de Licitações, na modalidade de PREGÃO, com a incumbência de proceder à abertura e o julgamento dos processos licitatórios referente ao período correspondente de 31/10/2019 à 31/12/2019 do Poder Legislativo de São Carlos, estado de Santa Catarina, que será composta pelos seguintes membros:

I - Cristiano Munslinger, como Pregoeiro;

II - Roberto Luiz Kroth, como membro da Equipe de Apoio;

III - Natan Wagner, como membro da Equipe de Apoio.

Art. 2º Este trabalho não caracterizará vínculo empregatício aos membros, nem tampouco lhes será atribuída qualquer remuneração, caracterizando-se como serviço de relevância à Companhia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.727, de 02 de setembro de 2013.

São Carlos, estado de Santa Catarina, em 31 de outubro de 2019

Ademir Antonio Damin  
Presidente da Câmara

Registre-se.  
Publique-se.

**RESOLUÇÃO N.º 006/2019**

Publicação Nº 2211924

Resolução nº 006/2019, de 30 de Outubro de 2019.

Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Honorário ao Deputado Federal Pedro Francisco Uczi e a realização de Sessão Solene.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Regimento Interno, FAZ SABER que o Plenário da Câmara aprovou e que fica promulgada a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedido o Título de "Cidadão Honorário" ao Deputado Federal Pedro Francisco Uczi, pelos relevantes serviços prestados ao município São Carlos, especialmente na destinação de recursos e na viabilização da implantação do Instituto Federal de Santa Catarina -IFSC no município.

Parágrafo único. A homenagem de que trata o caput deste artigo será prestada em sessão solene, previamente convencionada entre a Casa Legislativa e o homenageado.

Art. 2º As despesas decorrentes da homenagem e realização da sessão mencionada no artigo anterior correrão por conta do Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. As despesas previstas no caput deste artigo deverão cingir-se exclusivamente aos gastos realizados para atender as eventuais necessidades da preparação e execução da referida Sessão, tais como:

I - confecção de convites, aquisição de lembrança, certificados e/ou placas;

II – cerimonial, ornamentação e decoração do ambiente;

III - filmagem, fotografias e sonorização;

IV - divulgação da Sessão;

V - Coffe break ou similar para o homenageado, autoridades, integrantes do Poder Legislativo e convidados especiais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos/SC, 30 de Outubro de 2019.

Ademir Antonio Damin  
Presidente

José Noimar Mai  
Vice-Presidente

Iara Mirtes Schoenberger  
1ª Secretária

Fernando José Signori  
2º Secretário

Registre-se.  
Publique-se.

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 870 DE 30 10 19

Publicação Nº 2211336

DECRETO Nº 870 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Torna sem efeito o Decreto Nº 868, de 29 de outubro de 2019, o qual admitiu a servidora pública aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o cargo público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Municipal 1.132 de 11/12/98, Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; nº. 0045, de 06 de novembro de 2012 e Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/2007, atualizada;;

- Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, de 07 de junho de 2019;
- Considerando o Edital nº 013, de 30 de julho de 2019, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Simplificado, edital nº 001/2019;
- Considerando que a servidora pública admitida pelo Decreto nº 868, de 29 de outubro de 2019, apresentou pedido de reclassificação;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

#### DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o decreto nº 868, de 29 de outubro de 2019, que admitiu Edineia Maciel, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de outubro de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 871 DE 31 DE OUTUBRO DE 20 19

Publicação Nº 2211337

DECRETO Nº 871, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e 043 de 26 de julho de 2012;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes;
- Considerando o comprometimento do Governo Municipal através da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, em garantir a manutenção e limpeza dos espaços escolares;
- Considerando afastamentos para tratamento de saúde, de servidoras ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;
- Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, de 07 de junho de 2019;
- Considerando o Edital nº 013, de 30 de julho de 2019, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Simplificado, edital nº 001/2019;
- Considerando o pedido de Reclassificação da quinta colocada no Processo Seletivo Simplificado 001/2019, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Edinéia Maciel;
- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica Admitida para o Serviço Público Municipal a Senhora, Analice Campagnolo Busatto para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima irá perdurar, até o final dos afastamentos das servidoras titulares ocupantes do cargo de auxiliar de serviços gerais, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 31 de outubro de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.214/2019

Publicação Nº 2211413

DECRETO Nº 3.214, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.258, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.258, de 31 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica incluído no orçamento da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de S.F.S do corrente exercício, na ação 2108 – Pagamento de Aposentados, a categoria econômica e grupo de natureza de despesa 33 – Outras despesas correntes na modalidade de aplicação 90 – Aplicação Direta e vínculo de Recurso – 02030100 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal), conforme segue:

18 - Instituto Fundação de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

002 - Gestão dos Benefícios aos Segurados

2108 - Pagamento dos Aposentados

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações diretas

Vínculo de Recursos: 02030100 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal).

Art. 2º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

002 - Gestão dos Benefícios aos Segurados

2108 - Pagamento dos Aposentados

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recursos: 02030100 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal).

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 2º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

18 - Instituto Fundação de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

002 - Gestão dos Benefícios aos Segurados

2108 - Pagamento dos Aposentados

33000000000000000000 - Despesas correntes

33100000000000000000 - Pessoal e encargos sociais

DECRETO Nº 3.214, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

33190000000000000000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recursos: 02030100 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal)

TOTAL DA ANULAÇÃO .....R\$ 30.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS

Diretora Presidente do IPRESF

Secretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**DECRETO Nº 3.215/2019**

Publicação Nº 2211388

DECRETO Nº 3.215, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.259, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.259, de 31 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 944.300,00 (novecentos e quarenta e quatro mil e trezentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

10 - Secretaria Municipal de Educação  
 001 - Educação Infantil  
 2055- Manutenção de Pessoal da Educação Infantil.  
 3300000000000000 – Despesas Correntes  
 3310000000000000 – Pessoal e Encargos Sociais  
 3319000000000000 - Aplicações Diretas  
 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 944.300,00  
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 944.300,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

10 - Secretaria Municipal de Educação  
 003 - Assessoria Administrativa  
 2132- Distribuição de Uniformes  
 3300000000000000 – Despesas Correntes  
 3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
 3339000000000000 - Aplicações Diretas  
 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 212.000,00  
 12 - Secretaria Municipal de Assistência Social  
 001 - Gerência Administrativa  
 1031- Construção de CRAS  
 3400000000000000 – Despesas de Capital  
 3450000000000000 –  
 3459000000000000 - Aplicações Diretas  
 01000000 - Recursos ordinários ..... R\$ 140.000,00

09 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuário.  
 005 - Gerência de Pesca  
 2049- Manutenção das Atividades da Gerência de Pesca

DECRETO Nº 3.215, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

3300000000000000 – Despesas Correntes  
 3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
 3339000000000000 - Aplicações Diretas  
 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 19.100,00

15 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
 001 - Diretoria de Fiscalização  
 2095 - Manutenção Ambiental  
 3300000000000000 – Despesas Correntes  
 3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
 3339000000000000 - Aplicações Diretas  
 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 100.000,00



004 - Gerência Administrativo Financeiro  
2093- Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Meio Ambiente  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 32.000,00

09 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuário.  
004 - Gerência de Agricultura  
2047- Manutenção das Atividades da Gerência de Agricultura  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 40.000,00

06 - Secretaria Municipal de Governo.  
003 - Gerência de Tecnologia de Informação  
2018- Manutenção das Atividades Administrativas da Gerência de Tecnologia  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 170.000,00

26 - Secretaria Municipal de Esporte.  
002 - Diretoria de Esporte e Lazer  
2045 - Manutenção das Atividades da Gerência de Esportes  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 53.000,00

25 - Secretaria Municipal de Finanças.  
001 - Diretoria Controle Financeiro, Orçamentário e Gestão  
2024 - Manutenção das Atividades Administrativas da Coordenadoria de Finanças, Contabilidade e Planejamento Orçamentário  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 55.000,00

DECRETO Nº 3.215, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

02 - Gabinete do Prefeito.  
001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
2003 - Manutenção das Atividades Administrativas do Gabinete do Prefeito  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 44.000,00

09 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuário.  
001 - Diretoria de Assuntos Portuários  
2041- Manutenção das Atividades da Sec. Desenvolvimento Econômico Sustentável e da Gerência de Porto.  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 34.200,00

07 - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.  
001 - Diretoria de Administração  
1003 - Reforma de Prédios Públicos  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 45.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 944.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

JUCÉLIO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Educação

Secretário Municipal de Governo.

Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## DECRETO Nº 3.217/2019

Publicação Nº 2211650

DECRETO Nº 3.217, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 59 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito suplementar ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, do corrente exercício, no valor de R\$ 409.000,00 (quatrocentos e nove mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

17.00 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

17.01 – Administração Geral

2104 – Manutenção de Pessoal

3.1.90 – Aplicações Diretas

030000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 61.000,00

17.01 – Administração Geral

2105 – Manutenção de Pessoal

3.1.91 – Aplicações Diretas – Op. Intra-orçamentárias

060600 – Recursos Ordinários ..... R\$ 90.000,00

17.01 – Administração Geral

2105 – Manutenção de Pessoal

3.3.90 – Aplicações Diretas

060600 – Recursos Ordinários ..... R\$ 48.000,00

17.01 – Administração Geral

2105 – Manutenção de Pessoal

3.3.91 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos

060600 – Recursos Ordinários ..... R\$ 182.000,00

17.01 – Administração Geral

2105 – Manutenção de Pessoal

3.3.91 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos

030000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 28.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 409.000,00

DECRETO Nº 3.217, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo 1º correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças  
HILTON RODRIGO SCHETZ  
Diretor-Presidente do SAMAE

Secretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**  
**DECRETO Nº 3.217, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

O presente Decreto de abertura de crédito adicional suplementar faz-se necessário para alterar o orçamento de 2019 e incluir nova fonte de recursos para as despesas, em razão da necessidade de utilização dos recursos do exercício anterior.

Os recursos necessários para o atendimento do exposto acima correrão por conta do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

HILTON RODRIGO SCHETZ  
Diretor-Presidente do SAMAE

**DECRETO Nº 3.218/2019**

Publicação Nº 2211651

DECRETO Nº 3.218, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 59 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito suplementar ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, do corrente exercício, no valor de R\$ 29.000,00 (vinte nove mil Reais) na seguinte dotação orçamentária:

17.00 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

17.01 – Administração Geral

2103 – Manutenção dos Serviços Administrativos

3.3.90 – Aplicações Diretas

060600 – Recursos Ordinários ..... R\$ 29.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 29.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

17.01 – Administração Geral

2103 – Manutenção dos Serviços Administrativos

4.4.90 – Aplicações Diretas

060600 – Recursos Ordinários ..... R\$ 29.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 29.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças  
HILTON RODRIGO SCHETZ  
Diretor-Presidente do SAMAE

Secretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**  
**DECRETO Nº 3.218, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

O presente Decreto de abertura de crédito adicional suplementar faz-se necessário para alterar o orçamento de 2019 pelo cumprimento das obrigações contratuais com empresas prestadoras de serviços de tecnologia da informação e locações de softwares, bem como aquisição de materiais de consumo para manutenção do prédio administrativo do Samae.

Os recursos necessários para o atendimento do exposto acima correrão por conta de anulação parcial de dotação.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

HILTON RODRIGO SCHETZ  
Diretor-Presidente do SAMAE

**DECRETO Nº 3.219/2019**

Publicação Nº 2211654

**DECRETO Nº 3.219, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**  
**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.**

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,  
**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor R\$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três mil Reais) ao orçamento da Secretaria Municipal de Finanças, do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV do Art. 9º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

25 - Secretaria Municipal de Finanças

003 – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

2101 - Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de São Francisco do Sul

3400000000000000 - Despesas de capital

3440000000000000 – Investimentos

3449000000000000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 263.000,00

Vínculo de Recurso - 03800200 – Outras Especificações FUMPATRI

**TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 263.000,00**

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes das receitas do FUMPATRI, com a Fonte de Recurso 03800200.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.219, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes do FUMPATRI, com a fonte de recurso 038020000, com abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três mil Reais), para obra de restauração do Mercado Público.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

**DECRETO Nº 3.220/2019**

Publicação Nº 2212659

DECRETO Nº 3.220, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil Reais) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso III do artigo 9º, da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação:

25 - Secretaria Municipal de Finanças

003 – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

2101 - Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de SFS

3400000000000000 - Despesas de Capital

3440000000000000 – Investimentos

3449000000000000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recurso - 01800200 – Outras Especificações FUMPATRI ..... R\$ 47.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 47.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Excesso de Arrecadação da Receita 4199099111300000000, com a Fonte de Recursos 001800200, demonstrado no Anexo de Meta de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.

Visto. Publique-se.

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.  
\_\_\_\_\_

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.220, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

O presente Decreto em por finalidade abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil Reais) com a fonte de recurso 01800200 Outras Especificações FUMPATRI, para atender a obra de restauração do prédio do Mercado Público Municipal.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

**DECRETO Nº 3.221/2019**

Publicação Nº 2212664

DECRETO Nº 3.221, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com Art. 6º e inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

25 - Secretaria Municipal de Finanças  
003 – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural  
2101 - Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de São Francisco do Sul  
3400000000000000 - Despesas de capital  
3440000000000000 – Investimentos  
3449000000000000 - Aplicações diretas  
01000000 - Recursos - Ordinários ..... R\$ 60.000,00  
01800200 – Outras Especificações FUMPATRI ..... R\$ 27.000,00  
  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 87.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

25 - Secretaria Municipal de Finanças  
003 – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural  
2101 - Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de São Francisco do Sul  
3000000000000000 - Despesas correntes  
3330000000000000 - Outras despesas correntes  
3390000000000000 – Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos - Ordinários ..... R\$ 60.000,00  
01800200 – Outras Especificações FUMPATRI ..... R\$ 27.000,00  
  
TOTAL DA ANULAÇÃO .....R\$ 87.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo. Visto. Publique-se.	Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

DECRETO Nº 3.221, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade adequar o orçamento da Secretaria Municipal de Finanças, na Ação 2101 - Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de São Francisco do Sul, na transposição de um grupo de natureza de despesa para outro, do elemento 3390000000 para 449000000, conforme Artigo 6º da Lei nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil Reais), que se faz necessário para atender as despesas com a restauração do Mercado Público Municipal.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

## LEI Nº 2.258/2019

Publicação Nº 2211406

LEI Nº 2.258, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de S.F.S do corrente exercício, na ação 2108 – Pagamento de Aposentados, a categoria econômica e grupo de natureza de despesa 33 – Outras despesas correntes na modalidade de aplicação 90 – Aplicação Direta e vínculo de Recurso – 02030100 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal), conforme segue:

18 - Instituto Fundação de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

002 - Gestão dos Benefícios aos Segurados

2108 - Pagamento dos Aposentados

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações diretas

Vínculo de Recursos: 02030100 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal).

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

002 - Gestão dos Benefícios aos Segurados

2108 - Pagamento dos Aposentados

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recursos: 02030100 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal)

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 2º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

18 - Instituto Fundação de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

002 - Gestão dos Benefícios aos Segurados

2108 - Pagamento dos Aposentados

33000000000000000000 - Despesas correntes

33100000000000000000 - Pessoal e encargos sociais

LEI Nº 2.258, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

33190000000000000000 - Aplicações Diretas

Vínculo de Recursos: 02030100 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal)

TOTAL DA ANULAÇÃO .....R\$ 30.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças  
BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS  
Diretora Presidente do IPRESF

Secretário Municipal de Governo.  
Visto. Publique-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## LEI Nº 2.259/2019

Publicação Nº 2211387

LEI Nº 2.259, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal abrir o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 944.300,00 (novecentos e quarenta e quatro mil e trezentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

10 - Secretaria Municipal de Educação  
001 - Educação Infantil  
2055- Manutenção de Pessoal da Educação Infantil.  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3310000000000000 – Pessoal e Encargos Sociais  
3319000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 944.300,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 944.300,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

10 - Secretaria Municipal de Educação  
003 - Assessoria Administrativa  
2132- Distribuição de Uniformes  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 212.000,00

12 - Secretaria Municipal de Assistência Social  
001 - Gerência Administrativa  
1031- Construção de CRAS  
3400000000000000 – Despesas de Capital  
3450000000000000 –  
3459000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos ordinários ..... R\$ 140.000,00

09 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuário.  
005 - Gerência de Pesca  
2049- Manutenção das Atividades da Gerência de Pesca  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 19.100,00

LEI Nº 2.259, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

15 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
001 - Diretoria de Fiscalização  
2095 - Manutenção Ambiental  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 100.000,00

004 - Gerência Administrativo Financeiro  
2093- Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Meio Ambiente  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 32.000,00

09 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuário.  
004 - Gerência de Agricultura  
2047- Manutenção das Atividades da Gerência de Agricultura  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 40.000,00

06 - Secretaria Municipal de Governo.  
003 - Gerência de Tecnologia de Informação  
2018- Manutenção das Atividades Administrativas da Gerência de Tecnologia  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 170.000,00

26 - Secretaria Municipal de Esporte.  
002 - Diretoria de Esporte e Lazer  
2045 - Manutenção das Atividades da Gerência de Esportes  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 53.000,00

25 - Secretaria Municipal de Finanças.  
001 - Diretoria Controle Financeiro, Orçamentário e Gestão  
2024 - Manutenção das Atividades Administrativas da Coordenadoria de Finanças, Contabilidade e Planejamento Orçamentário  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 55.000,00

LEI Nº 2.259, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

02 - Gabinete do Prefeito.  
001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
2003 - Manutenção das Atividades Administrativas do Gabinete do Prefeito  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 44.000,00

09 - Secretaria Municipal de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuário.  
001 - Diretoria de Assuntos Portuários  
2041- Manutenção das Atividades da Sec. Desenvolvimento Econômico Sustentável e da Gerência de Porto.  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 34.200,00

07 - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.  
001 - Diretoria de Administração  
1003 - Reforma de Prédios Públicos  
3300000000000000 – Despesas Correntes  
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 45.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 944.300,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

JUCÉLIO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Educação

Secretário Municipal de Governo.

Visto. Publique-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## PORTARIA Nº 16.048/2019

Publicação Nº 2211800

PORTARIA nº 16.048, de 31 de outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e de acordo com o requerido no Processo nº 24351/2019,

### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, TELMA DO CARMO PACHECO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 504.426.869-00, do cargo em comissão de Diretora de Gestão de Pessoas, nível CC01, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 31 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## PORTARIA Nº 16.049/2019

Publicação Nº 2211818

PORTARIA nº 16.049, de 31 de outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o requerido no Processo nº 24287/2019,

### RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR, a pedido, ANGÉLICA HONÓRIO RAMOS NEUMANN, matrícula nº 21879001, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do exercício da função gratificada de Coordenadora do CMEI Mundo Encantado, a partir de 31 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.050/2019**

Publicação Nº 2211826

PORTARIA nº 16.050, de 31 de outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o requerido no Processo nº 24273/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESTITUIR, a pedido, SIRLEY SUZENA ROSA, matrícula nº 5143734, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do exercício da função gratificada de Coordenadora do CMEI Pantera Cor de Rosa, a partir de 31 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 31 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PP 184-2019**

Publicação Nº 2211575

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL****LICITAÇÃO Nº 184/2019**

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 15.686 de 02 de abril de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 18 de novembro de 2019, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

**1. DA LICITAÇÃO****1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada em serviços gráficos e carimbos para o 2º Pelotão de Bombeiros Militar em São Francisco do Sul, para o período de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08h30 do dia 18 de novembro de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 18 de novembro de 2019, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por item, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo:

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903016 – Material de expediente
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903299 – Outros Materiais de distribuição gratuita
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903963 – Serviços gráficos e editoriais
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital;

Anexo VII. Minuta do Contrato.

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e

regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 184/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 184/2019

**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ**

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

**10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de execução, conforme o Termo de Referência.

10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

**11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO**

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexeq-íveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeq-íveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

#### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

#### 14.1.1.RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

#### 14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias, acompanhada da respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2) As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD;
- b.3) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para a execução dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b) Alvará de localização e funcionamento da empresa.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 16.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a

última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

Jm  
18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VIII, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade/descrição dos serviços executados.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 31 de outubro de 2019.

MARCOS JOSÉ DA SILVA ARZUA  
Secretário Municipal de Governo

**ANEXO I**  
**Pregão Presencial nº 184/2019**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada em serviços gráficos e carimbos para o 2º Pelotão de Bombeiros Militar em São Francisco do Sul, para o período de 12 meses.

**2. OBJETIVO/FINALIDADE**

O Corpo de Bombeiros Militar utiliza anualmente a prestação de serviços gráficos, sendo para a impressão de convites nos casos de formatura militar, impressão de certificados dos cursos ministrados pela instituição, papéis timbrados para os atestados de funcionamento, aprovação de projetos.

**3. JUSTIFICATIVA**

Justifica-se pela necessidade de fornecer as impressões de documentos oficiais, assim sendo fundamental uma empresa especializada para realizar este serviço.

**4. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO**

O valor unitário do item, estimado para a aquisição pretendida deverá obedecer a planilha de preços máximos aceitáveis, Termo de Referência – Item 5 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, tendo como base a média obtido em pesquisa de preços de mercado, válido somente para o realinhamento da proposta da empresa VENCEDORA.

**5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

O objeto a ser adquirido, deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no Edital do Pregão, sendo:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Papel Sulfito timbrado tamanho A4 90 gramas, acabamento sem verniz tamanho 21x29,7cm, impressão Off set, tamanho com sangra 30x21,3cm, cor 4x0. Conforme Anexo I.	unidades	2.000	R\$ 0,42	R\$ 840,00
2	CANETA CBMSC BRINDE - Caneta plástica lisa, esferográfica retrátil escrita em azul ou preta dependendo da demanda, com logo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, embaixo escrito 2º PBM de São Francisco do Sul. Conforme Anexo I.	Artes a serem enviadas pela contratante.  unidade	1000	R\$ 2,63	R\$ 2.630,00
3	Certificado papel couche A4 170 gramas, Cor 4x0, acabamento sem verniz, tamanho 21x29,7cm, Impressão a Laser. Artes a serem enviadas pela contratante.	unidades	500	R\$ 2,25	R\$ 1.125,00
4	Convites tamanho A5 papel couche 170 gramas, Cor 4x0, Acabamento sem verniz, tamanho 19x14,5cm, Impressão a Laser. Artes a serem enviadas pela contratante.	unidades	300	R\$ 1,20	R\$ 360,00
5	Cartazes A3 Couche 120 gramas. Artes a serem enviadas pela contratante.	unidades	200	R\$ 4,70	R\$ 940,00
6	PANFLETOS, FLYERS OU FILIPETAS: Formatos: 10 x 20 cm, 4 x 4 cor, couchê fosco 150 grs. Acabamento: Laminação fosca f/v.  Artes a serem enviadas pela contratante.	unidades	1000	R\$ 0,81	R\$ 810,00
7	CARIMBO MODELO 4927  Formato: Retangular. Medidas da placa de texto: 6,0X4,0 cm.  Texto a ser enviado pela contratante.	unidades	3	R\$ 56,00	R\$ 168,00

8	CARIMBO MODELO 302  Área de impressão 14mm x 38mm, 4 linhas máximo de texto, prático, fácil manuseio, nítida impressão.  Texto a ser enviado pela contratante.	unidades	6	R\$ 24,75	R\$ 148,50
9	CARIMBO DE BOLSO  Área de impressão 14mm x 38mm, 4 linhas máximo de texto. Carimbo de bolso, prático, fácil manuseio, nítida impressão.  Texto a ser enviado pela contratante.	unidades	15	R\$ 37,00	R\$ 555,00
VALOR TOTAL DOS ITENS					7.576,50

(Sete mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta centavos)

## 6. FISCALIZAÇÃO

Fica designado o responsável pelo B4 do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, para fiscalizar o contrato.

## 7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.

O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

## 8. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

## 9. SANÇÕES

De acordo com o artigo 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

## 10. DAS EXIGÊNCIAS

A CONTRATADA deverá entregar os produtos em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do envio da "arte" pelo CONTRATANTE.

Em caso de defeito na impressão, a empresa deverá executar a reimpressão sem custos para o CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá entregar os produtos no quartel do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul (Avenida Atlântica, nº 1968, Enseada), sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

O CONTRATANTE deverá enviar por e-mail a arte à CONTRATADA.

## 11. PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

## 12. PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

Os serviços contratados serão executados a partir da assinatura do respectivo contrato e emissão da ordem de compra, pelo período de 12 (doze) meses.

Gustavo Cardoso – 1º Ten BM  
Comandante do 2º Pelotão Bombeiro Militar de São Francisco do Sul

ANEXO I –A

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios

(qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por \_\_\_\_\_.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 184/2019

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa \_\_\_\_\_ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2019, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços gráficos e carimbos para o 2º Pelotão de Bombeiros Militar em São Francisco do Sul, para o período de 12 (doze) meses, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

### ANEXO IV

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:  
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 184/2019

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

### ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 184/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 184/2019 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 184/2019

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br).

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

RazãoSocial: \_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 184/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx nº /2019, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

# 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é contratação de empresa especializada em serviços gráficos e carimbos para o 2º Pelotão de Bombeiros Militar em São Francisco do Sul, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos

no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

## 1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Papel Sulfite timbrado tamanho A4 90 gramas, acabamento sem verniz tamanho 21x29,7cm, impressão Off set, tamanho com sangra 30x21,3cm, cor 4x0. Conforme Anexo I.	unidades	2.000		
2	CANETA CBMSC BRINDE - Caneta plástica lisa, esferográfica retrátil escrita em azul ou preta dependendo da demanda, com logo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, embaixo escrito 2º PBM de São Francisco do Sul.  Conforme Anexo I.	Artes a serem enviadas pela contratante.  unidade	1000		
3	Certificado papel couche A4 170 gramas, Cor 4x0, acabamento sem verniz, tamanho 21x29,7cm, Impressão a Laser. Artes a serem enviadas pela contratante.	unidades	500		
4	Convites tamanho A5 papel couche 170 gramas, Cor 4x0, Acabamento sem verniz, tamanho 19x14,5cm, Impressão a Laser. Artes a serem enviadas pela contratante.	unidades	300		
5	Cartazes A3 Couche 120 gramas. Artes a serem enviadas pela contratante.	unidades	200		
6	PANFLETOS, FLYERS OU FILIPETAS: Formatos: 10 x 20 cm, 4 x 4 cor, couchê fosco 150 grs. Acabamento: Laminação fosca f/v.  Artes a serem enviadas pela contratante.	unidades	1000		
7	CARIMBO MODELO 4927  Formato: Retangular. Medidas da placa de texto: 6,0X4,0 cm.  Texto a ser enviado pela contratante.	unidades	3		
8	CARIMBO MODELO 302  Área de impressão 14mm x 38mm, 4 linhas máximo de texto, prático, fácil manuseio, nítida impressão.  Texto a ser enviado pela contratante.	unidades	6		
9	CARIMBO DE BOLSO  Área de impressão 14mm x 38mm, 4 linhas máximo de texto. Carimbo de bolso, prático, fácil manuseio, nítida impressão.  Texto a ser enviado pela contratante.	unidades	15		
VALOR TOTAL DOS ITENS					

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, sendo que a entrega deverá ser efetuada em até 5 (cinco) dias úteis.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do contratado bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo termo aditivo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... ( ..... ).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo:

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903016 – Material de expediente
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903299 – Outros Materiais de distribuição gratuita
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903963 – Serviços gráficos e editoriais
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1 Os serviços serão recebidos após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

#### 8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

#### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber os serviços de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços que não atendem as especificações;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente normas e princípios gerais dos contratos.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de ..... de 20 .....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- 2-

**PP 185-2019**

Publicação Nº 2211578

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL****LICITAÇÃO Nº 185/2019**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 15.836 de 05 de julho de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 11h do dia 18 de novembro de 2019, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

**1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. O objeto do presente edital é a contratação de seguro total de veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 10h30 do dia 18 de novembro de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 11h do dia 18 de novembro de 2019, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2075 – Manutenção e Atualização da Frota
Elemento de Despesa	33903969 – Seguros em Geral
Vínculo do Recurso	1390100 – Fundo Especial do Petróleo – Lei 7.9990/89

**4. DOS ANEXOS**

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII. Minuta do Contrato

**5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL**

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), [www.diariomunicipal.sc.gov.br/site](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site) no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o

primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

## 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail: [licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br); [licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação

em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 185/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 185/2019  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

## 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

## 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1.1. SICAF;

14.1.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

14.1.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

14.1.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

14.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Nota explicativa: O SICAF informa a composição do quadro societário das empresas, inclusive quanto ao percentual de participação de cada sócio.

Conforme o Manual do SICAF, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, o preenchimento desses dados é exigido já no Nível I - Credenciamento, de sorte que, a princípio, o pregoeiro disporá das informações dos sócios de todas as empresas que participarem do pregão eletrônico, inclusive aquelas eventualmente não cadastradas nos demais níveis do SICAF.

De todo modo, caso tais informações não estejam disponíveis no SICAF, cabe ao pregoeiro solicitar a apresentação do contrato social da empresa - o qual, aliás, já é documento de apresentação obrigatória na habilitação jurídica.

##### 14.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);

- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014;
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

#### 14.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2) As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD;
- b.3) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para a execução dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b) Alvará de localização e funcionamento da empresa.

14.5. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.6. A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.7. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.8. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.9. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.10. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.11. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.12. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.12.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.12.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação

de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento do prêmio do seguro será efetuado mediante apresentação do boleto entregue com a apólice (nota fiscal), no prazo de até 07 sete dias úteis após o ateste, pelo fiscal responsável pela contratação, do documento fiscal de pagamento apresentado.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 31 de outubro de 2019.

SÉRGIO MURILO DE CARVALHO OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2019

## CAPÍTULO I – DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as especificações e procedimentos que regerão a contratação de empresa

para emissão de Apólice de Seguro Total para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

2. O objetivo do seguro é proteger os veículos contra eventos que possam gerar prejuízos e despesas decorrentes dos riscos cobertos, até o valor das importâncias seguradas, as quais constituem a base de cálculo dos limites máximos das indenizações exigíveis.

## CAPÍTULO II – DO TIPO DE SEGURO E PREÇO MÁXIMO

1. Os tipos de seguros e os respectivos preços máximos a serem pagos pela Prefeitura, as seguintes:

### LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	GM / S110 CAB DUPLA 2.8– PLACA MKV 0199 - ANO MODELO 2013/2013 DIESEL CHASSI 9BG148DH0DC474456	R\$ 3.482,81	R\$ 3.482,81
2	VW / KOMBI STANDARD 1.4– PLACA MKW 6994 – ANO MODELO 2013/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BWMF07XXEP002989	R\$ 3.646,78	R\$ 3.646,78
3	FORD / FIESTA HATCH 1.0– PLACA MKH 6345 – ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF55A7E8097247	R\$ 1.929,96	R\$ 1.929,96
4	VW / KOMBI STANDARD 1.4– PLACA MKW 7094 – ANO MODELO 2013/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BWMF07X9EP004278	R\$ 3.646,78	R\$ 3.646,78
5	GM / S10 CA. DUPLA 2.4– PLACA AQV 2589 – ANO MODELO 2008/2009 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BG138HU09C428645	R\$ 3.367,14	R\$ 3.367,14
6	FIAT / FIORINO FURGÃO 1.3– PLACA AOS 9323 – ANO MODELO 2007/2007 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BD25504978798226	R\$ 2.228,83	R\$ 2.228,83
7	RENAULT / LOGAN – PLACA HBZ 1047 – ANO MODELO 2009/2009 GASOLINA ÁLCOOL CHASSI 93YLSR7AH9J225749	R\$ 1.915,48	R\$ 1.915,48
8	RENAULT / LOGAN SEDAN 1.6 – PLACA HJN 1123 – ANO MODELO 2008/2009 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 93YLSR1TH9J162569	R\$ 1.915,48	R\$ 1.915,48
9	FIAT / PALIO WEEK ATTRACTIVE 1.4– PLACA MLD 8950 – ANO MODELO 2013/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BD373121E5050307	R\$ 2.041,10	R\$ 2.041,10
10	FORD / FIESTA HATCH 1.6– PLACA MCU 8724 – ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF55P9E8099814	R\$ 1.929,96	R\$ 1.929,96
11	FORD / FIESTA SEDAN 1.6– PLACA OKE 4055 – ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF54P0E8101144	R\$ 1.929,96	R\$ 1.929,96
12	PEUGEOT / BOXER MINIBUS 2.3– PLACA MJY 2662 – ANO MODELO 2011/2012 DIESEL CHASSI 936ZBXMMBC208256	R\$ 5.549,28	R\$ 5.549,28
13	NISSAN / MARCH 1.6– PLACA QHG 0680 – ANO MODELO 2014/2015 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 94DFCUK13FB105160	R\$ 1.933,42	R\$ 1.933,42
14	GM / MONTANA 1.4 – PLACA QHY 2079 – ANO MODELO 2016/2017 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BGCA8030HB140931	R\$ 2.665,32	R\$ 2.665,32
15	FORD / COURIER 1.6 – PLACA MKL 6483 – ANO MODELO 2012/2012 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZC52P6CB918730	R\$ 2.079,61	R\$ 2.079,61
16	PEUGEOT / 3008 ALLURE 1.6– PLACA MIX 9824 – ANO MODELO 2011/2011 GASOLINA CHASSI VF30USFVABS046213	R\$ 2.350,37	R\$ 2.350,37
17	GM / SPIN 1.8– PLACA QHV 0488 – ANO MODELO 2016/2016 GASOLINA/ÁLCOOL	R\$ 2.354,69	R\$ 2.354,69
18	FORD / FIESTA HATCH 1.0 – PLACA MKH 5805 – ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF55A7E8097085	R\$ 1.929,96	R\$ 1.929,96
19	VW / GOL CITY 1.0 – PLACA MDH 2905 – ANO MODELO 2006/2006 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BWCA05W96P079181	R\$ 1.908,70	R\$ 1.908,70
20	VW / KOMBI STARDARD 1.4 – PLACA MER 1669 – ANO MODELO 2006/2007 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BWGF07X77P000455	R\$ 3.627,64	R\$ 3.627,64
21	FORD / FIESTA HATCH 1.6 – PLACA MKH 5855 – ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF55A2E8097821	R\$ 1.929,96	R\$ 1.929,96
22	M. BENZ / MICRO ÔNIBUS CAIO LO 916.ORE– PLACA RAG 6096 – ANO MODELO 2019/2020 DIESEL CHASSI 9BM979277LB144704	R\$ 5.203,56	R\$ 5.203,56

O valor total do Lote Único é de R\$ 59.566,79 (cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos)

## CAPÍTULO III – ESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÃO DO SEGURO

### 1. VIGÊNCIA DO SEGURO

1.1. Os serviços contratados serão executados a partir da assinatura do respectivo contrato, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, após a verificação da real necessidade nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

### 2. COBERTURAS E VALORES SEGURADOS

2.1. O seguro, na modalidade valor de mercado referenciado, deverá cobrir os seguintes eventos:

A) COLISÃO: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento; 110% (cento e dez por cento) da Tabela FIPE;

B) INCÊNDIO: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento; 110% (cento e dez por cento) da Tabela FIPE;

C) ROUBO: roubo ou furto do veículo; 110% (cento e dez por cento) da Tabela FIPE;

D) DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: danos materiais causados a terceiros pelo veículo; R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

E) DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: danos corporais causados a terceiros pelo veículo; R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

F) ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES. R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

G) DANOS MORAIS. R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

2.2. A COBERTURA de CASCO – A) COLISÃO, B) INCÊNDIO e C) ROUBO - para o item 22 (M. BENZ / MICRO ÔNIBUS CAIO LO 916.ORE– PLACA RAG 6096 – ANO MODELO 2019/2020 DIESEL CHASSI 9BM979277LB144704) terá como referência o valor de aquisição de R\$ 226.550,00 (Duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta reais). Os demais valores permanecem conforme descrito acima nas letras D, E, F e G.

### 3. SERVIÇOS ADICIONAIS

3.1. Na apólice de seguro deverá ser incluída:

3.1.1. PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS, aos veículos segurados, disponível no território nacional, deverá compreender:

a) a prestação de socorro com guincho limitado a 200Km, em casos de falha mecânica ou elétrica ou acidentes;

b) o transporte de pessoas ocupantes do veículo, na ocorrência de avaria ou evento coberto, até a sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;

c) o serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;

d) o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;

e) o envio de 5 (cinco) litros de combustível, em virtude de pane seca, até o local onde se encontra o veículo. O presente serviço tem limite de 3 (três) acionamentos por vigência da apólice, para cada veículo segurado;

f) em caso de perda parcial ou perda total dos veículos considerados passeio, liberação de carro reserva pelo período máximo de 15 (quinze) dias.

3.2. Serviço de proteção a vidros, lanternas e faróis.

### 4. TIPO DE FRANQUIA

4.1. A modalidade de franquia dos veículos indicados deverá ser do tipo reduzida.

4.2. Nos casos das coberturas de APP e RCFV (responsabilidade civil facultativa de veículo), não haverá franquia.

### 5. CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO

5.1. Considera -se perda total quando o valor estimado para reparação for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da importância segurada do veículo.

5.2. A modalidade de seguro a ser contratada é a de valor de mercado.

5.3. O seguro não inclui acessórios dos veículos, tais como: toca fitas, cds players, etc.

5.4. O condutor é indeterminado, sendo qualquer funcionário e prestador de serviços (terceirizados) da Prefeitura Municipal de São Francisco legalmente habilitado.

5.5. As condições do seguro aplicam-se única e exclusivamente a sinistros ocorridos no território nacional.

5.6. O Seguro será prestado na modalidade de adesão, devendo a empresa entregar o Termo, Contrato de Adesão ou Apólice, uma para cada veículo segurado, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul acompanhado das Condições Gerais do seguro onde constarão as regras e regulamentos do seguro, não podendo contrariar o disposto neste Termo de Referência.

5.7. Reserva-se à seguradora contratada ou aos interessados em participar da licitação o direito de proceder à inspeção e vistoria aos veículos que serão segurados e a averiguação das circunstâncias que aos mesmos se refiram;

### 6. PROCEDIMENTALIZAÇÃO

6.1. Em havendo vistoria, o laudo deverá ser emitido em 2 (duas) vias uma das quais será entregue a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul juntamente com o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 4 (quatro) dias do recebimento da Nota de Empenho.

6.2. A vistoria prevista acima, em hipótese nenhuma, poderá servir de pretexto para a majoração de preços apresentados na licitação, sendo

aceito apenas a recusa do veículo em função do estado de conservação.

6.3. Entregue o laudo da vistoria e o documento de pagamento do prêmio, o seguro, para todos os efeitos, já estará em vigência.

6.4. Caso a seguradora não tenha interesse de realizar vistoria deverá comunicar tal fato a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e encaminhar o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 4 (quatro) dias do recebimento da Nota de Empenho.

## 7. DO SINISTRO

7.1. Em caso de sinistro a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul providenciará os documentos necessários para apresentação à seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência BO ou Boletim de Registro de Acidente de Trânsito BRAT, Aviso de Sinistro, etc., comunicando a ocorrência à seguradora, bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou perícia.

7.2. Tratando-se de danos ou avarias sofridos pelo veículo segurado a Seguradora poderá optar por: a) substituir o veículo por outro equivalente. b) mandar reparar os danos;

7.3. A substituição do veículo se dará nos casos de perda total, roubo ou incêndio e deverá ser realizada por veículo no mesmo modelo e ano e iguais em aparência e condições de uso ou por veículo de ano ou modelo superior ao veículo a ser substituído.

7.4. No caso de reparo de danos, por se tratar de obrigação contratual, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul fará o pagamento da franquia à seguradora.

7.5. Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora, à sua opção, indenizará o Segurado em espécie ou entregar-lhe-á outro veículo equivalente.

7.6. O pagamento de indenização somente será devido, após o pagamento do prêmio de seguro, sendo a indenização paga no máximo até o valor das importâncias seguradas.

7.7. O prazo máximo para pagamento da indenização é de 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento das exigências do segurado (PMSFS / SC).

## CAPÍTULO IV – PERÍODO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA DA APÓLICE

1. Salvo disposição específica em contrário, o PRAZO DE ENTREGA DAS APÓLICES OU CONTRATOS DE SEGURO é de 5 (CINCO) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho por parte da seguradora.

2. As apólices e documentos referentes a esta contratação deverão ser entregues diretamente ao agente responsável nomeado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, no seguinte endereço: Praça Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul / SC, no horário de 08:00 às 14:00hs, de segunda à sexta-feira.

## CAPÍTULO V – DO PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO

1. A seguradora deverá encaminhar a PMSFS / SC, após o recebimento da Nota de Empenho, o documento fiscal próprio para pagamento do prêmio do seguro contratado.

1.1 Para fins de atendimento a IN/SRF 480, de 15/12/2004, a seguradora deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação.

2. O pagamento do prêmio do seguro será efetuado mediante apresentação do boleto entregue com a apólice (nota fiscal), no prazo de até 07 (sete) dias úteis após o ateste, pelo fiscal responsável pela contratação, do documento fiscal de pagamento apresentado.

3. Será retida na fonte sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96.

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

c) Outros pertinentes ao objeto da contratação.

Sergio Murilo de Carvalho

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ....., e CPF nº .....), nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por \_\_\_\_\_.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

#### ANEXO III

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 185/2019

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa \_\_\_\_\_ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2019, cujo objeto é a contratação de seguro total de veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 185/2019

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO V

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 185/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 185/2019 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO VII

Pregão Presencial nº 185/2019

#### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br).

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

ANEXO VIII  
MINUTA DE CONTRATO  
PREGÃO Nº 185/2019

#### CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG nº.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx nº.º /2019, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro total de veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. O seguro deverá cobrir os seguintes eventos:

- A) COLISÃO: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento; 110% (cento e dez por cento) da Tabela FIPE;
- B) INCÊNDIO: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento; 110% (cento e dez por cento) da Tabela FIPE;
- C) ROUBO: roubo ou furto do veículo; 110% (cento e dez por cento) da Tabela FIPE;
- D) DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: danos materiais causados a terceiros pelo veículo; R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

- E) DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: danos corporais causados a terceiros pelo veículo; R\$ 100.000,00 (cem mil reais);  
 F) ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIRO COM DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES. R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);  
 G) DANOS MORAIS. R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

1.2.1. A COBERTURA de CASCO – A) COLISÃO, B) INCÊNDIO e C) ROUBO - para o item 22 (M. BENZ / MICRO ÔNIBUS CAIO LO 916. ORE- PLACA RAG 6096 – ANO MODELO 2019/2020 DIESEL CHASSI 9BM979277LB144704) terá como referência o valor de aquisição de R\$ 226.550,00 (Duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta reais). Os demais valores permanecem conforme descrito acima nas letras D, E, F e G.

### 1.3. Serviços adicionais:

1.3.1. PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS, aos veículos segurados, disponível no território nacional e deverá compreender:

- a) prestação de socorro com guincho limitado a 200Km, em casos de falha mecânica ou elétrica, ou acidentes;
- b) transporte de pessoas ocupantes do veículo, na ocorrência de avaria ou evento coberto, até a sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- c) serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;
- d) serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;
- e) envio de 5 (cinco) litros de combustível, em virtude de pane seca, até o local onde se encontra o veículo. O presente serviço tem limite de 3 (três) acionamentos por vigência da apólice, para cada veículo segurado.
- f) em caso de perda parcial ou perda total dos veículos considerados passeio, liberação de carro reserva pelo período máximo de 15 (quinze) dias.

1.3.2. Serviço de proteção a vidros, lanternas e faróis.

### 1.4. TIPO DE FRANQUIA:

- a) A modalidade de franquia dos veículos indicados deverá ser do tipo reduzida.
- b) Nos casos de coberturas de APP e RCFV (Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo), não haverá franquia.

1.4. Relação de veículos cobertos pelo seguro:

#### LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	GM / S110 CAB DUPLA 2.8- PLACA MKV 0199 - ANO MODELO 2013/2013 DIESEL CHASSI 9BG148DH0DC474456		
2	VW / KOMBI STANDARD 1.4- PLACA MKW 6994 - ANO MODELO 2013/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BWMF07XXEP002989		
3	FORD / FIESTA HATCH 1.0- PLACA MKH 6345 - ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF55A7E8097247		
4	VW / KOMBI STANDARD 1.4- PLACA MKW 7094 - ANO MODELO 2013/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BWMF07X9EP004278		
5	GM / S10 CA. DUPLA 2.4- PLACA AQV 2589 - ANO MODELO 2008/2009 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BG138HU09C428645		
6	FIAT / FIORINO FURGÃO 1.3- PLACA AOS 9323 - ANO MODELO 2007/2007 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BD25504978798226		
7	RENAULT / LOGAN - PLACA HBZ 1047 - ANO MODELO 2009/2009 GASOLINA ÁLCOOL CHASSI 93YLSR7AH9J225749		
8	RENAULT / LOGAN SEDAN 1.6 - PLACA HJN 1123 - ANO MODELO 2008/2009 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 93YLSR1TH9J162569		
9	FIAT / PALIO WEEK ATTRACTIVE 1.4- PLACA MLD 8950 - ANO MODELO 2013/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BD373121E5050307		
10	FORD / FIESTA HATCH 1.6- PLACA MCU 8724 - ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF55P9E8099814		
11	FORD / FIESTA SEDAN 1.6- PLACA OKE 4055 - ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF54P0E8101144		
12	PEUGEOT / BOXER MINIBUS 2.3- PLACA MJY 2662 - ANO MODELO 2011/2012 DIESEL CHASSI 936ZBXMMBC208256		
13	NISSAN / MARCH 1.6- PLACA QHG 0680 - ANO MODELO 2014/2015 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 94DFCUK13FB105160		

14	GM / MONTANA 1.4 – PLACA QHY 2079 – ANO MODELO 2016/2017 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BGCA8030HB140931		
15	FORD / COURIER 1.6 – PLACA MKL 6483 – ANO MODELO 2012/2012 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZC52P6CB918730		
16	PEUGEOT / 3008 ALLURE 1.6– PLACA MIX 9824 – ANO MODELO 2011/2011 GASOLINA CHASSI VF30USFVABS046213		
17	GM / SPIN 1.8– PLACA QHV 0488 – ANO MODELO 2016/2016 GASOLINA/ÁLCOOL		
18	FORD / FIESTA HATCH 1.0 – PLACA MKH 5805 – ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF55A7E8097085		
19	VW / GOL CITY 1.0 – PLACA MDH 2905 – ANO MODELO 2006/2006 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BWCA05W96P079181		
20	VW / KOMBI STARDARD 1.4 – PLACA MER 1669 – ANO MODELO 2006/2007 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BWGF07X77P000455		
21	FORD / FIESTA HATCH 1.6 – PLACA MKH 5855 – ANO MODELO 2014/2014 GASOLINA/ÁLCOOL CHASSI 9BFZF55A2E8097821		
22	M. BENZ / MICRO ÔNIBUS CAIO LO 916.ORE– PLACA RAG 6096 – ANO MODELO 2019/2020 DIESEL CHASSI 9BM979277LB144704		
VALOR TOTAL DO LOTE			

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... ( ..... ).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo, ficando as despesas do próximo ano consignadas ao orçamento de 2019, conforme abaixo:

Unidade Orçamentária	1101 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2075 – Manutenção e Atualização da Frota
Elemento de Despesa	33903969 – Seguros em Geral
Vínculo do Recurso	1390100 – Fundo Especial do Petróleo – Lei 7.9990/89

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. A seguradora deverá encaminhar a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, após o recebimento da Nota de Empenho, o documento fiscal próprio para pagamento do prêmio do seguro contratado.

5.1.1. Para fins de atendimento a IN/SRF 480, de 15/12/2004, a seguradora deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação.

5.2. O pagamento do prêmio do seguro será efetuado mediante apresentação do boleto entregue com a apólice (nota fiscal), no prazo de até 07 (sete) dias úteis após o ateste, pelo fiscal responsável pela contratação, do documento fiscal de pagamento apresentado.

5.3. Será retida na fonte sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96.

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

c) Outros pertinentes ao objeto da contratação.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DA APÓLICE

7.1 O prazo de entrega das apólices é de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho por parte da seguradora.

7.2. As apólices e documentos referentes a esta contratação deverão ser entregues diretamente ao agente responsável nomeado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, no seguinte endereço: Praça Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul/SC, no horário de 08:00 às 14:00hs, de segunda à sexta-feira.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.

#### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber os serviços de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços que não atendem as especificações;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e

achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de ..... de 20 .....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

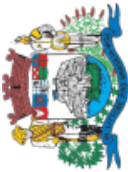
2-

DECRETO Nº 3.220/2019 - ANEXO

Publicação Nº 2212661

Pág 1 / 1

MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL  
Execução Orçamentária  
Metas de Arrecadação X Arrecadado  
Ano LOA: 2019



Art. 08º e 13º Lei 1012/2000

Recetta/Vinculo	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>Conta: 4199099111300000000 - Outras Receitas</b>													
Previsto Atualizado	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.600,00	53.000,00
Realizado	9.034,65	17.616,66	8.108,63	14.963,15	7.795,44	7.733,88	13.395,40	7.819,78	6.738,33	7.331,82	0,00	0,00	100.537,74
Diferença	(4.634,65)	(13.216,66)	(3.708,63)	(10.563,15)	(3.395,44)	(3.333,88)	(8.995,40)	(3.419,78)	(2.338,33)	(2.931,82)	4.400,00	4.600,00	(47.537,74)
<b>Vinculo: 01800200 - Outras espec. fumpatri</b>													
Previsto Atualizado	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.600,00	53.000,00
Realizado	9.034,65	17.616,66	8.108,63	14.963,15	7.795,44	7.733,88	13.395,40	7.819,78	6.738,33	7.331,82	0,00	0,00	100.537,74
Diferença	(4.634,65)	(13.216,66)	(3.708,63)	(10.563,15)	(3.395,44)	(3.333,88)	(8.995,40)	(3.419,78)	(2.338,33)	(2.931,82)	4.400,00	4.600,00	(47.537,74)
Total Previsto	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.600,00	53.000,00
Total Realizado	9.034,65	17.616,66	8.108,63	14.963,15	7.795,44	7.733,88	13.395,40	7.819,78	6.738,33	7.331,82	0,00	0,00	100.537,74
Total Diferença	(4.634,65)	(13.216,66)	(3.708,63)	(10.563,15)	(3.395,44)	(3.333,88)	(8.995,40)	(3.419,78)	(2.338,33)	(2.931,82)	4.400,00	4.600,00	(47.537,74)

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO101101-3070-LNWRC-310216831 - Emitido por: MARIA LUCIA FERNANDES

31/10/2019 10:20:31 -03:00

# São João Batista

## PREFEITURA

### ATA Nº 58/2019 (SEQUÊNCIA: 05) - PREGÃO PRESENCIAL 084/PMSJB/2019

Publicação Nº 2211806

Processo Licitatório nº. 098/PMSJB/2019 – Pregão Presencial 084/PMSJB/2019  
Ata nº 58/2019 (sequência: 05)

Às 11h do dia 31 outubro de corrente ano, reuniram-se o pregoeiro municipal, Rildo Vargas e Gabriel Zunino Duarte, membro da equipe de apoio para analisar a ata nº 56/2019 (sequência:04) que por equívoco foi informado que a apresentação da prova de conformidade seria dia 04 de outubro de 2019. Considerando o equívoco resolve o pregoeiro remarcar nova data para apresentação da prova de conformidade, exigida no item 6.12 do edital, a ser demonstrada a comissão técnica da prefeitura municipal de São João Batista para sua avaliação. A sessão acontecerá no dia 05 de novembro de 2019, às 14 horas, na sala de reuniões do setor de licitações. Fica a empresa Sigcorp Tecnologia da Informática Ltda, classificada em segunda lugar e a empresa Fintel Sistemas de Informática Eireli, convocadas para a sessão. Nada mais havendo a tratar o pregoeiro declarou encerrada a sessão, lavrando a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio. Publique-se. Intimem-se.

São João Batista, 31 de outubro de 2019.

Rildo Vargas  
Pregoeiro

### DECRETO FUNCIONAL Nº 277/2019

Publicação Nº 2212130

DECRETO FUNCIONAL Nº 277, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei Federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor OSVALDINO ORSI, a partir de 31/10/2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República ao servidor OSVALDINO ORSI, detentor da matrícula funcional nº 649, portador do CPF nº 398.746.809-20, RG nº 1.462.881, inscrito no PASEP nº 10814163812, ocupante do cargo de provimento efetivo de Condutor de Veículo Pesado II - 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 85,51% (oitenta e cinco vírgula cinquenta e um por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.673,81 (um mil, seiscentos e setenta e três reais e oitenta e um centavos) que será paga mensalmente pelo IPRESJB.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista.

Art. 4º Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 31/10/2019.

Gabinete do Prefeito, em 31 de outubro de 2019.  
Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3777/2019

Publicação Nº 2212121

DECRETO 3777/2019

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 2º da Lei Municipal 2.965, de 3 de julho de 2007, DECRETA:  
Art. 1º Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as seguintes pessoas:

I – Titular: Nayra Katleen Machado, matrícula funcional 7189; Suplente: Aline Velho da Silveira, matrícula funcional 5493, representantes da Secretaria Municipal da Educação;

II – Titular: Maria Emília Teixeira, matrícula funcional 7970; Suplente: Rosa Thomazoni dos Santos, matrícula funcional 9838, representantes das escolas públicas municipais;

III – Titular: Paulo Cezar de Carvalho Jaco, matrícula funcional 9768; Suplente: Ezequiel Martins de Oliveira, matrícula funcional 9767, representantes dos diretores das escolas públicas municipais;

IV – Titular: Mailini Isabela Néis, matrícula funcional 9674; Suplente: Tamires Santos da Silva Nehering, matrícula funcional 9999, representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

V – Titulares: Jocasta Maçaneiro, matrícula funcional 7981, e Rafaela Tamanini dos Santos, matrícula funcional 7201; Suplentes: Katiane Amorim, matrícula funcional 3288, e Marilene de Souza, matrícula funcional 5447, representantes dos pais dos alunos da educação básica pública;

VI – Titulares: Kennedy Gabriel Barcellos de Souza e Crislaine Dominic Camargo Renosto; Suplentes: Fernanda Helena Cardoso e Kauã Schmitt, representantes dos estudantes da educação básica pública;

VII – Titular: Luis Fernando da Silva Ribeiro, matrícula funcional 9764; Suplente: Letícia Mafessoli, matrícula funcional 7163, representantes do Conselho Municipal de Educação;

VIII – Titular: Bruna Fontanelli; Suplente: Giselda de Azevedo, representantes do Conselho Tutelar.

IX – Titular: Daniela Schlemper, matrícula funcional 5769; Suplente: Janifer Otto, matrícula funcional 5067, representante do Poder Executivo.

Art. 2º O mandato dos membros nomeados neste Decreto é pelo prazo de dois anos.

Art. 3º Esta norma entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 3.218/2017.

São João Batista, 30 de outubro de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/HMMJL/2017

Publicação Nº 2211931

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/HMMJL/2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ: 08.361.788/0001-73)

PROPONENTE: VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE (CNPJ:13.617.301/0001-00)

PROCESSO: 006/2017

OBJETO: Este termo aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do termo de fomento nº 006/HMMJL/2017, nos termos da sua cláusula terceira e do Plano de Trabalho, conforme anexos que integram o presente aditivo;

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do termo de fomento nº 006/HMMJL/2017 até a data de 30/11/2019;

DOS REPASSES: O valor contratual global, referente ao período aditivado é de R\$ 176.826,95 (- CENTO E SETENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E VINTE E SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS), pagos em 01(uma) parcela de R\$ 176.826,95 (- CENTO E SETENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E VINTE E SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).

DATA E ASSINATURAS: São João Batista/SC, 31 de outubro de 2019 - Karin Cristine Geller Leopoldo, Fundo Municipal da Saúde; Richard da Silva Choseki, Vidas Instituto de Assistência à Saúde.

#### EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 018/FMS/2017

Publicação Nº 2211932

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 018/FMS/2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ: 08.361.788/0001-73)

PROPONENTE: VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE (CNPJ:13.617.301/0001-00)

PROCESSO: 030/2017

OBJETO: Este termo aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do termo de fomento nº 018/FMS/2017, nos termos da sua cláusula terceira e do Plano de Trabalho, conforme anexos que integram o presente aditivo;

PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do termo de fomento nº 018/FMS/2017 até a data de 30/11/2019;

DOS REPASSES: O valor contratual global, referente ao período aditivado é de R\$ 249.653,68 (- DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS -), pagos em 01 (uma) parcela de R\$ 249.653,68 (- DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS -).

DATA E ASSINATURAS: São João Batista/SC, 31 de outubro de 2019 - Karin Cristine Geller Leopoldo, Fundo Municipal da Saúde; Richard da Silva Choseki, Vidas Instituto de Assistência à Saúde.

**PORTARIA Nº 513/2019**

Publicação Nº 2212204

PORTARIA Nº 513/2019

Resilição de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resiliado o contrato do Servidor JOSE ALTAMIR PADILHA DOS SANTOS ocupante da função de AUXILIAR GERAL, lotado junto ao SISAM, a contar de 1º de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 31 de outubro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
-------------------------

Secretário de Administração
-----------------------------

**PROCESSO LICITATÓRIO 111/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2211347

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 111/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 111/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 092/PMSJB/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MANTA GEOTÊXTIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 19/11/2019. Abertura dos envelopes: 14h do dia 19/11/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 31 de outubro de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 112/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2211539

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 112/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 112/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 093/PMSJB/2019, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL para o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA, COM LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT E DE JANELA, DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 21/11/2019. Abertura dos envelopes: 9h do dia 21/11/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 31 de outubro de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 113/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2211959

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 113/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA, COM RESERVA DE COTA DE 25% E ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 113/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 094/PMSJB/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS DE COZINHA P13 E P45 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES, ESCOLAS, NÚCLEOS INFANTIS E SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 04/12/2019. Abertura dos envelopes: 09h do dia 04/12/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 31 de outubro de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**DECRETO Nº 3776/2019**

Publicação Nº 2212117

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3776/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.693,08 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**16 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal**  
16.01 - SISAM - Serv. de Infra-Estr. San. e Água Municipal  
17.512.0004.2.041 - Funcionamento e Manutenção do SISAM  
3.3.90.00.00.00.00.00.0683 - Aplicacoes Diretas  
Valor - 10.693,08

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Superávit Financeiro do Exercício Anterior..

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 23 de Outubro de 2019**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 23/10/2019

\_\_\_\_\_  
**Assessoria de Comunicação**

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO 02 DE RETIFICAÇÃO PP 93.19 SEMENTES

Publicação Nº 2212330

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO 02 DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0147/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2019 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de sementes e materiais para a semeadura e plantio de flores e plantas florestais para a continua manutenção dos paisagismos da cidade e dos centros comunitários do município de São João do Oeste

Tipo: Menor preço por lote

Aonde lia – se:

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 04 de novembro de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal.

Passa a ler-se:

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 12 de novembro de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal.

Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 31 de outubro de 2019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 135/2019 - HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DOS TÍTULOS RELATIVOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2019 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2212368

DECRETO Nº. 135/2019, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DOS TÍTULOS RELATIVOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2019 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as inscrições para o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019, o Resultado Final:

ESTAGIÁRIO – ARQUITETURA E URBANISMO / ENGENHARIA CIVIL			
Insc.	Candidato	Escolaridade	Class.
01	Renan Júnior Medeiros Speth	6º semestre	1º

ESTAGIÁRIO – ADMINISTRAÇÃO / CIÊNCIAS CONTÁVEIS			
Insc.	Candidato	Escolaridade	Class.
01	Camila Luisa Hister	6º semestre	1º

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São João do Oeste – SC, 23 de outubro de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**LEI 1828/2019 - AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVENIO VISANDO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A TÍTULO DE AUXÍLIOS/CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2211334

LEI Nº 1.828/2019, DE 30/10/2019.

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVENIO VISANDO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A TÍTULO DE AUXÍLIOS/CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social, a firmar Convênio a título de Auxílio/Contribuição, com o INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO SÃO JOÃO - HOSPITAL SANTA CASA RURAL, com sede na Rua Encantado, 88, município de São João do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº 84.375.690/0001-53.

Parágrafo único: Os recursos deste convênio, tem como finalidade a aquisição de equipamentos para ala cirúrgica, a fim de permitir realização de procedimentos e atendimento ao cidadão.

Art. 2º O valor do repasse de que trata o caput desta Lei, é de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 3º O Termo de Convênio definirá a forma e critérios para a transferência destes recursos, bem como normas de aplicação, gestão e prestação de contas.

Art. 4º Os recursos para execução da presente Lei correm à conta do orçamento do Município do exercício de 2019, conforme classificação abaixo:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

Função: 10 – Saúde – Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 180 – Saúde para Todos

Fonte de Recursos: 0003 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

Projeto/Atividade: 1.027 – Auxílios a Instituições de Assistência Hospitalar

Modalidade de Aplicação: (62) 4.4.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste - SC, 30 de outubro de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

TERMO CONVÊNIO - Nº. /2019

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO SÃO JOÃO - HOSPITAL SANTA CASA RURAL, COM FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NA LEI MUNICIPAL Nº. DE / /2019.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Encantado, 66, cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº. 80.911.936/0001-03, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO BISIGO, portador do CPF sob nº 028.483.129-80, adiante nomeado MUNICÍPIO, e o INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO SÃO JOÃO - HOSPITAL SANTA CASA RURAL com sede na Rua Encantado, 88, Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº. 84.375.690/0001-53, representado neste ato por seu Presidente, Sr.(a) ....., portador do CPF sob nº. ...., adiante nomeada ENTIDADE, celebram o presente convênio de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO**

O presente termo de convênio tem com objeto o repasse de recursos financeiros a título de Auxílio/Contribuição visando atender despesas com a aquisição de equipamentos destinados a melhoria dos serviços cirúrgicos promovidos pela entidade.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DOS RECURSOS E DOS REPASSES**

O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em parcela única, até o dia 10/11/2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do exercício de 2019, conforme segue:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

Função: 10 – Saúde – Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa: 180 – Saúde para Todos  
Fonte de Recursos: 0003 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde  
Projeto/Atividade: 1.027 – Auxílios a Instituições de Assistência Hospitalar  
Modalidade de Aplicação: (62) 4.4.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

MUNICÍPIO compromete-se à:

- I – Repassar os recursos, até a data contratada.
- II – Fiscalizar a aplicação dos recursos, incumbindo para isto o setor competente.
- III – Examinar os documentos de prestação de contas.
- IV – Prestar orientações no que for solicitado quanto a fiel aplicação dos recursos.
- V – Acompanhar as atividades gerais decorrentes deste convênio.

A ENTIDADE obriga-se à:

- I – Executar diretamente o objeto deste Convênio, nos termos do plano de trabalho.
- II – Contabilizar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO em sua receita regular.
- III – Prestar informações que forem solicitadas pelo MUNICÍPIO, que tenham relação com a execução deste convênio.
- IV – Manter os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em conta bancária da ENTIDADE em qualquer agência bancária oficial desta praça.
- V – Movimentar a conta bancária exclusivamente por meio eletrônico, na impossibilidade deste, com cheques nominais e individuais por credor.
- VI – Em caso de contratação de pessoal, assumir a condição de Agente Empregador e ser responsável direto pelo pessoal contratado, responsabilizando-se ainda por todos os encargos previdenciários e trabalhistas, obrigando-se mais a todas as anotações necessárias, recolhimentos e salários conforme disposições vigentes, respondendo judicial e extrajudicialmente pelo compromisso assumido.
- VII – Assumir toda e qualquer obrigação e questionamento concernente a Previdência Social e Legislação Trabalhista que eventualmente possam surgir e total responsabilidade dada a sua condição de agente empregador.
- VIII – Publicar no que couber, a participação do MUNICÍPIO na manutenção das atividades da ENTIDADE.
- IX – Se o auxílio/contribuição resultar na aquisição de equipamentos ou materiais permanentes, fica desde já a ENTIDADE, no caso de dissolução da mesma, notificada a reverter o bem ao MUNICÍPIO.
- X – Prestar contas dos recursos recebidos, nos termos da Cláusula Sexta.

#### CLÁUSULA QUINTA DOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Serão responsáveis pela aplicação dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO, o Presidente e o Tesoureiro da ENTIDADE, como Ordenador primário e secundário, respectivamente.

#### CLÁUSULA SEXTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos recebidos pela ENTIDADE deverá ser apresentada ao MUNICÍPIO em uma via e nos prazos previstos neste convênio, instruídos com os seguintes documentos:

- a – Ofício encaminhando a Prestação de Contas.
- b – Balancete, conforme Modelo Padrão.
- c – Extrato Bancário de conta Especial e Conciliação Bancária do Saldo se houver.
- d – Originais dos documentos fiscais suportes de despesas bem legíveis, sem rasuras e ou entrelinhas.
- e - Declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.
- f – Declaração da aplicação dos recursos na finalidade conveniada, conforme modelo padrão.
- G – Em se tratando de obra de engenharia, apresentação de “Termo de Recebimento da Obra” e, se possível, registros fotográficos.

PARÁGRAFO ÚNICO – A prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente serem assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário da ENTIDADE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ENTIDADE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento dos recursos para a comprovação da boa e regular aplicação dos mesmos, sob pena de não concorrência às próximas transferências.

§ 1. As despesas impugnadas pelo MUNICÍPIO deverão obrigatoriamente ser recolhidas em favor dos Cofres Públicos Municipais.

§ 2. Os saldos são aplicados nos prazos previstos na presente Cláusula deverão também obrigatoriamente ser recolhidos em favor dos Cofres Públicos Municipais.

#### CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente instrumento passa a vigor a partir da data de sua assinatura, tendo validade até a data de 31 de dezembro de 2019.

**CLÁUSULA NONA  
DA RESCISÃO**

O MUNICÍPIO e a ENTIDADE poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio, se ocorrer qualquer inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material ou formalmente inexecutável, devendo para isto a parte rescindente dar notificação prévia de 30 (trinta) dias, resguardada sempre a conveniência administrativa.

**CLÁUSULA DÉCIMA  
DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Itapiranga/SC par dirimirem quaisquer dúvidas que possam advir da execução deste convênio.

E, por estarem assim conveniados, firmam o presente instrumento assinando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

São João do Oeste/SC, de de 2019.

.....	.....
MUNICÍPIO	ENTIDADE
.....	.....
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

**PP 96.19 PEÇAS LINHA AMARELA**

Publicação Nº 2211586

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0153/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2019 – Exclusivo para empresas MPEs

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de bicos injetores para o veículo JCB 0160 da secretaria Municipal de Transportes e Obras do município de São João do Oeste.

Tipo: Menor preço por ITEM

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 13 de novembro de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 01 de novembro de 2019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

# São João do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 28\_2019\_PREF

Publicação Nº 2212080

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 28/2019/PREF

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2019/PREF

OBJETO: Fica, em razão de ter inicialmente sido superestimada a quantidade de estagiários a serem contratados, suprimido em comum acordo com a contratada o valor de R\$ 47.203,10 (quarenta e sete mil, duzentos e três reais e dez centavos).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.

VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 47.203,10.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

São João do Sul/SC, 31 de outubro de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 170 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2212031

PORTARIA Nº 170 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 7º, §6º da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul;

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Tempo de Serviço, para o servidor HERCULANO CALVETE ESTRELA, ocupante do cargo efetivo de Médico Ginecologista, Nível-4, Amplitude de Referência De, para Amplitude de Referência Df.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de outubro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 171 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2212037

PORTARIA Nº 171 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 7º, §6º da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul;

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Tempo de Serviço, para o servidor JOSÉ CARLOS ÁVILA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Nível-4, Amplitude de Referência De, para Amplitude de Referência Df.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de outubro de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 172 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212043

PORTARIA Nº 172 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

“CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Indenização de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, para o servidor ELISEU DA SILVA BEDINOT, ocupante do Cargo de Motorista II, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de Outubro de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 173 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212047

PORTARIA Nº 174 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

“CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Indenização de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, para a servidora IONE TEREZINHA RAUPP ROXO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de Outubro de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 174 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212054

PORTARIA Nº 174 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Indenização de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, para a servidora IONE TEREZINHA RAUPP ROXO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de Outubro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 177 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212086

PORTARIA Nº 177 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para OSNI DE LIMA MACIEL, ocupante do cargo em Comissão de Assessor, no período de 01/10/2019 a 30/10/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de Outubro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 179 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212090

PORTARIA Nº 179 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 089, DE 01 DE ABRIL DE 2019"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 089, de 01 de abril de 2019, concedeu Licença para Tratar de Assuntos Particulares a Servidora LÚCIA TROMBIM GUILHERME, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 02 de outubro de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 167 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212007

PORTARIA Nº. 167 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 80 da Lei nº 1063, de 01 de novembro de 2002 - Estatutos dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Prorrogar a Licença para Tratar de Assuntos Particulares, concedida através da Portaria nº. 078 de 01 de março de 2017, para a servidora MARIA HELENA HOMEM TEIXEIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, por 02 (dois) anos, produzindo seus efeitos a partir de 02 de Março de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de Outubro de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 168 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212016

PORTARIA Nº. 168 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

“EXONERAR SERVIDOR”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora DENIZE DE MORAES PAULINO, ocupante do cargo em comissão de Assessor, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de outubro de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 169 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212029

PORTARIA Nº. 169 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"NOMEAR SERVIDOR"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1679, de 06 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Nomear a servidora STEFANI SANTANA, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Nível DAS-5, com carga horária de 40 horas semanais, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
01 de outubro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 175 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212073

PORTARIA Nº. 175 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença Maternidade para a Servidora JULIANA DOS SANTOS SCARIOT, ocupante do cargo de Professor, por 180 dias, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de outubro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 176 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212077

PORTARIA Nº. 176 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a servidora TALINE RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do cargo em comissão de Assessor, da seguinte forma: de 01/10/2019 a 20/10/2019 gozo de férias, e de 21/10/2019 a 30/10/2019 abono pecuniário, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de outubro de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 178 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212087

PORTARIA Nº. 178 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

### **“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”**

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com a alínea “c” do artigo 42 e § 3º do mesmo artigo, da Lei Complementar 05/2009, Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal;

### **RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional por tempo de serviço, aos membros do Magistério Público Municipal, como segue:

- 01 - Adriana dos Santos Lopes da Rosa – Auxiliar de Ensino, Nível MAG – 08/G, para 08/H;
- 02 - Adriana Fagundes dos Santos Peres – Professor, Nível MAG – 09/D, para 09/E;
- 03 - Adriana Raupp da Rosa – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/B, para 08/C;
- 04 - Alessandra Scariot Bendo Teixeira – Professor, Nível MAG III – 08/F, para 8/G;
- 05 - Alexandra Cardoso da Silva – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG -07/G, para 07/H;
- 06 - Angela Maria Ribeiro Magnus – Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, Nível SGE I – 04/I, para 04/J;
- 07 - Anselmo Teles Sabino – Professor Nível MAG III – 10/G, para 10/H;
- 08 - Beatriz Weber Teixeira – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I– 07/I, para 07/J;
- 09 - Caroline Lummertz Francisco – Fonoaudióloga, Nível TSE – 02/A para TSE – 02/B;
- 10 - Clamilla Bauer Borba Ramos – Auxiliar de Ensino da Educação, Nível MAG –08/F, para 08/G;
- 11 - Claudia Maria Espindola Bauer – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I– 07/J, para 08/A;
- 12 - Claudio Junior L. da Rocha – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG -08/A, para 08/B;
- 13 - Cristiane Cardoso Machado de Borba - Auxiliar de Serviços Gerais Nível SGE I – 07/J, para 08/A;
- 14 - Daniela Scandolara Mauricio Scariot – Professor, Nível MAG III – 08/F, para 08/G.
- 15 - Elizandra Perdoná Donadel – Professor, Nível MAG III – 08/A, para 08/B;
- 16 - Fabiane da Silva Oliveira - Professor, Nível MAG III – 08/G, para 08/H;
- 17 - Fabícia de Jesus Rodrigues Alves – Professor, Nível MAG III – 08/F, para 08/G;
- 18 - Grasiela Scheffer Bauer da Silva – Professor, Nível MAG III – 09/A, para 09/B.
- 19 - Ione Terezinha Raupp Roxo – Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, Nível SGE I – 07/I, para 07/J;
- 20 - Janice Coelho Padilha Terra – Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, Nível SGE I – 08/D, para 08/E;
- 21 - Janice Santos Alexandre – Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, Nível SGE I – 08/A para SGE – 08/B;
- 22 - João Batista Cardoso – Professor, Nível MAG III – 08/I, para 08/J;
- 23 - Joelma Silveira Laureano da Silva – Professor, Nível MAG III – 08/B, para 08/C;
- 24 - Jucilane de Sena Cristiano – Professor, Nível MAG III – 09/B, para 09/C;
- 25 - Juciléia Camilo Moraes Scandolara – Professor, Nível MAG III – 09/B, para 09/C;
- 26 - Lilian Sombrio - Professor, Nível MAG III – 10/I, para 10/J;
- 27 - Lucia Trombim Guilherme - Professor, Nível MAG III – 08/D, para 08/E;
- 28 - Luiz Citadin Marques – Professor, Nível MAG III – 08/D, para 08/E;
- 29 - Marcia Adriana L. Machado – Auxiliar de Ensino, Nível MAG– 06/A, para 06/B;
- 30 - Maria Bernadete da Rosa - Professor, Nível MAG III – 03/C, para 03/D;
- 31 - Maria Elizete Eugênio da Silva – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 09/E, para– 09/F;
- 32 - Maria Helena Scheffer Domingos – Professor, Nível MAG III – 09/D, para 09/E;
- 33 - Marilane de Souza Lopes Colares – Professor, Nível MAG III – 09/D, para 09/E;
- 34 - Marizete Moreto Pia – Professor, Nível MAG III – 08/J, para 09/A;
- 35 - Nelci da Silva Lummertz – Professor, Nível MAG III – 09/C, para 09/D;
- 36 - Nilcilene Aparecida Borges - Professor, Nível MAG III – 09/D, para 09/E;
- 37 - Patricia Rocha da Silva – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG II- 02/A, para– 02/B;
- 38 - Quetilane S. de Carvalho Cardoso – Professor, Nível MAG III – 08/A, para 08/B;
- 39 - Rita Aparecida da Silva Laureano – Professor, Nível MAG III – 08/A, para 08/B;
- 40 - Rosangela Santos Bauer Cardoso – Professor, Nível MAG III – 09/B, para 09/C;
- 41 - Sandra Regina de S. Kraemer – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/D, para 08/E;
- 42 - Silvana da R. Lentz Domingos– Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 08/A, para 08/B;
- 43 - Simoni Pereira Lummertz Muller – Professor, Nível MAG III – 09/B, para 09/C;
- 44 - Susania Scariot Bendo Cechinel - Orientador Educacional, Nível MAG III- 09/A, para 09/B;

45 – Suzana Bedinot Rodrigues Martins – Professor, Nível MAG III – 08/E, para 08/F;  
46 – Valdete Fraga Magnus - Professor, Nível MAG III – 09/B, para 09/C;  
47 - Vanessa Scandolaro Magnus – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG- 08/A, para 08/B;  
48 - Viviana Maciel da Silva – Professor Nível MAG III – 08/G, para 08/H;  
49 - Zaneide de Matos Clezar - - Professor, Nível MAG III – 07/H, para 07/I;  
50 - Zanilda Terezinha Scheffer Machado - Professor, Nível MAG III – 08/H, para 08/I.

Gabinete do prefeito municipal de São João do Sul, 01 de outubro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 180 DE 19 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212092

PORTARIA Nº. 180 DE 19 DE OUTUBRO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora SIMONE DE MATOS COSTA, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 19 de Outubro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 181 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212096

PORTARIA Nº. 183 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora MARIA DE FATIMA ESPÍNDOLA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 31 de Outubro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 182 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212099

PORTARIA Nº. 182 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

"NOMEAR SERVIDOR"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1679, de 06 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Nomear a servidora JOICE OLIVEIRA BORGES, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Nível DAS-5, com carga horária de 40 horas semanais, produzindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
31 de outubro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# São Joaquim

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO DE CHAMADA PARA A ESCOLHA DE VAGAS PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 2212391

CONVOCAÇÃO DE CHAMADA PARA A ESCOLHA DE VAGAS PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

DATA DA CHAMADA: 04/11/2019- SEGUNDA -FEIRA

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL

NA SALA DO DEPARTAMENTO DE RH

CARGO: PROFESSORES

HORÁRIO: 09H

**PROFESSOR ANOS INICIAIS HABILITADO**

1-CANDIDA MARIA NUNES DE SOUZA

2-WALERIA SILVA OLIVEIRA LUZ

**PROFESSOR ANOS INICIAIS NÃO HABILITADO**

1-MAIANA PEREIRA OLIVEIRA NUNES

2-CRISTIANI RIBEIRO SOUZA FLORES

3-MARLENE MIGUEL DE SOUZA

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADO**

1-MARCILEIA APARECIDA ANDRADE

2-NEURA CANDIDA DE LIMA

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADO**

1-JULIANA BORGES ANSELMO

2-LURDES DANIELA CRUZ OLIVEIRA

3-LETICIA BORGES KOERICH

4-LAURA MARISTELA ROCHA MORAES

5-KEILA ROBERTA NUNES VIEIRA

6-DALCIANE DE OLIVEIRA

7-CLAUDIANE ALVES

8-EDMARA MARTINS

9-CARLISSE DE CARVALHO ROTTA

10-ANA CAROLINE ANDRADE DE HARO

11-ANA MARIA MARAFIGO

Atenciosamente;

Fabiano Padilha

Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto

Fundo Municipal de Educação

### DECRETO Nº 407/2019

Publicação Nº 2211854

DECRET O Nº 407/2019

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO de seu respectivo cargo o senhor: - CLAUDIOMAR FARIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Relações Institucionais, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 084/2017, de 21/02/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 31 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 408/2019**

Publicação Nº 2211860

DECRET O Nº 408/2019

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO  
SERVIDOR CLAUDIOMAR FARIAS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a Pedido ao servidor: - CLAUDIOMAR FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Federal Nº 99.684/1990.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 31 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**EDITAL Nº001/2019 DE CONCURSO REMOÇÃO PARA SERVIDORES EFETIVOS DO MAGISTÉRIO.**

Publicação Nº 2212372

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
CNPJ: 19.620.562/0001-66

EDITAL Nº001/2019 DE CONCURSO REMOÇÃO PARA SERVIDORES EFETIVOS DO MAGISTÉRIO.

TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR CONCURSO DE REMOÇÃO PARA SERVIDORES EFETIVOS DO MAGISTÉRIO CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 4.183/2013 DE 20/12/2013.

A Prefeitura Municipal de São Joaquim, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar concurso de remoção para servidores efetivos do Magistério Público Municipal, lotados na SMECD, regidos pela Lei Complementar Nº 4.183/2013 de 20/12/2013.

1-DAS INSCRIÇÕES:

0.1 As inscrições para o concurso de remoção estarão abertas no período compreendido entre às 13h do dia 04/11/2019 até às 19h do dia 29/11/2019 através de requerimento protocolado no Departamento de RH da Prefeitura Municipal de São Joaquim e entregue na SMECD aos cuidados da Diretora de Ensino.

0.2 Poderão inscrever-se para a remoção os servidores ocupantes dos cargos do magistério com lotação na SMECD admitidos até 31/12/2018.

0.3 Os professores que estiverem em localização temporária deverão se inscrever obrigatoriamente no concurso de remoção;

0.4 Para realizar a inscrição o candidato deverá anexar ao protocolo:

- a) Informar sua matrícula;
- b) Informar o cargo e a área;
- c) Anexar cópia de declaração de tempo de serviço;
- d) Anexar cópia da sua titulação;
- e) Anexar cópia do termo de posse do concurso público;
- f) Conferir os dados pessoais;

0.5 O preenchimento do formulário de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato;

2- DA CLASSIFICAÇÃO

2.1 Os candidatos serão classificados por cargo, conforme indicação expressa em sua inscrição.

2.2 A classificação dos professores resultará de pontos obtidos de acordo com critérios constantes no Anexo I deste Edital;

2.3 Serão considerados os seguintes critérios para classificação:

I- Maior tempo de serviço na Rede de Municipal de Ensino;

II- Maior idade;

III- Maior titulação na área da Educação;

2.4 A apresentação de documentos rasurados resultará na desconsideração do mesmo;

2.5 A classificação final resultará da soma dos pontos atribuídos ao tempo de Serviço prestado ao Magistério do Município de São Joaquim e aos títulos apresentados juntamente no Requerimento.

2.6 Havendo empate prevalecerá o critério "idade", dando preferência ao candidato de maior idade;

### 3- DA DIVULGAÇÃO E DAS VAGAS

3.1 A divulgação da classificação dos candidatos será publicada no Diário Oficial Municipal e na página da Prefeitura Municipal de São Joaquim no site [www.saojoaquim.sc.gov.br](http://www.saojoaquim.sc.gov.br), no dia 06 de Dezembro de 2019.

3.2 A partir da divulgação da classificação, o candidato terá 02 (dois) dias úteis para recorrer do resultado junto à Comissão do Concurso de Remoção na sede da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto de São Joaquim.

3.3 O pedido de recurso deverá ser apresentado por escrito, ou por procuração, e entregue à Comissão de Remoção no prazo previsto neste edital conforme o item 3.2.

3.4 As vagas para escolha serão:

I- As relacionadas e apresentadas para os candidatos pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto SMECD;

II- As que surgirem por força de remoção e ou aposentadoria, no decorrer do concurso;

III- As que vagarem após relação e divulgação referidos no inciso I deste artigo que divulgadas pela Comissão de Remoção, 72 (setenta e duas) horas antes da chamada dos candidatos.

3.5 O professor que desistir de sua vez de escolha será reclassificado para o final da lista dos classificados;

3.6 Encerrada a escolha de vagas, a remoção dos professores será homologada por decreto para o exercício de suas atividades no início do ano letivo de 2020.

3.7 O candidato que estiver impossibilitado de comparecer ao local de inscrição ou escolha de vaga poderá fazê-lo por procuração, com firma reconhecida.

3.8 Os casos omissos serão apreciados pela Comissão do Edital do Concurso de Remoção;

### 4- DAS ESCOLHAS DE VAGAS

4.1 A escolha de vaga e local, realizar-se à conforme cronograma expedido pela SMECD e publicado no DOM e no site da prefeitura;

4.2 Para participar da escolha de vaga o candidato deverá:

a) apresentar documento original de identidade;

b) declaração de não acúmulos de cargo;

c) a participação na escolha será organizada dentro do tempo destinado a hora atividade;

d) a escolha de vaga será feita por ordem de classificação e o atraso do candidato implicará rebaixamento de sua classificação para o final da listagem na respectiva chamada;

### 5- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

5.1. Deverão se inscrever no Concurso de Remoção, sob pena de terem sua localização cancelada e determinada pela Secretaria de Educação e Prefeito Municipal segundo o interesse de ensino:

I- Os professores localizados provisoriamente que se encontram fora de sua efetiva localização;

II- Os professores que estão em situação de vaga excedente por motivo de extinção de U.E;

5.2 Os professores lotados por força de Concurso de Remoção poderão permanecer em suas cadeiras, de acordo com os seus interesses desde que a escola apresente número de alunos suficiente.

5.3. Os casos omissos serão analisados pela Comissão do Concurso de Remoção, cujas decisões serão submetidas à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, para sua homologação.

5.3 Constatado qualquer descumprimento, por parte do servidor, às normas deste regulamento, em qualquer fase do processo, inclusive na formalização dos atos de localização, o mesmo estará sujeito à anulação de todas as etapas já procedidas, cabendo a Secretaria de Educação o direito de localizá-lo, de acordo com as vagas remanescentes e a bem do ensino.

5.4 O professor removido fica sujeito ao Calendário Escolar e Horário da Unidade Escolar para qual se remover.

5.5 Após a escolha o professor não poderá solicitar a anulação da remoção efetuada.

5.6 Este edital entrará em vigor na data de sua publicação;

5.7 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das normas estabelecidas por este edital;

5.8 O candidato é totalmente responsável pelas declarações que prestar no ato do protocolo do requerimento no setor de RH.

5.9 A inexistência das declarações ou a constatação de qualquer irregularidade no decorrer do processo, ainda que verificada posteriormente eliminarão o candidato anulando-se os atos decorrentes do requerimento protocolado.

5.10 É vedada a inscrição aos membros organizadores do concurso de remoção de que trata este edital;

5.11 Os atos decorrentes da remoção serão homologados pelo Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto, Professor Fabiano Padilha;

São Joaquim, 31/10/2019

FABIANO PADILHA  
Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto

DIONE RODRIGUES MEDEIROS  
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
CNPJ: 19.620.562/0001-66

ANEXO I  
DA PONTUAÇÃO  
AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DO CONCURSO DE REMOÇÃO

I-Tempo de Serviço	Pontuação	Tempo/mês	Pontos
Função de exercício na docência para o Sistema de Municipal Ensino (1.0) ponto por ano, não sendo admitido fracionamento).	01 ponto		
TOTAL DE PONTOS			

II- Qualificação Profissional	Pontuação	Quantidade	Pontos
1- Doutorado na área da Educação. Stricto Sensu	20 pontos	01	
2- Mestrado na área da Educação. Stricto Sensu	15 pontos	01	
3- Pós- Graduação Lato Sensu, Especialização na área da Educação.	10 pontos	01	

Obs. Não serão atribuídos pontos aos documentos apresentados como requisitos para participação neste concurso de remoção.

São Joaquim, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do Candidato

**EXTRATOS DE ATAS E CONTRATOS OUTUBRO 2019**

Publicação Nº 2211894

EXTRATOS DE ATAS E CONTRATOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM – OUTUBRO 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 47/2019	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM	
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA	
Valor ..... : 18.190,01 (dezoito mil cento e noventa reais e um centavo)	
Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 30/10/2019	
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2019	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : Contratação da empresa BETHA SISTEMAS LTDA para prestação de serviço de locação de sistema de gestão pública para diversas Secretarias, Fundos, Câmara Municipal e Escolas.	
-----	

Aditivo Nº ..... : 52/2018 1º aditi - Contrato Nº: 52/2018  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
Contratada...: ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROTEÇÃO AO ANIMAIS - AC  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 15/10/2019 Término: 15/10/2020  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil -OSC sem fins lucrativos, para prestar serviços junto ao PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, vinculados à saúde pública.

Contrato Nº...: 49/2019 Multi  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.  
Valor ..... : 678.955,70 (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e cinq-enta e cinco reais e setenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 30/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (licenciamento mensal), com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo deste Edital.

Contrato Nº...: 48/2019  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
Contratada...: CONSTRUTORA BRANGER LTDA - ME  
Valor ..... : 1.423.589,30 (um milhão quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e oitenta e nove reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 21/10/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para executar pavimentação das Ruas João Ricardo de Oliveira e Horácio Pires de Haro, no Município de São Joaquim.

Aditivo Nº ..... : 52/2018 2º aditi - Contrato Nº: 52/2018  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
Contratada...: ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROTEÇÃO AO ANIMAIS - AC  
Valor ..... : 13.333,04 (treze mil trezentos e trinta e três reais e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 30/10/2019 Término: 15/10/2020  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2018  
Recursos ..... : Dotação: 2.008.3.3.50.00.00.00.00 (19) Saldo: 15.500,00  
Objeto ..... : Credenciamento de Organizações da Sociedade Civil -OSC sem fins lucrativos, para prestar serviços junto ao PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, vinculados à saúde pública.

São Joaquim, 31 de Outubro de 2019

GIOVANI NUNES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019  
PROCESSO Nº 69/2019 HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2019  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Aquisição de armários vazados de tela para acondicionamento de equipamentos de combate a incêndios para a Guarnição de prontidão do Corpo de Bombeiros.

CONTRATADO: OSMAR ORLANDI JUNIOR  
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.950,00 (vinte e quatro mil novecentos e cinq-enta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019

PROCESSO Nº 71/2019 HOMOLOGAÇÃO: 14/10/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS para atender as necessidades da Frota Municipal de São Joaquim.

CONTRATADO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 305.375,00 (trezentos e cinco mil trezentos e setenta e cinco reais)

CONTRATADO: GRANDO PNEUS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 287.500,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

PROCESSO Nº 67/2019 HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA para serem utilizadas nas ruas do município de São Joaquim.

CONTRATADO: MATHEUS VIEIRA ZAGO EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.274,50 (trinta e três mil duzentos e setenta e quatro reais e cinq-enta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019

PROCESSO Nº 75/2019 HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) para atender às necessidades do município de São Joaquim.

CONTRATADO: BRITAGEM GASPAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 125.700,00 (cento e vinte e cinco mil e setecentos reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 8/2019

PROCESSO Nº 73/2019 HOMOLOGAÇÃO: 21/10/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de empresa para executar pavimentação das Ruas João Ricardo de Oliveira e Horácio Pires de Haro, no Município de São Joaquim.

CONTRATADO: CONSTRUTORA BRANGER LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.423.589,30 (um milhão quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e oitenta e nove reais e trinta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

PROCESSO Nº 64/2019 HOMOLOGAÇÃO: 21/10/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de móveis hospitalares, de escritório, telefonia e eletrodomésticos para suprir a necessidade das Secretarias Municipais

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 80.020,00 (oitenta mil vinte reais)

CONTRATADO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 45.125,00 (quarenta e cinco mil cento e vinte e cinco reais)

CONTRATADO: LUIS CESAR REIS - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.719,00 (sessenta e três mil setecentos e dezenove reais)

CONTRATADO: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 157.532,00 (cento e cinq-enta e sete mil quinhentos e trinta e dois reais)

-----  
CONTRATADO: R.S. VAREJO EIRELI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.365,00 (trinta e três mil trezentos e sessenta e cinco reais)

-----  
CONTRATADO: SUPRIMOVEIS MOBILIARIO CORPORATIVO LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 75.998,00 (setenta e cinco mil novecentos e noventa e oito reais)

-----  
CONTRATADO: TEMPERCLIMA REFRIGERACAO EIRELI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 45.372,00 (quarenta e cinco mil trezentos e setenta e dois reais)

-----  
CONTRATADO: CELI PRODUTOS DE ACO LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 51.372,00 (cinquenta e um mil trezentos e setenta e dois reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019  
PROCESSO Nº 74/2019 HOMOLOGAÇÃO: 21/10/2019  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação de serviços especializados, locação de equipamentos de mobiliário, aquisição e locação de artigos para decoração, para atender as necessidades das secretarias municipais.

-----  
CONTRATADO: EXATA PRODUcoes LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 44.388,00 (quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e oito reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019  
PROCESSO Nº 70/2019 HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2019  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (licenciamento mensal), com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo deste Edital.

-----  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 889.768,64 (oitocentos e oitenta e nove mil setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)

=====

São Joaquim, 31/10/2019  
GIOVANI NUNES - Prefeito Municipal

EXTRATOS DE ATAS E CONTRATOS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM – OUTUBRO 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

-----

Aditivo Nº ..... : 10/2019 1º aditi - Contrato Nº: 10/2019  
Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM  
Contratada...: IVAIR DONIZETE GUEDES 75647125972  
Valor ..... : 1.587,59 (um mil quinhentos e oitenta e sete reais e cinq-enta e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/10/2019 Término: 16/06/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (28) Saldo: 1.916,60  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para construção de uma rampa de acesso para o público ao prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Contrato Nº.: 49/2019 Multi  
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA.  
Valor ..... : 30.601,63 (trinta mil seiscentos e um reais e sessenta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 30/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (licenciamento mensal), com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo deste Edital.

São Joaquim, 31 de Outubro de 2019

GIOVANI NUNES - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATOS DE ATAS E CONTRATOS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOAQUIM –OUTUBRO 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 49/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA.  
Valor ..... : 78.945,13 (setenta e oito mil novecentos e quarenta e cinco reais e treze centavos)  
Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 30/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (licenciamento mensal), com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo deste Edital.

São Joaquim, 31 de Outubro de 2019

GIOVANI NUNES - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATOS DE ATAS E CONTRATOS  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM – OUTUBRO 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 74/2019  
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
Contratada.: PALMIRA TOLOTTI PALESTRAS LTDA  
Valor ..... : 4.944,00 (quatro mil novecentos e quarenta e quatro reais)  
Vigência ..... : Início: 02/10/2019 Término: 02/12/2019  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação da empresa PALMITA TOLOTTI PALESTRAS LTDA para prestação de serviço referente a formação continuada dos profissionais da rede da Secretaria Municipal de Educação.

Contrato Nº.: 75/2019  
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
Contratada.: AGUAS BRANCAS CONSTRUCOES EIRELI - ME  
Valor ..... : 319.361,70 (trezentos e dezenove mil trezentos e sessenta e um reais e setenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/10/2019 Término: 10/10/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2019  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para execução de reforma, construção e ampliação das Unidades Escolares Municipais, CEI Anibal Nezi da localidade de Despraiado, CEI Pericó da localidade de Pericó, e EBM CAIC Fulvio Amarante Ferreira no Bairro Jardim Minuano.

Contrato Nº.: 49/2019 Multi  
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA.  
Valor ..... : 92.911,27 (noventa e dois mil novecentos e onze reais e vinte e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 30/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2019  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para o licenciamento de softwares para gestão pública municipal nas áreas que especifica conforme termo de referência, especificações e condições estabelecidas no edital.

São Joaquim, 31 de Outubro de 2019

GIOVANI NUNES - PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2019  
PROCESSO Nº 49/2019 HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2019  
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação da empresa PALMIRA TOLOTTI PALESTRAS LTDA para prestação de serviço referente a formação continuada dos profissionais da rede da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATADO: PALMIRA TOLOTTI PALESTRAS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.944,00 (quatro mil novecentos e quarenta e quatro reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

TOMADA DE PREÇO Nº 3/2019  
PROCESSO Nº 39/2019 HOMOLOGAÇÃO: 11/10/2019  
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM  
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de reforma, construção e ampliação das Unidades Escolares Municipais, CEI Anibal Nezi da localidade de Despraiado, CEI Pericó da localidade de Pericó, e EBM CAIC Fulvio Amarante Ferreira no Bairro Jardim Minuano.

CONTRATADO: AGUAS BRANCAS CONSTRUCOES EIRELI - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 319.361,70 (trezentos e dezenove mil trezentos e sessenta e um reais e setenta centavos)

São Joaquim, 31/10/2019  
GIOVANI NUNES - Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 683/2019

Publicação Nº 2211788

PORTARIANº 683/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ALTERADA a Portaria Nº 654/2019, de 09/10/2019, por haver saído com incorreções, onde se lê – Processo Seletivo nº



04/2018, homologado em 29/01/2019, na Designação da senhora RENATA COLLAÇO CASSOL, leia-se CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2019 DE 07/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 09 de outubro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 29 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 684/2019**

Publicação Nº 2211792

PORTARIANº 684/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias, por Falecimento de seu pai, conforme apresentação de Certidão de óbito a servidora: - MARIA IZABEL PEREIRA ROSARIO, ocupante do cargo de Professora, a contar do dia 25/10/2019 até o dia 29/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 25 de outubro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 29 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA Nº 685/2019**

Publicação Nº 2211794

PORTARIANº 685/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: - MARCELE MIKA SATO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 29/10/2019 à 12/11/2019. – CLAITON MARTINS ALVES, ocupante do cargo de Medico Veterinário, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 29/10/2019 à 12/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 29 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 686/2019**

Publicação Nº 2211798

PORTARIANº 686/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, art. 94 e conforme apresentação de Atestado de Saúde Ocupacional; fica READAPTADA TEMPORARIAMENTE a servidora RENALDA CANDIDO ANSELMO, ocupante do Cargo de Professora – Anos Iniciais, para desempenhar suas funções compatíveis com sua incapacidade, na EBM CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, com 20h semanais, no turno matutino, no período de 29/10/2019 à 27/12/2019, quando a mesma deverá ser reavaliada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 29 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 687/2019**

Publicação Nº 2211803

PORTARIANº 687/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – RITA DE CASSIA SOUZA, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 17/10/2019, para tratamento de saúde de seu pai. – ALINE DA SILVA RODRIGUES, ocupante da função de Professora – 40 horas, por 07 (sete) dias, a contar do dia 21/10/2019. – PAULA MARTORANO NUNES, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 22/10/2019. – GENECI RIBEIRO LIMA FERREIRA, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 23/10/2019. – ARIANA FLORIANO, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 23/10/2019. – RENALDA CANDIDO ANSELMO, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 23/10/2019. – ESTELA MARCIA CAMARGO V. GODINHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/10/2019. – MICHELE CASSÃO MUNIZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 01 (um) dia, no dia 23/10/2019. – VALERIA SOUZA ARRUDA, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 23/10/2019. – DONATO PADILHA NETO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2019. – DANIELA MATOS SANTOS BECKHAUSER, ocupante da função de Enfermeira - ESF, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2019. – LUIZ FELIPE SOUZA SILVA, ocupante do cargo de Eletricista, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2019. – GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 29 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 688/2019**

Publicação Nº 2211808

PORTARIANº 688/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 25/10/2019. – TAIANY PEREIRA DO CANTO, ocupante da função de Auxiliar Odontológica, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/10/2019. – GENECI RIBEIRO LIMA FERREIRA, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/10/2019. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da função de Professora – 40 horas, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 24/10/2019, para tratamento de saúde de sua filha. – NAIANA OLIVEIRA PALMA, ocupante da função de Professora – 30 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/10/2019. – JOZIMARA DE FATIMA PEREIRA, ocupante do cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2019. – FATIMA GOULART DO AMARAL SOUZA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2019. – ROSANGELA BECCARI ZANDONADI, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, 01 (um) dia, no dia 24/10/2019, para tratamento de saúde de seu esposo. – CARLA GÓSS DE MELO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/10/2019. – PAULA MARTORANO NUNES, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/10/2019. – VANEZA GODINHO, ocupante da função de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/10/2019. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da função de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 25/10/2019. – AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 25/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 29 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 689/2019**

Publicação Nº 2211812

PORTARIANº 689/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigos 87 ao 91; fica concedido LICENÇA PRÊMIO a servidora LUCIENE CRUZ DE LIZ, ocupante do Cargo de Professora, á contar do dia 30/10/2019 á 13/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 30 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 690/2019**

Publicação Nº 2211819

PORTARIANº 690/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores:  
– LILIANE MACHADO PEREIRA, ocupante da função de Técnica em Enfermagem - ESF, por 03 (três) dias, a contar do dia 23/10/2019, para tratamento de saúde de seu pai. – CECILIA NUNES HUGEN, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/10/2019. – MARCIA APARECIDA LAURINDO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 25/10/2019. – REGINALDA BORGES PESSOA, ocupante da função de Técnica em Enfermagem - ESF, por ½ (meio) dia, no dia 25/10/2019. – NAZARETE DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 28/10/2019. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da função de Professora – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 28/10/2019. – JOSEANE MARIA SPRADA MENDES DA SILVA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 28/10/2019. – DIRCEIA DE OLIVEIRA SOUZA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, 01 (um) dia, no dia 28/10/2019, para tratamento de saúde de pessoa da família. – EDNA HUGEN RODRIGUES, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 28/10/2019. – SIMONE MATOS GOULART, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/10/2019. – ESTELA MARIS MARIOT CHIODELLI, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 28/10/2019. – ANDREIA RAMOS FLORES, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 28/10/2019. – TUIZA PADILHA DE LIMA RISSI, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 29/10/2019, para tratamento de saúde de seu esposo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 31 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 691/2019**

Publicação Nº 2211825

PORTARIANº 691/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - NAIR MATTOS DE SOUZA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, no CAIC-Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 104/2019, de 07/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 31 de outubro de 2019.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PROCESSO 83/2019 - PMSJ**

Publicação Nº 2211777

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 83/2019

Pregão Presencial 40/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada nos serviços de SOLDAS em geral e serviço de TORNO, para manutenção em equipamentos, máquinas e veículos para atender as necessidades do Município.

Tipo: Menor preço Global

Data: 13/11/2019 – 09h30min

Valor estimado: 416.990,25

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 31 de outubro de 2019.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

**PROCESSO 84/2019 - PMSJ**

Publicação Nº 2211779

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 84/2019

Pregão Presencial 41/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de CONCURSO PÚBLICO e PROCESSO SELETIVO para a Prefeitura Municipal de São Joaquim, Fundos e Entidades.

Tipo: Menor preço Global

Data: 13/11/2019 – 13h30min

Valor estimado: 95.987,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 31 de outubro de 2019.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018

Publicação Nº 2212530

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018 - SDEI. PARTES: o Município de São José, com interveniência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação e o Sindicato Rural de São José e Região/SC. OBJETO: Modificação bilateral do plano de trabalho, cronograma de desembolso e para previsão de titularidade dos bens remanescentes, apresentado pelo Sindicato Rural de São José e Região, do nos autos do processo administrativo nº 11878/2017. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens do Termo de Fomento não alteradas pelo presente Termo Aditivo. LOCAL E DATA: São José (SC), 01 de novembro de 2019. SIGNATÁRIOS: Waldemar Bornhausen Neto, pelo Município de São José e Ezequiel Ceciliano Teixeira Garcia pelo Sindicato Rural de São José e Região/SC.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº308/2019

Publicação Nº 2211741

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 308/2019 – PE 085/2019 – Processo 333/2019 – Proc. Adm. 5444/2019 – Fornecedor: OXIGÊNIO JOAÇABA COMÉRCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DESTINADO À 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 26.001,00 (vinte e seis mil e um real). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 18 de outubro de 2019

### DECRETO Nº 12427/2019

Publicação Nº 2212069

DECRETO Nº 12427/2019

CESSA EFEITOS DO DECRETO 8988/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do Decreto 8988/2017 de 06 de dezembro de 2017, que concede ao servidor JULIANO MANOEL COELHO, matrícula 19.507-3, a função gratificada de Diretor I - Saúde, nível FG-D1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 12428/2019

Publicação Nº 2211943

DECRETO Nº 12428/2019

DECRETA VACÂNCIA DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o falecimento do Secretário Municipal de Finanças, Sr. ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocorrido no dia 15 de outubro último,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Secretário Municipal de Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de outubro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de outubro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12432/2019**

Publicação Nº 2212035

DECRETO Nº 12432/2019

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12203/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 12203/2019;  
DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12203/2019, que nomeou o Sr. ERNESTO HIROYUKI IIDA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de agosto de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12433/2019**

Publicação Nº 2212039

DECRETO Nº 12433/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. VANESSA RODRIGUES FRANCO MIYAKAVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12434/2019**

Publicação Nº 2212042

DECRETO Nº 12434/2019

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12205/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 12205/2019;  
DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12205/2019, que nomeou o Sr. GETULIO ANTONIO SOARES JUNIOR para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de agosto de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12435/2019**

Publicação Nº 2212044

DECRETO Nº 12435/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MARIANA ANTONIA DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12436/2019**

Publicação Nº 2212048

DECRETO Nº 12436/2019

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12310/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 12310/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12310/2019, que nomeou a Sra. MAYARA BRASIL MACHADO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de setembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12437/2019**

Publicação Nº 2212050

DECRETO Nº 12437/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ANDREZZA FABRÍZIA BERTOLI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12438/2019**

Publicação Nº 2212053

DECRETO Nº 12438/2019

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12312/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 12312/2019;

**DECRETA:**

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12312/2019, que nomeou a Sra. FRANCINE WEINERT DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de setembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12439/2019**

Publicação Nº 2212033

**DECRETO Nº 12439/2019****NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. SHEYNE LUIZ DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12440/2019**

Publicação Nº 2212055

**DECRETO Nº 12440/2019****TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12318/2019.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 12318/2019;

**DECRETA:**

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12318/2019, que nomeou o Sr. DIEGO DE SOUZA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de setembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12441/2019**

Publicação Nº 2212056

**DECRETO Nº 12441/2019****NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. CESAR AUGUSTO DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12442/2019**

Publicação Nº 2212058

DECRETO Nº 12442/2019

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12302/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 12302/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12302/2019, que nomeou o Sr. PEDRO MATIAS GUIMARÃES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de setembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12443/2019**

Publicação Nº 2212021

DECRETO Nº 12443/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. ALEXEI MAGIER KACHAVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, com a carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12444/2019**

Publicação Nº 2212023

DECRETO Nº 12444/2019

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12324/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 12324/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12324/2019, que nomeou a Sra. ANA PAULA LOPES BARCELLOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de setembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12445/2019**

Publicação Nº 2212061

DECRETO Nº 12445/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. KATIUCIA LETIELE DUARTE VIEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 12446/2019**

Publicação Nº 2212062

DECRETO Nº 12446/2019

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12328/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 12328/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12328/2019, que nomeou a Sra. LIANE VASCONCELOS SEVERINO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de setembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 12447/2019**

Publicação Nº 2212066

DECRETO Nº 12447/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. FERNANDA BADINELLI MARTINS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## **DECRETO Nº 12449/2019**

Publicação Nº 2212004

DECRETO Nº 12449/2019

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SOLANGE AMARAL DOS SANTOS do cargo Gerente de Unidade Básica de Saúde – CCM-6, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12450/2019**

Publicação Nº 2212006

DECRETO Nº 12450/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada SIMONE DE MELO para exercer o cargo Gerente de Unidade Básica de Saúde – CCM-6, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, ficando exonerada do que atualmente ocupa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12451/2019**

Publicação Nº 2212009

DECRETO Nº 12451/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada LUCIANI DE SOUZA para exercer o cargo Assessor Administrativo V – CCM-5, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, ficando exonerada do que atualmente ocupa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12452/2019**

Publicação Nº 2212012

DECRETO Nº 12452/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado OSVALDO MORGAN JUNIOR para exercer o cargo Assessor Administrativo IV – CCM-4, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12453/2019**

Publicação Nº 2212015

DECRETO Nº 12453/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado GERVASIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR para exercer o cargo em comissão de Secretário de Finanças – SM, com lotação na Secretaria de Finanças, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12454/2019**

Publicação Nº 2212018

DECRETO Nº 12454/2019  
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado GUIDO HINCKEL para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Finanças – SMA, com lotação na Secretaria de Finanças, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12455/2019**

Publicação Nº 2211944

DECRETO Nº 12455/2019  
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada JOSIANE NORMA DA SILVA para exercer o cargo em comissão de Contador-Geral – CCM-9, com lotação na Secretaria de Finanças, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12464/2019**

Publicação Nº 2212013

DECRETO Nº 12464/2019

CESSA EFEITOS DO DECRETO 8400/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do Decreto 8400/2017 de 30 de junho de 2017, que concede ao servidor GILSON JOSÉ DOS SANTOS, matrícula 16.999-4, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12465/2019**

Publicação Nº 2212019

DECRETO Nº 12465/2019

CESSA EFEITOS DO DECRETO 10304/2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do Decreto 10304/2018 de 06 de junho de 2018, que concede à servidora JOSIANE NORMA DA SILVA, matrícula 15414-8, a função gratificada de Diretor de Diretoria – nível FG-DI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12466/2019**

Publicação Nº 2211946

DECRETO Nº 12466/2019

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art.1º - Concede ao servidor GILSON JOSÉ DOS SANTOS, matrícula 16.999-4, a função gratificada de Diretor de Diretoria – nível FG-DI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 12467/2019**

Publicação Nº 2211948

DECRETO Nº 12467/2019

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art.1º - Concede à servidora EDNA CAMILA HILLESHEIN, matrícula 428540-9, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 1º outubro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 025/2019 CONCURSO PÚBLICO 003/2015**

Publicação Nº 2212135

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 025/2019

CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 13 horas às 19 horas, munidos da documentação solicitada através do e-mail fornecido pelo candidato no ato da inscrição do Concurso, para dar início ao processo pré-admissional:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
KATIUCIA LETIELE DUARTE VIEIRA	Enfermeiro da Família	45º
FERNANDA BADINELLI MARTINS	Enfermeiro da Família	46º
ALEXEI MAGIER KACHAVA	Médico Psiquiatra	26º
VANESSA RODRIGUES FRANCO MIYAKAVA	Médico da Família	154º

São José, 23 de outubro de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 026/2019 CONCURSO PÚBLICO 001/2019**

Publicação Nº 2212134

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 026/2019  
CONCURSO PÚBLICO 001/2019**

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2019, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 13 horas às 19 horas, munidos da documentação solicitada através do e-mail fornecido pelo candidato no ato da inscrição do Concurso, para dar início ao processo pré-admissional:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
MARIANA ANTONIA DOS SANTOS	Médico da Família	1º
ANDREZZA FABRÍZIA BERTOLI	Médico da Família	2º
SHEYNE LUIZ DOS SANTOS	Médico da Família	3º
CESAR AUGUSTO DA SILVA	Médico da Família	4º

São José, 23 de outubro de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração**ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 178/2018**

Publicação Nº 2212420

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 178/2018 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 27/08/2019, ONDE SE LÊ: “Valor Total: R\$ 998.835,00 (novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais)” LEIA-SE: “Valor Total: R\$ 971.910,00 (novecentos e setenta e um mil e novecentos e dez reais)”. Cláudia Schweitzer / Diretora de Compras.

**PORTARIA Nº 027, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212531

PORTARIA Nº 027, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE O CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOSÉ/SC.

A Secretária Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, VI,  
RESOLVE:

Art. 1º O disposto na presente Portaria aplica-se aos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados temporariamente, doravante denominados genericamente de servidores, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social de São José/SC.

Art. 2º Compete a Chefia imediata o controle da frequência dos servidores lotados na unidade pela qual é responsável, bem como a administração dos respectivos relatórios de frequência, não podendo haver dispensa de horário sem as devidas justificativas estabelecidas na legislação de regência, ou ao atendimento ao interesse público devidamente analisado pelo gestor da pasta.

Parágrafo único. Deverá ser incluído no relatório da Chefia Imediata quaisquer inconsistência na aferição de ponto dos servidores tais como esquecimento do registro, o exercício de atividades externas, apresentação de atestados médicos, abono por declaração de comparecimento.

Art. 3º Caberá a Chefia Imediata, no prazo de até 03 dias úteis de cada mês, encaminhar aos Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Assistência Social de São José o relatório mensal de frequência dos servidores sob sua subordinação, relatando as ocorrências excepcionais, bem como atestados médicos devidamente abonados.

Art. 4º A solicitação de férias e licença prêmio será analisado e concedido pela Diretoria competente, bem como deverá conter o de acordo do gestor da pasta.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José, 31 de outubro de 2018.

ROSEMERI BARTUCHESKI  
Secretária Municipal de Assistência Social

**PORTARIA Nº73/2019/SSDST**

Publicação Nº 2211684

PORTARIA Nº 073/2019, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 2.132/90 (Lei Orgânica do Município de São José), Lei nº 4.352/2005 (Lei de Transporte Escolar) e, demais legislações pertinentes,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Comissão Sindicante para apurar responsabilidade em razão de descumprimento das regras estabelecidas pela Lei nº 4.352/2005 (Lei de Transporte Escolar), por M. B. V., registro A-076;

Art. 2º. Respeitando ao que determina a legislação vigente nomeiam-se como membros da Comissão Processante os seguintes servidores: 1. Estanil Ouro Imburgue Weber, matrícula. 33123-6; 2. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, matrícula 33382-8; 3. Isabel Cristina Salm Ardigo, matrícula 32577-5, sendo presidida pela primeira e secretariada pela última.

Art. 3º. A sindicância Investigativa terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta no DOM, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

**PORTARIA SSDST/PMSJ Nº071**

Publicação Nº 2211750

PORTARIA SSDST/PMSJ nº 071, de 18 de outubro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. 3º Sgt. Jefferson Cardoso Carboni, matrícula 921539-5, para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 308/2019, decorrente do Pregão Eletrônico nº 085/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Sr. Jusinei Wilson Ferreira, matrícula 921536-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

## RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 113/2019

Publicação Nº 2211903

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 113/2019 – Processo nº 462/2019 – Proc. Adm. 7901/2019. Fornecedor: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE CONFECÇÃO DE DOCUMENTOS DE COBRANÇA (CARNÊS/BOLETOS) DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), TAXA DE FISCALIZAÇÃO, POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS (TFPU) E TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PARA A SECRETARIA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 57.910,00 – cinq-enta e sete mil, novecentos e dez reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

## RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 114/2019

Publicação Nº 2211945

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 114/2019 – Processo nº 463/2019 – Proc. Adm. 8162/2019. Fornecedor: HEXAGON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBEADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE VIAS, PONTES/ PONTILHÕES EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor Total: R\$ 118.500,00 – cento e dezoito mil, quinhentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 204/2019/SF

Publicação Nº 2211820

DECRETO Nº 204/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 430.238,59 (quatrocentos e trinta mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.001 MANUTENÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - DFI

"32"4.6.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$430.238,59

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 430.238,59 (quatrocentos e trinta mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de outubro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 205/2019/SF

Publicação Nº 2211823

DECRETO Nº 205/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DE ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"147"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$12.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de outubro de 2019.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 206/2019/SF

Publicação Nº 2211824

### DECRETO Nº 206/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"81"3.1.90.00.00.1.0018 Aplicações Diretas ..... R\$330.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), Recursos Fundeb 60%, Fonte 1.0018.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de outubro de 2019.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 207/2019/SF

Publicação Nº 2211827

### DECRETO Nº 207/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

03 DEPTO DE PATRIMÔNIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES

2.039 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"172"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$23.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV SOCIAL E HABITAÇÃO

"184"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$32.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de outubro de 2019.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 208/2019/SF

Publicação Nº 2211830

DECRETO Nº 208/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA  
2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS  
"30"3.1.90.00.00.1.0002 Aplicações Diretas ..... R\$10.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), Recursos Receita de Impostos - Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
04 DEPTO DE ATENÇÃO BÁSICA  
2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS  
"33"4.4.90.00.00.1.0002 Aplicações Diretas ..... R\$10.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de outubro de 2019.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 6600/2019

Publicação Nº 2211809

DECRETO Nº6.600, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

"FIXA NOVO PRAZO PARA PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 21 de junho de 1990, e a Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fixa novo prazo para o pagamento de contribuição de melhoria (calçamento com pedras irregulares) de obra realizada na rua abaixo relacionada e para atendimento ao disposto nos artigos 306, 307 e 308, da Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005 e Edital nº 002 e Edital nº 003, ambos de 03 de março de 2015, até o dia 15 de janeiro de 2020.

I - Rua das Camélias;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 30 de outubro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.166/2019**

Publicação Nº 2212240

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº166/2019  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº166/2019, Edital de Pregão Nº166/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE REFEIÇÃO PRONTA PARA OS POLICIAIS MILITARES DO 4º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC. Desta forma, o recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 13/11/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 035/2019**

Publicação Nº 2211815

**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 35/2019**

**“PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 035/2019 QUE ESTABELECE O PLANO DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE ESTRADA DE CHÃO, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER, LAJOTAS DE CIMENTO, RAMPA DE ACESSIBILIDADE E MURO EM PEDRA ARGAMASSAS NA RUA LEOBERTO LEAL.”**

**ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA**, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente àquelas do inciso IX, do Art. 69 da Lei Orgânica de São José do Cedro, tendo presente o que consta no inciso III, do Art. 145 da Constituição Federal, mais a previsão legal contida nos artigos 292 a 309 da Lei Complementar nº 009 de 27 de setembro de 2005, e o contido na Lei Municipal nº 4.770, de 04 de Dezembro de 2018, deste município, considerando relevante interesse público, a SABER:

**4-DO CÁLCULO E LANÇAMENTO****4.6- Do Rateio****ONDE LÊ-SE:**

ZIN 1 AML=SAL= 18.380,80m<sup>2</sup> = 459,52m<sup>2</sup>  
NL 40 uni

1.1.2- Cálculo do valor venal médio de mercado por m<sup>2</sup> de área dos lotes da ZIN:

VVM = R\$ 80.000,00

$VVM/M^2 = \frac{VVM}{AML} = \frac{R\$ 80.000,00}{459,52m^2} = R\$ 174,09m^2$

**PASSA-SE A LER:**

ZIN 1 AML=SAL= 20.289,38m<sup>2</sup> = 461,12m<sup>2</sup>  
NL 44 uni

1.1.2- Cálculo do valor venal médio de mercado por m<sup>2</sup> de área dos lotes da ZIN:

VVM = R\$ 80.000,00

$VVM/M^2 = \frac{VVM}{AML} = \frac{R\$ 80.000,00}{461,12 m^2} = R\$ 173,49m^2$

Para conhecimento dos interessados, será a presente retificação de Edital publicada no átrio da Prefeitura Municipal, e ainda, publicada no Diário

Oficial dos Municípios – DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e entregue cópia a cada proprietário, mediante recebimento.

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de outubro de 2019.

**ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,**  
Prefeito de São José do Cedro/SC.

## ANEXO I

35 Obra: RUA LEOBERTO LEAL		Tipo: Asfalto e passeio				Edital: 35/2019					
Comprimento		463,78									
Largura da rua ( cx rua e passeio)		14,00		3,00							
Área Pavimentada		6479,70		2.148,62							
Custo m² de Pavimentação		R\$ 87,68		R\$ 76,84		Custo m² Pago Pelo Contruente Asfalto				R\$ 26,09	
Orçamento do custo da Obra + projeto		R\$ 568.160,57		R\$ 165.109,54		Custo m² Pago Pelo Contruente Passeio				R\$ 20,14	
Fator de Absorção		25,00%		25,00%		Valor m² de Terreno Por Face de Quadra				R\$ 173,49	
Custo Total do Contribuinte		R\$ 142.040,14		R\$ 41.277,38							
Inscrição/Quadra	Contribuinte	endereço n°	Ár. Terreno	Testada individual	Área Individual ASFALTO	Área Individual PASSEIO	Rateio individual (M²/R\$) ASFALTO	Rateio individual (M²/R\$) PASSEIO	SOMATÓRIO	Valor antes da obra	
4319 17 Q274	MAURÍ A. BORTOLINI		420,25	25,00	175,00	75,00	R\$ 4.565,74	R\$ 1.510,60	R\$ 6.076,34	R\$ 72.909,08	
4320 18 Q274	MAURÍ A. BORTOLINI		499,44	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 86.647,73	
4321 19 Q274	MAURÍ A. BORTOLINI		499,44	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 86.647,73	
4322 20 Q274	MARIANA COMASSETTO DE AGUIRRE		499,44	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 86.647,73	
4323 21 Q274	DIEGO A. BACKES		499,38	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 86.637,32	
4324 22 Q274	MAURÍ A. BORTOLINI		499,32	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 86.626,92	
4303 01 Q274	ARLINDO D. JUNGES		447,65	26,63	186,41	79,89	R\$ 4.863,43	R\$ 1.609,09	R\$ 6.472,51	R\$ 77.662,70	
4256 01 Q294	RUDIMAR BRUDER		778,80	31,10	217,70	93,30	R\$ 5.679,78	R\$ 1.879,18	R\$ 7.558,96	R\$ 135.113,84	
1862 P133/134 Q294	CLAUDIO ALBA		728,00	44,62	312,34		R\$ 8.148,93	R\$ -	R\$ 8.148,93	R\$ 126.300,66	
1865 P135A Q124	NOEMIA ALCARA		305,50	25,50	178,50		R\$ 4.657,05	R\$ -	R\$ 4.657,05	R\$ 53.001,13	
3858 135/136A Q124	OLIDES RECAL CATTI JUNIOR		319,48	12,50	87,50		R\$ 2.282,87	R\$ -	R\$ 2.282,87	R\$ 55.426,51	
863 135/136B Q124	JAISON BRUDER		555,60	12,00	84,00		R\$ 2.191,55	R\$ -	R\$ 2.191,55	R\$ 96.390,92	
4249 05 Q124	JOACIR BROILO		433,94	32,16	225,12	96,48	R\$ 5.873,37	R\$ 1.943,23	R\$ 7.816,60	R\$ 75.284,15	
4293 06 Q193	REGINALDO BERNARDI		416,00	26,30	184,10	78,90	R\$ 4.803,16	R\$ 1.589,15	R\$ 6.392,31	R\$ 72.171,75	
4294 07 Q193	REGINALDO BERNARDI		360,00	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 62.456,32	
4295 08 Q193	TARCIANO ARTIFON		360,00	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 62.456,32	
4296 09 Q193	PREF. MUN. SJC		2031,45	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 352.435,81	
4297 10 Q193	TARCIANO ARTIFON		360,00	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 62.456,32	
4298 11 Q193	ELIZIANE J. ARTIFON		360,00	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 62.456,32	
4299 12 Q193	TARCIANO ARTIFON		410,88	25,67	179,69	77,01	R\$ 4.688,10	R\$ 1.551,08	R\$ 6.239,18	R\$ 71.283,48	
4374 06 Q194	MARCIA ISABEL REINEHR		378,00	27,00	189,00	81,00	R\$ 4.931,00	R\$ 1.631,45	R\$ 6.562,44	R\$ 65.579,14	
4375 07 Q194	NÉRCIO J. REINEHR		494,00	13,00	91,00	39,00	R\$ 2.374,18	R\$ 785,51	R\$ 3.159,70	R\$ 85.703,95	
5440 P8C Q194	NÉRCIO J. REINEHR		397,08	22,06	154,42	66,18	R\$ 4.028,81	R\$ 1.332,95	R\$ 5.361,76	R\$ 68.889,32	
5439 P8B Q194	NÉRCIO J. REINEHR		397,26	22,07	154,49	66,21	R\$ 4.030,63	R\$ 1.333,56	R\$ 5.364,19	R\$ 68.920,55	
4377 09 Q194	NÉRCIO J. REINEHR		350,00	14,00	98,00	42,00	R\$ 2.556,81	R\$ 845,93	R\$ 3.402,75	R\$ 60.721,42	
4446 05 Q151	SICOOB		323,10	15,00	105,00	45,00	R\$ 2.739,44	R\$ 906,36	R\$ 3.645,80	R\$ 56.054,55	
4447 06 Q151	ZAIR TOLOTTI		323,10	15,00	105,00	45,00	R\$ 2.739,44	R\$ 906,36	R\$ 3.645,80	R\$ 56.054,55	
4448 07 Q151	SICOOB		390,48	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 67.744,29	
4449 08 Q151	SICOOB		390,48	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 67.744,29	
4450 09 Q151	SIRLEI BRUCH		390,48	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 67.744,29	
4451 10 Q151	MARA LUCIA WILL MINSKY		390,48	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 67.744,29	
4452 11 Q151	DARLAN ASSIS MORTARI		357,94	22,00	154,00	66,00	R\$ 4.017,85	R\$ 1.329,33	R\$ 5.347,18	R\$ 62.098,93	
4472 16 Q280	SICOOB		359,57	26,01	182,07	78,03	R\$ 4.750,19	R\$ 1.571,63	R\$ 6.321,82	R\$ 62.381,72	
4473 17 Q280	SICOOB		331,32	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 57.480,63	
4474 18 Q280	SICOOB		331,32	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 57.480,63	
4475 19 Q280	MARINA F. DOS SANTOS		331,32	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 57.480,63	
4476 20 Q280	AVELINO SARTORI		331,32	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 57.480,63	
4457 01 Q280	ROGÉRIO FELIN		437,74	26,00	182,00	78,00	R\$ 4.748,37	R\$ 1.571,02	R\$ 6.319,39	R\$ 75.943,41	
4395 16 Q277	GUIDO LAGO		375,00	25,00	175,00	75,00	R\$ 4.565,74	R\$ 1.510,60	R\$ 6.076,34	R\$ 65.058,67	
4396 17 Q277	GUIDO LAGO		499,68	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 86.689,37	
4397 18 Q277	GUIDO LAGO		499,68	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 86.689,37	
4398 19 Q277	VOLMIR CAMINI		499,68	12,00	84,00	36,00	R\$ 2.191,55	R\$ 725,09	R\$ 2.916,64	R\$ 86.689,37	
4399 20 Q277	VOLMIR CAMINI		505,03	12,13	84,91	36,39	R\$ 2.215,30	R\$ 732,94	R\$ 2.948,24	R\$ 87.617,54	
4380 01 Q277	MAURÍ A. BORTOLINI		420,75	25,00	175,00	75,00	R\$ 4.565,74	R\$ 1.510,60	R\$ 6.076,34	R\$ 72.995,82	
Totais			20289,38	777,75	5444,25	2049,39	R\$ 142.040,14	R\$ 41.277,38	R\$ 183.317,53		
Nº de imóveis 44			461,12 média de área/lote na área de influência								
Valor aproximado do imóvel com área de 461,12m²		R\$ 80.000,00	R\$/m² 173,49								

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de outubro de 2019.

**ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,**  
Prefeito de São José do Cedro/SC.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 2211361

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 - ICSL.

Publicado no DOM/SC – Edição Nº 2950, pág. 1288, datada de 09/10/2019.

Fica anulada a publicação do extrato do contrato supracitado, contendo os dados abaixo, por devido a não assinatura por parte do cessionário (aluno-usuário):

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Maria Aparecida dos Santos, inscrita no CPF sob o nº 011.956.491-90 regularmente matriculado na Oficina de Violino.

Objeto: Violino, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16301.

Data da assinatura: 07 de outubro de 2019.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violino do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2019.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Maria Aparecida dos Santos - Usuário-Aluno.

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2019 - SRP - PR Nº 108/2019

Publicação Nº 2212646

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/11/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DO TIPO BUFFET LIVRE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS BOMBEIROS DE SERVIÇO OPERACIONAL NA GUARNIÇÃO DA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 1º de Novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 6.474, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2211410

DECRETO Nº 6.474, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Regulamenta a Lei nº 2.448, de 26 de março de 2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a custear o transporte de moradores das Linhas Belvedere, Santos Dumont, Santa Inês, Linha Giordani, Linha Prata e Linha Ouro Verde, até a Comunidade de São Roque, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O transporte dos moradores das Linhas Belvedere, Santos Dumont, Santa Inês, Linha Giordani, Linha Prata e Linha Ouro Verde, até a Comunidade de São Roque, ocorrerá em dias úteis, de segunda a sexta-feira, tendo o seguinte itinerário e horários:

I - Linha Santa Inês x Comunidade de São Roque: Saída da Linha Santa Inês às 07h20min e às 12h10min;

II - Comunidade de São Roque x Linha Santa Inês: Saída da Comunidade de São Roque às 11h30min e às 16h45min.

Parágrafo único. Os moradores das Linhas Belvedere, Santos Dumont, Linha Giordani, Linha Prata e Linha Ouro Verde deverão se deslocar até os pontos de referência, junto a estrada que liga a Linha Santa Inês à Comunidade de São Roque.

Art. 2º O transporte será disponibilizado através da contratação de empresa do ramo, por meio de processo licitatório.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.475, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2211499

DECRETO Nº 6.475, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0038	16	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.476, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2212181

DECRETO Nº 6.476, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	17	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	15	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019 - CDM.**

Publicação Nº 2212354

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019 - CDM.

Origem: art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.

Contratada: VC SPORTS E INGRESSOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.704.095/0001-95.

Objeto: SOLICITAMOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E SUPORTE DE INSCRIÇÕES ON-LINE DO EVENTO CORRIDA RÚSTICA A SER REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO DOMINGO, DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2019.

Valor: R\$ 3.000,00 (tres mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.165, de 20 de dezembro de 2018, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Comitê Desportivo Municipal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019.

Recursos Financeiros: D - 002/2019 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Comitê Desportivo Municipal - Comitê Desportivo Municipal.

Data de assinatura: 31/10/2019.

Vigência: de 31/10/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Paulo César Pedro Alves (Presidente da Autarquia) - pelo Contratante e Marcia Costa de Souza - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019 - FMS.**

Publicação Nº 2211303

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 017/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 013/2018.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: COMERCIAL AGROALBA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.977.831/0001-20.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CEO, ACADEMIA DE SAÚDE, CAPS E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, TODAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 1.800,01 (um mil, oitocentos reais e um centavo).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.165, de 20 de dezembro de 2018, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde por conta do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - (08/2019) 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública - Fundo Municipal de Saúde.

Data de Assinatura: 25/10/2019.

Vigência: de 25/10/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Luci Regina Wachaki Pereira - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019 - FMS.**

Publicação Nº 2211298

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019 - FMS.

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 038/2018, Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 001/2018.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: JAKYMIU & SILVA LTDA. ME, CNPJ nº 11.649.503/0001-09.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 073/2018, de 12/11/2018, (originário do Processo Licitatório nº 038/2018, Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 001/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL VINCULADA À SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC), até a data de 30/11/2019, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de plantões médicos para o próximo mês.

Valor: R\$ 57.960,00 (cinquenta e sete mil e novecentos e sessenta reais).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2019. Rubrica Orçamentária: D - 26/2019 - 13.01.10.301.4506.2.047.3.1.90.00.00.00.00.00 - Bloco de Atenção Básica - Fundo Municipal de Saúde.

Data de Assinatura: 29/10/2019.

Vigência: de 1º/11/2019 a 30/11/2019

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi - pelo Contratante e Rodrigo Aloacyr de Camargo Silva - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019 - FMS.**

Publicação Nº 2211307

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 038/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 032/2019 Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.359.214/0001-75. Contratada: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 77.396.810/0008-00. Objeto: rescindir amigavelmente o Contrato nº 044/2019, de 06/09/2019 (originário do Processo Licitatório nº 07/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 07/2019, do Fundo Municipal de Saúde, cujo objeto consiste na AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº 11359.214000/1190-01, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

Valor: R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - (24/2019) 13.01.10.302.4506.2.021.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.0013 - Bloco Média e Alta Complexidade - MAC - CEO - SAMU - CAPS - Fundo Municipal de Saúde; D - (28/2019) 13.01.10.301.4506.2.047.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.0013 - Bloco Atenção Básica - Fundo Municipal de Saúde

Data de Assinatura: 30/10/2019.

Vigência: 30/10/2019 a 31/12/2019.

Signatários: RAFAEL CALEFFI - Prefeito Municipal e Gestor do Fundo Municipal de Saúde - e Leandro da Silva pelo Contratante.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 326/2019, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211280

EXTRATO DO CONTRATO Nº 326/2019, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 183/2018, Tomada de Preço p/ Obras e Serv. De Engenharia 016/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.210.836/0001-09

Objeto: prorrogar o prazo de vigência e de execução do Contrato nº 180/2019, de 07 de junho de 2019 (originário do Processo Licitatório nº 183/2018, Tomada de Preço p/ Obras e Serv. De Engenharia 016/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PORTAL DE ACESSO À COMUNIDADE LAGEADO ANTUNES NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO 83,86M² CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO TURISMO - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - CONVÊNIO SICONV Nº872012/2018, em 30 (trinta) dias cada, tendo em vista a necessidade de finalização dos serviços contratados, conforme justificativa técnica anexa ao presente termo aditivo.

Vigência: de 23/12/2019 a 22/01/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 327/2019, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211281

EXTRATO DO CONTRATO Nº 327/2019, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 158/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 110/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: STREET DECOR IMPORTAÇÃO E INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.112.382/0001-24.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EVENTOS DE: DECORAÇÃO, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TRIO ELÉTRICO, FIGURANTE DE PAI NOEL, LOCAÇÃO BRINQUEDOS INFLÁVEIS, E PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO, E FORNECIMENTO BANNERS, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO EVENTO DO NATAL SHOW 2018 ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 70.265,73 (setenta mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos).

Dotações Orçamentárias: D - 18/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; D - 178/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.4.43.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 24/10/2019.

Vigência: de 24/10/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler - pela Contratante e Paulo Krueel Guerra Simões - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 328/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211283

EXTRATO DO CONTRATO Nº 328/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 324/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 141/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 101/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38

Objeto: prorrogar a vigência e renovar as apólices do Contrato nº 324/2018, de 1º/10/2018, (originário do Processo Licitatório nº 141/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 101/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC), até a data de 31/12/2020, em razão da necessidade de continuidade da cobertura de seguros para os veículos municipais no prazo de 1 (um) ano;

Valor aditado: R\$ 13.790,00 (treze mil setecentos e noventa reais).

Dotações Orçamentárias: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda; D - 109/2019 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Agricultura; D - 2/2019 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço; D - 117/2019 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social; D - 92/2019 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; D - 8/2019 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; D - 51/2019 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Educação; D - 2/2019 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Comitê Desportivo Municipal.

Data de Assinatura: 25/10/2019.

Vigência: de 25/10/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler - pela Contratante e Alexandre Ponciano Serra - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211285

EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

Origem: art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: NICIA ELIANI JAHNKE ZATTA 03474122975, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.555.591/0001-85

Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDA "ELLEVAN", PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2019, DURANTE O VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL EM SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais).

Dotações Orçamentárias: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda.

Forma de pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, via depósito bancário em conta corrente em nome da contratada 2 dias úteis após a entrega dos serviços e apresentação da nota fiscal com todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019

Data de Assinatura: 25/10/2019.

Vigência: de 25/10/2019 a 30/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Nicia Eliani Jahnke Zatta - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211286

EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 146/2019, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 006/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CARLOS PREZZI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.038.803/0001-57

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

Valor: R\$ 4.054,14 (quatro mil, cinquenta e quatro reais e quatorze centavos).

Dotações Orçamentárias: D - 68/2019 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção do Transporte Escolar – Secretaria Municipal de Educação.

Forma de pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.165, de 20 de dezembro de 2018, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 25/10/2019.

Vigência: de 25/10/2019 a 21/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Nicia Eliani Jahnke Zatta - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211287

EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 184/2018, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 017/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.210.836/0001-09

Objeto: aditar o valor global em 24,83% (vinte e quatro vírgula oitenta e três por cento), do Contrato nº 038/2019, de 1º de fevereiro de 2019 (originário do Processo Licitatório nº 184/2018, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 017/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA LIBERDADE NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO 13765,04,86M² CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO TURISMO - APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - CONVÊNIO SICONV Nº872024/2018), em razão da necessidade de inclusão de novos itens na planilha orçamentária, conforme justificativa técnica anexa ao presente termo aditivo.

Valor aditado: R\$ 68.911,38 (sessenta e oito mil, novecentos e onze reais e trinta e oito centavos).

Dotações Orçamentárias: D - 083/2019 - 09.01.15.451.4511.1.094.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Revitalização, Reconstrução e Reformas de Praças Públicas - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; D - 159/2019 - 09.01.15.451.4511.1.094.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 - Revitalização, Reconstrução e Reformas de Praças Públicas – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 29/10/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211288

EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 227/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 046/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.301.767/0001-56

Objeto: suprimir o valor global em 3,77% (três vírgula setenta e sete por cento) do Contrato nº 227/2019, (originário do Processo Licitatório nº 046/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO ACESSO DA ESCOLA DE UM PAVIMENTO COM 12 SALAS DE AULA E QUADRA COBERTA NO BAIRRO SANTA CATARINA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, QUE CONTEMPLAM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS (ILUMINAÇÃO EXTERNA) E PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL), em razão da necessidade de repactuação do valor unitário do paver, conforme justificativa técnica anexa (anexo I), ao presente termo aditivo.

Valor Suprimido: R\$ 15.951,60 (quinze mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

Data de Assinatura: 29/10/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Paulo César Trichez - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 334/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211289

EXTRATO DO CONTRATO Nº 334/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 139/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 102/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CLAUDEMIR RIBEIRO DOS SANTOS 08561784970, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.107.898/0001-05.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

Dotações Orçamentárias: D - 183/2019 - 06.01.06.181.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00- Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.

Pagamentos: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.165, de 20 de dezembro de 2018, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 29/10/2019.

Vigência: de 29/10/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudemir Ribeiro dos Santos - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211290

EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Origem: Processo nº 114/2019, Modalidade Inexigibilidade nº 013/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

Objeto: CESSÃO DE USO DE SOFTWARE PARA ACESSO À LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO, INCLUINDO INTEGRAÇÃO DAS LEIS ESTADUAIS NO RESULTADO DA BUSCA E LINK DE CONSULTA DIRETO A ELAS QUANDO MENCIONADAS NO TEOR DAS NORMAS MUNICIPAIS, BEM COMO DISPONIBILIZAÇÃO DAS NORMAS COM AS ALTERAÇÕES DENTRO DO TEXTO (CONSOLIDAÇÃO E COMPILAÇÃO) PERMITINDO CONSULTA AO CONTEÚDO EM VERSÕES ESPECÍFICAS (VERSIONAMENTO DAS ALTERAÇÕES), E ACESSO AO MAIOR BANCO DE DADOS DE LEGISLAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, COMPREENDENDO REALIZAR PESQUISAS EM MAIS DE 4 (QUATRO) MILHÕES DE NORMAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS.

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Dotações Orçamentárias: D - 5/2019 - 03.01.02.062.4513.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município - Procuradoria Geral do Município.

Pagamentos: O valor pactuado de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), descontando os encargos tributários e previdenciários de acordo com a legislação vigente, será pago mediante transferência bancária em conta de titularidade da Contratada, após a conclusão das etapas de entrega do objeto com a devida emissão da nota fiscal cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 29/10/2019.

Vigência: de 29/10/2019 a 29/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Carlito Mello De Liz - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211292

EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 050/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0001-57.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRESENCIAL NÃO ARMADA, PARA ATENDER OS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 18.184,55 (dezoito mil, cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Dotações Orçamentárias: D - 51/2019 - 08.01.12..361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Educação - Secretaria Municipal de Educação; D - 52/2019 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação. D - 058/2019 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0108 - Manutenção da Educação Infantil Pré-Escolar - Secretaria Municipal de Educação.

Pagamentos: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.165, de 20 de dezembro de 2018, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 30/10/2019.

Vigência: de 30/10/2019 a 29/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ronaldo Benkendorf - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211652

EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Origem: inciso I, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CJF ENGENHARIA ELETRICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.495.956/0001-86.

Objeto: SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DE SUBSTITUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA ILUMINARIAS COM TECNOLOGIA LED (LIGHT-EMMITTING DIODE) NO PERÍMETRO URBANO E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais).

Dotações Orçamentárias: D - 97/2019 - 09.01.25.752.4511.2.057.4.4.90.00.00.00.00.00 - Secretaria de desenvolvimento urbano.

Pagamentos: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.165, de 20 de dezembro de 2018, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 31/10/2019.

Vigência: de 31/10/2019 a 28/02/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudio Juarez Ferronato - pela Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212457

EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 133/2019 na Modalidade de Concorrência p Compras e Serviços nº 006/2019.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: MARCIO RODRIGO GEREMIA 01912365944, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.035.616/0001-09.

Objeto: CESSÃO DE USO PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, DE ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE COMIDA E DE BEBIDAS POR VEÍCULOS DENOMINADOS "FOOD TRUCKS", EM ÁREA PÚBLICA SITUADA NA PRAÇA DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, DENOMINADA DE "ZONA FOOD TRUCK I" CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 5.855/2018 E LEI MUNICIPAL Nº 2.352/2017.

Valor: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais.

Pagamentos: Os pagamentos do valor relativo à permissão de uso, no importe de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, deverão ser realizados de forma antecipada mediante pagamento de Guia DAM – Documento e Arrecadação Municipal, a ser emitida na Diretoria de Fazenda do Município de São Lourenço do Oeste – SC, mediante apresentação deste Contrato. O Contrato será utilizado somente para a emissão das parcelas referente aos 12 (doze) primeiros meses subsequentes à apresentação da proposta, para a emissão das demais guias deverão ser apresentados os respectivos aditivos contratuais com o devido reajuste, sempre com periodicidade de 12 (doze) meses, sob pena das sanções previstas nas Cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira deste Contrato, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

Data de Assinatura: 31/10/2019.

Vigência: de 1º/11/2019 a 07/10/2024.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Permitente e Marcio Rodrigo Geremia - pela Permissionária.

**LEI Nº 2.506, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2208622

LEI Nº 2.506, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Altera a Lei nº 2.158 de 16 de abril de 2014, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 2º e 3º da Lei nº 2.158, de 16 de abril de 2014, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º Fica estabelecido o auxílio financeiro destinado ao custeio de despesas com moradia, no valor de R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais) mensais.

.....". (NR)

"Art. 3º Fica estabelecido o auxílio financeiro mensal para custeio de despesas com alimentação no valor de R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais).

.....". (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de outubro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 029, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2211358

PORTARIA Nº 029, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe acerca do horário de atendimento ao público e de expediente do Instituto Cultural de São Lourenço, para o final do ano de 2019 e início de 2020.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XX, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a programação de atividades para o final de ano da autarquia, bem como o fato de que as oficinas culturais estarão suspensas até meados do mês de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO que a determinação de recesso e realização de ajuste no horário de funcionamento do órgão, ainda que temporariamente,

acarretará em grande economia aos cofres públicos municipais, diminuindo as despesas de custeio;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de pequenos reparos e manutenção das dependências do Centro de Eventos, sede do Instituto Cultural de São Lourenço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar, no período de 23 de dezembro de 2019 a 16 de janeiro de 2020, a suspensão das atividades do Instituto Cultural de São Lourenço, durante esse período o Centro de Eventos estará fechado.

Art. 2º Fixar, nos períodos de 02 de dezembro de 2019 a 20 de dezembro de 2019 e de 17 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020, o horário de atendimento ao público e expediente interno e externo do Instituto Cultural de São Lourenço, em Regime Especial de Trabalho, caracterizado por jornada única de seis horas ininterruptas, a ser cumprida no horário das 07 às 13 horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2019.

RENNÂ HIGOR FEDRIGO

Presidente da Autarquia

**PORTARIA Nº 1.262, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212443

PORTARIA Nº 1.262, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 104 e 105, §1º, §2º e §3º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal MICHELE LUZZATTO, ocupante do cargo Diretor de Escola, matrícula nº 1836/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 28 de outubro a 03 de novembro de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 28 de outubro de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de Outubro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.263, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212449

PORTARIA Nº 1.263, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ALVINA DA CONCEIÇÃO DE CAMARGO, ocupante do cargo de Técnico Em Enfermagem, matrícula nº 3000/57, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 23 a 26 de novembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, e no período de 27 de novembro a 11 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 9.195 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Publicação Nº 2212455

DECRETO Nº 9.195/2019

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Art. 3º, inciso VIII, alínea "b" da Lei Federal 12.651/2012, Art. 124 - B, II e IV da Lei Federal 14.675/09 e,

CONSIDERANDO a necessidade de se executar uma Estação de Tratamento de Esgoto no bairro São Sebastião, na localidade conhecida como Vila Maria;

CONSIDERANDO que é de interesse público e indispensável aos moradores da localidade a feitura de uma Estação de Tratamento de Esgoto;

CONSIDERANDO o termo de doação firmado por parte do proprietário do imóvel matriculado sob o nº 35.711 junto ao CRISMO.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente, recebimento em doação e implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto, o seguinte imóvel:

I - Parte do Lote Rural nº 61, com áreas de 69,78m² e 75,60m², destinadas a "área de servidão de passagem" e "área de cessão de uso", respectivamente, perfazendo a totalidade de 145,38m², sito no 2º perímetro, Seção Arroio Veado, Município de São Miguel do Oeste, confrontando: ao norte, por 2,88 metros, ao nordeste, por 17,25 metros, ao noroeste, por 9,50 metros, novamente ao nordeste, por 5,60 metros e ao sudeste, por 13,50 metros, com parte deste mesmo lote rural nº 61; ao sudoeste, por 19,63 metros, com parte dos lotes urbanos nºs 13 e 14 e, ao oeste, por 5,28 metros, com a rua projetada sem denominação.

Art. 2º Ficam os órgãos competentes da Administração Pública Municipal autorizados a tomar as medidas administrativas necessárias para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Passa a fazer parte do presente Decreto de Declaração de Utilidade Pública o mapa anexo.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 9.167, de 27 de agosto de 2019.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC.

Em, 29 de outubro de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

**PROC 240/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 2211455

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de vigilância para guarda da decoração natalina que fica na área coberta da praça e dentro da Praça Walnir Botaro Daniel para o período de novembro de 2019 a 07 de janeiro de 2020, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 19 de novembro de 2019.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199 fones (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 31 de outubro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

**PROC 241/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 2212215

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/2019  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2019

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, Tipo Preço e Técnica.

OBJETO: Seleção e Projetos industriais e de serviços a serem incentivados no Condomínio Industrial, situado na Localidade denominada Linha Tupancy, Município de São Miguel do Oeste, nos termos da Lei nº 7.660/2019, de 10 de setembro de 2019, mediante alienação com encargos da área abaixo descritas e de acordo com o Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 20 de dezembro de 2019.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 31 de outubro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 155/2019**

Publicação Nº 2211538

PORTARIA 155/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica EXONERADA, a pedido, a Senhora LILIAN MARIA RITTER EIDT, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Tunápolis - SC, até então nomeada para o cargo de Contadora, a partir do dia 04 de novembro de 2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, publique-se e comunique-se o interessado.

Gabinete do Presidente da Câmara de SMOeste, SC,

Em 30 de outubro de 2019.

Vereador Everaldo Di Berti

Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó

Secretário Executivo

**DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 26/2019 - CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL**

Publicação Nº 2211546

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE**CNPJ: 78.484.573/0001-25  
RUA PEDRO JULIAN, 858  
C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 26/2019 - PR**Processo Administrativo: 26/2019  
Processo de Licitação: 26/2019  
Data do Processo: 16/10/2019

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL EM CONTABILIDADE PÚBLICA, DESTINADAS A ORIENTAÇÕES DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), PARA SUPRIR NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 8 / 2019**

**Motivo:** NÃO HOUVE INTERESSADOS NO CERTAME. LICITAÇÃO DESERTA

São Miguel do Oeste, 31 de Outubro de 2019

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO N.º 068/2019

Publicação Nº 2211751

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 068/2019

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora CLARICE MARTENDAL FUCK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 045.171.289-70, residente a Rua Geral Rio Matias, s/nº, Rio Matias – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/11/2019, findando no dia 13/12/2019, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

CLARICE MARTENDAL FUCK  
CONTRATADA  
Testemunhas:

### DECRETO Nº 184/2019

Publicação Nº 2212248

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº 184/2019

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1204/2018.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 4.170,00 (Quatro mil cento e setenta reais ) por conta do Excesso de Arrecadação do ESF na dotação abaixo identificada:

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.009.2.055 – Funcionamento e Manutenção do  
ESF R\$ 4.170,00

3.1.90.00.00.00.00.02.064.081 – Aplicações Diretas R\$ 4.170,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 30 de outubro de 2019.

ERNEI JOSÉ SATHÉLIN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 186/2019**

Publicação Nº 2212370

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº 186/2019**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1204/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 8.160,00 ( Oito mil cento e sessenta reais ) por conta do Superávit Financeiro de recursos do PMAQ na dotação abaixo identificada:

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.0009.2.052– Aquisição de Mobiliários R\$ 8.160,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0209.068– Aplicações Diretas R\$ 8.160,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de outubro de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº185/2019**

Publicação Nº 2212250

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº185/2019**

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.204/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 15.457,73 (Quinze mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos ) por conta do Excesso de Arrecadação recursos - Royalties na dotação abaixo identificada:

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.0009.2.058 – Func. e Manutenção da

Farmácia Básica R\$ 15.457,73

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0793.0041 – Aplicações Diretas R\$ 15.457,73

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de outubro de 2019.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N.º 308/2019**

Publicação Nº 2211752

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 308/2019

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor SAMIR JOSÉ VEBER, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Coordenadoria da Agricultura.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor SAMIR JOSÉ VEBER, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 27/10/2019, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de outubro de 2019.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

## **PORTARIA N.º 309/2019**

Publicação Nº 2211753

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 309/2019

Admite em Caráter Temporário CLARICE MARTENDAL FUCK para o cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, CLARICE MARTENDAL FUCK para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 068/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de novembro de 2019.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.906/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2212650

DECRETO Nº 4.906/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 31.420,00 (trinta e um mil quatrocentos e vinte reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

##### 05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 12.000,00

05.04.12.365.0003.2.025 - Manutenção Centro de Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 3.000,00

05.04.12.365.0003.2.026 - Manutenção Jardins

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 100,00

#### 06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

##### 06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 9.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 7.320,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

##### 05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 12.000,00

05.04.12.365.0003.2.025 - Manutenção Centro de Educação Infantil - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.000,00

05.04.12.365.0003.2.026 - Manutenção Jardins

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 100,00

#### 06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

##### 06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Material de Consumo R\$ 7.320,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de Outubro de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EDITAL Nº. 001/2019/SEMEC/PMS**

Publicação Nº 2211354

EDITAL Nº. 001/2019/SEMEC/PMS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Plano de Matrículas para o ano letivo de 2020, para as Unidades de Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

**1. DA APRESENTAÇÃO**

1.1. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como parte integrante das atividades programadas, estabelece por meio do presente edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2020.

1.2. Com o processo de matrícula para o ano de 2020, espera-se garantir a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, oportunizando o acesso à escola para as crianças do município, na faixa etária a partir dos 4 (quatro) anos, considerando a data corte de 31 de março, conforme prevê a Lei 9.394/96 – LDB (Lei Diretrizes e Bases); Resolução n.05/2009; Resolução n.01/2010 do CNE/CEB; Lei 12.796/13, Lei nº. 11.274/06, Parecer nº 239/05CEE/SC; Nota Técnica do Conselho Nacional de Educação - CNE de 05/06/2012 e Decreto Municipal nº 2.603/2013; Lei n. 11.700/2005.

1.3. Inscrições para crianças dos Centros de Educação Infantil, a partir dos 4 (quatro) meses até 3 (três) anos, 11(onze) meses, 29 dias respeitando a data corte de 31 de março de 2020.

1.4. Matrículas para crianças da Pré-Escola em período de 4 (quatro) horas diárias:

PRÉ I - a partir dos 4 anos completos ou a completar até 31 de março de 2020.

PRÉ II – a partir dos 5 (cinco) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020.

1.5. Matrículas para crianças no Ensino Fundamental com 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano de 2020, obedecendo aos critérios estabelecidos neste edital.

**2. DOS OBJETIVOS**

O Plano de Matrículas tem por objetivo:

**2.1. GERAL**

2.1.1. Assegurar matrícula na Educação Infantil Pré-escolar e no Ensino Fundamental a toda criança em idade escolar que resida no Município de Schroeder.

2.1.2. Da escolha de turno: A escola oferece a vaga, mas não garante o turno. Após o período de rematricula das unidades escolares, as vagas para os alunos novos serão disponibilizadas aos pais no site: [http://www.sge8343.com.br/hmatricula2020\\_8343.aspx](http://www.sge8343.com.br/hmatricula2020_8343.aspx)

Caso a matrícula no turno desejado não seja possível por falta de vaga, o responsável deverá procurar a escola e deixar o nome do aluno na lista de espera, providenciada pela própria Unidade Escolar.

**2.2. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

2.2.1. Efetuar a renovação da matrícula dos alunos que já estão matriculados na Rede Municipal de Ensino e que resida no Município de Schroeder, independente da:

a) Condição física, mental e sensorial;

b) Série/ano;

c) Segmento de Ensino - Educação Infantil ou Ensino Fundamental.

2.2.2. Matricular todas as crianças que ao ingressarem na Rede Municipal de Ensino no ano de 2020, que completarem 6 (seis) anos de idade até 31 de março de 2020 no Ensino Fundamental.

**3. DA CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA****3.1. ENSINO FUNDAMENTAL**

3.1.1. A matrícula será para os alunos do Ensino Fundamental, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, garantindo a inclusão de todos.

3.1.2. 1º Ano – crianças com 6 (seis) anos completos até o dia 31 de março de 2020;

3.1.3. Matrículas para crianças evadidas de qualquer série e de qualquer escola, (com documentação comprovada da série para continuidade) e/ou transferidos de qualquer série até o 9º ano do Ensino Fundamental.

**3.2. EDUCAÇÃO INFANTIL- PRÉ- ESCOLA**

3.2.1. Será assegurada a educação básica obrigatória e gratuita à toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade completos até dia 31 de março de 2020, respeitando a data corte garantindo a vaga na escola pública.

3.2.2. O ingresso de crianças nas classes de Educação Infantil - Pré-Escola constituir-se-á de:

PRÉ I - Crianças com 4 (quatro) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020;

PRÉ II- Crianças com 5 (cinco) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020.

**3.3. EDUCAÇÃO INFANTIL - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL**

3.3.1. Será ofertada a vaga gratuita para as crianças a partir dos 4 (quatro) meses até 3 (três) anos, 11(onze) meses, 29 dias respeitando a data corte de 31 de março de 2020.

3.3.2. A matrícula da Criança inscrita na lista de espera no Centro de Educação Infantil Municipal, somente será efetivada mediante vagas

disponíveis, sendo que a Direção Escolar entrará em contato com os pais ou responsáveis pela criança para efetuar a matrícula.

3.3.3. A criança no Centro de Educação Infantil Municipal será enturmada nas turmas abaixo citadas:

- a) berçário I – 4 (quatro) meses a 11 (onze) meses de idade;
- b) berçário I (intermediário) – 1 (um) ano a 1 (um) ano e 6 meses de idade;
- c) berçário II – 1(um) ano e 7(sete) meses a 1 (um) ano e 11 (onze) meses de idade;
- d) maternal I – 2 (dois) anos a 2 (dois) anos e 11 (onze) meses de idade;
- e) maternal II – 3 (três) anos a 4 (quatro) anos de idade a completar a partir do dia 1º de abril a 31 de dezembro de 2020.

#### 4. CRONOGRAMA DE REMATRÍCULA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL

##### 4.1. DA REMATRÍCULA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL

4.1.1. Período: As matrículas dos alunos da Rede Municipal de Ensino serão realizadas via sistema online nos dias 04 a 11 de novembro de 2019.

4.1.2. Da Formalização da matrícula: A matrícula para os alunos que frequentam as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Schroeder é garantida por lei. A mesma deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis através do sistema via online, site: [http://www.sge8343.com.br/hrematricula2020\\_8343.aspx](http://www.sge8343.com.br/hrematricula2020_8343.aspx)

4.1.3. Da matrícula online:

- a. Preencher todos os campos solicitados no site: [http://www.sge8343.com.br/hrematricula2020\\_8343.aspx](http://www.sge8343.com.br/hrematricula2020_8343.aspx) e confirmar ao final;
- b. Realizar a impressão do comprovante de inscrição;
- c. O comprovante de inscrição deverá ser entregue na Secretaria da escola assinado e com os documentos solicitados conforme item 8, respeitando o período de matrícula de 04 a 11 de novembro de 2019;
- d. O site [http://www.sge8343.com.br/hrematricula2020\\_8343.aspx](http://www.sge8343.com.br/hrematricula2020_8343.aspx) estará disponível a partir das 00h00 de 04 de novembro de 2019 às 23h59min do dia 11 de novembro de 2019 (conforme horário de Brasília);
- e. Os atendentes da Biblioteca Pública Municipal estarão à disposição para auxiliar os pais ou responsáveis no preenchimento da matrícula online no horário das 8h às 12h e das 13h às 16h30min.

4.1.4. Da Mudança de Turno: 12 a 14 de novembro

- a. Os pais que necessitarem alteração de turno, deverão se dirigir pessoalmente a secretaria da escola para solicitarem a mudança de turno.
- b. A mudança de turno só será possível se houver disponibilidade de vaga e com a matrícula confirmada.
- c. Caso a mudança de turno não for possível por falta de vaga, os pais ou responsáveis deverão deixar o nome do aluno na lista de espera, providenciada pela própria unidade escolar.

##### 5. DA EFETIVAÇÃO DAS MATRÍCULAS NOVAS PARA OS ALUNOS QUE JÁ FREQUENTAM AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

5.1. As Matrículas novas para os alunos que já estão matriculados na Rede Municipal de Ensino e que ingressarão na modalidade Pré-escola e nas turmas de 1º Ano e 6º Ano do Ensino Fundamental serão realizadas via online nos dias 18 a 22 de novembro de 2019.

##### 5.2. DIREITO A EFETIVAÇÃO DE MATRÍCULAS NOVAS

- 5.2.1. Os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil nas turmas de Maternal II, que ingressarão nas turmas de Pré I da Educação Infantil;
- 5.2.2. Os alunos matriculados nas turmas do Pré II, que ingressarão nas turmas do 1º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais.
- 5.2.3 – Os alunos matriculados nas turmas do 5º Ano, que ingressarão nas turmas do 6º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais.

5.3. Da matrícula online:

- a. Preencher todos os campos solicitados no site [http://www.sge8343.com.br/hmatricula2020\\_8343.aspx](http://www.sge8343.com.br/hmatricula2020_8343.aspx) e confirmar ao final;
- b. Realizar a impressão do comprovante de inscrição;
- c. O comprovante de inscrição deverá ser entregue na Secretaria da escola assinado e com os documentos solicitados conforme item 9, respeitando o período de 18 a 22 de novembro de 2019;
- d. O site estará disponível a partir das 07h30min do dia 04 de novembro de 2019 às 23h59min do dia 11 de novembro de 2019 (conforme horário de Brasília);
- e. Os atendentes da Biblioteca Pública Municipal estarão à disposição para auxiliar os pais ou responsáveis no preenchimento da matrícula online no horário das 8h às 12h e das 13h às 16h30min

##### 6. DA EFETIVAÇÃO DAS MATRÍCULAS NOVAS

##### 6.1. DA EFETIVAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ –ESCOLA

6.1.1. Período: As Matrículas novas para os alunos que ingressarão nas escolas do Ensino Fundamental e Educação Infantil – Pré-escolas no ano letivo de 2020 na Rede Municipal de Ensino serão realizadas via online nos dias 25 a 27 de novembro de 2019.

6.1.2. Da matrícula online:

- a. Preencher todos os campos solicitados no site: [http://www.sge8343.com.br/hmatricula2020\\_8343.aspx](http://www.sge8343.com.br/hmatricula2020_8343.aspx) e confirmar ao final;
- b. Realizar a impressão do comprovante de inscrição;
- c. O comprovante de inscrição deverá ser entregue na Secretaria da escola assinado e com os documentos solicitados conforme item 9, respeitando o período de 25 a 27 de novembro de 2019;

d. O site estará disponível a partir das 07h30min do dia 25 de novembro de 2019 às 23h59min do dia 27 de novembro de 2019 (conforme horário de Brasília).

e. Os atendentes da Biblioteca Pública Municipal estarão à disposição para auxiliar os pais ou responsáveis no preenchimento da matrícula online no horário das 8h às 12h e das 13h às 16h30min.

6.1.3. A matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental, para os alunos que não frequentaram a Educação Infantil deverá ser efetivada pelos pais ou responsáveis obedecendo aos critérios estabelecidos neste edital.

a. As crianças que ingressarem no Ensino Fundamental e na Pré-escola em 2020 na Rede Municipal de Ensino deverão ter a idade prevista neste edital e residir no Município de Schroeder.

b. O aluno evadido, que não possuir documentos comprobatórios de seu grau de escolarização, será submetido a teste de verificação de aprendizagem e será matriculado no Ensino Fundamental, de acordo como seu desempenho na verificação (Lei nº 9.394/96, art. 24, inciso II, alínea C).

c. Em caso de não existência de vaga na Unidade Escolar desejada, os pais ou responsáveis deverão efetuar a matrícula online em outro estabelecimento de ensino, ou ainda, solicitar que o nome da criança e contato do responsável seja incluído em lista de espera, no caso de surgir eventual vaga no decorrer do ano letivo;

d. Será compromisso da família, comunicar à escola qualquer alteração dos dados existentes na matrícula.

## 6.2. DA EFETIVAÇÃO DE INSCRIÇÕES E MATRÍCULAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAIS

6.2.1. As inscrições para 2020 deverão ser realizadas na Secretaria de Educação e Cultura, situada na Rua Marechal Castelo Branco/ nº 3201- Centro pelos pais e ou responsáveis.

6.2.2. Durante todo o ano letivo os pais/responsáveis poderão realizar as inscrições de crianças na Secretaria de Educação e Cultura, através do sistema eletrônico InteliBR, onde as crianças ficam cadastradas em fila única conforme faixa etária da criança.

6.2.3. Os pais ou responsáveis podem realizar a inscrição da criança em até 2 (dois) Centros de Educação Infantil de interesse.

6.2.4. Só poderão ser inscritas crianças nos Centros de Educação Infantil que já foram registradas nos órgãos oficiais e que resida no Município de Schroeder.

6.2.5. A lista de espera para as crianças nos Centros de Educação infantil Municipal para o ano de 2020 obedecerão aos seguintes critérios de Classificação por ordem de prioridade:

I. Crianças Vulneráveis Socialmente,

II. Crianças com deficiência,

III. Crianças que as famílias recebem Bolsa Família (lista de referência do mês de novembro de 2019),

IV – Crianças que todos os seus responsáveis exercem função laborativa de 8 (oito) horas diárias ou mais.

6.2.6. Os critérios elencados priorizam o acesso à vaga parcial, sendo que o critério IV determinará o preenchimento das vagas integrais.

6.2.7. Serão consideradas, como composição da jornada de trabalho dos responsáveis legais, o período de estudo frequentado presencialmente em instituições de ensino oficiais (Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, conforme a Lei nº 9.394 / 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e/ou Ensino Superior), que coincida com os turnos de oferta das vagas, devendo apresentar semestralmente na unidade que seu filho (a) está matriculado (a) o atestado de frequência do curso frequentado. A vaga só será ofertada mediante disponibilidade da Unidade de Ensino.

6.2.8. Para fins deste Edital são consideradas Vulneráveis Socialmente:

I. Crianças egressas de serviço de acolhimento familiar ou institucional até 6 (seis) meses.

II. Crianças em processo de adoção, que ainda possuem guarda provisória.

6.2.9. A pré-classificação depende do preenchimento correto no Sistema Eletrônico de Cadastro de Inscrição, informações preenchidas erroneamente poderão influenciar na classificação final.

6.2.10. Havendo a recusa da vaga pelo responsável legal do cadastro, o não comparecimento à unidade após a convocação, em até 2 (dois) dias úteis, ou a não atualização dos telefones de contato que impeça a efetivação da convocação, o cadastro será reclassificado como não apto à matrícula.

6.2.11. Considerando os artigos 186 e 187 do Código Civil Brasileiro, será considerado abandono da vaga, quando, sem justificativa, a criança não comparecer à unidade pelo período de 5 (cinco) dias consecutivos ou 10 (dez) dias alternados no período de um mês, sem justificativa do responsável legal da criança.

6.2.12. As crianças já inscritas permanecem na lista de espera, não havendo necessidade de nova inscrição.

6.2.13. A matrícula da criança inscrita somente será efetivada mediante vagas disponíveis, sendo que a direção do Centro de Educação Infantil entrará em contato com os pais/responsáveis pela criança para efetuar a matrícula.

6.2.14. A matrícula no Centro de Educação Infantil Municipal se dá em qualquer época do ano letivo, situando a criança no grupo, de acordo com a sua faixa etária.

6.2.15. Após o contato com os pais ou responsáveis para a efetivação da matrícula, a mesma deverá ser efetuada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, mediante apresentação dos documentos solicitados no item 10 desse Edital, o qual será realizado pelo Centro de Educação Infantil Municipal.

## 7. DA ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES

As classes ficarão assim constituídas:

Turmas	Quantidade Mínima para abertura de turma	Quantidade de alunos por turma
1º Ano	15 alunos	25 alunos
2º Ano	15 alunos	25 alunos
3º Ano	15 alunos	25 alunos
4º Ano	15 alunos	30 alunos
5º Ano	15 alunos	30 alunos
6º Ano	15 alunos	32 alunos

7º Ano	15 alunos	32 alunos
8º Ano	15 alunos	32 alunos
9º Ano	15 alunos	32 alunos
Turmas Multisseriadas	-	15 alunos

## 7.1. ENSINO FUNDAMENTAL

7.1.1. Em casos de transferências de alunos oriundos de outros Municípios ou de encaminhamentos específicos, no caso da turma ter atingido o máximo de alunos por turma, poderão ser efetivadas até 2 (duas) matrículas excedentes no Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), poderão ser efetivadas até 3 (três) matrículas excedentes no Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano) e 2 (duas) matrículas excedentes nas turmas Multisseriadas.

7.1.2. Será criada uma nova classe quando o número de alunos matriculados excederem a quantidade máxima de alunos, observando-se os critérios acima estabelecidos, a existência de espaço físico e avaliação da equipe técnica pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desde que exista a efetiva permanência do aluno na classe sem oscilação do número de alunos por turma pelo período de no mínimo quarenta e cinco dias.

## 7.2. EDUCAÇÃO INFANTIL

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	PRÉ-ESCOLA Quantidade mínima para abertura de turma	PRÉ-ESCOLA Quantidade de alunos por turma
Berçário I –18 alunos	PRÉ I- 15 alunos	PRÉ I- 20 alunos
Berçário I (Intermediário) 18 alunos	PRÉ II – 15 alunos	PRÉ II – 20 alunos
Berçário II - 18 alunos		Turmas Multisseriada – 15 alunos
Maternal I - 20 alunos	Turmas Mistas - 15 alunos	Turmas Mistas - 18 alunos
Maternal II – 20 alunos		
Turmas Mistas - mínimo 15 e máximo 18 alunos		

7.2.1. Caso o número de matrículas não alcance o mínimo ou exceda o número de alunos por turma, a Secretaria de Educação analisará toda a estrutura funcional e infraestrutura da Rede Municipal de Ensino, de forma a estabelecer a relação adequada entre o número de alunos por turma e por docente respeitando a área 1,50m² por criança na Educação Infantil.

7.2.2. Em casos de transferências de alunos oriundos de outros Municípios, de encaminhamentos específicos e quando a turma atingir o número máximo de alunos poderá ser efetivadas até 2 (duas) matrículas excedentes nas turmas de maternal I, Maternal II, Pré-Escola e turmas Multisseriadas.

7.2.3. Viabilizar turma mista em caso de extrema necessidade.

## 7.3. EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.3.1. Considerando ainda a Lei Complementar nº 170/98, em seu Art.63 e a Resolução nº 112 CEE/SC sobre a Educação Especial, o Poder Público deverá disponibilizar na Rede Regular de Ensino, quando necessário, um profissional de apoio em turma (Auxiliar de Sala), que atuará com o Professor Regente nas turmas onde exista matrícula de educando, de que trata a Lei e a Resolução acima citada, visando à integração dos educandos nas classes comuns de ensino. Cada caso será discutido e analisado pela equipe técnica da Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação, juntamente com demais órgãos vinculados à Educação Especial e em respeito à Lei nº 13146 de 6 de julho de 2015.

7.3.2. Para as turmas onde estão matriculados educandos com deficiências, em acordo com a Lei nº 13146/15 e que necessitem de um profissional de apoio.

(Auxiliar de Sala), considerar-se-á o número de 1 (uma) matrícula como índice redutor do número total máximo de matrículas na turma.

## 8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DE MATRÍCULAS

- Comprovante de matrícula impresso do site online: [http://www.sge8343.com.br/hrematricula2020\\_8343.aspx](http://www.sge8343.com.br/hrematricula2020_8343.aspx).
- Declaração de vacina em dia da criança (documento fornecido no Postos de Saúde que realizam vacinas);
- Declaração atualizada de trabalho dos pais, fornecido pelo empregador, ou declaração acompanhada de alvará, comprovando a atividade como autônomo;
- Comprovante de residência no Município de Schroeder (fatura de energia elétrica, água ou telefone do mês de setembro ou outubro de 2019) nominal ao responsável pelo educando;
- Em caso de locação, apresentar declaração de residência no Município de Schroeder reconhecida em cartório com cópia do contrato de locação, ou comparecer com o locador na Unidade Escolar, onde o locador assinará uma declaração de residência no município de Schroeder com cópia do comprovante de residência no nome do proprietário do imóvel locado;
- Na falta dos documentos acima exigidos não será efetivada a matrícula.

## 9. DA DOCUMENTAÇÃO PARA MATRÍCULAS NOVAS PARA AS TURMAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ – ESCOLA

- Fotocópia da certidão de nascimento da criança ou Carteira de Identidade / CPF;
- Declaração atualizada de trabalho dos pais, fornecido pelo empregador, ou declaração acompanhada de alvará, comprovando a atividade

como autônomo;

c) Declaração de vacina em dia da criança (documento fornecido no Postos de Saúde que realizam vacinas);

d) Documento de guarda de menor, expedido pelo órgão competente, quando houver;

e) Fotocópia e original do documento de identificação do pai e da mãe ou responsável;

f) Comprovante de residência no Município de Schroeder (fatura de energia elétrica, água ou telefone do mês de outubro ou novembro de 2019) nominal ao responsável pelo educando;

g) Em caso de locação, apresentar declaração de residência no Município de Schroeder reconhecida em cartório com cópia do contrato de locação, ou comparecer com o locador na Unidade Escolar, onde o locador assinará uma declaração de residência no município de Schroeder com cópia do comprovante de residência no nome do proprietário do imóvel locado.

h) Atestado de frequência e/ou histórico escolar;

i) Laudos ou diagnósticos médicos ou de outros profissionais da saúde para comprovação de deficiências, quando houver;

j) Apresentação do Número de Identificação Social (NIS). É um número de cadastro atribuído pela Caixa Econômica Federal às pessoas que serão beneficiadas por algum projeto social e ainda não possuem cadastro no PIS. (Exemplo: Bolsa Família);

k) Cabe à Escola manter atualizado o registro da vida escolar do aluno, porém se, no ato da matrícula, o aluno não apresentar a documentação exigida, terá o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo;

l) A escola cabe a responsabilidade de buscar todas as informações possíveis a cerca do processo escolar do aluno, evitando erro na etapa/série no ato da matrícula;

m) Se o aluno não possuir documentação, a unidade escolar o encaminhará aos órgãos competentes, objetivando auxiliar aos pais ou responsáveis na regularização de sua documentação.

## 10. DA DOCUMENTAÇÃO PARA MATRÍCULAS NOVAS PARA AS TURMAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL

a) Documento original e fotocópia da certidão de nascimento da criança (incluir original e fotocópia da Carteira de Identidade e CPF quando houver);

b) Declaração de vacina em dia da criança (documento fornecido no Postos de Saúde que realizam vacinas);

c) Carteira de vacina (folha dos dados do nascimento e a folha /página de identificação e triagem neonatal da criança);

d) Atestado médico das restrições da criança;

e) Documento de guarda de menor, expedido pelo órgão competente, quando houver;

f) Fotocópia e original do documento de identificação do pai e da mãe ou responsável;

g) Declaração atualizada de trabalho do pai e da mãe ou responsável, com informações atualizadas fornecidas pelo empregador com CNPJ, endereço, contato da empresa, horário de trabalho do empregado, data, carimbo e assinatura do empregador;

h) Para as atividades como profissional liberal/autônomo ou declaração de trabalho informal/eventual, apresentar a declaração acompanhada de alvará ou MEI.

i) Comprovante de residência (fatura de energia elétrica, água ou telefone atualizado) nominal ao responsável do educando. Em caso de locação apresentar contrato;

j) Em caso de locação, apresentar declaração de residência no Município de Schroeder reconhecida em cartório com cópia do contrato de locação, ou comparecer com o locador na Unidade Escolar, onde o locador assinará uma declaração de residência no município de Schroeder com cópia do comprovante de residência no nome do proprietário do imóvel locado;

k) Apresentação do Número e Identificação Social (NIS), para casos de cadastros em programas do governo;

l) No caso de crianças com deficiência, apresentar laudo médico ou diagnósticos, com data atualizada de até 6 meses.

m) Atestado de matrícula e atestado de frequência dos pais ou responsável cujas horas de estudo componham jornada de trabalho de acordo com o determinado no item 6.2.7

n) Assinar termo de veracidade dos documentos e informações apresentados na escola.

## 11. DA DIVULGAÇÃO

11.1. A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

11.1.2. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as Unidades de Ensino serão responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula e deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis no Município.

## 12. DO RELATÓRIO

12.1. Após o prazo estipulado para a realização das matrículas serão elaborados relatórios pelas Unidades de Ensino e enviados à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de avaliar o alcance do objetivo proposto, inclusive a demanda reprimida se houver.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As Unidades de Ensino deverão envolver todas as entidades organizadas das comunidades para a divulgação, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

13.1.2. Ficam sujeitos às presentes diretrizes, todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Município de Schroeder.

13.1.3. No ato de renovação de matrícula ou novas matrículas na Unidade Escolar, devem ser observados os parâmetros e orientações contidas no Parecer nº. 005/2012, de 25 de outubro de 2012 do Conselho Municipal de Educação - COMED que estabelece parâmetros para a implementação da oferta de transporte escolar gratuito e as respectivas áreas de abrangência por Unidades Escolares aos alunos do Ensino Fundamental e Médio vinculados ao Sistema Municipal e Estadual de Ensino do Município de Schroeder.

13.1.4. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

13.1.5. Os casos omissos serão analisados pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Direção da Unidade de Ensino.

Schroeder, 24 de outubro de 2019.

Eberton Vargas trentin  
Secretário Municipal de Educação e Cultura

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 8.068/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212640

PORTARIA Nº 8.068/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença a partir de 30/10/2019 a 28/11/2019 da servidora Sra. Janete Pereira, que desempenha a função de Técnica em Enfermagem - ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE

Schroeder, 30 de outubro de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 8.069/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2212642

PORTARIA Nº 8.069/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

REESTRUTURA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº1.578/2007, de 15 de maio de 2007,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a composição do Conselho Municipal de Assistência Social de Schroeder, a saber:

I – REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social:

- Débora Patrícia Grando Borges - Titular
- Flávio Pegoraro – Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- Cleonice Oliveira Lorencini - Titular
- Flaviela da Silva – Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças:

- Milton Trapp Junior - Titular
- Valderi Rocha de Camargo - Suplente

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

b) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor de Assistência Social:

- Thais Aparecida Castioni – Titular
- Teila Sarita Tomaselli – Suplente

c) Representantes dos Usuários e/ou Organizações de Usuários da Assistência Social:

- Rolf Luther - Titular
- Rosana Ilário da Luz dos Santos – Suplente
- Ercílio Sílvia Ramos – Titular
- Geni Mumbach Kunzler - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008, revogando-se a Portaria nº 8.008/2019, de 30 de agosto de 2019.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 31 de outubro de 2019.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2019

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 31/10/2019		Válido até: 31/10/2020			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada de serviço de Geofonamento com objetivo de localizar vazamentos não visíveis no Sistema de Abastecimento de Água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pesquisa de vazamento em 360 Km de ruas em vários bairros do município de Schroeder de acordo com cronograma de trabalho pré definido em Termo de Referência	KM	ATLANTIS SANEAMENTO LTDA (14280)	Sem Marca	0	397,0000	1
			EBS - EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO LTDA (14279)	EBS	0	398,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2019

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 31/10/2019		Válido até: 31/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada de serviço de Geofonamento com objetivo de localizar vazamentos não visíveis no Sistema de Abastecimento de Água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CONSTRUTORA MOGNO LTDA (14281)		0	414,0000	3

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2019

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 31/10/2019		Válido até: 31/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada de serviço de Geofonamento com objetivo de localizar vazamentos não visíveis no Sistema de Abastecimento de Água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2019  
PROCESSO Nº 18/2019

- (14279) - EBS - EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO LTDA
- (14280) - ATLANTIS SANEAMENTO LTDA
- (14281) - CONSTRUTORA MOGNO LTDA

Schroeder, 31 de Outubro de 2019.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PRREGÃO PRESENCIAL 77/2019-PMS

Publicação Nº 2211976

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2019

Número do Registro de Preços: 65/2019			Data do Registro: 31/10/2019		Válido até: 31/10/2020		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção preventiva e corretiva para caminhões, para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneame							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de mão de obra mecânica em geral e ar condicionado: para Caminhões. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral, suspensão, freios, embreagem, para-brisa, interclima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não exclusivo de peças em geral. Conforme Termo de Referência.	H	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA (6178)		0	57,0000	1
2	VALOR COM DESCONTO - CAMINHÕES.	UN	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA (6178)		0	54.000,0000	1
			ZM AUTO MECANICA LTDA (14282)		0	55,6900	2

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2019

Número do Registro de Preços: 65/2019		Data do Registro: 31/10/2019		Válido até: 31/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção preventiva e corretiva para caminhões, para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneame							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ZM AUTO MECANICA LTDA (14282)		0	55.610,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2019

Número do Registro de Preços: 65/2019		Data do Registro: 31/10/2019		Válido até: 31/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção preventiva e corretiva para caminhões, para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneame							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2019  
PROCESSO Nº 142/2019

(6178) - OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA  
(14282) - ZMAUTO MECANICA LTDA

Schroeder, 31 de Outubro de 2019.

**Seara****PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2019**

Publicação Nº 2211908

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2019-PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2019

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 031/2019

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Farina e Cia Ltda, CNPJ n.º 86.261.765/0001-09, estabelecida na rua do Comercio, n.º 119, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Adimar Farina, brasileiro, casado, empresário, RG n.º 14/R - 167.405, CPF n.º 105.277.709-06, residente e domiciliado na rua do Comércio, n.º 278, apto. 402, bairro Niterói, Seara, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal da Cidade, fica acrescido a quantidade licitada dos itens abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
01	27	Gasolina comum	Lts	120.000	30.000	4,3120	129.360,00
02	84146	Óleo Diesel - S10	Lts	140.000	35.000	3,8590	135.065,00
TOTAL R\$							264.425,00

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 264.425,00

:

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/10/2019.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Adimar Farina  
Farina e Cia Ltda  
Contratada

**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 101/2019-- PL 235/2019**

Publicação Nº 2212199

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 235/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º. 101/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2019

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Geliane R. W. Sonza EPP, CNPJ n.º 12.279.781/0001-84, estabelecida na Av. Anita Garibaldi, n.º 278, Centro, Seara, SC, neste ato representada pela sua sócia, Sra. Geliane Rosa Wildner Sonza, brasileira, casada, RG n.º 3.743.582, CPF n.º 027.812.569-78, residente e domiciliada na rua Gedeone Belincanta, n.º 258, Centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 101/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais para decoração natalina, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 17.118,20 são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 31/10/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/04/2020.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 101/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/10/2019.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Geliane Rosa Wildner Souza  
Geliane R. W. Souza EPP  
Contratada

## DECRETO Nº 1761

Publicação Nº 2212601

DECRETO Nº 1761, de 31 de outubro de 2019

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 100.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do art. 31 da Lei 1983, de 21 de novembro de 2018 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “d”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1988 de 19 de dezembro de 2018, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2019 e com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, e autorizado pela Lei nº 2021, de 31 de outubro de 2019,

### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 1 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2289 Ações de Assistência em Saúde de Média e Alta e Alta

Complexidade - MAC

Modalidade: 26 33900000000000 0.1.0003 – Aplicações Diretas .....R\$ 80.000,00

Modalidade: 30 33930000000000 0.1.0003 – Aplicações Diretas Decorrente de Operação Entre Órgãos ..... R\$ 20.000,00

..... R\$ 20.000,00  
TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: 1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Projeto Atividade: 2200 Gestão das Políticas e Ações do Processo Legislativo Municipal

Modalidade: 5 33900000000000 0.1.0000 – Aplicações Diretas .....R\$ 100.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 31 de outubro de 2019.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 31 de outubro de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

**INEXIGIBILIDADE Nº 011/2019-FMS**

Publicação Nº 2211912

Processo Licitatório nº 034/2019-FMS - Inexigibilidade de Licitação nº 011/2019-FMS.

Objeto: Credenciamento de profissionais para prestação de serviços especializados na área de saúde pública e Unidades Hospitalares.

Justificativa: O Município de Seara, através do Fundo Municipal de Saúde, lançou Edital de Chamamento Público nº 002/2017, objetivando o credenciamento de profissionais de serviços especializados na área de saúde pública e Unidades Hospitalares. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, a empresa Naiara Luiza Bordignon comprovou capacidade para realização de consultas e exames na área dermatológica.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 30 de outubro de 2019.

Flávio Joel Zolet  
Secretário Municipal da Saúde  
Gestor do FMS

**LEI Nº 2021**

Publicação Nº 2212600

LEI Nº 2021, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 100.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos I do art. 31 da Lei 1983, de 21 de novembro de 2018 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “d”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1988 de 19 de dezembro de 2018, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2019 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964 faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 1 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2289 Ações de Assistência em Saúde de Média e Alta e Alta

Complexidade - MAC

Modalidade: 26 33900000000000 0.1.0003 – Aplicações Diretas .....R\$ 80.000,00

Modalidade: 30 33930000000000 0.1.0003 – Aplicações Diretas Decorrente de Operação Entre Órgãos .....  
..... R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade: 1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Projeto Atividade: 2200 Gestão das Políticas e Ações do Processo Legislativo Municipal

Modalidade: 5 33900000000000 0.1.0000 – Aplicações Diretas .....R\$ 100.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 31 de outubro de 2019.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 240/2019**

Publicação Nº 2212385

Processo Licitatório nº 240/2019.

Edital de Pregão Presencial nº 104/2019 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 13/11/2019, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços de transportes coletivos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 31 de outubro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 101/2019-- PL 235/2019

Publicação Nº 2212202

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 235/2019</b> <b>Licitação: 101/2019 - PR</b> <b>Data da Homologação: 31/10/2019</b> <b>Fornecedor: 10852 - GELIANE R. W. SONZA- ME</b>									
1	433408787	TNT LISO, PRATA, 50G, LARGURA 1,40M, 100% POLIPROPILENO	NONWOVEN	M	100,000	0,0000	8,9500	895,00	Venceu
2	433408788	TNT LISO, DOURADO, 50G, LARGURA 1,40M, 100% POLIPROPILENO	NONWOVEN	M	100,000	0,0000	8,9500	895,00	Venceu
4	433408790	FESTÃO COR VERDE, NATURAL, COM NO MÍNIMO 2 METROS DE COMPRIMENTO	MD	UN	200,000	0,0000	3,4600	692,00	Venceu
5	433408791	FESTÃO COR VERMELHO, LAMINADO, COM NO MÍNIMO 2 METROS DE COMPRIMENTO	MD	UN	100,000	0,0000	1,9000	190,00	Venceu
6	433408792	FESTÃO METALIZADO, COR PRATA, COM NO MÍNIMO 2 METROS DE COMPRIMENTO	MD	UN	100,000	0,0000	1,9000	190,00	Venceu
7	433408793	FESTÃO METALIZADO, COR DOURADO, COM 2 METROS DE COMPRIMENTO	MD	UN	100,000	0,0000	1,7500	175,00	Venceu
8	433408794	FIO DE NYLON, ESPESSURA 0,4MM, RESISTÊNCIA 8,7KG, ROLO DE 100M	EKLON	UN	5,000	0,0000	7,4500	37,25	Venceu
9	433408795	BOTÃO RESINA PRETO, COM MÍNIMO DE 40MM DE DIÂMETRO	ROMA	UN	50,000	0,0000	1,1000	55,00	Venceu
10	433408796	ARRANJO COM 5 FLORES BICO DE PAPAGAIO, ARTIFICIAL, AVELUDADA, VERMELHA, ALTURA APROXIMADA DE 50CM	MD	UN	200,000	0,0000	13,4000	2.680,00	Venceu
11	433408797	FLOR BICO DE PAPAGAIO, ARTIFICIAL, DOURADA, ALTURA APROXIMADA DE 50CM	MD	UN	1.000,000	0,0000	7,8800	7.880,00	Venceu
12	433408799	GRAMPEADOR DE METAL TAPECEIRO (PARA MADEIRA), PARA GRAMPOS 106/8	CIS	UN	1,000	0,0000	79,0000	79,00	Venceu
13	433408801	GRAMPOS 106/8, CAIXA COM 3000 UNIDADES	CIS	UN	3,000	0,0000	19,9000	59,70	Venceu
14	433408802	TINTA SPRAY PARA ISOPOR, 150ML, BRANCO	ACRILEX	UN	15,000	0,0000	19,6500	294,75	Venceu
15	433408803	TINTA SPRAY PARA ISOPOR, 150ML, VERDE	ACRILEX	UN	15,000	0,0000	19,6500	294,75	Venceu
16	433408804	TINTA SPRAY PARA ISOPOR, 150ML, VERMELHO	ACRILEX	UN	15,000	0,0000	19,6500	294,75	Venceu
17	433408805	TINTA SPRAY PARA ISOPOR, 150ML, DOURADO	ACRILEX	UN	15,000	0,0000	19,6500	294,75	Venceu
18	433408806	TINTA SPRAY PARA ISOPOR, 150ML, PRATA	ACRILEX	UN	15,000	0,0000	19,6500	294,75	Venceu
21	433408809	BOLA NATAL BRILHANTE, COR VERMELHA, 60MM	MD	UN	30,000	0,0000	1,5500	46,50	Venceu
22	433408810	BOLA NATAL BRILHANTE, COR DOURADO, 60MM	MD	UN	30,000	0,0000	1,5500	46,50	Venceu
23	433408811	BOLA NATAL BRILHANTE, COR VERMELHA, 100MM	MD	UN	30,000	0,0000	2,8500	85,50	Venceu
24	433408812	BOLA NATAL BRILHANTE, COR DOURADO, 100MM	MD	UN	30,000	0,0000	2,8000	84,00	Venceu
25	433408813	BOLA NATAL BRILHANTE, COR VERMELHA, 200MM	MD	UN	30,000	0,0000	25,9000	777,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 235/2019			Licitação: 101/2019 - PR		Data da Homologação: 31/10/2019				
Fornecedor: 10852 - GELIANE R. W. SONZA- ME									
26	433408814	BOLA NATAL BRILHANTE, COR DOURADO, 200MM	MD	UN	30,000	0,0000	25,9000	777,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	2.214,000		17.118,20	

Seara, 31 de Outubro de 2019.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 199/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2211632

DECRETO Nº 199/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A ESCALA DE FÉRIAS DAS SERVIDORAS PÚBLICA MUNICIPAIS ABAIXO RELACIONADAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido férias às Servidoras Públicas Municipais admitidas em caráter temporário abaixo relacionadas, pelo motivo de estarem em período de gestação, conforme descrito abaixo:

SERVIDORA PÚBLICA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
PRISCILA WERNER GASSEN	01/10/2018 A 30/09/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	25 DIAS
JUCIELI HANAUER	04/02/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 28/01/2020	27 DIAS

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de novembro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

### DECRETO Nº198/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2211612

DECRETO Nº. 198/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE ESCALA DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DO ANO DE 2019”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991 e Lei Municipal nº 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas férias aos Servidores Públicos Municipais do Município de Serra Alta/SC, ocupantes dos cargos efetivos, referente ao exercício de 2019, proporcionalmente ao período aquisitivo trabalhado:

SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
ADEMIR SPEROTTO	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS
ADIVANE SEBEN	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
ALINE GHIDINI	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 06/01/2020 04/08/2020 A 13/08/2020	20 DIAS 10 DIAS
ÁLISON MAURÍCIO MONTEIRO	01/01/2019 A 31/12/2019	16/01/2020 A 04/02/2020	20 DIAS
AMAURI NEMERSKI	01/01/2019 A 31/12/2019	09/01/2020 A 07/02/2020	30 DIAS
ANDREIA DONIDA DOS SANTOS	01/01/2019 A 31/12/2019	21/11/2019 A 20/12/2019	30 DIAS
ANA CLÁUDIA LAUXEN ZUZELISKI	01/01/2019 A 31/12/2019	09/01/2020 A 28/01/2020 20/07/2020 A 30/07/2020	20 DIAS 10 DIAS
ARLETE MARISTELA TREVIZAN	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS
ÁUREA PERUZZO	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS

CAMILA MABEL SGANZERLA	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 16/01/2020 23/07/2020 A 06/07/2020	15 DIAS 15 DIAS
CARLOS ALBERTO BENVENUTTI	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS
CARLOS DANIEL GASSEN	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 08/01/2020	22 DIAS
CESAR SPEROTO	01/01/2019 A 31/12/2019	23/01/2020 A 06/02/2020 16/07/2020 A 30/07/2020	15 DIAS 15 DIAS
CLAIR FÁTIMA ANDREIS	01/01/2019 A 31/12/2019	09/01/2020 A 18/01/2020 05/02/2020 A 24/02/2020	10 DIAS 20 DIAS
CLAUDIOMIRO DONIDA	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
CLEITON ALGAYER	01/01/2019 A 31/12/2019	03/01/2020 A 01/02/2020	30 DIAS
CRISTIANE MARTINI	01/01/2019 A 31/12/2019	LICENÇA MATERNIDADE	
CINARA MICHELS CARNEIRO	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
DAMARIS VENTURA	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS
DORIANA FLORES	01/01/2019 A 31/12/2019	LICENÇA MATERNIDADE	
DANIELA SENHOR GIRELLI	01/01/2019 A 31/12/2019	08/01/2020 A 06/02/2020	30 DIAS
DANIELA ZANELLA DONIDA	01/01/2019 A 31/12/2019	07/01/2020 A 05/02/2020	30 DIAS
DARLI PANDOLFO CIEPLAK	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS
DIEGO PAULO CEREZOLLI	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS
DILMAR ANTUNES DA SILVA	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS
DIVA PRIOR	01/01/2019 A 31/12/2019	LICENÇA SAÚDE	
DOGLAS BOGONI	01/01/2019 A 21/07/2019	LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO	
EDÍLIO PAULETTO	01/01/2019 A 31/12/2019	04/03/2020 A 02/04/2020	30 DIAS
ELENICE CRESTANI DE CARLI	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 30/01/2020	30 DIAS
ELEUSA BRIETEMBACH NEMERSKI	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 30/01/2020	30 DIAS
ELIDES MARIA MAI VIVAN	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZE-SINSKI	01/01/2019 A 31/12/2019	LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO	
ELIZETE MARIA SPEROTTO BAMPI	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
FERNAN JÚNIOR TASCA	01/01/2019 A 31/12/2019	08/01/2020 A 22/01/2020 23/04/2020 A 07/05/2020	15 DIAS 15 DIAS
FRANCIELI MACHADO DOS SANTOS GIARETTA	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
GABRIELI BARBARA MASSONI	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
GRAZIANE FRIGO HASLINGER	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
GELIARDI FERNANDES SIQUEIRA	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS
GENI TEREZA STANKIEWICZ	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS
GERSON JOSÉ LAZZARETTI	01/01/2019 A 31/12/2019	19/12/2019 A 17/01/2020	30 DIAS
GILSON RONNING	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 11/01/2020 09/06/2020 A 18/06/2020	20 DIAS 10 DIAS
INÊS DOMINGA PEZZINI ARGENTA	01/01/2019 A 31/12/2019	15/01/2020 A 13/02/2020	30 DIAS
IVANOR ROQUE DALLA VECCHIA	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
JONAS HOCHSCHEIDT	01/01/2019 A 31/12/2019	16/01/2020 A 04/02/2020	20 DIAS
JAQUELINE NOAL DONIDA	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
JOSÉ ENRIQUE LANG BONI	01/01/2019 A 01/04/2019	LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO	
JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA	01/01/2019 A 31/12/2019	04/12/2019 A 02/01/2020	30 DIAS
JOSIMAR SENHOR	01/01/2019 A 31/12/2019	13/12/2019 A 11/01/2020	30 DIAS
LAUDIR BOTTEGA	01/01/2019 A 31/12/2019	21/01/2020 A 19/02/2020	30 DIAS
LENOIR BENEDET	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
LIANE TERESINHA DE ALMEIDA	01/01/2019 A 31/12/2019	12/12/2019 A 10/01/2020	30 DIAS
LINDOMAR FICANHA	01/01/2019 A 31/12/2019	21/01/2020 A 19/02/2020	30 DIAS
LOIVO BERTOLDI	01/01/2019 A 31/12/2019	06/01/2020 A 04/02/2020	30 DIAS
LUCIANO DOS SANTOS	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA	01/01/2019 A 31/12/2019	16/01/2020 A 14/02/2020	30 DIAS
LUIZ NICOLLI	01/01/2019 A 31/12/2019	03/12/2019 A 01/01/2020	30 DIAS
MARCELO JACOBY	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
MARCOS DOS SANTOS	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS
MARCOS PAULO CRESTANI	01/01/2019 A 31/12/2019	21/01/2020 A 19/02/2020	30 DIAS
MARIA DILCE DOS SANTOS DIEL	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
MARISTELA BIASI MORGENSTERN	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
MARIZA TOMAZELLI	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
MARLUCIA DA SILVA VICARI	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS
MAURICIO LEONIR SONDA	01/02/2019 A 31/01/2020	03/03/2020 A 17/03/2020 04/11/2020 A 18/11/2020	15 DIAS 15 DIAS
MICHELI SANTORO BITTARELLO	01/01/2019 A 31/12/2019	13/02/2020 A 13/03/2020	30 DIAS

MOACIR JOSÉ VIVAN	01/01/2019 A 31/12/2019	09/01/2020 A 07/02/2020	30 DIAS
NAIANA PAULA DONIDA	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
NAILDES MINA FRIES BOTTEGA	1701/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 16/01/2020	25 DIAS
NEI ZANCHETT	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 16/01/2020 16/07/2020 A 30/07/2020	15 DIAS 15 DIAS
NELI SEGALIN ONGHERO	01/01/2019 A 10/02/2019	LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO	
PAMELA TEREZINHA ROSSIGNOLLO	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
PABLO LUIS ZORZI	01/01/2019 A 31/12/2019	15/07/2020 A 03/08/2020 04/11/2020 A 13/11/2020	20 DIAS 10 DIAS
PAULO CEZAR BITTARELLO	01/01/2019 A 31/12/2019	13/02/2020 A 13/03/2020	30 DIAS
PAULO CEZAR SPIER	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 26/01/2020	30 DIAS
RENATO ODAIR DE ALMEIDA	01/01/2019 A 31/12/2019	15/01/2020 A 13/02/2020	30 DIAS
ROMEU ROQUE WAILAND	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS
ROSANE SBEGHEN GIARETTA	01/01/2019 A 31/12/2019	17/01/2020 A 31/01/2020 02/07/2020 A 16/07/2020	15 DIAS 15 DIAS
ROSA LIMA SOARES	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS
ROSANE VALENTE FREY	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
ROSANGELA SENHOR	01/01/2019 A 31/12/2019	29/01/2020 A 27/02/2020	30 DIAS
ROSILEI DAMO PERERA	01/01/2019 A 31/12/2019	03/12/2019 A 01/01/2020	30 DIAS
ROSELI ANA DAMO CERIZOLLI	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
SILVANE SENHOR	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 06/01/2020 02/06/2020 A 11/06/2020	20 DIAS 10 DIAS
SILVANES CERISOLI BAESSO	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
SIMONE VIVAN	01/01/2019 A 31/12/2019	LICENÇA MATERNIDADE	
SIMONE ZIMMERMANN BARRO	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
SIMPLICIA MARIA DA CUNHA	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
TATIANA APARECIDA SPEROTTO BRESOLIN	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
VANUZA TEREZINHA DOS SANTOS MENDES	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
VERÔNICA CHERIZOLI VALMORBIDA	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
VILSON PAULETTO	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
VIVIANE BALDIN	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
WALDIR JOSÉ DA CUNHA	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
WILLIAN PERUZZO STOFFEL	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS

Art. 2º - Ficam concedidas férias aos Servidores Públicos Municipais do Município de Serra Alta/SC, ocupantes dos cargos comissionados, referente ao exercício de 2019, proporcionalmente ao período aquisitivo trabalhado:

SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
ALTAIR REGINATTO	15/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS
CLAUDIMAR SENHOR	01/01/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS
CRISTIANE FRANCIO	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 06/01/2020 13/10/2020 A 27/10/2020	15 DIAS 15 DIAS
CRISTIANA MARTELLO	13/06/2019 A 31/05/2020	01/06/2020 A 30/06/2020	30 DIAS
EDERSON CEREZOLLI	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 20/01/2020 25/09/2020 A 04/10/2020	20 DIAS 10 DIAS
EVERSON PEREIRA CERISOLI	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS
ITAMAR OLDIGES	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2020 A 21/01/2020	30 DIAS
JAIR DE ASSIS	15/02/2019 A 31/12/2019	19/12/2019 A 17/01/2020	30 DIAS
JEFERSON MARTINI	01/01/2019 A 31/12/2019	02/09/2020 A 01/10/2020	30 DIAS
KATIANA DE SOUZA	01/01/2019 A 31/12/2019	17/12/2019 A 15/01/2020	30 DIAS
LEONARDO VITUS JUNGES	01/07/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 01/01/2020	15 DIAS
LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS
MARCOS FELIPE HORT	01/09/2019 A 31/08/2020	01/09/2020 A 30/09/2020	30 DIAS
MARINA SPIER MARINI	01/01/2019 A 31/12/2019	02/01/2020 A 31/01/2020	30 DIAS
MARINA RITA CHAGAS	01/01/2019 A 31/12/2019	09/01/2020 A 23/01/2020 17/07/2020 A 31/07/2020	15 DIAS 15 DIAS
PEDRINHO DALL AGNOL	01/08/2019 A 31/07/2019	01/12/2020 A 30/12/2020	30 DIAS
REGINA CELINA VANZETTO LINDE-MANN	01/01/2019 A 31/12/2019	23/12/2019 A 21/01/2020	30 DIAS

RAYLEEN CÂNDIDA LAZZARETTI	01/04/2019 A 31/12/2019	27/12/2019 A 07/01/2020 27/02/2020 A 07/03/2020	12 DIAS 10 DIAS
ROQUE CEREZOLLI	01/01/2019 A 31/12/2019	21/01/2020 A 19/02/2020	30 DIAS

Art. 3º - Ficam concedidas férias aos Servidores Públicos Municipais do Município de Serra Alta/SC, ocupantes dos cargos de estagiário, referente ao exercício de 2019, proporcionalmente ao período aquisitivo trabalhado:

SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
IURI PUTTKAMER	01/03/2019 A 29/02/2020	02/03/2020 A 31/03/2020	30 DIAS
DIANA DEVENS	28/02/2019 A 31/12/2019	19/12/2019 A 02/01/2020	15 DIAS
LUCAS ALBERTO DONIDA ALBANI	01/02/2019 A 31/12/2019	16/12/2019 A 11/01/2020	27 DIAS

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de novembro de 2019.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 002/2019

Publicação Nº 2211330

RESOLUÇÃO Nº 002/2019

"DISPÕE SOBRE ESCALA DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO 2019".

Willian Junior Siqueira dos Santos, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias aos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal, conforme escala aquisitiva, referente ao exercício de 2019, proporcionalmente ao período trabalhado, conforme segue:

SERVIDORES: PERÍODO DE FÉRIAS DIAS

ADEMIR BARROS 10/12/2019 A 08/01/2020 30 DIAS

KELI MENIN RAMOS 26/12/2019 A 24/01/2020 28 DIAS

ARGENOR LUIZ BRESOLIN 09/01/2020 A 07/02/2020 30 DIAS

SILVANA DE GREGORI 09/01/2020 A 07/02/2020 30 DIAS

HELENA VANZELLA DALL AGNOL 26/12/2019 A 24/01/2020 30 DIAS

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação nos termos legais. Revogando-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Serra Alta, 31 de outubro de 2019  
Willian Junior Siqueira dos Santos  
Presidente em exercício

Registrado e publicado em data supra:

# Sombrio

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 94/2019

Publicação Nº 2211471

MUNICIPIO DE SOMBRIÓ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2019

Objeto: A presente ata tem por objeto o futura e eventual contratação de empresa para confecção e fornecimento de camisetas regatas esportivas para manutenção dos eventos esportivos promovidos pelo departamento municipal de esportes, conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I e demais condições do Edital de Pregão Presencial nº 103/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: CONFECÇÕES MATTRIC

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 60.510,00.

Processo Licitatório nº 103/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 25 de outubro de 2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 92/2019

Publicação Nº 2211468

MUNICIPIO DE SOMBRIÓ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2019

Objeto: A presente ata tem por objetivo futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de mobiliário em geral para serem utilizados nas unidades escolares, conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I e demais condições do Edital de Pregão Presencial nº 97/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição..

Detentor da Ata: ARTEMÓVEIS SOLUÇÕES E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 161.850,00.

Processo Licitatório nº 97/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 23 de outubro de 2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 93/2019

Publicação Nº 2211470

MUNICIPIO DE SOMBRIÓ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2019

Objeto: A presente ata tem por objetivo futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de mobiliário em geral para serem utilizados nas unidades escolares, conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I e demais condições do Edital de Pregão Presencial nº 97/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: PAULINEIA LOTTERMANN REIS ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 112.890,00.

Processo Licitatório nº 97/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 23 de outubro de 2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO P.P 011/2019-SAMAE**

Publicação Nº 2212030

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019/SAMAE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019/SAMAE  
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de materiais visando a manutenção dos filtros de água da Estação de Tratamento de Esgoto do SAMAE de Sombrio/SC, conforme condições e quantitativos no edital e seus anexos, em especial a do Anexo I - Termo de Referência. Base Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Entrega e Abertura dos Envelopes: Os envelopes deverão ser entregues/protocolados até as 09h00min do dia 13 de novembro de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h30min do dia 13 de novembro de 2019. O Edital e maiores informações no Setor de Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro de Sombrio/SC, no horário de atendimento das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-5225.

Sombrio/SC, 31 de outubro de 2019.

Ana Paula Medeiros Floriano

Gerente Administrativo do SAMAE

**TERMO DE SUSPENSÃO - P.P 19/2019-FMS**

Publicação Nº 2211921

TERMO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA  
Processo Licitatório nº 019/2019-FMS  
Pregão Presencial p/ Registro de Preços nº 019/2019-FMS

O Município de Sombrio/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro, no município de Sombrio - SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.963.216/0001-17, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Dângelo da Silva Santos, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que a partir da presente data, fica determinada a SUSPENSÃO SINE DIE de todos os prazos do certame em epígrafe, o qual tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa especializada para assistência odontológica (tratamento endodôntico e confecção de próteses dentárias), em estabelecimentos próprios da futura contratada, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do edital. Tal suspensão se faz necessária para a realização de ajustes no edital. A continuidade do procedimento licitatório, será feita mediante publicação na imprensa oficial do município e todos os demais meios de publicação em que se deu a publicação de abertura do presente certame. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações na Prefeitura Municipal, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone: (48) 3533-5225 e/ou e-mail: [licita.sombrio@gmail.com](mailto:licita.sombrio@gmail.com). Sombrio/SC, 31 de outubro de 2019.

Dângelo da Silva Santos

Secretário de Saúde

**VALORES FIXADOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - DE 01/11/2019 A 30/11/2019**

Publicação Nº 2211998

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2019  
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2019

O MUNICIPIO DE SOMBRIO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro, no Município de Sombrio/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.963.216/0001-17, torna público, neste ato representado pelo Sr. José Sidnei Januário, Secretário Municipal de Finanças, vem a público, nos termos do fixado no Edital de Pregão Presencial p/ Registro de Preços em epígrafe, informar que, conforme previsto no edital em epígrafe e, considerando a variação dos preços dos combustíveis na região, conforme consta no sitio para controle de preços por município da Agência Nacional de Petróleo – ANP, link: [https://preco.anp.gov.br/include/Resumo\\_Mensal\\_Municipio.asp](https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Mensal_Municipio.asp), ficam revistos os valores unitários dos combustíveis, aplicando-se ainda sobre o preço médio, o desconto ofertado nas propostas pelas licitantes, conforme consta a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO MÉDIO REGIONAL - ANP	PERCENTUAL DE DESCONTO	V. UNIT. A SER PAGO PELO MUNICÍPIO
1	GASOLINA COMUM	R\$ 4,08	1%	R\$ 4,03
2	ÓLEO DIESEL COMUM	R\$ 3,41	1%	R\$ 3,37
3	ÓLEO DIESEL S10	R\$ 3,48	1%	R\$ 3,44

Os preços acima fixados terão validade entre 01/11/2019 a 30/11/2019.

As empresas detentoras de Atas de Registro de Preços com esta municipalidade serão comunicadas das alterações nos termos do fixado em edital.

Sombrio/SC, em 31 de outubro de 2019.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças

## Sul Brasil

## PREFEITURA

## CONCURSO PÚBLICO 002/2019

Publicação Nº 2211671

CONCURSO PÚBLICO Nº.002/2019

Edital de abertura n.º 002/2019 - EXTRATO

O Município de Sul Brasil, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº.95.990.107/0001-30, com sede administrativa situada à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil/SC, CEP 89.855-000, por intermédio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Concursos, nomeada através da Portaria nº.101, de 29 de outubro de 2019, TORNA PÚBLICA a realização de Concurso Público, sob o regime estatutário, para provimento de vagas do seu quadro de pessoal e formação de cadastro de reserva.

## DOS CARGOS

ATÉ NÍVEL FUNDAMENTAL						
Cargo	Carga Horária Semanal	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PcD	Remuneração Inicial Bruta R\$	Taxa de Inscrição	Requisitos básicos
SERVIÇOS GERAIS	40 h	CR	*	1.300,38	R\$ 100,00	Ensino fundamental completo.
MOTORISTA ( DMER)	40 h	CR	*	1.872,34	R\$ 100,00	Ensino fundamental completo. Portador da CNH categoria "D".
NÍVEL MÉDIO						
Cargo	Carga Horária Semanal	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PcD	Remuneração Inicial Bruta R\$	Taxa de Inscrição	Requisitos básicos
AGENTE EDUCATIVO	40 h	02 + CR	*	1.745,19	R\$ 120,00	Ensino médio completo.
AGENTE ADMINISTRATIVO	40 h	01 + CR	*	2.741,44	R\$ 120,00	Ensino médio completo.
MOTORISTA DA SAÚDE	40 h	CR	*	1.872,34	R\$ 120,00	Ensino fundamental completo. Portador da CNH categoria "D"
OPERADOR DE MÁQUINAS	40 h	01 + CR	*	2.004,54	R\$ 120,00	Ensino Médio completo. Portador da CNH categoria "D"
NÍVEL SUPERIOR						
Cargo	Carga Horária Semanal	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PcD	Remuneração Inicial Bruta R\$	Taxa de Inscrição	Requisitos básicos
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	20 h ou 40 h	01 + CR*	*	1.397,84 2.795,69	R\$ 150,00	Formação em nível superior em curso de licenciatura de graduação plena em pedagogia.
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	20 h ou 40 h	1 + CR*	*	1.397,84 2.795,69	R\$150,00	Formação em nível superior em curso de licenciatura de graduação plena em pedagogia..
PROFESSOR DE ARTES	20 h	01	*	1.397,84	R\$ 150,00	Licenciatura em Educação Artística ou Artes
PROFESSOR DE INGLÊS	20 h	01	*	1.397,84	R\$ 150,00	Licenciatura em Letras / Inglês

PROFESSOR DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	20 h	01	*	1.397,84	R\$ 150,00	Formação em nível superior em curso de licenciatura de graduação plena em educação física com Registro no Conselho.
-------------------------------------	------	----	---	----------	------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

\* Não há reserva de vagas para candidatos com deficiência para provimento imediato devido ao quantitativo de vagas oferecido, sendo mantido cadastro de reserva.

A sigla "CR\*" significa: Cadastro Reserva. Não há vaga para convocação imediata, mas poderá haver vacância de vagas ou criação de novas vagas no cargo durante a vigência do Concurso Público.

A sigla "CR" significa: CR: Cadastro Reserva. Os candidatos classificados, acima do número de vagas previstas na Tabela acima, passarão a integrar o Cadastro de Reserva e poderão ser chamados quando de surgimento de novas vagas para o respectivo cargo, observado o prazo de vigência do Concurso Público.

#### DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico <http://www.ippec.org.br/> .

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O Edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no site <http://www.ippec.org.br/> e afixado em mural na Prefeitura Municipal de Sul Brasil, SC.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Sul Brasil/SC, 01 de novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil - SC

TEREZINHA LAUERMANN BACKES

Presidente da Comissão Organizadora de Concursos

Município de Sul Brasil - SC

# Tangará

## PREFEITURA

### **DECRETO N.º 133, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019. "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS E O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE TANGARÁ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 2212238

DECRETO N.º 133, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS E O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE TANGARÁ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 106, de 27 de agosto de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados os representantes para a composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS e do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, conforme abaixo:

I – 04 (quatro) Conselheiros Governamentais vinculados ao Poder Público Municipal, das seguintes áreas:

a) Representante da política de habitação:

Titular: JULIANA CECATTO SAMISTRARO

Suplente: FERNANDA DALMOLIN

b) Representante da política de assistência social:

Titular: CAROLINE LUCHESI MACIEL

Suplente: VANDREIA BONASSI RAMPON

c) Representante da política de planejamento urbano:

Titular: CAMILA BRUNS

Suplente: WILLIAN ZEN

d) Representante da política de obras públicas:

Titular: LARISSA VENDRUSCOLO

Suplente: CRISTIANE PICCININ

II – 02 (dois) Conselheiros não Governamentais, dos seguintes segmentos:

a) Representante de entidade que atue no desenvolvimento econômico:

Titular: PAULO ROBERTO COSER

Suplente: MAICON MANICA ZORNITTA

b) Representante de entidade dos trabalhadores:

Titular: VICENTE DEMORI

Suplente: EUGENIO CLEMIR BOLZANI

III – 02 (dois) representantes de movimentos populares:

a) Associação dos Moradores do Bairro Bela Vista:

Titular: SERGIO BORGES DE OLIVEIRA

Suplente: OSNILDO DOMINGOS DOS SANTOS

b) Associação dos Moradores do Loteamento Novo Horizonte:

Titular: WAGNER TORRES FARIAS

Suplente: FERNANDO JOSÉ DE SOUZA

Art. 2º - As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho e do Fundo não serão remuneradas em razão da relevância social.

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE OUTUBRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 505, DE 31 DE OUTUBRO 2019. "DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICÁ PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."**

Publicação Nº 2212239

PORTARIA N.º 505, DE 31 DE OUTUBRO 2019.

"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICÁ PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade de se nomear um servidor para exercer a função de Presidente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS;

Considerando o contido no art. 25 da Lei Complementar Municipal n.º 106/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora JULIANA CECATTO SAMISTRARO, ocupante do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, para que exerça a função de Presidente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de Tangará/SC;

Art. 2º. O cumprimento do seu ofício não dará direito a outra remuneração que não a já percebida pela servidora no cargo em que ocupa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 31 DE OUTUBRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 021/2019**

Publicação Nº 2211949

PORTARIA Nº 021, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ QUE ESPECIFICA".

GILVÂNIO PONTEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no art. 21, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º. Fica concedido o gozo de férias à servidora FLÁVIA MARTELLI, ocupante do cargo de Escriturária Legislativa – Nível 1 – Classe E, referente ao exercício de 2018 a 2019, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tangará - SC, 01 de novembro de 2019.  
GILVÂNIO PONTEL  
Presidente

**PORTARIA Nº 022/2019**

Publicação Nº 2211952

PORTARIA Nº 022, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ QUE ESPECIFICA".

GILVÂNIO PONTEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no art. 21, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º. Fica concedido o gozo de férias à servidora BIANCA BRESSAN, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa e Comunicação – Nível 1 – Classe B, referente ao exercício de 2018 a 2019, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tangará - SC, 01 de novembro de 2019.  
GILVÂNIO PONTEL  
Presidente

# Tijucas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 100/PMT/2019**

Publicação Nº 2211349

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/PMT/2019  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 100/PMT/2019

Objeto: Aquisição de Notebooks para o Corpo de Bombeiros da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 14 de novembro de 2019, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/SAMAE/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/SAMAE/2019**

Publicação Nº 2211713

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 051/SAMAE/2019

Dispensa de Licitação nº 026/SAMAE/19

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de geradores de energia elétrica, a diesel, incluindo transporte, instalação, cabos elétricos, fornecimento de combustível (abastecimento e reabastecimento durante o período de funcionamento) e desinstalação, a fim de garantir a continuidade dos serviços de tratamento e de bombeamento de água, em casos de interrupções no fornecimento de energia elétrica, evitando interrupções inesperadas no abastecimento de água, sendo: (UM) GRUPO GERADOR DE ENERGIA DE 350 KVA SSL 220FN/380VFF-AUTOMATIZADO, e 02 (DOIS) GRUPOS GERADORES DE ENERGIA DE 125 KVA SSL 220FN/380 VFF – AUTOMATIZADO para ETA – Estação de Tratamento de Água (Itinga) do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto, do município de Tijucas/SC. Contratado: MAIER LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI ME.

Valor: R\$. 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

Amparo Legal: Art. 24 inciso I e II, Art. 23 inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 380/2019/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/PMT/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/PMT/2019**

Publicação Nº 2211383

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

#### ERRATA

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 175/PMT/2019

Dispensa de Licitação nº 050/PMT/19

Objeto: Contratação de empresa especializada para Manutenção Preventiva e Corretiva de Condicionadores de Ar Tipo Split de 9000 a 30000 BTU da estrutura física da Rede Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas - SC.

Contratado: CLIMATEC COMÉRCIO E CLIMATIZAÇÃO LTDA

Onde se lê: "Valor: R\$. 3.200,00 (Três mil e duzentos reais)...

Leia-se : "Valor: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) ....

Amparo Legal: Art. 24, inciso I e II, Art. 23. Inciso I e II "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 381/2019/PGM

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO ATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/SAMAE/2019 DA TOMADA DE PREÇO Nº 005/SAMAE/2019**

Publicação Nº 2211512

ATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/SAMAE/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/SAMAE/2019

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às oito horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas - SC, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 007/2019 de 07/01/2019, para abrir e examinar a Documentação do Processo Licitatório nº 050/SAMAE/2019 Tomada de Preço nº 005/SAMAE/19, para a Contratação de empresa para Execução das Obras Civas para Complementação de Rede de Esgoto da Rua Atanásio Bernardes, do município de Tijucas/SC, SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Verificou-se que protocolou os envelopes da Documentação e Proposta as empresas LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ME representado neste ato pelo Sr. Jose Rodrigues Pereira, NAJ EMPREITEIRA LTDA EPP, representado neste ato pelo Sr. Fabrício Vilmar Bambinetti. Embora observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o qual encontra-se o edital disponível no site do município [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br) - licitações no momento da abertura desta sessão. Após rubrica e análise criteriosa por todos os presentes e os representantes legais das empresas participantes sobre as documentações, a empresa NAJ EMPREITEIRA LTDA EPP, através do representante legal mencionou que a Certidão Municipal da empresa LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ME. esta vencida e também que o índice de Solvência Geral e Índice Corrente não constam no balanço patrimonial exigido no edital. Alegou também que não consta Atestado de Pavimentação de Paralelepípedo e Lajota, e Acervo de Terraplanagem do engenheiro. Serão encaminhadas para análise contábil e técnica as documentações das empresas para os devidos pareceres. A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por cautela designa para as 09h00 (nove horas) do dia 05 de novembro de dois mil e dezenove, o julgamento da documentação. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. Tijucas, 31 de outubro de 2019.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

Jilson José de Oliveira - PRESIDENTE

## **EXTRATO JULGAMENTO DE DOCUMENTO DE DOCUMENTAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/PMT/2019 -TOMADA DE PREÇO Nº 023/PMT/2019**

Publicação Nº 2211656

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/PMT/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 023/PMT/2019

JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído o julgamento da Documentação do Processo Licitatório nº 170/PMT/2019 Tomada de Preço nº 023/PMT/19, para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA REFORMA DO PRÉDIO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO "PROFESSOR MANOEL DOS ANJOS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC Foram observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o qual encontra-se o edital disponível no site do município [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br) - licitações no momento da abertura desta sessão. Quanto à análise técnica, constatou-se que todas as empresas participantes atenderam os requisitos mínimos de acervo e qualificação. Quanto à análise contábil, todas as empresas atingiram os índices do item 7.3 do referido edital. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I "a" da Lei 8.666/93. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO 25/2019**

Publicação Nº 2211694

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2019  
DISPENSA CVT Nº 12/2019

Contratante: Câmara Municipal de Tijucas  
CNPJ: 80.669.864/0001-30  
Contratado: MANOLO CORRETORA DE SEGUROS  
CNPJ: 04.258.789/0001-36

Objeto: O presente Processo de Compra tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE SEGURO PARA VEICULO OFICIAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I da Dispensa 12/2019.

Fundamento Legal: Lei 8666/93, Art. 24, inciso II; Dec. 7.892/13, Dec. 2.271/97 e IN 02/2008 e alterações.

Vigência: 29/10/2019 à 31/12/2019

Valor Global: R\$ 1.712,08

(um mil e setecentos e doze reais e oito centavos)

**PREVISERTI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS****PORTARIA 011/2019 - CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A ONETE GENI MARTINENGHI**

Publicação Nº 2211408

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tijucas - PREVISERTI

PORTARIA nº 011, de 01 de novembro de 2019.

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, com fundamentos no inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 71 da Lei Complementar Municipal nº 37/15 e Processo Administrativo nº 2019006, a servidora ONETE GENI MARTINENGHI, a partir de 01/11/2019.

Christian Rocha Neves

Presidente do PREVISERTI

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 183/2019 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 2212319

DECRETO Nº 183, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.932/2018;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 273.122,95(duzentos e setenta e três mil e cento e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos) nas seguintes dotações do orçamento vigente:

**04.02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

2.012 – Manutenção e Desenvolvimento do Turismo

23-3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

07.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2.004 – Manutenção do Ensino Fundamental

64 – 3.1.90.00.00.00.00.0088; Aplicações Diretas ..... R\$ 38.999,00

65 – 3.1.90.00.00.00.00.0089; Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

2.005 – Manutenção do Ensino Infantil - Creche

79-3.1.90.00.00.00.00.0089 – Aplicações diretas ..... R\$ 35.000,00

2.006 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escolar

84-3.1.90.00.00.00.00.0088 – Aplicações diretas ..... R\$ 110.000,00

85-3.1.90.00.00.00.00.0089 – Aplicações diretas ..... R\$ 2.000,00

**07.03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES/DEPTO ESPORTES**

2.011 – Manutenção do Esporte Amador

94-3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.500,00

**09.02 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/ FMAS**

2.025 – Manutenção do Conselho Tutelar

99-3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações diretas ..... R\$ 12.000,00

2.028 – Apoio as Famílias

110 -3.1.90.00.00.00.00.0066 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

113 -3.3.90.00.00.00.00.0066 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.136,77

157 -4.4.90.00.00.00.00.0015 – Aplicações Diretas ..... R\$ 6.487,18

2.029 – Apoio a Criança e ao Adolescente

102-3.1.90.00.00.00.00.0080 ; Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes:

I - do excesso de arrecadação verificado nas Fontes de Recursos:

0080; Recursos Ordinários ..... R\$ 55.500,00

0015; Transferência Estado FEAS – PSB Investimento ..... R\$ 6.487,18

0066; Transferência Estado FEAS – PSB Custeio ..... R\$ 15.136,77

0088; Transferência do FUNDEB 60% ..... R\$ 138.999,00

0089; Transferência do FUNDEB 40% ..... R\$ 35.000,00

II- da anulação de orçamento nas dotações que especifico:

07.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2.004 – Manutenção do Ensino Fundamental

68 – 3.3.90.00.00.00.00.0089; Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

2.006 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escolar

87-3.3.90.00.00.00.00.0089 – Aplicações diretas ..... R\$ 12.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 29 de outubro de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 184/2019 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL**

Publicação Nº 2212320

DECRETO Nº 184, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.971/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento da Câmara de Vereadores do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 26.085,02(vinte e seis mil, oitenta e cinco reais e dois centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

01.01 – Câmara de Vereadores

2.001 – Gestão da Câmara de Vereadores

3 – 3.3.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas ..... R\$ 26.085,02

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que tratam o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das dotações abaixo descritas:

01.01 – Câmara de Vereadores

1.001 – Ampliação da Sede do Poder Legislativo

1 – 4.4.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas ..... R\$ 26.085,02

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 29 de outubro de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 185/2019 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL**

Publicação Nº 2212323

DECRETO Nº. 185, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.932/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 36.581,11(trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e onze centavos) nas dotações abaixo especificadas:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.13 – Atendimento da Saúde Básica

8– 3.1.90.00.00.00.00.0056 – Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

42 – 3.1.90.00.00.00.00.3014 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.581,11

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes:

I - da anulação de orçamento na dotação que específico:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.013 – Atendimento da Saúde Básica

44 – 3.3.90.00.00.00.00.3014 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.348,75

48 – 4.4.90.00.00.00.00.3014 – Aplicações Diretas ..... R\$ 232,36

II – do excesso de arrecadação verificado na Fonte de Recursos 0056; Transferências do SUS/Estado - Co-Financiamento ESF ..... R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 29 de outubro de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****ATA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 29.2019 FMDE**

Publicação Nº 2212329

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO  
TOMADA DE PREÇO Nº. 29/2019 – FMDE  
HABILITADA: SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI

Às catorze horas, do trigésimo primeiro dia, do mês de outubro de dois mil e dezenove (31/10/2019), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para abertura dos envelopes da Proposta de Preço das empresas habilitadas no processo licitatório Tomada de Preço nº. 29/2019 – FMDE.

Iniciada a sessão, a Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes, passando-se à respectiva abertura, colocando os documentos neles contidos à disposição dos presentes e solicitando que os mesmos procedessem com a rubrica em todas as vias.

Após a análise da regularidade dos documentos apresentados na Proposta de Preço, os valores globais apresentados foram os abaixo listados:

	EMPRESA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
01	SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI	28.081,96

Na sequência, a Proposta de Preço segue para análise do Departamento Técnico (Setor de Engenharia), procedendo-se com à conferência dos valores e quantitativos, bem como da planilha de composição do BDI apresentado pelas empresas.

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

LOURDES MOSER Presidente	ANGELA PREUSS Membro	DAVI BERRI Membro
-----------------------------	-------------------------	----------------------

**ATA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 55.2019 PMT**

Publicação Nº 2212334

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO  
TOMADA DE PREÇO Nº. 55/2019 – PMT  
HABILITADAS: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.  
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA. EPP

Às catorze horas e vinte minutos, do trigésimo primeiro dia, do mês de outubro de dois mil e dezenove (31/10/2019), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para abertura dos envelopes da Proposta de Preço das empresas habilitadas no processo licitatório Tomada de Preço nº. 55/2019 – PMT.

Iniciada a sessão, a Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes, passando-se à respectiva abertura, colocando os documentos neles contidos à disposição dos presentes e solicitando que os mesmos procedessem com a rubrica em todas as vias.

Após a análise da regularidade dos documentos apresentados na Proposta de Preço, os valores globais apresentados foram os abaixo listados:

	EMPRESA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)
01	CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.	369.169,16
02	TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA. EPP	381.440,71

Na sequência, a Proposta de Preço segue para análise do Departamento Técnico (Setor de Engenharia), procedendo-se com à conferência dos valores e quantitativos, bem como da planilha de composição do BDI apresentado pelas empresas.

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER Presidente	ANGELA PREUSS Membro	DAVI BERRI Membro
-----------------------------	-------------------------	----------------------

## ATA PARECER TÉCNICO DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 50 2019 PMT

Publicação Nº 2212338

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO  
TOMADA DE PREÇO Nº. 50/2019 – PMT  
INTERESSADA: INSTALADORA J3 LTDA.  
RED ENERGY COM. SERVIÇOS LTDA. EPP

Às quinze horas, do trigésimo primeiro dia, do mês de outubro de dois mil e dezenove (31/10/2019), no setor de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para dar continuidade ao processo licitatório Tomada de Preço nº. 50/2019 – PMT.

Considerando o parecer técnico do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Timbó, aliado à documentação apensada aos autos, a Comissão Permanente de Licitações desclassifica a proposta da empresa INSTALADORA J3 LTDA. por apresentar na proposta, valor inexeqüível para os seguintes itens: Item 01 – 2.5, 2.9 e 2.16; Item II – 2.3, 2.6 e 2.12; Item III – 2.3, 2.6 e 2.11; Item IV – 2.3, 2.6 e 2.12; Item V – 2.3, 2.6 e 2.12 e Item VI – 2.3, 2.6 e 2.17 e classifica a proposta de preço da empresa RED ENERGY COM. SERV. LTDA. EPP, no valor total de R\$ 149.926,74.

Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitações declara vencedora a empresa RED ENERGY COM. SERV. LTDA. EPP, no valor total de R\$ 149.926,74 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo este, o menor valor apresentado.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta ata de classificação e julgamento das propostas de preços e declaração de vencedora para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou manifestar desistência do mesmo.

Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER Presidente	ANGELA PREUSS Membro	DAVI BERRI Membro
-----------------------------	-------------------------	----------------------

## CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 03-02.2019 FMS

Publicação Nº 2212355

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 03-02/2019 FMS  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2013/03 FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, o licitante PAULO ROBERTO SILVEIRA, CPF nº. 561.177.289-72, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 08/11/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 31 de outubro de 2019.

PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

## CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134.2019 PMT

Publicação Nº 2212353

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 134/2019  
TOMADA DE PREÇO Nº 45/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa PISOSSUL - CONSTRUÇÃO INDUSTRIAL E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA EPP, CNPJ nº. 01.474.155/0001-22, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 08/11/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 31 de outubro de 2019.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

## DECISÃO - PP 14 -2019 SAMAE - DECISÃO SECRETÁRIO

Publicação Nº 2212342

### DESPACHO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019 SAMAE.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, CNPJ 05.278.562/0001-15 (localizado na Rua Duque de Caxias n.º 56, Centro), representado pelo Diretor Presidente, o Sr. Waldemar Gebauer, lançou processo licitatório Edital de Pregão Presencial nº 14/2019 SAMAE, tendo como objetivo a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGIA (CBO 517420; COM CURSO DE BRIGADISTA), 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, 07 (SETE) DIAS POR SEMANA (INCLUSIVE SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO, conforme termo de referência anexo ao instrumento convocatório.

Em atenção ao contrato nº 141/2019 advindo da supracitada licitação, e considerando que:

- a) Houve erro material na redação do contrato, constando, em alguns trechos, a expressão "vigilante" ao invés de "vigia", sendo este último o real objeto da contratação;
- b) A categoria "vigilante" e "vigia" são distintas, porquanto "A função do vigilante se destina precipuamente a resguardar a vida e o patrimônio das pessoas, exigindo porte de arma e requisitos de treinamento específicos, nos termos da lei nº 7.102/83, com as alterações introduzidas pela lei nº 8.863/94, exercendo função parapolicial. Não pode ser confundida com as atividades de um simples vigia ou porteiro, as quais se destinam à proteção do patrimônio, com tarefas de fiscalização local. O vigilante é aquele empregado contratado por estabelecimentos financeiros ou por empresa especializada em prestação de serviços de vigilância e transporte de valores, o que não se coaduna com a descrição das atividades exercidas pelo autor, ou seja, de vigia desarmado, que trabalhava zelando pela segurança da reclamada de forma mais branda, não sendo necessário o porte e o manejo de arma para se safar de situações emergenciais de violência." (TRT-3ª Reg., 6ª T., RO-00329-2014-185-03-00-6, Rel. Juíza Convoc. Rosemary de Oliveira Pires, DEJT 14.07.2014)
- c) A vontade inequívoca da administração é a contratação de serviço de "vigia", manifestada da delimitação do objeto, descrito como "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGIA (CBO 517420; COM CURSO DE BRIGADISTA), 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, 07 (SETE) DIAS POR SEMANA (INCLUSIVE SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- d) A súmula 473 do STF, a qual dispõe que "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".
- e) A supressão no contrato nº 141/2019 dos trechos em que se menciona a categoria "vigilante" se faz necessário para não prejudicar a licitante vencedora, a qual estaria obrigada a condições que fogem à sua atividade;

Determino a supressão das seguintes alíneas da Cláusula Quarta do Contrato nº 141/2019:

"dd) Em caso de substituição, apresentar relação nominal do vigilante contendo nome completo, endereço, número de telefone celular/residencial, juntamente com o atestado de antecedentes criminais e certificado de conclusão de "Curso de Formação de Vigilante" e reciclagem expedidos por instituição devidamente habilitada e reconhecida, visando a comprovação da formação técnica da mão de obra";

ee) Deverá manter mão de obra qualificada disponível para garantir a execução do serviço de vigilância patrimonial em caso de falta, férias, licença, greve, demissão, substituição do vigilante quando solicitado ou para atender ainda os eventuais acréscimos que por ventura sejam solicitados pelo Contratante, sem prejuízo à prestação normal dos serviços de vigilância e segurança patrimonial.

kk) Efetuar o pagamento dos salários dos vigilantes durante a execução do contrato mediante depósito bancário em conta, de modo a possibilitar a conferência do mesmo por parte da fiscalização, caso seja necessário.

Mantem-se inalterados todos os demais termos do Contrato Administrativo n. 141/2019.

Timbó, 30 de outubro de 2019.

Waldemar Gebauer

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

**DECRETO Nº 5363, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211693

**DECRETO Nº 5.363, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019**

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, parte ideal do imóvel situado à Rua August Maas, de propriedade de Heinz Maas (espólio) e Edi Maas, destinado à regularização do apossamento administrativo realizado para o prolongamento da Rua Araranguá.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70 inciso I, alíneas "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores e,

Considerando que conforme declaração do corpo técnico do município desde a abertura da via Araranguá, em 1980, através da implementação do loteamento aprovado pelo Decreto nº 1.488, a municipalidade se apossou de uma área de 822,06 m² do imóvel matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis sob o nº 22.907, do livro 2, promovendo o prolongamento da rua Araranguá até atingir a rua Augusto Maas, exercendo, desde então, a utilização/uso e manutenção do trecho que passou a integrar a malha viária do município;

Considerando que embora o município tenha regularizado em seus cadastros a área em 11/09/1998 através da aprovação do desmembramento e arruamento nos moldes disciplinados pela Lei nº 1.813/95, a falta do registro impossibilitou a regularização perante o registro de imóveis, mantendo-se a área da via na matrícula do referido imóvel;

Considerando a vontade manifestada em requerimento dos proprietários de doar ao município a área já reconhecida por estes últimos como ocupada pela municipalidade a mais de 30 anos, regularizando assim o trecho da rua já constituída;

Considerando que tal desapropriação irá consolidar situação já existente, beneficiando não apenas os moradores e proprietários de imóveis localizados e cortados por esta rua, mas toda a comunidade (em especial a local e a que utilizada diretamente), isso sem mencionar que contribui diretamente com todas as questões afetas a mobilidade e acessibilidade, além daquelas relacionadas a regularização imobiliária dos bens públicos;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, uma área de terras com 822,06m², destinada ao prolongamento da Rua Araranguá, assim descrita: Terreno urbano, situado no lado ímpar da Rua August Maas, com as seguintes confrontações: frente em 29,11 metros com o lado ímpar da Rua August Maas; fundos em 14,00 metros com terminal da Rua Araranguá; lado direito, com a curva de transição de 12,30 metros e em linha reta de 43,50 metros, ambas confrontando com terras de Heinz Maas (espólio), matriculado sob o nº 22.907, livro 2; e, lado esquerdo, com a curva de transição de 6,35 metros e em linha reta de 56,92 metros, ambas confrontando com terras de Heinz Maas (espólio), matriculado sob o nº 22.907, livro 2. O referido imóvel encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.07.056.0835.001 e constitui parte ideal do imóvel matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.907, livro 2.

Art. 2º A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este decreto é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no art. 10 c/c art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 5374, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212137

**DECRETO Nº 5374, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Fixa preços mínimos para comercialização de material reciclado pela Divisão de Resíduos Sólidos do SAMAE, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, XX, XXII e XXV, c/c art. 70, inciso I, alíneas "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento nos artigos 71 e 72 da Lei Orgânica do Município, nos artigos 30, inciso V, e 175 da Constituição Federal, nos artigos 9º, 13 e 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e no artigo 17, II, "e", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e alterações posteriores, e

Considerando-se que o Município implantou o Processo de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em 02 de Junho de 2003;

Considerando-se que através da Portaria nº SAMAE -183, de 30 de Abril de 2019 foi designada Comissão Especial de Avaliação de material

reciclado para fins de alienação, tendo-se recebido o respectivo Laudo de Avaliação proposto pela mesma,

**DECRETA:**

Art.1º Fica homologado o Laudo de Avaliação, apresentado pela Comissão Especial de Avaliação, e fixada a tabela de preços mínimos para comercialização, pelo SAMAE, dos resíduos sólidos reciclados pela Divisão de Resíduos Sólidos, conforme classificação abaixo:

Item	Qtd	Und	Descrição	Preço Mínimo por Unidade (R\$)
001	25.000	Kg	Papelão (reciclado)	0,49
002	20.000	Kg	Papel misto (reciclado)	0,32
003	1.000	Kg	Papel Kraft (reciclado)	0,29
004	4.000	Kg	Tetra Pack (embalagem longa vida) reciclado	0,25
005	3.000	Kg	Plástico pet refrigerante	1,10
006	500	Kg	Plástico pet azeite	0,43
007	1.500	Kg	Plástico PP Transparente (álcool / shampoo)	1,17
008	800	Kg	Plástico duro branco leitoso	1,16
009	5.000	Kg	Plástico PEAD/PEAB (PT de margarina, leitoso colorido, balde,)	0,75
010	500	Kg	PVC e caixa de geladeira	0,36
011	1.000	Kg	Plástico PS copinhos	0,32
012	10.000	Kg	PE filme colorido limpo/sujo	0,29
013	1.000	Kg	PP filme colorido	0,02
014	1.000	Kg	Filme cristal limpo/sujo	0,96
015	250	Peça	Vidros de conserva grande	0,47
016	200	Peça	Garrafão de vidro	1,26
017	10.000	Kg	Conservas pequenas, vidros e litros diversos	0,23
018	1.000	Kg	Caco misto (vidros e litros diversos quebrados)	0,05
019	1.000	Kg	Pet Bandeja (Cachopa)	0,10
020	750	Kg	Alumínio diversos	3,47
021	3.000	Kg	Alumínio latinhas	3,51
022	1.000	Kg	Plástico Laminado (salgadinho)	0,02
023	1.000	Kg	Motores Elétricos para desmanche	0,70
024	1.500	Kg	Lixo Eletrônico	0,21
025	500	Kg	Isopor	0,28
026	450	Kg	Fios com capa	5,10
027	300	Kg	Óleo cozinha usado	0,35
028	250	Kg	Metal (Antimônio e Inox)	4,00
029	6.000	Kg	Latas e sucatas bruta de ferro	0,22
030	10.000	Kg	Papéis, Plásticos, Vidros, Metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,10
031	10.000	Kg	Papéis, Plásticos, Vidros, Metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,10

§1º Fica estabelecida a apresentação de novo Laudo de Avaliação pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº SAMAE -183, de 30 de Abril de 2019, com validade pelo período de 06 (seis) meses, após a publicação deste decreto, com vistas à avaliação da eficiência e do interesse nas alienações e a eventual revisão dos preços mínimos fixados.

§2º O procedimento interno do SAMAE para efetivação das alienações dos materiais reciclados deverá incluir o controle de produção e pesagem dos materiais e o pagamento exclusivamente em agência bancária ou correspondente, em conta corrente específica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Art.3º Fica revogado o Decreto nº 5311 de 30 de Agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 02/2019**

Publicação Nº 2212189

**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 02/2019**

A Secretaria da Fazenda e Administração de Timbó, faz saber, a quem interessar possa, que, conforme orientação da Comissão de Avaliação de Documentos, designada pela Portaria nº 1.581 de 22 de agosto de 2019, eliminará a partir do 30º dia subsequente a esta publicação, os documentos públicos constantes do Setor de Contabilidade das seguintes Unidades Orçamentárias: Prefeitura Municipal de Timbó, Fundo Municipal de Educação de Timbó, Fundo Municipal de Saúde de Timbó, Fundo Municipal de Assistência Social de Timbó, Fundo Municipal de Atendimento a Criança e Adolescente de Timbó, Fundo Municipal de Assistência a Saúde dos Serv. Públicos de Timbó, Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar de Timbó, Fundo Municipal de Trânsito de Timbó, Fundo Municipal de Turismo de Timbó, Fundação de Cultura e Turismo de Timbó e Fundação Municipal de Esportes de Timbó. Com prazos de retenção prescritos e/ou inaplicáveis, conforme listagem de Eliminação de Documentos nº 02/2019. Os eventuais interessados na obtenção de quaisquer documentos que integre o rol abaixo, poderão requerer às suas expensas, no prazo citado, o desentranhamento dos mesmos, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão de Avaliação de Documentos.

**LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS 02/2019**

Órgão: Secretaria da Fazenda e Administração			Listagem nº 2
Setor: Contabilidade			Folha nº 1
Assunto/Tipo documental		Volume Aprox. (Kg)	Datas
Empenhos, respectivos comprovantes da despesa, de OUTRAS DESPESAS CORRENTES (33000000) *		2.000	Anteriores à 2007
Notas Extra Orçamentárias **		600	Anteriores à 2007
Relatórios Diversos (contábeis, financeiros, balancetes, etc)		200	Anteriores à 2007
Conciliações bancárias e extratos		400	Anteriores à 2007
Relatórios Diversos		400	Anteriores à 2007
Peso Total Aproximado		3.600	

\*Exceto relativas a juros da dívida fundada;

\*\*Exceto relativas à retenções de folha de pagamento.

Timbó-SC, 01 de novembro de 2019.

Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração	Carla Moser Presidenteda Comissão deAvaliaçãodeDocumentos
---------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------

Káthia E. GumzHowe  
Membro da Comissão  
De AvaliaçãodeDocumentos

**PORTARIA NO 1701, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212236

**PORTARIA No 1701, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019**

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 c/c Decreto nº 5212, de 29 de maio do corrente, e considerando:

O relevante interesse público-coletivo (em especial a manutenção das atividades da administração), a contratação temporária é a medida que se impõe, o que encontra previsão nos dispositivos normativos pertinentes (Lei nº 2045/98 e outros) e não prejudica a assunção dos profissionais aprovados nos concursos e processos seletivos,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Fundo Municipal de Educação)						
Cargo: Professor C10						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

ANDREIA MARIA FERRARI (Vacância/Aprovada no Proc.Seletivo 007/2019)	257583	6	19/02/1978	029.597.689-65	20h	18/10/2019 a 20/11/2019
DIANA POLETTI (Em subst.aJung Hi Rodenbeck que se encontra em afastamento do cargo)	404135086	0	06/02/1998	846.058.390-20	21h	18/10/2019 a 31/10/2019
ELIZABETH PISETTA (Aumento do número de alunos)	19771	1	18/10/1968	593.064.409-87	20h	18/10/2019 a 25/10/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### PORTARIA Nº FCT-55, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2212032

PORTARIA Nº FCT-55, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

Admite candidato para o exercício de emprego público, conforme Lei Complementar nº 356, de 29 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 379, de 22 de dezembro de 2009.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000 e alterações, e,

CONSIDERANDO-SE a criação do Quadro de Pessoal sob a forma de emprego público para atendimento de Programas Culturais no município de Timbó, pela Lei Complementar nº 356, de 29 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 379 de 22 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO-SE a classificação dos candidatos no Concurso para Emprego Público nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR o candidato abaixo identificado, para exercer as funções do emprego público:

FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE TIMBÓ				
Nome	CPF	Cargo Emprego Público	Referência Salarial	Jornada Semanal
Ricardo Hedler	078.441.139-52	Auxiliar Museu Música	GA-30	35h

Art. 2º CONVOCAR o admitido para que no prazo máximo de 15 dias, apresente toda a documentação necessária à subscrição do contrato, dando início ao exercício das respectivas funções, nos termos do artigo 3º, §§'s 4º e 5º da Lei Complementar nº 356/2008, alterada pela Lei Complementar nº 379/2009, ressaltando que a inobservância do prazo estabelecido acarretará a nulidade da nomeação ora efetivada nos termos do §7º do mesmo dispositivo legal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação: 85º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE FCT

### PORTARIA Nº FCT-56, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2212041

PORTARIA Nº FCT-56, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Fundação de Cultura e Turismo de Timbó-FCT.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó-FCT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei

Complementar nº 171/2000, Lei nº 2045, de 22/12/98, alterada pelas Leis nº 2439, de 02/12/2009 e nº 2819, de 22/12/2015, c/c Decreto nº 5212, de 29 de maio do corrente, e considerando que:

- A quantidade de aprovados no concurso público, bem como de inscritos no processo seletivo não supre a quantidade de vagas disponíveis e necessárias a atender a demanda do poder executivo municipal;

- A prorrogação das contratações temporárias é a medida que se impõe, o que encontra previsão nos dispositivos normativos pertinentes (Lei nº 2045/98 e outros) e em nenhum momento prejudica a assunção dos profissionais aprovados nos concursos e processos seletivos, pois poderão ser convocados em até 2 anos (prorrogável por igual período), o que encontra previsão no art. 37, III da CF e art. 15 da LC nº. 01/93, edital e outros,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE TIMBÓ-FCT			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
Ricardo Hedler	4156790	0	04/11/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA  
Diretor Presidente FCT

## **TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**

### **PORTARIA TIMBOPREV Nº 61, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211561

PORTARIA TIMBOPREV Nº 61, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Mirian Bell.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR MIRIAN BELL, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-14, matrícula nº 44512-06, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 21004060.1.00312/19-2, expedida em 17/09/2019, computando-se 5.314 (cinco mil, trezentos e catorze) dias, ou seja, 14 (catorze) anos, 06 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) dias, conforme processo TIMBOPREV 61/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT  
Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

# Três Barras

## PREFEITURA

### LEI Nº 3442/2019

Publicação Nº 2211926

LEI Nº 3442/2019

Dispõe sobre ligações de energia nas edificações que não tenham alvará de construção e/ou habite-se no âmbito do Município de Três Barras/SC.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras -SC, Estado de Santa Catarina, faço a saber que a Câmara Municipal decretou eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica autorizada a ligação de energia elétrica pela concessionária da rede pública, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A (CELESC), nas edificações que não tenham o competente alvará de construção e/ou habite-se fornecido pela Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, desde que:

- I- a edificação não esteja localizada em Área de Preservação Permanente (APP);
- II- a edificação não esteja localizada em área classificada pela Defesa Civil como de risco alto, risco muito alto ou de exclusão; e
- III- respeitem as regras estabelecidas pela concessionária. Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras-SC, 31 de outubro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
PREFEITO MUNICIPAL

Anderson Stocloski  
Advogado

### LEI Nº 3443/2019

Publicação Nº 2211930

LEI Nº 3443/2019

Altera a Redação do inciso I do artigo 4º da Lei nº 1.777 de 08 de novembro de 1995 - a qual Cria Programa de Combate a Fome e dá outras providências.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 65, inciso I, da lei Orgânica Municipal, submete à apreciação dessa Egrégia Câmara de Vereadores o seguinte:

LEI

Art. 1º - O inciso I do artigo 4º da Lei nº. 1.777, de 08 de novembro de 1995, passa a vigorar com a redação seguinte:

Art. 4º. (...)

I- comprovação de Renda familiar mensal (per capita) igual ou inferior a ¼ do salário mínimo;

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras-SC, 31 de outubro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
Prefeito Municipal de Três Barras

Anderson Stocloski  
Advogado

### LEI Nº 3444/2019

Publicação Nº 2211933

LEI Nº 3444/2019

Cria o Conselho Municipal de Turismo.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras -SC, Estado de Santa Catarina, faço a saber que a Câmara Municipal

decretou eu sanciono a seguinte,

## LEI

Art.1º. Fica criado o Conselho Municipal de Turismo, vinculado a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art.2º. O Conselho Municipal de Turismo é um órgão colegiado consultivo, normativo e deliberativo, destinado a promover, orientar e fomentar o desenvolvimento turístico no Município de Três Barras/SC.

Art.3º. Conselho Municipal de Turismo compor-se-á de membros representantes do poder público, da iniciativa privada e sociedade civil organizada com vínculo e/ou interesse no desenvolvimento turístico do Município.

§1º. O Conselho será constituído por:

I- 02(dois) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo; II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

III- 01(um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

IV- 03(três) representantes do trade turístico, sendo 01(um) de meios de hospedagem, 01(um) de alimentos e bebidas e 01(um) de agenciamento e/ou transporte;

V- 01(um) representante da Câmara de Vereadores Municipal; VI- 01(um) representante de Associações Culturais;

VII- 01(um) representante do Turismo Religioso;

VIII- 01(um) representante do Turismo Rural e Ecológico;

IX- 01(um) representante da Epagri.

§2º O Presidente, Vice-Presidente e Secretário serão eleitos pelos membros do Conselho para um mandato de 02(dois) anos, permitida a recondução;

§3º. Cada Representante indicado pelos órgãos mencionados será efetivo e terá um suplente, sendo ambos designados por Decreto Municipal.

§4º. Os membros do Conselho não receberão qualquer espécie de remuneração.

Art.4º. Compete aos membros do Conselho Municipal de Turismo redigir seu Regimento Interno em um prazo de 30(trinta) dias após a aprovação desta Lei, devendo ser regulamentado por meio de Decreto Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras-SC, 31 de outubro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Anderson Stocloski

Advogado

## LEI Nº 3445/2019

Publicação Nº 2211938

LEI Nº 3445/2019

Estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 do município.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras -SC,Estado de Santa Catarina, faço a saber que a Câmara Municipal decretou eu sanciono a seguinte,

## LEI

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Três Barras, para o exercício de 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações; V - as disposições sobre dívida pública

municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos; VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e VIII - as disposições gerais.

Parágrafo Único. Na elaboração do orçamento, conforme previstos neste artigo serão observados as disposições do art. 105 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal.

## I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos de nº 01 a 11 com a seguinte denominação:

I - Anexo 01 - Metas Anuais;

II - Anexo 02 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Anexo 03 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV -	Anexo 04 -	Evolução do Patrimônio Líquido;
VIII -	Anexo 05 -	Estimativas e Compensação da Renúncia de Receitas;
IX -	Anexo 06 -	Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;

X - Anexo 07 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

XI - Anexo 08 - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas; XII - Anexo 09 - Metodologia Memória de Cálculo das Metas Anuais para a Despesa; XIII - Anexo 10 - Metodologia Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo 11 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020, são aquelas definidas e demonstradas nos anexos de que trata o artigo 2º e nos anexos de nºs 12 a 19 desta lei, com a seguinte identificação:

Anexo 12 - Demonstrativo de Compatibilização dos Programas e Ações com o Plano Plurianual por Fonte de Recursos;

Anexo 13 - Prioridades e Metas;

Anexo 14 - Demonstrativo das Aplicações no Ensino; Anexo 15 - Demonstrativo das Aplicações em Saúde; Anexo 16 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;

Anexo 17 - Fontes de Receita para Destinação de Recursos;

Anexo 18 - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;

Anexo 19 - Relatório sobre Projetos em Execução e Obras com Necessidade de Conservação.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN.

§ 2º. A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código

da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), dobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do STN, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da

Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

- VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85); VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);
- X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;
- XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);
- XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);
- XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;
- XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);
- XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);
- XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para X1. (Art. 5º, III);
- XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);
- XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2019. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);
- XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para x1. (Art. 8º e 50, I da LRF);
- XXI - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

XXII - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até X-1, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

XXIII - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

XXIV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

XXV - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento (Art. 20 e 48 da LRF);

XXVI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento

do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT);

XXVII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT);

XXVIII - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

§ 1º. O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação 0.1.00 - Ordinários do orçamento fiscal até o limite de 2% sobre as Receitas Correntes. (ART. 5º, III da LRF)

Parágrafo único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo 14 da presente lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

### III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º. Os Orçamentos para o exercício de 2020 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio

entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos Municipais e Autarquia terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

Art. 11. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos

três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 12. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades. Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 13. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo 09, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 14. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo 11 desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro dos exercícios anteriores.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 16. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei

Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 17. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 18. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020 constantes do Anexo 08 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 20. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que

trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - Anexo 18, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no Anexo 19 desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 24. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial,

desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 26. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 27. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - Anexo 12, e contemplados na Lei Orçamentária para 2020 serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus

objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 28. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 29 - O Executivo fica autorizado, nos termos do artigo 167, V e VI, da Constituição Federal e art. 7º. da Lei n 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Despesa Fixada, utilizando como fonte de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do Exercício; II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - superávit financeiro do exercício anterior.

§ 1º - Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 2º - Aplica-se este artigo as atividades constantes do orçamento.

#### IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30. A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 31. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 32. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 29 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 12 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em

caráter

temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF)

Parágrafo Único. Fica fixado a data-base de 01 de janeiro para a revisão geral anual de salários dos servidores públicos de todas as categorias, ativos e inativos, atendendo assim o item X do artigo 37 da Constituição Federal. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 34. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, parágrafo único, V da LRF)

Art. 35. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores; II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Três Barras, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseq-entes. (ART. 14 da LRF)

Art. 38. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para

cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 39. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção também no prazo estabelecido pela Lei Orgânica.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020 fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º. A receita e a despesa podem sofrer alterações, no entanto, tanto as despesas mínimas como o limite máximo de gastos deverão seguir as normas previstas na legislação em vigor.

Art. 41. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseq-ente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 45 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 31 de outubro 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
PREFEITO MUNICIPAL

Anderson Stocloski  
Advogado

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019**

Publicação Nº 2211673

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 92/2019.**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº.78/2019.**Interessado: \* **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
\* **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2019, na cidade de Tres Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **NAVODAP COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI**, CNPJ nº **33.540.866/0001-44**, com sede e foro na Cidade de Curitiba - PR, cito a RUA EURIDES MACIEL DE ALMEIDA, nº 474, Bairro UBERABA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
5	CRUZETA PVC DN 50MM PVC JEI	UNIDADE	AMANCO	180,00	R\$20,20
6	CURVA 90 PVC DN 50MM JEI	UNIDADE	C&M	180,00	R\$9,50
7	TAMPÃO FERRO FUNDIDO TIPO T9	UNIDADE	FANUEL	180,00	R\$72,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 78/2019 – Procedimento Administrativo nº. 92/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 30 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
NILTON AVANIR HURMUS  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
NAVODAP COMERCIO DE MATERIAIS  
HIDRAULICOS EIRELI  
CONTRATADA

Testemunhas:

1

\_\_\_\_\_  
LUCIANE TOMCZYK

2

\_\_\_\_\_  
SILMARA ROMANHUK BORTOLINI

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019**

Publicação Nº 2211677

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 92/2019.  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019.**Interessado: \* **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
\* **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **TALENTOS DÁGUA REPRESENTAÇÃO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA**, CNPJ nº **24.419.445/0001-79**, com sede e foro na Cidade de Joinville - SC, cito a RUA MARQUES DE OLINDA, nº 955, Bairro SANTO ANTONIO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s):

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
3	ITÉ PVC DN 50MM BBB JEI	UNIDADE	TIGRE	240,00	R\$11,31
10	COLAR DE TOMADA PVC C/TRAVAS 60MM ¾	UNIDADE	TIGRE	1.500,00	R\$3,43

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 78/2019 – Procedimento Administrativo nº. 92/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 30 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
NILTON AVANIR HURMUS  
PREGOEIRO

\_\_\_\_\_  
TALENTOS DÁGUA REPRESENTAÇÃO  
PROJETOS E ASSESSORIA LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas

1

\_\_\_\_\_  
LUCIANE TOMCZYK

2

\_\_\_\_\_  
SILMARA ROMANHUK BORTOLINI

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019**

Publicação Nº 2211676

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 92/2019.**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº.78/2019.**Interessado: \* **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
\* **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI**, CNPJ nº **08.164.724/0001-82**, com sede e foro na Cidade de , cito a , S/N; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
4	LUVA PVC DN 50MM PVC JEI	UNIDADE	HIFERSANE	80,00	R\$5,45
11	ADAPTADOR PARA LIGAÇÃO RAMAL PREDIAL COM REGISTRO 20 MM X 3/4, ATENDENDO NBR 11306	UNIDADE	HIFERSANE	1.500,00	R\$4,30
12	ADAPTADOR PEAD DE COMPRESSÃO ROSCA MACHO ¾	UNIDADE	HIFERSANE	1.500,00	R\$1,05

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 78/2019 – Procedimento Administrativo nº. 92/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 30 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
NILTON AVANIR HURMUS  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
SANEMARCK COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE  
MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI  
CONTRATADA

Testemunhas:

1

\_\_\_\_\_  
LUCIANE TOMCZYK

2

\_\_\_\_\_  
SILMARA ROMANHUK BORTOLINI

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019**

Publicação Nº 2211674

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 92/2019.  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº.78/2019.**Interessado: \* **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
\* **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA**, CNPJ nº **67.731.091/0001-06**, com sede e foro na Cidade de São Paulo - SP, cito a ESTRADA FAZENDA CACHOEIRA, nº 571, Bairro CABREUVA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	TUBO PVC/PBA CL.12 JE DN 50MM	BARRA	CORR PLASTIK	5.000,00	R\$29,72

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 78/2019 – Procedimento Administrativo nº. 92/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 30 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
NILTON AVANIR HURMUS\_\_\_\_\_  
CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

1

\_\_\_\_\_  
LUCIANE TOMCZYK

2

\_\_\_\_\_  
SILMARA ROMANHUK BORTOLINI

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019**

Publicação Nº 2211675

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 92/2019.  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº.78/2019.**Interessado: \* **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
\* **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **CORR PLASTIK SISTEMAS PLASTICOS LTDA**, CNPJ nº **32.540.611/0001-19**, com sede e foro na Cidade de , cito a , S/N; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos item abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
9	TUBO PEAD PE 80 RAMAL PREDIAL AZUL 100 M 20X2,3MM PN 12,5, ATENDENDO NTS 048.	UNIDADE	CORR PLASTIK	9.300,00	R\$1,98

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 78/2019 – Procedimento Administrativo nº. 92/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 30 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
NILTON AVANIR HURMUS  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
CORR PLASTIK SISTEMAS PLASTICOS LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

1

\_\_\_\_\_  
LUCIANE TOMCZYK

2

\_\_\_\_\_  
SILMARA ROMANHUK BORTOLINI

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 106/2019**

Publicação Nº 2211907

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Procedimento Licitatório nº. 106/2019 – Edital Pregão nº. 88/2019.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 14 de novembro de 2019, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO para eventuais aquisições de "Paleta" de carne suína, para compor o Programa Municipal Sacolão.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 14 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 31 de outubro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019**

Publicação Nº 2211672

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 92/2019.**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº.78/2019.**

Interessado: \* **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
\* **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS**

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2019, na cidade de Tres Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **LOT METAIS EIRELI**, CNPJ nº **16.801.162/0001-69**, com sede e foro na Cidade de Araras - SP, cito a RUA PALMIRO CARRERO, nº 150, Bairro DISTRITO INDUSTRIAL; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos item abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
2	REGISTRO GAVETA CUNHA EMBORRACHADA COM BOLSA PN 10 PARA TUBOS PVC PBA DN 50 DE 60, ATENDENDO A NBR 14968	UNIDADE	LOT	180,00	R\$260,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 72/2019 – Procedimento Administrativo nº. 92/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 30 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_  
NILTON AVANIR HURMUS

\_\_\_\_\_  
LOT METAIS EIRELI  
CONTRATADA

Testemunhas

1

\_\_\_\_\_  
LUCIANE TOMCZYK

2

\_\_\_\_\_  
SILMARA ROMANHUK BORTOLINI

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

# Treviso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 592/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2211573

DECRETO Nº 592/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 927/2019, de 30 de Outubro de 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial e Suplementar no valor total de R\$196.000,00 (Cento e Noventa e Seis mil reais) para adicionar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.003 – Manutenção dos Serviços Administrativos

NOVA DOTAÇÃO (Transferência a PROAST)

3.3.50.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS MUNICIPAIS

01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

1.021 – Pavimentação de Vias Públicas

Dotação 85

4.4.90.00.00.00.00.0001 – Aplicação Direta .....R\$ 46.000,00

TOTAL ..... R\$ 196.000,00

Art. 2º. Os recursos destinados à abertura de Crédito Especial e Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta da anulação total e/ou parcial do seguinte recurso do orçamento vigente:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.047 – Manutenção da PROAST

Dotação 12

3.3.50.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05.01 – Departamento de Educação

1.038 – Aquisição de Terreno

Dotação 44

4.4.90.00.00.00.00.0005 – Aplicação Direta ..... R\$ 46.000,00

TOTAL ..... R\$ 196.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 30 de Outubro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de Outubro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 593/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211703

DECRETO Nº 593/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO Á PEDIDO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA FERNANDA PAGANI DALEFFE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017 e o Decreto nº 495/19 de 18 de Agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 01 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada FERNANDA PAGANI DALEFFE das funções do emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 31 de Outubro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de Outubro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 926/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211642

LEI Nº 926/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros no valor de até R\$ 3.909,32 (três mil, novecentos e nove reais e trinta e dois centavos) para subsidiar o custo de passagens aéreas dos alunos IURY PEREIRA e GUSTAVO NAVA na 8ª edição do Intercâmbio Técnico / Cultural entre a SATC, o ITIS GALILEO GALILEI, da cidade de CONEGLIANO e o LICEO ARTÍSTICO BRUNO MUNARI DE VITTORIO VENETO ITÁLIA, que se realizará entre os dias 04 a 22 de Dezembro de 2019.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º Após o retorno, os alunos terão o prazo até 31 de Dezembro de 2019 para aplicação dos recursos e para a devida prestação de contas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 30 de Outubro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de Outubro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 927/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2211659

LEI Nº 927/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial e Suplementar no valor total de R\$196.000,00 (Cento e Noventa e Seis mil reais) para adicionar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
2.003 – Manutenção dos Serviços Administrativos  
NOVA DOTAÇÃO (Transferência a PROAST)  
3.3.50.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS MUNICIPAIS  
01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS  
1.021 – Pavimentação de Vias Públicas  
Dotação 85  
4.4.90.00.00.00.00.0001 – Aplicação Direta .....R\$ 46.000,00  
TOTAL ..... R\$ 196.000,00

Art. 2º. Os recursos destinados à abertura de Crédito Especial e Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta da anulação total e/ou parcial do seguinte recurso do orçamento vigente:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
2.047 – Manutenção da PROAST  
Dotação 12  
3.3.50.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00  
05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
05.01 – Departamento de Educação  
1.038 – Aquisição de Terreno  
Dotação 44  
4.4.90.00.00.00.00.0005 – Aplicação Direta ..... R\$ 46.000,00  
TOTAL ..... R\$ 196.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 30 de Outubro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de Outubro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

# Treze de Maio

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS MÊS DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2209792

Extrato de Contratos - Mês de Outubro de 2019.

Contrato Nº.: 56/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: PAVIMENTADORA ALFA LTDA

Valor ..... : 152.823,44 (cento e cinq-enta e dois mil oitocentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 14/10/2019 Término: 14/04/2020

Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 16/2019

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária da rodovia municipal Dr. Ivo da Silveira, trecho 04 (área de pista = 1.341,73m²).

-----  
1º Termo aditivo ao Contrato Nº: 38/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: ALEXANDRE RECHIA LIMA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 15/10/2019 Término: 30/12/2019

Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2019

Objeto ..... : Prorrogação de prazo ref. á contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de edificação de um centro de educação infantil - Creche na localidade de Rio Vargedo, com fornecimento de todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários (A=261,39m²).

-----  
2º Termo Aditivo ao Contrato Nº: 29/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: JORNAL NOTICIAS DO SUL LTDA EPP

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 24/10/2019 Término: 21/02/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018

Objeto ..... : Rescisão de contrato referente à contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade de atos legais/oficiais em jornal de circulação diária.  
-----

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### PRCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2019 - CONCORRÊNCIA Nº 01/2019

Publicação Nº 2212428

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 83/2019 – CONCORRÊNCIA

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica de diversas ruas do Município de Treze Tílias - SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 03/12/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### EDITAL 013/19

Publicação Nº 2211927

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTES

EDITAL DE MATRÍCULA nº 013/2019

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO 2020.

Cátia Regina Marangoni Geremias, Secretária Municipal da Educação e do Esporte de Trombudo Central, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público as diretrizes referente à matrícula para o ano letivo de 2020, na Educação Infantil (Creche e Pré-escola), no Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano de acordo com a legislação em vigor e o previsto neste Edital.)

#### 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº 9.394/96; Leis Federais Nº 11.114/05 e Nº 11.274/06 que dispõe sobre a duração do ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade; Lei nº 1221 de 10 de dezembro de 1999 do Sistema Municipal de Ensino; Resolução da Educação Infantil número 299, Resolução CNE/CEB Nº 01/2010, que define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; Resolução do CME número 001/2013 que dispõe sobre o número de alunos por turmas no ensino fundamental e infantil, Lei Nº 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente em seu artigo 53 parágrafo V e outras legislações correlatas ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula no ensino fundamental/e Infantil/ano letivo 2020

#### 2. APRESENTAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal da Educação e do Esporte estabelecem através deste Edital, as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2020, nas unidades escolares que oferecem Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental.

2.2. O acesso à educação infantil, a partir dos 04(quatro) anos de idade e ao ensino fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, inclusive os que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria.

2.3. No ensino fundamental de nove anos de duração/EF a organização se dá em 05(cinco) anos iniciais e 04(quatro) anos finais, sendo que o primeiro, o segundo e o terceiro ano, que atendem crianças de 06(seis), 07(sete) e 08(oito) anos de idade são consideradas turmas de alfabetização. (Ciclo)

#### 3. DOS OBJETIVOS

##### 3.1. Do Objetivo Geral

3.1.1. Assegurar a matrícula para as crianças, na educação infantil, ensino fundamental, oferecido em unidades escolares da rede municipal de ensino.

##### 3.2. Dos Objetivos Específicos

3.2.1. Assegurar matrícula na Educação Infantil às crianças na faixa etária a partir de 04 meses, 01(um), 02(dois) e 03(três) anos de idade completos no ato da matrícula, mediante existência de vaga;

3.2.2. Assegurar matrícula na Educação Infantil (pré-escola) a todas às crianças na faixa etária de 04(quatro) a 05(cinco) anos de idade completos.

3.2.3 . Assegurar matrícula a toda criança na faixa etária a partir de 06(seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020 no ingresso ao ensino fundamental;

3.2.4 . Renovar a matrícula dos alunos e crianças que estudam nos Centros de Educação, respeitando sempre que possível o critério do zoneamento (estudar na escola mais perto de casa);

3.2.5 . Realizar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste edital;

3.2.6. Efetuar a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais.

3.2.7 . Reconduzir à escola o aluno evadido;

3.2.8. Organizar a distribuição de vagas disponíveis nas escolas, de acordo com o número de alunos que preconiza a resolução 01/2013.

#### 4. DA CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA:

Garantir-se-á matrícula em Centros de Educação e Centros de Educação Infantil de acordo com os seguintes requisitos:

**4.1. ENSINO FUNDAMENTAL (REGULAR):**

a) 1º Ano: Serão matriculadas, obrigatoriamente, crianças com seis (6) anos completos ou a completar até dia 31 de março de 2020. Preenchendo todos os dados solicitados no sistema EDUCACIM e apresentando uma declaração de vacinação assinada pelo vacinador do posto de saúde ou profissional de saúde.

**b) 2º a 9º Ano**

Serão matriculadas, ou rematriculadas, as demais crianças/alunos conforme as legislações correlatas, em vigor e preenchendo todos os dados solicitados no sistema EDUCACIM

**4.2 A Educação Infantil**

Creche período integral 04(quatro) meses a 03(três) anos: havendo a existência de vaga

Pré-escolar Nível I – 04(quatro) anos integral no CEI Arthur Kroenke e CEI Pinguinho de Gente, parciais nas demais unidades.

Pré Escolar nível II – 5anos – atendimento parcial - Turno Matutino ou Vespertino.

A transferência de crianças para do CEI Gente Miúda para o CEI Cinderela, a criança deverá ter 03(três) anos completos ou completar 03(três) anos até a data de 31/07/2020.

Do CEI Cinderela para o CEI Arthur Kroenke, deverá ter 04(quatro) anos completos ou completar até a data de 31/07/2020.

A mudança de instituições será realizada no mês de fevereiro de 2020, havendo necessidade e existência de vagas em julho/2020

O ensino Fundamental será oferecido nas Unidades de Ensino Fundamental:

CEB Alberto Balduino Barchfeld em regime de colaboração com a rede estadual – 1º 2º e 5º ano no período vespertino e 3º e 4º matutino
CEB Arthur Bruno Jandt - 1º, 2º e 3º matutino e 4º e 5º no vespertino
CEB Eginolf Bell – 3º 4º e 5º matutino e 1º, 2º vespertino
CEB Erica Hasse – 1º ao 3º ano vespertino 4º e 5º ao 9º ano matutino

Nas Unidades de Educação Infantil:

CEI Gente Miúda- integral
CEI Cinderela- integral
CEI Arthur Kroenke- integral exceto Pré II – crianças de 5 anos
CEI Pinguinho de Gente- integral exceto Pré II – crianças de 5 anos
CEI Charlotte Ilse Schindler- parcial 4h
CEI Menino Jesus- parcial 6 horas
CEI Johanne Schutte parcial 6h

**5. DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS**

5.1. A composição de números de alunos por turmas atenderá como parâmetro, o disposto na Resolução do CME nº001/2013

**6. DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA****6.1. Renovação de Matrícula -**

Neste caso, haverá apenas a atualização de dados em ficha própria havendo necessidade, preenchidas nas unidades educacionais por pai/mãe ou responsável legal, ou em casa sob pena de perder a vaga existente. Indispensável a apresentação de a declaração de atualização vacinal devidamente assinada.

6.1. Matrícula Nova -a matrícula será realizada pelos pais ou responsável legal, por meio de apresentação dos documentos necessários e do preenchimento da ficha de matrícula conforme o modelo padrão utilizado na rede municipal.

**6.2 Matrícula por Transferência**

Será efetuada aos alunos que frequentaram escola no ano anterior ou estavam frequentando escola no ano em curso e mudaram de residência para próximo de uma das unidades escolares da rede municipal de ensino de Trombudo Central.

**6.3. Desistência de Matrícula na Educação Infantil**

Ocorre na situação em que a criança apresentar 10(dez) dias de faltas Consecutivas e sem justificativa, esgotadas todas as tentativas de localização e reintegração envolvendo família/escola/Conselho Tutelar, caracterizando abandono e cancelamento de matrícula.

**7. DA DOCUMENTAÇÃO**

7.1 O diretor, coordenador pedagógico e o secretário da unidade escolar são responsáveis pela regularidade da documentação escolar dos alunos matriculados, cabendo-lhes também a constante atualização dos registros.

7.2.Toda documentação deverá ser apresentada em via original ou fotocópia autenticada para realizar a matrícula. Salienta-se que a apresentação de documentos somente através de fotocópia sem autenticação, não são considerados legais, devendo-se, portanto, exigir a apresentação da via original para efetuar sua autenticidade. Observar para que não haja rasuras ou falsificações.

7.3. Em toda a documentação escolar do aluno, deverá ser registrado o nome completo do mesmo, sem abreviações e, a série/ano, em

curso ou cursada deverá ser escrita por extenso, bem como para efeito de autenticidade colocar o carimbo com a assinatura do secretário, ou do diretor.

7.4. Será nula de qualquer efeito a matrícula que for realizada com apresentação de documentação falsa, adulterada ou inautêntica, ficando o responsável passível das penas que a lei determinar.

7.5 Da documentação necessária:

Todos os documentos pessoais e dos responsáveis e da criança ou aluno e ficha de vacinação atualizada, conforme ficha constante no anexo I deste edital.

Renovação de Matrícula

- Preenchimento de formulário para renovação de matrícula e atualização dos dados cadastrais, encaminhado pela escola no dia 04/11/2019 e respondido em casa, devolvido ao Centro de Educação até o dia 13/11/2019, Conforme anexo I deste edital.

#### 8. PERÍODO, LOCAL E HORÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS

As matrículas serão realizadas em cada um dos Centros de Educação e Centros de Educação infantil, conforme o horário em que o gestor estiver atendendo na secretaria da Unidade.

Matrículas dos dias 18/11/19 á 28/11/2019

CEI Johanne Schutte - segunda e sexta –feira das 12h00min ás 18h00min

CEI Cinderela – Todas as tardes das 13h00min ás 17h00min

CEI Arthur Kroenke – Todas as tardes das 13h00min ás 17h00min

As matrículas do CEI Charlotte Ilse Schindler e CEI Menino Jesus serão efetuadas na Prefeitura, - Todas as manhãs das 8h00min ás 12h00min

#### 9. DIVULGAÇÃO

Os responsáveis legítimos da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e das unidades escolares são responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula através de bilhetes informativos nas agendas dos alunos e crianças, na página da Secretaria de Educação e Esporte no facebook, no blog [www.educatc.blogspot.com](http://www.educatc.blogspot.com), e na página da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto neste Edital.

#### 10. DA OFERTA DE VAGAS

10.1.É de competência do Poder Público ofertar a vaga, sendo que o turno será definido de acordo com as possibilidades e realidade de cada unidade Escolar.

10.2. Serão oferecidas vagas de acordo com as possibilidades da estrutura municipal adequadas para a oferta de educação de qualidade. E em cinco turmas no CEB Alberto Baduíno Barchfeld em regime compartilhado com o Estado de Santa Catarina.

10.3 O limite de crianças por vagas respeitará a Resolução nº001/2013 do Conselho Municipal de Educação.

10.4 As matrículas deverão ser realizadas respeitando o quadro abaixo das comunidades, para que o aluno possa estudar no Centro de Educação e na Escola mais próxima de sua casa e também para utilização do transporte.

Zoneamento preferencialmente por comunidades, mediante existência de vaga, para matrículas anos iniciais e finais do Ensino Fundamental:  
Anos iniciais do Ensino Fundamental

CEB Alberto Balduíno Barchfeld	Comunidades
	Ribeirão Café Sabugueiro Palhocinha Vila Nova Bairro Satão Parte do Bairro Estação Parte do bairro Liberdade Tifa Prada
CEB Eginolf Bell	Parte do bairro Liberdade Km 05 Km10 Ribeirão Kindell Loteamento Lorenal Pouso da Caixa Tifa Basch Vila Teodoro Parte da cidade Alta
CEB Arthur Bruno Jandt	Centro Bairro Jalisco Bairro Almeida Bairro Estação Parte da Cidade Alta Botafogo Tifa Prada

CEB Erica Hasse	Bracatinga I Bracatinga II Fruteira BR 470
-----------------	-----------------------------------------------------

## Anos finais do Ensino Fundamental

CEB Erica Hasse	Bracatinga I Bracatinga II Fruteira BR 470
-----------------	-----------------------------------------------------

Na Educação Infantil, mantemos os critérios de cada criança que mora mais próxima do CEI conforme a oferta de vaga e a necessidade da família.

## 11 . DO TRANSPORTE ESCOLAR

11.1. O transporte escolar para as diferentes modalidades de ensino da rede municipal (educação Infantil e ensino fundamental), serão oferecidas conforme determinações das legislações Municipais correspondentes em vigor. Cada aluno será transportado para a escola mais próxima de sua casa conforme especificação de comunidades deste edital e também por adequações necessárias de quantidade de alunos compatível com a estrutura física das unidades educacionais.

11.2 – Será oferecido transporte escolar para o ensino obrigatório de 04(quatro) a 17(dezessete) anos.

## 12. SOLICITAÇÃO DE VAGAS PARA CEIs EM PERÍODO INTEGRAL

12.1 No decorrer do ano de 2020, a solicitação de vagas para CEIs em período integral será feita na Secretaria da Educação e do Esporte, onde cada família será encaminhada mediante existência de vaga preferencialmente para o CEI mais próximo de sua casa que atenda a solicitação de turno.

12.2 Não havendo vaga a família ficará em uma lista de espera e será contatada tão logo tenha vaga para proceder matrículas na unidade escolar.

12.3 Para solicitar vaga é necessário trazer certidão de nascimento, porém não garante que no período solicitado haverá a vaga, pois optaremos pela ordem de solicitação.

## 13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A matrícula e a frequência às aulas não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de cobrança financeira ou imposição de condições relativas à material escolar, uniforme, ou equivalentes.

13.2. É responsabilidade do secretário da escola e na inexistência deste profissional, é de atribuição do responsável pela unidade escolar, armazenar e manter atualizados os dados no sistema Educacim.

13.3. A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, tendo como prazo máximo de trinta dias, destacando -se a importância das mesmas serem expedidas o mais breve possível, a fim de evitar problemas de regularização da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação.

13.4. A transferência de turno somente ocorrerá, mediante solicitação dos pais do aluno ou responsável legal, sob parecer da direção e da coordenação pedagógica, observada a conveniência didático -pedagógica e existência de vaga.

13.5 Para efetuar o processo de transferência e oferecer o atestado de vaga é indispensável que os pais ou responsáveis apresentem atestado ou declaração de frequência da escola de origem.

13.6 Caso o aluno venha transferido e não tem ou não possa comprovar sua vida escolar anterior, deverá a Unidade Escolar proceder com a matrícula, e cumprir as exigências previstas na alínea "c" do artigo 24 da Lei nº 9.394/96, que possibilita a escola mediante avaliação, definir o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e sua regulamentação no sistema de ensino.

13.7 Os casos omissos que não estão neste Edital, serão resolvidos pelo responsável da Secretaria Municipal de Educação e do Esporte.

13.8 Este Edital entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de outubro de 2019.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte  
Portaria 059/17 de 23 de janeiro de 2017

ANEXO I  
FICHA DE REMATRÍCULA PARA O ANO DE 2020

Nome: \_\_\_\_\_  
Data de nasc: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Sexo F ( ) M ( )  
Telefone (contato): \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

A casa se localiza no espaço ☐ Urbano ☐ Rural Distância entre a residência e a unidade : \_\_\_\_\_Usa transporte escolar? ☐ Sim ☐ Não. Qual? \_\_\_\_\_

Apresentei documento de atualização vacinal de meu filho em anexo \_\_\_\_\_

Autorizo a saída de meu (minha) filho (a) do CEB para eventuais passeios: a pé, pelo bairro e com transporte escolar pelo município, sempre acompanhado pelos professores e mediante bilhetes de informativo assinados a cada saída.

☐ Sim ☐ Não

Autorizo o uso de imagem para fins de divulgação pedagógica, voz e produção.

☐ Sim ☐ Não

Em caso de emergência, não sendo localizados os pais ou responsáveis, quem deverá ser avisado?

Nome: \_\_\_\_\_ Parentesco: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Trombudo Central, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ASSINATURA DA MÃE, PAI OU RESPONSÁVEL

ASSINATURA do Diretor ou Coordenador do CEB e CEI

# Tunápolis

## PREFEITURA

### O PROCESSO DE COMPRA Nº.: 280/2019, TOMADA DE PREÇO Nº: 10/2019,

Publicação Nº 2212008

O Município de Tunápolis, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor RENATO PAULATA torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo de Compra Nº.: 280/2019, Tomada de Preço nº: 10/2019, devidamente publicado em 03 veículos de publicação, cujo objeto é EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA DESLOCAMENTO DE REDE E POSTES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA NA RUA AFONSO RODRIGUES PRÓXIMO A CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO", não houve nenhum interessado em participar do evento, ocasionando em uma licitação DESERTA.

### PORTARIA Nº 5190/2019

Publicação Nº 2211350

PORTARIA Nº.5.190/2019  
Em 31 de Outubro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 e alterações posteriores;

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor (a) MARCELO HEINRICH LEHNHOFF, nomeado(a) pela portaria nº 4.782/2018, com o cargo de MESTRE EM EDIFICAÇÕES, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo desta municipalidade.

Art. 2º. Esta exoneração dar-se a pedido e de livre e espontânea vontade do requerente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 31 de Outubro de 2019.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

### PORTARIA Nº 5191/2019

Publicação Nº 2211352

PORTARIA Nº.5.191/2019  
Em 31 de Outubro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 e alterações posteriores;

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor (a) EDMAR JOSE DE SOUSA, nomeado(a) pela portaria nº 5.130/2019, com o cargo de MOTORISTA DE VEICULO DE PASSAGEIROS, cargo este efetivo, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo desta municipalidade.

Art. 2º. Esta exoneração dar-se a pedido e de livre e espontânea vontade do requerente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 31 de Outubro de 2019.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 5192/2019**

Publicação Nº 2211353

PORTARIA Nº. 5.192/2019  
Em 31 de Outubro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a MONICA HOCHSCHEIDT, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme portaria de nomeação nº 3.714/2014, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, progressão de nível 17TSG1 A-1 para o nível 17TSG B-2, por completar 05 (cinco) anos no cargo de serviços a municipalidade.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 5.189 de 27 de Outubro de 2019.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 31 de Outubro de 2019

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico de Controladoria Interno

## **PORTARIA Nº 5193/2019**

Publicação Nº 2212614

PORTARIA Nº.5.193/2019  
Em 01 de Novembro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 13/2006 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 2.006/2018 que dispõe sobre a classificação final do Concurso Público nº. 001/2018; e,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, CLEITON FRITZEN, com cargo de MOTORISTA DE VEICULO DE PASSAGEIROS, lotado na Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte e Turismo, cargo este de provimento EFETIVO, neste município, nível TSG 3 – A5, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, baseado no Decreto 2.006/2018, de 21 de agosto de 2018, referente à homologação final da classificação do Concurso Público nº 001/2018, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Em 01 de Novembro de 2019.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER  
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico de Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 5194/2019**

Publicação Nº 2212618

PORTARIA Nº.5.194/2019  
Em 01 de Novembro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, o servidor (a) MARCELO HEINRICH LENHOFF, para o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO URBANO, cargo este em comissão, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo desta municipalidade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis  
Em 01 de Novembro de 2019.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 281/2019, TOMADA DE PREÇO Nº: 11/2019**

Publicação Nº 2212036

O Município de Tunápolis, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor RENATO PAULATA torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo de Compra Nº.: 281/2019, Tomada de Preço nº: 11/2019, devidamente publicado em 03 veículos de publicação, cujo objeto é CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM REFORMA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLAR BOM CONSELHO DA LINHA PITANGUEIRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO", não houve nenhum interessado em participar do evento, ocasionando em uma licitação DESERTA.

DATA 31/10/2019  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
RENATO PAULATA

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 298/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 185/2019**

Publicação Nº 2211374

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS  
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111  
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 298/2019  
Pregão Presencial nº: 185/2019  
Data Emissão: 31/10/2019  
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço unitário global, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 14h30min do dia 14 de Novembro de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto do presente Pregão Presencial a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 2(DUAS) MOTOBOMBAS QUE SERÃO DESTINADAS PARA O POÇO ARTESIANO DE LINHA FÁTIMA E PARA O RECALQUE DO RIO PEPERI INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E 1(UM) MEDIDOR ELETROMAGNÉTICO PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE, conforme detalhado no Anexo I.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 14h30min do dia 14 de Novembro de 2019 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
Prefeito Municipal .

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 299/2019. TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº: 12/2019.**

Publicação Nº 2212594

Secretaria de Administração/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 299/2019.  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº: 12/2019.  
Data Emissão ..... : 31/10/2019.  
Forma de Julgamento: Menor Preço GLOBAL

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que as 8 horas, do dia 19 de Novembro de 2019 na sede da municipalidade, reunir-se-á a Comissão de Licitações para proceder a abertura e julgamento das habilitações desta: TOMADA DE PREÇOS - Menor Preço GLOBAL, em regime de empreitada global, regendo-se este processo Licitatório pela Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores com o seguinte objeto:

EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA DESLOCAMENTO DE REDE E POSTES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA NA RUA AFONSO RODRIGUES PRÓXIMO A CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO.

**01 – RELAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO:**

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UND	38.261,23	EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA DESLOCAMENTO DE REDE E POSTES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA NA RUA AFONSO RODRIGUES PRÓXIMO A CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, IDENTIFICADOS COMO ANEXO DO EDITAL

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 8 horas, do dia 19 de Novembro de 2019.  
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 300/2019 TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº: 13/2019. DATA EMISSÃO.....: 31/10/2019**

Publicação Nº 2212587

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS  
RUA JOÃO CASTILHO, N.111  
89.898.000 – TUNAPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras  
Processo de Compra Nº.: 300/2019  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº: 13/2019.  
Data Emissão ..... : 31/10/2019  
Forma de Julgamento: Menor Preço GLOBAL

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que as 9:30mim, do dia 19/11/2019 na sede da municipalidade, reunir-se-á a Comissão de Licitações para proceder a abertura e julgamento das habilitações desta: TOMADA DE PREÇOS - Menor Preço GLOBAL, em regime de empreitada global, regendo-se este processo Licitatório pela Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores com o seguinte objeto:

EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) PARA CONSTRUÇÃO DE ANEXO AO GINÁSIO MUNICIPAL DE LINHA FÁTIMA.

**01 – RELAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO:**

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UND	44.300,00	EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) PARA CONSTRUÇÃO DE ANEXO AO GINÁSIO MUNICIPAL DE LINHA FÁTIMA, CONFORME PROJETO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, IDENTIFICADOS COMO ANEXO DO EDITAL

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 9:30mim, do dia 19/11/2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

# União do Oeste

## PREFEITURA

### 3 TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

Publicação Nº 2212300

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

3º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2019.

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 03/2019, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2019, que registrou os preços apresentados pela empresa AUTO POSTO FRANKOFF LTDA, com fundamento no item 11.2 do edital supra citado, item 3.5 da Ata de Registro de Preços N.º 03/2019 e artigo 14 do Decreto Municipal n.º 206/2007, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica alterado, por acordo entre as partes e a partir da data deste aditivo, o valor unitário do item 01, registrado na Ata de Registro de Preços n.º 03/2019, resultante do Processo Licitatório na modalidade de Pregão para Registro de Preços n.º 02/2019, passando a valer o seguinte valor:

Item	Descrição	Un. Medida	Marca	Preço Unt.
01	Óleo diesel S10	Lt	MAXSUL	3,85

Cláusula Segunda. A alteração objetiva manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, como permitido pelo artigo 65, inciso II, letra 'd', da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 30 de outubro de 2019.

CELSO MATIELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIR KOFF  
AUTO POSTO FRANKOFF LTDA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Andressa G. Donzelli  
CPF 090.534.369-79

02. \_\_\_\_\_  
Joel Fernando Capeleto  
CPF 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

### CONTRATO ADM Nº 45/2019

Publicação Nº 2212360

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2019

CONTRATO DE OBRAS EM REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA POR EMPREITADA DE PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DE OUTRO LADO A EMPRESA GILVANO ANTONIO GONÇALVES - ME.

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede à Avenida São Luiz 531, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. CELSO MATIELLO, CPF N.º 422.972.909-00 Carteira de Identidade N.º 763.173, doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa GILVANO ANTONIO GONÇALVES-ME, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 12.755.072/0001-28 com sede à Rua São José, nº 288, bairro União, neste ato representada por seu Diretor, Sr. GILVANO ANTONIO GONÇALVES inscrito no CPF nº 036.351.899-10, doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATADA, tendo em vista a homologação do resultado a Tomada de Preços P/ Obras e Serviços de Engenharia nº 09/2019, pelo Senhor Prefeito Municipal, tem entre si, justas e acordadas a celebração do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA, COM ÁREA DE 623,95 M², SITO ANEXO A SC- 159, SAÍDA PARA JARDINÓPOLIS - LINHA GRUTA, UNIÃO DO OESTE - SC. COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA CONTIDAS NO EDITAL.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS

2- Fazem parte integrante do presente Contrato, em atendimento à Lei nº 8.666/93, os seguintes documentos com plena validade:

- a) edital de Tomada de Preços nº 09/2019;
- b) Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro E Planilha Quantitativa E Orçamentária;
- c) proposta apresentada pela contratada, devidamente assinada e rubricada.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1- A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos materiais e serviços, o preço proposto que é R\$ 77.959,94 (Setenta e sete mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos) sendo, R\$ 50.673,97 (cinquenta mil, seiscentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos) correspondente a materiais e R\$ 27.285,97 (vinte e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos) a mão de obra.

3.1.2- Condições de pagamento: As medições ocorrerão a cada 30 (trinta) dias e seu pagamento efetivo dentro de 15 (quinze) dias, após a homologação da medição, mediante a emissão da Nota Fiscal.

#### 3.2- Pagamento:

3.2.1- As obras executadas serão pagas em parcelas, cada qual em valor correspondente ao somatório dos produtos das multiplicações das quantidades efetivamente realizadas, aferido por medições.

3.2.1.1- O pagamento será procedido dentro do prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da apresentação da nota fiscal correspondente, a qual será emitida após a medição mensal, que ocorrerá a cada 30 dias.

3.2.1.2- Os pagamentos estarão vinculados a execução de cronograma físico - financeiro da obra, facultando a Prefeitura Municipal de União do Oeste a não liberação destes recursos pela inexecução ou inobservância de qualquer dos itens apresentados, que não será excluído, ficando, automaticamente vinculado a sua liberação à conclusão total do cronograma no período.

3.2.1.3- O custo de cada serviço e/ou material será pago nos preços unitários propostos pelo licitante e estar de acordo com especificações da planilha de quantificação.

3.2.1.4 - Para o recebimento do primeiro pagamento a empresa contratada deverá apresentar a A R T de Execução do CREA devidamente recolhido de todos os profissionais envolvidos na obra e cópia do documento comprobatório da inscrição da obra e dos funcionários junto ao INSS.

3.2.1.5 – Para o pagamento de cada parcela fica condicionada a apresentação por parte da CONTRATADA das guias de quitação junto ao INSS, com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa matriculados na obra.

3.2.1.6 - Para pagamento da última fatura e liberação da caução a empresa deverá apresentar a CND da obra, recolhida junto ao INSS, mais os recolhimentos do ISS no Município de União do Oeste, comprovante de quitação do INSS e do FGTS de todos os funcionários matriculados na obra, bem como provas de quitação das despesas efetuadas junto a concessionária de Energia e Água.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA MEDIÇÃO

4.1- A medição será realizada pela CONTRATANTE, até o 5º dia útil após o encerramento de cada mês, considerando encerramento o último dia útil do mês da realização das obras e serviços.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1- A Obra deverá ser entregue no prazo máximo de 60 DIAS contados do dia seguinte ao da emissão da ordem de serviço.

5.2 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/03/2020, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - São obrigações da Contratante sem que a elas se limitem:

6.2 - Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

6.3 - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato, e nos termos do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - São obrigações da CONTRATADA, sem que elas se limitem:

7.2 - Obedecer às normas e especificações do edital previstas no item 15 bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

7.3 - Comparecer, sempre que solicitada, ao Setor de Obras e Serviços, da Prefeitura Municipal de UNIÃO DO OESTE, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

7.4 - Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a Prefeitura Municipal de União do Oeste ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO.

7.5 - O não cumprimento total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou

extrajudicial.

7.6- A contratada deverá efetuar o recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza do Município de União do Oeste no ato do recebimento de cada medição.

7.6.1 Referente à cobrança de ISS, o valor constante na nota fiscal referente a aquisição de materiais não pode ser SUPERIOR a 65% do valor total da obra, e o valor referente a mão-de-obra não pode ser INFERIOR a 35% do valor total da obra, sendo vedada a agregação de qualquer outro valor. Conforme Art. 87 do código tributário municipal.

7.7 – Comprovar mensalmente a regularidade fiscal com o INSS e FGTS de todos os funcionários matriculados na obra como condição de recebimento dos valores a que tiver direito.

7.8 – Comunicar a contratante por escrito sempre que houver alteração no quadro dos funcionários cadastrados na obra.

7.9 – Manter preposto aceito pela Administração no local da obra.

7.10 – Elaborar o diário de obra.

7.11 – Afixar, em local de visibilidade, durante a execução do Contrato, placa conforme modelo disponibilizado pelo Município.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes com a realização deste contrato correrão por conta da dotação:

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJETO ATIVIDADE – 2.027 MANUT. DEPTO DE TRANSP. E OBRAS

COD. RED. 186 – 4.4.90.00.00.00.00- APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

9.1 - O recebimento provisório da obra será promovido por profissional habilitado indicado pela Prefeitura Municipal, que verificará e atestará o cumprimento de todas as condições para a entrega da obra, emitirá parecer conclusivo dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação, por escrito, da contratada, informando a conclusão das obras.

9.2 - O recebimento definitivo das obras será feita após o decurso do prazo de 30 (Trinta) dias corridos contados da emissão da aceitação provisória, pela prefeitura. Durante este período, a Contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento de suas instalações por elas construídas, qualquer falta construtiva ou de funcionamento deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando sujeito ainda as penalidades previstas em Lei.

9.3- O recebimento provisório e definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto do presente.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 - pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções.

10.2 - Advertência

10.3 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

10.4 - No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;

c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5 - Dar-se-á rescisão administrativa, independente de qualquer procedimento judicial quando:

10.6 - Constar de Laudo de Vistoria, a comprovação de dolo ou culpa da adjudicada no cumprimento de suas obrigações ajustadas e/ou que constate falhas técnicas ou de qualidade do material aplicado que comprometa a segurança e a utilização da obra.

10.7 -- Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da empresa adjudicada;

10.8 - Formalizada a rescisão administrativa a adjudicatária só terá direito das contas ou faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e em condições de aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções que serão revertidas aos cofres da Prefeitura.

10.9 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada pela prefeitura dos pagamentos eventualmente devidos, ou cobrada judicialmente.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1-Toda a obra executada pela Contratada será fiscalizada pelo Engenheiro da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Sr. Igor Leonardo

Loeblein Furraer, obrigando-se a Contratada a assegurar aos locais de serviços, mantendo a Contratada preposto na obra, aceito pela Prefeitura Municipal de União do Oeste.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO COMPETENTE

12.1 - A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidos pelas Leis Brasileira, em especial pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas, do Estado de Santa Catarina, o qual terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia do contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente, por si e seus sucessores em Juízo ou fora dele.

União do Oeste/SC, 31 de outubro de 2019.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GILVANO ANTONIO GONÇALVES

GILVANO ANTONIO GONÇALVES-ME

CONTRATANTE

IGOR LEONARDO LOEBLEIN FURRAER

FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Nome: Andressa G. Donzelli

CPF: 090.534.369-79

02. \_\_\_\_\_

Nome: Joel Fernando Capeleto

CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

#### DECRETO N. 4.218/2019

Publicação Nº 2211936

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 4.218, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.						
		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
		O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1113/2018;				
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2019 no valor de R\$ 9.088,59 (nove mil, oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:						
ADICIONAR DOTAÇÕES						
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE						
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO						
Unidade Orçamentária: 05.1 – Departamento de Educação						
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 361 Ensino Fundamental						
Projeto Atividade: 2.010 – Manutenção do Ensino Fundamental						
188 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.003.0019 .....						9.088,59
TOTAL SUPLEMENTADO				.....		9.088,59

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

SUBTRAIR DOTAÇÕES				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE				
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO				
Unidade Orçamentária: 05.1 – Departamento de Educação				
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 361 Ensino Fundamental				
Projeto Atividade: 2.010 – Manutenção do Ensino Fundamental				
165 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.001.0019 .....				9.088,59
TOTAL ANULADO			.....	9.088,59

Art. 3º. Este decreto, compreende uma transferência de recursos orçamentários para acerto de credito suplementar de origem do superávit de recursos do FUNDEB (2018) aberto no sistema de contabilidade do município com código de origem dos recursos indevido.

	Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.			
	Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.			

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal N.º 1.010/2014.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 41/2019

Publicação Nº 2211451

RESOLUÇÃO Nº 41/2019

DISPOE SOBRE A AVALIAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.460/2017.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 42 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Anualmente, deverá ser realizada pesquisa de satisfação para avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I - Satisfação do usuário com o serviço prestado;

II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;

III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

IV - quantidade de manifestações de usuários; e

V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

Parágrafo Único: Excepcionalmente no exercício de 2019, a pesquisa de satisfação constante no caput, será realizada no mês de novembro, e para o exercício 2020 e seguintes, a pesquisa será feita no momento do atendimento.

Art. 2º O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio do órgão ou entidade no mês de dezembro de cada ano, e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

União do Oeste/SC, 31 de outubro de 2019.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente da Câmara de

Vereadores de União do Oeste

# Urussanga

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019/FMS

Publicação Nº 2212419

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019/FMS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem pôr finalidade o registro de preço para a aquisição parcelada de serviço de Equoterapia. Recebimento dos envelopes: até 14h00 dia 13/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14:30h dia 13/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019/FMS

Publicação Nº 2212430

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019/FMS

Objeto: O presente edital tem por objetivo a aquisição parcelada de medicamentos constantes no GUIA DA FARMÁCIA, para uso emergencial e cumprimento de mandados judiciais, perante prescrição médica, necessários para atendimento as pessoas necessitadas ou com ações judiciais. Tendo como objeto de contratação o percentual de Desconto a ser concedido sobre o preço Máximo ao consumidor de qualquer dos medicamentos divulgados no Guia da Farmacia em vigor. Recebimento dos envelopes: até 14h00 dia 14/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14:30h dia 14/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

### PORTARIA GP/Nº 347/2019

Publicação Nº 2211991

PORTARIA GP/Nº 347, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019.

Contrata as servidoras que mencionarem para atuarem na Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis nºs 2.777/2016, 1763/2000 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar as servidoras abaixo mencionadas, para atuarem na Secretaria de Educação, conforme quadra abaixo:

Nome do Profissional Titular	Carga Horária	Motivo Afastamento	Professor ACT	Classificação/Área de Inscrição	Unidade Escolar	Período	Fundeb
Vaga Transitória	40 hs/semanais	-----	Sabrina da Luz Soares Cancelier	-	EM V. Rosalino De Nez	25/09/2019 à 13/12/2019	Dpto. Infantil 40%
Marciana David da Silva	40 hs/semanais	Licença prêmio	Leandra Cristina Verones	-	Secretaria de Educação	01/10/2019 à 17/12/2019	Recurso próprio
Camila Jorge Cittadin	30 hs/semanais	Tratamento de saúde	Marilda Aparecida dos Santos Mazzuco	157º / Infantil	CEI Elias Biz	01/10/2019 à 13/12/2019	Dpto. Infantil 60%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem à 25 de setembro de 2019.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de outubro de 2019.  
LUIS GUSTAVO CANCELLIER  
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI  
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de outubro de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI  
Assistente Administrativo

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### ATO Nº 38, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2212464

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Gilson Casagrande, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 20, inciso III, da Lei Orgânica Municipal; c/c o art. 135, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 38, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA À VEREADORA MAGALY ALBINO, DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019 A 28 DE FEVEREIRO DE 2020, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

Art. 1º Fica concedida licença à Vereadora Magaly Albino, do Partido dos Trabalhadores, de primeiro de novembro de 2019 a 28 de fevereiro de 2020 (120 dias), para tratar de assuntos particulares, conforme requerimento.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 1º de novembro de 2019.  
Vereador Gilson Casagrande  
Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio  
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José  
Primeiro Secretário

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori  
Segunda Secretária

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site [www.camaraurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraurussanga.sc.gov.br), em 1º de novembro 2019.

Vereador José Carlos José  
Primeiro Secretário

### ATO Nº 39, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2212467

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Gilson Casagrande, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 39, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

EXONERA JULIO CESAR BONETTI DO CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Exonera JULIO CESAR BONETTI, portador do RG nº 3.019.629, inscrito no CPF sob o nº 015.486.809-40, do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR (Símbolo PC-02) do Partido dos Trabalhadores com representatividade na Câmara Municipal de Urussanga, em primeiro de novembro de 2019.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 1º de novembro de 2019.

Vereador Gilson Casagrande

Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio

Vice-Presidente

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Segunda Secretária

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal e no site [www.camaraurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraurussanga.sc.gov.br) em 1º de novembro de 2019.

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 058/2019

Publicação Nº 2211680

DECRETO Nº 058/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO VALOR DO INCENTIVO INSTITUÍDO PELA LEI N. 1.010/2014”.

Considerando o que disciplina a Lei n. 1.010/2014, que trata do programa incentivo ao estudante de ensino superior do Município de Vargem Bonita;

Considerando que o valor repassado aos estudantes em decorrência da supracitada Lei encontra-se evidentemente defasado, sendo necessário o seu reajuste;

Considerando o art. 4º da Lei n. 1.010/2014 que permite o Chefe do Poder Executivo reajustar por decreto o valor repassado a título de incentivo;

Considerando a disponibilidade financeira e orçamentária do Município de Vargem Bonita;

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Vargem Bonita:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica reajustado o valor constante no art. 4º da Lei n. 1.010/2014, fixando o incentivo universitário de que trata a referida norma em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 1º de novembro de 2019.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 04/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 17.050/19

Publicação Nº 2211418

DECRETO Nº 17.050/19, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, GIOVANA MARCHI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

### DECRETO Nº 17.051/19

Publicação Nº 2211421

DECRETO Nº 17.051/19, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Torna sem efeito o Decreto nº 16.938/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 28704/2019,

#### RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 16.938/19, que nomeou BRUNO CIVIDINI, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**DECRETO Nº 17.052/19**

Publicação Nº 2211424

DECRETO Nº 17.052/19, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Torna sem efeito o Decreto nº 16.874/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 28703/2019,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 16.874/19, que nomeou ALEXANDRE PIACENTINI, para exercer o cargo de Agente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**DECRETO Nº 17.054/19**

Publicação Nº 2211422

DECRETO Nº 17.054/19, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Nomeia Agente Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLEIDE INES CASAGRANDE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1219/19**

Publicação Nº 2211426

PORTARIA nº 1219/19  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 27551/2019,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora MARIZETE DE BORTOLI ZINNI, Assistente Social, a partir de 1º de dezembro de 2019 até 1º de março de 2020, referente ao quinquênio de 16 de agosto de 2011 até 15 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2019.

Videira, 30 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1220/19**

Publicação Nº 2211427

PORTARIA nº 1220/19  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 27706/2019,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora NEIVA BERTOTTO, Zeladora, a partir de 1º de fevereiro de 2020 até 1º de maio de 2020, referente ao quinquênio de 1º de fevereiro de 2011 até 31 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2020.

Videira, 30 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1221/19**

Publicação Nº 2211416

PORTARIA nº 1221/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Gestão de Pessoas,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 23 a 30 de outubro de 2019, o gozo de férias da servidora IZABEL APA-RECIDA BALBINOTT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2017 até 15 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 23 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11.2019 - PMV**

Publicação Nº 2211547

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 11/2019 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES PARA SEREM UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DE DESENHOS E EDIÇÃO, INCLUINDO O SUPORTE TÉCNICO, PARA USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 01/11/2019 a partir das 09h00min até o dia 14/11/2019 às 09h00min. Abertura das propostas: dia 14/11/2019 às 09h00min. Início da sessão de disputa de lances: dia 14/11/2019 às 09h15min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) e [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 31 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2019 – PMV**

Publicação Nº 2212126

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2019 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REVITALIZAÇÃO DE TRECHO DA RUA ANTÔNIO MARAFON, BAIRRO MARAFON (ITEM 01) E REVITALIZAÇÃO DE TRECHO DE PASSEIOS DA RUA BRASIL, CENTRO (ITEM 02), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Setep Construções S.A. do item 01 por apresentar o valor de R\$ 566.484,84 (quinhentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) e do item 02 por apresentar o valor de R\$ 534.789,60 (quinhentos e trinta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). A ata de abertura e julgamento das propostas encontra-se disponível no site do Município de Videira ([www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br)). Outrossim, ficam os interessados notificados para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 31 de outubro de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**TERMO DE COMPROMISSO Nº 011/2019**

Publicação Nº 2211526

**TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 011/2019**

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VIDEIRA E A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA - AABEC, VISANDO DESPERTAR E APOIAR O HÁBITO PELA LEITURA, DA ESCRITA E DO AMOR PELOS LIVROS, EM ESPECIAL COM O DESENVOLVIMENTO E A CONCRETIZAÇÃO DA BIENAL DO LIVRO 2019 (IX FEIRA DO LIVRO).

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor DORIVAL CARLOS BORG, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Secretário de Educação, Senhor Luiz Felipe Zanella e pela SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, neste ato representada pela Secretaria de Cultura Francini Oliveira e a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA - AABEC, entidade civil, com sede à Rua Campos Novos nº 135, Bairro Matriz no Município de Videira, SC, CNPJ nº 13.309.577/0001-21, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 2.801/12, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JAIRO JANDIR VIEBRANTZ, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo o estabelecimento de princípios básicos de cooperação que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação e cultura, para despertar e apoiar o hábito pela leitura, da escrita e do amor pelos livros, em especial com o desenvolvimento e a concretização da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES**

Para a consecução do objeto estabelecido neste Termo de Cooperação, constituem atribuições:

**I – DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA:****a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:**

- 1) propiciar aos alunos e professores da rede municipal e particulares de ensino a visitação na Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro) e suas demais atividades;
- 3) supervisionar as atividades e os resultados dos professores do município no respectivo evento;
- 4) organizar, orientar e providenciar estrutura e demais objetos afins necessários para realização da amostra do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos para integrar na realização da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro);
- 5) disponibilizar, quando solicitado, pessoal para auxiliar na organização da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro);
- 6) supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução do objeto pactuado;

**b) SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA:**

- 1) disponibilizar local adequado para realização da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro);
- 2) providenciar 03 (três) palestrantes, de renome nacional, para compor o rol de palestrantes da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro);
- 3) propiciar à população videirense a visitação na Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro); e suas demais atividades, incentivando a leitura e a cultura em nosso Município;
- 4) providenciar e disponibilizar serviços de decoração, sonorização, iluminação, convites, segurança, saúde, limpeza, entre outros serviços que forem necessários para realização e execução da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro);
- 5) disponibilizar, quando solicitado, pessoal para auxiliar na organização da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro);
- 6) supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução do objeto pactuado.

**II – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA – AABEC:**

- 1) orientar o Município de Videira, no que tange as secretarias relacionadas no respectivo termo, quanto a organização e montagem da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro);
- 2) providenciar e preparar, juntamente com a Secretaria de Turismo, o lançamento da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro) que ocorrerá em setembro de 2019;
- 2) organizar, orientar, divulgar e integrar a Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro);
- 3) custeio, através de patrocinadores e apoiadores, dos demais palestrantes e despesas da Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro);
- 4) propiciar à população videirense a visitação na Bienal do Livro 2019 (IX Feira do Livro); e suas demais atividades, incentivando a leitura e a cultura em nosso Município;
- 5) supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução do objeto pactuado;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS**

A execução do presente Termo de Cooperação não implica em transferência de recursos financeiros entre as partes.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS REPRESENTANTES**

Para acompanhamento, execução e dirimir dúvidas do presente Termo de Cooperação, as partes indicam o Senhor Luiz Felipe Zanella, pela Secretaria de Educação; Senhora Francini Lira de Oliveira, pela Secretaria de Turismo e Cultura e o Senhor Jairo Viebrantz, pela Associação de Amigos da Biblioteca Euclides da Cunha, como responsáveis, em suas respectivas esferas, pela realização de trabalhos dessa natureza.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES**

A vigência do presente instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2019, podendo ser alterado ou prorrogado mediante acordo prévio entre as partes, constituindo-se as alterações ajustadas em objeto de Termos Aditivos, que daquele serão parte integrante para todos os efeitos e direitos.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre os partícipes, ou, ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexecutável, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida do presente Termo de Cooperação será efetivada por extrato em Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, às expensas da Prefeitura Municipal de Videira, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que porventura possam surgir da execução do presente Termo de Cooperação, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, as partes, inicialmente nomeados, firmam o presente Termo de Cooperação, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 20 de setembro de 2019.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA DORIVAL CARLOS BORGIA	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA – AABEC JAIR JANDIR VIEBRANTZ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Luiz Felipe Zanella	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA Francini Lira de Oliveira

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2019

Publicação Nº 2211665

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 064/2019  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.  
CONTRATADO: WEEMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI EPP  
CNPJ: 15.249.381/0001-14  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTEIRA DE DESPESCA NOVA.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 13.650,00 (Treze mil, seiscentos e cinquenta reais).  
PRAZO VIGÊNCIA: 18/09/2019 até 18/09/2020  
Vitor Meireles – SC, 18 de setembro de 2019.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2019

Publicação Nº 2211505

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 065/2019  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.  
CONTRATADO: MYRIAM NEUMANN SILVA DE NOERENBERG EIRELI  
CNPJ: 09.141.707/0001-92  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL EM CLÍNICA GERAL AOS USUÁRIOS DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS.  
  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 90,00/consulta  
PRAZO VIGÊNCIA: 04/10/2019 até 04/10/2020  
Vitor Meireles – SC, 04 de outubro de 2019.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

# Witmarsum

## PREFEITURA

### DECRETO 155

Publicação Nº 2211625

#### DECRETO Nº 155/2019

#### Abre crédito adicional Suplementar por Superávit Financeiro

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

#### FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2019, no valor de dez mil reais, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	Secretaria Mun. de Educacao, Cultura e Esporte
04.001	Educacao, Cultura e Esporte
04.001.0013.0392.0010.2013	AÇÕES DE APOIO A CULTURA E TURISMO
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	10.000,00
<b>Valor Total:</b>	<b>10.000,00</b>

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior identificados através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
03000000	Recursos Ordinários

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável á sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 25 de outubro de 2019

CESAR PANINI  
Ordenador da Despesa

**DECRETO 156**

Publicação Nº 2211629

**DECRETO Nº 156/2019****Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação.**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

**FAZ SABER**

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2019, no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

<b>Dotações Suplementadas</b>	
<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
03	Secretaria Mun. de Admin Planej Financas
03.001	Administracao, Planejamento e Financas
03.001.0006.0181.0003.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	1.600,00
<b>Valor Total:</b>	<b>1.600,00</b>

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do Crédito Adicional, na(s) seguinte(s) unidade(s):

<b>Dotações Anuladas</b>	
<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
03	Secretaria Mun. de Admin Planej Financas
03.001	Administracao, Planejamento e Financas
03.001.0006.0181.0003.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
34490000000000000000	Aplicacoes diretas
01100000	Convênio de Trânsito - Militar
Valor Anulado:	1600
<b>Valor Total:</b>	<b>1.600,00</b>

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 25 de outubro de 2019

CESAR PANINI  
Ordenador da Despesa

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0107/2019

Publicação Nº 2211513

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0192/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0107/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0107/2019, tendo como objeto Contratação de instituição bancária para operar os serviços de centralização, processamento e gerenciamento de créditos provenientes da Folha de Pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários do Município de Xanxerê, em caráter de exclusividade, de acordo com o edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 13 de novembro de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 31 de outubro 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA PORTARIA Nº 032/2019

Publicação Nº 2211340

PORTARIA Nº 032/2019 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e a eventual responsabilidade de I.A.D.S, relacionado à denúncia de que se encontrava sob atestado médico, sendo que atuou como árbitro no campeonato municipal de futsal. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 17 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA PORTARIA Nº 033/2019

Publicação Nº 2211341

PORTARIA Nº 033/2019 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e a eventual responsabilidade da servidora C.I.S.F, relacionado à denúncia de suposta agressão física contra menor de idade durante atividade recreativa. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 17 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA PORTARIA Nº 034/2019

Publicação Nº 2211342

PORTARIA Nº 034/2019 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e a eventual responsabilidade da servidora D.Z, relacionado à denúncia de exercício de atividades profissionais em local privado, conforme apontado na notificação nº CGM nº 008/2019. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 17 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA PORTARIA Nº 036/2019

Publicação Nº 2211346

PORTARIA Nº 036/2019 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos e a eventual responsabilidade do servidor C.A.V, relacionado à denúncia de suposta falta de cumprimento de jornada de trabalho, conforme apontado na notificação CGM nº 007/2019. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 25 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA PORTARIA Nº 037/2019

Publicação Nº 2211348

PORTARIA Nº 037/2019 - O Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições legais, determina a abertura de Inquérito Administrativo para apurar os fatos e a eventual responsabilidade da empregada pública V.L.I, relacionado à denúncia de suposta falta de cumprimento de jornada de trabalho, conforme apontado na notificação CGM nº 007/2019. A Comissão processante, nomeada pelo Decreto nº AM 117/2018, deverá verificar os fatos, podendo intimar e tomar depoimentos, realizar diligências, colher e juntar provas de qualquer natureza, observando os ditames da lei. Xanxerê, 25 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO RP Nº 0103/2019**

Publicação Nº 2211707

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0157/2019

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios e materiais para Artesanato, Utensílios, Escritório, Jogos, Higiene Pessoal, Jardinagem, Materiais de Construção, Eletrodomésticos e Materiais diversos, para manutenção dos serviços e aplicação de oficinas terapêuticas no CAPS e Aquisição de Lancetas para a Secretaria Municipal de Saúde e Aquisição de um balcão para o Laboratório Municipal, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 24.487,50

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 29 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0158/2019

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: SUPERMERCADO AMADEU EIRELI – ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios e materiais para Artesanato, Utensílios, Escritório, Jogos, Higiene Pessoal, Jardinagem, Materiais de Construção, Eletrodomésticos e Materiais diversos, para manutenção dos serviços e aplicação de oficinas terapêuticas no CAPS e Aquisição de Lancetas para a Secretaria Municipal de Saúde e Aquisição de um balcão para o Laboratório Municipal, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 8.122,86

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 29 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0159/2019

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios e materiais para Artesanato, Utensílios, Escritório, Jogos, Higiene Pessoal, Jardinagem, Materiais de Construção, Eletrodomésticos e Materiais diversos, para manutenção dos serviços e aplicação de oficinas terapêuticas no CAPS e Aquisição de Lancetas para a Secretaria Municipal de Saúde e Aquisição de um balcão para o Laboratório Municipal, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 24.780,85

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 29 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0160/2019

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: TECIMAI COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios e materiais para Artesanato, Utensílios, Escritório, Jogos, Higiene Pessoal, Jardinagem, Materiais de Construção, Eletrodomésticos e Materiais diversos, para manutenção dos serviços e aplicação de oficinas terapêuticas no CAPS e Aquisição de Lancetas para a Secretaria Municipal de Saúde e Aquisição de um balcão para o Laboratório Municipal, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 23.349,69

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 29 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0161/2019

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios e materiais para Artesanato, Utensílios, Escritório, Jogos, Higiene Pessoal, Jardinagem, Materiais de Construção, Eletrodomésticos e Materiais diversos, para manutenção dos serviços e aplicação de oficinas terapêuticas no CAPS e Aquisição de Lancetas para a Secretaria Municipal de Saúde e Aquisição de um balcão para o Laboratório Municipal, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 63.000,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 29 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0162/2019

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios e materiais para Artesanato, Utensílios, Escritório, Jogos, Higiene Pessoal, Jardinagem, Materiais de Construção, Eletrodomésticos e Materiais diversos, para manutenção dos serviços e aplicação de oficinas terapêuticas no CAPS e Aquisição de Lancetas para a Secretaria Municipal de Saúde e Aquisição de um balcão para o Laboratório Municipal, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 4.675,80

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 29 de outubro de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 035/2019**

Publicação Nº 2211345

PORTARIA Nº 035/2019

DESIGNA SERVIDORA COMO RESPONSÁVEL PELO SISTEMA SIPIA SINASE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal LUCIANE REGINA TOMAZINI, inscrita no CPF sob nº 758.860.889-154, como responsável pelo sistema SIPIA SINASE (Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas) em meio aberto do município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 17 de outubro de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA PL 074/2019 PMXV

Publicação Nº 2211687

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019 PMXV.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para implantação da iluminação pública de LED no Distrito de Linha das Palmeiras, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, instituída pelo Decreto nº 355/2019, sob a presidência do Senhor Cleidir Eleandro Kemmrich, tendo como membro o Senhor Alessander Tomé e a Senhora Maira Lúcia Altenhofen suplente a Senhora Izilde J. P. Fazolo, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as seguintes empresas:

EMPRESA	CNPJ	NOME DO REPRESENTANTE
FABIANO FRANCHIN ME	22.239.780/0001-60	SEM REPRESENTANTE
AL BAR E SERVIÇOS LTDA	10.644.957/0001-24	SILVANA S. P. BATTISTI

Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representante da empresa licitante o Envelope 01 – Documentação e o Envelope 02 – Proposta das licitantes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado nos subitens 1.2 e 1.3 do Edital. Após isso, procedeu-se à abertura dos Envelopes 01 – Documentação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante presente. As licitantes FABIANO FRANCHIN ME e AL BAR E SERVIÇOS LTDA comprovaram o enquadramento como ME ou EPP, podendo assim usufruir dos benefícios previstos pela Lei nº 123/06. As empresas FABIANO FRANCHIN ME e AL BAR E SERVIÇOS LTDA atenderam adequadamente aos requisitos de habilitação, exigidos no item nº 5 (e respectivos subitens) do ato convocatório e, por conseguinte, foram provisoriamente julgadas habilitadas. Foi aberto o prazo de recurso referente a fase de habilitação para as empresas FABIANO FRANCHIN ME e AL BAR E SERVIÇOS LTDA no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da lavratura desta ata. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis. A empresa AL BAR E SERVIÇOS LTDA solicitou ser comunicado do certame de abertura da proposta comercial para a conferência da documentação referente a esta fase. O Presidente deu por encerrada a sessão, e, deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações e pelo representante presente, oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH Presidente da CPL	IZILDE J. P. FAZOLO Suplente
ALEXSANDER TOMÉ Membro	MAIRA LÚCIA ALTENHOFEN Membro
	AL BAR E SERVIÇOS LTDA SILVANA S. P. BATTISTI Representante

### EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Publicação Nº 2212139

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Secretaria da Saúde e Assistência Social

EDITAL Nº 01/2019 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA AS INSCRIÇÕES DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

A Prefeitura Municipal de Xavantina, em conformidade com a Lei nº 1.688/2019 de 17 de maio de 2019, no uso de suas atribuições, vem tornar público a prorrogação do processo de inscrição e seleção de famílias para implantação do Serviço de Acolhimento na modalidade Família Acolhedora, visando selecionar, nos termos da presente lei, famílias para compor cadastro de reserva do serviço de acolhimento "Família Acolhedora" do município de Xavantina, destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, em situação de risco pessoal e social, sob medida protetiva, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei nº 8.069/90. A família que atender aos requisitos do Serviço de Acolhimento Família Acolhedora de acordo com os requisitos estabelecidos no edital 001/2019, terá direito a uma

bolsa auxílio mensal, a título de ajuda de custo, equivalente ao valor de meio salário mínimo nacional mensal por criança ou adolescente. As inscrições serão realizadas no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, localizado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, nº 163, Centro, Xavantina –SC, Fone: (49) 3454-3121. O período de inscrição será do dia 01 de novembro de 2019 até 31 de dezembro de 2019, das 07:45 as 11:45 e das 13:00 as 17:00. A inscrição é gratuita.

Xavantina (SC), 31 de outubro de 2019.

JESSICA PAULA PINSSETTA

Secretária da Saúde e Assistência Social

## PORTARIA Nº189/2019

Publicação Nº 2211595

PORTARIA Nº 189, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede progressão funcional a membros do magistério público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento nos artigos nº 19, III e 31 e seguintes da Lei Municipal nº 1.647/2018 e no Edital de Progressão Funcional nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos membros do magistério público municipal, constantes no anexo único desta portaria, progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, nos percentuais e termos previstos na Lei Municipal nº 1.647/2018.

Parágrafo único. A progressão em questão tem efeitos retroativos à Janeiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 31 de Outubro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 189, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ANEXO ÚNICO

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

ANO REFERÊNCIA: 2018

SERVIDOR(A)	CARGO	PERCENTUAL DE PROGRESSÃO
ADRIANE DANNENHAUER	PROFESSOR (A) 20 HR	1%
CLEIDE SEGHETTO	PROFESSOR (A) 20 HR	1%
EDINEIA FATIMA PALUDO	PROFESSOR (A) 40 HR	1%
ELENIR SALETE TICIANI	PROFESSOR (A) 40 HR	1%
KELIN MARI MARTINI	PROFESSOR (A) 20 HR	1%
LEONILDE MARIA GEREMIA GANDOLFI	PROFESSOR (A) 20 HR	1%
LUCIVANE REGINA ONGARATTO	PROFESSOR (A) 40 HR	1%
MAITE APARECIDA BICIGO LUSSI	PROFESSOR (A) 20 HR	1%
SUELI TORTELLI TREVISAN	PROFESSOR (A) 20 HR	1%
THAIS LUANA TRIACA	PROFESSOR (A) 20 HR	1%

## PORTARIA Nº190/2019

Publicação Nº 2211597

PORTARIA Nº 190, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede licença prêmio a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 23, § 2º, inciso XV do mesmo diploma e Art. 127, e seguintes da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada e, considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). ALDERI PAVAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas do Quadro de Pessoal de provimento efetivo do Município de Xavantina, licença prêmio remunerada de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 17/04/2012 a 16/04/2017, a contar de 04/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 31 de Outubro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA Nº191/2019**

Publicação Nº 2211599

PORTARIA Nº 191, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede licença prêmio a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 23, § 2º, inciso XV do mesmo diploma e Art. 127, e seguintes da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada e, considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). RODINEI MORES, ocupante do cargo de Operador de Máquinas do Quadro de Pessoal de provimento efetivo do Município de Xavantina, licença prêmio remunerada de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 10/01/2011 a 09/01/2016, a contar de 04/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 31 de Outubro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA Nº192/2019**

Publicação Nº 2211601

PORTARIA Nº 192, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede férias a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30(trinta) dias de férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal JOVANI GIROTTO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas do Quadro de Pessoal de provimento efetivo do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 01/12/2016 a 30/11/2017, com período de gozo de 06/11/2019 a 05/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 31 de Outubro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### EXTRATO DA RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0049/2018-D

Publicação Nº 2211686

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DA RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0049/2018-D

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE XAXIM

FORNECEDOR REGISTRADO: WLUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de material elétrico para manutenção da iluminação pública no Município de Xaxim/SC

Fundamentação legal: Justifica-se a presente rescisão por meio do artigo 78, VI e artigo 79, inc. I, ambas da Lei nº 8.666/1993 e clausula sexta da ata de registro de preço 6.1.1- c)

Processo de Licitação: Processo de Compra 113/2018 - Pregão Presencial para Registro de Preços 068/2018

Xaxim-SC, 31 de outubro de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0043/2018

Publicação Nº 2211541

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0043/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CONTRATADA: XAXIM INFORMATICA LTDA

Objeto: contratação de empresa para desenvolver atividades nas modalidades de artesanato para atendimento a adolescentes, homens e mulheres na área de saúde mental junto ao CAPS e informática para atendimento a crianças, adolescentes e mulheres participantes dos programas desenvolvidos pelo SCFV e CEACA.

Aditivo: 2º Termo Aditivo de prazo com fundamentação legal no no inciso I, ☐ b ☐ do art. 65 e §1º, da Lei 8.666/93, e art. 57, da Lei 8.666/93, bem como clausula segunda do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 31 de outubro de 2019 até 31 de agosto de 2020.

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 042/2018, modalidade Pregão Presencial Nº. 017/2018.

Xaxim-SC, 30 de outubro de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 380/2019**

Publicação Nº 2211702

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 380/19, de 30 de Outubro de 2019**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2019.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4370/18 de 11 de Dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 144.568,16 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação e Cultura

06.01 - Departamento da Educação

06.01 - 12.365.1201 - 2.071 - 138/2019 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0019.000000 144.568,16

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação e Cultura

06.01 - Departamento da Educação

06.01 - 12.365.1201 - 2.071 - 136/2019 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0019.000000 144.568,16

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 30 de Outubro de 2019

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**

# Associações

## AMAI

### CONTRATO 011.2019 - CONSULTORIA EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Publicação Nº 2212150

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 011/2019

CONTRATANTE: A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Floriano Peixoto, Nº100, Centro de Xanxerê/SC, CEP 89820-000, inscrita no CNPJ Nº 83.678.086.0001/33, neste ato representada pela Presidente, Senhora ELIEZE COMACHIO, Prefeita municipal de São Domingos, SC, brasileira, casada, portador de Cédula de Identidade nº 2.874.243, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 824.323.259-15 e, N&K CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.878.211/0001-33, com sede na Rua Maura Helodya Bartolomei, nº 22, São Lucas, Chapecó/SC, Cep89812-100, neste ato representada pela sócia Karen Bissani, advogada, inscrita no CPF nº 785.385.309-25, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, celebram o presente contrato de prestação de serviços mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O Objetivo do presente instrumento é a prestação de serviços de consultoria em Regularização Fundiária para oferecer suporte técnico aos 14 municípios que compõem a AMAI, no âmbito do Projeto "AMAI REGULARIZA", anexo ao contrato.

#### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 2ª. A CONTRATADA se compromete:

- a) Prestar assistência local de no mínimo (08) oito horas semanais, durante a vigência contratual;
- b) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no SISTEMA da ASSOCIAÇÃO, guardando total sigilo em relação a terceiros;
- c) Arcar com todas as despesas com encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- d) Responsabilizar-se perante terceiros por atos praticados pela sua empresa e colaborador designado, englobando danos materiais, morais, trabalhistas, criminais e indenizatórios.

Cláusula 3ª. O CONTRANTE obriga-se a:

- a) Pagar no prazo fixado os valores estabelecidos na Cláusula Quarta do presente contrato;
- b) Fornecer os equipamentos e sistemas necessários a realização do trabalho;
- c) Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

#### DA REMUNERAÇÃO

Cláusula 4ª. Em decorrência da Prestação dos serviços ora contratados a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) mensais, por 8 (oito) horas de trabalho semanais, com valor total de R\$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais).  
Parágrafo Primeiro. O pagamento à CONTRATADA será efetuado por meio de depósito em conta na Conta Corrente nº 172-4, agência 7643-0, no Banco do Brasil.

Parágrafo Segundo. O Pagamento ocorrerá preferencialmente em até 10 (dez) dias após a apresentação da nota Fiscal pela contratada.

#### DA RESCISÃO

Cláusula 5ª. O presente contratado poderá ser rescindido a qualquer momento por mútuo acordo entre as partes ou por meio de manifestação unilateral de qualquer um dos contratantes, mediante comunicação por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo que, os valores pagos serão aqueles correspondentes aos serviços prestados até a data da rescisão, não cabendo nenhum tipo de indenização a qualquer uma das partes.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula 6ª. A vigência do presente Contrato tem início na data de 22/08/2019 e término em 22/03/2020.

Parágrafo Primeiro - O presente contrato poderá ser prorrogado havendo livre acordo entre as partes, sempre por meio de termo aditivo contratual, numerado em ordem crescente.

#### DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 7ª. A CONTRATANTE fica desobrigada a fornecer quaisquer tipos de ajuda de custo para a CONTRATADA.

Cláusula 8ª. Fica compactuada entre as partes a total inexistência de vínculo trabalhista, excluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais, não havendo entre CONTRATADA e CONTRATANTE qualquer tipo de relação de subordinação.

#### DO FORO

Cláusula 9ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Xanxerê – SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Xanxerê, SC, 22 de agosto de 2019.

AMAI Contratante	N&K CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA Contratado
---------------------	------------------------------------------------------

## TESTEMUNHAS

**CONTRATO 014.2019 - EMPRESA PROCESSO SELETIVO**

Publicação Nº 2212151

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 014/2019**

Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) estabelecida à Rua Floriano Peixoto, nº 100, cidade de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ 83678086/0001-33, neste ato representado por seu representante pela sua Presidente Senhora ELIEZE COMACHIO, Prefeita municipal de São Domingos, SC, brasileiro, casada, portadora de Cédula de Identidade nº 2.874.243, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 824.323.259/15 e, do outro lado, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado à empresa: Delma Elói Bittencourt da Silva, estabelecida a Av. Progresso, 528, Centro, Nova Itaberaba, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 91.416.065/0001-78 neste ato representado por seu representante por Delma Elói Bittencourt da Silva, Empresária, Brasileira, Divorciada, portadora de Cédula de Identidade Nº 200.352.379-8, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 295.585.650-91 doravante denominado CONTRATADA, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada em Serviços de Organização, Planejamento e Realização de Processo Seletivo para preenchimento de vaga para Advogado – 20h semanais na AMAI, incluindo o processamento e julgamento das provas aplicadas, o fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas em apoio à Comissão do Processo, deverá também promover a avaliação, seleção, gestão de inscrição, alocação, geração de gabaritos e provas individuais, impressão de provas e formulários, digitalização, correção, recursos e publicações disponibilizadas online via WEB e demais atividades que compreendam a realização dos serviços.

Subcláusula Primeira – As atividades e ações relativas ao Processo deverão ser realizadas no Município de Xanxerê.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO**

Do Edital do Processo Seletivo 5 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço;

Dos Resultados Finais – 10 (dez) dias após a realização das provas;

Fornecer a lista dos classificados homologados em meio digital e físico

Prazo de Vigência do presente contrato – O presente Contrato terá sua vigência a partir da sua publicação, vigorando por 90 dias.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS**

Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância total de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), condicionado aos serviços efetivamente executados, com base nos quantitativos e preços proposto pela CONTRATADA.

Subcláusula Única – Os preços são fixos não ocorrendo qualquer espécie de reajuste.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS**

O pagamento será efetuado em parcela única, em até 10 (dez) dias corridos mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

Subcláusula Primeira – A Contratante poderá sustar o pagamento nos seguintes casos:

- a) Serviços Prestados fora dos padrões éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela Contratante;
- b) Existência de qualquer débito para com este órgão;
- c) Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA será responsável:

- a) Providenciar a elaboração do Edital e comunicados relativos ao certame, destacando-se a confecção de Edital de Abertura do Processo Seletivo, deferimento de inscrições, convocação para as provas, resultados provisório e final. O Edital de Abertura do Processo Seletivo estabelecerá disposições para inscrições, convocação para as provas, aplicação e julgamento das provas, análise de títulos e tempo de serviço, recursos, resultados, cronograma e conteúdo programático;
- b) A contratada deverá fornecer todos os atos oficiais (editais, lista de inscritos, lista de convocação, lista de classificação, etc), em meio digital e físico;
- c) As provas, antes de sua aplicação, deverão ficar em local seguro;
- d) O material e impressos necessários à aplicação das provas serão previamente organizados, incluindo crachá para toda a equipe de trabalho, lista de chamada, formulários de correção de dados cadastrais e de documento de identificação inadequado, estojo com material de escritório para cada sala, entre outros;
- e) Elaborar e imprimir materiais para sinalizar o local de provas;
- f) Realizar treinamento dos fiscais, os quais serão contratados pela empresa;
- g) No dia de realização da prova, será realizado plantão por profissionais especializados em Processo Seletivo, para dar suporte e prestar atendimento;
- h) Ressalta-se que o pagamento de todos os recursos humanos envolvidos ficará sob responsabilidade exclusiva da empresa contratada;
- i) As provas serão elaboradas, avaliadas e revisadas por bancas examinadoras compostas exclusivamente por profissionais especializados

no conteúdo específico da matéria, criteriosamente selecionados por sua experiência, competência e idoneidade;

j) Deverá garantir a mais efetiva segurança deste Processo Seletivo, adotando normas e procedimentos técnico-operacionais que permitam garantir lisura do certame, especificamente relativos ao sigilo e confiabilidade dos recursos humanos utilizados, bem como nas estratégias de ação e instrumento adotados;

k) A empresa será responsável pela montagem dos originais, impressão, conferência, reprodução, contagem, acondicionamento e lacração dos cadernos de questões, em quantidade suficiente para atender ao número de candidatos inscritos no certame.

l) Após o recebimento da ordem de serviço a empresa deverá apresentar a Secretaria Executiva da AMAI, Cronograma com data máxima de encerramento dos trabalhos, com emissão e entrega de lista final dos aprovados, em ordem de classificação para homologação final.

m) Elaborar o Processo Seletivo, obtendo informações para tanto junto a Secretaria Executiva da AMAI, quanto às vagas/cargos, valores das inscrições e outras informações necessárias para a elaboração do mesmo;

n) Realizar as Inscrições e homologação das mesmas, sendo que as inscrições somente deverão ser realizadas via internet;

o) Elaborar, aplicar e corrigir as provas e gabarito. Sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada, a composição das provas, conteúdos, número de questões, etc.;

p) Pelos materiais e impressos necessários à aplicação das provas serão previamente organizados, incluindo crachá para toda a equipe de trabalho, lista de chamada, formulários de correção de dados cadastrais e de documento de identificação inadequado, estojo com material de escritório para cada sala, entre outros;

q) Fornecer todo o pessoal e material necessário a realização das inscrições, aplicação e correção das provas;

r) Serão de inteira responsabilidade da Contratada, as despesas diretas ou indiretas tais como: transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados ou contratados no desempenho dos serviços prestados do objeto deste Contrato, ficando ainda a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

s) Será responsabilidade da empresa o sigilo a segurança a e guarda das provas, antes e depois da sua aplicação;

t) Pela observação nos prazos estabelecidos neste edital, para entrega e validade da proposta;

u) Pela fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da exercida pela Contratante;

v) Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na realização dos serviços contratados;

w) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;

x) Arrecadar e repassar a CONTRATANTE o valor recebido pelas inscrições.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE será responsável:

a) Apresentar Ordem de Serviço;

b) Fornecer todos os dados necessários a elaboração do edital;

c) Efetuar o pagamento conforme definido no contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste contrato;

d) Fiscalizar desde o início até o recebimento definitivo dos serviços;

e) Fornecer o local para a realização das provas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL E DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

I. Pela inexecução total ou parcial do contrato, multa de 30% (dez por cento) do valor contratual;

a) Caso a Contratante obtiver algum indicio de fraude e/ou vazamento de dados durante a realização do Processo Seletivo, o mesmo será anulado e será aplicada a multa de 50% do total contratual.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica Eleito o Foro da Comarca de Xanxerê- SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Xanxerê-SC, 03 de outubro de 2019.

AMAI Delma	Eloi Bittencourt da Silva
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS

#### CONTRATO 015.2019 - PROFESSOR EAD KAREN

Publicação Nº 2212155

CONTRATO 15.2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CESSÃO DE DIREITOS

PROFESSOR EAD

Pelo presente instrumento particular, a Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000, representada pela Presidente, Senhora ELIEZE COMACHIO, Prefeita Municipal de São Domingos, SC, brasileira, casada, portador de Cédula de Identidade nº 2.874.243, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF

sob o nº 824.323.259-15, doravante denominada CONTRATANTE, e N&K CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.878.211/0001-33, com sede na Rua Maura Helodya Bartolomei, nº 22, Bairro São Lucas, Chapecó/SC, CEP 89812-100, neste ato representada pela sócia Karen Bissani, advogada, inscrita no CPF nº 785.385.309-25, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, celebram, entre si, contrato de prestação de serviços e cessão de direitos mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a cessão de direitos à imagem, a cessão de direitos autorais sobre o material didático-institucional e a prestação de serviços de professor de um curso, a ser oferecido à distância para a CONTRATANTE, cujo conteúdo será disponibilizado na plataforma AMAIEDUC, com os seguintes temas: regularização fundiária
- 1.2. O oferecimento das disciplinas acima referida se fará via Internet, computador, televisão ou qualquer outra mídia existente que seja considerada adequada ao ensino à distância.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO

- 2.1. O CONTRATADO se compromete a cumprir as atividades indicadas neste CONTRATO, que devem ser executadas pela profissional responsável Karen Bissani.
- 2.2. Compete ao CONTRATADO elaborar o material didático institucional compreendido por:
  - 1.1.1. Conteúdo Programático;
  - 1.1.2. Apostila com o conteúdo detalhado do Curso;
  - 1.1.3. De 30 a 40 minutos de gravação em vídeo para curso;
  - 1.1.4. Slides referentes aos temas apresentados durante a aula;
  - 1.1.5. Textos de suportes necessários à compreensão dos ensinamentos ministrados;
  - 1.1.6. Acompanhar o desenvolvimento da sua disciplina através da elaboração e do envio de comentários às respostas dos alunos às questões problematizadoras, estimulando a constante participação de todos via Fórum.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA CESSÃO DOS DIREITOS AUTORAIS SOBRE O MATERIAL DIDÁTICO-INSTITUCIONAL

- 3.1. O CONTRATADO cede a CONTRATANTE, em caráter definitivo, total e universal os direitos autorais de ordem patrimonial de todo o material didático-institucional discriminado no item 2.1 e 2.2 da cláusula segunda do presente contrato.
- 3.2. A cessão de direitos autorais de que trata a presente cláusula terceira compreende não só todas as formas de utilização da obra que já existem, como também qualquer forma de utilização que venha a existir. São exemplos de forma de utilização da obra:
  - 3.2.1. Reprodução parcial ou integral;
  - 3.2.2. Fixação em suportes tangíveis ou intangíveis;
  - 3.2.3. Adaptação;
  - 3.2.4. Distribuição por qualquer meio;
  - 3.2.5. Transmissão por qualquer mídia;
- 3.3. O CONTRATADO responsabiliza-se integralmente pela idoneidade, originalidade e licitude das obras elencadas no item 2, seja perante a CONTRATANTE, seja perante terceiros, exonerando a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades nesse sentido, inclusive assegurando a CONTRATANTE o ressarcimento pecuniário de quaisquer quantias despendidas em virtude de condenação em processo judicial que envolva o CONTRATADO.
- 3.4. O CONTRATADO manterá o direito de uso dos materiais elaborados para os cursos, o que inclui os vídeos gravados, que serão disponibilizados pela CONTRATANTE ao CONTRATADO, e este poderá utilizar da gravação em cursos próprios para qualquer finalidade, inclusive a venda e repasse a outros Municípios, vedado, exclusivamente, a venda dos cursos abrangidos nesta proposta a municípios associados a CONTRATANTE e a utilização das marcas da CONTRATANTE no material dos cursos.
- 3.5. O material didático-institucional adquirido pela CONTRATANTE mediante cessão de direitos autorais, pode, a critério exclusivo dessas, ser utilizado em outras disciplinas quaisquer pelo período de até 03 (três) anos após a assinatura contratual.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DOS DIREITOS DE IMAGEM

- 4.1. O CONTRATADO cede pelo período de até 03 (três) anos, em caráter irrevogável e irretratável, seus direitos de imagem relativos à sua atuação ministrando aulas, ou exercendo qualquer outra atividade que integre ou venha a integrar o ensino a distância do curso da AMAIEDUC
- 4.2. A cessão dos direitos de imagem a que se refere o item anterior compreende a veiculação da imagem do CONTRATADO(A) pela televisão, Internet e quaisquer outros meios de comunicação existentes ou que venham a ser inventados, passíveis de veicular, transmitir e retransmitir a imagem do CONTRATADO(A).

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

- 5.1. Em remuneração aos serviços prestados (CLÁUSULA SEGUNDA) e às cessões de direitos (CLÁUSULAS TERCEIRA E QUARTA) objeto do presente contrato, o CONTRATADO receberá da CONTRATANTE, o valor integral de R\$ 1.000,00 (mil reais) e R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais) por 8 horas de atendimento ao alunos via Fórum de Dúvidas.
- 5.2. O Contratado será remunerado pela Contratante para o Fórum de dúvidas para todas as vezes em que o curso for ao durante a vigência do contrato.
- 5.3. O pagamento do valor contratado será efetuado em até cinco dias após a emissão da nota fiscal, em pagamento via boleto bancário disponibilizado pelo CONTRATADO ou por transferência bancária, com possibilidade de emissão da nota fiscal logo após concluído cada um dos cursos mencionados neste contrato.
- 5.4. O pagamento das referidas parcelas poderá ser suspenso com o não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente contrato.
- 5.5. A suspensão do pagamento não suspende, interrompe ou extingue a cessão de direitos autorais prevista na cláusula terceira.

5.6. A substituição do CONTRATADO, mesmo que antes do término da disciplina não extingue ou revoga a cessão de direitos autorais prevista na cláusula terceira do presente contrato.

5.7. Cabe ao CONTRATADO os gastos com deslocamento, hospedagem e alimentação referente a execução dos cursos previstos neste contrato.

5.8. O exercício pelas CONTRATANTES de quaisquer das prerrogativas previstas na cláusula terceira do presente contrato não implica em qualquer espécie de remuneração adicional para o CONTRATADO(A).

#### CLÁUSULA SEXTA - TEMPO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O início das tarefas será a partir da assinatura deste contrato, com término após a avaliação final de cada curso, podendo ser renovado o curso oferecido a critério da CONTRATANTE, caso em que as partes deverão celebrar um novo contrato.

6.2. A cláusula anterior não se aplica à cessão de direitos autorais, posto ser definitiva.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. As partes contratantes elegem o foro de Xanxerê, SC, para o fim de dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas regidas pela boa fé contratual, firmam o presente, em três vias, de igual teor e forma, perante testemunhas, para que produzam seus jurídicos efeitos.

Xanxerê, SC, 7 de outubro de 2019.

Eliéze Comachio Prefeita de São Domingos e Presidente da AMAI CONTRATANTE	Karen Bissani N&K Consultoria e Desenvolvimento CONTRATADO
---------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

Testemunhas

## AMMVI

### CONTRATO Nº 35/2019 - MAICO BETTONI

Publicação Nº 2211708

CONTRATO – COMPRAS E CONTRATAÇÕES nº 35/2019

DAS PARTES:

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo;

CONTRATADA: MAICO BETTONI, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 021.137149-14, residente e domiciliado na Rua Xororó, nº 89, Bairro Costa e Silva, CEP. 89.220-165, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto regular a prestação de serviços como instrutor do curso "FISCALIZAÇÃO MODERNA DO SIMPLES NACIONAL PARA OS MUNICÍPIOS – COM ÊNFASE NO AUMENTO DA ARRECADAÇÃO" – 20 (vinte) horas/aula de 45 (quarenta e cinco) minutos equivalente a 15 (quinze) horas, em capacitação de agentes públicos municipais, a ser realizado no endereço da CONTRATANTE.

1.2 - Este Contrato vincula-se a proposta apresentada pela CONTRATADA, independentemente de transcrição, bem como ao resultado da autorização para compras e serviços – Processo AMMVI nº 152-2019, para todos os fins de direito.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO E DAS DESPESAS EVENTUAIS:

2.1 - Os serviços de que trata a cláusula primeira serão prestados nos dias 29 e 30 de outubro de 2019, na sede da CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA à disposição durante o tempo necessário à resolução de eventuais problemas referentes aos serviços previstos neste instrumento.

2.2 - Eventuais despesas de deslocamentos, hospedagem e alimentação da CONTRATADA para prestação do serviço objeto deste Contrato estão a cargo da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

3.1 – Os serviços serão prestados em regime de empreitada por preço global, na modalidade presencial para a carga horária estabelecida, por profissional detentor de capacitação técnica afim com o conteúdo programático do evento, sem prejuízo de interações e orientações posteriores por telefone, e-mail, etc.

3.2 - Para a eficiente consecução dos serviços, os profissionais da empresa CONTRATADA deverão programar previamente os materiais e

equipamentos que se fizerem necessários para o evento.

3.3 - Fica também ao encargo da CONTRATADA, prestar assessoria no atendimento das dúvidas dos agentes municipais, pelo prazo máximo de trinta (30) dias da realização do evento, inclusive reportando aos titulares da CONTRATANTE, diretamente envolvidos na execução do objeto deste contrato, as eventuais ocorrências e dificuldades encontradas na prestação dos serviços, oferecendo subsídios para melhoria destes.

3.4 – A CONTRATANTE, a seu critério, poderá excluir ou modificar as atividades previstas e descritas no objeto, como também, incluir novas que venham a contribuir para o melhor atendimento dos serviços, desde que compatibilizadas com a carga horária contratada para os serviços.

3.5 – Fica delegado atribuição ao empregado da CONTRATANTE, ALEXANDRE CARVALHO BRIGIDO, para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

3.6 - A CONTRATANTE não será responsável por eventual prejuízo sofrido e/ou causado pelos profissionais da CONTRATADA em decorrência deste contrato, bem como não terá qualquer responsabilidade por eventuais encargos fiscais, trabalhistas, civis e/ou sociais relacionados com a execução do objeto contratual pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para a prestação integral dos serviços descritos no objeto contratual, o valor global de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a serem pagos em até cinco dias úteis da realização do evento de capacitação e mediante depósito bancário para Maico Bettoni conta corrente de nº 20.842-6 Agência 4773-2 Banco do Brasil.

4.2 - O pagamento será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços que deverá ser enviada eletronicamente para o e-mail alexandre@ammvi.org.br, devidamente conferida e aprovada na forma do item 3.5 deste contrato.

4.2.1 - Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

4.2.2 – A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a comprovação dos recolhimentos regulares dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto contratual para liberação dos pagamentos, não caracterizando mora o eventual atraso de pagamento por causa do não atendimento (comprovação) por parte da CONTRATADA.

4.2.3 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente (item 3.5), em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES:

5.1 – A CONTRATADA, além da prestação de serviços objeto deste contrato com qualidade técnica e suficiência, deverá fornecer pessoal, equipamentos e material necessários à execução dos serviços.

5.2 – No caso de qualquer fato emergencial relacionados com os serviços objetos deste contrato a CONTRATADA deverá adotar as providências necessárias ao pronto atendimento da situação, independentemente do horário que o mesmo venha a ocorrer.

5.3 – Compete, ainda, a CONTRATADA:

I – Disponibilizar Instrutor para ministrar o curso no local solicitado pela CONTRATANTE;

II - Responder, exclusivamente, pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste contrato;

III – Manter sigilo absoluto das informações da CONTRATANTE processadas pela CONTRATADA e das demais informações geradas na execução dos serviços.

5.4 – Os danos e/ou prejuízos que venham a ocorrer por culpa da CONTRATADA serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo estipulado em notificação administrativa, sob pena de multa (cláusula sexta).

5.5 – Sem prejuízo do pagamento do valor, nas condições estabelecidas, caberá também à CONTRATANTE:

I - Disponibilizar local em condições de realização do curso e coffee aos participantes;

II - Disponibilizar sonorização, datashow e notebook para a reprodução do material didático.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

6.1 - A parte que infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, bem como perdas e danos e correção monetária com base no INPC/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

6.2 – Fica estabelecido o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso na realização dos serviços e/ou no atraso injustificado para a entrega integral do objeto contratado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE ENTREGA E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

7.1 - Imediatamente após a assinatura do termo de Contrato, a CONTRATADA deverá dar início ao preparativo dos serviços, observadas as condições previstas na programação do evento e/ou nas cláusulas contratuais.

7.2 – Este contrato tem início de vigência da data de sua assinatura e término em 30 de outubro de 2019, podendo ser prorrogado, de comum acordo, mediante termo.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA INEXISTENCIA DE VINCULO EMPREGATICIO:

8.1 - Cabe a CONTRATADA assumir, de forma exclusiva, todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias advindas da relação com seus empregados envolvidos no objeto do presente Termo.

8.2 - A CONTRATANTE se isenta de quaisquer responsabilidades sobre encargos provenientes de relações empregatícias da CONTRATADA.

8.3 - A CONTRATANTE não indica ou direciona a contratação de pessoas para prestar os serviços inerentes ao objeto deste instrumento e não pratica quaisquer atos de ingerência na administração da CONTRATADA.

8.4 - O presente contrato não gera vínculo empregatício, não tendo os profissionais da CONTRATADA qualquer dever de subordinação direta aos agentes da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA – DO DEVER DE RESSARCIMENTO:

9.1 - A CONTRATANTE não responde, subsidiária ou solidariamente, tanto na esfera civil, trabalhista, tributária, securitária, penal, entre outras, pelos atos e omissões, dolosas e culposas praticadas pela CONTRATADA, resguardado àquela o direito de regresso em caso de eventual condenação.

9.2 - A CONTRATADA responderá por eventuais prejuízos causados ao patrimônio e aos bens da CONTRATANTE, inclusive daqueles colocados à disposição para o atendimento dos serviços de que trata este contrato.

#### CLAUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

10.1 - A presente contratação fundamenta-se no artigo 6º, X, da Resolução AMMVI nº 12/06, e alterações posteriores, bem como nas disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de outras normas específicas.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

11.1 - O presente Instrumento de Contrato será rescindido, a critério da CONTRATANTE, independente de Interpelação Judicial ou Notificação Judicial/Extrajudicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie, quando esta:

I - Descumprir as obrigações contratuais, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista na cláusula sexta deste instrumento;

II - Transferir a terceiros no todo ou em parte, a execução do objeto do presente Instrumento de Contrato, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE;

III – Sofrer dissolução ou liquidação ou ter sido decretado sua falência, uma vez consumada a impossibilidade de recuperação judicial.

11.2 - Reserva-se, ainda, à CONTRATANTE, o direito de rescindir imotivadamente o presente Instrumento de Contrato, no todo ou em parte, mediante aviso com antecedência mínima de 07 (sete) dias, sem que lhe seja imposta quaisquer multas e/ou indenização.

11.3 - Convindo as Partes, poderá o presente Instrumento de Contrato ser rescindido por mútuo acordo, desde que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE.

11.4 - Quaisquer que sejam as hipóteses de rescisão do presente Instrumento de Contrato fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias/sociais dela decorrentes.

11.5 - Havendo pendências, as Partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Contrato, as responsabilidades de cada uma das Partes pelo cumprimento do objeto do presente Instrumento de Contrato.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o foro da comarca de Blumenau/SC, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios envolvendo este contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes para os fins de direito.

Blumenau (SC), 30 de setembro de 2019.

CONTRATANTE JOSÉ RAFAEL CORREA Diretor Executivo - AMMVI	CONTRATADO MAICO BETTONI Instrutor Auditor Fiscal de Joinville
CONTRATANTE ALEXANDRE CARVALHO BRIGIDO Gestor do Contrato	

---

## AMREC

---

### **AVISO TP 345.CIM-AMREC.2019 - LIMPEZA DA PLATAFORMA ESTRADAL DE RODOVIAS ESTADUAIS**

Publicação Nº 2211557

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 345/CIM-AMREC/2019

OBJETO: Serviços de Limpeza da Plataforma Estradal de Rodovias Estaduais sob a jurisdição da Superintendência Regional Sul do DEINFRA. Convênio com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SIE.

DATA DE ENTREGA: até 19 de novembro de 2019 às 13h45min

DATA DE ABERTURA: dia 19 de novembro de 2019 às 14h00min

LOCAL: sala de Licitações da Diretoria de Logística, localizada no pavimento superior do edifício sede da municipalidade – Paço Municipal “Marcos Rovaris”, sito na rua Domênico Sônego, 542 - Criciúma-SC.

EDITAL: completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda-feira a sexta-feira na Diretoria de Logística do Município de Criciúma, no horário das 08h00 às 17h00, pelo fone (0\*\*48) 3431.0318 ou pelo endereço eletrônico editais@criciuma.sc.gov.br ou pelo site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br).

CRICIÚMA-SC, 30 de outubro de 2019.

VANDERLEI ALEXANDRE - DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO CIM-AMREC

# Consórcios

## AGIR

### EXTRATO CONTRATO CL Nº 043/2019 - AGIR

Publicação Nº 2211403

EXTRATO

CONTRATO CL Nº 043/2019

- EXTRATOS CONTRATOS / 2019

NÚMERO DO CONTRATO: 043/2019

DATA VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/12/2019

NÚMERO DO PROCESSO: 048/2019 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADA: SANTA CLARA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA (CNPJ nº 83.029.587/0001-99)

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo automotor, zero quilômetro, para compor a frota de veículos da AGIR.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais).

Blumenau (SC), em 30 de outubro de 2019.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

## CIGA

### EXTRATO DE CONTRATO N. 121 - MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

Publicação Nº 2211704

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Abelardo Luz

CONTRATANTE: Município de Abelardo Luz

CNPJ: 83.009.886/0001-61

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO ADMINISTRATIVO 85/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Geo: sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geo-esaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado.

VALOR: R\$ 30.185,00 (trinta mil e cento e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 14 de outubro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### EXTRATO DE CONTRATO N. 122 - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

Publicação Nº 2211706

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Rio dos Cedros

CONTRATANTE: Município de Rio dos Cedros

CNPJ: 83.102.806/0001-18

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 4º QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 15/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA SIMPLES: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 8.151,00 (oito mil e cento e cinquenta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 21 de outubro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## EXTRATO DE CONTRATO N. 123 - MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Publicação Nº 2211709

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Joaçaba

CONTRATANTE: Município de Joaçaba

CNPJ: 82.939.380/0001-99

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 298/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA SIMPLES: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão de Obras - CIGA OBRAS: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação.

VALOR: R\$ 17.882,16 (dezesete mil, oitocentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 23 de outubro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## EXTRATO DE CONTRATO N. 124 - MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Publicação Nº 2211787

EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Jupiá

CONTRATANTE: Município de Jupiá

CNPJ: 01.593.132/0001-37

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 47/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos

do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA SIMPLES: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 6.426,00 (seis mil e quatrocentos e vinte e seis reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 30 de outubro de 2019.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

## EXTRATO DE CONTRATO N. 125 - MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Publicação Nº 2211799

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2019  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Nova Erechim  
CONTRATANTE: Município de Nova Erechim  
CNPJ: 83.021.840/0001-68  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 46/2017  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA SIMPLES: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Coletor de Dados - CIGA COLETOR: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 6.951,00 (seis mil e novecentos e cinquenta e um reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 17 de outubro de 2019.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

## PORTARIA N.º 45, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2212138

Portaria n.º 45, de 01 de novembro de 2019.  
Dispõe sobre concessão de férias ao empregado público, Sr(a). FERNANDA ROSA SOCAL, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,  
Considerando o dispositivo no artigo 6, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Capítulo IV, do Decreto-Lei n.º 5.452/43; e demais legislação cogente;

### RESOLVE:

Art. 1.º. CONCEDER FÉRIAS AO EMPREGADO PÚBLICO, Sr(a). FERNANDA ROSA SOCAL, Assistente Administrativa, matrícula n.º 15, do dia 06/11/19 a 14/11/19, referente ao período aquisitivo de 12/01/18 a 11/01/19.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição

indispensável à sua eficácia.

Art. 3.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 01 de novembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIMVI

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

Publicação Nº 2210776

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

Editais de abertura n.º 01/2019

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Concurso, nomeada através da Resolução CIMVI nº 324/2019, TORNA PÚBLICA a realização de Concurso Público, sob o regime CLT, para provimento de vagas do seu quadro de pessoal.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público a que se refere o presente Edital será executado pelo Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC, com sede na Rua Humberto de Campos, n.º 769, Bairro Coqueiral, CEP: 85807-470, Município de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) e correio eletrônico [ippec@ippec.org.br](mailto:ippec@ippec.org.br).

1.2 O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas existentes, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de acordo com a Tabela 2.1 deste Edital e tem prazo de validade de 06 (seis) meses a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

1.3 A convocação para as vagas informadas na Tabela 2.1 deste Edital será feita de acordo com a necessidade e a conveniência do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, dentro do prazo de validade do concurso.

1.4 Os requisitos e as atribuições dos empregos públicos estão relacionados no Anexo I deste Edital.

1.5 Os conteúdos programáticos da prova objetiva encontram-se no Anexo II deste Edital.

1.6 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

#### 2. DOS EMPREGOS PÚBLICOS

2.1 O código do emprego público, o emprego público, a carga horária semanal, as vagas de ampla concorrência, as vagas para pessoa com deficiência (PcD), a remuneração inicial bruta, o valor da taxa de inscrição e os requisitos básicos para posse no emprego público são os estabelecidos a seguir:

Tabela 2.1

Empregos Públicos	Carga Horária Semanal	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PcD	Remuneração Inicial Bruta - R\$	Taxa de Inscrição	Requisitos básicos
Analista Ambiental - Engenharia Ambiental	40	04 + CR	*	3.375,53	R\$ 180,00	Ensino superior em engenharia ambiental e registro no conselho de classe respectivo.
Analista Ambiental - Engenharia Florestal	40	01 + CR	*	3.375,53	R\$ 180,00	Ensino superior em engenharia florestal e registro no conselho de classe respectivo.

\* Não há reserva de vagas para candidatos com deficiência para provimento imediato devido ao quantitativo de vagas oferecido, sendo mantido cadastro de reserva.

CR: Cadastro Reserva – cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecidas por emprego público. Os candidatos que compõem o cadastro de reserva somente serão nomeados se, durante o período de validade do concurso, ocorrer o surgimento de novas vagas.

#### 3. REQUISITOS PARA POSSE NO EMPREGO PÚBLICO

3.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro de servidores do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

a) ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;

b) ter completado 18 (dezoito) anos;

c) estar em pleno exercício dos direitos políticos;

d) ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do emprego público, em inspeção médica oficial determinada pelo Consórcio

Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI;

e) possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIMVI em deslocamentos a serviço, com exceção dos casos previstos no Estatuto do CIMVI;

f) possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do emprego público (Anexo I);

g) declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos ou empregos;

h) a quitação com as obrigações eleitorais e militares;

i) não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo ou emprego público;

j) ter sido aprovado e classificado no concurso público;

k) ter bom procedimento, comprovado por certidão de antecedentes criminais, a ser expedida pelo Juízo da Comarca onde reside o futuro servidor;

l) gozar de boa saúde, comprovada através de inspeção médica;

m) atender às demais exigências contidas neste Edital.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

4.2 As inscrições para este Concurso Público serão realizadas somente via internet. Não serão aceitas inscrições efetuadas de forma diversa da estabelecida neste item.

4.3 O período para a realização das inscrições será o período estabelecido no ANEXO III – Cronograma, observado horário oficial de Brasília/DF, através do endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

4.4 Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá:

a) preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição declarando estar ciente das condições exigidas para admissão no emprego público e submetendo-se às normas expressas neste Edital;

b) imprimir o boleto bancário gerado e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor estipulado na Tabela 2.1 até a data estabelecida no cronograma deste Edital.

4.5 O candidato terá sua inscrição deferida mediante o pagamento correto do boleto bancário.

4.5.1 No caso de duas ou mais inscrições de um mesmo candidato será considerada a última inscrição realizada com data e horário mais recente, independente da data em que o pagamento tenha sido realizado. As demais inscrições serão canceladas automaticamente, não havendo ressarcimento do valor pago, ou transferência do valor pago para outro candidato.

4.6 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.

4.6.1 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando, em qualquer época, na eliminação automática do candidato sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a posse do candidato, o mesmo será exonerado do emprego público.

4.7 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária ou Casas Lotéricas, até a data de seu vencimento. Caso o candidato não efetue o pagamento do seu boleto até a data do vencimento, o mesmo deverá acessar o endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até a data máxima estipulada no ANEXO III - Cronograma. As inscrições realizadas com pagamento após essa data não serão acatadas.

4.8 O IPPEC, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no cronograma deste edital. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, a não ser por anulação plena deste concurso.

4.9 Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito ou transferência bancária, tampouco as de programação de pagamento que não sejam efetivadas.

4.10 O IPPEC não se responsabiliza por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.11 Quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição, caberá interposição de recurso, protocolado em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), no período estipulado para interposição de recurso, explícita no ANEXO III - Cronograma, observado o horário oficial de Brasília/DF.

#### 5. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)

5.1 Às pessoas com deficiência serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada emprego público e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, desde que as atribuições do emprego público sejam compatíveis com a deficiência, ressalvando-se que não há reserva de vagas para candidatos com deficiência para provimento imediato devido ao quantitativo de vagas oferecido, sendo mantido cadastro de reserva. As disposições deste Edital, referentes às Pessoas com Deficiência, são correspondentes às da Lei nº 7.853/89 e do Decreto 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004, da Lei nº 12.764/12 regulamentada pelo Decreto nº 8.368/14 federais.

5.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por emprego público, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990.

5.1.2 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos empregos públicos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

5.1.3 A compatibilidade da pessoa com deficiência com o emprego público no qual se inscreveu será declarada por junta médica especial, perdendo o candidato o direito à nomeação caso seja considerado inapto para o exercício do emprego público.

5.2 A pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, a avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da prova e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.

5.3 São consideradas pessoas com deficiência, de acordo com o artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado

pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nos termos da Lei, as que se enquadram nas categorias de I a VI a seguir; e as contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: "O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes":

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

VI - A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

5.4 Para concorrer como Pessoa com Deficiência ou a condições especiais para realização da prova e da candidata lactante, o candidato deverá:

5.4.1 a) Acessar o site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br);

b) efetuar sua inscrição no concurso público no período estabelecido no Anexo III - Cronograma, através do site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

c) Enviar o formulário de solicitação de reserva de vagas para PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) devidamente preenchido e assinado, conforme Anexo V deste Edital e o laudo médico com as informações descritas no item a seguir;

5.4.1.1 O laudo médico deverá estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença-CID, com citação do nome por extenso do candidato, carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da realização da inscrição.

5.4.1.2 Enviar através de link específico de CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS no site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), dentro do prazo estipulado no cronograma deste Edital, os seguintes documentos: Anexo V devidamente preenchido e assinado e laudo médico. O candidato deve estar "logado" no site para enviar os documentos.

5.5 O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não portador de deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para Pcd e passando à ampla concorrência. Nestes casos, o candidato não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

5.6 Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e da Legislação supracitada neste item, a opção de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.

5.7 O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência estará disponível no Edital de homologação das inscrições, disponível no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) em data disponível no Anexo III - Cronograma.

5.7.1 O candidato que tiver a sua inscrição indeferida como Pcd poderá impetrar recurso, em formulário próprio disponível no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) no período proposto no ANEXO III - Cronograma, observado horário oficial de Brasília/DF.

5.8 O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, se aprovado no Concurso Público, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista dos candidatos aprovados específica para pessoas com deficiência.

5.9 Não havendo candidatos aprovados para a vaga reservada às pessoas com deficiência, esta será preenchida com estrita observância da ordem de classificação geral.

5.10 Da candidata lactante:

5.10.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar, durante a realização da prova, deverá:

5.10.1.1 Levar acompanhante;

5.10.1.2 Levar certidão de nascimento do lactente (cópia simples) ou laudo médico (original ou cópia autenticada) que ateste esta necessidade.

5.10.2 A candidata que necessitar amamentar deverá ainda levar um acompanhante, sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.

5.10.3 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos eletrônicos durante a realização do certame.

5.10.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de uma fiscal. Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova.

5.11 O IPPEC não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.

5.12 Não haverá devolução da cópia da certidão de nascimento, laudo médico original ou cópia autenticada, bem como quaisquer documentos enviados e não serão fornecidas cópias desses documentos.

5.13 O Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça

a chegada da referida documentação ao seu destino.

5.14 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) em data provável disponível no Anexo III - Cronograma. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá impetrar recurso, em formulário próprio disponível no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) no período estabelecido em seu Anexo III - Cronograma, observado horário oficial de Brasília/DF.

#### 6 DA CANDIDATA LACTANTE:

6.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar, durante a realização da prova, deverá:

6.1.1 Levar acompanhante;

6.1.2 Levar certidão de nascimento do lactente (cópia simples) ou laudo médico (original ou cópia autenticada) que ateste esta necessidade.

6.2 A candidata lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do lactente.

6.3 A candidata que necessitar amamentar deverá ainda levar um acompanhante adulto, sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.

6.4 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos eletrônicos durante a realização do certame.

6.5 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de uma fiscal. Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova.

6.6 O IPPEC não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.

6.7 Não haverá devolução da cópia da certidão de nascimento, laudo médico original ou cópia autenticada, bem como quaisquer documentos enviados e não serão fornecidas cópias desses documentos.

6.8 O Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da referida documentação ao seu destino.

6.9 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) em data provável disponível no Anexo III - Cronograma. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá impetrar recurso, em formulário próprio disponível no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) no período estabelecido em seu Anexo III - Cronograma, observado horário oficial de Brasília/DF.

#### 7 - DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 - Haverá isenção da taxa de inscrição, nos seguintes termos:

7.1.1- Conforme o Decreto Federal n.º 6.593/2008, Art. 1º, ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público, os candidatos que:

a) estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal n.º 6.135/2007; e for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135/2007.

7.1.1.1 - O candidato que faz jus ao benefício deverá:

a) Acessar o site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br);

b) efetuar sua inscrição no concurso público no período estabelecido no Anexo III - Cronograma, através do site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

c) Preencher a declaração de que atende à condição estabelecida nos itens anteriores, conforme Anexo IV deste edital.

d) Enviar através de link específico de ISENTOS no site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), dentro do prazo estipulado no cronograma deste Edital, os seguintes documentos: Anexo IV devidamente preenchido e assinado e cópia do documento de identificação tipo R.G e CPF. Enviar ainda, sob pena de indeferimento, Comprovante de Cadastramento atualizado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com assinatura e carimbo do servidor emitente, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data de publicação do presente edital. O referido documento poderá ser obtido nos órgãos ligados a Assistência Social do Município. O candidato deve estar "logado" no site para enviar documentos.

7.1.2- Conforme Estatuto do CIMVI, ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público, os candidatos que são doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

7.1.2.1 – Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto no parágrafo anterior, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

7.1.2.2 – A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.

7.1.2.3 – O documento previsto no parágrafo anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

7.1.2.4 - O candidato que faz jus ao benefício deverá:

a) Acessar o site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br);

b) efetuar sua inscrição no concurso público no período estabelecido no Anexo III - Cronograma, através do site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

c) Preencher a declaração de que atende à condição estabelecida nos itens anteriores, conforme Anexo IV deste edital.

d) Enviar através de link específico de ISENTOS no site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), dentro do prazo estipulado no cronograma deste Edital, os seguintes documentos: Anexo IV devidamente preenchido e assinado e cópia da comprovação de doador de sangue, expedido pela entidade coletora, conforme normas estabelecidas nos itens anteriores. O candidato deve estar "logado" no site para enviar documentos.

7.1.3 - A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto n.º 83.936/1979.

7.1.4 - Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax ou via correio eletrônico.

7.1.5 - A relação dos pedidos de isenção deferidos e indeferidos será divulgada em mural no Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI e no site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) na data estabelecida no Anexo III - Cronograma.

7.1.6 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), imprimir o boleto para pagamento da taxa de inscrição e efetuar o pagamento até o prazo estabelecido no Anexo III - Cronograma, conforme procedimentos descritos neste edital.

**8. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES**

8.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) em data provável disponível no Anexo III - Cronograma.

8.2 No edital de deferimento das inscrições constará a listagem dos candidatos às vagas para ampla concorrência, às vagas para pessoa com deficiência e dos candidatos solicitantes de condições especiais para a realização da prova.

8.3 Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) no período estabelecido no ANEXO III - Cronograma, tendo início às 08h até 23h59min da data final estipulada, observado o horário oficial de Brasília/DF.

8.4 O Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Concurso Público, a qual decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

8.5 - No Edital de homologação das inscrições, será publicada a relação de pedidos especiais deferidos e indeferidos para realização da prova escrita. O candidato que solicitou o atendimento especial e cumpriu fielmente o item 5.4 deste Edital e não constar nesta relação, deverá protocolar recurso, solicitando o atendimento especial que necessita.

8.5.1 - O candidato portador de necessidades especiais, que não recorrer no prazo estipulado em Edital, NÃO poderá reclamar ou solicitar condições especiais no dia da prova.

**9. DA FASE DO CONCURSO**

9.1 O Concurso Público constará da seguinte prova e fase:

Primeira fase: realização de prova escrita objetiva, aplicada a todos os candidatos, possuindo caráter eliminatório e classificatório.

Observação: A ausência do candidato em qualquer uma das etapas eliminatórias nas datas e horários estabelecidos em edital próprio desclassifica automaticamente o candidato do presente Concurso Público.

**9.2 – DA PRIMEIRA ETAPA – PROVA OBJETIVA**

9.2.1. A prova escrita será composta de 50 questões objetivas, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Conteúdos	Quantidade de Questões	Peso Individual	Nota
Conhecimentos Específicos do emprego público	50	2,0	100,00
Valor Máximo da Prova			100,00

9.2.2 - Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo II, e estarão disponíveis no site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

**9.2.3 DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA**

9.2.3.1 A prova objetiva será aplicada na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, podendo ser aplicada também em cidades vizinhas, caso o número de inscritos exceda a capacidade de alocação do município.

9.2.3.2 O Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC poderá utilizar sala(s) existentes e/ou extra(s) nos locais de aplicação da prova, alocando ou remanejando candidatos para essa(s), conforme as necessidades.

9.2.3.3 A prova objetiva será aplicada em data provável disponível no Anexo III - Cronograma, em horário e local a ser informado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

9.2.3.4 O horário de início da prova será o mesmo, ainda que realizada em diferentes locais.

9.2.3.5 Havendo alteração da data prevista, a prova poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados. Despesas provenientes da alteração de data serão de responsabilidade do candidato.

9.2.4 O ensalamento será publicado no dia da publicação do Edital de Homologação das inscrições.

9.2.4.1 Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

9.2.5 O local de realização da prova objetiva, constante no Edital de Ensalamento, divulgado conforme subitens anteriores, não será alterado em hipótese alguma a pedido do candidato.

9.2.6 O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de caneta esferográfica (corpo transparente) de tinta azul ou preta e seu documento oficial de identificação com foto.

9.2.7 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto, nos termos da Lei nº 9.503, art. 159, de 23/9/97.

9.2.8 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.

9.2.9 Não serão aceitos como documentos de identidade protocolos de solicitação de documentos, certidões de nascimento e de casamento, títulos eleitorais, carteiras funcionais sem valor de identidade, Carteira de Habilitação sem foto, carteira de estudante, Carteiras de Agremiações Desportivas, fotocópias dos documentos de identidade, ainda que autenticadas, bem como documentos ilegíveis e/ou não identificáveis.

9.2.10 Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Concurso Público.

9.2.11 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.

9.2.12 Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

9.2.12.1 prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identificação original com fotografia;

9.2.12.2 realizar a prova sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;

9.2.12.3 ingressar no local de prova após o fechamento do portão de acesso;

- 9.2.12.4 realizar a prova fora do horário ou espaço físico pré-determinados;
- 9.2.12.5 comunicar-se com outros candidatos durante a realização da prova;
- 9.2.12.6 portar indevidamente e/ou fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no item 10 deste Edital;
- 9.2.12.7 em toda e quaisquer dependências físicas onde será realizada a prova, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados no item 10 deste edital. É expressamente proibida a realização de qualquer tipo de imagem, por qualquer meio eletrônico, do local de prova, por parte do candidato, cabendo ao Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC a aplicação da penalidade devida.
- 9.2.13 O Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos ou equipamentos relacionados no item 10 deste Edital. Caso seja necessário o candidato portar algum desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences fornecidos pelo Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC e conforme o previsto neste Edital. Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares antes do acondicionamento no envelope, garantindo assim que nenhum som será emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.
- 9.2.14 O Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC não ficará responsável pela guarda de quaisquer objetos pertencentes aos candidatos, tampouco se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
- 9.2.15 Não será permitida entrada de candidatos no local de prova portando armas. O candidato que estiver armado será encaminhado à Coordenação do Concurso.
- 9.2.16 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva.
- 9.2.17 O Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos, bem como utilizar detectores de metais.
- 9.2.18 Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala sua Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.
- 9.2.19 Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- 9.2.20 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas na mesma e na capa do caderno de questões.
- 9.2.21 O candidato deverá assinalar as respostas das questões da prova objetiva na Folha de Respostas, preenchendo os alvéolos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 9.2.22 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato, tais como marcação rasurada, marcação não preenchida integralmente, marcações feitas a lápis, ou qualquer outro tipo diferente da orientação contida na Folha de Respostas ou na capa do caderno de questões.
- 9.2.23 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.
- 9.2.24 O candidato poderá entregar sua Folha de Respostas e deixar definitivamente o local de realização da prova objetiva, somente após decorridos, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Questões somente após decorrido 120 (cento e vinte) minutos, devendo, obrigatoriamente, sempre devolver ao fiscal da sala sua Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.
- 9.2.25 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem suas Folhas de Respostas e assinarem a ata e o lacre de fechamento do envelope no qual serão acondicionadas as Folhas de Respostas da sala.
- 9.2.26 O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando-a.
- 9.2.27 A prova objetiva terá a duração de 04 (quatro) horas, incluído o tempo de marcação na Folha de Respostas. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.
- 9.2.27.1 Cada questão da prova objetiva terá 5 (cinco) alternativas, sendo que cada questão terá apenas 1 (uma) alternativa correta, sendo atribuída pontuação 0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.
- 9.2.27.2 O candidato deverá obter 60,00 (sessenta) pontos ou mais na prova objetiva para não ser eliminado do concurso público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

#### 9.2.28. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

9.2.28.1 O gabarito preliminar será divulgado em data provável disponível no Anexo III - Cronograma, no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

9.2.28.2 Quanto ao gabarito preliminar divulgado caberá a interposição de recurso, devidamente fundamentado.

#### 10. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

10.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente do total de pontos.

10.2 A Nota Final dos candidatos habilitados será igual à nota obtida na prova objetiva.

10.3 – O candidato deverá obter 60,00 (sessenta) pontos ou mais na média final para não ser eliminado do concurso público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

10.4 – Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- a) tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até a data de publicação do resultado e classificação deste concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003).
- b) persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade (exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem).

10.5 O resultado final do Concurso Público será publicado por meio de duas listagens, a saber:

- a) Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como pessoa com deficiência, em ordem de classificação;
- b) Lista de Pessoas com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como pessoa com deficiência, em ordem de classificação.

#### 11. DA ELIMINAÇÃO

11.1 Poderá ser eliminado do Concurso Público o candidato que:

11.1.1 não estiver presente na sala ou local de realização da prova no horário determinado para o seu início;

11.1.2 for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros;

11.1.3 for surpreendido, durante a realização da prova, utilizando e/ou portando indevidamente ou diferentemente das orientações deste Edital;

a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar;

b) livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta;

c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;

11.1.4 tenha qualquer objeto, tais como aparelho celular, aparelhos eletrônicos ou relógio de qualquer espécie, que venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital, durante a realização da prova;

11.1.5 for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova;

11.1.6 faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

11.1.7 fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não os permitidos;

11.1.8 afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

11.1.9 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;

11.1.10 descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na Folha de Respostas;

11.1.11 perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

11.1.12 não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, coleta da impressão digital durante a realização da prova;

11.1.13 for surpreendido portando qualquer tipo de arma e se negar a entregar a arma à Coordenação;

11.1.14 recusar-se a ser submetido ao detector de metal;

11.1.15 ausentar-se da sala portando o caderno de questões da prova objetiva antes do tempo determinado no subitem 8.2.24;

11.1.16 recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;

11.1.17 não atingir a pontuação mínima para classificação, prevista neste Edital.

11.2 Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

## 12. DOS RECURSOS

12.1 Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados ao Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC, no prazo de 2 (dois) dias úteis da publicação das decisões objetos dos recursos, assim entendidos:

12.1.1 contra o indeferimento da inscrição nas condições: pagamento não confirmado, condição especial e inscrição como pessoa com deficiência;

12.1.2 contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar;

12.1.3 contra a nota final e classificação dos candidatos.

12.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), sob pena de perda do prazo recursal.

12.3 Os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio disponível no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

12.3.1 As alegações devem estar fundamentadas em:

a) Citação das fontes de pesquisa;

b) Nome dos autores;

c) Bibliografia específica com cópia das páginas dos livros citados.

12.4 - Procedimentos para envio do recurso:

a) Acessar o site;

b) Preencher o formulário de recurso (Anexo VI), fundamentar, assinar e digitalizar;

c) Anexar as cópias escaneadas das páginas dos livros citados;

d) Enviar através de link específico de Recursos no site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), dentro do prazo estipulado no cronograma deste Edital. O candidato deve estar "logado" no site para enviar recursos.

Os arquivos devem ser no formato .docx, .pdf ou .jpg. Arquivos enviados em extensões diferentes não serão analisados pela Banca e serão indeferidos.

12.4.1 - Será indeferido o recurso que não estiver fundamentado e não atender os dispositivos constantes nos itens acima ou for interposto fora do prazo, bem como os que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

12.5 Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados. Especificamente contra questões da prova objetivas e o gabarito preliminar, este deverá estar acompanhado de citação da bibliografia.

12.6 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.

12.7 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 11.1 deste Edital.

12.8 Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.

12.9 Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.

12.10 Se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da prova objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito.

12.11 No caso de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos do emprego público, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

12.12 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.

12.13 Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.

12.14 O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

12.15 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.

12.16 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

12.17 As respostas dos recursos será enviada no e-mail do candidato recorrente.

12.17.1 As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos, contra as demais fases do certame, serão enviadas no e-mail do candidato recorrente.

12.18 A Banca Examinadora do Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC, empresa responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

### 13. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1 O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pelo Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI e publicado em Diário Oficial e nos endereços eletrônicos [cimvi.sc.gov.br](http://cimvi.sc.gov.br) e [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br) em duas listas, em ordem classificatória, com pontuação: uma lista contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e outra somente com a classificação dos candidatos com deficiência.

### 14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1.1 Após a homologação a convocação para posse será publicada no órgão Oficial do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, no endereço desta, e afixado no quadro de editais da sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados.

14.1.2 Na convocação haverá solicitação do comparecimento do referido candidato no órgão de administração de pessoal do Poder, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação na imprensa, decorridos os quais e não havendo o registro do comparecimento, considerar-se-á o candidato como desistente.

14.1.3 O prazo máximo para apresentação dos documentos necessários para a nomeação será de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento do candidato perante o órgão de administração de pessoal, e em caso do não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga.

14.1.4 O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI publicará edital próprio contendo o rol de documentos que deverão ser apresentados à Secretaria do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

#### 14.2 DA NOMEAÇÃO:

14.2 A nomeação em empregos públicos dar-se-á no prazo de até 05 (cinco) dias após a análise favorável dos documentos apresentados pelo interessado e obedecerá a ordem de classificação dos candidatos no concurso público.

#### 14.3 DA POSSE:

14.3 A posse ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação no Órgão Oficial do Município.

14.3.1 A posse no emprego público dependerá de prévia inspeção médica oficial do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI. O candidato nomeado somente será empossado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do emprego público. Caso seja considerado inapto para exercer o emprego público, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.

14.4 A aprovação em concurso público não gera direito à nomeação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos habilitados, salvo prévia desistência por escrito.

14.5 Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego público.

14.6 A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a nomeação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI nos endereços eletrônicos [cimvi.sc.gov.br](http://cimvi.sc.gov.br) e [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

15.2 Qualquer inexistência e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Concurso Público e embora o candidato tenha obtido aprovação, levará a sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição.

15.3 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os comunicados e Editais referentes ao Concurso Público de que trata este Edital.

15.4 Não haverá segunda chamada para quaisquer das fases do concurso, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no documento de confirmação de inscrição, neste Edital e em outros Editais referentes às fases deste Concurso Público.

15.5 O não comparecimento do candidato a qualquer das fases obrigatórias acarretará na sua eliminação do concurso.

15.6 O Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Concurso Público.

15.7 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial, poderá requerer a alteração através de solicitação assinada pelo próprio candidato, enviado no e-mail de atendimento ao candidato [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), anexando documentos que comprovem tal alteração, com expressa referência ao Concurso, emprego público e número de Inscrição, até a data de publicação da homologação dos resultados. Após esta data, poderá requerer a alteração junto ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, ou enviar a documentação via SEDEX com AR para o mesmo endereço, aos cuidados da Comissão Especial do Concurso.

15.8 Os cartões respostas, provas e demais documentos deste Concurso Público serão arquivados pelo período de 5 (cinco) anos após a

validade do certame. Após este período serão incinerados.

15.9 - O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI e o Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

15.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso, ouvida o Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC.

15.11 Será admitida a impugnação deste Edital, desde que devidamente fundamentada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua publicação.

15.11.1 A impugnação deverá ser enviada, dentro do prazo estipulado, enviado no e-mail de atendimento ao candidato ippec@ippec.org.br .

15.12 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó/SC, 01 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

PATRICIA BARBARESCO

Presidente da Comissão Organizadora de Concursos

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

Edital de abertura n.º 01/2019

#### ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise dos processos de licenciamento ambiental e seus respectivos incidentes, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Realizar o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afeto à execução das políticas de meio ambiente, em especial as que se relacionam com as seguintes atividades; regulação, controle, licenciamento e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos ambientais; conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e estímulo e difusão de tecnologias, informação e execução de programas de educação ambiental. Executar outras atribuições correlatas a função, incluídas todas as prerrogativas e competências decorrentes da legislação de regência profissional, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

#### ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA FLORESTAL

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise dos processos de licenciamento ambiental e seus respectivos incidentes, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Realizar o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afeto à execução das políticas de meio ambiente, em especial as que se relacionam com as seguintes atividades; regulação, controle, licenciamento e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos ambientais; conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e estímulo e difusão de tecnologias, informação e execução de programas de educação ambiental. Executar outras atribuições correlatas a função, incluídas todas as prerrogativas e competências decorrentes da legislação de regência profissional, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

Edital de abertura n.º 01/2019

#### ANEXO II – Dos Conteúdos Programáticos CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL

Ecologia e ecossistemas brasileiros. Ciclo do carbono, nitrogênio e fósforo. Noções de Meteorologia e Climatologia. Noções de Hidrologia. Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento de águas e efluentes para descarte e/ou reuso. Classificação de cursos d'água e características dos principais parâmetros para enquadramento de corpos d'água: Resolução CONAMA n.º 357 de 17/03/2005. Noções de Geologia e Solos. Aspectos, Impactos e Riscos Ambientais. Qualidade do ar, poluição atmosférica, controle de emissões. Aquecimento Global e Mecanismos de desenvolvimento Limpo – MDL. Caracterização e recuperação de áreas degradadas, em especial do solo e da água subterrânea. Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Regulamentação para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Cálculo básico para dimensionamento de Estações de Tratamento de Efluentes Domésticos. Modelos básicos para cálculo de vazões: Método Racional e Hidrograma Unitário. Licenciamento Ambiental: etapas e legislação básica. Legislação e normas ambientais brasileira. Fauna. Classificação taxonômica da fauna silvestre brasileira. Manejo da fauna silvestre brasileira in situ e ex situ. Convenções internacionais voltadas à proteção de espécies em que o Brasil é signatário. Convenção da Biodiversidade. Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Fauna e Flora em Perigo de Extinção (CITES). Gestão e manejo dos recursos ambientais. Zoneamento ecológico-econômico. Manejo florestal sustentável. Gestão e manejo em unidades de conservação. Proteção da biodiversidade. Instrumento de controle e licenciamento. Silvicultura, projetos de florestamento e reflorestamento. Educação ambiental. Manejo de bacias hidrográficas. Prevenção e combate a incêndios florestais. Proteção e manejo de cavernas. Aspectos socioeconômicos. Políticas públicas. Agenda 21 – desenvolvimento sustentável. Meio ambiente, sociedade e noções de Sociologia e de Antropologia. Conhecimento das normas ISO 14000:2004.

**ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA FLORESTAL**

Legislação e normas ambientais brasileira: ambiental e florestal. Resoluções do CONAMA. Dendrologia e fitossociologia. Silvicultura: sementes, produção de mudas, viveiros florestais. Ecologia florestal: solos, relação solo-água-plantas, sítios florestais, nutrição, controle ambiental. Edafologia: processos químicos, físicos e biológicos do solo, classificação do solo. Sementes e viveiros florestais. Produção de mudas florestais. Implantação de povoamentos florestais e tratos culturais. Recuperação de áreas degradadas. Ecologia florestal: relações solo-água-plantas, sítios florestais, nutrição. Proteção florestal. Dendrometria: medições florestais, volumetria, crescimento florestal. Inventário florestal: método aleatório e estratificado. Medição de área: topografia, sensoriamento remoto, GPS, SIG. Colheita florestal: manual e mecanizada. Economia florestal: custo, receita, avaliação econômica de bens materiais e imateriais. Manejo de bacias hidrográficas. Manejo florestal: desrama, desbaste, rotação, taxa de corte. Planejamento ambiental e florestal. Tecnologia da madeira: desdobro, beneficiamento, preservação da madeira. Manejo de Florestas: Destruição, fragmentação e degradação de habitats florestais. Ecofisiologia vegetal. Estrutura e funcionamento de ecossistemas florestais. Fatores que condicionam a diversidade de espécies em florestas. Efeitos das perturbações antropogênicas sobre comunidades florestais.

**PARA AMBOS OS EMPREGOS PÚBLICOS, AINDA:**

Constituição da República Federativa do Brasil

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA (Resoluções nº 01/1986, 237/1997, 357/2005, 369/2006 e 429/2011)

RESOLUÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA DE Nº 98 ATÉ 134

Instruções Normativas do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina de nº 01 a 79

Resolução Conjunta IBAMA/FATMA nº 01/1995

Decreto-lei nº 1.413/1975

Decreto Federal nº 6514/08

Lei Nacional nº 5.172/1966

Lei Nacional nº 5.197/1967

Lei Nacional nº 6.766/1979

Lei Nacional nº 6.803/1980

Lei Nacional nº 6.938/1981

Lei Nacional nº 9.433/1997

Lei Nacional nº 9.605/1998

Lei Nacional nº 9.795/1999

Lei Nacional nº 9.985/2000

Lei Nacional nº 10.257/2001

Lei Nacional nº 11.284/2006

Lei Nacional nº 11.428/2006

Lei Nacional nº 12.305/2010

Lei Complementar Nacional nº 140/2011

Lei Nacional nº 12.651/2012

Lei Nacional nº 13.465/2017

Decreto do Município de Apiúna nº 2961/2018

Decreto do Município de Apiúna nº 3080/2018

Decreto do Município de Apiúna nº 3081/2018

Decreto do Município de Apiúna nº 3082/2018

Decreto do Município de Apiúna nº 3083/2018

Decreto do Município de Ascurra nº 3145/2018

Decreto do Município de Ascurra nº 3214/2018

Decreto do Município de Ascurra nº 3215/2018

Decreto do Município de Ascurra nº 3216/2018

Decreto do Município de Ascurra nº 3217/2018

Decreto do Município de Benedito Novo nº 31/2018

Decreto do Município de Benedito Novo nº 124/2018

Decreto do Município de Benedito Novo nº 125/2018

Decreto do Município de Benedito Novo nº 126/2018

Decreto do Município de Benedito Novo nº 127/2018

Decreto do Município de Botuverá nº 2171/2018

Decreto do Município de Botuverá nº 2249/2018

Decreto do Município de Botuverá nº 2250/2018

Decreto do Município de Botuverá nº 2251/2018

Decreto do Município de Botuverá nº 2252/2018

Decreto do Município de Doutor Pedrinho nº 20/2018

Decreto do Município de Doutor Pedrinho nº 48/2018

Decreto do Município de Doutor Pedrinho nº 49/2018

Decreto do Município de Doutor Pedrinho nº 50/2018

Decreto do Município de Doutor Pedrinho nº 51/2018

Decreto do Município de Ilhota nº 383/2019  
Decreto do Município de Ilhota nº 359/2019  
Decreto do Município de Ilhota nº 360/2019  
Decreto do Município de Ilhota nº 361/2019  
Decreto do Município de Ilhota nº 362/2019

Decreto do Município de Indaial nº 787/2019  
Decreto do Município de Indaial nº 670/2018  
Decreto do Município de Indaial nº 671/2018  
Decreto do Município de Indaial nº 672/2018  
Decreto do Município de Indaial nº 673/2018

Decreto do Município de Luiz Alves nº 16/2019  
Decreto do Município de Luiz Alves nº 17/2019  
Decreto do Município de Luiz Alves nº 18/2019  
Decreto do Município de Luiz Alves nº 19/2019

Decreto do Município de Massaranduba nº 3808/2019  
Decreto do Município de Massaranduba nº 3753/2019  
Decreto do Município de Massaranduba nº 3754/2019  
Decreto do Município de Massaranduba nº 3755/2019  
Decreto do Município de Massaranduba nº 3756/2019

Decreto do Município de Pomerode nº 3625/2019  
Decreto do Município de Pomerode nº 3540/2018  
Decreto do Município de Pomerode nº 3541/2018  
Decreto do Município de Pomerode nº 3542/2018  
Decreto do Município de Pomerode nº 3543/2018

Decreto do Município de Rio dos Cedros nº 2891/2018  
Decreto do Município de Rio dos Cedros nº 2827/2019  
Decreto do Município de Rio dos Cedros nº 2828/2019  
Decreto do Município de Rio dos Cedros nº 2829/2019  
Decreto do Município de Rio dos Cedros nº 2830/2019

Decreto do Município de Rodeio nº 4747/2018  
Decreto do Município de Rodeio nº 4745/2018  
Decreto do Município de Rodeio nº 4746/2018  
Decreto do Município de Rodeio nº 4748/2018  
Decreto do Município de Rodeio nº 4749/2018

Decreto do Município de Timbó nº 4818/2018  
Decreto do Município de Timbó nº 4985/2018  
Decreto do Município de Timbó nº 4986/2018  
Decreto do Município de Timbó nº 4987/2018  
Decreto do Município de Timbó nº 4988/2018

INTERESSES COLETIVOS E INTERESSE PÚBLICO; PRINCÍPIO DA UBIQUIDADE; PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO DOS POVOS; PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO; PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL; PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL; PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR; PRINCÍPIO DO USUÁRIO-PAGADOR; PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO; PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO; PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE PRIVADA; PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO; RESPONSABILIDADE POR DANOS AO MEIO AMBIENTE (CIVIL, CRIMINAL E ADMINISTRATIVA e seus respectivos princípios); LICENCIAMENTO AMBIENTAL; SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE; ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL; INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE; CONVENÇÃO DE ESPOO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1991; DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO/92; AUDITORIA AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES AMBIENTAIS; INDEPENDÊNCIA DOS AUDITORES AMBIENTAIS PÚBLICOS E PRIVADOS; URBANISMO E MEIO AMBIENTE.

ADC Nº 42, ADIN Nº 4.903 e ADIN 4937.

Obs.: Toda a legislação será considerada em sua versão atualizada até a data de publicação do Edital.

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019  
Edital de abertura n.º 01/2019

## ANEXO III – Cronograma

ETAPA OU ATIVIDADE	DATAS
Publicação do Edital	01/11/2019
Período de Inscrição com isenção da taxa de inscrição	01/11 a 07/11/2019
Publicação dos pedidos de isenção deferidos e indeferidos	19/11/2019
Período de Inscrição	01/11 a 28/11/2019
Último dia para pagamento do boleto bancário	29/11/2019
Publicação da relação das inscrições homologadas e divulgação dos locais para realização das provas objetivas.	04/12/2019
Prazo para recurso quanto a homologação das inscrições	05 e 06/12/2019
Data Provável da Prova Escrita Objetiva	15/12/2019
Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva no site <a href="http://www.ippec.org.br">www.ippec.org.br</a>	15/12/2019 às 20 horas.
Recebimento de recurso contra gabarito preliminar e questões da prova escrita	16 e 17/12/2019
Publicação do resultado final da prova escrita	20/12/2019
Recebimento de recurso contra a publicação do resultado final da prova escrita	23 e 24/12/2019
Homologação do resultado final	27/12/2019

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

EDITAL Nº 01

ANEXO IV - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

OBS: Para solicitar a isenção da taxa é necessário que efetue a sua inscrição no CONCURSO PÚBLICO

Nome do candidato:	
Registro Geral (RG): Órgão expedidor: CPF:	
E-mail:	Telefone: ( )
Emprego público pretendido:	
Número de Identificação Social – NIS (atribuído pelo CadÚnico):	

Solicito isenção da taxa de inscrição no CONCURSO PÚBLICO aberto pelo Edital nº 01 e declaro que:

a) ( ) Estou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 2007.

OU

b) ( ) Sou doador de Sangue, nos termos estipulados no Edital nº 01.

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações prestadas. Estou ciente de que poderei ser responsabilizado criminalmente, caso as informações aqui prestadas não correspondam à verdade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

Assinatura

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

EDITAL Nº 01

ANEXO V

REQUERIMENTO DE RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

## À COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSOS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome:			
Inscrição:		CPF: RG:	
Emprego Público Pretendido:		Fone:	

Deseja participar da reserva de vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência, conforme previsto no Decreto Federal n.º 3.298/1999

( ) Não ( ) Sim

Tipo da Deficiência: ( ) Física ( ) Auditiva ( ) Visual ( ) Mental ( ) Múltipla

Necessita condições especiais para realização da(s) prova(s)?

( ) Não ( ) Sim

Em caso positivo, especificar:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

O requerimento deverá estar acompanhado de laudo médico e/ou parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 -

EDITAL Nº 01

Anexo VI

## REQUERIMENTO DE RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome:			
Inscrição:		R.G.:	
Emprego Público Pretendido:		Fone:	

À Comissão Organizadora do Concurso Público / Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel - IPPEC

O PRESENTE RECURSO REFERE-SE A:
JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

## INSTRUÇÕES:

- Somente serão analisados pela Banca Examinadora os recursos protocolados dentro dos prazos previstos e formulados de acordo com as normas estabelecidas no Edital de Abertura.
- No caso de recurso às questões da prova escrita este deverá apresentar argumentação lógica e consistente, devendo, ainda, estar acompanhado de cópia da bibliografia pesquisada para fundamentação.

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - EXTRATO**

Publicação Nº 2210786

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, torna público a abertura de CONCURSO PÚBLICO destinado a prover vagas de emprego público de Analista Ambiental – Engenharia Ambiental e de Analista Ambiental – Engenharia Florestal, como segue:

DAS VAGAS, DENOMINAÇÃO DOS EMPREGOS, CONDIÇÕES E REQUISITOS:

Empregos Públicos	Carga Horária Semanal	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PcD	Remuneração Inicial Bruta - R\$	Taxa de Inscrição	Requisitos básicos
Analista Ambiental - Engenharia Ambiental	40	04 + CR	*	3.375,53	R\$ 180,00	Ensino superior em engenharia ambiental e registro no conselho de classe respectivo.
Analista Ambiental - Engenharia Florestal	40	01 + CR	*	3.375,53	R\$ 180,00	Ensino superior em engenharia florestal e registro no conselho de classe respectivo.

\* Não há reserva de vagas para candidatos com deficiência para provimento imediato devido ao quantitativo de vagas oferecido, sendo mantido cadastro de reserva.

CR: Cadastro Reserva – cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecidas por emprego público. Os candidatos que compõem o cadastro de reserva somente serão nomeados se, durante o período de validade do concurso, ocorrer o surgimento de novas vagas.

#### DA INSCRIÇÃO:

No período de 01 a 28 de Novembro de 2019, exclusivamente via internet, através do site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br), na forma e condições estabelecidas no Edital.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS:

Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas no Edital e demais publicações no endereço eletrônico [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br). A íntegra do Edital encontra-se a disposição na sede e na home page do CIMVI ([www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br)) e no site [www.ippec.org.br](http://www.ippec.org.br).

Timbó, em 01 de Novembro de 2019.

Jean Michel Grundmann

Presidente do CIMVI

### EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - AUA

Publicação Nº 2212147

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 143/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 501/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor ELOHIN ESTAMPARIA E CONFECÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica, inscrito no CPF/CNPJ sob nº 27.599.394/0001-00, para a atividade de 25.20.00 – Fação ou confecção de roupas e artefatos têxteis com tinturaria, ou com estamparia, que será exercida no imóvel de Rua Brusque, nº 689, bairro Rio Morto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 29 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra

Município de Indaial

Decreto nº 907/2017

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 142/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 522/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor SERGIO LUBAWSKI 68345712991, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 21.221.102/0001-07, para a atividade de 26.50.20 – Abate de animais de pequeno porte (aves, rãs, coelhos, etc.) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal e 03.31.02 – Produção de peixes em sistema de monocultivo, que será exercida no imóvel de Rodovia MBA 030 – Rua 2º Braço do Norte, nº 1228, bairro Interior, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba/SC, 29 de outubro de 2019.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 145/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 646/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor ALLES PARK ECOTURISMO E ENTRETENIMENTO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 33.897.820/0001-87, para a atividade de 71.70.10 – Complexos turístico e de lazer, inclusive parques térmicos e autódromo, que será exercida no imóvel de Avenida 21 de Janeiro, s/nº, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode, 30 de outubro de 2019.

Jaime E. Jensen

Município de Pomerode

Portaria nº 22.240/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - AUC

Publicação Nº 2212145

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUC Nº 20/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 646/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO DE CORTE, com validade de doze meses, formulado pelo empreendedor Alles Park Ecoturismo e Entretenimento Ltda, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 33.897.820/0001-87, para a atividade de 71.70.10 – Complexos turístico e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromo, que será exercida no imóvel de Avenida 21 de Janeiro, s/nº, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode, 30 de outubro de 2019.

Jaime E. Jensen

Município de Pomerode

Portaria nº 22.240/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - DANC

Publicação Nº 2212148

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 642/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1012/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 30/10/2020, formulado pelo empreendedor MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, para a atividade de Ampliação e reforma do centro de eventos de Doutor Pedrinho – ampliação e modernização de infraestrutura esportiva, que será exercida no imóvel de Rua Pioneiros, s/nº, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Doutor Pedrinho/SC, 30 de outubro de 2019.

José Marcos Claudino dos Santos

Município de Doutor Pedrinho

Portaria nº 050/2019

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - LAI

Publicação Nº 2212143

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 52/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 650/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendedor Indústria de Embutidos e Defumados Pomerode Ltda, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ nº 07.137.707/0001-93, para a atividade de

26.50.01 – Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola, que será exercida no imóvel Rua Ribeirão Areia, nº1822, bairro Ribeirão Areia, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode, 25 de outubro de 2019.

Jaime E. Jensen  
Município de Pomerode  
Portaria nº 22.240/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - LAO

Publicação Nº 2212146

### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 55/2019

#### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 529/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor ORBLOCK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº 01.667.747/0001-60, para a atividade de 10.50.10 – Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso, que será exercida no imóvel Estrada Geral, s/nº, bairro Águas Negras, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Botuverá, 15 de fevereiro de 2019.

Márcio Francisco Colombi  
Município de Botuverá  
Portaria 132/2017

### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 156/2019

#### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 390/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor GLAX VETRERIA LTDA, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº 18.965.985/0001-55, para a atividade de 10.60.00 – Fabricação de vidro e cristal, que será exercida no imóvel Rodovia BR 470, nº 1995, bairro Encano do Norte, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 28 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 157/2019

#### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº434/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor KAZATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº 11.110.783/0001-82, para a atividade de 15.31.00 - Fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada, prensada ou compensada, revestida ou não com material plástico, com ou sem cogeração de energia elétrica, que será exercida no imóvel Rua Navegantes, nº157, bairro Quintão, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó, 29 de outubro de 2019.

Ricardo Longo Orsi  
Município de Timbó  
Decreto nº 4817/2018

### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 155/2019

#### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 700/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor MADEIREIRA WOLTER LTDA, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº

81.632.788/0001-50, para a atividade de 15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, que será exercida no imóvel Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/nº, bairro Alto Benedito Novo, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Timbó, 29 de outubro de 2019.

Danilo Boanerges Souza  
Município de Benedito Novo  
Portaria nº 005/2018

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 153/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 523/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RODEIO o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor J.J ZONTA MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº 81.592.982/0001-50, para a atividade de 15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, que será exercida no imóvel Rodovia BR 470, nº1595, bairro Diamante, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Rodeio, 25 de outubro de 2019.

Marcos Roberto Tomelin  
Município de Rodeio  
Portaria 7756/2017

#### EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - LAP

Publicação Nº 2212142

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 76/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 650/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor INDÚSTRIA DE EMBUTIDOS E DEFUMADOS POMERODE LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 07.137.707/0001-93, para a atividade de 26.50.01 – Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola, que será exercida no imóvel rua Ribeirão Areia, nº1822, bairro Ribeirão Areia, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Pomerode, 25 de outubro de 2019.

Jaime E. Jensen  
Município de Pomerode  
Portaria nº 22.240/2017

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 77/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 818/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor MELCHIORETTO SANDRI ENGENHARIA LTDA (RH 1), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 05.289.609/0001-46, para a atividade de 71.11.01 – Condomínio de casa ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel rua Werner Schlei, s/nº, bairro Warnow, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Indaial, 29 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 78/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 819/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor MELCHIORETTO SANDRI ENGENHARIA LTDA (RH 2), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº

05.289.609/0001-46, para a atividade de 71.11.01 – Condomínio de casa ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/nº, bairro Warnow, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Indaial, 29 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - TERRAPLANAGEM

Publicação Nº 2212149

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PARA TERRAPLANAGEM Nº 23/2019  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 650/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE TERRAPLANAGEM, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor Indústria de Embutidos e Defumados Pomerode Ltda, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 07.137.707/0001-93, para a atividade de 26.50.01 – Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola, que será exercida no imóvel de rua Ribeirão das Pedras, nº1822, bairro Ribeirão das Pedras, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode, 25 de outubro de 2019.

Jaime E. Jensen  
Município de Pomerode  
Portaria nº 22.240/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PARA TERRAPLANAGEM Nº 24/2019  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 646/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE TERRAPLANAGEM, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor Alles Park Ecoturismo e Entretenimento Ltda, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 33.897.820/0001-87, para a atividade de 71.70.10 – Complexos turístico e de lazer, inclusive parque temáticos e autódromo, que será exercida no imóvel de Avenida 21 de Janeiro, s/nº, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode, 30 de outubro de 2019.

Jaime E. Jensen  
Município de Pomerode  
Portaria nº 22.240/2017

## CINCATARINA

### 1. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0052\_2019

Publicação Nº 2212432

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN22288

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: JOIARTE ARTEFATOS DE CIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 0052/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0041/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/10/2019 a 31/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELÉTRICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN22289

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GIGA MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI

PAL: 0052/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0041/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/10/2019 a 31/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELÉTRICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN22290

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP

PAL: 0052/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0041/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/10/2019 a 31/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELÉTRICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN22291

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ADRIANO DA SILVEIRA ROEPKE

PAL: 0052/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0041/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/10/2019 a 31/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELÉTRICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## **1. TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO\_2019 - PAL 0036\_2018**

Publicação Nº 2212454

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07515

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA

ATA: AT19CIN06910

PAL: 0036/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 01/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07516  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS  
FORNECEDOR: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA  
ATA: AT19CIN04621  
PAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 1-1  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 01/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07707  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU  
FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA  
ATA: AT19CIN02831  
PAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 3-1  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07708  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM  
FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA  
ATA: AT18CIN11920  
PAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 3-1  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07831  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA  
ATA: AT18CIN11956  
PAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 11-1  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 07/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07898  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA  
ATA: AT18CIN11901  
PAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 3-4  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07899  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA  
ATA: AT18CIN11930  
PAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 3-4  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08088  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM  
FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA  
ATA: AT18CIN11920  
PAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 2-3  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08089  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA  
ATA: AT19CIN04435  
PAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 2-3  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU

**DIRETOR EXECUTIVO**

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08251

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS LTDA

ATA: AT18CIN11920

PAL: 0036/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0034/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0033/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 5-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 14/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**1. TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO\_2019 - PAL 0037\_2018**

Publicação Nº 2212456

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07523

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

ATA: AT19CIN09302

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 9-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 02/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07526

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

ATA: AT18CIN12638

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 34-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 02/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07595

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

ATA: AT18CIN12685

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 39-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07961

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

ATA: AT18CIN12648

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 31-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 09/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07990

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

ATA: AT19CIN07012

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 28-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 09/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08058

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

ATA: AT18CIN12648

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 57-5

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08059

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

ATA: AT19CIN06850

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 29-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08081  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
FORNECEDOR: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME  
ATA: AT18CIN12569  
PAL: 0037/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 45-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08082  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM  
FORNECEDOR: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME  
ATA: AT18CIN12583  
PAL: 0037/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 45-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08086  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM  
FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME  
ATA: AT19CIN06835  
PAL: 0037/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 46-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08087  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ  
FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME  
ATA: AT19CIN04504  
PAL: 0037/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 34-3

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08160

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

ATA: AT19CIN18432

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 35-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08161

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

ATA: AT18CIN12640

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 35-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 11/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08252

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI

ATA: AT19CIN04322

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 14/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08523

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

ATA: AT18CIN12658

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 46-1

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 18/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08524  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL  
FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME  
ATA: AT18CIN12672  
PAL: 0037/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0034/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 46-1  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 18/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

## 1. TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO\_2019 - PAL 0039\_2018

Publicação Nº 2212458

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08361  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE  
FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA  
ATA: AT18CIN12914  
PAL: 0039/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0035/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 1-250  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 15/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08378  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL  
FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA  
ATA: AT19CIN18436  
PAL: 0039/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0035/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 1-225  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 16/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08798  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA  
ATA: AT19CIN04065  
PAL: 0039/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0036/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0035/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando

adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 1-100

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 29/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## 1. TERMO DE REMANEJAMENTO OUTUBRO\_2019 - PAL 0041\_2018

Publicação Nº 2212459

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07581

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

ATA: AT19CIN08851

PAL: 0041/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0037/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0036/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 19-2

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 02/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07589

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT18CIN13478

PAL: 0041/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0037/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0036/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 02/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07590

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT19CIN12909

PAL: 0041/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0037/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO: 0036/2018 - CINCATARINA

OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:

Item-Quant: 8-4

DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 02/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07650

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA

FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

ATA: AT18CIN13478

PAL: 0041/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0037/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0036/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 8-1  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07651  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM  
FORNECEDOR: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP  
ATA: AT18CIN13476  
PAL: 0041/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0037/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0036/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 8-3  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 03/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN07900  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP  
ATA: AT19CIN08851  
PAL: 0041/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0037/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0036/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando adicionada a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 19-2  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 08/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DO TERMO DE REMANEJAMENTO TR19CIN08109  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP  
ATA: AT18CIN13511  
PAL: 0041/2018 - CINCATARINA  
EDITAL: 0037/2018 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO: 0036/2018 - CINCATARINA  
OBJETO: Remanejamento do quantitativo da Ata de Registro de Preço em epígrafe, alterando a cláusula Décima Quinta, item 15.1, ficando suprimida a estimativa de consumo:  
Item-Quant: 1-6  
DATA DO TERMO DE REMANEJAMENTO: 10/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

**2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0027\_2019**

Publicação Nº 2212436

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24606

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24607

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24608

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24609

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24610

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24611

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24612

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24613

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24614

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24615

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: CQC-TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24616

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24617

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24618

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24619

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EPP

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24620

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24621

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24622

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSP. LTDA ME

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24623

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24624

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: CQC-TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24625

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24626

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24627

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24628

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: DENTAL HIGIX PROD. MED. HOSPITALARES

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24629

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24630

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24631

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24632

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24633

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: POLAR FIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24634

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24635

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24636

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24637

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24638

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSP. LTDA ME

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24639

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24640

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24641

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: CQC-TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24642

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24643

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ALG BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24644

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24645

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24646

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24647

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24648

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24649

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24650

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24651

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24652

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSP. LTDA ME

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24653

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0037\_2018**

Publicação Nº 2212434

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN22550

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO : 0034/2018 - CINCATARINA

VIGÊNCIA: 10/10/2019 a 31/10/2019

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELE-TRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN22551

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO : 0034/2018 - CINCATARINA

VIGÊNCIA: 10/10/2019 a 31/10/2019

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELE-TRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN22556

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO : 0034/2018 - CINCATARINA

VIGÊNCIA: 11/10/2019 a 31/10/2019

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELE-TRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN23135

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

PAL: 0037/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0035/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO : 0034/2018 - CINCATARINA

VIGÊNCIA: 21/10/2019 a 31/10/2019

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELE-TRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0039\_2018**

Publicação Nº 2212435

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN22562

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 0039/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0036/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO : 0035/2018 - CINCATARINA

VIGÊNCIA: 11/10/2019 a 31/12/2019

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de TIRAS PARA TESTE DE GLICOSE, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN22617

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 0039/2018 - CINCATARINA

EDITAL: 0036/2018 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO : 0035/2018 - CINCATARINA

VIGÊNCIA: 14/10/2019 a 31/12/2019

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de TIRAS PARA TESTE DE GLICOSE, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**3. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0017\_2019**

Publicação Nº 2212437

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24654

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24655

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: AG KIENEN &amp; CIA LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24656

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24657

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24658

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24659

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24660  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA  
FORNECEDOR: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
PAL: 0017/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24661  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA  
FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
PAL: 0017/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24662  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA  
FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA  
PAL: 0017/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24663  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA  
FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
PAL: 0017/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24664

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24665

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24666

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24667

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24668  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA  
FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA  
PAL: 0017/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020  
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.  
DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24669  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA  
FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
PAL: 0017/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020  
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.  
DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24670  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA  
FORNECEDOR: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI ME  
PAL: 0017/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020  
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.  
DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24671  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS  
FORNECEDOR: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI ME  
PAL: 0017/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020  
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.  
DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019  
ELÓI RONNAU

## DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24672

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24673

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: GENÉSIO A. MENDES &amp; CIA LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24674

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24675

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24676

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: F&amp;F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24677

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24678

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24679

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), quinta-feira, 31 de outubro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**6\_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0002\_2019 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA**

Publicação Nº 2212232

DECISÃO 0006  
 EDITAL Nº 0002/2019  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002/2019  
 CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Judite Melo dos Santos, Nº 131, Bairro Distrito Industrial, na cidade de São José - SC, CEP: 88.104-765, inscrita no CNPJ sob o nº 03.612.312/0004-97, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0002/2019, Processo Administrativo Nº 0002/2019, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

**BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS**

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	UNIDADE	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA / MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO ATUALIZAÇÃO
3	1400-8376	LATA	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ENTERAL ORAL, HIPERCALÓRICO E HIPERLIPÍDICO, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 3 A 10 ANOS DE IDADE, SEM PROBLEMAS DE ABSORÇÃO E QUE NECESSITEM DE NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL: INADEQUAÇÃO ALIMENTAR ASSOCIADA OU NÃO À DIVERSAS SITUAÇÕES CLÍNICAS; DÉFICIT DE CRESCIMENTO E BAIXO PESO; DESNUTRIÇÃO; LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400GR. DISPONÍVEL SEM SABOR OU SABOR BAUNILHA. (CIM8376)	DANONE FORTINI	8376-2
17	1400-6611	UNIDADE	DIETA PARA NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, FORMULADA PARA AUXÍLIO NO CONTROLE GLICÊMICO. NORMOCALÓRICA E NORMOPROTEÍCA. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA KCAL/ML:1,0. SABOR BAUNILHA, EMBALAGEM TETRA PAK COM 1000ML. (CIM6611)	NUTRIMED NUTRI DIABETIC	6611-3
23	1400-6636	UNIDADE	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, A PARTIR DO 6º MÊS. CONTÉM DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS, LEITE E DERIVADOS E DERIVADOS DE PEIXE E SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. LATA COM NO MÍNIMO 800G. (CIM6636)	DANONE APTAMIL PREMIUM 2	6636-1
29	1400-6638	UNIDADE	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTANTES DE 0 A 6 MESES. CONTÉM SORO DE LEITE, LEITE DE VACA DESNATADO COMO FONTE PROTEÍNA, ÓLEOS VEGETAIS, MALTODEXTRINA, VITAMINAS, MINERAIS E PREBIÓTICOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. (CIM6638)	DANONE APTAMIL PREMIUM 1	6638-1
37	1400-8378	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA NASCIDOS PRÉ-TERMO OU BAIXO PESO, COM ARA E DHA E PREDOMÍNIO DA PROTEÍNA SORO DO LEITE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. (CIM8378)	DANONE APTAMIL PRÉ	8378-1
40	1400-6629	UNIDADE	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, INDICADO PARA LACTANTES E CRIANÇAS A PARTIR DO 6º MÊS. COM DHA, ARA, NUCLEOTÍDEOS, PROTEÍNA PARCIALMENTE HIDROLISADA DO LEITE, SAIS MINERAIS, ÓLEOS VEGETAIS E VITAMINAS. LATA COM LACRE INTERNO, TAMPA PROTETORA E COM NO MÍNIMO 800G. (CIM6629)	DANONE APTAMIL HÁ	6629-1

41	1400-8379	LATA	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA, SEMI-ELEMENTAR INDICADA PARA CRIANÇAS DE 0 A 12 MESES, COM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, OU QUADROS DE DIARRÉIA SEVERA, FONTE DE PROTEÍNA 100% SORO DO LEITE HIDROLISADA, ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN; COM ÓLEOS VEGETAIS E ÓLEO DE PEIXE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTECTORA, LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400GR. (CIM8379)	DANONE PREGOMIN PEPTI	8379-2
45	1400-8354	SACHÊ	MÓDULO DE GLUTAMINA. ALIMENTO EM PÓ, PARA NUTRIÇÃO ORAL E/OU ENTERAL. ISENTO DE CARBOIDRATOS, LIPÍDIOS E SABOR. 100% DE PROTEÍNAS (100% L-GLUTAMINA). APRESENTAÇÃO: SACHÊ COM NO MÍNIMO 5G. (CIM8354)	NUTRIMED NUTRI GLUTAMINE	8354-3
48	1400-8380	LATA	MÓDULO DE PROTEÍNA INDICADO PARA DIETA ENTERAL ORAL, FONTE DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO, OBTIDA COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DE LEITE. SABOR NEUTRO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. LATA COM NO MÍNIMO 240G. (CIM8380)	NUTRIMED NUTRI HWHEY	8380-2
61	1400-6609	LATA	MÓDULO DE PROTEÍNA INDICADO PARA DIETA ORAL E/OU ENTERAL, FONTE DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO, OBTIDA COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DE LEITE. SABOR NEUTRO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. LATA COM NO MÍNIMO 240G. (6609)	NUTRIMED NUTRI HWHEY	6609-4

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

#### BENS EM DILIGÊNCIA

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA / MODELO
45	1400-8354	MÓDULO DE GLUTAMINA. ALIMENTO EM PÓ, PARA NUTRIÇÃO ORAL E/OU ENTERAL. ISENTO DE CARBOIDRATOS, LIPÍDIOS E SABOR. 100% DE PROTEÍNAS (100% L-GLUTAMINA). APRESENTAÇÃO: SACHÊ COM NO MÍNIMO 5G. (CIM8354)	GLUTAFLOA FARMOQUÍMICA
47	1400-8356	MÓDULO DE PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS, INDICADO PARA REGULARIZAR O FUNCIONAMENTO INTESTINAL, EM QUADROS DE DIARREIA OU OBSTIPAÇÃO. NÃO ALTERA O SABOR E A TEXTURA DOS ALIMENTOS. APRESENTAÇÃO: SACHÊ COM NO MÍNIMO 5G. (CIM8356)	SIMBIOFLORA FARMOQUÍMICA

Justificativa: Será promovida diligência em conformidade com o Art. 14 da resolução 005 de 16 de março de 2015.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO
1	1400-8374	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL ORAL NORMOCALÓRICA 1.0KCAL/ML COM NO MÍNIMO 50% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, COM OLEOS VEGETAIS E MALTODEXTRINA. OSMOLALIDADE ATÉ 350MOSM/KG. NAO CONTEM GLUTEN E LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPA PROTECTORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. (CIM8374)	NUTRIDRINK MAX DANONE
2	1400-8375	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL ORAL, NORMOCALÓRICO, ADICIONADO DE FIBRAS (17G/LITRO). DENSIDADE CALÓRICA: 1,2KCAL/ML, PROTEÍNAS: 100% DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, CARBOIDRATOS: 100% MALTODEXTRINA. OSMOLARIDADE: 320MOSM/KG DE ÁGUA. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. EMBALAGEM TETRA SQUARE COM 1000ML.(CIM8375)	NUTRI ENTERAL SOYA FIBER NUTRIMED

4	1400-4423	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ORAL OU ENTERAL. NORMOCALÓRICO, NORMOPROTEICO. 1,0KCAL/ML. DISTRIBUIÇÃO ENERGÉTICA: PROTEÍNA 12% SENDO, 52% SORO DE LEITE E 48% CASEINATO DE POTÁSSIO. 53%CARBOIDRATO SENDO, 32,5% MALTODEXTRINA, 35% SACAROSE E 32,5% XAROPE DE MILHO. 35% DE GORDURAS SENDO, 20% TCM, 42% ÓLEO DE GIRASSOL, 26% ÓLEO DE CANOLA, 7% ÓLEO DE MILHO E 5 % LECITINA DE SOJA. OSMOLALIDADE:308 MOSM/KG DE ÁGUA. INDICADO PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE, SEM PROBLEMAS DE ABSORÇÃO E QUE NECESSITEM DE NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL: INADEQUAÇÃO ALIMENTAR ASSOCIADA OU NÃO À DIVERSAS SITUAÇÕES CLÍNICAS; DÉFICIT DE CRESCIMENTO E BAIXO PESO; DESNUTRIÇÃO; INTOLERÂNCIA À LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. (CIM4423)	FORTINI DANONE
5	1400-4424	ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, FORMULADO COM ARGININA, NUCLEOTÍDEOS E ÁCIDOS GRAXOS ÔMEGA 3. NORMOCALÓRICA (1.0 KCAL/ML), HIPERPROTEICA. COM L-ARGININA 23% E OSMOLALIDADE DE 350 MOSM/KG DE ÁGUA. FORMULADO PARA PACIENTES COM PROBLEMAS DE CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS GERAIS E SITUAÇÕES DE PRÉ E PÓS OPERATÓRIO ATÉ 7 DIAS DE GRANDES CIRURGIAS EM TERAPIA INTENSIVA COM SEPSE LEVE A MODERADA OU TRAUMA. SABORES: TORTA DE LIMÃO E ARTIFICIAL DE PÊSSEGO. LACTOSE 0G/100ML. SACAROSE 0G/100ML. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200 ML. (CIM4424)	CUBITAN DANONE
8	1400-3883	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, HIPERPROTEICO, RICO EM VITAMINAS E MINERAIS, PODENDO SER UTILIZADO EM PREPARAÇÕES SALGADAS E DOCE. CONTENDO NO MINIMO 34% DE PROTEÍNA ANIMAL, NO MINIMO 34% DE CARBOIDRATOS, SENDO 100% MALTODEXTRINA E NO MINIMO 31% DE LÍPÍDEOS, POSSUIR FIBRAS, SEM SABOR, SEM GLÚTEN, OSMOLALIDADE ATÉ 400 MOSM/KG DE ÁGUA, EMBALAGEM LATA COM NO MÍNIMO 360G. (CIM3883)	NUTRIDRINK MAX DANONE
10	1400-4440	COMPLEMENTO NUTRICIONAL COM 25 VITAMINAS E MINERAIS, PRESENÇA DE PREBÍO. FONTE DE FIBRA: 31,5G, SENDO 70% FOS E 30% INULINA. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR NOS SABORES: MORANGO, BANANA E BAUNILHA. INDICADO PARA: CONVALESCENTES, BAIXO PESO, DESNUTRIDO E INAPETENTES. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, COM NO MÍNIMO 400G. (CIM4440)	SUSTAIN ENERGY DANONE
14	1400-6612	DIETA LÍQUIDA PARA USO ORAL/ENTERAL, PRONTA PARA CONSUMO. NORMOCALÓRICA, NORMOPROTÉICA E NORMOLÍPIDICA. COM 100% PROTEÍNA DE SOJA. DENSIDADE CALÓRICA: 1,2KCAL/ML, PROTEÍNAS: 15% (100% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA), CARBOIDRATOS: 55% (100% MALTODEXTRINA), LÍPÍDEOS: 30% (49% ÓLEO DE CANOLA, 43% TCM, 5% MONO E DIGLICERÍDEOS E 3% LECITINA DE SOJA). NÃO POSSUI FIBRAS. OSMOLARIDADE: 360MOSM/KG DE ÁGUA. SABOR: BAUNILHA. ISENTO DE LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: CAIXA TETRA SQUARE COM 1000ML. (CIM6612)	NUTRI ENTERAL SOYA NUTRIMED
20	1400-4445	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS. NÃO ALTERA COR, SABOR E CHEIRO DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS. INDICADO PARA ESPESSAR E GELIFICAR ALIMENTOS E PREPARAÇÕES CULINÁRIAS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO 125G, RENDENDO 104 PORÇÕES. (CIM4445)	NUTILIS CLEAR DANONE
26	1400-8377	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ ANTI-REGURGITAÇÃO PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES. COM PROTEÍNA DO SORO DE LEITE, CASEÍNA, DHA E ARA. APRESENTAÇÃO:LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 800G. (CIM8377)	APTAMIL AR DANONE
27	1400-6639	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES DE 6 A 12 MESES. CONTÉM SORO DE LEITE, LEITE DE VACA DESNATADO COMO FONTE PROTEÍNA, ÓLEOS VEGETAIS, MALTODEXTRINA, VITAMINAS, MINERAIS E PREBIÓTICOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. (CIM6639)	APTAMIL PREMIUM 2 DANONE

38	1400-8381	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, INDICADA PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 01 ANO E DURANTE A IDADE PRÉ-ESCOLAR. COMPOSTO POR LEITE PARCIALMENTE DESNATADO, MALTODEXTRINA, ÓLEO DE MILHO, ÓLEO DE CANOLA, FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS, OLEÍNA DE PALMA, INULINA, MINERAIS, VITAMINAS E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. LATA COM NO MÍNIMO 400G. (CIM8381)	MILNUTRI DANONE
39	1400-8382	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, INDICADA PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 02 ANOS E DURANTE A IDADE PRÉ-ESCOLAR. COMPOSTO POR LEITE PARCIALMENTE DESNATADO, MALTODEXTRINA, ÓLEO DE MILHO, ÓLEO DE CANOLA, FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS, OLEÍNA DE PALMA, INULINA, MINERAIS, VITAMINAS E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. LATA COM NO MÍNIMO 400G. (CIM8382)	MILNUTRI DANONE
44	1400-3879	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS, INDICADO PARA REGULARIZAR O FUNCIONAMENTO INTESTINAL, EM QUADROS DE DIRREIA OU OBSTIPAÇÃO. NÃO ALTERA O SABOR E A TEXTURA DOS ALIMENTOS. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, CONTENDO ATÉ 260G. (CIM3879)	FIBERFOS FARMOQUÍMICA
44	1400-3879	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS, INDICADO PARA REGULARIZAR O FUNCIONAMENTO INTESTINAL, EM QUADROS DE DIRREIA OU OBSTIPAÇÃO. NÃO ALTERA O SABOR E A TEXTURA DOS ALIMENTOS. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, CONTENDO ATÉ 260G. (CIM3879)	SOLFIBER HUMALIN
51	1400-3882	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ ORAL NORMOCALÓRICA 1.0KCAL/ML COM NO MÍNIMO 52% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, COM OLEOS VEGETAIS E MALTODEXTRINA. OSMOLALIDADE ATÉ 350MOSM/KG. NAO CONTEM GLUTEN E LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G. (CIM3882)	NUTRIDRINK MAX DANONE
52	1400-6613	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ ORAL, NORMOCALÓRICO, ADICIONADO DE FIBRAS (17G/LITRO), COM 100% DE PROTEÍNAS DE SOJA. DENSIDADE CALÓRICA: 1,2KCAL/ML, PROTEÍNAS: 100% DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, CARBOIDRATOS: 100% MALTODEXTRINA. OSMOLARIDADE: 320MOSM/KG DE ÁGUA. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. EMBALAGEM TETRA SQUARE COM 1000ML. (CIM6613)	NUTRI ENTERAL SOYA FIBER NUTRIMED
56	1400-6634	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 01 ANO. COMPOSTO POR LEITE PARCIALMENTE DESNATADO, MALTODEXTRINA, ÓLEO DE MILHO, ÓLEO DE CANOLA, FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS, OLEÍNA DE PALMA, INULINA, MINERAIS, VITAMINAS E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. LATA COM NO MÍNIMO 400G. (CIM6634)	MILNUTRI DANONE
57	1400-6635	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 02 ANOS OU MAIS. COMPOSTO POR LEITE PARCIALMENTE DESNATADO, MALTODEXTRINA, ÓLEO DE MILHO, ÓLEO DE CANOLA, FRUTOOLIGOSSACARÍDEOS, OLEÍNA DE PALMA, INULINA, MINERAIS, VITAMINAS E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. LATA COM NO MÍNIMO 400G. (CIM6635)	MILNUTRI DANONE

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas e demais documentos, porém, não atenderam todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

ITEM	MOTIVO DA REPROVAÇÃO
1	A amostra apresentada possui 350g.
2	A amostra apresentada possui 18g/L de fibras e osmolaridade de 350mOsm/kg de água.
4	A amostra apresentada possui fonte de proteínas 100% de caseinato.
5	A amostra apresentada possui osmolaridade de 615mOsm/kg e 625 mOsm/kg.
8	A amostra apresentada possui 350g.
10	A amostra apresentada não é fonte de fibra, não possui FOS e nem inulina.
14	A amostra apresentada possui osmolaridade de 299mOsm/L.
20	A amostra apresentada possui 175g.
26	A amostra apresentada não possui DHA e ARA.
27	A amostra apresentada possui leite parcialmente desnatado como fonte proteica.
38	A amostra apresentada não possui óleo de milho e óleo de canola em sua composição.
39	A amostra apresentada não possui óleo de milho e óleo de canola em sua composição.
44	A amostra não é apresentada em lata ou pote.
44	A amostra não é apresentada em lata ou pote.
51	A amostra apresentada possui 350g.

52	A amostra apresentada possui 18g/L de fibras e osmolaridade de 350mOsm/kg de água.
56	A amostra apresentada não possui óleo de milho e óleo de cânola em sua composição.
57	A amostra apresentada não possui óleo de milho e óleo de cânola em sua composição.

Diante ao exposto, decidimos que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Para os bens em diligência, serão submetidos a nova avaliação, caso a empresa comprove o atendimento será efetuada nova decisão.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de qualquer meio eletrônico e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Fraiburgo, 31 de outubro de 2019.

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INGRESSO CINCATARINA - 94

Publicação Nº 2211757

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – 94

CONSIDERANDO a solicitação de Ingresso do Município de Alfredo Wagner e as previsões contidas no Protocolo de Intenções;  
CONSIDERANDO que a Lei de Ratificação ao Protocolo de Intenções não previu reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções e que a homologação do ingresso poderá ser de forma automática.  
CONSIDERANDO que a assembleia geral aprovou a homologação de forma automática de ingresso do referido município;

DECIDO:  
Pela HOMOLOGAÇÃO do Ingresso ao CINCATARINA do Município de Alfredo Wagner, nos termos da Lei Municipal nº 983, de 25 de outubro de 2019.  
Publique-se.

Florianópolis, SC, 31 de outubro de 2019.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
Presidente do CINCATARINA

## CIS/AMVI

## PREGÃO ELETRÔNICO 07/2019 - ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2212336

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI  
ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO 07/2019

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, Pregoeira e Equipe de Apoio designados pelo Diretor Executivo deste consórcio público para condução do processo licitatório em epígrafe, para análise e decisão quanto a documentação encaminhada para habilitação, conforme segue:

A.G. Kienen & Cia. LTDA. (CNPJ 82.225.947/0001-65)  
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 07, 08 e 17.

Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos LTDA. (CNPJ 44.734.671/0001-51)  
- Não encaminhou cópia do RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda dos Outorgantes e da Outorgada da procuração encaminhada (subitem 10.1.3 do Edital), fazendo-se necessário o envio dos documentos;

FF Distribuidora de Medicamentos LTDA. (CNPJ 28.093.678/0001-85)  
- Solicitou desclassificação para o item 01, em virtude de ter sido cotado equivocadamente, acatada pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio.

Medigram Comércio de Medicamentos EIRELI (CNPJ 04.470.877/0001-05)

- Quanto ao item 03 a apresentação do item cotado é de ampolas com 3,5ml, não atendendo ao descritivo constante do Termo de Referência, motivo pelo qual a licitante é desclassificada;
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 11, 12 e 16.

Merco Soluções em Saúde S/A (CNPJ 05.912.018/0001-83)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 02.

S & R Distribuidora LTDA. (CNPJ 04.889.315/0001-92)

- A validade da proposta não corresponde ao prazo mínimo estabelecido no subitem 9.2 do Edital de Licitação correspondente, assim como o número do processo licitatório indicado no referido documento está incorreto, fazendo-se necessário o envio do documento devidamente corrigido.

Soma/SC Produtos Hospitalares LTDA. (CNPJ 05.531.725/0001-20)

- Quanto ao item 05 a apresentação do item cotado é de 1.000 (um mil) comprimidos por caixa, não atendendo ao descritivo constante do Termo de Referência. Considerando que não é possível o fracionamento do item indicado a licitante é desclassificada.
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 04, 09 e 10.

Sulmedic Comércio de Medicamentos EIRELI (CNPJ 09.944.371/0001-04)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 14.

Vitalsul Distribuidora de Medicamentos EIRELI (CNPJ 27.860.256/0001-25)

- Embora tenha encaminhado todas as certidões válidas, quando desta reunião já estavam expiradas a Certidão Negativa de Tributos para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede da empresa (subitem 10.1.5 do Edital), e a Certidão Negativa de Tributos para com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal da sede da empresa (subitem 10.1.6 do Edital). Considerando que é possível a Administração Pública emitir e consultar as certidões negativas de débitos, tornando mais rápido o fluxo dos processos, e que o objeto do certame visa o atendimento da demanda da rede básica de saúde dos municípios consorciados junto ao CISAMVI, a Pregoeira, em consulta ao sítio do Estado do Paraná e da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão/PR, constatou que a referida empresa encontra-se em situação regular perante a Fazenda Pública Estadual e Municipal, seguindo acostados à esta Ata os documentos correspondentes;
- Solicitou desclassificação para o item 13, em virtude de ter sido cotado equivocadamente, acatada pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio.
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 06.

Dada a imperiosa necessidade da Administração Pública na aquisição dos itens objeto deste certame, com vistas à disponibilização de medicamentos à população, a Pregoeira, juntamente com a Equipe de Apoio, decide por conceder prazo para regularização das pendências elencadas até 06/11/2019, às 17h00min, devendo as licitantes indicadas promoverem o despacho da documentação no prazo assinalado para o endereço [licitacao@cisamvi.sc.gov.br](mailto:licitacao@cisamvi.sc.gov.br). Os documentos devem ser autenticados por Tabelião (subitem 10.4 do Edital) e, para aqueles cuja assinatura é imprescindível para sua validade, deverá ser utilizada a assinatura digital de documentos gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

Em razão das desclassificações dos licitantes vencedores nos itens 05 e 13 convocam-se os próximos colocados abaixo indicados, que deverão encaminhar toda a documentação necessária para habilitação no prazo de 3 (três) dias úteis contados a partir do dia subsequente ao da publicação desta Ata (despacho até 06/11/2019). Em se tratando de licitante que já tenha encaminhado documentação por ter-se sagrado vencedor de demais itens neste mesmo processo licitatório deve-se encaminhar, apenas, a proposta correspondente ao novo item atribuído e documentos técnicos correspondentes.

Mediton Farmacêutica LTDA. (CNPJ 29.614.831/0001-90) – item 05

Soma/SC Produtos Hospitalares LTDA. (CNPJ 05.531.725/0001-20) – item 13

O item 01 é declarado FRACASSADO, visto que quanto à desclassificação acima pormenorizada não há mais propostas/lances registrados; e o item 03 é declarado CANCELADO, visto que a Equipe de Apoio, composta por farmacêuticos dos municípios consorciados, detectou que o descritivo está incorreto – não há a forma farmacêutica na apresentação requerida (ampola com 1ml).

Registra-se, por fim, que embora algumas empresas licitantes tenham restado previamente habilitadas após a conferência da documentação encaminhada, antes da ADJUDICAÇÃO será feita a verificação dos valores auferidos em consonância com a Lista de Preços Máximos definida pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), em sua versão mais atualizada, conforme subitem 3.5 do Anexo I – Termo de Referência do instrumento convocatório.

Nada mais havendo a Pregoeira encerrou a sessão, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada também pelos membros da Equipe de Apoio.

Pregoeira Daniella  
Equipe de Apoio  
Equipe de Apoio

Martins Tarouco  
Lucinéia Vendramini  
Wesley Hendrick Macedo

**CITMAR****PORTARIA Nº 03 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212211

PORTARIA Nº 03 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO REQUISITADO PARA COMPOR A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CIM-AMFRI.

Célio José Bernardino, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso III do Protocolo de Intenções do CITMAR, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, em seu art. 4º, inciso IX c/c art. 5º, inciso IX do Decreto Federal nº. 6.017/07 e

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica disposto sobre a disponibilização do Empregado Público Jean Carlos Coelho, pregoeiro, para compor a comissão de licitação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIM-AMFRI, em tempo parcial, sem prejuízo da manutenção das atividades no Consórcio e sem ônus para este.

Art. 2º - A disponibilização será até 31 de dezembro de 2019 e poderá ser extinta a qualquer tempo por conveniência ou necessidade do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor em 07 de outubro de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 07 de outubro de 2019.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

**CVC****ERRATA REFERENTE A ATA DE RP Nº 191 PREGÃO PRESENCIAL 002 - PEÇAS**

Publicação Nº 2211398

CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2019 - CVC  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 008/2019 - CVC  
 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019 - CVC  
 REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2019 – CVC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ÓLEOS E FILTROS ORIGINAIS DE FABRICA OU PEÇAS HOMOLOGADAS PELA MONTADORAS, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC (compreendendo todas as secretárias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

ERRATA Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 191 REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2019.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 346, sala 2, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Carlos A. Tozzo, TORNA PÚBLICO, que retifica a ata de registro de preço nº 191/2019 referente ao edital de pregão presencial 002/2019.

**1. DA RETIFICAÇÃO**

Onde se lê:

14	MLW 6618	Fiat	Utilitário	PALIO WK ATRAC 1.4	2013/14	R\$ 30.000,00	51,00%
14	QJB 1536	Fiat	Utilitário	STRADA HD WK CC E	2018	R\$ 30.000,00	51,00%
14	QJB 1676	Fiat	Utilitário	STRADA HD WK	2018	R\$ 30.000,00	51,00%
14	MLR 0414	Fiat	Utilitário	STRADA WORKING	2013	R\$ 30.000,00	51,00%
14	MLR 0314	Fiat	Utilitário	STRADA WORKING CE	2013	R\$ 30.000,00	51,00%
14	MLL 4607	Fiat	Passeio	PALIO WK ATRAC 1.6	2013/14	R\$ 30.000,00	51,00%

Leia-se:

14	MLW 6618	Fiat	Utilitário	PALIO WK ATRAC 1.4	2013/14	R\$ 30.000,00	50,00%
----	----------	------	------------	--------------------	---------	---------------	--------

14	QJB 1536	Fiat	Utilitário	STRADA HD WK CC E	2018	R\$ 30.000,00	50,00%
14	QJB 1676	Fiat	Utilitário	STRADA HD WK	2018	R\$ 30.000,00	50,00%
14	MLR 0414	Fiat	Utilitário	STRADA WORKING	2013	R\$ 30.000,00	50,00%
14	MLR 0314	Fiat	Utilitário	STRADA WORKING CE	2013	R\$ 30.000,00	50,00%
14	MLL 4607	Fiat	Passeio	PALIO WK ATRAC 1.6	2013/14	R\$ 30.000,00	50,00%

**2 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas da ata nº 191/2019.

Coronel Freitas - SC, 30 de outubro de 2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

**CIAPS****ATA DA 29ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CIAPS**

Publicação Nº 2212635

ATA DA 29ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove (31/10/2019), às nove horas, nas instalações do CIAPS (Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna – SC), reuniram-se os Senhores José Gerson Gonçalves - Prefeito do Município de Apiúna, Lairton Antônio Possamai - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Etinéia Berkembrock Ceruti – Coordenadora Executiva do CIAPS, para Assembleia Geral Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Discussão e apreciação de moção de censura em face do Coordenador Executivo do CIAPS. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, José Gerson Gonçalves, relatou sobre a moção de censura apresentada na última Assembleia Geral em face da Coordenadora Executiva do CIAPS, Senhora Etinéia Berkembrock Ceruti, com apoio de todos os senhores Prefeitos, para exoneração do cargo em comissão de Coordenadora Executiva no caso de aprovação da moção de censura nesta Assembleia, visto que os ocupantes de cargos de confiança são demissíveis ad nutum, nos termos do artigo 37, II, in fine, da Constituição Federal. Assim também, eventuais delegações de atribuições ou competências conferidas ao servidor na função de Coordenadora Executiva, tais como a delegação para gestão financeira e pagamentos eletrônicos de que trata a Resolução nº 105, de 22/02/2019, perderão validade com a sua exoneração. Feitas as considerações, os Senhores Prefeitos discutiram a mudança na Coordenação do CIAPS. Desta forma, o Senhor Presidente solicita providências necessárias para exoneração da Senhora Etinéia Berkembrock Ceruti do cargo em comissão de Coordenadora Executiva do CIAPS, a contar desta data e solicitou que seja convocado o Sr. Gustavo Pintarelli para que assuma a coordenação até que seja indicada um novo nome para assumir a coordenação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CIAPS agradeceu a presença dos Prefeitos, finalizando a Assembleia, da qual eu, Etinéia Berkembrock Ceruti, secretária “ad-hoc”, lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Paulo Roberto Weiss  
Município de Rodeio

José Gerson Gonçalves  
Município de Apiúna

Lairton Antônio Possamai  
Município de Ascurra

Etinéia Berkembrock Ceruti  
Coordenadora Executiva do CIAPS

**RESOLUÇÃO Nº 117, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212638

RESOLUÇÃO nº 117, de 31/10/2019.

Exonera Etinéia Berkembrock Ceruti do emprego público de confiança de Coordenadora Executiva do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado no art. 37, Incisos II, in fine, e V, da Constituição Federal, no artigo 450 c/c artigos 468, Parágrafo Único, e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, e nos artigos 45, II, e § 4º, I, e 95, § 1º, do Regulamento do

Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14, e

Considerando-se a aprovação da moção de censura apresentada na 28ª Assembleia Geral Extraordinária do CIAPS, realizada em 29/10/2019, com sua discussão e deliberação na 29ª Assembleia Geral Extraordinária do CIAPS, realizada em 31/10/2019, na forma do art. 22, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 7º, do Estatuto do Consórcio Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar a Sra. Etinéia Berkembrock Ceruti CPF nº 049.066.219-61, do emprego público de confiança de Coordenadora Executiva deste Consórcio Público, para o qual foi contratado em pela Resolução nº 55, de 02/10/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, em 13/10/2017, edição nº 2361, página 1205, a contar desta data.

Art. 2º - A despesa decorrente desta Resolução corre a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual do CIAPS.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 31 de outubro de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Presidente do CIAPS

## **RESOLUÇÃO Nº 118, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2212643

RESOLUÇÃO nº 118, de 31/10/2019.

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada no CIAPS, a contar desta data.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado no artigo 53, Inciso II-A e § 2º, do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14, no art. 37, V, da Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor abaixo relacionado, detentora do emprego de provimento efetivo de enfermeiro, para exercício de Função Gratificada no CIAPS, a contar desta data:

NOME/CPF	SÍMBOLO	VALOR MENSAL	FUNÇÃO GRATIFICADA
GUSTAVO PINTARELLI CPF: 074.197.469-07	FG-1	R\$ 600,00	Coordenação do Consórcio Público

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros à data de sua assinatura.

Apiúna - SC, em 31 de outubro de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Presidente do CIAPS

## **RESOLUÇÃO Nº 119, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2208710

Resolução nº 119, de 01/11/2019

Designa prepostos da Presidência e delega competências para efetuarem, isolada ou conjuntamente, a gestão financeira e os pagamentos de obrigações do CIAPS, por meio eletrônico, através de conta corrente junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS; e Considerando-se as disposições do art. 28, §§ 1º e 2º, do Estatuto do Consórcio Público, e as dificuldades operacionais de manutenção de assinatura digital com responsabilidade concomitante para mais de um órgão público e/ou a substituição constante da habilitação do Presidente do CIAPS junto à agência bancária; Considerando-se a necessidade de desburocratização dos trabalhos do CIAPS e agilização da gestão financeira e dos pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas, através de conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil S.A;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora CAMILA ALESSANDRA COSTA, CPF nº 090.614.909-60, ocupante do emprego público efetivo de Auxiliar Administrativo no CIAPS, e o servidor GUSTAVO PINTARELLI, CPF nº 074.197.469-07, ocupante do emprego público efetivo de Enfermeiro no CIAPS, para atuarem como prepostos da Presidência do CIAPS, delegando-lhes competência para atuarem, isolados ou conjuntamente, na execução de consulta de extratos, movimentações entre contas, aplicações financeiras e pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas pelo Consórcio Público, através de conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil S.A.

Parágrafo Único – Incluem-se na delegação de que trata esta Resolução, os poderes para: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; autorizar débito em conta relativo a operações; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; consultar contas/aplicações; programar repasse de recursos; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência para mesma titularidade; encerrar contas de depósito; entre outros, necessários ao fiel cumprimento da gestão financeira e do pagamento de obrigações do CIAPS através do Banco do Brasil S.A.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de 01 de novembro de 2019, revogada a Resolução nº 105, de 22/02/2019

Apiúna - SC, em 01 de novembro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Presidente do CIAPS

## CISAM-SUL

### RESOLUÇÃO 22/2019

Publicação Nº 2212556

RESOLUÇÃO nº 22 de 31 de outubro de 2019

Dispõe sobre a nova ESTRUTURA TARIFÁRIA para Água e Esgoto a serem aplicados pela CASAN – Companhia de Águas e Saneamento no Município de Criciúma-SC, e dá outras providências.

O CISAM-SUL, através do Conselho de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, juntamente com a Diretoria Executiva do CISAM-SUL no uso das atribuições que lhe conferem o Protocolo de Intenções e o Estatuto Social, e,

#### CONSIDERANDO:

As premissas constantes na Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007, e Decreto Federal nº 7.217, de 21/06/2010;

A Lei municipal nº 7.422 de 3 de abril de 2019 que delegou as competências municipais de regulação e fiscalização da qualidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico Água e Esgoto ao CISAM-SUL;

O convênio celebrado entre o município de Criciúma e o CISAM-SUL;

O Contrato de Programa nº 24/2019 celebrado entre o município de Criciúma e o CISAM-SUL;

Que a Companhia de Águas e Saneamento - CASAN, através do ofício nº CT/D 1871 de 11 de Setembro de 2019 e, em CONFORMIDADE com a Resolução nº 03/2016, solicitou alteração na ESTRUTURA TARIFÁRIA para Água e Esgoto a serem aplicados no Município de Criciúma-SC;

Que o CISAM-SUL através do Conselho de Regulação e Fiscalização CREFISBA emitiu parecer FAVORÁVEL, com recomendações, por vislumbrar regularidade do pleito em sua composição documental, base jurídico-contratual e atendimento aos prazos e premissas definidos pelo CISAM-SUL;

Que, em face do cumprimento das etapas do processo pela CASAN para o município de Criciúma o Conselho de Regulação e fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, após todos os levantamentos e estudos realizados e Parecer Técnico nº 7,

#### RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a nova ESTRUTURA TARIFÁRIA para Água e Esgoto a serem aplicados pela CASAN – Companhia de Águas e Saneamento no Município de Criciúma-SC,

Parágrafo único: A nova Estrutura passará à ser constituída das faixas e valores de acordo com a tabela a seguir:

TARIFA FIXA DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA - T F D I					
NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA - Preço por categorias e faixas de consumo					
"B" Residencial		Comercial		Industrial/Pública	
Faixa	Valor R\$	Faixa	Valor R\$	Faixa	Valor R\$
Valor Fixo	29,49	Valor Fixo	29,49	Valor Fixo	29,49
0 à 10 m³	1,96	0 à 10 m³	4,34	0 à 10 m³	4,34
11 à 25m³	9,11	11 à 50m³	12,18	Acima de 10m³	12,18
26 à 50m³	12,18	Acima de 50m³	15,32		
Acima de 50m³	15,32				
Residencial "A" SOCIAL		Micro Comércio		Pública Especial	
Faixa	Valor R\$	Faixa	Valor R\$	Faixa	Valor R\$
Valor Fixo	5,50	Valor Fixo	29,49	Valor Fixo	8,84
0 à 10 m³	0,37	0 à 10 m³	3,06	0 à 10 m³	1,30
11 à 25m³	2,61	Acima de 10m³	12,18	Acima de 10m³	3,65

26 à 50m³	12,18				
Acima de 50m³	15,32				

Art. 2º - Para fins de divulgação, a CASAN afixará a nova Estrutura com os respectivos valores das Tarifas de Água e Esgoto, em local de fácil acesso, em seu sítio na Internet e através de mensagens em suas Contas/Faturas.

Art. 3º - A Nova Estrutura Tarifária com faixas e valores estabelecido nesta Resolução somente poderão ser praticados pela CASAN, após ampla divulgação, nos meios de comunicação conforme estabelecido no Artigo 2º desta Resolução.

Parágrafo único: Recomendamos que a Nova estrutura tarifária seja aplicada a partir de Março de 2020, para não receber o impacto do aumento de consumo de água que naturalmente ocorre na maioria das residências pela chegada do verão.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

JORGE LUIZ KOCH PATRICK MENDES BERTO  
Presidente CISAM-SUL Presidente CREFISBA

Publicada a presente Resolução nesta Superintendência, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, e no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

ANTONIO IRONILDO WILLEMANN  
Superintendente CISAM-SUL

## CIM-AMUREL

### LICITAÇÃO PREGÃO 02-2019 - SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO

Publicação Nº 2211360

CIM-AMUREL

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUPERVISÃO E SUBSÍDIOS À FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO ROTINEIRA DAS RODOVIAS ESTADUAIS, VINCULADAS AO PROJETO RECUPERAR (PROCESSO SCC 9506/2019, CONVENIO 2019008020 e posteriores, pela continuidade do projeto) – NO TERRITÓRIO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

Data, Horário e Local de Abertura: 14 de novembro de 2019, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CIM-AMUREL. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 8:00 às 17:00 horas no Prédio Sede da Amurel. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3626-5711.

e-mail [licitacao.cim@amurel.org.br](mailto:licitacao.cim@amurel.org.br).

Tubarão/SC, 29 de outubro de 2019.

Ibaneis Lembeck  
Presidente